ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DISCURSOS ACADÊMICOS

TOMO III

1936-1950

Rio de Janeiro
2007

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DIRETORIA DE 2007

Presidente: *Marcos Vinicios Vilaça*
Secretário-Geral: *Cícero Sandroni*
Primeira-Secretária: *Ana Maria Machado*
Segundo-Secretário: *Domício Proença Filho*
Diretor Tesoureiro: *Evanildo Cavalcante Bechara*

PUBLICAÇÕES DA ABL

Produção editorial
Monique Cordeiro F. Mendes

Revisão
Elvia Bezerra
Hermínia Totti
Luiz Guerra

Capa e Editoração eletrônica
Maanaim Informática Ltda.

DISCURSOS ACADÊMICOS – ISSN 1677-7239

Sede da ABL: Avenida Presidente Wilson, 203
Castelo – 20030-021
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (0xx21) 3974-2500 / Fax : (0xx21) 2220-6695
E-mail: publicacoes@academia.org.br
Site: http://www.academia.org.br

DISCURSOS ACADÊMICOS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

MEMBROS EFETIVOS – 2007

Affonso Arinos de Mello Franco
Alberto da Costa e Silva
Alberto Venancio Filho
Alfredo Bosi
Ana Maria Machado
Antonio Carlos Secchin
Antonio Olinto
Ariano Suassuna
Arnaldo Niskier
Candido Mendes de Almeida
Carlos Heitor Cony
Carlos Nejar
Celso Lafer
Cícero Sandroni
Domício Proença Filho
Eduardo Portella
Evanildo Cavalcante Bechara
Evaristo de Moraes Filho
Pe. Fernando Bastos de Ávila
Helio Jaguaribe
Ivan Junqueira
Ivo Pitanguy
João de Scantimburgo
João Ubaldo Ribeiro
José Mindlin
José Murilo de Carvalho
José Sarney
Lêdo Ivo
Lygia Fagundes Telles
Marco Maciel
Marcos Vinicios Vilaça
Moacyr Scliar
Murilo Melo Filho
Nélida Piñon
Nelson Pereira dos Santos
Paulo Coelho
Sábato Magaldi
Sergio Paulo Rouanet
Tarcísio Padilha
Zélia Gattai

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Antonio Carlos Secchin (*Diretor*)
José Murilo de Carvalho

SUMÁRIO

Apresentação – ix

Recepção do Sr. Pedro Calmon (10 de outubro de 1936) 1
I – Discurso do Sr. Pedro Calmon 3
II – Resposta do Sr. Gustavo Barroso 39

Recepção do Sr. João Neves da Fontoura (12 de junho de 1937) 61
I – Discurso do Sr. João Neves da Fontoura 63
II – Resposta do Sr. Fernando Magalhães 109

Recepção do Sr. Levi Carneiro (7 de agosto de 1937) 119
I – Discurso do Sr. Levi Carneiro 121
II – Resposta do Sr. Alcântara Machado 175

Recepção do Sr. Cassiano Ricardo (28 de dezembro de 1937) 197
I – Discurso do Sr. Cassiano Ricardo 199
II – Resposta do Sr. Guilherme de Almeida 239

Recepção do Sr. Barbosa Lima Sobrinho (31 de janeiro de 1938) 253
I – Discurso do Sr. Barbosa Lima Sobrinho 255
II – Resposta do Sr. Múcio Leão 291

Recepção do Sr. Osvaldo Orico (9 de abril de 1938) 317
I – Discurso do Sr. Osvaldo Orico 319
II – Resposta do Sr. Cláudio de Sousa 351

Recepção do Sr. Viriato Correia (29 de outubro de 1938) 375
I – Discurso do Sr. Viriato Correia 377
II – Resposta do Sr. Múcio Leão 409

Recepção do Sr. J.C. de Macedo Soares (10 de dezembro de 1938) 441
I – Discurso do Sr. J.C. de Macedo Soares 443
II – Resposta do Sr. Ataulfo de Paiva 459

Recepção do Sr. Clementino Fraga (10 de junho de 1939) 475
I – Discurso do Sr. Clementino Fraga 477
II – Resposta do Sr. Cláudio de Sousa 507

Recepção do Sr. Oliveira Vianna (20 de julho de 1940) 535
I – Discurso do Sr. Oliveira Viana 537
II – Resposta do Sr. Afonso de E. Taunay 577

Recepção do Sr. Manuel Bandeira (30 de novembro de 1940) 601
I – Discurso do Sr. Manuel Bandeira 603
II – Resposta do Sr. Ribeiro Couto 627

Recepção do Sr. Menotti del Picchia (20 de dezembro de 1943) 657
I – Discurso do Sr. Menotti del Picchia 659
II – Resposta do Sr. Cassiano Ricardo 681

Recepção do Sr. Getúlio Vargas (29 de dezembro de 1943) 715
I – Discurso do Sr. Getúlio Vargas 717
II – Resposta do Sr. Ataulfo de Paiva 731

Recepção do Sr. Luís Edmundo (2 de agosto de 1944) 759
I – Discurso do Sr. Luís Edmundo 761
II – Resposta do Sr. Viriato Correia 777

Recepção do Sr. Rodrigo Octavio Filho (19 de junho de 1945) 809
I – Discurso do Sr. Rodrigo Octavio Filho 811
II – Resposta do Sr. Pedro Calmon 841

Recepção do Sr. A. Carneiro Leão (1.º de setembro de 1945) 853
I – Discurso do Sr. A. Carneiro Leão 855
II – Resposta do Sr. Barbosa Lima Sobrinho 883

Recepção do Sr. Vianna Moog, (17 de novembro de 1945)..... 909
I – Discurso do Sr. Vianna Moog 911
II – Resposta do Sr. Alceu Amoroso Lima 933

Recepção do Sr. Peregrino Júnior (25 de julho de 1946)..... 947
I – Discurso do Sr. Peregrino Júnior 949
II – Resposta do Sr. Manuel Bandeira 1017

Recepção do Sr. Roberto Simonsen (7 de outubro de 1946)..... 1035
I – Discurso do Sr. Roberto Simonsen 1037
II – Resposta do Sr. J.C. de Macedo Soares 1075

Recepção do Sr. Afonso Pena Júnior (14 de agosto de 1948)..... 1091
I – Discurso do Sr. Afonso Pena Júnior 1093
II – Resposta do Sr. Alceu Amoroso Lima 1127

Recepção do Sr. Aníbal Freire da Fonseca (10 de maio de 1949)..... 1159
I – Discurso do Sr. Aníbal Freire da Fonseca 1161
II – Resposta do Sr. João Neves da Fontoura 1187

Recepção do Sr. Elmano Cardim (29 de setembro de 1950) 1207
I – Discurso do Sr. Elmano Cardim 1209
II – Resposta do Sr. Levi Carneiro 1241

APRESENTAÇÃO

Os *Discursos Acadêmicos* constituem uma base singular de informações, algo primordial, sobre os fatos e acontecimentos da história literária brasileira.

Os discursos de posse e de recepção, por se tratarem de obras de grande valor e interesse da vida acadêmica, enfeixam dados importantes para um estudo detalhado da biografia e da produção literária dos homens de letras que adentraram os umbrais da Casa de Machado de Assis.

Este tomo reúne um total de 22 discursos de posse e de recepção, pronunciado por 34 diferentes personalidades, num período de quinze anos. Iniciando com Pedro Calmon, em 1936, traz ainda os discursos de Gustavo Barroso, Cassiano Ricardo, Barbosa Lima Sobrinho, Cláudio de Sousa, Clementino Fraga, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Menotti del Picchia, Getúlio Vargas, Alceu Amoroso Lima, Peregrino Júnior, Afonso Pena Júnior, entre outros, e, fechando o tomo, Elmano Cardim, no ano de 1950.

Assim sendo, nestas páginas encontraremos o que desejou Machado de Assis, em seu discurso de 7 de dezembro de 1897, pronunciado na sessão de encerramento dos trabalhos acadêmicos: "Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira."

Rio de Janeiro, outubro de 2007
MARCOS VINICIOS VILAÇA
Presidente

NOTA EDITORIAL

Desta coleção, o Tomo II compreende um período de dezesseis anos; nos subseqüentes, o período é de quinze anos, conforme abaixo:

Tomo II - 1920-1935
Tomo III - 1936-1950
Tomo IV - 1951-1965
Tomo V - 1966-1980
Tomo VI - 1981-1995
Tomo VII - 1996-

Rio de Janeiro, outubro de 2007
ANTONIO CARLOS SECCHIN
Diretor da Comissão de Publicações da ABL

Discurso do
SR. PEDRO CALMON

e

Resposta do
SR. GUSTAVO BARROSO

Sessão solene extraordinária
do dia 10 de outubro de 1936

I

DISCURSO DO SR. PEDRO CALMON

TRÊS GRANDES VULTOS

Um poeta, um crítico, um jornalista, três disciplinadores de opinião estendem a grande sombra sobre a Cadeira que, por eles, ficara sendo, entre os quarenta círculos de inteligência em que a Academia se divide, a dos que manejaram a pena, como o pastor ao seu cajado, para dirigir as multidões.

O patrono é Gregório de Matos. Criou-a Araripe Júnior. E ilustrou-a Félix Pacheco. *Arcades ambo.* O primeiro e o último: cantores inspirados, que recortaram no metal plástico do verso a angústia indefinível. Todos, porém, condutores de massas, caudilhos da palavra, servidores do público a quem se vincularam pelo gênio rebelde, pelo misticismo liberal adivinhado, prometido, realizado ou pela vocação de mando e protesto, que a cada um deles singularizou, no seu tempo. O vate satírico, o juiz literário, o grande homem de imprensa absorvem e vivem três largas fases da civilização brasileira. A da lira flagelante, síntese das forças sentimentais do povo em luta com o cativeiro político e a miséria espiritual; a do pessimismo discreto, curioso e atônito do fim do século passado; e do simbolismo renovador e fecundo, colorido, sonoro, inquietante, que foi, ao raiar do século XX, uma sinfonia matutina de esperança e renovação do homem livre!

A seu modo, e como pôde, Gregório de Matos fez também jornalismo.

BAHIA

Pobre Bahia fidalga do ano do Senhor de 1684!

Lá vos diviso o perfil inconfundível da montanha sagrada, o Ararat da pátria, na intenção profética dos que lhe conferiram por timbre o ramo de oliveira, *sic illa ad arcam reversa est*... Ali o Brasil abriu primeiro à emoção de suas glórias os olhos encantados. É o patinado berço da nação. Rodeiam-no e ilustram-no as mesmas velhas paredes cujas cicatrizes narram as vicissitudes de quatro séculos, coroadas de campanários que imobilizam no espaço a religiosa atitude da cidade cristã, cujo porto abrigara as caravelas desbridoras e cujas esguias guaridas, sobre as ladeiras úmidas e o golfo azul, vigiavam os horizontes da América. O chão está calçado de ossos, a sensibilidade do povo embebida de lendas, a alma da terra cheia de sonhos, e o ar que se respira, sobre a branda paisagem que emoldura o casario histórico, suspende o sopro das eras mortas, ressoa dos antigos rumores, transporta o eco dos tempos findos... A saudade das epopéias forra, com o mugre das muralhas, a paz das fortalezas esquecidas. Cintilam na cimalha das torres as cerâmicas de Portugal e as tradições do país. Vozeiam no clamor das ruas os ruídos de um povo bom e o vago estridor das gerações passadas. Cruzam sobre a massa dos templos enormes os fantasmas das eras insignes. Latejam as reminiscências dos dias grandes. Fala a memória das opulentas épocas, estremecem, palpitam as influências da nobreza avoenga, estalam com o vento suave que arrepia o leque dos coqueiros as graves sonoridades de sua História... É a cidade primogênita, Roma nossa, com cem cruzeiros de largos braços abertos na poeira d'oiro dos seus crepúsculos; Bethlehem da nacionalidade, onde o tugúrio do Natal, a manjedoura brasileira se banhou uma noite com o clarão bendito da estrela que guiava os reis, e para lá os conduziu; e trincheira do seu espírito, alto, forte, nobre baluarte que ainda – até hoje – avança para a beira dos precipícios as arestas pintadas de limo venerável, como quilhas de um aéreo navio que aproasse para o céu luminoso...

Falava a vasta colméia tropical a travessa matinada dos sinos, e ria e amava, junto do mar, na sua aventura de raças que se uniam, de riqueza que brotava da terra fértil, misturado mundo de formigas negras que mourejavam e de cigarras dolentes que cantavam, o espírito nacional a formar-se na estra-

nheza, no tumulto, na paixão e nos contrastes de floresta espessa, de colônia de origens tão recentes que ainda os índios de cocar emplumado iam espiar, das quinas da praça, a linha senhorial dos palácios e o povo de ébano que viera d'África... Governando isso havia um militar de Lisboa, de prosápia pendurada dos primitivos florões da monarquia; uma justiça caquética, de togas pretas; uma aristocracia, meio de lá, meio de cá, toda lustrosa da fortuna de fresca data, adocicada dos meles dos engenhos de açúcar; e alguns frades, donos da ciência e árbitros das letras. No reino chovia o que a nuvem chupava no Brasil, já Vieira dissera; mas o que era longe abundância de inverno, aqui era penúria de seca. As casas pomposas escondiam a timidez colonial; os mosteiros imensos, o desânimo da inteligência pasmada; as ruas cheias, a confusão da gente desencontrada; e o Estado bisonho, a tirania dos capitães-generais, de uma lealdade romana e uma rusticidade saloia...

Para aí voltara, falhado na carreira, vítima de si mesmo perseguido pela mania incorrigível, de fazer da inspiração que Deus lhe dera o cáustico dos erros, o pelourinho dos ridículos, o látego dos mercadores – um trovador bacharel e mendigo, de nome Gregório de Matos Guerra.

GREGÓRIO DE MATOS

Achava Frederico da Prússia que um filósofo pode arruinar um Império. E pode um poeta corrigi-lo – acrescentemos!

Pois veio aquele, despachado por el-rei, que se apiedara de suas doidices engraçadas, com um título de cônego honorário e um bom ordenado a correr pela mitra-primaz.

Parecendo uma ironia, o emprego, de fato, era uma sinecura.

O preço, porém, pelo qual o obtivera Gregório, foi demasiado caro: o seu silêncio. Menos custou Paris ao galante Henrique: uma missa... A Bahia lhe era oferecida; contanto que se calasse. Metesse a viola no saco. A sua bandurra brejeira, a cantiga sarcástica, a lírica erótica, a rima insolente, os castigos de sua gargalhada, principalmente os desatinos do seu improviso... Que emudecesse, como a ave que come, para ali gozar, na sua rama verde, o milagre de claridade e cor da terra natal, a sua paisagem de suave recorte e o recôncavo

onde as rodas dos engenhos chapinhavam, rítmicas e preguiçosas, nas levadas murmurantes...

Seria feliz, e rico, e poderoso, se perdesse a voz.

O cabido pedira-lhe devotamente que, para não escandalizar a pia população, traçasse aos ombros a murça roxa dos cônegos da Sé. Ficaria irrepreensível, um pouco penitente, imagem do anjo revoltado que recuperou a graça, a passear pela cidade em roupas talares avivadas de violeta, de barrete, farto, inofensivo, redimido, saudado com respeito dos seus balcões de pedra por todas as fátuas autoridades muito agradecidas da beata anistia que lhes dera...

Ouvira pensativo esses conselhos bentos. Quisera – e há documentos disto – ser outro homem, diferente do doutor endemoninhado a quem se apelidara justamente de "Boca do Inferno". Pensara quebrar o violão e amealhar a propina, talvez ordenar-se de verdade, e ressurgir, ante a sociedade perplexa, como um regenerado defensor dos puros costumes velhos... Andou atormentado, a sonhar com a sua figura de esteio do Estado e da lei, gordo, pacífico, conservador, recalcando a sua sobre-humana vontade de rir debaixo da mais conceituosa fisionomia de desembargador da Relação Eclesiástica que ainda ali se viu, entre os muros de ouro e azulejo da catedral... Retardou uma resposta, aflito, a balança suspensa das cavilhas da guitarra, num prato a pensão vitalícia com honras canônicas, no outro a liberdade de ir soluçar as serenatas onde lhe aprouvesse... Uma bela manhã decidiu-se; ou melhor, explodiu. Nem ameaçado de morte entraria na disciplina do cargo e no decoro da magistratura! Repudiou os compromissos. Que o aceitassem como era, o menos dominável de todos os bardos que já as letras portuguesas produziram, desde os primeiros menestréis do reinado de D. Tareja, até cem anos depois dele, Bocage e José Agostinho de Macedo! Não usou a murça, nem a desembargadoria, nem o sitial do cabido, entre os conspícuos eclesiásticos da prelazia.

Tiraram-lhe naturalmente, e a bem do serviço público, o emprego. A desgraça foi-lhe um repentino, espantoso alívio.

Soltaram-se-lhe as cordas vocais numa alvoroçada modulação de canto. Amanheceu o seu dia de regozijo como os pássaros da mata; tendo de próprio somente o solfejo que aos céus lançava, e se dissolvia na natureza, como uma força e um clamor que dela partissem, e lhe voltavam...

Encontrou-se de novo na *rua suja* com os dedos enclavinhados na vila, igual o si mesmo, espécie de deus Pan sardônico e ofegante, atrás das musas pardas e morenas, e também advogado da ralé, contra tudo o que fosse grande, imponente, despótico, oficial...

Decaiu rapidamente. Cabriolou pela vaza social como um truão borracho. Um instante imaginou reparar, com um casamento digno, como fez Marcial, irmão latino, a aspereza do seu fadário, estrangulado entre a acomodação e o desterro, como aconteceu a Juvenal. Ligou-se a uma plácida viúva que levou de dote o seu saquitel de cruzados. Gregório de Matos aconchegou a um canto da casa o tesouro, e lá o deixou à mostra, para que lho gastassem à vontade, e a mãos ambas, amigos e parentes, a pequena fortuna comum. Não duraram as semanas prósperas. Horrorizada de sua boêmia, fugiu-lhe a mulher. Depois, condoída e sensata, tentou reconciliar-se. Ele impôs condições. Só a receberia escoltada por um capitão-do-mato, crioulo incumbido de devolver aos senhores os escravos foragidos, e com a promessa de darem ao filho, esperado, o nome de Gonçalo... porque "ali quem mandava não era a galinha, mas o galo!"

D. Maria de Póvos submeteu-se à dupla pena. Um caçador de cativos acompanhou-a até à porta; e o filho que lhe nasceu chamou-se realmente Gonçalo... A confirmação da história nós a fizemos, em pesquisas pacientes a propósito do poeta e seus contemporâneos: lá se nos deparou, no arquivo trisecular da Santa Misericórdia da Bahia, o assentamento de Gonçalo de Matos, a quem a mãe, segundo a tradição, educou supersticiosamente na aversão da literatura, no pavor da poesia, no ódio da inteligência que soprava, abalando os muros da cidade divina, as fanfarras de Jericó...

Gregório, perseguido da sorte, acossara os grandes da terra.

Os éforos castigaram Terpandro, que juntou à lira mais uma corda: esta foi, para o nosso, a corda maldita do sarcasmo.

Desprezado por eles, vingara-se, imortalizando-os em caricaturas atrozes.

Semeou de cadafalsos a popularidade – que ninguém teve semelhante – de sua sátira: e crucificou os potentados.

Não respeitou categoria, poder, majestade: ensinou o povo a motejar e apedrejar, e fez que a sua chalaça passasse as fronteiras e as épocas, acolchetando-a às asas da indignação patriótica e da intenção nativista.

Quando não havia prelos que esmoessem panfletos, nem tribuna para o discurso, palco para a cena, jornal para a diatribe, liberdade para a censura, ou pretórios para a justiça, os seus versos supriam as atividades corretivas da imprensa e do foro, para acusar, estigmatizar e convencer. Era do tempo! O oceano do povo, ainda quieto, refletia, na paz de suas águas, a borrasca que, lá em cima, nas esferas altas do pensamento, alternava arquiteturas de nuvens e coriscos que iluminavam o conflito suspenso. Amarravam-se estadistas ao poste do quarteto. Um soneto foi às vezes sentença capital. Vice-reis da Índia dariam metade do patrimônio extraído do seu consulado, por escaparem à chufa e ao suplício de uma verrina que Gôngora e Quevedo poderiam ter rimado. Dante mergulhara num "Inferno" geométrico os príncipes do pecado: perdendo-os salvou-os, que só por isso – mumificados no sarcófago límpido de um verso – não morreram mais. São papas, reis, guerreiros e lindas mulheres que resplandeceram a formosura sideral em Florença revolta... Mas os patíbulos dos nossos velhos poetas satíricos foram alguma cousa de inaudito, no seu suplício vil. Enlameiam, contorcem, deformam o condenado: e pior que morto, no-lo exibem vulgarmente ridículo... Gregório puniu monstruosamente os seus inimigos, governadores gerais, desembargadores togados, fidalgos mestiços, negociantes sovinas, judeus onzenários, beldades que o recusaram, e seus rivais felizes... Debate-se num delírio de injúria, maldade e desforra. Faz com a canalha o coro da calúnia. Agita um azorrague, que a zunir e vibrar imita a serpente ferida e exasperada...

De súbito, entretanto, a música se lhe abranda em soluços; dedilha baixo a viola da maldição; a voz enternece-se e suspira; e a cobra volta a ser rouxinol.

Ele inventa a modinha.

Junta-lhe às mágoas de amor os quebrantos da terra e os feitiços da gente, numa zoada de sons pesarosos de saudade e de prece.

Deu forma àquele cantar sussurrante de beijos, trêmulo de queixas, ardendo em desejo, fugindo em juras e protestos, que insensivelmente se tornou a cantiga petulante do povo, o seu lirismo e a sua voz.

Não importa a chacota imunda desse lenhador de reputações; o seu gênio disperso e fatídico; a atrocidade de sua cólera; o veneno que despejou

nas nascentes da nossa literatura e que ainda resvala, à flor do caudal, indissolúvel no boqueirão da língua...

Verdadeira glória do guitarrista sem ventura, bêbado François Villon das "bagaceiras" do Iguape, das arruaças da Bahia, dos "outeiros" do Desterro, foi a "modinha brasileira" que ele engenhou. Abriu-lhe ela, dois séculos depois, à morte que é vida, e esplendor, as portas que a fortuna e o gênio lhe fecharam, à vida que foi morte, da Academia que o consagrou patrono e precursor, e algum dia, por iniciativa de Afrânio Peixoto, publicou em seis volumes quantas poesias, autênticas, atribuídas e alheias, a velha gente indigitara como dele.

Pois nunca mandou à tipografia, onde houvesse, versalhada sua. Morreu de idade avançada, juízo curto e obra inédita. Contraste surpreendente com a vanglória de tantos autores que permaneceram desconhecidos depois de fartamente editados, não deixou que pesasse sobre seu nome o mausoléu de um cartapácio. Confiou as suas trovas à emoção do povo. Misturou a nostalgia portuguesa, o pessimismo indígena e a sensualidade africana numa canção enternecida, e soluçou-a às estrelas.

Voltasse ele agora!

Entrasse aquele nordeste adentro, à procura dos núcleos sociais que melhor conservaram a pureza originária da raça e da alma brasileira; encostasse o ombro à porta da casa de sapé onde range a rede cabocla, num balanço de galho verde, que a brisa embala; e de ouvido atento, esperasse que a cantiga do sertanejo rompesse como o grito da ave saudosa, que chama, no vazio da madrugada, a companheira perdida... Perplexo e encantado ouviria a sua velha canção chorar um vago amor, fantasma sonoro de um tempo morto, música imemorial de uma agonia antiga, que a gente simples nunca mais esqueceu.

Perdoado seja por isso: ensinou a nação a balbuciar o primeiro trinado em que cantou a sua alegria moça de viver!

ARARIPE

Dois séculos tinham rolado sobre a morte sinistra de Gregório de Matos, exilado, emudecido, indigente, aos pés do catre a viola despedaçada – quando lhe prestou o país insignes homenagens. Araripe Júnior tratou de

dedicar ao seu estranho caso um livro de biografia maciço, erudito e justo. E no Colégio Militar um menino do Norte que já fazia versos, erriçado de puas como um ouriço, amargo e valente como um panfletário velho, tomou a peito defendê-lo das mentiras históricas.

Chamava-se Félix Pacheco.

Araripe tinha o olhar agudo e o instinto de aferidor de homens. Fez-se crítico por temperamento e voto. Nasceu juiz. Não lhe faltavam tolerância, otimismo e grave, compacta honradez mental, para distribuir – entre toda a mais subtil – essa justiça das letras que tem tanto dos caprichos do vento nas brancas praias do seu Ceará: a levantar, no rodopio das rajadas, as torres esguias que logo se desmancham, na poeira que ele mesmo carrega assobiando e rindo...

FÉLIX PACHECO

Félix foi completamente o homem de imprensa. Antes de tudo, e em tudo, jornalista. Acabaria diretor do órgão-chefe da publicidade nacional, da mais provecta e antiga folha do país, na sucessão de uma dinastia de príncipes da gazeta política, por direito de inclinação irresistível.

Quase não teve culpa de ser assim.

Rondou-lhe o berço a musa trêfega do jornalismo.

Entre as primeiras cousas que a mão hesitante do rapazinho escreveu estavam rudes ataques aos adversários do seu partido provincial, em forma de artigos para um humilde diário de Teresina. Formou rapidamente o espírito, entre uma caixa de tipos e uma banca de editor. Nunca mais o barulho das máquinas, a triturarem a semente da opinião e o misterioso trigo da idéia, deixou de chalreiar-lhe ao ouvido a algazarra da imprensa. O seu jardim de infância foi uma redação. Cresceu, emancipou-se, lutou, venceu, enchendo, sem cessar, com a sua bela letra simétrica, tiras de papel que no dia seguinte o público lia. Viveu, desde a primeira adolescência, na doçura burguesa do seu Piauí moderado e aflito, dos tempos ansiosos que se seguiram à proclamação da República, até o último lampejo da existência construtiva, escravo daquelas laudas do seu trabalho, respirando tinta de impressão, agitando entre as rotativas um imperioso gesto de comando, moleiro cativo do seu moinho fecun-

do, que esmagava o grão de cada dia e ainda dava a ilusão de ter grandes asas, ensaiando o vôo, a trepidar no azul...

Daquele vale triste e calado do Parnaíba viera ele, donde em pinceladas de oiro queima o sol os areais vastos; e começara a carreira das armas sob auspícios sombrios.

EGRESSO DA FARDA

O pai, magistrado severo e pobre, reservara-lhe um destino digno: seria o guerreiro da família. Esta era numerosa, feliz na sua modéstia exemplar e laboriosa.

O Dr. Gabriel Luiz Ferreira sabia por que mandara o seu menino cursar o Colégio Militar. Não gostara das amostras de sua inteligência precoce e original: Félix Pacheco, em idade de leituras infantis, dera de tomar atitudes numa gazetinha local, e do alto do seu artigo de fundo, como um garoto de cima de sua cerca, apedrejara os telhados vizinhos. Demais disso, revelando-se *ou* assumindo consigo mesmo um compromisso ameaçador, adotara o pseudônimo de "Oncinha". Lembrava isso a fera empalhada a cuja roda, em casa do avô, um dos chefes conservadores do Piauí, se reuniam os políticos da terra. Era comovente na fidelidade ao antepassado e ao "totem" partidário e patriarcal; mas pouco tranqüilizador, como primícias do futuro... Valeu-se o bom juiz da ida para o Rio do senador Teodoro Alves Pacheco, seu cunhado, e deu-lhe a incumbência de meter a Oncinha no côvado e meio de recruta do Colégio. Desafogava duplamente, as hostes contrárias, que se forravam do travesso foliculário, e a tribo precavida, que não farejava nada de melhor em tal propensão para os riscos e desaforos da letra de forma.

O Dr. Gabriel cedo conheceu um desengano que as aventuras literárias do filho mais lhe pungiram. Fácil é, decerto, fazer de um militar enfadado um jornalista exímio; mas apostamos que é impossível transformar um jornalista impaciente num militar, ainda que medíocre, a ver da quietude da caserna espreguiçar-se cada antemanhã, no incêndio do nascente, o sol frio dos madrugadores... Aprendeu ali coisas utilíssimas. As humanidades bem sabidas, o estoicismo dos quartéis, com os horários inexoráveis, e, principalmente,

começando a conhecer-se, a sua inaptidão para a disciplina e o impessoalismo da vida das armas.

Entretinha os ócios em escrever, experimentar, distribuir pequeninos jornais noticiosos que floresciam em doutrina e forma, em galanteria mental e irreverência política...

A SEDUÇÃO DA IMPRENSA

Não poderia servir ao "grande mudo", quem tinha tanta palavra para dizer do topo de sua coluna...

Ali mesmo, na escola, promoveu duas comemorações: do centenário de Basílio da Gama, do bicentenário de Gregório de Matos. Concebeu um estudo de fôlego sobre Evaristo da Veiga. Quando menos contavam com ele, surgiu publicista, com o ensaio histórico acerca do seu herói, generosamente acolhido pelo *Jornal do Commercio*. Foi um sucesso, merecido e prolongado. Fizera dezoito anos. Alistara-se – abandonando as fileiras da força armada – na expedição dos bandeirantes dos valores perdidos nas monções da crítica que, na época, largavam das águas inquietas do puritanismo republicano, para devassar as origens da nossa cultura liberal. Araripe Júnior achara Gregório. Félix descobriu Evaristo. Agarrou-se a esse patriarca espiritual. Ergueu-lhe um monumento de palavras enérgicas. Contemplou-o religiosamente, o punho a dardejar os raios como um Júpiter irritado, a cabeça levantada, a grenha revolta e o ar inspirado de demolidor de regimes, e a pojar-lhe da algibeira o rascunho do último soneto endereçado à primavera e ao amor... Fora o jornalista cívico, cuja pena lampejara como uma lâmina de condestável, à frente da abalada revolucionária, apóstolo e doutor de uma causa que definiu e ganhou, irresistível na ofensiva, tolerante e prudente na vitória, desinteressado, heróico e céptico depois, espécie de soldado e místico, que preferia retirar-se da luta com a cruz da espada apertada de encontro ao peito e um ruído de prece a escorrer dos lábios piedosos...

O Conselheiro Coelho Rodrigues, que militara no Piauí em campo oposto ao jovem conterrâneo, viu com espanto o escrito. E mandou-lhe este bilhete: "Li seu artigo, e, se não o conhecesse, não acreditaria que fosse seu; não faça versos quando não estiver de veia, não cometa alguma criançada de

adulto, e se, dentro de alguns anos, o redator-chefe do primeiro jornal da América do Sul não for um piauiense, não espere desculpas do patrício admirador e amigo *Coelho Rodrigues.*"

POETA!

A prevenção do experiente co-provinciano visava aos primeiros ensaios poéticos de Félix Pacheco. O verso fora-lhe, espontânea, a linguagem dos sentimentos, quando a prosa lhe parecia demasiado crua e áspera. Até o fim, para os seus júbilos delicados e as dores extremas, o mestre do estilo terso rimava uma poesia, seu mais fiel e nítido retrato d'alma. Fazia-lhe isso a outra face de si mesmo, o *eu* dissimulado, e cada vez mais oculto, à medida que notoriedade da ação pública lhe estendeu uma penumbra de modéstia e pudor, sobre a inquietação de sua sensibilidade de brando e puro poeta...

Iniciara-se no gênero editando "poesias revolucionárias", as *Chicotadas.* Um feixe de invectivas num anel de beleza: declarava guerra à Espanha em defesa de Cuba, e apelava para a união dos povos latinos, contra os saxões...

Lá cavalgava, o repórter de *O Debate*, o seu magro Rocinante, e com um glorioso barulho de ferragens e ossos estalando, ia plantar a lança na asa do moinho.

Deteve-o na disparada Lúcio de Mendonça. Atribuiu-lhe sem razão um epigrama de *O Jornal*, e revidou com violência. Oportuno equívoco, serviu para despertar do seu sonho de temerárias andanças o cavaleiro imberbe... Félix Pacheco tinha, do polemista, as condições essenciais da agilidade, da veemência, do ímpeto, da perseverança e da altivez. Nunca, em sete lustros de jornal, se retirou da arena antes do adversário, ou permitiu que lhe disputasse ele as vantagens da contenda, no terreno conquistado. Era então implacável e completo. A "Oncinha" brava de Teresina fugia-lhe da natural placidez de suas atitudes; o gladiador nervoso e rude substituía o artista dos conceitos calmos; e o campeão da palavra pelejava, com uma impavidez insuperável.

ENCRUZILHADA

Mas não prosseguiu na poesia social. Adotou, para as idéias, a prosa esbraseada; plasmou-a ao sabor das necessidades e das normas da profissão; e

já entrou para a reportagem de polícia do *Jornal do Commercio* como um dos vibrantes noticiaristas da imprensa carioca.

O emotivo, o enamorado dos ritmos, o fanático da nova escola literária que Baudelaire preconizara, recolheu-se com dignidade ao jardim encantado do Simbolismo.

Em 1900, poeta e jornalista se separaram.

Trinta e cinco anos estiveram, pelos caminhos do mundo, distantes e desencontrados.

O homem da imprensa subiu muito.

Coelho Rodrigues não teve de desculpar-lhe a profecia falhada: degrau a degrau, foi de repórter a diretor, de grumete a almirante, de rapaz dos plantões, com a vigilância apurada no registro das miúdas misérias da cidade, até a Academia, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a chancelaria da República, a propriedade do seu velho jornal, que progrediu com ele.

Mas o discípulo de Cruz e Souza, embruxado de baudelairismo, se esgueirou, por entre as roseiras do seu pequenino paraíso de sons, perfumes e cores.

Alhures falou tão alto, que o Brasil inteiro o ouvia; aqui, sussurrava tão timidamente que, às vezes, os mais íntimos não lhe surpreendiam a confidência de arte e ternura.

Distanciaram-se de tal sorte, o homem público e o lapidário da estrofe simbolista, que correram muito tempo as peripécias e surpresas da vida como se não se conhecessem, irmãos gêmeos e desavindos, o opulento e poderoso ofuscando, com as pompas do seu êxito, a tranqüilidade satisfeita e embevecida do que ficara, a arrulhar melodias, entre as hermas brancas do seu parque, os pensativos deuses de pedra alva, Verlaine, Rimbaud, Mallarmé, Laforgue, e o ídolo de ônix, o preto de gênio que encarnara a sublime tortura literária de Charles Baudelaire com os cabelos pintados de verde e apaixonado por uma negra...

Sereias de perdição!

"Io son", cantava, "io son dolce serena,
che marinari in mezzo mar dismago;
tanto son di piacere a sentir piena!"
(*Purg.*, XIX, 19.)

São dois destinos, numa só existência. Temos de compreendê-los, como se nos apresentaram.

Que vos diga primeiro de Félix Pacheco como toda a gente o cortejou: o marechal da publicidade.

Ao termo deste elogio, o poeta, troveiro magoado do fim do dia. "Virá comover-se diante do irmão feliz e velho, que o esperava impaciente, para que lhe festejasse as sombras do ocaso com a bravura e a saudade dos versos da juventude..."

O *JORNAL DO COMMERCIO*

Dera a *O Debate*, com uma rutilante plêiade de espíritos criadores, todas as energias adolescentes. Apesar disto, ou com tudo isso, faliu o periódico.

Era em 1899.

José Carlos Rodrigues ouviu a Índio do Brasil a notícia do insucesso, e os louvores da coragem e do caráter do jornalista desempregado. Ninguém mais lhe falou no caso. Nem foi preciso. Chamou à sua presença o autor do ensaio sobre Evaristo da Veiga. Examinou-o curiosamente, com aquele gesto todo dele de olhar a gente, a luneta faiscando, a barba grisalha e rala contribuindo com os seus estudos bíblicos para que o tomássemos por um rabino em férias, – e positivou o convite.

No dia seguinte, saía Félix Pacheco à cata das reportagens policiais. Leu criminologia. Afundou-se em cogitações penalistas. Consagrou vastas crônicas aos crimes célebres. Ajudou a elucidar alguns. Foi exaustivamente o profissional deste difícil e subtil trabalho de encantar em literatura a atrocidade das ruas, pintando cenas, recortando detalhes, colorindo episódios, com a honesta preocupação de não divorciar a verdade da fantasia... E – admirável compreensão da técnica – nunca mais assinou artigos.

Mas era como se lhes escrevesse ao pé, em grandes letras cintilantes, o pseudônimo dos primeiros panfletos!

Tinha a intuição do que fosse, num jornal moderno, a originalidade do folhetinista. Este quanto mais escondido, mais evidente. O silêncio de si mesmo é pregão e é denúncia. A redação identifica-o, a diretoria lisonjeia-se, e

o público o percebe, pilhando, entre as gigantescas roldanas em movimento, o operário que as impele... Foi por isso que, em 1906, deixando a secretaria do *Jornal do Commercio*, José Barbosa, o ardente literato português, por telegrama, da Europa, José Carlos Rodrigues indicou a Félix Pacheco para o lugar. Em prêmio da lealdade, da pontualidade do seu esforço, e do seu talento, punha-o no rumo da suprema direção da casa. Realmente, dali à administração de uma das edições, e à chefia da redação do jornal, foi um passo. Venceu, desembaraçadamente, porque se lhe tornou obsessivo o amor do ofício. Confessaria, ao ser recebido na Academia: "Eu, por mim, não adotei a carreira sem aquela paixão recôndita, que é em tudo o segredo do êxito."

Repórter policial, de tal arte penetrou os segredos da organização repressiva, que ninguém exerceu mais proveitosamente a burocracia do Gabinete de Identificação e Estatística. Dirigiu-lhe os serviços por meia dúzia de anos renovando tudo. Introduziu os últimos sistemas de datiloscopia, vulgarizou os métodos científicos apenas iniciados na Europa, representou a polícia do Rio de Janeiro, com Bento de Faria e Eurico Cruz, no 3.º Congresso Científico Latino-Americano, e foi delegado brasileiro à Conferência Internacional de Polícia.

POLÍTICA E ASCENSÃO

No campo político, a sinceridade de sua crítica o vinculou a todas as questões nacionais, e teve o Piauí de socorrer-se do seu nome, para deputado federal à 7.ª legislatura da República. Em quatro períodos legislativos desempenhou esse mandato, em 1921 substituído pelo de senador federal, último cargo de eleição que exerceu.

Por sua tradição secular, é o *Jornal do Commercio* a gazeta da diplomacia brasileira. Cem anos de defesa lúcida e oportuna dos nossos interesses exteriores deram-lhe a autoridade, quase oficial, de intérprete dos problemas internacionais, cuja opinião antecipa os atos públicos e, vezes sem conta, os determinou.

As atitudes da chancelaria imperial e os caminhos da política estrangeira da República jamais se objetivaram fora das linhas de conduta ali previstas, definidas, aconselhadas e explicadas.

Quiséssemos hoje reconstruir, nos seus traços exatos, a ação diplomática dos dois Rio Branco, ou iluminar, a uma luz direta e verdadeira, o pensamento que animava o velho ministério da praça da Glória ou da rua Larga, em convulsivas fases da história continental, e teríamos apenas de colecionar as "várias", inúmeras redigidas ao calor das crises, ou na hora remansosa das dificuldades desfeitas, pelos próprios ministros de Estado!

Arriscavam programas e intenções; experimentavam, na reação dos espíritos, a firmeza do terreno; impeliam para diante a máquina pesada e morosa do governo representativo. Este foi *O Jornal*; e ele ainda é assim...

Quando o Presidente Artur Bernardes convidou Félix Pacheco para seu Ministro de Estrangeiros, só quem se surpreendeu com a escolha foi o nomeado.

Certo, *le journalisme mène à tout, à la condition d'en sortir*.

Provou ele que há para essa verdade exceções magníficas: sem desertar do ofício nem lhe fugir às contingências, foi chanceler, dos mais operosos e hábeis que já transitaram pelo posto; e, depois daquele período de governo, diretor, como antes, do *Jornal do Commercio* e cada vez mais seduzido e prisioneiro dos tumultos e percalços da profissão.

O CASO DE *O JORNAL*

Dir-se-á que, nos anais da imprensa brasileira, formara *O Jornal* um valor à parte, resumindo na sua organização primorosa e no sentido conservador de sua ação diuturna, um ciclo perfeito de serviço público. Félix Pacheco teve o mérito e a constância de assim entender e zelar as tradições de sua folha, a cuja prosperidade, enquadrada nas coordenadas de uma evolução centenária, votou, com o viço mais útil da vida, os cuidados de todo instante.

Limitou às áreas de sua atividade a ambição sem impertinências. Dedicou-lhe por fim a vigilância do chefe e a emoção do culto, orgulhoso e devoto dele.

Justificaria uma viagem à França, para esparzir rosas frescas sobre o túmulo de Plancher, fundador do estabelecimento, na era venerável de 1827.

E dava eruditas, patrióticas razões a esse entusiasmo, que nos vagares do estudo se requintava em rebuscar e frondejar em copioso ensaio sobre o

passado das nossas artes gráficas, os seus velhos artistas, e as jóias raras que lavraram.

O bom Plancher, tipógrafo exilado e honesto precursor de cultura, inventara uma gazeta nova, em cujos propósitos humildes latejavam as possibilidades de uma grande indústria.

HISTÓRIA DO OFÍCIO

Houve quem visse no duelo de Girardin e Carrel – dois polemistas que desembainharam as espadas depois de esgotados os adjetivos – o símbolo da antiga e da nova imprensa, que jogavam a cartada decisiva.

Venceu, com Émile de Girardin, o jornal-negócio, o jornalismo-peça de Estado, a pena-instrumento de civilização, em lugar do panfleto liberal, do periódico de doutrina e da folha volante dos dogmas, que até então desafiaram instituições e governos num estilo de tragédia grega.

Até a morte romântica de Armand Carrel fora a imprensa, a tribuna pública, donde o agitador seduzia as massas, o apóstolo as convertia, a política lhe sorria esperanças e o ódio social rugia os seus desesperos.

Sieyès informara à Revolução, que não há liberdade sem imprensa. Dissera Pitt que, livre como a idéia, ela mesma corrigiria os seus excessos. E Paul Louis Courrier concitara todas as criaturas a publicarem o seu pensamento, ainda que mau, de preferência a enterrá-lo num silêncio egoísta, que seria como furtar ao próximo a moeda do giro... Dois dias antes de inaugurados os Estados Gerais, Mirabeau apareceu com um pequenino jornal doutrinário e alarmado. Que aurora seria aquela, que se anunciava toda de fogo, sem o canto cristalino do *chante-clair*, saudando a agonia das sombras?... A língua do mundo, paralisada tantos séculos, tinha de clamar as suas razões decisivas!

Mas a tecla ensurdeceu. A gazeta retórica, como um herói homérico, embriagou-se e perdeu-se no delírio do triunfo. O Visconde de Chateaubriand acusou-a de ter demolido, com os seus ombros de Sansão, o templo do passado. Ficou, porém, entre as suas ruínas. Quando Cresus, induzido à luta com os persas pelos ambíguos oráculos, mandou-lhes, ensopados de lágrimas, os ferros do seu cativeiro, a Pítia redargüiu: Disseram os deuses

que destruiria um império. Porém, os deuses não descriminaram qual dos impérios, se de Cyrus, o bárbaro, se do próprio Cresus, o lídio!

O Estado recobrou os clássicos argumentos de ordem contra a destruição, de força contra a aventura, de humanidade contra a filosofia... A complexidade das relações econômicas amarrou aos interesses a ebulição mental, antes consagrada à política de anjos e sonhos dos pais da liberdade.

O Estado recobrou os clássicos direitos.

Incluiu-se entre as energias produtivas da nova sociedade. O artífice da folha, fosse Paula Brito ou Cândido Mendes, que a fazia toda, desde o artigo apocalíptico até a composição tipográfica, a impressão na velha máquina manual, e a distribuição em roda de amigos, foi expulso pelo grande empresário das edições populares. O barbeiro de Minos industrializou a indiscrição impaciente. O jornal abateu dos altos meios para as ruas. Custara primitivamente o preço de um livro e agora valia o de um pão. Deixara de ser alimento de príncipes para ser o trigo diário da mesa do pobre. Durante o resto do século XIX, elaborou fortunas colossais, sendo embora cada vez mais barato, mais accessível, mais plebeu, mais sincero, mais social, síntese da existência coletiva, o seu noticiário, a sua meditação, o seu conselheiro, o seu correio, a sua opinião... Não cuidou mais de ser a alavanca, que faz saltar um regime, o pelourinho de um estadista, a catapulta de uma revolução. Exprimiu no seu conjunto, na sua trama, na sua entrosagem, na vulgaridade da rotina e na fascinação da idéia e da justiça, o problema da vida moderna. Resumiu-a nos seus intrincados aspectos, sem se deter em nenhum. Poder, literatura, economia, necessidades do povo padecente, rumo do governo criador, razões de paz e luta, a produção, o gênio, o equilíbrio, misturaram as suas linguagens contraditórias no pregão do jornal novo...

"Forum aberto", disse Carlyle, "como jamais Forum algum, onde falam todos os mortais e articulam a sua queixa – desde a perda do guarda-chuva na estrada de ferro até a perda da fortuna por culpa de entidades injustas e poderosas..." O jornalismo contemporâneo é objetivo como as primeiras experiências da publicidade no mundo, ao tempo das *acta diuturna*, redigidas todo dia pelos sérios *diurnarii,* avós pré-históricos do repórter de hoje. Também os descaminhos da verdade, quotidianamente arrolada, vêm daquelas épocas veneráveis...

Talvez o primeiro autor a insurgir-se contra os abusos de imprensa fosse o jovem Plínio, que confessou não acreditar na notícia espantosa de certa *acta diuturna* que, pelo ano de 800 da fundação de Roma, garantira (naturalmente "informada de fonte segura"...) que a Fênix aparecera na cidade para anunciar o século novo!

Menos erraria – pensou o honrado Plancher, que aliava à condição de probo operário a de estrangeiro desaclimado – se abandonasse para os foliculários da terra o desvario partidário, a intriga das facções, a exasperação política, e desse aos negociantes da Rua de São Pedro uma folha asseada, tranqüila e informativa, atestada de cotações de gêneros, notícias do porto, de fatos do mercado e, para distrair-lhes os ócios, alguma correspondência da Europa, atrasada de três meses, e fiscalizada pela prudência imparcial do editor.

Aquilo interessou, sem alarmar, o alvoroçado mundo dos jornalistas indígenas, que, em 1827, publicavam gazetilhas, manifestos, pasquins e jornalecos, em número superior ao de leitores que lhos pagavam.

E o *Jornal do Commercio*, com o título por seu programa, eco das classes produtivas, disposto a circunscrever a circulação ao centro urbano, entre as ruas do Ouvidor e das Violas, pôde ser a voz honesta e familiar de armazéns e escritórios, que tinha, para a laboriosa colméia, vantagem de dizer pontualmente coisas verídicas.

Desenvolveu-se com isso, transfigurou-se, cresceu, continuando "do comércio" foi o órgão da alta orientação do Império, ressonância das categorias superiores do pensamento nacional, a gazeta das forças dirigentes, que derrubava ministérios ao sopro de uma "vária", consolidava situações com o cimento de um comentário, fixava políticas com uma definição em cinco linhas, e separava épocas com a resolução de uma atitude.

AMOR DA LINGUAGEM

De muitas maneiras se explicará o fenômeno.

Não é justo, entretanto, esquecer a parte do proverbial prestígio que deve o *Jornal do Commercio* à preocupação e zelo da boa linguagem, cultivando, à sombra de suas colunas compactas, um ameno jardim de literatura e espiritualidade. Quando a América do Norte se apartou da Inglaterra, dois

processos de escrever para o povo anteciparam os traços fisionômicos característicos das culturas desavindas: Franklin quis ser simples, plebeu, banal como um sermão de presbítero da roça, à hora em que a gente rústica recolhe do trabalho; Johnson, solene, castiço e grave, como uma oração episcopal sob as abóbadas reais de Westminster.

José Carlos Rodrigues fez nos Estados Unidos a sua educação de ditador de publicidade: mas numa época em que se não consideravam dignas de lábios ilustres, que enunciavam e interpretavam a lei, palavras que não estivessem canonizadas, na Bíblia, moedas de curso comum cunhadas pelos pais do idioma com o metal de sua religiosa autoridade... Reparou-se por isso, com puritana estranheza, que Abraham Lincoln, em *Gettysburg Address,* usasse três vocábulos alheios ao Velho Testamento: *continent*, *proposition*, *civil*... "Saíram os filólogos em socorro do presidente da República e provaram que, não sendo aquilo casto inglês das Escrituras, o era de Shakespeare, o que dava no mesmo..."

José Carlos adotou o modelo de Johnson. Soube Félix Pacheco merecer a Academia, antes de lhe franquear ela as portas hospitaleiras, pelas campanhas em bem da sintaxe e da pureza da língua que comandou e venceu, na sua anônima labuta de redação.

O ARTISTA

O artista não desapareceu, com o caudaloso escritor dos artigos de combate, das notícias do dia, dos acontecimentos da praça. O seu gosto ambicioso de publicar livros harmonizou-se com as vicissitudes da carreira absorvente. A produção literária de Félix Pacheco é considerável, de começo leve e apaixonada, na última fase da vida lastreada de uma erudição perseverante e minuciosa que deixava pensar nas grandes realizações de sua inteligência, se a enclausurasse de vez entre as estantes da biblioteca que lhe arquivava o imenso material de estudo, juntamente com a vontade, sempre insatisfeita, de o utilizar afinal.

Nenhum volume, porém, pôde ele fazer fora da atividade jornalística.

Reuniu em tomos vários ensaios, que não deviam guardar-se nas coleções de *O Jornal*; deu longa vida a efêmeros trabalhos, provocados pela come-

moração de uma data, pelo entusiasmo de uma discussão, pelo revide a uma injustiça ou no elegante interesse de um esclarecimento. O mais extenso dos seus livros, dedicado, com um luxuoso bisantinismo, a *Duas Charadas Bibliográficas*, nasceu de um cabeçalho aposto a certo artigo, da série dos seus sábios estudos semanais, de Afonso Taunay... Ressalta naturalmente, da vasta obra do jornalista, a vivacidade dialética que lhe acusa a procedência. A sua pena tinha de afetar uma posição de esgrima. Sacrificava a importância dos temas às talas da síntese. Angustiava-se e sofria, na ansiedade dos painéis retalhados, quando se sentia capaz de colorir as telas amplas que contém, iluminada e conjunta, a beleza das paisagens integrais. Tornou-se assim mesmo um impressionista da literatura. O estilista dos esboços. Um mago de tons intranqüilos que se alternavam no ritmo das tintas, um joalheiro de bagas que muita vez pareciam pérolas, e eram lágrimas, um escultor de imagens de areia, à espera do beijo irônico da brisa que carregaria com elas, surpreendido entretanto pelo milagre estético de uma transfiguração, quando, à luz da crítica inesperada, ressurgiam vazadas em bronze rutilante...

Apenas não estampava os seus livros para a larga circulação que mereciam.

Abusou do sibaritismo das edições limitadas, numeradas, endereçadas, seus mimos ricos para a amizade, adstritos às relações pessoais, combinando comovidamente com a arte, que pusera neles, o pudor em divulgá-los.

Sistematicamente não vendia as obras; galardoava com elas os seus preferidos. A estes reservava o direito de o conhecerem, no recanto de uma prosa suntuosa, na qual o espinheiro dos debates da imprensa todo se copava de rosas. Félix Pacheco realizou este amável paradoxo: o estadista da publicidade teve um receio quase pueril ao leitor irreverente; esquivou-se dele, porque o soubesse simplesmente e até o fim, jornalista, que lhe conversava, dia a dia assuntos práticos.

Que lhe entrassem a sua intimidade suavemente modesta, e fossem buscá-lo no fundo da gruta encantada, desencová-lo na penumbra feliz a que se recolhia, e o achariam, na surpresa dele próprio, – ao homem de letras que, por muito as cultivar, refugiou a desilusão e as dúvidas da existência, todavia triunfante, entre as lombadas polvilhadas d'oiro e os provectos cimélios de uma incomparável livraria brasiliana!

CHANCELER

Por que foi ministro em 1922? Dir-se-á, pela senatoria perfeitamente preenchida, pela década consagrada à política militante, que o atraíra sem absorver, pelo Estado do Norte que representava. Foi chanceler, principalmente, porque diretor do *Jornal do Commercio*, elevados ao posto ele e este, num belo precedente aberto em honra do homem da pena, e do diário tradicional que o ajudara a subir.

O país assim, pelo menos, recebeu, aplaudiu a acertada escolha do presidente Bernardes.

O êxito do jornalista, e da profissão, deram-lhe um simbolismo espiritual que sensibilizou, também desvaneceu, a classe inteira.

Saía de uma redação para os conselhos do governo, em hora difícil, um antigo repórter policial, que jamais procurara a fortuna longe do barulho das máquinas de imprimir opinião.

Disto – permiti-me o testemunho individual – me recordo eu bem, da sensação causada, desta explicação que se lhe dava, prêmio retumbante, da mais desenganada e convicta vocação de folhetinista que o Brasil já produziu...

REMINISCÊNCIA

Consenti, senhores, que, numa fuga de saudade, se me desprenda a memória, até aquele fim de tarde de 14 de novembro de 1922. Deixai que encontre, na Rua de São Clemente, onde um heráldico arvoredo dobra sobre o muro das chácaras as frondes musicais, um portão de ferro, que para mim costumava abrir-se com um gorjeio de pesados gonzos parecido com uma afetuosa palavra de acolhida... E que vos leve, por sob as ramas que coam um sol agonizante, até a mansão branca, e ali dentro, uma farta biblioteca onde, até o teto artesoado, os livros sábios dançavam diante dos meus deslumbrados olhos de pequeno provinciano a ciranda das cores e dos títulos... Pois estais comigo naquela data e naquela casa! Devo beijar, comovido, a generosa mão que se me estende. Envolvo num agradecido olhar filial o homem belo, de elevada estatura, os cabelos alvos dando à fisionomia severa e moça ainda um encanto de velhice precoce, nos lábios finos pairando um sorriso brando, os

olhos negros e largos ardendo numa vivacidade curiosa e boa, que mandara chamar da Bahia ao parente estudante e rapazinho, para encarreirá-lo no trabalho, no dever e na vida... Parece que foi ontem: fico a reparar o místico efeito de luz nas repas brancas dos seus cabelos acamados sobre uma fronte alta e nobre, espécie de auréola de prata adejando sobre o semblante de uma placidez sem nuvens, um instante imóvel, na cintilação das pupilas a tremeluzir a grave excogitação dos problemas da pátria e do regime a que servia desde a adolescência, velho antes de tempo pelos sacrifícios que lhes dedicara, nunca mais dispensado de tudo lhes dar, e votar-lhes tudo, até o resto de uma existência exaustivamente vivida, que se lhe abreviou com os cuidados e as dores do Brasil, que tanto estremecia!... Disse-me, num fugaz devaneio, Miguel Calmon:

> Félix Pacheco é o novo Ministro do Exterior... Chegou a essa posição com o *Jornal do Commercio,* fiel à vocação de homem de imprensa, que o é, entre os maiores. Tanto vale obedecer-se à inclinação, que, não sendo contrariada, conduz a um êxito necessário. A felicidade está afinal no trabalho que é prazer, e cumprido honradamente faz, em conjunto, a ventura da pessoa e o bem público. O caso de Félix é do jornalista que dignificou a sua carreira. Serve de exemplo para os que começam. E traz uma coisa nova para os nossos costumes políticos: é o apreço pela profissão, cuja sorte se confunde com a das democracias...

Não lhe esqueci as palavras oraculares. Através do cristal daquele juízo me habituei a ver o grande brasileiro, a quem sucedo, sem substituir, na Poltrona azul da Academia. Mas só tratei com ele quando, fora da política, tendo encerrado o seu fecundo e harmonioso ciclo administrativo, ressurgiu, completamente jornalista, no seu posto, à frente do *Jornal do Commercio.*

Miguel Calmon não exagerara. Em 1927 bati à porta do escritório de Félix Pacheco. Deparei com uma generosa fisionomia nortista inclinada, à luz verde de uma lâmpada que punha nos seus cabelos grisalhos uns tons fantásticos, sobre as tiras garatujadas de um artigo incompleto. A miopia aproximava-o demais do papel. Assim vergado, naquela penumbra macia, com a cabeça

esverdeada como seria a de Baudelaire na esquisitice de sua boêmia, parado diante de sua escrita, lembrava um velho ourives mergulhado na meditação do seu lavor. Deixou-me um aflitivo minuto de pé, com os dedos enclavinhados nas laudas da colaboração. Pude demoradamente observar-lhe a linha ascética do rosto, a cabeça forte de homem equinocial, a majestade que a luneta de aros espessos emprestava à sua face de qüinquagenário pálido, dessa lividez claustral do homem sedentário, que trocou o disco de fogo do sol pela infinita impassibilidade de sua lâmpada de gabinete... Quando me deu a mão franca, foi com tão transbordante simpatia, com uma tolerância tão enleante de antigo coronel que acolhe sob as suas bandeiras ao recruta, apiedado e saudoso do que irá sofrer, que nunca mais o perdi de vista.

BIBLIÓFILO

Retraíra-se excessivamente.

À medida que se ausentava do mercado das vaidades, arredondava o seu mundo interior. Ele vivia mansamente a divina aventura da abelha. Demorava-se no sossego perfumado do seu vergel. Descobrira-o e se fartava dele. O mel loiro de sua literatura proveio de um dos opulentos canteiros literários que o tino e o gosto de um bibliófilo souberam cultivar aqui. Era a livraria, prolongamento do lar, e este, aconchego, miúdo paraíso, supremo propósito de sua útil existência de homem de ambições realizadas.

A tradição da bibliofilia foi como um dos encargos, que a direção do *Jornal do Commercio* lhe trouxe, com o espírito e a responsabilidade da indústria, os deveres e as honras do seu tribunato.

José Carlos Rodrigues colecionara livros. Granjeou disso fama universal. Aquele homem americano tinha paciências de velho frade bento em juntar, anotar, comparar e catalogar quanto folheto de cordel ou cimélio sagrado outrora, no seu formato veneziano e no tipo de Elzevir, contou histórias de nossa História...

Félix Pacheco seguiu fielmente os passos ao seu predecessor. A paixão de os ter como que o consolava de não poder escrevê-los, no tumulto das atividades que o apartaram sempre da macia paz de uma banca de estudos. Inverteu nos livros todas as economias da vida sóbria.

Foi pródigo em comprá-los, e prodigiosamente avaro no jeito de encaixar as suas jóias raras da morta literatura, páginas únicas de bibliotecas mosteirais, maravilhas de imprensa arqueológica, nas arcas profundas de sua livraria, talvez aqui a mais seleta e rica de documentos sobre o Brasil.

Deveras, a afeição aos volumes é um modo próprio de querer as letras. Servem-nos uns com a boêmia indiferença de quem trata os clássicos sem olhar como vêm; outros só sabem apreciá-los na compostura das edições autorizadas. Livro encadernado é idéia vestida. Cada qual guarda os seus autores como pode recebê-los: maltrapilhos, com o ar banal de brochuras, na "vulgata" de meio tostão; ou embrulhados, no paramento doirado de sua roupa de gala. Estudante pobre tem o seu Pátio de Milagres. Engole o divino néctar em vasilha de barro. Conhece Homero em andrajos, os teólogos com o burel dilacerado pelos cardos da estrada, Camões devastado e faminto... Mas o amigo dos livros cerca-se do concílio dos bispos resplandecentes. O seu Dante, amoedado ao tempo do exílio do poeta, lhe pagaria um ano inteiro o pão negro da desgraça. O seu Milton requer diáfanas mãos de duquesa e o seu S. Tomás, de iluminuras finas, é digno de que o leiam os coros de anjos voejando sobre a policromia dos pergaminhos floridos...

É do padre Manuel Bernardes uma evocação da insólita grandeza do imperador da China, tão respeitado dos reis seus vizinhos que, vez houve, uma carta sua para o imperador do Japão (isto em 1596!) foi recebida na ilha dos sessenta e seis reinos como se fora, em pessoa, o próprio filho do Céu. Esperou a epístola fora da cidade a mesma liteira do Mikado, lavrada de oiro e púrpura que quatro cavalos puxavam, e daimiôs e samurais escamados e encarapaçados como grandes besouros de aço escoltaram gravemente o excelso papel de arroz...

Sabemos nós de colecionadores de inéditos que, se tivessem o aparato do neto do Sol, emprestariam carruagem, séqüito e pompa, para arrecadar e passear um mísero caderno escrevinhado, ao lume do seu candeio, pelo pobre frade d'Alcobaça das eras priscas! E mais dariam...

Félix Pacheco era o sibarita da livraria como poucos ousam, ou conseguem possuí-la. Mas não o interessava o alfarrábio só por si; prezava-o pelo que de nós dissesse. Era a "brasiliana" o seu sonho dileto. A ambição de ampliá-la guardando tudo, media-se pela extrema curiosidade, de tudo deci-

frar, na obscuridade da primitiva bibliografia nacional. Para ele, os problemas da nossa cultura ainda eram enigmas de arquivo, segredo de cartapácios puídos sepultados entre o lixo dos alfarrabistas. Recolhia-os com séria perseverança do artista de marchetaria que, aos fragmentos, tauxia lentamente um painel de mosaico. Reconstruía, peça por peça, a "vera efígie" do Brasil!

VOLTA À POESIA

O casamento ambientara-lhe o destino construtivo. Completara-o. Fizera-o estável e ditoso, no seu círculo definitivo de poesia: o amor. Objetivou-se-lhe aí o Simbolismo. Os seus versos de beleza mais pura cantam as emoções simples dessa vida de integração e interiorismo, que a esposa amada, e afinal, meninas dos seus olhos, as duas filhas de peregrina inteligência e candura, Inês e Marta, lhe adornaram de todas as graças.

Os poetas são ao mesmo tempo enigmáticos e sinceros autobiógrafos, tanto por imaterializarem em devaneio o sentimento, até à mentira, como por no-lo publicarem, quente e exato, até à confissão.

Félix Pacheco, jornalista, político, administrador, na soleira do século se despedira do jovem discípulo de Cruz e Sousa que sonhava com Baudelaire, e a sua endemoninhada tortura.

Um tinha muito que fazer, e o outro, muito que cismar.

Decerto, por vezes, furtivamente, se viram, o trovador sem coragem de acercar-se do poderoso irmão homem do mundo, que o recebia, quando muito, em horas caladas dalguma noite insone, para lhe ralhar a fantasia e a inconstância. Até que um dia, a neve do primeiro inverno lhe alvejou a cabeça altiva, uns tons de ocaso pintaram o seu céu interior, e *desceu a montanha* enternecidamente, à procura dele. Por onde andara, trinta anos a fio? E que de substancial, de verdadeiro, de eterno, houvera no seu primitivo tormento de poeta dos símbolos?

Passa-se com ele um estranho fenômeno de reincorporação

Conta-se que o beato Pafnúcio, entre os cenobitas perfeitos o mais ilustre, indagara uma vez do Senhor, com quem se parecia, na simplicidade infantil de sua alma. Esperava ouvir do céu uma lisonja meiga. Parecer-se-ia com os príncipes da corte divina, com os serafins que entre eles tatalam as

asas tenras, com a canônica população dos eleitos... Mas Jesus disse ao discípulo de São Macário: "És semelhante, ó presunçosa criatura, ao pobre músico que tange a sua flauta numa aldeia de Heracléia..."

Pois tinha ao pé o seu pobre músico, que desprezara tanto tempo!

Encontraram-se chorando. E não se separaram mais.

Reabilitou Félix Pacheco a musa juvenil, dando-lhe correta e primorosa edição; e ao culto do seu Baudelaire das exaltações literárias da primeira idade, ofereceu a mais copiosa e fervente homenagem que ainda se prestou, no Brasil, a poeta extinto e forasteiro... *Poesias*, publicadas em 1932, são o rosário de suas preces moças, outra vez repassado nos dedos trêmulos. Revelam-lhe um pouco a intimidade antiga, quando antes de resolver o seu problema sentimental com o casamento venturoso, admirou ao acaso, céptico, enervado, fatalista, uma nebulosa teoria de fantasmas femininos, que eram *Rosa Inominada*, a deusa Palas, a amante irreal, a namorada fluida, ou – para ser igual aos mestres tontos de absinto, ópio e pessimismo – a própria morte, *Mors-Amor,* supremo símbolo da escola, desde Edgar Poe e Baudelaire até Rimbaud e Valéry –, ou, esmagadora maioria, *As Mentirosas...*

Essas lindas mulheres que eu cantava
Eram quimeras vãs do paganismo,
Simples feixes de luz que o simbolismo
Ia arrancar dos céus, e modelava.

Agitação indefinida, ânsia imprecisa...

Tudo que em ti fulgura afundarei no abismo,
Vencendo as tentações funestas de tua alma,
E arrastando-te o corpo aos ermos que transponho!

De heptacórdio nas mãos, sorrindo ao cataclismo,
Novo arcanjo revel, descreverei com calma
A morte vitoriosa eternizando o sonho!

Fora a sua fase de inquietação criadora e vaga, o seu drama entre tangível e absurdo, o determinismo da corrente poética a magoar-lhe a grande dúvida, a insatisfação pungente...

Na alvura sideral do meu amor de monge,
Plácido e austero amor apertado entre algemas,
Passo a vida a mentir, contemplando-a de longe.

"Ermitão mascarado" é o título de um soneto – grito d'alma, a confissão da dupla personalidade que o fará vencedor de si mesmo, mas perenemente condoído do seu heroísmo; petrificado de espanto no "jardim fanado"...

Deus meu! Que rude sol queimou sem pena assim
As flores do meu horto encantado e risonho?
Que rajada cruel, que vendaval medonho
Roubou desta maneira a vida ao meu jardim?
Pobre de ti, meu horto azul! Pobre de mim!
Sucumbiram de vez os símbolos do sonho...

Por isso a sensação do incorpóreo, a angústia do inviolável, a idéia da distância que se não vence, arroxeiam-lhe as estrofes de um triste delicado, que é a nota preferida de sua lira...

Musa, conserva sempre a doce calma!
Poeta só é quem sabe que a beleza
É um brando luar de amor cantando n'alma.

Assim achara Cruz e Sousa a sua Núbia, num cemitério, a mocidade namorando a morte...

Trêmula e só de um túmulo surgindo,
Aparição dos ermos desolados,
Trazes na face os frios tons magoados
De quem anda por túmulos dormindo...

A revolução estética do fim do século fora aquilo. A transição do Parnasianismo e do Naturalismo para o Simbolismo consistira na substituição da beleza sensível, exterior e falsa, pela alucinante realidade mental onde a luz, que se vê de olhos fechados, chamejava de encontro aos basaltos inverossímeis. "A glória do Simbolismo – definira Félix Pacheco – está em haver aberto caminho para outra visão mais sábia e mais comovente dos velhos espetáculos do mundo físico, em íntima conexão com as forças morais do homem..."

Passara a época da frase sonora e plástica. Fatigara-se a poesia de fitar os mármores clássicos; e dera de explorar os fundos segredos espirituais. Os marinheiros descobridores dos raros panoramas da arte se transformaram em sombrios térmitas de uma arquitetura interior. Entranharam-se, esses mineiros da alma, pelas cavernas onde as paixões ressoam, agrilhoadas... E voltaram, trazendo mãos cheias de diamantes!

A literatura é assim mesmo.

Hoje rebeldes, serão um dia conservadores e antigos os que injuriaram os modelos consagrados. A história, a cada passo, se repete. Todos os decênios, os que chegam trucidam figuradamente os que partem, e celebram, na sua festa triunfante, o bárbaro rito da morte dos deuses. A beleza – ilusão eterna! – é o que surge, e traz as tintas frescas da conquista. Voltas que o mundo dá – os deicidas de agora tombarão adiante enlaçados aos seus ídolos decrépitos ou, penitentes, deixarão lá fora, à porta do templo, as sandálias caminheiras, para arrastar a contrição tardia pelos recintos santos da arte perene! Há para tudo uma idade ajustada. Pensando nisto, pontificou Gabriel Hanotaux: *Chaque génération a droit à son histoire de France...*

Boileau afugenta os gongóricos, domina e dirige; mas Charles Perrault cedo o abate, com o argumento das formas modernas da inspiração. Os românticos expulsam os arcaicos dos teatros de Paris a apupos e cacete; mas os naturalistas os esperam, na encruzilhada do século, para destroçá-los – às aves noturnas do sentimentalismo – com o sol alto da realidade. O conflito rolava desde o limiar das eras. Não tem fim. Nem há de parar aqui. Confirma, porém, a razão decisiva das cousas: que por força de morrer como as rosas, a beleza é imortal como os rosais.

Foi uma vez no Congresso de Viena... Os diplomatas das autocracias partilhavam a Europa ao som das orquestras: e dançava-se... Perguntou o

Barão Humboldt a Talleyrand, irônico e coxo como um diabo inválido: "E existirá o direito público?" Respondeu o francês: "Tanto existe, que é ele que nos reúne aqui!"

É a arte. Em seu nome, e por ela, negada e traída embora, a guerra dos estilos, parecendo a revolta do bom senso contra o artifício ou o gosto contra a convenção, é ainda culto e voto – nos altares do belo, imperecível!

GATOS DE BAUDELAIRE

A tribo simbolista tivera por totens os gatos de Charles Baudelaire, de pupilas e pêlo elétrico, em cuja cisma voluptuosa ondulavam indolências e mistérios que o poeta adivinhou... Cada época, cada estirpe de forte gente, cada um dos clãs históricos tem o seu animal predileto, um totem inconsciente... Hamilcar não largava um leão, o condestável de Montmorency o seu lobo, o duque de Vendôme um urso. O corvo de Edgar Poe é a invocação totêmica do pessimismo; o sedoso angorá de Baudelaire é o emblema do subjetivismo enigmático da nova estética. Nisso havia um pouco do sublimado interiorismo hindu dos sagrados vedas; do *Chorus mysticus* de Goethe; da solene antinomia da intuição ariana e do materialismo semita, resumiria talvez Stewart Chamberlain... Necessitava-se de um vidro mágico, que reproduzisse a misteriosa imagem da sensibilidade... Emprestou-o ao embruxado autor de *As Flores do Mal* o seu gato caricioso e heráldico: eram-lhe os olhos luminosos e doces...

Que lhe dizia o translúcido abismo? A festa dos sentimentos, a catástrofe das paixões, a glória da idéia e a tragédia da dúvida... Revelava-lhe as razões remotas, descortinava-lhe as perspectivas imaginárias, alumiava-as com um incerto clarão de sonho, paisagem fabulosa onde o conflito das almas rolava as altas flamas meteóricas...

Concordara Rollinat:

Je comprends que le chat ait frappé Baudelaire.
Par son être magique où s'incarne le sphinx...

Que os chineses viam a hora nos olhos dos gatos! O desvairado Charles quisera ser como eles... "*Et si quelque importun venait me déranger pendant*

que mon regard repose sur ce délicieux cadran, si quelque Génie malhonnête et intolérant, quelque Démon du contretemps venait me dire: 'Que regardes-tu là avec tant de soin? Que cherches-tu dans les yeux de cet être? Y vois-tu l'heure, mortel, prodigue et fainéant?' Je repondrais sans hésiter: 'Oui, je vois l'heure; il est l'Eternité!'"

Justifique-se como for possível esse meigo terror sagrado do bichano turco que o fitava com a diabólica fixidez do seu olho hipnótico...

Chateaubriand habituara-se aos gatos, e a sua estéril familiaridade, para bem sofrer a ingratidão dos homens, segundo o ínclito exemplo do nosso D. João de Castro, que no seu jardim cultivava as árvores que não dão fruto, por se acostumar, na sombra da figueira maldita, à vulgaridade do benefício sem recompensa... Assim mesmo, Paul de Saint-Victor lhes miniaturara a carta de nobreza, acentuando o perfil acadêmico dos gatos, desde que Paradis de Moncrif, um árabe de alma chinesa, escrevera a história da espécie...

Qu'on m'aille soutenir, après un tel récit,
Que les bêtes n'ont point d'esprit!

De intelectuais, sim, de feiticeiras, de sortilégios, de hierofantes e mágicos alquimistas, dizem que o animal só uma vez se aproximou do céu: protegido de Santo Ivo, padroeiro dos advogados e – não sabemos por que afinidade entre estes e eles – único santo da corte celeste que o tolera! Mas as suas pupilas irisadas eram lâmpadas acesas na noite de Torquato Tasso, e a sua digna alegria fazia pensar a Montaigne que, em vez de brincarmos com os felinos, são eles, ai de nós! que brincam conosco... Petrarca, Hugo, Sainte-Beuve, Gautier lembravam-se, supersticiosos, que tinham sido eles deuses no Egito: e acariciando a minúscula cabeça de tigre de Tanagra que um misterioso e vago sono derrubava sobre as patas de veludo, julgavam – poetas! – aplacar os espíritos do vale dos mortos e das catacumbas faraônicas, as sagradas influências das eras egrégias e o longínquo assombro que vinha rolando, pela escala dos séculos, desde que os homens ímpios tinham deixado de crer nesses macios descendentes da Esfinge...

De tanto procurar entendê-los, Baudelaire se confessou um pouco de sua tenebrosa linhagem!

Dans ma *cervelle se promène,*
Ainsi qu'en son appartament,
Un beau chat, fort, doux et charmant.
.....

Companheiro da solidão amaldiçoada do poeta, parceiro dos seus silêncios apavorados, ternura muda junto de sua febre histérica, tomou-lhe na vida o espaço dos afetos obsessivos.

Félix Pacheco traduziu, anotou, elucidou, com uma curiosidade infatigável, a estranha lírica do mestre. Por devoção dele esqueceu os astros menores da escola, desmaiados na irradiação do mistério baudelairiano. Queimou-lhe um incenso permanente e odorante. Consagrou-lhe um humanismo universal e aparatoso. Remontou, com a tenacidade do seu culto, às próprias fontes da inspiração menineira, ao tempo longe da sua idolatria de Cruz e Sousa, ao encetar a carreira, nas tardes de indignação literária, quando os novos anjos caídos da Poesia vaiavam o Parnaso dos soberbos Propileos e dos vocábulos doirados. De resto, concluía o seu ciclo. Poderia repetir a palavra de São Paulo: "Combati o bom combate, terminei a carreira, guardei a fé..."

Madrugara poeta. Vivera foragido de beleza ideal para algum dia a tratar, com os vagares prósperos de quem não compreendia mais a arte como um lento veneno que inebria e mata, porém como antevisão milagrosa do que a natureza tem de harmonioso e santo. Ao termo do seu dia cheio, novamente dedilhava a lira para cantar o crepúsculo, a melancolia da claridade que se vai e, lucilando na treva, a estrela vesperal da crença...

ESPIRITUALIDADE

Admirável lição de espiritualidade foi essa, o testamento intelectual de um homem de Estado em época aflitiva do universo e de sua pátria!

Não temos de ler-lhe apenas as estrofes: compõem a ornamentação acadêmica de uma grande vida que se extingue.

Precisamos sentir-lhe as razões.

Tardia porventura, a poesia é em Félix Pacheco – perto do fim, o seu protesto de fé, o guião que o levanta, o compromisso que renova, de

fidelidade à inteligência na hora materialista, de veneração do espírito e do amor quando, por toda parte, o pragmatismo rude separa o pensamento do coração.

Político de nascença, ainda nisso morreu político; fez, ousada e larga, a política da sua arte. A reação da beleza contra os que a ignoram. A oposição da crença à iconoclastia, à barbárie. A guerra da harmonia contra as dissonâncias mentais. A luta do sentimento contra a desumanização do homem. Se pretendem despojar os altares, arrasar os mármores imortais, queimar a floresta das emoções, por que não haja mais ramo verde onde pousem – andorinhas da estação feliz – as asas do verso, o momento é chegado de bater-se à porta da mansarda onde se fitam, estuporados, Baudelaire e seu gato...

Pois a crise é moral, regenere-se a alma, pela sublimação da realidade. Substituam-se os sentidos da existência para que esta se prolongue, fecunda e digna. Recuperem-se os valores dissipados e restaurem-se os impulsos exaustos. Se os lumes da costa agonizam no cimo das torres, renovemos o fanal da navegação, por que os que andam pelo mar se orientem, na treva e na procela. Vacilou no frio clima do negativismo a luz do espírito? A morte da poesia coincidiria com a morte da sociedade. Não é a estrutura dela que se acha em perigo, é, mais nobre que os *direitos* do homem – o seu *humanismo,* o privilégio de ser feliz, e cantar a sua felicidade debaixo da curva azul de um céu compassivo... A sua capacidade de idealizar a natureza, a faculdade de integrá-la na sua sensibilidade pelo milagre do subjetivismo poético, a maravilha de participar o artista da substância e do drama das cousas pelo sagrado mistério da intuição lírica. Que venha depois a geração anã dos sub-homens, a liliputiana fauna dos atrofiados, pela máquina que os produziu em série... *Le petit Augias veut le petit Hercule...* Força será oferecer-lhes – para que se salve o patrimônio espiritual dos dois milênios – o contraste das passadas gerações de super-homens, ébrios do dionisismo da vontade e da audácia, de que falou Nietzsche. Os titãs ensinarão aos pigmeus, como ensinava o Messias: "As cousas que eu vos falo, não as digo de mim mesmo..." Ou, pelo menos, serão como essas catedrais seculares, cuja profusa e mística beleza derrama sobre as multidões que lhes admiram o bordado de pedra, o pavor e a bênção das obras bafejadas pelos fôlegos divinos!

ORQUESTRA DE PRELOS

Uma das grandes páginas de Bourladoue é a em que celebra a espantosa profecia de Ezequiel, lançada sobre o povo incrédulo e rebelde, impertinente na dúvida e insolente na infidelidade, que tantas vezes ouviu como desdenhou o verbo sagrado, na obstinação de um cepticismo sem consolo.

Então lhe disse o celeste mensageiro: Não desataria o Senhor sobre as suas cidades empapadas de pecado os flagelos, que corrigiam, acabrunhando, aterrorizando, convertendo populações suscetíveis de emenda. Fora o castigo dos preferidos e amigos de seu Deus. A Nação, desgraçada entre todas, sofreria a pena suprema do silêncio. Deixaria que a sua cólera repousasse nela, e por ela: *Requiescat indignatio mea in te*. Que significava isto? Que a punição que estrondeava em trovões, e amedrontava, e consternava, era a cólera do perdão; mas a que parecia acalmar-se e apaziguar, seria, muda como os túmulos, a cólera de danação! Nem a exprobração que pune e regenera, nem a penitência dos erros redimidos, nem a expiação das culpas relevadas: mas – sentença para os crimes incomparáveis – o ilimitado vazio do remorso...

Assim acontece no mundo do espírito e nos países livres.

A imprensa, que se acalora nos grandes tumultos, que agita e alenta os fogos do céu, que traduz os gemidos e clamores da alma social na borrasca flagelante que está no destino e na dignidade da evolução humana, imita, na terra, a cólera do perdão. Permite-a o Senhor de Ezequiel, para os povos amigos e preferidos de Sua ilimitada magnanimidade!

Mas onde ela silencia na estupefação da grande atonia, a voz estrangulada, o pensamento ocioso, a atitude paralítica, as cavernas da consciência respirando o contágio dos pauis letais, no ar em volta a tristeza pasmada da vida sem sentido, repousando sobre a Natureza enjeitada o abandono da justiça, que se cansou de castigar, aí repete na terra a cólera de danação!

Foi a palavra do profeta; também – do mais fundo dos tempos – a advertência da história.

Veja-se a Índia. É o Éden e o inferno da espécie, na ferocidade fecunda e monstruosa da Natureza: moram acolá, entretanto, fustigados por todos os flagícios e mimados por todos os tons do céu, centenas de milhões de criaturas comovidas e apavoradas, amantes da terra tecida de catástrofe e idílio, de

cataclismo e volúpia, de perdição e felicidade, na trama dos climas e dos imprevistos!

Mas a paz do Saara, a calma infinda do *desertão,* cuja toalha de areia resplandece, imaculada, debaixo de um firmamento tão mudo e tão luminoso; a serenidade do mar morto, pelas suas águas rebalsadas e densas boiando a desolação bíblica do povo condenado; as calcinantes planícies jamais puderam juntar a coragem, a alegria, a esperança e o amor, materiais de que se constrói, peça por peça, a alma social...

Que sacudam, pois, as nações, os temporais complacentes. Que lhes incinerem a vegetação daninha e torva as labaredas do céu; que a luta do pensamento lhes emborrasque e aqueça os horizontes, nas convulsões aéreas que limpam os espaços e deixam na paisagem terrificada um divino alento de criação; que se processe a fatalidade da cultura, segundo as leis do universo, que alternam a noite com a alvorada, a hecatombe com a renovação, a morte com a vida. Que pulsem as forças mentais; que seja livre a inteligência, amanhã como outrora, na compostura e no estoicismo socráticos de sua dialética sem mentira, e assim dirija e governe o mundo; que o espírito sobreponha aos rasos interesses que passam os seus eternos direitos!

Disse Aristóteles que era preciso escolher, e ser planta ou homem.

Os que preferiram vegetar, no seu tranqüilo ciclo biológico, cumpriram o vocativo do Evangelho: Deixareis que os mortos enterrem os mortos. Porque uns aos outros se sepultarão, "no silêncio dos espaços infinitos", que tanto medo fazia a Pascal...

É esse orientalismo que horroriza o inquieto homem novo!

Embriaga-se a civilização, que valoriza e aperfeiçoa o homem, na protofonia dos prelos.

EPÍLOGO

Foi a bárbara música que, desde a infância em Teresina, até os dias finais, ouviu Félix Pacheco, maestro predestinado dessa orquestra de máquinas, que trituram e panificam o santo pão da idéia.

Feriu-o a moléstia, quase fulminante, que no-lo arrebatou ao nosso convívio e ao apreço do Brasil, em plena, esplêndida animação dos seus talen-

tos, ressentidos apenas da idade naquela ascensão gradual, para as claras esferas da arte pura.

Mas, do seu leito de agonia, dirigia ainda o *Jornal do Commercio,* general tombado no fragor da batalha e que daí não se arreda, acenando o seu gesto de comando até o momento extremo.

O poeta morreu como Schiller: "Sempre mais tranqüilo..."

Morreu o jornalista como Bayard: de encontro ao coração a cruz da espada, no campo da luta, e para ela voltada a face arrogante e leal!

EXALTAÇÃO

Foi tudo o que quis, porque pouco mais do que jornalista quisera ser.

No arfar das rotativas, no fragor dos linotipos, na frenética ebulição de sua oficina, na harmoniosa colméia do seu trabalho, não ouvia apenas os estridores da indústria entoando a melodia do progresso. Escutava o ritmo forte e sereno do coração do seu país!

Não é piedade, senhores, não é só homenagem e respeito, a obrigação que comete a Academia Brasileira aos que lhe entram os umbrais, de modular a nênia e declamar o elogio em honra do grande morto que ela transporta do olvido e do limbo do mundo para o Pantheon dos seus espíritos tutelares. É um rito cívico, é a sua nobre religião doméstica, é a fé que professa, nos ilustres exemplos de que se ataviam, *ad immortalitatem*, a sua reputação e a sua glória.

Enlaça com isso de flores uma cruz, a mais recente do pequeno camposanto onde lhe verdejam os loireiros egrégios, e faz amavelmente da morte a estética e o exemplo das vidas que não morrem.

Prêmio delas, orgulho nosso, louvor comum, a comemoração que lhes tributamos é também juramento.

Que na pira sagrada não esmoreça a chama que ilumina, para além da terra, as fontes inexauríveis da beleza generosa e perene, e unidos junto do clarão celeste continuemos a confiar na arte que redime a inteligência, na bendita ilusão de suas promessas, nas suas miragens que enfeitam e corrigem o infinito deserto da alma... E no esplendor da idéia, no tormento do estilo, na alegoria das abstrações que recamam de rosas este "vale de lágrimas", a ronda dos sonhos tranqüilize, nas suas noites prateadas de luar, o Brasil que canta e que ama!

II

RESPOSTA DO SR. GUSTAVO BARROSO

Senhor Pedro Calmon,

Esta noite em que a Academia Brasileira se enguirlanda e atavia para receber a vossa mocidade gloriosa é uma verdadeira festa de coincidências. Vindes ocupar a Poltrona de Gregório de Matos, em que primeiro se sentou Araripe Júnior e que Félix Pacheco ilustrou. E sois recebido por mim.

O patrono, segundo dizem, ninguém sabe onde nasceu. Sobre a dúvida poder-se-ia escrever um livro igual ao de Leão Allatius – *De Patria Homeri.* Mas viveu na Bahia, sentiu a Bahia, compreendeu e amou a Bahia, onde tanto chasqueou, achincalhou, aretinizou. *Qui aime bien châtie bien.* Na Bahia, nascestes e formastes vosso espírito, embora já fosse outro o meio e outras as tendências. Contudo a paisagem baiana que trazeis no fundo de vossos olhos vivos é a mesma que viam os olhos do motejador sarcástico, insolente e erótico, gargalhando, como o pintais, de bandurra brejeira em punho: "o milagre de caridade e cor da terra natal." Também o trago dentro de mim esse milagre, na emoção de filho do Norte, que vê na velha e augusta cidade a tradição mais pura do Brasil: o exército das torres cristãs enfileirado entre o arvoredo farto, na cumeada dos barrancos; o casario de oitões claros e duas águas derramando-se ladeiras abaixo; as velhas fortalezas de guaritas desertas, de cujas seteiras ainda se alongam os colos negros dos canhões, beijadas pelos arrepios das ondas, como cadáveres que tivessem dado à costa. Embaixo, desde as

praias claras, balizadas de coqueiros, até o vulto de Itaparica, que azulece a distância, velas brancas desfraldadas sobre a tremulina azul e ouro do mar. Em cima, a festa azul do céu na alegria da luz. E, mais do que isso tudo, o que se não vê, porém se sente e anima e vivifica – o Espírito Imortal, a Glória Sempre Viva: a Bahia de Tomé de Souza, primeira capital; a Bahia da Torre de Garcia d'Ávila, primeiras entradas ao sertão; a Bahia de Gabriel Soares, primeiro roteiro e primeiras letras; a Bahia da resistência ao holandês com seus bispos e guerreiros, primeira afirmação cristã e nativista; a Bahia do conde dos Arcos, primeira reação contra a maçonaria; a Bahia de João de Botas, primeira luta pela independência; a Bahia dos grandes estadistas e dos grandes soldados, primeira província do Império!

O criador da Cadeira veio ao mundo na mesma terra de sol e de dor em que eu nasci. Da sua glória alguns raios foram bater-me no rosto, quando comecei a ler na Biblioteca Pública de Fortaleza os livros que me indicava o velho bibliotecário Juvenal Galeno. Repórter e redator de jornal, vim conhecê-lo nesta grande cidade, sempre atarefado e apressado, com uma carga de livros, de papéis ou de jornais debaixo do braço. Era preciso chamá-lo para que visse a gente: "Dr. Araripe!" Então, parava, consertava as lunetas: "Oh, como vai?" Ainda me lembro duma vez em que tomamos café juntos, no antigo Jeremias. Falei-lhe do *Cajueiro do Fagundes*, novela colonial passada na capital cearense, onde ainda a Rua do Cajueiro rememorava o episódio histórico em que a baseara. Acabava de publicá-la em folhetins. Disse-me: "O Ceará vive sempre dentro de nós, por mais que nos afastemos dele. Às vezes teima em sair e sai!" E, despedindo-se: "Menino, ponha logo para fora o Ceará que você traz aí dentro!" Eu segui o conselho do mestre e o pus no *Terra do Sol*.

O que por último se sentou na Sédia azul foi um homem do Norte, como nós dois, mais setentrional ainda, filho do Piauí, ao qual estive intimamente ligado no início de minha carreira, do qual divergi por algum tempo até que o mesmo tempo nos reuniu outra vez. Então, limpamos um ao outro a poeira da estrada que nos manchava as roupas e esquecemos os dias anuviados para somente nos lembrarmos dos que tinham sido cheios de sol.

Nortista, cultor da História, amante do tradicionalismo, sois aqui recebido por um nortista, vosso companheiro mais velho em uma década e pico de trabalho e convívio sem nuvens no Museu Histórico Nacional, Casa do

Brasil, onde colaboramos na mesma obra silenciosa, paciente, ignorada, mal recompensada e mal compreendida, porém fecundíssima, de entesourar as relíquias de nossa pátria e ensinar às novas gerações o amor do nosso passado e o culto de nossa saudade.

Tantas são as assinaladas coincidências ou, como diria o Sr. D. Pedro I à marquesa de Santos, as "misteriosas combinações", na noite de hoje, que me atrevo a dizer-vos que nós dois, Sr. Pedro Calmon, comemoramos com os mortos – o satírico, o crítico e o poeta – a glória das letras do Norte.

***

Bendita Cadeira essa em que agora vos sentais *par droit de naissance et de conquête,* vós que achais avós, como hoje bem poucos acham, nas genealogias de Jaboatão, com cartas de brasão d'armas a serem desenhadas e publicadas pelo heraldista Egon Prates; vós que amais as letras e delas fazeis missão e profissão, somente incursionando na política, porque ainda a inquietação de vosso espírito moço a julga escola de aprendizagem e vossa jovem ambição a considera uma boa escada. Dia a dia, a experiência dos homens e das cousas vos mostrará que a grandeza dum nome literário, que se conquista por si próprio, jamais pode ser comparada com a de um nome político, que se conquista, em geral, por meio de manobras despistadoras ou pelo impulso que vem das forças ocultas. Há, por isso, homens de letras que desdenham as gloríolas da política e ainda está para nascer o político que não aspire à glória da literatura, ambicionando a Academia no próprio fingimento de desprezá-la.

Na nossa terra, os políticos galgam todas as posições e ocupam todos os postos. São até generais. Não se contentam. Apoiando-se na timidez de uns e no interesse de outros, conquistam mesmo aquilo que deveria somente pertencer ao profissional das letras, tão desfavorecido da sorte e tão esquecido pelos que emborcam a cornucópia das graças. Nós, escritores, publicistas, historiadores, que dedicamos nossa vida ao manuseio do documento, ao trato do livro, ao convívio da poesia e da filosofia, entendendo, amando e praticando a arte, nós podemos compreender quanto isso é particularmente doloroso para os verdadeiros homens de letras.

Não foi o caso de Félix Pacheco. Não foi o meu caso. Não é o vosso caso. Os três andamos perdidos pela *selva escura,* à espera do guia virgiliano. Jornalistas, literatos, poetas na expressão ou no coração, fomos seduzidos

pelas sereias da política. Não fomos políticos seduzidos pelas sereias da literatura. Aquele que mais demorou entre elas foi o piauiense. Aquele que menos demorou, o cearense. Aquele que ninguém sabe quanto demorará e se não as enganará, ao invés de ser enganado como os outros, o baiano...

Quando iniciei os estudos de Direito no Ceará, conheci de nome Félix Pacheco como um dos jovens poetas que vinham formar nas hostes simbolistas despertadas por Cruz e Sousa. Quando cheguei ao Rio para terminar o meu curso, muito pobre e muito só, conheci-o pessoalmente. Ele acabava de ingressar na política. Eu arranjara um emprego modestíssimo no interior de Minas e ia partir para a velha cidade de Congonhas, quando, em companhia de meu muito querido e saudoso amigo, o impoluto magistrado que foi Eurico Cruz, encontrei na antiga leiteria Liga Marítima, na Avenida, um homem moço e grisalho, de esquisito olhar por trás das lunetas espessas, metido num grosso jaquetão de xadrez. Eurico Cruz apresentou-mo como seu amigo de infância e companheiro no Colégio Militar:

– O deputado Félix Pacheco, redator-secretário do *Jornal do Commercio*.

Senti uma tontura. Humilde provinciano de vinte anos à cata dum emprego, pobre jornalista duma cidade longínqua que vinha procurar viver em meio maior, deslumbrava-se diante do poeta já consagrado, do redator-secretário do órgão cujas várias derrubavam ministérios, deputado federal *par dessus le marché!* Mas Félix Pacheco estava, felizmente, num dia de excelente humor e tinha uma profunda amizade por Eurico Cruz. Dignou-se, pois, conversar com o rapazinho, indagar causas do Norte, pô-lo à vontade. A recomendação de Eurico para que favorecesse os primeiros vôos do jovem escritor, disse, despedindo-se:

– Mande-me uns escritos lá de Minas para o *Jornal da Tarde* e veremos...

Foi tudo e era quase nada, mas os náufragos se agarram a uma prancha, que é tão pouco, e com ela às vezes se salvam. Para o *Jornal da Tarde*. Nesse tempo, o *Jornal do Commercio* tirava uma edição vespertina, que fora fundada, se me não engano, por Gastão Bousquet. Félix abria-me as suas colunas. As da edição da manhã, não. Ainda era cedo.

Mandei crônicas, artiguetes e contos de Minas. Alguns figuram nas *Praias e Várzeas* e na *Casa de Maribondos*. O jornal publicava-os, mas, como vim a saber depois, Félix nunca os leu. Não tinha tempo para isso. Dava-os a

Corinto da Fonseca para que julgasse se prestavam ou não. Perdido nas montanhas do sertão do Paraopeba, trabalhando de sol a sol para ganhar a vida, eu tinha de vez em quando a alegria de receber um pacote de jornais em que vinham os meus artigos com a assinatura *João do Norte*.

Tantos saíram que ousei mais alguma cousa. Escrevi um longo estudo sobre o Descobrimento da América e mandei-o nas proximidades do dia 12 de outubro. Era demasiado grande para a edição da tarde: ou ia para a cesta ou saía na da manhã. Duas semanas depois, Eurico mandava-me a edição da manhã com o meu artigo em primeira coluna, artigo de fundo! Que surpresa! Que alegrão! Eu penetrara o Santo dos Santos!

Essa publicação fez com que, na primeira oportunidade, deixasse meu emprego longínquo e viesse, com as economias feitas no sertão mineiro, tentar a vida na grande capital. Apresentei-me na redação do *Jornal do Commercio*, então no último andar do prédio atual. Numa sala redonda, sob a torre do canto, onde estavam as coleções e o arquivo, trabalhavam repórteres e redatores. Outra sala, com grandes espelhos e duas longas mesas de leitura, servia de antecâmara ao salão de conferências dum lado e ao gabinete de Félix Pacheco do outro. Entro nele timidamente e por felicidade me encontro com um velho conhecido do Ceará, onde se casara, dirigira um colégio e deletreava comigo nas rodas da livraria Araújo, Valente de Andrade, subsecretário do jornal. A efusão dum encontro inesperado. Explicações. Levou-me logo à presença de Félix que se não lembrava mais de mim. Ao nome de João do Norte, porém, sorriu e foi dizendo:

– O Corinto é quem lê os seus escritos e gosta muito. Todos têm sido publicados. Mandei publicar o do Descobrimento da América na edição da manhã. Vou dar-lhe um vale para o Sr. receber suas colaborações...

– Mas eu não as mandei com esse intuito...

– Fazemos questão de retribuir os nossos colaboradores. Procure o Sr. Oscar Costa na sobreloja e dê-lhe este papel. Apareça.

Tenho tudo isso bem presente na memória. Procurei o Sr. Oscar Costa, que mediu os meus artigos, calculou as linhas e me pagou uma quantia com que nunca havia contado. Só o artigo do Descobrimento foi pago por 120 mil réis, dinheiro com que naquela época eu vivia um mês! Imagine-se como não saí dali cheio de esperanças e cheio de mim...

Da primeira vez que voltei ao jornal, à noite, resultou a minha entrada para a redação. Estava a conversar com Félix Pacheco na sacada que dá para a Avenida, quando os primeiros tiros da revolta de João Cândido se fizeram ouvir. Um corre-corre de repórteres e redatores na noite angustiosa. Pus-me de boa vontade a ajudar o pessoal da casa como franco-atirador. Passada a refrega, passei a fazer traduções e tópicos; depois, entregaram-me o serviço telegráfico da edição da tarde; afinal, quando Valente de Andrade se despediu e Fontoura Xavier, irmão do poeta e diplomata, tomou seu lugar, preenchi-lhe a vaga no corpo redatorial.

Honro-me em ter começado a minha carreira jornalística no velho órgão. Aproveito o ensejo para deixar cair algumas flores sobre os nomes dos companheiros que dormem o sono eterno e dos quais me recordo sempre com abundância de coração: Valente, Fontoura, Ernesto Senna, Custódio, os velhos Carqueja, Joaquim Lacerda, Barbosa Rodrigues...

Sente-se no vosso discurso, Sr. Pedro Calmon, quando vos referis ao *Jornal do Commercio*, que o amais como se ama uma grande tradição da pátria brasileira. Mau grado divirja dele em várias cousas e dele esteja afastado há 23 anos, também assim o estimo e admiro. No meio do tumulto espalhafatoso da imprensa de hoje, confusa e rasteira na maioria, sem vida moral e espiritual, em que o tamanho dos títulos escandalosos cresce à proporção que mingua o padrão da compostura, o *Jornal do Commercio* é ainda um marco da boa doutrina e uma coluna de sustentamento da Ordem. Na verdade, seu prestígio não é mais aquele de tempos idos, em que uma vária derrubava um gabinete; mas ocorre esta pergunta: quem teria baixado mais de prestígio no mundo, jornais ou gabinetes?

Vivemos pragmaticamente a época da técnica. Tudo decidem os técnicos. Tenha a palavra um técnico, o grande jornalista francês Urbano Gohier, para vos dizer em meu lugar o que é o jornal moderno: "Tomo, ao acaso, – escreve – um dos maiores jornais da França, milhão e meio de exemplares, lido pela classe média. O número é impresso em dez páginas e setenta colunas. Quarenta e sete contêm anúncios pagos pela tarifa comum. Cinco contêm anúncios pagos muito mais caro e o silêncio, cujo preço o leitor jamais conhecerá. Na primeira página, dez fotografias: ministros, assassinos e seus advogados, estrelas de cinema, cães premiados em uma exposição, cavalos

vencedores de corridas; de mistura, dois pequenos artigos completos e sete começos de artigos, cuja continuação é indicada: 2.ª página, 1.ª coluna; 4.ª página, 3.ª coluna; 5.ª página, 1.ª coluna; 4.ª página, 2.ª coluna; 5.ª página, 7.ª coluna; 5.ª página, 3.ª coluna; 6.ª página, 7.ª coluna, *etc...* É mais do que evidente que o leitor, na rua ou no ônibus, no restaurante ou no bonde, não poderá abrir quatorze vezes a imensa folha de papel para estar procurando o fim do primeiro artigo, voltando ao segundo, indo ao fim deste, tornando ao terceiro e assim por diante. Não; ele lê os trechos do início, lerá mais tarde os fragmentos das continuações e fará no seu pobre cérebro uma horrenda salada de dissertações econômicas, infanticídios, folhetins e contos alegres, notícias mundanas, informações políticas, anúncios de produtos farmacêuticos, crônicas urbanas, resumos financeiros, roubos e furtos, novas e prognósticos esportivos. Quando tiver absorvido tudo isso, poderá meter as mãos na cabeça e verá que não sabe exatamente nada...

"O conflito entre Mussolini e o Negus, a briga duma cabotina com seu empresário teatral, os socos dum turista americano numa dançarina bêbada dum cabaré de Montparnasse, introduzidos no seu espírito no mesmo plano, em gravuras do mesmo formato, em pedaços separados e misturados como um *cocktail*, tomarão valores idênticos e o deixarão aparvalhado. Ainda por cima, todas as cousas lhe são apontadas por meio de abreviações misteriosas: a ação dos C. D. H., a polêmica da F. P. I. com o departamento da I. S. R., a filiação da A. D. G. B. à Internacional de Amsterdã, o domínio dos políticos belgas sobre o I. O. S. e o P. O. B., as negociações do C. C. N. da C. G. T. U. com o E. G. T. da C. G. T. P., as iniciativas da D. R. A. C., da O. R. I. M., da F. S. J. R. L., a cisão entre a S. S. S. S. e a F. F. P. H. Como poderá ele lembrar-se, sem desfalecer, que a F. I. D. A. C. é a Federação Interaliada dos Antigos Combatentes; que a S. T. C. R. P. é a Sociedade de Transportes Comuns da Região de Paris; e que a L. F. A. C. F. é a Liga Feminina da Ação Católica Francesa? Desiste disso e não quer mais saber de nada, mandando tudo ao diabo... Não se interessa mais senão pelo Circuito de França, pelos imundos feitos de Violette Nozières e Oscar Dufrenne, pelos *matches* de boxe com suas tramóias e pelos espetáculos, cuja lista fielmente tirei dum único número do referido jornal: – *Mulheres loucas* – *Doze dançarinas nuas* – *Toda nua!* – *Mulheres nuas* – O *clube das mulheres nuas* – *Toda*

nua, minha senhora! – *Carnes nuas* – *Nus em folha* – *Com os nudistas* – *A barca das moças nuas* – O *cruzeiro dos nus* – *A garçonnière do sátiro* – *Uma noite do marquês de Sade* – Isto numa só noite, em dez teatros e teatrinhos de Paris!"

Eis como um grande jornalista francês vê a imprensa de seu tempo e de seu país. A nossa segue o exemplo. Parece caricatura o que aí está, mas é, infelizmente, um painel verdadeiro. Bem haja, pois, o velho *Jornal do Commercio* que conserva, no meio desse delírio do sensacionalismo e da confusão, as linhas puras duma folha à antiga e decente! Vemos nele como que uma fachada clássica, com seu peristilo dórico, sua harmonia e seu ritmo, perdida no seio dos elances malucos dos arranha-céus lisos e polidos, que não são mais edifícios, porém, consoante a definição dos modernos arquitetos, máquinas de morar...

Completei minha educação de jornalista dentro dos lineamentos do velho órgão e lhe atribuo a couraça com que pude resistir a todas as seduções da imprensa escandalosa, preferindo antes o retraimento do que certa publicidade. Como vós, Sr. Pedro Calmon, freqüento os jornais na qualidade de colaborador. Somos pessoas de cerimônia recebidas na sala de visitas. No dia em que fizermos parte da família, teremos de ir até a cozinha. É preferível, portanto, que vamos ficando onde estamos...

Em verdade, no Rio de Janeiro, o único jornal diário de que efetivamente fiz parte, foi o que Félix Pacheco secretariava no meu tempo e passou a dirigir e possuir depois de minha saída. Falastes aqui do poeta, do publicista, do erudito baudelaireano e do político. Evocastes todas essas facetas da mesma complexa personalidade. Eu quero lembrar somente, no jornalista, o companheiro de redação, chefe e amigo, entre 1910 e 1913, quando ainda se andava de tílburi neste Rio de Janeiro, a Suzana Castera, condecorada pelo governo francês com o Mérito Agrícola, passeava num carro puxado por mulas brancas, sob o amplo guarda-sol de malinas e valencianas; quando se apregoava na Rua do Ouvidor – "Vai começar a inana!" e o Morro da Graça decidia dos destinos do Brasil no gozo da lua de mel liberal-democrática, sem os miados e uivos perturbadores dos extremistas da Esquerda ou da Direita...

O que, então, eu mais admirava naquela figura encanecida e acurvada antes de tempo era a formidável capacidade de trabalho, que, em dezembro, com os pareceres orçamentários da comissão de finanças de que fazia parte,

na Câmara, atingia o ápice. Quantas vezes, após um plantão exaustivo, descemos a pé, de madrugada a calçada de mosaico da Avenida, tomamos uma média no Café Suíço, onde se reuniam redatores de *O País* até o amanhecer, apanhando eu um bonde para Laranjeiras ou Catete, onde residia, ele um tílburi para Botafogo. No dia seguinte, fatigado, mal dormido, vinha às nove horas começar o serviço telegráfico da edição vespertina e sempre o encontrava em atividade. Não me recordo dum dia em que houvesse chegado depois de mim.

Humor variável. Ora, de cabeça para cima, ora de cabeça para baixo. Umas vezes, de veludo e seda; outras, de espinhos e seixos pontudos. Era difícil adivinhar. Engolia uma baleia e engasgava-se com uma piaba. Generoso, passando a mão pela cabeça de todos, de manhã. Ranzinza insuportável, de tarde. Às vezes, dum carinho de irmão mais velho. Outras, duma secura e rispidez de inimigo. Tudo dependia das condições de momento naquela vida que se esgotava, mantendo as tradições do jornal e centralizando um trabalho superior às próprias forças, sem dar o braço a torcer, ah! isso nunca! No entanto, que cuidado maternal com amigos velhos e novos, que não transparecia e como que se escondia mesmo sob as asperezas! Um amigo velho e um novo, Miguel Melo e eu, andávamos sempre juntos. Corda e caçamba. Eu, redator; ele, colaborador Ao aproximar-se o fim do mês, Félix Pacheco procurava saber por intermédio de Miguel Melo quanto eu já havia feito de extraordinários, porque meu ordenado não era muito grande e os bicos o arredondavam, a fim de me dar traduções e outros serviços que completassem a soma de que carecia para viver e estudar. De mim, indagava, discretamente, quanto a colaboração do Miguel já havia rendido, com idêntico fim. E, como a cada um recomendasse segredo, pensava que não conhecíamos um e outro o subterfúgio.

Não, Sr. Pedro Calmon, por mais que o vosso talento esmalte de belas cores o brasão do artista e do homem público, ficai certo de que esse Félix Pacheco foi um Félix Pacheco que uns podiam admirar e outros criticar, enquanto que aquele que conheci na intimidade e ora aqui revelo, esse somente merecia um profundo querer bem. É com o coração nas mãos abertas que vos digo isto e à Academia e a todos quantos hoje se reúnem nesta sala para vos aplaudir: lá no outro lado da vida, se me escuta e me vê, o amigo dos dias

de mocidade e de esperança, está lendo a sinceridade do meu preito ao Félix Pacheco do meu tempo de jornal.

Sois muito moço ainda, Sr. Pedro Calmon. Tendes um pouco mais da idade que eu tinha, quando representei com o primeiro Alberto Faria esta mesma peça dialogada que ora estamos representando. Ainda não conheceis todas as agruras da jornada. Dia virá – e não vos rogo nenhuma praga – em que sob a poeira da caminhada vereis brotar as primeiras gotas rubras do sangue tirado pelos espinhos. É a lei da vida. É o tributo que temos de pagar. Desejo e espero, contudo, que vejais menos gotas e mais tardias do que as vi. Divergimos no feitio e bastante, embora nos compreendamos bastante. Sois doce e eu, áspero. Sois um florentino na governação de vossa vida. Eu me atiro nas lutas, sem medir conseqüências, pelo próprio prazer de lutar. É para esses pingos de sangue que estou olhando agora, depois de ter tido o prazer de recordar...

Doce e florentino. Todavia, há na vossa existência um traço que me apraz assinalar agora e que é o penhor de que também sabeis quanto é belo, nobre e revigoradora a luta. Parente próximo pelo sangue e mais próximo ainda pelo espírito e pelo coração dum nobre homem público, então no poder, parente de outros, então prestigiados e fortes, bem moço chegastes ao Rio de Janeiro e não vos metestes entre os biombos dourados dum gabinete de ministério, nem procurastes uma sinecura, nem intrigastes por um cartório rendoso.

Mas preferistes, modestamente, fazer um simples concurso para Terceiro-Secretário oficial do Museu Histórico, entrando para uma repartição de ordenados parcos, de verbas humildes, de promoção dificílima pelo seu quadro restrito, mas acorde com o vosso sentimento, as vossas inclinações e os vossos estudos. É bem raro nos dias que correm os que, assim como vós, preferem os ditames do Espírito às solicitações poderosas da Matéria.

No dia em que Félix Pacheco foi eleito para esta Casa, saímos do jornal à tarde e fomos a uma sessão do antigo cinema Odeon, esquina de Avenida e Sete de Setembro, ver uma fita da Francesca Bertini. Num dos intervalos, Félix disse-me de repente:

"– João (era como sempre me chamou), vai lá dentro e pergunta pelo telefone o resultado da eleição na Academia."

Eu não sabia que se tratava da eleição dele. As edições do jornal não tinham publicado uma palavra. Ele nada dissera aos companheiros. Foi com surpresa que recebi a notícia de que fora eleito. Dei-a, alvissareiro. Guardou silêncio. Quando saímos, anoitecera. Chamou um táxi e convidou-me:

– Venha jantar comigo em casa, à Rua Evóneas."

Jantamos e voltamos para o jornal. Quando eu fui eleito para a Academia, os caminhos de nossas vidas não corriam mais paralelos. Félix Pacheco, ministro do Exterior, despachava no palácio do Catete com o Presidente Artur Bernardes. Não íamos mais juntos ao cinema nem jantávamos mais na mesma intimidade...

Há um outro Félix Pacheco que devo evocar esta noite para que memória fique dele nos anais desta Casa. É o Félix dos primeiros vôos no Colégio Militar, o Félix do jornalzinho *Aspiração*. Nada mais curioso para os que se preocupam com as cousas do espírito do que conhecer os primeiros escritos de prosadores e poetas que atingiram certa notoriedade. Palpa-se, assim, o ponto de partida de sua evolução mental. Infelizmente, não se tem publicado de todos os homens de letras notáveis as primeiras páginas, a exemplo do que se fez com Gustave Flaubert. Daí a curiosidade que nos anima quando sob nossas vistas caem as primeiras produções dos grandes escritores.

Aspiração era uma pequenina "folha literária e científica", como ela própria se intitulava, publicada por um luzido grupo de meninos do Colégio Militar. Fez época aí pelo ano da Graça de 1894. Dizia-se mais órgão representativo duma sociedade literária colegial, cujo presidente era o Sr. Alincour Fonseca e cujo Primeiro-Secretário era o Sr. José Félix Alves Pacheco. O vice-presidente chamava-se Eurico Tôrres Cruz.

As suas sessões comemorativas ou solenes eram, às vezes, presididas pelo engenheiro Graça Couto, que pronunciava os discursos oficiais, enquanto Félix Pacheco recitava Guerra Junqueiro e o educador Franco Vaz dizia monólogos. Hoje, estão em moda heptálogos e octólogos... É interessante percorrer a coleção da folha infantil. Artigos sobre o Homem Primitivo, de Bias Pimentel, sobre numeração, de Egídio de Castro e Silva, sobre vários assuntos, de Colatino Barroso, de Saddock de Sá, de outros, atualmente cobertos de galões ou em altos postos civis.

Passemos rapidamente a vista por alguns números. No de n.º 14; Félix Pacheco estampa um trabalho "As moças de hoje", em que desanca as melindrosas da época. Imagine-se o que não escreveria sobre as de agora... No de n.º 15, já em 1895, o nosso caro presidente, Sr. Laudelino Freire, professor do Colégio Militar, comparece com um artigo sobre a Tomada da Bastilha. A efeméride merece uma crônica de Urbano Duarte e um editorial do professor Hemetério dos Santos, afirmando que o 14 de julho foi o 13 de maio dos brancos... Na secção pilhérica "Girando", o meu saudoso amigo Miguel Melo, também aluno do Colégio nesse tempo, é nomeado entregador do *Aspiração* pelo ordenado mensal de 540 réis... Mário Barreto fazia as "Notas Filológicas" e Milton Cruz elogiava Floriano Peixoto. Félix, porém, era o mais fecundo colaborador do jornalzinho, em estudos, em artigos, em cartas à redação, em polêmicas, em versos, em desabafos contra os críticos que denomina "bananeiras improdutivas", em explosões de entusiasmo por Napoleão Bonaparte, "O Raio da Guerra":

Então, com voz retumbante,
imperiosa e possante,
fez marchar a expedição.
As pirâmides famosas
ouviram silenciosas
repercutir em Gizeh
O ronco atroz do canhão!

Deixemos, porém, o passado, que já nos deu seus melhores frutos: a experiência e a saudade. Deixemo-lo e olhemos para o presente. É preciso não olhar demasiado para trás, para não nos imobilizarmos em estátuas de sal. O presente sois vós e o futuro sois vós, por serdes moço, não direi propriamente belo, mas posso afirmar que mais bonito do que feio e, sobretudo, extremamente simpático, Vossa simpatia não é somente a da exterioridade física, porém, ainda mais a da exteriorização intelectual e moral. Uma obra cheia de vida e de brasilidade, vazada na preocupação das cousas sérias e nobres. Uma vida moralizada e digna, norteada pelos princípios da moral cristã.

Ao lado dum espírito prático, muito de sonhador, olhando para o passado com uma grande vontade que ele ressuscite. Como não podeis dizer-lhe: – "Levanta-te e caminha!" presenciando o milagre conseqüente, o ressuscitais na vossa arte, cujas raízes se prolongam muito adentro na terra, na vida, na gente, na alma do Brasil. Sente-se isso em todos os vossos livros, tanto no ensaio biográfico ou histórico quanto no conto ou na novela. Essa brasilidade faz com que eu me honre em receber-vos, como me honrei em receber Olegário Mariano, o grande poeta de "Meu Brasil".

Sem deixar de ser humano e cristão, sem esquecer os laços que nos prendem à civilização mediterrânea, sem repelir as nossas bases clássicas, sois antes de tudo, como eu, mais uma coincidência, um namorado do Brasil, em uma época triste e perigosa em que muitos são namorados de Moscou e a maioria namorados unicamente de si mesmos. Qualquer de vossos livros, até os menos conhecidos e valiosos, mostram claramente esse namoro. Basta analisá-los. Façamos a experiência com a novela *O Tesouro de Belchior* que a Academia houve por bem premiar em renhido e ruidoso pleito literário. Estudemo-la no seu significado brasileiro e humano.

As lendas das Cucanhas, dos países maravilhosos e afortunados, de leite e mel, de pedraria rutilante, de ouro e prata, vêm de longe nas tradições da humanidade. Algumas parecem a saudade de melhores tempos vividos pelo homem: a Idade de Ouro. Outras como que evocam eras anteriores à Terra, para a qual viemos como degredados em expiação: os Campos Elíseos. E outras muito simplesmente traduzem o desejo muito humano de encontrar qualquer cousa melhor do que a mesmice de todos os dias na existência comum.

Vêm de longe, até estas últimas, filhas, sem dúvida, das outras. Já Pompônio Mela, no seu *Livro III*, ao tratar do Oceano Oriental e da Índia, fala do modo seguinte duma região indiana:

> Ali as formigas são do tamanho de cães e guardam, segundo dizem, como os grifos, o ouro que arrancam às entranhas da terra, fazendo pagar caro a audácia dos que o tentam roubar. Há serpes também tão prodigiosas que matam até os elefantes ou dilacerando-os com os dentes ou enlaçando-lhes os corpos. Em alguns lugares, o solo é tão fértil e fecundo que o mel

escorre das folhas, as árvores produzem lã e um gomo de caniço que dá para construir uma canoa em que cabem dois e mesmo três homens.

Eis aí a famosa Cucanha medieval – sonho de aventureiros durante séculos, que, ao alvorecer do Humanismo, veio fazer rir de boca escancarada o inimitável Rabelais. O *Dit de Cocagne*, versalhada francesa do século XIII a que alude Gastão Paris, pinta esse país de sonho com todos os pormenores. Nessa terra fantástica, produto do anseio humano de melhorar de sorte, da eterna esperança humana num paraíso terreal ou celeste, cuja origem está na mais remota antiguidade e que os antigos tupis buscavam sob o nome de Ivi-Meranhim, – as peças de vianda giravam por si próprias no espeto, os gordos bácoros assados e louros passeavam pelas ruas com uma faca enterrada no lombo para quem quisesse tirar sua fatia, o vinho corria em regatos, o mel abrolhava na rugosa casca dos freixos e das olaias, os telhados das casas eram de pão fresco, reinava uma eterna primavera, pagava-se maior salário a quem mais dormia e a água jorrante da fonte de Juventa não deixava envelhecer! A fome do pobre e a glutoneria do rico não podiam sonhar sonho melhor do que esse, na Idade Média.

Veio o derrame de aventureiros pelos Oceanos Tenebrosos e pelos Continentes Desconhecidos. A lenda da Cucanha misturou-se às das terras desaparecidas, das ilhas misteriosas e felizes dos primitivos navegadores. Andaram uns de déu em déu, buscando as Makariai gregas, as Afortunadas dos latinos, a da Mão de Satanás dos feiticeiros, a de São Brandão dos cristãos irlandeses, a das Sete Cidades dos atlantes, a do Brasil dos Celtas. E Ponce de Leon, grande fidalgo e grande sonhador, procurando a fonte da Eterna Mocidade, descobriu a Flórida nas brumas azuis do Mar das Antilhas.

Mal tocam os descobridores a virgem terra americana e iniciam seu desbravamento, a lenda imortal se reveste de novas formas. Na espessura das selvas, no coração de ínvios sertões faísca a riqueza sem par da áurea cidade de Manoa. Aos prescrutadores da imensidade da Ásia tártara acenava a miragem do Preste João, soberano cristão perdido com seu povo na ignota vastidão do continente. Aos da imensidade americana seduzia a do rei coberto de ouro da cabeça aos pés, *El-Dorado,* governando um país em que tudo era de ouro e se mirava nas águas misteriosas do Lago Parima. Quantas dezenas de bandeirantes se perderam na intrincada floresta virgem, nos labirintos dos iga-

pós, nos chapadões solitários, nos araxás desertos e nas serranias intransponíveis à procura da nova e intangível Cucanha? Mas, por causa dela, Orellana explorou o curso do Amazonas.

Parece que a natureza influi sobre a mentalidade humana para a criação de tais lendas, pois elas são mais do que necessárias à ação civilizadora do homem. São elas que conduzem as aventuras e bandeiras fecundantes aos desertos inviolados e às florestas impenetráveis. Dão aos indivíduos a força sobre-humana com que realizam entradas e incursões, bandeiras e conquistas. Os próprios chefes de bando com certeza deviam explorá-las, a fim de manter no espírito de seus companheiros a chama sagrada do desejo e da ambição, segredo dos prodígios que praticaram. Ao exegeta, o papel de tais lendas é como o do tesouro que, na fábula célebre, o pai legou aos filhos, dizendo-o enterrado em seu campo. Tanto o esfuracaram, revolveram e araram que o fecundaram para o viço dos trigais cor de ouro, transformando-o de verdade em uma riqueza de searas opimas.

Cortados ou perlongados os rios, prescrutadas ou percorridas as selvas, desvendadas ou dominadas as cordilheiras, nunca se encontraram Manôa, Parima e Eldorado. A lenda protéica se arrebicou com nova pintura. Foi a Serra das Esmeraldas, a azul Vupabussu, atraindo do fundo dos horizontes Fernão Dias Paes Leme. Foi Sabarabussu, a Serra de Prata, alvejando na largura imensa do sertão. Foi o branco, faülhante morro de prata do Moribeca, erguido no meio das ásperas caatingas do interior baiano, desafiando a cobiça dos bandeirantes. Seu poder foi como o instinto genésico que obriga à propagação da espécie na quase alucinação do desejo. Forçou a violação das regiões ignoradas.

É num derradeiro avatar dessa lenda tão antiga que bordais a colorida teia da novela *O Tesouro de Belchior,* cujo assunto explicais desta sorte em erudita nota:

> Belchior Dias Moréa (ou *Caramuru),* audacioso mameluco que se afazendara, por ocasião da conquista de Sergipe, nas várzeas do Rio Real, era, por Genebra Álvares, neto de Diogo Álvares Correia e de sua mulher, a tupinambá Catarina. Jaboatão, à míngua de documentos, desconheceu-lhe a descendência e mesmo a antonomásia. Deixou Belchior, entretanto, ilustre sucessão, que se enobreceu em constantes alianças, avultando em haveres e prosá-

> pia. Guerreiro às ordens de Cristóvão de Barros no *rush* de Sergipe, bandeirante em substituição do insigne Gabriel Soares, cuja espada levantou tombada nas cabeceiras do Paraguassu, criador de gado no Jebiberibe e descobridor das *minas de prata*, disse dele um outro famoso sertanista, Pedro Leolino Mariz, que ninguém o superava em poderio e influência. Informa o ofício do Intendente Geral das Minas Novas, de 1752: "O Moribeca (assim chamavam a Belchior Dias Moréa) foi o mais apotentado homem deste Estado..." Mariz, Leal, outros notáveis bandeirantes baianos, creram sempre nas jazidas até hoje engastadas no coração da terra. Morto o Moribeca, seu filho Robério (a quem a lenda indevidamente dera os títulos do pai), seu bisneto, o Coronel Belchior da Fonseca, os fidalgos da Torre, D. Rodrigo de Castelo-Branco, o Coronel Pedro Barbosa Leal, por último o "mestre de campo de conquista" João da Silva Guimarães e Lourenço Antônio Bragança baldadamente perseguiram a miragem. Sabugosa, com desânimo e aflição, comentara a 23 de agosto de 1730 "que as minas foram a total perdição do Brasil e a falta delas hoje será sua última ruína...

Na novela, em desespero de amor, um moço bastardo e pobre procura o tesouro do velho Belchior, o monte de prata que lhe dará honra, fortuna e glória. Livro profundamente brasileiro. Um tanto romântico, sem dúvida. Traços de Alencar e de Rodrigues Larreta. Laivos de ironia a Montalvo. Linguagem preocupada com a pureza da liga entre o termo antiquado e a necessidade da expressão moderna. Um senso novo no rápido trato das paisagens. De quando a quando uma água-forte. Exata reconstituição do ambiente, do móvel à cela do convento, do bacamarte afunilado às arquiteturas barrocas, do pano de vestir à manifestação das almas. E páginas triunfais, como a entrada da bandeira que regressa pelas corcoveantes ruas da Bahia! A evocação da antiga vida brasileira.

No entrecho, bordada uma mentira de grande quilate, miragem maior do que ilhas Abençoadas, Preste João, Cucanhas, Manôas, Eldorados, Serras de Esmeralda ou Montes de Prata: os personagens de sua fantasia encontram todos a felicidade, cada qual a seu modo e contento, depois de árduos trabalhos. A lição cruel da vida às vezes é outra. Nem sempre com esforços se obtém os tesouros de Belchior, lendários ou verdadeiros. Em geral, o mérito tem até o grave condão de afastá-los. A existência raramente segue o exemplo dos romances.

Mais uma vez, não é o vosso caso, pois que chegastes a este Eldorado das letras nacionais, a esta áurea Manôa sobre a qual corvejam todas as ambições, tanto maiores quanto mais ignoradas e menos justificáveis, pelo vosso esforço numa longa bandeira de penetração através da nossa história, da qual regressais, fazendo inveja em bandeirantes mais antigos e menos felizes, com as mãos cheias de pepitas de ouro, de diamantes e de esmeraldas que sabeis lapidar e expor na magnífica vitrine de vossa obra notável.

A evocação da antiga vida brasileira, disse há pouco. Repito: a evocação da vida brasileira é toda a vossa obra de escritor e historiador. O panorama das tradições familiares e solarengas inspirou-vos um volume de contos: *Pedra d'Armas.* O panorama das lendas de penetração, como vimos, inspirou *O Tesouro de Belchior.* Na lição de Glotz, é um fato de natureza universal a lenda preceder a História. Do panorama hediondo da escravidão, do tráfico fenício-judaico de carne humana, que enriqueceu a liberal Inglaterra, quando montava na Virgínia *haras* de reprodutores negros, penetrastes no ponto mais misterioso, a insurreição muçulmana das senzalas, para escrever as páginas do *Malês.* Em *A Conquista*, traçastes o panorama das gloriosas bandeiras baianas, ao tempo em que a gente da Torre e a gente do Sobrado varavam a largura do sertão bravio, repelindo o kriri e buscando o ouro cobiçado nos desvãos de todas as grotas. *O Espírito da Sociedade Colonial*, que se tornou livro obrigatório na estante de qualquer brasileiro, é o panorama, não só da vida, mas das almas, dos nossos avós, a quem o velho João Brígido apelidou com um ressaibo de ironia maldoso: Bons, burros e bravos. Os anseios de liberdade, a gestação da nacionalidade política constituindo-se na placenta do espírito de brasilidade que vinha da guerra holandesa, a aurora do Império desabrochando ao sol do Ipiranga, é o panorama que nos pintais em vosso estilo quente e faülhante, lantejoulado de entusiasmo, na *História da Independência do Brasil.* Aludistes de início ao "milagre de claridade e cor da terra natal"; é ele que nos apresentais em novo panorama: *História da Bahia.* E, afinal, com uma palheta de mestre consumado, sem pequenos artifícios, em largas e magníficas pinceladas, sombreando os grandes fatos e os grandes homens que ressaltam dos fundos coloridos das massas anônimas agitadas pela História, ofereceis aos nossos olhos curiosos como os das crianças o vasto panorama da *História da Civilização Brasileira*, desde o descobrimento com as cruzes de

Cristo sangrando nos traquetes das caravelas até as bandeiras auriverdes do Império transmudadas nas bandeiras auriverdes da República, desde o ciclo do açúcar com seus primitivos engenhos, até os ciclos dos empréstimos escravizadores, dos parlamentos e das hegemonias presidencialistas.

Homens e cousas. Afastareis um tanto as cousas, os grandes cenários, as multidões, as esquadras, os exércitos, e nos dareis os grandes homens isolados, arrancando-os um a um dos panoramas sociais em que se esbatiam. Tirais do panorama das lendas de penetração e das bandeiras, majestosa de simplicidade, a figura de *Anchieta – o Santo do Brasil*. Do panorama da história de vossa Bahia, *O Crime de Antonio Vieira*. Do panorama do espírito da sociedade colonial, com seu corolário e resumo, o vulto de D. João VI nesse tão simpático e sentido livro que é *O Rei do Brasil*. Do panorama da Independência, perfilado no seu corcel de guerra, recamado de douraduras, o recurvo sabre egípcio ao lado, o alto bicórnio de través, destabanado e destemeroso, *O Rei Cavaleiro*, o nosso primeiro imperador, cujo sacrifício no 7 de abril e na reconquista do trono português, purificou dos erros da agitada mocidade e dos amores com a marquesa. E, no vasto panorama de nossa civilização, fostes buscar em pontos extremos duas nobres individualidades para retratá-las em livros: nos dois Reinados, *O Marquês de Abrantes*; na República, o heróico defensor da Lapa, *Gomes Carneiro, o General da República*..

Tem-se a impressão de que pintastes todos esses panoramas com o intuito preconcebido de servirem de moldura aos retratos e miniaturas, cujas tintas foram combinadas com esmero. Todavia, entre eles se sente que amais a uns mais do que a outros e a um sobretudo. É D. Pedro I, quem goza da vossa preferência. Somente citarei uma página vossa, nesta noite, além da pequenina e erudita nota que já referi, para que ela tenha o relevo que merece. É aquela em que descreveis com lágrimas no estilo os derradeiros momentos do nosso Imperador:

> D. Pedro I expirava como uma luz que, se apaga docemente: a este clarão trágico a epopéia de sua vida se recortava bruscamente. Os poetas suspiravam que ele se finava oportunamente, sobre os troféus do seu triunfo, antes que os corrompesse o tempo e no relógio da história outras horas soassem; porém, o povo, pasmado daquela insidiosa febre, e costumado de ver morrer

> assim reis inválidos e bambos, jamais rapazes sadios como galegos, rompia pelas igrejas a suplicar de Deus a saúde do Libertador. Deus não o ouviu e os poetas tiveram razão. Caindo sobre os louros frescos da glória, não resvalou D. Pedro para as miseráveis esferas da vida medíocre e do fim obscuro: na sua cabeça imperiosa não alvejaram as cãs, e foi com ela alta, a irradiar força e sonho, que entrou festivamente nos círculos dos nomes imortais.
>
> D. Amélia não lhe abandonava a cabeceira. Raros fidalgos entravam na alcova de sua dor. A vida deixava-o vagarosamente, travando-lhe os movimentos, enquanto a inteligência, lúcida e acesa, ardia teimosamente o seu facho, até o fim.
>
> A 19, o Duque da Terceira foi beijar a mão ao moribundo. D. Pedro pediu que lhe trouxessem um soldado do 5.º. Era o batalhão de guarnição da Ilha Terceira, que estivera em armas por cinco anos, arrastando o seu fio de sangue pela história da Restauração. A ele dera D. Maria a bandeira bordada pelas suas mãos. O batalhão-mártir. O soldado apresentou-se, perfilado, a sua medalha da Torre e Espada no peito arqueado de praieiro, as pernas trêmulas, uma onda de emoção a sufocá-lo. Atraiu-o brandamente, abraçou-o e disse-lhe: – "'Transmite aos teus companheiros este abraço de saudade...' O soldado saiu soluçando, e fora do palácio, desesperado, bradava: 'Ó Deus, por que uma bala não me matou no Porto, antes de ver neste estado o meu coronel!'

Esta página dispensa-me da leitura de qualquer outra, como da referência a outros trabalhos de vossa lavra, sobretudo os jurídicos, que gritariam por se verem nesta companhia...

Panoramas. Homens. Cousas. Almas. Será somente isso a História. Não. Há alguma cousa mais e alguma cousa muito séria. Tenha a palavra Emanuel Malynski através de Léon de Poncius:

> Existem sempre centenas de milhares de homens bastante ingênuos para acreditar que as cousas acontecem por si mesmas e que saem do nada sem que ninguém as mova. Por menos que se reflita, isso é um absurdo filosófico e um desafio ao bom senso. Sobretudo numa época que pretende ser científica e em que se deve saber que os próprios processos outrora tidos como automáticos e regulados pelas leis abstratas da natureza, como a

> decomposição dos cadáveres, a velhice, a morte considerada natural, são determinados por agentes concretos e vivos chamados bacilos e toxinas, que trabalham para esses fins. Sem eles, não haveria decomposição, nem febre, nem decrepitude, nem morte, e, se tais agentes são invisíveis, isso não quer dizer que realmente não existam.
>
> Do mesmo modo, na sociedade, que é a humanidade no espaço, e na história, que é a humanidade no tempo, bacilos e toxinas de forma humana, que o olhar das gerações não divisa, que o olhar dos historiadores ignora ou, na maior partes das vezes, finge ignorar, mas cuja existência não é mistério para o bacteriologista da sociedade e da história, provocam febres, decrepitudes e decomposição, paralisias ou convulsões, velhice, invalidez e morte...

Um de vossos grandes méritos como historiador é justamente serdes dos raros que se atrevem a denunciar alguns desses bacilos. Mostrais em vossos livros alguns desses micróbios secretos, econômicos e políticos, produzindo nas sombras o que vai aparecer à luz. Por várias vezes, no ciclo dos açúcares ou nos rodamoinhos das guerras e políticas, mostrais o judeu internacional e o pedreiro livre, seu aliado oculto, agindo no sentido da mesma obra demoníaca de destruição dos fundamentos da civilização cristã. Levantastes algumas pontas do espesso véu que cobre a História Secreta do Brasil. Os demais fazem sempre história como diria o Balzac das *Ilusões Perdidas: Ad usum Delphini.*

Nunca os micróbios, bacilos e toxinas, que vós bem conheceis como bacteriologista da história que sois, sr. Pedro Calmon, trabalharam tanto no fundo dos metabolismos sociais como hoje. No grande zodíaco dos mundos, a era dos Peixes se encerra no derradeiro milênio para que se inaugure a era do Aquário. Já os Arcanjos do Eterno, como rezam os livros enoquianos, se curvam sobre os Pólos, a fim de mudar a posição do eixo da Terra. A voz de Gabriel Hanotaux, recebendo Paul Valéry na Academia Francesa, anuncia o milagre: *A l'heure où nous sommes, l'humanité est comme en suspens. On ne sait quoi de grand ou d'extraordinaire se prépare ou va naître, le monde est aux écoutes et se tait dans une attente anxieuse.*

Nada, Sr. Pedro Calmon, nasce sem dor. A nova era nascerá da dor. Da dor e do sangue. Os profetas afirmam que a cor do sangue será a cor da nova

idade. E um deles, Paul Le Cour, companheiro de Jorge Duhamel no grupo de estudiosos de *Atlantis*, escreve:

> Os que andam cantando a Internacional e brandindo a bandeira vermelha ficariam assombrados se lhes disséssemos que proclamam a futura soberania mundial do Cristo-Rei, cujo emblema é a cor vermelha, a Púrpura Real. Mas, como já dizia José de Maistre, a lima não sabe que está fabricando uma chave...

Na verdade, o destino do Mal é trabalhar pelo Bem. Rezam, porém, ainda as profecias que, antes do Cristo, virá o anticristo, em tudo semelhante ao Cristo, de modo que muitos serão enganados e o seguirão. Como conheceis bem os micróbios que preparam seu advento, estou, Sr. Pedro Calmon, que não vos contarei no número dos iludidos. A Academia, que hoje vos recebe com flores da Natureza e flores de retórica, é uma Casa tradicionalista e ordeira, por princípio e instinto de conservação. Ela somente pode viver, à sombra da ordem e da estabilidade. Expressão de pensamento e cultura do Brasil cristão e livre, sabe que vós sereis um de seus grandes soldados na defensão do seu patrimônio espiritual.

Discurso do
SR. JOÃO NEVES DA FONTOURA

e

Resposta do
SR. FERNANDO MAGALHÃES

Sessão solene extraordinária
do dia 12 de junho de 1937

I

DISCURSO DO SR. JOÃO NEVES DA FONTOURA

No relógio da minha vida muitas horas tenho ansiosamente esperado que soem. Todos nós temos as nossas horas esperadas e, aguardando-as, seguimos os ponteiros, contando febrilmente os minutos, que quase sempre são duros anos decepcionados – ou porque a hora nunca chega a soar ou, se soa, nunca traz a apetecida alegria, se é que as longas e dolorosas vigílias não esfumam nas tristezas da demora as luzes, que de longe nos pareciam solares. Por isso não raro – ai de nós! – a hora desejada é a hora malograda, companheira ou causa da desventura, talvez porque, como no verso camoniano do maravilhoso lírico paulista, "nunca a pomos onde nós estamos". Quem, paciente, descesse ao mistério das coisas transitórias, provavelmente estudando a filosofia das horas, descobriria a fonte dos desenganos no mito alexandrino que as fazia filhas do Sol e da Lua, pois, no Olimpo como na terra, sempre foi condição humana e divina que os frutos do amor e do ciúme não escapassem à amargurada incerteza dos consórcios. Ninguém resumiu melhor os desesperos de esperar e a certeza das desilusões da realidade do que La Fontaine no hemistíquio célebre: *N'attends qu'à toi Seul,* símbolo eterno de que é dentro de nós e não nas estrelas que devemos buscar as fontes da fortuna ou da desgraça. Em todo caso – bem ou mal – não será o melhor da vida, como no aforismo popular, o tempo que se consome esperando?

Decerto por isso a hora de entrar na Casa de Machado de Assis foi para mim, de todas as minhas horas, a que esperei melhor. Nunca a perturbou

a agitação de outras que aguardei para longo descrer, nem a envenenou a paixão das lutas, que transformam em gotas de sangue ou lágrimas o ouro que as assinala no mostrador. E assim, para saborear a ventura da espera sem quebrar-lhe o encanto, não me apressei a transpor esta ilustre soleira. Já me bastava meditar todos os dias na honra que me havíeis feito, abrindo-me a vossa porta logo da primeira vez que a ela ousadamente bati. Fiz, entre a eleição e a posse, um ano de noviciado, contente de saber que viria, se Deus quisesse, esta noite de junho para sentar-me timidamente em uma destas cadeiras, a que destes, por um senso inspirado dos matizes, a cor das madrugadas brasileiras.

Pude assim prolongar o sabor que precede todas as núpcias, dilatando a sensação de conquista daquele que, noite velha, do alto da montanha, vê, depois de longa viagem, brilhar no vale o clarão da cidade suspirada.

Venho do tumulto da vida pública começada na adolescência. Percorri-a toda, conheço-lhe os acidentes da inconstante geografia. Atravessei prados floridos, galguei montanhas íngremes, desci ladeiras alucinantes, palmilhei desertos intermináveis. Entre a ordem e a revolução, o que era e o que devia ser, atormentado pela sede não conformista dos homens do meu tempo, e satisfazendo os próprios anseios renovadores, varei com os da minha geração os dias de angústia que coube viver à pátria brasileira.

Mas não é um inventário a que venho proceder, ainda que quanto a mim tivesse a melancolia dos arrolamentos de pobreza. Nem o momento nem o lugar poderiam converter este cenáculo do espírito em tribunal de julgamento cívico, bem que hoje, alterada a estrutura da sociedade humana, já não se permita o pensamento insulado entre as paredes de um templo e desintegrado da ação circunscrita à poeira de todos os embates.

A geometria do mundo moderno desconhece a bissetriz metafísica que separa o cérebro do músculo, como não se admite mais a espécie dividida em duas categorias rivais – os que concebem e os que executam, dualismo das épocas tristes em que havia lá no alto o seminário dos iluminados para raciocinar e cá embaixo a massa vil dos deserdados para obedecer. A idade, que vivemos, é a da cooperação niveladora. Todas as forças sociais estão ou devem estar conjugadas para o mesmo fim – a felicidade humana. E a inspiração não conhece as leis da gravidade, brotando indiferentemente de cima ou de baixo, porque não há zonas nem castas privilegiadas. Apenas a força cria-

dora mobiliza os potenciais de energia, sob os impulsos da audácia e do gênio. Todos os enigmas do universo estão sendo decifrados e o cálculo dos números humanos é feito por uma nova tábua de valores. Pensa e manda assim quem sabe pensar e mandar.

Poderíeis destarte, a teor do novo conceito político-social, vestir a toga sobre o fardão e, examinando os meus títulos humildes, ajuizar no acidentado pleito. Mas nem isso me interessaria postular, porque eu mesmo, sem me negar ou contradizer, já sacudi à porta a poeira das sandálias, não como o profeta desconsolado, mas como o lidador disposto a deixar no vestiário de Elêusis as armas de toda a vida, enquanto junto percorremos as aléias do jardim de Academus.

Se aludi às dominantes da minha carreira, só o fiz, senhores, para afirmar que ela correu, como um pobre fio d'água, mas entre as margens da convicção e do sacrifício e que a sua linfa pode ser examinada com imparcialidade pela crítica. Não é um néctar, mas não contém os venenos da ambição nem desliza sobre a lama dos interesses. Através do pequeno volume d'água, não receio que olheis o fundo do leito, sólido no granito da paixão patriótica. Para os erros do curso, conto desde logo com a vossa indulgência generosa.

AS DUAS FACES DA MEDALHA

Sempre me faltou a vocação do panegirista, mas não preciso constranger-me no ritual acadêmico para tentar numa miniatura o elogio de Coelho Neto. A vida e a obra dele confundem-se no espaço e no tempo, tanto o artista das *Rapsódias* nelas vazou a sua alma e conformou dentro das concepções da sua estética a própria essência do seu ser.

A obra de Coelho Neto tem, como certas medalhas preciosas, duas faces de cunho raro. Numa vereis, se a contemplardes com olhos profundos, a imagem do seu tempo – boêmio, faminto, pobre, heróico, idealista – tombando, erguendo-se, subindo, descendo para remontar afinal. Nela divisareis meio século de vida brasileira, dos últimos clamores da Abolição às primeiras luzes da segunda República.

Voltai o bronze e custareis a distinguir o perfil de cada figura. É que elas se associam, entrelaçam e confundem no esplendor de todos os gêneros literários, cultivados com igual perícia.

Aqui está o romance, invasor de almas e paisagens. Ali, o conto resumindo num relâmpago as paixões esquilianas, as misérias burguesas, as tragédias sertanejas, as malícias fesceninas. Ao fundo, a rampa ilumina as personagens dos seus dramas e das suas comédias – condessas e pajens, pastores e feiticeiras, bobos e alquimistas, o ritmo da poesia no da música, amores infelizes, quebranto de venenos sutis, bonanças passageiras, nuvens que cobrem venturas domésticas, sátiras e charges, sonhos e pesadelos.

Além, o jornalista, desde o artigo de fundo, gongórico, apostrófico, *vieux jeu*, até a notícia retocada de primores literários. E abrindo alas, antemultidões magnetizadas de pares, ouvintes e discípulos, o professor, o orador acadêmico e parlamentar, o conferencista. O verso da medalha ostenta, pois, o livro, a máscara, o jornal, a cátedra e a tribuna. Mas, como toda a obra de engenho exige a cúpula e a coroa, sobre essas cinco colunas dóricas paira, fundida no mais puro ouro da terra brasileira, a lira de um poeta, que não tendo querido sê-lo integrou no escrínio da língua portuguesa, como uma das suas maiores jóias, o admirável soneto sobre o amor materno:

Ser mãe é desdobrar fibra por fibra
O coração; ser mãe é ter no alheio
Lábio que suga o pedestal do seio
Onde a vida, onde o amor, cantando, vibra.

Ser mãe é ser um anjo que se libra
Sobre um berço dormido; é ser anseio,
É ser temeridade, é ser receio,
É ser força que os males equilibra.

Todo o bem que a mãe goza é bem do filho,
Espelho em que se mira afortunada,
Luz que lhe põe nos olhos novo brilho.

Ser mãe é andar chorando num sorriso,
Ser mãe é ter um mundo e não ter nada,
Ser mãe é padecer num paraíso.

ENTRE O MUNDO E A PÁTRIA

Havia no espírito de Coelho Neto a imprimidura de dois signos, que teriam de ser singulares na instância de seu julgamento. Porque, em verdade, nenhum escritor brasileiro os ostenta em igual medida. Ele é o mais completo dos nossos polígrafos e, fazendo uso da pena, como do pão quotidiano, as variadas manifestações do seu talento refletem no cristal das suas águas a claridade, a escuridão, a bonança, as tormentas, as estrelas ou os raios que recamam ou percorrem o céu brasileiro na caligem de cada noite ou no esplendor de cada dia.

Não importa que por vezes ele pareça escrever do fundo do Velho Testamento, que suas páginas tragam a poeira das ruínas do Partenon ou das suas palavras se evolem os perfumes do Oriente misterioso e perturbador. O cenário pode ser exótico, como alienígenas os nomes dos atores dos seus dramas. Nada, porém, lhes desfigura o engenho criador, impregnado daquele sal do sentimento universalista que faz com que o amor seja amor na Grécia e na Idade Média, e o ódio, ódio nas tragédias de Sófocles ou no círculo do Inferno dantesco.

Nada também, vistam as suas personagens os trajes que vestirem, nada lhe faz esquecer que todas as cordas do coração humano têm em cada latitude, sob a influência do ambiente e da hora transitória, uma vibração própria e uma sonoridade diversa.

Guardando em justo equilíbrio o que pertence à essência humana e a parte em que ela se deixa saturar pelos complementos adverbiais do tempo e do lugar, sendo contemporaneamente do mundo e da pátria, Coelho Neto terá de ser escutado no juízo final das letras e, entre os poucos escolhidos, o seu lugar está soberanamente marcado.

Há na sua copiosa estante uma síntese de meio século das transformações universais e das modificações no tecido da vida brasileira. Certos livros do glorioso autor de *Tormenta* bastariam para a fixação da época em que foram escritos.

Romântico ou realista, como preferirem os Lineus da botânica literária, romancista ou dramaturgo, orador ou jornalista, ele nunca deixa de ser um animador de cenário, um intérprete de atmosferas, um tradutor de almas. Estas podem estar vestidas por algibebes da Idade Média ou caminhando na Rua do Ouvidor com as últimas elegâncias de Raunier, nos derradeiros dias de *A Conquista*, pouco importa. A sua substância é animada pelas grandes paixões que o escritor analisa nas minúcias mais íntimas, expondo-as em grandezas e misérias. As paisagens, sejam da Bíblia ou de Vassouras, Bagdad ou dos Três Córregos, são, como no direito judiciário, as testemunhas mudas que acusam estados d'alma, aumentam ou aplacam angústias, explicam deslumbramentos da vida interior ou servem para a sinfonia dos contrastes – um coração despedaçado nuns olhos enevoados pelas lágrimas, contemplando a mais gloriosa das manhãs de sol que se levanta sobre o trêmulo tapete das ondas da Guanabara.

A VERDADE E AS ESCOLAS

Por que, senhores, recorrermos aos paralelos traçados por Taine sobre o mapa-múndi da filosofia da arte, pesquisando, aflitos e geométricos, no multiforme e agitado espólio de Coelho Neto a zona que há de ser levada a débito da raça, do meio físico e do momento? Teríamos de começar verificando a exatidão do sistema engenhado pelo explicador da *França Contemporânea* e indagando se é a nação que produz o gênio ou se, ao revés, devemos subordinar as nações aos gênios, "considerando os povos pelos seus artistas, o público pelos seus ídolos, a massa pelos seus chefes".

E que grave risco – o de nos perdermos no debate que apaixonou a crítica francesa no último quartel do século XIX!

Boileau e La Harpe legaram os padrões do julgamento clássico. Sobre essa imobilidade marmórea, não tardou a soprar a rajada renovadora. Sainte-Beuve identificara a obra com o autor, fornecendo-nos, segundo Lanson, "-*d'étonnantes biographies d'âmes*".

A Taine surpreendeu, ao contrário, a relação entre a ambiência física e social e a produção artística, encerrando entre os três vértices da raça, do meio e do momento, os ímãs de atração determinista. Um abrira demasiado crédito

ao cunho do indivíduo; outro alargara excessivamente o horizonte das generalidades. E não demora o criador da *Critique Scientifique*, invertendo a ordem dos fatores para considerar o momento não o que precede, mas o que sucede à produção artística. Já não é a voz que fala, mas o eco que responde.

Entre as distâncias polares, Guyau tenta o meio termo das acomodações. Mas contra os sistemas que colocaram a obra de arte sob a luz dos projetores externos, quase reduzindo o autor à humildade do papel carbono, já Flaubert reclamava em uma de suas cartas: *Du temps de Boileau et de La Harpe on est historien. Quand sera-t-on artiste, rien qu'artiste, mais bien artiste?*

Não creio que seja possível adotar as receitas mais ou menos empíricas para o cálculo da produção artística. Continuam os químicos a combinar as percentagens dos elementos decisivos, anunciando os *eurekas* sempre desmentidos pelos imprevistos da natureza humana, nunca logrando explicar por que a fórmula Raça + Meio + Momento produziu na Grécia Eurípedes e Aristófanes, em Roma Lucrécio e Cícero, na Espanha Cervantes e Lope de Vega e aqui mesmo, com idênticos contribuintes raciais, tornou contemporâneas a exuberância torrencial de José do Patrocínio e a misantropia irônica e conceituosa de Machado de Assis.

Mas, ainda navegando ao largo de tais dogmas, não é possível surpreender o segredo do escritor sem apurar-lhe as origens étnicas, sem fazer-lhe a crônica pregressa, sem situá-lo nos paralelos geográficos do seu berço e do seu *habitat*, sem fixar as épocas, os autores e as massas que influíram nas suas concepções.

UM MAMELUCO

Pouca gente sabe que no registro paroquial Coelho Neto era Henrique Maximiano Coelho Neto, nascido dos castos e legítimos amores de um português e de uma índia, Antônio da Fonseca Coelho e Ana Silvestre. No seu berço renovava-se o enlace entre o conquistador e a terra conquistada. Três séculos depois, se suprimidos os dramas da descoberta, do povoamento, da colônia e da emancipação, nada obstaria a que se repetissem, a 400 quilôme-

tros do litoral, as núpcias entre a descendência de Nun'Álvares e a autêntica fruta da terra tropical.

Coelho Neto foi, pois, um mameluco. O seu berço, a cidade de Caxias, à margem do Itapicuru, demora a 4º e 50' de latitude sul, nas proximidades, portanto, da linha equatorial.

Eis o homem em seus termos raciais e no seu paralelo geográfico.

Só os anos da primeira infância lhe decorreram no recanto que Deus fadara a dar ao Brasil Gonçalves Dias, o maior dos poetas, e Coelho Neto, o mais fecundo dos nossos homens de letras.

Foi-lhe o primeiro mestre o tio Rezende, o irmão mais velho do pai, guarda-livros austero, com os seus óculos, as suas partidas dobradas, as suas réguas, o *Diário* e o *Copiador de Cartas* legalmente arrumados e o Tito Lívio rigorosamente traduzido.

O sangue materno escaldar-lhe-ia o cérebro, o paterno dar-lhe-ia o acento melancólico, o sol subequatorial incendiaria os seus primeiros raciocínios. Desde logo duas mulheres atiçam, como feiticeiras de Shakespeare, as chamas do sobrenatural e do mistério que vão ser os dois pólos atraentes de toda a sua concepção estética. A mucama Eva contribui com os contos populares do Brasil, instila-lhe os primeiros venenos da superstição. Mas não lhe falta a sua Sherazada. É dona Maria, a preta engomadeira, que lhe propina em versões plebéias as maravilhas da lâmpada de Aladino e os segredos da caverna de Ali Babá.

Na vida de Neto, Caxias tem o sentido das raízes, que a terra dissimula. Ocultas, nem por isso deixam de ter o seu papel no destino da planta, porque são elas que extraem do húmus as substâncias, que alimentam o caule.

Os dias da infância não se apagariam na Via Láctea do pensador e do artista, como as estrelas conservam o pó cintilante da primitiva nebulosa. E Neto mesmo faz a confissão plena dos primeiros influxos na sua formação espiritual:

> Até hoje sofro a influência do primeiro período de minha vida no sertão. Foram as histórias, as lendas, os contos ouvidos em criança, histórias de negros cheias de pavores, lendas de caboclos palpitando encantamentos, contos de homens brancos, a fantasia do sol, o perfume das florestas, o sonho

> dos civilizados... Nunca mais essa mistura de idéias e de raças deixou de predominar e até hoje se faz sentir no meu ecletismo. A minha fantasia é o resultado da alma dos negros, dos caboclos e dos brancos.

ESPÍRITO ECLÉTICO

Há nesse depoimento uma autodefinição preciosa. Entre todos os que o louvaram até o ditirambo e os que o depreciaram até a calúnia, nenhum acentuou tão exatamente o cunho da sua produção eclética. É o que ele foi substancialmente – um eclético, incapaz de resistir à tentação de todos os gêneros e à sedução de todas as musas.

Dispondo de virtualidades para aprofundar o leito que elegesse à descida das torrentes brotadas do seu portentoso engenho, preferiu dividi-las entre tantos galhos líquidos. Poderia ter sido um só Amazonas caudaloso, largo e profundo, marchando para o oceano e enfrentando a onda verde contra a muralha fluvial, ao rugido de pororocas estranhas. Preferiu ser como o Nilo, de águas partilhadas, buscando a foz entre ilhas floridas, na expressão fragmentária dos deltas.

Caxias não foi para Coelho Neto um palco. Nem chegou a ser um bastidor, mas um simples acidente geográfico.

O seu cenário é a Corte, onde o trazem antes dos sete anos. Longe ficara o berço natal, adormecido entre as brancas areias do Itapicurú. Não o tornaria a ver senão quase três decênios depois, já na antecâmara da celebridade literária. A ave voltaria, embora fugazmente, ao ninho antigo. Não guardara nas células cerebrais uma só placa fotográfica daquela *pátria del corazón*. Imagens veladas na câmara escura da memória infantil, elas só lograram perpetuar-se pela reativação beneditina de Ana Silvestre, que, costurando na corte com as suas mãos de fada, não adormecia sem gravar no cérebro do filho um pequenino mapa da casa em que nascera, tão fiel nas suas linhas, dimensões e nomenclatura, que o escritor, sem qualquer auxílio, entra, passados trinta anos, pela porta, percorre todas as dependências, aponta o lugar dos móveis ausentes, assinala particularidades topográficas, como se tivesse partido na véspera daqueles muros do coração.

A EQUAÇÃO PESSOAL

Os termos da equação pessoal estavam enunciados – um jovem mestiço imaginoso perdido no anonimato da grande aldeia colonial. Só o tempo revelaria a incógnita.

Fez a princípio o cuidadoso estudo das humanidades no Colégio Jordão. Como Balzac que se transportava em parcelas para dentro da alma de seus heróis, Neto se auto-retrata no Josefino Soares, de *O Morto*, entrando no Colégio Mormão, "um velho prédio tenebroso e úmido da Rua do Hospício, sumido debaixo das abas da rabona paterna".

Nem em Letras, nem em Direito alcança o diploma de bacharel.

Mas a freqüência acadêmica serviu para evidenciar-lhe as inclinações literárias. Trouxe-lhe a velha faculdade paulista o primeiro cenáculo. Ei-lo em 1921, traçando para a *Novela Semanal* as efemérides da sua carreira: "Em 1883 fui para São Paulo e lá encontrei Raul Pompéia, meu companheiro literário com quem comecei a escrever. Entrando na Academia, lá fui companheiro de Raimundo Correia, Valentim Magalhães e Augusto de Lima, naquela vida boêmia de então, sob a impressão ainda dos versos de Álvares de Azevedo. As idéias combativas do tempo levaram-me à tribuna, que ocupei várias vezes, em discursos incendiários pró-abolicionismo. Em outubro desse ano embarquei para Recife, onde fui prestar exame do meu primeiro ano de Direito. Na luminosa capital nortista, colaborei em *A Folha do Norte*, de Martins Júnior. Pairava em todos nós a figura inolvidável de Tobias, de quem fui íntimo... Nas minhas horas de isolamento completo, vejo o grande mestre na minha retina: os lábios grossos, os olhos empapuçados de longo estudo, o cabelo puxado na testa, a explodir a sua gigantesca admiração pela Alemanha... Sigamos. Voltei a São Paulo em 84 onde, com fervor, tentei os primeiros contos, os artigos de polêmica, e senti as primeiras manifestações no meu espírito por Maupassant. Foi para mim o período mais fecundo de leitura ao lado de Pompéia, que era um devorador de livros clássicos... Só em 85 vim para o Rio, onde, a convite de Patrocínio, me fixei, entrando a fundo na campanha abolicionista, com prejuízo da minha carta de bacharel."

Estava finda a idade do crescimento. As primeiras flores já apontavam nas franças da árvore nova, que o tempo ia cobrir de frutos de ouro, numa tal

perenidade de colheitas que até o último dia da vida paralisaria o curso das estações, num eterno, provido e deslumbrante estio.

NABUCO E PATROCÍNIO

Transcorria o ano da graça de 1885. Neto chega ao Rio de Janeiro. Chama-o José do Patrocínio. Abrem-se-lhes as colunas da *Gazeta da Tarde,* que foi a crisálida da *Cidade do Rio.* A monarquia atravessa indecisa a sua crise definitiva. Ganhara terreno de ponta a ponta a questão do elemento servil. A conquista generosa do primeiro Rio Branco, longe de resolver o problema, apressara as impaciências represadas. Duas grandes vozes, das maiores que o Brasil já teve, pluralizam os anseios semi-unânimes. São dois antípodas nas origens, no teor espiritual, nas finalidades. Nabuco é um ateniense, nascido entre a nobreza mental de Pernambuco. Dir-se-ia que não lhe corre nas veias o sangue dos vencedores dos Guararapes, mas o néctar de um deus evadido do Olimpo e dominando pela majestade da eloqüência a ágora palpitante. É abolicionista por humanismo. Não compreenderia a espécie, toda ela oriunda do mesmo *fiat* divino, separada entre senhores e escravos. A sua concepção filosófica da propriedade repugna a inclusão do ser humano entre os bens mercantis. Autor sincero do dilema – Reforma ou Revolução – jamais pregou a emancipação do negro como um instrumento de transformações do regime. À raiz de suas convicções, o Brasil quebraria as algemas, que lhe envergonhavam a cultura, mas edificaria a felicidade coletiva entre o trono e o altar, tanto o seu espírito situara a perfeição da Pátria entre as fronteiras de Deus e do rei. A sua própria ação, a elegância dos seus gestos e os primores da sua forma literária prefaciavam a estátua, simbolizando a redenção dos humildes pela mão aristocrática do incomparável biógrafo de *Um Estadista do Império.*

Mas os caminhos divinos não são traçados pelos engenheiros da terra, mas pelos bandeirantes do céu. O abolicionista de cima ia encontrar em sua passagem, cruzando a reta do seu luminoso destino, o abolicionista de baixo – José do Patrocínio. À música de Orfeu, que era a garganta de Nabuco, bela, embriagadora e harmoniosa, como se tivesse o diploma dos conservatórios da eloqüência, juntar-se-ia o hino selvagem brotado das cordas vocais do negro de gênio, sem a técnica demostênica, rebelde às injunções escolásticas,

clara e brutal como as tempestades do trópico, desfile verbal de procissões alegóricas, dando cor e relevo às imagens, cristalinidade às lágrimas, relâmpago às apoteoses.

Mas para que tentar, na pobreza de uma vinheta, o perfil de Patrocínio, se Coelho Neto o imortalizou nestes períodos antológicos: "Patrocínio foi como a flecha lançada em linha reta ao Sol – partiu da miséria, subiu gloriosamente, chegou ao esplendor, feriu o núcleo de fogo, fazendo-o rebentar em faiscações estelares e voltou ao ponto de onde partira. Não era um orador de escola, disciplinado e elegante: era um ímpeto. A sua palavra não tinha melodia – era silvo ou rugido; o seu gesto era desgarrado, o seu olhar despedia faúlhas. Avançava, recuava, agachava-se, gingava, retraía-se, despejava-se, ficava nas pontas dos pés, arremangando, com a gola do casaco tão subida que, às vezes, parecia um capuz de monge; o colete sungando deixava espocar a camisa – era um desmantelo de tormenta."

A abolição era a idéia-força. Adquirira a velocidade das catástrofes. Liberais e conservadores transformaram-na em *suprema ratio*, rematando num paradoxo bem nacional – a bandeira dos liberais passou para os punhos conservadores. E o próprio Paulino de Souza, na hora da votação, a passo de carga, rendia ao inimigo a homenagem da galanteria, como um autêntico *gentleman* do Império, abreviando o discurso para não fazer esperar a princesa, dama de tão alta hierarquia...

Coelho Neto vinha de completar a maioridade. Com os seus compromissos étnicos e a influência da colméia em que fabricara os primeiros favos do mel espiritual, a sua conscrição estava virtualmente feita nas fileiras abolicionistas. Brilhavam no céu brasileiro os últimos clarões do romantismo e os primeiros da democracia liberal, sem tiara nem coroa, buscando no povo a origem e o fim da soberania política. A vida do país passava naquele momento sob o meridiano da República; os adversários da realeza levavam-lhe a débito todos os males inevitáveis às nações jovens semicoloniais, praticando pelo mimetismo um sistema inadequado às nossas condições geográfico-econômicas, sobretudo asfixiando pelo centralismo as províncias ricas de seiva e esperança.

Cometendo, como diria Talleyrand, mais do que o crime, o erro de transformar o exército em capitão-do-mato, os últimos governos do Império

apressaram a curva descendente da parábola e atrelaram nos mesmos riscos a estrutura econômica da lavoura e a sorte da dinastia.

Boa ou má, a idéia republicana não seduzia apenas pela medicina dos prodígios ou pela miragem das promessas. Cumpria-se no combate ao regime monárquico o destino de todas as oposições engrossadas pelos erros dos dirigentes e até pela invencível fatalidade de causas estranhas à vontade dos homens.

Poderia ter sido, como o foi, o segundo Imperador um varão de Salústio. Nada deteria mais o curso dos acontecimentos.

O PRIMEIRO PAPEL

Nesse cenário é que Coelho Neto vai desempenhar o seu primeiro papel. O acaso deu-lhe um contra-regras de gênio – José do Patrocínio. Não era preciso tanto. Todas as forças, que entraram na equação do seu caráter, tinham de nele revelar imediatamente a dominante de Taine. E esta toda se exaure num idealismo imaginoso e inorgânico, que de princípio a fim lhe marcará os movimentos de ascensão e recuo, irisando-lhe a versatilidade dos temas, na singular mobilidade de uma rosa de todos os ventos. Há no engenho de Neto um demônio proteiforme, que se diverte em mudar os rótulos do destino na bagagem da sua acidentada viagem por todos os distritos literários.

Aí ficou o palco. Neto já está em cena. E, durante quarenta e nove anos, o seu nome não faltará ao programa de todas as récitas enchendo com o fulgor das suas manifestações a crônica espiritual do Brasil. Na sua vida, é apenas madrugada, mas o sol que ascende entre esperanças realizará um novo milagre bíblico – o de não recair no acaso durante meio século bem vivido, precipitando-se do meridiano apenas no mistério da morte, sem conhecer a melancolia dos crepúsculos nem a síncope dos eclipses.

O primeiro artigo, traça-o de um jacto para a *Gazeta da Tarde*. É um grito de amargura e protesto contra os maus tratos infligidos aos escravos velhos... Patrocínio ouve-o num arroubo e beija-o com a ternura de um noivo.

A estrada é longa. Ele estava apenas no marco zero. Dali, em dez lustros, viria da fome sofrida com versos na boca até recolher pela primeira vez as insígnias de príncipe dos prosadores da sua Pátria.

O SENTIDO DA FECUNDIDADE

A ninguém seria possível, diante da vida e da obra de Coelho Neto, repercorrer-lhe o acidentado caminho nem proceder à avaliação do seu mérito, pesando-lhe as belezas, apontando-lhe as falhas, determinando a massa das influências em tão complexa formação literária.

Coelho Neto é um pequeno mundo, que requer para compreender-lhe os pontos cardeais a ubiqüidade da crítica. Singularizam-no no Brasil o volume e a variedade da produção. Nesses dois alvos, centralizaram os censores as baterias de grosso calibre. A fecundidade pareceu-lhes uma coceira mórbida ou uma leviandade jactanciosa do homem que alterara o provérbio latino – nenhum ano sem um livro. E verdadeiramente, se repartirmos o número dos seus volumes pelos anos da sua carreira, teremos que aqueles duplicam a estes, alinhando-se os seus livros – afora os sumidos na gaveta de editores negligentes – numa biblioteca de cento e cinqüenta tomos!

Se os adversários lobrigaram na fecundidade de Neto um dos pontos vulneráveis da sua couraça, em contrapartida os panegiristas não se cansavam de salientar que uma tal colheita e do melhor trigo constitui a prova da excelência do engenho e da fertilidade da terra.

Não sei como se há de condenar o escritor só porque produz muito ou, ao revés, exaltá-lo pela quantidade das obras.

A arte não é nem nunca foi função da quantidade. Aos livros aplicar-se-ia o que, numa velha sentença, se desejava para os votos – deviam ser pesados e não contados. Nas famílias não é o número de filhos que as torna ilustres, mas as virtudes e os feitos de cada um deles. Bem ou mal, o gênio não se democratizou. D'Annunzio, em um de seus mais belos livros, resumia o sonho aristocrático da arte na figura daquele André Sperelli para quem o ideal consistia em escrever um só livro, dele tirando apenas um exemplar para oferecer a uma única mulher.

Pode a fecundidade levar ao trivialismo, como pode ser simplesmente um atestado de exaltação criadora. Não há como invocar os exemplos de Balzac e Zola, nem enfeitiçar-nos com a certeza de que, em língua portuguesa, apenas Camilo produziu mais do que Neto. Ele próprio escreveu a respeito

do grande tema um conceito definitivo: "A fecundidade em excesso é como as enchentes dos rios; é como a pletora nas veias, subverte, sufoca."

A bagagem literária não deve ser estimada pelo número de volumes, como as equipagens das damas galantes e dos marajás em viagem.

Entre o original de *Os Lusíadas*, salvo das vagas pelo poeta-soldado e toda uma biblioteca medíocre, Omar faria bem se encostasse a esta o archote vingador do fanatismo, preservando das águas a epopéia camoniana. Há livros, que fizeram um renome, como o *Gil Blas*, de Lesage, sem que sobrevivesse qualquer outro da sua coleção.

A APOLOGIA E A CRÍTICA

Ao entrar na Academia Francesa, Victor Hugo, aprofundando com exatidão o sentido do espólio de seu antecessor, dizia: *Le droit de critique, messieurs, paraît au premier abord découler naturellement du droit d'apologie. Boileau n'a pas loué Molière sans restrictions. Celà est il à l'honneur de Boileau? Je l'ignore, mais celà est.*

A autoridade do mestre de *Les Contemplations* encoraja o sapateiro de Apeles.

Em honra do próprio Coelho Neto, teremos de assinalar que a sua fecundidade não era exclusivamente a resultante do seu espírito inquieto. De certo havia nele o fundo de um argonauta. Latejava-lhe nas artérias o sangue dos descobridores. Pertencia ao clã espiritual dos profetas. Coelho Neto escrevia quase por imposição orgânica. Daí o acelerado da sua produção. Não era um lapidário paciente nem passaria a vida de um monge medieval, retocando uma iluminura. Por muito que nos pareçam polidos os seus períodos, eles brotaram mais da espontaneidade criadora do que do lavor caprichoso do artista. Os originais dos seus artigos e dos seus livros quase não contêm rasuras ou emendas. É ele mesmo quem, em *A Conquista*, valoriza com graça os seus primores caligráficos e a nitidez com que as suas idéias passavam do cérebro para o papel: "Em verdade, a caligrafia era magnífica: o título dos atos em caracteres góticos, a descrição das cenas e as rubricas em fino cursivo à tinta carmim, e toda a escrita uniforme, sem uma emenda, uma rasura, limpa e igual."

Ramalho Ortigão testemunha em *As Farpas* a tortura inquisitorial a que Eça de Queirós submetia os seus períodos, corrigindo-os, invertendo, suprimindo, adicionando, reduzindo as provas tipográficas a um amontoado de garatujas, naquelas longas vigílias de perfeição durante as quais fumava cigarros que não acendia e acendia cigarros que não fumava.

É o romancista do *Rei Negro* um antípoda do memorialista de *Fradique Mendes*. Em Neto tudo é exuberante e natural, mesmo os artificialismos, como a flora equatorial que o viu nascer. O laboratório das suas idéias e das suas frases é o cérebro, não o papel. A fábula dos seus romances e a miniatura dos seus contos saem-lhe já equipadas da cabeça de Júpiter.

Escrevia a jacto contínuo, enchendo a oficina de editores diversos, colaborando diariamente em jornais da capital e dos Estados, professando na Escola Dramática, deputado em duas legislaturas, conferencista na estação elegante, orador das grandes solenidades, improvisador dos saraus da Rua do Roso.

Admirável Coelho Neto, que tesouros tu esbanjaste nessa usina espiritual, acionando a tua pena com as torrentes de uma imaginação de califa!

Os que procuraram as razões da tua fecundidade, para exaltá-la ou deprimi-la, deveriam baixar até certo ponto àqueles instintos subalternos, que Augusto Comte considerava senhores dos mais nobres, para proclamar que realizaste, no Brasil e, mais do que isso, no teu tempo, o prodígio de pagar com as moedas cunhadas no cérebro o pão de cada dia, levantando as paredes do teu lar com aqueles tijolos de livros que tu mesmo viste velando o cadáver de Rui Barbosa!

No dramaturgo do *Pelo Amor* coabitavam um artista e um proletário. A sua oficina não tinha horas de abrir nem de fechar. Mourejava de sol a sol. O editor Magalhães pagava-lhe 400$000 mensais para que entregasse, de dois em dois meses, um daqueles hoje desconhecidos livros de capa amarela que eu devorei nos meus tempos de ginásio, procurando no dicionário o significado das palavras desconhecidas.

Uma tarde, subindo a Rua do Ouvidor com a esposa, esta parou fascinada diante de uma sombrinha de luxo. A jóia custava então a fortuna de 200$000. Neto deixou-a na adoração da prenda e correu para o livreiro a quem recusara a venda por 700$000 de uma obra recém terminada.

Embolsou às pressas o dinheiro e lá foi às carreiras comprar a pequena umbela de sedas multicores.

Levem-lhe, assim, no julgamento final, à conta devida tantas obras que lhe saíram da pena na pressa de prover ao pão de cada dia. Príncipe dos prosadores, sem a lista civil, faltou-lhe, quer por idiosincrasia, quer por pressão exterior, aquele repouso indispensável à construção das pirâmides.

Mas não é só a abundância que lhe foi prejudicial, senão a variedade dos gêneros cultivados. Ele próprio fez o seu diagnóstico, quando se declarou um eclético. E o foi, na ânsia de talhar por todos os frutos do pomar de Ceres. Não há como recusar-lhe os excessos de diletantismo. Os críticos não lhe foram indulgentes com os pecados desta infidelidade permanente. O pontífice dos *Estudos de Literatura Brasileira* chegou à dureza dos conceitos: "naturalista, realista e idealista a um tempo, e por último simbolista, sente-se que esta mistura incoerente de tendências estéticas não é nele o resultado do ecletismo contemporâneo, mas antes o efeito de um engenho que se compraz em experimentar-se em modos e gêneros diversos. Esta versatilidade estética pode ser, e eu receio muito que seja, um sintoma de insinceridade artística." E foi a esse propósito que José Veríssimo assinalou a verdadeira falha de Coelho Neto – falta de unidade espiritual da sua obra. Esse aresto *pró veritate habetur*, transitando em julgado ainda quando a sua prolação antecedesse de muito o fim da carreira do escritor. É que os anos seguintes aumentaram o espólio, enriqueceram a sua coleção de águas-marinhas, mas cada uma delas de cor diferente. O artista não corrigira na maturidade a sua insatisfação de *globe-trotter*, a sua volúpia de novos amores, numa poligamia sistemática, que chegava a raiar pelo harém do seu Oriente predileto.

Decerto ele podia responder à rispidez da crítica: "Os que combatem a exuberância não sentem a nossa natureza, vivem fora do nosso mundo maravilhoso, são espíritos impermeáveis."

Tenho para mim que Neto era um eterno descontente de si mesmo. Não o atormentava o narcisismo, que imobiliza tantos espíritos na adoração da própria imagem. Ao contrário, cada obra finda incutia-lhe o desejo de superá-la, na ânsia de exceder-se a si mesmo. Tinha as concepções instantâneas. Vivia numa noite os seus mais belos romances, que lhe desciam da ima-

ginação afogueada para as tiras em branco, no mesmo tropel bárbaro com que a sua ascendência tapuia varejava as florestas maranhenses.

O *Rei Fantasma* e *O Rajá de Pendjab,* assim como *O Polvo*, valem por verdadeiros improvisos, escritos a desoras para a voracidade dos amantes de folhetim. E assim, semeando as maravilhas do seu estro, Coelho Neto bem merecera a interdição por prodigalidade literária.

Mas, no tumulto de obra tão vasta e desigual, nunca o escritor baixou à vulgaridade. As jóias de sua coleção variam de lavor e de preço. Com as pedras preciosas, as suas concepções vão do diamante mais puro à ametista mais humilde, mas não há no seu tesouro as falsidades revoltantes nem os pechisbeques grosseiros.

Mesmo quando se olha para baixo, nas horas em que o seu engenho atinge as Agulhas Negras da literatura brasileira, nenhuma das suas páginas, mesmo as mais toscas, mereceria o repúdio paterno. Se nem toda a prole é bela como Vênus e Apolo, nenhum dos filhos coxeia como Vulcano.

TRÊS GRANDES LIVROS

Três são os seus grandes livros, aqueles que, estou certo, transporão a contemporaneidade para se fixarem *in æternum* entre os monumentos perenes.

Um é *Miragem* – o drama da miséria humana, simples e verdadeiro. Tem virtudes que raro possuem os outros livros do escritor. Nele não o perturbaram excessos de imaginação. Tadeu, Luiz e Maria Augusta movem-se entre as suas folhas com a naturalidade das criaturas. Não vivem entre as paredes do cérebro; copiou-os o autor da realidade. Têm sangue e carne. Procurem no livro e não encontrarão cordéis dissimulados, tiranizando as personagens, como fantoches. A intriga só se parece com a vida. A ação decorre sem que cada um dos figurantes se desvie da rota fatal marcada pelo horóscopo, fugindo às tragédias estudadas ou à banalidade dos *happy ends.* E, no final, ao desgraçado rapaz, ante o flagrante da irmã amasiada, do lar destruído, da mãe ébria e alistada no elenco das marafonas da Ludovina, só parece sobrar a fuga para o longínquo rincão de Mato Grosso a fim de afogar nos braços consoladores da Maria Bárbara o fim de uma existência destroçada.

Mas nem isso lhe permite o naufrágio. E o velho Nazário resume numa frase a amarga filosofia das venturas passageiras:

> Queres o meu conselho? Não voltes. Deixa lá a rapariga. Para que? Assim como assim, o melhor é guardares a lembrança do tempo que lá viveste e o resto... Isso de felicidade é como dinheiro de jogo. Vais aí a uma barraca, entras, jogas, levantas a parada. Se sais com o bolo, muito bem; mas, se insistes, é prejuízo na certa. E vai-se tudo, não só o lucro como ainda o que tens no bolso, e sais a tinir como me tem acontecido muitas vezes. Foste feliz? Não voltes à banca.

O outro é *Rei Negro*. É o drama da escravidão. Enquanto em *Miragem* a sensibilidade atinge os picos mais altos, *Rei Negro* é a epopéia em prosa do cativeiro. Macambira é decerto uma criação do artista, mas têm tal vigor as linhas do perfil, tamanha densidade as paixões da raça oprimida e da honra ultrajada que o herói, mesmo quando se perde no nevoeiro das divagações ou na inverosimilhança das cenas, ganha em beleza e majestade, como se um autêntico rei exilado no fundo das selvas brasileiras traduzisse shakespearianamente a um tempo os martírios de Cham e as perfídias do monstro de olhos verdes, aquele que fabrica o próprio veneno de que se nutre. Há ainda no livro um sentido descritivo de paisagens, que excede todas as obras anteriores. Parece um álbum de aquarelista.

Já se disse que Balzac fazia concorrência ao registro civil, criando seres que se moviam no palco do mundo como se fossem de carne e osso. Eça de Queirós deixou, por sua vez, uma galeria de tipos que há meio século tomam parte na vida de Portugal e Brasil, assentados à mesa dos nossos jantares, escrevendo nas colunas dos nossos jornais, falando no recinto das nossas câmaras, enchendo as ruas e os salões com os seus ditos, os seus gestos, as suas virtudes e os seus defeitos.

Coelho Neto, que verdadeiramente soube dar substâncias e colorido a certos vultos da sua ficção, não logrou a mesma fortuna. Em grande parte isso se há de dever à quantidade das suas concepções. Falta à maioria dos habitantes do seu cosmos a predominância de caracteres. É que os traços se diluem

na exuberância afogando as linhas fundamentais, indispensáveis aos seres verdadeiramente vivos, como um Père Goriot ou uma Madame Bovary.

A inspiração do escritor brasileiro jamais se contém dentro das fronteiras individuais.

Mesmo quando se propõe a estudar a alma humana pacientemente, decompondo-lhe o mecanismo das idéias e sentimentos peça por peça, nunca se restringe ao campo do microscópio. Neto não foi feito para a arte dos instantâneos. Falta-lhe um sistema de policiamento interior contra os desbordamentos ou de diques holandeses contra as inundações marítimas. Os seus sentidos são bárbaros, inadaptáveis às exigências do equilíbrio, que é uma das belezas supremas da arte e da vida. Padece do atavismo tapuia escaldado pelo sol tropical. Desconhece a câmara lenta, em que se surpreendem certos traços imperceptíveis a distância, como documentos de pequenas virtudes ou misérias, que são afinal as grandes virtudes e misérias. Vi uma vez, numa exposição de Natal, a obra de um jardineiro japonês. Não tinha um metro de base. E nela havia uma casa, uma rede e um carvalho, um carvalho autêntico e vivo. Apenas os processos do cultivador o reduziram, com as raízes, o caule e as franças, a um arbusto liliputiano. Era a natureza viva, como nos exemplares normais, mas da árvore gigantesca – símbolo da glória e da força – só se via a miniatura. Lembrei-me, ao admirá-la, do grande escritor brasileiro, pela eloqüência dos contrastes. Ele saberia elevar a estatura de uma roseira às proporções de um jequitibá, mas não conseguiria – pelo seu complexo do grandioso – reduzir um carvalho a dois palmos de altura. Talvez daí resulte a relativa pobreza das suas figuras esmagadas não só pelo *fiat* do artista, que compõe de preferência com as tintas da criação no primeiro dia, como sufocadas pela torrente verbal, jorrando de todas as encostas da sua imaginação, num dilúvio de sinônimos e onomatopéias.

O último é *O Sertão.* Ninguém fecha as suas páginas sem pensar inevitavelmente no livro de Afonso Arinos. Não há, porém, como compará-los. Cada um deles exprime o corte individual do autor. E, porque ambos se distanciam na sua arquitetura, nem por isso o sertão brasileiro, deixa de ter dois épicos da sua beleza selvagem e dos seus homens. Apenas Arinos viveu o sertão, no paradoxo de um supercivilizado que o amava como se dele nunca tivesse saído. Neto adivinhou a paisagem naquelas páginas atingindo o máxi-

mo da dramaticidade. *Praga* e *Tapera* resistirão ao desfile dos tempos. Num, sobre o fundo da peste devastadora, alçasse o vaqueiro Raimundo que experimenta depois do matricídio o castigo da morte, sumido no mesmo pântano onde abatera a própria mãe. No outro, passam todas as rajadas da loucura do adultério e do sangue.

A IMAGINAÇÃO E O PODER VERBAL

As duas grandes forças da obra de Coelho Neto residem na imaginação e no poder verbal. Ninguém o excede na primeira, cabendo-lhe um primado incontestável. No manejo da palavra tem, entretanto, um rival, mas a simples menção do seu nome vale pelo mais alto louvor. É Rui Barbosa.

Sei por testemunhas presenciais da instantaneidade criadora do autor de *Fogo-Fátuo*. Havia no seu cérebro, como nos teatros modernos, palcos móveis para as mutações da mágica. É o exemplo único do repentista da prosa. Compunha contos e romances diante do público, com os temas sugeridos pelo auditório, como Gregório de Matos e Laurindo Rabelo improvisavam as suas sátiras ou Castro Alves e Tobias Barreto discutiam em verso as suas atrizes prediletas.

A BÍBLIA E O ORIENTALISMO

Se os pendores do espírito o levavam de preferência ao gênero imaginoso, ele ainda requintou pelo culto do orientalismo e dos textos sagrados. A Bíblia era o seu livro de cabeceira. É de ouvir-lhe a confissão: "Homem de fé, o livro de minha alma aqui o tenho: é a Bíblia. Não o encerro na biblioteca entre os de estudo, conservo-o sempre à minha cabeceira, à mão. É dele que tiro a água para a minha sede de verdades; é dele que tiro o pão para a minha fome de consolo; é dele que tiro a luz nas trevas de minhas dúvidas; é dele que tiro o bálsamo para as dores de minhas agonias."

A paixão do grandioso é levada às últimas proporções – reis e rajás, monstros e semideuses acotovelam-se entre as suas páginas. O sertão, o garimpo, a antiguidade e a banalidade social surgem ensangüentadas pelo ódio, a ambição e o amor.

Gide dizia em *Le grain ne meurt: Je suis un être de dialogue, tout en moi combat et se contredit.* Neto não trava diálogos interiores. A sua arte é a sua voz, num solilóquio dominante e avassalador. Tem carícias e rugidos, mas é ela só que varre os panoramas contemplados pela imaginação.

Araripe Júnior chamou-o "um assombrado". José Veríssimo corrigiu a classificação para "um complicado". E, diante dos tons evangélicos de uma parte da sua obra, outro crítico aludia malignamente aos "cafarnauns do Sr. Coelho Neto".

Não há como contestar que ele esteve longo tempo no clima do orientalismo e da Bíblia, mas talvez mais cativo das exterioridades do que do fundo do sentimento cristão ou muçulmano.

DINAMISMO VERBAL

Dotado de um dinamismo verbal muito raro, Neto foi um idólatra da forma. Os seus períodos têm ritmo como as estrofes parnasianas. Redondos e sonoros, podem neles se diluir as tintas da paisagem que descreve ou das almas que retrata, mas ninguém lhes negará uma deslumbrante opulência de vocábulos. Atribuíam-lhe um tesouro de vinte mil palavras. Com elas edificara a galeria dos seus livros. Era, como Baudelaire, um leitor apaixonado dos dicionários. E fazia praça do seu vernaculismo: "Anselmo, porém, sempre a rebuscar nos clássicos termos novos, tinha assomos de entusiasmo e proclamava o seu vernáculo o mais belo, o mais rico, o mais soante. E lia altissonantemente estrofes de Camões, trechos de Bernardes, de Fernão Mendes, de Lucena, os sermões e as cartas de Vieira, apontando as belezas e os grandes recursos dos mestres, e ia assim formando o seu vocabulário."

Em *Fogo-Fátuo* narra um debate entre ele, Aluísio e Bilac sobre a língua. O romancista de *O Cortiço* increpa-lhe a paixão dos arcaísmos: "Por que não fazes outra coisa senão desenterrar defuntos? Esses arcaísmos, que exumas, que são senão cadáveres? Andas sempre às voltas com obsoletos carreados dos dicionários." E Neto a retrucar: "Sigo o conselho de Gautier. E achas que faço mal? A língua revolve-se, como se revolve a terra. Falaste em trajos... Pois os dicionários são como as alfaiatarias, onde se encontram trajos para as idéias. Há escritores que andam por aí esfarrapados que nem mendigos, outros que se vestem em belchiores ou usam fatos de empréstimo. Eu faço, sob medida, as roupas para os meus pensamentos."

Mas o seu fanatismo verbal não se esgotou nas suas imensas disponibilidades vocabulares. Foi um semântico e um sintático, interessado em enriquecer ainda o idioma pelas adoções necessárias. Parecendo um purista ortodoxo e intolerante, que exigisse de cada vocábulo os pergaminhos de nobreza centenária, atestado pelos clássicos, quantas vezes apadrinhou com a sua autoridade o ingresso nos quadros da língua portuguesa de tímidas e noviças palavras adulterinas, que rondavam as portas da Academia sem ânimo de transpor-lhe os umbrais.

A eterna contradição dos grandes espíritos! O escavador apaixonado de forais vernáculos outorgava carta de naturalização a neologismos bárbaros e legitimava construções espúrias, colocando às vezes os pronomes contra as regras clássicas!

Tornou-se célebre aquele artigo do *Jornal do Brasil*, em que, aludindo aos próceres políticos, o mestre os denominou – *paredros*, termo que justificou com raízes e equivalências, a tal ponto que os pró-homens jamais deixariam de ser paredros, até mesmo quando a classificação não passasse, como os galões daquele coronel da Guarda Nacional, de um simples labéu...

Esses enfeites vocabulares, o amor às perífrases, o purismo das construções deram ao seu estilo literário por vezes alguma coisa de barroco, que faz insensivelmente lembrar certas obras do Aleijadinho na arquitetura colonial das nossas igrejas.

Não adorava as palavras. Dedicava-lhes carinhos de jardineiro, na combinação dos tons. Era dos que nelas descobrem matiz e perfume. Conhecendo a fundo o sentido musical dos períodos, usava dos adjetivos como um compositor de sinfonias.

Isso não o impediu de pôr nos lábios de Bilac estas sábias advertências que não seguia: "A simplicidade é tudo. A natureza é simples. O excesso de ornatos prejudica a beleza. Os adjetivos são enfeites, devem ser usados sem abuso. O mais é bisantinismo. Assim também a propriedade das imagens."

COELHO NETO E OLAVO BILAC

Muito têm sido discutidas as influências que lhe pesaram no espírito. Flaubert, Maupassant, Saint-Victor e Eça de Queirós são apontados como os

santos da sua capela predileta. Aqui e ali de fato se encontram aproximações inegáveis, pegadas fugitivas, inspirações distantes. Mas para que, em frente de uma cadeia de montanhas, tão bela como a obra de Coelho Neto, indagar se este pico se parece com aquele ou se tal vale lembra vales longínquos? A Guanabara não deixa de ser uma baía, só porque a sua rival australiana também o seja. Ambas têm o mesmo risco geográfico, apenas uma está no Brasil e a outra na Oceania. E ambas são maravilhosamente belas.

A cada momento da história de uma arte ou de uma literatura – disse-o Brunetière – quem escreve está sob o peso, se assim posso dizer, de todos os que o precederam, pouco importando que os conheça ou não. E é por isso que a originalidade é tão rara, mesmo na ignorância.

Não seria assim mais útil e mais exato assinalar que Coelho Neto impregnou com a sua maneira muitas das gerações que desabrocharam no período áureo da sua glória? E a verdade é que os imitadores, como sempre acontece, não possuindo o seu talento, acabaram incidindo nos seus defeitos, sem alcançar a linha das suas belezas. Era a eterna sina dos falsificadores de vinhos, que se limitavam a copiar o frasco, o rótulo e as cores, sem o conhecimento dos segredos que só o gênio dá.

Discutido, louvado e agredido, ele se fez o mestre da primeira leva de homens de letras da República, que lhe deferiu, como um paradoxo do regime, o principado dos prosadores nacionais. Exerceu essa magistratura mental vitalícia, parecendo que a sua morte abalou os alicerces do trono. O magnífico Humberto de Campos mal lhe atinge os primeiros degraus. Logo, pela ordem da vocação natural, vem Ronald de Carvalho, mas a cegueira de um acidente ceifa em plena glória aquela orquídea de ouro – símbolo de uma vida bela, alta e colorida entre as verdes selvas do Brasil, que ele amou como raros e cantou como poucos. E até hoje, como nas dinastias estéreis, o sólio continua deserto ainda quando tantos nobres escritores, do mais puro sangue, possam com lustre sentar-se na Cadeira desolada.

Olavo Bilac e Coelho Neto, vindos da mesma vigília boêmia, foram as duas margens entre as quais deslizou a corrente literária desde as últimas luzes do século XIX até o derradeiro decênio. O Príncipe dos Poetas e o Príncipe dos Prosadores tornaram-se os dois ídolos da mocidade da época – a que nas escolas superiores foi invariavelmente a semeadora de todas as conquistas

populares e daquela que sempre despontou, silvestre e exuberante, sem diplomas e sem anéis, na poesia e na prosa, na imprensa e na tribuna, no centro, no Norte e no Sul, carreando para dentro da unidade nacional a fé e o engenho da federação intelectual, que precedeu de sempre a própria arquitetura das duas cartas republicanas.

O ORADOR

Dispondo de uma riqueza vocabular assombrosa e de uma imaginação incomparável, Coelho Neto teria de ser, como o foi, um dos maiores oradores do seu tempo. E àqueles dois predicados aliava uma dicção perfeita e um raro poder de improvisação.

Ainda o estou a escutar, conservando nos ouvidos o recorte verbal da sua tonalidade silábica e metálica, apesar de lá irem – ai de mim! – os anos que medeiam entre a saída do ginásio e esta imprevista noite da minha vida.

Neto pertencia àquele patriciado *peritus dicendi* e tinha garbo nas manifestações da sua eloqüência. Não a escondia como a um pecado, por certo indiferente à ironia de certos *snobs*, privados por inibição mental ou glótica, de concretizar o voto de Merejkowski – os deuses só mandaram os homens à Terra para que falassem com eloqüência. Na de Neto, falando, um observador imparcial veria à justa os traços que Santo Agostinho exigia no grande orador: "Ele não depende das palavras, as palavras é que dependem dele."

Foi na sua viagem ao Rio Grande que experimentei pela única vez a ventura de escutá-lo. Ainda estou a ver-lhe o vulto entre as flores provincianas que adornavam a tribuna, a que assomara sem um sorriso. Faltava-lhe a máscara profissional dos que procuram, ao levantar do pano, conquistar a platéia pelo magnetismo das fisionomias irradiantes. Nem os traços fisionômicos o ajudavam. Era desde logo um homem feio. Talhe mediano, ombros altos, cabeça grande, rosto triangular, descarnado e moreno. Os olhos brilhavam, pardos, profundos e móveis, atrás das lentes sem aros. Eriçados e duros os cabelos, como uma escova, aumentavam-lhe no rosto a impressão de uma pirâmide. Mas a voz detinha o mistério das seduções. Não dispunha de melodias cariciosas na garganta, nem de retumbâncias tempestuosas. Era no registro de meios-tons que ele sabia arrancar da palavra todos os efeitos mágicos.

Se compunha bem, improvisava ainda melhor. Pronunciava os vocábulos não apenas com a acentuação tônica exata, senão que dispunha de uma espécie de prosódia do sentido. Nos seus lábios, Pátria, Liberdade, Poesia e outros sinônimos de lutas, grandeza e majestade tinham, como há de ser raro, sonoridades desconhecidas.

Os aplausos da assistência, lágrimas que brotavam dos olhos, sorrisos desenhados nos lábios, a sensação de voluptuoso enlevo dos ouvintes nasciam não só da beleza dos períodos como dos transportes imprevistos da sua voz, que destilava nas palavras os filtros da imaginação – aquela deusa fantástica, que na arte como na vida ignora a topografia dos girondinos e a neutralidade das meias-tintas.

Embebido de cultura literária e conhecendo a fundo toda a crônica da humanidade, às suas orações jamais faltaram os conceitos de poetas e filósofos ou o abono de antecedentes e semelhanças históricas. Poderíeis tê-lo escutado neste recinto ou na Casa de Tiradentes, como no adro de uma igreja, no comício político, no clube de regatas ou de *foot-ball*, saudando a França em 14 de julho, esmaltando de beleza as asas de Santos Dumont ou inaugurando uma piscina no Fluminense, a sua eloqüência era ungida sempre da mesma beleza sacerdotal, os raios de Zeus misturar-se-iam aos vinhos de Hebe, o carro de Elias cruzaria com os dramas do hagiológio, santos do cristianismo e deuses pagãos, os poetas de Roma e as epopéias da Índia, no mesmo tecido majestoso do seu verbo magnífico.

NA CADEIA VELHA

A política teria de ser também a sua feiticeira. Um dia o seu Maranhão – "a Provença dourada do Brasil" – haveria de mandá-lo à Câmara. Fora a sua terra um dos púlpitos de Vieira, sede da cultura clássica que lhe valera o batismo de Atenas brasileira. A candidatura de Neto não viria apenas do sufrágio dos vivos senão também e principalmente da imposição unânime dos que dormiam num panteon de glórias. E nunca talvez a pequena província, ligada espiritualmente ao espírito helênico, pelo laço inquebrantável da federação das idéias, tanto valorizasse um diploma como o que habilitaria Coelho

Neto a sentar-se entre as bancadas da representação nacional, onde foi o deputado da inteligência e não de clãs facciosos.

A Câmara tinha e sempre teve no seu seio outros homens de letras, que os fabricantes de atas ora disputavam para enfeite das chapas eleitorais, ora nelas incluíam como Mecenas beneméritos.

Neto fora republicano, como fora abolicionista. Não o arrastaram às duas jornadas apenas as idéias de emancipação e democracia. Sofrera a influência das correntes do seu tempo. Logo depois de 15 de Novembro, governando o Estado do Rio, Portela confiara a ele as funções de Secretário. O autor de *A Conquista* reuniu os boêmios da propaganda que vegetavam sem vintém às mesas do Café Globo e da *Maison Moderne*. Levou-os para a repartição, transformada em arcádia, que a renúncia de Deodoro dispersaria bem cedo.

Deputado, não foi, como outros artistas em idênticas circunstâncias, um simples freqüentador da lista da porta e das folhas de subsídio.

Subiu à tribuna para sustentar grandes causas impessoais. Coube-lhe a fortuna de ser o autor da emenda que providenciou para que a música de Francisco Manoel encontrasse o seu poeta e assim puderam os brasileiros ter a letra do seu hino, juntando nas mesmas palavras em certas horas as vozes de todas as crianças nas escolas de todos os recantos destes imenso território.

Germano Hasslocher, o admirável parlamentar que o Rio Grande enviara à Câmara, havia lavrado um parecer contrário ao pedido do diretor do Instituto Nacional de Música. Neto teria de enfrentar no debate um dos oradores mais ágeis, mais brilhantes, mais cultos do parlamento e que manejava ainda a primor a ironia. O discurso de combate ao parecer é, porém, um modelo não só de beleza literária, mas calcado sobre uma argumentação irrefutável.

Mereceram ao representante do Maranhão o mesmo carinho o serviço militar obrigatório e a defesa das florestas devastadas com a criminosa neutralidade dos governos. Lá, a necessidade, hoje como então imperativa, de enriquecermos os quadros da nossa defesa e forçarmos pela preparação militar o respeito à soberania. Aqui, o crime de abater a selva indefesa, modificando o clima, alterando o ritmo das estações, extinguindo ou diminuindo a navegabi-

lidade dos rios e a fertilidade das terras ribeirinhas. Amigo das árvores, não só pela sua condição de sombra para todos os fatigados, como de companheira inseparável da poesia, Neto, erguendo o grito de protesto contra os machados sacrílegos, pronunciou estas palavras dignas de Hesíodo:

> Será ainda preciso insistir nos louvores à floresta? Será ainda necessário dizer da sua generosidade? A floresta acompanha-nos com mais fidelidade do que a sombra; toma-nos ao entrarmos na vida; é o berço; desce conosco à morada eterna onde a alma não penetra, é o esquife. A floresta gera as fontes, mães dos rios; doma a cólera dos ventos, purifica a atmosfera; dá-nos a essência e o bálsamo e os seus troncos prestam-se a todos os misteres: são as colunas do lar, a ara do templo, a quilha da nau, o carro das ceifas, o móvel doméstico, a haste da lança, o estilo da pena, tudo.

Mas não foi só. O povo brasileiro tinha uma dívida de honra – repatriar os despojos mortais do imperador e da imperatriz. Não foram vozes suspeitas de sebastianismo as que reclamaram a volta daquelas cinzas sagradas. Encarnou o sentimento público, precisamente a eloqüência sincera e um pouco selvagem de um propagandista da República – o Senador Coelho Lisboa. Coelho Neto, apenas empossado, profere na Cadeia Velha, secundando o gesto do ilustre paraibano, um dos melhores discursos da sua carreira.

Mas não era um declamador estudado de períodos laboriosamente trabalhados no gabinete. O improviso era o seu forte. Ele mesmo o celebrou na boca de Paula Ney: "Discursos lidos são pássaros de gaiola. O improviso é o pássaro livre, de vôo largo, cantando no espaço, ao sol. Ler discursos... Não, meu amigo. Eu sou como o pássaro: produzo, não decoro."

Consinta a Academia que eu aqui exalte a eloqüência de Neto, repetindo alguns dos períodos da despedida que, em nome de toda a companhia, ele proferiu antes que da sala do Silogeu se apartasse o cadáver de Bilac:

> Deixa que eu lembre os anos que vivemos juntos, tão claros e felizes apesar de pobres; tão alegres apesar de difíceis, porque foram como alamedas de espinheiros floridos; tão cheios de angústias e, ao mesmo tempo, de entu-

> siasmos, porque os atravessamos nadando em lágrimas, como Leandro pelo Helesponto tempestuoso, tendo, diante de nós, a luz da torre de Hero que era o ideal; anos que abriram capítulos fulgurantes na história da pátria: o de 87, ano da flor, e o de 89, ano do fruto.

Mas estava escrito que Neto havia de ser tudo ou quase tudo que quisesse. Conhecendo a fundo a sua arte, não é de admirar que ele conquistasse a cadeira de literatura no famoso concurso do Ginásio de Campinas, disputando-a a Batista Pereira, já então em plena florescência do espírito a caminho do esplendor que tem sido a sua vida intelectual. Neto não freqüentara, como hoje é fácil, cursos universitários. Não ouvira, como hoje acontece, professores do Colégio de França, ensinando as disciplinas especializadas. Era um autodidata que construíra, paciente e inspirado, os sistemas da sua aprendizagem, promovendo-se, sem diploma, de aluno de si mesmo a professor da mocidade do seu tempo.

RETRATO DA MOCIDADE

No tumulto da sua produção multiforme, não se olvidou de deixar o retrato da sua iniciação. E, graças a esse cuidado, aí estão em todas as estantes as páginas de *A Conquista*. É *A Conquista*, até certo ponto, um livro precursor das modernas vidas romanceadas. De comum com o de Murger só tem a semelhança entre os processos boêmios. Mas esses foram sempre os mesmos – no Quartier Latin ou nas arcadas de Coimbra, nas cervejarias de Reidelberg ou nas touradas de Salamanca. Pode haver e haverá certamente em *A Conquista* uma larga quota de invenção pessoal do escritor, embora este, na dedicatória aos da caravana, se reserve o modesto papel de cronista:

> Este livro, meus amigos, é mais vosso do que meu, porque na sua composição entrou apenas a minha memória. Eu vim seguindo a caravana que a musa precedia, como Miriam à frente de Israel. Vim seguindo e apanhando pelo caminho saibroso e seco as gotas de sangue, as gotas de lágrimas, as estrofes sonoras, os arrancados soluços e os suspiros que deixáveis, e, durante a marcha, só três vezes paramos, com as liras caladas, os olhos lacrimejantes, para guardar na terra santa os que caíam.

Espelho da última mocidade aventurosa do Brasil, uma espécie de fim de raça do romantismo às portas da idade egoística que a civilização materialista implantou na cidade de Estácio de Sá, é *A Conquista*, antes de tudo, o depoimento palpitante da maneira de ser do Rio de Janeiro durante os tempos que antecederam o 13 de maio. Não se destinou a inventariar as causas nem os fatos da grande jornada, mas a retratar a boêmia literária em cujo seio se forjaram as melhores armas da Abolição e da República. Bilac, Aluísio, Pardal Mallet, Patrocínio, Guimarães Passos, Artur Azevedo, Luís Murat e Paula Ney enchem-lhe as páginas sob transparentes disfarces. Mas não são apenas poetas, romancistas, homens de jornal e de tribuna que aparecem aos nossos olhos encantados. É a vida da cidade, ainda silvestre, que desponta com a animação noturna dos seus restaurantes e dos seus clubes, com as tardes da Garnier e da Rua do Ouvidor. Campo fechado, faltavam-lhe os respiradouros do oceano. Não rompera ainda para o tráfego febril das populações abrasadas e sequiosas de ar, horizonte e perfume marítimo, as muralhas que a separavam das praias atlânticas. A mocidade fazia versos, discutia e conspirava. O sonho dos jovens era o louro de Atenas, não o carvalho de Esparta. Ainda não despontara a era do *stadium*. Talvez houvesse menos fortaleza física, mas havia seguramente mais idealismo. Ninguém assistia à tristeza de hoje, com os cursos mastigados às pressas, divinizado o prestígio da ignorância desde que se apóie no biceps atlético, o desdém pela cultura, os crepúsculos do espírito, a deusa Nudez instalada nos templos de alguns falsos devotos de Hígia, que muitas vezes não passam de pérfidos epicuristas das épocas de decadência.

Mas *A Conquista* era apenas o primeiro tomo da epopéia da mocidade caravaneira, que colaborara nas transformações do regime econômico e político do país. Coelho Neto completou-a em *Fogo-Fátuo*. Os dois volumes têm a mesma origem, as mesmas personagens, o mesmo cenário. Só o tempo varia. Um acaba com a noite de 13 de Maio, o outro atravessa o 15 de Novembro, até além da revolta da esquadra, dominada pela energia férrea de Floriano. Se *A Conquista* distribui os papéis com relativa igualdade, em *Fogo-Fátuo* a figura de Paula Ney assume as proporções de herói de quase todas as suas páginas. Livro providencial. Sem ele, as gerações atuais desconheceriam o perdulário de gênio, derramando pelas mesas das redações e dos cafés a graça fas-

cinante que constituiu a paixão do Rio de Janeiro. Ele foi o crítico verbal de todos os livros e de todos os escritores. Deu forma a todas as aspirações. Ironizou todos os defeitos, mas as suas setas não tinham o veneno letal dos aimorés. Trespassavam com doçura sem dilacear os tecidos, virtuosas como a lança do herói. Destruiu a poder de sátira todos os ridículos. A mesa do Café Globo era o tribunal da cidade e os seus epigramas voavam de boca em boca, desde a porta das livrarias até os subúrbios distantes e as províncias longínquas. Floriano pode ter sido o governante intransigente, enchendo as cadeias em defesa da ordem, exercendo além das fronteiras constitucionais as faculdades do estado de sítio. Ney, seu adversário, foi, porém, o ditador implacável contra todas as afrontas à gramática ou à liberdade, ao bom gosto ou à dignidade humana. Os seus decretos não se imprimiam no *Diário Oficial*. Ele mesmo os baixava à saída dos teatros do Largo do Rocio ou à mesa das cervejarias, pontificando às esquinas ou atravessando a Rua do Ouvidor, que era a sua sala de despachos. E ninguém resistia ao prestígio das suas determinações, elaboradas e executadas por ele numa confusão de poderes que aterrorizaria as suscetibilidades de Montesquieu.

Já um dos melhores críticos do autor de *Tormenta*, o cintilante Péricles de Morais, denunciara em Coelho Neto uma vocação de estatuário. Em verdade ele marmorizou em períodos semi-eternos algumas figuras do seu tempo.

E, fechados os dois grandes livros, ainda ficam longamente passando sob os nossos olhos cerrados, vivendo, amando, escrevendo, sofrendo, cheios de fome e de glória, Bilac já então ouvindo estrelas, Aluísio, que, depois de *O Mulato*, tão feliz no acerto das observações, se deixara arrastar aos exageros do Naturalismo, Pardal Mallet com a sua gravata vermelha à Lavallière, panfletário iluminado dos sonhos republicanos, Luís Murat, que fazia concorrência ao mar com a poesia das suas *Ondas*, o Guima com o lenço côncavo de beijos, eternamente enamorado, sucumbindo em Paris de nostalgia, Artur Azevedo enchendo de bom humor os leitores dos seus contos e o público das suas revistas e finalmente ele mesmo, Coelho Neto, sob o dominó de seda de Anselmo Ribas, deslumbrando a sua geração com a sua prodigiosa polimorfia literária, grande em tudo e mais ainda no amor aos seus amigos, insensível à emulação das arcádias e à perfídia dos detratores, realçando os parceiros da

mocidade, no seio da qual o seu talento floriu como uma vitória-régia matizada por todas as cores do espectro solar.

Não é possível fechar *A Conquista* sem recordar duas de suas páginas maiores. Uma é a chegada dos retirantes, batidos pela seca daquele ano terrível. Ney, cearense, eternamente cearense, que a metrópole não desnaturara, vai recebê-los no mar, emocionado e infatigável. Arrastando Coelho Neto no meio do imenso rebanho flagelado e emagrecido, o boêmio percorre a bordo todos os grupos, falando, interrogando, animando, consolando como um missionário. E o escritor soube dar o colorido exato à cena acabrunhadora daquela massa humana arrancada ao solo natal pela injustiça climatérica. E Ney a infundir-lhe coragem: "Vocês aqui estão muito bem; a terra é boa, a gente é boa, ganha-se muito dinheiro. Depois é o mesmo Brasil. Vocês não são brasileiros?

Um velho, com uma longa camisa que lhe descia aos joelhos por cima das calças, acenou com o dedo negativamente:

– Nhôr não.

– Como! Então você não é brasileiro, velho?

– Cearense té morrê! Disse atirando uma cusparada por entre os dentes.

– Então o Ceará não é uma província do Brasil, velho?

– Inche! Ceará é dele só... té morrê. E foi-se resmungando convencidamente.

O Neiva rompeu a rir e perguntou:

– Até morrer, hein?

E o velho de longe sacudiu a cabeça, repetiu:

– Té morrê!"

A outra é uma tela marinha. A pena do escritor iguala o pincel do paisagista mais ilustre. Não vale elogiá-la. É preciso ouvi-la.

Depois de uma noitada boêmia, Neto e Guimarães Passos vão assistir ao clarear do dia na praia do Boqueirão. Era a Copacabana do tempo. Ei-la:

> Seguiram e, quando chegaram ao Boqueirão, o céu ao longe, estiado sanguineamente, estava cor de bronze. Na praia branca, o mar liso, metálico, rutilava.
>
> Uma multidão chapinhava na areia úmida que guardava a pegada funda até que a onda, subindo preguiçosamente, a desmanchava. Havia barra-

cas de lona como brancas pirâmides, mas a maioria dos que mergulhavam vinha já pronta nas roupas de flanela dos estabelecimentos balneários.

As senhoras, sorrindo, esfregando as mãos, iam timidamente para o mar que mandava à praia as suas ondas como para buscá-las, curvavam-se, tomavam nos dedos um pouco de água, como se se benzessem naquela imensa pia verde e, friorentas, dando-se as mãos, entravam, aos saltinhos, quando a onda rolava cheia, espumosa, desdobrando-se na praia com sauve marulho.

Cabeças apareciam longe e gente saía gotejante, gente entrava a correr e todo o mar fervilhava de banhistas. Ao longo da praia e no terraço do Passeio, apinhavam-se curiosos.

Um bote negro, remado lentamente, bordejava. Tresandava a maresia. De repente Anselmo gritou: – Olha, Fortúnio! Era o Sol, o grande, o magnífico, o esbraseado Sol americano que subia. O céu estava encandescido, era de ouro líquido, e, quando o disco do astro, imenso e translúcido, fulgindo como uma patena polida que girasse vertiginosamente, apareceu acima dos montes longínquos de Niterói, houve uma chuva mirífica e doirada, todas as eminências foram polvilhadas, o espaço e as águas ficaram como Danae na hora amorosa do lentejo d'ouro; mesmo para o fundo a serra acidentada de Teresópolis que, de tão azul, quase se confundia com o céu, teve a áurea bruma da manhã triunfal. E o Sol subia, a luz alastrava. A água voluptuosa tornou-se mais lânguida. Gaivotas cruzavam-se contentes e o Pão de Açúcar e os fortes ficaram sobre um mar de ouro.

A luz chegou às árvores do Passeio e as folhas, galvanizadas, rebrilharam; o mesmo bote fúnebre, negro, que ia e vinha com a lentidão de um esquife, teve a sua orla de luz e refletiu-se na água espelhenta e mansa.

Os que se banhavam pareciam incrustados na superfície serena e rútila das águas vastas, e longe, enorme e escuro, fumegando, com uma bandeira trêmula solta às brisas, um paquete saía sereno, sem oscilação, fechado, em direitura para a barra por onde vinha entrando, rebocado, um brigue, de velas ferradas, os mastros secos, vagaroso e pesado.

A alegria do céu comunicou-se aos que nadavam e gritos alegres vinham do mar, e sempre a sair gente ansiosa para a onda: velhos, senhoras, crianças. Uma menina aleijada desceu ao colo dum banhista esperneando, aos gritos e, diante desse rumor de vida, nessa azáfama jocunda, Fortúnio, com os olhos no paquete, suspirou:

– Ah! pudesse eu ir ali!

– Ora qual! Deixa-te disso, homem! Olha para aquele Sol, admira aquela beleza e dize se é possível que Deus estrague tão formosa auréola numa terra destinada à miséria e ao abandono.

Uma Pátria que tem este sol há de ser grande por força. Viva a nossa terra, deixa lá, homem! A nossa manhã há de vir, descansa. E os dois, extasiados, ficaram a olhar o astro deslumbrante que remontava majestosamente.

A IDADE MADURA

Mas a mocidade findara. O coração de Neto elegera a companheira de toda a vida. Dispersara a caravana. Cada qual seguia os roteiros do seu destino. Cruzes já marcavam a estrada. Guimarães Passos, Pardal e Paula Ney, carregados pela morte. Para o memorialista da idade de ouro, despontavam o lar e o trabalho. A abelha ia prover com o mel do seu engenho as necessidades da família, até a dúzia de descendentes, como a dos patriarcas da Bíblia.

Entre os livros e os filhos, a sua vida deslizaria nove lustros bem contados.

E Neto não foi apenas um dos arquétipos da nossa vida literária. O homem e o cidadão equivaleram ao artista. Não é aqui o lugar para falar das suas virtudes privadas, nem para exaltar-lhe o civismo. Sem embargo, senhores, a sociedade humana hoje aprecia mais o equilíbrio dos dons do que a raridade de certas prendas isoladas.

Um Krechstmer, debruçado sobre a existência de Coelho Neto, auscultando-lhe o predomínio do autismo sobre a tirania da realidade, diria que ele era um esquizóide. Outros afirmariam pretensiosamente que ele guardava a introversão ancestral. Eu prefiro ver nele um puro idealista, que deveria ter vivido numa época em que o Estado alimentasse os gênios, como Deus alimenta os pássaros para que cantem sem a miséria das contas a pagar.

Neto amou profundamente o Brasil. E, morto Bilac, tomou-lhe o lugar derelito à frente da Liga da Defesa Nacional, estimulando todas as energias ao serviço impessoal da Pátria, que o maravilhoso aedo de "O Caçador de Esmeraldas" queria colocada "acima da tabuleta dos partidos".

Falando e escrevendo, compondo o *Breviário Cívico*, o boêmio da Abolição foi ungido Apóstolo do Brasil.

Talvez, por isso, não falta quem hoje o considere um dos precursores da corrente nacionalista e junte o seu nome com o de Bilac no altar das divindades autóctones, pouco faltando para atribuir-lhes a devoção a doutrinas sectárias.

Não conheço maior erro de diagnóstico na apreciação do homem e da obra. Coelho Neto foi, como escritor, essencialmente universalista. As paixões, que animaram os seres da sua ficção, no Oriente e no Ocidente, na sua época como no passado, nunca se coloriram com os matizes desta ou daquela bandeira, porque todas foram constitucionalmente humanas, das portas do paraíso terrestre até estes dias desventurados.

Sem dúvida, ele situou muitos dos seus dramas e desenvolveu a intriga dos seus romances na paisagem da nossa terra, de que foi um dos maiores aquarelistas. Não há negar que vestiu com os nossos trajos numerosas das suas personagens, algumas das quais modelou com carne e sangue brasileiros sobre o esqueleto da espécie vertebrada. Há nos seus livros vozes genuínas dos nossos sertões, aldeias e cidades. Até a meia língua do escravo ele a reproduziu na sua prosódia característica. Vultos da nossa história e figurantes da crônica contemporânea atravessam as suas páginas ou se eternizam pelo cinzel da sua vocação estatuária. Mas talvez nenhum escritor se tivesse deixado impregnar em igual medida pela influência alienígena, quer nos cenários, quer na mística dos sentimentos, quer na fotografia das almas. Creio até que Neto foi dos que concederam à inspiração pátria apenas a quota indispensável aos compromissos da origem.

Se nacionalismo, no conceito vigente e quiçá deturpado, é, no distrito literário como no político, a divinização da Pátria acima das outras nações, no fanatismo que esquece defeitos e exagera virtudes, Coelho Neto jamais foi, cidadão ou homem de letras, um nacionalista.

Não o foi como homem de letras, porque, numa temperatura em que tudo se tenta submeter ao imperativo do sangue e do solo, mesmo o idioma, ele jamais deixou de render a sua vassalagem à língua portuguesa, esmerando-se no cultivo das formas sintáticas e na preocupação vernácula, sem prejuízo da enxertia indispensável aqui, como em ultramar, dos termos peculiares a cada região ou insubstituíveis pelas exigências do uso. Nisso, como em quase tudo, não se distanciou de Bilac, o poeta que cantou a língua portuguesa no

magistral soneto de *Tarde*. E Neto não só a exaltou em louvores filiais, senão que foi um devorador de clássicos. Fazia praça de ter enriquecido o seu vocabulário garimpando nos rios cristalinos de Camões, Bernardes e Vieira. Poderia ser uma vaidade de colecionador – armazenar palavras como quem guarda moedas ou selos. Nem isso. Em Neto era amor à língua. A sua paixão vernácula imprimia-lhe aos períodos cunhos arcaicos. Um dos críticos, para evidenciar esse erro, transcreve um exemplo flagrante: "Enfermara o piloto e, como a bordo outro não houvesse conhecedor daqueles mares arriscados, grande foi o terror na fusta." E logo de indagar: "Pensa o leitor que esse trecho é de João de Barros? Não é, mas do Sr. Coelho Neto no *Romanceiro*."

Se Neto fosse um nacionalista, que pensaríamos do chamado grupo da *Anta*? Esse, sim, preconizava uma gramática brasileira, com uma sintaxe própria. Como todas as modas, aquela fez escola e discípulos, resolvidos a quebrar as nossas ligações exteriores, impondo uma fala nossa, como uma pintura, uma arquitetura, uma poesia, um urbanismo – tudo mais perto do primitivismo do que da civilização ocidental.

Mas, se na concepção das suas obras e na expressão idiomática das suas idéias, Coelho Neto jamais se enfileirou entre os da revolução verde-amarela, também a sua projeção cívica não se ressentiu daquelas preocupações. Ao contrário, digo eu. Deflagrada a guerra européia, formou pela palavra e pela pena, entre as legiões aliadófilas, chegando a pronunciar em francês um discurso sobre a Batalha de Yser.

Não, Neto estimou a sua Pátria no fundo do coração, honrou-a com a inteligência, dar-lhe-ia o sangue, mas não se alistou no sectarismo que leva à guerra entre as nações, criando os problemas da raça no domínio étnico, da religião no plano espiritual e da autarquia no conflito econômico.

Verdadeiramente, Neto era um humanista. Ao entrar no Colégio Jordão, já conhecia bem o latim. A História e os clássicos foram os fundamentos da sua atividade literária. Nunca reduziu os acontecimentos ao campo do seu país. Sempre os submeteu ao império das leis históricas.

Se não houve melhor brasileiro do que ele, também nunca se entibiou a sua devoção à humanidade, na essência da dignidade individual e coletiva.

O que se convencionou chamar nacionalismo no sentido agressivo, que engendra e endeusa a guerra pela rivalidade das pátrias e pelos delírios do

imperialismo, nunca lhe mereceu uma linha sequer de aplauso na sua imensa e majestosa obra.

Neto foi – e o foi com sinceridade e esplendor – um patriota idealista e ardente. Com a paixão do seu país, não transigia com os pessimistas, que tudo lhe negam, mas não se deixou arrastar pelo que ele mesmo chamou a xenomania. Tratou de valorizar o homem e a terra. Impressionado com o desmoronamento da civilização em conseqüência da guerra universal, aterrado com a nossa displicência em matéria de aparelhamento militar, tornou-se o pregoeiro do serviço obrigatório, tratou de avivar as responsabilidades de cada cidadão, publicou o *Breviário Cívico*, contendo os mandamentos do catecismo patriótico. Nem podia circunscrever o seu horizonte o homem que fizera da Bíblia o seu livro predileto. Estou certo de que ele se alistaria, como eu e como todos nós, entre os que reagem à espoliação estrangeira, acastelada no império da finança cosmopolita, amenizando a força das nações jovens e reduzindo-as à condição semicolonial. Se um século atrás um grupo de patriotas conspirava em Vila Rica contra a mãe pátria, porque os dízimos empobreciam o Brasil, como não articular hoje a resistência de todos contra a soberania insidiosa que tudo nos vai absorvendo, impondo-nos nos pulsos algemas, que, por serem de ouro, não deixam de ser símbolos de dolorosa escravidão?

Outra vez, no epílogo de duas vidas bem vividas, Olavo Bilac e Coelho Neto associavam a lira do poeta e a eloqüência do orador, entoando no meridiano da fama o mesmo epinício à terra, que, trinta anos antes, com os estômagos vazios, haviam cantado entre as *Sarças de Fogo* de um, e por *Montes e Vales* de outro.

NEO-ROMÂNTICO

Tendo escrito todos os gêneros e freqüentado todas as escolas, que foi afinal esse panteísta literário? Aí, os críticos se encarniçaram. Estes, como os gramáticos, é que constituem o *genus irritabile*. Não permitiria o tempo um debate no conflito das opiniões. Mas tenho que a Academia não estará longe de aceitar que o realista de *Tormenta*, o orientalista de *Baladilhas*, o psicanalista de *Inverno em Flor* não era afinal senão o romântico inatual, a que se

referiu o Sr. José Maria Belo ou, ainda melhor, o neo-romântico, como o classificou em admirável estudo inédito esse malogrado e brilhante Artur Mata, tão cedo e há tão pouco arrebatado às letras brasileiras.

CREPÚSCULO DO CORAÇÃO

Afinal, o lar que ele edificara entre as paredes dos seus livros também começou a ser visitado pela morte. As roseiras do seu jardim receberam a poda das tesouras implacáveis. O coração de Neto tinha sensibilidades estranhas, e o sofrimento exercia sobre ele uma influência magnética.

Acutilado pelos golpes da ceifa, refugiou-se no trabalho, produzindo e escrevendo mais do que nunca. E um dia lá se foi a meeira de toda a vida, aquela que, como a Carolina, de Machado, também levou "o coração do companheiro".

O filho – Mano – sucumbira na beleza atlética da mocidade.

É demais. Neto fora sempre um supersticioso. As forças, que entraram na composição do seu caráter, tinham sido as espirituais. Ele começou a desenvolver pelo estudo e a leitura as suas tendências naturais para o mistério. Nunca passara de um finalista. Não podia ver uma flor ou uma estrela sem procurar um destino. Era a antítese de Lawrence, para quem: "Não há fins. A vida e o amor são a vida e o amor. Um *bouquet* de violetas é um *bouquet* de violetas, e meter lá dentro uma idéia de finalidade é demolir tudo. Vivei e *laissez faire.*"

A dor abrira um novo caminho às suas pesquisas. Jamais tinha sido um católico, no sentido confissional da palavra, nem mesmo um "católico relaxado", na feliz expressão de um oficial revolucionário, que traduzia nesse barbarismo o homem que crê nos dogmas, mas não pratica os mandamentos. O Deus, que adorava, era um Deus dele, um Deus pessoal e profano, que chamava "o Deus de todos nós, os artistas".

Colhido pelo infortúnio, despertam as energias vulcânicas do sobrenatural, adormecidas no seu inconsciente, e ele se volta para o além, tacteando o segredo da vida e da morte. A metapsíquica empolga-o com as visões paranormais. Ei-lo, afinal, caminhando entre as sombras subjetivamente movediças dos seres amados e desaparecidos. Melancólico crepúsculo de coração em

que o consolo das amarguras reside na perenidade das vidas desencarnadas e errantes, diáfanas aos olhos do corpo, mas presentes aos da alma, inspirando os nossos atos.

E assim, sonhando, amando e servindo, sucumbe numa tarde triste um dos seres que honrou a espécie humana e uma das maiores glórias do seu país. Lá se foi esperando, talvez, ser um dos movimentos imperceptíveis da grande vibração, contínua e eterna, que Richet ainda via nas ondas oceânicas produzidas pelos remos das galeras de Cleópatra.

O PAPEL DA ACADEMIA

Já vos agradeci, Senhores Acadêmicos, os votos que me destes. Não os explico nem os aplaudo. Há mercês, que a gente pede e alcança, sem nunca as justificar em exames da consciência.

Ainda agora, relanceando o olhar pela magnificência desta sala e ouvindo o eco da minha voz, o que admira é que seja eu quem fale e vós que me escuteis, como na frase célebre.

Habituado às disputas eleitorais, nunca me intimidaram os comícios e, tantas vezes tenho querido, quantas as urnas me têm enviado às casas da representação política. Outra, porém, é a forma de investidura vitalícia deste Senado da Inteligência. Só a ele se chega pelo sufrágio de censo alto. Aqui são poucos os que escolhem, simbolizando nos seus votos todas as fontes da soberania mental do país.

Não tem faltado a esta Casa nem a sátira nem a contestação da legitimidade dos seus diplomas. Verdade seja que não raro ou o facho incendiário das suas paredes é empunhado por muitos aos quais recusastes os vínculos desta consangüinidade espiritual ou, anos volvidos, encontrais aqui, de espadim e chapéu armado, os infiéis redimidos no Jordão dos vossos sufrágios retardados.

A mim, que venho das glórias e misérias do sufrágio universal, o que me seduz nas vossas eleições é que nelas não há a preocupação de zonas nos títulos do candidato. O Brasil, neste recinto, não tem bancadas. É uno e indivisível, até porque as manifestações intelectuais não se aferem pelas condições geográficas, não dependem da opulência ou da pobreza das regiões, não resul-

tam da estatística demográfica. Despontam indiferentemente no Norte, no Centro ou no Sul, entre pobres ou ricos, entre muitos ou poucos. Podeis errar e errareis muitas vezes na escolha, mas jamais aqui prepondera a influência dos particularismos.

Não seria de bom gosto a um iniciado o louvor da Academia, mas tenho por certo que, hoje mais do que nunca, Ela vale menos pelo conteúdo pessoal do que pela posição finalística.

Quando tudo se organiza no mundo e ressurgem, ao lado do estado sindical, as ordens de todas as profissões, num certo ou errado medievalismo, esta Casa, bem ou mal constituída, representa um papel institucional nas letras brasileiras. Termine ou não o dicionário, pouco importa. O essencial é que ela exista e seja o sujeito ativo e passivo das nossas relações intelectuais com os outros povos.

Suprimi a Academia e encontra-la-eis em seu papel agora insubstituível para a comunhão desses quarenta milhões de criaturas já convalescentes nas enfermarias do vasto hospital e que querem cooperar para o engrandecimento próprio e da terra, dando à Pátria as dimensões da cultura individual ou das massas, no prestígio da soberania política.

De luta é o signo dos nossos tempos. Não apenas nos domínios da arte se processam os choques entre o espírito retrógrado e as ousadias renovadoras. Toda a vida humana e em todos os setores da sua atividade é o teatro desse dualismo mais violento do que Ahrimam e Ormuzd, da velha Pérsia sonhadora e legendária. Apenas na esfera celeste não se faz mister o choque para a produção da luz. "O Sol e a Lua – dizia Roldán – realizam sem atrito o poema dos dias e das noites."

Cá embaixo – condição da vida ou castigo divino – nunca uma idéia triunfou sem batalha ou uma civilização conquistou o seu lugar ao sol sem pagar um pesado imposto de sangue e sofrimento.

O que se convencionou chamar espírito acadêmico – escreveu há pouco Jacques da Lecretelle, um dos mais novos e mais jovens imortais da França – não é senão a familiaridade com as obras belas e a preocupação aperfeiçoadora. Ora, sobre esses dois pilares repousa em verdade o anseio de todas as inteligências. Nenhum deles impede a marcha das vanguardas.

Da casa de Richelieu, os seus inimigos disseram que sobre a ponte, que leva do Louvre ao Instituto, não transitam nem veículos nem idéias.

Encontramo-nos aqui à beira de uma larga avenida. Não há sinaleiras fechadas às audácias criadoras. Todas passam junto de nós, inclusive o espírito transformador. Terra jovem não tem idéias velhas.

Estamos elaborando um mundo. Tudo aqui tem andaimes. A atmosfera está impregnada de caliça. Há operários por toda parte. Muros, chegados ao respaldo, foram postos abaixo, para serem recomeçados. Todos os materiais – étnicos, econômicos, espirituais e políticos – amontoam-se por toda parte. A vida americana tem um perfume de primavera, um ar de acampamento. Verdadeiramente ainda não começamos. Povos assim nunca podem ser rebeldes às novas categorias do espírito. Por isso, o figurino desta Casa jamais foi um obstáculo à marcha das novas idéias nem das novas formas literárias.

A quem vive do presente não interessa falar de passadismos ou futurismos. O esforço da atualidade consome todas as horas, consagrando as belezas pretéritas e adivinhando as formas vindouras.

A Poesia e a Arte não se eternizam em padrões imutáveis. Nem foi preciso pôr fogo a estes muros a fim de que a revolução subisse das ruas para os cérebros. A insurreição triunfante aqui e alhures recebeu-a a Academia com as portas abertas. Nem caberia o apelo aos códigos clássicos. Bastaria o sentido de uma realidade palpitante, que todos os dias defrontamos – a de que se está fabricando, aqui mesmo, nesta fornalha climatérica, um atestado de brasilidade, que não provém de exaltações jacobinas ou de xenofobias facciosas. Demonstramos que é possível, contra todos os vaticínios, edificar uma civilização nesta temperatura de febre. Circulem os tristes o olhar pelas ruas, nos dias caniculares, e verão um formigamento de gente laboriosa, entre a usina, o comércio, as escolas e os escritórios, produzindo, comprando, vendendo, estudando, escrevendo, falando, pensando com a lucidez, o rendimento e o esforço de habitantes das zonas temperadas.

Estamos praticando hoje aventuras de autodescobrimento, num esforço de nos compreendermos e completarmos.

Um século atrás, a personalidade jurídica internacional do Brasil poderia ter sido uma ficção. Hoje, afirmada a nossa capacidade de viver e desfeita a lenda de sermos um ajuntamento melancólico de enfermos, subjugados pela

natureza apocalíptica, não temos por que temer o futuro. Acima das nossas deficiências inegáveis, pairam, com a melhor das seguranças, a consciência de sermos uma Nação e a certeza de que na crise universal todas as bilhas são mais ou menos de barro. Da nossa alma e do nosso destino, seria justo dizer como Michelet da energia céltica – resistiremos duzentos anos pelas armas e mil anos pela esperança.

À vossa companhia Machado de Assis deu o sentido eterno naquelas palavras do discurso inaugural, simples e claras como um versículo do Evangelho – "manter a unidade literária no seio da federação política".

Jamais uma síntese terá abrangido melhor as latitudes de um grande papel.

Os vínculos da federação devem ser de seda para os estados, a fim de que não sintam as cadeias, mas devem ser aço para a União, simbolizando na dureza metálica o dever imperioso de legarmos aos vindouros a Pátria, que herdamos, com as fronteiras intactas.

Não é este o plenário para ajuizar o pleito, que corre em outro fórum, acerca da conveniência de volvermos ao sistema centralizador ou prosseguirmos no padrão pluritário.

Mas hoje não há mais torres de marfim. As rajadas da luta social e econômica forçam todos os julgamentos. Os cenáculos, como as pátrias, são cadeias de interdependências compulsórias. Nem a Academia se pode subtrair ao embate das lutas, que afligem o mundo e assolam o Brasil.

A verba testamentária do mestre obriga-o a velar pela unidade literária no seio da federação política.

Sou dos que não crêem na vantagem de um retrocesso aos modelos centralizadores. Se houve excesso nas franquias locais, não é pelo menos prudente cercear as autonomias nesta altura em que muitas das unidades já amadureceram para o *self-government* e outras adquiriram, como os filhos maiores, o direito à chave da porta da rua.

A Geografia e a História, a economia e o espírito de emulação criaram para a nossa Pátria um sistema planetário no campo da organização nacional, consagrado até na mística da bandeira, com as estrelas que brilham no céu azul. O regresso à nebulosa unitária seria um risco que só os ideólogos se animariam a enfrentar sem temor da cissiparidade.

Não me enfileiro entre os que anunciam os perigos da fragmentação brasileira. A verdade é que temos atravessado, unidos e crentes, as crises da Independência, da Abolição e das transformações de regime. Nenhum sintoma autoriza os prognósticos sombrios. Ao contrário, as nossas lutas como que reforçam os sentimentos de fraternidade.

Do ângulo literário, considero até a poesia regional um índice de vitalidade, trazendo para o estuário brasileiro todos os afluentes do sentimento coletivo, com as suas lendas, as suas alegorias, as suas peculiaridades. A imagem da Pátria não se desfigura porque as linhas do seu perfil se reflitiam no cristal de vinte espelhos conjugados. Os *lieder* germânicos não dificultaram a obra de Bismarck. E, na própria França, Lamartine saudava em Paris a chegada de Mistral, que encastoara a sua poesia no dialeto da Provença. Para ser grande e una, não há de a lira do Brasil reduzir à monotonia as cordas que há tantos anos, cada uma com um som diferente, contribuem para a majestade das suas harmonias.

Livre-me Deus do pecado de querer contaminar pelo veneno da política os santuários da Arte. Mas a verdade é que já não há santuários fechados à invasão da realidade humana. E nada se tem deixado mais avassalar pela política do que a própria literatura. Aliás, os sacerdotes do culto exclusivista sempre se negaram a compreender que, desde o fundo obscuro dos tempos, já nas epopéias de Homero ressoavam os hinos de guerra. Se descontarmos as escolas do subjetivismo, jamais a poesia ou a prosa deixariam de refletir as lutas e as aspirações do tempo no alto e puro sentido da política.

Hoje, mais do que nunca, os artistas estão penetrados de problemas sociais, inscrevendo-se no debate para todas as soluções. Das nuvens arcádicas da arte pela arte, baixamos à terra desolada e ao homem sofredor, com as suas taras, misérias e grandezas.

A ARTE E A DEMOCRACIA

Por isso mesmo, são intoleráveis os catecismos escravagistas quer se amparem à direita ou à esquerda, quando suprimam a liberdade de opinião sob a ditadura do partido ou da classe.

Nunca os regimes autoritários foram companheiros do esplendor mental. Chame-se como se chamar a fórmula excepcional o seu império elimina as franquias da crítica, nivela todas as cabeças e impõe às prerrogativas do espírito os limites da intolerância.

Decerto a sociedade atual padece os males da desordem e por vezes beira os abismos da anarquia. Mas não há de ser ao preço da servidão que se hão de curar os desvarios. A medicina do espírito ainda está no espírito, restaurando-se as noções do verdadeiro humanismo, porque em verdade os preceitos antidemocráticos, tão encarecidos hoje, valem mais pelo que negam do que pelo que afirmam.

A formação moral do Brasil, as fatalidades da sua geografia física, a experiência dos seus cem anos de independência, os imperativos do seu sentimento cristão devem tranqüilizar as nossas noites na segurança de que nenhuma das duas calamidades desabará sobre o país. Embora estejamos apenas na aurora do que havemos de ser, já adquirimos a ossatura de um caráter, podendo realizar o sonho de Renan, consultando-nos espiritualmente por um plebiscito diário.

Se o cérebro do Brasil sofre as ardentias do Equador e os seus pés assentam nas primeiras geadas austrais, estabeleceu-se por isso no seu organismo ciclópico um equilíbrio de temperaturas, que explica afinal o seu instinto de conservação coletiva.

Não é dado a quem quer que seja avançar juízos sobre o dia de amanhã quanto à estrutura social das nações, tanto cada uma delas é função das outras e das suas peculiaridades, num sistema circulatório superior ao do próprio organismo. Mas, dada a quota de reação própria a cada aglomerado humano, à raiz das suas tendências e idiossincrasia, fácil é afirmar sem medo que a sociedade brasileira não alterará o seu teor cristão e humanista, nem perderá o sentido das liberdades superiores, que constituem o *leitmotiv* de todas suas lutas.

Quis também o fundador desta Casa que ela fosse o refúgio dos espíritos literários, estendendo os olhos para todos os lados e vendo "claro e quieto".

Assim poderia ser em 1897, nos dourados tempos vitorianos, quando ainda subsistia a delícia do mundo clássico. Não assim hoje. As casas já não têm portas às doutrinas e aos acontecimentos, que entram nos lares pelo éter, enquanto os próprios oceanos perdem o prestígio divisório entre os continen-

tes, aproximados pela magia dos motores aéreos. Daqui, como dos templos da ciência, como da torre das igrejas ou da seteira dos conventos, o panorama se desdobra, não desgraçadamente "claro e quieto", mas obscuro e tumultuário. Não há como cerrar as pálpebras assustadas. Teremos de tomar – e já o tendes feito – sem a cor da facção ou da seita, mas humana e brasileiramente, a nossa parte na batalha, em que se decidem destinos da civilização e da cultura, o patrimônio espiritual da espécie e as conquistas imemoriais da liberdade e da justiça.

Somos a geração que assistiu à queda de um mundo e ao despontar de outro. Para nós, viver é um contínuo esforço de adaptação e sofrimento. Spengler dizia bem: "É uma grande época a que vivemos, grande, isto é, terrível e desgraçada. Grandeza e felicidade são incompatíveis e nem nos sobra o direito de escolha. Feliz não será ninguém entre os vivos de hoje. Quem deseja o bem-estar não é digno de viver."

Profunda e dolorosa sentença! Soa aos nossos ouvidos com um *lasciate ogni speranza* de todas as alegrias medíocres e prazeres fugazes. É o clima de heróis, de estóicos e de santos.

Crises como esta só se enfrentam com decisões e firmeza. Vamos direto ao perigo para evitá-lo. Não é hora de imitar a personagem mítica de Gribouille, que, de medo de se molhar, se atirou às ondas.

E, se nem a violência nem o intelectualismo conseguiram aplacar as tempestades sociais, ainda nos sobra aquela *ordre du coeur*, de que falava Pascal, buscando a salvação nas reservas do sentimento.

UMA SOMBRA ENTRE DOIS CLARÕES

Aqui me tendes convosco, Senhores da Academia Brasileira. Sou o monge mais pobre da companhia, mas serei fiel aos votos da ordem, na ânsia de aperfeiçoar-me em vosso esplêndido convívio.

Agora, toca a sentar-me na Cadeira que me destes. Nela brilha um nome – o de Álvares de Azevedo, "do deserto o poento caminheiro". A *Lira dos Vinte Anos* tem as mesmas harmonias do seu gênio. Coelho Neto, que o elegeu por patrono, conservou aceso, durante quase meio século, o lume da lareira romântica, impregnando a atmosfera espiritual do Brasil de um perfu-

me de beleza e de sonho. Álvares de Azevedo e Coelho Neto! Repetindo-lhes os nomes cresce em mim a noção dos deveres que acompanham a herança esmagadora. Tenho de aceitá-la, porque assim o pedi e assim o quisestes. Resta-me o recurso ao benefício de inventário. Nem eu conseguiria jamais saldar-lhe os compromissos.

Fico sendo aqui, por uma confirmação do destino, uma sombra entre dois clarões.

II

RESPOSTA DO SR. FERNANDO MAGALHÃES

Não, Sr. João Neves, não sereis uma sombra entre dois clarões.

Nem a Física permitiria que o fôsseis, nem a Justiça deixaria de sagrar, na eloqüência lúcida e vencedora do tribuno dominador, o novo clarão ofuscante, a manter, na Cadeira em que vos sentais hoje, a perpetuidade das fulgurações.

Cada clarão ilumina uma época. Álvares de Azevedo nasceu com a Nação, e morreu ao iniciar-se o decênio fecundo e exuberante, em que a paz começou a derramar os seus benefícios, a sabedoria a ensaiar os seus surtos, a liberdade a afirmar a sua realização, o cativeiro a vencer o seu tráfico, a guerra a cantar as suas glórias, e, nos mares e nos trilhos, o gênio arrebatado a marchar para a conquista das distâncias.

Coelho Neto conheceu o Brasil alegre e tranqüilo. Por esse tempo, cansado de tanta doçura, que a autoridade desperdiçava renunciante e magnânima, o País sacudiu-se em conjurações convulsivas e sangrentas. Os últimos restos de polimento cultural do Império humilde dispersavam-se ao sopro das primeiras ortodoxias dissolventes. O materialismo aquartelado acamaradou-se com a boêmia e com a livroxada, pela irreverência galhofeira e pela doutrina jactanciosa. De um lado o romantismo etílico, do outro a demagogia conspirante, fermentavam as revoluções soltas. O romantismo anestesiava, a demagogia acutilava. Tinha de ser indolor o traumatismo republicano, que Coelho Neto ajudou a preparar.

A hora que passa, mesmo sem o nebuloso conceito goethiano, e que a vossa visão de experimentado homem público tem sabido decifrar, é a fase eruptiva e torrencial dos fenômenos despenhados pela turbulência e pela vertigem. Essa hora não se caracteriza pela espiritualidade. O que há, é distonia totalitária, a que nada escapa. Nem a Arte, nem a Ciência, nem a Literatura resguardam o mundo da contaminação sociocrática onde as iniciativas caminham para as subversões, os heroísmos decorrem das catástrofes, as coerências capitulam nas tiranias, os estadistas derivam do messianismo. Hora do convencionalismo absorvente, lucrativo, que ressuscita os velhos moldes do estadismo concentrado, corrilheiro, sob o disfarce do benefício coletivo, imposto como suplício, como ruína, como degradação, como extermínio à unidade humana depreciada e inútil, morrendo de covardia e matando por desvario.

Ambiente social de esfacelo. É a alucinação. O pensamento não tem ritmo, não tem forma, não tem exatidão. Por isso, não terá eternidade. Alastra-se o culto do monstruoso, cria-se o amor ao sórdido. Espavorida, a imaginação deserta. Falta espírito à grande tarefa humana. A Arquitetura, promíscua e monótona. A empilha de homens e coisas. A Poesia tange liras de cordas rotas, ufana de vulgaridade, soberba na confusão. A plástica é patológica: mora nos museus de anatomia. As linhas não têm horizonte, nem proporção, e o colorido prefere os tons vivos e berrantes, que já uniformizam os códigos partidários. E até a palavra, mendicante, desarticulada, medrosa de sanções rudes, perdeu a espontaneidade e a bravura, submissa às folhas datilografadas e às ordens superiores.

Dos três que integram a história da Cadeira que conquistastes, Coelho Neto é o espectador da transição. Vida mais longa do que a que tendes, somada à que teve o poeta primaveril. Afortunado quem privou com o vosso antecessor, o mais idealista, o mais incansável, o mais animoso dos homens de Letras. Da sua obra, fizestes, Sr. João Neves, estudo modelar de crítica e de apreço. Assim, terçando motivo rigorosamente literário, vós – o expoente – provais quanto merecem e têm direito, as individualidades da vossa esmerada categoria, ao convívio acadêmico, selecionador e acertado no que pese ao canibalismo dos que investem, preocupados e renitentes contra a nossa prosperidade.

Coelho Neto viveu entre a sua sensibilidade e a sua fantasia, sôfrego, imaginativo, angustiado, ansioso, suportando a maldade e a desilusão como transes expiatórios do seu aperfeiçoamento. A sensibilidade veio-lhe do berço, e mesmo o derradeiro sofrimento, morrediço, enevoado e lento, jamais apagou do seu olhar resignado a recordação e a solicitude. Na sua casa simples, perfumada de evocações, o amor à faina não desmerecia nem diante das grandes dores. A sua mesa de trabalho, de onde a ponta de sua pena abençoada tirou, por longos anos, a fartura de sua gente, foi ninho de glória e pouso de morte. Dele abeirou-se quotidianamente para pensar; a ela se chegou duas vezes para chorar; e, por fim, nela dormiu as primeiras horas da bem-aventurança.

Não consegue compreender, para amainar, as paixões e as lutas contemporâneas, quem não acumula dentro de si um tesouro de ternura. Por conta desta provisão de sentimentos, às vezes pareciam adversos o estilista e o homem. Revendo a mocidade do escritor, e colhendo em *A Conquista* os estouvados companheiros de juventude, ninguém encontra nele o Coelho Neto metódico, equilibrado, vivendo dentro da ordem dos seus livros, seus papéis e seus hábitos. A vida era-lhe uma arrumação catalogada, tal como as suas estantes enfileirando livros e suas gavetas classificando objetos. A grande biblioteca obedecia ao seu gesto certeiro. Dirigia as suas finanças, movimentava as suas edições, organizava a sua tarefa. Ao mesmo tempo provia e previa. Naquele recanto, aberto aos amigos, de onde não desapareciam os ausentes, vivos, embora imóveis, entre flores nunca emurchecidas, passou grande parte de uma existência útil, em que a energia de um homem brando e pobre cultivou um lar feliz, agasalhou uma prole numerosa, compôs uma obra imperecível, iluminou uma geração desamparada. Valho-me de sua lembrança, onde não percebo uma só névoa, para reviver aquela bondade assustadiça, interrogando atormentada e acolhendo reconhecida, na fidalguia de sua conversação encantadora.

Ele nunca faltou. Viveu cronometricamente para o dever e para o coração. Matinal, era companheiro das madrugadas claras.

A manhã sonolenta entrava-lhe pela janela, e via-o magriço, encurvado, desenhando rapidamente o talhe impecável das letras, enchendo tiras sem hesitação nem arrependimento, compondo a página de romance, o artigo de jornal, o sumário da lição. Na disciplina está o segredo da sua fertilidade.

Habituou o cérebro a pensar modelarmente, e modelarmente habituou a mão a escrever. Casavam-se o apuro da idéia e o da escrita. Inteligência, criação, caráter, denunciavam-se nos rascunhos nítidos, amontoados em torno do autor de o *Rei Negro*.

Esse o seu melhor romance. Tem na precisão e na medida toda a alma do artista, expressivo no verbalismo, irrepreensível no vernáculo, pródigo na terminologia legítima. O vocábulo, restaurado e desentranhado ganhou em Coelho Neto a verdadeira acepção no sentido e na sonoridade, com o feitio clássico e a elegância gramatical, velhos ornamentos que tanto constrangem os efêmeros inovadores das originalidades medíocres. Tal o poder ficcionário de Coelho Neto, que mesmo o romancista fantasioso vence o narrador das crônicas do seu bando turbulento, embora a cidade, que o fizera deixar a província melancólica, lhe desenvolvesse a arte de crítica palpitante, com que pôde fixar o cenário das agitações e das propagandas, tanto do gosto extravagante da vadiagem letrada da época.

Extensivo no romance, sintético nos contos em que foi mestre, Coelho Neto divulgou as dores humanas para consolá-las. No seu naturalismo comedido, a realidade não o afastou da compostura e do respeito, assegurando-lhe o senso do interesse moral das personagens, inevitavelmente ressurtas de sua ideação surpreendente.

Foi além de uma centena de volumes o seu esforço ciclópico. Nem um só inferior. Sempre muito junto da perfeição, pela pompa do estilo e pela heráldica da linguagem. Estes atributos acresciam-lhe a oratória exortante e animadora, na sua predicação deslumbrante de patriotismo e de filantropia. Rabiscou, menino, os primeiros ensaios. Velho, dilacerado, triste, escreveu as derradeiras maravilhas, narrando a história lacrimosa de sua grande mágoa, naquela agonia em que pai e mãe, unidos na amargura, esperavam encontrar o filho, arrebatado no esplendor da mocidade, como se fosse possível "distinguir no fundo do oceano a sombra que, um dia, deslizou sobre a superfície das águas mansas".

O tempo, a fama, a consagração glorificaram-lhe o nome.

Quando um homem sai do retraimento para a popularidade, não deve esquecer a lição da primitiva reserva. Assim sentiu Coelho Neto, na noite de sua apoteose, ao lhe conferirem o principado da prosa brasileira. Assim se

reconheceu, quando foi de plenipotenciário especial ao Uruguai. Constrangiam-lhe as ovações, apesar dos triunfos que a tribuna pública e a parlamentar lhe trouxeram. Mas as honrarias pesavam-lhe. Ele era o que mais podia ser, ele era ele próprio, e o seu nome dispensava acessórios. Coelho Neto – dissessem e digam – bastaria e basta. Ministro, deputado, complicando-lhe a personalidade, descontariam suficientemente o prestígio do artista e a glória do pensador. Talvez por isso, seis anos de Parlamento só lhe oferecessem oportunidades para volume de reduzido porte, onde o idealismo do assunto emudecia no tumulto das ambições.

Sem saber como, recebeu o sufrágio eleitoral. Também sem saber como, não mais o mereceu. O povo responde, inocente pela irreflexão ou pela conveniência dos que o conduzem. E o voto, orgulho desacreditado das democracias bastardas, por seus vícios, acaba estuprando incestuosamente a vontade popular.

* * *

Paulo Setúbal, que tanto nos falta, Sr. João Neves, apresentando o vosso *Por São Paulo e pelo Brasil* –, destacou o trecho épico da vossa vida, vivida na tarde garoenta e fria da lendária Piratininga, quando "mais do que um general, porque éreis uma batalha vitoriosa", descestes das alturas, entre aclamações festivas a romper pelos recantos da cidade, que gritava alvoroçada: João Neves, João Neves!

Eu vos conheci também em condições de menor vulto, mas de inegável semelhança.

Foi crítico o ano de 1929. A Democracia inadvertida definhava no Brasil pelo desentendimento sintomático de seus homens comprometidos. Nos círculos autorizados da política e dos negócios, encrespavam-se as primeiras vagas.

Vindo do Sul, onde Gaspar e Moacir, sós, chegam para afiançar a força demolidora da palavra antagônica, estreastes em altivo comando, nas hostes da Aliança Liberal, nascida pacatamente na montanha bucólica e salutar, mas constrangida a seguir pelo país vasto, rolando com os seus rios, uivando com os seus ventos, arremetendo com as suas montanhas, desdobrando-se com as suas planícies, e estrondeando a vitória no prélio das armas.

Armas valem mais do que urnas. E assim o foi compreendendo o orador triunfante. Em tais alturas, a palavra sonora, pregoeira dos lances soberbos que se prometiam, devia empolgar a admiração popular. Tínheis o aspecto menineiro e o tom profético, executando um legado imperativo e racial, o legado da eloqüência que ainda brota dos lábios emudecidos, por onde romperam as revoltas e as invectivas da gente pampeira que, no extremo brasileiro, derrotando a tirania estranha, em cinco anos de bravura, foi a atalaia do Brasil.

Nunca me pude furtar à fascinação da vossa facúndia. Leio e releio, constantemente, os vossos discursos memoráveis. E só a feitura empolgante da vossa frase consegue mitigar a saudade, a gemer na romaria pelas vossas páginas. Há nesse livro um penhor de sinceridade. Certamente não podia ter sido pacífico o ano de 1929: nele, como nos grandes combates, já está assinalada a lista dos mortos e dos desaparecidos. A impressão de sobressalto e de exaltação foi efêmera, como é natural e justo, numa paisagem movediça e variada, numa multidão nômade e policrômica, num tumulto babélico e insatisfeito.

De tudo que o tempo já deliu, ficou a vossa figura de orador exímio, torrencial, lógico, penetrante, aliciador, arengando filípicas e olintinianas, encarnação desse Demóstenes, que, opositor e adversário, investia aplaudido pela turba contra o macedônio invasor e que, hoplite e cortesão, viu desolado e decaído o desastre do Cheroneu.

É de lamentar, exigir a praxe acadêmica um discurso lido. Estou certo que, se permitissem a improvisação e a espontaneidade, essa sala, ainda mais frenética, levantaria em troféu o orador muito acima da sua tribuna. No encargo conferido de vos receber e de vos comentar, de forma alguma, com o meu julgamento, poderei discutir os vossos atributos de escritor. Portanto, não me levareis a mal, se insistir no apreço à vossa "Campanha da Aliança Liberal". Outros espécimes da vossa produtividade apresentam-se com o mesmo arrebatamento, estrepitoso e fanfárrico, numa orquestração de tubas, de rufos, de estrugidos, em ímpetos invencíveis, tentando conquistar domínios e lauréis.

Fostes, nesta oratória de corredeiros despenhantes, uma voz apocalíptica a serviço de uma idéia quase virginal. Apesar dos arroubos retumbantes, a vossa obra de proselitismo transmite uma confiança absoluta no destino. Não vos abandonava o firme desejo de vencer: as torrentes não respeitam diques.

Em contraposição, o prefaciador da "Campanha da Aliança Liberal", progênito de lutas ancestrais e exaustivas, encobria na generalização a sua estratégia maneirosa: e, como se não tivesse datado os seus conceitos, deu-lhes frescura para qualquer oportunidade, elegância para qualquer emergência.

Tudo fiz para me afastar, nesta homenagem rendida e afetuosa, da labiríntica floresta que atravessais. Sois, todavia, marcadamente um homem de Estado, combatido, combativo, desimpedido, novo na idade e veterano nas competições. E como nunca me propus a dizer nem do que não entendo, nem do que me intimida, recolho-me para o que ainda pudesse dizer, em continência à sua força e à sua inflexibilidade.

Refugio-me igualmente na intimidade desta Companhia, onde vos espera o lugar que vos pertence. Na Academia, estiveram os grandes oradores do Brasil. E falo só dos oradores professos. Nabuco, Patrocínio e Rui orfanaram-nos. Com o nosso silêncio, oferecíamos-lhes o que tínhamos de melhor, sem profanar as vozes espectrais. Hoje, afinal, restabelecemos o fulgor da palavra onipotente, e a João Neves entregamos a herança preciosa.

Há uma advertência: os maldizentes andam à espreita. Numa época de tartamudos, os oradores são maltratados. A moda é desprezar as regras do bem dizer. Onde fora honra falar, hoje é recurso ler: os parlamentares reduzem à fome os taquígrafos, confidentes dos solecismos e das trivialidades tribunícias.

A incapacidade de expressão gera o azedume dos entaramelados, espécie de psitacídios que muito pensam, mas nada falam. Atiram-se, entretanto, de encontro aos que, humanamente, se exprimem com acerto e com desembaraço e chegam-se aos culminantes da oratória para denunciá-los como verbalistas, palavrosos, fofos e nocivos.

Nega-se a nossa História nesta aleivosia. O Parlamento, a cátedra, o Fórum disputavam os melhores oradores, adestrados nas humanidades lustrais, onde se desenvolveram os grandes políticos, os grandes mestres, os grandes juristas, nascidos em plena cultura clássica, educados no estudo da boa linguagem, ridicularizada hoje pela atrevida desenvoltura da xenofobia agreste.

No Império, a palavra romântica e liberal é uma orquestração. Montezuma, nacionalista guerrilheiro; Bernardo de Vasconcelos, fúlgido e reacionário; o velho Rebouças, histórico e precioso; Vergueiro, revoltado e humanitário; Teófilo Otoni, aurora da democracia; José Bonifácio, o Moço,

uma constelação; todos penetraram na alma contemporânea com seus arrebatamentos e suas esperanças.

Perduram os rumores desta era lúcida, e destaca-se a diferença entre os fins do segundo reinado, e os funerais da Primeira República. Defrontem-se as duas Constituintes: a de 1891 e a de 1934. Em 91, os debates e os princípios emprestaram à Carta americanizada e comtista, uma transcendência que resistiu a 40 anos de desobediências impunes e de remendos interpretativos. Em 91, primavam os oradores; em 34, venceram os ledores... Os de 91 haviam se moldado no rigor do preparo secundário; os de 34 tinham o pecado original das equiparações, dos favores, das dispensas e dos decretos... No fundo, uma divergência enorme, por conta de poucas letras: em 91, o classicismo; em 34, o classismo...

Sabeis, porque o dissestes, que nenhum homem de expressão foge ao magnetismo de seu tempo e de seu meio. Quisestes, desta forma, traduzir verbalmente o complexo de sentimentos, divulgados à larga, com êxtase e orgulho, na comovida oração ao gênio de Silveira Martins, atleta da tribuna, pelo seu porte titânico, sua voz trovejante, seus tropos abismosos, seus gestos ciclópicos, sua cabeça olímpica. Desenhando o perfil do conterrâneo imortal, sem o querer, talvez, traçastes uma genealogia intelectual, de onde brotou a vossa magia impressionante, e, para maior e melhor crença na força das exortações, repetis o remate de Steed: "Digam o que disserem, o governo do mundo ainda é dos que sabem falar..."

Entranha-se esta sentença no vosso espírito arrojado, onde se processou o milagre da intrepidez, quando, indiferente ao perigo, voando epicamente em asa frágil, pousastes no coração de um povo conquistador e bravo, que vos consagrou o símbolo da lealdade e da vitória. Era a entrada em Jerusalém.

Desta consagração cívica irrompeu um fogaréu de libertação. Cedo desmaiaram sonhos e aspirações. Em três meses, a jornada bandeirante cobria-se de crepe. E nem mais um só eco votivo. E partistes, não para o triunfo, mas para o exílio – "o vinho dos fortes, o revelador dos caracteres". Ali aprendestes que "nenhum homem público deverá subir ao governo sem os certificados da oposição". Assim o dissestes, mal volvido do desterro. Longa e cruel a duração deste noviciado...

Demorei-me, sr. João Neves, atento aos últimos trechos do vosso discurso. Nele tentais fugir ao pecado de querer contaminar, pelo veneno da política, o santuário da Arte, embora os artistas enfrentem também os problemas sociais, e baixem do seu ideal até o homem sofredor e a terra desolada. Contrariais duramente a intransigência dos catecismos escravagistas, quer os da esquerda, quer os da direita, suprimindo a liberdade de opinião para agrado das ditaduras de partido ou de classe. E proclamais: "Nunca os regimes autoritários foram companheiros do esplendor mental."

Forças, não tive, para penetrar nesta imprevista convicção, contrária às cadeias da intolerância humana. Mas uma balsâmica tranqüilidade sobe do remate da vossa previsão oracular, devassando um futuro fugitivo, no qual, sem receio e sem vacilação, o vosso engenho constrói a sociedade "firme no seu teor cristão e humanista, e no seu amor às liberdades superiores".

Os homens da vossa estrutura profetizam ilimitadamente. Mas no egoísmo dos que participam das gerações destinadas à fatalidade, à desolação, e ao desassossego, não será demais que cada qual comece, desde agora, a suplicar da sinceridade dos responsáveis o cumprimento das promessas.

Entretanto, é alívio ouvir de um homem da vossa têmpera, batido das atribuições que atropelam a vida pública, estas esquecidas palavras de fé e de fraternidade. Jamais me exercitei no profetismo, nem tratei de economizar credulidade bastante para me distrair com os vaticínios. Supunha-me neste engano quase consumado, até sentir a realidade spengleriana, de vossa adoção, como participante de um mundo em derrocada e de outro em revolvimento. E agora sei que, aguardando o dia da redenção, apelais para os "heróis, os estóicos e os santos"...

O patriotismo não se cultiva na ostentação imperativa. As prerrogativas privadas não desbaratam as virtudes sociais. O princípio da autoridade e a noção da ordem encontram-se mais no desinteresse e na obediência do que na arrogância do mando e no peso das emendas. Ainda bem que não invocastes os truculentos e os opressores. E rezais aos santos e aos estóicos, os da regra do sacrifício, os que nunca experimentaram o sabor das boas prebendas.

E ao considerar, Sr. João Neves, que tão serenamente evitais o vozerio reivindicador em busca do paraíso das simplicidades, vós – general das manobras espetaculares no êxito das revoluções contra a penúria do sufrágio e a

difamação do liberalismo –, vós egresso das pelejas, ajoelhado nos altares para que no Vale de Josafá nos valham os santos e os estóicos... diante desse panorama radioso, eu bendigo a vossa vinda a esta Casa de meditação, que vos acolhe honrada e alegre. E já agora creio na força da revelação conversiva que abateu a espada do ímpio para acordar a consciência do apóstolo.

Boa é a nova que nos trazeis. Outros rumos, outros propósitos. E que grande programa: entregar o Brasil aos santos e aos estóicos!...

Como vai ser linda a nossa terra generosa, e como vai ser feliz a sua gente sofredora!...

Discurso do
SR. LEVI CARNEIRO

e

Resposta do
SR. ALCÂNTARA MACHADO

Sessão solene extraordinária
do dia 7 de agosto de 1937

I

DISCURSO DO SR. LEVI CARNEIRO

Meus Senhores,

Se, algum dia, os homens cedessem o domínio da Terra a outra espécie animal, é provável que os novos senhores do planeta se empenhassem na investigação de nossos defeitos e virtudes. Coordenariam depoimentos e informações. Em alguns pontos, vários destes coincidiriam. No conceito de La Fontaine – o homem, e não a serpente, simbolizava a ingratidão; no de Ortega y Gasset – a ingratidão era o mais grave defeito dos homens; num apólogo delicioso do nosso Machado de Assis, em tantos outros documentos, se apoiaria conclusão irrecusável: o homem fora, caracterizadamente, animal ingrato.

Ficaria, assim, perpetuada a maior injustiça que os homens se fazem.

É, em verdade, mais rara que se supõe, e se diz, a ingratidão humana. Por vezes, o que parece ingratidão é recato, discrição, timidez. Há uma gratidão ostentosa, gritante. Outra, humilde, penetrada do sentimento do obséquio recebido, e, em conseqüência, comedida, quase silenciosa. Não raro profunda, chega a parecer ingratidão. Não raro, por culpa do benfeitor. Pois benfeitores há, vorazes e sequiosos de gratidão, que cobram, com juros altos, o benefício prestado; querem-no sabido de toda a gente, pela confissão, explícita e reiterada, do beneficiado; reclamam a gratidão "imorredoura", neste mundo precário. Chamam ingrato a quem os não satisfaz. Quanto a eles mes-

mos, não sei, em nossa língua, palavra que os designe. Oxalá a mencione vosso trabalhado dicionário.

Mas, entre vós, não há alguém a que se pudesse ela aplicar. Todos haveis, portanto, de perceber em mim, em minha palavra, que mal a traduz, na fidelidade do meu culto continuado e antigo, na emoção do recém-vindo, a minha gratidão por vossa benevolência, ao conferir-me o prêmio mais alto de minha pobre vida. Eu mesmo o reconhecia imerecido, e, por isso, mal o soube pedir, ainda que, por incoerência imperdoável, também não soubesse persistir na relutância inicial.

Algumas vezes o tereis concedido, por antecipação, como incentivo, atraindo ao recolhimento de vosso puro labor intelectual os que sentistes dominados pela vocação suprema.

De mim bem sei que, não merecido o prêmio, era tardio e inútil o incitamento.

Se tivesse de ceder à tradição maliciosa, que me obrigaria a justificar-vos de me haverdes elegido, somente poderia dizer-vos que em mim honrastes todos os que, na minha profissão, procuram conciliar a atividade profissional com o trato das idéias e das doutrinas. Poderia aplaudir-vos a intenção atribuída. Não poderia, contudo, esquecer – como nunca esqueci, nem calei – que a outro, e não a mim, ainda com essa preocupação, deveríeis acolher agora.

Não recebo, pois, como meu, todo meu, o consolo generoso de vossa investidura.

Minha gratidão soma a de quantos quisestes exalçar. Tanto maior a dívida, de que sou responsável aparente.

Advertiu um de vossos grandes numes tutelares, que hoje tanto recordaremos: "Guardai o reconhecimento, depois de haver pago a dívida." Assim, tenho de ser, dobradamente, reconhecido: pela confiança, com que me fizestes vosso devedor; pela generosidade, com que me perdoareis a insolvência.

Vossa confiança, vossa generosidade não me fazem esquecer, antes avivam e amargam o sentimento de minha vida desviada do rumo que eu lhe desejara dar – e a humilhação com que, a certa altura da jornada, os homens recebem o prêmio que, em seu próprio conceito, só haveriam de ter, se realizassem algumas aspirações, inatingidas e já então inatingíveis.

Vendo-me entre vós, para ser dos vossos, nem só vossa presença me conturba. Assalta-me a saudade dos que daqui se partiram: alguns dos que me haviam estendido a mão animadora – Sousa Bandeira, Alberto de Faria, Miguel Couto, Félix Pacheco; alguns dos que ainda ontem me encorajaram com a sua generosidade – Alberto de Oliveira, Paulo Setúbal. Sinto a falta dos que já não encontro. Sinto a falta dos a quem precedi – indevidamente. E sobretudo, a ausência, pior que isso, a perda daquela que, na sua humildade, na tristeza resignada de seus dias derradeiros, se envaideceria deste momento e tentaria comunicar-me a convicção, que só ela poderia ter, de que, elegendo-me, não cometestes um erro, nem uma injustiça...

O PROBLEMA JURÍDICO

A profissão, em que me vou consumindo, é das que se não exercem eficientemente, sem o devotamento de todas as horas, de toda a vida. Nem tudo será, em sua prática, alta e pura expansão de inteligência. Mais avulta o áspero terra-a-terra da competição dos interesses individuais, o enrodilhamento tortuoso da fraude, da chicana, das alicantinas forenses. Nenhum advogado sentirá ufania de sua profissão, se se ativer somente a isso. Tinha, porém, razão Edmundo Picard, ao dizer que não há para a inteligência humana preocupação mais sã que a do Direito.

Não faltam, aqui mesmo, os que se evadiram da advocacia, ou por ela se não deixaram absorver, desalentados aos primeiros contatos com o foro, ou com os clientes. Esses não tiveram a fortuna de sentir – ao menos desde logo – todo o encanto da defesa, da afirmação do direito ameaçado, da fixação do exato alcance da lei, da sua precisa aplicação, da salvaguarda dos interesses sociais através dos direitos individuais.

Bem raro será o ambiente forense propício a tais estudos ou realizações. Por isso, nenhum advogado há de confinar sua atividade ao recinto dos tribunais. Cada um deve exercer ação social mais ampla, mais profunda, mais impessoal. Ela os atrai.

Aos nossos bacharéis em Direito (talvez mesmo principalmente aos náufragos da advocacia, tão cruelmente ridicularizados sempre) se pode atribuir o merecimento da difusão do zelo da ordem jurídica, do sentido social

dos problemas jurídicos, acaso o apreço das idéias gerais, e da cultura geral – ainda que, muitas vezes, mal as possuíssem.

A lida forense apresenta vantagens de outra espécie, desenvolve outras tendências. É a própria vida, individual e coletiva, em sua brutalidade. Sem favorecer o aperfeiçoamento da cultura, atenua alguns males decorrentes da sua falta. Põe em contato com a realidade. Evidenciou o ridículo da retórica a que nos afeiçoáramos. Tornou a oratória sóbria, técnica, precisa. Revelou deficiências de nosso Direito obsoleto e formalista. Inspirou-lhe a transformação. Deu-lhe sentido novo.

Os estudiosos doutrinários do Direito abrangem o mais largo desenvolvimento das idéias e das teorias; os práticos do foro terão sido dos primeiros a suportar – estão, ainda, suportando – a premência esmagadora dos tempos novos. Viram, talvez antes de todos, que a estrutura social, baseada no Direito, ou de que ele é expressão, se tem de alterar, ou rever.

Na sociedade nascente, na sociedade ainda em formação, os problemas, os reclamos fundamentais, as primeiras lutas são de ordem puramente econômica. Recordai o Império: povoamento, trabalho, circulação dos produtos... *Primo vivere*. Contudo, o problema econômico, ele mesmo, não é puramente econômico; é também, cada vez mais, de ordem moral. Dá-lhe relevo, e o agrava, e lhe impõe solução a todos os homens de governo – a degradação da personalidade humana, que acarretaria em muitos casos, a miséria a que arrasta muitas criaturas humanas, melhores, por vezes, que outras, favorecidas exageradamente. Sobreleva, portanto, sua repercussão de ordem moral.

A solução desses problemas de ordem moral constitui um problema político, um problema jurídico. Vede a formação do vínculo contratual. Começou-se por almejar a livre determinação das partes contratantes. Depois verificou-se que não bastava, ou era inatingível, a não ser aparentemente. A vontade, manifestada pelos contratantes, não será a sua vontade real, não lhes exprimirá o verdadeiro interesse, e deixou de ser, por si só, decisiva. Reconheceu-se que melhor o define, ou garante, a lei. A associação, a instituição, substitui o indivíduo; convenções coletivas valem como leis.

Chegamos aos sistemas de economia dirigida, de economia organizada, de economia controlada. Então se revela a necessidade do Estado forte. Surge o Estado totalitário, sem limites, nem peias. Aparece o Estado, aos olhos dos

publicistas modernos, como o "novo Leviatã", o Leviatã, de Hobbes, renovado. É problema fundamental de toda a vida coletiva contemporânea o da organização do Estado; e é um problema eminentemente jurídico.

As relações do Estado com a Nação, e com o Direito, as controvérsias sobre a dominação de um pelo outro, dividem os povos, caracterizam sistemas políticos antagônicos, animam as grandes lutas internacionais há um quarto de século.

Ao iniciar a nova e monumental Enciclopédia Francesa, consagrando ao Estado Moderno o primeiro volume publicado, Monzie observava, com inteira razão:

> *Une seule idée sort victorieuse de la guerre mondiale prolongée en débâcle intellectuelle: c'est l'idée de l'État. Le grand fait contemporain c'est l'hégémonie de l'État se superposant, ou se substituant à la toute puissance de la Nation.*

O nosso Estado fora tímido e impotente. Em nossa organização social, deficiente e precária, somente a instituição familiar ganhou solidez e fortaleza. Nossa afetividade, nossa índole sedentária, retraída, somente no conchego do lar encontrou ambiente satisfatório, clima propício. Toda a nossa vida pública se reduzia ao círculo familiar, dentro dele transcorria, dominada por preocupações acanhadas; revestia-se de certa feição de domesticidade. Apontava-a no foro, nos primeiros tempos do Império, um dos maiores advogados da época – Montezuma. O mesmo na Política, na Administração, na Literatura. O empenho de colocar bem, em bons cargos públicos, até da representação nacional, os filhos, os genros, os parentes mais afastados, resultou da preponderância de puros sentimentos afetivos de origem doméstica. Não se realçava o sentimento do interesse público. Mal se o conhecia.

Assim também o Romance, o Teatro, a Poesia refletiam, quase sempre, e quase exclusivamente, o ambiente doméstico, os sentimentos domésticos, a intimidade, a suavidade, a doçura, e até as pequeninas misérias domésticas.

Até certo tempo, a influência da mulher – diminuta na Literatura, como na Política – somente no lar se faz sentir. Então, no romance, como na vida real, a mulher era apenas a mãe de família, bondosa e ingênua, a mocinha

que dançava ou namorava, a mucama solícita e maliciosa – todas no círculo estreito da vida doméstica.

Nossa Literatura florescia em ambiente de estufa.

Toda a página impregnada de outras preocupações, revelando outros pensamentos, não se considerava literária. O que hoje surpreende, e exaltamos, na obra poética de Castro Alves, por exemplo, é a profunda vibração de espírito público que encerra.

Do regime da escravidão ficaram em nossa Literatura alguns versos, raros romances, poucas páginas de outros romances. Pouquíssimo, também, da guerra de 65 a 70 e da propaganda republicana – assinalou, com autoridade, o Sr. Afrânio Peixoto. No entanto, os problemas políticos de hoje invadem o Romance, e, em alguns dos melhores publicados ultimamente, palpita, através da vida vivida das populações do norte ou do centro do País, a inquietação do homem contemporâneo ante os reclamos da reorganização social. O que de novo há, nesses romances, é a influência, ou a preocupação, dos problemas sociais do momento. Já se não apresentam, apenas, sentimentos individuais, situações psicológicas mais ou menos complicadas. Através de uns e de outros, avulta a inquietação das grandes questões sociais e políticas. A trama de tais romances não se faz apenas com o amor, ou coisa parecida, e o ciúme, ou não é só isso. Nem são produto de ficção, ou de fantasia. Não os entende quem não perceba a gravidade aterradora das causas profundas dos episódios: o êxodo rural, a desorganização do trabalho, a incultura do povo, o descalabro do sistema penitenciário... Pouco interessam situações psicológicas individuais, personalíssimas. Parecem sempre inverossímeis. O que se procura conhecer são as grandes correntes profundas que, no seio da sociedade, arrastam impetuosamente indivíduos de todas as qualidades, confundindo-os no mesmo destino imprevisível.

Repercute, assim, na Literatura, somente agora, o clamor – não o clamor, o gemido, ainda resignado e tímido, da nossa gente que sofre. A Literatura reflete a crise contemporânea, não só pelas preocupações de ordem social, que a dominam, mas também pela amplitude e pela profundidade dessa mesma crise, e, talvez principalmente, por ser, antes de tudo, uma crise espiritual.

A Literatura denuncia o sentido da evolução social.

A grande transformação em curso de nossa vida define-se em duas palavras: socialização, espiritualização. Socialização de todas as atividades. Espiritualização de toda a vida. Preponderância do interesse coletivo. No interesse da coletividade – proteção, elevação de cada indivíduo, proporcionando-lhe, assegurando-lhe condições de vida correspondentes à dignidade humana. Nada interessa senão pela repercussão, pelo alcance social, que possa ter. Nenhuma ação individual terá outro objetivo senão o interesse social. Nenhum interesse social supera os de ordem moral, os de alcance espiritual.

A imensidade do território, a exigüidade da população, a deficiência das comunicações isolavam-nos uns dos outros. Deixavam cada indivíduo entregue a si mesmo – desconfiado e suspeitoso dos outros. Cada indivíduo, fraco, mal-apercebido, inculto, impotente, minado pelas endemias, ante dificuldades enormes. Tudo nos fez individualistas. Aclimatou-se bem entre nós, no sistema da Monarquia Constitucional, o regime individualista da Revolução Francesa. Ainda melhor, o sistema individualista americano, caracterizado pela proteção judiciária dos direitos individuais. Expressões literárias do individualismo – o romantismo e o lirismo deram-nos algumas belas obras.

Não maldigamos o individualismo. Por ele havíamos de passar, necessariamente, para atingir à fase superior da organização social – em que a preponderância do interesse coletivo avigora a espiritualidade, inspira novas preocupações de ordem moral, e, dentre estas, acima de todas, a da defesa e do fortalecimento, não apenas do indivíduo, que se disse mera abstração do intelectualismo do século XVIII, mas da própria personalidade humana. Pode dizer-se que há um neo-individualismo, impregnado de interesse social, defendendo, em cada pessoa humana, a própria sociedade a que pertence. Por isso mesmo, o Direito amplia cada vez mais o seu campo de aplicação. Envolve cada vez maior número de aspectos da vida humana. Almeja-se a completa jurisdicação – como eu mesmo disse, aplicando uma palavra nova e feia a movimento de irrecusável beleza –, a solução jurídica dos problemas da vida social. Todos os problemas fundamentais da vida coletiva da humanidade reclamam solução jurídica ou desfecham num problema jurídico. Nunca o Direito foi tão interessante, tão envolvente, tão amplo. Ganhou em profundidade, penetrou-se de interesse social, de zelo da moralidade, de anseio de espiritualidade. Socializou-se. Por um momento, confundiu-se o individualis-

mo com o Direito e a reação contra um se estendeu ao outro. Depois surgiu o Direito Social, de que Jorge Gurvitch traçou o quadro magnífico.

O fim do Direito é o bem comum, o interesse geral, não apenas de ordem material, mas também de ordem moral. O Direito emancipa-se dos formalismos estreitos, rompe os textos legais rígidos. Busca inspirações mais altas. Revigoram-se-lhe os estudos filosóficos.

O próprio conceito de soberania nacional perde o absolutismo de que se revestia, socializa-se, no sentido da sociedade de todas as nações civilizadas, sofrendo as restrições decorrentes da nova organização internacional. Espiritualiza-se, como disse Adolpho Posada. Também ele se transforma de político em jurídico, segundo observou Jellinek. Subordina-se ao império da lei. Revivem as doutrinas de Santo Tomás de Aquino.

O Estado, superior ao Direito, órgão da violência, fim de si mesmo, voltará a ser o Estado, instrumento de realização e de afirmação do Direito – do novo Direito amplo e profundo, nas sociedades organizadas.

Há fome de justiça. A democracia, que seria criação, ou expressão do individualismo, renova-se, impregnada de espírito social. Dentro dela, o Estado realiza o que se chamou o "espírito jurídico da vida".

Espectadores desse movimento, vivemos dias de inquietação. Somente a confiança na adaptabilidade do Direito às novas situações, a esperança da prevalência do direito sobre a força, nos dará a certeza de que, através de sofrimentos e angústias, a humanidade se encaminha para mais altos estágios de sua evolução eterna. A transformação há de fazer-se pelo Direito, ou far-se-á pela violência. Se a não dominar o Direito, subverterá toda a obra plurissecular da humanidade.

A LITERATURA E A VIDA

Dizia, com a fascinação inexcedível de sua palavra, o Sr. Afrânio Peixoto – verdade é que a Osvaldo Cruz – não haver por que exigir-lhe o atestado de alguma novela ou de algum poema. Não o exigistes dos ocupantes precedentes desta Cadeira – nem do atual. A algum, talvez, tivestes até de perdoá-lo...

Um estudioso sereno e esclarecido da história literária de França, de quem há o eco da palavra entre estas paredes – Gustavo Lanson –, acentuou

muito bem que o verdadeiro ofício da Literatura consiste em ser instrumento de cultura interior, pelo prazer que dá ao jogo de nossas faculdades intelectuais, e de que estas faculdades saem fortalecidas, ductilizadas, enriquecidas. Sua mais alta excelência – acrescentava – é habituar ao prazer das idéias: "Eleva o espírito acima dos conhecimentos, dos interesses, dos preconceitos profissionais; *humaniza* o especialista."

Para ele, quando a têmpera filosófica é necessária aos espíritos, não sendo accessíveis a todos os estudos filosóficos, torna-se a Literatura, no sentido mais nobre da palavra, "uma vulgarização da Filosofia"; por ela passam, através das nossas sociedades, as grandes correntes filosóficas, que determinam os progressos, ou pelo menos as mudanças sociais; é ela que "entretém nas almas, sem ela deprimidas pela necessidade de viver e submergidas pelas preocupações materiais, a inquietação das altas questões que dominam a vida e lhe dão sentido ou fim".

Este conceito traduz compreensão bem ampla da Literatura. Lanson concluía pela dificuldade de marcar-lhe os confins. Em todo o caso, reconhecia a impossibilidade de ficar, apenas, no que chamaria – a Literatura de Arte – e a necessidade de atender ao "que se passa nos mundos diversos da erudição, da Ciência e da Filosofia".

Olavo Bilac não foi menos explícito, afirmando: "Literatura não é apenas filosofia e poesia, retórica e estética; é todo o pensamento e toda a palavra, todas as paixões e todas as idéias, todas as formas, todas as cores e todas as harmonias da vida." Não são apenas as grandes correntes filosóficas que passam através da Literatura; são todas as grandes idéias da vida humana.

Originariamente, teria sido esta Academia – como observou um dos vossos – refúgio para os espíritos fatigados de política. Ocorria "nefasto absenteísmo da inteligência e da cultura na vida política brasileira". Para corrigir o mal, a Academia atraiu homens da política e, em geral, homens de ação pública que – por vezes, mediocremente – se haviam interessado pelas coisas da inteligência e da cultura. Aproximou da inteligência e da cultura homens públicos; aproximou da realidade social poetas e romancistas. Fez, assim, está fazendo, a infiltração da inteligência e da cultura em nossa vida pública, e a orientação da inteligência no sentido dos interesses vivos da coletividade.

É, de algum modo, e até certo ponto, obra, como a que, noutra época, o imperador pessoalmente procurara fazer, por apreço da Ciência e da Literatura, com tão profundo e benéfico alcance em nossa formação política.

Ninguém avaliaria melhor que Joaquim Nabuco a influência e o mérito dessa obra e lhe sentiria a falta. Machado de Assis e ele criaram a Academia. Machado de Assis, tímido, retraído, céptico das coisas humanas, não daria, porém, ao novo Instituto toda a dedicação nem talvez o prestígio de seu grande nome, se Joaquim Nabuco lhe não houvesse comunicado entusiasmo pela ação pública. Desde a primeira hora, Nabuco escreve a Machado: "Deve ter a Academia uma esfera mais alta do que a Literatura exclusivamente literária, para ter maior influência."

Não ficou despercebida a grande e alta função social que, em tais condições, teria de caber à Academia. Nem o poderia ficar, pois a característica de seu espírito era a orientação política. Era ele, antes de tudo, o político, preocupado com o interesse social, a ação social, a repercussão social e política de todos os fatos.

Notara – máxime em referência a dois homens que amara profundamente, Gusmão Lobo e Rodolfo Dantas – o que chamou "um dos enigmas de nosso tempo, enigma nacional porque se prende à questão do emurchecimento rápido de toda a flor do País": a renúncia súbita à ação começada, o desinteresse pela obra em meio à retirada brusca da cena.

A nós mesmos poderia aplicar-se, invertida, a observação do publicista espanhol – melhor diria publicista europeu, Sr. Salvador Madariaga. Em sua terra, considerou sintoma do grande número de vocações frustradas o fato de ser quase sempre um artista o espanhol que fala, convencidamente, de questões médicas; se mostra conhecimentos excepcionais de Pintura ou de Escultura, é, seguramente, um coronel; se se ocupa, com autoridade, de estratégia militar, é um pároco. E concluía: os homens de letras saem de todas as profissões.

À mesma conclusão chegaremos aqui. Através de sintoma diametralmente oposto. Porque não percebemos o artista através do profissional. Ao contrário, percebe-se o profissional sob o artista, sob o literato. Os homens de letras não saem de todas as profissões: todas as profissões sufocam, esmagam, aniquilam o homem de letras. Maciel Monteiro, Joaquim Nabuco, Dantas Barreto, Gregório Fonseca – todos os que se acham ligados a esta

Cadeira, todos, mesmo Nabuco, tiveram suas obras amesquinhadas pelas circunstâncias, pelas preocupações de ordem profissional.

Quase todos os nossos literatos poderão confessar, como o próprio Nabuco, que não tiveram tempo de o ser – ao menos de o ser como desejariam.

Esse fenômeno denuncia não apenas defeito de organização social, mas deficiência de cultura geral. Nós precisávamos humanizar os especialistas. Nós precisávamos – e precisamos – de Literatura.

Para corrigir essas deficiências começa a Academia por criar, ou avigorar, e aperfeiçoar, o instrumento imprescindível de qualquer obra de palavra – a expressão literária. Estamos em momento da sua transformação mais profunda, em conseqüência do desenvolvimento dos meios de manifestação e de comunicação do pensamento, que se processa a nossos olhos.

Perdem alguma coisa de seu prestígio antigo os impressos – jornais, revistas, livros. A velocidade, a agitação da vida quotidiana mal permite o prazer da leitura – não permite, principalmente, ler conforme a recomendação de um mestre encantador dessa arte: ler devagar, ler duas vezes. Há pouco, admitia um dos mais lidos escritores contemporâneos a possibilidade de que, antes de meio século, o livro nada mais seja para a multidão e fique reservado ao uso de pequena elite letrada. Ante os progressos da radiodifusão, previa outro, de não menor renome, que se torne coisa rara a leitura. Se não abreviarmos o termo da nossa arrastada campanha contra o analfabetismo, teremos, talvez, de reconhecê-la desnecessária...

Ainda por força dessa mesma tendência, a poesia perde o metro e a rima; na prosa, frases sem conexão, nem sentido, violam propositadamente regras gramaticais elementares; avultam onomatopéias por vezes ridículas. Tudo isso não é o estágio derradeiro da transformação; prenuncia uma fase nova. Uma fase, em que a literatura se realizará em moldes que mal podemos imaginar.

Então, e sempre, a "forma literária" deverá ser o que João Ribeiro definiu "a dignidade externa da expressão", isto é, "a polidez e o grau de honra dela, e o respeito que se lhe deve".

Na amplitude deste conceito cabem modificações profundas.

A Academia zela a expressão literária pura, sem rebuscamento, sem amaneirado, sem vinco profissional nem preocupação meramente literária. Nem a linguagem do profissional, áspera e incessível até aos homens cultos

que não sejam da mesma profissão. Nem a linguagem artificial dos que supõem necessário escrever difícil ou arrevesado. Em suma, uma linguagem clara, dúctil, empolgante, viva, que seja o que deve ser a língua de cada povo – vínculo da inteligência de todos os homens da mesma terra. Vós o estais forjando, fortalecendo e aprimorando.

Por outro lado, a Academia constitui o maior amparo para os que se retrairiam sem estímulo e razão de continuar, até ao fim, no labor intelectual começado. Supre a deficiência do ambiente social. Assegura o desenvolvimento, em toda a plenitude, da ação social de cada um, e, pelo conjunto da ação de todos, a eficiência do esforço de cada geração.

Nunca foi, pois, a Academia, desde a primeira hora, grêmio de poetas e romancistas. Cadeiras há, como a que me designastes, por que não passou ainda – e desta serei o quarto ocupante – nem poeta nem romancista.

Joaquim Nabuco e Gregório Fonseca tentaram o verso; Dantas Barreto empreendeu o drama. Todos sem êxito. Somente Gregório Fonseca terá feito o que Joaquim Nabuco, com certo desdém, chamava "literatura pela literatura", recomendando a Domício da Gama que não mais a praticasse.

A expressão literária inicial – e mesmo preponderante, acaso a única, por muito tempo, enquanto se não difunde o interesse cultural nas sociedades novas – é a Poesia. Entre nós assim foi. Ainda o será, para muita gente. E, sem dúvida, será a Poesia, eternamente, a mais bela expressão dos sentimentos humanos, o gênero literário que mais eleva o espírito humano. Mas está na finalidade das Academias, se me não engano, reagir contra o entendimento exclusivista, que reduz à Poesia, e ao Romance, a obra literária – precisamente para exercerem a ação social que lhes cabe.

As Academias, que o desapreço público condena irremissivelmente, são as em que se continua a fazer tão-só literatura emotiva, ingênua e vã, nas esferas serenas do sonho e da fantasia, calafetando portas e janelas para que não entrem ruídos da vida exterior.

A vossa, ao contrário, adotando o conceito amplo de Literatura, vem exercendo função social, incalculavelmente benéfica na formação da cultura geral do País – e tem crescido, dia a dia, em seu prestígio. Realça o interesse literário – nessa acepção dilatada – de toda a obra da inteligência pela palavra, e a repercussão necessária, no campo estrito da Literatura, das grandes ativi-

dades sociais. Prestigia o zelo das formas de expressão do pensamento, ainda nos domínios da ciência pura. Recomenda à atenção geral a obra realizada num ou noutro setor, ou o artífice. Afirma a tão falada unidade do espírito em todas as esferas da inteligência humana. Amplia e unifica o público que se interessa por suas atividades. Aumenta-lhes o alcance social. Realça o valor do instrumento comum a todos, que é a nossa árdua e mal curada língua.

Excluída a literatura pela literatura, excluamos também a política pela política. Foi ainda Joaquim Nabuco, no discurso inaugural da Academia, quem disse, magistralmente: "A Política, ou, tomando-a em sua forma mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras."

Advertia, entretanto, que estávamos certos de não encontrar aqui a Política – e que "para a Política pertencer à Literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto, que desapareceu na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata".

Na sucessão dos ocupantes de nenhuma outra Cadeira se verifica melhor que nesta como tendes aplicado a norma traçada.

A preocupação política, a ação política, o interesse pela coisa pública – é o traço comum das vidas e das obras dos titulares desta Cadeira, ainda que diversas a orientação e a amplitude das atividades de cada um deles. Com Joaquim Nabuco – o Abolicionismo; a Monarquia Federativa; o Pan-americanismo. Com Dantas Barreto – a gestão da coisa pública. Com Gregório Fonseca o nacionalismo, a educação pelo Exército.

São concêntricos os círculos. O de Joaquim Nabuco tem maior amplitude, transcende do País para o estrangeiro, para a humanidade. Dantas Barreto age, mais limitadamente, na órbita administrativa ou governamental. Gregório Fonseca, sem a situação política dos outros, consegue realizar obra de alta inspiração e de larga repercussão: num dos mais baixos postos do Exército, é ele, no entanto, um dos iniciadores, talvez mesmo o principal realizador do movimento que integra o Exército no seio da nacionalidade – e vamos ver como essa obra social avulta a par de sua obra de arte, de que ele a pretendeu excluir.

Confrontai o pensamento e a ação de cada um, relativamente à mesma grande instituição nacional. Para Joaquim Nabuco, não podia haver afinidade "entre o espírito de subordinação voluntária, que é a alma do Exército, e o

temperamento ingovernável dos revolucionários"; a preocupação dominante devia ser a da eficiência militar. Os dois outros – ambos militares – talvez não a tivessem em tão alto grau. Dantas Barreto, impregnado do espírito que Nabuco assinalou no 7 de Abril e no 15 de Novembro, havia de prezar-lhe, primordialmente, a "grande função cívica e libertadora". Para Gregório Fonseca, ao Exército cabe, acima de tudo, missão educativa.

São três concepções divergentes, aparentemente antagônicas.

Correspondem a momentos diferentes da vida política. Talvez se possam, afinal, conciliar e completar: a função educativa do Exército aumenta-lhe a eficiência militar, imperfeita sempre sem ela, e somente ela o habilita a exercer, em momentos excepcionais, de acordo com a vontade da Nação, uma grande função cívica libertadora.

Divergindo nesse ponto, os meus três predecessores aparecem, no entanto, dominados por uma só preocupação. Dos espanhóis dizia um deles, dentre os mais eminentes, que, sendo capazes de morrer pela Pátria – como, ainda agora, estão mostrando, desmedidamente –, são incapazes de viver para ela. O mesmo se dirá de nós, ai de nós! Mas, desses três acadêmicos poderá dizer-se, com alguma ênfase, que fizeram exceção à regra: viveram para o Brasil.

MACIEL MONTEIRO

Uma superstição da nossa gente veda pronunciarem-se os nomes dos mortos, para lhes não perturbar o repouso derradeiro.

A voz magoada dos sobreviventes menciona os seus mortos, sem lhes proferir os nomes, usando de circunlóquios, evitando o que poderia parecer um chamamento – um chamamento que, em vão, se desejaria atendido... Aqui, não. Aqui, não vale esse temor – é como se cada um de vossos mortos estivesse, em verdade, sempre convosco, sempre aqui presente. Vossa legião cresce dia a dia; os mortos ombreiam com os vivos. Vossa saudade retém os que se apartaram para sempre.

Não vos contentais, pois, com evocar, em oportunidades como esta, o predecessor imediato do novo acadêmico. Quereis, também, todos os outros antecessores, e o próprio patrono da Cadeira.

Perde, assim, a comemoração o caráter meramente individual. Realçam-se as tendências da Academia; recordam-se-lhe as várias fases, aviva-se o contraste das sucessões, que vossa malícia entretém.

Desta Cadeira é patrono Maciel Monteiro. Joaquim Nabuco, que o escolheu, disse-o um elegante de seu tempo; nem só isso – talvez, também em seus dias, o primeiro orador, "orador *dandy,* cuja frase literária, elegante, naturalmente afetada, exercia sobre a Câmara a sedução que os seus versos harmônicos e as suas maneiras estudadas exerciam nas salas".

Refere Joaquim Manuel de Macedo que ele "freqüentava, apaixonado, os teatros, os bailes, as sociedades dos círculos mais elegantes"; "era o tipo da mais exigente e caprichosa elegância no trajar sempre rigorosamente à moda, e no falar sempre em mimos de delicadeza e de refinada cortesia, em que, sem pretensão nem demasia, seu espírito sutil e sua imaginação de poeta radiavam suave e encantadoramente".

Médico pela Universidade de Paris, deputado em quatro legislaturas e, na última, presidente da Câmara, Ministro das Relações Exteriores, Maciel Monteiro realizou obra literária bastante reduzida: poucos versos e alguns discursos parlamentares.

Para Nabuco foi, sobretudo, figura representativa dos senhores-de-engenho dos séculos XVII e XVIII e começo do XIX, que "davam quanto possuíam, terras, escravos, sangue, filhos, para as lutas em que o amor-próprio pernambucano estava empenhado", e dessa mistura de cavalheirismo e de refinamento que ainda perduraria no poeta e no sertanejo.

Ao fazê-lo patrono de sua Cadeira, Joaquim Nabuco teria realçado, ainda uma vez, a influência, restrita que fosse, entre nós, da sociedade sobre a Literatura. Desejaria recordar certa fase de nossa vida social e literária. Em Maciel Monteiro se evocaria algum salão do Império – algum salão que se pudesse comparar, guardadas as proporções, ao de Madame de Rambouillet. Desse, em princípio do século XVII, teria surgido a Academia Francesa. Proclama-se Madame de Rambouillet benfeitora da literatura francesa, porque misturou homens de letras com gente mundana e aproximou algumas mulheres escritoras, que eram grandes damas, como Madame de Sevigné, de grandes escritores, que eram perfeitos homens de sociedade, como Malherbe e Corneille. Já se disse que, em seus salões, a gente elegante aprendia a falar, a

escrever, e, quanto possível, a pensar. Ali se formou uma escola de galanteria e de espírito. Ali ganhou a língua francesa doçura, graça, beleza, perfeição.

Terá querido Joaquim Nabuco destacar uma figura literária nossa que, como outras da literatura francesa de certa época, se poderia enquadrar na categoria especial dos "mundanos"; e, especialmente, o egresso de um salão, de algum modo correspondente àquele, a que vossa Academia também se pudesse filiar remotamente como se tem filiado ao da *Revista Brasileira*, mais modesto, e destituído de todo o encanto feminino característico do outro.

Recordam, de certo modo, os versos amaneirados de Maciel Monteiro, quase duzentos anos depois, expressões das preciosas do "Hôtel de Rambouillet" e de círculos que o imitaram. São poucas poesias; uma delas, no entanto, se tornou famosa e sobrevive em todas as memórias.

Já vos lembrastes de que começa:

Formosa, qual pincel em tela fina
Debuxar jamais pôde ou nunca ousara...

E termina:

Mulher formosa, ó anjo de primores!
Quem pode ver-te sem deixar de amar-te?
Quem pode amar-te sem morrer de amores?

Os apaixonados usam, e abusam, das fórmulas feitas. Precisam delas. Bem se compreende que, em tal estado emotivo, não possam dar-lhe nova e aprimorada expressão literária.

Assim, há dezenas de anos, tantos e tantos apaixonados repetem as mesmas exclamações:

Quem pode ver-te sem deixar de amar-te!
Quem pode amar-te sem morrer de amores.

Elas perduram nos lábios dos apaixonados, nos ouvidos de outras tantas "mulheres formosas". Têm, assim, a melhor consagração.

Dizia-vos eu que, dos ocupantes desta Cadeira, não há versos, ou, pelo menos, não há versos dignos da Academia. Há, porém, esses, do nosso patrono. E a engalanam, com o prestígio que os poetas mais alto prezam. A tradição indica as circunstâncias em que Maciel Monteiro escreveu o soneto, e até a pessoa a quem o endereçou. Tão versátil era ele, que o não faria com inteira sinceridade. Ele terá amado, fulminantemente, à simples vista do "anjo de primores" – talvez, mesmo de vários, sucessivamente –, mas não chegou a morrer de amores... E o mesmo acontece a quantos lhe vêm repetindo – há duas ou três gerações – as interrogações perturbadoras:

Quem pode ver-te sem deixar de amar-te!
Quem pode amar-te sem morrer de amores.

Pura ficção. Deliciosa ficção. Deliciosa, para a mulher que a ouve – e até para quem sente necessidade de repetir esses versos imorredouros...

JOAQUIM NABUCO

Joaquim Nabuco deixou vaga esta Cadeira, talvez para sempre. Sua sombra envolve-nos a todos os que por ela passarmos. Talvez até ao próprio Maciel Monteiro; Nabuco ter-lhe-á tomado o lugar, tornando-se, verdadeiramente, o patrono da Cadeira.

Cada um dos que a ocuparem desejará fixar os traços do predecessor inesquecível, revivendo-lhe a personalidade empolgante. Cada um de nós ficará, assim, mais ou menos, relegado, por seu sucessor imediato, a esquecimento, ou a plano inferior. Os que nem suportaríamos o confronto de personalidades menos destacadas, preferiremos ficar sobrepujados por ele, que é, em nossa literatura, figura singular e incomparável. De mim vos confesso, desde já, que bendigo minha própria previsão – imaginando que, algum dia, meu sucessor preferirá falar de Joaquim Nabuco a falar de mim...

Aludi a seu espírito político. Ele mesmo reconheceu que era político o próprio fundo de sua imaginação. Ninguém viu mais longe, nem mais penetrantemente, o desenvolvimento de nossa vida política. Ninguém apontou, com maior clareza, a persistência dos males resultantes do regime escravagista.

Somente ele – o maior apóstolo do Abolicionismo – terá percebido que a solução propugnada já não removeria todos os males. Somente ele terá previsto as vicissitudes do regime federativo não realizado oportunamente pelo Império. Somente ele terá percebido, ou percebeu melhor que ninguém, que, preenchida a missão histórica de formar e fortalecer a unidade nacional, cabia ainda ao Império salvá-la, organizando a Federação.

A par do espírito político estavam, porém, o temperamento artístico, a capacidade de expressão e um conjunto raro de altas qualidades pessoais.

Transcorre-lhe a mocidade na "grande casa familiar da Praia do Flamengo", de que falou Graça Aranha, à sombra da glória do pai, jurisconsulto e estadista. Cedo começa a atividade literária, enfrentando graves problemas políticos em opúsculos efêmeros – *O Gigante da Polônia, O Povo e o Trono*. Ascendência, ambiente doméstico, funções exercidas, permanência na Europa, o momento nacional, tudo influi no mesmo sentido, arrastando-o à vida política. Sua distinção pessoal, até sua beleza física, fazem-no requestado pela sociedade.

Ao sentimento patriótico, muito vivo e profundo, alia o sentimento continental e o sentimento humano – o amor ao País natal, ao lugarejo da sua infância, tanto como às grandes cidades tradicionais e históricas; ao zelo das tradições, o espírito de reforma. Através de sensibilidade apuradíssima, aprimora-se a capacidade do devotamento pessoal e a capacidade de compreender e de amar, tanto os homens do maior prestígio intelectual, social ou político, como a gente obscura e humilde. No fundo da sua bondade, há alguma cousa de religioso. Reponta nela a religiosidade fundamental do seu espírito, que o levaria a expansão magnífica de fé cristã, e aquela recordação furtiva da grande e remota unidade de origem de todos os homens, de que falou Maeterlink.

Na campanha pela Abolição dos Escravos bem se revelam todas essas características de sua personalidade.

Compreendeu melhor que ninguém, a um tempo, o problema de ordem moral, e o problema político, que a escravidão envolvia. Conjugou-os. Ninguém defendeu mais carinhosamente a causa dos escravos; ninguém soube, como ele, exculpar os senhores.

Inspirou-o uma impressão da meninice. Disse ele mesmo que essa primeira impressão decidiria do emprego ulterior da sua vida. Contou como se

dera "ao serviço da raça, generosa entre todas, que a desigualdade da sua condição enternecia em vez de azedar e que por sua doçura no sofrimento emprestava, até mesmo à opressão de que era vítima, um reflexo de bondade".

Absorvera a escravidão "no leite preto que o amamentara". Sentia que ela envolvera, "como uma carícia muda, toda a sua infância". Ao mesmo tempo, sua emotividade revela-lhe que, afinal, "tanto a parte do senhor era incientemente egoísta, tanto a do escravo era incientemente generosa". Parecia-lhe o papel da escravidão, "por contraste com o instinto mercenário de nossa época, sobrenatural à força de naturalidade humana". No dia "em que a escravidão foi abolida, sentira distintamente que um dos mais absolutos desinteresses de que o coração humano se tinha mostrado capaz não encontraria mais as condições que o tornaram possível".

Não age, todavia, por mero sentimentalismo – impele-o, também, o patriotismo e, ao mesmo tempo, o sentimento de solidariedade humana que nele o completava.

Para ele, não era a Abolição, no Brasil, apenas movimento de generosidade; era a reforma primordial, pois em nosso povo a raça negra se integrara. Equivaleria à reconstituição política do País, sem a virtude mirífica de extinguir, de súbito, todos os males do escravagismo. Como há pouco vos dizia, percebeu que a rotina, a imprevidência, a ignorância, a devastação das florestas, a feudalização do solo, o servilismo na vida política envenenariam muitas gerações.

Na campanha abolicionista, ainda se revela outro elemento da sua formação mental.

Torna-lhe mais construtiva a ação social e política a sua cultura jurídica, ou, pelo menos, o sentimento jurídico.

Para espíritos jurídicos, dizia, "a política é, verdadeiramente, o tronco e a florescência do Direito". Seu pai não aprofundara os estudos doutrinários do Direito, mas "viveu o Direito, se se pode dizer assim, como juiz, como advogado, como legislador, como Ministro". Ele próprio também não teria feito tais estudos aprofundados, nem sequer a prática. Iniciara a advocacia no escritório do pai, mas ao perceber que um dos primeiros clientes lhe ocultava circunstância capital da causa em andamento, declarou, publicamente, a improcedência da pretensão, e trocou pelo Jornalismo a profissão mal iniciada. Não haveria mais advogados se cada um deixasse de o ser, ao descobrir

que um cliente lhe omitia certo detalhe desfavorável! Nabuco, com a benignidade habitual, poderia reconhecer que a omissão havida nem era, inevitavelmente, sintomática de má-fé. Quantas vezes o cliente do advogado, ao narrar o seu caso – como o do médico, ao referir os sintomas de sua doença – quer apenas enganar-se a si mesmo, melhorando a situação por momentos, retardando o conhecimento, pelo advogado, ou pelo médico, de toda a triste verdade! Cada um pensa de si para si: ele terá de saber, mas não o saberá por mim!...

Nabuco terá deixado a advocacia, apenas iniciada, por outra razão, de maior alcance. Ele precisava de cenário mais amplo, e de maiores fulgurações. No íntimo da sua formação, ficava, porém, a vocação jurídica. Avivam-na o sentimento político, o espírito de ordem, o zelo da hierarquia.

Desistindo da advocacia, conservou, sempre, muita cousa do advogado. Antes de tudo, o amor da controvérsia aliado ao respeito da opinião adversa. Bem o exprimiu nestas palavras: "Podemos nos apaixonar e de fato nos apaixonamos muitas vezes, por causas diferentes, conforme o ponto de vista onde nos colocamos. Isto significa que, graças a Deus, nas lutas e nas oposições humanas, existe em geral nobreza em ambas as partes."

Depois, o zelo do Direito, o apego às soluções legais, e até mesmo alguma da terminologia jurídica. "Primeira hipoteca", "contratos" e outras tantas palavras ou expressões de cunho jurídico encontram-se amiúde em seus livros, reaparecendo freqüentemente sob sua pena. Na carta ao Almirante Jaceguai, compara a Monarquia e a República às formas de sociedade comercial de responsabilidade solidária e às modernas sociedades anônimas, em que os gerentes não têm responsabilidade. Ele mesmo se desvanecia de haver sido, no Parlamento brasileiro, o primeiro a proclamar que a raça negra tinha "direitos". *Balmaceda* e *O Abolicionismo* estão cheios de páginas escritas por jurista. A ilegalidade da escravidão, ele a mostrou, tanto em face de nossa lei de 31, nunca executada, mas vigente, como em face dos princípios do Direito Internacional, pela sua própria índole, pela sua extensão, pelas suas conseqüências. Todos os capítulos de *Um Estadista do Império*, consagrados à obra jurídica de Nabuco de Araújo, às questões jurídicas em que interveio, revelam a mesma origem. Em *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*, Joaquim Nabuco é o advogado, espontâneo e apaixonado, de Augusto de Castilho, nobre e bravo comandante da corveta portuguesa que acolhera os

revoltosos. Das páginas da defesa, surge, pelo seu constante pendor para as questões doutrinárias, notável capítulo de nossa história diplomática. O advogado do militar português defendera-o perante o Conselho de Guerra, realçando o dever de humanidade envolvido no dever de impedir o massacre dos vencidos; Joaquim Nabuco retoma a defesa, em ponto de vista mais estritamente jurídico, fundando-a no texto das leis e das regras do Direito Internacional, e justificando a atitude do comandante Castilho como conseqüência das restrições que as esquadras estrangeiras haviam posto, inicialmente, às atividades dos revoltosos.

Sua intuição jurídica leva-o a proclamar, em 1884, há 53 anos, noção hoje triunfante, incluída solenemente na Constituição alemã de 1919 como grande afirmação renovadora, mas de que, naquele tempo, bem poucos se aperceberiam: "A propriedade não tem só direitos, tem também deveres."

O espírito público exclui nele o formalismo, que sufoca tantas vezes o espírito jurídico. E associa, equilibradas e harmônicas, tendências diversas, até opostas. Ao seu patriotismo vimos aliado o sentimento humano. Nenhum brasileiro de seu tempo fora, tão fundamente, penetrado da cultura e da influência estrangeiras. Tudo o afastaria de nós: a permanência prolongada em países de civilização mais adiantada, a influência que exerceram sobre seu espírito, o refinamento do bom gosto, as preocupações prediletas. Vestia-se em alfaiate de Londres. Do seu estilo se disse, e disse ele mesmo, que a frase era, insensivelmente, uma tradução livre e nada seria mais fácil que vertê-la outra vez para o francês.

Em tais condições, a sua verificação – "nós não somos um povo exclusivamente branco" – poderia levá-lo, como tem levado, menos justificadamente, tantos outros, a ocultar, ou a desapreciar, as suas origens. Ele as exaltou, e amou, sempre, com desvelo.

Atentai em como se referia ao Brasil distante e à gente do Brasil. Em carta a seu amigo, Sr. Tobias Monteiro, confessava, certa vez, a preocupação de trazer para cá os filhos, pois na adolescência – observava – se forma, decisivamente, o sentimento nacional.

Dentre tantas expansões do mesmo sentimento, esparsas em sua obra, nas várias fases de sua vida, quero recordar duas: uma, dos 35 anos de idade, quando escrevia da Europa ao Barão Homem de Melo, "eu creio-me mesmo

literalmente doente de saudades; o meu coração está aí"; outra, quase um quarto de século mais tarde, no fastígio da embaixada de Washington, em carta a Machado de Assis, depois de referir o seu próprio êxito em várias universidades americanas: "Estou muito contente pelo Brasil com todas essas honras, que são principalmente feitas ao País. Mas que saudades! Que falta da nossa gente, que toda me esqueceu... Parece-me impossível que eu não tenha a fortuna de voltar para aí proximamente."

Nessa saudade enternecida do Brasil, há uma expressão de bondade, e por igual, enlevo pela bondade de nossa gente. Como ele a sentia, como teve razão – e como se vingou, antecipadamente, de certos maldosos! – ao dizer:

> Se alguma cousa observei no estudo do nosso passado é quanto são fúteis as nossas tentativas para deprimir, e como sempre vinga a generosidade... Infeliz de quem entre nós não tem outro talento ou outro gosto senão o de abater! A nossa natureza está voltada à indulgência, à doçura, ao entusiasmo, à simpatia, e cada um pode contar com a benevolência ilimitada de todos... Em nossa história não haverá nunca Inferno, nem sequer Purgatório.

Essa virtude nossa, essa nossa virtude balsâmica, força do nosso organismo, expressão de sua vitalidade pujante, restringe a repercussão das nossas divergências, sufoca odiosidades nascentes e tem permitido que saiamos de todas as lutas, até das mais sangrentas, capazes de reconciliação cordial, sem memória do conflito travado. Assim, do próprio regime da escravidão nem nos ficou ressaibo do preconceito de raça. Em todas as nossas contendas políticas, tem nos valido essa predisposição – que, até agora, as paixões mais acirradas não conseguiram alterar. Oxalá cada um de nós conte sempre, como ele disse, com a benevolência ilimitada de todos! Comecemos, para isso, por não regatear, a todos os outros, a mesma bondade sem restrição.

De todo o Brasil, Nabuco destaca Pernambuco, seu torrão natal. Recordava-o, como vimos, ao escolher Maciel Monteiro para patrono desta Cadeira; e em carta a Machado de Assis declarava que votaria em Arthur Orlando para a Academia – preferindo (senti toda a doçura da preocupação)

uma vaga, talvez a sua própria, que ao novo acadêmico permitisse falar de Pernambuco largamente.

Nem todo o Pernambuco absorve o melhor do seu afeto; ali mais o prende a fazenda em que passou a meninice. Reconhecei a profundeza do afeto nestas palavras do homem maduro, viajado pela melhor parte do mundo, habituado aos grandes centros de maior cultura: "O verdadeiro *eu* saído das mãos de Deus ficara preso ao canto da terra onde repousa aquela que me iniciou na vida – Massangana."

Outros desaprendem, ou fingem desaprender, a língua, e desestimam e maldizem o País, sua gente, seus hábitos, após breve estadia em terras estrangeiras. Ele afervora, cada vez mais, os sentimentos patrióticos, ao deslumbrar-se com o cenário dos países de maior cultura.

Era, aliás, de quilate bem diverso do comum entre nós o patriotismo de Nabuco. Forrava-se do que nos Estados Unidos se tem chamado "autocriticismo nacional", aquela difícil análise, desassombrada e meticulosa, das próprias falhas e dos próprios erros. Disse ele mesmo que o patriotismo consiste, muitas vezes, em colocar-nos na situação de estrangeiro, e em julgar o nosso País como se nada tivéssemos de comum com ele. Homem de sentimento e de pensamento, pode ser, assim, a um tempo, "homem da Nação e do mundo", como reconheceu Gustavo Le Bon. Concebe a soberania nacional com a orientação do Direito moderno, de que vos falei, mostrando, ainda aí, o adiantamento das suas idéias jurídicas. Em *A Intrevenção Estrangeira durante a Revolta de 1893* influi, decerto, o afeto pessoal por Saldanha da Gama; todavia, o que prepondera é o zelo da dignidade nacional. Nabuco preferira ver sacrificado o princípio da autoridade, não o da soberania. Por isso mesmo que era "homem da Nação e do mundo", sua conceituação da soberania não envolvia sacrifício do espírito de humanidade. Teve a coragem de aplaudir a intervenção da Inglaterra na repressão do tráfico dos negros, lançando, em palavras lapidares, advertência inesquecível: "A soberania nacional deve conter-se nos seus limites; não é ato de soberania nacional o roubo de estrangeiros para o cativeiro."

Sentindo e amando o Brasil, ninguém o serviu mais devotadamente; ninguém o pôs mais alto em todos os atos e pensamentos.

O que lhe determina e orienta a ação política é o desejo de servir o Brasil, pode mesmo dizer-se, em frase sua – o desejo de realizar "alguma cousa em que o País se reveja com a consciência satisfeita". Não lhe basta a própria satisfação íntima do dever cumprido. Ao que aspira é a contentar a sua gente, o seu País, de sorte que este se reveja em sua obra – "com a consciência satisfeita".

Seu devotamento ao serviço do Brasil culminou em a defesa da questão da Guiana. Apaixonou-se pela causa. Afirmou nela a índole de advogado, de que vos falava há pouco. Tratou-a com o entusiasmo habitual: confessou que nada sabia fazer sem o concurso da própria convicção e do seu entusiasmo. E desse caso, pôde dizer: "Fiz tudo o que me era possível, empenhando no meu trabalho toda a minha vida, dando-lhe todo o meu amor."

Conta-se que, alguma vez, ao levantar-se da mesa de um banquete, se aproximara do secretário, para revelar, jubiloso, que lhe havia ocorrido novo e valioso argumento em favor dos direitos do Brasil. Esse era o pensamento constante, de todas as horas. As memórias apresentadas versam, longa, detalhada, exaustivamente, as questões de Direito, de História, de Geografia, envolvidas no pleito – tudo escrito por ele, de seu próprio punho.

Surpreende-o a decisão arbitral. Poderia considerá-la a vitória. Não o quis. Ela o faz sofrer, se me não engano, por não haver proporcionado a seu País a satisfação inteira, que lhe desejaria dar. Aceita-a, porém, com a serenidade e o respeito do advogado, ante o pronunciamento do juiz que considera errado.

Então, e sempre, é o servidor apaixonado do Brasil – no Parlamento, nos livros, na diplomacia. Toda a sua obra literária parecia-lhe ação. Era, verdadeiramente, ação política.

Porque foi sempre política a grande influência da sua vida, e, como disse, acima de todas, a do espírito inglês. Em sua primeira estadia na América, não se achava – ainda ele o disse – sob a influência americana; perdurava a influência européia. As instituições políticas e judiciárias da Inglaterra deram-lhe a impressão de "mais dignidade, mais seriedade, mais respeitabilidade", que as dos Estados Unidos. Essa impressão sobreleva a da eficiência do governo – a que nem alude, talvez porque, nesse tempo, não se lhe revelara ainda tal preocupação.

Antes mesmo de sentir a sedução do povo americano, percebera que o centro da ação diplomática do Brasil deveria ser em Washington. No *Balmaceda* aludia já ao "ímã do Continente, suspenso, ao que parece, no Capitólio de Washington".

Por fim, na missão de Washington, em que encontra a morte, deu ao Pan-americanismo o melhor da sua inteligência, de sua cultura, de seu entusiasmo.

José Veríssimo, reconhecendo-lhe o espírito "fundamentalmente político e profundamente literário", considerou "documento vivo dessa dualidade fecunda" sua grande obra – *Um Estadista do Império*.

Truncada, pela proclamação da República, sua vida pública, que parecia fadada às maiores ascensões, a História o atrai. Segue, então, o conselho que Renan lhe dera na mocidade, dedicando-se a estudos históricos. Lamentaria que o houvesse seguido tarde demais. Era um derivativo para a sua vocação política. Procura na História "um campo em que ainda poderia cultivar a política", sem o perigo – acrescentava – "de faltar à indulgência, que é a caridade do espírito, nem à tolerância, que é a forma de justiça a que posso atingir". Pode dizer-se que lhe faltaria imparcialidade. O político não poderia ser narrador indiferente. Todavia, a emoção, nunca dissimulada, resulta do julgamento dos homens e dos fatos. Não o precede. Por isso mesmo, não o conturba. Revela-lhe a sinceridade, a profundeza das convicções.

A acuidade de compreensão, a capacidade de generalizar, a serenidade do julgamento e da crítica, o gosto de perquirir as causas profundas, os efeitos, a repercussão e as relações íntimas dos fatos; o interesse pelas tendências e pelos rumos da vida coletiva; a aguda visão psicológica e sociológica; *last not the least*, o patriotismo amoroso e esclarecido – fazem-no o nosso maior historiador político e, ao mesmo tempo, o nosso mais profundo pensador político.

A simples impulso de ternura filial atribuiu *Um Estadista do Império*: o desejo de salvar os papéis dos arquivos do terceiro Senador Nabuco.

Não seria, porém, só isso. A obra constitui a biografia do senador, enquadrada no que o autor chamava "uma espécie de vista lateral de sua época". A influência de Nabuco de Araújo não fora a mais extensa, nem a mais profunda, no cenário político de seu tempo; talvez em torno dele se não pudesse fazer a história do Segundo Império. Sua figura era, todavia, das mais

características da mentalidade então dominante. O prestígio que consegue – apesar de não atingir à chefia do governo, mesmo quando seu partido é chamado ao poder –, a obra que realiza dão medida fiel do funcionamento do regime, significam-lhe a índole, profundamente legal e jurídica. Um grande jurista, por sua cultura, pela clareza de sua visão, se tornaria voz oracular, padrão de todos os valores contemporâneos.

Em torno dele não ficara em foco – acentuou Joaquim Nabuco, desde logo – toda a "grande era brasileira", pois esta pertencia ao imperador, e seria preciso, para tanto, escrever-lhe a vida. Mas nenhuma outra figura significaria tão bem a mentalidade mais elevada, dominante na vida pública do Brasil, sob o reinado de D. Pedro II. Joaquim Nabuco soube fazer a análise percuciente de cada episódio, de cada personalidade, e coordenar todos num conjunto magnífico. A começar pelo 7 de Abril. A esse tempo, o senador Nabuco era aluno do primeiro ano da Faculdade de Olinda. Joaquim Nabuco traça, porém, como ninguém traçara, as linhas características do movimento triunfante, naquela data. Vê nele o "desquite amigável entre o imperador e a Nação". Destaca as decepções: fora uma *journée de dupes.* Mostra como o imperador, e não a Assembléia, era quem compreendia mais claramente a necessidade e o papel do Exército. Observa então:

> Ao liberalismo brasileiro a eficiência militar do Exército pareceu sempre secundária; a sua função primordial, consagrada em 7 de abril e em 15 de novembro, é a grande função cívica libertadora.

Não sei se Joaquim Nabuco se ateve, como o próprio pai, à máxima que destacou: "não podemos esmerilhar uma política nos fatos passados da história" em *Um Estadista do Império,* e em *Balmaceda* colhe ensinamentos dos fatos passados, e deles tira as linhas que traça para o futuro. Todos também havemos de colher, aí, lição preciosa, nas vicissitudes de nossa vida pública. A cada passo, ressaltam da exposição conceitos gerais, a própria filosofia da História. Alguns deles terão voltado, hão de voltar ainda, uma vez e mais de uma, a nosso espírito. Por exemplo, em tempos próximos, foi freqüentemente repetido este: "A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar."

E há outros muitos. Recordarei apenas mais um:

> Como sempre acontece com os movimentos que tomam o País de surpresa e vão além do que se desejava, as esperanças tornaram-se excessivas, os espíritos abalados pelo choque exaltaram-se, e deu-se então este fato que não é nada singular nas revoluções: os mais ardentes revolucionários tiveram de voltar, a toda pressão e sob a inspiração do momento, a máquina para trás, para impedi-la de precipitar-se com a velocidade adquirida.

Do 7 de Abril e da Regência, o ensinamento que Joaquim Nabuco recolhe é o da necessidade da Monarquia – acentuando que, assim, se desprendera o sentimento liberal, da aspiração republicana, "que em teoria é a gradação mais forte daquele sentimento, mas que na prática sul-americana o exclui". Observa, ao mesmo tempo, que a convicção da necessidade da Monarquia se foi apagando, até no imperador, através do "funcionamento automático das instituições livres".

Começara a escrever essa obra, com irreprimível saudade do passado, nos dias, de agitação e incerteza, da Revolta da Esquadra, em 93. Toda ela comprova o asserto, através de 40 anos de política imperial. O jogo normal do sistema monárquico fez, paradoxalmente, esquecer a necessidade de manter o sistema, e desapreçar as condições, de que dependia, pelos homens que o praticavam. Tal como, nas longas estradas modernas, os condutores dos veículos de grande velocidade, devido à segurança do tráfego, descuram a direção e sofrem catástrofes imprevistas.

De *Um Estadista do Império* resulta, acaso, conclusão imprevista sobre os erros da Monarquia, seu desenraizamento progressivo – perdendo o apoio das classes armadas, do clero, dos grandes proprietários rurais. Nabuco mesmo disse que o Reinado era o imperador e não lhe dissimula certas faltas. No "desapego ao trono", que caracteriza a política do imperador, está o motivo da divergência do Senador Nabuco de Araújo, convencido da indispensabilidade da instituição monárquica e da necessidade de ampará-la. Está aí, também, o dado próprio de Joaquim Nabuco, que ele tem a nobreza de calar.

O que o seduz, e decide de sua atitude, é, porém, a dignidade pessoal da Monarquia, a índole do regime, a correspondência do governo, que realiza, com o nosso estado social e político. Quando escreve que mesmo a Inglaterra – a Inglaterra, onde melhor sentira o prestígio das instituições políticas – poderia invejar-nos o Conselho de Estado Imperial, está revelando uma das determinantes profundas do seu amor à Monarquia.

Não o move paixão partidária. Característica da ação política de Joaquim Nabuco é, precisamente, seu desinteresse, seu alheamento, sua indiferença pelas competições partidárias.

Poderia considerar-se paradoxal – em verdade, não o era, resultava antes da própria elevação de seu espírito e de certa feição mesquinha da nossa vida pública – esse afastamento cada vez maior das tricas da politicalha, das lutas dos partidos e, até, das questões de forma de governo. Aí repontaria o ensinamento colhido na vida do pai – que evidenciava a estreiteza dos quadros partidários para conter homens dominados por princípios e idéias.

Na primeira página do magnífico opúsculo *O Abolicionismo*, em 1883, reaparece a frase de Evaristo da Veiga, que desejava a Pátria respeitada "não tanto pelas instituições deste ou daquele molde, como pela prova real de que essas instituições favorecem, ou, quando menos, não contrariam a liberdade e desenvolvimento da Nação".

Reconheceu Nabuco que "os partidos compõem-se quase dos mesmos elementos nacionais, os mesmos indivíduos passam de um para outro, e em geral as secções políticas de um país têm o mesmo nível, como o líquido em vasos que se comunicam". Mais tarde, nos últimos dias do Império, escrevia a seu grande e devotado amigo José Mariano: "Nas idéias sou intransigente; quanto aos partidos não me presto mais a galvanizá-los. Estão mortos e bem mortos." Logo a seguir, estas palavras, em que vibra significativa inquietação: "Estou em uma verdadeira evolução, na qual os partidos me causam o efeito de sombras impalpáveis e o povo de uma imensa chaga aberta em nosso território infeliz."

Ao termo de sua longa vida pública, revela alguma coisa mais que desinteresse, em pequena frase, talvez intraduzível, de *Pensées Détachées: Les partis ne sont, en général, que des partis-pris – quelquefois inconscients.*

Emilio Faguet aplaudiu vivamente, no fundo e na forma, esse conceito. E acrescentou:

> Ninguém seria de um partido, de nenhum partido, se se deixasse guiar pela reflexão. Não é preciso ser de um partido, é preciso ter uma opinião. De resto, é tão diferente que, se se mantém a mesma opinião, é preciso, sem cessar, mudar de partido, e se se permanece no mesmo partido, é preciso mudar de opinião constantemente.

Essa verdade torna-se cada vez mais verdadeira. Por toda a parte, são hoje tão numerosas e complexas as questões sobre que se pronunciam os partidos que nenhum consegue a adesão plena de seus membros a todas as soluções recomendadas. Em cada partido, sobre determinadas questões, há partidários que divergem de sua orientação geral e da dos seus correligionários; adversários de outros partidos que se conciliam com adeptos destes. Tendem, assim, os partidos a caracterizar-se, não pelas idéias, mas pelos chefes. Tornam-se pessoais. Até certo ponto, justificadamente, porque, afinal, a realização das mais belas idéias e dos mais belos programas depende dos homens, a que venha a caber. Mas partidos pessoais, partidos de formação burocrática (como se têm chamado os que resultam apenas de exigências das leis eleitorais) não podem provocar entusiasmo, nem conseguir dedicação dos que preferem as idéias e as doutrinas, dos que não têm ânimo de condená-las por provirem de homens de outra corrente política, nem de recusar a colaboração de gente honrada, no interesse coletivo, somente por arregimentar-se sob orientação de outro chefe.

Assim já era ao tempo do Império. Nem admira que, por isso mesmo, os quadros partidários, estreitos e convencionais, não comportassem Joaquim Nabuco. A todas as questões ele antepunha o Abolicionismo. Não admitia que sobre esta pudesse haver discriminações partidárias. Indiferente às competições dos grupos, preferiu manter as mesmas opiniões e os mesmos ideais.

Quanto à forma de governo, inclinara-se, inicialmente, para a República. Ainda sobre esse ponto, temos-lhe a confissão: "Sem as influências negativas da imaginação, eu teria sido talvez levado até à República, como tantos que depois se arrependeram; aquelas influências me contiveram somen-

te porque me desviaram ou me distraíram da política." E o que o fez monárquico foi o "contágio do espírito inglês".

Em verdade, como acentuou, o espírito político foi cedendo "gradualmente lugar ao interesse religioso e ao interesse literário, até ficar reduzido quase somente ao que tem de comum com eles – sem aliás desaparecer, antes aumentando, a parte que tomava na sorte do País".

A influência política e "a influência aristocrática, artística, sumptuária da vida" equilibraram-se nele. Mostrou-o, reconhecendo que, por isso, não fora republicano, como tantos outros, em Portugal e no Brasil – Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, Castro Alves e Quintino Bocaiúva –, revoltados "contra o caráter inestético da instituição do Reinado".

Pretende André Gide que o valor de um escritor está ligado à sua força revolucionária, ou melhor, à sua força de oposição. Para ele, um grande escritor, um grande artista, é, essencialmente, anticonformista. Navega contra a corrente. É o caso de Bossuet, de Chauteaubriand, de Claudel, de Molière, de Voltaire, de Hugo, de Dante, de Cervantes, de Ibsen, de Shakespeare...

Homem público, pela fatalidade de todas as circunstâncias que o rodearam desde a mocidade, Joaquim Nabuco deveria, ainda pelo império de todas elas, tornar-se profundamente conservador. Inclina-se, entretanto, a grandes reformas de alta inspiração doutrinária. É, pelo menos, anticonformista – contrário, dobradamente, à tendência geral do seu tempo, sobre que se adianta, por vezes, dezenas de anos. Sentia em si mesmo o germe revolucionário, inoculado pelas leituras francesas dos 20 anos – e confessava que só lhe impediam o desenvolvimento a impressão mundana, aristocrática, da vida, a impressão artística da Itália e a impressão literária de Paris. Acentuava, porém, que essas influências só agiram desviando-o ou distraindo-o da política. E só a influência decorrente do espírito inglês tornou-o, definitivamente, "um monárquico de razão e de sentimento".

Pernambucano, amoroso das tradições pernambucanas, é impossível que não houvesse recebido alguma coisa do indômito espírito de rebeldia, característico da sua gente.

Reconhecia, em suma, que, em nosso ambiente, sujeito apenas a suas influências peculiares, sem o corretivo de outros elementos, ficaria dominado pelo espírito revolucionário, reinante geralmente entre nós. Assim, do mesmo

passo, justificaria o fato, assinalado por Justiniano José da Rocha, na frase que certa vez recordou: "O espírito revolucionário ligou-se à existência da Nação brasileira, como o verme, desde que ela nasce, se liga à fruta que apodrece antes de passar pela madureza."

Afasta-o dos revolucionários certa incompatibilidade moral profunda. Em seu conceito, o impulso revolucionário partia quase sempre da inveja. A doçura congênita e a formação jurídica do espírito, o gosto da harmonia e da ordem, deveriam influir nessa condenação, induzindo-o a soluções rigorosamente legais. Na campanha abolicionista, declarava, desde logo, que a escravidão deveria ser suprimida mediante "uma lei que tenha os requisitos externos e internos de todas as outras". Contudo, sua bondade fundamental e seu espírito de justiça levam-no, do mesmo passo, a procurar remover, em cada caso, os próprios fundamentos, os motivos da inveja, que poderiam determinar o impulso revolucionário. Lembrai-vos de que já via o povo como imensa chaga aberta. Seu reclamo de reformas traduz, precisamente, o empenho de evitar explosões revolucionárias.

No manifesto do Partido Liberal de 69, Nabuco de Araújo lançara a apóstrofe famosa: "Reforma ou Revolução!" Mas logo acrescentava: "A reforma para conjurar a Revolução!... Não há que hesitar na escolha: a reforma! E o País será salvo." Também Joaquim Nabuco reclama grandes reformas institucionais. A começar pelo Abolicionismo. Depois – a Federação; a Federação, com a Monarquia, ou sem ela. Joaquim Nabuco apontara os males da República Federativa. Sobrevindo a República, apesar de realizar a Federação, ao passo que Rui Barbosa e Saraiva, por isso mesmo, logo a aceitaram, o seu sentimento monárquico como que se afervora. Ninguém poderia alegar melhor motivo para aderir à República. Ele, porém, se retrai, não por incompatibilidade com a forma de governo, mas pelo receio de que recaíssemos no regime da ditadura, especialmente da ditadura militar, por aversão ao despotismo. Sempre acreditou que, entre nós, este, "quando se manifestasse, levaria tudo de raso pela completa falta de resistência".

Por fim, quando se lhe desvanece o receio, não se torna republicano. Abstrai, como a princípio, do problema da forma de governo. Em suma, observa a recomendação do próprio monarca a Rio Branco: "Sirva o seu país."

Nas últimas páginas de *Um Estadista do Império*, formula conjecturas sobre a atitude de seu pai em face da República – como se se quisesse inspirar-lhe no exemplo. Considera, então, que "passar de monarquista a republicano era assumir uma personalidade estranha"; mas concluía: "Uma coisa é certa: sob a República, a compreensão dos seus deveres de cidadão, de sua lealdade para com a Pátria, não mudara, nem tão-pouco o seu caráter; sua benevolência, sua equidade, sua tolerância para com todos, será a mesma."

Infenso sempre à desordem e ao despotismo, Joaquim Nabuco, em certo sentido, e até certo ponto, pode considerar-se um revolucionário. No sentido do profundo pensador contemporâneo, para quem a revolução não é a barricada, nem a violência, mas um estado de espírito. Por três estados de espírito passam sucessivamente os homens em cada coletividade: o tradicional, o racionalista, o místico. No primeiro, conforme o mesmo pensador, se organizam as nações. Esse era o estado de espírito de nossa coletividade ao tempo de Nabuco, que já se encontrava, porém, na fase racionalista. Ele punha a vida ao serviço das idéias. Destacou-se um contraste impressionante: o homem medieval revoltava-se contra o senhor feudal que, na sua cavalgada, lhe destruía as plantações; hoje o cidadão que recebe uma pisadela insurge-se, não apenas contra quem o pisou, mas "contra a arquitetura total de um universo em que há homens que pisam outros".

Também "o homem medieval se irritava contra os abusos de um regime, o moderno contra os usos, isto é, contra o próprio regime". A política torna-se, quase exclusivamente, política de idéias, e Joaquim Nabuco, intelectual e racionalista, sente falta de idéias nos partidos políticos, de que se desinteressa. Por elas os abandona, como ainda agora víamos, e por elas lida sempre apaixonadamente, não apenas contra os abusos de um regime, mas contra o próprio regime. Ele é, assim, nesse sentido, um verdadeiro revolucionário, sem violência nem barricada, atido ainda a certo espírito tradicionalista. Além disso, todas as suas concepções e atitudes políticas sofrem a influência atenuadora dos seus próprios sentimentos. O grande racionalista é também um profundo emotivo. Ele não o dissimula.

Nem sei de escritor nosso que haja revelado, tão profunda e sinceramente, através da obra literária, sua própria personalidade, sua própria formação moral.

Nenhum se confessou com tanta candura e humildade, sem sacrificar a sobriedade perfeita da expressão, sem apagar a sua dignidade, a sua distinção pessoal. Por isso mesmo, nenhum livro nosso se pode comparar a *Minha Formação*; nenhum desprende, como ele, o doce perfume interior das almas bem formadas.

Esse contraste aviva-se em face de seus sucessores na Academia. Ao narrar os episódios políticos em que esteve envolvido, ao explicar suas atitudes, Dantas Barreto tem sempre o empenho de afirmar e comprovar sua independência, sua retidão, seu zelo do interesse público. Gregório Fonseca permanece, quase sempre, impessoal e distante, envolto na sedução do milagre grego. Joaquim Nabuco não se contenta com as razões de ordem política e de interesse coletivo, às suas constantes razões de ordem doutrinária acrescenta as da sua ternura e da sua emoção.

A irradiação, suave e envolvente, dessa grande personalidade prolonga-se na palavra de discípulos – como Graça Aranha; transfunde-se na obra, impregnada de encantadora ternura filial, em que ressurge a própria ternura dele mesmo – que a Sra. Carolina Nabuco vai realizando; perdura na recordação de colaboradores, alguns dos quais atingiram ao maior renome nos círculos jurídicos mundiais, como o professor Lapradelle.

Assim, perdura em nossa admiração – estou em dizer, ainda para os que o não tratamos pessoalmente, em nossa saudade.

Os que o vimos, alguma vez, nunca lhe esqueceremos a figura magnífica, dominadora, a nobre cabeça coberta já de cabelos brancos; nem perderemos a sensação de seu olhar, sereno e profundo, o olhar magnético dos grandes oradores, envolvente das multidões, e parecendo destacar em meio delas cada um dos que as formam...

Mesmo dos homens de mais alta e culta inteligência, de melhor produção intelectual, de mais fecunda e benéfica ação política e social, queremos hoje conhecer os sentimentos pessoais, queremos julgá-los, sabendo alguma coisa do que eram, ou do que são. Daí, todas as biografias, toda a publicidade, por vezes indiscreta, dos homens – e até das mulheres – célebres de ontem e de hoje, ou em torno deles. Não é somente curiosidade; é, também, desejo de compreender. Quantas vezes esse desejo acarreta decepções penosas! Quantas vezes o homem célebre se revela mesquinho e defeituoso! Entretanto,

que fortuna incomparável quando, no grande homem, ressurge o homem de carne e osso, revestido dos atributos da virtude e da sedução pessoal que somente pelo trato imediato e direto se podem sentir!

Na carta humilde, dirigida a sua filha, que apareceu no prefácio da biografia, por ela escrita, dizia Joaquim Nabuco que não merecia admiração e perguntava se mereceria amor.

Hoje, todos o admiramos e amamos. Por que o amamos? Talvez, principalmente, por essa virtude, em que apontava o traço característico da carreira, da existência, da ação, do próprio pai, a virtude que, por coincidência amarga, mais freqüentemente falta aos homens de inteligência – bondade intelectual. Também, pelo cunho intelectual de sua personalidade, pela capacidade de compreender e de amar, pelos altos objetivos e, até, por certa infelicidade, de que nunca se queixou, e parecia não reconhecer, da sua vida pública, inacabada no Império e na República, não o levando às posições supremas a que deveria chegar.

Lamentava Joaquim Nabuco não se ter feito uma cópia, ou mesmo um borrão do pai. No entanto, nele apreciamos o que havia percebido em seu próprio pai – a harmonia visível da estrutura mental e moral, manifestada por uma serenidade e uma doçura sem iguais. Tudo nos faz votar-lhe, não só a admiração, que suporia não merecer, mas também o amor, que da sua própria filha apenas pretendia.

DANTAS BARRETO

Ao prover à sucessão difícil de Joaquim Nabuco, a Academia – como ele próprio, segundo confessou, ao nomear Maciel Monteiro patrono de sua Cadeira – teria preferido, em Dantas Barreto – o pernambucano.

Ele o era, bem caracterizadamente; governara até, com zelo e eficiência, a terra natal. Antes de governador de Estado, fora Ministro da Guerra. Homem de governo, mereceria vossa estima. Disse Renan, a propósito da candidatura de um ministro à Academia Francesa: *Je ne puis m'empêcher d'être reconnaissant à ceux qui se donnent la peine de nous gouverner*. Quando elegestes Dantas Barreto, a tarefa se tornara ainda mais penosa, nos dias difíceis que atravessávamos...

Era ele, porém, sobretudo, o general de prestígio, para quem se voltavam certas esperanças, em momento político agitado.

O movimento nacionalista, despertado por Olavo Bilac, tivera como expressão inicial a obrigatoriedade do serviço militar. O Exército assumia situação destacada, polarizava as energias. Tanto mais quanto, como observou, com razão, André Siegfried, nos países latino-americanos, é o Exército a única força social organizada.

Povos de educação política deficiente sonharam sempre com o bom tirano. Nessa aspiração vibrava, não raro, o espírito revolucionário, de que vos falei. Hoje, o sonho empolgou outros povos, que se não tinham por destituídos de educação política.

Desiludidos pelas vacilações e fraquezas de vários governos, desejosos de um governo forte, aspiramos a um governo militar, acaso a um ditador militar. Elevamos, de novo, à Presidência da República, um general, que despertara a esperança dessa realização. Dantas Barreto, militar também ele, seu amigo e colaborador, vem a ser dos que lhe negariam os predicados de energia. A seus olhos se verificaria, ainda uma vez, a feição peculiar do malsinado militarismo sul-americano, que André Siegfried soube destacar: empossado no governo, o militar cerca-se de civis, são estes que verdadeiramente governam e, sentindo-se poderosos, mais se inclinam a abusar do poder. Dantas Barreto, atacando fortemente o governo de seu companheiro de armas, queria exatamente que ele agisse, por si só, sem subordinação a exigências de mandões políticos.

Então, Dantas Barreto desperta novas esperanças, parecendo capaz de se não submeter a tais injunções. O que se queria, afinal, era apenas essa emancipação – do chefe do governo, e de toda a Nação.

Contrasta vivamente a feição da sua personalidade política com a de Joaquim Nabuco.

Vive noutra época, com outra mentalidade, bem diversa, acaso antagônica, à de Joaquim Nabuco. Acreditava na ditadura. O mal, que vê no País, é o "espírito de indisciplina", desde a proclamação da República até 1904, só se tendo feito sentir a ação do governo durante a presidência do Marechal Floriano.

No amigo e companheiro de armas, candidato à Presidência da República em 1910, reconhecia falta de predicados "para os misteres do

governo civil", e apontava, como solução mais conveniente, "para os destinos da República", fazê-lo ditador. Não vos surpreendais. Logo esclarecia: "Os desregramentos que praticou esse homem como presidente constitucional, não os tentaria sequer numa ditadura, mesmo apoiada em grandes elementos de força."

De Joaquim Nabuco, foram liberais as fórmulas e os rumos políticos. Nada lhe mereceu mais constante repulsa e condenação mais veemente que a ditadura, a ditadura militarista especialmente. O que o afastou da República, por muitos anos, foi, já vos disse, a suspeita, ou o temor, de que o novo regime se identificasse com o despotismo. Exaltava a doçura. Acreditava-lhe na força; disse-a a maior das forças que agem no mundo, realizando, por toda a parte, mais que a violência. Amava a indulgência, a tolerância, a bondade. De tal sorte que distinguiu a mentira, inspirada pela baixeza, da mentira que pressupõe ternura e bondade, dizendo, sem se excluir da regra absoluta, que "Cada um de nós usa, através da vida, uma máscara, que ninguém pode levantar e que somente diante de Deus somos obrigados a retirar". Recordai o episódio, narrado em *Minha Formação*, da carta em que Renan lhe agradecia a oferta de um exemplar do volume de versos, em francês – *Amour et Dieu* – publicado em plena adolescência, e dizia-os excelentes, com harmonia, sentimento profundo, facilidade cheia de graça. Depois de transcrever a carta, Joaquim Nabuco transcreveu a página de *Souvenirs d'Enfance et de Jeunesse*, em que o mesmo Renan se desvanecia de não haver praticado uma só mentira, exceto, ressalvava, as oficiosas e de polidez. "Um poeta, por exemplo, apresenta os seus versos. É preciso dizer que são admiráveis, porque sem isso seria dizer que eles não têm valor e fazer uma injúria mortal a um homem que teve a intenção de vos fazer uma civilidade." Nabuco revela, assim, o desvalor do elogio que lhe fora feito, e procura, sorridente, acautelar "o talento que se estréia contra essa perigosa eutrapelia literária".

Nabuco deseja a ordem, o equilíbrio, a harmonia das forças sociais. Seu espírito revolucionário, se o tinha, era da feição que procurei definir.

Poderíamos dizer de Dantas Barreto o que Alberto Vandal escreveu de Sieyès: *Chose grave pour un homme qui aspirait à conduire ses semblables, il manquait essentiellemente de bonne humeur.*

Carlos de Laet comparou-o com malícia a Caio Júlio César, acentuando analogias que os aproximam. Mas não lhe poderia apontar o que Ferrero assinalou em César: o verdadeiro espírito revolucionário, o que cria, e faz do grande romano um criador, de espírito alegre, sereno, senhor de si, confiante em todas as coisas. Talvez mais grave ainda: faltava-lhe capacidade de dissimular; ele não teria a máscara, de que falava Nabuco – ou, pelo menos, não a toleraria. Faltava-lhe, de todo, espírito artístico, capacidade de artifício. É certo que escreveu *A Condessa Hermínia*, peça de teatro fantasiosa e convencional, em que o pintor Frederico morre em cena numa golfada de hemoptise. Mas é um produto da mocidade. Depois, o que há, em seus escritos, é somente forte expansão de sinceridade viril. Nenhum vestígio da arte, profundamente feminina, de edulcorar a verdade. Diz as coisas como são, ou como as vê, sem nenhuma preocupação, nem mesmo de forma literária.

Vede, por exemplo, como se insurge contra a orientação do ensino militar, nas palavras que Carlos de Laet aqui mesmo lhe repetiu – referindo-se a oficiais que considerava "cientistas apreciáveis, conhecedores de todo o movimento filosófico da França e da Alemanha, de Descartes e Immanuel Kant, de Gotlieb Fichte e Augusto Comte, mas em grande parte adversários do Exército a quem deviam educação e tudo".

Dois livros, de simples narrativa – crônica minuciosa, personalíssima, por vezes apaixonada, de fatos da política nacional, *Conspirações* e *Comentários* –, um livro sobre a campanha de Canudos, mais interessante que os outros, destacam-lhe as fortes qualidades pessoais: sinceridade desassombrada e rude, mesmo no julgamento de amigos e camaradas; condenação veemente das trincas da politicalha; zelo ardoroso da coisa pública.

GREGÓRIO FONSECA

Ao empossar-se desta Cadeira, Gregório Fonseca evocou o armarinho da cidade natal, à margem do Jacuí, "rio da sua saudade", em que, aos 15 anos de idade, fora caixeiro. Recordou que, já então, amava os livros, admirava os poetas. E contou que, certo dia, à hora da sesta, supondo deserta a loja, recitava sonetos de Olavo Bilac quando o patrão o ouviu e despediu-o do serviço. Então, Gregório Fonseca – ainda o disse – foi ser soldado. Outro talvez

se apartasse, desde logo, definitivamente, da Poesia e da Arte. Ele, não. Dedicou-se à carreira das armas, penetrou-lhe segredos, galgou postos, recusou posições mais vantajosas e repousadas – preferindo sempre a sua farda modesta. Sempre, contudo, e cada vez mais, à hora da sesta, e ainda em outras, volvia aos livros preferidos e recitava, ou fazia, versos.

Vai, porém, sentindo, desde então, ou vai se lhe formando o sentimento da incompatibilidade entre a Arte e a vida.

Liga-se a Aníbal Teófilo na Escola Militar de Porto Alegre. Publica um volume de poesias – *Templo sem Deuses*. Mais tarde, em começos do século, transfere-se para o Rio. Aproxima-se dos mais brilhantes escritores do tempo, na Sociedade dos Homens de Letras. Entre eles está Olavo Bilac, de quem se torna, como diria o próprio Bilac, "um dos mais queridos amigos, um irmão bem-amado, em cujo espírito, em cujo coração sempre encontrou, nos mais duros dias da vida, conselho e consolo, energia e repouso".

Novas dificuldades lhe provêm, no entanto, da persistência no culto fervoroso da Arte. Devotava-se, por igual, aos deveres militares; mas é bem significativo que, para censurar-lhe a fidelidade e a lealdade a certo chefe militar, o Ministro da Guerra lhe houvesse lançado esta exprobação: "Você é um poeta!"

Teria razão o ministro. Por esse fundamento, decerto, é Gregório Fonseca preterido, e vê, pela segunda vez, o pendor para as Letras trancar-lhe a carreira iniciada. Reforma-se no Exército. Depois, a Academia o acolhe.

Talvez nunca haja passado por esta Casa alguém mais fiel e devotado à arte pura, mais humilde, e mais fervoroso, na prática do seu culto. À Arte atribui alguma coisa de divino. É "o único fenômeno ainda divinizável"; "pelo infinito desconhecido que idealiza, a Arte pode ser também uma religião". Pode ser, não: é uma religião. Considera-a religião, de que cabe o pontifical – "aos senhores dos mistérios do culto – aos artistas". Quanto aos mais, dizia: "Os crentes estáticos em oração deviam contentar-se, perpetuamente, com o suave qualificativo de *artísticos*."

Inclui-se nesta categoria, e confessa: "As minhas supremas aspirações estéticas atingiram ao limite: amando a Arte, servindo-a com fé convicta, que se aproxima à idolatria, sem jamais a profanar, fazendo-a."

Lamentava que a Arte fosse "um culto sem organização ritual". Não a concebe através da vida, ou ligada à vida atual. Evoca-a sempre, nas criações da Mitologia, nas divindades gregas e romanas, nos monumentos clássicos.

Como Joaquim Nabuco se diz – reiteradamente se diz! – apenas um cultor da Arte, um devoto, humilde e obscuro. Joaquim Nabuco reconhecia que não nascera artista, não tendo recebido "da Arte senão a aspiração por ela, a sensação do órgão incompleto e não formado, o vácuo de inspiração que falta".

Gregório Fonseca contenta-se com admirar. Sente em si mesmo uma analogia com Joaquim Nabuco na capacidade de admirar. Melhor diria – no prazer de admirar e de aplaudir. Nabuco definira: a felicidade é a admiração. Rara e nobre virtude essa, em verdade, sintomática de inteligência e de bondade, daquela "bondade intelectual" por ele exalçada. Um e outro sentiriam que a malquerença e a maledicência resultam, quase sempre, de uma espécie de daltonismo intelectual ou de incompreensão parcial. Em cada obra, em cada criatura humana, motivos de crítica e reprovação coexistem com os de apreço e aplausos. Há quem prefira, ou só perceba, os motivos de censura. Mas há quem tenha a fortuna de sentir melhor os que despertam a admiração e o afeto. Gregório Fonseca, como Joaquim Nabuco, era destes. Sabia destacar, preferia destacar, a parcela boa de cada indivíduo. Excedia-se no louvor cordial e no amparo generoso. Humberto de Campos pode dizer, com razão, que o seu elogio cabia em poucas palavras: Gregório, o bom.

A Arte foi-lhe, sempre, o sonho puro do adolescente das margens do Jacuí. Colocava-a acima da Ciência. "A Ciência", dizia ele, "tem sempre algo de provisório, sujeita ao progresso e à transmutação; a Arte é definitiva; a obra-prima acabada pelo artista de gênio torna-se imutável." Vede bem: o que prefere, em suma, é a obra individual. Poucas são, relativamente, as obras de arte que se podem considerar eternas; e em face dessas, também eternas há outras tantas obras de ciência. A obra de arte é, porém, individual. O homem de ciência vive, apenas, um momento da vida continuada, ascendente, da humanidade. Sua descoberta, sua teoria incorporam-se ao patrimônio da humanidade; outras descobertas, outras teorias, a completam, desenvolvem, corrigem, substituem. Outros homens de ciência o excedem. Sobem-lhe aos ombros e vão mais alto. Ficam, apenas, os marcos dessa ascensão, assinalando o esforço de cada

um, como parcelas de uma soma infindável. A Ciência é, em suma, a própria vida; dela amparo, reflexo, expressão. É a obra coletiva, eterna e absorvente.

Mas por isso mesmo Gregório Fonseca prefere a Arte, a Arte como ele a queria fazer, recatada, pura, sonhadora.

Lírico impenitente, ele é um individualista, interessado, ou apaixonado, só pela obra individual. O seu empenho é distanciar-se da realidade. Lamenta, ainda, a vitória de Roma sobre a Grécia; a Arte que admira, e ama, é a Arte grega. Imagina e descreve, segundo sua imaginação, "os frescos inumeráveis dos Propileus", os "painéis evocadores da história de Ática", pelo "pincel sugestivo de Polignoto". E proclama: "Avassala-me infinita saudade pela Grécia maravilhosa." Repete o conceito de Renan: os gregos foram os verdadeiros inventores da Beleza.

A sedução de Atenas é, afirma, a sedução da inteligência e da cultura. Basta, para explicá-la, a observação de Richet: há 25 séculos, aquela pequena cidade de 10 mil cidadãos livres (contando além disso, 10 mil mulheres, 10 mil escravos, 10 mil estrangeiros) produziu, no decurso de cem anos, Fídias, Praxíteles, Míron, Sócrates, Platão, Xenofonte, Tucídides, Péricles, Euclides, Tales, Arquimedes, Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Aristófanes, isto é, "os mais belos gênios que iluminam a humanidade", ao passo que, se se tomarem, em outro século, os homens eminentes de uma cidade moderna, da mesma população, como Maubeuge, ou Sedan, ou San Remo, haverá de que rir, ou talvez de que chorar...

Não poderia ocorrer, entretanto, por simples coincidência casual, toda essa floração magnífica, expansão radiosa de individualidades dominadoras; resultaria, necessariamente, de causas profundas, de ordem geral.

Na Arte grega, nascente, se aponta o reflexo do instinto da liberdade, do amor do progresso, do sentimento humano que revolucionou a Escultura, pela movimentação das figuras, e pelo sorriso a iluminar-lhes as faces. Na Arte grega começa a exprimir-se a vida, a vida interior.

Arrastado pela sua fantasia, Gregório Fonseca cultua nela, antes de tudo, entidades místicas. Reconhecia que "os gregos poderiam ter dito que a Arte é a forma"; e acrescentava: "Assim conceituando, afirmavam também que a expressão perfeita em Arte é sempre de origem estética, e não técnica, pois só expressamos com glória e beleza o que profundamente sentimos, com amor."

Ao amor atribuía a inspiração artística. A Arte seria "uma hipóstase do amor". Em Arte – esclarecia, com ressaibo de ironia, bem raro na sua palavra – "o matrimônio é a pianola do amor; nas mais belas árias que executa, transparece o mecanismo da lei humana, sopitando instintos de emanação divina". Noutro ensaio, vê-lo-eis filiando a Arte ao sentimento de luta. Não teria em mente nossa própria Arte – só e sempre alude à Arte grega, em que preponderam, desencontrados e fatais, os dois grandes temas heróicos – o Amor e a Luta. Dois grandes temas – ou afinal um só, porque no amor há sempre luta, ainda quando não transponha os refolhos íntimos dos amorosos. A luta e o amor traduzem a vida; são, afinal, toda a vida. Em nossa Arte, apresentam-se reduzidas e efêmeras a inspiração e a influência do amor, tanto como da batalha. Talvez, ainda aí, reponte uma tara do regime de escravidão: na constância dele, seria o amor, segundo o conceito de um estudioso bem orientado, em certo sentido, ou até certo ponto, apenas depravação sexual. Faltaram-nos os salões em que se espiritualizaria. Por outro lado, ainda a submissão escravagista anulou o preço da luta. Não soubemos amar, nem lutar. Nossa Literatura refletiu, quase sempre, impulsos meramente sexuais, namoricos de salão ou de janela, intrigas ou maledicências em que se esgotou a nossa combatividade medíocre. O amor, que La Rochefoucauld somente nos romances teria encontrado, o grande amor que pode ser a inspiração suprema da Arte, nem se encontra também, salvo raríssima exceção, em nossos romances.

Um historiador austero e reputado afirmou: o amor data do século XII. Isto é, tem apenas 700 ou 800 anos... Entenda-se, porém: trata-se do amor "cortês", à moda da corte dos príncipes; o amor baseado no respeito à dama, culto religioso, que leva ao devotamento.

O outro é duas ou três vezes mais antigo. Só este os gregos conheceram. Eros, em latim Cupido, é o desejo, o instinto do sexo, sem respeito nem devotamento. Só este aparece quase sempre em nossos romances – e em nossa vida... É o episódio efêmero, da ligação ao rompimento; não raro, mera criação de fantasia, não vivida.

Será porque, como observou Wells, o amor não se descreve, mas sim, e apenas, algumas de suas conseqüências? Nas páginas, que nos restam, de Gregório Fonseca, nem isso – nem uma, nem outra espécie de amor: porque da vida real, da sua própria vida, não há traço notável.

O que ele cultua, afinal, e ama, é a beleza, a beleza eterna e imortal – quer dizer, sem vida. Na sua preferência de Roma sobre a Grécia estava o sentimento da verdade, assinalada por Gobineau: os romanos não se arrecearam de reproduzir a fealdade, porque se puseram à procura da realidade. Figuravam negros e personagens disformes; amavam o trivial; foram grosseiros. Tudo isso era a vida.

Para Gregório Fonseca, não era assim a Arte; para ele, "a mais perfeita das artes", "a unigênita soberana da Arte", era a Poesia – em que se equilibram "os termos componentes de beleza – idéia e forma", preponderando a idéia, ou concepção: "O sentimento é a base do pensar poético." Considerava "o Parnasianismo, requintado e vazio, se existisse, uma aberração artística". Elevava a Poesia a uma "montanha sagrada"; mesmo os que não ascendem aos seus cimos, mesmo os que, como dizia, "não saibam transformar em luz, em poesia, a chama vívida que intensamente os incendeia" – mesmo esses "transmutam a existência para um universo simbólico de pensamento e de sonho, onde gira a terra que habitam, povoada unicamente de realidade sedutora que imaginam".

Deveria ser a Poesia a vocação de Gregório Fonseca – e ele a tentou, inicialmente, como vos disse. Somente na Poesia teria expansão todo o seu helenismo, todo o seu lirismo de individualista apaixonado e terno, toda a sua aspiração ansiosa da beleza distante e inatingível, imorredoura. Temeroso, porém, como verdadeiro crente da religião pagã, nem se anima a publicar os versos, que certamente faria, e somente lhe conhecemos páginas em prosa. Dos versos da juventude, nada resta.

Em seu entender, "o objeto moral da Arte confunde-se com o objetivo estético – é exclusivamente o Belo". O Belo, subentende-se – o Belo eterno, não o Belo efêmero, que, no entanto, merece mais ser amado intensamente, por isso mesmo que é efêmero. A beleza viva e palpitante, transitória, próxima – em que sentimos a repercussão do nosso amor; que mais amamos precisamente por sabermos que se há de esvair; que podemos envolver no olhar enternecido –, a beleza que enche e doira a vida – essa não inspira a arte de Gregório Fonseca.

Ele abstrai, assim, da vida, que se lhe depara feia e triste, e até de todo o interesse social. Não há, em seu livro, página que inspire, ou em que vibre. Gregório Fonseca é o suave imaginativo, o contemplativo de um mundo de

ilusões – que persiste em manter-se fora e acima da realidade. "A Arte é sempre a realidade dentro da ilusão e do sonho." Em sua obra literária, não penetra, senão bem raro, o rumor da vida, da vida contemporânea, ou a emoção pessoal, a não ser de seu próprio sonho.

Ainda nesse aspecto, os três ocupantes desta mesma Cadeira acham-se em vivo contraste. Joaquim Nabuco desenvolve, na obra literária, os ideais por que viveu, os fundamentos de sua atividade política. Dantas Barreto narra, apenas, episódios de que participou. Gregório Fonseca evoca um mundo distante, descreve e anima estátuas gregas, que não vira, como se as tivesse diante dos olhos. Vive a vida interior, de sonho e fantasia; e paralela, mas bem separadamente, transcorre a sua vida, dominada por preocupações imediatas, de interesse social.

Seu livro póstumo – *Heroísmo e Arte* – compreende três conferências – "Ciúme dos Deuses", "A Estética das Batalhas", "Arte"; em todas elas ressurgem, a cada passo, Apolo e Dioniso, Fausto e Prometeu, Calibã e Ariel, D. Juan e Ashverus.

É o eterno contraste da vida e da fantasia, que ele sentira esmagadoramente, e formara para sempre, na última hora passada no armarinho à margem do Jacuí... Das duas concepções da vida – a apolínea e a dionisíaca – de que Nietzsche acentuou os contras – alimenta a primeira.

ESTÉTICA DAS BATALHAS

Numa de suas conferências – "A Estética das Batalhas" – se mostra, todavia, que a preocupação de arte, dominante no espírito de Gregório Fonseca, não sufocara, por completo, a influência daquelas outras, que procuraria afastar.

O título é o mesmo de um estudo de Robert de la Sizeranne; o mesmo assunto – e tais coincidências poderiam levar a suposições maliciosas. Diverge, porém, profundamente a orientação, apresentam-se diametralmente opostas as conclusões.

Nos primeiros anos do século, sob a ameaça constante do conflito internacional, que se não travava, pois o mundo gozava já de trinta anos contínuos de paz, Sizeranne acentuava o desinteresse crescente dos artistas pela guerra. Parecia-lhe que a aparelhagem cada vez mais científica do combate, o

papel cada vez mais intelectual do combatente haviam secado as fontes de inspiração do pintor, ao mesmo tempo que aprofundavam as do psicólogo e do romancista. Remontava ao combate antigo, assinalando o que tinha de escultural: os combatentes, quase nus, mostravam o tronco, os braços, as pernas; as armas eram acessórios perfeitamente estéticos. A Arte grega enobrecera essa luta, quase sempre duelo singular. Os escultores modernos não podem representar batalhas; a pólvora afasta os lutadores. Para os pintores, tornou-se favorável a circunstância; permitiu-lhes apresentar a variedade na unidade. Viram na guerra a *mêlée*, ainda quando em realidade não ocorresse. A pintura antiga mostrava, na guerra, a beleza – a beleza das baionetas brilhantes, dos uniformes multicores, da fumaça dos canhões, dos cavalos árdegos, ajaezados ricamente. Depois, realça-se outra coisa: o sofrimento.

Chegava Sizeranne a considerar que a guerra antiga fora assim – realmente bela: não, dizia ele, não havia feridas horrorosas, porque os olhos dos artistas não as viram; não havia – acrescentava – interrogações pedantescas, como esta – por que a guerra?, que assaltaram, mais tarde, os homens que se não batiam por prazer, ou por profissão, mas por dever, sem alegria. Por outro lado, apareceu a natureza nas telas de batalha. Algumas eram verdadeiras paisagens, tanto quanto quadros de figuras.

Ocorreria indagar se também não existiriam essas paisagens que até certo tempo os pintores não viram... A resposta, deu-a talvez Lalo: as montanhas tornaram-se belas depois que fomos românticos.

Como quer que fosse, modificaram-se as condições e os aspectos das batalhas – separados por grandes distâncias os combatentes, o chefe de cada grupo, calmo e isolado, na retaguarda, sem colorido os uniformes, sem fumaça a pólvora. A pintura das batalhas tende, Sizeranne o reconheceu, a tornar-se variedade da paisagem, uma paisagem animada. Não mais poderia a pintura destacar o lado interessante da guerra. Talvez o pudesse a música...

Insistia, porém, Sizeranne, sobretudo, na condição psicológica do combatente; no que pensava – e só a Literatura, a Literatura psicológica e social, poderia revelar. Dessa Literatura resultava – concluía – não a admiração, que a Pintura despertava – mas o desgosto da guerra, o horror à guerra. E ainda bem. Se na Europa não havia guerra há 30 anos, era porque não mais se pintavam belos quadros de guerra...

O que Sizeranne destacou, portanto, foi a repercussão social da Arte. Gregório Fonseca, versando o mesmo tema, desatende a esse aspecto, e, ainda uma vez, alheia-se da repercussão social, ou política, de arte. Haviam decorrido vinte anos. Alongara-se de mais vinte anos o longo período de paz européia em que se apoiara Sizeranne. Sobreviera a maior guerra de todos os tempos: quatro anos de luta ferocíssima, milhões de mortos, milhões de cegos e deformados, e, acima de tudo, a mais profunda, a mais grave transformação social e política decorrendo imediatamente da guerra, subvertendo a estrutura das nações vencidas, tanto como das vencedoras.

Gregório Fonseca aborda o tema de que Sizeranne tratara vinte anos antes. Toma-o por motivo de arte pura. Artista – ou como preferia dizer-se "artístico" –, não esquecera sua farda, seus galões de militar, não sufocara de todo o espírito militar. Este leva-o a exaltar, ainda, a guerra. O louvor da guerra e da batalha não o faz artista; o soldado, que nele havia, inspira e sobrepuja o artista. Diz então:

> O gérmen primitivo e fecundante, que deu ao gênio grego o poder de criar a Beleza, foi a batalha. O glorioso destino estético da Grécia é produto da vitória.
>
> A batalha é, portanto, logicamente a mãe de todas as artes...

A vida real vinga-se do artista, impessoal e distante, talvez sem que ele mesmo o perceba. Domina-o, insensivelmente, nessa oportunidade, a inspiração de sua própria vida. Aquele Ministro da Guerra, que lhe dissera "Capitão, você é um poeta!", poderia consolar-se e dizer-lhe, então: "Poeta! Você é um soldado!"

Sua conclusão é oposta à de Sizeranne: a batalha moderna – e falava depois da Guerra de 1914! – parece-lhe "fonte perene de inspiração da Arte".

Todas as demais circunstâncias, que teriam influído no surto maravilhoso da Arte grega – o ambiente plácido e belo, a abundância de matéria agradável, e fácil de trabalhar, como o mármore, a filosofia racionalista, que levava a considerar puramente humanas as coisas humanas, o instinto de liberdade, o amor da novidade e do progresso, a emancipação do despotismo e das superstições –, tudo o que, segundo os críticos mais autorizados, teria pro-

porcionado ao povo heleno as condições de desenvolvimento de sua arte, todas essas condições naturais, sociais e políticas, Gregório Fonseca as menospreza, para destacar e avultar somente o êxito bélico. Para ele, o glorioso destino estético da Grécia é produto da vitória. Não importa que o surto artístico se prolongasse além da derrota militar. Na frase de Reinach, "vencida e humilhada por Esparta, Atenas não cessou, por um instante, de ser a capital intelectual do helenismo: pode mesmo afirmar-se que, no século IV, sua realeza ainda se consolidou e estendeu". Gregório Fonseca também o reconhece: "Atenas, vencida, humilhada, glorificou, orgulhosa, os triunfos passados..." Mesmo na Arte desse período, é ainda, segundo ele, a batalha que prevalece. Assim, para ele, a batalha é "a mãe de todas as artes".

Não creio que lhe confirmassem a observação fatos ulteriores. Os salões franceses de pintura, dos anos imediatos à guerra de 914 a 18, povoaram-se de telas suaves – ninfas, águas paradas, retratos de chefes militares. Haveria o escrúpulo – ou o pudor? – de não tentar reproduzir a grande carnificina, em seus aspectos hediondos. Era preferível esquecer. Todos tinham desejo, e sentiam necessidade de esquecer.

Raros seriam os quadros como *Mouvement de Troupe*, de Pierre: soldados a pé, a cavalo, em caminhões, que atravessavam um povoado... Nenhum tão expressivo, em sua ironia amarga, como *Les Vainqueurs*, do Lerroux – nove figuras principais, oito soldados, com um oficial à frente, caminhando vagarosamente, em terreno acidentado, derreados, malvestidos, um ferido amparado por outro... Esses, os vencedores – imaginem-se os vencidos!

Em todo o caso, não será, creio eu, por falta de belos quadros de guerra, que reinará a paz no mundo. Nem a guerra deixará de proporcionar temas artísticos aos pintores. Raros pintores hão de, porém, animar-se a realçar, fantasiosamente, em quadros de guerra, a beleza, que tornaria atraente a guerra, e que na guerra moderna nenhum combatente percebe. Demais, ocorre uma circunstância nova: a guerra generaliza-se, envolve todos os homens, até as mulheres. Ninguém fica de fora, a observá-la serenamente. Todos participam dela, sofrem-lhe os horrores. Quem pode, agora, fazer os belos quadros de outrora? O sentimento coletivo, a orientação pacifista da sociedade moderna bastaria para excluí-los. A Arte, verdadeira e eterna, exprime, sempre, a men-

talidade dominante no seu tempo. Não a orienta, nem domina; reflete-a, e dela só resulta, quando não artificiosa.

AÇÃO SOCIAL

Gregório Fonseca procurou, cuidadosamente, afastar da sua obra tudo o que não fosse culto fervoroso da arte pura. Mesmo, porém, no pequeno volume póstumo, *Heroísmo e Arte,* há um breve estudo, significativamente intitulado "Tigre", sobre a personalidade de Clemenceau e uma conferência sobre Aníbal Teófilo, em que se revela a sedução das personalidades fortes, capazes de ação triunfante. No perfil do poeta morto, palpitam sentimentos afetivos profundos e intensos. Em "A Estética das Batalhas", de que vos falei, percebe-se a influência da profissão militar, a sedução da luta, da força e da vitória.

Mas a profissão militar não acarreta unicamente o espírito bélico; inspira e desenvolve o zelo dos interesses da coletividade. Oficial do Exército, com o sentimento profundo da profissão militar no que tem de mais nobre, repontando até mesmo através de suas preocupações artísticas, Gregório Fonseca, velho admirador de Olavo Bilac, torna-se-lhe o melhor colaborador no movimento de alto e puro nacionalismo, de que foi pioneiro. Bilac reconheceu que "às horas difíceis de campanha, foram-lhe estímulo a palavra e o conselho" de Gregório Fonseca.

Em plena guerra européia, Olavo Bilac, Pedro Lessa, Miguel Calmon instituem a Liga de Defesa Nacional, e Gregório Fonseca está ao lado deles; por longo tempo se mantém entre os que lhe dão o calor de suas energias e de seu idealismo.

Cerca de um ano antes, Bilac, em São Paulo, na Faculdade de Direito, e na de Medicina, reclamara solenemente a instituição do serviço militar obrigatório. Pretendia substituir o Exército profissional pelo Exército que fosse a própria Nação em armas. Não faltou quem temesse um surto de militarismo. Bilac enfrenta a acusação, destruindo-a. No governo militar ficara letra morta a lei do sorteio.

A essa observação acrescentara:

> Nunca fui, não sou, nem serei um militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão. O laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória.

Quando regressa ao Rio, a oficialidade da guarnição presta-lhe homenagem do mais alto significado. Saúda-o o Capitão Gregório Fonseca, em nome de toda a oficialidade, perante o Ministro da Guerra, e demais chefes do Exército. Nem esse discurso de Gregório Fonseca, ditado pela mais alta inspiração patriótica a serviço da mais nobre das causas, figura no livro póstumo que abrange suas páginas principais.

Começa por apontar, como determinante primária do nosso mal-estar interno, "fria indiferença generalizada em mórbido desalento ante as coisas públicas". Define a missão do Exército, mais que isso, afirma, em palavras claras e desassombradas, como se poderá reabilitá-lo perante a opinião:

> No exercício exclusivo de magistratura enobrecedora que nos cabe como preparadores dos conscritos patrícios e no labor sagrado de fazer do Exército a grande escola de civismo em que se acrisole o amor à Pátria, se ensine o respeito à lei, e se infiltre a disciplina, está a segurança da reabilitação do Exército no conceito da Nação.

Impugna o nosso velho conceito de profissão militar, para recomendar a observância generalizada do "dever militar". Recorda os episódios de nossa História, em que a intervenção do Exército ocorrera para atender a aspirações nacionais. Prega a obrigatoriedade do serviço militar, para extinguir o analfabetismo.

Dir-se-ia que o inspirava o exemplo de uma das mais nobres figuras militares contemporâneas. Em França, Liautey surgira na vida pública, quan-

do Melchior de Vogüé fez publicar, na *Revue des Deux Mondes*, sob anonimato, seu estudo sobre "O papel social do oficial no serviço militar universal". Todos os homens da geração nova colocavam em primeiro plano o dever social, e ninguém em melhor condição para exercer ação social que os 20 mil oficiais do Exército francês. Para isso seria preciso que se convencessem de seu papel de educadores, aprendessem a amar os seus homens e a conquistar-lhes a afeição. O serviço obrigatório seria o campo mais vasto de ação social.

Liautey, "animal de ação", despreza as fórmulas administrativas; elas o tolhem, porém, e só nas colônias distantes encontra ambiente propício à expansão de sua energia criadora, organizando a colonização de Marrocos. Gregório Fonseca, bem distanciado desse modelo inatingível, consegue, na própria capital do País, no seio dos mais altos chefes militares, a consagração imediata das suas afirmações corajosas.

Ao responder-lhe à saudação, feita em nome do próprio Exército, Olavo Bilac assinala o triunfo definitivo da campanha, apenas iniciada.

Bilac, nosso maior poeta, era também um de nossos maiores oradores. Empolgava pela beleza da frase, pelo timbre de voz, pela emoção. Imagino o que teria sido, naquela noite, quando assentava os rumos de sua campanha, e via assegurada a vitória almejada.

Assinala o objetivo que tivera: mostrar "a fealdade da doença do tempo, a desmoralização de nossa gente, a fraqueza dos governos, o desvanecimento do entusiasmo, a falta de coragem e da fé". Recorda que nascera entre a Batalha do Riachuelo e a de Tuiuti, o pai ausente na guerra; passara os quatro primeiros anos de meninice entre "sustos e esperanças, lágrimas e sonhos"; por fim, o "espetáculo de heroísmo, dominando a vida nacional e por muitos anos alimentando a altivez do povo, encheu e maravilhou" toda a sua adolescência...

Falando aos militares ali reunidos, não cala, todavia, uma restrição:

> Se alguma vez diminuiu a minha admiração, se de algum modo me afastei de vós, foi porque, com tristeza, vi alguns de vós, arredados do nobre terreno e da augusta missão em que sempre devíeis honrar-nos e honrar o Brasil, preferirem, ao rude e magnífico sacrifício da vida militar, o fácil e gros-

> seiro proveito do mando partidário e da pequena política das facções e das intrigas...
>
> É horrível pensar que esta esplêndida construção de quatro séculos possa ser desmantelada pela inércia, pela ignorância, pela preguiça moral, pelo egoísmo!

Era a pregação do bom militarismo, feito do bom nacionalismo – não agressivo, mas defensivo; não louvaminheiro, mas crítico; não destruidor, mas construtivo, "filho do tradicionalismo"; não xenófobo, mas amigo do estrangeiro amigo; expressão e garantia da unidade indestrutível da pátria.

Não é o nacionalismo ameaçador, em que a Nação esmaga o cidadão; ao contrário, é o bom nacionalismo em que a Nação se fortalece pelo fortalecimento de cada cidadão. Um pensador contemporâneo, confessando que nunca fora nacionalista, mas nacional, acrescentou que isto significava sentir entusiasmo, sempre nascente, ante as duas dúzias de coisas de sua terra que estavam verdadeiramente bem e ódio inextinguível por tudo mais, que estava verdadeiramente mal. Olavo Bilac não revela outro entendimento do nacionalismo. Queria uma pátria "fortalecida pela beleza e pela esperança". Pela beleza, não só de suas paisagens, mas também de suas obras, de sua gente sã e forte. Pela esperança do seu futuro, tranqüilo, fecundo, glorioso. Pela beleza – resultante da exclusão de todas as coisas feias, erradas e más. Pela esperança de que tais coisas se não reproduziriam... Esse, o sentido do seu nacionalismo, o grande e puro nacionalismo de Rio Branco, de Euclides da Cunha, de Pedro Lessa, de Gregório Fonseca.

Depois da Revolução de 30, avulta o movimento nacionalista. A terceira fase da mentalidade coletiva – a mística, de que vos falei, inclui-o entre as suas características. O nacionalismo penetra a nova Constituição política, torna-se-lhe um dos princípios fundamentais.

A mesma revolução leva Gregório Fonseca ao cargo de Secretário do Governo Provisório. Só quem conheça o ambiente, que tende a formar-se nos gabinetes e ante-salas dos ministros e dos chefes de governo – a multidão de solicitantes ou pretendentes, dissimulados em servidores amigos e desinteressados que os procura invadir, para esclarecer, aplaudir, apoiar, intrigar, caluniar –, só esse pode avaliar a firmeza esclarecida e serena, a atenção vigilante e continuada, o conhecimento dos homens, de suas virtu-

des e misérias, necessários para evitar a invasão e manter condições propícias ao trabalho profícuo.

Vale como índice da Revolução de 30 este pequeno fato: Gregório Fonseca foi secretário do Ditador. Aquele homem austero, temeroso, de bigode embranquecido fora da moda, de óculos, probo, polido, benigno, modesto, foi diretor da secretaria do chefe do governo revolucionário. Não esqueçais a influência desses colaboradores aparentemente secundários. Máxime em dias como aqueles. Ao tempo da Revolução Francesa, narram cronistas, certa mudança da linguagem corrente foi determinada por um notário, ao observar que *vous* era palavra plural, e, dirigida a uma só pessoa, significaria *toi qui en vaux plusieurs*, ofendendo, portanto, gravemente, a igualdade; como admitir que um homem valha vários outros? Por isso, sugeriu que se dissesse *tu* e não *vós*. Assim passaram a dizer os zelosos da igualdade humana. Em 90, com a República, chegamos, só então, ao *vós*. Adotamo-lo com dificuldade decorrente de complicações gramaticais. Daí não passamos. Parece mesmo que recuamos ao ressurgir o "V. Ex.ª" cerimonioso. Gregório Fonseca, superintendendo os serviços do expediente do governo, terá zelado pelas boas tradições de nossa polidez. Outro talvez se inspirasse na advertência do notário francês de 93. Passaríamos do *vós* complicado ao *tu* íntimo e desabusado. Talvez Gregório Fonseca o tenha evitado. Em todo o caso, contribuiria, ao menos, para que assim não houvesse sido. E, a não ser nessa, em quantas outras coisas terá influído beneficamente sua aprimorada discrição e cortesia? Quanto lhe deveremos ao patriotismo forte, mas ordeiro e sereno?

Tratei-o muitas vezes, nesse cargo alto e difícil. Sempre o vi dedicado à função, discreto, leal, desambicioso, preocupado com os interesses nacionais.

Foi-lhe prêmio, por tais serviços, a nomeação de embaixador junto ao Vaticano.

O que o atraía ao posto diplomático não era o sentimento da vocação, que Cotegipe definira maliciosamente: "Ah! o senhor é diplomata? Então venha para cá, conversar com as meninas..." A diplomacia não é mais isso – a aptidão de conversar com as meninas. Junto ao Vaticano, então... Assim se

abria, contudo, ao vosso companheiro, oportunidade de expandir plenamente sua forte vocação artística.

Ele iria, afinal, defrontar as maravilhas da Arte grega e romana, de que tão apaixonadamente falara sempre, em meio das quais vivera, por esforço de imaginação e de cultura, sua vida interior.

O misticismo artístico facilitaria plena expansão do misticismo religioso, da sua sentimentalidade represada, para realizar a obra sobre São Francisco de Assis, em que poria todo o fervor de crente e de artista.

O renascimento da inspiração greco-romana, nos versos de Teófilo Gautier, de Heredia, de Lecomte de Lisle, da Condessa de Noailles, de tantos outros poetas menores, durante a segunda metade do século, quando se extinguia o Romantismo, foi atribuído, por Charlye Clerc, em certos casos, ao desdém pelo Cristianismo, ao declínio da fé cristã. Não foi essa, todavia, a determinante do helenismo de Gregório Fonseca. Isenta das emoções da vida quotidiana, a arte de Gregório Fonseca nem lhe reflete os sentimentos religiosos: cantor pagão, apaixonado da Grécia pagã, era católico fervoroso, devoto de São Francisco de Assis, e de Frei Masseo de Marignan, humilde companheiro de Santo. Dentre outras, que Clerc apontou – a curiosidade, o diletantismo do pensamento, a aversão ao presente –, temos visto que influiu decisivamente esta última.

Gregório Fonseca não se faz um erudito, não empreende o estudo da língua grega, não viaja pelos lugares sagrados da Grécia distante. As condições da vida torturada não lhe permitiriam o pleno desenvolvimento do temperamento artístico. O armarinho à margem do Jacuí, o serviço militar, as funções de secretário do prefeito da cidade e do chefe do governo da Nação escravizam-no a encargos secundários. Olavo Bilac teria, porém, instilado no espírito do moço gaúcho imaginoso o sentimento da beleza grega.

Nas páginas da "Profissão de fé", Bilac almejava lavrar "leve relicário de fino artista". E afirmava:

Não quero o Zeus Capitolino,
Hercúleo e belo,
Talhar no mármore divino
Com o camartelo.

Logo em seguida, confessava, entretanto, que preferia ver morrer tudo o que lhe era caro, a

Ver derribar do eterno sólio
O belo, e o som
Ouvir da queda do Acropólio
E do Partenon.

Para Olavo Bilac, não seria o helenismo, como para Teófilo Gautier, a alma da Poesia. Terá sido, contudo, Bilac quem inoculou, na sensibilidade do adolescente das margens do Jacuí, a sedução do "mistério grego".

Transmuta-se, como dissera, "para um universo simbólico de pensamento e de sonho", para outros mundos, e outros tempos. Ouve o clamor, que anuncia a morte de Pan; junta sua voz ao coro de lamentações e gemidos, que o brado de Tamo levantou no mar Egeu...

Liberta-se da realidade, que o esmaga, e, em plena fantasia, goza o íntimo, subtilíssimo encantamento espiritual reclamado por sua vocação artística.

Por fim, um belo dia, parece que o sonho invade a realidade. Vai tornar-se realidade o sonho. Gregório Fonseca pisará o solo de Atenas, tocará as velhas pedras dos monumentos, deterá sobre as estátuas seculares o olhar amortecido... É uma realização longamente esperada, longamente preparada, que vem a tempo. De súbito, o próprio sonho desfaz-se... Desfaz-se? ou, quem sabe? terá continuado ou se convertido em outra realidade, mais alta e mais bela...

Disse Buffon: *La plupart des hommes meurent de chagrin.*

Gregório Fonseca não morre de desgosto. Morre a ponto de efetivar suas velhas, recalcadas aspirações de artista. Serenamente, como sempre, sua alma de crente e de bom acolheria, com íntima alegria, a libertação definitiva da realidade, feia e triste, da vida terrena – que no culto da Arte pura procurara antecipar.

II

RESPOSTA DO SR. ALCÂNTARA MACHADO

Enquanto dizíeis, Sr. Levi Carneiro, a formosa oração de posse que vimos de aplaudir, uma alucinação me visitava.

À medida que íeis falando, o conspícuo e maduro varão que sois agora voltava a ser, exultante de alegria, o jovem e obscuro causídico de 1906. Mudava simultaneamente de feitio e colorido o traje aparatoso e incômodo em que estais encarcerado. O tecido se distinguia desse verde austero, solene, oficial que, conforme acentua a malícia de Henri Lavedan, é justamente a cor do absinto, da bile e da esperança, e convém por isso mesmo a um uniforme como o nosso, motivo de tantas satisfações capitosas, de muitas ironias amargas, de tantas ambições berrantes ou tímidas. Mãos invisíveis modificavam o corte, desfazendo e refazendo as costuras e reajustando os panos. De tal jeito que, em breve, o fardão vistoso estava reduzido a fato prosaico de linho branco. O suntuoso chapéu armado tomava, por sua vez, indignado com a humilhação, a matéria e o formato de palheta democrática; e, tinindo de raiva e de vergonha, o espadim cerimonioso e incruento se via transfigurado em simples bengala.

Não mais nos encontrávamos, nós ambos, à hora que passa, neste recinto engalanado; e sim à distância de três decênios, lá fora, perdidos na turba anônima. Reintegrado miraculosamente na juventude, vivíeis de novo os minutos de arrebatamento, que fixastes mais tarde em página saudosa. Um deslumbramento vos alagava os olhos fitos em alguém que, vindo de muito

longe, depois de larga ausência, aqui desembarcava, como se, redivivo, exsurgisse dos limbos do passado, para ouvir nas aclamações dos moços o pronunciamento do futuro.

O CONDESTÁVEL DA ABOLIÇÃO

Joaquim Nabuco ali estava, suportando airosamente o confronto com a imagem radiosa, que dele a tradição legara à minha geração e à vossa. Era bem o exemplar augusto, que imaginávamos, de uma variedade insigne da espécie humana, inconfundível com a raça inumerável dos efêmeros; e se aproximava bastante do tipo ideal, com que sonhávamos, para a alma e para a carne do Brasil.

Dir-se-ia, quando o conhecemos sexagenário, que, em pleno viço e robustez, houvesse encanecido repentinamente. Sabedora de que se não julgava "feito para velho", a Fortuna, sempre condescendente, não lhe embotara no espírito aquela sensibilidade "às surpresas da vida", em que ele enxergava lucidamente o sinal específico da juvenilidade. Nem lhe profanara a altivez do porte, a esbelteza do talho, a galhardia da cabeça impressionante, o rosado da tez, a pureza dos traços, a elegância do gesto e o volume e o timbre da voz poderosa e suave, caudal harmonioso que para dentro das consciências carreava idéias cristalinas e saudáveis.

Há crepúsculos que resumem às pressas o melhor de cada uma das estações do dia: a madrugada, ao despertar, meio tonta, da embriaguez das trevas; a manhã risonha e corada, que, como a noiva do poema de Cassiano Ricardo, promete muito e "falta sem querer"; a tarde, que é toda ela uma carícia lenta, silenciosa e lasciva; a noite, com a sua profunda e insidiosa poesia. Era assim o caso de Joaquim Nabuco. A velhice limitara-se a pratear-lhe os cabelos, como se quisesse apenas acrescentar às graças remanescentes dos verdes anos e às virtudes intactas da madureza a dignidade, que a neve imprime à culminância das montanhas menos distantes do céu e à fronte das criaturas mais próximas da morte. Não mutilara, estólida ou estouvadamente, o mármore. Dera-lhe, sim, com a pátina do tempo, o acabamento e a expressão definitiva.

Sofrendo-lhe a ação de presença, compreendíamos e perdoávamos a ternura escandalosa com que fora amado pela vitória e servido pelo destino.

É com um "sorriso de doçura" que o recebe o mundo. É com o mesmo sorriso que o acompanha ao longo de sessenta anos vividos à feição de lindo "sonho realizado por especial favor da Providência". É com igual doçura que, depois de seu desaparecimento "na curva extrema do caminho extremo", lhe recorda a figura de singular nobreza.

Palavra não existe que o defina todo inteiro, física, moral e intelectualmente, como essa tão desgastada pelo uso, mas de tão alto sentido, se por nobreza entendermos, à maneira de Ruskin, humanidade intensa. O efeito que nos contemporâneos produz a contemplação do homem não diverge do que desperta na posteridade a visão da obra do escritor e do político. É, incisiva e imperiosa, uma sensação de superioridade orgânica. É aquilo que certa vez ele chamou "a impressão aristocrática da vida".

Pode-se-lhe aplicar o que Hugo von Hofmannsthal escreve de algumas criações varonis de Shakespeare: a atmosfera olímpica de que estão cercados Hamlet, Romeu, Antônio, Mercúcio, Tibaldo parece penetrá-los até ao inconsciente, como a luz doirada em que se fundem os personagens de Giorgione e Ticiano. São todas integralmente nobres, porque neles coexistem, dosadas com precisão, em perfeito equilíbrio, as qualidades mais diversas: a energia máscula e a delicadeza feminina, a altivez e a cortesia, a gravidade e a gentileza, a intrepidez e a moderação, a cordialidade policiada pela reserva, que lhe proíbe a intemperança, a generosidade envolta na discrição, que é o seu pudor. Nada de subalterno: desconhecem o próprio disfarce inteligente da crueldade, que é a ironia. Nenhuma vulgaridade: cada um deles constitui, por assim dizer, um fragmento de rei.

É com essa família privilegiada que se aparenta Joaquim Nabuco. Ninguém mais fidalgo. Na substância e na aparência. Tanto na limpeza da linhagem quanto nas atitudes. Assim nas idéias e nos sentimentos como na linguagem. Sempre e em toda a parte: na atuação parlamentar, na atividade literária, na vocação diplomática.

Nasce em um sobrado do Recife, trazendo nas veias o sangue preclaro de morgados do Cabo e senadores do Império. Cresce no ambiente arejado e sadio de engenho de Massangana, que a sua meninice tornaria ilustre. Mãos de arminho alvas e macias, conformam-lhe o coração. Mestres esclarecidos lavram-lhe a inteligência. Aprimora-lhe o gosto e a distinção o comércio com

os artistas, os diplomatas, os vultos mais eminentes da época, a gente educada, e fidalga, que freqüenta a casa paterna à Rua da Princesa, canto da Praia do Flamengo.

Vai para São Paulo, onde encontra a Faculdade egrégia na fase mais rutilante da sua história. É discípulo de José Bonifácio, o Moço, professor de liberalismo romântico. Faz-se amigo de Rui Barbosa. Rende-se, como todos, à fascinação de Castro Alves. Aprende com eles o entusiasmo pelas batalhas do pensamento, a paixão da liberdade, a religião do direito, coisas que os moços de então consideravam sublimes e os de hoje, famintos de autoridade, sedentos de disciplina, dispostos a todas as demissões e renúncias, averbam de abusões decrépitas, como se velhas e absurdas não fossem a absorção total do indivíduo pela massa e a idolatria do Estado, onisciente, onipotente, onipresente.

Seguem-se, na biografia de Nabuco, a iniciação literária, assinalada pela descoberta de Camões e de Renan; a primeira viagem à Europa, que empreende com a emoção e com o alvoroço de quem vai a uma entrevista de amor; o ingresso na diplomacia, para a qual parece fabricado acintemente. Carreira não há, com efeito, mais acorde com os seus pendores mundanos; e ainda com o desejo, tão natural naquela idade, de esgotar as curiosidades do espírito e dos sentidos; e também com a atração, felizmente passageira, que sobre ele exerce o diletantismo, o "lazzaronismo intelectual", a volúpia de gozar gratuitamente, de longe, trepado no egoísmo de simples observador, o espetáculo tumultuário da grandeza e da miséria humanas.

Está em Londres com o rosto assim voltado para o nada (é de Mauriac a imagem), quando o apelo da terra distante lhe sacode o coração distraído.

Regressa ao Brasil. A Câmara dos Deputados abre-lhe as portas, o que, aliás, costuma fazer sem maior dificuldade a toda a gente.

Aí, onde tantos encontram um meio de vida, Nabuco depara, face a face, com a suprema razão de viver, a *vivendi causa*, a que alude Lucrécio. Dez anos consomem, ele e seus companheiros de jornada sentimental do abolicionismo, em despertar o remorso da escravidão na consciência nacional anestesiada pela indiferença diante de um crime que data de três séculos; em aliciar e mobilizar as almas para o combate à grande iniqüidade; em formar e apertar o sítio do poder pelas forças imponderáveis da opinião. Chega o triunfo mais depressa do que promete a esperança. Digno remate de uma campanha desen-

cadeada pelo Poeta dos Escravos, a princesa regente se decide a trocar, num gesto bem feminino e com um desprendimento bem lírico, o cetro dourado, que o pai lhe confiara, pela Rosa de Ouro, que Leão XIII lhe oferece.

Durante a luta (é ele que o proclama lindamente) os líderes se identificam de tal modo com a causa e se despersonalizam a tal ponto, que se lhes perguntarem pelo nome nenhum deixará de responder, como Ulisses ao ciclope cego da epopéia homérica: "Eu me chamo Ninguém." Mas no dia da vitória, quando, talqualmente no-lo mostra José do Patrocínio, o deputado pernambucano aparece à janela da Cadeia Velha, com os cabelos empapados de suor, os olhos úmidos de felicidade, o semblante iluminado pela chama que lhe abrasa o peito, a multidão lhe confere por aclamação unânime as insígnias de libertador da raça espoliada, a investidura de Condestável da Abolição.

Sente-se desde esse instante na obrigação moral de consolidar o trono, abalado em seus fundamentos pelo movimento emancipador. Mas é em vão que desfralda a bandeira da Monarquia Federativa. O golpe militar de 15 de novembro vem como conseqüência lógica, embora injusta, da lei de 13 de maio.

Nabuco aproveita o longo ostracismo, a que espontaneamente se condena, para meditar e escrever.

Medita. Com a atenção disputada por outros interesses, nunca tivera o ensejo, que a inatividade forçada lhe concede nesse momento, de "pensar sozinho", conversar mão por mão consigo mesmo, freqüentar com assiduidade a própria alma, de que, a exemplo do que amiúde acontece em todos nós, andava inteiramente deslembrado. A meditação leva-o devagarzinho à certeza que Madame de Staël adquiriu na leitura da *Imitação de Cristo*: a fome que nos devora não é de felicidade, mas de perfeição. Ele que não sabe onde e quando poderá avistar-se com Deus, vai achá-lo um dia muito simplesmente na cruz de sua infância, que lá está em pedaços no fundo do coração, e que, restaurada, finca de novo no alto da consciência.

Escreve. Pensador, tem predileção pelas máximas, concentrando destarte em comprimidos de sabedoria o fruto de sua experiência abundante dos homens e o resultado de suas excursões através dos sistemas e pelas províncias da arte. Político em disponibilidade, entrega-se a investigações históricas. Nada mais natural. O passado é o único refúgio de quem se não conforma

com o presente e não confia no futuro. A História, o derivativo por excelência dos que se afastam, premidos pelas circunstâncias, do meneio dos negócios públicos; porque, dentre todas as musas, é Clio que lhes permite a ilusão de que continuam a intervir, pela narrativa e pela crítica, na marcha dos acontecimentos em que estão privados de colaborar pela ação direta.

Mas, felizmente para nós, não dura muito para ele o suplício, da atividade acorrentada, a que o chumbara a fidelidade estéril a um ideal defunto.

Cometem-lhe o encargo de vindicar uma faixa de nosso território, disputada por vizinho poderoso. Salta aos olhos que só o mandamento inelutável do patriotismo teria força bastante para constranger um espírito como o dele, afeito à pesquisa imparcial da beleza e da verdade, a confinar-se durante anos a fio na destrinça miúda e na discussão tediosa de centenas de documentos rebarbativos, e a acompanhar penosamente, através do inferno verde dos trópicos, o trâmite obscuro do Mahú, do Tacatu, do Cotingo... ele que não conhecia senão as ribanceiras tranqüilas do Capiberibe e do Piabanha e as águas ilustres do Tibre, do Sena e do Tâmisa... Não faltam, apesar de tudo, energúmenos que o acusem de deserção, como se a alguém fora lícito indagar quem está à frente da governança da terra comum, quando chamado a defender-lhe a integridade ou o pundonor. É o mais inteligente e impenitente paladino de velho regime, é Eduardo Prado que esfrangalha a increpação com duas linhas terminantes, em resposta à consulta de seu grande amigo: "Aceite, e se quiser levar-me para secretário aceitarei também."

Se lhe aproveitassem a sugestão, bem pode ser que ele evitasse o único deslize ocorrido no desempenho do mandato incomparável: a proclamação precipitada de um fracasso relativo. Os romanos ouviram de Ênio há vinte séculos a advertência que ouvimos de Foch há vinte anos: ninguém deve considerar-se vencedor, enquanto o adversário se não confessar vencido. Ora, nenhuma das partes poderá dizer-se vencedora ou vencida, em face de um laudo, que pretende inspirar-se na equidade, por não encontrar elementos para uma solução fundada no direito. Quem há, todavia, que não compreenda a amargura do patrono, diante do malogro parcial de seu trabalho gigantesco!

Ainda nessa provação a fortuna se lhe mostra compassiva. Porque mais justo do que o juiz na decisão do pleito se revela o cliente no julgamento do advogado; o que é de todo em todo excepcional em uma profissão como a

nossa, que comparte especialmente com a Medicina, o privilégio detestável de fazer ingratos.

Pela voz altíssima de Rio Branco e de Rui, a que outras se juntam, autorizadas, como a de Oliveira Lima, de cuja sinceridade não há suspeitar, a Pátria manifesta a Nabuco a admiração e o reconhecimento de que lhe é devedora; e, numa soberba reafirmação de confiança, manda-o logo após a Washington, como embaixador do governo e também como espécime enganoso da civilização do Brasil.

Tal o homem, rico de bens imperecíveis, que naquela tarde longínqua de 1906 acompanhastes através da cidade, a que voltava para cimentar a cordialidade e a compreensão entre os povos do continente; e, algumas noites mais tarde, ouvistes pronunciar no antigo Cassino Fluminense uma oração de serena e harmoniosa eloqüência, que cantando vos ficou para sempre na memória. Vendo-o, ouvindo-o, sabendo-o tão adulado pela vida, sentistes decerto no coração, como os jovens do meu e do vosso tempo, não o despeito rasteiro dos invejosos que lhe mordiam ou sujavam os calcanhares, mas o desejo impetuoso e salubre de chegar um dia à altura de seus ombros.

Quem vos diria então, Sr. Levi Carneiro, que ao termo de seis lustros, seríeis chamado pela justiça da Academia a receber em depósito o espólio aqui deixado por esse eleito dos deuses? E como poderia ele adivinhar que vos tinha indigitado ao sufrágio dos vindouros, quando reclamava que para esta Casa confluíssem todas as forças representativas de nossa cultura, todas as correntes poderosas de nossa inteligência?

Era com a latitude que às Letras confere Descartes no *Discurso do Método*, era assim que ele concebia o Instituto, de cuja fundação participara. Queria franqueá-lo aos valores autênticos da nacionalidade, que tivessem por denominador comum o espírito. Sonhava-o à maneira de um Senado do pensamento brasileiro.

Houve, o que é natural, quem impugnasse a fórmula, por muito ampla. Houve, o que é humano, quem se atrevesse a deformá-la e fraudá-la em proveito de vaidades arreadas de prestígio. Houve, o que é doloroso, quem a aplicasse, desvirtuada, à sucessão do próprio autor de *Um Estadista do Império*, de *Minha Formação*, de *Balmaceda*, substituindo-o por alguém que com a maior naturalidade proclamava conhecer-lhe apenas pela rama a produção literária.

A concepção que de sodalícios como este formava Joaquim Nabuco tem o abono insuspeito de Paul Valéry. Tanto basta para lhe demonstrar a exatidão: porque, no dizer de Proust, o encontro fortuito com um grande engenho constitui o único meio de verificação do acerto de nossas idéias.

Entre os encantos da ilustre Companhia, a que pertence, o delicioso estilista do "Cântico das Colunas" encarece o fato de se não tratar de simples coleção de literatos. É que dificilmente se entendem os oficiais do mesmo ofício; e, na melhor hipótese, a convivência não lhe dilata os horizontes. Enquanto que o comércio de personagens dessemelhantes, do filósofo com o militar, do historiador com o romancista, do diplomata com o filólogo, se processa à maravilha, indene dos atritos suscitados por dissidências de escolas e envenenados por ciúmes ou ressentimentos pessoais. São curiosidades que se abordam com prazer, interesses que se aproximam com proveito. Nada mais útil e saboroso do que colher ao acaso, de passagem, o fruto da experiência de outras vidas em domínios que a gente não conhece ou não freqüenta.

Causaria espanto a ausência de juristas em corporações assim constituídas. Há-os de sobra e em toda parte. Até no Céu, em que doa aos maldizentes. Lá se encontram cinqüenta, pelo menos, devidamente canonizados. É possível que os haja também no Inferno. Mas não é certo. O último recenseamento, de que temos notícia por um médico de Cleves, data do século XVI. Acusa a existência de 72 príncipes das trevas e 7.405.926 danados, precisamente, sem tirar nem pôr. Omite, porém, os dados referentes à profissão anterior dos condenados aos círculos dantescos; de sorte que nenhuma conclusão positiva nos permite.

Tão excusada seria a indagação dos fatos que levaram alguns colegas nossos à bem-aventurança, e outros, eventualmente, ao fogo eterno, quanto à enumeração dos motivos por que muitos encontram agasalho nos meios acadêmicos.

Haverá, com efeito, quem não saiba que a arma do causídico é a palavra? E que para a palavra o estilo significa o mesmo que para o aço constitui a têmpera? E que o advogado tem por missão precípua convencer os tribunais? E que não poderá fazê-lo, se incapaz de dizer o que pensa com limpidez são consubstanciais à sua nitidez e transparência? E que portanto o exercício de

vosso ministério exige, a par de qualidades insignes de outra ordem, virtudes eminentemente literárias.

Mais não é preciso para justificar a presença constante, em corporações desta natureza, de homens de vossa espécie. O exemplo vem da Academia Francesa, excelso paradigma de todas as congêneres. Já na sua origem se vislumbra a influência de um ex-advogado. Sujeito menosprezível aquele Boisrobert "causídico sem causas, sacerdote sem religião, poeta sem estro", que, depois de haver trocado a beca pela batina, passou a desempenhar junto a Richelieu os papéis de bufão e de novidadeiro, divertindo-se nas horas vagas em cavalgar um desasado Pégaso trotão. Foi ele, entretanto, quem sugeriu ao cardeal a transformação do modesto cenáculo de Conrart e seus amigos em instituição do Estado.

Essa, talvez, a nascente mesquinha da tradição multissecular que atribui às eminências da advocatura um lugar sob a cúpula. Aí se vêm sucedendo, quase sem descontinuidade, os mestres gauleses da eloqüência judiciária, desde Olivier Patru, a quem se deve a iniciativa dos discursos de recepção, e Malhesherbes, que em paga da defesa heróica de Luís XVI foi arrancado da tribuna para o cadafalso, até Berryer, Jules Favre e, em nossos dias, Henri Robert, tão apaixonado pela profissão que do trato diário dos auditórios se desenfadava, pleiteando a revisão dos grandes processos do passado perante a Corte Suprema da História.

O ADVOGADO

Sois digníssimo, por vários títulos, de figurar entre as forças espirituais a que aludia o fundador sobreeminente da Cadeira de que passais a ter de hoje por diante o condomínio.

Bem mereceis o elogio que fizeram certa feita de Pedro Lessa. O renome que vos ilumina o cimo da existência, talqualmente a claridade que sobredoira ao entardecer o viso das serranias, não é presente fácil do acaso, mas fruto de labor cansado e paciente. Em vez de subir, como tantos, de improviso, à feição da labareda que impetuosa se levanta e logo se apaga, ou à imagem da fumaça que rápida se eleva e se desvanece de pronto, crescestes com o vagar poderoso das árvores de lei.

Tanto que viestes ao mundo, alguém vos tomou nos braços descarnados. Nutriu-vos com o suco de ervas amargas e salutares. Enrijou-vos a vontade, brutalizando-a contra os obstáculos que multiplicava à frente dos deveres. Tornou-vos hospitaleiro o coração e intrépida a inteligência. Educou-vos no orgulho de só adquirir à custa do próprio esforço aquilo que se quer, e o segredo de fabricar a alegria com o trabalho. E só vos abandonou quando passastes da obscuridade à evidência.

Não era nenhuma dessas *miss* ou *fraulein*, a quem a preguiça elegante dos pais costuma delegar a formação moral dos filhos. Mas a Necessidade ou, mais cruamente, a Pobreza... companheira melancólica dos santos e dos poetas... operária mesquinha das obras heróicas... mestra insuperável, que, longe de propagar o desalento ou a revolta, como a miséria, sua irmã bastarda, ensina a temperança e a coragem, o poder miraculoso da energia, a eficácia magnífica do sacrifício.

Mal saído da adolescência, conquistastes em concurso o emprego que vos permitiu estudar. Não vacilastes em renunciá-lo obtido o diploma, como quem retira os andaimes, terminada a construção, e sozinho, desajudado, desconhecido, iniciastes a vida profissional. O gesto denuncia o que na vocação tendes de orgânico e de robusto no caráter.

Sonhastes, como sonham todos, com o primeiro cliente. Quem viria enviado pela Providência, ao encontro das forças que impacientes dentro em vós se acumulavam e comprimiam? Talvez (tudo é possível) um banqueiro, atraído pelo fulgor da placa novinha em folha e enganado pelo prenome israelita que recebestes no batismo. Talvez (a sorte é caprichosa) o autor ou, de preferência, a autora de um desses crimes passionais que asseguram a impunição ao criminoso e ao patrono a popularidade. Mas, como sempre acontece, começam a deslizar mansamente os minutos vazios, e as horas se escoam monótonas de ócio involuntário. Nada. Ninguém. A esperança vai fazendo abatimentos sucessivos. Até que um dia o encoberto se revela, o constituinte se traduz em carne. Que decepção! Em vez de Rotschild ou de Madame Caillaux, com que contávamos, surge o vendeiro da esquina ou o desordeiro suburbano. Por mais que tenha perdido em prestígio e imponência, na longa trajetória da fantasia à realidade, bendito seja o desgraçado que ingenuamente se entrega à inexperiência de um principiante!

O vosso não se apresentou sob o feitio planturoso do capitalista nem sob a espécie adorável da mulher bonita. Longe disso. Era um pobre velho, metido na cadeia pelo credor implacável. Não pudera pagar o empréstimo disfarçado em depósito. Quanto mais os honorários! Pusestes, entretanto, na defesa do coitado a argúcia e o entusiasmo com que na corte luminosa de Pórcia defenderíeis contra o ódio teimoso de Shylock o simpático Antônio; e, à guisa de salário, tivestes a emoção de ver dois olhos humildes afogados em lágrimas.

Outros vieram, cada vez mais numerosos e graduados, à proporção que em torno de vosso nome a estima dos colegas, o apreço dos magistrados, a irradiação de trabalhos forenses e doutrinários iam tecendo uma reputação crescente de competência e probidade. Chegou afinal o momento em que vos bateu à porta do escritório o maior dos clientes imagináveis. O mesmo que certa vez se confiou a Nabuco. Daquele velhinho anônimo que livrastes da prisão por dívida, ao Brasil, de que fostes o consultor jurídico, em fase de confusão e intranqüilidade, que distância incomensurável! Para vencê-la sem parar no meio do caminho, derrotado pelo desânimo, e sem perder o rumo exato, desgarrado pelas sensações, quanta firmeza nos propósitos, quanta perseverança nas virtudes, quantas imolações ignoradas pela incompreensão da clientela ou baldadas pela distração dos tribunais! Mas que ufania em triunfar lisamente como triunfastes, podendo afirmar, como fizestes, de cabeça erguida: "Nunca pratiquei a advocacia dos berros ou dos cochichos... nunca pedi para mim, nem me inculquei... nunca tive protetor, chefe ou patrono..."

Galgastes dessa forma, em diuturna e áspera escalada, as culminâncias da carreira que singularmente enobreceis e prezais.

Dissestes de público os motivos por que lhe benquereis, com ternuras de filho e extremos de namorado, "na sua beleza, na sua força, nas suas aflições; no que comporta de lealdade, abnegação, desinteresse; no que proporciona de independência, no que ensina de tolerância". Ninguém ama verdadeiramente senão aquilo em que de certa forma se reconhece. Tudo quanto a advocacia proporciona, exige, comporta e ensina, tudo corresponde aos instintos profundos e às tendências dominantes de vossa personalidade: temperamento combativo e apaixonado; vontade ciumenta de própria autonomia; caráter feito do mais indúctil dos metais preciosos.

Não vos limitastes a proclamar em páginas de fino lavor quanto amais o ministério que elegestes. Desse fervor, que amiúde é puramente retórico e platônico, haveis dado testemunhos cabais e repetidos.

Vossa, em boa parte a organização vigente da profissão. Vossa, a idéia da federação dos institutos regionais. Vossa, principalmente, a realização de um ideal que vinha de Montezuma, com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil, votada à seleção, disciplina e defesa dos interesses morais da classe. Dez mil confrades espalhados pela vastidão da terra comum vos ergueram à presidência do Conselho Federal, ou seja, ao governo supremo do organismo que os representa e coliga. Haverá quem reconheça em vós o generalíssimo do exército que nas trincheiras do foro se bate pela causa do Direito. Com o meu horror ingênito à ênfase direi singelamente que mais alto no conceito dos companheiros não poderíeis subir.

Preocupa-vos sobremaneira o decoro da comunidade. A vigilância que exerceis, entretanto, não é a de bedel rabugento, mas a de zeloso pai de família. Intransigente nas questões essenciais, tendes o bom senso de não tentar a admissão em nosso meio de regras e práticas forasteiras. Assim, nunca vos passou pela idéia a transplantação de normas vigorantes em França, por exemplo, onde os vossos confrades não podiam, até há pouco tempo, usar bigodes, e ainda hoje continuam proibidos de pleitear os honorários em juízo, de anunciar o local e o horário das consultas e até de possuir no consultório um divã, por mais estreito e menos profundo que seja...

Dentre as virtudes cardeais da corporação uma se destaca, sobreexcelente, que tudo vindes empenhando por conservar intemerata. É a independência. Quando consciente de sua missão, o advogado não se inclina senão diante da lei, não dá conta de seus atos senão a Deus, não se teme senão de si mesmo. É o que expurga da eiva de mercenário o serviço que prestais, mostrando, na expressão de um antigo, *quantum a famulato vestrum distat officium*; e é também o que vos confere a autoridade e impõe o dever de acudir em socorro das garantias individuais, contra os abusos da força e os desatinos da prepotência, venham eles do povo desvairado pelas paixões ou dos governantes embriagados pelo vinho alucinante do poder.

Em louvor da bravura com que sempre e em toda parte se tem havido a classe a que pertenceis, nada mais se poderá dizer depois de Rui naquela ora-

ção do Instituto que, pelo ímpeto marcial da argumentação e pela armadura inconsútil e rutilante do estilo, recorda o *sermo galeatus*, de São Jerônimo. Ninguém como ele, que nunca deixou de se erguer na defensão das liberdades públicas, sem indagar se contava amigos entre os opressores ou adversários entre as vítimas, ninguém encarnou melhor essas tradições de hombridade e denodo. Ao vosso lado estava a sombra augusta, Sr. Levi Carneiro, ditando-vos a atitude e abençoando-vos o gesto, quando, em pleno fastígio do último regime discricionário, lavrastes, com destemor e firmeza, o protesto dos homens da lei contra a idéia quase vitoriosa da dissolução do Supremo Tribunal; e neste lance o discípulo não desmereceu do mestre.

Se muito fizestes por manter ilibados os foros de nobreza moral da profissão, não menos vos tendes esforçado por lhe aumentar o lustre intelectual.

Demonstra-o a insistência com que vindes pugnando pela melhoria do ensino jurídico, e também a pregação, pela palavra e pelo exemplo, de que o curso de Direito não termina, como vulgarmente se pratica ou entende, com a expedição do diploma.

Só o leguleio e o rábula poderão satisfazer-se com o manuseio das leis, o convívio mesquinho dos comentários, o espiolhamento dos julgados. Para quem exerce honestamente a advocacia é necessidade vital fazer nas altas esferas da doutrina uma provisão diária de idéias gerais. Não lhe basta, porém, o conhecimento do Direito, por mais intenso e largo que seja. Ir-se-á definhando pouco a pouco, asfixiado insensivelmente no ar confinado da especialidade, se não mantiver escancaradas, de par em par, aos quatro ventos, as janelas do espírito.

Em verdade, não conseguirá desempenhar-se condignamente das funções do ofício quem se trancar a sete chaves dentro das preocupações quotidianas e dentro dos interesses imediatos, como dentro de uma cidadela cintada por muralhas de processos e guardada por meia dúzia de códigos. Por esses códigos que (diga-se de passagem) parecem intratáveis e truculentos aos profanos, mas que, no fundo, são ótimos rapazes, serviçais e amáveis, para quem sabe lidar com eles... Se atividade existe incompatível com semelhante impermeabilidade mental é exatamente a vossa. Porque nenhuma exige tão estreito e permanente contacto com a atualidade. Assim era ao tempo de Cícero, que já então reclamava dos confrades um saber enciclopédico:

Omnium rerum magnarum atque artium scientium. Que diremos agora, diante da complexidade crescente das relações jurídicas e quando o Estado se arroga a competência de regulamentar os próprios fatos da Natureza, desde o volume das safras até à reprodução da espécie? E como se há de ensimesmar, indiferente ao que passa lá fora, um homem arriscado a discutir com os técnicos no cível e no crime problemas de psiquiatria e de balística, de contabilidade mercantil e de genética, de arte e de finanças? Em que pese a Mallarmé, nem tudo quanto se faz termina em livro. Em autos, sim, é que tudo acaba nesse mundo.

Sois entre nós uma das expressões mais perfeitas dessa mentalidade arejada e expansiva, dessa curiosidade universal que ganha em superfície o que perde em profundeza.

Bilac não se cansava de afirmar que a vida é bela de qualquer maneira. Para vós, seja como for, a vida é interessante.

Foi em um congresso de eugenia que vos avistei pela vez primeira. Encontrei-vos depois no Instituto Histórico, no Reformatório de Menores, na Assembléia Nacional Constituinte, no Laboratório de Biologia Infantil, na Sociedade Brasileira de Educação; estudando em Oliveira Lima o historiador, em Nilo Peçanha o político, em Vilaespesa o poeta, em Ferri o conferencista, em Oscar Guanabarino o crítico, em Afrânio Peixoto o parlamentar, em Raimundo Correia o magistrado, o professor em Jimenez de Asua, o homem de ação em Mauá, o jornalista em Alcindo Guanabara; escrevendo sobre o desarmamento do Brasil e as caixas escolares, o problema universitário e o código de posturas de Niterói; discutindo questões de impostos e de política externa, e fazendo, no intervalo, crítica teatral. Diante disso não me causa espanto dar convosco no Pequeno Trianon, ansioso por saborear essa precária imortalidade, que só nos garante contra o esquecimento até à noite da posse de quem vier gulosamente preencher-nos a vaga.

Espírito assim, buliçoso e pugnaz, tinha de se decidir fatalmente ou pela Advocacia ou pela Imprensa. Escolhestes ambas as duas. Desposastes solenemente a primeira, que atraiçoais gostosa e ostensivamente com a segunda, a que destes aquele pedaço do coração, *animæ de dimidium*, de que fala o poeta latino. Nenhuma tem razão de queixa. Ao contrário. Jornalista e causí-

dico se completam, atenuando os defeitos naturais de um com os predicados congênitos do outro.

Daí o sainete de modernidade tão marcado nos livros, conferências e monografias que vos opulentam o acervo, e igualmente incisivo nos temas, na maneira de versá-los e no estilo.

O assunto, ides respigá-lo de preferência no direito público, mais sensível que o direito privado às influências do momento histórico e às flutuações da moda. Ainda agora estamos vendo as revisões profundas e as transformações radicais que, devido à situação criada pela guerra mundial, vem sofrendo o Estado em seu conceito e em sua estrutura. Esse o terreno de vossa predileção. Poucos terão feito mais do que vós para o entendimento e a divulgação dos princípios do regime, com os estudos que consagrastes à formação e à evolução do federalismo brasileiro, à função política do Judiciário, à definição da autonomia dos municípios, às diretrizes dos estatutos de 91 e 34.

Descaberia em assembléia desta ordem a análise de obra dessa natureza. Oportuno, porém, é acentuar a translucidez e a elegância da linguagem. Não vos classificais entre os oradores e escritores pelintras, que parece estar sempre de cartola, polainas e monóculo; nem tão-pouco no rol dos que falam e escrevem descompostos, em chinelos e de mangas arregaçadas. Evitando com o mesmo escrúpulo a janotice e o desmazelo, dais testemunho de discernimento literário.

Outra circunstância a relevar é o espírito emancipado, rebelde ao cabresto dos preconceitos, de que dais prova. Nenhuma classe, como a dos juristas, merece o nome de conservadora. Na resistência às inovações entra um pouco de preguiça: custam sobremodo a renúncia de hábitos inveterados, o repúdio de estradas conhecidas, o abandono de idéias correntes. Mas entra boa porção de sabedoria: as reformas políticas e sociais não conseguem geralmente senão pôr uma injustiça no lugar de outra; e as modificações da legislação ordinária se limitam quase sempre a substituir defeitos velhos, que a prática já ensinou a suportar com paciência ou a contornar com habilidade, por inconvenientes inéditos, que só depois de longos anos a gente aprende a remediar. Ainda neste ponto sabeis guardar o meio-termo. Não tendes nem o fetichismo do que se foi, nem a fobia do que há de vir; mas encarais com

admiração o passado, e o futuro com simpatia. Venerais, por isso mesmo, os clássicos do Direito, pensando todavia com os mestres contemporâneos.

Até na maneira de tratar a matéria denunciais que permaneceis integrado em vosso tempo. Sirva de amostra a polêmica referente à mudança de nome por interesse comercial, em que reforçais a argumentação doutrinária, não com citações de Silva Lisboa ou de Ferreira Borges, mas com a inesperada abonação da *Bugrinha*, de Afrânio Peixoto... Quantos precipícios vos separam do jurisconsulto lembrado por Vicente de Carvalho, que já nos primeiros dias deste século pedia subsídios a Aristóteles, para interpretar um texto da Constituição Federal!

O LEGISLADOR

Nem só por elevar o nível moral e intelectual da corporação vos haveis afadigado e consumido.

De vós se dirá sem favor o que em louvor de um coetâneo escrevia Saint-Simon: tendes "o coração e o espírito cidadãos". Assim, não compreendeis o foro senão dentro e em função da cidade. Pensais com acerto que ao advogado não será lícito circunscrever a sua atividade à estreiteza do círculo forense na defesa de interesses particulares. Outra missão de caráter social, relevante e inelutável, lhe impõe a investidura. Corre-lhe antes de tudo a obrigação de cooperar na educação das massas, fazendo, mediante a apologia das soluções legais, a profilaxia das reivindicações violentas e trabalhando por que se torne cada vez mais esclarecida e vivaz a consciência jurídica da nacionalidade. Incumbe-lhe também o dever de acompanhar e orientar a ação legislativa. A lei não pode conservar-se, como tantas vezes acontece, indiferente à vida. As fórmulas acanhadas e enferrujadas, a que em certa ocasião aludistes, hão de ceder fatalmente à pressão dos fatos. Nesse esforço diário por conformar a lei antiga com as imposições do momento não há quem sobreleve aos causídicos que, dentre os juristas, representam "o núcleo central, mais numeroso, mais ativo, mais vibrátil". Estão naturalmente indicados para apontar à picareta dos demolidores as partes ameaçadas de ruína e à diligência dos operários as reparações e ampliações urgentes. Atuarão destarte como força de

moderação e equilíbrio, impedindo a um tempo que a legislação fique atascada na rotina ou se despenhe no desconhecido.

A influência que reclamais para os vossos na criação ou definição do direito positivo não será eficiente, senão quando exercida dentro do órgão destinado a elaborá-lo. De onde a necessidade, que reconheceis, da assídua intervenção da classe na vida pública e particularmente na esfera parlamentar. Não para disputar posições ou cargos, deixando-se envolver em competições mesquinhas, ou embair pelas mentiras enfáticas das facções. Mas tão-somente para imprimir à lei a forma adequada, insuflar-lhe o sentido humano, saturá-la de justiça.

Metido em meio tão virulento, será difícil ao jurista conservar-se imune à infecção partidária. Não é impossível, entretanto. Demonstra-o o vosso exemplo.

Vencedor o Movimento de 30, recusastes a pasta de ministro, no que fostes coerente porque a aceitação importaria em comparticipação política. Obediente, porém, ao programa que aos colegas havíeis traçado, assumistes o encargo de formular as chamadas "leis orgânicas" do Governo Provisório, que nos salvaram da completa subversão do regime; e arcastes a seguir com uma responsabilidade extenuante de presidir à revisão das codificações vigentes e à organização de outras, de que sentíamos a carência.

Vieram depois os dias amargos e heróicos da Constituinte. Muitos e notórios são os defeitos da construção levantada, mercê de um milagre de energia, àquela hora incerta naquele chão trepidante. Nem poderia ser de outra forma, porque as circunstâncias desfavoráveis do instante centuplicavam as dificuldades inerentes à tarefa de tamanha delicadeza e gravidade. Proliferavam, com efeito, ideologias daninhas; impacientava-se a opinião; adensavam-se as ameaças de dissolução pelas armas; o que tudo nos intimava à terminação imediata da obra iniciada, recusando-nos o vagar necessário ao desbaste e polimento. Pecaria assim contra a equidade quem levasse todas as imperfeições à conta da possível imperícia dos obreiros ou da suposta inferioridade mental de uma assembléia, em que a presença de alguns frutos abortícios e pecos do sufrágio era ofuscada pela claridade que irradiavam sabedores do valor de Carlos Maximiliano, Raul Fernandes, Levi Carneiro, e letrados da

categoria de Miguel Couto, Augusto de Lima, Olegário Mariano e Fernando Magalhães.

Do Palácio Tiradentes se dirá com acerto o mesmo que do Palais Bourbon dizia Maurice Barrès: temos ali o mais rico dos nossos museus etnográficos. Não é, pois, de admirar que nele se processe fenômeno idêntico ao observado por Eugène Melchior de Vogüé e Louis Madelin no Parlamento francês. Transparecem a cada instante, nos debates e votações, nas querelas de grupos e desavenças individuais, a influência subterrânea, a sobrevivência teimosa, a repercussão atávica dos ódios raciais e das lutas religiosas, das rivalidades regionais e das rixas de família, que dividiram os antepassados e continuam a separar os descendentes.

Na Constituinte de 1934 as diferenças de mentalidade e as paixões ancestrais exasperadas por fatos recentes favoreciam o desentendimento e propiciavam a confusão. Mais de uma vez concorreu a vossa palavra serena e lúcida para conjurar os conflitos e clarear as controvérsias.

Ganhastes, por isso mesmo, desde logo, autoridade e prestígio. Ninguém vos excedeu em capacidade de trabalho, limpeza de atitudes, fidelidade aos princípios. Desempenhando com exação insuperável o mandato recebido da classe, não fostes senão um causídico a serviço da Pátria, e nesse augusto patrocínio sempre vos houvestes com a intrepidez e a probidade impostas pela ética profissional.

Dessa diretriz intorcível não vos tendes apartado na Câmara dos Deputados, aonde vos enviaram depois os conterrâneos.

Acertaram esplendidamente os fluminenses. Nunca se fez mais precisa a interferência de homens de letras e juristas de vosso quilate no corpo legiferante. Dia a dia se vai agravando a situação deprimente denunciada por jurisconsulto patrício: na interpretação dos textos legais devemos ter em vista que o legislador brasileiro não conhece o vernáculo e não sabe Direito.

Dessa inópia sobejam os depoimentos e alastram-se os malefícios. Caiu em terra sáfara o ensinamento de Rui, quando acentuava que essenciais à eficácia da determinação legal são "a simplicidade, a clareza, a transparência; porque se não tem vernaculidade, clareza, concisão, energia, a lei não se entende, não se impõe, não impera: falta às regras de sua inteligência, de seu decoro, de sua majestade". Em vez de se aproximar, a legislação da República foge

desse ideal a passos largos, tresmalhada pela displicência de uns, tangida pela ignorância de outros.

Quando raiará o dia, anunciado por Edmond Picard, em que neste domínio voltem a reinar a força, a vetustez e a graça? Quando se decidirão de novo os legistas a falar com a sobriedade elegante de um Celso, com a nitidez lapidar de um Modestino? Quando tornarão a fazer, como os romanos, de cada preceito de lei uma jóia literária, uma obra em que a Arte exerça, no dizer baudelairiano, a doçura de sua autoridade?

A Arte, sim. O Direito exige de seus cultores a lucidez do pensamento e a perfeição da forma. Porque esta dá relevo e contorno àquele, como o recipiente ao líquido; e só a palavra publica a verdade, iluminando-lhe os mais distantes recessos, como, na imagem de Rodolfo Sohm, o relâmpago, que rasga de repente a escuridão e desvenda a terra e o céu até a linha derradeira do horizonte.

Vem-nos irresistivelmente à lembrança o que a propósito escreve Ihering. Para o famoso romanista a matéria jurídica é essencialmente poética, no que entende com a defesa da personalidade. A beleza do Direito (acrescenta ele) não está naquilo que exclui a luta, mas, ao revés, em tudo quanto a implica e pressupõe. E prossegue: íntima e eterna é a concordância entre a beleza e a luta. Manifesta-se na *Ilíada*; esplende nos prodígios da estatuária grega; persiste em nossos dias. O que denota que para os artistas não há talvez manancial de inspiração generoso como a peleja, em todas as suas modalidades, do homem contra o homem, contra a natureza, contra o destino.

GREGÓRIO FONSECA

Acabo de recordar uma página digna de servir de prefácio a "A Estética das Batalhas", de Gregório Fonseca.

Nobilíssima figura a de vosso antecessor. Testemunham-no as saudades de quantos o conheceram neste mundo, e não foram muitos, porque passou de mansinho, sem fazer barulho, embuçado na modéstia. Confirma-o o estudo vibrante de sensibilidade e simpatia, em que lhe analisastes a existência santificada pelo trabalho e orientada para os mais altos ideais, e a produção

exígua, mas lavrada a capricho, de quem não confunde a popularidade com a glória e prefere ao favor barato das multidões o apreço dos entendidos.

É tão completo e fiel o retrato que acrescentar-lhe traços ou retocá-lo seria pecado a que me não atrevo.

Ninguém diria ao ver aquele homem tão retruso e retraído o que nele havia de ternura humana e de força espiritual. Longo, meio arcado, com a fita branca do bigode marcando o lábio pontudo, o nariz projetado em curva, os olhos mansos apagados pelas lentes de míope, era assim, tal qual o fixou um instantâneo feliz de Ribeiro Couto, que o víamos chegar a esta Casa. Parcimonioso nos gestos, amável sem demasias, era discreto em tudo: no trajar, no dizer, no tratar com os grandes e os pequenos. Atento às palestras e aos debates, quase nunca descerrava os lábios. Adotava gostosamente a atitude, em que se compraziam Schumann e Gabriel Fauré: quedar-se calado em boa companhia; gozar, sem o travo da solidão, a volúpia do silêncio. À glória da criação artística preferia confessadamente as delícias da contemplação. Lembrava um pássaro canoro, que ficasse a ouvir, enlevado e extático, noite e dia, o gorjeio dos outros, esquecido de que tinha uma voz igualmente maviosa e também sabia cantar.

Tudo em sua vida e em sua obra denunciava achar-se desorientado no tempo e deslocado no espaço.

Nascera em 1875 na cidade rio-grandense de Cachoeira. Mas por engano. A alma fora, há quase dois milênios, modelada para se encarnar em um ateniense da época de Péricles. Perdeu-se, porém, no caminho, e demorou-se a vagabundear pelos intermúndios; até que certo dia resolveu descansar no corpo em disponibilidade de um nascituro. Quando deu acordo de si, era tarde. O gauchinho não quis mais largá-la. Daí, a tragédia de um espírito condenado a viver longe da hora e da terra a que o haviam predestinado. De outra forma não se explica a saudade, absurda, mas sincera, daquele panorama que "do alto da Acrópole, à sombra da Atena Promachos", se descortinava, harmonioso: "Ao longe o mar, o Pireu, Salamina; no recorte do horizonte, alto, o Olimpo, morada dos Deuses; o Himeto, o Pentélico, a furna dos mármores; e embaixo a cidade feliz", coroada de violetas, em que vive um povo que, no dizer de Taine, tem sempre vinte anos.

Namorado dessa Hélade convencional e literata dos livros e dos museus, foi-lhe clemente e não malvada a sorte, poupando-lhe o desencanto inevitável da presença real. Sentiria ele, se visse com os olhos da carne os restos da Antiguidade grega, *les beaux marbres divins épars sur le rocher*, a exatidão do que disse alguém: não é impunemente que mil e novecentos anos de Cristianismo nos separam do Partenon.

Isso mesmo, sem ter confrontado o sonho com a realidade, isso mesmo ele compreendeu no declínio da vida. Encontrou-se por acaso, não sei onde, com o pobrezinho de Assis. Começou a freqüentá-lo. Empurrado suavemente pelo frade, ajoelhou-se um belo dia no confessionário e se aproximou depois da mesa eucarística. Viu então que o Deus criado pelos homens, e por ele descrito como simples "episódio da luta", não passava de ídolo de barro grosseiro ou, quando muito, de estátua de pedra inanimada e fria; e descobriu que o Olimpo era apenas um mísero grão de areia ao pé do Calvário.

Estou certo, Sr. Levi Carneiro, que lá onde recebeu "da Suprema Justiça e do primeiro amor o julgamento e a imortalidade", o julgamento misericordioso e a imortalidade verdadeira, Gregório Fonseca aprovou a vossa escolha. Não impressionado pelos títulos de benemerência, que sumariamente arrolei, mas porque amigo de quem, no conceito de Martins Fontes, "a tudo amou a si", e devoto daquele que se confessava irmão da morte e das estrelas, da água e do fogo, dos lobos sanhudos e das queridas "florinhas entre as ervas escondidas", ele situa e exalta acima de tudo quanto haveis feito pelos homens o que fizestes certo dia pela árvore, nossa irmã.

Lá está no código florestal uma disposição de vossa autoria, que autoriza o poder público a impedir a derrubada ou corte da árvore isolada. Não mais se verá, com a cumplicidade insensata do Estado, "o excídio hediondo, o crime sem igual", que Alberto de Oliveira amaldiçoou em versos imortais. Não mais poderão a estupidez ou a ganância empobrecer e conspurcar a paisagem, com a destruição de buritis glorificados pela tradição, de jequitibás magnificados pelos séculos, dessas maravilhas de que só a Natureza tem o segredo.

Obra de poeta, de poeta involuntário ou inconfesso, o preceito, com que abristes na aridez da lei um hiato de frescura e de beleza. Porque o poeta é isto mesmo: alma, em que se inscrevem, como numa placa sensível, os arre-

pios de medo, os frêmitos de prazer, as vibrações de entusiasmo, as crispações de dor de todas as criaturas, e onde se refletem, como num prisma de cristal, em seu esplendor limitado ou em sua infinita miséria, todas as coisas do universo.

Discurso do
SR. CASSIANO RICARDO

e

Resposta do
SR. GUILHERME DE ALMEIDA

Sessão solene extraordinária
do dia 28 de dezembro de 1937

I

DISCURSO DO SR. CASSIANO RICARDO

Senhores acadêmicos,

A Cadeira que venho ocupar tem, para o meu caso, além de sua imensa significação cultural e moral, dadas as glórias imortais que tanto a ilustram, uma significação particular não menos tocante.

Nela sentou-se Paulo Setúbal.

Paulo Setúbal, para mim, realizava a beleza a dois modos: como amigo e como escritor. Ele era o meu escritor, não porque fosse o meu amigo. A amizade, por mais fraterna que seja, não nos faz descobrir escritores. Muito ao contrário, os críticos que o digam, cria uma situação terrível entre nós e os nossos amigos que dão para escritores ou poetas e que brigam conosco quando saltam pela porta da amizade adentro, num dia de muita festa, e não pela porta da admiração, num dia que tanto pode ser de festa como de lágrimas... Não há amizade possível, embora dotada de todos os recursos humanos de indulgência, que conspire em favor da admiração quando esta não se justifica, não se impõe vitoriosamente por si mesma. Porém, não há nada que mais conspire em favor da amizade do que a admiração, quando as duas se encontram juntas; isto é, quando o escritor nos apresenta o amigo.

O amigo escritor vive em desencontros insanáveis com a nossa sensibilidade. O escritor amigo é um amigo que sempre se encontra conosco, embora através de todos os disparates de tempo e de lugar.

Quando estou triste, leio Musset. Se a minha tristeza tem um sabor português (há uma tristeza para cada terra) recorro ao Antônio Nobre que é mais chegado à intimidade de minha raça. Quando estou áspero, exaltado no meu apego à terra, leio Euclides de *Os Sertões*. Quando necessito de mocidade para meu espírito, leio o velho João Ribeiro nacional ou o velho Bernard Shaw estrangeiro. Quando fico meio céptico, que fazer? Sirvo-me do Anatole dissolvente para dissolver em água-de-rosas o meu cepticismo. Quando me ponho a brincar com realidades mais sérias, leio o incrível Wells. Quando quero escarnecer dos homens, leio Voltaire. Quando estou farto de artifício literário e procuro maior soma de verdade humana e profunda, leio Cervantes. Quando me enfastiam as verdades correntes ou os conceitos usuais da vida, agarro-me a Chesterton. Poderia fazer o contrário: ler Voltaire ou Juvenal quando me sentisse triste e Musset ou Antônio Nobre (ou o nosso Rodrigues de Abreu, tão humilde na sua desesperança) quando me sentisse alegre. Mas não. O mal cura-se com o próprio mal. O bem paga-se com o próprio bem. A estante de minha sensibilidade é feita de momentos. E cada escritor tem, aí, o seu momento próprio e inevitável. Também, quando quero ser simples ou ser eu mesmo, expulso essa gente toda do meu convívio. Abro a janela que dá para a vida e restabeleço, como disse alguém, as minhas relações líricas com a Natureza. E faço de cada dia uma página branca. E faço de cada noite uma reticência de estrelas...

A essa lista poderia eu acrescentar agora: quando penso nos destinos de minha Pátria, entre os escritores que mais leio está Paulo Setúbal.

Paulo Setúbal ocupa, portanto, em minha sensibilidade quotidiana, um lugar permanente. E, na estante que dedico aos escritores de cada momento, o momento mais bonito: aquele que reservo para os meus exercícios de sinceridade.

UM SILÊNCIO SÚBITO, DEPOIS DE UMA FESTA

Ao tomar posse desta Cadeira, tenho diante dos olhos a sua silhueta loura, que era o seu encanto pessoal. Relembro o colorido de sua prosa que era interjetiva e ágil, nunca reticente; o seu espanto, que era o sinal de sua criancice em face das coisas que sempre lhe pareciam "nunca vistas", desde as

mais fabulosas até às mais humildes; o seu "saber contar" que era uma espécie de fabulário vivo, um desenho animado em que o movimento cinemático se completasse com um lápis de cor; a sua bondade tipicamente brasileira, tão original que só existiu porque ele existiu; o seu coração, onde nunca se chamou pela alegria que ela não respondesse "presente"; o seu entusiasmo, que era um incêndio; o seu amor pelas coisas do Brasil, que era o traço mais agreste da sua sensibilidade; a sua simplicidade democrática, que era instantaneamente fraterna e acolhedora; a sua alegria de viver, que era uma festa permanente; a sua inteligência generosa, que era o caso único do escritor que exultava mais com o triunfo alheio do que com o seu próprio triunfo; a prodigiosa inquietação da sua curiosidade, que era o seu Currupira interior. E o seu barulho festivo para falar? A palavra era o seu meio direto de dizer as coisas. Nisto ele foi também diferente de todos nós, que encontramos na palavra o nosso inimigo número um, toda vez que somos sinceros. O silêncio e os grandes homens silenciosos!, exclamava Carlyle; fora preciso que lhes erguêssemos altares de adoração universal. "Se quiserdes ser sinceros para com alguém, calai-vos", disse o pensador do *Tesouro dos Humildes*. Tem-se a impressão, realmente, de que a palavra foi inventada para evitar a coisa imensa que seria uma criatura impossibilitada de mentir. No entanto, a verdade é que Paulo Setúbal conseguiu desmentir esses conceitos clássicos de sabedoria. A sua alma se fez tão sincera que nunca conseguiu esconder-se por detrás das palavras. Nem mesmo das palavras bonitas que seriam tão bonitas como a sua alma. Se há os que, para serem sinceros, é necessário que fiquem quietos, Paulo Setúbal podia fazer o contrário: ser sincero quando falava. Por isso mesmo os seus romances parecem inimigos do silêncio. Ao lado de muita cor e de muita coruscação, está, em todos eles, uma espécie de pensamento em voz alta. Cada escrito seu não podia deixar de ser o seu retrato, pois era a sinceridade protestando aos ouvidos da gente. Sugere a suposição de que Paulo escrevia querendo que o leitor não fosse surdo. Ou lançando mão do seu estilo gritado para que o leitor não o lesse apenas, mas também o ouvisse. Não sei se, para uma vocação tão incoercível para a palavra falada (ao ponto dele escrever falando), o silêncio seria insuportável. Só sei que Paulo seria inexpressivo quando em silêncio. É que há momentos e circunstâncias em que o

silêncio é insuportável, em vez de merecer aqueles "altares de adoração universal" a que se referia Carlyle.

Já escreveu alguém sobre o absurdo de uma multidão silenciosa. Ao lado desse, haverá muitos outros absurdos causados pelo silêncio. O maior de todos, porém, era Paulo Setúbal em silêncio.

A casa estava iluminada. Havia lanternas de todas as cores. Mesmo à noite, cantavam todos os pássaros pensando que era dia.

Nisto, apagaram-se todas as lanternas e calaram-se todos os pássaros.

Paulo tinha morrido.

Ninguém, por isso, se conformará nunca com a sua morte, que foi um silêncio súbito depois de uma festa.

O ÚNICO LIVRO QUE ME FEZ CHORAR

Naqueles momentos que explicam a preferência de nossa sensibilidade por certos escritores, não falei senão dos que fazem rir e dos que fazem pensar. Um livro que faça chorar é, em verdade, o mais raro de todos... Pois Paulo Setúbal escreveu, já nos últimos dias de sua existência atribulada, um exemplar dessa espécie de livro que há muito tempo o mundo não conhecia mais.

Por certo que, na estante dos nossos momentos de alegria e de tristeza, não queremos livros que nos magoem. Há umas lágrimas que machucam a alma da gente: são as lágrimas do raciocínio; verdadeiras lágrimas de sangue, choradas pelos crucificados intelectuais. Mas há outras, que lavam o espírito, como uma chuva boa lava o céu. Homem não é só "o que não chora em presença da morte", como o daquele "I-Juca-Pirama" de que nos fala o poeta indianista. Homem é o que chora em presença dos... que choram. O verso de Horácio continua a ser exato: se você quer que eu chore, chore você primeiro. Pois bem, as lágrimas que o livro de Paulo nos faz chorar são amigas e generosas, fecundas e benfazejas. Brotam como estrelas, em silêncio. Há uma felicidade gostosa em senti-las brotar dos olhos. Não são lágrimas por obrigação. São singelas; destinam-se a provar que temos uma alma, neste mundo que está ficando sem alma. Até nisto ele foi um bom. Em fazer chorar as pessoas que necessitam de lavar a alma com lágrimas.

Chorar sem tristeza, sem filosofia. Mas pelo encantamento de limpar a alma.

Paulo escreveu o único livro que me fez chorar.

A HISTÓRIA DOS PONTOS DE EXCLAMAÇÃO

No entanto, eu o conheci novidadeiro. Contador incorrigível de anedotas. Alvissareiro como um raio de sol. Jamais triste, encorajado.

Verdade é que a sua alegria já era comovedora. A gente pensava logo na doença que o ia minando... minando como infiltração d'água silenciosa que trabalhasse na destruição subterrânea daquela casa em festa que foi a sua alegria.

Ah! o seu modo de contar – quem não se recordará? – era o de quem tinha visto coisas do arco da velha. E mesmo quando ele nos contasse o que tinha visto no "mundo feio", o seu modo de contar era tão pitoresco que, na linguagem do caboclo, "o feio se disfarçava tanto que quase ficava bonito". E não se tinha tempo para dar um aparte. Ele falava como um tagarela depois de ter visto uma estrela cair do céu, mas que encantamento ouvi-lo. As menores coisas lhe mereciam a mais buliçosa admiração. "Um dia, conta Monteiro Lobato, ele amanheceu romancista histórico, e fui eu ainda o seu editor. *A Marquesa de Santos* só teve do meu lado uma objeção. Havia nela pontos de admiração que davam para cem romances do mesmo tamanho. Sempre foi, acentua o grande escritor de *Urupês*, em cartas e na literatura, uma das inevitáveis exteriorizações de Setúbal, esse gasto nababesco de pontos de admiração. Por ele, todos os demais pontos da série desapareciam da escrita, proscritos pelo crime de secura, frieza, calculismo, falta de *elã*. Objetei contra o excesso de pontos de admiração e consegui licença para uma poda a fundo. Cortei quinhentos. Setúbal concordou com a minha cruel mutilação; mas suspirando, e na primeira revisão de provas não resistiu: ressuscitou duzentos."

O fato contado por Monteiro Lobato é típico.

Quando falava, porém, Paulo Setúbal não era só admirativo, porém interrogativo a mais não poder. Parecia estar descobrindo o mundo, a todo momento, com as rápidas interrogações do seu Currupira interior: a sua curiosidade.

Só interrogam assim os sábios e as crianças. Estas porque querem saber, aqueles porque não sabem ainda...

VIDA INQUIETA

Tatuí, 10 de janeiro de 1893.

Dia de ano-bom. Devia ter sido um dia cheio de sol aquele em que Paulo Setúbal nasceu.

1898, ainda em Tatuí.

Falece-lhe o pai, quando ele contava apenas cinco anos de idade.

Família numerosa, constituída por Paulo e mais oito irmãos, desajudados de bens de fortuna. Primeiras letras na escola de seu Chico Pereira, o homem que vendeu tudo quanto possuía para repartir com os pobres.

1904, mudança para São Paulo. Matrícula no Ginásio do Carmo. Seis anos de curso, classificação do jovem estudante entre os cinco que mais se distinguiram na sua turma. 1910, Faculdade de Direito e participação intensa de Paulo na vida intelectual da época. Primeiras aspirações intelectuais em 1912. Professor de um colégio de bairro e do Colégio Arquidiocesano. Havia também de trabalhar num jornal qualquer, como crítico ou, em última hipótese, como redator. Conversa rápida com o diretor. "Pois bem, já que não há vaga na redação, aceito o cargo de revisor." Primeiro triunfo literário com a publicação de uma poesia no jornal em que trabalhava e promoção de revisor a redator. Em 1914, bacharel em Direito. Certo dia, porém, fraco do pulmão e seis meses fora da capital para ficar curado. Mas como viajar sem recursos? Sua mãe não vacila. Viúva intemerata e santa, vende a única jóia que possuía e arranja-lhe o necessário. Quando parecia curado, isto em 1915, nova viagem. Desta vez para Lages, em Santa Catarina. Dois anos depois, de regresso a São Paulo e cheio das mais radiosas esperanças. 1922, casamento com D. Francisca, que tão bem o compreendeu e que tão carinhosamente havia de colaborar nos seus triunfos. Logo em seguida, escritório de advocacia, mas a profissão era incompatível com a sua sensibilidade. Em 1928, Câmara dos Deputados Estaduais, mas a política não o seduziu. Publicação dos seus primeiros romances históricos. Tiragens como nunca se fizeram em nosso País. Renome literário e Academia Paulista de Letras. Até que, em 1935, Academia Brasileira de Letras e Paulo Setúbal metido, como ele próprio se descreve, "em ilustre fardão verde, todo recamado de alamares de ouro", naquela noite

que foi "a sua fulgurante noite, a mais fulgurante que possa ambicionar um escritor no Brasil".

Vida inquieta, rápida, cinematográfica.

O GAROTO DE TATUÍ

Ninguém diria semelhante coisa, mas havia, em Paulo Setúbal, um drama espiritual que só os seus íntimos conheceram.

Quando menino, correu-lhe a vida de garoto dentro de um mundo inocente e desprevenido, sem deformação.

Andou o Paulo de calça curta, brincando com moleques de todas as categorias, provindos das mais humildes camadas sociais. Reinador como todos, gostando de armar arapuca na caça aos canários, mas cumpridor de suas já árduas obrigações de menino educado na escola do dever e da disciplina. Com que surpresa de linguagem ele nos conta o caso das vacas leiteiras que lhe davam tanto serviço, quando se metiam no mato. Parece que estou vendo o serelepe louro que ele havia de ser, tocando o gado para o pasto. De repente, os animais lhe escapuliam susurucando na capoeira. E daí? Era um deus-nos-acuda para encontrá-los e reconduzi-los ao caminho. Foi por causa dessa luta quotidiana que ele resolveu recorrer, certo dia, aos bons ofícios de Nossa Senhora. Se o gado não passarinhasse mais, se não o obrigasse a andar machucando os pés nos estrepes, havia de crescer e... ser padre.

Mais um ano de desassossego, naquele ambiente sem morros, com os seus "milharais embonecados", e o seu Chico Pereira – o pai da pobreza e da garotada de Tatuí, homem que sabia aconselhar muito bem – lembrou que o menino precisaria estudar em São Paulo. Era muito inteligente, não havia de ficar perdendo tempo em caçar canários.

E dito e feito. Vendendo, com sacrifício, o pouco que tinha, sua mãe decidiu trazê-lo para a capital.

O N.º 18 NÃO RESPONDEU

Na roça soubera ele a história do Cererê, do Boitatá e de outras crendices que foram o seu primeiro contacto com a alma ingênua da terra.

Na cidade, deram-lhe naturalmente as fábulas de Grimm e a história do Pequeno Polegar para ler, mas as diabruras do Saci e do Prequeté lhe pareciam mais camaradas.

Por fim, na capital, feitos os exames de admissão, tinha ele que atravessar seis anos de curso ginasial. Seis longos e divertidos anos em que a má companhia (como ele próprio diz) de outros adolescentes tanto malefício lhe causou para os sentimentos religiosos. Ouvindo conselhos dos bons maristas, de dia; de noite, pintando o sete em companhia dos pândegos. Assistindo missa, de manhã; de tarde, lendo *A Velhice do Padre Eterno* e outras blasfêmias de Junqueiro. Estava Paulo na idade em que se acha bonito dizer blasfêmias, bonito ser triste. O achar bonito é que, nessa altura da vida, nos atrapalham os demais sentimentos. Entre o que é bonito fazer com ostentação e o que é preciso fazer obscuramente, a gente prefere a primeira hipótese. Paulo era mais sensível ao achar bonito (fazer um discurso, por exemplo) do que ao ficar quieto (praticar um ato de contrição, por exemplo). Mas eu não acredito que ele, embora deformado pela poesia dos hereges tivesse chegado a ser anticristão. Acredito mesmo que ele, como acontece a todos nós, teria lido outras páginas tão bonitas como as blasfêmias, em resposta a tais blasfêmias. Alguém lhe teria mostrado, forçosamente, a imagem de Sena Freitas a propósito do poeta genial: "Até aí Deus prova a sua infinita misericórdia, dotando de extraordinário talento aquele que nasceu apenas para injuriá-lo e para caluniá-lo. Deus é como o sol: doura a nuvem que o tenta encobrir." Bonito por bonito, a resposta do padre ilustre era mais verdadeira e mais comovente.

Se Paulo não optou por ela foi porque havia uma atitude literária perniciosa, que o tirava de si mesmo e o levava a ser outro.

Desencontros naturais da adolescência, que se explicam facilmente.

Terminado o curso, convidaram-no para irmão da Ordem, por ter sido um dos cinco alunos que mais se distinguiram. No dia da entrada, ao vestir o hábito de noviço, "tocado pela avassaladora religiosidade do ambiente" ficou "profundamente comovido". Matriculado na Faculdade de Direito, o latim do *Corpus Juris Romanorum* despertou nele (força do subconsciente) a lembrança do *Refugium peccatorum* e, portanto, a promessa de ser padre, feita em menino. Certo dia tomou mesmo a deliberação de cumprir a promessa e foi falar, a respeito do caso, com o diretor do ginásio onde se formara.

Levado por este à presença da autoridade eclesiástica, competente para resolver a questão sentiu novamente "os olhos embaciados de lágrimas".

Mas os amigos, os tais das "patuscadas folionas", escarneceram dele. Eram risadas sobre risadas, quando souberam de sua resolução verdadeiramente fora de propósito. Resultado: no dia da chamada o n.º 18 não respondeu.

ENCONTROS E DESENCONTROS

Depois de muitos encontros e desencontros consigo mesmo Paulo Setúbal passou a residir em São José dos Campos.

Foi em minha cidade natal que ele viveu a última fase de sua vida. O ambiente pacato e pitoresco, a certeza de que a saúde era um bem precário, a maior compreensão do mundo, as horas de silêncio (um silêncio paradoxal, em meio de tanta alegria espetaculosa), tudo isso terá influído na reconquista que, aos poucos, ele vinha realizando de sua própria personalidade.

Um dia, porém, revendo papéis acumulados na gaveta, deu com os originais de um romance de costumes que escrevera havia alguns meses atrás. Não o publicara por ter reconhecido que o assunto, embora interessante (a fixação de certos vícios sociais), não era dos mais... católicos. Mas, bem pensando, que tinha arte com religião? Não era o caso, então, de entregar ao editor um trabalho que só poderia contribuir para o seu renome literário? Pois que levasse o diabo, publicaria o romance de qualquer jeito. Havia escrito muitos livros de poesia e de novela histórica, mas aquele... aquele era o melhor de todos. Mandou passar a limpo os originais, deu-lhes o último retoque e todos os pássaros da alegria lhe cantaram na alma; porém, qualquer coisa mais séria do que os pássaros lhe pespegou uma cutilada bem no fundo da consciência: aquele livro não devia ser publicado. Não correspondia mais aos seus sentimentos cristãos. O Paulo que ele havia sido nos seus desencontros espirituais consigo mesmo, isto é, o Paulo criado pelos outros, dizia-lhe francamente que publicasse o livro. Mas o Paulo que ele passara a ser, nos últimos anos de sua vida, dizia que não e que não. Só quem já sentiu esse embate secreto entre o "eu" ainda puro e não deformado e o "eu" artificial e poderosíssimo que é o produto de todas as deformações quotidianas é que sabe avaliar bem a tragédia imensa que se passou no seu íntimo, no recesso da

sua consciência. Se uma voz lhe ordenava, firme: publique o livro, tenha a bravura intelectual de quem já se emancipou do terror literário, a outra voz lhe pedia carinhosamente: não faça isso. Não troque a glória de escritor pela sua íntima consciência de homem de bem.

Um sacerdote amigo, a quem Paulo consultara, achou que o romance não devia ser publicado.

A esposa solícita, que o ajudara a passar a limpo, teve a mesma impressão.

"Mas qual, não dei tento à minha consciência, nem ao que dizia minha mulher, nem às palavras assentadas do padre amigo. O homem velho vencera o homem novo. Vencera estrondosamente: eu tomei a deliberação firme de entregar ao meu editor os originais do meu livro."

Como compreendo bem o drama espiritual de Paulo Setúbal!

À medida que a gente vive, teria pensado ele, vai limitando cada vez mais a personalidade. Em vez de fazê-la aparecer, vai obscurecendo a sua fisionomia. Os traços físicos ajudam esse trabalho de limitação e complicação. Cada dia que passa cria um limite, e cada ano ergue uma barreira diante da nossa verdade interior. Nenhum de nós, no fim de contas, consegue ser o que é. Há indivíduos que se parecem com outros, mas não há nada mais difícil do que o indivíduo parecer-se consigo mesmo. Criaram-lhe uma personalidade artificial, tão falsa mas aparentemente tão verdadeira que se tornou autêntica. Se o falso perfeito já é verdadeiro, mais verdadeiro é ainda quando todos colaboram na falsificação. E como as aparências "são as únicas realidades que o mundo reconhece", estas únicas realidades o tornaram absolutamente real. E quantas vezes a sua própria transigência o fez cúmplice dos que elaboraram e modelaram a sua imagem. Quantas vezes as idéias, as blasfêmias do tempo de estudante lhe envenenaram a alma e ele agiu em conseqüência delas!

– Papai...

– Que há, minha filha?

A menina titubeou, ruborizou-se um pouco e, a medo, com a sua vozita clara e doce:

– Eu queria pedir um favor para papai...

– Favor? Mas haveria favor que acaso recusasse à minha filhinha doente? E a minha pequena, que é loura, que tem dois olhos castanhos e luminosos, a minha pequena disse-me, com a maior naturalidade, esta coisa enorme:

– Eu queria que papai rasgasse aquele livro que papai está escrevendo.

O coração de Paulo, como ele próprio nos diz, bateu descompassado no peito. Tudo ele podia esperar da filha, tudo, menos ouvir de sua boca de criança descuidosa e cândida um pedido tão sério e tão desnorteante como aquele.

No mesmo dia, os originais do romance eram postos numa fogueira e reduzidos a cinza.

> – Eu era um imenso sofredor – confessou contrito. – Trazia os olhos embaciados de lágrimas grossas. Hora dura foi aquela de minha vida. Naquela hora dura, o Cristo apareceu de improviso no meu caminho. Parecia um homem como os outros homens. Nada de extraordinário. Mostrava apenas o aspecto cansado de quem caminhara muito. Vestia-se com pobreza. Tinha o ar doce, as mãos eram calosas, as vestes vinham empoeiradas de comprido jornadeio. Ele pôs em mim os seus olhos. Dois grandes e complacentes olhos. E quando seus olhos, grandes e complacentes, pousaram em meus olhos, que iam embaciados de lágrimas grossas, Ele parou de súbito em meio do caminho. Parou e disse: Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados.

A ÁGUA DOS HUMILDES

Somos um país, disse alguém, em que todos os homens são poetas e todas as mulheres são liras...

Se esse alguém espirituoso quis dizer que somos uma força ainda virgem contra o racionalismo negativista, anárquico e dissolvente, disse bem. A civilização mecânica não nos separou deste nosso contacto amoroso com as forças primitivas. Tudo aqui é procura, tudo é material inédito de construção humana. Nesta madrugada rumorosa não cabe a deformação da vida através de teorias que pensadores e sofistas engendram, lá fora.

Estamos vivendo ainda, e graças a Deus, aquela idade em que o povo não sabe mentir...

E como só é poeta quem não sabe mentir, Paulo Setúbal tinha que ser poeta antes de escritor. Realmente ele foi até o precursor de uma poesia tipicamente nossa. Poesia simples, pura, sem nenhuma deformação literária. A

sua obra de estréia foi justamente um livro desse gênero: *Alma Cabocla.* Aí ele fixou alguns trechos característicos da nossa antiga paisagem rural, com os seus tipos humanos peculiares. Trata-se de quadros pitorescos, misturados deliciosamente com um pouco de caricatura lírica. A sua poesia é uma espécie de aroma rústico, daquele que sai da terra machucada pelo labor agrícola. A fazenda do interior que ele nos pinta, em versos correntios como água de fonte, não lhe serviu, entretanto, como pretexto exclusivo para alguns painéis, como aquele em que aparece "a vivenda chata no azul do espigão", ou como aquele outro em que se vê, no terreiro de cimento negro, o café simetricamente penteado pelo rodo do lavrador ou recolhido, apressadamente, às tulhas, quando o céu resmungava carrancudo. Além do cafezal geométrico, com os seus batalhões aguerridos subindo lombas e grotas, aí figura um ambiente muito bem caracterizado quanto ao seu sentido brasileiro. Nesse chão, pintalgado de sol, sente-se aquela alegria animal do dia da criação. A luz dá tapas no rosto da gente, mas os colonos, os trabalhadores anônimos que cantam nos eitos e nos mutirões, o tropeiro do pangaré ou do baio trotão que passa na estrada, a normalista em férias que é a namorada do poeta em férias, e algumas outras figuras inconfundíveis mesclam de humano a inocência da paisagem rural. E foi nesse meio, onde o Brasil permanece intacto na sua ingenuidade, que Paulo Setúbal sentiu, certo dia, o "desejo sanhudo" de rasgar a sua carta de bacharel para continuar a ser simples e a viver em franca camaradagem com os simples. O gesto vale por um símbolo, que lhe define a personalidade. Ele só se sentia bem ao contacto da terra amorosa e trigueira, não deformada ainda pelas complicações do intelectualismo feroz.

Estou pensando agora numa imagem que melhor defina a poesia de Paulo Setúbal.

Bebe-se água em casa de luxo, mas a água que nos oferecem não tem o dom de matar a sede, embora venha rutilando no cristal límpido. Há uma outra água, que é a água dos humildes, dos caminhantes solitários e queimados de sol.

Vai-se pelo caminho que parece feito de sol moído, ou de torrões de sol torrado. A sede é desesperadora como um dia de juízo. Nisto, em meio da sede que nos está matando, escuta-se um barulhinho d'água sob a folhagem que margeia o caminho ensolarado:

– Que gostosura!

Um gole sôfrego, colhido numa folha de mato. E o caminhante verifica, então, que a coisa simplesmente mais velha deste mundo – beber água – ainda continua sendo, para todos os efeitos, a coisa mais original deste mundo.

O CLUBE DOS "AMIGOS DA DIFICULDADE"

Em meio de tamanha vegetação literária, que atravancou o nosso caminho, a poesia de Paulo Setúbal é, sem dúvida, uma dessas fontes que a pureza tornou eternas. Sem audácia nas imagens, é certo, mas cheia de substância lírica. Numa época em que se afirmava esta coisa hedionda – não há poesia sem métrica e sem bom senso – poderia acontecer que sua obra, no setor formalístico, se ressentisse de tais preconceitos. No entanto, a verdade é que o verso cadenciado, a música preestabelecida, as rimas fáceis e bem postas, só lhe serviram para aumentar o mérito, pois todos esses artifícios próprios da época não eram bastantes para tirar-lhe a naturalidade e o sabor da terra. Diante da sua técnica, chega-se firmemente a esta conclusão: que há muito mais atitude, isto é, há muito maior dose de falsidade em não rimar do que em rimar. As rimas de Paulo eram tão naturais e surgiam com tamanha espontaneidade que não pareciam flores matemáticas e obrigatórias. A naturalidade fazia esquecer o regime da rima obrigatória e matemática para que ela enriquecesse o verso como elemento expressional. Nada mais justo, pois mesmo em prosa a nossa maior dificuldade está, a todo momento, em evitar a rima daquele *ão* característico e renitente da língua brasileira. Aliás, em poesia não se pode falar no mérito da dificuldade que encheu de condecorações o batalhão ciclópico dos parnasianos, nos seus torneios de arte pela arte. O difícil é ser poeta, é dizer o que os outros não disseram ainda. Mas isso mesmo há de ser muito fácil para quem nasceu poeta. De modo que o mérito da dificuldade não existe. Se existe, é coisa que só interessa o Clube dos Amigos da Dificuldade.

Não sei que escritor fez esta afirmação sensata: que a Poesia é o dom que Deus concede às almas simples e boas, e está escrito no Evangelho que o reino do Céu pertence às crianças e aos que se parecem com elas.

E POR FALAR EM POESIA...

E por falar em poesia, chegou o momento em que todos os grandes espíritos que ilustraram esta Cadeira se encontram.

Poeta foi o seu patrono, o da *Terribilis Dea*. Punha Pedro Luís, nos seus cantos de poeta social, a vociferação do apóstolo e o retumbo das palavras anunciadoras. Poeta foi o seu primeiro ocupante, Luís Guimarães Júnior, o lírico encantador e tropical que ficou vivendo como uma nota inconfundível, humana, clara, harmoniosa, na sensibilidade brasileira e que, no dizer justo e conceituoso de José Veríssimo, forneceu à nossa nostalgia, à nossa saudade, ao nosso amor paterno, à nossa afeição conjugal, ao nosso amor da mulher e da vida, a tradução inteligente e sentida dos seus versos.

Poeta foi João Ribeiro, que praticou uma poesia cerebral, apolínea, não obstante o seu feitio genuinamente brasileiro. Sim, se os parnasianos foram poetas – e por que não? – ele também o foi. E verdade se diga: João Ribeiro não entrou no Recinto sagrado abrindo-lhe a porta com a gazua de ouro com que certos parnasianos incorrigíveis fechavam os seus sonetos. O demônio da inteligência, que havia nele, com aquela *fredda lucidezza*, de que nos fala Sofici, é que não lhe permitiu beber o tantas vezes celebrado "leite de ternura humana", que é o alimento lírico do verdadeiro poeta. Deu-lhe o licor da graça para tomar; e a gente, bem pode compreender o que seria um demônio da inteligência tomando o licor da graça e armado de uma cultura como a sua, que estava sempre em atitude de desafio e de polêmica.

Paulo Setúbal é o último elo dessa seqüência admirável.

O CURRUPIRA E O CARÃO

Mas Paulo Setúbal, além de ter sido o poeta singelo e comovedor de *Alma Cabocla*, era também o romancista, ou melhor, o criador do romance histórico brasileiro.

E apareceu cultivando esse gênero literário num momento sensacional. Justamente quando se haviam acendido as primeiras fogueiras escarlates para a festança dos antropófagos. Todos sabem o que foi o movimento de renovação intelectual e artístico iniciado em São Paulo em 1922. Por essa ocasião,

sedento de modernidade, vinha da Europa Graça Aranha. No Rio, onde estava o grande autor de *Canaã*, romperam algumas escaramuças literárias, tomando Ronald de Carvalho o partido do mestre. Esse fato levou os revolucionários paulistas a estabelecer ligação com o acadêmico rebelde. E concertou-se, então, em comum, o plano de realização da Semana de Arte Moderna, encabeçada pelos nomes luminosos de Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Graça Aranha, Mário de Andrade, Ronald de Carvalho, Oswald de Andrade, Paulo Prado, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho, René Thiollier, Rodrigues de Abreu, Antônio de Alcântara Machado, Álvaro Moreira, Ribeiro Couto, Renato Almeida, Agenor Barbosa, Afonso Schmidt e outros. Somente São Paulo poderia ser a matriz originária desse movimento e o palco para a sua realização. Não se trata de uma disputa de prioridade por amor-próprio nem de uma determinação de data. Fatores vários terão influído decisivamente em tudo isso. Interveio aí a geografia (o maior isolamento de São Paulo quanto à infecção cultural européia); interveio a bandeira (aquela desobediência histórica como condição de autonomia); interveio o "clima humano" criado terra adentro e não no litoral (o homem avesso à Literatura e, portanto, mais inclinado a reduzir a Literatura a um mínimo literário para que a vegetação das palavras não escondesse, sob a sua folhagem ilustre, a água pura de nossa originalidade); interveio o individualismo tradicional do paulista, apto a proclamar que cada um passasse a realizar-se a seu modo (personalidade criadora.) O fator "tempo próprio" entrou com o seu contingente. O modelo de arte e o processo literário se tinham exaurido, numa espécie de estandardização. Um escritor repetia automaticamente o outro, numa obrigatória permuta de tema e de forma. São Paulo, mais dinâmico e mais violento, tinha que ser necessariamente mais anticlássico e refletir mais audaciosamente o sentido americano da vida.

Com a discussão errada, que se estabeleceu, entre "passadismo" e "futurismo", formaram-se dois partidos. Duas mentalidades opostas entraram em luta, dizendo despropósitos.

Mas pra que passadismo? Pra que futurismo?

Ora, o Barbosa Rodrigues do *Poranduba Amazonense* contava a história do carão, o pássaro que vivia choramingando por não mudar de penas. Nenhuma imagem mais interessante para representar os que não mudam de

idéias, os incapazes de renovação. Entretanto, faltava ainda o símbolo da vida que se inaugura e se renova todos os dias. Esse símbolo, nós o tínhamos, também, na mitologia indígena. Era o Currupira, novo como o último minuto e eterno como a vida do pensamento. Bastaria só colocar um contra o outro e teríamos, direitinho, o símbolo brasileiro para substituir a palavra copiada do "passadismo" e a outra, a palavra não menos copiada do "futurismo". Em vez de passadismo, carão; em vez de futurismo, Currupira.

Semana de Arte Moderna. Teatro Municipal de São Paulo. O Currupira, no palco. O Carão, nas frisas e camarotes.

Durante uma semana toda, o Carão assobiou demoniacamente. Desencadeou tempestades de uivos e guinchos em frente à gambiarra onde Currupira ria, sarcástico, desafiando a assuada. E quando o Carão imaginou ter assassinado publicamente o Currupira, este, azougado, imortal, como bem frisou o grande poeta de "Juca Mulato", reapareceu vitorioso, operando o milagre de criar, para o Brasil, uma consciência nova!

"ISMOS" LITERÁRIOS

De nada, contudo, serviria combater o Parnasianismo para erigir, em seu lugar, qualquer outro "ismo" moderno, vindo a bordo, do último transatlântico.

Substituir Parnasianismo por Futurismo, Simbolismo por Expressionismo, Tradicionalismo por Cubismo era apenas trocar o figurino mais velho pelo mais novo.

Aliás, a denúncia partiu de Alceu Amoroso Lima quando demonstrou, por *a* mais *b*, que os novidadeiros do Primitivismo nada mais faziam, em seus manifestos, do que repetir André Breton.

VERDAMARELISMO

Foi então que o nosso grupo se opôs a Cubismo, Futurismo, Dadaísmo, Expressionismo, Surrealismo e inventou o "Verdamarelismo". Como a própria denominação o diz, tomava a campanha o seu verdadeiro caminho para adquirir um sentido brasileiro (reunindo o primitivismo ao moderno) e

um sentido social e político (troca de uma mentalidade contemplativa, lunática, choramingona e anárquica por uma mentalidade sadia, vigorosa, destinada à solução brasileira dos problemas brasileiros). E dizíamos, contra as corujas trágicas do pessimismo e contra os papagaios dos "ismos" importados: pois uma pátria como esta poderia ter nascido das mãos de um povo humilhado e abatido? E aqui cabe nova referência a João Ribeiro, que aplaudiu o caminho encontrado em palavras memoráveis. "Estamos fartos de coisas velhas", dizia ele, propondo a criação de um órgão, "uma folha literária pequenina e breve, capaz de interpretar o pensamento novo da nossa escassa intelectualidade. São Paulo poderia dar o exemplo (acentuava ainda o eminente escritor, dotado sempre daquela espécie de inteligência que de tão aguda incomodava a gente), São Paulo poderia dar o exemplo porque está na ordem do dia das ambições literárias. O Rio (são palavras ainda suas) esgotado pelas ventosas da política, seria incapaz de qualquer atitude de idealismo".

E Paulo Setúbal?

Paulo Setúbal não podia ficar indiferente ao nacionalismo e à modernidade do movimento.

Tinha ele horror ao Cubismo, que lhe parecia apresentar o mundo de cabeça pra baixo. Achava o Futurismo uma literatura de retorno (num país que estava apenas amanhecendo para o seu destino) e de verdadeira alucinação (num país que não precisaria recorrer a essa forma de suicídio literário quando ainda era um tesouro virgem de originalidade e de beleza). Tomava, pois, o partido do "Verdamarelismo" contra todos os "ismos" de arribação.

É preciso notar, a bem da verdade, que o brasileirismo dos reformadores encontrou em Paulo Setúbal (e não só em Paulo Setúbal como também em Monteiro Lobato e Valdomiro Silveira, para citar apenas os prosadores) muita coisa já realizada. Na linguagem, por exemplo, nenhum renovador poderia ser mais brasileiro do que Monteiro Lobato. Na prosa rica de cor local, de sabor nativo e de verdade humana, simples como tudo o que é natural, ninguém terá levado vantagem a Valdomiro Silveira. Na alegria bem brasileira, bem matinal, bem pararaca, bem própria de quem está ainda encantado com as coisas lindas do mundo que vem amanhecendo e que parece um brinquedo de Deus com a terra, ninguém levaria a palma a Paulo Setúbal. Realmente, quando o chão brasileiro ainda estava povoado de napéias, hama-

dríadas, nereidas e egipãs, ele já se havia colocado ao lado dos sacis, dos juruparis, das uiaras e dos caaporas. Quando diziam ainda certos romancistas: "O zagal tangeu o armento para o aprisco", já ele dizia, sem a menor cerimônia: "O negrinho tocou o gado para o curral." Quando o grupo modernista agarrado aos símbolos da mitologia indígena descobriu o Currupira e o Carão (conforme já referi) dando o Currupira como o gênio renovador do instante e o Carão como o passadismo encorujado que chorava por não poder mudar de penas, Paulo não hesitou: topou o partido do Currupira. Lembro-me bem do seu espanto quando o grupo "verdamarelo" lançou a revolução da Anta. Era preciso, dizíamos nós, soltar a anta, que é a força inicial e original da terra, contra os donzéis gregos da literatura importada. Armada a discussão, no violento "pralapracá" da polêmica, uns aceitaram a Anta, mas outros opinaram pela Loba, que é a mãe da civilização latina. Mas entre Loba e Anta, Paulo Setúbal não hesitou: topou a Anta imediatamente. E com que interesse, e com que curiosidade acompanhou ele as descobertas literárias do momento! Tanto assim que, no prefácio de *O Príncipe de Nassau*, aparecido em pleno fogaréu da luta, dizia: "Este livro é fundamentalmente verdamarelo. Se, por acaso, correndo por esse Brasil afora, tiver a boa fortuna de despertar, em algumas almas, um pouco mais de paixão e de entusiasmo pelas coisas pátrias, dar-me-ei por fartamente pago das minhas penas, através de alfarrábios e arquivos. E as minhas penas não foram poucas."

O romancista histórico surgiu, pois, com a sua posição definida. Num momento muito claro de afirmação brasileira.

Os romances de Paulo Setúbal, antes de mais nada, não eram velharias históricas estilizadas para agradar.

Em *A Marquesa de Santos* ele conseguiu fazer-nos crer que, certo dia, o Brasil inteiro parou, atônito, vivendo o destino de dois estranhos namorados, evadidos do mundo falso e aparatoso que seria um paraíso imperial para se humanizarem na terra sentimental e bárbara. O colorido com que ele retrata D. Pedro I em *As Maluquices do Imperador* não é menos marcante. Tenho a impressão de que Pedro I existiu para que Paulo Setúbal o pintasse. Nada mais parecido com o estilo superlativo de Paulo do que o magnífico exemplar da nossa espécie que encheu de tanta novidade um Brasil monarquicamente velho. A mocidade de D. Pedro I é que não deixou o Brasil envelhecer antes

do tempo. A sua figura estava à espera de quem a marcasse num romance, com alguns adjetivos "coruscantes". Veio Paulo e marcou-a precisamente com esses adjetivos "coruscantes", que nenhum outro escritor soubera usar com tamanha propriedade e com tão exata oportunidade. *O Ouro de Cuiabá* vale por uma descoberta de almas pela ação. Fiel ao seu temperamento, o artista "não explicou" os heróis criados. As almas deles é que brotaram, ardentes, da ação tecida pelo romancista através de uma beleza áspera e simples.

E o *Romance da Prata* – feito paradoxalmente de verdade histórica – foi o romance da história onde Paulo conseguiu ser menos romancista para ser mais verdadeiro. Mas não adianta citar cada um dos seus livros, como esses e mais o *El-Dorado* e *Os Irmãos Leme*, se todos estão marcados por sinais de estilo, de espírito, de sentimento e de brasilidade que os unificam numa só trama misteriosa e indestrutível: o sentido da terra.

São capítulos do mesmo drama. Episódios da mesma alma coletiva, salpicados de individualismo.

Alma coletiva que fez a bandeira. Individualismo que fez os seus heróis.

Havia, sobretudo, em Paulo Setúbal, um visualista. Um enamorado da cor e do movimento.

Até na arte, naquele estilo desordenado de quem "quer ver tudo", acompanhava-o uma alma de convalescente que vivesse espiando gulosa a alegria das coisas e entrando, apaixonadamente, no recesso íntimo da História, para "ver tudo" o que se passava lá dentro... As suas descrições dos arraiais festivos, das bandeiras que partiam sertão adentro, do ouro brotando da terra por enormes feridas de ouro, foram a viagem maravilhosa com que o destino enfeitara a ternura de um convalescente, preso "a uma cadeira de lona". Tão engraçado era ele contando as proezas do herói de botas no "sertão estuporante", cheios de bichos e carrapichos. E que barulhão, por exemplo, fazia Paulo ao descobrir um bando de jacarés dentro d'água, ou um bando multicor de borboletas dançando de roda à margem de um rio. Mesmo pintando coisas feias e cruéis, ou descrevendo o salto das onças elétricas, havia uma certa graça naqueles olhos azuis arregalados com que ele significava o seu assombro diante da "selvatiqueza" (como ele dizia) de um Brasil ainda fabuloso, desenrolado subitamente no seu estilo cinemático. Digo cinemático e parece que digo bem. Talvez as figuras que Paulo delineava não fossem fixadas a traços muito

profundos em seus retratos psicológicos, na riqueza de sua vida interior. Nunca o preocuparam as exaustivas análises psicológicas. Mesmo quando ele se pôs diante da alma, para o exame de consciência que a vida exige de todos nós, fez dela somente uma justificativa para os seus apelos interiores de movimento, de ímpeto vital. Em *Alma Cabocla* fê-la um instante lírico de vibração cósmica. No *Confiteor* projetou-a ao infinito, através de figuras e de imagens. Mas a expressão física que ele conseguia dar a cada rosto valia mais do que todo um drama subterrâneo e ignorado. Sente-se a presença mágica, singela, ofegante, do Cristo que ele encontrou no caminho, aquele "Cristo de dois olhos grandes e complacentes", como se sente a presença quase faiscante das suas criaturas históricas.

Não há veludos nem meias-tintas naquele tropicalismo fantástico. A realidade nos agride pelos ouvidos e pelos olhos. É feita de terra. Espirra orvalho na gente, suja a gente de musgo. Um raio de sol que ele faz entrar no esconderijo do mato brabo é bastante para nos mostrar um quadro humano, em sua rude nudez. Dentro do seu estilo cinemático, ele obtém câmaras lentas admiráveis. Ao mesmo tempo, deixa o chão da Pátria cheio de ecos e atropelos, abrindo todas as portas ao sertão trágico e desenterrando lendas tão "impossíveis" que também parece terem sido inventadas só para que Paulo, um dia, as contasse. Seria eu mais exato se dissesse que a obra do romancista não apenas afirma o visualista que ele era. Mas constitui uma festa para os cinco sentidos. Por isso, as suas concepções artísticas têm o gosto, o cheiro, o rumor, a cor e a aspereza de um mundo vivo, ligado a nós diretamente, como em permanente inauguração. Todos os seus livros são matinais e bulhentos. Não trazem sombra nem silêncio. Não ressumam filosofia nem tortura de pensamento. Não conhecem sofismas nem subterfúgios. Há neles um pomar, onde os frutos pendem, em cachos, ao alcance de nossa mão. Os adjetivos formam uma vegetação luxuriante, na terra cabocla dos substantivos saborosos. Também não há nada que temer, por detrás desses adjetivos. Nenhuma flor maligna se ocultará nessa folhagem tropical. Nem vespas de ironia, nem borboletas traiçoeiras do mimetismo literário...

Mas o sentido visualista de sua obra explicará, até certo ponto, a fascinação que ele exerceu sobre nós.

Somos um povo em cuja literatura rareiam os introvertidos. Ainda estamos descobrindo o mistério e o encantamento da terra. A nossa arte, a que verdadeiramente ficará, é toda um diário de surpresas diante das coisas.

Um diálogo comovido entre a nossa alma e os sortilégios de um mundo criança.

ENSINAR, CONTANDO

Eis como Paulo nos descreve a partida de uma bandeira:

> – Vá com Deus, sô Fernão.
>
> E tudo aquilo, cabos e peões, capitães e frades, mamelucos e cafuzos, índios e minas, tudo aquilo, em massa, se movimenta, serpeia, lá vai no rasto do bandeirante desempenado. Ah! que festa! A manhã azul, toda sol, enche-se de alegrias barulhentas. São estrondos de morteiros, pelouradas, roncos de trabucos, repiques frenéticos de sinos. E a bandeira caminha. Caminha com a flâmula à frente. Vai no rumo das esmeraldas e da prata. Vai no encalço da Serra Verde e da Serra Branca. No encalço das pedras de Tourinho e da prata do Sabarabussu. Acha-las-á? ninguém sabe. Mas a bandeira lá vai, cheia de cálidas esperanças. E afasta-se. E diminui. E caminha ainda. E é quase nada. E some...

A bandeira, assim descrita por Paulo Setúbal, a lápis de cor, abala sertão adentro e o romancista vai com ela.

E cada um de nós vai com ele, porque é ele quem fala por todos nós. Por aqui passou Anhangüera, que ameaçou botar fogo na água dos rios. O fogo da civilização clareando os primeiros atalhos da nacionalidade em meio da escuridão cósmica. Por aqui penetrou Fernão Dias, o poeta supremo das pedras verdes. Por aquele vão de serra passou o pelotão nômade de Pascoal Moreira. No dorso deste rio, Raposo Tavares atravessou as avenidas móveis do Brasil selvagem. Você está vendo aquela serra? É a serra de ouro, atravancando o fundo do horizonte como um montão de sol.

Por aqui passou Borba Gato...

– Mas, Paulo, não teria sido por este outro caminho?

– Não. O Taunay, o Basílio de Magalhães e o Calógeras afirmam que o roteiro é este.

QUANDO A HISTÓRIA JÁ É UM ROMANCE

– Ali é que certas crônicas localizam uma cidade pré-histórica. E citava Tristão de Araripe. E teretetê... outro documento como uma espécie de pagamento à vista, diante da curiosidade do leitor.

Era a fidelidade na narrativa.

Ele contava, cheio de pontos de exclamação na alma, as suas histórias à luz da grande História. Descrevia, com a sua imaginação e o seu estilo, na exata definição de Hélio Lobo, "algumas das horas mais belas da nacionalidade". Dava movimento aos seus personagens. Punha-lhes na boca palavras que eles teriam pronunciado. Pintava-os com cores largas e tempestuosas. Sentia um gosto enorme em vê-los marchar para a conquista da terra. Percorria com eles as fronteiras que esses gigantes marcaram caboclamente no mapa da América. Dormia com eles, sob o cobertor azul das estrelas... Testemunhava a glória desses heróis obscuros, fazendo funcionar, dia e noite, a máquina geográfica do continente, em razão da bandeira.

Para uma história que já é um romance, o romance histórico poderia parecer uma redundância.

Se a verdade já não parecia verdadeira de tão bonita, o verdadeiro romance dessa história estaria por força em não repetir simplesmente a História, para que o romancista não se limitasse a ser historiador. Ora, a nossa história, nesse capítulo, é tão bonita que o historiador, por sua vez, fica com receio de fazer romance em vez de contar a história... Esta dificuldade o obrigará a ser seco e frio, como um Mommsen, para não incorrer na tirada de um Swift ou de um Luciano quando este se saiu com a sua "História verdadeira". Houve escritores que inventaram gigantes: os nossos gigantes, porém, não foi preciso que nenhum escritor os inventasse. A própria vida se incumbiu de os criar, mais interessantes e mais verdadeiros. Não saltam eles de nenhuma história para crianças, mas de uma história para adultos também. Ou melhor, somos todos crianças diante dessas figuras que Paulo Setúbal fez saltar da Geografia e da História. Como se saltassem de dois brinquedos americanos-

do-sul, muito sérios. De duas realidades brasileiras que parecem brinquedos, tão fora estão da realidade universal e quotidiana.

VERDADE HISTÓRICA E VERDADE HUMANA

A gente procura, em vão, fazer uma idéia do que foi cada um desses vultos borrascosos.

Nada mais difícil, entretanto.

Dentro do *terrible monde vertical* a que alude Luc Durtain, o fenômeno "terrivelmente horizontal" da bandeira chega a ser um despropósito.

Dentro da vida múltipla, simultânea, aglomerada, cheia de "conflitos por falta de espaço", que caracteriza o mundo moderno, como compreender a bandeira em sua significação violentamente "espacial"?

Se "espacialmente" há essa dificuldade de compreensão, não se pode dizer outra coisa "mecanicamente". É claro, nos centros de maior civilização, perdeu-se a noção das caminhadas a pé. O que menos importa ao homem da cidade são as suas pernas. Ele não tem necessidade de caminhar, num meio onde a velocidade lhe oferece todos os préstimos e obséquios possíveis e imagináveis. Uma caminhada de trezentas ou quatrocentas léguas, furando mataria cerrada e antropófaga, não acode mais à razão deste mundo friamente mecânico em que as operações de raciocínio são obtidas mediante máquinas de raciocinar, em que os próprios lares se chamam máquinas de morar e em cujo céu o bando desordenado dos pássaros em rodamoinho foi substituído pelo bando geométrico das máquinas de voar.

Como poderia, pois, um cidadão que vem de Friedrischafen ao Brasil em três dias avaliar o sacrifício único dos que caminhavam trezentas ou quatrocentas léguas de sertão trancado e inviolável?

Seria o caso de recorrer à linguagem dos contrastes. Comparo, então, o tamanho do Brasil com o do chamado "planeta que habitamos". Confronto os homens daquela época, andando a pé pelo chão trancado ou na flotilha tosca das canoas conduzidas pela correnteza das águas, com os homens de hoje voando sobre o Atlântico e comunicando-se a qualquer momento radiotelegraficamente com a terra.

Mas como representar essa realidade que excede ao meu ângulo intelectual e sentimental?

Há uma desproporção física entre o homem normalmente considerado e o tamanho incrível do ato bandeirante que ele praticou. Tal desproporção, é natural, provoca o desequilíbrio entre a realidade e o meio artístico ou histórico de representá-la. Sou obrigado, pois, a aumentar o tamanho físico de cada figura para oito ou dez vezes maior do que a do homem normalmente considerado para poder "sentir" cada cabo de tropa como um gigante de botas de sete léguas, que põe o pé aqui e sai lá, no outro lado do continente. Aumentado o tamanho de cada figura não me afasto, entretanto, da realidade. Ao contrário, aproximo-me dela. É uma deformação necessária, imperiosa, moderna, sentimental, da realidade física em favor da realidade humana. Compreendo, assim, a dificuldade que Paulo Setúbal teria sentido ao marcar essa realidade a golpes precisos. Mas o caso é que ele o conseguiu, como nenhum outro. Ao passo, por exemplo, que o historiador procura separar o que é bonito do que é histórico, por lhe parecer que o bonito estraga o histórico, o autor de *O Sonho das Esmeraldas* aceita as duas faces da bandeira e tira delas o material dos seus romances, realçando os fatos com a imagem que os ilumina e passando as suas figuras por cinema vivo e rejustador. *Point de grand style sans images, car seules les métaphores replongent l'esprit dans le réel*, disse Proust; sabiamente citado por Maurois nos seus *Magiciens et Logiciens* .

Alcântara Machado, com aquela riqueza de observação que é muito sua, disse aqui mesmo, em seu discurso de recepção a Paulo Setúbal, em nome da Academia:

"Ensinais História contando histórias... Perderá com isso forçosamente a verdade? Não acredito. Lá está, no soneto vestibular de *L'Aiglon*: um sonho é muitas vezes menos mentiroso do que um documento."

Nem será caso, digo eu agora, de reviver, em torno da judiciosa observação de Alcântara Machado, a debatida questão dos que pensam, como um Fustel de Coulanges, que a História é ciência pura e dos que afirmam o contrário, como Lytton Strachey e Paul Valéry, torcendo apaixonadamente pelo sentido artístico da História.

A ciência de contar a verdade histórica não está, sou dos que pensam assim, em só remoer o fato provado e documentado.

Infeliz do povo que não tem, em meio dos seus arquivos, uma lenda para contar, uma coisa incrível para dizer!

A História não é, por outro lado, o monstro que caminha no tempo, sem que ninguém ouse afeiçoá-la.

Se fosse, teria tido razão de sobra certo escritor ao citar a tristeza de Michelet diante da História. Obrigada a contar o espetáculo do "homem coletivo", *la vie des groupes humains et leurs conflits*, ela se tornaria *une lecture entre toutes poignante*. Não, a História terá que ser escrita por homens sérios, não há dúvida. A tagarelice histórica é insuportável. Nenhum historiador tem o direito de desencantar um povo na magia do seu passado.

Nesta última hipótese, o artista adquire mesmo o direito de corrigir o historiador.

O BRASIL, CRIATURA GEOGRÁFICA DA BANDEIRA

Em resumo: que culpa teria Paulo Setúbal de nossa História ser mais bonita do que todos os romances até hoje publicados no Brasil? Que culpa temos nós de que a nossa História "continue a ser o nosso poema"? Que culpa terá o historiador de que uma miragem – a miragem das esmeraldas – seja um capítulo de nossa História?

O autor de *A Bandeira de Fernão Dias* tinha razão, isso sim, em ensinar a História tendo em vista o que a História nos ensina e corrigindo, se fosse preciso, o que nos ensinam os historiadores. Tinha razão ainda em exaltar a bandeira e afirmar o quanto os seus romances contêm de brasilidade. Realmente, foi a bandeira (ou foi a História) que deu, ao Brasil, o perfil geográfico pelo qual, desde meninos de grupo escolar, o reconhecemos no mapa-múndi. Foi ela que lhe deu o sentido sul-americano modelando-o, misteriosamente, à imagem da própria América. O Brasil é a criatura geográfica da bandeira. Ao modelo imposto, preferimos fazer obra de criação. Sim, pela decisão da Coroa, o Brasil seria uma coisa; por nossa própria decisão, ele saiu outra. O Tratado de Tordesilhas lhe dava uma fisionomia antinatural, antiestética, antiamericana-do-sul. Tornando-o natural, estético, sul-americano, fazíamos um Brasil nosso, originalmente nosso. A uma linha arbitrária, que nos daria a feição de um país mutilado, opusemos a sua linha atual que o tornou único e inédito. Linha originalíssima, no dizer de Vicente Licínio Cardoso, e de todo inesperada nos primeiros séculos. O grupo humano original, que modelou essa

criatura geográfica, não pode ser enquadrado naquela *effrayante zoologie* de que nos fala o desiludido dos demais grupos humanos, que escreveram outras histórias à custa de sangue e de morticínio. Diante dos nossos pioneiros, desaparecem os heróis gregos, cujas façanhas perdem o significado e se reduzem a simples proezas literárias. O próprio *pioneer* americano-no-norte não teve, como bem acentua Rocha Pombo, a função do *pioneer* americano-do-sul. O Brasil, com sua bandeira, que só o chão da América podia testemunhar, apresentou ao mundo uma verdade humana ainda não conhecida. Obrigou, com isto, a humanidade a fazer a sua própria revisão. Modificou a geografia do mundo moderno e, num sentido econômico, "incrementou o progresso mundial, enriquecendo a Inglaterra e dando a Portugal um século de fartura".

Qual teria sido, portanto, o destino do Brasil, se o bandeirismo não houvesse corrigido e ampliado, triplicado mesmo, a sua superfície territorial?

Não me parece brasileiro o gesto do historiador caturra que declarou preferir o modelo imposto, para ter evitado a caça ao índio, discutindo fatos que não podem ser mais discutidos porque formam a nossa origem insubstituível e eterna.

Mas o grupo humano que escreveu o primeiro capítulo da nossa História e cujos feitos Paulo Setúbal transformou em páginas fulgurantes teve também, não só pela "criatura geográfica" que lhe saiu das mãos, senão ainda pelo seu "módulo" psíquico e social, imensa significação para o destino brasileiro. Quero dizer: esse grupo humano não traçou apenas a silhueta geográfica do Brasil, não assentou apenas a base física do nosso destino; assentou também a base de nossa formação social e democrática. Não nos deu apenas uma geografia democrática, porque anticentralista; deu-nos também sangue e alma para a rude mas original democracia social que se processaria no Brasil, em seu sentido biológico.

NOSSA DEMOCRACIA E SEU FUNDAMENTO BIOLÓGICO

De fato, onde "nasceu" a bandeira?

Etnicamente, da mestiçagem que nos deu o mameluco.

Socialmente, de um grupo que praticava a pequena propriedade e a policultura, naquelas fazendolas variegadas e típicas que enxameavam no arredor de Piratininga.

As sesmarias nunca passaram de pontos de referência para a fixação do conquistador no mundo desconhecido. A terra como propriedade não podia interessar a homens para os quais uma esmeralda valia mais do que um latifúndio. Se há duas palavras que nunca se encontram juntas, na origem da paisagem social piratiningana, são estas: bandeira (movimento) e propriedade imobiliária de raízes profundas e tentaculosas (aristocracia). O ponto de partida da bandeira era esse, étnica e socialmente. Geograficamente, como também se sabe, era o planalto a cavaleiro do sertão: o planalto dinâmico, incompatível com os latifúndios, mais explicáveis no litoral estático. Em meio da caminhada, posto o grupo humano da bandeira em movimento, para as suas incursões no mato antropófago e tenebroso, ocorrem três fatos admiráveis: a divisão do trabalho em função de cada cor (especialização de funções, como resultado de uma *mélange de races*); o aproveitamento de todos os elementos humanos, mesmo dos que pareciam inúteis e até prejudiciais; e a classificação social dos mestiços superiores pela posse da terra (como diria Oliveira Viana) ou a hierarquização pelo próprio esforço, pela capacidade de independência a todos acessível que foi o sertão (na luminosa observação de Pedro Calmon.)

O mameluco comanda a tropa, o negro conduz os mantimentos, o índio flecheiro é a polícia da bandeira.

E lá se vão, como nos conta Paulo Setúbal, mamelucos e cafuzos, índios e minas, em massa, no rasto do bandeirante desempenado.

Vão também os mestiços infensos à arianização: os cabras, os capangas, os curibocas, os pardos.

Constituem o séqüito operário, multicor e anônimo, na criação dessa democracia social e biológica.

Contra o caos selvagem a bandeira é, afinal, a ofensiva de um pensamento, de uma ação ordenada, de um ímpeto que tem seu rumo a seguir e seu objetivo a realizar. Em meio dos elementos raciais díspares e inamolgáveis, rebeldes a tudo quanto é poder disciplinador e organizador, ela é geometria viva que tudo enquadra e retifica. Dentro dela tomam sentido útil as aparas e arestas humanas que a miscigenação jogou fora, que a metrópole abandonou sem lei, que os conflitos do meio tropical dispersaram, que a terra deixou de fixar socialmente.

Mas voltemos ao testemunho de Paulo Setúbal:

> Tudo aquilo se movimenta, cabos e peões, capitães e frades (democracia social), mamelucos e cafuzos, índios e minas (democracia étnica).
>
> Escravos e livres podiam ser, a um tempo, livres e escravos do sertão accessível ou escravizador.
>
> Pobres e ricos, também, podiam ser ricos e pobres ao mesmo tempo, em face da conquista niveladora e classificadora.

FOME DE OURO, PARA MORRER DE FOME

Potentados? nababos de Piratininga? os fatos desmentem esses palavrões endomingados e canoros. Anhangüera morreu tão miseravelmente sem ouro como Fernão Dias tão enganado pelas esmeraldas. Borba Gato teve que viver entre bugres, para não morrer à míngua. E que dizer dos que, como mostra o ilustre autor de *Vida e Morte do Bandeirante*, foram encontrados mortos de inanição, "com a sacola abarrotada de grânulos amarelos em uma das mãos e o mísero sabugo de milho, já roído, na outra"?

Mas que fossem potentados... pois cada grânulo de ouro não significava um pedaço de chão para o Brasil? E a cruel expoliação de que foram vítimas não deu origem ao surto nativista, causa primária de nossa independência cujo primeiro grito está na aclamação de Amador Bueno da Veiga para "cabo mayor e defensor da Pátria"?

Houve riqueza de alguns? Também não importa. Pobres morreram quase todos, "mesmo os de maior projeção no setecentismo, que foi a era do ouro".

O que vale, na História, não são todos os fatos: é a linha predominante dos fatos.

BANDEIRISMO, COMUNISMO E FEUDALISMO

Mas a bandeira não teve apenas um sentido "americano", em oposição ao sentido "português" pé-de-boi, do litoral, a que alude Gilberto Freyre.

Teve ainda uma função democratizadora, por excelência.

Democracia é movimento social e a bandeira foi o "grupo social mobilíssimo" caminhando por todos os lados em função política "democratizante".

Contra a propriedade imobiliária, que gera a aristocracia, o seu objetivo era a propriedade mobiliária, que democratiza a riqueza individual. Contra a tendência "vertical" dos núcleos de concentração econômica ela era o ímpeto "horizontal" que nunca os deixaria crescer apenas verticalmente. Contra os quistos étnicos que impossibilitariam a nossa democracia racial, como o da república negra, ela foi a força descêntrica e niveladora. E enquanto se acentuava o regime feudal dos grupos fixos, nas casas-grandes, a bandeira "democratizava" a sociedade colonial, misturando-lhe os elementos e mobilizando-os para a corrida das minas. Nenhum exagero haverá em se dizer que ela não só realizou a sua democracia social e instintiva, dentro de cada agrupamento, como também foi a base democrática do nosso grupo nacional.

Numa palavra: contra o feudalismo do litoral, resultante da monocultura latifundiária e escravocrata, e contra o comunismo tribal do *hinterland,* a "democratização" do bandeirismo.

A BANDEIRA E O ESTADO MODERNO

Mas só um Estado, embora pequenino como o que se locomovia na bandeira, poderia resistir a esse vendaval, conservando-se intacto na sua unidade e na sua estrutura social e moral.

Guardadas as devidas proporções, nenhum Estado moderno realizaria, com toda a sua maquinaria totalitária, coisa semelhante.

A idéia de governo forte lá está, no generalíssimo da tropa, que pratica atos jurídicos em pleno sertão. A da disciplina consciente também: não se discutia a ordem do chefe, em torno de quem se aglomeravam todos os componentes da bandeira. Dessa obediência nasceu, para os seus descendentes, "o espírito de respeito às leis". Da bandeira caminhando no espaço, desde o início do povoamento, saiu a sociedade que se fixou no interior do país. Da sua fronteira móvel, conduzida para norte, oeste e sul, saiu a fronteira fixa que configura, no mapa, a imagem física do Brasil. Da bandeira caminhando no tempo saiu o grupo nacional democrático, que vem da família, passa pelo clã, torna-se

povo e chega até nós pelo sangue e pelo sentimento, como um retrato humano que se viesse reproduzindo através de ampliações sucessivas do original.

A bandeira nos oferece, portanto, na sua rude, mas típica enquadratura política, os lineamentos do Estado moderno, baseado no culto da tradição e do heroísmo: comando seguro (autoridade forte) e disciplina consciente (cooperação de todos os brasileiros, agora irmanados numa só alma, para o mesmo sacrifício e para o mesmo triunfo.)

PENSAR BRASILEIRAMENTE

Em toda a obra de Paulo Setúbal o que encontramos é um Brasil puro, sem deformação.

A sua pena não escreveu uma página sequer que não fosse uma afirmação veemente de nacionalismo, para "despertar um pouco mais de entusiasmo e de paixão pelas coisas pátrias".

Essa a razão por que ele nos obriga a "pensar brasileiramente".

O BRASIL NO ORIGINAL

Pensar brasileiramente. Ter o Brasil presente a todos os nossos atos. Defender o Brasil no original.

Por certo que o Brasil se defenderá, principalmente, com a grande e invencível arma da sua originalidade.

Sua originalidade não é, portanto, uma forma neutra de vida.

Quando Keyserling, nas suas *Méditations Sud-Américaines,* afirmou que nada devemos temer da onda vermelha de russos e asiáticos e que jamais nos tornaremos americanos nos moldes ianques, do mesmo modo que a Grécia antiga jamais se romanizou, foi porque ele confiou em nossa originalidade, que até inconscientemente defendemos quando nos refugiamos em nosso próprio ser.

Acontece, entretanto, que a luta entre o sentimento desprevenido da terra e as idéias diabólicas que não são da terra tomou caráter agudo e decisivo.

Os "ismos" literários de 1922 viraram "ismos" políticos terrivelmente desnacionalizantes em 1937. Não apenas no Brasil, como no mundo, a revo-

lução operada pela técnica determinou uma violenta e descêntrica atividade racionalista, crítica, dispersiva, senão anárquica. As seduções do demagogismo insuflam a "rebelião espiritual" das massas, desarraigando nelas o sentimento da tradição e o apego à idéia da Pátria.

Qual o meio de que dispomos para nos defender desse ataque?

Apelar para focos de cultura desinteressada? Basear-nos na educação, nas formas puramente racionais de esclarecimento ou na "pseudológica" das idéias claras?

Não, o meio será a criação de uma polícia da inteligência, que vele pelos destinos da nacionalidade.

No atual momento, essa polícia consistirá numa doutrina (consciência de pátria, consciência de nossa originalidade no mundo) ou numa ideologia (instinto de legítima defesa em face das demais ideologias que tentam assaltar a todo transe as nossas fronteiras espirituais e morais.)

ORIGINALIDADE OU MORTE

Aliás, quando o escritor cumpre o dever de sua inteligência para com a Pátria, está cumprindo um dever para com a sua própria arte; porque não existe arte sem pátria.

Já o Gide de *Reflexions sur l'Allemagne* havia dito: "Só quando uma literatura se nacionaliza é que ela toma o seu lugar no mundo." E o seu dito não poderá ser desdito, por ser mais que verdadeiro. A Inglaterra só produziu Shakespeare no momento mais inglês da sua existência. A Itália só produziu Dante no seu minuto mais italiano. A Rússia nos deu Dostoievski no seu momento mais tipicamente russo. A França nos brindou com Descartes no seu instante mais francês. Cervantes só foi universal por ter sido o mais espanhol possível. O escritor, que verdadeiramente o é, não poderá fugir a esse dever para consigo mesmo. O que está em jogo não é um partido, não é uma paixão política. É a defesa do nosso destino, da nossa originalidade no mundo. E as obras mais universais e mais humanas são, na feliz expressão de Maritain, as que trazem mais vivo o sinal da Pátria.

Originalidade ou morte.

NACIONALISMO, CONDIÇÃO DE HUMANIDADE

Quando alguém entendeu que *le patriotisme exige la haine de l'étranger*, foi porque não conhecia o Brasil. Quando outro alguém afirmou a origem pagã e telúrica de todo e qualquer nacionalismo, foi porque não se lembrou de que o Brasil realiza, na sua inédita democracia social e biológica, o anelo total do mundo a que se refere o visionador da "raça cósmica". O telúrico é, para nós, a assimilação das raças dentro da máxima de Cristo: amai-vos uns aos outros. Cristo abençoaria o telurismo que fez, do Brasil, o refúgio de todos os oprimidos, a libertação de todos os preconceitos sociais ou de classe, a fusão de todas as cores étnicas para o mais belo milagre humano da sua doutrina.

DEMOCRACIA E DEMOCRACIAS

Nosso nacionalismo significa, pois, humanidade. Defesa do Brasil para que ele se conserve Brasil, a fim de continuar o seu papel de redenção e humanização.

Quanto mais Brasil ele for, mais humano ele será.

E que dizer, agora, da obrigação do escritor, em face da democracia brasileira?

Não há mais democracia, o que há são democracias. O reajustamento do mundo partiu a palavra em muitas palavras, que parecem iguais mas que são muito diferentes: democracia imperial, democracia igualitária, democracia liberal.

Não obstante a confusão propositada, o conceito de democracia, no Brasil, não pode sofrer deturpação alguma.

Por ser o caso de uma "democracia social" tipicamente nossa.

Nascida em circunstâncias que não ocorrem, absolutamente, em outros países do mundo.

Se a lei não lhe vinha correspondendo ao sentido exato, o caminho a seguir, então, não havia de ser, como não foi, o de ir buscar lá fora o remédio. Nem o de recorrer à cópia de meios violentos que não correspondem à índole do nosso povo e ao ritmo de nossa História. Seria, muito ao contrário, reajus-

tar a democracia brasileira dentro da nova concepção de Estado triunfante em toda a parte. Mas dentro, também, do seu sentido irremediavelmente brasileiro. Ou dentro de um Brasil irremediavelmente democrático. Tudo entrou nessa democracia que é um fenômeno climático (somos um país tropical), que é um fenômeno étnico (a mistura de raças), que é um fenômeno geográfico (a terra niveladora, anticentralista), que é um fenômeno social (o operário de hoje é o patrão de amanhã), que é um fenômeno psicológico (a bondade na sua acepção brasileira, tipicamente democrática). É uma democracia "ser vivo".

É uma democracia que, antes de ser uma realização político-liberal, é uma razão brasileira de humanidade.

ARTE É DEMOCRACIA

Mas qual a democracia que interessa aos escritores?

Ora, todo artista é necessariamente individualista.

Arte é democracia, porque democracia é individualismo.

Admitir como "desumanas" as sociedades onde o homem procede, "não como pessoa, mas como indivíduo", é coisa que não tem fundamento em nossa democracia social e biológica.

O individualismo das comédias eleitorais nada tem que ver com o individualismo criador de beleza e de riqueza para o Brasil.

Em certos países, inventou-se que o mal do individualismo podia ser curado com o coletivismo. Em outros, o remédio estaria no estatismo, desindividualizador, feroz. Uma teoria engenhosa lançou mão de outro corretivo: o neo-individualismo. Falou-se muito num remédio espiritual bem-intencionado: o personalismo.

No Brasil, onde o individualismo é condição de aventura criadora, o interesse social está justamente em que o indivíduo "se realize" o mais possível, para realizar mais. Mesmo porque o nosso individualismo tem, na bondade típica do brasileiro, o seu corretivo natural. Claro que não me refiro à bondade (é indispensável frisar este ponto) no seu sentido de cordialidade. Não me refiro ao "homem cordial" de Ribeiro Couto e de Sérgio Buarque de Holanda. Refiro-me a uma bondade mais envolvente, mais política, mais assimiladora; uma bondade que nada tem que ver com o "homem cordial" dos

aperitivos nem com as "cordiais saudações" que são fechos de cartas tanto amáveis como agressivas. Força secreta e invisível que tudo domina, e que tudo submete com doçura. Fazendo mais do que todas as técnicas de violência, que dividem os homens e que só os submetem à custa de sangue. Poder-se-ia dizer que se trata, como já fiz ver alhures, de uma bondade que se defende sempre, mesmo quando parece submeter-se. A função desse material afetivo difere muito da que cabe à bondade em sua acepção hospitaleira, liberal ou lírica. Está longe de confundir-se com a daquela outra bondade que certo historiador carão denominou "incapacidade de realizar o mal, por indolência". Também não se confunde com a "bondade natural", que Afonso Arinos de Melo Franco, em recente e brilhante ensaio, fez entrar, como contribuição do índio brasileiro, nas origens da teoria de Rousseau. Também não se enquadra na espécie de bondade que tanto interessou a Stefan Zweig e que é a do "faça o favor de entrar"; bondade de sala de visitas. Que encanta, mas brilha falso.

Bertrand Russel, não faz muito, em seu *Ícaro o el porvenir de la ciencia*, exclamava que "só a bondade salvará o mundo". Seria preciso "fabricar" bondade. Não haverá jeito de se instituir uma junta secreta de fisiólogos, para se descobrir o meio de "criar" bondade? Como arranjar um remédio que torne os homens menos ferozes? A biologia oficial de certos países que procure responder, a seu modo, a pergunta angustiada e trágica.

Nós, não.

No país da bondade não existe o individualismo negativista e anarquizador. Tal individualismo, se existiu, foi amamentado pela politicagem profissional interesseira e particulista. Suprimida esta, o nosso individualismo voltará a ter o seu sentido exato, necessário, que não é o do individualismo burguês dos liberais incorrigíveis, que não é o do "personalismo" neutro e incolor de um Denis de Rougemont, que talvez não seja o do "neo-individualismo" *yankee* de um Overstreet, e sim um individualismo que, antes de ser corrigido pelo Estado ou por qualquer teoria, já o tinha sido pela bondade biológica do brasileiro. Bondade original e única. Fenômeno humano, sociológico, que não depende de nenhum decreto, senão do decreto de Deus que a instituiu no coração de todos nós. E haverá, no biológico, alguma coisa de pagão e de anticristão? Não. Não temos culpa da própria vida nos haver reservado, neste trecho da paisagem humana que é o Brasil, o milagre telúrico

do Cristianismo pela fusão de todas as raças que se irmanam, sem preconceito de cor nem de origem, debaixo do mesmo céu. Em nosso clima humano não há como funcionar aquela máquina que estandartiza, nivela os homens e só os não numera porque teriam todos o mesmo número moral e econômico. Aqui, felizmente, não se fez mister ainda comprimir os indivíduos para os fazer solidários. Solidários à força, isto é, mais do que seria necessário. Nem foi preciso reduzi-los a pessoas, para inventar uma espécie de solidariedade passiva e igualitária. Nosso individualismo cria a interdependência, que é solidariedade ativa e confraternizadora. No amanhecer do nosso destino, enquanto a pessoa ficava em casa, o indivíduo é que saía para as suas aventuras gloriosas. Se abolíssemos o indivíduo e deixássemos apenas as pessoas, o Brasil estaria paralisado. Faltaria o movimento que leva os homens a abrir caminhos novos e a procurar novas fórmulas de vida e de beleza. Nem é caso de maldizer tanto o indivíduo quando ele é a nossa última esperança contra os regimes de compressão. Se o mundo fosse um paraíso, só existiriam pessoas singelas e harmoniosas, e não indivíduos inquietos e dissonantes. Mas inquietude e dissonância ainda são alimentos do mundo que precisa viver. Não me parecem desumanas, pois, as sociedades onde o homem procede como indivíduo mas aquelas onde a pessoa humana não se realiza por falta do indivíduo que a realize.

Muitas vezes é o próprio indivíduo que luta contra a liberdade: que me adianta ser livre, se ninguém me vem garantir o gosto de ser livre? Que me adianta ser livre, se me falta capacidade para ser livre?

O direito moderno de tornar o indivíduo "menos livre" impõe, entretanto, a obrigação moderna de fazê-lo "mais feliz".

Demonstrando o seu horror ao "homem coletivo", Duhamel teve esta afirmação oportuna: é o homem individual que nos deu, nos tem dado e nos dará ainda os mestres, os sábios e os santos. Seria preciso ter caído numa desgraça imensa para pensar que sábios, santos e mestres não existirão mais.

Tudo está indicando, portanto, a posição do artista em face da nossa democracia.

Não só para defender uma "forma de ser" vinculada ao "ser brasileiro" como também para não sacrificar seu individualismo nos altares da violência.

Se arte é necessidade de expressão, se o artista não cria para si mas para transmitir a outros a sua emoção, claro é que arte é democracia.

Já disse o próprio Breton: não há cultura nem arte que não tenham mergulhadas, no povo, as suas raízes.

E disse a verdade.

NA ENCRUZILHADA

Em face do Estado novo, e neste elogio a Paulo Setúbal, não estou fazendo outra coisa senão reafirmar as idéias pelas quais sempre me bati, ao lado de outros escritores, desde a campanha "verdamarela" até ao movimento cultural e nacionalista do grupo Bandeira.

Na campanha "verdamarela", pugnando por "uma mentalidade mais apropriada à realização do nosso destino". No grupo Bandeira, pugnando por um "Brasil no original", "contra as ideologias forasteiras e infecções culturais dissolventes da nacionalidade".

Só um governo forte, dizia eu (*O Brasil no Original*, p. 262) entrincheirado em leis vivas, e não em ficções jurídicas que se vão tornando cada vez mais inoperantes, onerosas e ridículas, poderá "realizar" a democracia em seu sentido brasileiro.

Comunismo, a matéria esmagando o espírito; mal mortal. Democracia liberal, regime que não nos defendia; omissão mortal. Totalitarismo, violência anticristã e antibrasileira; remédio mortal.

Única solução: democracia brasileira em estado de legítima defesa.

Não nos arrastou, ainda, o drama que obriga o homem moderno a tomar, irremediavelmente, um dos dois rumos: o da direita ou o da esquerda.

Aquela inquietação a que alude o autor da "Carta sobre a independência" quando diz que muitos aspiram, e com razão, a sobrepor-se a esses dois mundos de prejuízos e de ilusões (coisa que não é fácil porque esquerda e direita têm, ainda, além do seu sentido político, um sentido fisiológico) não se verifica no Brasil. Aqui, felizmente, ainda podemos dizer que não somos nem da direita nem da esquerda, sem incorrer na covardia da neutralidade, antinatural e imoral. Não será neutro, pois, quem deixar de seguir um desses caminhos porque poderá dizer: a idéia de governo forte, entre nós, não é uma invenção de última hora, mas um fato histórico sem o qual o Brasil não teria existido. Não foi preciso pedir de empréstimo aos países totalitários a enqua-

dratura de um regime que estava, sem tirar nem pôr, na origem do nosso destino. Antes de haver fascismo europeu ou qualquer outro "*ismo*" já o bandeirismo era a revelação instintiva do esquema político original do nosso País, dentro das linhas estruturais que hoje condicionam o Estado moderno: comando seguro e fraterna solidariedade dos indivíduos obedientes à firme unidade do comando. Nossa democracia, por seu turno, e antes de ser uma descoberta legal, é um ser vivo que aqui nasceu, aqui se desenvolveu através da História, desde que o nosso primeiro grupo humano entrou pela terra atrás das pedras verdes, lutando contra o comunismo tribal e contra a aristocracia latifundiária que ficara encastelada no litoral. Com o sangue desse "ser vivo" operou-se o milagre da raça nova, elidiram-se todos os preconceitos de cor, de credo e de origem. Com o solo imenso em que cresceu esse "ser vivo" se fez o seu *habitat* intransferível: uma geografia democrática, antitotalitária, violentamente contrária ao imperialismo que tem fome de espaço porque estabeleceu justamente nossa luta contra o excesso de espaço. Com a alma desse "ser vivo" realizou o brasileiro alguma coisa de mais íntimo e de mais profundo, para a correção do individualismo pela solidariedade social: é a bondade, com a sua função social e humana.

Sou por essa democracia, porque essa é a verdadeira democracia cristã. Quando Deus disse: é preciso que a mão esquerda não saiba o que a direita faz, foi porque não deu preferência a nenhuma das duas. Se o coração está colocado mais à esquerda do que à direita, é simplesmente para corrigir o que a mão direita faz. Pouco importa que uns povos se coloquem ao lado esquerdo de Deus, e outros se coloquem ao seu lado direito. Quando chegar a hora suprema, isto é, quando todos os povos tiverem que responder perante Deus, todos estarão colocados à sua frente, para que Ele os possa ver a todos, na mesma compostura.

HAVERÁ QUEM PREFIRA SER NEUTRO...

A obra de Paulo Setúbal, no capítulo bandeira, tinha que me despertar, forçosamente, tais reflexões.

Sem ser político, ninguém foi mais pela democracia do que ele. Amigo dos humildes, sensível a todas as desigualdades sociais, votando verdadeiro horror à violência, dotado de um sentimento de bondade tipicamente brasilei-

ro, só poderia conceber um regime de fraternidade e compreender, como dissera certo filósofo, que a onipotência é um vinho muito forte para a natureza humana.

Sob a capa de não-conformista ideológico haverá, entretanto, quem prefira ser neutro.

Mas Chesterton diz, e muito bem: não há nada mais perigoso do que o homem que se declara neutro, o homem que não tem idéias. Ele adotará a primeira que lhe subir à cabeça, como o vinho que sobe à cabeça do abstinente absoluto. Quando alguém rejeita toda e qualquer doutrina, quando se recusa a aderir a algum sistema, quando declara que já passou a época das definições, quando não acredita na finalidade do esforço humano, quando em sua própria imaginação essa pessoa se instala como um Deus, observando todas as formas de crença, sem pertencer a nenhuma, é porque voltou ao estado dos animais errantes ou das árvores inconscientes. E ainda é Chesterton quem, citando *Os* Três *Soldados*, de Kipling, o *Herói e o Soldado*, de Shaw, e *A Máquina do Tempo*, de Wells, diz que todos eles são didatas inveterados. Quando precisamos de elemento doutrinário, temos que apelar para os grandes artistas.

Bem sei que o tema é delicado, dizia acertadamente Cândido Motta Filho, em seu discurso de recepção na Academia Paulista de Letras. Bem sei que o tema é delicado, e que, debatido pelos doutos, continua a debater-se. Mas não sabemos, então, que desde Sófocles até hoje os artistas se destacaram pelos seus esforços políticos? Anatole France, em tudo um céptico piedoso e sorridente, não o era nesse ponto, quando dizia a Haurecourt: "É necessário, meu caro, que tomemos um partido. Na maior parte das vezes, política e literatura se confundem." E relembrava o doce Virgílio fazendo a propaganda de Augusto. O autor do *Cid* combatendo Richelieu. Molière, campeão do rei e da burguesia laboriosa, contra a fidalguia agitada e descontente. A ironia de Voltaire, a sensibilidade de Diderot, a penetração de Montesquieu, a aspereza de Rousseau, Victor Hugo em face de Napoleão III. Pierre Brisson e Julien Benda discutem a mesma tese, e este último, para sustentar a neutralidade do escritor, que desejaria pairasse acima do tumulto radioso que é a vida. Pertencendo à pior casta de gente, que é a constituída por aqueles homens perigosos de que nos fala Chesterton (homens que não têm opinião e que não

tomam partido) o autor de *La Trahison des Cleres* coloca o nacionalismo entre as paixões políticas que mais combate. Jacques de Lacretelle entra na discussão, citando Abel Hermant e Duhamel. Poder-se-ia reduzir o pensamento, pergunta Jean Sclumberger, num dos últimos números de *La Revue Française*, a *l'office tout impartial de la balance*?

Henri Massis, em seu *L'Honneur de Servir*, exclama: "nenhum escritor pode escapar ao serviço do mundo, pois é a própria vida do espírito quem o exige". E, citando Gide, repete-lhe as palavras: "o homem que pensa, mas que encontra sua finalidade em si mesmo, *souffre d'une vacance abominable*."

Quando um povo nasce, quem é que lhe anuncia a madrugada?

É o artista, são os cancioneiros anônimos que cantam como aqueles cojubins que nasceram só pra cantar ao amanhecer.

Quando um povo sofre, qual é a primeira voz que lhe anuncia o sofrimento?

É a do artista. A do poeta perdido na multidão, e que se serve da sua arte para exprimir antecipadamente o que os outros exprimirão mais tarde, pela palavra ou pela ação. Palavra e ação que nada seriam se não as condicionasse o sentimento que é o segredo de todas as forças, de todas as revoltas e de todos os triunfos.

Se há, portanto, alguém impossibilitado de ser neutro, na hora atual, é o escritor. Não direi o intelectual, que consegue fugir pela porta da inteligência, para viver contra a própria vida. Mas o artista, o pensador – aquele que mais sofre nas horas de sofrimento coletivo. Aquele que anuncia a madrugada, quando vem amanhecendo uma nova época no destino de um povo.

EM CONCLUSÃO

Senhores acadêmicos.

Estais no planalto da cultura brasileira.

Obscuro bandeirante, vim até aqui.

Ousei subir até onde estais.

Não apenas para colaborar convosco em vossa imensa obra de brasilidade como também para reconhecer que sois o reduto supremo em que se apóia, neste instante, a nossa soberania de espírito e de sentimento.

E também por acreditar que a defesa do Brasil, em sua originalidade, nunca foi tanto, como agora, uma função espiritual.

A grande história da Cadeira que, com o vosso consagrador sufrágio, me concedestes, está ligada à pequena história da minha sensibilidade.

Luís Guimarães Júnior, cuja "Visita à casa paterna" vivi declamando em menino, é o poeta que primeiro entrou em minha formação sentimental. João Ribeiro foi quem me distinguiu com o maior elogio a que eu pudesse aspirar na vida, chamando-me "brasileiro até à medula dos ossos". E Paulo Setúbal? É aquele em cuja obra de escritor, em cujo entusiasmo pelos feitos de nossa gente e pelas coisas de nossa terra, irei sempre buscar inspiração segura para o meu nacionalismo, que é minha razão brasileira de humanidade. Faltava-me ainda, para redourar tão bonito sonho, agora transformado em mágica realidade, fosse eu recebido por Guilherme de Almeida: pois nem isso me faltou à emoção desta noite.

Senhores acadêmicos:

Quis o destino que houvesse vinte e uma formas de servir ao Brasil. Deu-me uma delas. Estou satisfeito com a forma que me coube nessa partilha fraterna, nessa divisão geográfica de trabalho para um só objetivo histórico.

Mas, bandeirante obscuro, ia eu dizendo, vim até ao planalto onde estais vós, e onde guardais, viva como nunca, a chama sagrada do espírito brasileiro. Sopram ventos maus, lá fora. Aqui dentro, porém, esta chama simbólica estará sempre acesa. Porque Pátria é espírito. E o espírito da Pátria é imortal.

Venho de Piratininga, senhores acadêmicos.

Só não trago esmeraldas.

II

RESPOSTA DO SR. GUILHERME DE ALMEIDA

Senhor Cassiano Ricardo,

A este cerimonioso "senhor" do bem simples protocolo acadêmico não se furtem, hesitantes, meus lábios, nem se neguem, surpresos, vossos ouvidos. Não há vislumbrar aí, por sensitiva e afinada que seja uma amizade, suspeita, a mais leve, do muito imperdoável crime de lesa-intimidade; com dizer e escutar esse "senhor", nem são traidores os lábios meus que o dizem, nem traídos os ouvidos vossos, que o escutam. Esse trato formalista, isolante e distanciador, agora, aqui e assim interposto entre nós dois, é como aquele recuo estratégico dos acrobatas elásticos para o salto ágil e solto que galga mais alto e alcança mais longe... Esse momentâneo retrocesso sobre nós mesmos é, tão-só, como o da corda retesa que, para trás estirada forte e firme, do arco dispara a xara alada que voa e vara, ou do banjo lança o som redundante que ondula...

Afasta-nos esse "senhor", um mortal instante, para nos aproximar numa instantânea imortalidade...

UMA PARÁBOLA

Ah! a imortalidade acadêmica!

A Academia vem sendo uma parábola santa e uma fábula profana.

A Academia vem sendo semelhante à vinha do Senhor, à qual muitos são os chamados e poucos os escolhidos; e, por mourejar na qual, pressurosos ou retardatários, todos, em vindo a noite, recebem igual dinheiro, o mesmo quinhão de imortalidade.

Mas também a Academia vem sendo semelhante à vinha da fábula: astutas e lambareiras raposas não faltam, que lhe lambam ou devorem os cachos fáceis, ao rasteiro alcance da sua gula; mas que, ao farejarem de baixo os inacessíveis, opimos frutos que o sol no alto adoça e redoira, despeitadas os depreciem e se afastem, aguadas, regougando desdéns...

AS RAPOSAS

As raposas... Lembro-me. Fui também elevado, um dia, a esta nunca sonhada e pouco merecida altura. Alguém, então, me observou:

– Mas, como?! Você, "moderno", na Academia! Então "modernos" não são contra a Academia?

– Não. Os "modernos" não são propriamente contra a Academia: eles são apenas contra o fardão acadêmico.

– Contra o fardão?...

– Ora! Eles vêm passar os fardões e resmungam: "Estão verdes!"

O QUE NÃO ESCARNECEU

Não fostes – nunca! –, Sr. Cassiano Ricardo, dos que menosprezaram a Academia. Da vossa quietude bem-educada e do vosso silêncio respeitoso, mesmo quando, em 1922, mais sanhuda e bulhenta ia pelos arraiais "modernistas" a grita antiacadêmica, nunca pulou gesto nem escapou palavra de combate ou escárnio. Tal quietude e tal silêncio, só agora, há pouco, os quebrastes, para apenas afirmar, perto agora, bem perto do nosso coração, que é este "o planalto da cultura brasileira", que este é o "reduto supremo em que se apóia, neste instante, a nossa soberania de espírito e de sentimento". Como poeta o dizeis. Vindes como poeta. Bendito seja o que diz bem ao nosso coração! Bem-vindo seja o que vem bem ao nosso coração!

UM AUTO-RETRATO

Bela e humanamente falastes, Sr. Cassiano Ricardo, daquele à cuja última, leve e ainda morna sombra tomais assento nesta Casa. Mas, dele falando, de vós mesmo foi que falastes.

Dissestes, há pouco: "O momento mais bonito: aquele, que reservo para os meus exercícios de sinceridade." Ora, acabais de viver agora, aqui, um desses momentos – e talvez o maior e melhor – da vossa vida. Elegantemente exercitastes a vossa sinceridade. E fartamente. Aquele que fala de si mesmo, vestindo-se para aparecer em público, esconde-se sob palavras; falar de outrem, isto é, despir-se para, com as suas vestes, cobrir a alheia nudez, é inda a mais simples e útil maneira de revelar-se, mostrar-se alguém tal qual é. Retratando o vosso imediato antecessor nesta Cadeira acadêmica, nitidamente vos retratastes a vós mesmo. E que parecidíssimo auto-retrato!

A SAÚDE MENTAL

Pintastes aqui o quadro esportivo da vossa perfeita saúde mental, quando, falando do especialíssimo lugar que ocupa Paulo Setúbal na estante que dedicais aos vossos escritores de cada momento, contais a ginástica sadia que praticais com aqueles "exercícios de sinceridade" e os vossos freqüentes treinos de pugilismo contra a palavra, "o nosso inimigo número um, toda vez que somos sinceros"...

A SENSIBILIDADE

Riscastes aqui as finas linhas da vossa estilizada sensibilidade, quando, referindo-vos, sem respeito humano, ao "único livro que vos fez chorar", revelastes aquela íntima higiene de "chorar sem tristeza, sem filosofia, mas pelo encantamento de limpar a alma", lavando-a nessas lágrimas "amigas e generosas, fecundas e benfazejas", que "brotam como estrelas, em silêncio", para provarem que "ainda temos uma alma neste mundo que está ficando sem alma"...

O SÁBIO

Desvendastes aqui todo o luminoso, mas calmo, cenário da vossa sabedoria boa e simples, quando, ao comentar a interrogativa curiosidade daquele que nessa Poltrona vos precedeu, afirmastes, com a singeleza comovedora das autênticas convicções, que "só interrogam assim os sábios e as crianças: estas, porque querem saber; aqueles, porque não sabem ainda"...

O FILÓSOFO

Descerrastes aqui todo o secreto e precioso tesouro da vossa sã filosofia, quando, analisando aqueles encontros e desencontros do drama espiritual de Paulo Setúbal, dissestes: "À medida que a gente vive, vai limitando cada vez mais a personalidade. Em vez de fazê-la aparecer, vai obscurecendo a sua fisionomia. Os traços físicos ajudam esse trabalho de limitação e complicação. Cada dia que passa cria um limite, e cada ano ergue uma barreira diante da nossa verdade interior. Nenhum de nós, no fim de contas, consegue ser o que é. Há indivíduos que se parecem com outros, mas não há nada mais difícil do que um indivíduo parecer-se consigo mesmo..."

O SOCIÓLOGO

Delineastes aqui o vosso firme perfil de sociólogo atilado, quando, fundamente sondando tudo o que é nosso – terras e gentes –, descobristes que "a civilização mecânica não nos separou deste nosso contacto amoroso com as forças primitivas"; que tudo, aqui, "é procura, tudo é material inédito de construção humana"; que "nesta madrugada rumorosa não cabe a deformação da vida através de teorias que pensadores e sofistas engendram lá fora; e que estamos vivendo ainda, e graças a Deus, aquela idade em que o povo não sabe mentir"...

O CRÍTICO

Patenteastes aqui a nítida figura de crítico vivaz e sensível que sois, quando, estudando o sentido visualista do romance histórico de Paulo

Setúbal, concluístes que "somos um povo em cuja literatura rareiam os introvertidos"; que "a nossa arte, a que verdadeiramente ficará, é toda um diário de surpresas diante das coisas, um diálogo comovido entre a nossa alma e os sortilégios de um mundo criança"...

O POLÍTICO

Desdobrastes aqui, ao descrever o surpreendente quadro de *O Brasil no Original*, o panorama verde e claro da vossa inteligência política, preconizando "a criação de uma polícia da inteligência, que vele pelos destinos da nacionalidade"...

O ARTISTA

Enunciastes, aqui, no expor e analisar o "pensar brasileiramente" de Paulo Setúbal, todo o vosso credo artístico, que é "originalidade ou morte!"; que é a defesa da Pátria "com a grande e invencível arma da sua originalidade"; que é saber fundir indissoluvelmente Arte e Pátria, pois "quando o escritor cumpre o dever da sua inteligência para com a sua Pátria, está cumprindo um dever para com a sua própria arte, porque não existe arte sem Pátria"; que é ver na pura arte democracia pura, porque, "se arte é necessidade de expressão, se o artista não cria para si, mas para transmitir a outros a sua emoção, claro é que arte é democracia"...

O PATRIOTA

Desenrolastes aqui a perspectiva forte e nítida do vosso incontido e contagioso patriotismo, do vosso inspirado e inspirador nacionalismo, afirmando a vossa "razão brasileira de humanidade", porque "quis o destino que houvesse vinte e uma formas de servir ao Brasil", e vos deu uma delas, e estais satisfeito com a que vos coube "nessa partilha fraterna, nessa divisão geográfica de trabalho para um só objetivo histórico"...

O POETA

E, para completar, afinal, o involuntário e, portanto, sincero e fiel auto-retrato que vos foi irresistivelmente escapando da pena que retratava a Paulo Setúbal, revelastes-vos poeta, poeta total, isto é, o ilusionista iludido, quando, há pouco, com estas últimas, porém, primeiras palavras vossas, a nós vos apresentastes: "Venho de Piratininga, senhores acadêmicos. Só não trago esmeraldas!" Engano, Sr. Cassiano Ricardo! Engano afirmativo do poeta legítimo que sois!

AS ESMERALDAS

"Só não trago esmeraldas!"

Ora! Só esmeraldas nos trazeis.

Vem abarrotado de pedras verdes o rude surrão de coiro da vossa rápida arrancada até aqui. Pedras que – na vossa constante obsessão do verde, que é a bem marcada nota de toda a vossa poesia – à terra arrebatou o arranhão de ferro da vossa charrua arrastada com ardor... Pedras verdes: hastilhas límpidas espirradas da carne viva das vossas muito amadas terras, gentes e coisas... Parcelas da selva felpuda de feltro e pelúcia...; lascas saltadas de rios de esmalte e cristal estalados ao sol...; torrões estorricados de morros torrados de modorra e mormaço...; fragmentos violentos de ventos verdoengos e de ondas redondas...; fiapos, farrapos de penas fugidas do vôo desfiado de estrídulas aves..; pedaços do fósforo aceso no olhar vertical das onças sinuosas...; fatias vibrantes de cobras nervosas fugindo na relva...; partículas moles de mornas lagartas derreadas nas folhas...

Verde, tudo verde!

Vem atestado de esmeraldas o vosso alforje. São gotas de leite verde que os seios de montanha da terra, então impúbere, femininamente, souberam negar outrora ao desvirginador, seu namorado; mas que, maternalmente, não puderam agora recusar ao poeta, seu filho... São as vossas imagens verdes: estilhaços, na vossa arte panteísta, das vossas muito amadas terras, gentes e coisas...

Quantas esmeraldas!
Esmeralda é aquela selvagem e corajosa confissão de *A Flauta de Pã*:

Nasci para viver no mato, ó minha musa
de olhos verdes! bebendo o orvalho e ouvindo as coisas,
as lindas coisas que me diz a alma confusa,
toda enredada de cipós, do próprio mato...

Esmeraldas são aqueles vossos verdes instantes de esperança e tristeza, que vivestes à luz amorosa de *A Mentirosa de Olhos Verdes*:

São verdes como a esperança
as horas em que sou triste:
bem que existe não se alcança;
procuro o que não existe...

Esmeraldas são aqueles fortes *Borrões de Verde e Amarelo*, em que falais ao estrangeiro:

... Ó loiro imigrante,
o meu país é todo um rútilo tesouro
nas tuas mãos; toma a enxada
e vai plantar a semente de ouro
na terra de esmeralda!

em que descreveis aquela manhã nacional que, ao ver a onça indígena pular do mato,

à semelhança de uma caçadora
saiu por trás da montanha verde
e, esticando o horizonte em forma de arco,
lhe arremessou de pronto uma flecha de sol!

em que cantais os verdes acúleos da laranjeira florida:

E quantas noivas tornarão pelos caminhos, sob a tarde bucólica,
para chorar depois sobre os frutos do chão.
Porque passam as flores.
Os frutos doirados também passarão;
mas os espinhos, aqueles verdes espinhos da laranjeira simbólica,
esses, por certos, ficarão...
Espinhos verdes da laranjeira,
verdes punhais no coração;

em que descobris, no fundo da floresta, "esmeralda monstruosa", a árvore emblemática da Pátria; e lhe dizeis:

Podem os mata-paus de tentáculos verdes
crucificar-te inteira, haurir-te a seiva jovem;
a tua maldição é uma penca de frutos,
e dos teus braços nus, ou vestidos de musgo
as flores do perdão continuamente chovem...

Esmeraldas são os papagaios religiosos da vossa *Terra Papagalorum*, que vieram, durante a primeira missa no Brasil,

solenizados nos seus fraques verdes
ouvir aquela fala resmungada
que parecia um cântico de alvorada dito em latim...

são aqueles cafeeiros da *Canção do Monjolo*:

Os cafeeiros, quais soldados muito verdes,
marcham de dois, de dois em dois, contra o sertão...

Esmeraldas são todas as páginas do vosso *Martim Cererê*, o livro da Gênese Verde do nosso verdadeiro Antigo Testamento, com o seu Éden verde:

o país das palmeiras
que era todo um rumor
de água clara
e de alegria matinal;

com a sua Eva verde, a Uiara,

uma estranha mulher muito linda,
muito clara,
como ainda não houve no mundo
outra igual:
cabelos verdes, olhos amarelos...;

com o seu demônio verde – a Cobra Grande – oferecendo o fruto proibido de todas as tentações – a Noite:

Uma espécie de coco
crivado de espinhos por fora
mas cheio de enorme mistério
por dentro...
A noite está dentro
desta fruta do mato:
e ela é quem dá o amor...

com o seu Adão branco falando à Uiara verde da sua vinda e do seu amor:

Eu vim do mar! Sou filho de outra raça!
Para servir meu Rei, andei à caça
de mundos nunca vistos nem sonhados!
ora de braço dado com a procela,
ora a brigar com ventos malcriados.

Trago uma cruz de sangue em cada vela!
E na crista do oceano, em meio do escarcéu,
dentro da solidão azulada e redonda,

quanta vez me afundei no côncavo de uma onda
e quanta vez bati com a cabeça no céu!

E assim, como um brinquedo em mãos da tempestade,
vim tonto da ambição que me trouxe até aqui!
Decerto que a ambição pode mais que a saudade...
Ambas me foram ver à hora em que eu parti.

A saudade enxugou-me os olhos, tão sincera,
como se me dissesse o adeus do nunca-mais.
A ambição de olhar verde exclamou junto ao cais:
"Vai, ó lobo do mar, que eu fico à tua espera!"

E agora, ó Terra brava, eu sou um rouxinol...
Quero viver cantando à beira do regato!
E o teu beijo colher, que é uma fruta do mato,
no teu corpo pagão salpicado de sol!

E agarrar-me depois aos teus seios de luar,
nauta que atravessou centenas e centenas
de ondas em fúria e veio naufragar,
depois de tanta luta, em duas ondas morenas
que valem muito mais, em sendo duas apenas,
do que todas as ondas que há no mar...

.....

Eu vim do mar! Sou filho da procela!
Trago uma cruz de sangue em cada vela!

Para melhor sentir a glória de te amar,
lobo do oceano acostumado a tudo,
estenderei o coiro de um jaguar
sobre este chão que ficará um veludo
mais verde, mais macio do que o mar!

E, tão grande há de ser, afinal, nossa luta,
sobre o leito trançado de cipós,
que a noite cairá como uma coisa bruta
suando pingos de estrelas sobre nós!

E houve, no Éden verde, o verde pecado, não punido pela espada de fogo, mas abençoado pela Cruz de Estrelas, porque

... a dor de pensar não chegará tão cedo
a um mundo que é inocência, é um brinquedo;
onde tudo é tão verde e a terra tão criança
que a própria nostalgia tem um gosto
de lágrimas misturadas com esperança!...

E aí, dos amores assustados da Uiara verde com o homem branco, nasceu toda aquela fabulosa geração de Gigantes de Botas de Sete Léguas, partindo de São Paulo

na verde manhã de garoa
tão cheia de coisas remotas...;

e indo bater à porta do sertão assombrado. É André Leão fincando o pé no mataréu medonho, onde o Currupira, de olhos verdes e cabelos encarnados, vai à frente, "ensinando os cipós a darem nós cegos no chão", e esperando que o gigante dormisse e furtando-lhe tudo da bruaca de coiro, para que ao despertar ele se visse amarrado

sem roteiro, sem oiro,
sem nada
na cruz de uma encruzilhada...;

é Borba Gato, vendo tudo sair correndo e gritando, espavorido,

quando ele arrombou, num soco,
a porta verde do sertão...;

é Anhangüera, O Diabo Velho, incendiando as águas bravias; e, ante o milagre,

então, a montanha
tocada de estranha magia,
abriu o seu cofre de gruta,
tirou a mais bela
das jóias verdes que possuía
e exclamou: isto é seu!

Então o riacho,
num abraço de espanto,
ainda sujo de terra,
lhe ofereceu de presente
todo o ouro que havia escondido
no leito de barro: isto é seu!

Um pelotão de jacarés em coro
abriu-se todo em ângulos vermelhos
de bocas em serra.

Ó Diabo Velho! Ó ladrão de oiro!
E todos os bugres, tomados de assombro,
caíram com a face e com os joelhos no chão,
a gritar por quem era
Anhangüera!
Anhangüera!...;

é Fernão Dias, o deus vagabundo, a quem as léguas vieram receber no mato, enleando-se em novelos nos seus pés, mas que passou

esmagando a cabaça das léguas
com as botas de couro,

desafiando e desfiando cada morro que

era um enorme carretel de léguas verdes enroladas
que ele desenrolou puxando uma atrás de outra
numa fita vermelha de estradas!...;

é Raposo, que entrou no mato "levando o novelo do nosso destino":

Saiam todos da frente
que eu quero passar;
não perguntem quem sou,
nem procurem saber aonde vou,
que eu não posso parar!
Saiam todos da frente
que eu quero passar!,

e que passou, e que transpôs cordilheiras, e que "levou o recado de um oceano a outro oceano", e em cujo rastro

...o mapa do Brasil ficou cheio de riscos
que ele riscou com lápis verde e com tinta encarnada
p'ra marcar os lugares por onde passou na garupa dos rios,
e onde deixou cada légua esticada num leito de estrada!;

é toda a verde história, que, com as suas múltiplas línguas de água verde, o Tietê vai contando,

... dos velhos gigantes,
que andaram medindo as fronteiras da pátria,
ao tempo em que São Paulo colocava os sapatões atrás da porta
e os sapatões amanheciam cheios de oiro...
e os sapatões amanheciam cheios de esmeraldas...
e os sapatões amanheciam cheios de diamantes...!

OS DOIS BANDEIRANTES

Verde, tudo verde!

Quantas esmeraldas nos trazeis, Sr. Cassiano Ricardo!

E se a Academia vos pergunta agora, como ao bandeirante, vosso maior, perguntara outrora el-rei, quanto pedis em paga de tão generoso tesouro, bem podeis, paulista de hoje, como o paulista de ontem, responder:

– Se venho dar, como hei de pedir?!

Discurso do
SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO

e

Resposta do
SR. MÚCIO LEÃO

Sessão solene extraordinária
do dia 31 de janeiro de 1938

I

DISCURSO DO SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO

No esplendor das horas culminantes, a memória ilumina, entre os fragmentos do passado, cenas, ou impressões, a que atribui o prestígio de uma significação oportuna. É assim que, de velhas passagens da adolescência, ressurge, para o prazer de minha recordação, o episódio daqueles nadadores que, nas praias de Olinda, enfrentavam e venciam o assalto das ondas inquietas. No balouço das vagas, tornava-se o movimento sensação voluptuosa, como se o vai-e-vem das águas aumentasse a elasticidade, ou a força dos músculos. E era deslumbrador o espetáculo, que a distância ia lentamente compondo. Apagava-se a orla branca das praias, e já parecia que os coqueiros assentavam no mar os seus troncos esguios, ou que saíam das ondas as fraldas das colinas, que as igrejas enfeitavam com as suas torres seculares, tão brancas junto ao verde-escuro da copa das mangueiras. Ao hemiciclo da praia inicial somavam-se as enseadas circunvizinhas e os coqueirais, que se emendavam até o extremo limite da visão, tecendo e destecendo, ao sabor das brisas, a renda das suas palmas enlaçadas.

O encanto do panorama, a alegria do movimento, a carícia das águas tépidas arrastavam o nadador. E a distância se tornara excessiva; a temeridade da aventura assustava os espectadores, enfileirados na praia. Apercebia-se, afinal, o imprudente dos perigos a que se expusera. Contemplando o caminho longo, que precisava de novo percorrer, de si mesmo indagava, angustiado, se para tanto chegariam as suas forças.

Tenho aqui renovada, num plano tão diverso, a sensação desses tempos de adolescência. O prazer de vossa eleição, o encanto desta hora esplêndida não conseguem destruir as dúvidas do temerário. Chegarão para tanto as suas forças?

Essa interrogação modera, de algum modo, a manifestação dos agradecimentos que vos devo, e justamente pelo que de vossa parte encontro de excessivamente generoso, na desproporção entre o que me concedeis e o que eu, em verdade, vos posso oferecer.

Fostes ainda mais longe, conferindo o encargo da saudação acadêmica a um companheiro de toda a minha vida, sem receio ao que lhe pudesse inspirar, ao generoso coração fraterno, amizade tão longa e tão íntima. Gestos assim não são feitos para a retribuição de agradecimentos triviais, mas para serem sentidos. Não se perderá a vossa intenção, senhores acadêmicos.

AS ACADEMIAS E OS CENÁCULOS

Não escasseiam, entre os candidatos à vossa eleição, os que, à míngua de triunfos, tomam partido sob o estandarte de vossos adversários. Convenho, porém, em que nem todos os que se apartam de vós obedecem a esses motivos subalternos. Pode conservar-se distante o batalhador corajoso, decidido a correr a sorte do dilema que Aristóteles estabelecera: o homem isolado ou é um Deus ou um bruto. Os Alcestes das letras, receosos de capitulações, ou de influência estranha, talvez prefiram a glória das batalhas inflexíveis, desde que não há sociedade que se não alimente de concessões e de transigências. Para esses temperamentos, não há prazer que exceda a alegria das lutas solitárias. Cheios da sabedoria do Eclesiastes, compreendem a inanidade de todas as vitórias. As festas da vaidade já não prendem os olhos desencantados, que se deixaram arrastar à contemplação das profundas da vida. Como é superficial ou insignificante o contentamento que vem pelos caminhos do orgulho!

Pouco a pouco, a vida se encarrega de atrair os díscolos e de reduzir os rebeldes. Não há outra fórmula para a existência que a da renúncia ao heroísmo, ao heroísmo de que fala Carlyle, misto de ideal e de capacidade de sacrifício. Dissimulamos com o título favorável de "experiência" o que não passa de uma domesticação, a destruição de qualidades magníficas, para que todos

vivam dentro de normas comuns, perdidas as arestas, sopitados os ímpetos, aniquiladas as revoltas.

É bem de ver, entretanto, que o dilema de Aristóteles falha nos seus próprios fundamentos. Ninguém escolhe entre as academias e a solidão, mas entre umas e outras academias. Postos de lado os raros e agressivos Alcestes, não existe, nas letras, o Robinson Crusoé, que trabalhe para o seu exclusivo divertimento. A norma é o grupo, a associação. Quando não prevalecem as academias, os cenáculos, os institutos, vinga a redação de revistas, a banca dos cafés ou a porta das livrarias. Na França existe ainda o salão literário, participando dos prélios com a energia e a coesão das unidades de combate. Prefere o Brasil os lugares públicos, que favorecem a elevação da voz, a veemência das objurgatórias, a comodidade do vestuário.

Os inimigos das academias enquadram-se e doutrinam nesses outros grêmios irregulares. Não se trata, pois, de insociabilidade, mas talvez de intolerância. A Academia de Letras, por exemplo, é um largo estuário, a confluência dos rios de muitas vertentes literárias. Nas associações de mesas de café, ou de porta de livraria, a disciplina se torna mais severa, na preponderância de critérios classificadores intransigentes. Quem não aceitar a doutrina vencedora entre os chefes, quem se não encher de veneração pelos diretores da escola, pode considerar-se excluído e sem demora rebaixado a outras categorias zoológicas. Só existe lugar para o astro e para os seus deslumbrados satélites.

Por isso observava o Sr. Fernand Divoire que um café literário se firmava no prestígio de um homem notável, ou em evidência. Moréas reinava no café Vachette; Catulle Mendès e, mais tarde, Ernest La Jeunesse haviam ocupado o Napolitain; Paul Fort era a atração da Closerie des Lilas; em torno de François Coppée se reuniam os freqüentadores do café Versailles.

Assim por toda a parte; assim também no Brasil. Coelho Neto recordava, em *Fogo Fátuo*, que os "grupos literários mantinham firmes as suas posições: os naturalistas, no Cailtau; os românticos, no Castelões; os parnasianos, no Pascoal. No Deroche, já em decadência, às moscas, o falanstério dos simbolistas".

Ainda constituem as academias de letras o modelo mais amplo e mais variado de associações literárias. Aqui podem caber todas as escolas; aqui se fazem representar os diferentes setores da atividade intelectual. E é por isso

que lendo, há pouco, os volumes em que se acham reunidos os discursos acadêmicos tive a impressão de que estava acompanhando, nas suas figuras dominantes, a própria história da vida mental do Brasil, no entrechoque das escolas poéticas, no trabalho dos romancistas, na atividade dos autores de contos, no esforço dos comediógrafos, na Crítica, nas ciências jurídicas, nas manifestações tribunícias, na Publicística, no Jornalismo. Sim, também no Jornalismo, por mais que isso escandalize os que procuram outros títulos nos que se apresentaram aos vossos sufrágios vindos dessa profissão, que muitos dos patronos desta Companhia ilustraram com os seus nomes imortais, como Hipólito da Costa, Lêdo, Evaristo da Veiga, João Francisco Lisboa, Joaquim Serra. E que perseverais nessa atitude no-lo provam tantos outros, que foram antes de tudo, ou quase exclusivamente, homens da Imprensa, como José do Patrocínio, Alcindo Guanabara, Medeiros e Albuquerque, Constâncio Alves, Félix Pacheco, Vítor Viana. Não fosse o Jornalismo, por si mesmo, manifestação literária, e ainda se poderia ver, nessas eleições, o reconhecimento dos gloriosos serviços prestados às letras e à inteligência brasileira pelos que se esterilizam, ou se sacrificam, nesse trabalho de Sísifo que é a Imprensa diária, trabalho anônimo, exaustivo e efêmero, cheio dos males que João Ribeiro apontava nas profissões paralelas da atividade literária.

Não se poderia atribuir a uma academia, formada ao acaso de pleitos disputados, o merecimento da infalibilidade e da justiça absoluta. Basta, entretanto, que o acerto seja uma intenção ou a linha geral por que se pautou a composição do quadro acadêmico.

Parecer-me-ia desprimoroso apresentar a minha pessoa, ou a de meus amigos, para fundamento de alguma dessas teses. Mas perdoai que vos confesse que neste momento não saberia calar o nome do General Barbosa Lima, o tribuno, cujos discursos, na exaltação cívica, na eloqüência profética, na profundidade do conceito, se assinalaram ao meu coração como aquelas sarças de fogo de que se valia a palavra divina para os seus conselhos mais solenes. Estimei-o sempre com sentimento filial, embora separados pela diversidade de temperamento e de formação, assim como pela transformação do ambiente em que tivemos de viver e de lutar. Não sei o que nele mais admirava, se as lições de sua cultura excepcional, lúcida e profunda, se a doçura do acolhimento, que era surpresa encantadora na aparência hirsuta, que lhe vinha

das atitudes severas, do jeito empertigado do corpo, das barbas apostólicas. Por mais austeras, todavia, que fossem as atitudes, o olhar e a palavra sabiam contar o que havia de infinita ternura naquele coração de afetivo. O nome que tenho é o dele, nome que meu pai adotou para mim, numa renúncia feita de intenções afetuosas. Minha mãe, irmã de Barbosa Lima, o adorava também, sendo, talvez entre todos os irmãos, o que mais possuíra aquelas virtudes ascéticas e resignadas, que derivam de uma perfeita humildade cristã, virtudes que haviam sido o apanágio da vida estóica e desambiciosa do parlamentar republicano.

Refiro esses nomes e recordo essas pessoas sob a opressão de uma saudade sem remédio. Nem há nada mais melancólico do que saber que não mais estarão presentes, nas horas favoráveis, as afeições tutelares da infância e da mocidade. Para uma situação semelhante, Carlyle tivera aquela frase trágica: "De que nos vale a vida, assim limitada pela morte?"

O filósofo de *Sartor Resartus* não achou resposta. Mas a vida sabe aumentar as afeições que vai criando em torno de nós, concentrando nelas também a amizade pelos que já partiram. O amor pelos filhos, permitindo conhecer o que devíamos ter custado aos nossos pais, vale como uma nova e mais perfeita floração de sentimento filial.

A existência nos despoja, pouco a pouco, de nossos maiores e mais puros tesouros. Não passamos de muito a metade da vida e já temos a impressão de que vamos caminhando dentro de um cemitério, em que numerosos túmulos se nos tornaram familiares.

Mas vamos seguindo, talvez trôpegos, talvez apertado o coração... Lá, adiante da linha dos túmulos, e dos ciprestes funéreos, há amizades novas que nos esperam, há vidas novas que precisam de nós e que nos atraem, sorrindo no fundo de pupilas radiosas.

DUAS GERAÇÕES E DOIS POETAS

José Maria Goulart de Andrade aportara ao Rio de Janeiro em 1897. Era pouco mais que um adolescente, no alvoroço dos dezesseis anos. Vinha de Alagoas, dessa mesma Alagoas de onde saíra, onze anos antes, e também

com destino ao Rio, outro poeta – Sebastião Cícero de Guimarães Passos, que andava então pelo verdor dos dezenove anos.

Não nos iludamos com a aproximação ou com a semelhança das duas ocorrências. Entre os dois alagoanos só haveria de comum o itinerário da viagem e a tendência poética. A própria cidade que os recebia transformara-se profundamente nesses dois lustros que haviam assistido à Abolição da Escravatura, à Proclamação da República e à Revolta da Esquadra.

Tivera a Abolição a prodigiosa virtude de reunir e congregar todas as inteligências brasileiras, nesse incomparável qüinqüênio de 1884 a 1889. Ao calor do apostolado, fundiam-se arestas de incompatibilidade de temperamento ou divergências de escolas literárias. Em nenhuma outra fase de nossa História se esqueceram tanto de si mesmas as personalidades, para servir aos interesses da campanha comum. Mesmo sem unidade de chefia, o movimento se entrosava de pessoa a pessoa, de cidade a cidade, de província a província, numa coordenação perfeita e harmoniosa, que vinha menos dos planos que do sincronismo espontâneo dos sentimentos. Despreocupado, imprevidente, ingênuo mesmo, Guimarães Passos encontrou o meio literário carioca accessível às manifestações de confraternização e de amparo recíproco. Era a época dos "mosqueteiros literários", que João do Rio nos descrevera numa frase: "A sua vida econômica baseava-se nesse princípio, que os economistas repeliriam: nunca ter dinheiro e ser sempre generosíssimo."

A união, que se formara na campanha abolicionista, não resistira à República e muito menos ainda às guerras subseqüentes. Dividiram-se os "mosqueteiros literários" entre os partidos e os exércitos. Alguns se viram obrigados ao exílio; outros empunharam o bastão do reacionarismo. Não havia mais uma família única de homens de letras, mas uma série de grupos e de facções separadas pelas questiúnculas de partido, pelas incompatibilidades pessoais ou pelas doutrinas literárias.

Ainda sentiria Goulart de Andrade o ressaibo daquelas paixões partidárias. Coestaduano e admirador de Floriano Peixoto, entrando para a Escola Naval depois da Revolta de 1893, parece que não encontrou ambiente muito favorável. Desligou-se por isso do curso, matriculando-se na Escola Politécnica. E foi quando começou a viver em contacto com os grupos literá-

rios, fazendo parte de um dos derradeiros cenáculos dos cafés cariocas – o cenáculo da Confeitaria Colombo, no alvorecer deste século.

Veteranos e estreantes conviviam lado a lado, confundidos na mesma despreocupada alegria. Entre os veteranos, os irmãos Azevedo, Artur e Aluísio, Coelho Neto, Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Guimarães Passos. Os novos apresentavam uma plêiade, em que já se destacavam Goulart de Andrade, Martins Fontes, Aníbal Teófilo, Leal de Sousa, Humberto de Campos, Luís Edmundo, Alcides Maia, Tomás Lopes, Bastos Tigre, Heitor Lima, Oscar Lopes.

Mantêm, no século que principia e que já não os compreende, a tradição boêmia das gerações de que se aproximavam. São homens da Rua do Ouvidor passeando pelas novas calçadas da Avenida Central.

Cultivam as frases e atitudes irreverentes, que pudessem apresentar um pouco de escândalo, ou de bizarria. O mais expansivo de todos eles, Martins Fontes, falaria desses hábitos e dessa época numa linguagem de encantamento:

> Excentricidades no trajar; polainas, capas espanholas, chapéus desabados, gravatas de cores vívidas, monóculos insolentes, impertinências, arrogâncias, espalhafatos... Oh! as *toilettes*, por exemplo, do Calixto, do admirável caricaturista Calixto Cordeiro! Adorável! Adorável! Fantástico! Fantástico! Calixto usava sapatos bicudíssimos, com fivelas de prata onde iniciais se entrelaçavam, fraques agudos, em rabo de tico-tico, coletes altos, colarinhos ainda mais altos, gravatas de quatro voltas, à Diogo Antônio Feijó, e caveirinhas, caveirinhas de ouro, de prata, de coral, de marfim, por todo o corpo pendentes de cadeias subindo pelas frocaduras das fitas...

Não faltariam exemplos dessa preocupação de extravagância; os chapeirões de Emílio de Menezes, as polainas alarmantes de Guimarães Passos, a cabeleira de maestro do Sr. Bastos Tigre, os coletes de veludo do Sr. Oscar Lopes, que fazia três *toilettes* por dia... Coisas do tempo, e que passaram com o tempo a que pertenciam. Creio que o Sr. Calixto Cordeiro já reduziu, pelo menos, as caveirinhas do protocolo; desconfio que o Sr. Oscar Lopes já não

usa os mesmos coletes de veludo. E até o Sr. Bastos Tigre, decerto a contragosto, teve que renunciar, também, à cabeleira de maestro.

Manifestações que nunca impediram o trabalho esforçado e brilhante dessa geração de que o mesmo Martins Fontes nos falaria, naquele soneto de *Nós, as Abelhas:*

Vivemos a cumprir nosso fadário,
Como as abelhas – fabricando a cera,
Como as abelhas – produzindo o mel.

PARNASIANISMO E SIMBOLISMO

Do ponto de vista da Poesia, não teve Goulart de Andrade a mesma facilidade que o autor dos *Versos de um Simples* encontrara.

Guimarães Passos chegara ao Rio no apogeu do Parnasianismo. Por mais distantes que se encontrassem os temperamentos, a todos servia de modelo a escola de Leconte de Lisle. O que ainda proporcionava alguma liberdade era a imprecisão das fronteiras da nova doutrina, nesse particular semelhante a todas as outras. Não existe conformismo na Literatura, pois que todos querem ser renovadores e revolucionários, e, como nem sempre é fácil alcançar a substância das coisas, a transformação se restringe à mudança dos rótulos. Muito barulho sempre, em torno das pequenas modificações de fachada. Emprega-se, no comércio das letras, a indicação – "original" – como se poderia dizer – "o mais barateiro". Pode-se mesmo considerar genial o enfatuado, ou arrogante transplantador de métodos, ou de escolas alienígenas, nem se exige muito mais que o ataque aos velhos e o emprego escandaloso da fita de papel, com as letras vermelhas: Novidade! Novidade!

O Parnasianismo, na França, surgiu como oposição ao Romantismo. Entretanto, se deixarmos de lado a aparência para examinarmos a substância do movimento literário, havemos de ver que de Hugo a Théophile Gautier e deste a Théodore de Banville há uma continuidade, como a que se observa entre os dois últimos poetas e os melhores cultores do Parnasianismo, Leconte de Lisle, por exemplo. Torna-se quase imperceptível a transição,

como também na marcha para o Simbolismo, se atendermos aos sinais de parentesco que vinculam ao Parnasianismo a obra de Baudelaire e Verlaine.

Nota-se, no Brasil, fenômeno semelhante. Dos condoreiros aos mais puros representantes do Parnasianismo, há um grupo de poetas que preparam a transição e anunciam o advento da nova escola. Tinha razão Ronald de Carvalho, classificando como precursores do Parnasianismo a Luiz Guimarães e Machado de Assis. Não parece exato, entretanto, no ponto de vista cronológico, datar de 1880 a vitória da escola, por ter sido nesse ano que Artur de Oliveira, recém-vindo da Europa, doutrinava os seus companheiros, ensinando-lhes os dogmas do *Parnasse Contemporain*, cujo primeiro volume, aliás, datava de 1866. Antes de 1880, mesmo sem contar os precursores, haviam sido publicados os primeiros livros de Teófilo Dias. As *Miniaturas*, de Gonçalves Crespo, eram de 1870.

É possível que a palavra de Artur de Oliveira tenha valido para definir e propagar os preceitos da escola, mesmo porque o decênio de 1880-1890 é o do incontrastável domínio do Parnasianismo. Os autores menos ortodoxos – B. Lopes, por exemplo – ainda não conseguiam repercussão apreciável. E é naquele período que se revelam os grandes mestres do Parnasianismo, com os primeiros livros de Raimundo Correia, as *Canções Românticas*, de Alberto de Oliveira, as *Poesias*, de Olavo Bilac, as *Contemporâneas*, de Augusto de Lima.

De todos, o que havia de ter influência mais vigorosa era Olavo Bilac, devido ao calor tropical de sua poesia e também ao temperamento, ajudado pelo celibato, que lhe permitiu, sem inconvenientes domésticos, continuar a viver nos grupos literários da época, participando dos cenáculos dos cafés e confeitarias da cidade.

É a Bilac que José Maria Goulart de Andrade encontra, no começo de sua atividade poética, depois de haver abandonado os cursos da Escola Naval. A influência parnasiana vinha encontrando restrições, reflexos naturais do movimento de idéias no Velho Mundo. O que se notava de rebeldia em Baudelaire e Verlaine firmara-se melhor sob a magia dos símbolos. Já é grande a lista dos rebelados: Mallarmé, Rimbaud, Laforgue, Gustave Kahn, Moréas, Régnier, Samain, Guérin, Verhaeren. O decênio 1890-1900 foi simbolista na França, mas a sua repercussão não teve, no Brasil, o êxito que se patenteia naquele país. Os *Cromos* e os *Helenos*, de B. Lopes, datavam de

1881, mas não haviam provocado nenhum movimento de renovação poética. Estava destinada a Cruz e Sousa essa missão revolucionária, com os *Broquéis*, publicados em 1893. No hebdomadário *Rosa-Cruz* reuniam-se os defensores do Simbolismo: Félix Pacheco, Carlos Dias Fernandes, Saturnino de Meireles, Nestor Vítor, Pereira da Silva, Castro Menezes, Alphonsus de Guimaraens, Silveira Neto, Mário Pederneiras. Portugal irradiava a influência de personalidades poderosas: Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Eugênio de Castro.

Nem o Parnasianismo, nem o Simbolismo haviam sido movimentos confinados ao mundo poético. Alimentavam-se de raízes profundas, acompanhando a marcha das idéias, ou das tendências filosóficas do século. O apogeu do Parnasianismo coincide com a fase de mais vigorosa influência do Positivismo. Corresponde ao domínio do cientismo, subestimando a metafísica, substituindo o estudo dos fatos às especulações do pensamento, disciplinando com a razão e a observação objetiva os arroubos sentimentais e as fantasias do subjetivismo. Não foi sem motivo que surgiu nessa época, revelando pretensões alarmantes, a poesia científica, a preocupação de temas históricos, a investigação das origens humanas, a irreverência com a religião, combatida pelo ateísmo e pelas campanhas anticlericais. Assim, quanto ao pensamento, ou quanto às origens do movimento parnasiano: na execução, foi sobretudo uma reação contra a métrica frouxa de alguns românticos (Lamartine e Musset, principalmente) e um anseio de libertação, diante de temas, ou de uma arte poética, que já se haviam esgotado e esterilizado.

Surge o Simbolismo com o enfraquecimento da influência positivista. Era uma "revanche" do incognoscível spenceriano, com as novas contribuições do inconsciente, ou do subconsciente. A metafísica retorna à matéria poética, e o mistério procura realizar a missão que a clareza e a objetividade parnasiana lhe haviam sonegado. O materialismo cede terreno ao espiritualismo renascente.

Não que os parnasianos desaparecessem de todo, para que prevalecessem os poetas dos símbolos. Seria antes o fenômeno de confusão de escolas, proliferando os títulos e os agrupamentos, os "ismos" variados dos períodos tormentosos, o Naturalismo de Saint-George de Bouhélier, o Humanismo de Gregh, o Unanimismo de Jules Romain, sem falar nas tendências mais extremadas, o Super-realismo, o Cubismo, o Dadaísmo. Cruzam-se, misturam-se

as idéias opostas, mantendo-se lado a lado os vários partidos e as diversas correntes literárias. Mesmo depois de transposto o marco do novo século, não desapareceu de todo a influência parnasiana, sobretudo no Brasil, onde os poetas dessa escola foram mais populares que os cultores de símbolos.

Posto, assim, em face de uma encruzilhada, sentindo o ascendente de Bilac, o prestígio de sua poesia fulgurante, contrabalançada pela sedução das idéias, ou tendências mais modernas, como se decidiria o poeta Goulart de Andrade? Que rumo preferiria o ex-aspirante da Escola Naval?

PRECARIEDADE DAS CLASSIFICAÇÕES LITERÁRIAS

Estou convosco, Sr. Adelmar Tavares, em que, em poesia, não há de como nos lotearmos em românticos e parnasianos, simbolistas, decadentes, pessimistas, modernos e futuristas. Cada um é a sua alma, e todos são poetas. Sucede apenas, na escassez de recursos da linguagem humana, que é pelas reações em face das escolas e tendências literárias que melhor podemos conhecer as características da personalidade do poeta. Nem as escolas reduzem os seus adeptos a um padrão de absoluta uniformidade... Valem apenas como indicação de uma tendência, que não exclui, nem pode excluir as manifestações pessoais.

Por isso mesmo, a dificuldade está antes de tudo em precisar o que sejam as características de uma corrente literária. Sobram os manifestos, multiplicam-se os programas, e cada vez se torna mais difícil reconhecer os elementos diferenciais de uma escola, que cada escritor define, ou realiza, de seu ponto de vista próprio. Outro obstáculo está em que os movimentos dessa natureza se acentuam no aspecto negativo, como forças de reação mais do que de construção. Pregam ou desejam o extermínio das normas dos processos anteriores. Por isso, o que melhor as define não é o que fazem, mas o que evitam. O Parnasianismo reagia contra a facilidade de ritmos e o exagero de subjetivismo de alguns poetas românticos. Nada o revela melhor que a preocupação de conservar-se à distância da forma descuidada e do lirismo fácil e transbordante. Mas, se daí quisermos inferir que o Parnasianismo chega ao objetivismo absoluto, não seria exata a conclusão, senão em face da escola, ao menos diante dos poetas que a ela pertencem. A impassibilidade figurou mais

nos manifestos que nas poesias parnasianas. Anatole France já dizia que o grande doutrinador da escola, Xavier de Ricard, sustentava com ardor que a Arte deve ser de gelo, "e nós não nos apercebíamos que esse mestre da impassibilidade não escrevia um único verso que não fosse a expressão violenta de suas paixões políticas, sociais ou religiosas". Paul Verlaine pretendera obedecer ao dogma da serenidade, quando perguntava se era ou não de mármore a Vênus de Milo. E o crítico da *Vie Littéraire* respondia: "Sem dúvida é de mármore, mas pobre criança enferma, sacudida por estremecimentos dolorosos, não conhecerás nunca da vida e do mundo senão as perturbações de tua carne e de teu sangue."

Convém acentuar que a impassibilidade parnasiana não queria dizer indiferença, nem seria possível imaginar uma poesia insensível. O que Leconte de Lisle recomendava era a serenidade de forma, o equilíbrio, a harmonia, o que não obstava que a sua obra refletisse os impulsos de uma grande paixão, embora intelectual. Olavo Bilac interpretaria o pensamento parnasiano, dizendo naquela famosa "Profissão de Fé", que de tão perto acompanha o poeta de *Émaux et Camées*:

Assim procedo. Minha pena
Segue esta norma,
Por te servir, Deusa Serena,
Serena Forma!

Definiu, precisamente, o Sr. Martino esse culto pelo estilo, quando nos disse, num trecho que também se poderia aplicar ao Parnasianismo no Brasil: "Mas que a forma deva ser impassível, escultural e muito pura nas suas linhas é ponto em que todos os parnasianos, mesmo depois de 1870, estão e continuam de acordo. O horror à 'incoerência da idéia' e à 'incorreção do verbo', com todas as suas conseqüências, que são consideráveis, permaneceram até o fim como o sentimento forte e comum a todos os poetas que se alegram com o batismo de parnasianos."

Nesse culto à forma, nesse cuidado de estilo, nesse amor aos efeitos do colorido e da sonoridade, o Parnasianismo corresponde aos sentimentos de um grande grupo de poetas, que possuem mais vigorosamente o sentido do

som, da cor, do perfume e do contorno. São os cultores da poesia plástica, em que o verso recorda o relevo da modelagem, pela precisão maravilhosa das metáforas. Mesmo depois de Leconte de Lisle, não esquecem e não desamparam Banville, e Théophile Gautier, como não esquecem os ritmos amplos e sonoros de mestre Hugo. Para eles, a escola vem das *Orientales*, continua pelos *Émaux et Camées*, não perde de vista as *Odes Funambulesques* e inspira os poemas de Baudelaire. Eis aí, nessa sucessão, a prova da precariedade das escolas, pela revelação do parentesco entre esses poetas, que saem de correntes diversas, mais românticos os primeiros, e o último exibindo os motivos novos com que se alimentariam o Satanismo e o Simbolismo. Apesar da diversidade dos rótulos, aproximava-os uma razão mais forte, que era o temperamento semelhante, a preponderância da imagem na arte de todos eles. Essa a razão por que Baudelaire dedica o seu livro a Théophile Gautier, ou o motivo por que seria Banville o sistematizador da metrificação parnasiana, com o *Petit Traité de Poésie Française*. Todos eles, como o autor de *Émaux et Camées*, poderiam exclamar que eram pessoas para as quais existia o mundo exterior.

OS IMAGINATIVOS

Goulart de Andrade se incorporaria a esse grupo de poetas do mundo visível, amigos do colorido forte e dos ritmos marcados. Servem-lhe de musas os sentidos. É um imaginativo, acumulando comparações e compondo poesias num encadeado de metáforas. Poderia dizer, como D'Annunzio, que a tudo preferiria a felicidade de celebrar as festas dos "sons, das cores e das formas", para através delas realizar a unidade da Arte, reunindo na mesma composição a poesia, a música, a pintura, a escultura. Não faltam, por isso, nos poemas de Goulart de Andrade as descrições vivas, de um colorido e de um relevo que impressionam. Na poesia "A minha lavandeira" deixa-nos a impressão do quadro que descreve. E tantos outros poderiam ser destacados! Seria o caso, por exemplo, da descrição do mar morto, da evocação das cidades malditas, da vigorosa narrativa do poema "A procelária" ou dos fortes abandonados. As onomatopéias freqüentemente auxiliam os efeitos dessa palheta variada e rica de tons:

Balas, bombas, rojões, bombardas, ribombando,
Nos broncos barrocais, de montanha em montanha,
Atestado brutal de peleja tamanha!
Estridor de canhões e retinir de espadas,
Grita surda e feroz, agudas clarinadas.

Fiel ao culto da forma, como é comum nos visuais, exclamará, no ofertório de seu famoso "Canto Real do Poeta":

Poeta, que tanto estiolas teu valor
No embate rijo e desesperador
Pela forma imortal que te amargura,
Se à Perfeição não chegas, lutador,
Estaca... e rola sobre a terra escura!

Bilac não fora menos irredutível: ou a perfeição ou a morte:

Vive! que eu viverei servindo
Teu culto e, obscuro,
Tuas custódias esculpindo,
No ouro mais puro.

Celebrarei o teu ofício
No altar; porém,
Se inda é pequeno o sacrifício,
Morra eu também.

Assim compunham esses poetas a sua mística, espécie de sucedâneo da religião que desprezavam, ou combatiam. Estamos diante de uma nova crença, o culto da Arte pela Arte. Não admira que a métrica seja o evangelho da seita que surge e que as regras de versificação avultem com o prestígio de dogmas. Equiparam-se os deslizes de forma aos crimes infamantes, para não dizer aos sacrilégios, desde que estamos no domínio da fé, ou da superstição. Banville definira exatamente a nova doutrina, afirmando que "a imaginação da rima é, entre todas as qualidades, a que constitui o poeta". E acrescentava: "Isso é

uma lei absoluta, como as leis físicas; enquanto o poeta expressa verdadeiramente o seu pensamento, ele rima bem; desde que seu pensamento se embaraça, torna-se fraca, arrastada e vulgar, e isso é fácil de compreender, pois que, para ele, pensamento e rima são a mesma coisa."

Goulart de Andrade nunca dispensava o buril. No romance *Assunção* e na peça a que deu esse mesmo título há referências, de feição evidentemente autobiográfica, a um certo poeta, que é denominado "domador de rimas", "esmaltista de estrofe", preocupado "com a idéia da Forma na mais surpreendente pintura, na plástica mais sedutora dentro da mais acabada expressão orquestral". Martins Fontes assim o definia na "Sextina a Goulart de Andrade":

Grande Goulart de Andrade! O que eleva um cantar
É esse exímio poder de distribuir as cores,
De, na justa medida, e no raro rimar,
Chegar à Perfeição que atingiste, Goulart!
Fazendo, em teu sofrer, que as mais íntimas dores
De surdina iriais, se transformem em flores!
Flores, pois, provençais ao teu alto cantar!
Poeta, as dores que tens se transmudam em cores,
E és remestre, Goulart, no primor de rimar!

Para se conhecer até onde chegava a preocupação da forma em Goulart de Andrade, basta ler, como subtítulo de um de seus poemas, aquela advertência aos leitores desatentos: ("Obrigada a consoante de apoio.").

O virtuosismo leva a procurar obstáculos pelo prazer de vencê-los. Já não se contenta o alpinista com os aclives comuns e os precipícios que todos encontram, e sonha com os píncaros desconhecidos, e procura os grotões que os desastres afamaram. Talvez por isso desestimem os poetas plásticos, ou não considerem bastante, o domínio das formas correntes, as cantigas, o madrigal, a elegia, a égloga, a pastoral, o epitalâmio, a canção, a ode, o soneto. Desse material envelhecido e triturado nos cenáculos do Classicismo admitem o soneto e, quando muito, a ode. E recordam gêneros de uso raro, trazidos de séculos remotos. É assim que nosso Goulart de Andrade se dedica às baladas, ao canto real, ao rondel, ao vilancete, ao rondó.

O MEDIEVALISMO DE GOULART DE ANDRADE

O cultivo de formas poéticas, que remontam à Idade Média, pode parecer resultante de simpatia mais profunda pelos sentimentos que inspiravam a poesia dos trovadores. A explicação exata é a que nos proporciona um dos amigos mais fiéis de nosso poeta – o escritor Povina Cavalcanti. Refere-se o brilhante crítico alagoano a um dos gêneros preferidos de Goulart de Andrade – a balada. E observa: "A balada é a poesia lavorada, a obra de filigrana e evocação, de rendilhado e fidalguia, mimo hierático, de um ourives apaixonado pela arte das minúcias. Quem a compõe tem, necessariamente, qualidades requintadas. É um gênero de púrpura."

Debalde procuraríamos, entre a poesia de Goulart de Andrade e os modelos medievais, essa afinidade de sentimentos que traz, espontaneamente, a renovação dos gêneros literários. Na poesia cortês dos trovadores, caracteriza-se a paixão amorosa pelo misticismo que a domina. É um anseio veemente, que se contenta com o desejar e se considera tanto maior quanto mais accessível à renúncia. Não raros são os poetas que louvam os que muito sofreram no amor, nem há nada mais sublime do que padecer pela adoração de uma dama preferida. Mais jogo de rimas, de canções e de espírito do que jogo de corpos, dirá um historiador, acentuando que a paixão da carne só por exceção aparece na poesia provençal. Não cabe também nesse quadro o ciúme, com as suas tempestades, os seus coriscos e os seus arrebatamentos. É que as menores demonstrações da mulher amada são recebidas como favores supremos, ou dádivas divinas, e pareceria impertinência tanto o duvidar, como o exigir.

As damas podem dispor de seus sentimentos, livres de qualquer dever, mesmo os que possam resultar da solenidade dos mandamentos. Já observava o Sr. Aubry que a literatura da Idade Média não obedecia a nenhuma preocupação de ordem moral. Pois não era motivo de debate sisudo o saber se o amor podia, ou não, sobreviver ao casamento? Perguntava-se o que valia mais, se ver a amada censurada sem razão, ou culpada sem receber críticas. Em certo poema da época, exclamava a jovem desposada, no período que se presume ainda sob o enlevo das primeiras expansões: "Maldito o marido que dure mais de um mês!"

Decerto não se encontra, na poesia de Goulart de Andrade, aquela atitude de menestrel discreto, sentado aos pés de loura castelã, a entoar, ao som da rota, ou da viola, versos mansos, límpidos e distantes como preces. A paixão que o inspira não pensa no sacrifício, nem admite a renúncia. Tudo nele é desejo ardente, irresistível, agressivo. Se daí não se pode chegar a uma aproximação com a arte medieval, há outros aspectos que talvez nos mostrem a explicação que se procura. Uma das melhores autoridades modernas nesses assuntos, continuador dos Fauriel, dos Gaston Paris, dos Jeanroy, o Sr. Anglade, ensina que, convencidos, muito antes dos modernos, de que *seul le vers éternel demeure*, os poetas medievais cultivaram a forma com empenho quase religioso. Na escolha das palavras apropriadas, ou na procura de rimas e no entrelaçamento delas, na criação de estrofes, nesse conjunto de cuidados obscuros, minuciosos e obstinados, eles são modelos incomparáveis. Poesia requintada, feita para o prazer da nobreza feudal, procura a sua melhor recomendação nas dificuldades e subtilezas do virtuosismo, da técnica apurada, que deseja atribuir a cada poeta uma forma característica e exclusiva, a que só faltava a patente do privilégio. Com o número e variedade de rimas e de versos compõem as estrofes, a que denominam *coblas* e das quais as *Leys d'Amors* enumeravam setenta categorias diversas, cada uma delas com o seu nome especial. Carolina Michaelis mostrava que "conferidas com as galaico-portuguesas, cuja pobreza de idéias e de adornos é tão saliente, as dos trovadores provençais são deslumbrantes de brilho poético, complicadas, ricas, artísticas na forma, visto que inventar novidades era a regra". Não é outro o parecer de um mestre como o Sr. Ramon Menendez Pidal.

A finura e variedade de ornamentos correspondem à subtileza das idéias e das preocupações da época. Era a linguagem própria para os primores da galantaria ou para as argúcias de uma casuística amorosa feita de filigranas. Destoaria das estâncias triviais a quintessência do amor devoção.

É de supor que o virtuosismo tenha sido a força criadora do medievalismo dos poetas modernos, que também são requintados e amam as subtilezas de linguagem e de sentimento. Não há mesmo indicação, no caso de Goulart de Andrade, de que ele se haja inspirado nas fontes antigas. O divulgador, ou renovador, desses gêneros medievais foi Théodore de Banville, que

aliás se deteve em Clément Marot e, quando muito, chegou até François Villon, que se limitara a aceitar a métrica de seus antecessores.

Banville não somente compôs baladas, rondós, lais e virolais, cantos reais, rondéis, vilancetes, como determinou as normas que deviam regular a execução de todos esses gêneros. Ateve-se Goulart de Andrade, na restauração de antigos modelos, às regras de Banville, exceto quanto ao vilancete, em que mantém a forma clássica portuguesa, aliás encantadora. Mesmo na exceção, Goulart de Andrade revela a influência da versificação francesa, distinguindo, não sabemos com que razão, o vilancete do vilancico, para sob este nome último realizar o *villanelle* de Banville. É aquela poesia de *Névoas e Flamas*:

Amor que viva no riso
Já t'o disse e, agora, friso.
Não dará fruto, nem flor...

Exaltava Banville o atrativo desses gêneros, com a referência aos obstáculos que lhes estorvavam a execução. A respeito da balada dissera: "De todos os poemas franceses, é o que oferece dificuldades mais temíveis, por causa do grande número de rimas iguais, concorrendo para expressar os aspectos diversos de um pensamento, ou de um sentimento único, que precisa ser ao mesmo tempo imaginado e visto." E que dizer então do canto real, com as cinco estrofes de que se compõe? Cresce o risco da monotonia, pela difusão de uma idéia que se dilui na igualdade das rimas, girando em torno de um refrão inalterável. Opinava Lemaitre que esses quadros bizarros eram de tal maneira difíceis de preencher, que ao rimador se permitia pôr tudo dentro deles, fosse o que fosse.

Senhor dos segredos da versificação, Alberto de Oliveira declarava que a balada era um gênero de "dificílima execução", acrescentando, ou explicando: "Se a quiserem ajustar fielmente ao modelo, tratá-la como feitura artística, evadir-lhe as rimas triviais e matizá-la das peregrinas, ou raras, não será isso empresa para qualquer, e só por milagre, um desses milagres do talento, deixará de ser sacrificado o surto espontâneo da inspiração."

Pode-se daí depreender o que significa a vitória de Goulart de Andrade, num gênero de tantos embaraços. Príncipe das Baladas – proclamaram-no

poetas e companheiros. Martins Fontes, que desde o primeiro livro também se revelara perito nessa ressurreição de modelos medievais, exclamava, na "Sextina a Goulart de Andrade":

Glória, Goulart de Andrade! Incomparáveis flores
A Balada, o Pantum, o RondeI, o Cantar,
Tu, só tu, no Brasil, multiplicando as cores
Com que doiras o verso e distilas as cores,
Refloriste e, de então, te tornaste, Goulart,
Mestre da gaia ciência e do raro rimar!

Se houvesse de eleger a melhor balada do poeta, recordaria aquela em que Alberto de Oliveira encontrava "doce ritmo de embalo de rede de pena". Já foi lida nesta Casa e há pouco repetida por outro poeta de vossa Companhia, o Sr. Pereira da Silva. Mas não sei também resistir ao prazer de uma nova leitura desses versos harmoniosos, e tão naturais, que nos fazem esquecer as advertências e duvidar de que sejam tão grandes os obstáculos, que o Príncipe das Baladas venceu brilhantemente:

Pela rosácea do vitral, desfeito
Em cores, entra o pálido luar!
Dorme! Entre as névoas de teu alvo leito
Vejo-te o seio brandamente arfar...
Dorme! Lá fora dorme o velho mar.
Na muda noite, a abóbada infinita
Apenas vela, e, trêmula, palpita.
Dorme! Nos campos adormece a flor
E a ave no ramo, que o Favônio agita,
Como tu, adormece, meu amor.
Em vão procuro ouvir, em vão espreito
Se nesse inocentíssimo sonhar
O meu nome se escapa de teu peito,
E a minha imagem tentas abraçar...
Ah! Se estiveras tu no meu lugar!

Dorme! Das rimas a caudal bendita
Desta boca febril se precipita
Num som dulcíssimo e acalentador...
A alma, que eu trouxe antigamente aflita,
Como tu, adormece, meu amor.

Dorme! Nem sabes como contrafeito
Vejo-te os lábios sem os não beijar...
Com que desejo, mas com que respeito
Contemplo a tua carnação sem par!
Dorme! Como tu, dorme o nenufar
Da fria linfa na prateada fita...
Só de meu coração a surda grita
Se escuta no silêncio esmagador!
A lembrança das horas de desdita,
Como tu, adormece, meu amor.

OFERTÓRIO

Rainha deste ser, dorme, e acredita
Que aos brancos pés te deixo a alma precita,
Misto de ciúmes, de êxtasis, de ardor...
Ai, dorme... a voz que estes cantares dita...
Como tu... adormece... meu amor...

Gostaria de lembrar também aquela balada da costureira:

Tenho o cabelo já nevado
E as faces num mortal palor,
E ainda espero o retardado...
Quando virás, ó meu amor?

Ou a balada a uma Princesa Longínqua:

Vossa alta fama assinalada
Por tanto claro lidador,
Veio até minha água furtada
De cavalheiro e rimador
Irei por vós, seja onde for,
A rima rutilando acesa,
A proclamar-vos, com ardor,
Dona da Graça e da Beleza.

Os cantos reais são também de mestre, embora não tenham, e talvez não possam ter, a mesma espontaneidade dessas baladas. Mas no vilancete o poeta reconquista a naturalidade e, às vezes, nos lembra a fluência e o sabor das redondilhas camonianas. Não há como deixar de ler esse delicioso vilancete, que aqui também já foi dito por um poeta, o Sr. Múcio Leão. Afigura-se-nos que constitui uma das melhores expansões do lirismo de Goulart de Andrade:

É tão cheiroso o teu véu...
Que, ao vê-lo, a gente presume,
Não ser véu, e sim perfume.

VOLTAS

Teu véu, desejada minha,
De tão leve e transparente,
Menos se vê, que se sente,
Ou melhor, mais se adivinha.
Nele tanto olor se aninha
E é de névoa tão escassa,
Que através dele se passa...

Foi-se esgarçando, esgarçando,
Tornou-se aéreo, tornou-se
Fluido de essência tão doce
Que nem sei já como eu ando!

Doido sou que estou pensando
(Tanto aroma em si resume)
Que tens um véu de perfume...

E ao sorver o delicado
Cheiro teu indefinível,
Creio teu véu invisível
Em mim ficou enrolado:
Eis porque penso, anjo amado,
Que, em sentindo o olor do céu,
Vivo dentro do teu véu...

A PREOCUPAÇÃO DAS ESCOLAS

Não se pense, porém, que esse admirável culto de gêneros antigos fosse indiferente ao seu tempo, ou aos ritmos que em torno dele vibraram, na expansão de uma fase agitada e tumultuária. Posto na encruzilhada das escolas, embora as tendências pessoais o levem para o Parnasianismo, procura resistir Goulart de Andrade à disciplina e à uniformidade.

A "Jornada de um Poeta", pórtico da primeira série de suas *Poesias*, começa por um poema de sabor parnasiano; mas a segunda composição se destina aos simbolistas; a terceira foi dedicada aos líricos, apresentando-se com uma feição romântica. "Lunar", uma de suas raras poesias de metro variável, não seria provavelmente estranha à influência de Cruz e Sousa:

Ó decerto, esta poeira argêntea, que sacodes
É a sementeira da melancolia...
O teu véu branco é feito de jasmins,
Ou cravos, que, em essência,
Se diluissem pelo ar numa deliqüescência
Venenosa. Ou talvez seja formada
De uma revoada
De extintos sons de bandolins
Que se partiram para o claro espaço...
Olha, temo o teu lúgubre regaço:

Que atração infernal exerces sobre mim,
Lua de âmbar, ou de marfim?

Há uma série de motivos traindo a leitura dos *Broquéis*. Fala Goulart de Andrade de uma lua funérea de histéricos desmaios; admite que ela se tenha formado de uma "revoada de extintos sons de bandolins"; insiste na tristeza e na impressão de frialdade da lua, onde ficaram encarceradas em "gélidas crateras" as almas dos poetas. Há expressões que poderíamos encontrar no Poeta Negro, como este verso: "Alva Flor de polares primaveras" ou ainda o paralelo com o marfim: "Lua de âmbar, ou de marfim". Fala muito Cruz e Sousa nos "bandolins do luar". No soneto "Música Misteriosa" há esta quadra:

Tenda de Estrelas níveas, refulgentes,
Que abris a doce luz de lampadários,
As harmonias dos Estradivários
Erram da lua nos clarões dormentes.

Em outro soneto – "Monja" – escrevera o poeta:

Então, ó Monja branca dos espaços,
Parece que abres para mim os braços,
Fria, de joelhos, trêmula, rezando...

A própria idéia central da poesia "Lunar" corresponde à sensibilidade de Cruz e Sousa, que vê no mundo sideral o refúgio dos mistérios e mágoas terrenas:

Quem sabe, pelos tempos esquecidos,
Se as estrelas não são os ais perdidos
Das primitivas legiões humanas.

O que é espontâneo volta sem prevenir. O Simbolismo deixa em Goulart de Andrade reminiscências vagas, diria mais precisamente – procuradas. Verlaine mandava enforcar a eloqüência e substituía a cor pela nuança. Goulart de Andrade não teria forças para fugir da eloqüência ou do colorido. A sua família literária é outra, e a sensibilidade ardente e impetuosa não lhe deixa ocasião para aventuras de filho pródigo...

O AMOROSO

Não se terá conhecido muito a respeito dos poetas, enquanto não se procurar saber o que eles pensam, ou o que eles dizem do amor. Paul Souriau escrevera: "Tirai o amor, e que ficará da Arte? O valor poético do amor é incomparável." Não havia sido menos explícito Lalo: "Quanto às obras de arte, já se repetiu em todos os tons, desde Platão, que elas são obra do amor, e que toda a Arte é um hino universal ao poder de Eros..." Medeiros e Albuquerque chegara a proclamar que só havia um belo verdadeiro – era a beleza feminina. Não sabemos se o conceito resultava de convicção estética, ou se apenas visava o desejo de inspirar a mais amável de todas as gratidões.

Goulart de Andrade não estaria longe desses modelos, ou exemplos. Eros ditou-lhe numerosas poesias, algumas delas cheias de um calor que poucos poetas alcançariam. Não se contenta com o louvar e o suspirar. Não se limita aos trenos suaves dos românticos, não exalta castelãs inacessíveis. Se uma vez cantou a princesa distante fê-lo por espírito literário, nem o interessavam senão as princesas muito próximas. Porque a poesia, para ele, ou resulta da expansão de amor, ou se converte num caminho florido para novos prazeres. Poemas seus parecem feitos de lavas, nem sabemos se o *Livro Proibido* teria como símbolo Eros, ou o Vesúvio.

Por isso mesmo, toda a vida se reduz, na compreensão de Goulart de Andrade, ao culto do amor, ao gozo dos sentidos. Talvez houvesse alguma coisa de diletantismo nessa atitude, o próprio poeta o insinuou, numa passagem de *Assunção*. Mas o certo é que, para ele, o interesse da vida se concentrava na paixão amorosa, fonte exclusiva de felicidade. O que não coubesse nessa moldura seria sofrimento e martírio, como a velhice, que o poeta verbera em alguns versos cheios de horror. É verdade que estamos diante de poesias escritas no deslumbramento dos vinte anos e nada apavora tanto a mocidade

como a sombra da senectude, que naturalmente se altera e transforma, quando começam a cansar os olhos inquietos que a espreitam.

"Não, eu não choro quando um velho morre!" – exclama o poeta, imaginando que:

Braços de neve, seios nacarados...
Já lhe não fazem fogo na pupila
Que incitasse os desejos indomados.

Nada pode valer a moral, diante desse fogo devastador:

Cristo, morreste em vão pregado num madeiro,
Almas não salvarás enquanto o olhar ardente
Vir a pompa da carne, e se sentir o cheiro
Da carne em flor, e a mão a carne pubescente
Tocar; e o ouvido o som sentir de um beijo, e a boca
Desvairada, encontrar a carne ardente e louca!

Acompanham esses sentimentos toda a obra poética de Goulart de Andrade. Ditaram-lhe os versos mais vibrantes dos volumes iniciais: inspiram-lhe os poemas de *Névoas e Flamas*; e mais tarde, no livro da melancolia, ainda se refletirão aqui e ali, como naquele terceto:

Em tua alma e teu corpo acha meu verso
Todas as convulsões da natureza,
E as harmonias todas do universo.

No soneto "Meu Jardim", de *Ocaso*, o poeta procura resumir as suas experiências sentimentais:

Nossa alongada infância, à luz serena
Do luar da prece, em vago olor delida,
Florescia o jardim da minha vida,
Alvejante de lírio e de açucena.

Depois, na adolescência, manhã plena
De rubores e cantos, sem medida,
Ao abrir da corola apetecida,
A rosa do desejo o ar envenena...

Depois... volúpia louca e amor conforto...
Desentranhou-se, ao sol da mocidade,
Em papoulas e cravos o meu horto...

Enfim! velhice! Já com a sombra invade
O canteiro, onde jaz meu sonho morto,
Floração de perpétua e de saudade!

À sensibilidade do poeta apresenta-se a velhice como o jazigo de um sonho, que os outros versos não esclarecem qual tenha sido. Só se pode inferir que seja aquele sonho ardente da mocidade, a preocupação amorosa, que fez desabrochar a rosa do desejo e as papoulas da volúpia. Nada indica que o tempo haja modificado a idéia, que de começo o dominava, de que somente o amor o interessa. *Senectus est morbus* – diria ele ainda, na hora do ocaso. Passará o poeta ao longo da velhice sem se aperceber dos prazeres mais íntimos, ou da suavidade de um enternecimento melancólico. Não se apegará às paisagens e à vida, ou não mostrará nos seus versos essa amizade mais profunda de quem sente em todas a coisas a sombra e a tristeza de uma despedida próxima.

Senectus est morbus! Mas nem mesmo a convicção dessa tortura lhe desperta queixas ou o clamor de um desespero sem remédio. A sátira não teve maior atrativo para a sua arte, nem lhe parece matéria poética a imprecação do sofredor. Goulart de Andrade foi sempre um entusiasta. A sua alegria estava na satisfação de louvar. Coubera-lhe como destino cantar a beleza das coisas e fazer a exaltação das mulheres amadas.

Por isso, a obra poética de Goulart de Andrade há de aparecer sempre como expansão de juventude, exuberante, cheia de ardor, de ímpeto e de entusiasmo, floração amorosa, nascida em louvor do sol que a alumiara.

O TEATRO DE GOULART DE ANDRADE

Já Alberto de Oliveira dissera, no discurso com que, nesta Companhia, recebera a Goulart de Andrade:

> O escritor em vós é primacial e essencialmente o poeta. Outras partes se louvam em vossa pena, desde a de autor de composições teatrais, às de cronista e romancista, as quais todas vos têm propiciado ocasião a vos revelardes verdadeiro homem de letras. Aquela, porém, a de poeta, a qualidade apolínea por excelência, é o título mais belo, o vosso melhor pregão de escritor.

Esse é um dos pontos em que os críticos se acham de acordo, mesmo porque, até nos gêneros em que incursionou, Goulart de Andrade manteve-se poeta. O seu teatro é quase todo em versos. Das oito peças que figuram na sua bibliografia, apenas há duas em prosa: *Assunção* e *Um Dia a Casa Cai...* Não será fácil encontrar os limites que lhe separem as duas manifestações literárias. Na terceira série de suas poesias há poemas que poderiam figurar na parte de teatro: "O Fogão do Gaúcho", por exemplo, ou "São Francisco de Assis".

Desconfio que não sejam de grande efeito cênico as peças de Goulart de Andrade. Escreveu-as o poeta pensando talvez menos no palco que no torneado e graciosidade das frases. Surgem as suas figuras para intérpretes de palavras e de sentimentos, que o poeta deseja manifestar. Ele é quem fala por todas as suas criações, tanto nos sentimentos, como no vocabulário escolhido, sonoro e rico.

Já foi notado, nesta Casa, que um dos temas prediletos desse teatro era o ciúme. Na primeira série de peças de Goulart de Andrade não há, realmente, assunto mais influente. Ciúme do marido pela vida anterior da esposa, casada em segundas núpcias; ciúme do pai, que não deseja o casamento da filha; ciúme da senhora avisada, que procura disciplinar, ou conduzir, as expansões amorosas do filho moço. Também as duas peças finais do repertório aproveitam largamente motivos semelhantes. *Um Dia a Casa Cai* relata o crime de um marido pacífico, funcionário público humilde e discreto, que a certeza do adultério da esposa converte num facinoroso estrangulador.

As figuras femininas, que dominam as peças de Goulart de Andrade, ou são viúvas ou mulheres maduras. Para ele, e confessemos que também para

a vida, a mulher fatal não é a *jeune fille*. À candura, ou à ingenuidade, ele antepõe a saborosa experiência. A abnegada heroína de *Depois da Morte*, Alda, está casada pela segunda vez; as duas mulheres de *Renúncia* chamam-se Ester e Laura, a primeira com cinqüenta anos e a segunda com 36, e ambas viúvas. Na *Sonata ao Luar*, Marta, personagem feminina de uma peça a dois, tem 35 anos. As mulheres em torno das quais se desenvolve o enredo de *Assunção* já estão casadas, e a tentadora, a criatura irresistível, conta quinze anos de vida conjugal, enquanto a esposa esquecida não completou ainda o qüinqüênio de matrimônio, e nada pode fazer com o *handicap* que a prejudica. Amália, a adúltera de *Um Dia a Casa Cai*, já transpôs os trinta anos. A única mocinha, que aparece no teatro de Goulart de Andrade, ou que nele se destaca, é Iolanda, cega de nascença e cujo interesse dramático está exatamente nessa desgraçada circunstância.

Para o poeta, o amor continua a ser, nas peças, o mesmo sentimento que os versos nos revelam: tormenta, delírio, exaltação. Voltam-lhe freqüentemente, nas descrições amorosas, os vocábulos que nos falam de alucinação, martírio, incêndio. Para ele, os beijos são furiosos, os desejos febris, a paixão louca, histérica, brutal. O teatro escrito sob o domínio desses sentimentos não tem como aproveitar a *jeune fille*, numa época em que as condições sociais ainda as preservavam do turbilhão da luta pela vida. Nem os personagens de Goulart de Andrade revelam a paciência, o cálculo, o sibaritismo minucioso e a perversidade profissional dos iniciadores.

Duas peças se destacam, no conjunto da obra do poeta, pela maior riqueza de elementos cênicos, ou pelo movimento mais vivo da ação. Uma é *Jesus*; outra, *Os Inconfidentes*.

A peça *Jesus* havia sido começada pelo irmão de Goulart de Andrade, Aristeu de Andrade, também poeta. José Maria encontrou escrito o primeiro ato e resolveu completar o trabalho, inspirado num sentimento que ele próprio nos descreveu:

O teu querido poema inacabado
Ao fim chegou em paz e salvamento:
Releva, pois, um tal cometimento
De uma saudade intérmina gerado.

Que belo poeta é também esse Aristeu de Andrade! Maria Madalena, desejada de todos e esquecida de Jesus, fala, nestes versos de movimento fácil e de vibrante inspiração:

A tristeza, porém, a minh'alma conturba
Desde o instante em que o vi à esfarrapada turba,
Sereno como um Deus, em voz pausada e triste,
Brandamente dizer: – "O eterno bem consiste
No reino de meu Pai... Se o desejais, amai-vos..."
Pelos cabelos de ouro, o sol dava-lhe uns laivos
De uma auréola real! Seus olhos se embebiam
Em êxtase nos céus, e seus lábios sorriam,
Como devem sorrir, na glória, os do Senhor!
Senti-me transformada e o meu febrento amor,
Torpe como um chacal, tornou-se um cordeirinho,
Um anho virginal mais puro do que o linho,
Que as donzelas de Sião desfiam em seus teares
Para vestir de branco as pedras dos altares.

Sem uma nota, que indicasse o plano da peça, José Maria escreveu dois atos para completar o trabalho. Incluindo no enredo a Samaritana e nos deixando sentir, nos seus versos, a ressonância da peça de Rostand, Goulart de Andrade fez obra de arte e de amizade fraternal.

Valem *Os Inconfidentes*, no domínio teatral, pela composição melhor e mais inspirada de seu autor. Pelo menos, há movimento, o conflito das paixões tem motivos novos e os versos surgem fáceis e belos. O assunto estaria, talvez, mais de acordo com a eloqüência do poeta, que mais à vontade se expandiria na exaltação patriótica e no vigor do civismo. Desenvolve-se a própria ação sob a influência de um romanesco que se eleva acima da vulgaridade da vida e nos deixa entrever o céu límpido do sacrifício e do heroísmo.

Senhor de estilo preciso, musical, rico de vocabulário e obediente aos cânones da linguagem vernácula, Goulart de Andrade foi excelente prosador nos vários gêneros de que se valeu, a crítica, a erudição, o romance. O roman-

ce, embora não tenha sido uma grande vitória literária, oferece interessante documentação, indispensável ao estudo do poeta.

O tema central de *Assunção* caberia naquela frase conhecida: "A vida é a mulher que se tem; a arte a mulher que se deseja." O escritor Sílvio de Novais "reconhecia que a sua obra talvez arabescada de filigranas, obra de um artista pitoresco, cheia de caprichosos relevos e de feição aristocrática; mas falha de significação moral; doirada pelo sibaritismo, mas emanada de um sensualismo mórbido, em que a luxúria se mesclava com o sangue. Até ali, ele tinha sido o panegirista do Gozo e da Beleza". Para fugir a essas tendências, o poeta anseia por um grande sofrimento. O dilema dannunziano lhe aparecia com a força de uma intimação: *O rinnovarsi o morire!* A dor o purificaria, ou lhe sublimaria os sentimentos, proporcionando-lhe a intensidade, ou a comoção, que até então não pudera, ou não soubera, encontrar na sua vida de homem feliz. Onde obter o sofrimento? As forças malignas da existência costumam ser caprichosas e não atendem facilmente às encomendas de uma freguesia ocasional. Havia, entretanto, um recurso mais próximo, ou mais fácil: a paixão amorosa. Confessemos aqui, à puridade, que pode haver desgraças mais terríveis. Na escolha das aflições, quem ainda se manifesta não é o estóico, mas o sibarita, que entre as torturas e as calamidades prefere as que sejam imaginárias, dentro daquela filosofia que Machado de Assis já ensinava: antes cair das nuvens que de um terceiro andar.

O escritor Sílvio de Novais, entretanto, é casado, e com uma criatura boníssima, Clara, que o adora e que não tem, talvez, ambição maior que a de um humilde sacrifício. Alguns anos de vida conjugal haviam acabado com as inspirações ardentes. É doutrina estabelecida pelos artistas que a Arte precisa, para viver, ou triunfar, do estímulo de paixões tormentosas. Não sei se a tese é verdadeira, pois que a vemos pelo menos praticada por pessoas livres de intenções estéticas. Todavia, para os artistas que aceitam essa doutrina, torna-se a esposa uma espécie de intrusa que evita ou embaraça o advento da nova inspiradora. O escritor Sílvio de Novais nos dirá: "Se renunciasse a Marta, abdicaria certamente da glória, porque ela lhe trazia uma aura prodigiosa de energias; ao seu influxo é que ele penetrava no fundo misterioso das coisas. Se se refugiasse na família, perder-se-ia para a arte."

O poeta prefere, naturalmente, a glória, ainda mais uma glória assim, de curvas amáveis e de beijos embriagadores. Terá a decisão as suas dificuldades, pois que não há meio de deixar de sentir a generosidade da esposa sacrificada, que adoece para morrer. A amante, de seu lado, não é apenas a glória, mas uma coisa mais complexa e mais perigosa: é uma nietzschiana. Mulher culta, inteligentíssima, intrépida, máscula na segurança e na força de seus sentimentos, domina e empolga o seu poeta. Não lhe interessam as convenções sociais; despreza o julgamento público ou até mesmo deseja enfrentá-lo e combatê-lo. De acordo com o voto de Nietzsche, estava a sua alma liberta de toda obediência, de toda genuflexão e de todo servilismo. E queria arrastar o poeta nesse turbilhão, usando os argumentos fulgurantes de todas as tentações, desde os tempos bíblicos.

Há uma circunstância que envolve, enleia e desespera o escritor Sílvio de Novais: é a agonia daquela esposa triste, que não se lamenta. Quando a morte chega, também de manso, quase sem estertores, não deixa de trazer uma compensação tardia para aquela mulher jovem e terna, que soubera amar com perfeição. Por mais que o procure a amante, está livre da fascinação o escritor Sílvio de Novais, pois que já o detém a lembrança daquela que partiu ou o remorso de uma crueldade involuntária.

Timidez? Fraqueza? Assim o diria Marta; assim também falaria Zaratustra. Mas no fundo da alma humana há sentimentos de bondade, de ternura, que as doutrinas não varrem com a rigidez de seus raciocínios implacáveis.

Esse é o tema de *Assunção*, o romance de Goulart de Andrade. Nem sempre apreciaremos o desenvolvimento da ação. Há um pouco de banalidade nas cenas vividas numa cidade do interior de Minas; há episódios que nos chocam, pela maneira como se apresentam. Mas a essência do romance tem o merecimento de nos fazer pensar e vale ainda como o testemunho de uma das fases mais importantes na história da inteligência de Goulart de Andrade. A tentação tanto se poderia denominar Marta, como Frederico Nietzsche, nem por outro motivo me detive na exposição do tema. Na Itália, o incêndio dannunziano elevava para o céu as suas enormes labaredas e o turbilhão das fagulhas fulgurantes. A impressão que essas tendências deixam no escritor brasileiro mostra-se superficial e transitória. Razão tinha Croce, quando dizia que o Nietzschianismo era menos filosofia do que temperamento ou mais sentimen-

to do que sistema. Goulart de Andrade retorna sem demora ao fundo de sua personalidade. Preso, pela piedade e pela ternura, ao mundo em que vive, não consegue alcançar as paragens infernais das paixões funestas e do personalismo sem freio. É humana demais, para as façanhas temerárias do Nietzschianismo.

A CADEIRA 6

Muito haveria que falar no erudito e no crítico. Muito haveria que dizer do patriota ou do orador. Vários de seus estudos, o ensaio sobre a balada, a conferência a respeito da influência de Camões na obra de Milton, os artigos na *Revista da Academia*, ou na *Ilustração Brasileira*, mereceriam mais detida referência. Esse erudito tem o esmero de um analista. A disciplina das matemáticas não lhe permite as aventuras da improvisação. Os discursos reunidos sob o título *Pela Grei* revelam-nos o sentimento vibrante do patriota. A sua pregação é enérgica, desinteressada e entusiástica. Nos pátios dos quartéis, no tombadilho dos navios, nas associações de classe, nos estádios esportivos, a palavra de Goulart de Andrade sempre vibrou eloqüente, idealista e colorida.

De todos os seus livros em prosa, entretanto, o que se nos afigura mais profundo e mais meditado é o que fala das personalidades que honraram, nesta Academia, a Cadeira 6, aquela que ele próprio dignificou, mercê de seus livros e de sua vida de enamorado das Letras.

Nenhum prêmio o encantara tanto como a eleição para esta Companhia, que fora sempre o seu refulgente sonho de escritor. Vencendo, em pleito difícil, um adversário como o príncipe D. Luís de Orleans, Goulart de Andrade quis patentear à Academia a gratidão e o desvanecimento de quem sabia estimar o valor de vossos prêmios. Não achou idéia melhor que a de conferências sucessivas a respeito dos que haviam passado pela mesma Cadeira que lhe destes.

Que esplêndidas biografias foram assim reunidas, com o lavor de um artista incansável! O desfile é, por certo, notável, desde Casimiro de Abreu, o patrono da Cadeira 6, o poeta por excelência da ternura brasileira. Não foi em vão que ele intitulou de *Primavera* ao seu livro de versos. As suas poesias não sugerem corolas esplendentes, nem ramos fartos; deixam antes a impressão discreta de brotos e de botões, que acordam ao chamado dos raios de sol.

Teixeira de Melo, também poeta, não encontraria, na sua lira, os acordes meigos e ingênuos que enfeitam a poesia de Casimiro de Abreu. Mas Sílvio Romero o exaltaria, e era tão grande o prestígio do crítico! Atravessando uma longa fase de vida, Teixeira de Melo se afirmaria também por meio de notáveis trabalhos de erudição.

Veio então Jaceguai, o segundo ocupante da Cadeira 6. Guerreiro e escritor, homem de ação e de inteligência, chega a parecer um monumento, na altura em que paira, ou no relevo de sua individualidade fascinante. Não é ele quem no combate de Humaitá, dirigindo o couraçado *Barroso*, primeiro chega às correntes submersas que impediam a passagem do rio? As ordens do comando supremo, para que esperasse os companheiros da empresa, não o conseguem deter, como também não o fazem estacar as balas paraguaias, que em cheio alcançam a muralha do couraçado. Com o braço apoiado à portinhola de vante, Artur Silveira da Mota chefia a manobra, junto ao prático, navegando à luz das fogueiras imensas que, na margem do Chaco, alumiavam a façanha prodigiosa.

Os feitos guerreiros de Jaceguai não são inferiores às páginas que ele compôs. Sente-se no seu estilo a bravura, a decisão, a lealdade do marinheiro. E as frases têm um ritmo largo e simples de ação, e espelham o mesmo patriotismo daqueles destemidos vencedores de Humaitá.

ÚLTIMOS ANOS

O último livro de Goulart de Andrade é *Ocaso*, a terceira série de suas poesias editadas em 1934. Alguns anos antes já se havia interrompido o ritmo de sua criação. Os livros estampados nesse período final reuniam trabalhos antigos.

Tive a explicação desse silêncio quando visitei Goulart de Andrade. Eu o conhecera de perto na Câmara dos Deputados, que ele freqüentava como redator de debates e eu como jornalista profissional. Procurava-o muito, gostando de sua palestra animada, ou das irreverências que externava sem amargura, exuberante e alegre.

Perdi-o depois de vista. Fui encontrá-lo em casa, irreconhecível. Envelhecera vinte anos. Pálido, consumido, não era mais o Goulart de

Andrade, mas um velhinho cansado, dentro da meticulosa disciplina de um horário de remédios e de uma dieta inflexível. Custei a dissimular a minha surpresa, ou o meu espanto, diante de tão rápida e completa decadência.

Aquele artista, amigo da vida mundana, orgulhoso de vitórias sociais, e que tanto se desvanecia com a admiração que os seus versos arrancavam aos corações femininos, estava ali, metido num pijama comum, precocemente decrépito, inesperadamente aniquilado. Onde mais o entusiasmo de suas palavras? A arrogância dos gestos naturais? A riqueza de modulações da voz bem timbrada, que tantos triunfos lhe conquistara na arte de dizer versos, ou na leitura de sua prosa cadenciada e sonora? Onde o fulgor do olhar, ou a vivacidade da inteligência inquieta?

Compreendi, todavia, que a vida não deixara de protegê-lo. Afastando-o do torvelinho, a que ele se habituara, deu-lhe, em compensação, a assistência das afeições dedicadas. Junto dele, havia sempre uma inexcedível amizade, que o protegia, que o confortava, que o disputava à moléstia e à consumição. Perdoai que a nomeie: era D. Fernandina Goulart de Andrade. Desvelada, maternal, foi uma animadora serena, talvez heróica, na firmeza dessa batalha dolorosa. E Goulart de Andrade conhecia as abnegações que o cercavam. Sempre que falava na esposa, ou nas filhas, as lágrimas vinham contar, nos olhos já sem brilho, os segredos mansos de uma gratidão que as palavras não podiam descrever.

Mesmo assim, batidos pela doença implacável, esses últimos anos da vida do poeta não foram tristes, nem amargurados. À floração da juventude, às rosas, às popoulas e aos cravos de que ele falara, como símbolos do desejo e das paixões impetuosas, sucederam as violetas discretas do enternecimento. A bondade, que era congênita, tradição de famílias brasileiras, apurava-se, sublimava-se na decadência, aproximando-o mais das amizades fiéis, conduzindo-o à religião, que lhe ensinava a confiar no destino providencial e misericordioso.

Já vos falei nas amizades que o apoiaram e o confortaram. Mas há um nome que também não devo calar. É o símbolo da amizade perfeita. É Martins Fontes.

Ele e Goulart de Andrade haviam sido companheiros no grupo de Bilac, sócios do cenáculo da Confeitaria Colombo, e a afeição que os aproxi-

mou não foi inquietada pelo tempo. Voltando à sua cidade natal, Martins Fontes não esquecia os amigos que aqui continuavam. Uma vez por outra, nas viagens à Guanabara, o poeta de Santos ia de casa em casa, na sua romagem afetiva, que Bilac anunciava numa linguagem pitoresca:

– Martins Fontes invadirá o Rio a tal hora...

Era mesmo uma invasão, que vinha com a força de um cataclismo, turbilhonante, irresistível. Um cataclismo benévolo, está visto, e se possível o conceito. Ainda há pouco, um de seus mais brilhantes panegiristas, o Sr. Heitor Lima, recordava esse episódio expressivo: Martins Fontes passeia com os amigos pelos caminhos do Silvestre. Estaca, de súbito, dirigindo-se para o portão de uma casa cercada de jardins. Agita furiosamente a campainha e, como demorem a atendê-lo, vai entrando sem hesitação. Caminha para um criado que se aproxima e lhe pede um regador d'água. Atendido, começa ele próprio a regar as roseiras ressequidas, abandonadas nos canteiros. Concluída a tarefa, despede-se das roseiras, uma a uma, beijando-as reverentemente, diante do empregado atônito, por certo amedrontado.

De outra feita, ajoelha-se Martins Fontes na Praia do Flamengo, para dizer orações à lua. Recita a prece de Salambô, com a solenidade de um sacerdote cartaginês. E assim era ele sempre, imprevisto, pitoresco, impetuoso. Até nos versos se revela o tumulto interior e a variedade de suas emoções, que ora lhe inspiram poemas suaves, de um lirismo inebriante, como nas *Palavra Românticas*, ora lhe arrancam frases desordenadas, vocábulos caprichosos, extravagâncias de uma imaginação que ele mesmo denominava "febricitante, tumultuária, ardentíssima".

E que maravilhoso *causeur!* Não somente a palavra lhe acudia fluente, precisa, variada, como o gesto e a expressão fisionômica sabiam acompanhar as suas narrativas movimentadas.

Nos últimos tempos da vida de Goulart de Andrade, Martins Fontes não faltava à comemoração da data natalícia do amigo. A 6 de abril era certo vê-lo descer à porta daquela casa acolhedora, vindo especialmente de Santos para a festa do abraço fraternal.

Encontrei-o uma vez nessa visita de aniversário. Durante algumas horas, não fizemos senão ouvir tudo o que Martins Fontes quis dizer. Recitou versos, recordou episódios antigos, repetiu anedotas. Era uma torren-

te de palavras, de imagens, de idéias. Ainda recordo a história que ele narrava de uma guerra verbal entre um cocheiro de Paris e não sei mais que escritor brasileiro. Na iminência da derrota, o escritor tinha uma inspiração e lembrando-se das figuras de ornato:

– Silepse, anástrofe, hipérbaton, anacoluto...

A voz de Martins Fontes ia rolando as sílabas majestosas, num tom agressivo de quem insulta, e a fisionomia retratava uma cólera súbita e veemente.

Goulart de Andrade, apoiados os cotovelos nos braços de sua cadeira de descanso, ria, deslumbrado. Parecia estar ouvindo o arcanjo, que lhe vinha recordar as delícias do Paraíso, de um Paraíso que a magia daquela palavra generosa conseguia fazer ressurgir aos olhos quase apagados daquele moribundo. Quanto aos outros, o que nos impressionava era o contraste daquelas duas criaturas quase da mesma idade, uma arruinada pelas moléstias, a outra esplendente de saúde, de alegria, de vitalidade.

Não se podia supor que a morte também os quisesse irmanar, levando-os quase ao mesmo tempo. Entretanto, se eles caminham juntos, no mistério que os envolveu, como não terá sido grande a consolação para os dois viajantes! E quem sabe, senhores acadêmicos, quem sabe se não foi dado às grandes afeições o privilégio de enfrentar e de vencer a própria eternidade?

II

RESPOSTA DO SR. MÚCIO LEÃO

ALEGRIA E MELANCOLIA

Nesta noite de vossa consagração acadêmica, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, não sei que mais haverá no espírito daquele que chega e no espírito daquele que vem dar-lhe as boas-vindas. Não sei que mais haverá – se alegria, se melancolia.

Alegria haverá, e grande, pois esta é a noite gloriosa em que recebeis o galardão merecido pela obra que, através de quatro lustros, vindes realizando, no incansável labor de homem de letras e de jornalista.

Melancolia haverá, e profunda; a melancolia de não vermos aqui, entre os presentes, algumas figuras benignas, que vos amaram, que vos compreenderam, que sentiram, um dia, o orgulho de vosso destino fulgurante.

Que vos direi eu nesta noite? Que vos direi eu, que tenho tanta coisa a dizer a vosso propósito?

Permiti, primeiramente, que, abandonando, por um instante, as pompas desta solenidade, a minha imaginação se transporte para bem longe, para o vosso e para o meu Pernambuco. Ali, torno a encontrar, amáveis e graves, dois homens, cujo maior sonho consistiria em que pudessem ver chegados à festividade de hoje os filhos que, ao lado deles, os seguem, procurando imitar-lhes os exemplos de uma pobreza austera, honesta e laboriosa. Ali torno a

encontrar as imagens de duas mulheres suaves, afeitas igualmente ao sacrifício e à ternura. Ali torno a encontrá-las, cercadas de um bando álacre de crianças.

No meio desse bando de crianças, há dois meninos que aos meus olhos se destacam. São já amigos dos livros, são já especulativos ou melancólicos, e já vivem procurando, para leituras e meditações, autores solenes ou graciosos.

Um desses meninos, e sem dúvida o mais prudente, o mais sutil, o mais exato, sois vós.

TRÍPLICE ESPLENDOR

A Cadeira que vindes ocupar fulgura sob um tríplice esplendor.

O patrono é aquele rapaz desconsolado e meigo que, nos instantes de uma vida curta, soube sonhar um sonho deslumbrado e deixou versos impregnados de indizível tristeza e ternura sem fim. O criador da Cadeira é o poeta comovido e dolente, o poeta que conhece as mágoas das esperanças fanadas e dos amores insatisfeitos. O segundo ocupante é o herói fulgentíssimo que pôde esculpir, nos campos de batalha, alguns dos bronzes preclaros de nossas epopéias; erudito, ele perdura, também, no valor dos livros que escreveu. O terceiro ocupante, aquele a quem sucedeis, é o gentil-homem de encantadora estirpe mental, é o poeta, o romancista, o crítico atilado.

Poesia. Heroísmo. Erudição.

É esse o legado que vindes receber, Sr. Barbosa Lima Sobrinho. E sois digno de guardá-lo.

Quanto à erudição, não será somente a Academia Brasileira quem a proclame, a louve e a admire. Ela está aí, nítida, em ótimos livros, que abordam os mais diferentes gêneros. Por esse lado, o autor da *Ilusão do Direito de Guerra* e do *Problema da Imprensa* será excelente continuador de Teixeira de Melo, o estudioso das *Efemérides Nacionais*, de Jaceguai, o cronista de nossa história naval, e de Goulart de Andrade, o crítico de *Sementeira e Colheita*, o aproximador de Milton e Camões.

Quanto ao heroísmo, nada posso dizer. Conheço-vos as virtudes civis e particulares, e sei que conservais aquela rija fibra moral dos velhos pernambucanos, que souberam escrever, em nossa Pátria, as páginas galhardas da bravura. Não tivestes ainda ocasião de mostrar se possuís, como Jaceguai, uma têm-

pera de guerreiro. Tudo o que sei é que já andastes militarmente fardado, com uma bravia carabina ao ombro, nas marchas e contramarchas de um tiro-de-guerra do Recife. Desse belicoso tempo ficaram, indeléveis, alguns traços em vosso coração. E no mais austero dos vossos livros é com orgulho maldisfarçado que aproveitais uma ocasião que se apresenta para desvendar aos nossos olhos os difíceis segredos da nomenclatura dos fuzis Mauser.

Para completar-vos a integração na Cadeira de Casimiro de Abreu, restar-me-á falar da poesia. E poeta vós o sois, meu ilustre confrade. Poesia é o encanto de vossa vida tão pura, tão alta e recatada, toda oferecida ao bem da Pátria e ao amor da família. Poesia é grande parte de vossa obra – esse gracioso livro da *Árvore do Bem e do Mal*, algumas dessas histórias sutis do *Vendedor de Discursos*, a maliciosa tradução do *Diário de Adão e Eva*, que publicastes, um pouco clandestinamente, nos começos da atividade literária. Poesia é, principalmente, essa longa série de trabalhos que guardais nas gavetas, esses sonetos e esses poemas que viestes escrevendo num diálogo íntimo com a vossa própria alma.

ALVORECER DE UMA VOCAÇÃO LITERÁRIA

As primeiras manifestações de vossa tendência literária, meu caro confrade, eu vou encontrá-las na infância. Era no Instituto Ginasial Pernambuco, o colégio da Rua da Aurora, que, sob a direção de Cândido Duarte, acolhia uma centena de garotos inquietos. Vossa turma possuía, entre outros, dois meninos que mostravam possuir maiores pendores para a literatura. Um era Edmundo Jordão, belo espírito de homem de Letras, que hoje, todo entregue às cogitações de magistrado, redige eruditas sentenças no Juízo de Direito de Garanhuns. O outro éreis vós. Estudiosos, lidos, já, em Eça de Queirós, em Zola e talvez em Machado de Assis, vós e Edmundo Jordão deliberastes fundar um jornal. Essa folha usava um título pomposo – *A Verdade*. O quanto era infantil aquele retalhinho de papel, escrito por dois colegiais, não será difícil imaginar. Mas, se eu cito o fato, é somente porque ele parece traduzir, já nesses dias, que poderíamos dizer longínquos, a vossa irrecusável tendência para as atividades jornalísticas.

Veio depois o período da Faculdade de Direito. No velho instituto encontrastes mestres capazes de vos compreenderem o espírito. Laurindo Leão, Hercílio de Sousa, Henrique Milet, Meira de Vasconcelos, Gondim Filho, Aníbal Freire foram vossos mestres diletos. Com eles aprendestes os mistérios tortuosos do Direito. Eles acreditaram em vós, desde o primeiro momento.

PERÍODO DE ESPORTE

Também foi essa a vossa grande fase de exercícios físicos.

Os livros de estudo absorviam, sem dúvida, boa parte das horas dos vossos dias. As outras, porém, eram dadas ao esporte: à natação, ao remo e, principalmente, à marcha e ao futebol. Neste último exercício, destes repetidas provas de energia e resistência nas competições do Clube Náutico. Certo, nunca conseguistes entrar na arena como elemento de primeiro *team*; foi, porém, com a vossa palavra que o clube contou no momento em que, numa rude pugna de advocacia, teve que delegar a um dos seus associados a missão de combater a lastimável teoria, hoje vitoriosa, do profissionalismo no jogo.

No remo, fostes também elemento destacado da associação a que pertencíeis. Por uma dessas ironias singulares das coisas, vós, o mais modesto dos remadores, vistes a vossa guarnição batizada como sendo a guarnição dos *gomeiros*. Esta palavra, na gíria desportiva de Pernambuco, quer dizer blasonador, contador de bravatas, cabotino. É que um dos vossos companheiros de guarnição, doce alma em verdade, era, na aparência, um truculento, um ferrabrás, que andava a desafiar os campeões dos páreos de honra para infligir-lhes derrotas vergonhosas. Essa abundância de desafios do vosso sota-proa mereceu a ironia reparadora dos companheiros do clube. Vós, que éreis um prudente e discreto proa, tivestes que receber parte do sarcasmo.

Assim vos entregáveis ao futebol e ao remo. Vosso exercício predileto era, porém, marchar. Vossas excursões a princípio foram moderadas. Tranqüilas caminhadas de uma légua, de légua e meia, do Recife a Olinda, de Olinda a Beberibe, de Beberibe aos Peixinhos. Depois fostes adquirindo confiança nas próprias forças. E eis que, certo dia, deliberastes ir a pé desde Olinda, onde moráveis, até Goiana. Para essa destemerosa prova, foram con-

vocados quatro ou cinco amigos, habituados às caminhadas longas. Na noite aprazada, compareceu apenas um. Os outros tinham desistido.

Essa viagem foi o seu tanto agitada. E eu creio que poderíeis narrá-la numa página de que não ficaria ausente o *humour*.

O VALOR DE UMA CARTA

Ao deixardes a Faculdade, éreis o laureado da turma. Auréola fulgurante punha-vos em destaque o nome. Lembrai-vos da confiança profunda que todos nós depositávamos em vosso futuro. À memória vem-me episódio curioso daqueles dias juvenis. Acabáveis de concluir o curso e fostes passar uns dias em um dos aprazíveis engenhos de Água-Preta, época de Natal. Tudo era aquela deliciosa alegria do tempo das festas nos engenhos pernambucanos. Achavam-se convosco vários colegas dos bancos de estudo. Certa noite, no salão da *casa-grande*, as moças começaram a orçar o valor das cartas dos bacharéis recém-formados que se encontravam no engenho. Ao se referirem à carta de um dos vossos amigos, useiro e vezeiro na conquista das simplesmentes, sorriram, irônicas:

– A carta do Dr. Fulano só vale cinqüenta contos...

E, ainda assim, talvez seja muito...

Alguém perguntou, então, em quanto orçariam elas a vossa carta. E a resposta veio imediata:

– Ah! A do Dr. Barbosa Lima vale, pelo menos, uns dois mil contos...

Aí está a mais verdadeira síntese das grandes esperanças que todos já depositávamos em vós, naqueles formosos tempos.

OLIVEIRA LIMA

Nessa época fizestes grande amizade com Oliveira Lima. E essa amizade, creio, teve muita influência sobre a vossa vida.

Decepcionado dos homens e das coisas, amargurado com a insânia da guerra, que devastava o mundo, o historiador de D. João VI havia procurado um remanso de paz e tranqüilidade em sua cidade natal. No Recife, ele foi habitar velha mansão senhorial dos Apipucos, relíquia de um passado opulen-

to. Ia freqüentemente àquele casarão, visitar o mestre, que todos admiravam e amavam, uma juventude palradeira. Oliveira Lima, que deixou uma obra não raro desabrida, onde se diz muita verdade e se faz muito sarcasmo, era, na relativa intimidade que concedia aos seus jovens amigos, de uma bondade simples e confiada. Quanta vez, em sua chácara vizinha ao Capibaribe, sentado à cadeira de balanço, nos falou, a vós e a mim, acerca de trabalhos que estava a completar. A tarefa com que então lutava era grande: a de ultimar a sua *História da Civilização.* Tivemos a felicidade de ver-lhe o pensamento, por assim dizer, em sua forma nativa, através de determinada crítica sobre um acontecimento relevante da história da humanidade, através de uma apreciação sutil ao método de um Guizot, de um Mommsen, de um Cantu.

Mais tarde, nas lutas jornalísticas em prol da candidatura do Barão de Suassuna, fostes o companheiro constante de Oliveira Lima. E o testemunho da reciprocidade dessa afeição encontra-se na repetida correspondência, sempre carinhosa, que o sábio historiador manteve convosco.

Creio que poderemos ficar irmanados na veneração e na gratidão ao mestre de *Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico*. Devi-lhe o primeiro emprego que tive, o de repórter no *Diário de Pernambuco*. Talvez lhe tenhais devido, também, o vosso primeiro emprego.

O *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*

Era ao *Diário de Pernambuco* que semanalmente íeis, para entregar os vossos artigos, já suculentos e cheios de idéias.

A tradicional folha pernambucana era, então, dirigida por dois jornalistas muito diferentes, mas do mesmo modo interessantes: Carlos de Lira Filho e Manuel Caetano.

Carlos de Lira Filho, polemista cuja ironia fulminava os adversários, tinha aos nossos olhos o prestígio de um Zeus que vivesse perdido entre nuvens. Não se dignava de aparecer-nos. Permanecia numa esfera olímpica, no segundo andar do prédio, na sua vida isolada de misantropo. Lá, no castelo inacessível, escrevia as notas, os artigos, e os mandava diretamente à composição.

O contato dos colaboradores com o *Diário* estabelecia-se através de Manuel Caetano. Era um homem singularmente retraído, desses que parecem estar a pedir perdão às outras pessoas por terem que ocupar um lugarzinho no planeta. A princípio, julgá-lo-íamos azedo ou mal-humorado. Vencêssemos, porém, essa aparente crosta de hostilidade – e que luminoso coração encontraríamos! Que tesouros de amor pela inteligência, que profundo prazer em animar os jovens! Manuel Caetano recebia vossos artigos e os dos vossos companheiros de geração acadêmica. E, como já foi contado neste mesmo recinto, quando o original se apresentava especialmente detestável, tinha a paciência de sentar-se à mesa e recopiar, na sua letra caligráfica, as páginas ilegíveis.

Se me não trai a memória, os principais artigos que publicastes, nessa fase inicial de jornalista, versavam sobre a grande guerra. Vossa forma literária, nessa hora matinal, trairia a influência de Euclides da Cunha e Raul Pompéia.

E tínheis, de vez em quando, a volúpia de ornamentar o estilo com vocábulos mortos. Está a lembrar-me, agora, o escândalo que provocastes, no meio dos estudantes, vossos leitores, quando, num artigo em que examináveis a situação em que iria ficar a Rússia depois da guerra, empregastes o advérbio – *tamalavez.* Nenhum de nós conhecia, sequer de vista, esse vocábulo sesquipedal, que tínheis ido descobrir creio que numa página de Malheiro Dias. E a estranhíssima palavra assumiu, em nossa ingênua imaginação, a monstruosidade de uma daqueles répteis fabulosos, que contemplávamos, assombrados, nas reconstituições de Figuier – animais que, se aparecessem hoje nas ruas de Paris, seriam capazes de devorar o almoço na varanda de um quinto andar!

Tamalavez! Aquilo, desde então, foi, para todos nós, o dinossauro da literatura.

O SATÍRICO

Nesse tempo, ai de nós dois, já tão distante, existiam em vós dois espíritos: um era o estudioso tranqüilo, o homem pacato e manso, que gostava de comunicar aos leitores as suas idéias, e lhes dava, quando muito, o piparote de uma ironia; o outro era o satírico impenitente, sem caridade, às vezes sem

humanidade. Era o homem que certa vez (relevai a impertinência da minha memória, que às vezes tem o capricho de não deixar que se apaguem as coisas) me dizia, num momento de confidência pessimista: "Eu desejava ter na vida aquela inflexibilidade de Aquiles."

Sim, era esse desejo de inflexibilidade, e talvez mesmo de violência, que havia principalmente no outro Alexandre José, no Barbosa Lima Sobrinho dos tempos que estamos a recordar. Às suas tendências de admirador do Alceste de Molière devemos boa parte da vossa obra inicial. Toda ela, toda a vossa produção da primeira mocidade, é impregnada de revolta contra as coisas, de ódio contra a baixeza e a vilania humana. O convívio medíocre, a vulgaridade dos alunos da Faculdade de Direito, estimulou a vossa irritação mal contida. Que havíeis de fazer? Volvestes contra os companheiros da turma a vossa alma jupiteriana. E, novo Sérgio, evadido agora das aulas de um colégio secundário para os bancos de uma faculdade superior, começastes a dizer verdades sobre toda a gente. A série de *Caricaturas*, que publicastes acerca dos bacharelandos do Recife no ano de 1917, ficou famosa. O mais curioso é que publicáveis essas caricaturas sob o mais absoluto sigilo, pondo-lhe apenas esta assinatura: *Cam e Sem*. Que execuções tremendas eram essas páginas! E como o retratista de almas, o psicólogo vingador, nelas se revelava!

Não resisto à tentação de ler, perante a Academia, uma dessas páginas, em que já reveláveis toda a eloqüência do vosso estilo. Seja a mais característica de todas aquela em que traçais o perfil de um dos mais ilustres rapazes da época – exatamente o perfil do Sr. Barbosa Lima Sobrinho. Assim fazíeis a vossa própria execução:

> Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho é um nome grande demais para a insignificância de quem o leva.
>
> Herdeiro da esquelética magreza de seu tio, tem um físico desagradável – alto como uma montanha, magro como um espeto, pernas compridas, e por cima de tudo uma cabeça grande com um rosto pequeno. Dá a impressão exata de uma maravilha de equilíbrio – uma vara de espanar, mantendo na extremidade um crânio descarnado. É, entretanto, um *sportman*: futebol, natação, remo, escoteirismo, tudo isso lhe é grato e, a julgar das aparências, muito tem concorrido para lhe desenvolver... os ossos.

> É o campeão das distinções, a cujas brilhaturas tem feito jus menos pela inexistente inteligência e fosforescentes estudos que por sábios expedientes.
> Foi um dos papáveis à oratória do quinto ano, mas a sua insignificante candidatura injustificada e extravagante esvaiu-se aos primeiros embates da feroz campanha.
> A sua discreta vaidade é o menor dos seus grandes defeitos.
> A perseguição incansável de deidades horrendas (*Asinus asinum frieat*) tornou-o misógino, tanto que quem o quiser ver raivoso, apresente-lhe senhoritas. Ele abalará e, chegando a casa, cansado, esbaforido, explicará em voz entrecortada à família assustada: "O diabo! O diabo!"
> Tão violento misoginismo não pode ter outro termo que o casamento, provavelmente com *mademoiselle* Timidez, que já lhe vive no coração por lhe viver no sangue.

Essa tendência para o sarcasmo havia de ser, mais tarde, o traço característico de muitas de vossas crônicas, quando, com Maviael do Prado, assumistes a colaboração efetiva no *Jornal do Recife*. É que, naquele momento, todos os vossos autores diletos, os mestres que líeis e cujo espírito assimiláveis, eram os humoristas, os ironistas, os sarcásticos. Vivíeis, então, em plena intimidade com Swift, com Carlyle, com Daudet, com Fialho de Almeida.

INSTINTO DE PACIFISMO

Mas o tempo se encarregou de apagar o influxo dessas entusiásticas leituras. E, em breve, no lugar da primeira tendência, que até então havia predominado, foi-se afirmando a segunda tendência: o gosto da harmonia, da suavidade, da universal compreensão para as coisas e os homens.

Toda a vossa carreira de homem público tem-se orientado nesse rumo construtivo. Erguestes como balizas as grandes idéias fecundas: o amor da Pátria, *não movido de prêmio vil, mas alto e quase eterno*; o amor da família; a defesa da sociedade, organizada dentro da ordem, dentro da lei.

Ao virdes para o Rio com a vossa láurea, todos imaginavam que havíeis de orientar a vida para o terreno da advocacia, da pura ciência jurídica. Essa expectativa pareceu confirmar-se, nos primeiros trabalhos que publicastes. Foi o primeiro *O Regime de Bens dos Súditos Inimigos*, tese

com que cumpristes uma obrigação assumida perante a Faculdade de Direito do Recife, no momento em que vos foi conferido o prêmio de melhor aluno do ano.

O volume que se seguiu era, também, de caráter jurídico – era a *Ilusão do Direito da Guerra*. Belo e fecundo livro! O assunto é dos mais sugestivos, nesse terreno imenso e flutuante das abstrações do Direito Internacional. Ainda hoje leio com interesse as páginas em que fixais certas figuras da tragédia de 1914, as páginas em que resumis a história dos armamentos, as páginas em que sintetizais as crônicas das guerras da França com a Alemanha, as páginas em que debateis tantos problemas da organização interna dos povos e da existência de uns povos com os outros. Releio com prazer aquelas declarações de pacifismo ardente, a que, paladino de uma causa bela e acaso romântica, volveis tantas vezes. Releio com agrado aquela meditação final, em que nos dizeis estas palavras, que hoje ainda – e talvez principalmente hoje... – poderiam ser citadas aos chanceleres de todos os povos:

> Sim, a guerra é má. E é, ainda, o pior de todos os males, o flagelo monstruoso, a calamidade incomparável. Unamos as nossas forças no combate com que a havemos de destruir, mais cedo ou mais tarde. Confiemos na beleza da causa e sejamos serenos, atacando sem ilusões, mas também sem desânimo, o uso calamitoso. *Por mais violento que seja o instinto belicoso do homem* – diz G. Ferrero –, *a obra da civilização não tende menos por isso a comprimi-lo, como a todos os instintos de destruição; por mais emaranhado que apareça esse nó górdio de interesses, de paixões e de erros, não pode ser insolúvel para a eterna paciência do tempo.* Não podemos permanecer nesse errado caminho, a que não chega o mais tênue raio de inteligência. Força é que o homem se civilize, aprendendo, com as abelhas, os princípios da solidariedade e da cooperação.

Ouvirão os homens essas belas palavras, Sr. Barbosa Lima Sobrinho?

É muito difícil responder que sim... Os homens não costumam ouvir as palavras de um conselho avisado. E aqueles que procuram adverti-los dos erros em que ameaçam cair e dos crimes que se aprontam para cometer, aca-

bam, não raro, tendo a certeza de que viajam numa região melancólica, somente povoada de surdos e cegos.

MENTALIDADE EUROPÉIA E MENTALIDADE AMERICANA

A vossa posição, de intemerato amigo da paz, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, bem pode ser compreendida pelos idealistas da América. Já não será, talvez, compreensível para os doutrinadores políticos de certas nações da Europa. Por menos pessimistas que sejamos, há uma deplorável verdade que somos forçados a reconhecer: com todos os seus prodígios de civilização, com todos os seus museus e todas as suas bibliotecas, a Europa é ainda, e continuará sempre a ser, um mundo afeito à guerra, e que só nos preparativos da guerra encontra o seu clima propício. Não creio que isso seja apenas o fruto de uma educação, que ciosamente adestra os homens desde o berço para as lutas destruidoras. Em minha opinião, o sentimento naturalmente belicoso do europeu, como o sentimento que naturalmente deve ser pacifista do americano, decorre das próprias condições geográficas e humanas que um e outro encontram.

Nos países europeus, o valor de uma vida humana é coisa insignificante, quando comparado com o valor de um metro de terra. Cada palmo de terreno, naqueles países, foi embebido com o sangue e as lágrimas de gerações e gerações, que o conquistaram ou o defenderam. Cada um desses palmos de terra como que fala, a cada coração de homem, dos antepassados que ali lavraram, amaram, sonharam, sorriram e padeceram. Falará, também, dos netos, que, pela ordem das coisas, ali um dia hão de viver e trabalhar.

Na América o quadro é exatamente oposto. Aqui vale muito mais a vida de um homem do que, às vezes, uma longa extensão de território. Nossos avós conquistaram regiões onde caberiam e poderiam florescer muitos países. Conquistaram essas regiões, só se moveram, durante alguns meses, entre rios e florestas bravas. E ainda hoje bastará a qualquer de nós tomar a deliberação de ir viver nas selvas de Mato Grosso ou de Goiás, para ter, desde logo, a probabilidade de tornar-se proprietário de um território tão largo quanto o da Bélgica ou o da Suíça.

A essa ausência de uma tradição que a propriedade da terra signifique, a essa imensidão e a essa facilidade, que são nossas, podemos acaso atribuir as generosas tendências da alma brasileira, esse espontâneo tolstoísmo, com que muitos de nós achariam mais razoável dar a um estrangeiro uma fibra do nosso próprio braço do que nos empenharmos nos desesperos e nos ódios de uma guerra.

Mas essa linguagem, que vos estou falando, é, para os ouvidos do europeu, linguagem vã de ideólogo. Linguagem de ideólogo americano, e talvez seja melhor dizer – de ideólogo sul-americano.

E a verdade é também que essas palavras encontram cada vez menos ressonância, num mundo em que os grandes países se organizam minuciosamente, para saírem à realização da partilha dos países fracos, num melancólico e lacrimoso mundo, que ainda não viu nascer o sol que deixasse de contemplar a explosão dos canhões, na obra nefasta de devastar povos e arrasar cidades inermes.

POSIÇÃO DO HOMEM PRUDENTE – OS PERSAS EM ANTIOQUIA

No discurso de recepção a Cherbuliez, na Academia Francesa, lembrava Renan um episódio que, para os dias de hoje, serve como um símbolo muito apropriado. Era sob Valeriano, e a cidade de Antioquia estava sendo assediada pelos persas. Desdenhosa dos riscos que a ameaçavam, toda a população havia acorrido a um teatro, que ficava ao pé da escarpada montanha, onde se erguiam as defesas da cidade.

Estavam os espectadores com a atenção presa ao que acontecia no palco, quando, de repente, o ator começou a balbuciar, a empalidecer e a tremer. É que, do lugar em que estava representando, descortinava bom trecho das muralhas da cidade. E, assim, era ele a única pessoa que podia, naquele teatro, ver os soldados persas, já vitoriosos da situação, descendo a montanha a toda pressa. Sem demora, as flechas começaram a cair, dando aos distraídos espectadores a impressão da tremenda realidade.

Aí está um melancólico símbolo para o homem de espírito exato e de experiência madura, o símbolo para o homem capaz de ver, e de saber o que está vendo.

Em torno dele, a multidão, embalada em mendazes divertimentos, está esquecida das realidades cruéis. Ele, unicamente ele, pode ver e perceber as coisas misteriosas. Só ele sabe que os persas não estão distantes, e só ele conseguirá ouvir, ecoando rudemente no solo, o sinistro rumor do avanço dos invasores.

BARBOSA LIMA.

Nesta noite em que celebramos a elevação e o esplendor de vossa obra, meu ilustre confrade, não seria possível esquecer a figura daquele que tem sido, para vós, o mais alto modelo moral e espiritual. Refiro-me a Barbosa Lima.

Era a dele uma figura excelsa, dessas que hoje vão cada vez rareando mais em nosso país.

Formado ao contacto de Benjamin Constant, cedo lhe amadurecera no espírito o grande amor das idéias liberais.

Na sua agitada vida de homem de governo e de parlamentar, foi ele um dos varões mais representativos do Brasil republicano. Desse Brasil talvez um pouco romântico, certamente eivado de erros. Desse Brasil generoso, cujos erros correspondiam aos excessos fulgurantes de um idealismo que hoje não é mais compreendido.

Era um espírito de cultura enciclopédica, possuindo as ciências matemáticas, as ciências biológicas, as ciências políticas. Acrescentava a tudo isso a finura no gosto literário, a sólida erudição de humanista, o amor à frase perfeita, um sentimento de poesia, se assim posso dizer, que nos deslumbrava, a todos os que tínhamos a honra de sua convivência afetuosa.

Sobrinho desse homem raro, desde cedo ficastes sob o seu fascínio. Lembro-me de uma carta que ele vos enviava, há uns bons vinte anos, a propósito de um dos vossos primeiros artigos. Senador da República, ouvido e acatado como um líder pelos seus pares, Barbosa Lima deleitava-se em acompanhar a marcha do adolescente que, no Recife, começava a pensar e a trabalhar. Grande foi a impressão que experimentou ao ler, pela primeira vez, um

dos vossos artigos. Logo vos escreveu, confessando que a grande ventura de sua vida consistia em sentir que fora, apenas, um predecessor. E, relativamente a vós, comparava-se com James Mill, progenitor e precursor do grande Stuart Mill.

Realmente, é no exemplo de Barbosa Lima que vindes norteando a vida. E é essa uma glória nova a acrescentar a todas as vossas glórias. São raros, na história da literatura e do pensamento, esses casos de absoluta identidade espiritual entre parentes próximos, como pai e filho, ou tio e sobrinho. A propósito do caso dos dois Barbosas Limas, eu me referia ao caso de James e Stuart Mill. Mas, se quiséssemos encontrar um paralelo mais exato, teríamos que evocar, diante de vosso tio e de vós, meu caro confrade, o caso dos dois Plínios. Eram lá, também, tio e sobrinho. O tio era o sábio, o estudioso de todas as coisas, o filósofo dos grandes acontecimentos da Natureza. O sobrinho era o escritor penetrante, sagaz na análise, percuciente na observação, rico de idéias, misto sedutor de homem de letras, historiador, ensaísta e psicólogo, que nos legou, com a sua correspondência, um repositório farto de documentos para a reconstituição da vida romana durante longo período.

Representais, assim, uma como continuidade de vontade e inteligência. O homem novo, que sois, prolonga, em espírito, o homem que já não existe.

Convivendo convosco, teremos, na Academia, a impressão de que aqui se encontra o erudito Barbosa Lima, cuja figura devera, com tanta justiça, ter enobrecido uma de nossas poltronas.

ATIVIDADE JORNALÍSTICA – O *JORNAL DO BRASIL*

Entre os capítulos do vosso livro sobre a *Ilusão do Direito de Guerra*, destacarei aquele que dedicastes ao estudo do "Bolchevismo e a Paz". É uma síntese da posição que assumem, relativamente ao problema da guerra, os discípulos russos de Marx e Lenine. Vemos ali que, já na aurora da Rússia soviética, examináveis, com grande vigor de combatente, o regime leninista. Assim dizíeis, exaltado adversário ao credo novo: "No presente ou no futuro, o bolchevismo significa, pois, um programa belicoso e agressivo, como todas as teses intervencionistas."

Perdoai se fiz referência a uma vossa opinião política, Sr. Barbosa Lima Sobrinho. Esta noite de hoje, eu a quereria somente ilustrada pelo encanto de vossa obra de criação e pensamento literário. Mas a citação que acabei de fazer é conveniente, porque nos encaminha à vossa atividade jornalística no Rio de Janeiro.

Essa atividade tem sido eficaz e permanente. Começando nos trabalhos de reportagem, facilmente ascendestes ao posto de redator político em um dos maiores jornais da cidade. Sois, hoje, ali, numa casa em que se abrigam alguns dos homens mais representativos da Imprensa brasileira, o redator-principal.

Desde 1921, ano em que aqui chegastes, tendes trabalhado no *Jornal do Brasil*. Podeis imaginar quanto é grato ao meu coração fazer esta referência. Ali, ao lado desse harmonioso espírito de homem de letras, pensador e parlamentar, que é o Sr. Aníbal Freire, exerceis, com autoridade e brilho, vossa relevante função.

Como é ilustre a coluna em que doutrinais, cada manhã, ao povo brasileiro! A história do *Jornal do Brasil* é uma das mais formosas que registra a Imprensa do nosso país. Fundado pelo belo espírito de Rodolfo Dantas – de quem Nabuco dizia que havia combinado em si *qualidades e faculdades que entre nós nenhum outro jovem político reuniu* –, o *Jornal do Brasil* foi, desde logo – como também Nabuco acentuou – *um jornal saído de um gabinete de estudo*.

Que fulgurante galeria, a dos seus primeiros tempos! Na redação, é Nabuco, é Sancho de Barros Pimentel, é Ulisses Viana, é Gusmão Lobo, é aquele resplendente Constâncio Alves, com quem tendes tantos pontos de contacto. Entre os colaboradores estrangeiros, é Emile de Laveleye, é Paul Leroy-Beaulieu, é Teófilo Braga, é de Amicis, é Fialho de Almeida. Nas suas colunas de colaboração nacional, é José Veríssimo, é Barbosa Rodrigues, é Rio Branco, o herói pacífico da nacionalidade.

O tempo acrescentou novas glórias a essa gloriosa estréia. A direção de Dantas sucedeu a direção de Rui Barbosa. À esplêndida galeria que acabei de evocar veio juntar-se outra. Esta Casa emprestou às colunas da folha cuja redação dirigis os nomes aureolados de João Ribeiro, Medeiros e Albuquerque, Silva Ramos, Coelho Neto, Oliveira Lima, Carlos de Laet, Osório

Duque-Estrada, Luís Murat, Mário de Alencar, Laudelino Freire. São ainda hoje colaboradores de suas colunas três de nossos ilustres companheiros, os Srs. Conde de Afonso Celso, Ribeiro Couto e Osvaldo Orico.

Foi lá que levantastes o vosso posto de combatente do Jornalismo. Continuador dos Hipólitos, dos Evaristos, dos Justinianos, dos Bocaiúvas e dos Nabucos, sois um jornalista de convicção, de cultura, de austeridade nos processos. Quantas batalhas da nacionalidade, quantas batalhas em defesa dos nossos princípios mais puros, tendes levado avante. Batalhas políticas, econômicas, sociais, de toda a ordem. Há um século, um jornalista de vossa predileção batizou o seu jornal como a *Sentinela de Pernambuco na guarita da liberdade*. Tendes sido alguma coisa como esse título indica. Tendes sido alguma coisa como a sentinela do Brasil na guarita da razão e do direito. Ser-me-ia fácil enumerar uma série de campanhas que, como a da valorização do café, tendes realizado, na defesa das instituições e das idéias construtivas, na coluna que está a vosso cargo. Aludirei particularmente àquela que para todos nós da Academia é a mais memorável: a campanha em prol da ortografia simplificada. Foi o *Jornal do Brasil* o primeiro dos órgãos cariocas a adotar a ortografia estabelecida pelo acordo da nossa Academia com a Academia das Ciências de Lisboa. Quando o sistema foi discutido no Parlamento e fora dele, a vossa pena ergueu-se para defendê-lo. Mais de quarenta artigos, todo um livro, cheio de ótimo conhecimento da matéria filológica, produzistes então. O nosso querido Laudelino Freire, alma de apóstolo, que viveu lutando em prol da pureza do falar e do escrever no Brasil, amava esses trabalhos, e desejava tê-los encerrados num volume. Ama-os, igualmente, e com freqüência encarece a necessidade de formardes com eles um livro, o nosso mestre, o Sr. Barão de Ramiz Galvão.

Não vos limitais, porém, a exercer o Jornalismo em vossa autorizada coluna. No amor que dedicais à profissão, há também o devotamento do erudito. Vossa monografia sobre o *Problema da Imprensa*, escrita no momento em que se cogitou de dar uma lei demasiado severa ao Jornalismo brasileiro, representa um brado veemente de toda a classe. Através desse problema, fixais figuras majestosas da vida do periodismo nacional. É Diogo Feijó, autoritário, sereno, frio e poderoso. É Evaristo da Veiga, saindo do anonimato do seu comerciozinho de livros para, mercê da força que lhe confere uma superiori-

dade moral incontrastável, dominar a opinião e dirigir o país. É o gigante de bronze, o magno Patrocínio. É Ferreira de Meneses, é Joaquim Serra, é Bocaiúva, é Guanabara, são tantos outros. Generoso como sois, e atento às glórias alheias, não limitais o quadro à Imprensa da capital brasileira. Chamais, também, para que sirvam de modelo ao vosso pincel perito, os jornalistas combatentes das províncias. Aqui estão Cipriano Barata e Frei Caneca, fazendo a campanha liberal de Pernambuco em 1824. Ali está o grande João Francisco Lisboa, o jornalista infatigável, do qual dizeis que é *um modelo excelente, comparável aos grandes clássicos do Jornalismo inglês, um Adison, por exemplo*.

Algumas dessas páginas constituem perfis definitivos dos jornalistas que evocais. Muitas delas, como as que dedicastes a Evaristo da Veiga, a Cipriano Barata, a Justiniano da Rocha, foram completadas na monografia sobre *A Ação da Imprensa na Constituinte*. A algumas delas ainda voltastes, retocando-as, aperfeiçoando-as, em conferências históricas, que fulgem como sínteses dos períodos da vida nacional em que esses grandes varões atuaram.

HISTORIADOR

Tais perfis são como sinais da faculdade central do vosso espírito.

Essa faculdade central parece-me ser a do historiador. Amais a História e, se não viveis totalmente dedicado às suas pesquisas e às suas revelações, é porque as contingências da vida material vos encaminharam a outros rumos. Mas, na essência de vossos trabalhos, está a curiosidade no perquirir, está o escrúpulo no afirmar, está a insatisfeita necessidade da documentação, dons precípuos do historiador.

Alguns de vossos livros – como *Pernambuco e o Rio São Francisco*, o ensaio sobre a conquista do Piauí, a monografia sobre Maurício de Nassau – constituem verdadeiros estudos de história. São puros capítulos de História, igualmente, certos trechos da *Ilusão do Direito de Guerra*, certos estudos do *Problema da Imprensa*. São, ainda, sólidos ensaios de História certos artigos que vindes publicando em jornais e revistas, como aqueles em que fixais a figura do tirano Rosas, a figura de Mitre, a figura de Alberdi. O mesmo será

preciso dizer de algumas das conferências que tendes pronunciado no Rio e na capital paulista.

De todos os vossos trabalhos de historiador, porém, aquele que se reveste de maior importância é o intulado *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*. Nesse livro, dais o depoimento pessoal, obtido em esforço diário de reportagem na Câmara dos Deputados, acerca do movimento político que se processou no Brasil entre 1928 e 1930.

Muitos são os aspectos de vosso processo de fazer História, que eu poderia indicar aqui. Aludirei apenas a um: ao vosso pendor para os retratos das individualidades em jogo. Que penetração psicológica possui a vossa pena, para ir até às molas secretas que movem as almas! Quanta subtileza em certas de vossas anotações! E como, às vezes numa simples observação, que parece feita sem propósito, desmontais todo o misterioso mecanismo de uma alma ou de um acontecimento!

É claro que da maioria desses perfis não está ausente a malícia. O caricaturista inclemente de 1917 ainda permanece no publicista austero de 1938. E é o primeiro quem empresta ao segundo o fino encanto das perfídias, das maldades graciosas.

CRÍTICA LITERÁRIA

A mesma penetração que revelais no apreciar os valores políticos revelais no julgar os valores literários.

Quando começastes a trabalhar no *Jornal do Brasil,* exercestes a atividade de crítico literário. Logo depois, porém, fostes substituído por Osório Duque-Estrada, que, ao morrer, deixou a coluna para João Ribeiro.

Tendo abandonado a coluna de crítica, nem por isso perdestes o amor a essas análises. Muitas das páginas que vos impuseram definitivamente à consideração e ao respeito dos leitores pertencem a esse gênero. Vossos estudos, publicados em várias fases, sobre Matias Aires, Afonso Arinos, Rui, Disraeli, Capistrano de Abreu, os vários comentários a propósito do movimento antiacadêmico de Graça Aranha, umas argutas observações em torno desse tema sugestivo – a gramática e a forma literária – são como reflexos nítidos de vosso honesto senso crítico.

Dois dos vossos trabalhos dessa tendência puramente literária e crítica, eu não poderia deixar de destacar. Refiro-me à conferência em que estudais Machado de Assis e ao ensaio em que estudais Cruz e Sousa.

No trabalho sobre Machado de Assis o que vos interessou foi este problema psicológico de tanta importância: a timidez do escritor. Tímido que sois, fizestes, em tal página, um verdadeiro auto-exame. Foi, por assim dizer, com os resíduos do vosso próprio problema que lograstes explicar os singulares mistérios da vida e da obra do criador de Brás Cubas.

No ensaio que tem como tema Cruz e Sousa, o que vos interessou não foi apenas um desvão do espírito, um fenômeno parcial da alma, como aconteceu no estudo sobre Machado de Assis. Em Cruz e Sousa o que vos interessou foi o homem, na sua representação completa. Foi o espetáculo truanesco de um pobre coração de poeta a lutar com aquela a que aludis – *miséria comum e sem remédio a que chamamos vida.* Foi, enfim, a alma do grande negro a se arranhar em todos os sofrimentos, e criando uma obra imensamente amarga, pungente e pessimista.

UM PERFIL DE GOULART DE ANDRADE

Constitui uma de vossas mais agudas páginas de crítica a análise que dedicastes a Goulart de Andrade.

Ele foi, como bem acentuastes, o representante de um momento de transição em nossas letras. Vinha da geração ilustre que assistiu à libertadora alvorada de 13 de Maio e contemplou a República em seu berço. Formou-se na lição radiosa de Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia. Seu verso marmóreo, que se empenha em vencer as supremas dificuldades da arte poética, é, talvez, aquele que melhor poderia representar o nosso Parnasianismo, na obra dos epígonos da escola.

José Maria apareceu no Rio, quando ainda existiam, na cidade, os últimos representantes da caravana alvissareira, que se reflete em *A Conquista* de Coelho Neto. Esses boêmios enchiam a Rua do Ouvidor do ruído sonoro da Poesia, daquela gárrula inquietação, que o espírito mais característico do grupo fixou nas páginas do seu livro – *Nós, as Abelhas*.

A vida, porém, foi pondo cada um deles num caminho ajuizado. Goulart de Andrade, que já era, em essência, um espírito sério, facilmente se adaptou à disciplina do labor profícuo.

No momento em que o conhecestes, ele ainda guardava alguma coisa das primeiras horas de alegria e estouvamento. Seu gesto seria, ainda, o de um espadachim desafiando heroísmos. Nas suas atitudes destemidas, no gosto pelo colorido e pela ênfase, até mesmo talvez no físico, ele nos deixaria a sugestão de um Cirano dos trópicos. Mas já era o poeta afeito aos rudes estudos, preocupado com aquilo que chamais o seu *medievalismo*. Já havia composto os cantos reais, os mais difíceis poemas a que ainda um poeta se aventurou em língua portuguesa. Já havia publicado o *Assunção*. Já havia produzido algumas das melhores páginas de sua crítica.

Entretanto, esse belo momento, que evocais na vida de Goulart de Andrade, não foi o momento mais alto daquele querido companheiro. O momento mais alto de Goulart de Andrade foi o do seu indizível sofrimento. A dor manteve-o, durante meses e meses, preso em casa. Vós o vistes, nessa fase, sob a vigilante guarda de um amor todo dedicação, todo fidelidade.

Na cadeira de enfermo, triste e solitário, não podendo, por determinação médica, entregar-se aos diletos trabalhos intelectuais, passava Goulart de Andrade os vastos dias defronte de um quadro, onde fulgia a imagem de Jesus. Eram doces colóquios longos; amorosos e piedosos, os que ele teria com o Cristo. Que diria à figura divina o homem, que tinha regressado às velhas crenças, palmilhando o caminho dos grandes sofrimentos?

Eis o que jamais saberemos. Eis o que seria, sem dúvida, a mais resplendente página do poeta, se José Maria nos tivesse contado o prodigioso encontro de sua estrada de Damasco.

CONTISTA

É, pois, como um psicólogo, que sabeis analisar, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, os homens políticos e os homens de letras. É ainda como um psicólogo que sabeis criar as figuras dos contos, pondo-as diante dos nossos olhos, com impressionante força de vida.

Dois são os vossos livros de ficção literária – *A Árvore do Bem e do Mal* e o *Vendedor de Discursos*. Publicados com o intervalo de quase dez anos, é fácil fixar, através do vário rumo que neles seguistes, a evolução que se operou em vosso espírito. No primeiro, encontramos o rapaz, talvez ainda um tanto ingênuo, todo preocupado com o amor e as coisas do amor. No segundo, achamos o homem experiente, estudioso, amigo das minudências, o homem que fez um longo caminho entre os outros homens, e concluiu, como o *Eclesiastes*, que tudo é aflição e melancolia debaixo do sol.

É no *Vendedor de Discursos* que está o melhor de vossa criação literária. Aqui revelais as grandes afinidades que tendes com um dos vossos mestres diletos – Machado de Assis. O nosso genial romancista experimentava, como diversos críticos têm observado, verdadeira fascinação pelos loucos. Vós também a experimentais. É um pouco simbólico de vosso processo de encarar os homens aquele conto intitulado "Teoria das Almas". Internado numa casa de saúde, o vosso personagem vê passar na rua certo sujeito de aparência correta e aprumada. Vai o transeunte marchando, mas o doente desanda a bradar:

– Aquele homem é capenga! Capenga! Capenga!

Quando o interpelais, o maluco responde:

– Tenho absoluta certeza de que a alma dele é capenga. – E depois vos diz estas palavras, que parecem penetradas da maior sabedoria:

– O corpo não me interessa. É um acidente sem importância. Basta considerar que um simples bigode ou uma barba qualquer pode mudar a fisionomia de uma pessoa. Se um bonde corta a perna da mais linda das moças, ela deixa de nos merecer admiração para nos inspirar piedade. A alma não fica ao alcance de mudanças tão repentinas e insignificantes.

E, esclarecendo a sua teoria, este lunático diz mais estas palavras, dignas de um mestre de psicologia:

– Há almas que andam muito bem, harmoniosamente, embora possam ter outros defeitos, como a cegueira, ou a surdez. Há almas baixas e altas, franzinas e espadaúdas, almas de nariz grande, sardentas, ruivas, carecas, míopes, vesgas, manetas, imberbes, bigodudas, atléticas, tuberculosas... A mesma coisa que em relação ao corpo, sendo que raramente coincidem as características do espírito e do físico. Sucede, também, que o corpo se modifica durante a existência, desenvolve-se, entra em declínio, ao passo que a alma se conserva

inalterável, por toda a duração da vida. Quem possui alma velha pode sair de calça curta, que será sempre ancião, denunciando-se na maneira grave em que se porta na brincadeira. Ao contrário, as almas infantis, mesmo quando o corpo se apresenta sob o apanágio dos cabelos brancos, são, sempre, e forçosamente, infantis.

Louco, ou semilouco, ou, pelo menos, um tanto diferente do resto da humanidade, é, na vossa galeria de seres raros, aquele homem que viveu sempre da maneira mais obscura e que era um orador fecundíssimo, capaz de criar, com os discursos que vendia, a glória de toda uma geração de parlamentares. Pertencia à mesma categoria aquele indivíduo antipático, que passou a vida a se indispor com todo o mundo, e acabou escrevendo um diário para se defender e acusar os outros.

Em vossos contos, nas histórias que imaginais, quase tudo é extraído aos recantos irregulares da psicologia mórbida. E o que não é arrancado a essas solidões misteriosas vale, ainda assim, como documentação da imensa miséria da natureza humana. São dolorosos documentos de tal espécie as páginas simbólicas dessa novela em que o mais belo e poderoso dos lampiões foi destruído pelos seus companheiros, só por este crime: pelo crime imperdoável de brilhar mais que os outros... É um documento também muito doloroso – e tanto mais doloroso, porque é muito verdadeiro... – aquela história do ramo de flores num dia de revolução. Aqui pondes em foco o velho processo sempre triunfante dos adesistas de última hora.

Ah! Sr. Barbosa Lima Sobrinho, olhada em vossas páginas, como é torpe e vil a humanidade! E como toda ela fora digna de receber aquele fogo inclemente, que o Senhor dos Exércitos, em sua ira divina, mandou um dia contra as cidades do pecado!

PERNAMBUCO DENTRO DO BRASIL

Jornalista, historiador, homem de letras – eis aí, Sr. Barbosa. Lima Sobrinho, a expressão mental daquele que a Academia chamou para substituir Goulart de Andrade.

Esse jornalista, esse historiador, esse homem de letras, tem sido, em todos os passos de sua vida, uma voz sempre pronta, na defesa da sua terra e

da sua gente. Quando lhe coube, no Congresso da República, uma cadeira de deputado, desenvolveu, na tribuna parlamentar, a mesma atuação generosa e destemida em prol de tudo o que interessasse ao Brasil.

Nos acentos vigorosos dessa voz, eu encontro aquele antigo destemor e aquela antiga elegância com que falavam os homens do Leão do Norte.

Sim, ilustre confrade, eu não receio dizer que sois a mais autorizada personificação da alma e do espírito pernambucano, nos dias de hoje. É para Pernambuco, é por Pernambuco, que tendes vivido e combatido e sofrido. Num momento difícil da política do Estado, quando as forças do poder central ameaçavam destruir a livre opinião dos pernambucanos, foi a vossa pena, entre todas eloqüente, que se agitou no Jornalismo carioca para evitar o ominoso golpe. Vossas campanhas contra os açambarcadores do açúcar, contra os absurdos da Great Western, são conhecidas de todos.

Mas existe um entre os demais serviços que tendes prestado a Pernambuco, que ninguém poderá jamais esquecer: é o vosso livro sobre o São Francisco. Que esforço do beneditino esse livro representa! Quando vos dispusestes a estudá-la, a questão do São Francisco já tinha sido tratada por Braz do Amaral, Ulisses Brandão, Pereira da Costa, Eduardo Espínola, Gonçalves Maia, Goudim Filho, José Cirino dos Santos e alguns outros. Mas vós não sois desses que se contentam com o fruto das pesquisas já feitas, concluindo sobre os trabalhos alheios. E pondo de lado o que os vossos antecessores haviam descoberto ou estabelecido, tratastes de pesquisar por vossa própria conta. Meses e meses trabalhastes na Biblioteca Nacional. Removestes manuscritos de leitura dificílima. Oitenta peças foram assim examinadas, estudadas, copiadas. E, enfim, aí está esse volume, diante do qual o nosso querido mestre João Ribeiro exclamou, ao estudá-lo num dos registros do *Jornal do Brasil*: "Eis um dos melhores livros de história que possuímos."

E Pernambuco bem merece o calor do vosso carinho. Ele tem sido um trabalhador incansável na obra de civilização do Brasil. E tem sido, ainda, esta coisa tão rara: um trabalhador que não costuma fazer lembrar os serviços que presta.

Esses serviços são, porém, magníficos, e valem como belos títulos de glória.

Nos fins do século primeiro e nos começos do século segundo, cabe a Pernambuco realizar o rumo para o norte e o rumo para o sul. É agora a conquista, é o auxílio na edificação da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará. É o heroísmo de Jerônimo de Albuquerque, combatendo os franceses que invadem o Maranhão. É no Pará a luta dos pernambucanos Matias de Albuquerque e Jerônimo Fragoso de Albuquerque. É também a guerra contra o temeroso caeté. É o estabelecimento do primeiro povoado no São Francisco. No fim do primeiro século, já os pernambucanos haviam passado além da cachoeira de Paulo Afonso.

É, depois, a luta contra os holandeses. Oitocentos e seis navios, 67 mil homens, mandou Holanda contra Pernambuco. Durante vinte anos, essas tropas foram aparelhadas de todo o necessário para a guerra. E durante esse longo período, Pernambuco se manteve íntegro, heróico e firme, no primeiro verdadeiro gesto de consciência brasileira. É, agora, o quadro dos que, perseguidos pelas forças de Holanda, têm que abandonar ao invasor o patrimônio de riquezas e terras. São as propriedades arrebatadas. São os rebanhos destruídos. São os engenhos incendiados...

E são, depois, no correr do tempo, os movimentos pela liberdade, as revoluções em prol do ideal republicano. É Bernardo Vieira de Melo, sonhando a República, quando ainda a Europa estava sob as névoas do Absolutismo. É 1817, epopéia sangrenta e luminosa. É 1824, grito pungente contra o espírito despótico de Pedro I. É 1848, erguendo a bandeira do Nacionalismo, defendendo o Brasil para o Brasil, insurgindo-se contra a ambição de estreito mercantilismo dos forasteiros lusitanos.

Pregoeiro de novas doutrinas, apóstolo de fecundos ideais – eis o que Pernambuco tem sido dentro do quadro brasileiro. Vós mostrastes, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, que essa elevação na ordem espiritual não tem valido grande coisa a Pernambuco. Lutando freqüentemente pela causa brasileira, tem ele sido punido freqüentemente pelo singular crime de suas atitudes. De um território extenso, que há pouco mais de um século abrangia Alagoas, grande parte da Bahia e se dilatava até Minas, é hoje o estado pernambucano aquela magra faixa de terra, escândalo da cartografia. O mais, o Império lhe foi arrancado, como castigo de sonhar o sonho da República. Vencedora em 89, a República esqueceu essas dilacerações heróicas.

Nada disso tem importância. O que tem importância é o trabalho, é a beleza e a sinceridade do trabalho. Com essa sinceridade e com essa beleza é que, em todos os tempos, se preocuparam os velhos pernambucanos, vossos antepassados – eles que viveram sonhando com um Brasil grande e melhor, embora o rincão que tanto estremeciam fosse ficando sempre num olvido melancólico.

É essa, hoje, a vossa atitude, meu caro e ilustre Confrade. O que de fato vos seduz, independente de prêmios ou honrarias, é o trabalho honesto e útil. Uma de vossas primeiras páginas contém eloqüente exaltação ao esforço. Numa réplica de Goethe, encontro esta fecunda palavra: "Eu não saberei o que fazer da eterna felicidade, se ela não me oferecer novos trabalhos a realizar, novos obstáculos a transpor." É também o poeta olímpico quem diz numa de suas Xênias imortais: "Nós vivemos para nos eternizarmos."

Eis aí um belo programa para uma Academia: o amor ao trabalho desinteressado, a preocupação de prolongar-se até um futuro remoto, através das obras incessantes.

Estou certo de que esse programa terá para vós, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, a sedução das coisas muitas vezes sonhadas.

Vinde, portanto, ocupar a vossa Cadeira e realizar, em nossa companhia, os belos e altos livros que haveis de dar à cultura brasileira.

Discurso do
SR. OSVALDO ORICO

e

Resposta do
SR. CLÁUDIO DE SOUSA

Sessão solene extraordinária
do dia 9 de abril de 1938

I

DISCURSO DO SR. OSVALDO ORICO

À Força de serem repetidas caíram em desuso as confissões de humildade nas cerimônias desta natureza.

O menos que vossa tolerância surpreenderia em tal faceirice fora a contradição entre a conduta do postulante e o papel do agraciado: aquele, submisso ao vosso julgamento e possuído de seu mérito; este, desconfiado de vossa justiça e despojado das virtudes em que foi o primeiro em acreditar.

Ao proferir seu agradecimento na Academia Francesa, já Henri Poincaré quebrara de certo modo semelhantes praxes, segundo as quais todo aquele que chega finge estranhar a honra solicitada, esmerando-se em explicar desconcertantemente até que ponto os confrades se enganaram na escolha.

Também Jean Aicard, tomando posse da Cadeira de François Coppée, evitou cair no paradoxo, escusando-se delicadamente de censurar aos que o elegeram. E contra o argumento de que, se o direito do candidato é o de não ser modesto, seu dever é o de tornar-se logo que se veja bem-sucedido, entendia não ser este o melhor instante de provar-se ingratidão, retribuindo-se a extrema benevolência com a extrema descortesia: *Ce n'est pas à l'heure où, en m'accueillant comme l'un des vôtres, vous me prouvez la plus extrême bienveillance, que je me permettrai de vous la reprocher comme une injustice.*

Não é uma coisa verdadeiramente estranha – interrogava Brunetière, na recepção de Paul Hervieu – "que nenhum de nós, tomando lugar nesta Companhia, seja fiel e agradecido aos sufrágios que o chamaram? Dizemos todos,

ou quase todos: não foi a mim que elegestes, foi ao filho de meu pai; ao discípulo de meu mestre; ao amigo de meu amigo; e, pois que o dizemos, seguramente: assim o pensamos".

Pensamos, dizemos; mas sempre com as cautelas que os farmacêuticos escrevem em certos vidros delicados: para uso externo.

No fundo, todos nos orgulhamos e estimamos, concordando com o nosso Matias Aires em que, se há uma vaidade sem fortuna, não há fortuna sem vaidade...

Não pleitearia, pois, ser o primeiro; nem confiaria que fosse o último em atirar-vos pedras pela mercê com que me cumulastes. É que tenho em máxima conta as palavras com que Santo Antônio se refere às três vozes que encontramos no caminho. Três vozes distintas e uma só verdadeira: guarda-te, homem, do castigo de não seres agradecido.

OS DOIS CLIMAS DA VIDA

Honrastes, na minha mocidade, a preferência daquele a quem fui chamado a substituir.

Laudelino Freire, o último ocupante da Cadeira 10, que Rui Barbosa fundou sob a invocação do nome de Evaristo da Veiga, e a que ligou seu nome e seu gênio, foi um laborioso servidor das letras, que versou com elegância e sobriedade, e por amor das quais sacrificou outros quinhões do destino, talvez mais vantajosos e compensadores.

Discutido, negado, e principalmente incompreendido, era um espírito generoso, suscetível de comprometer-se nas aparências de seu feitio, ou melhor, do feitio dos lidadores da gramática e policiais dos textos, mas dotado de perfeito cavalheirismo, que lhe temperava os assomos com a fidalguia de um mestre de bom-tom.

Conhecedor dos segredos do idioma; conhecia também os arcanos daquela arte inconfundível – a polidez –, a respeito da qual só não escreveu um tratado, porque a sua galanteria, adivinhando o futuro, quis ceder a autoria de tal obra a quem possuísse o *droit de naissance*: o Duque de Lévis Mirepoix e o Conde Félix de Vogüé.

Dessa generosidade é que me benefício nesta hora, invocando para juntar aos títulos de minha ambição literária o seu ponto de vista a favor da presença dos elementos jovens nesta Casa. Olhado com desconfiança e até má vontade pelos rapazes que chegavam para a vida das letras, Laudelino Freire orientava-se, em matéria de escolhas acadêmicas, segundo o conceito de um dos mestres desta Fundação: "Há dois climas na vida, o passado e o futuro. A Academia, como o nobre romano, tem a sua *vila* dividida em casa de verão e em casa de inverno. Podeis habitar uma ou outra, conforme o vento soprar."

Divulgou Anatole France o gosto esquisito dos habitantes de certa ilha do Pacífico, os quais costumavam comer os velhos da tribo. Nós abrandamos esse canibalismo, acrescenta Afrânio Peixoto: "Fazemos deles acadêmicos." É um modo de premiar o tempo e, sobretudo, "defender a instituição de outro canibalismo – o das novas gerações".

Desse juízo não participava, entretanto, o escritor a quem me cabe a honra de suceder. Laudelino Freire foi aqui um amigo dos moços, ardoroso defensor da mocidade, pela qual sempre se bateu, procurando conciliar a seu modo a sabedoria da madureza com o entusiasmo da juventude, conforme o desejava o senso da experiência antiga: "Dos jovens, as lanças; dos velhos, os conselhos."

No belo discurso com que entoou alvíssaras à entrada de Ribeiro Couto, afirmava num galante epinício ao poeta que aqui chegou, como Lucano, coroado por trinta e poucas primaveras: "Só a mocidade resistirá ao trágico desencadeamento de coisas cruéis que o destino regula. Assim plantado à nossa porta, tão medonho fantasma, com o desígnio implacável de uma *escala à vista*, para espaçar a dor, adiando o luto, não há senão que buscar a vida onde ela, sorrindo em flor, é menos fugitiva, duvidosa e instável, opondo-se contra a fúria de Átropos, a mocidade, que é saúde, resistência, esperança e força."

A luta dos valores e das formas da vida deu a Hegel a ilusão de que a História se movimentava em contrastes lógicos. Desse engano veio desmontar-nos o conceito de Eduardo Spranger, para o qual todo o passo da juventude representa, necessariamente, uma nova diferenciação de cultura. É implícita a separação entre a idade que amadurece e a que apenas frutifica. Alcançado,

porém, o seu "clímax", há de trabalhar também essa juventude na síntese perfeita, que é o limite e o ideal de todos nós.

Só assim – pensa ele – entrará o novo para o patrimônio da criação humana, seguindo uma tendência que se desenvolve "em espiral", como se a vida do espírito sempre girasse na mesma direção anterior, conservando, porém, a sua fase distinta.

Já vai longe o tempo em que os inimigos da Academia, os que dela diziam mal, andavam na casa dos vinte anos; o tempo em que, na expressão de um de vossos confrades, os inimigos de vinte anos eram, aos trinta, candidatos e, aos quarenta, acadêmicos.

Das três coisas mais detestáveis na França, dizia Maupassant nos seus tempos de mocidade – a *Revue des Deux Mondes*, as condecorações e a Academia Francesa –, esta é a pior. Tal declaração não impediu que ele viesse a colaborar na revista e acabasse candidato à Academia.

Hoje, com a subversão das coisas, também o panorama se modificou por estas alturas. Os inimigos, aos vinte anos, falam bem da Academia; aos trinta, não falam nada; e aguardam-se para falar mal aos quarenta, já depois de acadêmicos.

Dessas contradições, porém, é que resulta cada vez mais nítido e forte o prestígio deste Senado. Elas é que geram a inquietação de seu renome, influindo como a lua no exercício das marés. Elas é que limpam as praias de todos os troncos da maledicência. E são elas que jogam às praias os troncos da maledicência e da ironia.

Também quão monótona seria a paisagem deste promontório, se não fora o rumor que provoca lá fora, sobretudo quando as ondas crespas anunciam maresias e... eleições!

Quantos institutos semelhantes, criados pelo Brasil afora, quase desaparecem na placidez de suas reuniões, onde ninguém discute, onde ninguém discorda, onde ninguém pleiteia?!...

O que torna sobremodo interessante a existência das academias é justamente a má fama de que gozam. E que, por isso mesmo, justifica sempre o especial obséquio dos que a cortejam.

Conheceis, decerto, o episódio ocorrido entre Voltaire e um dos membros das muitas academias que se multiplicaram por toda a França, depois

que a púrpura de Richelieu dotou os salões de sua herdeira presuntiva. Repousando o espírito às margens do Lago de Genebra, em Ferney, o mais irônico dos sábios, aquele cujo sorriso, como se disse, encheu um século, foi procurado por certo cidadão da campanha, que lhe disse com seriedade:

– Sou também homem de letras. E, até certo ponto, seu confrade, porque pertenço à Academia de Châlons, que é, como o senhor sabe, filha da Academia Francesa.

– Ah! sim – respondeu Voltaire. – É isso mesmo. E tão boa filha, que nunca deu que falar de si.

Vede, pois, que um atestado de boa conduta pode às vezes constituir-se em má recomendação para as instituições que se prezam. Ao contrário de certas damas, cujo interesse para nós diminui na razão direta da reputação que perderam, parece que as academias, quanto mais faladas e malvistas, são mais apetecidas e requestadas. É um paradoxo; mas, sobretudo, uma verdade.

ESPÍRITO DE RENOVAÇÃO

Há uma coisa que não deveis temer, senhores acadêmicos: a mocidade. Se ela é um mal, é, na expressão de Jacques de Lacretelle, um "mal curável". Quando procura a vossa Companhia, é que acredita, em verdade, naquelas palavras do diálogo entre Milkau e Lentz: "A palavra dos velhos é um mandamento para a vida."

Inverte-se aqui o precedente bíblico que outrora atordoou os doutores da Sinagoga. A mocidade que passa a viver entre vós vem menos para ensinar do que para aprender, mais para ouvir do que para falar. Só esta razão já será um título à vossa benevolência. Além disso, a sabedoria não está somente em possuir o conhecimento, mas em querer possuí-lo. *Doceri velle summa est eruditio*. Lembra Machado de Assis que o próprio Napoleão, já em vésperas de sair à conquista do mundo, agradecendo a eleição do Instituto de França, respondia que, antes de ser igual aos colegas, seria por muito tempo seu discípulo.

Penetrada de que o "querer aprender já é saber muito", vai a Academia abrindo as portas à juventude, renovando os seus valores sociais, sem cuidar das etiquetas literárias que os distinguem, sem indagar os cânones a que se filiam, ou a independência revelada nos seus assomos iniciais.

Cabe-lhe, neste ponto, a glória de haver aplicado ou transposto do mundo físico para o mundo intelectual aquela teoria científica, revelada há muitos anos por um geólogo inglês, Charles Lyell, sob o nome de lei das causas atuais. Procurara ele demonstrar que as mudanças e alterações processadas através das idades na fisionomia da terra, longe de serem ocasionadas por movimentos sísmicos, cataclismos, dobras tectônicas ou outras comoções violentas, tinham sido, pelo contrário, o efeito de causas discretas e insensíveis, que nunca deixaram de produzir-se, embora nunca as tenhamos percebido.

Idênticas revoluções se processam aos vossos olhos, no vosso espírito mesmo, sem que, em verdade, nelas estejais atentando.

O espírito conservador e o espírito moderno, como na descoberta do geólogo inglês, encontraram aqui o chamado terreno de conciliação.

Certo de que é impossível deter o surto da vida e modificar a marcha das horas, "o conservador não se oporá jamais às transformações inevitáveis, receoso de acumular forças destrutivas no ponto em que houvesse colocado o obstáculo. E o revolucionário, por sua vez, renunciará a demover imprudentemente energias que deve sempre respeitar".

O clima das idéias é o mesmo para todos: não exige lume para os que envelhecem, nem cobre de neve o caminho dos que chegam. A vida de Goethe foi uma primavera após os setenta anos. A de Victor Hugo um roseiral, ainda aos oitenta. Bastaria um nome para coroá-la: Juliette Drouet, o amor de meio século.

Taine amava em Platão a antiguidade, porque a antiguidade era, afinal, a juventude do mundo. E, portanto, a nossa juventude.

Para o Espírito, a mocidade é uma oferenda; a velhice, uma dádiva. Ambas podem ser obra de arte. Mas a perfeição na Arte está justamente em esconder a Arte. *Ars est celare artem.* E isso é que muitos não querem, ou não podem compreender.

Na ordem intelectual, mocidade e velhice valem como simples pontos de referência. O espírito não envelhece jamais. E, se envelhece, é só para conhecer, através do tempo, aquele refinamento, a graça especial que adquirem os bons vinhos, quando passam os anos. Uma das imagens mais felizes das *Pensées Detachées* é aquela em que o autor nos garante: *La jeunesse, au fond, n'est que la surprise de la vie.* O deslumbramento do mundo, o encanto

de viver tanto podem estar na aurora de Byron, na adolescência de Shelley, como no sorriso de Voltaire, na malícia de Renan, no esportivo ocaso de Bernard Shaw.

Olhando esse homem de aspecto jovial, que braceja nas piscinas e corre nos *skys*, não será absurdo admitir que seja a primavera a última estação da vida e o poente o primeiro clarão do dia.

Já Anatole France manifestara certa vez o desejo de tornar-se algum gênio ou demiurgo ou, simplesmente, qualquer demônio construtor, a fim de alterar o ciclo das coisas, invertendo as idades. Houvesse ele criado o homem e a mulher, e decerto os teria feito muito diversos do tipo que prevaleceu. Não descenderíamos em linha reta dos símios, como generalizando excessivamente insinuava Darwin, mas do mundo das lagartas, que, após o ciclo primitivo, logram sair da crisálida e, chegando ao termo da existência, não têm outro cuidado senão o de amar e outro destino senão o de ser belas. A mocidade deveria constituir a última fase da vida. *J'aurais mis la jeunesse à la fin* de *l'existence humaine*. Copiaríamos a vocação dos lepidópteros, que, na derradeira transformação do tempo, possuem asas, em vez de estômago, e não renascem como entes alados senão para amar uma hora e depois morrer. Seria o mundo infinitamente melhor na sua marcha dirigida. E o improvisado demiurgo, esmerando-se na transformação imaginada, teria feito que o homem e a mulher, "ostentando as mesmas asas cintilantes, vivessem do orvalho e do desejo e morressem num beijo".

Infelizmente, senhores acadêmicos, não foi ele quem criou o mundo, nem sequer se viu consultado a respeito.

Viver a mocidade e viver com a mocidade – eis a grande missão dos mestres. Viver a mocidade, para senti-la; e com a mocidade, para prolongá-la. Só assim o firmamento será mais belo. E brilharão todas as estrelas. Indagava de uma feita o Padre Antônio Vieira, por entre as louçanias de seu estilo, que possuíam mais as estrelas da manhã que as da tarde ou as da noite, para fazer Deus mais caso do louvor de umas que das outras? E concluía: "Assim é; porém, as estrelas da manhã têm esta vantagem: que madrugam, antecipam-se e despertam aos outros, que se levantam a servir a Deus. Pois disto é que Deus se honra, e agrada, em presença de Jó."

A POLIDEZ NUM HOMEM DE LETRAS

Por mais refinados que sejam estes cerimoniais, é doloroso ainda o processo de chegar-se à *imortalidade*. Faz lembrar aquele fruto das matas amazônicas – o caramuri –, tão apetecível e provocante ao paladar dos naturais, pelo sabor que de longe anuncia. Só de quatro em quatro anos enfeita as árvores, sendo raro aparecer em dois anos seguidos. Quis a imaginação dos maués que o aparecimento do pomo representasse o sinal da morte de um tuxaua. E impôs uma única forma de colheita: para alcançar o fruto, derrubar a árvore.

Os que sonham com estas alturas não derrubam a árvore, mas são forçados a esperar que ela caia. *Mutatis mutandis*, o caramuri é um símbolo da inquietação pela glória literária. Mas – ai de nós! – os que aspiramos a ela mal podemos adivinhar que, em provando o fruto, a polpa recorde sempre o gosto da árvore tombada.

Também o sucessor de Edouard Pailleron, ao sentar-se na Cadeira que pertencera ao amigo, disse comovidamente: "Os homens não saberiam viver se não ignorassem a data da sua morte." E acrescentou que "seríamos incapazes de mirar-nos nos projetos do futuro, se conhecêssemos a hora em que vai desaparecer o amigo".

Ligavam-me a Laudelino Freire os vínculos de longa estima, cada vez mais consolidada pelo tempo. A vocação do gentil-homem repontava no cavalheirismo do trato, na elegância das atitudes. A época exata de sua vida deveria ser o século das camisas de folho, dos coletes de cetim macau, enfeitados de lantejoulas, das casacas de veludo, variadas e multicores, com portinholas e canhões dobrados; das gravatas de lenço branco, finamente bordadas; dos largos calções de seda, com fivelas de ouro.

Vendo-o aqui e ali, sempre impecável nas maneiras e nos trajos, lembraria o tipo de Eugène Guillaume, pintado por Freycinet: *Courtois, élégant, plein de tact, traversant la vie ainsi qu'il traversait la salle de nos séances*.

Esse esmero na indumentária causava-lhe muitas prevenções e antipatias. Parecia excessivo, convencional, como se tivesse o propósito de escrever pela roupa os índices da prosperidade. Admite-se, no Brasil, que um nababo seja escritor; mas nunca que um escritor seja nababo. Vestir com certo gosto

ou, mesmo, com decência é, entre nós, passaporte para o descrédito. Os escribas menos arremedados tomam bastante ao pé da letra a frase dos Evangelhos, segundo a qual "é mais fácil passar o camelo por uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus". Tido e aceito como rico, Laudelino Freire, embora empobrecido por circunstâncias que lhe deram à vida grande dignidade, acarretava os ônus da fama, sem os proveitos. Tinha de pagar imposto à recebedoria da maledicência, tão exigente e inflexível quanto a outra. Não lhe perdoavam os requintes de bom-tom. Por isso mesmo, a sua presença em certos pontos da cidade constituía sempre excelente repasto para os cronistas bisbilhoteiros. Até os que lhe não eram hostis gostavam de seteá-lo, aproveitando-lhe os rigores da moda para certas alusões impertinentes. Implicavam com os seus coletes, achando neles semelhança com os arco-íris ou com as portas pintadas dos tintureiros. Não aceitavam bem seus jaquetões debruados, que faziam pensar em missa de sétimo dia. Franziam o nariz aos ternos muito claros, que pareciam haver caído em tigela de café com leite. E escandalizavam-se com as suas calças de riscas, da mais pura casimira inglesa, achando que não eram tecidas e sim... riscadas a giz.

Laudelino Freire, com fleuma britânica, entendia como Disraeli, nos tempos de *dândi*, que era necessário educar a vista pelo hábito, e que, para uma sociedade botocuda, mal vestida e arrepiada, ainda o melhor mestre é o alfaiate. E continuou, até ao fim da vida, a vestir-se pelo mais recente figurino, convencido, como o Duque de Morny, de que o trajar com elegância, se não é ainda necessidade, não chega a ser afetação.

Homem de bom gosto, segundo o modelo inglês, não é só o que se veste bem. É, principalmente, o que não se comporta mal. Ainda, neste particular, o último ocupante da Cadeira 10 confirmava o senso britânico da polidez, isto é, o traço de harmonia entre o espírito e o vestuário.

Seguia ele rigorosamente a disciplina do espírito, praticando aquela recomendação de Sainte-Beuve: *Il y a une bienséance qui ne se viole jamais entre honnêtes gens*. Admitia o grande crítico a controvérsia e o debate entre homens de letras, mas pleiteava que tais discussões não transpusessem jamais os limites da cortesia e os umbrais das portas. A polidez, como o aceno dos soberanos antigos, torna fidalgos aos homens de origem obscura. O estilo, no escritor, não deve ser privativo da pena. Para o mestre das *Causeries du lundi*,

um dos mais belos espetáculos de nobreza humana era o que se representava no reinado de Luís Filipe, entre os marechais das letras, na França. Evocava ele, *sous la coupole*, o encontro obrigatório e cordial dos homens políticos, antigos ministros desafetos, cheios de rivalidades cá fora, mas perfeitamente cordiais na sala estreita que os reunia a todos:

> *Ce caractère de salon, qui est le propre des réunions particulières de l'Académie Française, ne peut guère être bien compris que par ceux qui en sont. Si l'on excepte, en effet, quelques cas rares où la vivacité de la passion a forcé un moment le ton et dépassé la convenance, l'habitude est de vivre à l'Académie comme entre confrères et de ne s'aborder que par les surfaces polies.*

A GLÓRIA DA CADEIRA 10

A glória desta Cadeira reponta do seu itinerário através do tempo. Itinerário que corresponde ao desejo de Machado de Assis: "conservar no meio da federação política a unidade literária".

No vértice de sua escalada, para enaltecer-lhe o destino, colocou Rui Barbosa um nome inspirado pelas alturas. As montanhas de Minas simbolizam-lhe a majestade no perfil de Evaristo da Veiga, o mestre, o patriarca, o fundador, no Brasil, do jornalismo de opinião. Jornalismo que é menos ofício do que consciência; mais patriotismo do que indústria; menos impulso do que raciocínio.

Admirável é o destino das virtudes humanas pelas coincidências que a vida se encarrega de ajustar. Um dia, retirando-se do edifício da Cadeia Velha, onde então se instalara a Câmara temporária, reparou Evaristo da Veiga em que o seguia um homem de cor, procurando esconder alguma coisa entre as mãos. Comunicou seus receios ao jovem que o acompanhava, Luís da Cunha Feijó, mais tarde Visconde de Santa Isabel. Que pretenderia o desconhecido? Um braço oculto já buscara emudecer-lhe a voz e quebrar-lhe a pena, recorrendo ao atentado. Apressando o passo, entraram ambos na modesta loja de livros, onde o grande publicista da Regência continuava a profissão de outrora, aumentando-se em autoridade quando despia as prerrogativas do mandato político. O homem do povo, acelerando também a mar-

cha, aproxima-se dos dois. Descruza os braços, avança resolutamente e coloca sobre a cabeça do grande jornalista uma pequena coroa de louros. Desaparece em seguida, entre o espanto e a comoção de ambos.

Cem anos depois, esse homem do povo, que assim manifestava o seu apreço e desaparecia à esquina de uma rua, deixando apenas o traço anônimo da lenda, reencarnava-se na maior expressão intelectual da nossa história política e literária. Tendo de escolher o paraninfo, o herói tutelar desta Cadeira, Rui Barbosa faria florescer *ab aeterno* a humilde grinalda que um homem do povo colocou um dia na cabeça de Evaristo da Veiga.

E, com isso, escreveu a página mais bela que se lhe poderia oferecer.

A Bahia, na figura do maior de seus filhos, que seria também a mais alta expressão do gênio, entre nós, coube acrescentar novos brasões, outras láureas à Cadeira 10, tornando-a o maior legado do nosso patrimônio espiritual. Berço do Brasil, primogênita flor da nossa história, o perfume da sua inteligência espalhou por todo o país a palavra que foi mais exemplo do que censura, mais advertência do que castigo, mais conselho do que látego, mais profecia do que condenação.

Tamanha foi sua influência na vida nacional – (e por que não acrescentar? – na vida da humanidade) – que o clarão de sua morte ilumina ainda o vácuo que ele deixou.

Ao traçar-lhe o perfil nas páginas dos *Clássicos Brasileiros*, foi Laudelino Freire buscar ao proêmio do tradutor das *Palavras de um Crente*, de Lammenais, a imagem exata, que define a grandeza da obra de Rui, na figura daquele homem que encontrou no caminho a semente de uma planta exótica, fabulosa, até então desconhecida de sua gente. Nasceu-lhe o desejo de plantar a semente no primeiro campo, esquecido do tempo em que a planta viria a florescer. Os beneficiários do semeador, conhecendo o valor da árvore nascente e sabendo que os seus frutos tornariam ricos de fé os desanimados, cheios de confiança os tímidos, opulentos de graça os humildes, espalharam logo que aquele homem lançara na terra um fogo encoberto, que arrasaria as colheitas. Então todos se puseram a negá-lo e a persegui-lo; primeiro, com pedras; depois, com escárnios e maldições. O semeador piedoso não protestou. Mal se viu livre do perigo, ajoelhou num outeiro, que dominava a planície, rendendo muitas graças a Deus pela sua iniciativa, e só implorando que a semente lança-

da fizesse prosperar aquelas terras e aclarasse o espírito daqueles homens. Feito isto, adormeceu serenamente, como um justo e como um sábio.

Após alguns anos, aqueles mesmos que o haviam apodado e castigado reuniram os filhos em torno da árvore santa para gozar da sombra que se espalhava pela terra em abrigo e abundância. Mas aquela árvore não era senão o grande símbolo da liberdade. E aquele homem não era senão o semeador, que estende a sua palavra sobre o universo.

Os ensaístas e biógrafos que estudaram a obra e a vida de Rui inclinam-se pela tese de que ele deveria ter nascido, para ser maior, na Inglaterra liberal de Roberto Peel ou de Gladstone, durante a *victorian age*. Nada mais falso. Rui é o homem providencial que o Brasil esperava no meio de seus defeitos e contradições. Aparecido noutra época, poderia ter sido mais feliz; teria sido, porém, menos útil.

Deixaria um exemplo; mas não nos teria deixado uma lição.

Recordo-me sempre, senhores, daquele conto em que Viriato Correia descreve as laranjeiras do quintal da casa em que nascera. Umas, grandes, ramalhudas e decorativas; outras, pequenas, operosas e humildes. Entre estas, uma que valia por todas. Baixa e modesta, não se engalanava como as companheiras na quadra da florada; mas, em chegando a maturação, era um gosto vê-la carregada, os galhos curvados ao peso dos frutos. Nenhuma os oferecia mais doces e sumarentos. Porém – estranha coincidência! – da laranjeira que mais produzia ninguém fazia caso. Todos os cuidados da família voltavam-se para as outras, as que mais escassas se mostravam na colheita. Parecia que, quanto mais estéreis, as árvores do quintal eram tanto mais festejadas. O pé de laranja esquecido compensava com a fartura a deficiência dos outros. Veio, porém, uma seca terrível. Baldes de água procuravam evitar que se estiolassem as grandes árvores do terreno. Ninguém se lembrou de regar, ao menos uma vez, a laranjeira dos frutos abundantes.

Desabrochando para dar, sem nada receber, exaurindo-se para produzir, sem nada conquistar, a vida dos homens de pensamento não lembra, realmente, na sua destinação, o laranjal da casa em que nascemos?

Esta pergunta é a moralidade do conto.

O que somos como idéia ou vibração de idéias devemos àquele homem pequeno e heróico, decerto providencial, cujo destino, em ponto

grande, foi a laranjeira carregada de frutos generosos. Existência maravilhosa de batalhador, copiou a vocação das pedras preciosas, que refletem a luz por todas as faces.

À sua vida poderia ajustar-se bem aquilo que, numa das formosas orações do Teatro Lírico, aplicara ele à personalidade do Conselheiro Andrade Figueira: "Se é certo, como diz Voltaire, que às vezes basta um homem para desdoirar uma nação, não menos verdade é que, às vezes, basta um só para a salvar."

A MONTANHA E A PLANÍCIE

Quis a Academia que a glória deste legado, o maior de sua herança, coubesse, por uma compensação geográfica, ao menor de nossos distritos territoriais. E deu a Sergipe, na pessoa de Laudelino Freire, a palma da sucessão de Rui Barbosa. Agora, ainda, por uma destas manifestações de sua vida e de sua força, que é a de "formar-se de contrastes que acharam um ponto comum de apoio", resolveu destacar a beleza de seu sistema orográfico, chamando à Cadeira, onde se respira o ar da montanha, um homem colhido na planície de origem e de destino. Tais contrastes, justificava-os Augusto de Lima, "estão mais permanentemente nela garantidos, do que se, à porfia, dentro ou fora dela, se fizessem valer para a exclusão de uns pelos outros. Visando todos a mesma altura para a ascensão comum, todos aí se encontram". E, encontrando-se, realizam no itinerário da Academia o itinerário da pátria comum.

Desejava Nabuco, para a perfeita unidade da língua, que fôssemos também aqui, como em qualquer gênero de cultura, uma espécie de México intelectual, tendo *tierra caliente, tierra templada e tierra fria*.

Avançando para o extremo norte, tão rico de valores humanos, destes a mão a quem pleiteava, menos por si do que pela honra de sua terra, a oportunidade de restituir-lhe a representação que lhe faltava depois da morte de José Veríssimo e Inglês de Sousa.

Todos os que emergem da obscuridade gostam de rever o caminho da escalada. A alma sensível de Pierre de Nolhac desejou até que, em seu discurso, o herdeiro da poltrona que ocupou tivesse ao menos um sorriso para a

cidadezinha d'Ambert, onde nascera. Descreve-a "*jolie et sonore du chant de ses toits rouges, au flot si limpide que les arbres ont plaisir à s'y mirer*".

Transporto-me também nesta hora, como se recuasse trinta anos, para o tempo em que, às margens dos lagos e rios da Amazônia, um curumim travesso, despreocupado e feliz, pescava ou nadava sem imaginar que, um dia, o destino lhe desse asas para voar do barranco ao píncaro. E a inteligência brasileira se engalanasse para recebê-lo.

Os homens de letras, como aqueles artistas de que nos fala Camilo Mauclair, assemelham-se muito às crianças perdidas dos contos de fadas. Atiram-se ao desconhecido com a alegria de quem ignora o mundo. São, porém, maravilhosos e prudentes como o Pequeno Polegar: semeiam na estrada os seixos brancos que lhes asseguram o caminho da volta. Não retrocedem, como acontece às crianças. Mas deixam na estrada o vestígio da sua passagem. E a humanidade, que, tímida e curiosa, se aventure a segui-los, encontra nas suas obras, nos seus atos e combates, as pedras que lhes marcam o roteiro da viagem.

Todo o heroísmo dessa jornada, todo o sofrimento dessa luta, permiti que reparta com a terra que me estende de longe os braços barrentos de seus rios e o coração de prata de seus lagos.

Na lenda da tapera da lua, criada pela imaginação popular, quando as garças emigram para outras plagas, costumam, nas grandes noites de êxtase, debruçar-se para reverem no espelho das águas os velhos painéis do berço.

Assim em nossa memória, como as aves migradoras, falam as recordações da terra distante.

Repetindo a vocação do campesino Pesquidoux, confesso-vos que também "amo a terra como a uma criatura humana".

Para ela, o primeiro sorriso e o último sonho; a ambição mais ingênua e a mais alta conquista. É isso, afinal, em troca de tudo o que de nós espera o pouco que lhe podemos oferecer.

Agradeço-vos, senhores acadêmicos, a restituição que lhe fizestes. A fortuna desta noite eleva-me à eminência de onde se pode descortinar o panorama do Brasil no seu desdobramento orográfico e humano.

Concedestes, com o vosso poder ilimitado, que a planície pudesse experimentar, um dia, o ar dos cimos.

Conheci, assim, o altiplano, onde podem caber, ao mesmo tempo, a águia real e o grão de areia.

ALERTA, SENTINELA!

Em 22 de março de 1924, Laudelino Freire tomava posse da Cadeira para a qual fora eleito a 16 de novembro de 1923, depois de um pleito renhido e duas vezes disputado com galhardia. Vinha suceder a Rui Barbosa. Ao mesmo tempo em que o deslumbrava, a herança o constrangia, tão luminoso era o tesouro do espólio e tão pesada a arca das responsabilidades. Replicando às irreverências tão comuns nas grandes vitórias, justificava a escolha de modo altamente digno na sua modéstia, declarando aos confrades:

> Não; não me elegestes para substituir a Rui Barbosa. Influem, sem dúvida, nas eleições acadêmicas certas relações ou alianças; mas o que nelas realmente ocorre é um *seguir-se*, um *vir depois*, ou melhor, uma perpetuação sucessiva de nomes, enlaçados apenas na solidariedade espiritual do culto e amor das letras e da língua.

Recebendo-o com aquele aticismo, que é dom de estirpe, rebateria o senhor Aloísio de Castro a afirmativa do recipiendário, segundo a qual o critério adotado na substituição fora o de trazer o último para seguir-se ao primeiro, o menor para vir depois do maior dos nossos escritores.

Compreendia a humildade do conceito, visto que já se definira a modéstia como virtude privativa dos oradores, mas sempre oporia ao exagero a medida, concordando haver sido Rui, de fato, o primeiro em tudo, mas acrescentando que, sendo o sucessor da mesma escola, vestindo também a toga dos juristas e dos letrados, tinha todos os requisitos "para conservar a luz do facho".

Condecorado com as mais altas insígnias da inteligência e da cultura poderia Laudelino Freire, naquela hora culminante da vida intelectual, volver os olhos ao passado para apreciar o espetáculo de uma trajetória que sobremodo o enobrecia.

Em 1889, deixava a cidade de Lagarto, no Estado de Sergipe, onde nascera, um rapaz tímido e franzino. Sentara praça no Exército e dirigia-se

para o Rio de Janeiro, a fim de matricular-se na Escola Militar. Não tinha vocação para a carreira das Armas. Engajara-se, entretanto, para não sobrecarregar a família. Filho de Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, fazendeiro sergipano, e de sua esposa, D. Rosa de Góis Freire, verificou que os pais não possuíam mais recursos para dar-lhe a mesma educação que propiciaram ao irmão mais velho, Felisbelo Freire. E, para poupar-lhes sacrifícios, resolveu por si mesmo abrir caminho na vida. Veio para a Escola Militar, onde fez o curso preparatório e chegou até ao segundo ano geral, com direito quase ao posto de alferes-aluno.

Aí estudou e lutou sozinho, sem outra recomendação além do próprio mérito. Prestes a terminar o curso, foi presa de um mal que o obrigou a baixar à enfermaria, interrompendo-lhe os exames.

Rodeado por mestres e colegas, recebia então a visita de Felisbelo Freire, ministro da Fazenda do Governo do Marechal Floriano Peixoto. Só então se viria a saber que aquele estudante aplicado e discreto era irmão de um ministro de Estado, cheio de inteligência e de poder. Jamais o cadete o revelara a alguém para beneficiar-se do parentesco ilustre. Jamais se valera de tal circunstância para subir ou furtar-se às obrigações militares. Quantas vezes não viera ele sob a inclemência da chuva, ou ao rigor do frio, cumprir as ordens do comandante, passando a noite na guarita, ou de carabina ao ombro, dando guarda à cidade, e tendo o sono interrompido de instante a instante pelo grito do camarada:

– Sentinela, alerta!

Ao qual respondia, estremunhado:

– Alerta estou!

Foram esses os primórdios de sua vida.

À maneira de Euclides da Cunha, Lauro Müller, Félix Pacheco e outros, trouxe da caserna para a vida o hábito da disciplina militar, empregando-o vantajosamente em outras atividades do espírito. Bacharelou-se em Direito e entrou para o magistério oficial. Foi professor, advogado, jornalista. Entregou-se depois a grandes cometimentos editoriais, fundando, em 1919, a *Revista de Língua Portuguesa* e enriquecendo a bibliografia do idioma com a publicação da *Estante Clássica* e a reprodução do *Dicionário de Morais*.

Em sua bagagem literária enfileiram-se mais de trinta obras, que se repartem por diversos gêneros de cultura, atestando o engenho, a variedade da inteligência, a sedução dos assuntos. Versou a Geografia, a História, a Moral, a Filosofia, a Pintura, a Matemática, o Direito, não se fixando, entretanto, em nenhum desses campos do espírito. Entrou pela Crítica, revelando certo azedume e utilizando pela primeira vez linguagem que contrasta com sua habitual serenidade e constitui exceção na conduta do escritor. Na defesa da língua, no estudo de suas formas, na apreciação de suas belezas, na coletânea de suas graças e galas, no expurgo dos vícios, que a desfiguram, e na busca às fontes, que a enobrecem, viria a fixar-se definitivamente, modelando a sua obra segundo as reais tendências do temperamento.

O culto do idioma foi-lhe a vocação essencial. No zelo da tradição, no convívio dos segredos da Literatura e da arte de escrever encontrou-se a si mesmo. E reconheceu, então, que nascera para aquilo. Trocara-lhe o destino afortunadamente a espada de alferes pelo brilhante e inofensivo espadim do fardão acadêmico.

Assim, quando Leite de Vasconcelos, do outro lado do Atlântico, erguia o protesto contra as formas viciosas do falar e do escrever, atribuindo o empobrecimento do estilo à ignorância cada vez maior do Latim, ao abandono dos livros clássicos, à influência da literatura francesa e à falta daquele sentimento de personalidade e patriotismo, tão vivo nos mestres de antanho; quando a voz do emérito filólogo ecoou no Brasil como antigamente o grito da guarda aos ouvidos do antigo aluno da Escola Militar: "Alerta, Sentinela!", alguém daqui lhe retrucou, apontando um volumoso rol de trabalhos em favor do vernáculo, contra os escalrachos que acometiam a índole do idioma:

– Alerta estou!

Era justamente Laudelino Freire, que aliviado da carabina com que, anos antes, por estes sítios, montara guarda à cidade, rondava agora a linguagem, policiando-a em nome da vernaculidade e tendo a seu serviço um pelotão de obras apreciáveis, entre elas a *Defesa da Língua Nacional* (1920), *Galicismos* (1921), *Clássicos Brasileiros* (1923), *Seleta Clássica Brasileira* (1924), *Verbos Portugueses* (1925), *Notas e Perfis* (I a XI), *Livros de Camilo* (1927), *Graças e Galas da Linguagem* (1921), às quais obras se segui-

ram ainda: *Seleta da Língua Portuguesa* (1934), *Sintaxe da Língua Portuguesa, Regras Práticas, Linguagem e Estilo* e *Estudos de Linguagem* (1937).

O melhor louvor de sua campanha é a enumeração feita.

Dele se poderia afirmar o que de Silva Túlio, sob tantos aspectos semelhante ao seu destino, inclusive na guerra aos galicismos, disse Ramalho Ortigão: desaparece um dos raros homens que ainda possuíam, por aqui, a prenda, já naquele tempo exótica, de saber português.

O INIMIGO N.º 2 DOS GALICISMOS

A pureza da linguagem encheu uma fase de sua vida. Inspirou-lhe a paixão dos clássicos, o arrebatamento pelas formas vetustas e sábias do idioma. Torceu-lhe o estilo, modelou-lhe a expressão, a vida, os hábitos. Fez-lhe a pena recuar para os séculos XVI e XVII, regalando-se no vinho velho dos quinhentistas e seiscentistas, purificando-se no rigor das fontes idiomáticas. A defesa do léxico pareceu-lhe necessidade imediata. Coelho Neto dissera numa daquelas falas de apocalipse: "A língua está a pique de perder-se, degenerando em garabulha por arte dos franchinotes. Não é somente o vocábulo de boa casta, que é renegado pelo barbarismo, é a própria plástica, a mesma sintaxe, de construção robusta, que se vai deformando com o arrocho do justilho, efeminando-se com embelecos e postiços."

A infiltração reclamava corretivo urgente. Laudelino Freire, fazendo-se o higienista da nova profilaxia, publicava, em 1921, o inventário dos galicismos. Estavam ali, sentados no banco dos réus, os emigrantes das Gálias. Tinham viajado como clandestinos, descendo à terra sem passaportes, e expiavam agora, no "index" da polícia de Frei Luís de Sousa, o crime de lesa-vernaculidade. Arregimentando-se entre os que montariam guarda às tradições da língua, evitando a invasão dos bárbaros e dos barbarismos, Laudelino Freire levaria a sua paixão às raias daquele zelo, que notabilizou, em Portugal, a figura de Silva Túlio, tornando-o o inimigo n.º I dos galicismos, conforme o retrato que dele nos pinta Ramalho Ortigão. Conservador da biblioteca pública e membro da Academia Real das Ciências, pertencendo à mesma geração literária de Almeida Garrett, de Alexandre Herculano e Antônio Feliciano de Castilho, Silva Túlio circunscrevera sua atividade à correção gramatical, votando-se inteiramente à pureza da linguagem. Vivia absorvido pela

idéia da boa colocação dos pronomes, pela forma definitiva dos verbos e, sobretudo, pela defesa dos textos contra a investida dos galicismos. Responsável pela correção das provas tipográficas na imprensa acadêmica, imprimia à sua tarefa o cunho de uma liturgia. Revendo, certa vez, um trabalho de Latino Coelho, encontrou a palavra *dados*, empregada na mesma acepção do francês – *données*. Seus melindres de purista impuseram-lhe logo a obrigação de escrever ao autor, advertindo-o da falta e convidando-o a substituir o vocábulo perigoso. Entendendo que lhe assistia o direito de empregar um neologismo que vinha sendo usado desde o século XVIII, Latino replicou-lhe discordando da sugestão. Túlio passou a mão no original do elogio de Humboldt, que era a página discutida, e lá saiu, noite em fora, à procura do autor. Esgotou os argumentos gramaticais, passou às razões acadêmicas, invocou as relações de estima, implorou, suplicou para evitar o emprego da palavra espúria. Inflexível no seu ponto de vista, Latino teve de ceder, quando verificou o estado de prostração em que iria deixar o confrade: "Diluiu o termo suspeito num bravo circunlóquio de acorde quinhentista, harpejado a quatro mãos no teclado do estilo." E Túlio, que sempre esquecia alguma coisa, absorvido pelo ofício, lá deixou ficar, nessa noite, os cigarros, as luvas, o chapéu, a bengala e até as provas. Só de uma coisa não se descuidou: foi de trazer na cabeça despenteada a vitória na luta contra o galicismo.

Sem o saber, talvez, Laudelino Freire repetiu aqui o mesmo episódio com o saudoso Mário Barreto. As conseqüências foram, porém, diferentes. O autor dos *Novos Estudos* não possuía a ductilidade de Latino Coelho para compreender certos estados de alma. Além disto, *grammatici certant*. Quando discutem, nunca os sábios se entendem. De amigos que eram, tornaram-se desafetos militantes, tudo por obra e graça da pureza do idioma.

À maneira do filólogo português pôs Laudelino Freire no Brasil a combatividade ao serviço dos foros da boa linguagem, acarretando, não raro, o sorriso dos confrades e a ironia dos maldizentes. De um destes deve ser a historieta que assinala a fase culminante da sua intransigência contra os vocábulos sem registro de nascimento no *Dicionário de Morais*.

Editor e diretor da *Revista de Língua Portuguesa*, tendo já empenhado elevadas somas em dotar o patrimônio das nossas publicações culturais, inclusive com a reprodução em fac-símile daquele monumental trabalho, o polígra-

fo estava certo dia à sua mesa de estudo, quando lhe anunciam a visita de um capitalista, que se propunha associar-se a ele para empreendimento editorial de grandes proporções.

Recebendo-o com sua urbanidade inconfundível, Laudelino Freire teria achado de todo ponto aceitável e conveniente a proposta que lhe era feita. E dispunha-se a ultimar o trato, quando o capitalista, para melhor elucidá-lo sobre as vantagens oferecidas, acrescentou que se faria antes uma campanha de publicidade e por ela já se poderia antever o *sucesso* da empresa.

– *Sucesso!* – Teria exclamado então o gramático, levantando-se da cadeira como se o impelisse a força de um botão elétrico. – Então, o senhor não sabe que, nessa acepção, a palavra é um galicismo?

O homem não o sabia. E, por isso, não se fechou o negócio.

Este sucesso (e aqui o termo vai empregado com a folha corrida do vernáculo), eu o inscrevo como um documento da atuação que exerceu a obra de Laudelino Freire, inspirando anedotas que não diminuem, antes realçam, o mérito de sua campanha. Porque, por mais liberal que seja o nosso ponto de vista em relação aos fenômenos da linguagem, os vícios do uso exigem lei que regule a infiltração e defenda o valor das palavras, evitando que dispam a vestimenta originária, para se embelezarem com trajos e plumagens estranhas. Todos os filólogos modernos participam da convicção de que as línguas, organismos vivos, ágeis e móveis, experimentam o efeito de duas forças contrárias, que se ajustam, quando se chocam; e se desequilibram, quando não se rebelam. Para manter o pêndulo, a força que inova é tão necessária como a força que conserva. *Une langue ne se fixe pas.*

Não sirva, porém, o conceito de Victor Hugo para pretexto, exagero e abuso de quantos petimetres e plumitivos rabiscam nas gazetas e nos livros os seus gosmados travessos, desarmazenando dos figurinos e revistas da Europa e da América todas as palavras pedantes, recendendo ainda ao cheiro de travessia, para enfeitarem com elas um estilo de vitrinas.

Há barbarismos e barbarismos.

Estes, gerados por simples exibição ou luxo, postos a circular só por bovarismo e não por necessidade, reclamam de nossa intransigência o merecido corretivo. Aqueles, inútil seria querer varrê-los do linguajar comum, porque, afeiçoados a ele, preenchem claros determinados, se tornaram insubsti-

tuíveis e a própria terapêutica dos neologismos não logrará afastá-los dos seus lugares nas expressões do povo.

Mostrou-se neste particular a Academia extremamente liberal quando discutiu onde se deveriam colocar, no dicionário brasileiro da língua, os estrangeirismos já sancionados pelo povo. Três propostas, então, empolgaram a atenção do plenário: a do senhor Fernando Magalhães, severa e patriarcal, inflexível contra a mistura da ilegitimidade, queria que, no fim da cada letra, houvesse um suplemento, uma espécie de casa de expostos, para abrigar essa casta de filhos naturais; a do senhor Cláudio de Sousa, mais conciliatória e humana, sugeria que as palavras estrangeiras, que já houvessem adquirido a fisionomia das nossas, aportuguesando-se convenientemente, ficassem irmanadas no texto, recebendo o sal do batismo a juízo dos padrinhos da comissão do dicionário; e a do senhor Humberto de Campos, libérrima e quase comunista, acabava com certos melindres de família e perfilhava-as todas no corpo do dicionário, desde que apresentassem responsável, um pai idôneo que as houvesse empregado e vestido a seu gosto. Apenas ressalvava que a prosódia fosse registrada entre parênteses e se indicasse o termo correspondente em vernáculo.

A julgar pelos precedentes, o posto de Laudelino Freire deveria ser na trincheira de onde o senhor Fernando Magalhães, com aquela galhardia dos patriarcas romanos na defesa do *jus sanguinis*, reclamava que se cumprissem todos os deveres para com a legítima paternidade. Ao contrário do que fora de esperar, o polígrafo sergipano, mais humanizado pelo tempo e apiedado pela sorte dos galicismos, formou como os senhores Afonso Celso e Coelho Neto no regimento do senhor Cláudio de Sousa, mostrando-se, porém, mais tolerante do que este com os velhos desafetos da forma clássica. Concordava que fossem incluídas no léxico as palavras "bonde", "clube" e "esporte", com a condição de se apoiarem naquele *e*, respeitável; "bibelô", "cachepô", "argô", com o compromisso de largarem a companhia suspeita daquele *t*, substituindo-o por um acento circunflexo e circunspeto.

Ao lado de Coelho Neto, o senhor Cláudio de Sousa sustentava com vigor a sua proposta, convencido de que o idioma se bastaria a si mesmo; dispondo dos recursos necessários para suprir todos os termos de arribação.

– Dê-me, então, em vernáculo, um sucedâneo de *garage* – lhe pediu Humberto de Campos.

– Muito fácil, respondeu o vosso atual presidente. Aí o tem: *auto-cocheira*.

– Pois, se V.Ex.ª sair um dia com o seu automóvel em busca de uma *auto-cocheira* – observou o confrade –, correrá o risco de ficar com o carro na rua.

No final das contas, graças ao parecer de Carlos de Laet, que foi erigido por voto de Minerva, a proposta de Humberto de Campos traçou a orientação oficial da Academia. Os barbarismos seriam perfilhados, como lhes facultava o código civil das letras. Individualmente, porém, nenhum dos signatários enrolaria a bandeira. Cada qual permaneceria na retranca da sua proposta. Inclusive aquele mestre magnífico que foi Silva Ramos, tão puro na bondade como sincero na expressão, que se batia como bom alfacinha pela exclusão das palavras que não fossem rigorosamente vernáculas, só admitindo no dicionário os termos que apresentassem "certidão de batismo na pia de Camões e de Camilo".[1]

UMA TROPA SEM QUARTEL

O Dicionário da Academia foi o grande sonho de Laudelino Freire. O seu "sino de ouro". Tal como no conto de Júlia Lopes de Almeida, vivia para ele, fazendo da avareza diária, da obstinação invencível, o encanto das suas horas. Não raro, a paixão de um assunto transpõe os limites da permissão humana e confunde-se com os excessos e manias. Foi assim na questão ortográfica, em que ele se expôs a céu aberto e a que se votou por inteiro, sem ter podido contemplar a hora da vitória, quando o governo, liberto da sutileza dos textos sibilinos, reconheceu que a Academia estava com a razão, pleiteando para as novas gerações brasileiras uma grafia simplificada e racional. Foi ele, sem dúvida, o mais visado de todos pela campanha dos adversários do novo sistema. É que o seu temperamento não se coadunava com as meias-tin-

1. Em sessão, na Academia, o senhor Fernando Magalhães retificou a parte que lhe é atribuída no I.º volume de *Crítica*, esclarecendo outros aspectos do caso.

tas e os entretons. Não ia para a luta a botes e quedas. Enfrentava as hostilidades sem perder o traço afirmativo, aquela disposição de querer, de realizar, num meio em que a regra, o comum das coisas, é o adiamento sistemático, a fuga das oportunidades, a delícia de ficar quieto, de não deliberar, de não resolver, o comodismo de repetir que não vale a pena... Amoedando as palavras para levar avante a idéia do dicionário, como aquela Maria Matilde amealhava as moedas para ouvir um dia o badalar do sino de ouro rente à baía de São Marcos, Laudelino Freire exagerava os seus cuidados, mas abria caminho às possibilidades de um empreendimento necessário. Reproduzia entre nós, com a ressalva de certos aspectos, o exemplo decisivo e a coragem voluntariosa de Antoine Furetière. Tempo sem tempo levara este a pugnar para que a Academia Francesa, saindo do encanto e da placidez de suas deliberações, ultimasse o vocabulário da língua, coordenando os materiais que ajudariam a desejada construção. Agraciada pelo privilégio que lhe outorgara o ato de Luís XIV, proibindo que se elaborasse ou publicasse obra congênere antes que surgissem os volumes da Academia, esta prolongava a expectativa pública, dormindo sobre o decreto real. Semelhante atitude irritava o espírito do diligente abade, para o qual o descanso dos confrades significava descortesia aos bons propósitos do rei. Embalde procurou ativar os trabalhos, apelando para os colegas no sentido de completar-se a iniciativa. A mal de seu grado, infrutíferos foram os esforços. Nem ele, nem os epigramas de Boisrobert, nem as malícias de Lebrun, nem as advertências de Boileau e as solicitações de Molière e de Racine apressaram o ritmo lento do Dicionário da Academia. Nem sempre a demora é amiga da perfeição. Nem sempre o mérito é incompatível com a pressa. Na revista que passa aos grandes escritores de todas as literaturas, Charles Simond examina a lentidão do trabalho da Academia, citando a expressão severa de um moralista da época: *Il y* a *une maturité qui mûrit les entreprises, il y a une maturité qui les pourrit.* Então, uma ofensiva perigosa, mas salvadora, sacudiu a atenção dos Confrades: Furetière conseguia em 1685 um privilégio para a publicação do seu *Dicionário Universal, contendo geralmente todas as palavras francesas, tanto antigas como modernas, e os termos das ciências e das artes*, obra que, ao contrário do que informa Humberto de Campos ao marcar-lhe o aparecimento em 1684, só viria a ser publicada em 1690, dois anos após a morte do autor. Levantaram-se, então,

contra o sardônico prior todos os zelos adormecidos. Vingavam-se os confrades dos seus ferinos epigramas. Uns o acusavam de se haver apossado de certos verbetes; outros o apontavam como beneficiário dos arquivos da instituição. Altanado nos seus objetivos, superior às afrontas destes e à invectiva daqueles, Furetière respondeu com os incisivos "Memoriais", entendendo que a Academia, em vez de culpá-lo, deveria antes rejubilar-se "por haver um de seus membros feito sozinho, em pouco tempo, o que quarenta não haviam logrado em meio século".

No fim, o sacrifício de Furetière valeu como o melhor dos estímulos. A Academia recuperou em dez anos o tempo perdido em cinqüenta e ultimou o dicionário da língua, para honra das letras francesas e especial satisfação do rei.

Das ruínas de um nome ilustre, saíra a glória de uma instituição. Só isso faria dobrado o valor da obra de Furetière, cujo mérito para a época é indiscutível, e no qual se basearia até a enciclopédia de Trévoux.

Abrangendo com os olhos o vasto panorama lexicológico do país, Laudelino Freire fez tudo, também, para que a Academia Brasileira acelerasse a marchado dicionário, dando ao Brasil o resumo vocabular da sua vida e da sua história. Desiludido ou apressado, como o entendermos, resolveu empreender sozinho a jornada, lançando o seu dicionário.

Trabalhou com afinco, revelando disposição e energia que lhe conferem importante papel na realização do empreendimento.

O plano do dicionário brasileiro da língua, por ele pleiteado, defendido e, afinal, executado, nada tem de sobrenatural. Nem ele o quis diverso dos que têm sido organizados por outras academias. Desejava simplesmente um dicionário ortográfico, prosódico, sintático, no qual as palavras tivessem breve notícia de sua legítima derivação, evitando-se as controvérsias etimológicas. Livros úteis à língua e ao povo, nada mais. Inspirava-o o conceito de Littré, para o qual um dicionário histórico se torna útil desde que "não passe pela erudição senão para chegar ao serviço da língua".

Inexeqüível seria a obra que reclamasse esforços que só especialistas e glotólogos do tomo de um Darmesteter, de um Lefèvre, de um Bréal, de um Webster, de um Meyer-Lübke ou de um Dauzat poderiam legitimamente empreender.

O dicionário que podemos e devemos executar, e de que precisamos – concluía ele –, "é um nos mesmos moldes das outras academias: etimológico, à semelhança do de Littré; ortográfico e prosódico, à semelhança do da Academia Espanhola; e sintático como o que, com o seu saber, nos legou a Academia de Lisboa".

Obstinado no seu propósito, logrou o saudoso acadêmico a fortuna de ver em realidade a obra pela qual tanto se empenhou.

A morte deteve o passo para que pudesse ainda ouvir dos lábios da esposa a notícia que o recompensava da luta de tantos anos.

Levou, assim, para o túmulo a melhor coroa: aquela que lhe recordará para sempre a memória na flor de cada palavra e no sentido de cada expressão.

Complemento do grande dicionário, que a língua reclama, é a Enciclopédia brasileira, que o país deseja. D'Alembert não se enganava. Uma enciclopédia não é um dicionário. É um retrato. Traça, em palavras, a fisionomia de um país. O conceito, que vem desde o famoso *Discours préliminaire*, que é a introdução fiel da Enciclopédia francesa do século XVIII, levou longos anos para atravessar o Atlântico, e formar a consciência da necessidade de possuirmos, também, o nosso *speculum historiale*, reflexo da nossa origem e da nossa História.

Através dos seus volumes, ouve-se a voz dos séculos, rezando o inventário das ciências, das letras, das artes, e definindo a marcha dos povos pelo resumo de suas lições. Graças a esse aparelho maravilhoso, que transporta para o caleidoscópio da linguagem escrita todos os prodígios e revelações do mundo físico e do mundo da inteligência, ouve-se o ritmo da vida alemã nas *Conversations Lexikon* de Brockaus; da vida inglesa, na Enciclopédia britânica; dos Estados Unidos, na Enciclopédia americana; e do mundo, nos trechos da obra de Ersch e Gruber, ou no estupendo processo da *Grande Encyclopédie*, resumo da energia universal dirigido por Berthelot, Derenbourg, Glasson, Levasseur, Müntz, a constelação de institutos da cultura clássica.

Les encyclopédies ne tombent pas comme les feuilles et leurs printemps durent de longues années, escreveram os sábios que lograram realizar essa obra, animando-nos a uma tarefa que corresponde a uma obrigação.

Evocando nas páginas de *Crítica* as desventuras do Abade de Chalivoy, recorda Humberto de Campos uma velha canção de gesta, aplicada por Anatole France a um pequeno estudo sobre o *Nouveau Dictionnaire classique illustrée*, de Gazier. Segundo a gentil historieta, a condessa de Boussillon, filha do rei de França, vira do alto de uma torre a grande batalha que, na disputa de seu dote, travavam o pai e o marido. Luta sangrenta, desesperada, entre um e outro, consumira o dia inteiro. Ao cair da noite, já cessada a refrega, desceu ela a contemplar os mortos, "seus belos e queridos mortos, deitados na relva e no orvalho". Não distinguia entre os dois. Queria beijá-los a ambos, repartindo-se em carinhos aos que lutaram de uma e de outra banda. À maneira dessa Condessa, o mestre de *Thais* sentia também íntima ternura subir-lhe ao coração toda vez que via reunidos, humildes ou soberbos, ignorados ou conhecidos, os vocábulos do seu belo idioma. Amava-os todos, ou, pelo menos, todos lhe interessavam, agrupados democraticamente no volume que os reunia sem distinção de origem. Eis por que lhe falavam fraternalmente ao coração os dicionários franceses. Modificando a imagem para transportá-la ao nosso ambiente, o autor de *Memórias* tinha a impressão de assistir, no Brasil, à mobilização de um grande exército revolucionário em vésperas de combate: "Soldados valentes, corajosos, cavalheirescos e úteis", mas desprovidos de disciplina, de fardamentos, de armas, como aqueles que deram à guerra civil de 35 o nome de luta farroupilha. No acampamento desordenado ou na cidadela tumultuária, "empertiga-se o velho vocábulo português, cheirando à pólvora e maresia; bamboleia-se o vocábulo africano, molengo, bambo, dengoso; e o tupi-guarani, ainda nu e virgem, amolecido pela preguiça das raças que o inventaram; e finalmente o estrangeiro – o inglês, o francês, o alemão, o italiano e o espanhol, ainda com a roupa de chegada ou trajado, já, à moda portuguesa".

Essa tropa valorosa, vigorosa e aguerrida reclama instantemente a presença de um instrutor e o abrigo de um quartel.

O meu antecessor nesta Cadeira deu a essa obra o melhor esforço de sua vida, desdobrando-se em iniciativas para que fosse a tarefa bem-sucedida.

Em arte, como em qualquer trabalho de inteligência e de ação – escreveu Mauclair –, *les morts agissent avec la même autorité que les vivants*.

Três figuras acadêmicas devotaram-se à tarefa do dicionário. De duas já o destino infelizmente nos privou: Laudelino Freire e aquele moço de noventa anos, que foi o Barão de Ramiz Galvão. A outra, que por fortuna vossa, preside agora aos destinos desta Casa e, por uma coincidência com a tradição da Academia Francesa, me vem receber à porta do templo com a sua palavra amiga, foi o Diderot da solução prática para levar-se a idéia avante.

Corre-nos, realmente, a obrigação de incorporar ao patrimônio de um dicionário nacional todos os valores humanos que se escutam nas palavras, como no bojo das conchas se pensa ouvir ainda a voz do mar.

O povo as criou, elas nasceram sob a autoridade de quarenta milhões de almas. Milhares de expressões, aqui nascidas e aclimadas, esperam que a Academia as chame à galeria dos seus verbetes, dobrando o número de termos dos nossos vocabulários, que não atingem a 150 mil palavras, quando podem elevar-se a duzentas mil com o volume e contribuição dos brasileirismos à espera do seu registro de batismo.

Como deixar de inscrevê-los, aproveitando os mananciais que espelham a variedade, a força, a inquietação da terra e do povo? Reconhecidamente "pobre nas suas tecnologias", a língua portuguesa encontrou aqui o filão de ouro da sua riqueza geográfica. Conquistou o país; mas foi depois conquistada por ele: *linguam fraenare plus est, quam castra domare*.

> Não é possível – disse-o muito bem o senhor Roquette-Pinto –, por amor ao português dos avoengos, ignorar todos esses movimentos idiomáticos, principalmente léxicos, quando se trata de coordenar os elementos da fala atual para o nosso grande dicionário. No vocabulário da língua que falamos, em dez palavras, há talvez, seis nomes de animais e dois de plantas. Se a Academia Brasileira considera aquela obra fundamental justificativa de sua atividade, claro está que, sem cuidar da Natureza, pouco poderá fazer. Mas quem batiza os acidentes do meio é o povo. Ele tem voz nesse capítulo.

É a grande voz que se levanta, impondo-nos as formas dialetais, o rumo da floresta americana, a exuberância das espécies e o perfume das plantas novas. Quando o idioma português saiu das nossas matas, vinha como

aquela doce língua da Provença, que encantou a Lamartine: envolvido no aroma das selvas e misturado com a voz dos pássaros.

O IDIOMA QUE O BRASIL FALA

Essa a língua que não geramos, mas adotamos, que não se batizou aqui, mas aqui se fixou e engrandeceu, ganhando novas formas, novas cores, outros sentidos de expressão.

Vindo, já adulta, no bojo daquelas caravelas, que traziam a cruz de Cristo nas velas – *Christi sanguine sacrata* –, não poderia ficar, senão por anacronismo biológico, a beber eternamente o leite da loba romana, amenizada por um alimento único, ainda mesmo que essa nutrição mergulhasse o poder nos ricos veios maternais da latinidade.

Trazida para cá, deveria experimentar aqui a segunda infância, rejuvenescendo-se no hálito da terra com a surpresa matinal de cada acontecimento e com o espetáculo das horas novas, criando a sua força e espanto.

Teria de provar o gosto dos frutos ácidos no pomar selvagem, correndo pelas atibaias, pulando a ponta das sangas, escapando-se pelos brejos e rechãs, indo aos igarapés e banhados, subindo aos tacurus e descendo aos barrancos, descortinando as coivaras e caçapavas, ajudando-se nos puxirões, abrindo a terra com a ponta dos saraquás, galgando a coxilha sob a quincha das carretas, ganhando os paranás no bojo das ubás, remexendo-se nos fandangos, escutando-se nas violas, prateando-se nas serestas, varando rios nas igarités e furando estradas nos lubungos, identificando-se nas vaquejadas do Norte e no rodeio dos pampas, nas bugigangas do Sul e nos catimbós do Nordeste, nos marabus dos palmares, nas macumbas dos mocambos e mandingas dos males.

Teria de ir aos cafundós da serra, catar esmeraldas no "cofre das grutas"; pescar diamantes na "garupa dos rios";[2] e peneirar no leito de barro virgem o ouro dos riachos pródigos.

Cantaria a música nascente, chamando a chinoca ao som da cordeona; madornando a nhãnhã dorminhoca e a sinhá tafula; povoando de histórias e lendas o sonho das cunhantãs e cunhanquiras.

---

2. Expressões colhidas no poema de Cassiano Ricardo *Martim Cererê*.

Iria, nos pés do vento, a todas as direções: madrugando com o sol na vigilenga dos caboclos e na cavilha dos jangadeiros; amanhecendo no suor dos braços, que labutavam nos bangüês; vendo as tardes passarem no garimpo de tabuleiros, restingas e cascalhos de pinta rica, nesse jogo cobiçoso dos alforjes e alavancas, que enriqueceram a alma aventureira de dois séculos; e anoitecer depois no galpão dos tropeiros, dormindo ao relento, com a cabeça sobre o lombilho e o corpo atirado ao pelego da grama forrada de flexilhas.

Dominaria o país pelas pontas do laço, no veloz nomadismo da vida pastoril. Aqui, correndo nos fletes e alçando os baguais. Além, fundando lavouras, abrindo os covões para a "gaveta" das sementes, arruando as terras roxas e "coroando" os massapés para a marcha dos cafezais. Para além, criando a aristocracia dos senhores de engenho, enchendo de solenidade a Casa-Grande e de vozes estranhas às senzalas; ouvindo o gege e o nagô, o quimbundo e o hauçá, e na língua dos malungos e das negras do acassá louvarem-se os bambulás e as congadas, os jongos e os jeguedês. Mais além, escrevendo na água o risco das montarias, buscando os seringais, vertendo o sangue branco das árvores e "entigelando" a estrada.

Nesse maravilhoso ciclo pelo Brasil afora está o completo e complexo poema da geografia humana, escrito por uma raça que não se contentou em receber e guardar o legado do idioma que lhe trouxeram, antes o acrescentou e enriqueceu, levando-o a todas as zonas de sua dominação: nas botas de couro, que encurtaram as léguas; nos ponchos, que pelearam nos pingos, contra os pampeiros; nas igaras, que abriram os olhos de todos os rios; nas bateias, que acenderam a cupidez de tantos garimpeiros; nas quiçambas, que geraram a mais opulenta das nossas lavouras cafeeiras.

Nesse desbordamento de aspectos, nesse tônico de paisagem, quanto não lucraria o idioma replantado, esgalhando-se num perleito milagre vegetal!

É a destinação dos organismos vivos: crescerem, arfarem, vibrarem ao sopro daquela "perpétua renovação", de que nos fala Bilac, ao comparar a língua que nos herdaram a uma árvore, que mantém o tronco, mas substitui continuamente galhos e folhas, flores e frutos, abrindo-se para asilo de outros ninhos e para gorjeio de outros pássaros.

Instrumento afeiçoado à nossa sensibilidade, dominando de longo a largo uma área que vem das barrentas vertentes andinas às confluências do

Rio da Prata, o idioma luso-brasileiro deixou de ser um legado de família para tornar-se o espelho da conquista da terra, povoando-se de vozes que modelaram a prosódia e lhe ofereceram um timbre novo.

A penetração do panorama pela língua e a da língua pelo panorama leva a meditar na verdade proclamada por um filólogo da escola alemã: *Philologie ist geschichte; geschichte ist philologie.*

O idioma que falamos é, assim, um resumo de nossa vida, a vida de nossa História.

Não mais aquela "doce e correntia ribeira, derivada da fonte clássica, que cantava à sombra das colinas de Roma", porém, o grande caudal humano, que identifica longitudes e altitudes, em que se misturam a nostalgia das nascentes, o rumor das vozes ameríndias e o ronco dos bombos e dos jongos.

Língua de origem nobre e árdua descendência, ao mesmo tempo bárbara e gentil, cavalheiresca e rude, leviana e apaixonada, corre nela o sangue de guerreiros e pescadores, de escravos e senhores, de campeiros e fidalgos, de praieiros e sertanejos, de pastores e garimpeiros, de soldados e comboieiros, de contrabandistas e conquistadores.

Língua de velha estirpe e de pujança nova, liga o passado de um povo ao futuro de uma raça. Cruzam-se nela as baleeiras dos biscainhos e as jangas dos indígenas, os negreiros do pombe e o galeão dos missionários, as balsas dos vigilantes e o barco dos regatões, a canoa das ladainhas e os saveiros de mar fora...

Língua de evocações e murmúrios, de rezas e de repiques, de descantes e pregões, vem de longe, no perfume das cepas caseiras e das vinhas fartas, das latadas florindo ao luar e das caçoilas de cravos rubros; na presença dos painéis de azulejo, evocando o santo dos bisavós; na saúde das lavadeiras alegres e pastoras ribeirinhas; na sombra lilá dos santos e no traço forte dos pinheirais. Vem de longe, nas botonas de um Portugal emigrante e cavaleiro, que traz no seu alforje a poeira das giestas, no ombro, "o pampilho ferrado e longo do comando" e na alma enamorada o lenço das cachopas, a cantiga dos outeiros e o estandarte das procissões. Vem de longe, dos píncaros alpinos, das cidadezinhas transtaganas, das leirinhas e lameirinhos, das quintas "que cabem na palma da mão", para o mundo que não se acaba, para o mundo que descobriu com a vista dos seus gajeiros e onde rezou a primeira missa cristã, fazendo-nos ajoelhar para o Senhor.

Língua que se familiarizou, que se misturou, que chamou ao plantio das primeiras roças e depois se foi aclimando e colorindo de foz em fora, trocando a tinta das cercas e paliçadas pelo tom das caiçaras e das ocas.

Língua que reuniu e democratizou no memo tejupar os curumins e pequenos reinóis, sob o olhar vigilante do sacerdote.

Língua que viajou e aprendeu todos os mistérios, ouviu as vozes da floresta, enfrentou os demônios da mata e se curvou aos deuses das maloca; que remoçou nos terreiros e nos engenhos, no ranger da moenda e no moer da cana; que ergueu fortins de madeira e edificou as ermidas que convocaram os primeiros fiéis.

Língua que batizou as capelinhas dos arraiais missionários: Nossa Senhora do Rosário de Itaparica, Nossa Senhora da Conceição de Pambú, Santa Ana dos Tucanos, S. Francisco de Aracapá, semeando a cruz, desfiando o rosário, cantando a ladainha, movendo a romaria.

Língua que trocou os zurames do burel e os gorros de veludo, as samarras campônias e os coletes minhotos pelas roupas de couro com que a vaqueirama formou um Brasil rústico e forte, estremecendo a paisagem no arranco da boiada.

Instrumento que conquistou as suas novas cordas, não como aquele Alcman, da Lídia antiga, que aprendera o compasso dos versos "no passinho lesto das perdizes dos montes de Sardis", mas no frêmito, na música, no encontro dos dialetos regionais, que lhe dilataram as fronteiras da expressão – o vocábulo e a sintaxe – e lhe deram outra frescura, outra liberdade, batizando uma nova civilização ao mesmo tempo que rejuvenesciam um idioma antigo.

Essa a língua que não criamos, mas engrandecemos, que é nossa não só pelo batismo, mas pela identificação e pelo renovo. Esse o galho que refloriu no pastoreio dos campos, no ciclo do gado, da cana e das bandeiras, mas guarda nas suas transformações o aceno do tronco – a seiva que vela pela unidade de herança[3]

3. Um dos capítulos mais interessantes do trabalho com que o comandante Eugênio de Castro contribui para a pesquisa e fixação da língua nacional transplantada e enriquecida é aquele em que estuda o subconsciente lusitano do homem brasileiro. Ainda nos mais temperados pela mestiçagem e nos mais distanciados de cruzamento – escreve ele – "no caipira ou no caboclo; no tapioca-

–, dando-nos o ritmo, o sentimento e a graça para cantar na "língua de ouro velho a terra de ouro novo".

---

no ou no jacumaúba; no caiçara ou no roceiro; no tabaréu ou no muxuango; no mulato ou no crioulo; no matuto ou no curau; no jagunço ou no próprio gaúcho rio-grandense – se mostrará evidente em muitos de seus neologismos regionais".

E o Autor de *Geografia Lingüística e Cultura Brasileira*, livro que marca as etapas do crescimento e floração da língua portuguesa no Brasil, aponta, os exemplos, "escutando-os chamar às encostas íngremes ou escarpadas de barrocas, *tombadores*; aos rasgões da serra abertos com a configuração de bocas, *bocainas* e *boqueirões*; aos planaltos rasantes, *taboleiros*, chapadas (talvez corrupção de *sapada*, que em português arcaico era planície) e, aos mais extensos, *chapadões*. Na costa marítima, aos recifes à flor d'água e guardando a forma de grandes chapéus, chamavam *chapeirões*; pelos sertões, *barrancos* ou *barrancas* às ribanceiras, como *covanca*, ao terreno cercado de morros com uma aberta por um dos lados. *Campestres*, *agrestes*, *carrascos*, *carrascais*, *noroegas*, *campos dobrados*, *campos cobertos*, *fachinais*, *campanhas*, *campinhos*, são algumas de outras tantas expressões que ratificam aquele asserto".

Inúmeros vocábulos alinham-se no rol das citações do lingüista, comprovando a influência e o reflexo dos termos lusitanos nas vozes sertanejas: *queimada*, queima da mata; *varandas*, pendentes rendados das redes de dormir; r*etirantes*, fugitivos das secas; *palhadas*, roças do milho após a colheita; *queixadas*, porcos do mato, etc.

Tais manifestações, ajuntadas a outras, confirmam a observação do Embaixador Martinho Nobre de Melo. Portugal – diz ele – "convertera-se em um povo de sentido marítimo: os ornamentos de que ele reveste as suas criações estéticas são, logicamente, conchas e corais, cordames das velas, algas e ondas. O Brasil transplanta o fundo épico racial do oceano para o sertão. O seu sentido histórico é ainda aventura, mas através dos campos, das florestas e montanhas".

II

RESPOSTA DO SR. CLÁUDIO DE SOUSA

O espírito acadêmico é na França sábia e bem dosada combinação de réplicas amáveis e irônicas, ditas com urbanidade, sublinhadas com traços de erudição e vestidas com elegância.

Escreveu Alphonse Daudet a propósito da ironia de alguns discursos de recepção: "É hábito divertido da Academia Francesa que o acadêmico, no dar as boas-vindas ao recipiendário, puxe a cadeira em que o convida a sentar-se, como fazem os gaiatos."

Léon Daudet, seu filho, que se especializou em atacar, incessantemente, os "verdes da Academia", o que para muitos é um gênero literário, em falta de melhor, entende necessária para aquele jogo muita subtileza e muita graça, o que, escasso nestes dias utilitários, existiu em outra época, nos salões palacianos onde primavam a inteligência e a elegância, com o refinamento que os vagares das opulências herdadas permitiam cultivar. A sociedade de hoje em vez das ricas heranças recebeu da guerra pesado espólio de encargos fatigosos de reconstrução. Não lhe sobra tempo para aquela cultura voluptuária. Não me lanço, pois, a replicar a vosso belo discurso com tão arriscado espírito, e muito lucraria o auditório se o pudesse fazer sem palavras, como era costume na *Academia Silenciosa*, de que nos dá conta o Abade Blanchet.

Tinha essa instituição a sede em Hamadam, na Pérsia. Rezava o artigo primeiro de seus estatutos: "Os acadêmicos pensarão muito, escreverão pouco e falarão o menos que lhes for possível."

Princípio igual ao que adotou Xenócrates na velhice, dizendo: "Muitas vezes me pesou de haver falado, e nunca de me ter calado."

Todos os persas eminentes, ou que tal se presumiam, disputavam as poltronas daquela tão sábia quão prudente academia. Contava-se entre eles o doutor Zeb, médico de província, provecto nessa profissão, mas inteiramente alheio às belas-letras. Falecendo o orador da academia, que era surdo-mudo, o doutor Zeb, especialista em moléstias de ouvido, empreendeu dificultosa viagem, com robusta récua de camelos e alguns jumentos, para candidatar-se à academia. Quando, porém, chegou à sede acadêmica, tão cheia de óbices foi a viagem, acabava de realizar-se a eleição. Lamentaram os acadêmicos o fato, pois o doutor Zeb, homem amabilíssimo, se não era escritor, vestia-se, em compensação, com apuro, e tinha excelentes relações mundanas e políticas. O presidente, vexado, não sabia como dar a infausta notícia ao candidato. Ocorreu-lhe, porém, certa idéia, que bem simbolizava o silêncio elegante da academia. Fez vir um copo. Encheu-o d'água até às bordas. Mostrou-o, então, ao candidato, para significar-lhe que uma gota a mais a faria transbordar, fosse ela, embora, da mais pura água.

O doutor Zeb, em resposta, colheu uma pétala de rosa e depositou-a cuidadosamente na superfície da água, sem fazê-la transvazar, confessando-se, por este meio, de peso tão leve como homem de letras que sua entrada não faria o quadro acadêmico transcender os limites estatutários.

A jocosa réplica fez com que se entreabrissem os austeros lábios acadêmicos em comedido sorriso. Admitiram-no como extranumerário, adotando o critério de que em colégio de mudos um mudo a mais não perturba a conversação. Deram-lhe o livro do registro acadêmico para assinar. O doutor Zeb, sabido na arte da poligrafia, traçou o número cem, número dos componentes do quadro acadêmico, e acrescentou-lhe um zero, à esquerda da unidade, escrevendo por baixo do número 0100, assim formado: "Os cem não valerão mais nem menos com a minha companhia."

O presidente tomando-lhe a pena substituiu com galantaria o zero pela unidade, e sob o número 1100 lançou esta réplica: "Eles valerão, agora, dez vezes mais."

Vede que graciosa e eloqüente simplicidade, e quão fácil me seria a tarefa, se estivéssemos naquela academia. Ficaríamos, porém, privados de

vossa bela oração, provocando, como disse Boileau, um mal maior do que o evitado.

Usam todos os novos acadêmicos da modéstia do Dr. Zeb em seus discursos de recepção nesta ilustre Companhia. Entendeis, Sr. Osvaldo Orico, que ela é insincera. Podeis estar certo que isso não é novidade, nem para nós, nem para o auditório. Posso adiantar-vos que ninguém nesta sala acreditou nem mesmo nas poucas palavras com que eu, tão sinceramente, acabo de confessar meu desvalor. Nenhum candidato, entretanto, tem a imprudência de desmereceres e, quando solicita o voto, pois se o fizesse, e a confissão fosse tomada à letra, correria o risco de não chegar ao discurso de recepção.

Trocastes a costumeira expressão de modéstia por outra que Sócrates, o pai da dialética, talvez hoje não refutasse: não negais vossos méritos para não ofender os que vos elegeram, acoimando-os de injustos. A arte do sofista consiste em disfarçar, como fazem as mulheres belas e argutas, qualquer ligeira imperfeição transformando-a num atrativo. Não desejo dizer que tenhais usado daquele recurso, e por isso agradeço, em nome de vossos eleitores, a justiça que lhes fazeis.

***

Não há em vosso caso razão para modéstia. Três livros vossos, de diferentes gêneros, obtiveram o primeiro prêmio nos concursos desta ilustre Companhia. Vossa eleição foi a seqüência lógica de tantos prêmios.

A modéstia, entretanto, pode caber com sinceridade em outros casos, como o de vosso antecessor, quando, ao preencher a vaga de Rui Barbosa, se julgou o último a substituir o primeiro. Deve-se tomar, entretanto, aquela expressão no seu real sentido, desvestindo o penitente do injusto sambenito. Laudelino Freire começara, havia pouco, a afincar-se nos estudos filológicos, nos quais Rui se tornava mestre dos mestres. Era o último estudante em data a preencher a vaga do sábio.

A vida espiritual de Rui foi de contínuo esplendor, como a de astro sem poente, na glória sempiterna do gênio, não a resplandecência de um sol apenas, ou a esplendidez de um estelário todo, mas a refulgência vivíssima de sucessões de estelários, esplendor alucinante de mil pomerígios conglobados, como se em sonho mitológico, vazado o sol por novo Prometeu, se derramas-

se de chofre toda sua luz na terra e nas águas, fundindo o mundo em globo ardente, numa festa de fogo, em que todos nós, os homens, labaredas altíssimas de chama imortal, nos tornássemos senhores do mistério e donos do infinito!

Como descrever-lhe as fulgurações com a tinta opaca e com as palavras que nos restam, se o não quisermos repetir, depois de ter ele ajoeirado todo o ouro da língua na sua oficina quase fabulosa?

Com a habitual elegância e propriedade de estilo, disse Aloísio de Castro: "Ninguém o excedeu no trato e no meneio de nosso idioma, ninguém o pôs em tanta sublimidade. Por seus livros hão de ler os que quiserem buscar o vernáculo na sua fonte mais pura, porque ele o foi tomar na prístina derivação, nos sermonários e nas crônicas, na conversa dos Vieiras, dos Bernardes, dos Sousas, dos Barros, dos Arrais. No que lhe saía dos lábios ou da pena estava o cenáculo da perfeição."

A Rui faltou, apenas, espaço. Deu-lhe o berço uma língua limitada a dois povos de escassa população. Seu gênio polimático foi ouvido por auditório menos numeroso do que ele próprio. Viveu como o sol atrás da montanha. Mas deixou na terra que a recebeu e na montanha em que se infiltrou a luz de suas luzes. Centenas de milhões de homens habitarão amanhã nosso imenso território e terá seu pensamento a dilatação espacial que lhe faltou.

Menor ainda era o povo de bravos argonautas que com essa língua descobriu mares nunca dantes navegados, dobrou os cabos de tormentas da impavidez e do heroísmo, e, com seu sangue, brio e bravura, preparou no campo do futuro a extensão interminável de sua imortalidade, que um poeta tão grande como os maiores deixou na ilíada ou na odisséia dos *Lusíadas*.

Pode-se aplicar a Rui o elogio de Chateaubriand a Shakespeare:

> Deve-se contá-lo entre os gênios que aleitaram muitos outros. Homero fecundou a Antiguidade; Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Aristófanes, Horácio, Virgílio são seus filhos. Dante engenhou a Itália de Petrarca a Tasso. Rabelais criou as letras francesas; Montaigne, La Fontaine, Molière

> são sua descendência. A Inglaterra é toda Shakespeare, e ainda nos últimos tempos emprestou sua língua a Byron e seu diálogo a Walter Scott.

Acusavam-no de prolixidade, de verbalismo precioso, de exaltação imaginativa e de mais defeitos. Escreveu Chateaubriand:

> Renegam-se, muitas vezes, esses mestres supremos; contam-se-lhes os defeitos, acusam-nos de prolixidade, extravagância e mau gosto, mas saqueiam-lhes os despojos. Tudo se tinge de suas cores. Seus dizeres transformam-se em provérbios, suas personagens tornam-se reais. Abrem eles novos horizontes donde jorra a luz. Fornecem imaginação, assunto e estilo a todas as artes.

Ganham assim esses gênios todas as coroas da glória, inclusive a de espinhos.

Quando se abriu a vaga de Rui, ninguém se julgou, no primeiro momento, capaz de afrontar a crítica, a ela se propondo.

Laudelino ofereceu-se, então, ao holocausto. Fê-lo pelas razões que alegou no discurso de recepção. Apresentava-se não para substituir o insubstituível, mas para preencher uma vaga, que devia ser ocupada.

Atribuístes muitos dos ataques injustos que sofreu a seu esmero no vestuário, às vezes extravagante.

É possível que isso provocasse irritação, tão desleixados vão os costumes, mas outras razões encontro mais poderosas. Os gramáticos, como todos os especialistas, mostram-se ciumentos de seus títulos. Laudelino surgiu, repentinamente, com poucos anos de estudo vernáculo, a ditar novas regras ortográficas, novos sintagmas lingüísticos, a elucidar e destrinçar a maravilha de minúcias etimológicas, semânticas e sintáticas que preocupam a vida toda daqueles mestres das irreconciliáveis discordâncias, que chegam à morte discutindo consigo mesmo, como sucedeu a Vauvenargues, o qual, ao fechar os olhos para sempre, exclamou:

– *Mes amis, je m'en vais!* – e logo perguntou:

– *Je m'en* vais *ou je m'en* vas*?*

E expirou nessa dúvida.

Alguns daqueles propedeutas investiam-lhe a improvisação com severa crítica. Quando menos erudito se mostrava o vindiço, como na interpretação dos textos de Camilo, os ataques tornavam-se em execução sumária. "Repreender coisas alheias é fácil tarefa", escreveu F. Rodrigues Lobo "fazê-las, sempre custa mais, ainda que elas em si pareçam menos. E citou o caso de Momo, que na perfeição de Vênus de Milo foi buscar os pés para repreender as alpercatas, pois só até lá subia seu pensamento."[1]

Negavam-lhe justiça à perseverança exemplar naqueles estudos, à dedicação ao trabalho, à infatigável pesquisa, ao amor desvelado à expressão, fechando os olhos ao que há de bom nos trinta e tantos volumes de sua lavra. Diziam-no simples escrivão inventariante do espólio lingüístico dos clássicos. Se o fosse, porém, podia amparar-se nas palavras do sábio João Ribeiro: "Inventariar ou registrar não é tarefa desprezível, se os inventários podem, na sua congérie imensa, oferecer, como as toneladas de minério, algumas pepitas de ouro verdadeiro."[2]

Tinha ainda ele contra si os que discutem assuntos lingüísticos com a mais convencida ignorância, parecidos com o fidalgo napolitano que se bateu em duelo quatorze vezes para provar que Dante era superior a Ariosto, e ao falecer do ferimento no último deles recebido, confessou que nunca lera nem um nem outro.

A esses batalhões de assalto seguiam-se as forças de reserva da preguiça de estudar, que procuravam amesquinhar-lhe a eficiência com as armas do humorismo, constituindo jocoso anedotário com os produtos, apenas, de sua imaginação, como no negócio desfeito pelo emprego de um galicismo, a que aludistes.

Um episódio dessa agressão humorística, relatou-me a própria vítima. Eram três horas da manhã. A campainha do telefone fazia-se ouvir incessantemente. A família levantou-se assustada com o desorado toque, supondo tratar-se de qualquer grave comunicação. Laudelino agasalhou-se, sempre receoso das correntes de ar, que lhe foram fatais, e tomou o fone.

---

1. Francisco Rodrigues Lobo, *Eglogas*, tomo IV, p. 238, 1774.
2. João Ribeiro, *Curiosidades Verbais*, p. 216.

– Doutor –, telefonou-lhe desalmado notívago –, acabo de aprender um galicismo avariado à porta de uma pensão alegre. Para que delegacia devo levá-lo?

A essas anedotas juntastes uma das que provavelmente constituirão meu testamento humorístico... feito por terceiros.

Em certo período mostrei-me, de fato, intransigente com os estrangeirismos, que vão entrando no vernáculo sem nenhuma resistência, adulterando-lhe a beleza.

Tive o prazer de verificar que meu trabalho não foi de todo inútil, pois algumas palavras que propus para substituírem galicismos inveterados, como entre outras, *vesperal* por *matinée*, ganharam voga.

A língua, como repetistes, é, indubitavelmente, organismo vivo com evolução indispensável ao suceder-se dos ambientes humanos. Não devemos, porém, a título de evolução, incorporar nela tudo que surge do desleixo, da ignorância, do cilicismo e da importação como formas aceitáveis de expressão regional. Esse acervo não é saúde, nem crescimento natural. O ser vivo é vítima dos agregamentos epifitários do parasitismo, das moléstias de crescimento, das agressões do ambiente e do contágio das moléstias de importação, para as quais se estabelecem cordões sanitários nos portos e nas fronteiras.

Ninguém integraria tais vícios e males em seu retrato físico. Procuram todos, ao contrário, libertar-se dele, extirpando do rosto os pêlos mal implantados, espinçando as mulheres as sobrancelhas e os buços, alimpando a pele de botões, de cravos, de efélides.

Se assim fazemos em prol da perfeição física, a preeminência da língua, como expressão do pensamento, exige maiores cuidados, sem os quais a intensa corrente imigratória estrangeira acabará por asfixiar-nos o vernáculo.

A língua portuguesa atravessou pura oceanos, continentes e raças, e vai-se agora transformando na língua de trapos dos povos desfibrados que se submetem aos invasores.

Luta, também, ela com o linguajar dos ranchos carnavalescos, que, em passo de samba, a apunhalam no coração das cidades; e no próprio diálogo do teatro, que de escola de educação passou a espetáculo de perversão.

Sofre ainda a invasão das correntes sertanejas. Nas classes cultas a leitura quase exclusiva de livros didáticos e literários estrangeiros, vai ainda desfa-

zendo-lhe a beleza transpositiva da ordem direta, que nos permite variar a disposição das flores do estilo, conservando a língua no fausto com que a recebemos. Tudo isso não é mais do que doença da expressão no vasto hospital de nosso analfabetismo.

Considerados a esta luz aqueles fatores, vê-se que não se trata de neofobia, mas de saneamento. Poderia ocorrer que o propósito de expulsar os invasores me deixasse o automóvel deslustrando-se ao sereno, mas que isso importa se nossa opulenta língua conservasse o inteiro lustre?

Asseverastes que somos pobres de expressões técnicas. Mas todas as línguas o são para os novos inventos, forçadas, também, a criar palavras para designá-los.

Devem nascer, entretanto, as formas de denominação dentro do gênio do idioma, e não da cópia servil das línguas estrangeiras.

Que traço luso ou brasileiro têm as palavras *aterrissagem*, *amerissagem*, *decolagem* e outras da aviação? Temos *aterragem*, do verbo *aterrar* no sentido de tomar terra; *amarragem*, valendo-nos da expressão náutica, e *levantamento*, como dizemos dos pássaros que levantam para o vôo.

Que necessidade temos de maquilhagem e de ruge? Menos sedutoras não eram nossas mulheres quando se davam a discreta pintura empregando o carmim. Por que esse *solucionar* que parece voz entrecortada pelos soluços a despedir-se do verbo *resolver* do bom falar da família?

Duas raças juntaram-se à portuguesa para formar-nos a língua nacional; a indígena e a africana. Fiquemos, apenas com elas. Uma é a voz da terra, na liberdade. Outra é a voz que semeou a terra, e aleitou o Brasil no cativeiro. São dois momentos históricos. Choram no nosso português três saudades, sublimam-se nela três heroísmos, dois de vitória, um de resignação, palpitam três corações, comunicam-se três sangues caldeados num só povo. Os cumes de expressão e de sonoridade que com eles podemos atingir, acabais de mostrar-nos com o belo trecho orquestral de polifonia trilíngüe com que nos encantastes.

Não tendes, pois, necessidade de dar foros de cidadania, como fizestes em vossa bela obra "Silveira Martins", a invasores das fronteiras do sul, como o verbo *pelear*, pois tereis agora nessa Cadeira, de pelejar à portuguesa contra

eles, bradando como fizestes: Alerta estou! e brandindo esse doirado espadim que para alguma pugna deve servir.

Quando ainda o corpo inanimado de vosso predecessor estava na sala ao lado desta, nossos corações transidos de aflição, onze acadêmicos, desejando se não interrompesse a tradição dessa Cadeira, pensaram em eleger um filólogo para ocupá-la. Sabíeis desse pensamento, e concorrestes, entretanto, ao preenchimento da vaga.

Um daqueles acadêmicos ora vos recebe, e como os demais, deu o voto a um dos filólogos que concorreram convosco, e que obteve num dos escrutínios onze votos.

Vencestes, pois, o pleito sem compromissos. Mas recebeis uma herança que vos obriga à defesa do sagrado patrimônio, pois é a glória da Cadeira 10 a que vos referistes.

Entendeis que as academias se tornam interessantes pela má fama de que gozam no conceito de seus namorados infelizes, pois por muitos se deixam namorar, e a poucos concedem favores. A todos seria impossível contentar. Tem as mulheres um só coração, e com isso se desculpam as faceiras quando fazem descontentes. A Academia, porém, tem quarenta lugares. Contenta a quarenta namorados. Se ainda assim lhe sobram desventurados lovelaces, pode ufanar-se de tantas graças, que levam os suspirosos a tentar deformá-la com o vitríolo de seus ciúmes. E cabe aqui, repetido a propósito dela, o verso do famoso madrigal de Jean de Lingendes:

La faute en est aux dieux qui la firent si belle!

Narrastes o episódio de Voltaire com o acadêmico de Châlons, semelhante ao de nosso Alberto de Oliveira, quando, lembrando-se de seu diploma de farmacêutico, replicou a um poeta ainda estreante, que o cumprimentara como Confrade:

– *Não sabia que o senhor é, também, farmacêutico.*

As academias são, de tal forma, atraentes, que se multiplicam no Brasil demasiadamente.

A crítica mais acerba com que se asseteava a Academia era a de que o Brasil literário não contava quarenta valores dignos de imortalidade. Como, porém, trabalhamos sempre pelo método confuso, foram criadas, para sanar e reduzir aquele número, vinte e tantas academias estaduais de letras, sendo que

em alguns estados há três e quatro, nas capitais e em cidades do interior de exígua população, além das que se fundam nos centros universitários e até mesmo nos colégios, elevando-se a mais de mil o recenseamento atual dos imortais federais e dos imortais estaduais. Algumas dessas academias adotaram nosso quentíssimo fardão, fazendo-se os acadêmicos fotografar e enterrar com ele, o que, estabelecendo confusão no espírito dos vivos, pode provocá-la após a morte no campo da imortalidade.

Posso tocar nesse assunto sem melindrar a ninguém, pois sou membro efetivo de uma daquelas academias, a de São Paulo, e correspondente das do Amazonas e do Pará, distinções que me excedem os méritos e muito prezo. Mas desde quando o erudito vernaculista Dr. Joaquim José de Carvalho, fundador da Academia Paulista de Letras, me convidou para uma de suas poltronas, procurei convencê-lo de que adotássemos o nome Sociedade de Homens de Letras, Instituto de Escritores, ou qualquer outro, para não dilatar um título cuja maior eficiência é a singularidade.

Havia sido fundada pouco antes uma academia em Goiás, e o Dr. Carvalho replicou-me:

– Se Goiás tem quarenta escritores dignos da imortalidade, por que não os terá São Paulo?

Não me rendi ao frágil argumento, mas, aceitando a irrecusável distinção, conservei sempre meu modo de pensar.

Não se deve negar apoio e estímulo a essas sociedades de escritores, pois nelas há valores dos quais alguns têm vindo e outros virão preencher-nos as vagas. Não podemos esquecer-nos, entretanto, que a profusão é inimiga da seleção.

Fazeis justiça à Academia salientando que ela abre suas portas a todos os escritores brasileiros, velhos ou moços, não indagando de seus credos; e esquecendo até mesmo os ataques que por ventura lhe tenham feito.

Discordo, entretanto, da opinião do cético Anatole de que melhor seria viesse a mocidade depois da velhice. Quão amargas se tornariam, então, as duas idades! Acerba seria a juventude despojada da mais bela, da quase única alegria da vida, que é a ignorância de suas traições. A melancolia de Fausto rejuvenescido, roendo-lhe as raízes do sentimento, define aquela acerbidade. A inocência da iludida Gretchen ou a libidinosa atração de Helena apenas lhe

exacerbavam a impressão sinistra do rápido decorrer das horas de uma juventude vizinha da morte.

Veria o moço-velho a lisonja, o interesse, o egoísmo e todas as baixas paixões, sem os arrebiques e posturas da hipocrisia.

Que trágico carnaval seria, então, o baile de Colombina, que lúgubre ironia o riso de Pierrot, quantas bocas de rosa e mel saberiam a azinhavre, quantos soluços ecoariam como gargalhadas reprimidas da felonia, quantas juras de amor se revelariam perjuras!

Sábia foi a Natureza de coincidir o primor de nossas forças com o primor de nossas ilusões.

Nesse apogeu de forças e de ilusões vindes trazer-nos vossa colaboração preciosa.

O destino parece ter-vos reservado essa Cadeira, não permitindo que se completasse, pela falta de três ou quatro votos apenas, a numerosa votação que obtivestes em outras eleições. Havíeis escrito a respeito de Evaristo da Veiga erudito estudo, e ele é o patrono que Rui escolheu para essa Cadeira, admirando-lhe o esforço e a tenacidade, pois, como dizíeis, "de simples livreiro chegou a diretor da opinião pública no Império" e foi a coluna mestra da Regência.

Havíeis educado o espírito literário, embebendo-o de beleza na adolescência com a leitura devota das obras de Rui. Cultivastes a amizade de vosso predecessor e ele vos deu o voto nos pleitos anteriores. Além desses motivos revelastes em vossa oração certo feitio acadêmico. Há nela, como nesta minha arenga, muitas citações, e esse traço é tão acadêmico que em certa reunião em casa de Ninon de Lendos, lamentando o grande pintor Mignard a absoluta falta de memória de sua filha, exclamou a bela Ninon sorrindo para os acadêmicos presentes:

– Tanto melhor. Ela nunca fará citações.

Nota-se, outrossim, em toda vossa obra indisfarçável tendência educativa, que foi a do patrono da Cadeira na doutrinação cívica, a do primeiro ocupante na escola constitucional, e ainda no magistério vernáculo, e a de vosso antecessor na última dessas missões didáticas.

Ainda muito moço, há dez anos, conquistastes com a monografia *O melhor meio de disseminar o ensino primário no Brasil* o maior dos três prê-

mios Francisco Alves de nossa Academia, classificando-a a Comissão composta de Coelho Neto, Fernando Magalhães e Augusto de Lima como "obra de arte e de pensamento". Um ano depois, o governo do Pará, cujo ilustre chefe nos honra com sua presença, procurando reais valores para a reconstituição do Estado, que a rajada revolucionária desnorteara, entregou-vos a pasta da Instrução Pública. Vossa administração aumentou de quarenta mil novos alunos o quadro das escolas públicas, provando assim que conheceis, de fato, os melhores meios de disseminar o ensino.

Ocupais neste momento a direção de um departamento federal de Educação, no qual vosso bem inspirado labor é intensamente fecundo.

Em *Contos e Lendas do Brasil*, feixe de admiráveis vozes da terra e da raça, com o perfume de nossos frutos, têm vossas páginas certo trilho didático, oculto sob a iluminura das folhagens, e as aquarelas dos rios, o qual, sem inoportunismo ou desnaturação da narrativa e sem enjôo do leitor, vos permite falar do Livro dos Vedas, do Gênesis, da mitologia grega segundo Hesíodo, de Rubens, de Corrégio, de Vernet, ou intercalar um trecho histórico como o de Villegaignon ou de Jean de Lery.

Em *Mitos Ameríndios*, que vazastes na grafia do ainda recente acordo das duas academias, na esperança, como espirituosamente dizeis, de ver o exemplo seguido por nós outros acadêmicos, inveterados na ortografia proscrita, revelais o mesmo didatismo. Prelecionastes com erudito e vanguardeiro ânimo, que vos valeu os elogios do prefácio de Fernando Ortiz, o insigne lendista cubano, acerca das origens de nossos mitos, alguns dos quais, como o unípede saci, vem fazendo alegres traquinadas desde as páginas antigas da *História Natural* de Plínio, e, por mais que se disfarce em nossa terra com a barretinha vermelha, é o mesmo Juraken, dos Mayas, e o moleque sem vergonha e capenga de outras místicas.

Dizeis no prefácio do *Condestável do Império* que pretendeis, apenas, fornecer ao leitor "um panorama de ensinamentos para a incerteza da hora contemporânea", o que mais uma vez demonstra vossa tendência à ensinança.

Fizestes, entretanto, muito mais nessa obra, pois realçastes com vosso estilo vibrante, carregado das cores vivas das telas espanholas, aquela espada da qual com elegância dizíeis: "amanheceu para servir e anoiteceu servindo à causa do Império". Servir e vencer foi seu destino, como disse ele próprio a seus sol-

dados em Lomas com as seguintes palavras: "Marchemos para o combate que a vitória é certa, pois o general que vos guia até hoje não foi vencido."

Em *Silveira Martins e Sua Época*, vossa obra capital, comparável sem exagero à dos melhores escritores do gênero, como Zweig, Ludwig ou Strackey, proclamais que nas biografias não se devem ocultar defeitos, fraquezas ou vícios, porque dos exemplos reprováveis se podem tirar preciosas lições.

Exerceis, assim, com liberdade a crítica histórica na função doutrinadora.

Recorreis para a psicanálise de vossas personagens, a testemunhos de infância, estabelecendo-os no sentido quase dos *tests* da orientação pedagógica hodierna. Não sois um Pestalozzi. Tão pouco um mestre-escola. Sois didata elegante, servindo à instrução na porcelana fina e bem decorada da suntuosa baixela de vossa imaginação.

Fostes colher as raízes da arborização moral de Silveira Martins num episódio de infância. Havia ele deixado a escola primária porque se recusara a dar a mão à palmatória, e empregara-se numa loja da cidade. Certo freguês pediu-lhe uma boa arma de fogo. O caixeirinho ofereceu-lhe uma garrucha, gabando-lhe a qualidade. O comprador, como é habitual, depreciou-a.

– Não acredita em minha palavra? – pergunta-lhe o menino, acrescentado: – Vai ver se é boa ou não.

E levantando a arma, bateu o gatilho. O tiro partiu fazendo enorme rombo no teto. O freguês saiu a correr. O caixeirinho foi despedido, pois provara falta de vocação para o comércio, ou ao menos, para o comércio de armas de fogo. "Tinha, sobretudo", escrevestes em vosso livro, "revelado precocemente do que seria capaz para garantir sua palavra."

Rebuscastes a vocação política de Silveira Martins noutro episódio da meninice, o de sua inscrição no Colégio Vitório. Costumava o diretor Vitório da Costa perguntar ao novo aluno que desejava vir a ser. A essa pergunta respondeu-lhe Gaspar:

– Quero ser ministro de Estado!

O diretor, pachorrentamente, lançou no livro:

– Gaspar Silveira Martins, treze anos de idade. Vocação declarada: Ministro de Estado.

Voltou-se, então, para o menino, e perguntou-lhe:

– Quando fores ministro, que farás de teu velho professor?

– Conselheiro de S. M. o Imperador – replicou o pequeno. – Pode ficar descansado.

Cumpriu a promessa. Quando a 5 de janeiro de 1888 o Visconde de Sinimbu o chamou para a pasta da Fazenda, obteve Gaspar na primeira reunião do Ministério aquele título para seu mestre, e lho foi levar ele próprio, perguntando-lhe talvez:

– Não lhe disse que podia ficar descansado?

Para documentar outro traço de seu caráter, relatais o caso da sentença que, como juiz, exarou nos autos contra um Ministro do Supremo Tribunal, seu superior hierárquico, condenando-o ainda ao pagamento das custas. Não quis o ministro cumprir a sentença e Silveira Martins expediu mandado de prisão contra ele. Escândalo no foro. O tiro partira. O teto da hierarquia ficara furado, e o juiz, censurado pelo ministro da Justiça, demitia-se, perdendo o emprego, como o caixeirinho de outrora. Acompanhou a demissão com o mesmo tom de impavidez com que se recusara a estender a mão à palmatória do mestre, escrevendo: "O menor dos magistrados pode, ao mesmo tempo, mandar plantar batatas ao ministro que a cegueira da sorte, a conveniência dos partidos, a prostração do estado atiraram de trambolhão sobre uma pasta."

Lendo isso, repetimos no silêncio de nossas almas: Como se modificaram esses climas de nosso passado!

Ides assim, nesse e nos outros vossos livros, com arguta e documentada pesquisa, realizando uma obra psicanalítica de relevante valor como elemento educativo.

Félix Pacheco, referindo-se a vosso estudo de José do Patrocínio, escreveu: "Ninguém dirá da vida do grande jornalista sem recorrer a essa excelente fonte, que é obra fundamental."

Soubestes desenhar a figura de Patrocínio com seu relevo sentimental e combatente, do berço à apoteose, da apoteose ao apodo, do apodo ao quase esquecimento; Belém, a entrada em Jerusalém, os insultos do pretório de Pilatos e o crepúsculo do Calvário do Messias negro da mais branca das auroras nacionais.

Uma abstração, como a das personagens da fantasia, logra a imortalidade se exprime sentimento ou transe coletivo. Em Patrocínio fundiram-se aqueles dois transuntos da comoção, e causa surpresa estivesse tão-pouco lem-

brado na época em que surgiu vossa obra para reanimar o culto que a Nação lhe deve. Explica-se, entretanto, aquele deslumbramento. Patrocínio foi a eloqüência tribunícia demagógica, que brilha, fulgura, deslumbra, avassala e, depois da imensa apoteose, se reduz a cinzas. Não veio para a vida como Rui, com a intenção vertical da escalada da glória. Veio, como a planta derramada, para florir na extensão.

Ambos ganharam o altar da veneração pública, Rui como o icônico e Patrocínio como a chama votiva. Rui talhou uma a uma as faculdades de seu gênio nas exaltações do idealismo. E, se bem que a natureza tivesse dado a Patrocínio, como ele disse num de seus arroubos tribunícios, a cor do bronze imortal, pôs nessa aparência de estátua substância apenas inflamável, que devia receber a convergência de raios do espelho ustório de seu destino, para redimir sua raça com a própria combustão. Patrocínio foi empolgante e magnífico como nossa floresta em dia de queimada. Tudo maravilhava naquele incêndio: do pipocar dos bambus ao tombar das árvores gigantescas, do fagulhar das centelhas ao desfraldar das mil bandeiras ardentes das labaredas.

Foi nosso temperamento, nosso tropicalismo, como Rui foi o jardim da Hélade, plantado e aparado dentro de traçado geométrico. Um o tumulto, outro a disciplina; um, a Natureza, outro o diamante lapidado caprichosamente; um a arquitetura, outro o aluvião; um a grandeza assentada na harmonia fundamental, outro a grandeza épica na erupção vulcânica.

Enquanto Rui edificava seu palácio de imortalidade com linhas clássicas, Patrocínio, como o pássaro ao qual chamam joão-de-barro, construía sua casa sem planta, numa forquilha de galhos de árvore, com as achegas que colhia nos vôos da eloqüência dispersiva. Por isso sua palavra tinha de tudo, terra, plumas, pétalas, fios, placidez de lagos, apenas lançados pela viração, ternuras bucólicas e rugir de ventos, sussurros de prece e imprecações de cólera, tudo com as cores da terra brasileira, com o ímpeto de nossas águas, e com a palpitação sanguínea e febril de nossos delírios de liberdade. E por isso teve o poder miraculoso de empunhar as multidões e a própria nação, ditando-lhe o *resurrexit* de sua raça no milagre repentino do 13 de Maio.

Magistralmente traçastes o ciclo luminoso, e por essa obra, o dileto mestre Afonso Celso, glória astral desta Casa, declarou-vos inscrito nos fastos daquela quadra da História nacional.

Outro dos livros que concorreram para vosso renome é – *A Vida de José de Alencar.*

Narrais a propósito de suas primeiras leituras o seguinte episódio. Costumava a mãe de Alencar fazê-lo ler em voz alta romances ou jornais, enquanto ela e sua irmã costuravam. Certo dia um sacerdote amigo da família bateu à porta repetidamente e ninguém apareceu. Vinham da sala de costura soluços e lamentações. Receoso de que alguma desgraça houvesse ocorrido, afoitou-se o visitante a entrar. Choravam os três. Alencar, sua mãe e sua tia.

– Que aconteceu? – inquiriu já lacrimoso o sacerdote.

– Coitado, morreu! – exclamou Alencar.

As lágrimas inundaram, também, os olhos do clérigo, que indagou aflito:

– Quem morreu?

– O pai de Armanda – replicam às senhoras, mostrando o romance *Armanda e Oscar* nas mãos do leitor soluçante.

Entendeis que as tendências literárias de Alencar não provieram da influência dessas diárias leituras, concordando com a opinião seguinte do próprio romancista:

– O dom de produzir, a faculdade criadora, foi a decifração de charadas e de logogrifos que desenvolveu.

Lembro-me neste passo da resposta que vos dei, quando tive o prazer de vossa primeira visita. Trazíeis dois fotógrafos, que assestaram contra mim, desprevenido e inerme, seus aparelhos de fuzilamento. Vínheis entrevistar-me em nome de uma revista ilustrada, *O Malho,* à qual me prendem afetuosos laços. Perguntastes por que me fizera escritor.

Colocando-me de jeito a esconder dos agentes fotográficos da glória um terço, ao menos, de minha prematura calvície, mostrei-vos um sapotizeiro, carregado de frutos, que crescera à beira da janela de minha biblioteca, e disse-vos: o escritor produz, como a árvore dá frutos, pois nasceu predestinado a esse fim.

Não estou, pois, com o parecer de Alencar, que lhe tenha surgido Peri da floresta dos logogrifos, ou Ceci de um bosque de charadas.

Quem não traz na alma a divina faculdade, conseguirá conformar qualquer arremedo de arte pela técnica. Faltará, porém, a esses produtos do engenho o poder de transmissão.

A Alexandre Dumas perguntou certo candidato a autor dramático que era preciso para escrever-se uma boa peça em três atos.

– Cinco cadernos de papel almaço, pena e tinta! – respondeu o dramaturgo.

Naquela entrevista me revelastes que desde os albores de vossa inteligência se voltara ela para as letras, como mais diante relatarei.

O mesmo comigo se passou. Na meninice, quando os companheiros ambicionavam o dinheiro para comprar guloseimas, privava-me delas para empregar os poucos níqueis que semanalmente recebia em comprar velas, para ler à noite, às escondidas, romances e versos. Para evitar essas vigílias o gás me era cortado, pouco depois de me recolher, em seguida ao terço, rezado em comum, ao fim do qual beijávamos respeitosamente as mãos de nossos pais, e deles recebíamos o "Deus vos abençoe", que até hoje nos acompanha com o pálio de suas graças.

Eu tinha, então, treze anos. Logo que a casa adormecia, tirava romances e vela de um esconderijo e lia até me vencer o sono. Quantas corridas ansiosas, quantas maratonas disputei com o texto dos romances para aproveitar a luz expirante da última vela! Muitas vezes, na altura de impressionante transe, a vela rematava-se, desmanchando-se em amoedada mancha branca de estrias verdes na palmatória de metal amarelo do castiçal. Devorava, então, as linhas e saltava as páginas buscando saber se o assassino desferira o golpe, se a virgem se salvara e se o bandido fora preso e executado. Certa vez pareceu-me que a vela me compreendera a ansiedade, pois reacendeu-se num fio solto do pavio e deu-me alguns lampejos fátuos que me deixaram ver a chegada sempre tardia da polícia.

Pobres velas, fostes minhas primeiras amigas, aclarastes-me os primeiros passos neste sonho que ainda não logrei realizar!

Provocastes também meu primeiro delito. Fui criado num ambiente familiar de extremo rigorismo. Meu pai foi o caráter mais austero que conheci. Sua passagem pela terra teve a limpidez da água pura que corre apenas sobre areia e cascalho. Era de severidade extrema em pontos de moral.

Ora, certa noite esgotou-se a última vela quando uma hemoptise deixara semimorta a Dama das Camélias, cuja história de amor me enternecia profundamente. Resolvi passar o resto da noite em claro à espera da prima luz da

madrugada para acompanhar-lhe a comovente agonia, ou a salvação. O sono, porém, venceu-me. Quando acordei, era tarde. Durante o dia não me era possível ler romances. Procurei vender o único bem disponível, um Terceiro Livro de Leitura desmantelado, para comprar uma vela. Nenhum alfarrabista o quis.

Chegou a noite, a hora deliciosa de viver minha segunda vida de todos ignorada.

Enquanto rezávamos o terço, aparecia-me a pobre Margarida Gautier expirante.

Lágrimas enchiam-me os olhos. Houve um momento em que quase lhe disse o nome em vez da réplica à ladainha.

Quando após a reza me ia recolhendo, vi no corredor um maço de velas em cima de um aparador. Pareceu-me ouvir da pobre apaixonada de Armando Duval:

– Apanhe uma dessas velas e venha consolar-me. Ninguém costuma contá-las.

Não sabia Margarida Gautier que estávamos de criada nova, animada, nos primeiros dias, como todos os empregados, de excessivo zelo.

Já havia subido degraus da escada, quando lhe escutei a voz:

– Falta uma vela.

Encaminhou-se em seguida, para a sala, chamando minha mãe para a verificação da denúncia.

O pavor de que meus pais descobrissem aquele gravíssimo delito deu-me agilidade e leveza para num salto repor a vela em cima da mesa e subir os degraus de mansinho.

Chegou-me, então, a exclamação de surpresa: se deu ela por vencida, pois recolhendo-se a seu quarto insinuou que alguém havia reposto a vela em seu lugar.

Ouvi passos na escada. Era minha mãe, o ser de infinita bondade com que Deus glorificara as virtudes de meu pai e nos abençoara a vida. Com o tom de carinhosa e inesquecível ternura de suas repreensões, disse-me:

– Meu filho, nunca mais faça isso.

Verguei a cabeça vexado, murmurando que a tirara para estudar uma lição difícil.

– Não deve mentir, também, meu filho.

Estendeu-me, então, uma vela e carinhosamente continuou:

– Tome-a. Não leia, porém, seus romances até muito tarde.

Quis colher-lhe a mão e pedir-lhe perdão com as lágrimas de minha alma, que, ao escrever estas linhas, me voltaram aos olhos, mas como visão beatífica ela desaparecera depois de ter dado à vocação do filho a luz de seu amor...

A vocação de José de Alencar manifestou-se também muito cedo.

Nasceu o romancista em Mecejena, onde faz nascer Iracema. As duas almas miraram-se no espelho das águas da mesma lagoa, dizeis vós, "a que veio chorar em suas margens como garça viúva" e a que lhe escreveu o romance, "forrando de felpa o uru de palha que tecera para a fiel jandaia".

Como Édipo, enfrentou Alencar a política, mas ainda aí não revelou o gênio charadístico do filho de Jocasta: não decifrou o enigma da esfinge imperial e foi por ela devorado.

Alcançou os sumos postos da política sem poder conservá-los, porque eles demandam a decapitação da personalidade a bem dos interesses partidários. E José de Alencar respondia aos poderosos com a altivez dos fortes. Quando Pedro II o aconselhou a desistir da candidatura a senador, porque ainda era muito moço, replicou-lhe:

– Então Vossa Majestade devia ter recusado a maioridade...

É talvez anedótico esse episódio, reportado por um jornalista ao Visconde de Taunay, mas as anedotas a respeito dos grandes homens são espelhos em que a popularidade lhes reflete e define o caráter.

Outra de vossas três obras premiadas por esta Academia é *Feijó ou o Demônio da Regência.* Profusa, embora, das galas de vosso estilo, ressente-se ela da carência documental com que lutaram os que vos antecederam no estudo da vida do grande paulista. A popularidade de Feijó limita-se, fora do círculo dos eruditos, a três ou quatro episódios, como o do projeto do reconhecimento da independência das Capitanias, quando São Paulo o enviou às câmaras de Lisboa, a réplica às increpações feitas às câmaras municipais paulistas na Assembléia que se reuniu após o 7 de Abril, a ordem ao Major Lima e Silva – leve tudo a ferro e a fogo – para a repressão do levante de Frias, a luta com os Andradas, a frase com que no cerco de Sorocaba, doente e quase inválido, profligou os fugitivos – correi, covardes, eu aqui fico para defender-

vos! – e, finalmente, sua resposta a Caxias quando, ao removê-lo para a prisão, lhe perguntou se queria levar alguma coisa consigo.

– De nada mais preciso. Basta-me uma esteira e um travesseiro.

Ao ex-Regente, ao guardião da ordem e da disciplina, aprisionado como cabeça de motim, bastavam, de fato, uma esteira e um travesseiro para morrer gloriosamente nas páginas de nossa História.

Soubestes, porém, preencher aquela deficiência documental com a descrição dos ambientes. No Paço de São Cristóvão, desenhais ao lado das figuras de viscondessas e marquesas, que sabiam fazer com perícia bispos, arcebispos e ministros, o das vaporosas sílfides de vestidos *dame blanche* de cinturinhas altas, que desciam dos coches no cenário verde-ouro da Quinta iluminada, como flores raras de graça humana, nas quais a realidade invadia as lindes do sonho e os penetrais da mais rica fantasia.

Nos salões fazeis desfilar austeros e imponentes vultos, o Conde de Palma, os marqueses de Itanhaém, de Maricá, de Queluz, de Paranaguá, o Visconde de Cairu, Inhambupe, o Barão de Santo Amaro, Inhomerim, o Visconde de São Leopoldo, os veadores, os reposteiros, os guarda-roupas e os estribeiros de Sua Majestade, os ministros de Estado, os diplomatas, os desembargadores e toda a aristocracia. Dançam os moços fidalgos com as damas de honor. A imperatriz, cercada de camareiras e açafatas, esconde num sorriso a resignada melancolia de sua alma traída. A luz doirada e abundante delira nos cristais e nos espelhos e ri nas lágrimas copiosas dos lustres, como se rutilante orvalho dela própria chovesse. Nas voltas e contravoltas dos cotilhões, nas mazurcas, nos minuetos ou no embalante volutear das valsas bailam loiros reflexos nos prismas das jóias num bando de asas de ouro a beijar o colo das mulheres e a florir-lhes os lábios em lânguidos sorrisos.

As horas decorrem como os minutos de um sonho, e esses minutos se contarão como vidas inteiras de saudade.

A mesma qualidade descritiva e colorista revelais em *Imagem do Rio*, obra com a qual obtivestes o primeiro prêmio num concurso de propaganda de excursionismo, revelando-vos com ele o campeão dos prêmios literários no Brasil.

Construístes nesse livro a arte com a substância objetiva, molhando o pincel nas tintas da nossa paisagem, do verde oleoso da floresta ao verde

luminoso das águas, com a inteira gama dos arco-íris, que aquela a estas conjuga em certos dias ainda úmidos dos últimos orvalhos da chuva.

Fizestes assim do volume de propaganda uma imagem de mestre colorista, podendo repetir, quando começastes a traçá-la, os versos do poeta do Vittoriale, referindo-se ao panorama:

Accordato io mi sono giá con lui
Ed ei mi matterá colori fini.[3]

Vivemos literalmente expatriados desde a educação escolar desnacionalizante – em parte entregue a colégios estrangeiros – até aos cursos universitários com livros forasteiros. Quando se nos deparam ambientes bem nossos, respiramo-los com avidez como se hauríssemos nuns dias de férias, fora do confinamento e do tumulto dos grandes centros, o ar fresco e balsâmico dos campos. Que encanto oferece, então, o ressuscitado cantar do galo pela madrugada depois de um sono não interrompido cem vezes pelas buzinas dos automóveis, anunciando-nos um dia com a Natureza, um dia de satisfação, embora provisória, de nossa tendência substancial à reintegração cósmica.

No romance *Seiva*, revelando-nos qualidades de novelista, fazei-nos viver horas encantadas na floresta amazônica. Na bacia do Amazonas encontram-se os mais ricos espólios de nosso mitismo indígena, que soubestes trabalhar com poética inspiração, pois como poeta começastes, com vosso muito transcrito soneto: "O rouxinol", e com os volumes *Inquietação*, *Dança dos Pirilampos*, *Coroa dos Humildes* e *Arte de iludir*. Daquele mitismo nos destes preciosa coleção nos *Contos e Lendas*, e a respeito deles nos elucidastes em vossos vocabulários amazônicos.

Uma das mais sugestivas daquelas lendas é a da uiara, símbolo da união da Natureza e do homem. Essa formosa moça da imaginação ribeirinha surge à flor dos rios, nas noites claras, para saciar a sede de amor humano. Coberta de algas a nudez doirada, os seios túrgidos afestoados de laços verdes, como se deles brotasse a vida vegetal, ela mal emerge da superfície líquida, a cuja flor faz boiar seu canto, que se vai elevando das águas como se suspirasse sau-

3. *La figlia di Iorio*, D'Annunzio, 2.º acto, Cena I.

dades sobre a abemolada pauta de seu dorido apelo. A voz assim infiltrada, de feitiços e empolgante de mistérios, distende-se nas praias numa rede de cairo mais fino do que o da trama das sombras das galharias desenhadas na palidez dos barrancos exangues.

Os moços enamorados acodem à beira do rio, saltam para as montarias e batem os remos curtos na água no ritmo precipitado de seus próprios corações, singrando o rio para prosseguir aquela esteira de amavios, em que se confundem os aromas selvagens da volúpia florestal e da torturada e flébil melodia dos arrulhos. Esconde-se, então, a uiara, na vizinhança das oiranas. Não tarda aproximar-se o batuque do jacumã na água espumosa. Lá vem a montaria com o moço enfeitiçado, arrastado por aquele longo e estuante apelo sexual. Entra pelos meandros do rio onde a uiara finge esquivar-se, chamejando lascívia entre os esplendores da noite tropical. Galhos e folhagens densas entrelaçam-se em arcadas festivas, das quais descem os ramos floridos das orquídeas. Vai realizar-se naquela catedral maravilhosa a núpcia da lenda e da realidade, no delírio palustre. A luz baça da lua, engastada no céu como opala em campo de safira, tem a melodia das pupilas que agonizam num transe fecundo.

A uiara continua a cantar. Fazem-lhe o contraponto vagos gemidos de cruzamentos na mataria densa.

O moço perdido de amor apressura-se, febril "da promessa de revelação e de espanto", em busca da voz que se eleva do matupá, do leito de seda verde das caatingas do igapó. Ele suspira pela carícia mortal, pelos beijos delirantes da uiara, por aquela nudez da frescura do rio e do perfume da mata, embebida de volúpia.

De repente, sacode-lhe os membros estranho tremor. Fagulham-lhe diante dos olhos chamas cegantes de esplendor. Queima-lhe as carnes a febre do palude, que é o respirar da uiara. Cai n'água o jacumã, e a corrente arrasta-o como um destroço. Abre-se no ar um clarão e sacudindo as algas para desvelar a beleza capitosa da nudez, a uiara surge à borda da canoa, colhe os lábios ao moço num beijo alucinante e carrega-o para o fundo do rio. Fecham-se sobre eles as águas, e fica a montaria a boiar tristemente no rio como o epitáfio daquele delírio, a vitória-régia da flora amazônica.

Transpassando as águas, já agora tingidas de sangue, ouve-se de novo a encantadora voz. A uiara insaciável de amor emerge, outra vez, das águas e vai emboscar-se nos capins dos brejos.

A sedução não se interrompe. Outra montaria virá e outro moço enamorado. E a Natureza vigorosa continuará a absorver o homem.

Desse símbolo formoso devemos extrair um programa de sacrifício, vendo na uiara a alma integral de nosso Brasil, chamando-nos a todos nós a seu amor. O batuque febril do jacumã n'água seria o palpitar de nossos corações no delírio sagrado. E quando essa uiara nos surgisse não das caatingas da dissimulação dos instintos egoístas, mas da inceridade de nossa inteira abnegação, brotando da terra majestosa ou esculpindo-se nas pompas de luz e de esplendor de nosso céu incomparável, e nos pedisse a vida, devíamos acudir a seu apelo com aquele mesmo delírio do moço enfeitiçado.

De não menos amor precisam as pátrias neste momento trágico da humanidade em que os povos fortes transpõem as fronteiras dos fracos, rompendo como as amazonas os arcos enfeitados com o papel dos tratados no circo em que se transformou o nobre campo do direito internacional.

Ao terminar, apraz-me reviver certo episódio. Há 27 anos era visto diariamente na Rua da Indústria, em Belém do Pará, certo menino de tenra idade, sentado num caixão e sempre embebido na leitura de um livro.

Estava ali de guarda à oficina de ferreiro do pai, que, devido à crise amazônica, se via forçado a procurar serviço a domicílio. Fora retirado do colégio por falta de recursos. Apaixonado pela leitura, pedia livros a uns e a outros, e ficava ali, na rua, a estudar sem mestre. Era um mendigo da inteligência em belo exemplo de perseverança. Não estendia a mão à esmola. Quem esmolava era o cérebro na ardente fome do saber.

Linda e empolgante vocação que se construía como a de Mussolini, também filho de ferreiro, sem orgulho, apanhando no que lhe davam os materiais dos palácios encantados de seu sonho de arte. Trouxe-lhe alguém um volume de Rui Barbosa. Que preciosíssimo presente!

O menino entrou por aquelas páginas como o moço enfeitiçado dos rios de sua terra, e tanto se absorveu na leitura que alguns ladrões entraram na oficina paterna e dela saíram carregando pesado fardo, sem que ele os visse.

Com as mãos cheias de ouro, que lhe podiam importar alguns quilos de ferro!

O pai ao regressar chamou-o a contas. O filho leu-lhe uma daquelas páginas com tal calor que lhe absorveu e encantou a atenção. Se voltassem os ladrões naquele momento, teriam levado a oficina toda...

Enternecido com a vocação do filho, disse o ferreiro:

– Vou fazê-lo voltar aos estudos ainda que deva reduzir meu próprio alimento.

Aquele ferreiro chamava-se Orico. A morte privou-o de assistir ao triunfo do ouro que modelou na forja de seu coração.

Tendes, entretanto, a felicidade de ver nesta sala vossa mãe estremecida assistir ao prêmio de todos aqueles sacrifícios, ao tomar o filho assento na mais alta corporação literária do Brasil.

O menino de Belém do Pará vem substituir, dezessete anos depois, o autor dos discursos que, então, o embeveceram. Realizastes assim, Sr. Osvaldo Orico, o que na remota época vos teria parecido alucinação do mitismo amazônico, um delírio palustre, como o da uiara. Nessa Cadeira entrais hoje de guarda a uma oficina mais rica do que a de vossa meninice, a oficina do ourives que lavrou as supremas jóias da língua pátria contemporânea.

Pôde vosso pai transformar o ferro em ouro pela alquimia da ternura. Esperamos que o filho, na oficina do mestre ourives, transforme os ouros de seu espírito em novas jóias de fino lavor e subida inspiração, para ajuntá-las à coroa de esplendores com que as letras e as artes vêm criando no vitral dos nobres e grandes feitos da inteligência a imagem da glória imortal de nossa pátria.

Discurso do
SR. VIRIATO CORREIA

e

Resposta do
SR. MÚCIO LEÃO

Sessão solene extraordinária
do dia 29 de outubro de 1938

I

DISCURSO DO SR. VIRIATO CORREIA

A ESTÉTICA DO FARDÃO

Há três anos era eu candidato à vaga que Medeiros e Albuquerque abrira nesta Casa. E uma tarde, nas vésperas do pleito, Laudelino Freire e Benjamim Costallat palestravam na redação do *Jornal do Brasil* quando entrei na sala. Os dois, imediatamente, se puseram a conversar sobre a minha candidatura. Costallat começou a fazer pilhérias com a Academia e comigo. Laudelino era voto meu; estava seguro da minha eleição.

– Está eleito! Rigorosamente eleito! – assegurou.

O romancista da *Guria* dava muxoxos de incredulidade:

– Eleito nada! Eleito com aquele tamaninho!

Laudelino escandalizou-se.

– Que tem isso? Ele fica muito bem no fardão.

– Mas o fardão fica muito mal nele! – retrucou Costallat, com a mais vasta das suas risadas.

O brilhante autor de *Loucura Sentimental,* sem querer ou talvez querendo, estava, com um simples gracejo, a definir um aspecto rigorosamente acadêmico.

Foi sempre dos cuidados das Academias velar pela estética dos fardões. Um trajo tão nobre precisa estar bem ajustado. O manequim que o veste deve

ser um primor de manequim, bem formado, bem formoso, bem lustroso e bem gentil.

E a cautela no exame do que vai ter as honras do fardão custa, às vezes, um trabalho interminável às Academias.

O trabalho que eu dei foi longo e fatigante. Bati a estas portas de cabelos pretos e só agora, com a cabeça quase toda branca, é que as portas se me abriram.

E, por isso mesmo, é mais alto o meu desvanecimento. As conquistas, tanto de mulheres como das letras, são sempre mais saborosas quanto mais difíceis.

A luta que travei para transpor estes umbrais ilustres, a constância nessa luta, a pugnacidade na constância, a serenidade nos insucessos são as provas claras e profundas da profunda e clara estima que voto a esta Casa.

E é com certa volúpia que hoje, no fastígio dos louros, eu recordo os dias procelosos das cinco investidas que fiz para me sentar entre vós, numa destas cobiçadas cadeiras azuis.

Foi o mais longo e o mais penoso trabalho de minha vida. Tão longo que vem desde os meus tempos de rapaz.

É desde os meus tempos de rapaz que eu sonho viver *sous la Coupole*.

O NAMORADO DA ACADEMIA

Posso até gabar-me de ser o mais velho namorado da Academia. Porque, o que eu tive, senhores, através de tantos e tantos anos pela ilustre Companhia, outra coisa não foi senão um verdadeiro namoro.

Foi Briand, o célebre político francês, quem afirmou: aos vinte anos somos incendiários, aos quarenta – bombeiros.

No Brasil, a gana maior dos moços é contra a Academia. Pois mesmo na flama da minha juventude, quando eu andava de facho aceso incendiando céus e terras, mesmo naquela fase, nunca, senhores acadêmicos, pretendi torrá-los numa fogueira. A fascinação da imortalidade era em mim mais forte que os meus frenesis de petroleiro.

Meu namoro com a Academia era de tal maneira escandaloso que se tornou até um dos pratos mais ricos da zombaria nacional. De norte a sul do

País o humorismo jornalístico punha-o de quando em quando à mesa, para o agrado dos leitores.

Diziam-se de mim coisas bem ridículas. Certo humorista, aludindo aos constantes insucessos das minhas eleições acadêmicas, chamou-me Romeu sem escada, Romeu que não conseguia chegar aos braços de Julieta por não ter degraus de seda para subir ao balcão do amor.

Um outro chamou-me "tia" da Academia. "Tia" na acepção de solteirona.

Realmente não foi senão de solteirona o papel que representei com o meu namoro.

Na janela do sonho, mais de dois lustros me debrucei à espera do noivado da imortalidade. Diante dos meus olhos passaram cortejos nupciais, carruagens engrinaldadas, de noivos felizes. Aos meus ouvidos chegaram muitas e muitas vezes rumores de festas esponsalícias que se faziam nesta sala.

E eu ficava de cabeça zonza, olho comprido, água na boca, palpitando, suspirando, desejando...

De onde em onde, queimado pela febre da esperança, eu fazia um penteado novo (um novo livro, que atirava ao público), punha pó no rosto e carmim no lábio. Mas o noivado não vinha.

Iam-se casando as minhas irmãs, iam-se casando as minhas vizinhas. E, para mim, em vez de noivo, eram os cabelos brancos que chegavam. E eu palpitando, desejando, suspirando, água na boca, olho comprido...

Eram tão conhecidas as minhas inclinações pela Academia, que muita gente já me imaginava aqui de dentro. Em começo de 1930 tive a surpresa de receber um emissário de Guilherme de Almeida. O grande poeta de *Simplicidade*, candidato à vaga de Amadeu Amaral, mandava-me pedir o voto.

O amor de quem muito espera é um amor de altas calorias, que se refinou à prova de fogo. É esse amor a única virtude que trago para a ilustre Companhia.

AS SINGULARIDADES DA ACADEMIA

Li, há muito tempo, uma velha comédia que não mais se apagou da minha memória. Era uma mulher com a ânsia incontida do casamento. Amou

um vizinho e o vizinho morreu. Amou um parente e o parente se casou com outra mulher. Amou mais dois homens, mais quatro, mais cinco. Todos lhe fugiram das mãos. Um dia, inesperadamente, por uma sucessão de equívocos, viu-se, sem o mais pequenino amor, casada com um homem desconhecido. E, minutos depois do enlace, ela, encarando a sua situação, pergunta a si própria: Que é que eu vou fazer deste homem?

Na manhã de 15 de julho, a manhã seguinte à do dia da minha eleição, refletindo sobre o capricho do destino que me acabava de eleger para uma Cadeira afastada de minhas cogitações, perguntei gravemente a mim mesmo: Que é que vou fazer de Ramiz Galvão?

Eu não conhecia meu antecessor. Conhecia-o, apenas, de pouquíssimos encontros e de pouquíssimas palavras.

Por uma dessas fatalidades curiosíssimas do coração, nós todos que concorremos à Academia disputamos, com ardor, a Cadeira dos amigos, do mais dileto amigo do nosso peito. Olegário Mariano lutou repetidamente para sentar-se na Poltrona de Mário de Alencar, uma das suas maiores afeições no mundo. Pereira da Silva substituiu Luís Carlos, seu irmão espiritual. Múcio Leão, queridíssimo de João Ribeiro, bateu-se nobremente para lhe suceder. Oliveira Viana, da afetividade de Alberto de Oliveira, é seu substituto na Cadeira 8. Na Cadeira de Paulo Setúbal quem está é Cassiano Ricardo, amigo querido do autor do *Confiteor*. Debalde tudo fiz para suceder a Medeiros e Albuquerque, meu maior amigo. Ao amigo que morreu, a mais culminante homenagem que se lhe pode fazer é a homenagem do elogio nesta atmosfera de imortalidade.

Não me despertava interesse algum o homem a quem eu sucedia. Não o estimava com o coração nem tão-pouco com o espírito. Não lhe conhecia o espírito, nem também o coração. Para dizer verdade, nunca lhe havia lido uma linha sequer. O que dele sabia era muito pouco: que pertencia à Academia de Letras e ao Instituto Histórico e que havia sido preceptor dos príncipes. Nada mais. E foi com bocejos de indiferença e de preguiça que lhe comecei a estudar a figura. E hoje não sei exprimir a encantada surpresa com que ela, pouco a pouco, se me foi avultando aos olhos, alta, ereta, senhoril e luminosa.

O interesse pelo vulto de Ramiz surgiu-me à proporção que eu me integrava nas particularidades que envolvem a Cadeira em que ele se sentou.

A Cadeira 32 é uma das mais curiosas desta Casa. É a cadeira de longevos. O patrono é Araújo Porto-Alegre que só se resolveu a sair do mundo depois de completar 73 anos. O fundador é Carlos de Laet que, somente aos oitenta, arrumou a bagagem para a transmigração do além. O segundo ocupante foi Ramiz Galvão, que só se decidiu a sair deste planeta depois de completar 92. O atual detentor sou eu, que não tenho vontade nenhuma de me despachar tão cedo. E, se nada ocorrer para perturbar a gradação crescente da longevidade que se vem verificando de ocupante para ocupante, nem aos cem anos me aproximarei do *guichê* da morte para comprar a passagem para outro mundo.

PORTO-ALEGRE E CARLOS DE LAET

A trindade componente da Cadeira que a sorte me entregou é realmente interessante. São três figuras de coloridos dessemelhantes, entrechocando-se pela diversidade dos feitios. Porto-Alegre é a inquietação com as variedades dos pendores artísticos; Laet, com a ironia, é a gota de veneno; Ramiz Galvão é o equilíbrio produzido pela erudição e pela operosidade.

Cada um deles é um vulto sedutor. Para cada um deles o destino armou um cenário próprio, traçou um papel diferente no espetáculo espiritual do País. E, caso curioso, os três pobres, os três, cultos, os três, professores.

Porto-Alegre devia ter sido o menos feliz dos três. Deram-lhe os maus fados o dom de ser pioneiro de idéias artísticas, mas não se lembraram de que o mandavam ao mundo numa época remota em que coisas de arte, no Brasil, apenas começavam os primeiros balbucios.

E a vida que ele vive é a luta cruel do pão, flagelado pela fome da beleza artística, insatisfeito, angustiado, ora de pincel na mão, transformado em pintor, ora arquiteto, cronista, jornalista, músico, teatrólogo, sendo tudo ao mesmo tempo, e não podendo, por ser tudo, alcançar em nada a perfeição.

Talvez ninguém, no Brasil, tivesse tido tão vivas predisposições para vanguardeiro. Não fez senão caminhadas para o futuro. Ângelo Guido achou-lhe o traço fundamental: "Foi, acima de tudo, um espírito que teve a percepção dos novos rumos que deveria seguir a mentalidade nacional."

Na Literatura pertenceu à falange que libertou as Letras pátrias das Letras européias. Os primeiros carinhos literários pelo índio, pelo negro e pelo folclore vieram de sua pena.

Na Pintura clamou pela execução dos panoramas brasílicos, condenando a imitação das telas da Europa. Primeiro que qualquer outro, exigiu que no Brasil houvesse pintores em vez de copistas.

No Teatro, ao mesmo tempo que Martins Pena e talvez um pouco antes, fundou a comédia nacional, levando para a ribalta as facetas graves e as facetas cômicas dos nossos costumes.

Para triunfar em qualquer arte, é preciso ter o diabo no corpo. (A frase, se não me engano, é de Voltaire.)

A despeito do ardor religioso, daquele catolicismo badalante e até mesmo agressivo que conservou até morrer, Laet teve, como ninguém neste País, um gosto e um jeito infinitos para ser estalajadeiro do diabo. No bico de sua pena viviam regaladamente não só as entidades gaiatas como as divindades infernais: os Ariéis, os Arlequins, os sacis-pererês, os Malasartes, os Mefistófeles e os Belzebus.

Não se registra nas Letras nacionais escritor mais malicioso. Ao mesmo tempo, porém, não se encontra em páginas brasileiras deleite maior que o fino deleite do seu estilo e do seu humorismo – estilo harmonioso, translúcido, volátil, ático na simplicidade e clássico na limpeza vernácula –, humorismo de juvenilidade de estudantina, de vestimenta fidalga e de assobios de Gavroche, que pula aqui, catuca ali, piparoteia acolá; humorismo que belisca, que morde, que alfineta, que ferroa, que cintila, que esfuzia.

A FIGURA DE RAMIZ GALVÃO

Ramiz Galvão é figura inteiramente diversa de qualquer dos dois. Nele os contrastes e as singularidades saltam a todo instante.

Foi preceptor de príncipes e preceptor de meninos desvalidos.

Começou a existência por adiantamento, terminou-a com atraso: foi precocidade incrível de inteligência, tardo, muito tardo no morrer.

Para quem lhe começa a estudar a vida é realmente a precocidade o primeiro espanto. Aos dezenove anos publica o primeiro livro – *O Púlpito no*

Brasil. Aos dezenove anos não somos nada – apenas começamos a aprender. Ele está de mentalidade inteiramente formada. Naquela idade verde dá o máximo: *O Púlpito no Brasil* é a sua maior obra.

Nunca se viu ninguém completar tão cedo uma formação mental. E tão acabada é essa formação que aos trinta anos, aos quarenta, aos cinqüenta, aos setenta, aos oitenta, aos 92, quando morreu, Ramiz Galvão é exatamente a mesma criatura dos dezenove.

O homem ilustre não deve viver longamente, já se tem dito isso muitas vezes. Pois, apesar de ter sido repetido, é verdadeiro. Até a morte tem a sua oportunidade. Até a morte deve escolher o momento em que não se torne visita incômoda.

Até a morte não se deve fazer esperada, até ela não deve passar da hora marcada pelo dono da casa.

Não sei se os homens ilustres estão de acordo em morrer cedo; sei, porém, que depois de concluída a obra, eles não devem ficar na vida.

Mas os homens, no mundo, nem sempre morrem quando querem, porque nem sempre têm tempo para morrer.

A crônica dos Jesuítas narra aquele curioso episódio do padre Salvador Rodrigues que, alquebrado, velho, doentíssimo, não morria porque os serviços eram tantos que o padre Manuel da Nóbrega não lhe dava licença para despedir-se da vida.

Poucos homens no Brasil tiveram a operosidade de Ramiz Galvão. Trabalhou desde menino até minutos antes de fechar para sempre os olhos.

A morte gosta de encontrar a gente com as malas prontas para a grande viagem. O trabalho não deixava Ramiz Galvão preparar as malas. Trabalhou tanto que lhe foi difícil arranjar uma oportunidade para morrer.

E esse homem que tanto viveu e tanto trabalhou não pôde realizar obra de vulto. O que ele escreveu no campo estritamente literário é quase nada.

Não teve tempo de fazer obra grande e grande obra. Energia intelectual, cultura, entusiasmo, colocou-os sempre ao serviço de obras subterrâneas, das tais que tudo levam de nós, as forças, a paciência, a erudição, e nem sequer nos deixam o nome. Os grandes labores, dedicou-os ao Instituto Histórico e à Biblioteca Nacional. São obras de alicerce e o alicerce, com toda a sua solidez, teve sempre a triste sorte da agulha do apólogo de Machado de

Assis, que tanto trabalha e tanto se fatiga para que faça figura a linha que nada fez.

Esse homem que viveu tão longos anos e não descansou um dia ao menos, morreu sem ter um teto próprio. As posições, muitas delas fascinadoras e deslumbrantes, disputaram-lhe a operosidade. Professor de estabelecimentos secundário e superior, diretor de biblioteca, duas vezes diretor da instrução pública, aio de príncipes, o único dinheiro que conseguiu juntar, durante 92 anos de existência, foram dez contos de réis. Dividamos isso pelo número de anos que viveu, e teremos a pequenice de 108 mil e tantos réis por ano.

O QUE ELE VIU NA VIDA

Em derredor do vulto de Ramiz Galvão tudo é curiosidade. Só o que ele viu, através de quase um século, é um cosmorama deslumbrante. Quando nasceu, o mundo era escuro, bolorento, desinteressante. Assistiu à elaboração vertiginosa de todo o progresso moderno. Viu, surpreendido, as mais distantes vozes aproximarem-se pelos fios do telefone. Viu o motor de explosão resolver os primeiros impossíveis. Viu as primeiras lâmpadas elétricas darem claridade solar às casas e às cidades cobertas de sombra. Viu o Raio X iniciar o desvendamento de mistérios. Viu os ensaios da radiotelegrafia para aproximar os continentes.

Acompanhou tudo o que a humanidade, nestes cem anos maravilhosos, fez de humano e de sinistro, de salutar e de letífero. Assistiu à criação da antissepsia, ao nascimento das descobertas de Pasteur, da transfusão do sangue, do combate ao estegomia, como assistiu ao surgimento da metralhadora, do submarino, dos cruzadores, dos gases asfixiantes, do tanque e do torpedo automático.

Todas as audácias que o engenho humano desvendou, desde a segunda metade do século XIX, são contemporâneas ou da sua meninice, ou da sua mocidade, ou da sua madureza, ou da sua senectude.

Testemunhou o aparecimento do gramofone, da máquina de escrever, da máquina de calcular, da liquefação do ar, do hidrogênio e do oxigênio, do cimento armado, do arranha-céu e da geladeira elétrica.

Pelos olhos de nenhum outro dos nossos escritores passou tanta convulsão política, tanta metamorfose social, tanta inovação artística.

Ouviu, em 1870, o troar dos canhões em Sedan; em 1914 presenciou, com a Grande Guerra, a maior das hecatombes do Universo. Abre os olhos com o sufrágio universal na França e fecha-os com o totalitarismo de Stalin, de Hitler e de Mussolini. Assusta-se ante a carnificina da Guerra de Secessão e testemunha deslumbradamente os fulgores pacíficos do nosso 13 de Maio. Viu nascer o Parnasianismo de Lecomte de Lisle, de Coppée, de Bilac, de Alberto e de Raimundo, como testemunhou a aurora e o crepúsculo do Simbolismo de Verlaine, de Mallarmé e de Cruz e Sousa. Começou a fazer versos no apogeu do Romantismo e emudeceu a lira em plena extravagância dos futuristas.

Acompanhou a rotação universal da democracia. Era menino quando ela se alou, ascendeu e chegou ao pino; era velho quando ela ruiu e se esboroou ao rodopio das procelas extremistas.

No Brasil viu tudo. Testemunhou, uma por uma, as transformações profundas do País. Conheceu o Rio de Janeiro iluminado a azeite, iluminado a gás e delirantemente iluminado a luz elétrica. Andou no desconforto das gôndolas, aos balanços e aos tombos pelas vielas calçadas a pedra bruta até mil oitocentos e sessenta e tantos, e andou depois nas almofadas das limusines modernas, deslizando regaladamente pelas ruas asfaltadas.

Conheceu o Campo de Santana ainda lavadouro público. Tirou do bolso moedas de vintém para colocar na bandeja do "irmão das almas", acompanhou *nosso pai* às casas dos agonizantes.

Em pleno calor de janeiro, vestiu camisa de colarinho duro, sobrecasaca e cartola pretas.

Fez, com certeza, acrósticos, que era moda fazê-los antigamente. Recitou nas salas ao som da *Dalila*, tocada ao piano. Decerto tomou rapé, porque todo mundo o tomava entre a gente de qualidade do seu tempo.

Sentou-se junto às caixas de música para saborear trechos de óperas velhíssimas. Sentou-se depois em frente aos rádios de ondas curtas para ouvir as regiões mais distantes do planeta.

A meninice e a adolescência decorreram-lhe na época em que o supremo requinte era assistir ao fogo de vista nas festas das igrejas. Nos seus últi-

mos anos contemplou, nas salas elegantes dos cinemas, as fitas faladas e cantadas de Greta Garbo, Robert Taylor, Jeanette MacDonald, Nelson Edy.

É do tempo em que os homens, nos lazeres de casa, vestiam chambre em vez de pijama. É da quadra pachorrenta em que as criaturas quando tinham pressa tomavam tílburis. Quando se entendeu, os transatlânticos, que se gabavam de magníficos e de velozes, eram de rodas, tinham oitocentas toneladas e gastavam 35 a quarenta dias da Europa ao Rio.

Gostador incorrigível de teatro ouviu a velhada toda: o remoto João Caetano, o Vasques, a Cinira, o Dias Braga, a Apolônia, a Delorme, a Pepa, a Lucinda e teve ainda vida para ouvir o Fróes, a Araci Cortes, o Procópio, a Dulcina.

E a tudo isso, senhores, ele assistiu com aquele ar de circunspeção que fora o seu traço marcante, ou melhor, o traço marcante dos homens de seu tempo. Outrora os homens eram graves e circunspetos. E não sabiam senão ser circunspetos e graves. Não riam, não sabiam rir.

Ramiz Galvão era bem um índice da sua época. Sereno, prudente, recatado e de boas maneiras, nunca se dispôs a encarar o lado risonho da vida, porque, por educação e por pendores, só se acostumara a ver da vida o lado sério.

Corri, há pouco, à casa dos seus parentes próximos, para colher uma anedota qualquer que aqui pudesse revelar uma feição xistosa do seu feitio.

Não havia. Ramiz Galvão não tinha uma anedota.

Ninguém, na sua família, sabia de um gracejo, de um epigrama, de uma sátira, de uma pilhéria que lhe tivessem saído da boca durante quase um século de existência. Foi sempre aquele mesmo homem discreto, reservado, medido e comedido.

A CARTA QUE MEDEIROS E ALBUQUERQUE ESCREVEU À ACADEMIA

E só agora, depois que lhe entrei na intimidade, é que compreendo e explico um episódio que se passou entre nós dois, meses após a morte de Medeiros e Albuquerque.

Eu fui criança no Maranhão; rapaz na Faculdade do Recife; em casa de Medeiros e Albuquerque me fiz homem.

Medeiros foi o mais doce, o mais carinhoso, o maior dos meus amigos. Preocupava-o meu destino como o destino de um filho.

O seu grande desejo, desejo que ele não escondia de ninguém, era ver-me aqui na Academia, sentado entre vós. No começo sonhava receber-me com um discurso ardente. Mais tarde, à proporção que a morte se lhe aproximava, meteu-se-lhe em cabeça que a sua Cadeira devia passar às minhas mãos.

Ninguém, como Medeiros e Albuquerque, teve uma alma tão festiva e tão transbordante. Aos seus olhos a vida era uma paisagem de sol, com brisas frescas agitando galhos, céu azul, rendas de nuvens, águas correntes e pássaros cantando. Mas, nessa paisagem, que poderia servir para uma estrofe lírica ou para uma página romântica, ele, nos galhos das árvores, soltava de propósito toda uma tribo de sagüis, micos e caxinguelês para alegrá-la.

A vida para ele era uma brincadeira. Aquele eterno bom humor, aquela predisposição eterna para pilheriar com os assuntos graves, o estilo irrequieto, e curiosidade perfurante e insatisfeita, eram, com certeza, a farândula de símios que lhe saltavam no temperamento.

Tudo que fez teve um traço vivo de originalidade, mas de uma originalidade vestida de travessura.

Para conseguir a minha eleição, Medeiros imaginou uma carta póstuma à Academia. Na carta ele fazia esta coisa singularíssima: advogava o direito de votar depois de morto. Pedia que a Academia discutisse esse direito em plenário. Se o direito lhe fosse reconhecido, que se aproveitassem os votos que enviava num envelope fechado. Mas, se os acadêmicos decidissem pela recusa, pedia que o envelope fosse aberto e lido em voz alta o nome que ele encerrava. O nome que ele encerrava (sabiam os íntimos) era o meu.

A carta era uma espécie de cavalo de Tróia deixada à porta da Academia. No seu bojo, para apanhar desprevenidos os acadêmicos, havia a astúcia e o ardil de moldes ulissianos.

Medeiros era ateu. Sabia que, mesmo para as almas forradas de materialidade, o sobrenatural tem imenso prestígio. Uma voz ressoando nas paragens eternas abala sempre os espíritos destas paragens terrenas. Ele imaginava que vós, senhores acadêmicos, tivésseis medo de alma do outro mundo. E imaginou que seu pedido, vindo do fundo da sepultura, seria um pedido para abalar consciências.

Há quatro anos, quando Medeiros morreu, o presidente da Academia era Ramiz Galvão. Na mesma noite da morte, Cláudio de Sousa, como enviado da família do morto, foi à casa de Ramiz levar-lhe a carta. Ele recebeu-a sem um comentário, sem uma palavra.

Passaram-se os meses e a carta não foi trazida ao conhecimento da Academia como rogara o signatário.

A família de Medeiros inquieta-se e corre à casa de Ramiz para pedir que seja lido em sessão acadêmica o documento póstumo.

Um desastre, um grande desastre. A leitura não pôde ser feita.

Ramiz havia rasgado a carta.

No momento tive o mais pungente dos desesperos. Aquilo era para mim o elemento decisivo da minha eleição. E eu o perdia.

Hoje compreendo, explico tudo.

É preciso remontar à época de austeridade em que Ramiz Galvão formou o seu espírito. Para ele a carta de Medeiros e Albuquerque era uma pilhéria. Defunto não pode votar. A carta, portanto, não valia nada.

Qualquer homem do século XX, com o espírito arejado pela mentalidade moderna do século, veria no episódio uma curiosidade fascinadora para ser incorporada à história da Academia.

Ele não podia ver. Era um homem do século passado, era um homem do seu tempo, e, no seu tempo, só se via a face grave da vida. Para o seu espírito, a Academia era uma entidade augusta, imponente, venerável que não comportava brincadeiras.

O PUPILO DA NATUREZA

A Natureza, meus senhores, tem os seus pupilos. Ao formá-los, forma-os pelos moldes mais perfeitos e com as mais peregrinas substâncias.

A Ramiz Galvão ela não se satisfez em dar-lhe as tendências da sabedoria. Cuidou-lhe também do físico. Fê-lo aquela maravilhosa máquina que resistiu quase um século, funcionando imperturbavelmente e que, só nas vizinhanças da morte, necessitou de conserto. Morreu aprumado, alinhado, sólido e limpo. Chegou aos 92 anos sem reumatismo, sem dentadura postiça, sem

barriga e sem careca. A Criação deu-lhe tudo: inteligência, atmosfera para desenvolvê-la, maneiras delicadas, porte fidalgo, estatura.

Estatura, senhores! Dos homens exige-se estatura como dos cartazes se exigem cores gritantes. É preciso ser grande, ter vulto, encher os olhos! Ninguém crê nas coisas pequeninas; as coisas pequeninas ninguém leva a sério. Em regatos não cabem transatlânticos. A gota não tem prestígio nem mesmo quando é de veneno. O pinguinho d'água nada pode valer desde que existe a vastidão do mar. A homeopatia, que poderia ser a terapêutica universal, vive por aí negada apenas porque é aplicada em gotinhas.

Triste de quem é pequenino neste vale de lágrimas! Tudo lhe dá para trás. Quando não é uma coisa é outra. Se ele fica bem no fardão, o fardão fica muito mal nele!

A Natureza velou pela figura de Ramiz Galvão até em lhe escolher a oportunidade para o colocar no planeta.

A felicidade não é nascer Príncipe de Gales; a felicidade é ser hábil na escolha de uma grande época para nascer.

Platão rendia graças a Deus por ter nascido grego, e não bárbaro; livre, e não escravo; homem, e não mulher; e, acima de tudo, por ter sido contemporâneo de Sócrates.

No Brasil, quem abriu os olhos no reinado de Pedro II teve a ventura de ser contemporâneo de uma grande época. O Segundo Reinado é o período máximo da História nacional.

O domínio de Pedro I é amargo. A Regência tem cunho de tragédia. O governo de Pedro II é a tranqüilidade, a preparação da ordem, o remanso, o equilíbrio, como lhe chamou Euclides da Cunha.

O Primeiro Reinado é a luta da independência que, de fato, só se conclui com o 7 de Abril. A Regência é o caldeamento da nacionalidade, sanguinolento como todos os caldeamentos de povos. O Segundo Reinado não é apenas a organização da vida nacional, é também sua floração radiosa.

O SEGUNDO REINADO

Há quem afirme por aí que o cetro de Pedro II caiu por inércia. É possível que, de inércia, tenham morrido as instituições monárquicas. A Monar-

quia, de fato, cuidou muito pouco de si própria. Mas cuidou profundamente do País.

Quase tudo que temos de grande, de belo e de sólido é obra imperial.

É no Segundo Reinado que se lançam os fundamentos de tudo que uma nação constrói de eterno para a eternidade de sua existência.

É no Segundo Reinado que se forja o nosso aparelhamento econômico, que a sociedade brasileira se organiza, que começamos, de fato, a ter vida intelectual, que, de fato, a indústria viceja, que, de fato, o comércio se expande e que a Arte alça as asas. A imprensa firma-se em sólidos alicerces; o Teatro com Porto-Alegre, Martins Pena, Alencar e França Júnior adquire coloração nacional; organiza-se a rede ferroviária; estabelecem-se as redes fluviais e marítimas; estende-se a teia telegráfica. Cria-se a riqueza agrícola, a riqueza pecuária, até mesmo a riqueza moral aos olhos atentos desse monarca de alta dignidade e de alto pundonor que foi Pedro II.

Em 1846, quando Ramiz Galvão nasceu, o Brasil independente contava a idade de 24 anos. Estava em plena juventude. E, queimado pelos fogos da mocidade, caminhava enamoradamente para a conquista de um lugar ao sol. Já se havia restaurado das feridas cruentas do período regencial e, cheio de sangue novo e de vontade nova, marchava de peito aberto e cabeça erguida, como os moços marchavam pela estrada do sonho.

E em tudo, dia a dia, ia-se produzindo a transformação. O Rio deixava de ser aquela aldeia grande do tempo da transmigração da Corte, do tempo de Pedro I e mesmo da Regência. As carruagens substituíam as cadeirinhas. Os defuntos passavam a ser enterrados nos cemitérios e não nas igrejas como antigamente. As senhoras já vinham à rua fazer compras, rompendo contra o costume do enclausuramento que até então se usava. A municipalidade já mandava varrer e até irrigar as ruas. A água encanada já ia jorrando na maioria das casas. Mauá substituía os candeeiros de azeite pelos lampiões de gás. Os paralelepípedos já apareciam calçando as ruas. As máquinas de costura davam início à invasão dos lares.

Quando Ramiz Galvão, em 1852, vem para o Rio estudar primeiras letras, o Brasil está cheio de coisas novas.

Já existe vida social, elegância, gosto pela Arte. Há também preocupação de imitar o que a Europa tem de fino e de galante.

Agora já não são as festas religiosas as únicas festas do Rio. Os salões aristocráticos que dão recepções à moda européia contam-se às dúzias. Há o do Marquês de Abrantes, cheio da beleza e da graça de D. Maria Carolina, a jovem e bela marquesa. Há o do Barão de Itamarati, o da Condessa de Sarapuí, o do Visconde de Sepetiba, do Rocha Viana, do Barão de Meriti, tão fulgurante que José de Alencar o registra numa comédia. Dança-se em toda a parte. Já não é mais crime namorar. Até o Imperador Pedro II, ainda na deliciosa mocidade da casa dos vinte, paga o seu tributo a Cupido: namora a Mariquinhas Guedes, namora a Navarro, e o seu pecadilho que, em outros tempos, provocaria a zoada que provocaram os amores de Pedro I e da Marquesa de Santos, é visto agora com certa complacência pela sociedade modernizada.

A cidade enche-se de pianos. Quatro teatros funcionam regularmente. João Caetano está na culminação da sua arte. Pagam-se 50$000 por um camarote de segunda ordem para ouvir Talberg.

E na escola pública Custódio Mafra e depois no Externato da Sociedade Amantes da Instrução, e mais tarde no Colégio Pedro II e na Faculdade de Medicina, Ramiz assiste à ascensão do Brasil.

Estira-se a primeira linha telegráfica. Inaugura-se a primeira estrada de ferro. Trilhos galgam a Serra do Mar, galgam o planalto, para galgar São Paulo. Os homens de fortuna constroem palácios.

Todo o ar do Brasil está tocado pela vibração evolutiva. A Imprensa, sem o descabelamento plebeu do Primeiro Império e da Regência, ascende para os temas elevados. A Arte deixa de ser decalque, para reproduzir a alma nacional. A província do Rio de Janeiro chega ao fastígio da riqueza. Progride São Paulo, progride a Bahia, progride Pernambuco. O Maranhão enche o País com o seu imenso clarão mental. É Gonçalves Dias, é João Lisboa, é Gomes de Souza, é Sotero dos Reis, Cândido Mendes, Franco de Sá, César Marques, Henriques Leal, toda uma constelação de homens gloriosos, surgidos numa só quadra como se a velha província nortista quisesse reproduzir ao vivo a fulgência da Atenas de Péricles.

No País inteiro a inteligência irradia e floresce. Ressoa o estro de Álvares de Azevedo, de Casimiro de Abreu, de Castro Alves. O indianismo de Gonçalves Dias e de Alencar já surgiu dominadoramente. Macedo já escreveu

A Moreninha. Bernardo Guimarães já publicou os seus primeiros romances. Varnhagen já revelou as suas inclinações históricas. O gênio musical de Carlos Gomes está raiando com uma rutilação que deslumbra e espanta.

A QUADRA DE 70

Os deuses protetores não se descuidam um só instante de Ramiz Galvão. Não é unicamente na moldura do berço que eles empregam os seus melhores cuidados. Agora os seus cuidados são para a moldura da época em que o pupilo vai viver.

Em 1868 Ramiz conclui o curso de Medicina. Em 70 está em plena operosidade, ganhando o pão para viver.

O brasileiro que, em 70, se fez homem, recebeu dos deuses uma grande fortuna.

É a quadra de ouro do passado nacional. A Guerra do Paraguai havia terminado. O País, como que sentindo a necessidade de tonificar-se do sacrifício de seis anos de sangue, atirava os órgãos na vontade consciente de rejuvenescer.

E da transformação que se opera nas forças vitais da nacionalidade não há exemplo em nenhuma outra fase da História pátria. Parece que a varinha de condão de alguma fada está tocando a alma brasileira. Seivas novas correm no sangue nacional.

É o período das aspirações audaciosas, da vertigem das realizações. Executa-se a reorganização judiciária, a reforma do Código do Processo, do Código Comercial, do Penal e trata-se da reforma do Civil. Questões fascinadoras como a liberdade de cultos e de consciência, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, surgem à discussão. Criam-se organizações científicas, escolas agrícolas, bancos, sociedades de crédito. A cultura do algodão, da cana-de-açúcar, do fumo, do café, do mate e da borracha adquire um impulso que até então não tivera.

Há um frêmito novo no ar. As tropas que voltam do Paraguai voltam vibrantes de patriotismo, já trazendo nas fardas o germe da República que se vai proclamar em 89. Saldanha Marinho lança o Manifesto Republicano. São

Paulo alcança a hegemonia econômica do País. Carlos Gomes, na Itália, lança *O Guarani* à admiração do mundo.

De norte a sul a mesma febre de renovação. No campo os bangüês ronceiros são substituídos pelas usinas. Vitórias, aranhas, carros de luxo rodam nas ruas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Recife e do Salvador.

No Rio, as damas de alto coturno passam a vestir-se de Paris. Os homens de cultura dão-se ao luxo de ler a *Revista dos Dois Mundos*. Os salões do Cassino Fluminense, do Campestre, do Cassino da Floresta têm um requinte de elegância que não se conhecia outrora. Inaugura-se o Teatro Lírico. Os clubes carnavalescos arrebatam a cidade com a *féerie* dos carros alegóricos. Glaziou transforma o pantanal do Campo de Santana no parque frondejante que ainda hoje nos encanta os olhos. As celebridades estrangeiras do Teatro vencem o pavor da febre amarela e se arriscam à longa viagem, correndo ao encontro do nosso público.

Adquirindo o impulso inicial, o dínamo evolutivo do País dia a dia se vai acelerando. Em 74 inaugura-se o telégrafo submarino ligando Pernambuco à Europa, e toda a costa brasileira pode falar com o outro lado do Atlântico, porque está ligada a Pernambuco. No mesmo ano quase todas as capitais da província têm iluminação a gás, bondes, água, limpeza pública e ruas calçadas. Em 75 há, em tráfego, 22 estradas de ferro, com perto de 1.660 quilômetros de extensão. Em construção 1.300 quilômetros. E estão em estudos nada menos de 6.000 quilômetros de trilhos. Linhas regulares de paquetes existem 22, e quase todas nacionais.

Em 76 os fios telegráficos têm mais de 6.200 quilômetros de comprimento.

E ao lado disso o florescimento intelectual. Machado de Assis está atingindo ao meio-dia esplendente da sua arte. Taunay publica *A Retirada da Laguna* e *Inocência*. Vítor Meireles pincela os seus primeiros quadros. As peças de Macedo dominam os palcos. Rui Barbosa, na mais verde mocidade, vai revelando os seus primeiros clarões. No Recife, Tobias Barreto produz uma revolução de pensamentos: com o sopro novo da cultura germânica espana o bolor da velha Faculdade, demolindo o direito natural e abatendo as muralhas carcomidas da metafísica jurídica.

A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

O panorama era encantador. O País parecia estar na plenitude de suas galas físicas, morais e intelectuais.

Mas não era verdade. Todo o viço mental daquela grande época não tinha solidez. Era tudo à flor da pele. O que havia de real era isto: o País não sabia ler. Cultura, qualquer que ela fosse, existia; mas existia apenas numa pequena elite. O povo era analfabeto.

É nessa nossa atmosfera singular que Ramiz Galvão, apenas saído dos bancos acadêmicos, vai desempenhar o seu alto papel. Ia ser aquilo de que mais a nação necessitava – o professor.

A história da instrução pública, no Brasil, é todo um esforço ansioso, não em procura de quem queira aprender, mas em procura de quem saiba ensinar.

Quando, após o grito do Ipiranga, recebemos o País das mãos da metrópole, estava ele ainda na idade lítica da alfabetização. Não culpemos Portugal por isso: ele também não tinha instrução popular.

Desde o alvorecer da nacionalidade que houve sempre em nós tendências incontidas para a ostentação. A mania dos doutores tem a idade do País. E devia ter sido por influência dessa mania que iniciamos às avessas a nossa organização educativa. Em vez de começarmos pondo a cartilha nas mãos das crianças, começamos querendo universidades e instituindo academias.

E o esquema que se nos apresenta aos olhos é de surpreendente curiosidade pela gradação inversa: o Primeiro Reinado deu-nos o ensino superior; o Segundo Reinado o ensino secundário; o ensino primário só a República conseguiu realizar.

A história da instrução pública no Brasil é, mais do que tudo, a caça ao professor.

E ela nos desvenda ainda uma outra singularidade interessantíssima: foi-nos mais fácil o mais difícil.

Quando, em 1827, começamos a instrução superior instituindo os cursos jurídicos, não houve dificuldade em formar o professorado. Quem no-lo fornecia era Coimbra e até mais do que necessitávamos. O País estava cheio de brasileiros formados na velha universidade portuguesa.

Mas, ao chegar o momento de organizar o ensino secundário, surgiram os embaraços. Não se podia formar o corpo docente por falta de criaturas idôneas para o compor. Dificuldade maior ainda se esboçou quando pretendemos a organização do curso das primeiras letras.

E a luta que se desenha no Primeiro e no Segundo Reinado para formar a cultura do País é áspera e duradoura. E pode dizer-se, desorientada.

Ora se voltam os olhos para os moldes lancastrianos, como foram tentados durante mais de cinco lustros; ora se procura estimular a profissão do professor, como pretendeu fazer o projeto de lei de 1827; ora desastradamente se entrega às províncias o encargo de instruir o povo; ora se faz, para só ficar no papel, a bela reforma de 1854.

Mas nada se consegue. Faltava o elemento fundamental – o homem que soubesse ensinar, e para fabricar professores até hoje não se inventou nenhuma outra máquina além do estudo, o tempo, a vocação e a prática.

O patrimônio educativo que o Primeiro Reinado e a Regência entregaram a Pedro II era desanimador. Plenas trevas. O ensino se fazia sem ordem, sem rota, sem moralidade. Formou-se, de norte a sul, uma verdadeira indústria de exames. Quem aprendia, aprendia inutilidades, quem ensinava quase sempre não sabia ensinar. De umas disciplinas se exigia muito, de outras nada se exigia.

A primeira lição o Brasil recebera-a do jesuíta. Já no nosso primeiro século, em plena selva, à gente selvagem se dão aulas de gramática latina. O latim, por esse vício de origem, infiltrou-se no gosto nacional.

Ali por volta de mil oitocentos e tantos a língua de Cícero era uma verdadeira epidemia. Não se sabia nada, mas sabia-se latim. Discurso que se prezava estava todo salpicado de frases latinas como hoje, os que se prezam, têm tiradas em francês. Havia uma verdadeira mania de latinismo. Na tribuna, nos jornais, até mesmo nas simples palestras, não só se citavam Virgílio, Horácio, Plauto, etc., como era *chic* aludir-se a esta ou àquela passagem da história romana.

A doença era tão grave que até anúncios se faziam em latim. Escragnolle Doria, nas suas interessantíssimas *Cousas do Passado*, conta-nos esta curiosidade:

Em 1858 o leiloeiro Manuel de Oliveira, anunciando o leilão de objetos do ministro inglês, fê-lo em língua latina. E claudicantemente:

Splendida ornamenta auctionari, vehicula nova Londoni facta sum, vasa, crystalina vera, argenta legis, lychins magestatis patroli Londins et altera.

Já com os cursos superiores organizados e em franco funcionamento, o Brasil continuava no caos da instrução secundária.

II.

Havia no País um homem que se não conformava com isso. Era Pedro.

O imperador foi realmente um homem fora da bitola normal dos monarcas. Amava sinceramente o Brasil. Velava-lhe carinhosamente pela sorte. Queria-o em situação pinacular de cultura e de esplendor. E tudo fazia para extinguir a miséria intelectual do povo. As suas falas do trono são exortações eloqüentes em favor da instrução. Visitava escolas, gastava dinheiro do seu bolso para estimular o ensino, assistia a concursos, mandava buscar em países estrangeiros professores que orientassem os nossos. José Feliciano de Castilho aqui esteve a convite dele.

Para D. Pedro, o Império não podia deixar de ter um estabelecimento padrão que fosse o tipo tutelar do ensino secundário. E os melhores esforços se empregam na composição cultural do Colégio de Pedro II, quer na seleção do professorado, quer na moralidade do curso. O Pedro II fica sendo a mais bela expressão de cultura, o símbolo do saber humanístico da nossa gente, o máximo que a nação podia realizar no ramo secundário.

Tudo que há de mais culto lá está: os professores não são apenas os melhores que se podem arranjar, são tão bons como os professores dos estabelecimentos congêneres dos países cultos; os alunos que de lá saem revelam-se os homens de maior preparo do País.

A necessidade de fazer-se a educação do povo, a carência de um magistério à altura das necessidades, a impressão causada pela seleção do professorado do Colégio de Pedro II produziram a valorização do professor. Ser professor naquela época era uma honra excelsa. E tão grande era essa honra que nem o imperador a desdenhava. Quando, em 1870, se publicou o Manifesto Repu-

blicano, D. Pedro falando ao Marquês de São Vicente, chefe do gabinete, disse-lhe: "Se os brasileiros não me quiserem mais no trono, irei ser professor."

Ramiz Galvão era um fruto do Colégio de Pedro II.

De lá saiu não unicamente como o aluno excepcional que se mostrou durante todo o curso, saiu com as raras virtudes de professor. E professor foi ele a vida toda.

E das inúmeras modalidades dos seus talentos foi essa a sua modalidade predominante. Sente-se, em tudo que fez, o homem da cátedra.

O HOMEM DAS VITÓRIAS ANTECIPADAS

A maioria dos homens deixa-se vencer pela vida. A natureza fez Ramiz Galvão tão rijo de físico e de inteligência que, por muito tempo, teve forças para vencer a morte.

A sua vida é uma vertigem de vitórias, e de vitórias que chegam quase sempre antecipadas.

Nasce a 16 de junho de 1846 no município do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Aos cinco anos de idade já está na escola. Aos oito já conclui o curso primário. E de que maneira? Com a láurea de primeiro aluno do curso. Quem lhe entrega o prêmio é aquele histórico Miguel de Frias que, no lusco-fusco da madrugada de 7 de abril, recebeu de Pedro I o documento da abdicação. Seis anos depois, com aprovações distintas em todas as disciplinas, termina o curso do Colégio de Pedro II...

Havia corrido demais. Havia corrido tanto que ao sair do colégio não tinha idade para iniciar o curso superior. Só dois anos mais tarde, em 1863, atinge a idade exigida pela lei e matricula-se na Faculdade de Medicina.

Em 68 está formado. Curso brilhantíssimo; distinção em tudo. O seu nome já tem rebôo nos meios intelectuais: como estudante publicara *O Púlpito no Brasil.*

De 1868 a 70, no Pedro II, substitui dois dos seus antigos mestres nas cadeiras de Grego, Retórica, Poética e Literatura.

Aos 24 anos é diretor da Biblioteca Nacional. Aos 25; professor da Faculdade de Medicina. Aos 36 chega ao cimo da carreira – é preceptor dos filhos de Isabel.

Preceptor de príncipes deve ser uma situação fascinadora. Os homens cultos do Brasil, ao saberem, em 1882, da nobre investidura de Ramiz Galvão, deviam-no ter invejado profundamente.

No entanto, aquela investidura marcou o seu primeiro embaraço na existência.

As criaturas que nascem e vivem na colina, por mais honestas e mais bondosas, nunca podem imaginar o que são as dificuldades dos que nascem e vivem na planície.

A Pedro II não se podia negar nem honestidade nem bondade. Mas era monarca e filho de monarca. Não conhecia embaraços de dinheiro. Ao convidar Ramiz Galvão para aio dos netos, imaginou que, somando o ordenado da Biblioteca Nacional com o da Faculdade de Medicina, dava ao preceptor dos príncipes a folgada situação financeira em que o encontrara. Mal sabia que ia tornar atribulada uma bolsa pobre que até ali fora tranqüila.

Como diretor da Biblioteca, Ramiz Galvão morava no próprio edifício, com a família. Como aio dos meninos imperiais passava a pagar aluguel de casa. Como bibliotecário e professor de Medicina eram bem modestos os seus gastos. Como preceptor dos príncipes passou a ter a vida aparatosa que o cargo exigia, comparecendo com a esposa a tudo que era cerimônia oficial e festa do Paço. O cargo obrigava-o a ter casa no Rio e casa em Petrópolis. Obrigava-o ainda a assinar em seu nome e comumente em nome da esposa quantias escorchantes nas muitas subscrições de caridade feitas entre as pessoas da Corte. E o dinheiro que ganhava era pouquíssimo para essas coisas...

Os compromissos dia a dia cresciam, as dívidas se avolumavam vertiginosamente.

Quem está perto do sol deve receber melhor a influência do astro benéfico. Nem sempre. Às vezes quem a recebe primeiro é quem está longe.

O Paço não ajudava as crianças do seu serviço. Para dar uma idéia dos rigores no tempo do nosso segundo imperador, basta registrar este fato: para acompanhar os príncipes a Petrópolis o aio via-se obrigado a levar a família, mas só uma passagem de trem, uma única, lhe era fornecida.

A preceptoria dos príncipes, para Ramiz Galvão, foi o a que em linguagem do povo se costuma chamar um mau negócio.

AS OBRAS CAPITAIS

Entre inúmeras virtudes, costuma-se dar a Ramiz Galvão a virtude erudita de helenista.

Ele não precisa dessa qualidade para a glória do seu nome. Mesmo porque, na culta acepção do termo, Ramiz Galvão não foi um helenista.

Helenista foi Renan. Helenista foi Anatole France. Helenista é quem sabe a Grécia em toda a vastidão e em toda a variedade do espírito grego.

E pelo povo helênico ele não mostrou os ardores de uma paixão que se fizesse notável.

A Grécia legendária, a heróica e tempestuosa Grécia dos deuses, que Homero imortalizou na genialidade dos seus versos, essa ele não amou. A Grécia dos aedos, dos rapsodos, dos poemas elegíacos, do lirismo, enfim, a Grécia sonora e cantante, essa não lhe tocou a alma. A Grécia filosófica de que Sócrates, Pilatos e Aristóteles constituem a trindade fecunda, parece que não lhe interessou o espírito. A Grécia artística de Fídias, de Apeles, de Apolodoro, de Anacreonte, de Píndaro, de Sófocles, Aristófanes também não feriu a retina do seu entusiasmo. Também não teve entusiasmo nenhum pela Grécia guerreira de Maratona, de Salamina e de Platéia.

Nos seus livros quase não se encontra referência alguma às coisas gregas.

Da Grécia só uma modalidade interessou a sua inteligência – a língua. Devia ter sido o maior conhecedor da língua grega que existiu no Brasil.

Há um momento em que parece que a poesia helênica lhe preocupa o espírito. E quando traduz o *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo. Mas, mesmo aí, o que predomina é o filólogo. Sente-se que se quis mostrar capaz de vencer as dificuldades da língua grega.

A obra de Ramiz Galvão pode ser resumida em três grandes marcos: *O Púlpito no Brasil*, o *Vocabulário Etimológico, Ortográfico e Prosódico das Palavras Portuguesas Derivadas da Língua Grega*, e o *Catálogo da Exposição da História e Geografia do Brasil*.

Eu tenho, senhores, uma veneração espantada pelos sábios especialistas. Quando vejo um desses homens passar a existência inteira a estudar um inseto raro, uma planta quase desconhecida, uma civilização que o tempo soterrou, fico boquiaberto como diante do maravilhoso.

Só as criaturas de infinita capacidade de abnegação podem ter desses labores beneditinos.

Nós outros, que trabalhamos intelectualmente, trabalhamos para o rumor, para o cartaz, sonhando com o esplendor da glória e querendo o máximo desse esplendor.

Eles trabalham para o silêncio, quase que para a anonimia. O nosso trabalho anseia pelas louçanias da luz do sol. O deles é subterrâneo. Somos cigarras, de asas abertas no azul; eles são formigas, no fundo do buraco, acumulando. O que nos satisfaz é o aplauso da multidão. A eles, anacoretas do saber, satisfaz o louvor de dois ou três entendidos da especialidade.

Ramiz Galvão escreveu como cigarra, mas escreveu mais como formiga. Das obras feitas para o ruído das multidões, *O Púlpito no Brasil* é a maior. Há duas de relevo no gênero subterrâneo: o *Vocabulário* e o *Catálogo*.

Só quem tem olhos para as profundidades pode ver as obras das formigas. O povo conhece apenas as das cigarras. O *Catálogo* e o *Vocabulário* são quase desconhecidos.

Eu sou cigarra, senhores. Não sei aferir o trabalho de profundezas. Para uma formiga outra formiga. Para avaliar o tesouro de Ramiz Galvão, essa formiga de imensos tesouros que é Rodolfo Garcia. Definindo o *Catálogo* diz ele: "Foi o maior cometimento bibliográfico que se efetuou no País. É um monumento de incontestável valor, porque nele se relacionaram não só o que a biblioteca possuía, como ainda o que pertencia a outras instituições e a particulares."

João Ribeiro, que conseguiu ser tudo – cigarra das mais sonoras e formiga das mais pacientes –, assim define o *Vocabulário*: "É um grande livro imorredouro, monumento levantado à pureza da nossa língua."

Ramiz Galvão foi realmente uma figura excepcional no Brasil. Grande em tudo: na cátedra, na tribuna, no livro e na Cadeira que a minha pequenez vem ocupar.

Ninguém, neste imenso País, trabalhou mais do que ele. Velho, quase secular, era o mesmo trabalhador dos dezenove anos. Afrânio Peixoto definiu-o numa frase encantadora: "Soube tudo, só não soube envelhecer."

"Durante meio século (é Miguel Couto quem afirma) encheu a sua Pátria das irradiações do seu gênio nos diversos departamentos do saber humano."

A sua figura é insubstituível. Os versos de Pereira da Silva exprimem-na na sua grandeza:

Bem que merece que do sul a norte
O coração de todo brasileiro
Exclame num soluço verdadeiro
A dor de sua morte.

O ACUSADO

Murmura-se de longe em longe, nas rodas maledicentes, uma certa acusação ao homem que venho substituir nesta Casa.

Acusam-no de ter abandonado a Monarquia na sua desgraça de 15 de novembro de 89. Deixou de ser monarquista, para aderir à República! Afirma-se. Abandonou os príncipes, de quem era aio! Abandonou o imperador, de quem era protegido!

Vamos por partes.

Em primeiro lugar é preciso indagar das crenças políticas de Ramiz Galvão. Era monarquista? Era republicano? Ou não era nada?

Quais foram os monarquistas do Brasil? Do Brasil e de toda a América?

As monarquias, senhores, nunca se puderam adaptar ao clima liberal do continente de Colombo.

A novidade não é minha, é de Joaquim Nabuco:

> Ninguém procure justificar a nossa transformação republicana por motivos tirados das condições e conveniências do nosso País, mas simplesmente de estar o Brasil na América. Desse modo o observador brasileiro, para ter uma idéia exata da direção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do continente, auscultar o murmúrio, a pulsação continental.

E conclui afirmando que o País não podia lutar "contra o irmão do continente, suspenso, ao que parece, no Capitólio de Washington".

No Brasil não houve monarquistas.

Sem o senso da realeza não poderá existir convicção monárquica. E esse senso o Brasil nunca teve nem pôde ter, pela sua própria gênese histórica, pela elaboração inicial da nacionalidade.

Para todos os povos que passaram e para outros que ainda existem, o rei foi sempre uma entidade excepcional, a encarnação máxima do poder, da majestade e da magnificência, encarnação tão alta que, para alguns, adquiriu feição divina.

A realeza é a autoridade suprema. Mas tais foram as condições em que a índole nacional se forjou, que nunca houve no brasileiro a noção de suprema autoridade.

Desenrolemos diante dos olhos o quadro dos primeiros dias da conquista. A Natureza potente do Brasil era um sorvedouro. No bojo das caravelas, Portugal nos mandava de tudo: donatários, fidalgos, frades, magistrados, bandidos, aventureiros, piratas e calcetas. Com o imenso vigor da sua virgindade selvagem, a terra brasileira a todos nivelava. Eram as dificuldades as mesmas, para os grandes, como para os pequenos; os perigos iguais, para os fortes, como para os fracos. A flecha hostil do índio, o bote da serpente, o veneno dos insetos, a fúria das feras, o flagelo das inundações, a calamidade das secas não tinham preferência: tanto agrediam o calceta sem nome e sem família como o donatário ou o governador revestido das prerrogativas do poder que Portugal lhe dava. E até, quanto mais alto, mais exposto às hostilidades do meio.

A autoridade, vivendo em perigo como qualquer mortal, não possuía força para impor o princípio da hierarquia. Os homens foram-se então acostumando a não conhecer o valor das leis, e estas, pelas condições particulares da terra, tinham de ser benignas na forma e quase nulas na execução.

E esse nivelamento dos primeiros dias formou em nós um senso tão exagerado de igualdade, que nunca mais pudemos ter a noção da hierarquia. Não conseguimos nunca compreender bem essa coisa que todos os povos, em todos os tempos, compreenderam admiravelmente – a realeza. A realeza, para nós, era uma coisa nevoenta, vaga, longínqua, que não víamos, mas que nos diziam existir lá do outro lado do oceano, em Portugal.

E, quando nos nossos segundo e terceiro séculos, a metrópole abriu os olhos e organizou um aparelho severíssimo para administrar nossa terra, era

tarde. O elemento nacional já se havia formado ao léu, desorganizado, rebelde, com caráter próprio, sem rei nem roque, tendo por alicerce o nivelamento que a Natureza produzira nos dias iniciais.

Houve um tempo em que o princípio da autoridade suprema, ou melhor, da autoridade real, teve ensejo para se impor no nosso espírito. Foi naquele grave acontecimento da transmigração da Corte Portuguesa. Íamos, finalmente, com a chegada dos monarcas, compreender e verificar que a realeza era, na verdade, uma coisa imponente, magnífica, majestosa.

Mas a decepção foi liquidante. Esperávamos entidades majestáticas e o que nos chegava não era senão uma Corte flagelada pelos azares da fuga e pelos tormentos de uma travessia que durou mais de três meses.

A família real poderia recompor-se no remanso da aldeia que era o Rio de outrora. Mas vinha completamente desarvorada. O Regente – um pobre homem, a mulher – uma desvairada. E ambos a dar ao povo o triste espetáculo de uma vida conjugal salpicada de lama.

O segundo contacto com a realeza tivemo-lo no reinado de Pedro I.

A coroa real perde a majestade quando a cabeça que a sustém é uma cabeça de vento. As maneiras do nosso primeiro imperador, a sua linguagem destramelada, o seu feitio esfogueante, a sua devassidão, concorreram evidentemente para que a noção da realeza não vingasse no nosso espírito.

Pedro II, o nosso último contacto com testas coroadas, acabou por matar no brasileiro o conceito de dignidade majestática. Para um povo de vida chucra e criado à toa como o nosso, só a celestialidade das figuras imperiais poderia impressionar.

E D. Pedro II era muito humano e pecava pelo excesso de democracia. Não tinha feitio de monarca.

A Monarquia nunca pôde enterrar as suas raízes no Brasil. Nunca soubemos bem a diferença que havia entre um rei e um funcionário público. Nunca respeitamos os nossos soberanos.

Nos regimes monárquicos tudo pode merecer ataques, mas a pessoa do rei é intangível e sagrada. O conceito da realeza, entre nós, era de tal maneira frouxo, confuso e anárquico, que não tínhamos, pelo próprio Pedro II, a mais pequena veneração. As revistas caricatas atassalhavam-no, os jornais traziam-no pela rua da amargura.

Nem mesmo os políticos mais aproximados do Paço o poupavam, e não poupavam sequer a sua velhice enferma. Para cada partido político o equilíbrio mental do imperador variava conforme a oscilação do poder. O partido que caía, vinha para a rua apregoar a decrepitude do monarca, enquanto o que subia exaltava a plenitude das suas faculdades psíquicas. Qualquer dos estadistas imperiais, no dia seguinte à queda do seu partido, veria com prazer a queda das instituições.

E o espetáculo retumbante das adesões à República fala mais alto do que tudo. Não foram duas ou três figuras graduadas do Império que, no dia seguinte, se passaram para os republicanos. Foi o Império inteiro, em massa, como uma boiada, marchando.

Nunca houve monarquista no Brasil. O ambiente histórico não lhes permitiu a formação.

Os laços que uniam Ramiz Galvão ao trono não podiam ser mais apertados que os que prendiam as outras figuras do Império.

O PRECEPTOR, OS PRÍNCIPES E O 15 DE NOVEMBRO

A acusação do abandono dos príncipes é falsíssima. Ramiz não só não abandonou os netos de Pedro II, como os teve aos seus cuidados no momento mais grave do transe histórico da queda do Império.

No dia 15 de novembro de 1889, as criaturas que, às dez horas da manhã, saíssem à rua, na cidade do Rio de Janeiro, poderiam imaginar que tudo estivesse acontecendo, menos que àquela hora se estivesse pondo o trono no chão.

Às dez horas, quando Ramiz Galvão entrou para comprar alguns livros numa livraria da Rua do Ouvidor, foi com espanto que teve notícia do movimento de tropas no Campo de Santana. Àquela hora ainda não se falava em República. Sabia-se apenas que Deodoro, no Quartel-General, havia deposto o ministério Ouro Preto.

Ao deixar a livraria, dirige-se Ramiz ao Palácio Guanabara, onde a Princesa Isabel morava.

Deviam ser onze horas da manhã quando lá chegou. No palácio as notícias eram alarmantes. Dava-se ao movimento um vulto assustador. Já se lhe afirmava, com segurança, a finalidade republicana.

A princesa estava nervosa, inquietíssima, sobressaltada. Ramiz debalde procurou serená-la.

A certa altura da palestra, ela, numa crescente agitação de nervos, pergunta se lhe pode pedir um favor.

– Às ordens de Vossa Alteza – respondeu ele.

A Redentora senta-se ao seu lado e fala-lhe. Dizia-lhe o coração que aquele movimento ia ter conseqüências imprevistas e ela temia pela sorte dos filhos.

– São os meus filhos que eu lhe quero confiar – conclui.

Ramiz era um homem sereno, que não deixava transparecer os choques d'alma. Sentiu o peso da responsabilidade que ia pôr aos ombros, mas respondeu com tranqüilidade de voz e de olhar:

– Que quer Vossa Alteza que eu faça?

– Que procure colocar os meninos em lugar seguro.

– Neste momento, o lugar mais seguro – lembrou ele – é Petrópolis.

– Mas será possível levá-los a Petrópolis? perguntou angustiadamente a pobre senhora.

– Eu os levarei até lá – respondeu Ramiz.

O carro estava no pátio do palácio. A princesa, sem nada dizer aos filhos, fê-los entrar no carro. Ramiz foi primeiro a casa, prevenir a família.

E seguiu para a Praia do Flamengo. Era ali, no Flamengo, que os três príncipes D. Pedro, D. Luís e D. Antônio, em companhia do aio, tomavam banhos de mar. O banhista tinha um barco e era nesse barco que os príncipes, às vezes, davam passeios marítimos.

– Os príncipes estão com vontade de dar um passeio – diz Ramiz ao banhista. – Leve-nos para o meio da baía.

O homem foi buscar os remos.

O que o preceptor dos príncipes queria era fazer tempo.

A barca de Petrópolis só à tarde partiria e era preciso esperar a hora da partida em lugar inteiramente afastado do ambiente de excessos produzido pela revolução. Esse lugar devia ser o cruzador *Riachuelo*. O comandante era

Alexandrino de Alencar, e Alexandrino estava no rol dos seus amigos mais diletos. No meio da baía, Ramiz manda remar para bordo do vaso de guerra.

Devia ser mais de uma da tarde quando lá chegaram. O aio galga a escada com os príncipes. Decepção cruel. Alexandrino, pouco tempo antes, havia ido para terra com a guarnição.

Ramiz não consegue esconder o seu desgosto. Mas o oficial de dia (não tive meio de lhe saber o nome) é um homem gentil que imediatamente se coloca à disposição das visitas. Vem o café. Vem o lanche. À tarde, o escaler de bordo, com a flâmula dos príncipes, transporta o aio e os meninos para bordo da barca.

Em Petrópolis, Ramiz fica até o dia 17, em que o governo republicano lhe ordena que traga os netos do imperador para a viagem do exílio.

A entrega à família imperial tem o seu instante difícil. No Largo do Paço a multidão ferve agitada. Ao ser reconhecida a carruagem dos príncipes, a turba, francamente hostil aos republicanos, atravessa a frente da carruagem como para impedir que os meninos deixem o Brasil.

O momento é melindroso. Aquela agitação pode produzir conseqüências funestíssimas.

Ramiz salta do carro e fala ao povo. Mostra que está cumprindo ordens e que a desobediência às ordens pode desencadear uma calamidade.

E o povo silenciosamente, respeitosamente, abre alas. E a carruagem passa.

Teria Ramiz Galvão abandonado o imperador de quem era protegido?

Antes de tudo, é preciso saber se realmente ele estava no rol dos protegidos do imperador. Não estava. Não lhe devia favor nenhum.

O cargo de preceptor não o pediu. Ofereceram-lhe. E só diante de vivas insistências resolveu aceitá-lo.

A 15 de novembro de 89, a família de Ramiz se compunha de esposa, quatro filhos e uma criada. E não tinha vintém e estava carregado de dívidas, as tais dívidas feitas por imposição da dignidade do cargo.

E sabia que a situação financeira do imperador era também difícil.

Que iam fazer, ele e a família, ao lado do monarca, na melancolia do exílio em país estrangeiro? Aumentar a aflição ao aflito, sobrecarregar com o

peso de sete pessoas uma nau que a desgraça acabava de atirar inesperadamente sobre os escolhos do infortúnio?

Ramiz Galvão não acompanhou a família imperial na proscrição de 89. Com isso lucraram todos. O imperador, que o não teve a sobrecarregar-lhe o orçamento; ele, que não deu desgostos ao imperador; o País, que desfrutou os seus serviços à cultura nacional.

* * *

Senhores acadêmicos:

Eis-me finalmente na Academia! Eis-me finalmente no alto da montanha!

Ao chegar a estes cimos fascinantes, sinto no peito os haustos da alegria e no coração a tranqüilidade do vencedor.

A subida foi áspera, dura, penosíssima. Rasguei os pés nas penedias; caí, muitas vezes, nas ribanceiras, sem fôlego para caminhar, sem ânimo para subir.

Mas que importa isso se hoje estou aqui no alto, descortinando a paisagem deslumbrante da vossa ilustre companhia e os encantos salutares da vossa cultura!

Cheguei finalmente ao máximo das minhas aspirações de escritor. Esta é a noite mais iluminada de minha vida, porque é a noite nupcial da realidade dos meus sonhos.

Bate-me o peito na ebriedade das pulsações. Nada me falta. Só a figura de Medeiros e Albuquerque me falta nesta hora de júbilo, que seria tão dele quanto meu, dele, que muitas vezes, me carregou nos braços pelos caminhos difíceis desta ascensão.

Senhores acadêmicos: foram vários os motivos que me fizeram, por tantos anos, com o melhor dos meus esforços, disputar a vossa convivência.

O maior deles é que a Academia, para mim, é a preeminência e o brilho, e a natureza que me fez pequenino deu-me uma atração irresistível pelas culminâncias e pelas fulgurações.

Há um velho conto hindu que narra de uma assembléia de nababos que se reunia de tempos em tempos, para cuidar do aumento dos tesouros da gente opulenta do país de Buda.

Estava um dia a assembléia reunida, quando se ouviu bater à porta. Era um desconhecido que queria entrar.

– Que riquezas trazeis? – perguntaram-lhe os Cresos.

– Nenhuma – respondeu ele. – Apenas trago boa vontade.

Ia o homem ser posto à porta, e foi quando o mais velho do grêmio falou:

– Deixemo-lo ficar, que a boa vontade é, também, uma riqueza.

Senhores acadêmicos: às portas de ouro desta Casa de nababos das glórias literárias eu chego de mãos vazias. Trago, apenas, uma arca de boa vontade. Deixai-me entrar. Outra riqueza eu não tenho.

II

RESPOSTA DO SR. MÚCIO LEÃO

A MENSAGEM DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE

Não são minhas, Sr. Viriato Correia, e nem vos são endereçadas, as primeiras palavras do discurso com que, investido do mais honroso dos mandatos, vos vou trazer a saudação da Academia.

São as palavras de um morto, e constituem a mais singular das mensagens ainda dirigidas a esta Casa.

Com efeito, Sr. Presidente, V. Ex.ª sabe que Medeiros e Albuquerque sempre foi, nos pleitos acadêmicos, o mais veemente partidário da eleição do Sr. Viriato Correia. A Academia acabou de ouvir, entre assombrada e divertida, a história da carta em que ele se propunha a votar depois de morto. Escreveu Medeiros esse documento não muito tempo antes de morrer. Como para lhe dar maior cunho de autenticidade escreveu-o no papel timbrado de *A Folha*, órgão de que era diretor. A carta diz assim:

> Exmo. Sr. Presidente da Academia Brasileira.
>
> Comunicando a V. Ex.ª e aos meus colegas a notícia da minha morte, peço-lhes licença para levantar uma questão: a do voto póstumo.
>
> O Regimento Interno em nenhum dos seus artigos determina que os votos póstumos dos acadêmicos não poderão ser recebidos e apurados.

> Ora, não é lícito subentender nenhuma restrição de direitos: todo aquele que não está formalmente negado pode, portanto, ser exercido. É disso que me prevaleço, enviando desde já a V. Ex.ª o voto para a eleição do meu sucessor.
>
> Note V. Ex.ª que meu direito é tanto mais líquido quanto a Academia não deve alegar a morte de qualquer dos seus membros para lhe retirar prerrogativas, se ela é a primeira (lá está a sua bandeira a proclamar) a garantir-lhes a imortalidade.
>
> Poder-se-ia apenas levantar dúvidas sobre a questão do voto por carta, quando alguns dirão que me acho nesta cidade. Mas há nisso um engano, porque, como V. Ex.ª sabe, quem morre vai *ipso facto* para a Cidade dos Mortos.
>
> Assim, nada impede que V. Ex.ª consulte, logo que receber esta carta, a Academia sobre a admissão futura dos meus votos. Se, entretanto, ela decidir arbitrariamente pela negativa, peço a V. Ex.ª que, desde já, os abra, os leia em sessão e os inutilize.
>
> Apresento a V. Ex.ª os meus póstumos cumprimentos.

Desta maneira, sob a forma de uma ironia quase macabra, expressava Medeiros e Albuquerque um dos seus grandes desejos, qual o de ver na Academia o maior dos seus amigos literários. Quando ele morreu (contou-nos, agora mesmo, o Sr. Viriato Correia) esta carta foi entregue à presidência da Casa. Tratando-se de um fato inédito, e que só um declarado pendor para o humorismo poderia justificar, é explicável que a estranha missiva nunca tivesse chegado ao conhecimento da Academia. Aprouve-me lê-la, porém, na cópia que Medeiros entregou à própria família. Pareceu-me essa a maneira mais expressiva de associar, desde o começo, o nome daquele nosso glorioso colega à solenidade a que estamos assistindo.

Se ele estivesse ainda conosco, aqui o veríamos, decerto, nesta tribuna, interpretando os sentimentos da Academia na festa de hoje. É, portanto, natural que, pela saudade, o façamos vir à nossa companhia. Que a sua sombra nos seja benévola, a nós ambos, ao grande amigo dele, que ora transpõe estes umbrais, e a mim, que o procuro substituir, sem aquela graça leve, aquele sorriso de demônio amável, aquele saber a um tempo sólido, ornado e pitoresco, dons incomparáveis do seu espírito.

ESBOÇO DE UMA BIOGRAFIA

No vosso formoso discurso, Sr. Viriato Correia, afirmastes que, ao vos eleger, a Academia tinha ido buscar um representante das camadas populares. E essa observação talvez traia um pouco de malícia para com a índole do nosso Instituto, índole que, pela própria definição da palavra Academia, não pode deixar de ser o seu tanto aristocrática. Mas o Brasil parece ter o segredo de tornar democráticas as organizações mais intrinsecamente aristocráticas. Nosso Império não foi mais do que uma república, dirigida por um mestre-escola bonacheirão. E a nossa Academia – como é democrática e republicana, e como se delicia em exibir essas salutares tendências! Para que a criaram os homens entusiastas da geração de 1890, senão para dar um justo testemunho de glória e admiração a um mestiço pobre e doente, em cujo cérebro havia fulgores de gênio? Qual foi um dos primeiros chamados para os quadros que a haviam de constituir, senão o negro, filho da quitandeira? É verdade que esse negro tinha sóis no espírito, falava, não raro, com uma voz igual à dos varões sagrados de Israel, e se deixava arrebatar em visões enormes, como Ezequiel ou como João em Patmos.

Esse propósito de pôr a glória acadêmica ao nível daqueles que, pela cor ou pela situação social, mais humildemente representam o povo brasileiro, parece-me o primeiro indício da longa vida que está reservada à nossa Instituição.

Viestes do povo, Sr. Viriato Correia, e timbrais em fixar os ambientes dessa origem, que tão nítidos transluzem em vossas páginas encantadoras.

Remontemos, por um momento, àquela suave manhã do dia 23 de janeiro de um ano do outro século, manhã em que, num lar paupérrimo, nasceu um menino que na igreja recebeu o nome de Manuel Viriato. Era esse menino filho do comerciante Manuel Viriato Correia Baima e de sua esposa, D. Raimunda Silva Baima, ambos brasileiros.

Pirapemas, a aldeia em que nascestes, ergue-se à margem do Itapicuru, a meio caminho de São Luís e de Caxias. Foi lá que também nasceu João Francisco Lisboa, cujo nome honra uma de nossas Cadeiras.

> O povoado em que nasci – dizeis no mais comovido dos vossos livros – era um dos lugarejos mais pequenos, mais pobres e mais humildes do

> mundo... Uma ruazinha apenas, com umas vinte ou trinta casas, algumas palhoças espalhadas pelos arredores e nada mais. Nem igreja, nem farmácia, nem vigário. De civilização – a escola apenas. As ruas e os caminhos tinham mais bichos do que gente. Criava-se tudo solto: as galinhas, os porcos, as cabras, os carneiros e os bois...

Eis aí o quadro ingênuo em que vos iniciastes nas formas deste velho, melancólico universo.

Tínheis nove anos (e éreis o mais velho de quatro irmãos) quando o vosso pai morreu, deixando a família, a bem dizer, na miséria.

Vão passando os dias, e o pequeno órfão, conduzido para a capital do Maranhão, é matriculado no Colégio São Luís. Aí, sob a vigilância do cônego Osório, faz as primeiras letras. Passa, depois, para o Liceu do Maranhão, onde vai fazer o curso secundário. Já a esse tempo, vai lendo os seus autores fáceis e românticos – o seu Perez Escrich, o seu Alexandre Dumas, o seu Coelho Neto, dos líricos livros de estréia. Sonha os primeiros sonhos de amor... Tem as primeiras namoradas...

E os namoros o preocupam muito mais do que os livros. Com referência aos deveres de estudante, é ele esquecido e relapso. Que importa a sua vadiação, porém, se, mesmo sem estudar, a sua inteligência já desperta comentários, nos meios de São Luís? Que importa o seu evidente desamor aos livros, se ele é dotado de uma vibrante fibra de orador e vive a fazer discursos eloqüentes? Que importa o seu desdém pelo conselho dos mestres, se, inspirado pelas namoradas de treze anos, ele tem a faculdade poética, e sabe traduzir, em quadras e sonetos madrigalescos, os suspiros do seu ardente coração?

Sim, meu caro confrade, os primeiros aspectos literários que revestiu a vossa personalidade, naquele momento de adolescência, foram exatamente esses dois, de que hoje vos afirmais inteiramente destituído: o de orador e o de poeta.

Mas aproximava-se o início do século, e, com ele, chegava o momento em que havíeis de partir para o Recife, a fim de vos matriculardes no curso de Direito. E eis que, certa manhã, o velho Manuel Correia, vosso avô e homem discretíssimo, vos chamou a sua presença. As palavras que vos dirigiu foram muito meditadas.

– Meu neto, você vai partir para Pernambuco, vai estudar o seu Direito. E sua mãe, que é tão pobre, só lhe pode mandar cinqüenta mil réis por mês. Agora, escute: eu estou disposto a lhe fixar, pelo meu lado, uma outra quantia: dar-lhe-ei cem mil réis mensais.

Ainda não tínheis tido tempo de beijá-lo, de clamar que aquele era o melhor avô do mundo, quando o velho retomou a palavra:

– Para isso, porém, estabeleço uma condição inflexível.

– Qual é?

– É que nunca, mas nunca, você há de fazer versos. Vá estudar. Se tiver grande necessidade de escrever, escreva prosa. Versos, nunca. Se os fizer, eu lhe cortarei a mesada. Estamos entendidos?

Que poderia responder o pobre poeta de quinze anos? Meteu a musa no saco, e aceitou o pacto platoniano do absoluto silêncio poético.

Ao aceitardes esse pacto, a vossa sinceridade não foi total, meu caro confrade, pois, embora lhes atribuindo a autoria aos personagens que enchem os vossos contos, tendes deixado semeados de belos versos os livros que publicais.

Eis, portanto, que, aos dezesseis anos, estais no Recife, para dar começo ao curso jurídico. Vossa primeira impressão, ao defrontardes a cidade, foi de assombro. Vínheis de São Luís, dos portos modestos do Maranhão, do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. E o Recife, com os seus navios, os seus armazéns ao lado do cais de desembarque, produziu-vos impressão impagável. Passastes a viver sob o encanto da velha cidade do Capibaribe, ainda não nova-iorquizada como está hoje.

O Recife dos começos deste século, com o seu recolhido ar colonial, como era cheio de suavidade e de poesia!

No lugar do desembarque, na velha Lingüeta, eram os casarões, pintados a vermelho, a azul, a roxo. Ao lado, eram as grandes gameleiras sombrias, sob as quais descansavam da dormência causticante da soalheira, vagos trabalhadores, que esperavam um serviço eventual. De vez em quando, era o bondezinho que chegava, puxado pelos seus dois burros; ou então, era uma vitória do Agra, que se aproximava para algum desembarque, saltando, como um cabrito, sobre as pedras agudas do calçamento agressivo.

Na cidade, eram as pontes, era o rio moroso e tranqüilo... Eram, dedicados aos santos, os antigos arcos, onde a piedade dos habitantes se prosternava para a prece... Eram os quiosques, povoados de moscas... Eram os mocambos, povoados de miséria... Eram os solenes bairros das moradias familiares; e o acolhimento das mangueiras tutelares da Casa Forte e do Arraial; e a doçura sussurrante dos coqueirais de Boa Viagem e da Piedade; e a poesia mansa de Olinda; e a delícia dos banhos matinais, no Beberibe de águas transparentes; e o recolhimento do Poço da Panela, onde àquele tempo o nosso querido Olegário Mariano já andava sentindo as suas primeiras ternas cismas de patinho torto...

Sim: eram esses velhos aspectos que se apresentavam aos vossos olhos, quando fostes morar no Recife, para fazer o curso de Direito. Nada disso, ou quase nada, existe hoje. A antiga Lingüeta desapareceu... Desapareceram os arcos, que se erguiam sob a invocação dos santos... Os trenzinhos sujos de Caxangá, de Dois Irmãos e do Arraial já não existem... Transformaram-se as pontes, tendo ido abaixo uma delas, havendo surgido outras... O Capibaribe patriarcal, em cujas margens tanta vez fostes sonhar, já não é o mesmo rio que amastes, pois o de hoje contempla os vossos cabelos brancos e aquele sorria, enternecido, à vossa adolescência...

Tudo se esfumou, tudo se dissolveu, na região definitiva das coisas mortas.

Vedes assim bem claro, Sr. Viriato Correia, que não é preciso termos vivido tanto quanto o Barão de Ramiz Galvão, para sentirmos a impressão de permanecer num mundo que já não é o nosso. Somadas as nossas duas idades, a vossa e a minha, dariam pouco mais do que a idade que ao morrer tinha aquele nosso nobre companheiro. E, entretanto, cada um de nós dois já tem o espírito povoado das imagens de um mundo irremediavelmente desaparecido...

Foi no Recife, que, certa tarde, o vosso correspondente, o velho livreiro Ramiro, vos deu três livros a ler. Eram *Naná*, de Zola, *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, e *O Missionário*, de Inglês de Sousa. Regressando à República, abristes *Naná* – e logo o feitiço do mestre naturalista se apossou de vossa imaginação. A leitura desses três romances valeu aos vossos olhos como a derrubada das muralhas de uma cidadela cheia de prodígios. Daí a dias, manifes-

tava-se o primeiro efeito que o contágio naturalista havia operado em vosso espírito: publicáveis o conto "Mariquinhas da outra banda".

E o novo influxo como que vos deu energias dobradas para o trabalho intelectual.

Nesse mesmo ano de 1900, indo passar as férias em São Luís, fundastes, com outros prosadores e poetas adolescentes, aquela espantosa coisa, que entre as coisas tomou o nome de Oficina dos Novos. Somavam, talvez, umas duas dúzias de rapazes, os *novos* que formavam esse inquieto cenáculo. Tantos deles passaram, sem deixar vestígio na precária memória nossa! Alguns, porém, conquistaram renome. Clodomir Cardoso, o panegirista de Rui Barbosa, e Domingos Barbosa, o crítico dos irmãos Azevedos, ali foi que se revelaram. A Oficina dos Novos tinha alguns grandes animadores: Barbosa de Godois e José Barreto, que em *A Pacotilha* acolhiam e estimulavam os talentos que surgiam; Antônio Lobo e Fran Paxeco, que os recebiam na *Revista do Norte*. É a esse tempo que propriamente iniciais a vida de jornalista, ao criardes, em *A Pacotilha,* a secção intitulada "Monoculando". Já então manejáveis as armas da ironia, do bom-humor e da troça. Muito figurão de prestígio na política maranhense terá guardado por longo tempo a lembrança das setas que lhe desferira a mão temível dessa criança heracliana.

Uns trechos no Recife, outros em São Luís, fostes fazendo os contos que haviam de constituir o volume dos *Minaretes*. Quando, ali por 1903, viestes para o Rio, a fim de vos matriculardes na Faculdade de Direito, e terminar o curso iniciado na capital de Pernambuco, trazíeis pronto esse livro, de estréia.

Ao sairdes de São Luís, Fran Paxeco vos dera uma carta para Frota Pessoa, que àquele tempo exercia a atividade da crítica literária, socorrendo-se de uma cultura fúlgida e de uma desempenada coragem de atitudes. Frota Pessoa vos apresentou ao meio intelectual carioca. Foi ele quem vos deu ocasião de fazer a mais gloriosa das vossas amizades literárias: a de Medeiros e Albuquerque.

Certo, Medeiros já vos conhecia desde o aparecimento dos *Minaretes*. Arguto no julgar, capaz de penetrar os mistérios das coisas intelectuais, o nosso querido confrade pudera sentir todo o encanto de vossas jovens narrativas. Saudando esse livro de estréia, ele dissera que vinha por aí um escritor. E

explicava que esse verbo *vir* se prendia ao fato de ser o autor do livro ainda uma criança...

Oh! A emoção de saudade com que evocais o lar de Medeiros e Albuquerque! Aquele tempo, o escritor residia na Rua Haddock Lobo, esquina de Sampaio Ferraz. Era uma vasta casa, povoada de livros e de objetos caprichosos, pois aquele espírito incomparavelmente cheio de curiosidade tinha a paixão das coisas novas.

Aos domingos, íeis para a Rua Haddock Lobo, e ali, na mesa da família, existia um lugar permanente para o hóspede querido.

Essa fase de estreito convívio com o autor das *Canções da Decadência* ficou impressa em vosso espírito com o maravilhoso esplendor de uma idade de ouro. E bem que nos dizeis, em vosso discurso, que fostes criança no Maranhão, rapaz no Recife e que vos fizestes homem em casa de Medeiros e Albuquerque.

Generosamente entusiasta para com os talentos nascentes, o vosso mestre e amigo muito vos ajudou, na difícil ascensão jornalística no Rio de Janeiro. A ele devestes a primeira sensação da glória no grande meio: a publicação de trabalhos literários na *Gazeta de Notícias*.

Era aquela uma das mais brilhantes fases da *Gazeta*. Repercutiam, ainda, lá dentro, os ecos das vozes ilustres de um Eça de Queirós, de um Machado de Assis, de um Olavo Bilac. Uma bulhenta, esplêndida mocidade, dentro da qual se destacava um Paulo Barreto, um Oscar Lopes, um Tomaz Lopes, um Figueiredo Pimentel, um Joaquim Viana, um Gil, enchia a sala da redação de ditos de espírito e gargalhadas irreverentes.

Foi ali que publicastes o primeiro conto escrito no Rio – "Cara a cara". Era um assunto bem brasileiro, perfumado de aromas silvestres, saturado do acre sabor das gameleiras e dos mandacarus. E foi, no meio dos vossos conhecidos, um deslumbramento. Semanas depois, publicáveis na mesma folha o conto "O sapo no céu", e, passados dias, tínheis a alegria de vê-lo transcrito nas colunas de *La Nación*, de Buenos Aires. Era a glória irrefutável!

Esses dois contos foram seguidos de vários outros, e o êxito que todos alcançavam ia reafirmando o vosso prestígio, na *Gazeta*.

Foi assim que, depois de um breve espaço de tempo, em que estivestes feito redator de *A União*, jornal católico, que tinha como diretor Felício dos

Santos e como secretário Oliveira e Silva, fostes chamado para um cargo efetivo na *Gazeta de Notícias*. Agora, sim: éreis redator e tínheis a responsabilidade de uma das secções da folha: o "Fafazinho". Destinava-se às crianças aquela coluna, e foi ali, decerto, que amadureceu essa feição de vosso talento, que tão formosos livros havia de dar ao nosso País.

Pouco depois, Medeiros e Albuquerque regressava de uma viagem que fizera à Europa, e, como sempre, trazia uma idéia nova e interessante. Desta vez, era a criação das conferências semanais. Os conferencistas chamavam-se Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Coelho Neto, Alcindo Guanabara, João do Rio, Alberto de Oliveira, Viriato Correia.

Coube-vos, primeiramente, fazer um estudo sobre "Os poetas do Sertão", assunto que é tão de vossa preferência. Posteriormente fizestes outra palestra, com o título de "Casar é bom". Sempre amigo do paradoxo, Medeiros e Albuquerque, na semana seguinte, foi à tribuna, para fazer uma palestra em resposta à vossa: "Mas não casar é melhor..."

Os dois anos de 1906 e 1907 foram de instabilidade e aventura em vossa vida. Ora redator do *Correio da Manhã*, ou da *Folha do Dia*, no Rio; ora, em Santos, colaborador de *A Tribuna*.

Foi em 1909 que começastes a publicar as "Cartas de Tibúrcio da Anunciação", na *Careta*.

Nesse mesmo ano, incluído numa chapa governista, amanhecestes, certo dia, feito deputado estadual no vosso Estado. Para lá seguistes; mas, em vez de ficar na capital, como faziam os vossos colegas de representação popular, partistes para o sertão, indo visitar a família, de quem andáveis saudoso. Foi também nessa ocasião que pelo casamento vos unistes à admirável criatura, que tem sido o encanto dos vossos dias, a infalível conselheira das vossas horas difíceis.

Iam as coisas caminhando bem, quando brigastes com Luís Domingues, vosso governador. Tivestes, então, que deixar São Luís. A Amazônia, no pleno fastígio da borracha, vos atraía. Partistes para lá. Acolhido pelo Sr. Jorge Morais, que ao tempo era superintendente de Manaus, tivestes um lugar de destaque na municipalidade que ele dirigia.

Mas não é impunemente que um rapaz de tendências literárias, sedento de fama e glória, respira o ar das grandes cidades. A saudade do Rio ficara

indelével em vosso espírito. E eis que pouco depois abandonastes o emprego, a expectativa talvez de excelentes promoções – e vos lançastes, de novo sem vintém, à conquista definitiva do renome.

Foi nessa época que se deu o dissídio de Irineu Marinho, proprietário de *A Noite*, com um grupo de redatores e repórteres que ali trabalhavam. Tendo rompido com o chefe, os dissidentes foram fundar *A Rua*. A eles vos associastes.

De 1921 a 1924 fostes, com Oduvaldo Viana, diretor da Companhia Brasileira de Comédia, que atuou no Trianon e viajou pelo Brasil. Foi aquela uma época excepcional para o nosso teatro. Durante três anos, tivemos no Rio um palco que só levou peças nacionais. Um dos trabalhos que então realizastes, e que não é demais fique aqui registrado, prende-se a *O Demônio Familiar*, de José de Alencar. De acordo com Mário de Alencar, tomastes a tarefa de modificar aquela peça que, pela exaustiva extensão dos diálogos e pelo artifício das situações, está muito envelhecida. Modernizado, *O Demônio Familiar* foi levado com êxito.

Referirei, porém, como sendo o mais assinalado dos serviços que então prestastes ao teatro brasileiro, a revelação que nos destes da sensibilidade delicada e profunda, da graciosidade, do encanto, que formam a personalidade de Dulcina. Fostes, um dia, arrancar aos livros do colégio, para entregar-lhe pequenos papéis, uma obscura menina; ela, porém, havia de crescer, transformando-se, pelo milagre do talento, até se tornar, em *A Marquesa de Santos*, a mais alta das intérpretes que ainda tivestes para qualquer dos vossos trabalhos.

Em 1927, numa chapa em que também figurava o nome de Humberto de Campos, vos vistes, outra vez, metido na política. Improvisaram-vos deputado federal.

Não direi que tenha sido eficaz, nem repetida, a vossa atividade na tribuna parlamentar. Um discurso sobre Deodoro da Fonseca, outro sobre a Aliança Liberal, creio que constituíram toda a vossa situação na Câmara.

Durante o ano de 1930, inteiramente entregue à política partidária, como estáveis, combatestes a revolução que marchava do Rio Grande do Sul. Fizestes, então, espontaneamente, uma vivaz campanha pelo rádio.

O resultado foi que, em outubro, quando a revolução triunfou, o vosso nome era um dos mais visados pelos inimigos da situação deposta. A 24 de novembro, fostes preso na Cruz Vermelha, por uma multidão que o mínimo que pedia era o vosso sangue. Uma ambulância providencial vos levou para a Casa de Correção. Estáveis na completa desgraça; não tínheis um níquel em casa, e, entretanto, no Rio e no Maranhão, três pessoas, entre as quais se contava uma pobre velhinha, que amáveis enternecidamente, dependiam de vossos auxílios...

Foi então que um amigo fiel (e eu peço licença para declinar-lhe o nome, tanto essa bela ação o eleva e honra), o Sr. Hugo Napoleão, vos tirou da cadeia, e vos levou para a sua residência. Escondido num sótão, ficastes ali, sob reserva absoluta. Nem mesmo os criados da casa sabiam que naquele sótão estava morando alguém. As próprias pessoas da família se encarregavam de vos levar o alimento diário, tendo antes a preocupação de desviar a atenção dos empregados.

Saístes desse período bem capacitado de que as grandezas políticas são por excelência grandezas precárias. E desde então a vossa atividade tem sido puramente intelectual: a do professor, a do homem que escreve livros, a do homem que produz peças para teatro. Com espanto verificamos que nesses oito anos, transcorridos desde que perdestes o mandato, já publicastes dezenove livros.

Vinte e nove de outubro... Aí estais, hoje, no vosso fardão luzido, recebendo os aplausos da Academia e do Brasil inteiro... Pensar que, há oito anos, nesta mesma noite, sofríeis, sozinho, esquecido de todos, sem o consolo de um sorriso amigo, na encruzilhada mais áspera e mais sem horizonte de vossa vida...

Contudo... com que bom humor, com que paciência aceitáveis essas contrariedades, resultado de uma temerária aventura nas regiões do prestígio político!

Os que vos viram, naqueles momentos atormentados, sabem que foi com a alma de um estóico que recebestes as provações mais difíceis.

Como poderei louvar essa virtude de resignação que tendes, esse bom humor, quase estou a dizer essa alegria, com que sabeis encarar as coisas que

aos outros homens levariam contrariedades e irritações? Como poderei louvar esses raros dons, que formam o substrato do vosso caráter?

Agora mesmo, na oração que acabais de ler, sorristes, com humorismo, do uniforme solene em que, segundo dizeis, a vossa pessoa fica tão mal.

Um dos assuntos preferidos das pilhérias que fazeis convosco é a vossa pequena estatura. Não irei procurar consolar-vos dessa infelicidade, com a evocação dos homens ilustres que, embora tendo sido insignificantes pelo corpo, chegaram, pela alma ou pelo coração, a dominar o mundo. Nem mesmo precisarei lembrar o caso de Rui Barbosa, um dos deuses lares desta Casa, que, como bem sabeis, era talvez ainda menor do que vós.

Convosco as coisas que têm acontecido por causa da vossa pequena altura são muito engraçadas. Quando vos aprontáveis para a pomposa festa de hoje, ocorreu um fato pitoresco: antes de vos entregar esse orgulhoso espadim, que daqui estou a ver brilhar marcialmente, o alfaiate teve que lhe amputar cerca de três palmos. Também no Recife, quando éreis estudante, tivestes, um dia, uma surpresa divertida: vossos colegas haviam arrancado do prego o cabide em que penduráveis as roupas e o tinham removido para uma altura de dois palmos acima do assoalho.

Muitos sofreriam, talvez, acreditando-se humilhados com brincadeiras desse gênero. Vós vos divertis com elas, dando, assim, eloqüente prova de que sabeis juntar a um pequeno corpo um grande espírito.

LIVROS DE CONTOS

Vossa primeira afirmação literária, Sr. Viriato Correia, foi como autor de contos.

Trazeis uma província no coração, e é dos ambientes, dos personagens, dos sofrimentos e das alegrias dessa província que nos falais em tantas novelas. *Contos do Sertão* intitulastes o volume que vos deu a consideração entre os letrados e a popularidade entre as turbas. Esse título quase poderia estender-se a toda a vossa obra de contista. Sois, efetivamente, o pintor enternecido, e tantas vezes amargurado, do interior áspero e triste do Maranhão.

O sertão é um manancial inesgotável, de assuntos e discursos, no Brasil. Os sociólogos o estudam, os romancistas o descrevem. Mas o pobrezinho lá

está, seco, esturricado, doloroso, sem saúde, sem instrução e sem justiça, a oferecer largos painéis para os dramas mais típicos do nosso bruxulear de civilização, dramas que ontem rematavam no epílogo épico de Canudos e hoje dão o ominoso episódio do degolamento de Lampião e Maria Bonita. Ainda bem que nos contentamos com pouca coisa, e aceitamos, como solução cabal dos nossos problemas sociais, as sonoras fórmulas dos oradores e dos beletristas!

Vosso sertão não será o dos sociólogos, unicamente preocupados com a exposição dos óbices que entravam a marcha do progresso, naquela parte do Brasil. Vosso sertão é o sertão canoro dos cantadores líricos, das morenas amorosas, das cidadezinhas festeiras. É, sem dúvida, um sertão muito agradável. E, diante dos vossos quadros, muita vez paramos, como Lemaître diante das descrições regionais de André Theuriet, para murmurar: "Que pena que eu não estivesse lá, quando isso aconteceu!" Vosso sertão é uma terra ao mesmo tempo agreste e sedutora, hostil e triste, esplêndida e poética. Creio que essa espécie de paraíso melancólico está situada exatamente entre o sertão de Coelho Neto, tão cheio de solitários desesperos, e o sertão de Afonso Arinos, tão cheio do ácido perfume dos frutos silvestres.

Quanta coisa pintais nos vossos quadros brasileiros! São, aqui, as mulheres – as mulatinhas, as caboclas, as encantadoras moçoilas rústicas. É, por exemplo, Jovita, a linda tabaroa. Ela chega à casa festiva do Antônio Pinto, e logo é um maravilhamento. E quando começa a dançar põe feitiços demoníacos na alma dos homens...

> A Jovita bamboleava os contornos túmidos em tremeliques cadenciados, resvalando pelo solo em espirais macias. Agora corria de banda, serena, mansa, vaporosa, num meio passo, num meio vôo, como se escorregasse levemente, numa esteira de penas, e veludos. Era um deslizar suavíssimo de cisne à flor d'água, e girava tão doce que não se ouvia, nem de leve, o vago rumor dos pés pequenos, frolando na areia...

É, depois, a Chica, a pobre apaixonada do Manduca cantador: "Quando a Chica se fez moça, era a rapariga mais bonita daquele pedaço de terra sertaneja. Morena, vistosa, com um quê de faceirice, doida pelos bailes e doida por tudo o que era alegria, toda a gente viu que, em pouco, ela estaria

perdida..." Eis aí a maldição da beleza, o castigo de Helena, que o Sr. Afrânio Peixoto tão finamente fixou, também, no mais comovedor dos seus romances.

E assim são tantas e tantas outras sertanejas dos vossos contos, a Gigi, a Binoca ("assimzinha, deste tamanho – uma miséria de gente, como se fosse feita para um brinquedo..."); e mais a Janoca e a Rufina, a Mariquinhas e a Chiquita, e toda uma multidão delas...

Essas flores do sertão são todas sedutoras. Mas o que elas são, sobretudo, é cheirosas. Porque esse traço – o do perfume – é aquele que sentis antes de qualquer outro, quando tomais da pena para realizar uma descrição de mulher.

Eu limitaria muito o vosso ambiente, se deixasse a vossa obra de contista irmão de Maupassant adstrita apenas ao sertão. Ao contrário, tendes farto número de narrativas que se desenrolam nas cidades grandes, e alguns dos contos desses ambientes civilizados constituem páginas que se enumeram entre as melhores que ainda produzistes. Está nesse grupo o conto de Dona Alice, história pungente, que já vos deu substância para uma peça guinholesca de teatro. Está nesse grupo o conto de Dona Carmen, aquela singular mulher que traía o marido sadio e passou a ser-lhe fiel quando ele adoeceu. E de meios cultos – sejam cariocas, paulistas, ou de qualquer outra das principais cidades brasileiras – são ainda muitas outras de vossas narrativas.

O que em vossos livros predomina, porém, formando o traço peculiar do vosso feitio de escritor, é mesmo o sertão. É a paisagem, indizivelmente agreste, que desvendais na *Terra Maldita* ou na *Besta*. É a gente triste e poética, cheia de abusões e de canções, dos interiores maranhenses, que tão bem conheceis.

Essa gente toda, os meios em que ela se move, os bichos que ao lado dela vegetam, tudo isso é, em vosso subconsciente, governado por inflexíveis leis misteriosas. Talvez os psicólogos pudessem explicar esse fato invocando velhas e contraditórias heranças étnicas – mas a verdade é que subsiste em vosso espírito, Sr. Viriato Correia, uma religiosidade dramática, e singularmente supersticiosa. Já não aludirei às vossas convicções espíritas, que vos levaram a escrever uma conferência de raro valor documentário. Quero aludir, tão-somente, a um dos contos em que essa vaga e como que espavorida religiosidade do vosso espírito transparece nitidamente. É a narrativa intitulada "A ficha n.º 2.033". Ali achamos a história de um rapaz que foi, por acaso,

ao consultório de Madame de Thèbes, em Paris. A ocultista disse-lhe que um dia ele havia de ser assassino. Sendo a mais doce e pacífica das criaturas humanas, o rapaz não deu crédito à sinistra palavra que lhe desvendava o futuro. Regressou ao Brasil, e foi residir em Belém. Tempos depois, um pai ciumento, tendo-o confundido com o sedutor da filha, mandou ignominiosamente esbordoá-lo. Impunha-se-lhe tomar um desforço. E, certa tarde, munido de um revólver, foi ele esperar na rua o mandante da agressão. Matou-o. Só depois se lembrou do aviso de Madame de Thèbes.

Eis aí como estamos face a face com o Destino. Mas com o Destino em toda a intensidade da concepção esquiliana – força sagrada, que move as almas, os seres e os universos, e diante da qual não há reflexão, prudência ou propósito humano que prevaleça.

A idéia, talvez inconsciente, desse Poder está em todos os vossos contos. É ele que, soberano, desdenhoso e inevitável, preside a todas as ações da vida e dos romances. É ele quem impele o Guaribão a sangrar, diante dos olhos de Maria, o intruso Domingos, que vinha seduzir o coração inquieto da mulher. É ele quem conduz Diniz de Pádua a destruir, sistematicamente, a existência dos filhos de D. Angélica. É ele quem arrasta o Dr. Nazaré a assassinar, em circunstâncias tão enigmáticas, o pobre Silva Gentil. É ele quem move o Coronel Bezerra e o filho a se entrematarem, na rede, numa luta noturna, pelo corpo desejado da Binoca. É ele quem faz a infeliz D. Camila matar o amante, impondo-lhe, como lhe impôs, o insofismável *dever de matar*.

Esse Poder sacrossanto transparece em muitas outras situações que imaginais – e reveste, às vezes, uma forma de vingança ou de castigo transcendente. Que página de escritor lograria dar-nos tão completa idéia desse formidável Poder quanto o faz a novela de *Sinhá Dona*, composta ainda no tempo de vossas estréias em Pernambuco – a história da torva proprietária de terras e escravos, que, depois de ter vivido martirizando os negros, acabou caduca, perdida no meio dos matos, morrendo sozinha numa podridão obscena, aos olhos dos próprios cativos que durante tantos anos havia conservado no tronco e sob o relho?

E que outra página lograria mais reafirmar esse Poder, do que aquela descrição épica do João Quilombo, o negro revoltado, que sofreu a injúria, a

dor, toda a crueldade dos castigos mais injustos, e se vingou incendiando, num esplendor teatral de apoteose, tudo o que pertencia aos brancos detestados?

Essas duas páginas a que acabo de referir-me se destacam entre quantas tendes produzido. E terão que ser incluídas nas antologias sobre a escravidão, que de ora por diante forem organizadas em nosso País.

Pintor da sociedade sertaneja, fixador das figuras sertanejas, não vos seria possível esquecer os sofrimentos do sertão. Algumas de vossas narrativas fixam os dramas profundos das enfermidades que ali proliferam. Ao par das secas e das inundações, os sertões brasileiros vivem dizimados pelas doenças, de que ainda não tivemos tempo de tratar. Essas enfermidades transparecem em muitos dos vossos contos. Em certos quadros, é a devastação que a hidrofobia opera nos cães, nos homens, nos bois. Em outros quadros, é o horror da morféia: é o Venâncio, tão desgraçado em seu amor que só inspira desprezo; é a Sinhazinha Lelé, tão boa, tão linda e tão infeliz, que apanhou o mal só porque teve a caridade de enterrar um leproso, que perto da casa dela apodrecia insepulto. Em outros quadros, enfim, são as alucinações provocadas pelo impaludismo.

E simultaneamente com esses sofrimentos, aquela pobre gente é perseguida, também, pelos males resultantes de nossas imperfeições sociais. É, em certo momento, o erro da justiça, que leva Pedro a passar vinte anos nas grades de uma cadeia, responsável pela morte de um turco... que não morreu. É depois o preconceito da honra familiar, que impele o Zé Boi a ir esperar, numa tocaia, no cano de uma carabina, o homem que roubara a flor virginal da sua filha.

Males sobre males, sofrimentos sobre sofrimentos, enfermidades sobre enfermidades – eis, Sr. Viriato Correia, em vossa concepção, que talvez não seja errônea, o que é o sertão do Brasil, o que é, ali, a misérrima vida dos homens.

Mas esse mundo, cheio de dor e desengano, é, por outro lado, um mundo cheio de poesia. Ah! meu caro confrade, as noites que nos descreveis, em vossas narrativas do sertão, cheiram como se fossem preparadas para belos romances de amor. Tudo, nelas, é música, é lirismo, é indizível doçura.

E as mulheres sedutoras que nos mostrais? Não é para esse encantamento que vivem? Não é pelo deslumbrado amor dos seus poetas que elas palpitam? Vejo a Morena, das *Novelas Doidas*, abandonando o bem-estar e a fortuna do Chico Baiano, para ficar com o Galdino, pobre cantador lírico, que não podia enfeitar de jóias o colo da bem-amada, e que nele podia apenas

prender formosas trovas de amor... Vejo a Chica Berredo, amando como se fosse um deus o vagabundo Manduca, só porque ele possuía uma viola inspirada e ardente... Vejo a Vanju, tão dominada pelos encantos do Pajussara, o cantador que ao entrar nos salões festivos a primeira pergunta que fazia era esta: "Quem tem aí uma viola para eu cantar saudades das minhas caboclas?"

Sim, meu brilhante confrade: muitos dos vossos personagens vivem dentro da poesia, e vivem para a poesia. É no coração e nos lábios deles que ides pondo as canções e as quadras que a intimação do velho Manuel Correia vos tem impedido de publicar com o vosso próprio nome. Não fosse aquele rígido pacto, outrora feito, e creio que teríamos em vós um poeta de feitio popular, uma doce musa cancioneira, capaz de fulgir ao lado da musa de Adelmar Tavares. Escutemos, para comprovar o que digo, certo diálogo em quadras, que encontro em uma das *Novelas Doidas*. Vão dois cantadores discutindo, para ver qual deles fará melhor louvação, e dizem coisas assim:

– Os teus oios são de fogo,
Queimam mais do que tição.
Parece um velho roçado
O meu pobre coração.

– O meu pobre coração
É todo ramo e fulo,
Tudo rebenta cheirando
Onde Janoca passou.

– Quando a Janoca passou
No gapó do igarapé,
Até nas foia ficou
O seu cheiro de muié.

– O seu cheiro de muié
Ninguém pode descrevê:
Entra no peito da gente,
Entra sem a gente vê.

– Entra sem a gente vê,
Lá de dentro não sai mais.
Por mais veio que se fique
Inda esse cheiro se traz.

– Uma vez em seu terreiro,
Pondo a camisa a secar,
Sucedeu um caso virge,
Um caso de admirar.

– De dez léguas em redor
Veiu gente de besteira
Correndo em riba do cheiro.
Da camisa da roceira...

Com o mesmo tom de lirismo campezino, encontro, nos *Contos do Sertão,* outra série de trovas, alguma das quais já estará incorporada ao nosso folclore. São, ainda, dois cantadores que discutem. Escutai o que dizem:

– Eu se tivesse dinheiro,
Muito dinheiro de prata,
Eu fabricava um espelho
Dos olhos dessa mulata.

– Ó cabra, não sejas besta,
Nem sabes apreciar:
Espelho queria eu ser
Para ela se mirar.

– Você disse que eu sou besta,
Que eu não sei apreciar.
Mas eu q'ria ser areia,
Para a mulata pisar.

Essa doce musa trovadoresca, que possuis, achamo-la em muitos de vossos trabalhos. Certas peças de vosso teatro, como a *Juriti* ou a *Maria*, estão semeadas de trovas. E há muitos álbuns que também as encerram...

Andei, talvez um pouco indiscretamente, vendo alguns desses álbuns, e pude encontrar belas demonstrações de vossas tendências poéticas.

Se teu nome pronuncio,
Sinto no meu coração
Toda a frescura de um rio,
Todo o calor de um vulcão –

dizeis, em uma dessas coleções de autógrafos.

A minha alma (pobre louca!)
Inflamada de desejos,
Quer queimar a tua boca
Com labaredas de beijos –

dizeis em outra.

Posso citar, ainda, três quadradas, que encontrei em outros álbuns.

Eu vivo a todo momento
Só de ti a me lembrar:
Tu vens ao meu pensamento
Como os rios vão ao mar...

Tudo o que é teu me fascina:
Teu sorriso, teu langor,
Tua graça de menina,
Tua epiderme de flor...

Tens ternura, tens veneno,
És serpente, flama e vaga,
Oh! doce licor moreno,
Que me entontece e me afaga...

Aí estão, Sr. Viriato Correia, provas bem eloqüentes de que sois, de fato, um poeta. Vossa bela prosa, vazada em tão elegante simplicidade, e às vezes cheia de sugestivas imagens, é, não raro, poesia pura. E poesia são, também, essas formosas trovas, que acabo de citar.

Se tivésseis tomado parte naquele famoso desafio do dia da Conceição, na casa do Mané Sacrista, estou que nem o Chico Baiano nem o Galdino levariam a Morena. Outro cantador, mais ágil e mais amoroso, teria arrancado o troféu entre todos disputado: o suave sorriso, o coração da bela rapariga.

Não devo esquecer aqui, meu ilustre companheiro, a vossa obra de contos infantis. É essa, hoje, uma das atividades primordiais do vosso espírito, sendo que andam por uma dezena os livros que tendes escrito, dedicando-os aos pequeninos. Lendas de folclore ou historietas poéticas, como, por exemplo, as que publicastes em *Era uma Vez...*, livro feito em colaboração com João do Rio; narrativas em que entram bichos cheios de entendimento e subtileza, como as que contastes em *A Macacada*, em *Os Meus Bichinhos*, em *Arca de Noé*, em *O País da Bicharada*; quadros comovidos, encerrando fatos e figuras do nosso passado, como aqueles que desenhastes na *História do Brasil para Crianças* e em *Meu Torrão*.

Tudo isso veio a ter a sua definitiva expressão em *Cazuza*, a mais humana e comovida, por certo, de quantas obras ainda publicastes, obra que é uma suave autobiografia, encerrando a pureza, a poesia idílica da vossa primeira infância, e nos apresentando as figuras tutelares que formam, desde aquele tempo, a vossa mitologia íntima: vossa mãe, tão meiga e tão resignada no sacrifício; vosso pai, que em vossa vida não foi mais do que um rápido clarão de ternura; vossos avós, vossos amigos, vossos colegas dos primeiros paradisíacos dias.

O nosso grande João Ribeiro, que muito amou o *Coração* de Edmundo de Amicis, e que tão belamente o traduziu para o português, disse, certa vez, que aquele livro tinha sido "escrito com o vime de um berço".

Não sei com que instrumento tereis escrito esse encantador *Cazuza*; mas sei que ninguém, que tenha coração de homem, poderá lê-lo, deixando de sentir nos olhos o calor das lágrimas da emoção e da ternura.

ESTUDOS DE HISTÓRIA

Um dos vossos livros assinala bem a marcha do autor de obras de ficção para o autor de obras de História. Refiro-me à *Balaiada*, único romance histórico que até hoje publicastes. Encerra-se ali a crônica de um torvo movimento de banditismo, que subverteu o ambiente maranhense, na época da Regência.

Esse romance poderia valer como uma tentativa de explicação da gênese do *cangaço* no interior do Brasil.

São sinistros, são de toda a forma abomináveis, os assassinos e os ladrões que evocais, esses Coques, esses Milones, esses Mulunguetas. Mas sois vós mesmo quem no-los mostrais, muita vez, famintos e sedentos de justiça, sem que uma proteção providencial surja, para dar-lhes as reparações que eles inutilmente pleiteiam.

Há, decerto, muita torpeza na alma desses celerados. Contudo, só possuindo uma forma qualquer de heroísmo – mesmo que fosse uma forma negativa ou espúria – poderiam inspirar-vos o tema de um romance.

Porque dois são os elementos que exigis nos fatos históricos. O primeiro é o heroísmo; o segundo é o pitoresco.

Vosso conceito da História é um conceito carlyliano.

> A História Universal – dizia o autor de *Os Heróis* –, a história do que o homem tem realizado no mundo, é, no fundo, apenas a história dos grandes homens que têm trabalhado na terra. Eles foram os condutores dos povos, esses grandes homens: os formadores, os modelos, e, num sentido amplo, os criadores de tudo o que a massa dos homens, tomada em conjunto, conseguiu realizar ou chegou a alcançar. Todas as coisas que nós vemos de pé no mundo são propriamente o resultado material exterior, a realização prática e a encarnação dos pensamentos que residiram nos grandes homens enviados ao mundo. A alma da história inteira do mundo seria a história deles.

A esse elemento do heroísmo, a História, tal como a concebeis, deve juntar o elemento da anedota.

Vossa história é, assim, um tecido de narrativas heróicas e narrativas cômicas, ou, pelo menos, graciosas.

E ainda bem que assim é! Nada pode revelar melhor um temperamento do que uma anedota. Um Suetônio vive, ainda hoje, vive muito mais do que um Tito Lívio ou um Tácito, porque foi na indiscreta revelação das coisas miúdas que fez residir o segredo dos seus retratos históricos. Isso mesmo vós dizeis, quando observais que entre os grandes males da história do Brasil está "a ausência quase absoluta de memórias e recordações individuais, que sempre foram e continuam a ser, mesmo quando apaixonadas, a mais luminosa das fontes históricas". "Faltam-nos", acrescentais, "as crônicas de portas adentro, os depoimentos pessoais, as indiscrições, os mexericos, etc., etc., enfim, essa fascinadora história dos bastidores, que vale muito mais do que os calhamaços oficiais, guardados nos arquivos."

Vossa galeria de figuras ilustres abrange vários séculos, nessa série de livros que se intitulam *Alcovas da História, Mata Galego, O País do Pau de Tinta, Baú Velho, Histórias da Nossa História, Brasil dos Meus Avós, Gaveta de Sapateiro*.

Certas de vossas páginas, nesse gênero, constituem justos tributos a individualidades que caíram no esquecimento. Darei como exemplo o estudo que fizestes sobre Davi Moreira Caldas, o "Propagandista desconhecido". Fostes buscá-lo ao enevoado país de Oblivion, e ei-lo que hoje vive aos nossos olhos. Esse homem teve uma particularidade muito estranha: sendo jornalista, anunciou, em 1783, que a República no Brasil havia de ser proclamada em 1889. Tão certo estava disto que mudou o título do seu jornal de *O Amigo do Povo*, como era, para *Oitenta e Nove*, como ficou sendo. Fez mais: determinou que o seu jornal, no primeiro ano de vida, fosse publicado dezessete vezes, no segundo, dezesseis, no terceiro, quinze e assim por diante, de sorte que em 1889 só saísse à luz uma única vez: no dia em que houvesse de comemorar a proclamação da República. E isso aconteceu. O profeta morrera dez anos antes; mas seu filho, o poeta Fócion Caldas, cumpriu à risca a determinação paterna.

Realmente, em cada um dos vossos estudos históricos é sempre o heroísmo ou o pitoresco que encontramos.

Os homens de alma de ferro, que, pelo milagre da energia e da vontade, imprimiram novos rumos aos acontecimentos na Terra, esses merecem a vossa veneração. É para eles – para um Fernão de Magalhães, por exemplo, lutando, sozinho, contra os homens e contra o próprio destino – que vão os vossos entusiasmos. Igualmente vos atraem todos os que viveram conduzidos por uma ardente flama de amor humano. É para eles – para um Tiradentes, oferecendo a vida ao sonho da liberdade do Brasil – que vão as vossas admirações. E vos atraem mais que todas as almas sublimes, tocadas de um raio de elevação celestial. É para elas – para um Nóbrega, para um Anchieta, investindo as tabas indígenas sob a frágil proteção da cruz – que vai todo o vosso maravilhado amor.

Mas, ao lado dos feitos de gigantescas proporções, como vos seduzem as indiscrições saborosas e grotescas, os simples episódios divertidos, que mostrem a fragilidade de qualquer soberbo figurão da História!

Com efeito, às vezes é-nos bastante uma situação pitoresca, ou um dito de espírito, para termos revelada a alma de um homem e até toda a psicologia de um povo.

Vede, por exemplo, Maciel Monteiro, o poeta elegante, o donairoso casquilho, patrono de uma das nossas cadeiras. Deixou longa tradição de galanteria, de volubilidade no amor, de donjuanismo. Que traço, porém, poderia traduzir melhor aquela alma do que o episódio que narrais, e no qual vemos o poeta recusar a vitaliciedade de uma cadeira do Senado do Império, para não revelar que já havia passado dos quarenta anos? Felizes somos nós, meu malicioso colega, nós, que não precisamos de certidão de idade para entrar nas eleições da Academia, e que aqui podemos chegar ainda em plena juventude, como aconteceu a Paulo Barreto, que antes de fazer trinta anos já usufruía as delícias humildes da imortalidade!

Que episódio mais revelador das crueldades de uma época de que aquele que nos contais, quando apresentais o Santo Anchieta, dialogando com a velha índia? – Vivia o Apóstolo do Brasil cheio da alegria franciscana de ter convertido a pobre irmã selvagem, quando, certo dia, verificou que ela mostrava tristeza muito particular. Aproximou-se Anchieta.

– Dói-lhe alguma cousa, minha avó? Diga!

– Nada.

– Não está com fome?

– Não. Não posso comer.

– Ah! Então está doente!

– Não estou.

– Que é que sente?

– Um fastio... Há três dias que não como...

Anchieta condoeu-se, e insistiu para que a velha comesse alguma cousa. Aquilo facilmente passaria... Deus não queria que as suas criaturas passassem fome... Que ela aceitasse um pouquinho de açúcar, um pouquinho de pão... A tudo a velha respondia com a cabeça, negativamente.

O padre afligia-se cada vez mais.

– Diga, diga o que lhe apetece, que eu irei buscar.

Afinal a índia fixou nele os olhos tristes, e respondeu:

– Só uma cousa, meu neto, era capaz de me abrir o apetite...

– E que cousa era essa?

– Era um bracinho de criança, muito tenra, para eu chupar os ossinhos... Mas que hei de fazer? Já estou velha... Não tenho mais ninguém que me freche um menino...

É com um vivo sentimento do pitoresco que esboçais tantos lances da vida de Pedro I, o varão que em nossa História mais vos tem preocupado. É com esse mesmo sentimento que modelais a figura de Chica da Silva, a do Caramuru, a de Fernandes Vieira, a de Joaquim Silvério, a de Calabar. É com ele, enfim, que, resumindo o livro de D. Ildefonso Bermejo, nos dais um painel delicioso do que era a vida no Paraguai, sob a tirania divertida, mas sangrenta, de D. Carlos Antônio Lopes.

TEATRO

Como autor de teatro, Sr. Viriato Correia, sois um minucioso observador de costumes. É com a pintura dos ambientes brasileiros, e a dos indivíduos que se movem nesses ambientes, que teceis os enredos de inúmeras peças.

A paixão pelo teatro foi uma das primeiras manifestações de vosso talento literário. Aos 18 anos, em São Luís, representáveis, no Teatro Fênix, entre amadores que, como vós, dispunham de imensa boa-fé e imensa inge-

nuidade. Já então acalentáveis o sonho de escrever peças, muitas peças. Chegastes a compor uma comédia em um ato, cujo assunto se desenvolvia no sertão. Pena é que se tenha perdido esse trabalho.

A preocupação das figuras e dos hábitos do interior do Brasil ficou, desde aquele tempo, em vossa imaginação. Quando, em 1915, tomastes, pela primeira vez, contacto com o público carioca, foi através de uma peça daquele ambiente. Era *A Sertaneja*, opereta que, musicada por Chiquinha Gonzaga, alcançou no Rio para mais de cem representações. A segunda peça com que vos apresentastes ao público carioca foi, também, de costumes sertanejos – foi a tantas vezes vitoriosa *Juriti*. Ao mesmo ciclo pertencem muitas outras comédias que aqui viestes representando: a *Mangerona*, a *Morena*, o *Sol do Sertão*, a *Maria*.

Mas, se o interior do Brasil assim vos atraía, também vos interessavam, como campos propícios à observação maliciosa, as cidades complexas, onde a vida reveste novas formas de confusão e tumulto. É a vida das grandes cidades – que tanto pode ser a do Rio, quanto a de São Paulo, a de Porto Alegre quanto a de São Salvador – que vos tem sugerido comédias e farsas de impagável espírito, ou dramas de pungentes situações. É a esses dois grupos que se prendem essas numerosas peças, que têm deliciado a platéia brasileira: a *Sapequinha, Nossa Gente, Zuzu, Uma Noite de Baile, Pequetita, Bombonzinho, Sansão, Bicho-Papão, O Homem da Cabeça de Ouro, A Marquesa de Santos, Carneiro de Batalhão*.

Algumas dessas peças assinalaram momentos muito difíceis de vossa vida. *Bombonzinho*, a mais espirituosa das comédias que ainda escrevestes, foi feita em condições muito especiais. Tínheis saído da prisão, onde havíeis resgatado o crime de idéias políticas que talvez nunca tenhais tido e, desempregado, sem amigos, estáveis numa situação precária. Foi então que Procópio vos pediu uma peça. E *Bombonzinho* vos veio ao espírito. Num mês, trouxe-vos oito contos, o que serviu para resolver a crise que atravessáveis. Era bem o *presente que Deus vos deu*, como costumais chamar a essa comédia.

Um dos assuntos que mais freqüentemente apresentais em vosso teatro, um daqueles que mais vos servem à observação, é a instituição do matrimônio, tal como a temos em nosso País. A concluir do que mostrais em vossas comédias, o casamento no Brasil não é mais do que um perigoso estimulante

às traições domésticas. Justiça vos seja feita: essas traições são, sempre, realizadas pelos homens. As mulheres que encontramos em vossas peças são, invariavelmente, modelares tipos de mães de família, transigindo, quando muito, num vago, inofensivo flerte.

É, pois, na vida de dentro do lar que ides buscar a matéria cômica de muitas de vossas peças. – No *Bombonzinho*, dois maridos bilontras arranjam uma viagem para São Paulo. As esposas, confiantes, mas saudosas, os deixam partir. Mas eles vão é para uma descompassada farra, numa casa que um amigo comum, outro grande boêmio como eles, possui na Gávea. Por desgraça, há um desastre no trem mineiro. Eles ouvem narrar o acidente como tendo ocorrido no paulista. E logo regressam a casa, dando-se como feridos. Decorre daí uma série de situações falsas, e realmente muito cômicas. – No *Bicho-Papão*, outro marido patusco aproveita a viagem que a esposa está fazendo fora do Rio, e organiza, no próprio lar, uma estrondosa festa, com muitas mulheres e muitíssimas bebidas. A esposa regressa, inesperadamente. E toda a peça é um jogo de situações dúbias e complicadas. – No *Sansão*, um marido infeliz, vítima do desprezo da esposa e da sogra, dá-se, de repente, como possuidor de uma fortuna enorme, conseguindo assim reafirmar, mercê de um hábil logro que passou na família, um prestígio que já havia perdido. – No *Carneiro de Batalhão*, o vosso último grande êxito do palco, outro marido pirata trai a esposa com uma criatura chamada Ivone. A amante inventa que do ilícito amor lhe nasceu um filho. Certo dia, inesperadamente, aparece em casa do marido traidor uma criança dentro de um berço. Conduzida por um chofer, a pequenina levava consigo um bilhete, em que alguém, assinando-se Ivone, se queixava do abandono a que estava votada e pedia que o homem, a quem a menina era enviada, tratasse bem a filha... Logo o rapaz concluiu que a criança era seu filho, ou, melhor, o filho da criatura com a qual tivera o episódio amoroso. A coisa se atrapalha, porque figuram na peça uns cinco cavalheiros, todos casados, e, na hora da apuração das responsabilidades, quando se revela o nome de mãe do enjeitadinho, verifica-se que cada um daqueles maridos tem na vida pelo menos uma Ivone. Se fôssemos generalizar a doutrina da vossa comédia, todos os maridos, no teatro ou fora dele, teriam a sua Ivone, ou, mesmo, a sua coleção de Ivones. Eis o que a esse respeito pensa Alarico, o proficiente bilontra do *Carneiro de Batalhão:*

– Os maridos – diz ele, dirigindo-se ao Costinha – os maridos se dividem em duas classes: os que praticam cavalarias de dia e os que as praticam de noite. Piratas das *matinées*, piratas das *soirées*. Os que agem de dia são os hábeis. Tão hábeis que são tidos por toda gente como criaturas modelares. Ninguém imagina que eles, ao sair de casa, à luz do sol, se dirijam para os braços das mulheres. As esposas dão-lhes beijinhos ao portão, quando eles saem. Ah! vão para o trabalho, vão ganhar o pão, o sustento do lar. À tardinha, quando voltam cansados, cansados do trabalho honesto, é ainda com beijos que as esposas os recebem. "Eu tenho absoluta confiança no meu maridinho", dizem, uma por uma, as esposas dos maridos das *matinées,* "tenho absoluta confiança; ele vai pela manhã para o trabalho, volta ao escurecer, e à noite não sai de casa, nem para o cinema!" Como se o amor perdesse o encanto à luz do dia!

A isso pergunta o Costinha:

– E os maridos das bilontragens noturnas?

– Ah! – responde o Alarico. – Esses são desconceituadíssimos. Por agir de noite, agem às claras, e, por agir às claras, se desmoralizam. Não valem nada em casa. O sogro amarra-lhes a cara, a sogra azucrina-lhes os ouvidos, a mulher enche-os de ironias e azedumes. Se um filho faz uma travessura e ele repreende o filho, ouve esta frase: "Se o menino vê os maus exemplos em casa!..." Aqui fora os conhecidos dizem dele coisas terríveis: "Coitada de Dona Fulana!" (Dona Fulana é a mulher dele) "Coitada de Dona Fulana! Casou com um bandido que leva semanas inteiras sem pisar em casa!"

E esse arguto conhecedor da alma dos maridos termina por dar ao amigo um conselho que, por amor à harmonia dos lares, acho prudente transmitir a todos os homens:

– Costinha, quando te casares, toma tento, alista-te na classe dos maridos das *matinées*!

Talvez haja, Sr. Viriato Correia, alguma dama de alma confiante e ingênua, que, tendo ido assistir à representação de vossas peças, do teatro saiu cheia de amargas cismas, a sentir-se vítima dessa irremediável volubilidade a que condenais o sexo masculino. Que essa alma delicada se console, porém, considerando a sábia reflexão da Pupuca, a experiente personagem do *Bicho-*

Papão. Pupuca medita sobre a constância dos homens casados e expõe esta teoria sutilíssima:

– Está chovendo. Aqui caiu uma goteira. Vai-se buscar uma vasilha e coloca-se aqui. Cai outra goteira ali – corre-se a buscar outra vasilha. Mais outra goteira, mais outra, mais outra – vai-se buscar uma bacia, um jarro, uma caçarola. Mais outras goteiras – mais caçarolas, mais jarros, mais bacias. Chega-se a um momento em que não há mais vasilhas para tantas goteiras. Que se faz? Deixa-se a gente molhar, a gente deixa chover. Assim é a vida da mulher casada. O marido engana uma vez. Ela zanga-se, reclama, chora. É a primeira vasilha na primeira goteira. O marido engana a segunda vez. Ela procura ver se o atrai. Engana a terceira, a quarta, a quinta. Ela vai empregando este, aquele, aquele outro remédio. Chega o momento em que são tantas as infidelidades que não há mais remédio, não há mais vasilha. Engana, diabo! Que chova na casa toda.

Certo, é rico de comicidade o vosso teatro, nas situações que concebeis e nos tipos que criais. Mas, também, quanta vez é ele amargo e doloroso! Cheia de melancolia é a vida de Aniceto, o marido que nos mostrais em *Sansão*. Fora rico e prestigioso; agora, porém, empobrecido como está, é dado como doido pela família da esposa, e vive cercado do desprezo de todos. Apenas Amália, a pobre costureira, o admira e o ama – ela, que é conterrânea dele, no vago país do sofrimento e da resignação. Triste, indizivelmente triste, é a vida do Senador Tobias, o político que nos mostrais em *O Homem da Cabeça de Ouro*. Espírito genial, ele viveu para o trabalho de todas as horas e para o honesto amor da Pátria. Quase septuagenário, acha-se cercado pelas filhas, que não o amam, e pelos genros, que o exploram, que o vendem da maneira mais torpe.

Nessas peças todas, que numerosa multidão de tipos vivos, tipos molierescos ou balzaquianos, que parecem viver conosco, tanto lhes conhecemos a alma e o coração! É aqui aquele Fortunato, do *Sansão,* inimigo público dos galicismos, que, pelo seu intemerato amor à boa linguagem portuguesa, bem poderia vir sentar-se a uma das nossas cadeiras azuis. É ali aquele Basílio da *Zuzu*, mandrião e boa-vida, incapaz de pagar as pensões em que se hospeda, e vivendo às sopas do irmão trabalhador. É, depois, o Damasceno, o exemplar malandro de *O Homem da Cabeça de Ouro*, vivendo parasitariamente, fazen-

do suas pequenas ou grandes piratarias, mas sempre amável e simpático, e jamais querendo aparecer como um santarrão. É mais adiante, Militão, o grave Militão, o amigo das missas e das hóstias, que nos pintais em *Carneiro de Batalhão*. É, enfim, o Arquimedes, da peça *Maria*, sujeito precioso, que tinha a ciência das acumulações, e acabou sendo ao mesmo tempo professor, delegado, consertador de máquinas de costura, juiz, advogado nas próprias causas, sacristão, dentista, vigário... e se mais mundo houvera lá chegara!

De outro gênero, marcando talvez novo rumo à vossa obra de autor teatral, é essa *A Marquesa de Santos*, que víamos, há pouco, representada com tanto êxito no Rio. A figura de Pedro I, a figura de Domitila sempre constituíram grandes motivos de atração para o vosso espírito. Em numerosas páginas dos vossos livros de estudos históricos aparece o episódio amoroso do príncipe com a marquesa. Tão viva foi sempre essa atração que a propósito desses amores escrevestes o único trabalho em verso que pude encontrar em vossa numerosa obra.

Realmente, há quatro anos existiu no Rio o que se chamou Teatro Meu Brasil. Para esse teatro, escrevestes uma peça, revista ou não sei bem o que seria, intitulada *Coisinha Boa*. Um dos quadros de *Coisinha Boa* chamava-se "O Fico", e era, em sonoros versos, um diálogo travado entre o imperial Romeu e a sua encantadora Julieta. – É na alcova da Domitila. D Pedro, fardado, dispõe-se a sair, pois vai partir para Portugal. Ela o prende nos braços tentadores, falando-lhe quase à maneira de Castro Alves:

Não saias, meu amor, é cedo ainda!
Inda está longe o alvor da madrugada.
A noite está tão pura, está tão linda,
Que parece de beijos constelada.

Vem aquecer na polpa do meu peito
A cabeça de príncipe amorosa.
De novo, amor, vem desmanchar meu leito,
Que meu leito por ti reascende a rosa.

D. Pedro insiste em sair. A mulher insiste em que ele não saia – e, para prendê-lo, põe-se a chorar. O príncipe perde um pouco a paciência, e exclama: "Bonito! Começou a choradeira!"

Logo, todavia, justifica-se, dizendo, em versos anacrônicos:

Meu amor é maior que a própria vida
(Assim teu peito eternamente o acoite!)
Mais alto que o obelisco da Avenida,
Do que o prédio da Noite!

E se engenho eu tivesse, minha amiga,
Para agora arranjar rimas em alves.
Eu diria: – é maior do que a barriga
Do ilustre senador Lopes Gonçalves!

A sedução de Domitila aumenta, irresistivelmente. Vai-se, nesse momento, aproximando o Chalaça. Afinal D. Pedro delibera entregar-se de todo à bela mulher e clama em alexandrinos, para ela, e, depois, para o valido:

Como é, afinal, para o bem da Nação
Felicidade geral do nosso coração,
Por ti, ó minha negra, eu tudo sacrifico.
Chalaça, vai dizer ao povo que eu... eu fico!

Assim, com maldosa irreverência, tratáveis, há quatro anos, os amores do nosso príncipe.

Não foi esse, entretanto, o espírito que vos inspirou a realização de *A Marquesa de Santos*.

Essa última peça, bem ao contrário, vale como uma reabilitação daquela curiosa figura, que tantas vezes tem sido estudada em nossa História, merecendo aos cronistas e aos eruditos apreciações tão diferentes. Em vossa interpretação, a Marquesa de Santos terá sido apenas uma doce alma de mulher, que andou na vida inquietamente; à procura de repouso para a sua imensa capacidade de sentimento, de ternura e de amor. Julgou achar esse repouso no

coração do príncipe destemido, que, certo dia, ela própria vira, sob o sol de São Paulo, desnastrar a bandeira da independência da Pátria nascente.

Amou-o, porque ele era jovem e audacioso, e, posto que um pouco maluco, admirável de meiguice e de bondade. Foi, porém, traída e humilhada, foi espezinhada pelos que o cercavam – e até mesmo por ele. Quando finda a vossa peça, com o sacrifício daquele coração de mulher – sacrifício que é feito em favor da felicidade pessoal do rei e também em favor dos compromissos assumidos pelo embaixador da Corte do Brasil –, a alma da platéia está vibrando de simpatia e até de amor pela marquesa.

Não sei se teria sido essa a verdadeira psicologia de D. Domitila de Castro.

Mas os poetas são soberanos no seu reino. E não existe, que eu saiba, nenhum inconveniente em que tenhais criado, para uso nacional, uma nova lenda graciosa em torno da amante de Pedro I.

REFLEXO DO BRASIL

Como acabamos de ver, Sr. Viriato Correia, tudo em vós está impregnado do Brasil.

Do Brasil está impregnado o vosso teatro, cheio dos nossos ambientes, dos nossos costumes, dos amores, dos sonhos, dos sofrimentos, das malícias do nosso povo.

Do Brasil estão impregnados os vossos livros de História, os livros em que evocais os heróis que fizeram a nossa nacionalidade, que lutaram contra o estrangeiro para defender o território da nossa Pátria, que invadiram florestas, atravessaram rios e cordilheiras, dominaram índios selvagens e feras espantosas, para criarem o milagre do nosso País.

Do Brasil está impregnada a vossa obra destinada à infância, toda ela povoada das lendas do nosso folclore, dos bichos das nossas matas, das crendices dos nossos homens simples, da ingenuidade, da ternura da nossa gente.

Do Brasil está impregnada a vossa obra de autor de contos, cheia, toda ela, de morenas cheirosas, de mestiças apaixonadas, de cantadores e de músicos, de coronéis matreiros e doutores falastrões, de sertões esturricados, cobertos de sofrimentos, de cidades que progridem num ritmo deslumbrante.

Do Brasil está impregnada, enfim, a vossa vida, dispersa, desenrolando-se em vários ambientes, ora em Pirapemas, ora em São Luís, ora no Recife, ora no Rio, ora em Manaus, ora em São Paulo – mas sempre una, sempre iluminada por um sonho: o da perfeição de uma vasta obra literária.

A Academia vos sente e vos compreende, no evolver de vossa personalidade, tão profundamente brasileira.

E foi por isso que vos chamou para o seu seio, confiante em que aqui podereis dar uma realização cada vez mais ampla às vossas altas qualidades de escritor.

Pela minha voz ela vos saúda, convidando-vos a tomar, sob a proteção das venerandas sombras de Porto-Alegre, Carlos de Laet e Ramiz Galvão, a Cadeira que, como o vosso patrono e os vossos antecessores, vindes enobrecer.

Discurso do
SR. J.C. DE MACEDO SOARES

e

Resposta do
SR. ATAULFO DE PAIVA

Sessão solene extraordinária
do dia 10 de dezembro de 1938

I

DISCURSO DO SR. J.C. DE MACEDO SOARES

Exmo. Sr. Representante do Presidente da República;
Eminentíssimo Senhor Cardeal D. Sebastião Leme;
Senhores ministros de Estado;
Senhores embaixadores e ministros;
Minhas senhoras, prezados confrades, meus senhores.

Existe um velho baldão, já hoje investido em foros de verdade, que se vasa nesta frase feita: "as academias inventaram o discurso". Ora, na atual conjuntura do apregoado, desejo recordar, meus senhores, que ao contrário, foi o gosto dos discursos que suscitou a Academia.

Academio, bem o sabeis, homem provecto e honrado, com moradia faustosa rodeada de jardins, às portas de Atenas, costumava agasalhar alguns filósofos e letrados que se entretinham em longas e cerradas controvérsias. Numa dessas, Platão, com Aristóteles, Teofrasto e outros discípulos, discutindo ensinamentos socráticos e talvez, mais do que o devido, inflamados pelos vinhos capitosos da Trácia – entraram em bulha, pondo em perigo as alfaias, móveis e utensílios do imprecavido anfitrião. Passado o tumulto, Academio, para forrar-se a incômodos e prevenir os possíveis riscos que correriam seus bens, apontando o jardim aos filósofos, decretou, que de então em diante, à sombra das árvores, ao lado das vinhas fecundas, ouvindo a marulhada, os Mestres do pensamento ático acendessem, à vontade, os fogos

do espírito, desgastando a força dos raciocínios em lentos passeios até o cabo Sinium. Assim, Academio, amigo dos oradores, esboçou casualmente a sábia instituição que lhe imortalizou o nome. Quando a cultura clássica, renascente depois de longos tempos das sombras em que se acoita, suscitou no século XVII a célebre agremiação de cultores das boas letras, evocou-se o nome de Academio restaurando-se nas margens do Sena o seu jardim florido e culto de Atenas.

Não foi, porém, a Academia de Platão o primeiro cenáculo da inteligência na história da cultura humana. Convívios espirituais sempre os houve entre homens; a milenar tradição acadêmica não é em si o condão exclusivo duma era, mas o carisma típico e inerente à humanidade civilizada, a qual sempre se exprimiu em discursos, às vezes em acesos debates, acumulando o patrimônio das idéias coevas, na expectativa dos frutos que pudessem dar no futuro.

Eis, meus senhores, por que estamos aqui reunidos nesta solenidade; já que o discurso é naturalmente a criadora voz das academias; visto caber ao último que chega, tentar fazer justiça, saudando na sua Cadeira a sombra do antecessor – não tenho sequer o direito de me escusar ocupando imerecidamente a vossa atenção. Contudo, devo agradecer de pleno a benevolência e generosidade dos que me abriram as portas desta Casa. Pudesse, no entanto, não desmerecer da vossa ilustre companhia, e seria muito mais do que eu mesmo espero, na minha célebre vaidade insatisfeita.

***

Quando Victor Viana foi investido nesta dignidade acadêmica, no discurso de agradecimento que então vos dirigiu, modestamente proclamou receber tamanha honra a beneficio de inventário, convencido de que a mesma se dirigia, precipuamente, à profissão do Jornalismo. "Sou aqui", dizia o ilustre sociólogo, "antes de tudo, representante da minha profissão principal, e honrado de ocupar uma Cadeira cujo patrono foi jornalista, como jornalistas foram o seu fundador e o grande poeta a quem me coube suceder". Sociólogo, economista, crítico de arte e de literatura, técnico da administração pública, tudo isso era somenos para Victor Viana, que soltava toda essa rica plumagem, contanto que lhe ficassem as plumas de jornalista.

Assevera o meu preclaro antecessor que o Jornalismo é um gênero literário, acrescentando não ser possível separar o escritor que labuta na impren-

sa, do jornalista que publica livros. Aos literatos e jornalistas, Victor Viana assinalava missão comum, a mais alta, a mais nobre nas sociedades modernas:. – a defesa da liberdade de pensamento. Pois como instrumento da livre expressão do pensamento, é que o livro e o jornal diferem irredutivelmente. Quando mais substancioso for um livro, como alimento do espírito, mais será vitualha de conserva. O jornal, ao contrário – perdoai-me a audácia da expressão –, é carne verde, substância protéica, de fácil e rápida assimilação. O melhor livro é uma reserva de idéias guardadas em páginas de bronze. Justamente quando o livro se aproxima da bela e perfeita expressão da verdade é que é mais durável, com maior profundeza de humano. O jornal, por maior que seja o seu orgulho, o que menos pretende é ser integralmente justo e veraz. As páginas de um jornal desfolham-se numa ligeira manhã. São o repositório do orvalho tremeluzente da novidade, um ligeiro perfume, realidades compostas sutilmente de efeitos de luz – reduzindo-se, no mais das vezes, a um ponto de vista cambiante e passageiro.

O literato põe tesouros de ternura na vestimenta de suas idéias. O vocábulo sorri, chora, vibra, afrouxa, dilui-se; o autor descobre-lhe relações sonoras e simbólicas com o mistério da Criação, nos seus aspectos multiformes. A paleta do poeta encerra a multidão policromática dos vocábulos. Victor Hugo entesourava palavras como o usurário acumula moedas cantantes e lúcidas. Suas descrições mais poderosamente evocativas fizeram-se com a abundância das tecnologias profissionais: nos *Trabalhadores do Mar*, a narrativa do naufrágio de "La Durande" é composta de termos náuticos, pesquisados nos manuais de aparelho dos navios.

Dir-se-á que os poetas procuram na abundância do vocabulário o sortimento de sonoridades de que carecem o ritmo e a rima da sua arte. Mas a verdade é que a meticulosa pontualidade da expressão persegue o homem que se manifesta ao público, falando ou escrevendo. Melhor ainda. A propriedade da linguagem é o principal instrumento da clareza do raciocínio; faz parte das profissões e impõe-se até aos que na mais baixa camada da sociedade precisam de explicar, fixar, distinguir o mais ligeiro fato da natureza relativo às preocupações de seu estado. Um sábio sueco que na região do Panamá observou longamente a tribo dos Cunas refere que no seu vocabulário selvagem figuram nada menos de quatorze verbos para exprimir os qua-

torze movimentos de cabeça do caimão! Não pode haver maior escrúpulo na exatidão da linguagem!

Qual o jornalista que perde o seu tempo, se preocupa, se emprega, se arruína, nessa exibição meticulosamente exata da representação literária dos fatos que descreve? Para fazer o seu jornal vivo e crepitante, bastam-lhe a clareza e a graça, a ajuda do bom gosto natural – a elegância do *currente calamo*. Nem há tempo para mais. Não. O Jornalismo não é um gênero literário. O Jornalismo é uma função política. A expressão "política" veio-nos do grego e corresponde em vernáculo à "ética do Estado", ou por outra: à filosofia moral do governo dos Estados. Ora, tudo no Jornalismo moderno corresponde superiormente à ordenação moral e espiritual da sociedade. O simples noticiário de polícia – aparentemente o primeiro degrau da profissão jornalística – põe no seu tecido as paixões, os interesses, as alegrias, os sofrimentos, as dúvidas e as ilusões da existência individual e coletiva diariamente exemplificados, ostentando-se com um ensinamento eloqüente, filho do conhecimento e da prática.

Os jornais são os cinco sentidos das aglomerações humanas. Constituem a atmosfera comum em que vibram as inteligências de um povo, formam a contigüidade das opiniões, estabelecem as fórmulas que uniformizam os conceitos, assim accessíveis a todas as bitolas mentais. No jornal, o mais humilde, o mais modesto sinal tipográfico tem sua significação eminentemente social, e portanto política.

***

Meus Senhores, correu muita água por baixo das pontes desde a noite da recepção de Victor Viana neste egrégio Cenáculo. O eminente polígrafo falava com a tristeza de quem previsse a próxima derrocada da Ordem em que formou o seu belo espírito e em que viveu descansado e pacífico. Os tempos tocavam o fim. A terceira década do século viu os núncios da irremediável transformação; e a quarta em que vamos, consumou o sacrifício da mais bela, harmoniosa e feliz civilização que a humanidade concebeu no planeta.

"Jornalismo e Literatura", observava o vosso recipiendário de 10 de agosto de 1935, "têm o dever de cooperar na defesa da liberdade de pensamento." Já um filósofo alemão, anos antes, denunciava os perigos do "politismo", isto é, da absorção da pessoa moral e física dos humanos, no Estado. O

tempo de Victor Viana tinha passado. Feliz o sociólogo perempto, que não assistiu ao enterro de suas doutrinas.

Quando a minha geração abriu os olhos à vida intelectual tínhamos como certo que a perspectiva no tempo era indispensável às conclusões da filosofia da História. Erro singular. Hoje, passados 25 ou trinta anos, vemos que a história decorre nos nossos dias; completa os seus ciclos vertiginosamente, debaixo das nossas vistas. As instituições se atropelam. Os estados sociais se sucedem tumultuariamente.

Relembremos o brevíssimo trânsito da imprensa livre. Nasceu em 30 de maio de 1631 o jornal de Théophraste Renaudot, contemporâneo da Academia Francesa, também amparado pelo braço poderoso do grande gênio político, o Cardeal de Richelieu. *La Gazette* teve um precursor em Veneza – *Fogli Avvizi*, cujos exemplares se vendiam pela moeda da República dos Doges chamada "gazetta", e daí lhe veio o nome. Contudo a notoriedade da folha volante de Renaudot valeu-lhe a consagração da prioridade, como aconteceu aos irmãos Montgolfier em relação ao nosso Bartolomeu de Gusmão, que os precedeu na invenção dos balões.

Se o ano de 1631 viu nascer o primeiro jornal impresso, que foi o germe da imprensa moderna, não viu por certo nascer o Jornalismo livre. Das revoluções liberais é que irrompe a imprensa livre. Desapareceram a censura, os registros, as cauções, as declarações de responsáveis. Mas as luzes dessa madrugada de liberdade duram pouco. Em França só a III República, com a lei de 1881, firma a liberdade de imprensa.

O caráter utilitário e conservador da imprensa inglesa assegurou-lhe vida mais tranqüila. O *Times*, o *Morning Post* e o *Morning Advertiser* atravessaram incólumes o século XIX, suas guerras, suas revoluções, mudanças de regimes e de instituições, dentro de aparências inalteráveis.

Conta-se que um dos jornalistas do consórcio de Northcliffe, descendo no elevador da *Carmelite House*, em companhia do famoso açambarcador de jornais londrinos, saudou insistentemente, tirando o chapéu, o rapaz de serviço no ascensor. Northcliffe não se conteve que não observasse o mau gosto daquela singular exibição. Não era propício à disciplina da casa que os jornalistas brincassem com os pequenos empregados. Explicou-se então o interlocutor do patrão, dizendo: "Brincar! *Good heavens*! Não estou brincando,

estou preparando o futuro. Quem sabe se o servente de hoje não será amanhã o redator-chefe do *Daily Mail*?"

Esse episódio é o ponto que encerra o ciclo da imprensa de opinião, iniciando o da imprensa de informação. A breve evolução veio da *Lanterna* de Rochefort ao *manager* londrino, que não organizou suas empresas (obra de seu irmão, *Lord* Rothermere) nem escreveu os seus artigos (serviço que se atribui a Kennedy Jones). Eis aí a distância que vai do gênio político à capacidade industriosa. E a imprensa, que foi na segunda metade do século XIX a voz essencialmente política, o grande órgão democrático, o ambiente espiritual em que respiravam as instituições políticas e jurídicas adequadas a esse tempo transformou-se, no século em que vamos, num dos seus mais graves problemas sociais, pois que o capital com suas irresponsabilidades morais, a indústria com seus múltiplos tentáculos, e a finança com sua tendência internacional se apoderaram do instrumento da inteligência na formação da opinião pública para aplicá-lo, no interesse de seus negócios, a ganhar dinheiro.

Mas o nosso ilustre antecessor não foi do tempo dessas conclusões melancólicas, e por isso logo nos primeiros períodos do seu discurso de recepção, insistiu na profissão de fé de um sistema de idéias definitivamente extinto: "Jornalismo e Literatura exercem a mesma ação necessária; e neste momento grave da História têm o dever de cooperar na defesa da liberdade de pensamento!"

A liberdade de pensamento, isto é: a liberdade de exprimir uma opinião é um conceito cuja substância se forma na cultura e civilização de um povo, mas cujas normas políticas e jurídicas dependem das instituições do Estado.

A Constituição em vigor, no seu artigo 122, assegura aos brasileiros e estrangeiros o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Em o número 15 declara: "Todo o cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento oralmente, por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei." Evidentemente, trata-se de um direito garantido, não de uma licença arbitrária. Mas a letra *a* desse dispositivo admite na normalidade constitucional a censura prévia da imprensa, com o fim de garantir a paz, a ordem e a tranqüilidade pública. Quem é o juiz dessa finalidade? O governo, quer dizer: o Estado Policial. A Constituição manda que a imprensa se regule por lei especial, e logo no frontispício dessa lei afir-

ma que "exerce uma função pública". Ora, aí não se trata do exercício de funções administrativas por agentes do Poder Público. A "função pública" a que se refere o dispositivo constitucional prende-se à nova concepção dos deveres do Estado na garantia ativa dos direitos individuais. No tempo de Victor Viana, a finalidade da associação política era a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem. As tábuas em que se inscreviam tais direitos, desde as famosas declarações norte-americana e da Revolução Francesa, davam corpo jurídico aos atributos políticos do homem livre, vivendo numa comunidade civilizada. Depois de Victor Viana surgiu o Estado, entidade rígida, a qual tomou a si realizar na lavoura dos deveres coletivos a colheita dos direitos individuais.

Surgindo, o Estado moderno substituiu, como fato real, a Nação que se definiu como fenômeno sentimental, incapaz de se manifestar nos problemas quotidianos que tratam da vida, do trabalho, da paz, da liberdade e da felicidade popular. Esse Estado titânico afirmou desde logo a igualdade democrática, quer dizer: a igualdade no ponto de partida – daí em diante os homens se distinguindo e merecendo, na proporção dos serviços prestados ao próprio Estado.

A Constituição da Polônia de 1935, uma das matrizes da Constituição outorgada ao Brasil de 1937, também assegura a liberdade de consciência, de palavra e de associação, mas nos limites determinados pelo interesse público. Essa Constituição prevê uma legislação especial à imprensa, o que pode ser um método de lhe assegurar a verdadeira liberdade, que é condicionada pela ordem legal.

Ora, meus senhores, toda essa controvérsia gira em torno da proposição do Estado como entidade social, emanação da mais imperiosa necessidade material, condensada nas realidades vigentes. O Estado, assim considerado, é o árbitro dos interesses particulares segundo as exigências do interesse coletivo. Seus objetivos alargam-se indefinidamente através do horizonte limitado das gerações e projetam-se na perenidade nacional.

Entre Victor Viana e seu sucessor – estamos vendo – quebramos uma esquina da história da civilização. Mas os povos nessas eventualidades – e o fato não é novo ao espírito humano – não fazem a conversão simultânea e unanimemente em passo de parada, como os antigos regimentos da Guarda Imperial Alemã evoluíam a passo de ganso, em Potsdam. Os povos subme-

tem-se às novidades dos tempos, seguindo suas contingências, necessidades e conveniências. Adaptam-se às determinantes da existência material que é afinal o receptáculo das aspirações do espírito. Não basta que as reformas surjam no caminho das nações. A grande questão, que é o verdadeiro elemento de todos os problemas políticos, é a viabilidade, a oportunidade ou a inoportunidade da adoção das novidades.

Meus Senhores, a quem cabe discernir o viável do inviável no destino dos povos? As leis talhadas em mortalhas acompanham a decomposição do corpo; não glorificam o espírito. Não é a lei, não são os regimes e instituições que adivinham e constroem a sorte das nações. Esse papel histórico tem sido através dos tempos disputado pela mais nobre forma da inteligência humana, e a sua sombra funesta: a primeira é a política; a segunda é a demagogia.

A civilização atual suscitou nova modalidade de demagogia: a dos técnicos. A consciência da técnica é a última superstição da ciência. A especialização é a compartimentação do cérebro, é o encerramento das idéias em células estanques, limitando a inteligência ao seu objeto direto e invariável. Ora, a política é a adivinhação, a improvisação, o sentido do geral o gosto do passional, e por tudo isso o contrário da disciplina do espírito, cuja absorvente aplicação leva aos píncaros da ciência. O técnico é, pois, a negação do político; o político floresce na praça pública, o técnico isola-se no laboratório. Mas a civilização da máquina havia de sugerir o seu grande instrumento que é a técnica, como capaz da habilidade universal de resolver os problemas de governo das sociedades humanas; e por isso apresentou o técnico como o substituto do político. Se na realidade não se deu a substituição impossível, contudo ficou o equívoco do sujeito e sua sombra, da realidade e sua projeção obscura, que é ao mesmo tempo uma negação e um absurdo.

Ora, ninguém pode aplicar as medidas da lógica aos monumentos da política, que se talham na alma e na carne dos povos. Realizar é um verbo impreciso no tempo. Pode ser um equívoco que se desmanche numa palavra; pode ser a muralha de Salomão desafiando os séculos.

O fato é que estamos na época de transformações exigidas por sobressaltos tremendos das sociedades humanas. Muitas estruturas, mal se constroem, desabam logo fragorosamente. Algumas das grandes pedras da edificação social e política que presenciamos sairão do caos aparente, tomarão figura

compreensível e nos dirão o segredo de seus fins. A revolução que lavra no mundo é um simum revolvendo as areias do deserto. Tudo parece uma convulsão do materialismo científico, da luta dos egoísmos de classe, da fúria implacável de dominação. Mas à porta do deserto está a esfinge. Quando a interrogarem na linguagem que desvenda os mistérios da Criação, talvez surja nos horizontes do mundo a manhã radiosa da paz nos espíritos.

Vede bem, meus senhores: a paz nos espíritos é o fim dos fins.

O meu antecessor legou-nos, eminentes confrades, o encargo de defender no espiritual a liberdade de pensamento. No temporal sua herança foi de igual quilate clássico: bons orçamentos, boa moeda, boas finanças!

Victor Viana, sociólogo e economista, encontrou no *Jornal do Commercio*, o *habitat* da sua vida de espírito. Floresceu e frutificou com as raízes fincadas na terra fecunda das realidades e certezas do seu tempo. Não foi, porém, uma árvore isolada; foi um vergel. O *Jornal do Commercio*, monumento da nossa cultura, o órgão secular mais fiel e autorizado da sociedade brasileira, condensou afinal as convicções da época de Victor Viana.

Meus Senhores: a meditação e o estudo da História da Civilização impuseram-me o terror dos julgamentos globais e definitivos. Na evolução das instituições humanas não há erros; há fases, aspectos, tempos, digressões, atalhos. O advento democrático de 1739 trouxe uma florescência de verdades provisórias. Tais verdades foram, a bem dizer, elementos de cálculo, retirados desde que se consumou sua utilidade na construção das idéias. Erram os julgadores apressados, os cérebros adequados às conclusões definitivas, os fanáticos dos sistemas e os demagogos das fórmulas verbais. Do amor à liberdade dos revolucionários da Enciclopédia não terá surgido a opressão capitalista? Karl Marx enquadrou no materialismo histórico a decadência e o fim dessa opressão. Hoje, esse dogma é um *iceberg* perdido no caminho dos trópicos.

Os fatos irredutíveis encarregaram-se de mostrar, entre os dias de Victor Viana e os nossos, que eram falsas a explicação liberal, como a explicação materialista das sociedades humanas. A vida social não é um idealismo inerme, pasto indefeso dos egoísmos individualistas; mas a vida social também não se reduz ao embate dos fenômenos econômicos, não se limita à repercussão das necessidades materiais, completamente vazia dos tradicionais deveres morais, dos compromissos espirituais da vida coletiva nacional.

Quando Karl Marx esperava que a evolução final do capitalismo desaguasse no incomensurável da sociedade comunista, interferiu a nova concepção do Estado; fez-se espontaneamente a retificação dos fatores do idealismo individual; surgiu uma concepção de desinteresse e sacrifício do fato presente, em benefício das grandes esperanças na sobrevivência da nação.

No seu discurso de recepção, Victor Viana aludiu aos dois temas da ciência financeira do seu tempo: equilíbrio orçamentário e moeda sadia. Hoje quem limitaria os problemas financeiros à ciência das finanças? Hoje todos os problemas financeiros outra coisa não são senão problemas políticos e sociais.

Nos dias que correm, meus senhores, não há bons orçamentos nem moeda sã. O que há é boa política, ordem e justiça social. A própria economia se apresenta tão dependente do sistema político que poderíamos dizer: isoladamente também não existe. A predominância, isto é, o poder "estatal" não demora nem no financeiro nem no econômico. Reabilitou-se na fórmula política, introduziu os elementos na consciência nos fatos materiais, entrou como temperamento na luta entre o individualismo liberal e as imposições materiais das coletividades humanas. Em vez de separar o que é de Deus do que é de César, interpretou o temporal segundo as aspirações do espiritual; e decidiu que o transitório das gerações teria de se submeter ao perene das nações.

Victor Viana conheceu governos com boas finanças e má política. Conheceu governos ricos em nações pobres. Conheceu moedas sadias regulando comércios arruinados. No seu tempo essas incoerências eram possíveis, porque a liberdade política era um credo encobrindo a escravização econômica. Afinal, a humanidade vislumbrou que alguma coisa existia no planeta, além das contingências e dos inevitáveis das necessidades materiais. A consciência humana descobriu que o mundo físico mudaria sob a iluminação do ideal e que as nações só poderiam subsistir tomando como pontos de aferição de seus destinos os fanais que brilham nos caminhos do céu. Eis aí *Sursum corda!*

Dêem-nos uma estrutura política sólida; dêem-nos autoridade, disciplina, coesão social; e teremos espontaneamente os índices da paz de espírito dos povos, que levam às boas finanças e à moeda sadia. No tempo de Victor Viana, dentro de bons orçamentos do Estado diluíam-se as efervescências das paixões políticas. A política era a diversão dos povos felizes. Hoje, a política

global do governo responde por tudo, e o fito dessa política não se pode reduzir ao programa de um partido, mas deve abranger a ordenação total da vida social, tirando dela o santo dos santos que é "a paz nos espíritos". Sem paz nos espíritos não há orçamentos equilibrados, nem moeda sã, nem comércio exterior, nem vida internacional.

O "liberalismo", segundo a concepção de Adam Smith, era o Estado de braços cruzados. O Estado, na fórmula abstencionista, desamparava a liberdade de todos, permitindo a opressão de muitos. Evidentemente a lei do mais forte é a lei da natureza, e o capitalismo prosperando à sombra do "liberalismo" definiu-se uma concepção eminentemente materialista da sociedade ocidental. O desvendamento final desse panorama sinistro não foi do tempo de Victor Viana, que morreu na confusão de "liberalismo econômico" com liberdades políticas. Hoje, ao assumir a sucessão do ilustre sociólogo e publicista, posso declarar uma verdade pacífica: o liberalismo econômico perempto restaurou a liberdade política. A confusão das duas vozes é o que ainda retém os inimigos da violência num sistema realmente gerador de injustiças e opressões.

Resta consagrar a generosidade, o desinteresse material, o sentido de humanidade que eram os móveis e os impulsos da mentalidade liberal do século XIX. A civilização que resultou desse singular fanatismo individualista foi uma das mais brilhantes da história do mundo. A justa liberdade e o espírito científico sublimaram a consciência humana e estão mantendo, na crise da transição, o fogo sagrado da verdadeira liberdade. Aparentemente, os regimes de ditadura, de poderes discricionários, estão no apogeu dos tempos; na realidade o que já vem despontando é a democracia jurídica, uma instituição de ordem social, protegendo a dignidade e a personalidade humanas.

O Estado vai ser o eixo da nova época histórica, isto é, vai assumir as funções arbitrais entre os deveres e os direitos da coletividade e do indivíduo. O verdadeiro Estado moderno não será, pois, a propriedade de alguns, mas a salvaguarda de todos. Não será uma tirania que é a antítese da legalidade. Não será um regime de violência que é o oposto à universalidade da Justiça.

Falta-nos estabelecer as fontes da legitimidade dos novos Poderes Públicos. Não se descobriu nada melhor do que o sufrágio democrático, cujos defeitos são, aliás, bem conhecidos. O paradigma das instituições eternas é a Igreja Católica; mas nessa estrutura política intervém o idealismo divino, imu-

tável na fé. O idealismo humano, que reponta com o sentido da imortalidade, é o culto racional da Nação, o amor de um destino comum, sem fronteiras no tempo, mantendo nas gerações que se sucedem uma esperança inesgotável.

O verdadeiro nacionalismo é a tríplice interpretação idealista: – da *personalidade*, como consciência e inteligência; da *família*, como sentido de solidariedade na sua continuidade; da *Nação*, como origem e fim, como perenidade nos tempos, significando a vida de cada um, vertendo afinal no grande estuário da existência eterna da Pátria. E assim vemos que o nosso século fugiu às marcas dos filósofos sectários, e, em vez de ser a estepe do materialismo histórico ou o circo romano em que combatiam as feras à lei do mais forte – será um amanhecer do mais confiante idealismo, o repouso nas grandes forças morais, o triunfo dos compromissos tradicionais das leis humanas e divinas.

Em resumo: os tempos modernos trarão a confirmação de movimentos antigos. A sociedade não deve ser organizada sobre elementos materiais, instrumentos de trabalho, meios de produção que evoluem e se transformam à vista; mas deve fundar-se sobre as exigências e aspirações da alma humana, que é a centelha divina crepitando eternamente no mundo.

***

Victor Viana, filho do ilustre professor Ernesto da Cunha de Araújo Viana e de D. Teresa de Figueiredo Araújo Viana, nasceu em 23 de dezembro de 1881. Sua honrada estirpe mineira provinha do Marquês de Sapucaí, cujo busto o bisneto teve a glória de inaugurar solenemente na praça pública de Vila Nova de Lima, sua cidade natal.

Seu pai foi o melhor mestre nos cursos colegial e acadêmico de Victor Viana. Incutiu-lhe e ordenou-lhe o amor aos livros, deu-lhe um método de estudo que foi sua segunda natureza no decorrer da existência.

Muito moço, Victor Viana começou a escrever para os jornais: freqüentou as colunas das revistas acadêmicas: *Época* e *Gênesis*; passou logo depois a colaborar na *Imprensa* de Alcindo Guanabara e em *O País*, ancorando afinal no *Jornal do Commercio*, em cujas páginas amadureceu a pensamento; e por mais de trinta anos foi seu redator eminente. Desabrochando na alvorada deste século, Victor Viana começou a perlustrar os tempos mais patéticos da história da humanidade, cheio das conclusões cabais de uma civilização convencida de ter atingido o apogeu da glória. Se na Europa chegavam

ao fim dois grandes reinados – da rainha Vitória e do papa Leão XIII, – na América, a libertação de Cuba assinalava a revelação do novo-continente como poderio militar. Se os fatos internacionais se desdobravam assim, harmoniosamente, encerrando cada ciclo na perfeição, como elos da mesma corrente, estendendo-se ao mesmo tempo através de mares e terras, assinalando no planeta a predominância da civilização do Ocidente europeu – no Brasil, as novas instituições republicanas, adaptando-se ao ambiente político, criavam uma fórmula artificial, porém estável, susceptível de se aperfeiçoar numa evolução que a índole benigna e a vivacidade de espírito do nosso povo favoreciam. Essa fórmula foi, como sabemos, a oligarquia como poderes quadrienais, os governos federal e estaduais gerando-se na máquina governamental à falta de comícios eleitorais legítimos.

Exatamente em 1900, Campos Sales ia em meio da obra de restauração financeira, corolário da política de fortalecimento da autoridade central, apoiado incondicionalmente nos governadores estaduais. Essa política de força e de prestígio assegurou a ordem pública, ainda periclitante no primeiro quadriênio de governo civil. O terceiro quadriênio, chefiado pelo Conselheiro Rodrigues Alves, partindo da segurança da ordem pública, da restauração financeira e do prestígio da política autoritária, firmados pelo Presidente Campos Sales, traçou o grande programa de base, adaptando o País às exigências da vida moderna. Esse período, agora tão vivamente evocado pelo Sr. Luiz Edmundo, foi o das manifestações dos homens de governo no regime que então fazia suas primeiras armas. O Barão do Rio Branco, apoiado no Visconde de Cabo Frio, punha um tesouro de conhecimentos e experiência a serviço da República, que. soube aproveitá-lo com singular proficiência. Vários presidentes – elementos díspares de uma oligarquia continuada, adivinharam que o supremo interesse do País era a conservação meticulosa do chanceler e de sua política. Nos negócios exteriores, um só ministro a cada regime; a renovação exige-se nos negócios interiores, cujo aperfeiçoamento se faz da variedade das contribuições de muitos homens hábeis e capazes.

Recordemos, com admiração e respeito, alguns nomes dos colaboradores do governo e da política do Presidente Rodrigues Alves: Osvaldo Cruz, Francisco Passos e Frontin, Leopoldo de Bulhões, Lauro Müller e esse extraordinário lutador que ainda está de pé entre nós, como um grande exem-

plo: José Joaquim Seabra. O Exército ainda era o da velha escola, dos Mallet, Argollo, Costallat, Bormann, sendo os moços de então os Srs. Sousa Aguiar, Hermes da Fonseca, Belarmino de Mendonça, Caetano de Faria. Na Marinha os Noronhas, Proença, Guilhobel, Huet de Bacelar, Alexandrino de Alencar entravam a substituir a grande geração marinheira dos Jaceguai, Custódio de Melo, Saldanha, Wandenkolk.

Estou cometendo, meus senhores, a imprudência de citar alguns nomes a esmo, mas sem esquecer nenhum, de tal forma todos se impõem à minha veneração patriótica. Pelos que deixo assinalados vemos a grande Marinha e o grande Exército desse tempo. Pois foram tais quadras de progresso político e social do Brasil que a Grande Guerra surpreendeu como a tempestade sombria deflagrada no céu azul. Victor Viana sobreviveu por mais seis lustros. Nessas três décadas nenhum fato novo no tumulto do cenário do mundo escapou à argúcia de seu espírito. Pouquíssimos estudiosos, neste país, teriam seguido como ele, dia a dia, o turbilhão revolucionário. Historiador, político, jurista, crítico filosófico, economista, – o meu ilustre antecessor não perdeu um jota da enorme algaravia, que se processava na confusão, ao pé desta torre de Babel. Como um prenúncio funesto, já então doutrinas, interesses, ódios, pretextos, fanatismos, tudo marulhava sobressaltando os povos inertes e abandonados na infinita desgraça do seu apocalipse. Entretanto, para Victor Viana, os últimos anos devem ter sido de estupefação, surpreendendo continuamente o seu espírito formado em compreensíveis instituições políticas e sociais. A indisciplina, a subversão da hierarquia redundaram na depreciação dos valores até então indiscutíveis. Justamente porque o fenômeno não era apenas indígena, chegando-nos do mar alto como ressaca de tempestade longínqua, mais terrível nas suas ameaças misteriosas se devia apresentar à inteligência do meu ilustre antecessor.

Alguma coisa, porém, sobrenadava na confusão das águas. O refúgio de Victor Viana foi a camaradagem do *Jornal do Commercio* e a infalível amizade de Félix Pacheco. A responsabilidade que a tradição de *O Jornal* põe aos ombros de seus sucessivos dirigentes constitui afinal um sistema de princípios morais e intelectuais muito chegado a uma filosofia religiosa. Sempre houve, está bem entendido, a forma, o estilo, a apresentação em público do *Jornal do Commercio*; mas também o pensamento, o fundamento das idéias, o corpo de

doutrinas dos redatores e colaboradores do velho órgão se harmonizam no ritmo conservador que a tradição impõe, o qual consiste em somente aceitar as inovações depois de darem provas práticas, isto é, admitir o futuro depois de se transformar em passado. Não digo que o *Jornal do Commercio* tenha sido sempre a sentinela da vitória. Não é isso. O que repugna à sua índole conservadora é a improvisação, as decepções do pouco mais ou menos, os embarques de imaginação com planos e projetos de fantasia.

Fato interessante, curiosa coincidência: França Júnior, Urbano Duarte, Augusto de Lima, Victor Viana, todos pertenceram, na continuidade de uma época de florescimento intelectual, à colméia secular da nossa imprensa. Esta Cadeira tem, pois, a impregnação de muitas vidas de espírito, que sob diversas modalidades provieram da mesma inspiração brasileira.

Já não existem hoje, no bulício de uma grande metrópole em que se transformou a cidade da Rua do Ouvidor – os convites de letrados e estudiosos, as tertúlias de poetas e cronistas, de jornalistas e boêmios. A grande imprensa de informação impõe matinalmente opiniões estereotipadas sobre todos os assuntos em curso. As edições sucessivas retificam, corrigem, concluem no seguimento dos fatos. O circulo que encerra o homem da rua excluído, isolado, proibido de formar um conceito sobre a coisa pública, quanto mais de exprimi-lo livremente, alarga-se, estende-se cada dia em toda a parte do mundo. Os que governam expandem a mentalidade de usina elétrica. Sua grande função é captar a força misteriosa, distribuí-la. Exercem um mandato da Natureza, são um poder do destino, exato e infalível como uma operação de cálculo. Os homens da rua, as multidões da rua, as nações da rua contentam-se com as declarações oficiais que são as justificativas dos governos na linha de seus destinos.

Victor Viana não foi, não sabia ser, não se conformaria em ser um homem da rua. Homem derradeiro de uma raça desaparecida recebe nesta cadeira vazia a homenagem de um sucessor, que por milagre ainda balbucia na mesma linguagem nativa.

***

Minhas senhoras e meus senhores.

Eu, que sinceramente creio em Deus e muito amo a minha Pátria, não poderia fechar o meu despretensioso discurso com palavras estranhas aos dias

que correm, recordando a sorte melancólica dos que viveram na volta dos tempos.

Victor Viana aqui deixou luz bastante para guiar o seu sucessor, que, honrado em pertencer a tão nobre Companhia, vos afirma a sua inabalável confiança nos destinos do Brasil!

II

RESPOSTA DO SR. ATAULFO DE PAIVA

Senhor Macedo Soares,

Curiosa e significativa singularidade esta de que, ao serdes recebido na Academia, aquele a quem cabe dar-vos as boas-vindas possa dizer: Não é a primeira vez que a Academia vos recebe!

Neste ambiente azul, talvez nenhum outro tenha tido semelhante honra e tão grande distinção. Mas não termina aí o insólito do caso: quem agora vos recebe já aqui mesmo vos recebeu.

Vindes hoje para ser vossa fronte cingida pelos louros acadêmicos; há dois anos e meio éreis vós que nos trazíeis louros – os louros do Lácio, na mesma sagrada terra onde vicejaram os que coroaram os heróis das guerras púnicas e gaulesas – e que lá mandastes buscar a fim de os transplantar para o jardim da Academia. Delicada idéia, que somente de um cérebro cultivado finamente poderia ter brotado, e pela qual a beneficiada voz fez uma recepção pouco menos solene do que a de hoje, ante o fulgor de uma assistência de embaixadores de reis e de repúblicas, bem como dos mais legítimos plenipotenciários das letras e das artes. E, como agora, notavam-se também nesta sala lindas rainhas – sem coroa, não importa, mas com a majestade imperecível da graça, – dessas cujo poder eterno as revoluções não podem destruir e a quem todos os regimes têm de beijar a mão.

Ainda, como hoje, coube ao acadêmico neste momento com a palavra a incumbência de vos saudar. Tarefa então bem mais fácil, porque limitada a

um tema único – o doador de loureiros à Academia, – ao passo que, desta vez, meu encargo se amplia desmedidamente, compreendendo os numerosos temas em que se desdobra a vossa personalidade opulentamente variada, complexa, quase desnorteante por deslocamentos no tempo e no espaço, empreendedora simultânea de atividades diversas, saltando de uma grande posição para outra maior e, depois, recolhendo-se à anterior, para não tardar a galgar nova montanha azul banhada de luz solar.

Vossa vida nos últimos vinte anos dá-me uma impressão curiosa, algo original, mas que atua em mim com a precisão de uma imagem visual. Vejo vossa vida como se fosse a de um destro e valente jogador de xadrez a disputar com o Destino uma partida emocionante, interminável, na qual o campeão Macedo Soares – por sinal, jamais abandonado das graças dos deuses – manobra em longas diagonais com as suas rainhas e seus bispos, surpreendendo o adversário com inopinados saltos do cavalo; roca a torre quando precisa ganhar tempo e, avançando sempre, sempre melhorando, defende cautelosamente o seu rei, ao qual, até hoje, tem, com sorridente habilidade, sabido livrar dos xeques-mate.

Esse sagaz Alekhine, que às vezes finge de amador, mas é um mestre; que dá ao adversário a enganadora impressão de não preparar golpes e cujo intento se dissimula atrás de um olhar suavíssimo, "olhar de claridade intelectual, que esclarece a alma, e onde brilha a serenidade na luz da reflexão...", tudo isto fornecia assunto para livros.

Só à custa de omissões propositais e de uma compreensão desagradável a quem o faça com a consciência de estar sacrificando um fértil material de estudo e comentário – só assim poderá sua personalidade caber na concentrada sinopse imposta pelo molde tradicional da saudação acadêmica e... pela não ilimitada resistência do auditório.

Cumpre também não perder de vista o que deveria estar gravado no frontispício das casas onde habitualmente se fazem discursos, principalmente nas academias, esses discursos que tanto e tão bem acabais de louvar na vossa formosa oração, primor de concisão.

"Todos os gêneros são bons, exceto o enfadonho", conforme, há quase dois séculos, disse um genial escritor, que, melhor do que ninguém podia opinar e sentenciar, mas, apesar de tamanha competência, não escapou, ele pró-

prio, à culpa de ter perpetrado alguns poemas que não se lêem sem que as pálpebras pesem de cansaço –, falemos francamente: alguns poemas que já ninguém pode ler. E, entretanto, escreveu-os Voltaire! Terrível advertência que, a julgarmos pelas montanhas de papel impresso, que, não fossem o fogo, o cupim e as "sapucais", acabariam por modificar o sistema orográfico do globo; terrível advertência que, não obstante, a sempre crescente produção literária, por aí além, indica terem-na alguns autores imprudentemente desprezado!

A mim, porém, a ansiedade dos olhares da assistência está a lembrar-me o juízo de Voltaire cada vez que passo a ler uma nova tira deste discurso.

Se, conforme dissestes há pouco, às academias se atribui a invenção do discurso, e, se, para o nome delas Academus deu o seu, não lhes cabe por isso qualquer censura. Discursos acadêmicos podem ser suportáveis e até integralmente agradáveis –, do que acabais de dar um sugestivo e brilhante exemplo. O mal não estará nunca em serem acadêmicos, mas na eventualidade de se tornarem maçadores. Sempre com razão Voltaire... Conseguistes, consumado timoneiro, evitar o escolho; Deus a mim também permita navegar ao largo dele.

Aliás, devo confessar que me anima a impressão de que a misericórdia divina já se pronunciou em meu benefício, pelo aviso – que ouso interpretar como uma oportunidade preparada lá no Alto – pelo aviso, dizia, que me deu um autorizado representante de Deus na terra e brilhante legado do Vigário de Cristo no Brasil. Tenho a satisfação de o divisar entre nós, bem perto de mim, a seguir-me com seu ouvido bondoso, talvez presa de certa inquietação...

Sinto que o enviado do Céu está a perguntar a si mesmo: Irá o orador esquecer o conselho que indiretamente, há tempo, lhe dei?

Não, caridoso amigo. Tenho bem presente aquele encontro em que a eminente personagem se referiu a uma saudação que no dia seguinte me caberia pronunciar nesta Academia exatamente a vós, caro confrade, a quem agora novamente recebo: era o agradecimento nosso pelos loureiros romanos.

– Sei que amanhã será o senhor o orador – disse-me o prelado amante do nosso País, em cujo tom reticencioso não me escapou algo de especial e que daí a pouco se esclareceria, como justificada prevenção de quem já fora em dado momento vítima (nesse dia só, graças a Deus) de excessiva abundância verbal de minha parte, abominável pecado acadêmico em que, diz-me a consciência, não mais tenho incorrido.

– O orador será o senhor... repetiu o meu ilustre interlocutor, desejoso de me ser útil, mas ao mesmo tempo receando, na sua bondade, melindrar-me. Afinal, a intenção de praticar o bem venceu os seus escrúpulos.

– Já ouvi um discurso do senhor na Academia. E o caridoso amigo chegou à benevolência de lhe encontrar alguns méritos. Muito pode a generosidade de um virtuoso dignitário e diplomata eclesiástico! Certamente elogiava o discurso para, afinal, poder descobrir o fundo do seu pensamento:

– "Bom discurso, bom discurso, mas um tanto longo..." segredava-me carinhosamente ao ouvido. Olhou-me. Sorriu. Eu, em reverência, beijava o seu anel, profundamente reconhecido a tão inestimável lição amiga.

Espectro de discurso longo, a quanto obrigas!

Já no dia seguinte, felizmente, emendava eu a mão, ganhando o prêmio sacerdotal. Que Deus me ajude, neste momento, nem só a ganhar outra faixa verde de animação, mas também a sua bênção cheia de graças.

Mas, repito, não é fácil conciliar a conveniência de quem vos fala e, também, de quem o ouve, a todos nós aproveitando a brevidade da oração, com o dever, bem agradável, aliás, de caracterizar e comentar uma personalidade tão complexa, tão facetada como a do recipiendário desta noite.

É evidente que ele nasceu predestinado às letras jurídicas, as quais na sua copiosa obra, tanta vez se confundem com as suas belas-letras, cultivadas a cada passo, ao sabor dos pendores da sua ativa e admirável intelectualidade.

Plantou no Brasil o tronco dos Macedos esse Julião Rangel de Macedo, doutor em leis e um dos primeiros juizes de direito da Terra de Santa Cruz, a que veio ter em meados do primeiro século da Colônia e em cujo governo geral substituiu temporariamente ao famoso Salvador de Sá.

A vossa árvore genealógica transplantava-a assim ao Brasil um magistrado, ocasionalmente seu administrador maior também, e desse ilustre antepassado correm, sem dúvida, no vosso sangue, algumas das componentes do jurista e político que iria florescer, quatro séculos mais tarde, na terra já governada pelo seu antepassado Julião.

De certo, a mesma fatalidade hereditária igualmente marcava Antônio Joaquim de Macedo Soares, alma vibrante de libertador, cuja trajetória agitada e faiscante iria culminar numa cadeira do Supremo Tribunal de Justiça, com tal relevância ocupada pelo vosso tio que, no dia do seu desaparecimen-

to, um ardoso companheiro naquele egrégio Colégio Judiciário, brilhante membro ali e benemérito fundador desta Academia, Lúcio de Mendonça, exclamava em plena Corte: "Senhores, morreu o maior Juiz de Direito do Brasil."

Outro vosso tio era médico, mas um médico de consciência social, distribuidor incansável e igualitário de assistência a quantos nesta cidade lha solicitavam e que, rebentada a guerra estrangeira, corre, qual impulsivo semeador de alívios para os campos de batalha.

O Dr. José Eduardo de Macedo Soares, vosso pai, fez-se educador –, ainda uma consciência social agindo noutro sentido – o de modelar almas. E tão bem as soube ajustar que formou no coração dos seus discípulos uma das mais difíceis construções da cultura moral – a gratidão – a cada instante sacudida e ameaçada pelo instinto egoístico...

E aí está por que os filhos espirituais do educador de São Paulo continuam a venerar a memória do mestre, vosso pai. Também o filho de sangue, vós, por força, havíeis de sair um sensível às belezas da Vida.

E por isso mesmo que sabeis receber seus influxos, sabeis transmiti-los. Ainda estudante da Faculdade de Direito de São Paulo vos impúnheis à escolha dos companheiros para presidente da tradicional associação de classe, aquele Centro Acadêmico Onze de Agosto, a que têm pertencido tantas gerações passadas sob as arcadas do antigo Convento de São Francisco e cujo estandarte, na data própria, cada ano, a cidade aclama durante a passeata, em que já desfilou, pelo Triângulo, uma boa parte da nata intelectual do Brasil.

Fostes, mais tarde, presidente, em segundo grau, se assim posso dizer, do mesmo Centro Onze de Agosto, continuando a brevíssima série dos seus presidentes de honra – apenas dois..., e que dois! – o Barão do Rio Branco e o Conselheiro Rui Barbosa. Ambos pertenceram também a esta Academia. Seguis-lhes os traços luminosos. Estais em bom caminho...

Inata sensibilidade às belezas morais havia, necessariamente, de vos fazer um verdadeiro e puro amante da assistência social. Capítulo sobremodo difícil de ser desenvolvido assim em público... As omissões voluntárias têm de ser inúmeras, – cuidado, aliás, de mera formalidade, pois que toda a gente as apontaria e por si mesma poderia completar as lacunas do capítulo.

É lícito, entretanto, aludir francamente aos hospitais de Campos do Jordão, cuja existência a vossa generosidade e, com ela, os vossos esforços e

desvelos tornaram possível. Pode-se também citar em público a obra imensa de Santo Ângelo – um leprosário totalmente isento do que poderia fazer lembrar aos seus hóspedes e aos seus visitantes o triste destino daquele recolhimento de lázaros que, mais do que um sanatório, é uma verdadeira cidade, onde os enfermos, de quem toda a gente foge, vivem, como nós outros, na liberdade e nas distrações de uma comunidade, parecidas com as da humanidade sã.

Informado melhor do que ninguém, pela sua quotidiana missão espiritual, da vossa atividade filantrópica – habitual na esmola discreta, mas às vezes denunciando-se em cometimentos públicos do gênero de Santo Ângelo, – um grande pastor de almas não pôde, certa vez, conter o seu espanto admirativo, exprimindo-o nesta exclamação, tão significativa na sua simplicidade: "Este José Carlos, que homem! Em seus Jazeres, constrói uma cidade!" manifestava-se assim o Arcebispo de São Paulo, esse amado Dom Duarte Leopoldo, cuja alma há pouco voou para o Céu.

Mas, se nos hospitais de Campos do Jordão e na cidade sanitária de Santo Ângelo concorrestes decisivamente para o amparo ao corpo, doutra parte, amparastes, comovedoramente, o espírito na restauração, que vos propusestes realizar, e realizastes, da biblioteca da Faculdade de Direito. Verdadeiro amor aos livros! Ao antigo aluno compungia grande piedade por aqueles quarenta mil volumes, cuja maior parte o tempo e o descaso ameaçavam para sempre sacrificar. E, assim, lá se iria, entre outras preciosidades, a mais bela coleção de Direito Canônico reunida na América. Felizmente, porém, nada se perdeu, graças ao magnânimo salvador daquele opulento manancial de pensamento impresso e manuscrito.

Limpeza, reencadernação; catalogação, enfim a longa e custosa obra de restituir, aos olhos ávidos de se instruírem, muitos milhares de livros – eis o que tivestes a iniciativa e a abnegação de fazer ali executar.

Guarda-se ainda hoje, vinte séculos depois, o nome do destruidor da biblioteca de Alexandria; mais lógico e justo será que, no Brasil, se venha a relembrar perpetuamente o do restaurador da biblioteca de São Paulo. Para honra desta Academia, ele é um dos seus membros.

A cidade de São Paulo evocaria ainda muitas outras formosas ações do vosso magnânimo coração. Entre tantas, uma, porém, há mais formosa ainda, mais expressiva da vossa abnegação pública. Não hesito em a comentar neste

trecho em que me ocupo da benemerência, em vez de a associar aos vossos atos políticos.

Não o cálculo partidário, mas o ímpeto da bondade vos lançou à empresa prodigiosa de preservar de um ataque furioso a vossa cidade natal nos dias negros de 1924.

Providenciastes incansavelmente para abastecer, até com as contribuições do vosso próprio bolso, uma população sitiada; improvisastes meios de transporte; energicamente refreastes os ímpetos dos exaltados; parlamentastes com os dois campos, na idéia fixa de preservar a cidade; enfim, num desvelo que desafiava os imperativos da resistência corporal e os riscos da morte, destes uma prolongada e soberba prova de patriotismo e espírito de sacrifício.

A vossa robusta fibra de homem público pôde então vencer o perigo, a fadiga e as intrigas tecidas para despertar uma ambição que soube resistir às tentações. O provento pessoal que tivestes de tanta abnegação foi terdes de abandonar São Paulo e ali só poderdes voltar três anos mais tarde. O vosso desvelo foi mal interpretado, mal compreendida a vossa atividade.

A paixão nunca permite ver claro. Viu-o, porém, um homem do estofo moral e intelectual do Ministro Firmino Whitaker, a quem tive a honra de suceder em sua gloriosa cadeira do Supremo Tribunal Federal, e que, depondo como testemunha no processo, no processo em que éreis réu – às vezes é uma honra ser réu – assim se exprimiu:

> O que sei a respeito do Dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial e de quem faço conceito muito elevado, é que durante a revolta de julho prestou serviços relevantes a esta cidade. Para mim, ele não foi um revoltoso; foi um benemérito!

No processo instaurado contra os implicados no movimento sedicioso, em cujo rol fostes incluído, proferiu sentença o Juiz Federal, de toda a gente respeitado e admirado, Sr. Washington de Oliveira, recentemente elevado, em felicíssimo decreto governamental, à nobre curul do nosso Supremo Colégio Judiciário.

Testemunha ocular dos fatos sobre que sentenciou, nada mais significativo do que um tal magistrado assim se pronunciar sobre esse réu:

> Seus únicos objetivos, segundo a prova dos autos, foram os de acautelar do melhor modo possível os altos interesses das classes conservadoras, como lhe cumpria, na qualidade de presidente da Associação Comercial de São Paulo, a qual nele depositou sua máxima confiança, foi solidária com todos os seus atos, que aprovou em sessão solene, e ainda depois de sua prisão o reelegeu presidente; e os de socorrer a inerme população da capital, levado por impulsos bons de seu coração, educado na prática da piedade cristã.

E o notável magistrado prossegue:

> Os próprios atos apontados na promoção do Dr. Procurador Criminal como característica de auxílio aos rebeldes revelam antes essa feição de seus sentimentos do que uma intenção criminosa. Esforçava-se por obter a terminação da luta fratricida, o que é uma aspiração de todos os brasileiros, sem praticar ato algum de insubordinação, desrespeitoso, ou violento, contra as autoridades constituídas, a que assegurou seu apoio.

Sentença absolutória essa que é uma homenagem definitiva – pelos seus termos e pela assinatura a eles sotoposta.

Três anos após os terríveis acontecimentos, São Paulo vos fazia uma acolhida festiva. Entretanto, conserváveis o mesmo sorriso triste do dia em que tivestes de vos exilar da cidade natal – o sorriso compreensivo dos que serenamente julgam esta podre humanidade, que tanta vez se transvia, mas acaba por fazer justiça, às vezes –, ai das vítimas! – bem tardia.

Vós esperastes três anos. A consciência tranqüila com que aguardáveis a reabilitação fazia-vos sorrir tristemente quando a recebestes unânime e completa. "A humana gente é assim, aceitemo-la assim", dizíeis certamente a vós mesmo. E estais pronto a recomeçar o sacrifício, se for necessário – *quod Deus avertat*.

A provação de 1924 vós a devestes não somente à grandeza do vosso coração e às injunções de um patriotismo viril, mas também à vossa competência em assuntos econômicos, financeiros e sociais.

Explico-me. Sem esse acabado preparo técnico, cimentado em anos de leitura sistematizada e de experiência dos negócios, não vos teriam chamado à presidência da Associação Comercial, posição de onde vos sentistes no dever

de agir como agistes, para bem de uma cidade agoniada por transe que tinha tanto de horrível como de inesperado.

Volumosa e variada é a vossa produção escrita e falada – os discursos e conferências, na sua quase totalidade, felizmente, fixados em impressos e de subido valor. Sois um escritor e um orador como se querem para assuntos sérios: sensato, ordenado, de alto descortino, perfeito senhor do vernáculo, versando os problemas nacionais e internacionais com a maior segurança. Tendes ademais um atributo que nem sempre adorna a quem fala ou escreve – conheceis as questões de que vos ocupais...

A esses títulos e com essas credenciais, sois aqui um digno e brilhante sucessor de Victor Viana, erudito que infatigavelmente lia e meditava e, quanto mais refletia, mais sentia necessidade de continuar a ler, para melhor expor e transmitir os seus conhecimentos, nesse quase apostolado de sociologia e política de princípios, que exerceu, trinta anos, pelas colunas do *Jornal* do *Commercio*. Na tradicional linha de austeridade dessa folha, mais que centenária, a qual, por assim dizer, se tornou uma voz tutelar do nosso país, achou o vosso admirável antecessor, como tão bem dizeis, o *habitat* propício à sua profunda inteligência e à sua inabalável fé nos destinos do Brasil.

Possuís o saber, a experiência e a reflexão do estudioso apaixonado pelas ciências políticas e econômicas, em cujo íntimo trato vos tornastes uma personalidade apta para a vida pública e sempre tão a gosto nas eminentes situações a que já fostes chamado – uma extensa e variada folha de serviços à Nação, na qual se marcam em fulgurante destaque a chefia da delegação brasileira à Conferência Internacional do Desarmamento em Genebra, a da representação brasileira na Conferência Pan-Americana de Buenos Aires e a exímia e notável gestão dos Ministérios das Relações Exteriores e da Justiça e Negócios Interiores.

Só porque essas situações episódicas da vossa vida pública foram sobremaneira elevadas é que se podem chamar menores tantas outras que ocupastes em São Paulo e na capital do país. Ainda agora se desdobra à vossa competência técnica um amplo campo de atividade na presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estais ali (se me é permitida a vulgaridade da expressão) como o peixe n'água.

Na vossa abundante produção econômico-financeira os entendidos acham sempre muito que aprender e meditar. Quanto a mim, nuli-técnico, dir-vos-ei que especialmente me impressionou o estudo sobre *Política e Finanças da República*.

O vosso agudo olhar de perito estendeu-se sobre os sucessivos governos nacionais até 1930, e dessa larga inspeção resultou uma suculenta síntese: "Na história das crises financeiras da República (dizeis) um fato se impõe imediatamente à atenção do observador: as crises financeiras do governo federal têm sido sempre de origem política e são, em geral, agravadas e envenenadas por acontecimentos de natureza também política."

É uma verificação a que chega a fria e imparcial pesquisa de um técnico. Mas, não fosse conhecida a vossa bondosa tolerância, dir-se-ia o trecho propositadamente escrito para reavivar remorsos nos sobreviventes responsáveis pelas perturbações geradoras de tais crises.

Mais grave ainda: o moderado e cauteloso autor da monografia sobre *Política* e *Finanças da República* encerra um dos seus capítulos com este fecho ao mesmo tempo tranqüilizador e alarmante: "Tal é o poder recuperador das forças produtivas do Brasil sobre o erro de seus governos que um programa clássico de administração moderadamente abstencionista se tem mostrado o melhor e o mais útil na prática do regime republicano. O nosso destino político, porém, sofre a fatalidade da florescência dos planos de governo, que constituem, não raro, o único entrave sério à prosperidade e grandeza do Brasil."

Com o devido respeito aos nossos ilustres estadistas, devo tomar nota dessa conclusão do competentíssimo e habitualmente discreto mestre Macedo Soares, "nota" apenas, pois que a réplica, acaso presumível, aos técnicos pertence, não a mim, Senhor, que sou o que sabeis – cego, sem poder ler no pontifical das finanças em que se emaranha a excelsa sabedoria dos financistas.

Contudo, eu não quereria estar na vossa pele. Fostes mexer numa colméia em que são inflamados os zangãos. Bem conheço a sensibilidade desses sábios lunares, intransigentes, e que, curvados, vivem a ler hieróglifos nas pedras misteriosas das cifras e dos cifrões, gente que nunca dá o braço a torcer, mas boa gente, que, bem sabeis, salvou as finanças do mundo inteiro, deixando-as nesse belo estado em que se vê por aí afora, em todo o planeta...

Cuidado, Sr. Macedo Soares, cuidado!

Pagam caro os homens públicos de todas as terras. Aqui mesmo, nesta bem amada cidade maravilhosa, numa opereta de companhia estrangeira, rindo a platéia gostosamente, já se ouviu dizer com jocosidade – "que um ministro que se diverte é mais útil ao seu país do que um ministro que trabalha".

Revivendo essa burlesca tirada, declino desde já de qualquer responsabilidade se algum futuro ministro alegre vier a justificar-se assim da pouca atividade nos negócios da sua pasta.

O Sr. Macedo Soares, cativo dos seus estudos e do seu labor incessante, pouco se diverte; não obstante..., muito trabalhou e fez muito de útil para a nação.

De indústria, e muito de indústria, reservei para o fim desta saudação a vossa profícua e fertilíssima atividade no Itamarati, pedra de toque do valor e da grandeza dos homens públicos da nossa terra. Aquele palácio seria um posto propício à expansão tanto do jurista, sempre inclinado às soluções humanas do Direito, quanto do sociólogo, bem ao corrente da situação do mundo moderno.

Na direção dos negócios estrangeiros, começastes por uma reorganização interna, que redobraria a eficiência dos seus tradicionais serviços, e terminastes por um belo, ruidoso e comovedor triunfo na política internacional. Triunfo pessoal, triunfo nacional, triunfo americano. Valeu-vos o cognome de "Chanceler da Paz". Não conheço mais recomendável título.

Duque da paz! Como se regozijava Caxias quando a nação inteira lhe recordava mais esse adorno para o seu peito glorioso!

Existe neste continente uma região – o Chaco – de nome breve, mas que ficará marcado na história por um longo martirológio. A principio, túmulo de afoitos conquistadores, dispostos a furar por ali a rota para o Alto Peru – a encantada região da prata, cuja miragem desvairava as cabeças obcecadas pela ambição da riqueza ou perturbadas pelas fantasias do espírito de aventura.

Mais tarde mudou o objeto da cobiça: em vez de prata, madeiras preciosas e o preciosíssimo petróleo. E os incidentes entre vizinhos foram se agravando até se tornarem caso de honra nacional, considerado solúvel somente pela guerra.

Rompeu o conflito armado entre Bolívia e Paraguai, exércitos lutaram no Chaco, e só assim havia de ser percorrida em todos os sentidos a zona de lendas que vai desde os rios Paraguai e Pilcomaio até aos primeiros contrafortes andinos, lá nos confins da Bolívia.

Sobre uma área de 300.000 quilômetros quadrados reinava até antes das hostilidades o mistério das paragens que os imaginosos sonham paraísos e os pobres exploradores verificam serem infernos.

Mas, para os que lutavam ali, o Chaco já não encerra segredo algum, e, certo, brevemente, publicações oficiais divulgarão o que os estados-maiores verificaram, na mais sinistra das oportunidades de aprender topografia, geologia, etnologia, zoologia e climatologia. Por tal preço, melhor fora, sem dúvida, continuar a humanidade na ignorância de quase tudo o que concerne ao ontem tenebroso Chaco – amanhã, campo de risonha atividade pacifista.

Bismarck disse, um dia, displicentemente – ele, responsável por duas ou três guerras –, que estas servem, ao menos, para ensinar a geografia. É verdade: confesso-vos que só vim a saber algo do Chaco mercê da terrível luta que o ensangüentou.

Inflamados de um patriotismo quase supersticioso, impelidos por uma bravura jamais excedida em qualquer tempo, bolivianos e paraguaios trucidavam-se implacavelmente, em luta de um hemoísmo épico, mas a que a consangüinidade racial dos combatentes dava insuportável cunho fratricida.

Detalhe expressivo: os jornais brasileiros, naturalmente, no quotidiano relato dos acontecimentos, não lhe chamavam a Guerra, mas a Tragédia do Chaco. Assim a viram todos os outros povos do continente americano, que como tal a deploravam e ansiavam por sustar a continuação do terrível conflito em família.

A luta do Chaco, simultânea e correlatamente com o horror que produzia, ia gerando sugestões, tentativas de acordo, mediações, intervenções, – enfim, as múltiplas formas de iniciativas de fito humanitário tendentes a pôr um paradeiro ao tremendo morticínio que sangrava duas nobres nações nas suas mais vitais artérias.

Já dezessete vezes falhara o solene apelo ao ensarilhamento das armas, tentado improficuamente até pela Sociedade das Nações.

Ao Brasil coube a honra de promover o décimo oitavo grande esforço no mesmo sentido em que haviam dolorosamente falhado os anteriores, assinalado cada fracasso por um novo desalento e um novo recrudescimento da carnificina.

Cem mil vidas, quase todas em flor, já a luta ceifara nas paragens chaquenhas.

Na empresa pacificadora a que o Ministro Macedo Soares se iria lançar com a sua serena resolução, que é o fundamento do seu caráter, suave nas maneiras e firme nos desígnios, o Itamarati propunha orientação e processos seus. Aceita pelos governos dos Estados Unidos, Argentina, Chile, Peru e Uruguai a fórmula brasileira, caminhou-se rapidamente para a cessação do fogo.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil propôs inicialmente o encontro em Buenos Aires, onde já se achava o Chanceler Macedo Soares, dos seus colegas beligerantes. O Ministro das Relações Don Tomás Manuel Elio trouxe do presidente Don José Luiz Tejada Sarzano uma carta autógrafa para o Presidente Getúlio Vargas, na qual transmitia, em nome da Bolívia, agradecimentos *por la parte muy noble y muy activa que el ilustre Gobierno del Brasil ha tomado en la iniciación de las gestones de paz*.

Desde a primeira reunião dos mediadores, a 27 de maio, na residência da Senhora de Olmos, que hospedava o Chanceler brasileiro, até ao dia 13 de junho, quando se assinaram os protocolos de paz, manteve-se evidente a ação pertinaz, simultaneamente prudente e enérgica do negociador brasileiro.

Foi então que o Embaixador Gibson, chefe da delegação dos Estados Unidos, publicamente declarou, na sala de trabalhos da Conferência Internacional, que somente no derradeiro dia das negociações o Ministro Macedo Soares havia duas vezes salvo a meditação de um malogro certo.

Sinto especial satisfação em ser agora o divulgador de um episódio, ainda inédito, ocorrido naqueles dias de emoção, o qual bem caracteriza o tipo de ação do Itamarati e o valor da presença do seu ilustre chefe.

Alcançado afinal em Buenos Aires o acordo procurado decidiu-se que, imediatamente após a assinatura dos Protocolos, um titular de cada país mediador partiria para a frente de batalha, a fim de se proceder à separação dos exércitos beligerantes, tornando assim possível a cessação do fogo em toda linha.

Os militares que partiriam no dia seguinte pediam notas e as indispensáveis instruções. Uma noite febril a de 11 de junho. Os delegados estrangeiros foram descansar, mas os brasileiros – notadamente o chefe Macedo Soares, o depois Ministro Acir Paes, os cônsules Carlos Carvalho e Sousa e Odette Carvalho e Souza – permaneceram, trabalhando sem alívio. Na manhã seguinte, já às 10 horas, mediadores e oficiais militares estavam a postos, todos com o desejo de que fosse apagado o pavoroso incêndio, ocasionais bombeiros que eram de um gênero especial, o mais nobre e imaginável – a salvação urgente de vidas humanas. Não havia um instante a perder.

Eis que o general argentino, perfilado, pede instruções escritas, com que deviam partir ele e os seus companheiros da missão humanitária. Célere, responde Saavedra Lamas – que as instruções eram os próprios textos dos Protocolos. O general não se conforma. Respeitoso, insiste: – que era indispensável uma precisa relação de esclarecimentos, explicações e ordens – na tecnologia diplomática, instruções orientadoras da missão militar. Treplica o chanceler argentino que tais instruções não haviam sido redigidas.

– Sem elas não poderemos partir –, diz, adiantando-se, o general ainda desta vez, reverente, mas incisivo, depois de lançar um olhar consultador aos camaradas de comissão.

Bem avaliará a ansiedade em que ficaram os mediadores responsáveis quem considerar que o retardamento na execução da tarefa cometida aos militares seria o sacrifício de mais alguns milhares de paraguaios e bolivianos lá no Chaco sinistro, quando já combinada a cessação de fogo –, um sacrifício odiosamente vão e desnecessário.

Foi nesse inesquecível minuto, em que pairava no ambiente a insuportável visão da hecatombe inútil, foi nesse patético instante que o Ministro Macedo Soares tirou da pasta as instruções que uma noite de previdente e fecunda vigília havia felizmente preparado. Sua leitura acalmou subitamente os nervos tensos por aquela perspectiva atroz. Unânime aprovação recebeu o documento salvador de tantas vidas... e de uma situação vexatória e penosa para a Conferência.

Daí a pouco o delegado uruguaio perguntava ao Ministro Macedo Soares como, em tão curto prazo e após um dia e uma noite de tão afanosos trabalhos, conseguira a representação do Brasil discutir e redigir aquelas instruções.

– Métodos de trabalho do Itamarati – respondeu o Chanceler brasileiro, num suave meneio de costumeira modéstia.

Tão destacada fora em Buenos Aires a ação do Ministro Macedo Soares que o Presidente General Justo, como honra excepcional, quis que o regresso do Chanceler brasileiro se fizesse sob a gloriosa bandeira da Nação que tão fidalgamente o hospedara durante as negociações da Comissão mediadora.

E foi de bordo do cruzador argentino *25 de Maio* que o Ministro Macedo Soares desembarcou aqui, no Rio de Janeiro, entre aclamações populares, expressivas de que também cá, de longe, fora bem seguida e julgada a ação de quem partira chefe da diplomacia brasileira e voltava "Chanceler da Paz", como o sagrou o reconhecimento nacional.

Sim, a obra da Comissão mediadora plantou o marco decisivo da pacificação do Chaco, obtida num ambiente de confraternização americana – e, mais particularmente, argentino brasileira –, exaltada ali pela presença atraente e popular do Presidente Getúlio Vargas, que fora, como tendes com muito acerto e justiça declarado em expansões públicas –, o mentor máximo, o condutor devotado e constante da nossa política internacional na atualidade e, pois, o daquela vitória do Brasil no continente.

O fato de haverem fracassado as dezessete anteriores intervenções no mesmo sentido veio dar ao pleno êxito da décima oitava um relevo ofuscante. Esta fez cessar o fogo, que durava havia mais de dois anos. Escusam interpretações quando se levanta um ato assim esmagador.

Sem dúvida, os Protocolos de junho não resolviam toda a situação, mas obviariam ao mais urgente, ao capital –, pois que, no fim de contas, quando se quer acabar uma guerra, o essencial é começar conseguindo que ela não continue a matar gente e destruir o país.

Ficaram para resolver, é verdade, graves questões de soberania e direito; mas caberia ao Brasil contribuir poderosamente para dirimir estas também, graças ao apostolar espírito americanista de um grande e brilhante chefe da diplomacia brasileira, o Ministro Oswaldo Aranha, e à consagrada habilidade do Embaixador Rodrigues Alves.

Eis aí, senhores, um capítulo da história diplomática brasileira, que, afinal, pouco perde por ficar assim mal exposto, – já que toda a sua fulgurante

beleza emana dos próprios acontecimentos. Estes, caro confrade, ainda uma vez o digo, vos consagraram Chanceler da Paz.

Sois um grande brasileiro. Pertenceis, pois, legitimamente ao nosso grêmio. A Academia é a mansão da serenidade; há mesmo quem diga – da imortalidade. Sê-lo-á, talvez; mas, por cautela, fostes, de antemão, garantindo a vossa, lá por fora..., pelo Brasil inteiro, e até no seio de outras nações civilizadas.

Discurso do
SR. CLEMENTINO FRAGA

e

Resposta do
SR. CLÁUDIO DE SOUSA

Sessão solene extraordinária
do dia 10 de junho de 1939

I

DISCURSO DO SR. CLEMENTINO FRAGA

Designando-me um lugar em vossa Companhia, senhores acadêmicos, não vos oprimiu o critério dos predicados afins, no flagrante da aproximação, entre homens que se revezam no plano superior da cortesia espiritual. Longe das preferências culturais que tanto solicitaram a atividade de meu antecessor, nem mesmo no convívio social pude senti-lo de perto; seu contemporâneo e menor entre os da geração universitária que lhe admirou a figura solene de reitor, quando por essa época o conheci, pessoalmente, já seu merecimento lhe ganhara singular prestígio. Do honroso encargo de evocar sua memória, recolhi ensinamentos no vulto das grandes impressões, e, meditando sobre uma vida de longa paciência, certo não chegarei a projetá-la quanto em apreço está a pedir; será o castigo da primeira amargura, transparente neste transe que assinala desproporções, humilha no resgate uma divida de muito respeito e quase desmerece o ardor místico no intento da contemplação.

* * *

O patrono da cadeira, Teófilo Dias de Mesquita, era natural do Maranhão, onde fez o curso de humanidades. Colaborou nos jornais acadêmicos e na imprensa diária de São Paulo. Em 86 redigiu com Martim Francisco Júnior *O Provinciano*, em cujas páginas começou a publicar *A Comédia dos Deuses*. Foi professor, advogado, político, orador, polemista, mas só se salientou, realmente, como poeta – "possuía a divina centelha, era

um verdadeiro, um grande poeta, desses que fazem o orgulho de uma literatura e de um povo", como disse o fundador desta Cadeira, recordando sua vida e obra literária.

Do livro de estréia *Flores e Amores,* publicado em 74, ainda no Maranhão, não há, talvez, nem um exemplar. A *Lira dos Verdes Anos*, de 78, descrevendo a terra natal, começa ao som destes ritmos:

Lá na terra formosa, onde os palmares
com fronte altiva, devassando as nuvens
roçam os céus azuis.....

Embora tentado pela sedução da forma, não foi um parnasiano. Em *Fanfarras* a inspiração de Baudelaire e de Sul1y-Prudhomme aparece em alguns de seus versos, aliás, de menor engenho poético que "A Matilha", o belo poema, "que vale todo o livro", no conceito de Teófilo Braga. Rodrigo Octavio, que possui as obras do poeta, a começar do segundo volume, dele fala com entusiasmo, narrando as excursões que juntos faziam pelos arredores de São Paulo, "e nessas longas caminhadas, numa palestra calma e sedutora, referia coisas antigas e curiosas do seu Maranhão, onde fora soldado e chegara a sargento, e reminiscências interessantes de Gonçalves Dias, seu tio e glorioso predecessor na dominação do verso".

Comentando os versos portugueses da primeira parte do *Ahasvérus,* de Edgar Quinet, na versão de Teófilo Dias, o grande escritor lusitano Pinheiro Chagas louva a riqueza vocabular e o metro variado, que lhe dá graça e fortalece a expressão. E conclui: "à sublimidade da idéia correspondeu a sublimidade da execução. O livro do sr. Teófilo Dias é digno do pensamento de Quinet, e a sua *Comédia dos Deuses* há de tomar, entre as obras-primas da nossa poesia neste século, um lugar eminente."

Na "Aspiração", que inicia as *Fanfarras,* diz o poeta:

A vida não se esgota e vai perpetuamente
Do esboço às perfeições, harmônica, ascendente.

Falando do ideal:

Não te pode sustar a força nem a injúria:
O tufão não suspende aos rios a corrente!

Teófilo traduziu em ritmos primorosos a poesia de Baudelaire, Victor Hugo, Heine, Leconte de Lisle. Como em Raimundo Correia, seus versos parecem mais perfeitos e viçosos que no idioma original. A musa de Hugo sobre *a partida* ganha, em nossa língua, maior e mais suave expressão lírica:

Eu vivo do ar que respiras
E como, dize-me agora,
Ficar, se tu te retiras,
Viver, se te vais embora

E ainda:

O amor às almas ensina
Como o universo é bendito,
E esta chama pequenina
Inunda todo o infinito.

Que direi à selva umbrosa?
E à triste flor que amanhã
Interrogar-me chorosa:
Onde se foi minha irmã?

E que me importam destino,
Virtude e lira sonora?
E, sem teu riso, divino,
Que me importa o rir da aurora?

Que farei, sem mais desejos,
Sem ti, sem luz e sem cantos,
Sem teus lábios – de meus beijos,
Sem teus olhos – de meus prantos?

Não me consolo de passar adiante sem reproduzir de Teófilo Dias um quarteto inspirado pelo *sino:*

É doce, e ao mesmo tempo amargo, noite afora,
Pelo inverno, escutar junto ao fogo, que fuma,
O lento desfilar das lembranças de outrora,
Dos sinos ao tanger, que sonoriza a bruma.

Um critico português, Teixeira Bastos, assim se referiu ao autor dos *Cantos Tropicais* e *Fanfarras:*

> Teófilo Dias é um poeta de raça. Sobrinho do grande lírico, Gonçalves Dias, parece ter herdado dele o estro poético e a aspiração da glória. Da moderna geração brasileira é talvez o que mais diretamente deriva da corrente romântica, profunda e belamente sentida no Brasil por Gonçalves Dias, por Castro Alves, por Casimiro de Abreu, por Álvares de Azevedo, por Junqueira Freire, dos quais é um continuador de talento e não um imitador vulgar, como tantos outros.

Na segunda parte do livro, o poeta, tomado desse ardor profético que raia pela sublimidade, prediz a aurora de nova civilização, para a qual outros seriam os ideais de arte. E antecipa o novo credo:

O pensamento audaz, esquadrinhando os mundos,
Calcinou, sulco a sulco, os germes infecundos
Da divina semente, estéril e vazia.

O nome de Teófilo Dias no espaldar da Cadeira 36 traduz, na mercê de formoso destino, a admiração comovida de seu fundador: patrono e acadêmico fizeram-na soberba e refulgente; e até a nuvem que ora passa parece esgarçada aos reflexos da glória que lhe beijou o berço e lhe guarda a sobrevida no caminho sem fim da posteridade.

*
* *

Na vida de Afonso Celso de Assis Figueiredo, depois Conde de Afonso Celso, o primeiro aspecto que considerar, cronologicamente, é o da atividade política.

Eleito deputado em 1881, apenas egresso da Faculdade, sua eleição coincidiu com a aplicação da famosa Lei Saraiva. Dessa fase surgiu um livro de memórias – *Oito Anos de Parlamento,* em que começa relatando as peripécias da campanha eleitoral, conduzida a esforços temerários em pleno sertão mineiro.

A publicação rememora curiosidades da vida política, impressões negativas da colaboração parlamentar na obra de governo, conceitos, pessoais sobre os problemas da época, inclusive os conselhos de Martinho Campos para fazer carreira como deputado, estes, principalmente, fora de sentido, agora em que nem sequer há deputados. Suas reminiscências parlamentares evocam figuras políticas e retratam perfis interessantes. Entre os oradores, mais notáveis lhe pareceram Gomes de Castro, Ferreira Viana, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Andrade Figueira. Outros lhe mereceram gratas referências nas justas da eloqüência parlamentar: – Ulisses Viana, Aristides Spínola, Prado Pimentel, Cesar Zama, Duque Estrada Teixeira, José Mariano, Pereira da Silva, Lacerda Werneck, os dois Martim Francisco, Amaro Bezerra, Coelho Rodrigues, Duarte de Azevedo, Jaime Rosa, Junqueira Aires.

Incidentes diversos, alguns de feição policroma, outros menos originais, embora bem contados, refere o precioso depoimento. Naqueles tempos, os governos menos estáveis contentavam maior número, e assim preservavam o País de fermentos revolucionários; os sismógrafos políticos eram menos sensíveis às conspirações, talvez ainda menos aos boatos de conspiração; não faltavam os casos de inferioridade moral, desprimor e intenção bifronte, que são de todas as épocas, porque participam da condição humana. Certa vez, por ocasião da queda de um ministério, um deputado escrevera, ao mesmo tempo, a um ministro demissionário e ao oposicionista na iminência de galgar o poder. Aquele manifestara seu pesar, dizendo que o País ia sofrer profundamente com a exoneração dos patriotas que o serviam; com o outro congratulava-se, calorosamente, pela queda de figuras sem idoneidade, que levariam a Pátria ao abismo. Na precipitação do momento, troca os endereços, e as duas

cartas, redigidas à mesma hora, em papel igual, com a mesma letra, foram confrontadas pelos destinatários.

De outra feita, um chefe local escreveu a um senador nos seguintes termos: "Exmo. Amigo e Senhor: Constando-me que vai para o governo o ilustrado partido de V. Ex.ª, apresso-me, indagando se isto é verdade, em pedir notícias da preciosa saúde de V. Ex.ª e da Exma. Família." O senador singelamente respondeu: "Como mão se confirma o boato da ascensão do meu partido ao governo, deixo de mandar notícias de minha saúde e da minha família."

Bosquejando a traços rápidos a fisionomia de uma sessão parlamentar, o autor relevara seu interesse, às vezes dramático, principalmente no caso das interpelações ao governo, que os ministros eram obrigados a responder; debate solene era o da resposta à fala do trono. No seu tempo, a campanha de maior fôlego foi a da Abolição. No começo da legislatura de 86, Afonso Celso era o único abolicionista declarado do parlamento brasileiro. Depois vieram mais três, todos da Bahia: Aristides Spínola, Cesar Zama e Elpípio de Mesquita. Os anais do Congresso provam o ardor de suas iniciativas pela redenção dos cativos, seu entono de combatente voltado para os propósitos liberais. Não lhe valeu como favor, senão como justo prêmio, o título de membro honorário da "Confederação Abolicionista do Brasil". Em maio de 88, lida a proposta do governo, que abolia a escravidão, fez parte da comissão nomeada para dar parecer, tendo por companheiros Duarte de Azevedo, Joaquim Nabuco, Gonçalves Ferreira e Alfredo Correia.

Vale recordar que para a grande cruzada civilizadora foi genuína e transcendente a atuação de Castro Alves, que em 1865 iniciara o seu apostolado, tornando-se desde logo a maior figura nacional do movimento abolicionista; não devemos duvidar que tivesse sido um dos inspiradores de Afonso Celso, também poeta e sensível aos surtos condoreiros do predestinado sublime que cantou a aurora da magna vitória liberal. A fulguração do gênio alcança então a desdita suprema:

Ser escravo é nascer ao alcouce escuro
Dos seios infamados da vendida,
Filho da perdição no berço impuro
Sem leite para a boca ressequida.

É ver, viajante morto de cansaço,
A terra – sem amor – sem Deus o espaço.

E como se partisse do próprio peito cativo:

Ai triste que eu sou, escravo,
Que vale ter coração?

Duas grandes idéias liberais que levedaram no país, a pouco trecho uma da outra – a Abolição e a república, vingaram sem convulsões sociais. Quase se processaram num ambiente de normalidade e calmaria política. Afonso Celso fez profissão de fé republicana no discurso de estréia na Câmara dos Deputados, em 1882. Por esse tempo não havia campanha definida em organização de combate ao regime vigente; sua colaboração legislativa fez-se tacitamente, ao lado do partido liberal. A República, ele a queria sem as vicissitudes revolucionárias que acompanham as transições radicais; pleiteava-a como sadia aspiração de liberdade, fortalecida no ânimo em flor das novas gerações; e, na conformidade destes princípios de moral política, no seu tirocínio parlamentar, além da campanha de emancipação dos escravos, sugeriu medidas em prol da instrução pública, defendeu a descentralização administrativa e o revigoramento do município, proclamou a necessidade do registro civil, o auxílio ao teatro nacional, a abolição da pena de morte, o recenseamento no país. O advento da nova forma de governo afigurava-se-lhe inevitável em 1886; mas para alcançá-la, a ponto de servir ao interesse nacional, era mister fazer "à Nação o mesmo que o agricultor faz às terras da sua lavoura: derrubar os troncos inúteis, queimá-los e revolver o solo, antes de lhes lançar novas sementes".

Pouco mais se definiriam no país a etiologia das forças latentes, a colaboração dos fatores imponderáveis, a formação do ambiente, em uma palavra, a flutuação do espírito novo – a marcha para a república. Já então, afirmava Joaquim Nabuco, "era mais corajosa a manifestação de fidelidade às instituições monárquicas, que ser republicano". Mais tarde, na Constituinte, Saraiva, homem de Estado que tanto serviu ao regime passado, assim se exprimia: "chegou o momento em que fiquei persuadido de que o País faria a república; as classes conservadoras, por este ou aquele motivo, estavam republicanas; a

mocidade, nesta não falemos, porque em todo o tempo foi republicana; mas havia uma sorte de vertigem: nenhum homem se julgava talentoso, nem independente, se não fosse republicano."

A 15 de novembro de 89, inaugurada outra ordem política, a maneira por que se processaram os acontecimentos, a fatalidade das novas correntes, a inversão dos valores, a incidência de outros numes e improvisas devoções, para logo arredaram Afonso Celso do eito em que militara, embriagada a ilusão na ânsia pela república. Novo ciclo se desdobra à sua atividade social e política: depressa o republicano na monarquia se tornava monarquista na república. Na evolução de sua vida há de pairar como imperativo de hombridade política esse lance admirável de reversão, de aspecto contraditório, mas genuínamente nobre e desprendido, capaz de definir nos domínios da orientação generosa os impulsos heróicos da personalidade. Vamos ver como essa reviravolta intrépida foi trabalhada e sentida, como foi ela graduada e erguida nos propósitos de verdadeiro patriotismo, superiormente afirmado em razões de inteligência e de coração.

No roteiro do astro uma inflexão luminosa, em belo e nervoso aceno à admiração contemporânea!

DE NOVO, EM FORMA, O COMBATENTE POLÍTICO

Em 1895 reunia em volume sua colaboração no *Commercio* de São Paulo, sob o título de *Guerrilhas*. São artigos de combate às idéias e atos do governo na antemanhã da república, ou, como ele próprio diz, "pequenas e indisciplinadas escaramuças que intentam picar os flancos do inimigo, cônscias de lhe não poderem causar dano apreciável". Revive o político militante, guardando o posto noutra trincheira, e já então, monarquista declarado, mais forte na peleja contra a república que o liberal e republicano contra a monarquia. Um dos mais interessantes capítulos do livro é o que se dirige "aos srs. anônimos". É o elogio da apostasia, em resposta ao epíteto constante nas cartas anônimas. Revidando de público, serenamente, às agressões ocultas e irresponsáveis, Afonso Celso se revela o mesmo homem, sempre igual, lhano e superior, baixando, aliás, de nível, voluntariamente, para responder a quem começa o desapreço a si mesmo, desfigurando-se covardemente até a rasteirice

ignóbil do anonimato. Convenhamos, todavia, que só quem de si nada tem – nem mesmo uma simples designação de sexo, como dizia Medeiros e Albuquerque – mascara-se para agredir e "comporta-se como sua natureza lhe indica: *trahit sua quemque voluptas*".

Numa página memorável, estuante de dignidade humana, ele diz: "Manifestei-me outrora republicano e presentemente monarquista. Modificam-se-me as convicções. Deu-se comigo o mesmo que se deu com a quase totalidade dos políticos ora figurantes. A diferença consiste em que o meu republicanismo terminou no momento em que o deles emergiu, isto é, a 15 de novembro." E o político apóstata, reverberando estímulos novos, justifica: "Todo aperfeiçoamento, todo adiantamento da ciência constitui uma apostasia; toda palavra humana, todo discurso, toda prédica, todo livro, importa uma provocação à apostasia, porquanto ninguém fala ou escreve para converter convertidos, porém para incutir idéias de progresso nos retardatários, corrigir os que andam em erro, inovar, em suma. Assim, instrução, educação, leitura, tudo sugere a apostasia, tudo se destina à apostasia, tudo conduz à apostasia." Dá o Autor as razões de sua convicção, qualificando em primeiro lugar o dever de acompanhar a seu pai, o homem de Estado que recolheu os últimos alentos do governo monárquico. E afirma numa encantadora expansão: "Desvaneço-me de confessar que me subordinei a meu pai, em quem, sobre considerá-lo o melhor dos pais, eu via um estadista de primeira ordem, de alta envergadura, profundamente patriota, preparado como nenhum outro para promover a felicidade do Brasil."

Bela manifestação de amor filial, que, vezes outras, dava de si o melhor dos filhos! E não somente esta. Recebendo a notícia de ter sido seu pai banido do país nos primeiros dias da república, dizia: "O governo provisório não me considerara digno da mesma honra, ou rendera, talvez justiça a meus sentimentos, compreendendo que o exílio de meu pai importava o meu." Tempos depois, no lance trágico do assassínio de Gentil de Castro, a solicitude filial salvava o Visconde de Ouro-Preto de sorte par, retirando-o quase à força de um trem de Petrópolis, assaltado pela multidão em fúria, destravada na irresponsabilidade do contágio mental.

As outras razões de sua profissão de fé retroativa foram subordinadas aos fatos conseqüentes à implantação do novo regime, sem dúvida respeitáveis do ponto de vista em que se colocou em face dos acontecimentos.

Com a república, sua carreira política não se encerrou; é certo que não mais exerceu cargos eletivos ou de administração, que mais tarde recusou, fiel como sempre às nobres inspirações do brio pessoal. Não lhe esmoreceu, entretanto, o espírito combativo, sempre à prova em defesa do Brasil, dos forais de sua grandeza e anelos de progresso, caminho de melhores tempos; o lume da fé patriótica jamais se apagara no grande brasileiro, e, incendido a espaços, adquiria renovado vigor quando o clarim da nacionalidade tocava a rebate, chamando a postos valores sociais capazes de atuação defensiva ou reivindicadora. Foi assim que porfiou sempre na esfera intelectual o seu espírito de *brasilidade,* termo seu, depois aforado nas condescendências evolutivas da língua. Na imprensa e na cátedra, como na tribuna do Instituto Histórico, sempre se revelara a índole essencialmente brasileira de suas cogitações, expressa a fulgor na campanha nacionalista, trovejada na exaltação do amor pátrio. O entusiasmo permanente, discreto na aparência, afirmava-se na realidade das manifestações oportunas, e o patriotismo, como o tempo à roda dos dias, aquecido e retemperado ao ritmo das estações, toma o colorido dos tons de primavera, como se clareasse também para as coisas humanas a vida que palpita no revérbero das manhãs de sol. Seu nacionalismo primaveril no antecrepúsculo da vida foi, sem dúvida, uma demonstração de perene altivez patriótica.

A 17 de março de 1931, a propósito do seu jubileu, dizia ele: "Conservara as idéias que, moço, assim propugnou em 1881 o ancião de agora, no fim de sua longa jornada de desilusões? Conserva-as, sim; mas a vida lhe ensinou que as revoluções devem ser mutações regeneradoras, tendentes sobretudo ao progresso moral, ou conforme as concebeu um pensador: legítimas no seu intuito, vastas nos seus princípios, moderadas nos seus atos, felizes nos seus resultados, duradouras na sua obra."

Na plenitude da afirmação assim se identificava, por volta de meio século, a coerência de uma vida política!

O PROSADOR E MEMORISTA – CENAS DA VIDA PASSADA

Apresentando o livro *Vultos e Fatos,* disse o vosso ilustre confrade: "Quando estudante alimentava o autor veleidades literárias, a par de muitas outras ilusões." Ocupações e preocupações outras o afastaram dos primeiros amores, às vezes dos mais fiéis nos votos e tendências pessoais. E acrescenta que não se havia curado, entretanto, da mania de escrever. Avultavam "em sua gaveta folhas e folhas de papel, rabiscadas a esmo, nos lazeres da política, da advocacia e das constantes viagens".

Tratando dos vultos que defrontou descreve os *pastores de homens* que conheceu. São impressões pessoais, hauridas em breves contactos. E assim desfilam, ao correr de rápidas notas, algumas figuras dos chefes e ex-chefes de Estado. Certa vez, viajando com Nicolas Piérola, do Panamá, a caminho do Peru, foi chamado noite alta para ver o ditador, salteado por subitânea doença. Como seu nome viesse precedido do título de *doutor* na lista de bordo, teve que ver o General, apelando para um dicionário de medicina popular. E na medicina de ocasião, ainda que ao revés da indicação terapêutica, a força medicadora da natureza acudiu ao médico à força, como, não raro, aos profissionais de carreira sói acontecer.

Em sua excursão aos Estados-Unidos teve Afonso Celso o ensejo de conhecer a capital do território de Utah, a florescente Salt Lake City, onde vive e prospera a seita polígama de Smith. A cidade fica "situada num vale, cercada, ao longe, de altas montanhas em anfiteatro, das quais se destacam alcantis agudos, cobertos de perpétua neve". Maior que o encanto geográfico é a curiosidade social que em terras americanas tornou dogma o ideal da poligamia. Combatidos sem tréguas, seus adeptos decidiram fugir à civilização, buscando remota região onde se instalaram e, em menos de 30 anos, conseguiram transformar um sítio inóspito em adiantada aglomeração humana de mais de 25 mil habitantes.

Entre os princípios codificados, quase todos importados da religião cristã, numa investida de assombrosa coragem social, o mormonismo adotou a poligamia, incluída e estilizada qual mandamento do novo credo. Tomando à letra o preceito bíblico – *crescei* e *multiplicai* – acreditava Mr. Common, maior da seita, que só a poligamia poderia realizá-lo, assim a par da natureza humana, sem hipocrisia. E argumentava:

> Quantos filhos, no máximo, pode ter uma mulher? Digamos vinte; pois um homem pode procriar mais de duzentos. É, pois, uma força criadora que não deve ser dissipada. A monogamia é antinatural; ilude as fatalidades do organismo. Socialmente, com a poligamia desaparecem as infidelidades, os escândalos, os subterfúgios desleais e as dissimulações indignas. Não há filhos ilegítimos, bradava o chefe, e respeitamos todas as mulheres que amamos. Somos obrigados a sustentar as nossas esposas e nossas sociedades conjugais são tranqüilas, prósperas e felizes.

E apela para os livros santos: "Abrahão foi polígamo; Jacob teve quatro mulheres. David herdou as de Saul; Salomão contou-as por centenas e é apelidado o sábio dos sábios." E exclama: "O dogma garante a castidade das mulheres e a saúde dos filhos; nosso mecanismo conjugal funciona admiravelmente; nossos lares são puros, abençoados, venturosos; obedecemos às indicações científicas das estatísticas, que provam a existência de mais avultado número de mulheres do que de homens; dez mulheres, no mínimo, para um homem, eis a proporção." Fato curioso: todas as vezes que o Congresso Americano tenta abolir a poligamia mormônica, são as mulheres que tomam a dianteira no protesto, com a energia verbal de que são capazes.

Catequizado a valer pelo chefe mormônico para adotar a seita e ficar em Utah, nosso patrício, ainda solteiro, belo e jovem, de lá tornou fiel às suas crenças religiosas e monógamas, mas não deixou de confessar que as mulheres daquelas bandas são muito pouco femininas nos atrativos. Embora casado, sem dúvida, seu pensamento seria idêntico, como não é outro o ponto de vista de nossa sinceridade social, irredutivelmente fiel à monogamia. Os homens são sempre sinceros, disse Tristan Bernard; acontece, porém, que mudam de sinceridade... Neste particular mantemos a tradição hierática e sentimental, sem ouvir a La Fontaine quando disse:

> *I' ennui naquit un jour de l'uniformité.*

Temeridades da inspiração poética...

SUBINDO O JEQUITINHONHA

Dócil aos impulsos de forte impressão, Afonso Celso fala de uma excursão pelo Jequitinhonha, o rio que corre em dilatado curso no território de Minas e, ora lesto, ora vagaroso, sempre retorcido e novo em ondulações imprevistas, entre grimpas e vergéis, fendendo a ramaria da floresta virgem, procura novo leito em terras da Bahia – "verde ninho murmuroso de eterna poesia" – onde, em sua formosa orla litorânea, na cidade de Belmonte, deságua no oceano. Seu pensamento ágil reflete o êxtase da admiração pela corrente soberba, que "leva mensagens misteriosas do recesso do continente à profundeza dos mares", e lhe permite sentir com emoção o panorama tropical no esplendor de sua grandeza, ou como ele diz: "na apoteose de suas alvoradas, no estro de suas aves, no ritmo das cachoeiras, no segredo de suas matas."

Em Salto-Grande a natureza voluptuosa nos depara o espetáculo do tombo de Jequitinhonha, a dois quilômetros do povoado. Ali, em visão impressionante, as águas bravias afrontam obstáculos naturais, rolam opulentas e encrespadas, crescem e empolam, mais e mais impetuosas, até vencer a barragem, transmitindo à floresta confidências de raiva e bramindo na "voz das grandes águas", despenhadas em turbilhão na volúpia da liberdade. Ludwig diz que, tratando uma grande vida, sempre lhe veio à mente o curso de um rio; só uma vez, diante do Nilo, na represa de Assouan, a vida de um rio se lhe prefigurou um destino humano. E considerou que, em face de fenômenos da natureza toda poderosa, a ação das criaturas, o esforço dos homens, a agricultura, a vegetação, os animais, os povos e sua história não teriam existido sem o rio, ou não teriam sido quais se nos oferecem à contemplação.

Minha curiosidade ingênua sempre me aproximou com simpatia dos livros de impressões de viagens. Por isto mesmo prefiro no cinema a cenografia dos lugares tranqüilos, o desenho de um jardim, o contorno de um rio, um perfil de montanha, uma curiosidade arquitetônica, em suma, a projeção de uma paisagem gentil. O remanso da enseada, a clareira da floresta ou a doçura do sitio de serra, mesmo no cinema, têm para mim efeito sedativo; às vezes chego a sonhar, em curtos instantes de contemplação e fantasia:

chacun songe en veillant. Il n'est rien de plus doux.

Disse o poeta o que eu sabia apenas sentir e não exprimir...

AVE, PATRIA!

Em páginas de ardor patriótico, querendo comemorar o 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil, escreve para seus filhos um livro de crença amável, sob o título *Porque me Ufano de Meu País.* Cartilha de estímulos, verdadeiro breviário de civismo, diz o escritor aos herdeiros de seu nome: "Entre esses ensinamentos avulta o do patriotismo. Quero que consagreis sempre ilimitado amor à região onde nascestes, servindo-a com dedicação absoluta, destinando-lhe o melhor de vossa inteligência, os primores de vosso sentimento, o mais fecundo da vossa atividade, dispostos a quaisquer sacrifícios por ela, inclusive o da vida." Nele se descrevem as belezas e riquezas do Brasil, a amenidade de seus climas, a formação do tipo nacional, o caráter brasileiro, a nossa história, a projeção de seus grandes nomes, suas perspectivas do futuro.

Em 1936 o livro aparece na undécima edição brasileira, depois de várias traduções: alemã, francesa, duas italianas. Não há melhor e mais desenganada resposta à crítica de exagero e puerilidade, que lhe assacaram gratuitos detratores. A admiração é uma forma de sentimento, e só não admira quem não é capaz de sentir e errar, ao léu do destino, pelas devesas do ideal.

O JORNALISTA

Veterano das colunas do *Jornal do Brasil,* como ele se gabava de ser, colaborou Afonso Celso, subscrevendo diariamente a secção *Cota aos casos,* destinada a "rápidos comentários aos sucessos do dia, singelos e francos, sem malícia nem paixão". Sua atuação jornalística demonstra que bem lhe cabe o conceito de Banville, de referência a Bourget: "Não passava um dia sem ter aprendido, enriquecendo e renovado seu espírito."

Para mais de cinco mil artigos, calcula Múcio Leão o seu espólio arquivado só nas colunas do reputado órgão da imprensa brasileira, e remata, atalhando o propósito: "Quanto livro interessante, de bela construção moral, de

sólida análise: literária, de delicado pensamento, em suma, será possível organizar com esse material tão rico e precioso!"

No jornal desenvolveu a campanha empreendida pela Ação Social Nacionalista, à frente da qual, como brasileiro, "procedeu com inteireza, patriotismo e abnegação, sacrifício, sem outra ambição, outro desejo, outra esperança, que prestar serviço sincero e desinteressado a seu país". O programa do movimento nacionalista foi o programa da vida do seu egrégio chefe, isto é, "a valorização de tudo quanto é brasileiro, na elevação material, mental e moral do Brasil".

NO INSTITUTO HISTÓRICO

Entrou em 1892; durante cinco anos foi orador; de 1912 até a morte exerceu a presidência do Instituto. No exercício do mandato, seu trabalho avulta em constante atividade. Teve iniciativas e foi um realizador. De sua presidência, em 1914, o Primeiro Congresso de História Nacional, de cujos ofícios ficaram cinco volumes de memórias; em 1921, o 2.º Congresso de História; em 1922, o 1.º Congresso Internacional de História das Américas, nove volumes publicados; fundou a Escola de Estudos Brasileiros; uma Faculdade de Filosofia e Letras; o dicionário do Instituto; manteve e fez progredir a *Revista;* não esqueceu o Museu Histórico. As comemorações cívicas jamais faltaram às efemérides históricas; desenvolveu a biblioteca, facilitando a freqüência à sala de leitura. Em 1914 plantou o marco comemorativo da fundação da Cidade; inaugurou a estátua de Pedro II na Quinta da Boa Vista; promoveu a remoção dos despojos dos imperadores do Brasil para a Catedral de Petrópolis.

Solícito nas obrigações de seu posto, cristalizou, em exemplo que fica, o amor ao estudo de nossa História, a devoção de seus numes tutelares e o culto de nossas tradições.

O UNIVERSITÁRIO

Bacharel em 1880, depois de belo tirocínio escolar, aos 21 anos era doutorado em Direito pela gloriosa Faculdade de São Paulo; professor e diretor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, depois diretor da

Faculdade Nacional de Direito, reitor da Universidade, diretor do Departamento Nacional de Ensino, sua vida universitária intensamente se desdobra no ensino de várias matérias, no garbo com que exerceu os postos de comando, sobretudo, e poderosamente, na influência sadia sobre o espírito da mocidade, em lições e exemplos que madrugaram no melhor estudante do seu tempo, e depois, inteiriço e forte o fio da vida, prevaleceram no professor egrégio, glória autêntica do magistério superior no Brasil.

Em Afonso Celso as vantagens do professor, em fortuna igual, derivaram dos dotes excepcionais do orador, rebentados nas primeiras emoções no turno da formação universitária; pouco depois cultivados na tribuna parlamentar, firmando-se par a par nas célebres conferências da Glória, até exceder-se a si mesmo nos torneios da palavra, sempre fluente com elegância, torrencial sem exageros, servida por admirável memória, pontual e dócil na transmissão do pensamento, qual lhe traçara a pena no arranjo do discurso.

O PROSADOR NO ROMANCE

No episódio do *Invejado,* o autor debuxou, na urdidura da fantasia, um fato real, processado em época histórica, amargurada pela transição política, dando-lhe a feição de romance nacional contemporâneo. Rico de quadros da época, apanha com finura a realidade, até os aspectos pitorescos. Três capítulos podem ser apreciados como crônica sugestiva do tempo: o ano da Abolição; 23 de novembro, e 10 de abril de 1892. No último são recordadas a revolta da fortaleza de Santa Cruz, a prisão de treze generais e a deportação de políticos para Cucuí.

No livro prevalecem os fatos históricos sobre o romance; as personagens recordam, sob o véu da ficção, algumas individualidades daquela quadra, mais ou menos situados no flagrante do colorido e nos reflexos da opinião política do autor. É a vida real romanceada, e não o verdadeiro romance, graduado na intensidade da vibração emotiva. A diferença para Thibaudet se impõe na maneira de conduzir o enredo no romance: "O romancista autêntico cria as suas personagens com as infinitas possibilidades na direção da vida; o romancista amador as faz com a linha única da vida real. O gênio do romance faz viver o possível; não faz reviver o real." Maurois precisa o seu ponto de vista: *Le roman pose la question et n'y répond pas. Un roman n'a pas à répondre.*

Quand je décris des voleurs des chevaux, dit Tchekhov, je n'ajoute pas qu'il est mal de voler des chevaux. C'est l'affaire du jury et non la mienne. Penso que um romance deve ser um recorte de vida humana – temperamentos e paixões militantes, "história de um, que pode ser a história de todos".

Em *Giovanina,* o escritor ensaia o caso de uma família italiana, paupérrima, que emigra para o Brasil. Romance de técnica original, que comparte dos recursos do teatro, qualificando-o o próprio autor de "ensaio simbolista". Nele se identificam o narrador, o poeta, o dramaturgo e o sociólogo. A nota lírica recomenda e afina a expressão, inspiradamente italiana, no apreço da frase heróica e sentimental. Nos dois livros, o romancista dá arras de sincero e pertinente nacionalismo.

A obra de ficção em Afonso Celso procura o oriente do sentimento. A arte, cultivada na prosa ou na poesia, lhe foi um refúgio aos desenganos da vida política; nela aparelhou a resistência às desilusões; com ela chorou a morte de muitas esperanças. Não teve o feiticismo das escolas, nem sofreu a impressão das correntes literárias que fazem o proselitismo de cada período de evolução. Obra sentimental e humana tenta trilhar a estrada luminosa ou os desfiladeiros da vibração artística, advertindo ou convertendo outras almas, ao encontro da orientação do autor, resignada e forte no apreço das virtudes primárias, que fortalecem a organização moral. Respeita os imperativos biológicos dos instintos e as reações que provocam, acreditando sempre no esforço oportuno das reparações salutares, nos benefícios da concórdia e nos votos do altruísmo. Porque é mister ver e sentir como a própria arte no drama, na comédia ou no romance, querendo espelhar a natureza, pinta muitas vezes o amoralismo, enfeitando vícios ou projetando criaturas taradas constitucionalmente, como se fossem tipos sociais capazes de generalização. Argumenta-se que elas existem. Sem dúvida. Porém, fisgadas pela herança neuropática, desgraçadamente inexorável na transmissão dos caracteres sombrios. Até os escritores ditos católicos, em tiradas de ardor beato, se comprazem na exploração do pecado. (Thérèse Desqueyroux e outras personagens de Mauriac são exemplos tempestuosos.) Para advertir, dizem; sem embargo também, correndo o risco de mostrar que o pecado é essencialmente humano, que pode ter poesia, requeimando sugestivamente no inferno dourado de uma prosa fulgurante. Assim as pecadoras impenitentes nem sempre despertam compaixão ou

inspiram misericórdia, acontecendo que muita vez estimulam simpatias inconscientes, tanto mais perigosas quanto mais aladas nos transportes da paixão amorosa. Para fotografar a vida, o romance não raro busca a atmosfera das paixões, onde o ambiente malsão trai a fatalidade do destino. Mas, se a Arte visa à verdade, a ficção, que reflete a vida, mesmo desestimada dos bens efêmeros ou desprendida do pesadelo das impressões ingratas, não é menos consumida no interesse de explorar a tolerância humana. Sempre voltada para a criação, a Arte, para atrair e comover, evita o lugar comum, a monotonia cúmplice, o tédio da rotina, o abuso da repetição; por isto busca a curiosidade da exceção, o encanto da novidade, embora se possa ser original, explorando fatos conhecidos sob feição nova, até porque é sempre a mesma a essência das coisas no infinito das formas e aspectos sociais. A ficção assim singularmente figurada se encaminharia no rumo de verdadeira volúpia literária, sem outro sabor, ou melhor, inspiração nos domínios da sensibilidade artística. Fora do estado de alma que ilumina, alertando ou defendendo, os pendores elementares se voltam para o mal, desatam-se nos vícios e nas paixões inferiores que emergem dos desvãos da personalidade. O aspecto agudo do problema humano não há de ser pautado na sinuosidade do desvio mórbido ou no tributo doloroso de uma anomalia biológica. Ou então havemos de aceitar o legado do testamento espiritual de Jean Barois, figura de velho cientista, anticlerical e político ortofrênico, expresso em síntese apoplética: "Creio no determinismo universal."

Um crítico, naturalmente apavorado na visão da calamidade, observou que, se as almas se mostrassem, como os corpos, o mundo ficaria assombrado. Pior ainda, no tom pessimista, é a previsão de que o mundo se transformaria num vasto manicômio, se, travada a vontade, o rádio transmitisse a voz da consciência. Mas a física moderna, que nos deu o cinema, o radio, a televisão, a aviação e outras maravilhas catastróficas, vai desencadeando tremenda revolução espiritual, absorvendo a metafísica, identificando a razão com a consciência intelectual, e, nas suas conseqüências filosóficas, arrasando o determinismo. "Não há razões para a razão", disse impávido Louis de Broglie. Voltamos a nos entender: à luz da ciência havemos de admitir a razão, como a entendia a idade clássica, isto é, a faculdade que tem o homem do próprio governo. Mas, como a resistência da couraça segue a proporção ofensiva da bala do canhão, já, em criação de última hora, dos destroços da metafísica, vai

surgindo outro enlevo do espírito: a metapsicologia. Seja como for, Arte e ciência, como máximos objetivos da inteligência humana, não devem ser opostos para não serem diminuídos. Nelas reside a suprema dignidade do espírito. Por que traçar peias à sua íntima e recíproca interpenetração? Quando virá a última palavra da ciência? E a derradeira emoção da Arte?
Paremos, senhores, à beira dessas comparações siderais.

AINDA O PROSADOR

Em *Notas* e *Ficções,* à maneira de prefácio, meu predecessor publica uma carta de Voltaire aos editores de suas obras, confessando-se delas pesaroso: "Nem uma me satisfaz." Não é este, certamente, o juízo da maioria dos autores, nem em relação a seus trabalhos tem ele razões para o perfilhar. A opinião de um grande pensador, por outro pensador abonada, sem a restrição de um comentário, é uma lição de humildade, aliás, na intenção e na essência, nada conforme ao galardão acadêmico. Em verdade, solicitando vossos sufrágios, o candidato a ela foge, arriscando no lance um tanto de presunção, quando, claramente, não denota espírito de suficiência. Mas, a exemplo de George Duhamel, também dou graças à disciplina das academias, que impõe o recato pessoal e esquecimento de nós mesmos, com a obrigação de considerar alheia obra, revendo-a e penetrando-a na estrutura e no pensamento. Arrependido ou não, é certo que a obra segue seu autor, como ensina a liturgia cristã. Do copioso legado intelectual de Afonso Celso devemos nos orgulhar, inclinados no sentimento de carinhosa veneração.

Seus contos registram fatos ou recordam impressões, que algumas foram das mais vividas nos tempos radiosos de sua mocidade; outros gravam passagens dolorosas. Quase todas ensinam a sofrer e até a amar o sofrimento. O primeiro recapitula a história do filho pequeno, que se inicia na dor, a ela se adapta e com ela se consola. Em regra a dor passa e até sua recordação passa também. Graças a Deus que assim acontece; mas nem sempre, "pois algumas há que jamais passam", disse o narrador, engrandecido na resignação, qual de outra vez em confidência amiga havia segredado a Ataulfo de Paiva, no auge da angústia dolorosa: "Em minha casa a dor não tem férias."

"O caráter mineiro" lhe inspira a narrativa de dois episódios que afirmam a pureza de costumes do montanhês, cuja elevação moral, em parceria

idílica com a serra, o preserva do pó da cidade, ralado pela vida intensa, de mistura com os vícios da civilização. "Não há progresso sem pecado", disse Roger Martin du Gard.

A história de um velho piano que uma visita indiscreta faz vibrar em acordes comoventes, lhe dá a impressão de uma voz misteriosa, "dialeto da sombra", em fantástica audiência.

O conto prefigura a visão de dias mortos, tragados pelo tempo e que revivem com a aurora de outros tempos. É o passado imaginário, como o futuro. Tanto deixa a pensar o problema siamês do conhecimento de um ou do outro, quando se busca a verdade.

Outros contos revelam o desencanto do autor, seu desprezo das vaidades humanas, seu respeito às normas sadias de orientação moral. A observação visa a indivíduos e características psicológicas, que são componentes compulsórias da alma humana. Em toda sua obra, apostando evidência, se identifica a inspiração cristã, implícita ou explícita, atestada, como disse Osvaldo Orico, "pela resignação, pela doçura e, sobretudo, pela capacidade de vencer-se a si mesma para vencer o tempo".

– Tornando às memórias de viagens, narra seu regresso de S. Francisco da Califórnia, em companhia de uma formosa mexicana, jovem e educada à moderna, que por ele se apaixona e chega a confessar seu estado d'alma. É um parêntese de amor numa crônica de viagem. *Lupe* foi um incidente romântico na vida de Afonso Celso. Bem se compreende que seria para lhe doer o coração não recordar essa mulher, sua companheira de viagem e que lhe pareceu "sumamente aprazível". A um crítico ela deu a impressão de quem "não conversa, discursa". Era assim a sua heroína, diz o Autor, sem cuidar, talvez, que para as mulheres falar muito não é heroísmo, ou então quase todas são heroínas. As mulheres não gostam de intimidades com o silêncio... Daquele idílio a bordo, saborosamente descrito, uma impressão se desprende, imprevista e até certo ponto lamentável; chegou a romance, mas não teve poesia. Faltou o amor. A chama da paixão unilateral não encontrou o elemento comburente que ateia o incêndio. Poderia ter sido, creio eu, o amor etéreo, singularidade sentimental de sutis transigências com a sensualidade, apenas vivida no idealismo ou nos enlevos do sonho – amor sem inspiração cordial e sem fisiologia.

Lupe, "flor do mal", ou "perseguida do destino", quem sabe se o amor teria sido a sua redenção? Na frase melancólica de Afonso Celso, anos rodados, alguma coisa se vislumbra que trava como a saudade e amarga como o pesar. Talvez o pesar de não ter amado. Mas lhe ficou o resgate, na saudade da tentação.

Houve quem reparasse a nota pessoal nos escritos de Afonso Celso, e, no estilo, a construção da frase, o arranjo desigual, o abuso de orações elípticas. Preliminarmente, há que distinguir o tom pessoal, envenenado pela vaidade e corrompido na egolatria ou narcisismo, que em verdade é detestável. No escritor brasileiro, entretanto, o comentário se orienta no sentido de autobiografia, assim à maneira duma viagem à roda de si mesmo; explora o gênero da narrativa, talvez influenciado pelo pendor dos estudos históricos, que tanto afeiçoava sua cultura. Poder-se-á dizer que a narrativa é dos gêneros o mais em conta, porque recorda a história pessoal de cada escritor: é mais leve, mais fácil, mais objetiva; tem apenas o rótulo de ficção, não sendo produção artística, pensada e polida na abstração ou no símbolo. A guerra de Tróia, como as proezas de Ulisses, jamais tiveram realidade, e Dante nunca desceu aos infernos, pelo menos durante sua encarnação; no entanto, em criações eternas, a *Ilíada* e a *Odisséia*, como a *Divina Comédia*, sublimaram a obra de arte. Mas a narrativa, que é um desvio ou uma clareira na floresta da História, pelo menos não é conjetural e subjetiva, iluminada na visão do historiador. Revolvendo fatos e figuras que ficaram distantes, por vezes o historiógrafo não tem medida no julgamento arbitrário, podendo padecer das paixões do momento e sofrer o dano sugestivo e inconsciente dessa influência. Por isto Valèry retoma o fio de suspeição e de desprezo que a História inspirava a Voltaire. A narrativa pode ressentir-se da impregnação pessoal, sobretudo no julgamento político, como no caso de Afonso Celso em relação à República. Também a História que apreende fenômenos políticos não permanece na memória dos povos; tem a vida das gerações sensíveis aos acontecimentos. A História analisa sem comover-se, e só a vibração emotiva tem sobrevida e plasma a impressão do dia seguinte.

Nos contos, sua imaginação compõe nuvens errantes ou tece o véu da alegoria, por vezes povoando de azul um ambiente triste. A necessidade de imaginação é humana e universal, reponta na criança e ainda no outro extremo da vida não se despede senão à beira do túmulo. Não é o sonho o mais

gracioso sinal de superioridade da espécie? Anatole France desconsolava-se à vista de nossa sociedade "cheia de farmacêuticos que temem a imaginação". Defendendo a necessidade dos contos de fadas e das histórias infantis, raciocina tranqüilo: "As fadas existem, precisamente porque são imaginárias; existem nas imaginações ingênuas e claras, naturalmente abertas à poesia sempre jovem das tradições populares."

A imaginação precocemente alada no cérebro infantil sente, como necessidade orgânica, o deleite de um conto. Ainda agora, consolando-me em júbilos novos, tenho o encanto dos lampejos de alvorada, numa nesga de céu que é toda a doçura de meu lar, nos primeiros lumes de sensibilidade de uma criança de quatro anos, que vezes sem conta, orelha alerta, pede que leiam o *Cazuza,* de Viriato Correia. Fosse eu autor de livros para a infância, não quereria maior consagração que essa de aquietar por momentos, no interesse da narrativa, a curiosidade virgem de uma inteligência que desponta.

Mas continuemos no mesmo tom de afeto e ternura, falando do escritor e acadêmico no livro *Minha Filha,* todo de sentimento e de amor paternal. O nascimento de uma filha, recebido entre alegrias e esperanças; pouco depois a primeira colisão do infortúnio, numa doença nervosa que desafia a solicitude paterna e faz apelar para todos os recursos da arte de curar, dentro e fora do país. Verdadeira caminhada de sofrimento. A Medicina que não consegue sarar; o médico que não pode ir além da sua medicina, e todo um entrecho doloroso, em que entram diversas personagens afinadas no mesmo sentimento de revolta contra a injustiça do destino humano. E um especialista, glória da ciência mundial, chumbado ao desengano da verdade clínica, ainda consola: "As crianças feridas dessarte acusam notável desenvolvimento intelectual. Que importará à sua filha não se mover como todas, se ao de todas sobrelevar seu espírito?" Quem pronuncia tais palavras? Charcot. Quem as ouve? Afonso Celso. Os profetas sempre foram ouvidos por Deus. E a profecia se cumpriu. Em Maria Eugênia Celso admiramos todos a realidade desse vaticínio.

O POETA

Arte e coração sempre se compreenderam. Um que inspira, outra que reflete; a imensidade do sentimento vazada no poder da expressão É arte retratando a dor. Ler ou ouvir o *Anjo Enfermo* é comover-se:

Geme no berço enferma a criancinha
Que não fala, não anda e já padece...
Penas assim cruéis porque as merece
Quem mal entrando na existência vinha?!

Ó melindroso ser, ó filha minha,
Se os céus me ouvissem a paterna prece
E a mim o teu sofrer passar pudesse,
Gozo me fora a dor que te espezinha!

Como te aperta a angústia o frágil peito!
E Deus, que tudo vê, não t'a extermina,
Deus, que é bom, Deus, que é pai, Deus, que é perfeito...

Sim... é pai, mas a crença no-lo ensina:
– Se viu morrer Jesus, quando homem feito,
Nunca teve uma filha pequenina!...

Tempos distantes da época desses primores, o pai doente escrevia à filha, também doente:

Tu enferma, e eu enfermo,
E o que mais me faz sofrer
É que, em reclusão sem termo,
Não querem que eu te vá ver...

A minha alma te abençoa
Com carinhosa efusão. Fica boa!
Fica boa, Filha do meu coração!...

Na poesia de Afonso Celso a nota de interiorismo viceja em cada verso, aos ternos estímulos do coração; sua índole religiosa, de jeito o dispõe na inspiração das graças humildes e dos encantos do lar, "dos pequenos atos de bondade e de ternura". No moralista de carreira que ele foi, sempre afeito a perdoar e a consolar, se encontra a emulação, talvez inconsciente, de

Terêncio, o filósofo meigo e sorridente, que tanto colaborou no gosto latino, penetrando-o das graças e sutilezas da linguagem grega.

Não tenho qualidade espiritual que me acredite capaz de tratar de poesia. A sensibilidade pobre, embora bem cedo me tivesse prendido a seus encantos, não ajudou a respirá-la nos eflúvios divinos, sentindo-a a ponto de compreendê-la. O namoro que vem dos verdes anos e fica platônico denuncia timidez incurável. Infelizmente, nem ao menos pude materializar minha incapacidade em simples versos, mesmo sem vibração emotiva, como tantos outros pobres de ritmo e de expressão, que só contentam quem os produz.

Aos primeiros surtos da inteligência humana o pensamento encontrou logo o lado musical da expressão, que mais impressiona e facilmente se transmite porque mais accessível; a prosa fez caminho tortuoso, buscando oriente e amenidade nas lendas e nos contos puramente imaginários. Devíamos, pois, começar pelos versos todos os que amamos as letras mais belas. No entanto, não somente para começar, senão pelo afirmar-se capaz de poesia, seria mister ter bebido, em hora prima, o *leite de ternura humana* "alimento lírico do verdadeiro poeta", como aqui disse Cassiano Ricardo, "poeta total", "ilusionista iludido", qual lhe chamou, com a autoridade da parecença estética, Guilherme de Almeida, outro grande poeta contemporâneo.

Não comparo a Prosa com a Poesia. Também não a ofendo na comparação com os versos que não chegam a comover. Na cadência, no balanço e colorido da frase, no ritmo da expressão, a prosa de J.J.Rousseau, sem a monotonia dos alexandrinos, tem o feitio do poema, "orquestrado a primor numa quadra em que o verso não sabia cantar", como disse Lanson, a propósito da *Nouvelle Heloise:*

Mais, hélas! Vois la rapidité de cet astre, qui jamais n'arrête. Il vole et le temps fuit, l'occasion s'échappe. Ta beauté, ta beauté même aura son terme. Elle doit décliner et périr un jour comme une fleur qui tombe sans avoir été cueillie.

Será mesmo prosa? Sim, a mais natural e mais doce de ouvir. Nela a base matemática da metrificação par e ímpar é de efeito lírico delicioso na harmonia desigual. Sirvo-me apenas de um trecho, tomado às reservas eternas do bom dizer. Não acabaria de citar se, passando pelos modernos, chegasse aos contemporâneos, dentro e fora do nosso patrimônio literário.

Figurei de passagem um exemplo, classicamente abonado, para não fugir à inspiração das regras tradicionais, sempre sábias na amplitude benigna e protetora de quem, num ensaio de primeiras letras em recinto de silogeu, se inclina reverente em homenagem às normas idôneas. Quanto existe, jamais deixa de existir no amparo das forças misteriosas que regem a eternidade em matéria de Arte. Mas a Arte, às vezes, é pérfida, e, sempre moça, ilude nos encantos; é volúvel e vive perigosamente, como a mocidade; por isto mesmo deve ser tida no recato da adoração por quem já passou da idade de dizer ou ouvir galanteios, ainda que temperados em suave lirismo. A inflação poética neste século é espantosa; também em Poesia excesso quer dizer falta, sobretudo ausência de Arte e pobreza de emoção. Poetas não faltam, de escola ou sem escola, clássicos, simbolistas, românticos, neoclássicos, cósmicos e novos apóstolos da Poesia pura.

A musa do vosso amado companheiro não teve destons nem hipocrisia; foi sentida e foi amorosa; a primor transigiu com a mágoa ou revelou o consolo de sua vocação. Ouvi como ele, nos votos do seu impressionismo, alcança um *Porto celeste:*

Andei em longas excursões distantes:
Vi palácios, sacrários, monumentos,
Focos da indústria, artísticos portentos,
Praças soberbas, capitais gigantes.

Mas lia, em toda parte, nos semblantes,
Dores, lutas, idênticos tormentos...
Onde a pátria dos risos?... Desalentos
Colhi apenas, mais cruéis que dantes.

Achei, enfim, num pequenino porto,
Crenças, consolações, calma, conforto,
Tudo o que anima, enleva e maravilha:

Ninho de encantos que a inocência habita,
Promontório do céu, plaga bendita,
É junto ao berço teu, ó minha filha!

O aspecto sentimental é o mais ressaliente. Aqui mesmo, disse Adelmar Tavares: "foi em poesia um *intimista."* Ninguém mais que ele "ajardinou as suas afeições e ninguém mais ternamente cantou a alma de seu lar". E ainda: "Nem um outro poeta conheço ter sido mais pai e mais poeta."

À filha no colégio escrevia cartas em verso neste teor de doçura:

Tua carta, filha minha,
Causou-me alegria, sim.
Foi, porém, muito curtinha...
Não quero cartas assim.

Quando a tristeza lhe premia o coração, descantava como na poesia "A flauta":

De noite, aqueles sons de música em distância
Eram como a fragrância
De um coração heróico em aflições premido:
Modulava-os na flauta um filho da miséria,
Na harmonia buscando animação e olvido.

Em pleno inverno, a miséria o fez vender a flauta para alimentar a família:

A minha velha flauta. Oh! não me fales nela;
Hoje, deu-nos talvez a música mais bela,
Partindo para além!

Tranqüilo e confiante transparece o sociólogo, descrevendo uma oficina:

E no ambiente ali se pressentia
Tônico ardor, fecunda claridade:
Fluidos vitais que hão de animar um dia
O corpo são da nova humanidade!

Por fim ouçamos o filósofo meigo, bizantino no cepticismo:

Vale a pena viver? Há dias em que vale;
De outros muitos, porém, aflige tanto a lei,
Que tamanho contraste é justo que me cale,
ou murmure: – não sei!...

*
* *

A 8 de abril de 1931, a Academia comemorou o jubileu de um dos seus, que muito seu e de longe o fora, desde a fundação. Um dos oradores, Medeiros e Albuquerque (de quem a lembrança ainda me castiga na saudade), contou que em 1877 o grande escritor português Ramalho Ortigão, de regresso de sua visita ao Brasil, confiara em carta a Eduardo Prado, entre outras impressões, a seguinte confidência: "Afonsinho Celso é esperto como um alho e se não fizer grande coisa de *per si*, há de pelo menos dar bastante que fazer aos outros, quando se lhe meter isso na cabeça, que ele tem rija e saudável." Em verdade, vosso confrade, muito tendo feito *de per si,* ainda traiu a previsão no grato ensejo que deu aos outros de copiosas demonstrações de simpatia, respeito e admiração.

Belo homem esse Afonso Celso: beleza física, intelectual e moral. A proporção e a suavidade dos traços no adorno da fisionomia; o lume da inteligência que lhe permitiu acumular reservas de saber clássico e excelências de cultura moderna; a sensibilidade que no poeta exaltou o gosto, sempre atendido nos desvelos da estética; os dotes do coração que lhe sublimaram as manifestações do sentimento; a alma intemerata, serena, embelecida na conformidade com o sofrimento – a grande alma religiosa, sentida mente cristã: toda essa riqueza de dons, em singular harmonia, ele a teve, à prova de vaidades e tentações, contratempos e vicissitudes.

Na devoção de verdadeiro culto, Adelmar Tavares o crismou Pastor da Bondade. E, realmente, ele o foi na essência de sua compleição moral, apaixonadamente humana, desprendida e baixada à terra para cumprir um destino. Para sentir e amar: sentir a beleza e amar a virtude. Também para sofrer; e, na lustral do sofrimento, ele pôde compreender e traduzir em suave lirismo a

Imitação de Cristo. Seguiu a preceito a palavra de Jesus: "Vivei como os lírios". Ainda na hora derradeira, no limiar da eternidade, dizia: "Durante toda a vida pertenci apenas ao partido de Cristo e só tive um programa social, filosófico, político – o Cristianismo. É dele que está precisando o mundo. E muito. De bondade, de tolerância, de paz e amor. A humanidade precisa de amor, de muito amor." No dia seguinte, quando foram publicadas estas santas palavras, dele nos restava apenas, distendido e frio, caminho da morada eterna, um corpo inanimado. Como viveu, morreu. Viveu como um lírio...

*
* *

Senhores, a aspiração acadêmica é, quase sempre, contemporânea de um sonho de mocidade; mais nervosa e confiada pode atingir depressa o termo desejado, compensando a preferência e honrando a Companhia no prêmio da floração espiritual; outras vezes, inútil a pertinência do esforço e infiéis os votos de trabalho, a colaboração branca da vida breve reverdece em estímulos e tranqüiliza outras aspirações. Pela virtude de tantos desígnios, em graciosa transparência, não separais a ação do sorriso, a função de julgar da astúcia no julgamento. Na sublimação de um equívoco, aqueles que aqui chegam, beirando a velhice emérita, contribuem, queiram ou não, para a mocidade do Grêmio, praticamente realizada na fatalidade da renovação. Como a própria humanidade, as academias são sempre jovens, porque represada a juventude no perpassar contínuo das gerações.

Não me sofre o ânimo confessar que o vulto das obrigações noutra esfera de atividade não deu tempo para chocar o prazer do primeiro encontro, prelibar mais de espaço a ilusão deste dia, facilitando outro polimento nestas simples palavras de admiração e reverência, que muitas foram, todavia, em razão da magnitude da obra do companheiro, cuja perda tanto deploramos.

Deu-me a Academia o tributo honroso de difícil sucessão. Para premiar? Não, decerto; talvez para persuadir e estimular. Desconfio, entretanto, que chegou tarde a esmola generosa: não creio no milagre das forças crepusculares.

Indagareis, naturalmente, a talho da confidência: por que foi tão fiel ao intento? Primeiro, porque "é do homem exceder-se em desejos"; depois, perdoai a razão ingênua e pelo sentir a mais forte: porque me pareceu que aqui se

podia passar bem o inverno da vida, num ambiente de galantaria intelectual, temperado de doce malícia, como se requer nos remansos da cordialidade, não havendo de poltrona a poltrona, às vezes, mais que um abismo de separação. Por tudo isto a aspiração da Academia cresce com a idade, ainda que de referência a vós outros, senhores acadêmicos, Deus me livre de repetir o que disse Henry Bordeaux, num conceito temerário: *La frivolité ne vient qu'avec l'âge.*

No meu caso, solicitando a desoras a indulgência de vossa simpatia, salvo melhor juízo, não podia dar maior prova de interesse que riscar com a ambição as extremas da mercê. "Mal dos que se deixam contaminar de humildades, ascéticas ou filosóficas, sempre fatais a qualquer espécie, ainda a mais razoável, de ambição", disse Xavier Marques, num dos seus primores de pensamento e de frase. Para apresentar-me de novo, depois de doze anos da primeira tentativa, procurei compor minha fisionomia literária, ainda que um tanto artificialmente, como fazem certas damas invictas, que não poupam diligência para simular juventude. É certo que, como estas, só a mim mesmo poderia ter iludido; mas logrei o favor de vossa atenção, no reconhecimento do esforço, que identifica uma vocação de trabalho, ajudada de gentilezas do destino, qual a que ora reponta num tecido de sonho, à maneira de doce paisagem no fim do meu caminho. E tanto fizestes, senhores acadêmicos, que ainda me valeis em pleno lance de eminência frágil, trazendo a esta cerimônia a colaboração de Cláudio de Sousa, cuja palavra, quente e fúlgida, saberá evitar que desmereça de sua qualidade excelsa o brilho de uma noite acadêmica. A conta da mensagem do Olimpo, que ele nos traz, vai ficar a só impressão desta solenidade. Ainda bem que uma tradição benemérita de apreço, na plenitude de sua sabedoria, consegue resguardar o prestígio das letras na mansão helênica de suas graças.

Eurípides tinha a meditação por soberano bem, e a aberta luminosa que me indicais convida a meditar. Revelando um segredo, a voz interior aconselha apenas, na elegância de sua simplicidade: "Enfeita o teu dia."

II

RESPOSTA DO SR. CLÁUDIO DE SOUSA

Senhores,

Nas solenidades de recepção do sucessor de um companheiro falecido, difícil é traduzir, Sr. Clementino Fraga, a perplexidade patética desta Academia, entre dois sentimentos antagônicos.

Não faz um ano, chorávamos, veladas estas mesmas luzes, enlutadas estas mesmas paredes, enrolada a meia haste, como asa ferida, nossa bandeira. Não se completaram doze meses, e já o salão se redoira de luzes e se enche de galas, e a bandeira que ontem se recolhia na tristeza, hoje se desfralda na alegria. Então, a musa plangia no epicédio, ora deve cantar o epinício. Então, a alma acurvada, derramava-se no choro do *De profundis.* Ora, exulta no *Sursum corda.*

Na terra daquele ontem tão próximo, como o é a luz da madrugada nas trevas da meia-noite, ainda não secaram as lágrimas vertidas no sepultamento.

Nem a morte pôde ceifar nos que ficaram, tanto que baste para extinguir as palpitações de dor dos que conviveram com aquele dileto e inesquecível mestre, príncipe de sangue, de nobreza e de virtudes raras, espírito estelar que ainda nos norteia nos caminhos incertos da vida: Afonso Celso.

Entretanto, dentro dos lindes da saudade pode o sorriso abrir-se na lágrima, como o arco-íris no temporal, à evocação dos primores e das qualidades do morto.

Foi o que fizestes em vossa formosa oração. Acabais de no-lo mostrar no fastígio do espírito, na imposição da nobreza, na impecabilidade da virtude, na grandeza inexcedível dos sentimentos. Desenhastes suas qualidades no panegírico, como desenhavam os egípcios nos túmulos as riquezas, as terras, os rebanhos, as jóias, os tesouros do morto.

Com o poder da eloqüência, fizestes reviver sua voz harmoniosa, e suave. Ouvindo-a, marejaram, de novo, as lágrimas do coração de todos nós que o amamos ontem, que o veneramos hoje e que o entregaremos comovidamente aos que nos receberem a herança. Viamo-lo tal que na sua prosa tivesse deixado a imagem, como a imprimiu Cristo no lenço da Verônica, como todos nós, Cristos da mesma agonia, do crime messiânico de pregar a beleza, deixamos nas páginas de nossos livros! Nosso coração oprimido pelo volume de pletora dessa mágoa imensa, um pouco se dessangrou com aquela visão. Não enveredastes pelo horto, senão pelo vergel daquela vida. Embalastes-nos a saudade, colhendo no jardim as flores vivas de colorido e suaves de aroma da obra *imperitura* do morto.

Só morre o homem que viveu, apenas, a vida do corpo. Esse, devolve à terra tudo que recebeu. Mas os homens que refletem sua vida na alheia, os que se transpõem de si mesmos para a coletividade, deixam na herança luminosa a eficiência póstuma da ação fertilizante e sazonadora. Fizeram em vida borbulhar a semente, desabrochar a flor, amadurecer o fruto. E como desses frutos outras sementes hão de provir, e dessas sementes outras flores desabrochar, ele continuará a viver nessa série de seminações e frutificações espirituais que constituem a imortalidade do pensamento. Do túmulo dos primeiros nenhuma luz se acende além dos fátuos fogos da decomposição; do túmulo dos segundos, a luz duradoura que ultrapassa os séculos.

Recebestes uma das heranças mais ricas desta família. Verteu Deus no berço de Afonso Celso opíparo legado das mais extraordinárias graças, prêmio, talvez, às virtudes das nobres almas de seus progenitores. E entre os primores do espírito e a magnanimidade do coração, presciente de que um e outro seriam tentados pelo orgulho dos louros que o esperavam, e pelo mau conselho da adversidade, doou-lhe couraça impenetrável, de aço bem temperado e recozido, a couraça da resignação à ordem divina e da obediência cristã, cega e inabalável. Faz-se-lhe rapidamente o inventário das qualidades, se

declinarmos o nome das virtudes, partindo das cardinais, da justiça, da força, da temperança e da prudência, às teologias: – a fé, a esperança, a caridade.

Seu espírito foi a espada do fraco, e a escada do moço – e assim realizou a justiça. Sua palavra foi a defesa e o enaltecimento da Pátria, e com isso realizou a força. Sua fome e sua sede foram a fome do saber e a sede do mistério divino, e dessa forma praticou a temperança. Sua defesa dos princípios e das pessoas nunca se excedeu, e assim definiu a prudência. Sua devoção cristã nunca esmoreceu, e imperturbável foi sua fé, ainda nos transes adversos. Sua tenacidade na realização dos ideais foi a esperança. Sua bolsa sempre aberta ao pobre, e o coração aos amigos e aos inimigos, realizou a caridade, com essa culminância nos planos superiores da despersonalização.

É costume suprimir nos necrológios os defeitos, para apenas exaltar as virtudes. Constitui isso subtração da verdade histórica, porque nunca atinge a criatura humana os escarpados ápices da perfeição. Aborta a natureza o aleijão ou a fealdade para o realce da beleza; e os vícios para a exaltação da virtude.

Escreveu Bluteau nas *Prosas* que os sepulcros são obras mortas que encerram mentiras vivas. Deve-se controverter o final dessa sentença tratando do varão de Plutarco de que falo, em cuja vida moral nenhuma verdade se feriu. Vertei a água de qualquer moringa de terra cozida. Ela é cristalina e fresca. Examinai com atenção o vaso: nele encontrareis muita impureza. Verti na sede de meu coração o sangue daquele outro coração: estudei de perto o vaso e vi que a pureza se vertera da própria ânfora da pureza. As mentiras, erva maldita que cresce dos esputos da ambição na terra sáfara da inveja, não se sepultaram naquele sepulcro de glória, naquela obra viva, eternamente viva. Eis por que calou fundamente no ânimo deste auditório a imagem de vossa eloqüente elegia, quando lhe comparastes a alma à flor simbólica da pureza; viveu como um lírio, morreu como um lírio cortado da haste na plenitude da floração.

Amei-o tanto quanto amei meu próprio pai, e venero-o como venero as virtudes inexcedíveis dos formadores de minha alma. Amei-o na fase de suas maiores provações, a dos últimos anos. Vi-o chorar na dor cruciante dos golpes tremendos do destino inclemente, que lhos desfechou até mesmo na profundidade de sua fé cristã, levando ao túmulo contra as leis divinas dois entes seus. Vi-o soluçar junto ao corpo morto da esposa idolatrada, na qual seu

amor se sublimara, luz de seus dias sombrios, consolação das noites insones, bálsamo de suas dores, exaltação de seus triunfos.

Desapiedadamente, com furor incontido, os maus gênios desferiram-lhe golpes sobre golpes. Levaram-no, afinal, ao suplício da dor física sem remissão, num leito de Procusto, onde os dias, as semanas e os meses com os minutos se mediam nos aiais do padecimento contínuo.

Atravessando a galeria do asilo que ele buscara para operar-se, ouvindo os gemidos que de um e de outro lado vinham cruzar-se, como ramos que espontassem da mata sinistra da aflição, entrei em seu quarto. Ao divisar-lhe as feições desmaiadas e a imobilidade do corpo, paralisado pelas dores incessantes, rebentaram-me dos olhos as lágrimas e da boca a blasfêmia:

– Deus é injusto, meu caro mestre – exclamei, exclamei, por vos fazer assim tanto padecer dentro da constância e da sinceridade de vossa fé, de vossas virtudes e de vosso estoicismo.

Ele sorriu, entre os gemidos, e respondeu-me:

– Não diga isso!... Leia a oração de Monte Alverne na morte da Imperatriz do Brasil.

Poucas horas depois eu lia na página que ele me recomendara:

"Há na ordem da graça um procedimento que parece incompreensível. O Eterno se compraz em cercar de tribulações os escolhidos de sua mão direita, para dá-los como espetáculo aos homens. Os prazeres, as honras e as riquezas não podem obter o prêmio destinado àqueles que combatem."

Em nenhum de seus artigos, porém, em nenhuma frase, em nenhuma reticência, o justo deixou lamentação ou queixa.

Afonso Celso escreveu até a morte. Iluminou como o sol até o fim do crepúsculo.

Sua bondade imensa fez que nos tempos derradeiros de sua vida, em que lhe foi vedado receber visitas, se abrisse exceção para este menor de seus discípulos. Cada vez que eu lhe entrava no quarto, cujas janelas se abriam para o jardim, onde a vida viçava, enquanto ele morria lentamente, meigo e sereno, com aquele mesmo sorriso que na sua fronte bela e majestosa unia o cérebro ao coração, pensava eu na resignação de Jó.

Permitiu Deus que Satan tentasse vencer a paciência daquele outro justo; e fê-lo para provar a têmpera dos filhos extremosos. Tribos árabes

assaltaram-lhe a fazenda e levaram-lhe os rebanhos. O fogo do céu queima-lhe e destrói-lhe a lavoura. O tufão derriba-lhe a casa, e sepulta-lhe a família nos escombros. Vê-se Jó de opulento e excessivo de famulagem que era, pobre e só na terra adusta, cauterizada pelas chamas.

Que grito lhe escapa, então, do peito? O do ódio, o do terror no delírio, o da revolta contra o castigo ingrato de Deus? Não. Sereno na fé invulnerável que abala as montanhas, ele exclama ainda:

"Deus me deu, Deus me tomou, bendito seja o nome de Deus."

Satan não desespera. Apostema-lhe o corpo com úlceras vorazes, põe o fétido na sânie que empesta o ar.

Os homens, vendo-o naquele pelourinho, acusam-no de crime de impiedade, pois só os ímpios são assim castigados. Exprobram-lhe a resignação como sendo motivada pelo orgulho, por vã pretensão à santidade. Então, as lágrimas manam-lhe dos olhos, não com revolta, mas em penitência: Perdoai-me, meu Deus, se ainda na minha extrema resignação encontrais pecado!

Nem mesmo laivo desse pecadilho jamais notei que se pudesse suspeitar no justo de que me ocupo; nem o pecado venial dos subconscientes reprimidos, mas nem por isso inexistentes. Sua fé teve a unidade metálica, sem falhas. A unidade é a ordem e a harmonia e, portanto, o complexo criador da beleza. A vida humana é dispersiva por multifária. Precisa de ter um centro de conjugação e, ao mesmo tempo, de aferição dos valores morais. Em Afonso Celso para ganhar aquela unidade, o sentido de atuação concêntrica foi o de sua fé religiosa, como bem o assinalastes. Tudo nela se acolhia. Por isso teve sua vida grandeza, elevação e majestade.

Celebrastes sua beleza física, desenhando-lhe a imagem com as tintas da graça e da verdade. Lembro-vos as palavras de Antônio Vieira:

> O morrer não foi perder, foi melhorar sua formosura. A vida tem contra si a morte; a formosura, ainda antes de morrer, tem contra si a mesma vida. *Forma bonum fragile est, quantumque accedit ad annos fit minor.* Os primeiros tiranos da formosura são os anos, e a sua primeira morte é o tempo. Se alguém lhe perguntar qual lhe está melhor, se a morte ou a mudança, havia de responder, antes morta que mudada. A formosura morta sustenta-se na memória do que foi, a formosura mudada afronta-se no testemunho do que é,

> pois uma "traz o epitáfio no rosto", outra na sepultura. Chegada, pois, a gentileza humana àquele termo preciso de perfeição, em que o parar é vedado, o crescer impossível e o diminuir forçoso "está melhor à formosura a morte que a mudança".
>
> Assim trata Deus à formosura a que quer fazer o maior favor" (Sermão das exéquias de D. Maria de Ataíde).

Afonso Celso morreu em plena unidade da beleza física e da beleza moral.

De quantas horas precisaria para definir e louvar-lhe a obra e a vida! Teria que captar-lhes as origens nas vertentes do infinito místico, e não me deram as Graças asas para escalá-las; para cantar-lhe o louvor deveria afinar-me pelo ritmo das musas, de que nasci deserdado; para exaltar-lhe a glória teria que pedir à eloqüência dons que, como vedes, ela me recusa. Devo confessar-vos, entretanto, Sr. Clementino Fraga, que aceitei o ingrato encargo de cotejar com vosso valor, minha insuficiência, a que, tão generosamente, emprestastes em vossa brilhante oração títulos que vos pertencem – para ter mais uma ocasião de celebrar aquele amigo extremoso e mestre iluminado, que trago e hei de trazer sempre vivo no silêncio amoroso da profundidade de minha alma. Sabia que faríeis o que me não seria dado fazer.

Fizestes isso com gênio e sentimento. Não poderia igualar-vos, muito menos exceder-vos no estudo minucioso de seu espírito, que por inexplicável modéstia não lestes na íntegra, supondo que vossa palavra, sempre nova, pudesse fatigar este nobre auditório. Afortunadamente esse prazer de que nos privastes teremos com a publicação de vosso discurso, com o que nos reservastes para o dia seguinte as sobras do banquete espiritual que acabais de servir-nos.

Falemos, agora de

VOSSA OBRA LITERÁRIA

Nela avulta a da eloqüência, a arte das artes, que traduz a voz dos sentimentos e das paixões, temperando-as nas cordas da própria sensibilidade, para torná-la mil vezes mais potente. Por que empolga o orador as multidões e leva-as consigo, cegas e inconscientes, como sonâmbulos? Porque ele é a voz das próprias multidões que o aplaudem. Empresta a boca à mudez dos que

não sabem exprimir o que sentem. Diante do microfone a voz mais débil ganha vigor. O orador tem a mesma função, duplicada pela vibração humana, para exaltar os sentimentos ou avigorar as queixas.

Entrais nesta casa com essa entre outras credenciais. Dissestes ao tomar posse da cátedra de clínica médica em nossa Faculdade de Medicina:

"Não entrei nesta casa pelo beiral do telhado, nem varei num salto a janela entreaberta; arribando a porto conhecido, aqui me sinto bem" "fiel à morada de sua inteligência e à casa de seu pensamento". Podeis hoje repetir com documentada segurança aquelas palavras, porque não tínhamos telhado quando fostes eleito... Só agora o estamos construindo para nos pormos á salvo das filtrações da laje de cimento que nos cobria, já que de outras não nos podemos livrar... Mas se o tivéssemos, por ele poderíeis ter entrado sem impropriedade, pois nos beirais cantam as cotovias, arrolham os pombos e outras aves, que são a poesia das casas. Houve uma ave à qual se emprestava a autoria de xistosas crônicas, como conta nas Memórias do Bispo do Grão-Pará, Camilo Castelo Branco:

A ANDORINHA DO FRADE

"O Sr. D. João III quando via travessura hábil dizia: "Por aí andou frade", e isto se exemplifica com a seguinte .história:

O convento das freiras de Santa Clara ficava defronte do convento da Serra do Porto. Havia neste último um cônego regular de Santo Agostinho que, pela manhã, costumava contar o que se passava durante a noite no convento das freiras, a tempo que tudo estava fechado.

Dizia-se que uma andorinha penetrava pelo beiral do telhado das freiras, escrevia o que observava e pela manhã trazia sua crônica ao cônego, com fatos como estes: a irmã Fulana riu muito na cela da irmã Cicrana. A irmã Beltrana teve uma indigestão de lagosta, ou qualquer indigestão de coisas assim inocentes. O caso, porém, era muito outro. Mandava o cônego um homem levar a certa freira do convento uma andorinha fechada numa condessinha. Essa andorinha tinha o ninho no beiral da janela do cônego. A freira escrevia aqueles relatórios, enrolava-os no pescoço da andorinha e soltava-a pela manhã. Ela ia como um raio ao ninho.

O cônego lia e dava as novas.
Ó *curas hominum!*

OS MORCEGOS DAS LETRAS

Podeis advertir-me que não só os pássaros nos beirais se aninham, pois por aí entram, também, os morcegos de mau agouro. Onde há letras, há sempre dessas asas negras que nasceram para assombrar a claridade da poesia, e agredir com o chirriar de sua inveja estéril a arte ou o pensamento alheio. São a raça inextinguível e ímproba dos aretinos. Tendes sofrido suas agressões, como todos nós, e verificastes que nunca elas fazem maior dano. Não foi, portanto, essa a razão de dizerdes que não entrastes pelo beiral do telhado, preferindo arribar ao porto. Sois talvez, mais inclinado pela Marinha do que pela aviação. Não fiéis, entretanto, da aparente segurança de vossa ancoragem nesta praia do pensamento. Se estais aqui ao abrigo das ondas do mar, ficais mais exposto aos tufões do espírito renovador das letras, que em certa ocasião nos assaltou em entremês xistoso e útil, xistoso para provar a inexpugnabilidade desta fortaleza, e útil para a publicidade dos assaltantes, que ainda hoje, em manifestos, repetem sempre, com bom humor, que daquele minúsculo incidente resultou a transformação da Literatura nacional, boato ainda sem confirmação. É sabido que as gerações se devoram. Não creio que nosso desaparecimento possa causar prazer a todos os que, declarada ou disfarçadamente, nos ambicionam a sucessão, mas certamente lhes abrirá lugar ao sol, ao nosso tão negado e tão desejado sol... Os sentimentos humanos são sempre indefiníveis, pois variam segundo as criaturas. Certo siciliano que vivia a desejar o divórcio pôs-se a chorar desesperadamente, quando lhe trouxe:ram o cadáver da esposa, que ao cair de uma figueira, ficara enforcada entre dois galhos da árvore. Um amigo, que também vivia mal com a esposa, ao vê-lo naquele estado, exclamou:

– Você chora por isso? Pois olhe, vou correndo tirar uma muda dessa árvore para plantá-la no meu terreiro!

E quando a notícia se espalhou a árvore dentro de poucas horas estava toda transplantada.

Assim se exemplifica a diversidade do sentimento humano, ainda mesmo junto da morte.

Não há que se arreliar com isso. É humano. Na *Asinaria* aquele Plauto de estilo pelo qual falavam as musas, no dizer de Varrão, proclamou: *Homo homini aut deus aut lupus.*

Tudo isso, porém, que vale diante dos fatais destinos dos homens e do mundo? A impaciência ou a sofreguidão dos novos escritores não desmerecerá a obra dos antigos, nem lhes abreviará a vida. A discórdia é o clima normal de todas as classes. Também na Medicina, de que sois preclaro mestre, ela existe como se depreende das seguintes palavras de vosso discurso a Miguel Couto, ao qual chamastes, com razão, mestre de bondade: "Disse Juvenal que a concórdia é menos dos homens do que das serpentes." Ainda menos dos homens que exercem a Medicina, acrescentastes. Vede como os próprios símbolos variam... Tem a Medicina por emblema o caduceu. Que é o caduceu? Mercúrio separou com uma varinha duas serpentes que se atacavam. As cobras enrolando-se na vara deixaram de lutar. Assim se formou o caduceu como símbolo da concórdia. Alguns deuses se figuram com aquele emblema, como Baco, dos bons comeres e dos bons beberes, Ceres, a dadivosa deusa das colheitas, e outros, mas sempre o trazem no sentido da harmonia. É bem verdade que há certa espécie de concórdia, que Corneille assim definiu: *Concorde impie, affreuse, inexorable*!

É talvez essa a que impera entre os oficiais de qualquer ofício.

Trazeis uma obra médica de valor considerável. Sois um dos mais fulgurantes luminares da Cátedra. Da Medicina, porém, desertei há muito, como aquele médico humorista a que aludistes em uma de vossas sempre belas orações, o qual dizia:

Sou um benemérito da humanidade porque não exerço a clínica.

Permiti, pois, que estude de preferência vossos títulos literários.

Como classificar vossa oratória? Na escola de Cícero, certamente. O imortal orador latino, discípulo de Demóstenes, fora, porém, dos ódios acirrados que emprenhavam de virulência o ambiente de Atenas e o revocavam às represálias, imprimiu à frase nos arrebóis de sua tribuna certa nobreza – a *urbanitas* – com a qual conquistou o manto senatório. Dir-se-ia que como ele, aprendestes na antiga escola de Rodes, onde, na frase de Latino, às graças

castiças e à simpleza harmoniosa do gentio ático, sucederam os afeites retóricos e o estudo colorido da palheta asiática.

A substância de vossas orações deixastes classificada nas seguintes palavras da erudita e notável introdução de vosso livro *Ciência e Arte em Medicina,* na qual, efetivamente, a mais adiantada ciência e a melhor literatura se aliam:

"Na cátedra e na tribuna, a ocasião sempre me serviu para pensar alto, definindo pontos de vista, de ciência, de prática, de ética, de inspiração profissional."

Esquecestes de dizer que empregais para essas definições forma literária fluente e elegante, na qual se adivinha o espírito de artista que a massa pesada da tarefa vital não pôde sufocar.

VOSSA IRONIA

Não vos esqueceis em vossas orações de nenhum dos recursos da oratória, e deles não é menor o do chiste oportuno, que bem cabe, como diz Antônio nos Diálogos de Cícero, ainda mesmo nos assuntos graves, sólidos ou dialéticos. *Cun gravitate facetiae.*

Vosso chiste é fino e comedido, e polvilhais esse sal com dedos cuidadosos. Vou citar um exemplo:

Em vossa "Oração oficial de abertura do I Congresso Brasileiro de Higiene", dissestes ao contar que leigos vos haviam contraditado em assuntos profissionais:

"Na Câmara Federal, quando deputado – pensei que ainda era médico e arrisquei palavras em abono dos atuais serviços sanitários da República. Convenho, agora, na imprudência de sendo profissional e ex-funcionário da Saúde Pública, em assuntos de higiene querer opinar."

Definistes com a mesma ironia a situação do contribuinte no círculo político, relatando que num trem, possivelmente da Central do Brasil, viajavam dois deputados, um senador, um chefe de repartição pública, a costureira da senhora de certo ministro, o sapateiro de outro e um caipira que cuidava de alimentar o país com sua lavoura. Na hora de exibirem as passagens verificou o caipira que só ele pagara a sua, pois os outros viajavam com passes gra-

tuitos, ou "de carona", como dizem os que pretendem criar uma língua brasileira com esses achegos da vulgaridade.

– Vejo que só eu paguei a passagem! exclamou o caipira. Neste país não vale a pena a gente plantar ou criar, porque os outros é que colhem... ou que tiram o leite....

Conheceis também a arte veludosa e musical da *fioritura,* dos graciosos torneios, das airosas revoadas que floresciam a pauta de Mouret nos bailados e alegorias da ópera, e podeis assim ornar o tema grave com finas iluminuras imaginosas e entremeá-lo de repousantes diversões. Essas faculdades caracterizam o artista da palavra falada ou escrita. Herdou-vos o berço as duas vocações: para a Medicina e para as Letras. Sois ao mesmo tempo, médico e escritor.

MÉDICO E ESCRITOR

Não escrevestes romances, ou poemas, limitastes, quiçá, vossa produção poética aos sonetos que irrompem da alma quando o acne borbulha na pele, no pungir da barba na puberdade. Vossos discursos, porém, fogem dos moldes profissionais, e adornam o assunto científico com lavores literários. Transluzem neles essas galas ainda nos mais sáfaros assuntos da realidade biológica ou patológica. Essa trágica realidade, a de nossa vida, parece-se com a do rio, que nasce dos montes chorando para morrer no oceano gemendo. Corre, porém, entre margens onde há matas, vergéis, jardins, cujas plantas sobre ele se debruçam e em suas águas deixam cair flores e frutos. São as flores e os frutos da fantasia as que nela bóiam ou naufragam. O médico é o escafandrista dessas águas, nas horas de naufrágio. Quando ele traz na alma como trazeis o manancial da poesia, leva ao doente bálsamo para a alma e remédio para o corpo, as flores daquela ternura e o lenitivo daquela consolação. O médico artista cura o corpo e a alma. Temos disso alguns exemplos nesta ilustre Companhia, desde seu egrégio presidente, Prof. Austregésilo, cujos livros são tesouros de poesia e consolação para as almas sofredoras, se traduzem em diversas línguas, e se esgotam em sucessivas edições O artista tem o dom de plasmar ou de replasmar a substância da sensibilidade, ou seja, da força dirigente de nosso destino. Possui a onisciência, a oniprevisão, a onipotência criadora: no caos sentimental é enfim o onicriador. Como Deus no

nada, ele diz: – faça-se a luz! E a luz abre seu leque de esplendores, como o desenho japonês de uma ave dourada na seda negra da treva. Ordena: – reúnam-se às águas e apareça a terra árida. E as águas descem pressurosas dos píncaros e formam-se em lagos, em rios, em mares. Manda que na terra cresçam e floresçam e frutifiquem as plantas. Que no céu luza o sol, se espelhe a lua, cintilem as estrelas. Que nadem os peixes, voem as aves, rojem os répteis, e tudo isso se faz nalgumas letras escritas em algumas folhas de papel, onde ele modela seu mundo, sem necessidade de ter nas mãos sequer o barro bíblico...

Sua força está no centro dos dois universos, do físico e do metafísico. Dali ela se irradia, penetra a matéria inerte, operando o milagre da animação, criando a esfera superior da alma em sonhos de beleza. Vive duas vidas: quando falece uma, começa a outra, porque o sepulcro do artista criador é o limiar de sua imortalidade.

A vida vos esperou com aquelas duas funções, ambas divinas: uma a de curar as dores do corpo, *divinus est opus sedade dolorem*, outra a de criar a beleza que, como dizia Platão, é na terra o sumo bem. Estais, pois, em vossa casa, seja na oficina de Hipócrates, seja no templo de Apolo.

NOSSA RAÇA

Sois árvore bem latina, que do latino é essa dualidade de espírito, justo equilíbrio entre as abstrações e a realidade, média racial entre as hipérboles do heroísmo do Cid, a ousadia irreverente dos cadetes de Gasconha e o espírito sereno e definidor dos homens de laboratório. Podemos tirar sempre orgulho do passado como do presente de nossa raça. Na partilha da herança mediterrânea, temos sabido opulentar o quinhão de cultura, desde quando na decadência semítica se originou a civilização greco-romana. Feneceu a grandeza da Grécia, que parecia plantada nos séculos. A árvore latina não cessou, entretanto, de crescer. Extravasou de seus limites, disseminou-se, abrindo caminho com as espadas de suas legiões, pelo continente, e arvorou no alto das cordilheiras a sua bandeira.

Quando na Idade Média, eclipse quase total assombrou o espírito humano, pareceu falecer também a cultura latina. Ela não tardou, porém, a

repontar, no mesmo fastígio de glória, no século XIV, com *A Divina Comédia,* abrindo as portas do Renascimento. O direito romano corrige a prepotência feudal. Colombo descobre a América. Vasco da Gama vara os mares nunca dantes navegados. A bandeira latina dá a volta ao mundo, e em certo momento, com seus descobridores e seus heróis, é quase dona do universo. Nestes dias em que o orgulho de outras raças proclama seus feitos como imperativos históricos de supremacia, não é inoportuno falar de nossas glórias, para escarmento do derrotismo odioso de certos maus brasileiros, e para mostrar àqueles povos nossa colaboração paralela, quando não sobrelevada em todas as conquistas humanas. Tomemos, apenas alguns poucos exemplos, para evitar a superfetação do discurso.

Vós, os alemães, nos destes a imprensa de Guttemberg. Vós, os ingleses, criastes o método experimental de Bacon. Vós, os poloneses, nos noticiastes a translação e a rotação da terra. O espírito latino vos doou sucessivamente a anatomia de Vessale e Servet, o conjunto das descobertas de Galileu, a filosofia de Descartes, a fisiologia de Claude Bernard, os novos horizontes de Pasteur, o rádio de Curie. Provestes-nos dos raios X, Marconi muniu-vos do telégrafo sem fio. Enriquecestes-nos com inúmeras outras descobertas, mas com elas se cotejam as nossas, iguais ou maiores. Neste momento em que a vida universal depende das esquadrilhas do espaço, poderemos lembrar-vos, oh universo, que ao gênio neolatino, ao gênio de um brasileiro membro desta Academia, ao gênio de Santos Dumont, deveis essa conquista.

No domínio das artes, como em todas as lavouras do pensamento, o gênio latino tem dado aos séculos o nome de suas incontáveis obras-primas.

Dizer-se que ele está em decadência é pronunciar palavras de ignorância e de insanidade; obtestar subsídios estranhos sob pretexto de que esse gênio ainda mais decaiu na filiação americana é propagar babela gerada no ventre da rivalidade pela copulação do despeito com a protérvia; escrever ou dizer um brasileiro que no Brasil aquele gênio se amesquinhou é blasfemar contra a evidência das glórias pátrias e propor-se ao exílio da terra que sua presença envilece e profana.

Vossa eloqüência é bem latina, uma das flores imarcescíveis que brotam do robusto e glorioso tronco de nossa raça de esplendores incessantes!

VOSSO APURO NA LINGUAGEM

Outra qualidade que vos abriu as portas desta Academia foi o apuro da linguagem. Um dos pontos essenciais de nosso programa é o da defesa da língua. Não como culto intransigente do arcaísmo, nem como fobia do neologismo necessário. Não pode a língua ficar parada quando o espírito não cessa de caminhar. O homem que estaca numa época passada, servindo-se de sua linguagem, fica como a Esfinge na entrada da Tebas do pensamento, a propor enigmas aos passantes. Devemos ter cuidado, evitando esse vício, de não incidirmos no oposto. Os primeiros escrevem ou falam como certa personagem de mau teatro nestes termos: "Os desaires do rasteiro linguajar à ruína despedirão, por certo, adulterado da brasílica raça o lídimo falar." E como ninguém se exprime desse modo, seu anacronismo fará, apenas, sorrir. Outros, em sentido contrário, galopam para o futuro, escrevendo: "No sentido vertical da projeção estética, reluminam poliedricamente os imperativos do dinamismo atual." Seguem-se algumas linhas em branco. Depois delas, estas palavras soltas: "Arestas. Cardos metálicos. Cintilações. Lages. Ao alto, uma forca onde se suicida a luz." Mais duas linhas em branco, para encher a página, e como remate: "Crânio horizontal, calvo e impávido aos ventos." Eu, de mim, confesso que fiquei ainda mais calvo arrancando as últimas farripas superfrontais, que me restam, para penetrar no sentido daquelas frases.

Só mais tarde, por um dos adeptos dessa escola vim a saber que era aquilo a descrição sintética de um arranha-céu em construção, o qual acaba de receber o crânio impávido da última laje, e tinha ao alto um guindaste para que "a luz nele se suicidasse".

Além dessa escola, outra surgiu com programa de desrespeito propositado da gramática. Cômodo programa, muito do agrado dos alunos vadios das escolas, e dos que a tendo gazeado, não querem na idade adulta voltar a seus bancos...

Deixo de falar do abuso de palavras mal cheirosas que os próprios dicionários omitem, e às quais por sua exalação se aplica a definição de Cícero: *Video me a te non veniri sed circumveniri.*

Nessas correntes contrárias deve a Academia ser o baluarte da boa linguagem, preservando-a daquelas corrupções.

Como assim, também, pensais, e assim fazeis, vosso lugar estava aqui desde logo indicado. Não sois ortodoxo. Não vos mostrais infenso ao uso de certos peregrinismos, aliás, dispensáveis, como conforto, burocracia e outros de uso corrente. Sois, porém, submisso ao gênio da linguagem, que se deve amparar nas induções e deduções históricas para o *fatum inevitabile* de sua constante evolução. Na primeira parte de vossa vida literária nota-se predileção pela ordem transpositiva, comum na oratória latina. Nossos clássicos exercitaram em larga escala a inversão e a transposição, dispondo as palavras num senso musical, onde melhor cantassem ao ouvido. Seguiam Isócrates que na *Panathénaica* declarou que escrevia para o prazer do ouvido, arte iniciada por Trasímaco de Calcedônia, Górgias e Teodoro de Bizâncio. Preocupavam-se mais com a sinfonia verbal do que com a clareza do período. Não escreviam no papel; faziam-no na pauta. Exprimiam as idéias pelo canto. Isso os levava a transposições que constituem verdadeiros quebra-cabeças.

Ainda hoje isso é suplício para os alunos de português que devem ir buscar aquele "cantando espalharei por toda parte" no décimo quinto verso de *Os Lusíadas.* Tornam-se assim obscuros os clássicos. Camões, que muito se serviu desse recurso, dá-nos disso exemplo em versos como estes: "A grita se levanta ao céu da gente" (Canto VI) ou como os seguintes (Canto IX).

Os cornos ajuntou da ebúrnea lua
Com força o moço indômito excessiva.

Na prosa, o pega-pega das ovelhas desgarradas do sentido da oração não era menor. A essa inversão da ordem natural são assiduamente levados os que se dedicam à leitura de nossos clássicos, que abusaram dessa graça artificial, muito apreciada naquelas épocas de preciosismo arcádico. Eu mesmo que vos falo, sofri esse contágio em certo momento. E nosso ilustre presidente não se livrou dele. Nenhum de nós, porém, chegou ao exagero daquela personagem real que transportei para a já referida comédia, valendo-me da narrativa do nosso companheiro Gustavo Barroso, que a conheceu, pessoalmente, no Ceará.

Tinha essa pessoa por apelido o arabismo Oxalá, e no trato correntio imitava com exagero os clássicos, dizendo, por exemplo, numa farmácia: "Dê-

me dois tostões de aguardente para minha filha canforada que quebrou a perna dentro desta garrafa."

Pecamos todos três contra a clareza. Carregamos aos ombros o esquife clássico. Oferecemos nosso sangue a uma transfusão impossível. Não nos penitenciemos disso.

O mal passageiro serviu, como certas infecções benignas, para alertar-nos a defesa do espírito. Continuamos fiéis ao culto da língua, que bem precisa deste lado do Atlântico de calorosa defesa, pois pretendeu-se até mudar-lhe o nome, para *Língua brasileira,* sob a alegação da diferença do falar de um e de outro povo. Essa diferença só se nota na língua popular, na que se gasta e se desprimora, como dinheiro papel, no trajeto de mão a mão para os trocos miúdos da vida.

Não se escrevem com essa língua vulgar as grandes páginas das raças. Que restam do dialeto eólio, do jônico, do dórico, ou dos dialetos arianos da Itália? Sobrevive, entretanto, aos séculos em páginas imortais o grego de Atenas e o latim dos patrícios romanos.

Não foi o francês suplantado pelos dialetos da *langue d'oil* e da *langue d'oc,* sobreviventes no provençal, que, em certo momento, a serviço dos trovadores franceses, espanhóis, italianos, e portugueses, falado nas cortes de Castela, de Barcelona, e de Portugal, ganhara foros de língua autônoma.

Nosso falar difere do de Portugal como das feições paternas diferem as do filho, sem que por isso devam os filhos aos pais repudiar.

Toda língua transplantada de um clima a outro modifica-se, não perdendo, entretanto, sua natureza. Dá-se o mesmo com a planta. O café arábico continua a ser café nos tipos brasileiros.

As flores que importamos acrescem-se de perfumes e opulentam-se de colorido, continuando, porém, a ter o nome que tinham, a ser em essência o que eram. Por que, então, devemos renegar a língua opulentíssima, primogênita do latim, como dizia Vieira, na qual as graças, os afeites, a flexibilidade morfológica, a riqueza da arquitetura sintética, a infinita variedade de tons, de matizes, de meias-tintas, de bemóis, de sustenidos e de todas as notações musicais nos permitem exprimir minuciosamente na sua complexidade a idéia e o sentimento?

Nossa língua cresceu na glória dos séculos heróicos dos descobrimentos.

Correu o mundo, abrindo ao pensamento horizontes nem sequer dantes suspeitados. Rebentou assim numa floração de triunfos.

Escreveu para os séculos uma epopéia que marca um dos pontos cardeais do gênio humano, esses *Lusíadas,* onde a arte conjugou a teogonia mitológica e o teismo cristão unitário. A essa língua devemos a força da unidade nacional. Fenômeno raro, e admirável por nossa imensa extensão territorial, assaltada de todos os lados pelas penetrações imigrantes.

Torna-se mister patriótico conservá-la, assim na esfera literária como na didática. É a espinha dorsal da unidade pátria. Adulterá-la, pervertê-la, desrespeitá-la, fazê-la descer da dignidade imperativa, rasgar-lhe as púrpuras e as sedas, arrebatar-lhe da coroa as gemas, despojá-la de seus atavios e louçainhas, transferir esse reinado para o calão e os modismos vulgares é trocar as vestes ricas do pensamento por andrajos.

Foi baseado nisso que uma das Internacionais comunistas ordenou aos adeptos de sua doutrina eversiva que começassem a obra de destruição moral pela produção literária, envilecendo os sentimentos, evicerando a realidade, focalizando a linguagem.

Sabeis que a eloqüência só floresce na época áurea das línguas.

A rusticidade do latim primitivo privou Roma de oradores até que seu aprimoramento produziu Catão e Cicero.

Por isso mesmo cultivais com amor o vernáculo.

Na nossa época colonial, escrevia o censor de S. Majestade, Frei José de Jesus Maria, religioso capucho: "Depois que o padre Antônio Vieira pôs de assento na Bahia seu engenho, vêm incomparavelmente mais ricas as frotas daquele Estado; porque todas até agora – por carga de maior peso, valia e preciosidade – trazem um volume seu, que sendo de tanta sabedoria, se acaso se cativara na Alfândega, para se haver de tirar por despacho, não se poderá resgatar por todo o ouro do mundo." Não desmereçamos essa tradição. Que as frotas que daqui continuam a partir para lá mais numerosas, para abastecer o mundo corporal, levem, ainda, aquele tesouro, opulentado por nossos ouros, mas fiel às nobres e heróicas tradições raciais. Em brilhante ensaio, há poucos dias vindo a lume no *Jornal do Commercio,* Magalhães de Azeredo, uma das mais cintilantes estrelas de nossa constelação literária, citava as palavras de Milton referentes à decadência de certas raças por não terem sabido

velar pela pureza vernácula. Sejamos, pois, profundamente brasileiros no pensamento, e orgulhosamente portugueses no falar.

A RAZÃO DE VOSS0S TRIUNFOS

Atribuís a um destino feliz vossas vitórias. "Raros são, escrevestes, os que se dizem em saldo com o Destino, à meta de suas aspirações."

E acrescentais: "No mundo só tem sorte quem tem por boa a sua."

Assim opinava o camponês filósofo de *O Pastor Peregrino,* de Francisco Rodrigues Lobo, que se contentava com a sua, dizendo: "Tenho sessenta anos. Nunca tive de meu outro bem maior que não desejar os alheios. Sou tão pobre do que a fortuna reparte, que cada hora que quiser contas de tantos anos, lhe não ficarei devendo nem um desejo. Vivo de guardar gado doutros donos: sou fiel em tratar, diligente no pasto e remédio dele; rico com as partes que me cabem de sua lã e de seu leite. Nem quando os frutos são poucos me lastimo; nem quando as novidades são maiores me alvoroço. Contenta-me o bem, não me soçobra o mal. Tenho uma cabana em que vivo, feita por minhas próprias mãos. Daqui me alevanto contente e aqui me recolho descansado, porque, nem acordo com os pensamentos na ventura, nem adormeço com eles repartidos em bens, que enganam, e em males que os homens escolhem de seu grado. Quando há frio e neve na serra, também há lenha nesses montes, e fogo nestas pedras, com que me defendo: quando a calma é grande como o abrigo destas árvores, e vizinhança das fontes, me recreio. Assim são os meus manjares, como é a minha vida: nem me pede aos que lhe façam dano, nem eu os tenho. O maior trabalho que tenho é os pastores com quem trato, porque cada um tem uma vontade e um entendimento, e eu me hei de servir do meu para com todos: porém de tal maneira uso, dele que me não dá do sucesso que pode acontecer."

No vosso caso pessoal, creio que não vos foi necessária muita resignação para contentar-vos com a série de triunfos que vos assinala a vida. Entendo que atribuís modestamente ao destino, o produto de vosso esforço. Não creio na sorte. Creio na tenacidade. O azar só persegue a quem não tem força de vontade. Para ter vontade é preciso ter força, dizem os abúlicos e os tímidos. Mas a força moral que é senão a educação da vontade?

O destino não vos acolchoou o berço com a opulência. Não vos criou no ócio. Não vos ajudou na juventude com favores de filhotismo. Foi vossa assiduidade ao estudo que vos levou, apenas adolescente, à Faculdade de Medicina. Terminado o curso, nem bem saístes doutor pela porta dos alunos, voltastes pela porta dos docentes. Aos 26 anos professor, numa batalha memorável, dissestes: "Chego ainda moço ao termo de minhas aspirações." E acrescentastes: "No pleito renhido procurei vencer com nobreza, embora amargando contínuos dissabores."

Não foi ainda a sorte dadivosa que vos classificou em primeiro lugar num concurso de admissão no serviço federal da Saúde Pública. Não vos conduziu ela de mão beijada ao parlamento nacional, pois em vez de lisonjear o instituto do "chefismo", que era o centro analfabeto do coronelismo político, dizíeis: "Entre nós, na administração pública, quem quiser contar os cargos e as designações de chefe, sub-chefe, diretor, comandante, etc., chegará a cifras astronômicas."

Vossa observação podia ultrapassar as raias administrativas. O chefismo é mal que herdamos dos senhores de escravos. Os próprios escravos, depois de libertos, se deixaram contaminar por ele. Tive um porteiro preto em São Paulo no meu escritório. Trouxe-lhe de Paris uma farda agaloada, imponente de botões doirados. Logo que ele a vestiu, pareceu-se a si mesmo imenso. No dia imediato um amigo procurou-me.

– Não sei se está – respondeu-lhe o preto mirando a farda, "naquela gostosa vaidade tanto enlevada a leve fantasia", como diz o gênio camoniano.

– Você não é o porteiro? – perguntou-lhe o visitante. – Sou o chefe dos porteiros!

– Quantos porteiros passou, então, a ter meu amigo? – Só eu, sim, senhor.

Era chefe de si mesmo, mas era chefe.

Podia citar muitos outros passos de vossos discursos parlamentares e extra-parlamentares em que profligais os vícios políticos e os erros administrativos. Numa democracia, em que os deputados eram nomeados pelo governo para serem eleitos pelo povo, não podia ser longa vossa deputação. É bem verdade que igual sorte coube aos que apoiavam incondicionalmente os governantes...

Também não foi benigno ou fagueiro o destino que vos elevou à direção da Saúde Pública, em época que vos esperava com a tormenta de nova invasão do flagelo amarílico, que vencestes galhardamente com a vontade, a inflexibilidade de caráter e o labor extenuante, como testemunha o seguinte excerto de um de vossos discursos: "Tive que resistir ao formidável embate. Era a posição compulsória do timoneiro cujo barco em alto mar tem a surpresa da tempestade: as ondas empoladas pela fúria dos ventos, o céu hostil, a mira um instante perdida no brusco do horizonte. Como o sítio do mar grosso não permite arribar à costa, não há senão enfrentar a tormenta, coser-se com as intempéries, resistir como possível mas resistir sempre, com ou sem coragem, atestando-se com o perigo, sem pensar em si, ainda que de si pouco possa dar."

Atribuístes, também sem razão, à boa sorte vossa entrada nesta Academia. Vossos méritos já há doze anos, quando pela primeira vez lhe batestes à porta, conquistaram votação numerosa, que vos demonstrou quanto eram apreciados. Serviu Jacob sete anos a Labão para obter a mão de Raquel, e ao fim desse prazo, deu-lhe Labão a mais velha de suas filhas, alegando que não se deviam casar as mais moças antes da primeira. Convosco o caso foi inverso: servistes estes doze anos às letras, gratuitamente, e deram-vos elas honras acadêmicas estaduais mais moças, tornando-vos polígamo com as glórias meninas, antes de vos trazer a núpcias com a mais velha. Se se tratasse de damas, suave, se bem que fatigante, haveria sido esse vosso destino: em se tratando, porém, de academias, ele se mostrara mais propício, se vos houvesse dado desde logo a mão da mais velha...

Aparenta a sorte proteger-vos como faz o choupo com a racemosa videira, mas em verdade vos vem dando trabalhos e lutas com adversários cruéis, que vos levaram a exclamar: "Nem as honras de empréstimo me premuniram contra a ira gratuita dos salteadores de reputações."

Quem vos conhece o ânimo gentil e nobre, sente nessas palavras irreprimível explosão de revolta contra a injustiça. Nem sempre se pode ter aquela expressão afivelada na fisionomia real.

A MASCARA E O VULTO

Todo homem, o fino e educado, como o rude e mal avezado, traz sobre o rosto a máscara. Às vezes, a máscara é linda, e o rosto disforme.

Outras vezes inversos são os aspectos: o mascarão feroz corresponde o mais sentimental dos corações. As mulheres, em geral, têm muitas máscaras no seu arsenal de sedução, e por isso, difícil é penetrar-lhes no sentimento. Sois elegante de maneiras, afável de sorriso e suave de falar. Vossa máscara seduz a ambos os sexos. Entretanto, se levantássemos essa encantadora máscara, lendo alguns dos vossos discursos de combate, encontraríamos períodos de rijo combatente, como estes:

"Novos heresiarcas e controversistas de ciências abalaram no terreno íngreme das afirmações e rolam dali, agredindo ou difamando, quase sempre roncando na prosápia das breves leituras. E assim se vai fazendo Medicina demagógica, contaminados os meios profissionais de façanhudos processos em que o berreiro leva a palma, a agressão pessoal alça o braço e o gosto de maldizer esgota o vocabulário licencioso e desabrido."

"Difamar não é corrigir, e quem diz sempre mal não será crido senão entre os infelizes torturados pelo ódio, e que até divertem o odiado." Não é mais enérgico, nem mais vibrante o estilo do polemista. Sois um rouxinol no jardim da concórdia, um falcão na contenda. Os falcões são notáveis pela inteligência, bravura e extensão do vôo. A Ordem do Falcão foi fundada pelo Duque de Saxe para premiar a fidelidade, o talento e o zelo nas funções públicas.

Minha longa observação da vida tem-me ensinado que os homens afáveis e risonhos são mais de temer que os enfarruscados. *Flamma inter nubes coruscat:* o raio corisca entre as nuvens. Eles contêm-se dentro da complacência da polidez – como chama o Sr. Pedro Calmon à insinceridade mundana, de que sabe servir-se com fascinante graça. Esse contínuo recalque acumula potenciais de energia, que deflagram em inesperadas e temíveis explosões.

Vosso *ex-libris* é sincero: *suaviter in modo, fortiter in re.*

Esse lema trazeis do batismo, pois se sois clemente no nome, sois fragoso no sobrenome...

Sabeis, porém, tomar as coisas em seu meio e essa é a base da cortesia.

Vejo, também, em vossa fisionomia literária certa excessiva humildade que me parece pó de arroz de faceirice. Não vou ao extremo dos que definem a humildade como a máscara do orgulho, mas entendo que, fora do campo do ascetismo religioso, que está na linha divisória entre o ser e o não ser, a humildade é cárdice infiel.

Falando-vos das abundantes citações de outros autores, que freqüentemente se encontram em vossos trabalhos, e que, muitas vezes, são inferiores a vosso pensamento original, dissestes-me que a humildade vos levava a apoiar-vos em terceiros. Todos os homens, e principalmente os de gênio, pecam de vaidade. E ainda mais as mulheres, *cela va sans dire*... E isso faz-me descrer da sua modéstia...

Não tendes necessidade de socorrer-vos do auxílio de alheia autoridade, porque a vossa, bem alicerçada no humanismo, vos assegura não só a cátedra das especialidades que versais, como das letras que perlustrais. E não faltará quem veja nessas prolixas citações em vez de modéstia, certa vaidade erudita... Perdoai-me esta reflexão, mas estais em cima da mesa da biópsia, meu caro confrade, desta vez como paciente, e me permitireis que não a dê por terminada antes de examinar alguns outros aspectos de vossa obra.

VOSSA ORIENTAÇÃO FILOSÓFICA

Sois cartesiano. É impressão que dá este trecho de vossa pena:

"Entendendo a rigor do ponto de vista científico, a realidade ainda nos escapa. Por paradoxal que pareça, é a própria realidade uma abstração. Fora de nossos sentidos a matéria é amorfa, brusca e indiferente; é nossa percepção sensorial que lhe dá forma e cor, luz e expressão."

Concluís este raciocínio afirmando com Nicolai: "Sem os sentidos o mundo seria silencioso, surdo e escuro." Estamos desde logo no campo do negativismo absoluto. Tomando a vulto esse conceito, parece dele resultar que se todos os homens nascessem surdos, mudos, cegos, sem tacto e sem olfato, não existiria a terra... nem os próprios surdos, mudos e cegos, o que seria silogizar no paradoxo.

Ouçamos, agora, Descartes num trecho do *Discurso do Método*: "Como os sentidos algumas vezes nos enganam, suponho que nenhuma coisa é como a enxergamos. Como há homens que se desnorteiam quando raciocinam, até mesmo acerca de assuntos de geometria, fazendo paralogismo, entendo que posso estar errado como eles, e assim sendo, resolvi admitir que todas as impressões que até agora meu cérebro recebeu são pouco verdadeiras, como os sonhos. Devemos duvidar da realidade até que possamos encontrar a verdade absoluta."

Vosso pensamento e o cartesiano ajustam-se, um noutro se enluvando. A dúvida cartesiana, entretanto, não era a dos cépticos, mas a da evidência. O primeiro dos quatro princípios cardiais de sua doutrina mandava não aceitar nenhuma coisa como verdadeira sem lhe ter examinado a evidência e se haver dela certificado. Só a especulação podia colher essa evidência. Descartes foi o receptor de uma reação de pensamento, que dia a dia se avolumou até quando na falência das escolas filosóficas, a vacuidade mental se masturbou em ridículo preciosismo, que culminou nos romances de Mlle. de Scudéry com a célebre *Carte de Tendre,* de senso literário e geográfico que pedia meças ao grotesco. Por isso, talvez, sua doutrina calou tão fortemente nos espíritos, tornando-se o alicerce sobre o qual se fundou o ingente peso de todas as escolas filosóficas do século XVII.

Pretendeu, depois, o materialismo derrocar-lhe os excessos declarando o pensamento função visceral do cérebro, intimamente ligada à fisiologia. Taine apostrofou-o com veemência: "isto é reduzir as grandezas e as delicadezas da natureza humana a retalhos anatômicos mal cheirosos..."

Claude Bernard, não negando a função, negou-lhe a espontaneidade, escrevendo: "Efetivamente o cérebro realiza uma função, mas dizer que ele verte o pensamento é afirmar que o mecanismo do relógio verte a hora." Esta comparação impressionou o espírito comum, e, entretanto, é inteiramente viciosa porque compara órgão vivo, de reações até certo ponto próprias, a mecanismo que depende de alguém que o ponha em marcha. A autopsia e a dissensão – só então postas abertamente em prática – foram a nascente mais imediata do materialismo. Tinham os médicos a realidade sob o escalpelo e daí lhes provinha a fé nessa realidade. Mas tudo na vida, como se uma força superior estivesse sempre à espera do fastígio do cérebro humano para confundi-lo com os próprios elementos propulsores desse fastígio – o progresso materialista veio tornar muito maior a dúvida da realidade.

A de Descartes nascia da falta de evidência; a de hoje, a vossa e a de vossos pares, a dos corifeus da ciência atual, Sr. Clementino Fraga, nasce justamente do excesso daquela evidência.

Como podem concordar os termos desta antítese? Ontem a falta de evidência fazia negar a realidade, hoje o excesso da evidência nos leva a renegá-la com maior vigor.

Procede isso, entretanto, muito logicamente dos laboratórios e da experimentação, que demonstraram a fragilidade da evidência material.

Podemos chamar a isso o neo-cartesianismo experimental?

Provas daquela fragilidade fáceis são de exibir. Descobriu-se com o microscópio o mundo dos infinitamente pequenos e parecia descoberta a chave dos mistérios patológicos. Não tardou que viesse o ultramicroscópio desenganar-nos daquela evidência, desvendando-nos outros micróbios ainda mais infinitamente pequenos... Os progressos da mecânica, criando lentes mais possantes, irão descortinando outros mundos ainda menores. Assim as evidências que nos medram, a olhos vistos, são essencialmente provisórias e não nos podem levar à verdade definitiva. Com a maioria das conquistas modernas o mesmo fenômeno se opera. Quanto à Medicina, dizeis que em seu vasto campo doutrinário a verdade raramente alcança trinta anos de vida. Eis como se explica vossa frase de aparência paradoxal: "A realidade ainda nos escapa." Deve-se concluir disso que vossa filosofia é negativista e desencorajante, e portanto, prejudicial? Não. Vossa dúvida é a mesma sede cartesiana à beira do poço da verdade. Vosso espírito pede à Samaritana ou seja, à experimentação e ao laboratório, que vos desaltere a sede. Não negais a realidade, afirmais apenas: A realidade "ainda" nos escapa.

Minha filosofia é mais amarga, minha dúvida é maior: não vejo no homem e na verdade mais do que aspectos transitórios em contínua contradição. Tudo cresce e fenece, tudo se gasta e se substitui, tudo evolve e falece. Assim também o pensamento vive a crescer e a fenecer, a gastar-se e a substituir-se, a falecer e a renascer. As doutrinas que ontem, acusadas de falsas, levaram à fogueira os heresiarcas, são hoje construções dogmáticas.

As verdades de hoje se queimarão, talvez, amanhã nas fogueiras da inquisição da restolhada de nosso século.

Não sois céptico como os da escola dos pirrônicos, bem definida nas *Hypotyposes* de Sextus Empiricus, que duvidavam da existência das coisas concretas, e palpáveis, mas por elas se norteavam. Essa fórmula cômoda de neutralidade lhes dava a ataraxia repousante. Sois dos que duvidam, mas lutam por vencer a dúvida, e, considerando tudo que os cerca enganoso ou inexistente, servem-se desses mesmos enganos para suas pesquisas. Sois dos cépticos combatentes, que me parecem admiráveis figuras de fé, com um

facho na mão, atravessando sem temor as anfratuosas e lôbregas galerias da caverna da dúvida, povoadas de fantasmas e de mistérios indecifráveis.

Sopram lá fora os temporais da vida, vergando, derribando, destruindo, substituindo homens, doutrinas, fatos. Nada escapa à destruição evolutiva. Caem os dogmas, como caem os edifícios mais sólidos ou mais pomposos. Dentro daquele escuro e flexuoso labirinto ouvis o ribombar do cataclismo continuo, os ecos dos gemidos das criaturas, das árvores, das paredes que tombam. Verificais que nada existe definitivo, porque a realidade serve, apenas, como as construções efêmeras das experiências de incêndio, para provar a potência das chamas.

Continuais, entretanto, impavidamente vosso caminho, amparando com as mãos vacilantes, a luz de vosso brandão, batida pelos ventos. Eis porque vossa dúvida em vez de destruir, erige na alma de vossos alunos o proselitismo do ideal nos escombros da realidade objetiva transitória. Sois dos que crêem na origem celestial e, portanto, na eternidade da alma *Origo animi coelestis creditur* – como escreveu Quintiliano. Esses não duvidam da verdade porque lhe sabem o caminho à sabedoria divina. Sois um idealista. Dissestes na oração do IV Congresso Brasileiro de Higiene: "Sou um sonhador incorrigível." Que se conserve na vossa alma o sonho, a única felicidade que nos foi herdada na tragédia continua de enganos e desenganos a que a morte um dia fecha as pálpebras.

O TERMO DE VOSSAS ASPIRAÇÕES

Ao tomardes posse da cátedra universitária dissestes que havíeis chegado ao termo de vossas aspirações. Ao termo das aspirações o homem só chega quando a morte lhe corta o fio vital. A ambição é a própria linfa da vida física e moral. Ambição de bens, ambição de prazeres, ambição de glórias. A mais recente e não ainda a última vos trouxe a esta casa. Aqui nos encontrais num altiplano junto a uma cidade rumorosa, cujas impressões ainda há pouco nos deu, em crônica leve e encantadora, o sr. Miguel Osório de Almeida. Se abrirmos as janelas, chega-nos aos ouvidos a marulhada multitudinária, tumulto complexo no qual se misturam as vozes humanas, as vozes irracionais, as vozes mecânicas e ainda os ecos surdos dos choques e das colisões da matéria

bruta. Nessa disfonia coral, ouvimos também as diatribes, os insultos, as críticas insensatas, os destemperos da baixa fisiologia da inveja e do despeito da mediocridade jactanciosa e ultriz.

Tudo isso, porém, se quebra na sólida amurada que construíram nossos antecessores e que vamos defendendo e acrescendo com as pedras, umas maiores, outras menores, de nosso labor contínuo. Contra Machado de Assis, fundador desta Academia, atiraram-se soezes insultos, e chegou-se a negar-lhe até mesmo a inteligência mediana! Hoje, entretanto, a nação inteira comemora o centenário da data de seu nascimento, quando já os nomes daqueles pseudocríticos desapareceram da memória dos homens. Os séculos revivem o que os anos mortais sepultam no campo do gênio, e ao mesmo tempo sepultam de vez as trepadeiras vulgares e parasitárias que a inveja faz subir pelos fustes das colunas da glória.

Dissestes em vossa peroração que "aqui podereis passar bem o inverno da vida, num ambiente de galanteria intelectual, temperado por doce malícia, como se requer nos remansos da cordialidade".

Com cordialidade vos recebemos, mas vos advertimos que essa Poltrona azul e ouro é de enganador repouso. Nela vos esperam árduos trabalhos no inverno de que falais com demasiada pressa. Vestindo a farda acadêmica, como fizestes, sobre a beca de doutor e de catedrático, sobre as insígnias de administrador e de secretário de governo, sobre *vetteras* e condecorações, preferistes a todas as demais glórias a que acabais de conquistar. Ela parece, de fato, o remate de todas as ambições, pois desejam as nossas poltronas – e muitos as têm conquistado – todos os que nos atacam, e além deles, ministros, embaixadores, deputados e senadores, príncipes da igreja e da cátedra, generais e almirantes, as eminências, enfim, de todas as classes letradas.

Insígnias, medalhas e grã-cruzes desmaiam nesses loiros da imortalidade, porque as glórias políticas passam, e as glórias mundanas falecem. A imortalidade acadêmica porém não se conquista, apenas, com esse uniforme, como não conquista o general a glória somente com suas estrelas. Os loiros bordados nessa farda são ainda o debuxo escasso dos que deveis tecer com vossas mãos, desnovelando de vosso gênio e de vosso próprio coração a filaça preciosa que até hoje outros trabalhos vos obrigaram a esquecer.

Considerai, pois, os raios de luz da vitória que doura a festa de vossa recepção como agulhas de ouro que vos oferece o destino para tecerdes vossa glória. Escolhei entre elas as mais longas e as mais agudas e mais pungentes, sabendo que deveis temperá-las cravando-as em vossa própria alma. E com os fios cardados na substância íntima de vossa sensibilidade, como fez Afonso Celso, construireis vossa definitiva imortalidade. Eu vos desejo e esta Academia vos augura boa e fecunda tarefa nessa Poltrona!

Discurso do
SR. OLIVEIRA VIANA

e

Resposta do
SR. AFONSO DE E. TAUNAY

Sessão solene extraordinária
do dia 20 de julho de 1940

I

DISCURSO DO SR. OLIVEIRA VIANA

Meus senhores,

De Lamartine disse Lanson que, ao procurar as influências que modelaram a infância do poeta das *Meditações,* nada encontrou que não representasse algo de bom, de amável, de gracioso: pai, mãe, irmãos e, como quadro, Milly e as colinas do Maconais. De Alberto de Oliveira, o Príncipe dos Poetas brasileiros e meu conterrâneo, a quem me destes a honra insigne de suceder, eu também poderia dizer a mesma cousa. Tudo na sua vida parece concorrer providencialmente para preparar um ambiente favorável à plena floração da sua arte: o meio familiar, o meio físico, o meio cultural, a índole mesma do poeta, uma série, em suma, de coincidências surpreendentes e admiráveis.

Nascendo nos meados do século passado, em 1857, num recanto agrário da Baixada Fluminense, Alberto de Oliveira surgia para a vida no momento justo em que a nossa sociedade rural atingia o esplendor da sua poderosa organização patriarcal. Era então a velha província fluminense o centro de gravidade do Império e a Baixada uma das suas regiões mais ricas e cultivadas. O grupo familiar estava na florescência do seu tipo, na plenitude da sua coesão e unidade. Eram puros e dignos os costumes e bem exprimiam os altos padrões de moralidade da nossa velha aristocracia territorial.

Neste meio, transcorreram a infância e a adolescência de Alberto. Composta dos pais e mais dezessete irmãos, dos quais dez varões, a sua famí-

lia era bem uma expressão modelar das nossas velhas patriarquias dos começos do 2.º Império, concentrada em torno do *pater-familias* e unida por uma solidariedade parental que nos é difícil, hoje, compreender – porque já não a praticamos mais.

Esta tribo patriarcal –, comparável, pela sua unidade e solidez, às da Bíblia –, deixou, pouco antes de 1880, o seu domínio do Palmital e emigrou, primeiro, para terras convizinhas de Itaboraí e, depois, para esta metrópole. Aqui chegou há mais de meio século; mas, chegou unida e numerosa, como o era nas terras nativas, e unida e numerosa tem aqui permanecido até agora, sem perder nenhuma das características da sua antiga formação rural.

Há um traço que convém fixar desde já; ele nos permitira compreender alguns aspectos íntimos da sensibilidade do poeta e, mesmo, certos requintes da sua arte perfeita. É que este meio familiar, que o envolveu na sua terra natal e continuou a envolvê-lo aqui, constituía um grupo originalíssimo. Não era apenas o centro larário de uma patriarquia numerosa, foco da sua vida doméstica e religiosa; era mais do que isto: era uma Arcádia doméstica, um Cenáculo poético, uma espécie de pequena Academia de Letras. É o que nos conta Rodrigo Octavio, que conheceu o poeta quando ainda no começo da sua glória, morando numa casinha modesta, num bairro pobre de Niterói. Rodrigo o foi encontrar, ali, feito estrela maior de uma constelação de poetas; que o eram todos os seus irmãos e irmãs.

Ora, foi dentro deste ambiente familiar, assim dominado de vivas preocupações literárias, que Alberto formou o seu espírito e apurou a sua sensibilidade de artista. Os seus versos, antes de serem lançados à grande publicidade, sofreram sempre, desde o período inicial, de que nos dá conta Rodrigo Octavio, a crítica prévia deste pequeno Tribunal de Censura. Compreendeis bem a importância deste fato, principalmente na primeira fase da carreira do poeta: o perfeito lavor e, mais do que isto, a compostura, a decência, a dignidade, tão características da sua grande arte, não teriam aí uma das suas causas determinantes?

Era o poeta das *Meridionais* e da *Alma em Flor* o mais belo exemplo, entre nós, do puro homem de letras, do verdadeiro artista, para quem nada, nenhuma das seduções do mundo tem valor que supere o da sua arte. Com o seu talento, o seu renome, a sua distinção pessoal, poderia ter sido tudo neste

país: deputado, senador, ministro, embaixador. Entretanto, não quis ser nada disto: insulou-se na Arte e não foi outra cousa durante a sua longa vida senão exclusivamente o poeta Alberto de Oliveira.

Nunca disputou, nem o seduziram posições, prestígios, glorificações. Não teve, por isto, a popularidade de Bilac. Bilac tinha tudo para dar à sua personalidade a ressonância precisa e merecida: era jornalista, cronista fino e encantador; freqüentava rodas e salões; tinha o seu séqüito; vivia nas redações; era sociável, amável, comunicativo, orador fulgurante e conferencista admirável. Alberto, ao contrário, não freqüentava habitualmente salões, nem a tribuna; não escrevia em jornais; não procurava o contato com os poderosos; nunca se dedicou a campanhas cívicas. Mesmo no auge da famosa roda boêmia da Rua do Ouvidor, Bilac o dá como vivendo unicamente para duas cousas: a Arte e a família – uma família que nunca o abandonou e uma arte que pôde cultivar com calma, tranqüilidade, pausa.

Nos seus começos de poeta, quando havia publicado as *Canções Românticas* e as *Meridionais,* reclamaram dele menos contemplação e mais ação pública, instando a que abandonasse a preocupação parnasiana das rimas ricas e dos sonetos bem escandidos para se tornar um agitador, à maneira de Castro Alves: combatendo pela Abolição e pela República. Não haviam compreendido o temperamento do poeta, o seu culto da arte pela arte, o seu gosto do isolamento e da vida tranqüila, o seu penhor à família...

Homem de pequena roda e de sociabilidade reduzida, amava a vida sossegada, a vida lareira e quieta, fora do bulício e do rumor da grande sociedade. Este sentimento lhe transparece em numerosos versos; em alguns deles, confessa mesmo o seu mal-estar quando no meio da sociedade artificial e palreira, que freqüenta os hotéis de luxo ou os salões elegantes:

Pia, grunhe, regouga, ulula o piano.
Ferve a dança no hotel. Ao ruído insano
Do horrendo monstro juntam-se os rumores
Que vem das salas e dos corredores.
Que noite vou passar, sem um amigo,
Sem distração, sozinho aqui comigo,
Sem outrem com quem fale, eu que não danço,

Eu que não jogo, ouvindo sem descanso
Cair lá fora a chuva inexaurível
E aqui no hotel este barulho horrível!

O seu ideal era uma casinha no campo, isolada em plena natureza. De si consigo lá diria, com o poeta:

A me la stanza solitaria basti,
Più chiusa a se, ma onde pur l'occhio vede
Orizzonti piu limpidi e più vasti...

Em nenhuma das suas poesias deixou mais artisticamente expresso esse anelo do que na adorável fantasia – *Dia de viagem* – em que, depois de uma caminhada fragueira e fatigante, encontra a mulher amada bordando à porta de uma casa tosca, em plena roça. Confessa ter achado a felicidade. Dir-se-á que, por seu gosto, ali ficaria para sempre e, como o peregrino de Aristófanes, tendo apenas de seu uma braçada de flores, um cântaro com água e alguns ramos de mirto...

Não era um temperamento expansivo, destes que se dão logo, inteiramente, à sua roda de amigos. Não se conta dele nenhuma anedota, sequer uma frase de espírito. Havia prudência na sua acolhida, simples e amável, mas não envolvente. Neste ponto, diferia de Bilac e se aproximava de Raimundo, sem o retraimento ou a misantropia deste. Gostava das palestras longas e repousadas. Falava lentamente, quase sem gestos, a máscara pouco animada, onde, uma vez ou outra, sabia pôr a vida fugidia de um sorriso, tocado de bondade e doçura. Um dos seus maiores encantos de conversador era a voz – uma voz profunda, cheia, característica, cuja ressonância grave fazia dizerem que era "voz de mangagá", por analogia com um besouro das nossas matas...

Fisicamente, era uma natureza hígida, um magnífico exemplar da raça, um tipo de beleza atlética – e ninguém como ele teve mais vivo o orgulho desta supremacia, a consciência da nobreza e dignidade destes atributos. Vendo-o descer a Rua do Ouvidor, no seu andar, lento, compassado, um tanto hierático, parecia a muita gente que havia nisto uma atitude intencional, como se assim o fizesse para lembrar a majestade e a cadência dos seus alexandrinos. Entretanto, nada mais falso: tudo isto era natural em Alberto. Onde

punha intenção era no cuidado dos bigodes, de guias sempre aceiradas; no apuro do trajar, sempre do melhor tecido e do melhor corte; na gravata *plastron* de cores vivas; na negra coloração da sua bela cabeleira de poeta. Nisto, sim, é que sempre se revelou artista, zelando pela sua majestosa figura de Apolo com o mesmo carinho com que zelava pelo perfeito lavor dos seus versos.

Na vida deste esteta, tudo pareceu conspirar para criar-lhe as condições espirituais necessárias ao cumprimento da sua predestinação artística. Poeta por instinto, ninguém lhe contrariou a vocação; antes, todos os que o cercavam – irmãos e amigos – favoreceram-no para que esta vocação se afirmasse. Não foi obrigado a trabalhar com a pena para viver e, portanto, a improvisar a sua criação artística. Daí o esmerado lavor da sua produção, o precioso escrínio de sonetos e poemas que nos deixou, onde só esplendem gemas do mais fino quilate e pérolas do oriente mais puro.

Natureza de artista na mais alta, na mais nobre e também na mais desinteressada expressão do termo, carecia por inteiro dessa ambição que nos leva a procurar as grandezas do poder, ou as da glória. Esta lhe veio simples, natural, espontânea, sem outro esforço senão o seu labor de artista, como pintor dos mais belos poemas descritivos da nossa natureza e dos mais formosos painéis decorativos das nossas letras. Na moderação dos seus desejos e no modo medido e cauto com que fruiu os aplausos da admiração nacional, não teve que lutar, a bem dizer, com a inveja dos homens: não encontrou inimigos de prestígio que o perturbassem na sua ascensão; mesmo porque não forçou o triunfo, nem teve que deslocar alguém para atingir os cimos. Não suscitou também a inveja dos deuses; a Nêmesis implacável não o inquietou com os seus ciúmes: para acalmá-la, não teve, no esplendor da glória, que lançar ao mar o seu anel de Polícrates.

Este clima de felicidade por assim dizer constante, dentro do qual sempre viveu, transparece no tom geral das suas poesias, puras revelações de uma alma sadia animando um corpo sadio e onde não descobrimos nenhum traço de tortura interior ou de paixões mórbidas: a ânsiomania de Baudelaire, o delírio de Poe, o pessimismo de Augusto dos Anjos. Não seria mesmo possível enquadrá-lo entre aqueles "nostálgicos da desgraça", a que alude Veríssimo. Se há, como evidentemente há, alguma nostalgia na sua inspiração, esta não era a nostalgia da desgraça – e, sim, a da felicidade. Porque tudo o que os

seus versos exprimem são sempre reminiscências amáveis: a saudade, a ternura evocativa, o lirismo delicado e doce ou as expansões do seu permanente encantamento diante do panorama deslumbrante e colorido da Natureza.

II

Este poeta, já bafejado por tantos favores de um destino benévolo, contava mais este: o de ter surgido numa época que marca um dos mais belos, senão o mais belo momento da nossa história literária, porque, mais do que nenhuma outra, agitada e entrecruzada de correntes de idéias e doutrinas. Foi a fase da propaganda federalista, da propaganda abolicionista, da propaganda republicana – no campo político; do evolucionismo, do positivismo e do transformismo – no campo da Filosofia e das idéias gerais; do Realismo e do Naturalismo, da escola parnasiana, da poesia social e da crítica científica – no campo da estética e das belas-letras. Foi, por isso, o período dos grandes pensadores, dos grandes críticos, dos grandes oradores, dos grandes jornalistas, dos grandes romancistas, dos grandes poetas, dos grandes evangelizadores e idealistas. De Rui, Nabuco e Quintino, na doutrina política e social; de Tobias Barreto e Silvio Romero, na filosofia e na crítica; de Aluízio Azevedo e outros, no romance naturalista; de Bilac, Raimundo e Alberto, na poesia e na estética. Uma verdadeira constelação de espíritos superiores, que encheram, com a força do seu gênio e a irradiação das suas idéias, o espaço do último quartel do século XIX, de 1875 a 1900 e, mesmo, o primeiro decênio deste século.

Rustícola ainda adolescente, vindo de Itaboraí, Alberto instalara-se no centro mesmo da grande tempestade e ficara exposto à influência dessas idéias e escolas. Todas elas lhe circularam em torno e de todas teve conhecimento; mas, a verdade é que nenhuma delas o absorveu, nenhuma delas influiu sobre ele de maneira decisiva.

Há um atributo da sua personalidade, em que nunca será demais insistir: é o da sua limitada permeabilidade às influências do meio literário, a sua pouca susceptibilidade às escolas que conheceu. Do alto miradouro que foi o seu longo viver, pôde assistir ao começo e ao fim de várias escolas: – da poesia condoreira à reação parnasiana; da reação parnasiana ao movimento sim-

bolista; do movimento simbolista às correntes do Modernismo e do Futurismo: – e, entretanto, não transigiu com elas. Durante os cinqüenta e tantos anos que consagrou à sua arte, foi sempre o mesmo: desde as *Canções Românticas,* livro de juventude antes que de mocidade, até o *Ramo de Árvore,* escrito já na sua velhice, sempre mostrou as mesmas qualidades artísticas, embora cada vez mais apuradas, polidas e aperfeiçoadas pela cultura. O soneto "Titânia", do livro *Sonetos e Poemas,* obra da sua verdejante mocidade, tem as mesmas qualidades intrínsecas e extrínsecas do soneto "Cattleya", do *Ramo de Árvore,* escrito pouco antes de encerrar a sua carreira literária.

III

É que a Arte para este grande poeta não era um simples brinco da sua inteligência, ou um jogo fascinante da sua imaginação; era a própria expressão honesta e funda do seu temperamento e do seu caráter. Dai revestir-se – e é este o traço geral que a singulariza – de todos os predicados que caracterizam e distinguem a inspiração clássica, o gosto clássico e a forma clássica. Sempre que lhe leio as obras, recordo-me daqueles conceitos de Taine no seu famoso ensaio sobre Racine e a sua época quando nos descreve os hábitos aristocráticos, as maneiras galantes, as preferências artísticas e literárias daquela sociedade de raros, distinta, requintada, espiritual, que passeava a sua elegância pelos salões de Versalhes, no tempo de Luiz XIV. Do seio desta fidalguia assim educada, polida, luzida, votada à cultura das boas maneiras e das belas-letras e cuja ambição mais ardente era conversar ou escrever com elegância e de forma impecável, é que saíram, segundo Taine a um tempo, o sentimento e a arte do Classicismo.

No seu ensaio, o mestre da crítica nos diz o que era este sentimento e o que era esta arte, que tiveram a sua expressão mais excelente na concepção e estrutura da tragédia raciniana. O sentimento era o do equilíbrio, da proporção e da harmonia; era também o da polidez, da dignidade e da nobreza. A arte era a que promanava da "razão oratória", isto é, a expressão perfeita das idéias e sentimentos em tudo que essa perfeição significa ordem, clareza, graça, elegância, bom gosto, distinção, vernaculidade. O clássico se vigia e dis-

ciplina a si mesmo contra as atitudes deselegantes e impolidas, os gestos grosseiros e rudes, as paixões desordenadas ou baixas, os sentimentos desprimorosos ou mesquinhos, como reage contra a expressão imprópria ou redundante, o estilo enfático ou descuidado, a linguagem plebéia e o calão das saburras.

Estes critérios estéticos, dominantes no século de Racine, não diferiam em nada dos que, há mais de 2 mil anos antes, vemos transluzir naquele diálogo fascinante, travado entre Ésquilo e Eurípides, na comédia *As Rãs.* Neste diálogo – bem o sabeis – pela palavra irreverente de Eurípides, a antiguidade grega, através da deliciosa fantasia aristofanesca, nos deu, a todos os espíritos sedentos de perfeição, a sua mais formosa lição de crítica da beleza e da arte clássicas.

Contemporâneos de Péricles ou contemporâneos de Racine, uns e outros, se acaso ressurgissem em nosso meio e sob a doçura dos nossos céus, certamente reconheceriam no poeta de *Meridionais* e de *Canções Românticas* um irmão pela sensibilidade e um compatriota pela inspiração – porque nascido sob os mesmos climas espirituais.

Este poeta era, na verdade, um clássico, à maneira de Eurípides ou à maneira de Racine. E o era pelo temperamento e pela educação, como o era pelas preferências literárias e, ainda mais, pela severa disciplina que impôs à sua própria elaboração artística. Poucos, como ele, souberam manter e conservar, nas realizações da sua arte, esta suprema regra da distinção e do bom gosto, própria do espírito do Classicismo. Entre uma colunata dos Jerônimos, na exuberância peninsular dos seus ornatos, e um friso do Parthenon, na dórica sobriedade das suas linhas, é certo que sempre preferiu a beleza pura e simples da harmoniosa criação grega. Daí o ter conseguido realizar aqui o ideal do verdadeiro acadêmico – porque *clássico* e *acadêmico* são expressões que se confundem. Dele bem se poderia dizer, considerando a excelência e a seleção da sua cultura e a pureza vernácula do seu estilo, o que alguém já disse de René Doumic – "que era a própria Academia".

Nada exprime melhor a sua estesia clássica – quero dizer: o seu profundo senso da medida, da eurritmia e do equilíbrio – do que a nenhuma simpatia, que sempre demonstrou como poeta, pelos aspectos desordenados, violentos ou excessivos das cousas, sejam as da Natureza, sejam as do Espírito. Nos

seus versos não explodem cóleras, nem ódios, nem imprecações, nem anátemas: nada, em suma, que signifique exageros emotivos; os sentimentos, de que se repassam, são todos sentimentos delicados: ora, os afetos silenciosos ou confessados a meio; ora, a mágoa, a ternura, a saudade, a nostalgia. Como que repugnava à sua sensibilidade o enorme, o desmedido, o desconforme, o colossal: tinha o gosto do pequenino, do minúsculo, do tom fino e raro, da cor delicada, das formas harmoniosas e elegantes. Ninguém foi mais sensível à beleza das boninas, dos lírios, das catteleyas; à delicadeza da frondula dos musgos e dos líquens; à maciez da úsnea dos pomos maduros; à graça e esbelteza das palmeiras. Como Teócrito, o lírico subtil e malicioso dos *Idílios,* poderia dizer: – "Tenho horror ao arquiteto que constrói palácios tão altos como montanhas e que, de tão altos, se vêem ao longe."

Bem sei que os grandes surtos não faltam ao estro de Alberto, nem à sua imaginação impressividade aos aspectos grandiosos da Natureza. Bem sei que ele se exalta, às vezes, à altura da verdadeira eloqüência descritiva, em poemas poderosos pela força da inspiração e pela sonoridade das estrofes –, como os em que descreve os elementos em fúria, principalmente as tempestades e o mar bravio. Estes não eram, porém, os seus temas prediletos: a sua índole artística, feita para a moderação e a medida, não se encontrava bem no meio dos exageros. Quando o poeta contempla os aspectos graciosos e ternos da realidade, os quadros em que domina o traço fino, vaporoso ou colorido, é aí que vemos a sua palheta adquirir tonalidades imprevistas, uma riqueza de matizes, uma vivacidade, uma fremência, uma palpitação de imagens que bem demonstram que o poeta está no seu elemento, no clima propício à sua emotividade e à sua inspiração.

Esta feição peculiar do seu temperamento é que o afastou da poesia épica, como o afastou da poesia dramática: dentre as Musas que o visitaram, não encontramos nem Melpomène, nem Calíope. Esta mesma feição também o afastou da poesia condoreira: os tropos e as amplificações de Tobias Barreto ou, mesmo, de Castro Alves não deviam seduzir a sua inspiração artística, sempre eurítmica, sempre contida pelo sentimento clássico da medida, da harmonia e do equilíbrio. Contra ele nunca se poderia lançar o dardo que lançaram contra Hugo – de que, em matéria de ordens arquitetônicas, só entendia bem, realmente, a ciclópica...

IV

Clássico era, pois, Alberto – e esta sua feitura clássica teve uma gênese complexa. Há fatores aparentes e há fatores ocultos que nos explicam a fixação do poeta no campo do Classicismo

Um destes fatores foi o próprio meio físico, onde nasceu e dentro do qual viveu a vida toda. Alberto era uma pura sensibilidade de visualista, um poeta da paisagem e da cor – e foi buscar os temas dos seus versos justamente nos aspectos físicos da sua terra natal. Ora, a região fluminense é, talvez, no Brasil, a que realiza a moderação em tudo: no clima, na hidrografia, na orografia, nos aspectos da flora e da fauna. Nada da monotonia dos planaltos e dos pampas. Nada da agrestia e dureza dos sertões exsicados. Nada do pleonasmo de águas e selvas, que é o extremo-norte. Na brandura e na constância do seu clima, na formosura e amenidade do seu relevo, na variedade dos seus aspectos e cores, lembra, de certo modo, aquele "país da Galiléia", de Renan, *très vert, très ombragé, très souriant, le vrai pays du Cantique des Cantiques et des chansons du bien aimé.*

O poeta teve, assim, um cenário compatível com as peculiaridades da sua índole. Que teria sido ele se tivesse vivido no Norte adusto e áspero ou no pampa ilimitado e igual? Deu-lhe o destino o cenário que mais condizia à sobriedade do seu temperamento, às suas afinidades íntimas, às predileções graciosas da sua delicada imaginação de paisagista. Ele foi, como poeta, bem um filho desta terra branda e moderada, e fértil, amável, risonha, soalheira, acolhedora.

O outro fator que concorreu para a conformação clássica do seu espírito, para a moldagem do seu tipo literário dentro das formas da medida e da harmonia, foi o meio histórico, o clima social da sua velha província fluminense, onde sempre viveu e donde nunca quis sair. Perdoai-me que eu vo-lo diga, mas é certo que os fluminenses, em trezentos anos de história, constituíram um grupo, que é dos mais policiados e polidos do Brasil. Os traços diferenciais da sua inteligência e do seu caráter são conhecidos: sempre primaram pelo senso da moderação e do equilíbrio, como também pelo gênio subtil e harmonioso. No Império, sobre-excederam-se no bom gosto e nos requintes de uma civilização rural, cujos documentos ainda remanescem em solares

admiráveis, demonstrativos da finura intelectual e artística de uma raça de "gentis-homens". Estes traços são ínsitos à índole dos meus conterrâneos; eles sempre os revelaram em todos os domínios do pensamento e da ação: nós os encontramos, visíveis à primeira análise, entre os seus homens de letras, como entre os seus homens de arte. Encontramo-los mesmo entre os seus políticos e pensadores, como até entre os seus soldados e marinheiros: Caxias e Saldanha, Octaviano e Paulino, estes na ciência política, aqueles na arte da guerra, bem exprimiram, pela palavra ou pela espada, falando, agindo, comandando – e tanto quanto os seus outros conterrâneos, poetas, romancistas, artistas ou cientistas – estes caracteres peculiares da sua grei.

Qual nestes e qual em Varela e Magalhães, em Alberto de Oliveira esses predicados também se ostentam em todo o esplendor da sua beleza. Em nenhum representante da nossa *gens* atingiram, porém, essa plenitude de revelação e a perfeição que vemos no artífice de "Cattleya" e de "Rauso", fluminense de sangue e de espírito, como os outros, porém, mais do que os outros, preso substancialmente à sua gleba natal – como uma grande árvore frondosa, de raízes profundas, à maneira desses jequitibás, que tantas vezes cantou nos seus poemas.

V

Por um favor da Providência, sempre tão generosa para com ele, este poeta, assim naturalmente predisposto –, pelos predicados do próprio temperamento e pelas condições do meio, social e físico, em que viveu –, à realização dos modelos artísticos do Classicismo, teve logo, nos começos da sua vida de espírito, contacto com duas fontes admiráveis de sugestões clássicas: *Os Lusíadas* e a Antiguidade Grega.

Sim, *Os Lusíadas* e a Antiguidade Grega... Só agora, nas próprias confidências do poeta, deixadas numa pequena autobiografia, ainda inédita, de pouco mais de uma dezena de páginas, nos foi dado descobrir essas matrizes recônditas da sua sensibilidade e da sua inspiração. Naqueles tempos – contanos ele, descrevendo os seus primeiros anos de estudante – o livro de temas para exercício de análise gramatical e sintáxica, nas escolas primárias, era nada mais nada menos que *Os Lusíadas!* Depois da *Cartilha,* vingadas as dificulda-

des da leitura corrida, entrava-se logo nos segredos da língua através da análise e do comentário das estâncias do poema imortal. Era assim que os nossos antepassados aprendiam a bela língua de Camões e Vieira; foi assim que o nosso futuro grande artista começou a aprendê-la.

Como se tal coincidência não bastasse, ocorria ainda que, nesta escolazinha de aldeia, "escola de tico-tico", como se dizia ali, o seu mestre – o professor Eduardo Augusto de Almeida, de quem Alberto fala tão carinhosamente nessas breves memórias – cultivava, ao que parece, um vivo amor à Grécia e aos seus deuses e heróis. Por isso, adotara o sistema de dividir os alunos em dois bandos ou "partidos": – o dos *gregos* e o dos *troianos*. Enquadrados por esse critério histórico, os dois grupos de garotos lutavam pela posse de um estandarte erigido em símbolo da vitória, debatendo, em desafio, temas literários – como os de hoje lutam por pontos de gol nos campos de futebol. Inscrito Alberto, o professor Almeida, na forma da praxe estabelecida, convidou-o a tomar um dos partidos; que ele se decidisse pelos *gregos* ou pelos *troianos*. Seja impulso subconsciente, seja vocação misteriosa do seu instinto artístico, Alberto decidiu logo assentar praça entre os *gregos*. Mais tarde, conseguiu mesmo fazer-se chefe ou capitão deles, por ter arrebatado o estandarte ("taça", como, diríamos hoje) para o seu vivaz e ardido grupo de hoplitas de calças curtas...

– *Cosa ninguna pasa en vano dentro de ti – disse o autor dos* Motivos de Proteo *–; no hay impresión que no deje en tu sensibilidad la huella de su paso; no hay imagen que no estampe una leve copia de sí en el fondo inconsciente de tus recuerdos.*

Em nenhum artista encontro verificação mais exata deste conceito de Rodó do que em Alberto de Oliveira. O poeta permaneceu sempre fiel a essas duas impressões iniciais, que o Acaso ou a Providência gravara na cera virgem da sua alma de criança. No fundo, foram elas que compuseram as linhas centrais da sua poderosa personalidade literária. Desde a adolescência até a velhice, a beleza artística – tal como a concebera e idealizara a Antiguidade Clássica – e a vernaculidade da língua – buscada, antes de tudo, na eterna matriz camoniana – foram os dois pólos, entre os quais vemos oscilarem, num ritmo de pêndulo, as suas preferências e afinidades espirituais.

Certo, este clássico de instinto abandonou, mais tarde, sob a sugestão de Machado de Assis, a fonte primeira do Classicismo, que é a Grécia; mas, a abandonou apenas como "matéria de versos". Pelo temperamento, como também pela educação e cultura, Alberto não podia desdenhar nunca os modelos supremos da Arte, criados pelo gênio da Hélade. O clima artístico, em que sempre viveu pela imaginação e pela sensibilidade, nunca deixou de ser aquele mesmo em que vivera a Grécia. Não a Grécia de Homero e de Ésquilo, grandiosa demais; mas, a de Sófocles e de Fídias, a de Péricles e de Platão, a da *Oração da Coroa* e do *Doríforo* de Policleto; em suma, a Grécia de Atenas, onde, no dizer de Paul de Saint-Victor, até os próprios tumultos eram harmonias.

VI

Um conjunto de circunstâncias e coincidências felizes, revelando à evidência o desígnio de uma predestinação gloriosa, concorreu, assim, para desenvolver e apurar no poeta, com a intuição da beleza clássica, a preocupação da pureza da língua e o gosto da vernaculidade. São os *Sonetos e Poemas,* compostos entre os seus 26 e 28 anos, que vão dar a medida da sua grande arte, definir o momento em que ele se encontra a si mesmo, em que firma as características do seu estilo, que se iriam precisar pelos tempos em fora. Nesta obra, Alberto mostra-se na plena posse do seu instrumento de expressão, que é a língua portuguesa, a única em que escreveu. Já a trabalha e maneja como mestre, perfeito senhor da sua opulência vocabular e dos segredos da sua sonoridade.

Esta coleção de poesias marca um verdadeiro período divisório na técnica da sua composição artística. Há como que uma súbita mutação em tudo na força da inspiração, no fulgor da imagem, na graça e na variedade da fantasia e dos motivos, na riqueza e novidade dos epítetos. Desde então o poeta aparece inteiramente livre de todas as fraquezas e dubiedades da primeira fase – de *Canções Românticas* e de *Meridionais* – e afirma-se não só magnífico pelo brilho, pela precisão, pelo colorido, como admirável pela música e vernaculidade da expressão. Os poemas "Borboleta Azul", "Três Formigas", "Vertumno", "Per Tenebras", "Lagarta" no-lo mostram na plenitude de

todos estes dons. Daí por diante, não fez senão aprofundar o conhecimento da língua, compondo estrofes, em cuja dicção Rui viria a descobrir, mais tarde; "uma singeleza e limpidez camonianas, que renascem numa lira nova".

Este fascínio pela beleza do idioma é que o levou, provavelmente, quando teve de escolher patrono, a recuar ao século XVIII, à Escola Mineira – e a fixar-se em Cláudio Manuel da Costa. É que os árcades mineiros, reagindo contra a poesia gongórica da fase anterior, tinham procurado restaurar, com os padrões da arte clássica, a pureza e a elegância da língua. Neste sentido, Alberto foi um árcade e continuou a tradição de Gonzaga e de Cláudio; mas, a continuou com muito mais brilho, mais inspiração, mais variedade de ritmos e motivos, libertando-se das "seqüelas de ninfas, pastores, rebanhos, cajados e sanfonas, salgueiros e faias", que ele próprio, uma vez, assinalou, como imperfeições, na obra, sob outros aspectos perfeita, de Cláudio Manuel da Costa.

Pelas condições mesmas em que formou a sua cultura literária, teve Alberto assim, logo cedo, a intuição muito clara desta verdade fundamental – de que só as obras fundidas nos velhos moldes do Classicismo e lavradas neste raro e fino metal, extraído dos vieiros genuínos da língua, é que sobrevivem e perduram, embora sobre elas hajam rolado as vagas dos séculos. Daí a sua fatigante leitura dos clássicos lusitanos, a sua preocupação do vocábulo abonado, o cuidado pela locução extreme e pura, o primor inexcedível da sua linguagem poética.

O que ele amava na nossa língua, como a expressão do Classicismo, não era, porém, o Quinhentismo, nem o Seiscentismo, nem o Setecentismo – de Camões, de Bernardes, de Vieira, de Gonzaga, de Cláudio. Nestes mestres encontrava algo mais do que a expressão da sua época: encontrava o que não está sujeito às contingências do tempo, o que não tem Quinhentos, nem Seiscentos, nem Setecentos, porque é o que há de permanente e eterno na língua, e que é a sua essência, o seu espírito, em suma, o que chamamos o seu gênio. Não há Quinhentismo, nem Seiscentismo, nem Setecentismo na sua tersa e castiça linguagem; há a língua portuguesa em tudo o que ela tem de essencial no seu ritmo, na sua força, na sua delicadeza, na sua harmonia vocabular, na sua beleza plástica, na sua elocução pura e forte, no tesouro das suas riquezas sônicas. Não encontramos nela expressões à Bernardes ou à Vieira:

encontramos, sim, como em Rui ou Machado, o português na sua genuinidade clássica, entremeado do português que aqui falamos: ao lado do vocábulo de extração camoniana, o vocábulo nativo, cheirando à nossa terra, rescendendo às nossas tradições populares, ecoando o falar do nosso povo; mas, com que bom gosto utilizado este e com que arte explorado aquele! Termos buscados à nossa fauna, à nossa flora, à nossa geografia, ao nosso folclore, alguns deles – muitos deles! – saídos da maloca tupi ou, mesmo, vindo da cubata africana; mas, todos vernaculizados pela tradição local e popular. O mérito deste poderoso artista está em ter sabido extrair destas minas de epítetos pequenas maravilhas de graça, de colorido, de leveza, de musicalidade, de ritmo, de expressão lírica. Há versos seus que são verdadeiras carícias aos ouvidos; outros, milagres pictóricos de maravilhoso acabamento.

VII

Esta vocação clássica do grande poeta, tão cedo revelada, não lhe podia permitir manter, em face do Parnasianismo, a mesma atitude irreativa ou indiferente que manteve em face das outras correntes literárias do seu tempo. Dentre todas, foi aquela, realmente, a única que deixou na sua forte personalidade uma indelével imprimadura. Todas as suas inclinações o levavam para ela, é certo; mas, mesmo assim, pôde libertar-se da sua rígida ortodoxia para só aceitá-la naquilo que mais condizia com a sua índole estética e suas preferências literárias. Dentre os três cânones dessa escola – o *exotismo dos temas;* a *impassibilidade do artista;* a *forma perfeita do verso* – só se manteve invariavelmente fiel ao último; aos dois primeiros obedeceu de modo incidente e transitório. É que no Brasil, o Parnasianismo – com o seu ideal da composição tersa e perfeita e a sua preocupação do vocábulo raro e da rima rica – fora, antes de tudo, um movimento de bom gosto poético e, digamos mesmo, de fuga ao baroco literário – e não propriamente uma questão de estesia. O que houve com este nome – di-lo o próprio Alberto – "foi a reação contra o Romantismo dos últimos tempos, descorado e flácido, o restabelecimento das boas normas de escrever versos, um protesto contra o enxovalho da língua, um esforço para a mostrar, qual não se via, opulenta e nobre, uma cruzada em prol do bom gosto e em favor da Arte".

No seu discurso de recepção, pergunta Maurois: – Que é um clássico? E responde: – é um romântico dominado. Parafraseando, poderíamos perguntar também: – Que é um parnasiano? E responder: – é um clássico exigente. Porque, no fundo, a arte parnasiana não é senão uma modalidade requintada da arte clássica.

Daí, embora reagindo simpaticamente ao Parnasianismo, como reagiu, Alberto nem por isso deixou de ser o clássico que sempre foi. Não fora o Parnasianismo e ele teria, talvez, feito longos poemas, de vernaculidade impecável; mas, sem aquela graça, aquela medida, aquela delicadeza de tintas com que compunha, dentro de retângulo de um soneto, pequeninos quadros, ricos de notações paisagísticas, escolhidas com um senso ruskineano da beleza. Sob a influência e o estímulo desta escola, é que pode dar expansão inteira aos seus zelos pela pureza da língua, à volúpia, que sempre o torturou desde as primeiras composições, de trabalhá-la, de bruni-la, de explorar os seus tesouros de expressões, a sua riqueza de matizes, as suas harmonias ocultas; em suma, de encontrar, como ele mesmo dizia, para cada estrofe, "um som novo e diverso". Este lavor lhe permitiu dar às estrofes graça, elegância, sonoridade, transparência. – Eis em que consistiu o *Parnasianismo* de Alberto de Oliveira.

O cânone da impassibilidade não o seduziu. Sob este técnico perfeito do verso, exímio no executar, com carinhos de aquarelista ou de ourives, pequeninas miniaturas, onde predomina o traço raro e fino, a notação graciosa ou delicada, palpitava a sensibilidade de um lírico admirável. Há requinte, subtileza de sentimento em todos os seus versos. Neles descobrimos sempre o reflexo de uma emoção subtil, a ressonância de uma vibração interior, uma permanente associação afetiva entre o mundo exterior e o poeta:

Soltam-se dos meus versos, reluzindo,
Aljôfares e lágrimas radiantes;
Ninguém, vendo-os cair como diamantes,
Sabe se estou chorando ou se estou rindo.

Rarissimamente era um puro objetivista, à maneira de Heredia ou de Coppée. Os sonetos de estrita objetividade e molde rigorosamente parnasiano ("Galathéa", "Galera de Cleópatra", "Estátua", "Vox rerum", "Vaso grego",

"Mazeppa", "Ponte Vermelha", "Vaso chinês", "Syrinx", "Lendo os antigos", "Titânia", "De volta do circo", "Última deusa, etc.), que lhe valeram o renome de impassível, imerecido em face da sua sensibilidade lírica delicadíssima, foram trabalhos feitos visivelmente com o intuito de dar provas das suas virtuosidades de versejador ou – o que é mais certo – para transigir com as idéias em voga, ou com as exigências da crítica.

Em verdade, depois de prestada essa breve homenagem aos ídolos da época, o poeta retomou logo as linhas mestras da sua personalidade. Voltou ao lirismo e ao panteísmo, que foram as duas notas dominantes da sua emotividade e da sua inspiração. Donde, ao lado de versos do mais perfeito padrão parnasiano, depararmos poemas e sonetos da mais pura emoção amorosa: "Por amor de uma lágrima"; "Nox"; "Mortos para sempre" (série digna da perpetuidade nas antologias da língua); "Manto real", primoroso pelo engenho, vigor e colorido da execução; e tantos, tantissimos outros... O que lhe dava a aparência de impassibilidade é que nunca expunha o seu coração impudicamente diante do público; antes, procurava velar as suas expansões sentimentais sob formas discretas e decorosas. Não há confidências impuras nos seus versos, nem sentimentos que não sejam honestos e confessáveis. Como Heredia, Alberto devia, naturalmente, achar que "só o gênio tem direito de tudo dizer"...

É este justamente um dos traços mais belos no labor desse perfeito artista: não admitia que se separasse a arte da moral, os valores estéticos dos valores éticos. Na sua obra, estes dois valores se acham harmoniosamente associados: sente-se que o decoro, a decência, a dignidade dos temas era-lhe uma preocupação essencial. Não que lhe faltasse um sentido profundo do sexo; mas, é que lhe tolhia a expansão poética para este lado a sua maneira de compreender a Arte, o seu conceito mesmo da beleza literária e, ainda mais, o sentimento da respeitabilidade e dignidade pessoal, muito vivo nele e em que bem revela os traços e a excelência da sua antiga formação rural.

Daí o asseio da sua arte, a castidade, por assim dizer, das suas poesias em que entra o elemento feminino. Salvo alguns sonetos e poemas, de ligeira feição erótica, da primeira fase ("Afrodite", "Nova Diana", "Camisa de alga", "Extrema Verba", "Cheiro de espádua", etc.), os seus livros podem andar nas mãos inocentes das *jeunes filles,* como os romances de Ardel e Champfleury.

Se, lendo os antigos, o poeta procurou um mestre na Antiguidade Grega, este foi certamente o citaredo de Siracusa – e não o de Teos, Teócrito – e não Anacreonte:

Vamos reler Teócrito, senhora...

Vede o recato, a delicadeza, mesmo a timidez com que celebrou as mulheres do seu país. Elas não aparecem na sua lira sob as formas da mulher amante, como na de Bilac: este tipo não se mostra senão episodicamente nos seus versos. O tipo que lhe suscitava, de preferência, a inspiração era o da mulher amada, namorada ingênua e casta, semelhante àquela, de quem diz, na encantadora aquarela "Borboleta azul", dos *Sonetos* e *Poemas:*

Ela, que o amor apenas
Mal conhece da flor, da luz, da aurora,
Das aves e falenas!

Bilac se comprazia em exaltar as mulheres desnudando-as; Alberto, o contrário, exaltava-as, ou vestindo-as de roupagens condignas e discretas, ou no-las fazendo aparecerem, nos seus quadros bucólicos ou descritivos, envoltos em gazes alvas e esvoaçantes, em musselinas de névoas, leves e tênues – como em "O vestido branco". Todas elas se mostram sempre em atitudes compostas e cheias de pudicícia: nenhum poeta as respeitou mais na sua dignidade e no seu pudor. Dir-se-á que todas foram amadas –, em segredo e castamente –, pelo grande lírico do *Livro de Ema...*

Nos seus versos encontramos, freqüentemente, os traços deste sentimento amoroso sem mescla de erotismo, puro, simples, às vezes ingênuo. Neles o poeta só derrama mágoas, queixas e desilusões; neles parece só saber cantar inclinações frustrâneas ou fracassadas, não confessadas ou confessadas a medo. Recordai os formosos sonetos que, de certo, todos vós tendes na memória: "Confidência", "Lembrança", "Depois da morte", "Cântico inútil", "A Conceição", "Plenitude", "Vela revolta", "Enfim", etc. De todos eles se exala, como uma emanação suavíssima ou um perfume de ternura, um vago aroma de desencanto e melancolia...

Eis a que se reduz a *impassibilidade* de Alberto de Oliveira. Este belo gigante, aparentemente apático, impassível e frio, era um instrumento de precisão para as emoções mais puras e delicadas...

VIII

Esta sensibilidade lírica do grande artista de *Ramo de Árvore,* que se extravasou em estrofes de deliciosa dicção parnasiana, não revelava a mesma força e riqueza de expressão no domínio da Fé: o sentimento religioso não tinha profundidade no seu coração. Dele se poderia dizer o que de certos céptticos ou incrédulos, como Montaigne ou Des Barreaux, disse, certa vez, Sainte-Beuve – de que não possuía uma natureza "marcada com o selo do Arcanjo". O seu misticismo não tinha asas: do céu só lhe parecia interessar a abóbada estrelada, o firmamento *encendido* de constelações. Raramente procurou compreender os mistérios do Cosmo, com os seus milhões de astros e sóis; raramente passou além desta face aparente e iluminada do Universo,

Onde monstros errantes, de olhos de ouro,
Passam, chispando, pela noite escura.

Nas suas invocações místicas – como as do poema "No seio do Cosmo" ou as do formoso soneto "Alta noite", com que encerra o *Ramo de Árvore,* e que foi por assim dizer o canto de cisne do poeta – o que há são apenas perguntas, dúvidas, ansiedades. Simples revelações, afinal, de uma alma vagamente inquieta com o mistério do Além: nada mais.

Esta fraqueza do sentimento religioso lhe vinha, certamente, da sua própria natureza moral, não dotada de senso místico; mas, lhe vinha também do que era a mais rica imaginação de panteísta que até agora apareceu em nossas letras. Na verdade, o poeta vivia – como os gregos antigos, que tanto amava – dentro de uma Natureza toda animada de vida consciente e inteligente: por entre seus seres e elementos andava como se fossem irmãos seus, cuja língua entendesse e cuja alma compreendesse, como entendia e compreendia a alma e a língua de nós, seus semelhantes. Não se limitou a descrever e a pintar a Natureza e seus aspectos; fez mais do que isto: humanizou,

deu alma a tudo que nela se contém – à flor, à árvore, ao rio, à fonte, ao vento, à lua e ao luar, ao sol, às estrelas? Às florestas e aos campos, bem como aos animálculos, que os habitam.

Esta inspiração panteísta domina quase toda a sua obra. No famoso poema "O Paraíba", podemos vê-lo na plenitude da sua imaginação antropomorfizadora, na sua capacidade de dar aos elementos a sensibilidade, a inteligência e as paixões do Homem. Em vários poemetos – como, por exemplo, "Borboleta morta" ou "As três formigas", que são duas obras-primas pela graça da fantasia e do lavor – deixa ressumar toda a sua simpatia pelos pequeninos seres que depara. Dir-se-á que o poeta vive em comunhão com eles, alegrando-se com as suas alegrias e sofrendo com as suas dores. Daí este braço singular, dentre os que mais caracterizam a sua obra paisagística: a ausência quase completa dos grandes ruminantes e a presença freqüente, constante mesmo, destas minúsculas e encantadoras criaturas, em cuja invenção se comprouve o gênio caprichoso e amável da nossa mãe Natureza: aranhas, abelhas, formigas, borboletas, libélulas, besouros, pirilampos, beija-flores. Quase que só esta microfauna –, inquieta, móbil, alada, policrômica, rutilante –, povoa e anima os seus admiráveis quadros descritivos. Nada revela melhor a delicadeza da sua índole moral do que esta eflorescência de ternura, que ressumbra, branda e contínua, do íntimo do seu coração.

Poeta da natureza, embelezado até a fascinação pelos seus efeitos de luz e pela magia dos seus panoramas, não se contentava de admirá-la unicamente; a sua inata vocação panteísta o levava mais longe: levava-o a identificar-se com ela, a confundir-se com os seus elementos, a desejar morrer para ressurgir transfigurado neles. No soneto "Velhas mangueiras", deixou formosamente expresso este desejo:

Mal estar, opressão, todo o interior tumulto
Se me vai, pouco a pouco, estando a vosso lado.
Em vossa quieta sombra, encontro paz inteira.

Ah! não poder baixar do que hei subido
E, húmus, água, cristal, argila, barro ou poeira,
Ser inferior a v6s para melhor servir-vos!

Num outro soneto, do *Ramo de Árvore* – certamente um dos mais formosos que produziu – que tem o título "Manhã", este panteísmo reveste formas de incomparável beleza e atinge uma alta intensidade:

Efunde a urna de Aquário a espaços o chuveiro
Que as flores lava, os brotos abre, o ar purifica.
Bebo-te, ó sazão forte, a seiva agreste e rica
Neste cheiro de chão de serra, que é teu cheiro.

Já seu nevado véu de rendas o espinheiro
Solta; do ingá polpudo a árvore frutifica;
No álveo de areia e pedra e piscas de ouro e mica.
Fartas rolam cantando as águas do ribeiro.

Um dia novo a tudo acaricia e banha.
Que bom fora já ter morrido, para agora
Ver-me esparso em cristais, folhas, eflúvios, lumes!

Para sorrir no sol que doura esta montanha!
Para chorar no tom com que este rio chora!
Para elevar-me aos céus em névoas e perfumes!

Tinha pelas florestas um respeito e um amor de druída. Nas suas crises e dores, nos seus dissabores e mágoas, só o convívio das árvores o consolava:

Floresta de altas árvores escuta;
Em minha dor vim conversar contigo.
Como no seio de melhor amigo,
Descanso aqui da tormentosa luta.

No poemeto "Volubilis", do *Livro de Ema,* confessa que foi o amor à Natureza que o levou a dedicar-se à poesia – "poesia casta", diz. Tão intenso e profundo era esse amor que o fez esquecer até Ema:

Bem haja o amor ignoto
Que à grande natureza eu de toda alma voto,
E que me arrasta a vê-la,
A estudá-la, a senti-la, a amá-la, a compreendê-la;
Amor que faz que até a ti, piedosa e pura,
Eu esqueça, abismado em seu clarão de estrela,
Em sua formosura.

Este panteísmo, essencial à sua criação artística e que a sua sensibilidade de visualista ainda mais acentuou, tinha que o conduzir a tomar, como tema fundamental das suas composições, os aspectos cambiantes e luminosos da realidade que o cercava. Esta particularidade da sua estesia o condenava a ser o que foi – um poeta realista. Mais do que isto: – um paisagista do verso.

Neste ponto, o realismo objetivo de Alberto sofreu, na primeira fase da sua vida literária, por influência dos grandes mestres parnasianos, uma inflexão –, felizmente passageira –, que o levou a orientar-se no sentido do exotismo dos temas. É a fase – aliás de pequena duração – das *Canções Românticas,* das *Meridionais* e dos *Sonetos* e *Poemas.* Tomado então de uma viva e intensa preocupação helenizante, gostava de freqüentar, em imaginação, a Grécia clássica: ora invocando, junto às aras do sacrifício ou diante do Parthenon, as suas divindades, belas como estátuas; ora percorrendo os seus bosques sonoros, ressoantes do halali das oceânides do cortejo de Diana; ora, contemplando a ronda suave e graciosa das Musas, "de tranças de violetas", como lá se diz em Píndaro. Fase transitória da vida espiritual do poeta; mas, miraculosa para a sua fantasia, porque fase em que teve a dita de ver

...entre os caminhos
Do mar que a luz da velha Grécia doura,
Anfitrite de pé na concha loura
Arrebatada por dragões marinhos!

Tão grande devia ser o seu embevecimento, então, pela Grécia e os seus heróis que Bilac, do alto da primeira página de *A Semana,* ao escrever o pane-

gírico de Alberto na *Galeria do Elogio Mútuo,* protestou contra a calúnia, que lhe parecia ignominiosa, de ter o poeta nascido em Saquarema:

> – Senhoras minhas, não acrediteis na calúnia! Quem vos disser que o meu Alberto nasceu em Saquarema mente e calunia este bonito rapaz e adorável poeta. Em Atenas é que ele nasceu, debaixo do céu puríssimo da Hélade, que seus versos revive! Por lá viveu, andou pelo braço do amigo Teócrito, soprando a flauta maviosa entre os mirtais.

Nesta altura é que intervém a Providência (ou a Serpente...), transfigurada numa espécie de pequeno demônio bronzeado, faiscante de subtileza e de malícia. Quero dizer: nesta altura é que intervém Machado de Assis. O artífice de *Crisálidas,* realista a seu modo e com a sua fina intuição das cousas, sentira o que Bilac não havia sentido: sentira o erro do poeta, o vazio, o artificial de toda esta literatura de imitação. E deu-lhe, então, o conselho gracioso:

"Que lhe importa o guerreiro que lá vai à Palestina? Deixe-se ficar no castelo com a filha dele..."

Machado parafraseava, à sua maneira, o *carpe diem* do velho epicurista latino. Era como se dissesse ao poeta: – Tome-se da realidade, viva a sua época – e cante-as!

O poeta obedeceu ao conselho do Mestre. Não mais quis preocupar-se com a Grécia e os seus heróis. Menos ainda com os guerreiros que iam à Palestina... Voltou-se para a Natureza, para a formosura das suas revelações materiais e visíveis: para os seus céus – radiosos e constelados; as suas serras – entre cobertas de névoas matinais; as suas paisagens – cheias de encanto e doçura. Estas passaram a ser, realmente, quase que a sua única e grande afeição de artista. No discurso de agradecimento à homenagem da Academia, inaugurando o seu busto numa praça pública, ele mesmo o confessou:

> – Inspira-te e canta – disse, reconhecendo o erro e penitenciando-se. – Estas palmeiras valem bem os plátanos e sicômoros gregos – estes rios, o Pneus e o Aqueloo; nem teve a Hélade planuras e morros assim tão verdes, nem céu tão azul. Cálamo ou lira, em mãos de pastores, não tem tom mais doce do que o planger do nosso violão sertanejo.

Estas afinidades pela terra tropical já lhe latejavam na alma desde os seus começos literários, já se denunciavam nas estrofes das *Meridionais,* um livro dos vinte anos. Então, dizia ele, numa confidência, que lhe pernunciava o futuro:

Ah, como é bom ter em frente
Da casa em que nós moramos
Um claro jardim florente
Um verde mundo de ramos!

Esta confidência vale uma revelação. Descobre-nos que o poeta de "Sabor das lágrimas" preparava-se, subconscientemente, para renunciar à sua Grécia artificial, e à sua Hermê sequiosa, e aos cíatos doirados, e as trirremes, e aos mirtos dos bosques sagrados. Então já cantava os nossos beija-flores e dizia à Musa:

Abre a janela dourada
Que dá para a natureza!

Desde este momento, o poeta denunciava o seu destino, traçava a orientação futura da sua arte. Esta "janela dourada que dá para a natureza" ficará sendo como a expressão simbólica da própria arte de Alberto de Oliveira. Daí por diante, o tema principal dos seus versos vai ser a Natureza. Ou melhor, a nossa natureza – a nossa terra, na beleza sem par das suas paisagens, clara, harmoniosa, insolada, enluarada, rica de formas e de cores. Neste ponto, nenhuma poeta descritivo, nem mesmo Gonçalves Dias, o excede em nossa história literária. Nenhum deles o supera na seleção dos traços mais belos e expressivos do nosso panorama natural: nenhum os arranjou com mais gosto, mais arte, mais perfeição, mais variedade de combinações e de temas.

Foi precisamente este encantamento da Paisagem, este fascínio pelos aspectos pitorescos da nossa Realidade, que o tornou indiferente ao Simbolismo e à sua técnica. Esta escola, que teve excelente cultores em nosso país e que, como tema de inspiração, preferia a paisagem interior à paisagem exterior, a bruma e a penumbra ao sol e à claridade, não podia exercer nenhuma

influência sobre este esteta de visão objetiva, sobre este artista do relevo e da cor, sobre este poeta das rechãs ensolheiradas, dos recortes claros e nítidos das serras, a quem a bruma só interessava no breve instante de se dissipar ao primeiro raio de sol, na manhã sonora:

Ele, raio de luz, sempre mais quente;
Ela, névoa fugaz, sempre mais fria.

Este objetivismo naturalista e panteísta é a nota quase exclusiva da sua inspiração e da sua obra. Como que a sua emotividade não vibra senão diante dos aspectos da natureza que o cerca. O mundo cósmico – com a variedade das suas expressões, as galas dos seus coloridos, os seus sóis brilhantes, as suas noites estreladas ou os seus luares melancólicos – é que lhe arranca os melhores pensamentos, é que lhe produz o choque emotivo para as recordações de amor ou para as meditações filosóficas: quando só consigo, sem esta moldura natural, é raro um poema seu. Embora vivesse por mais de cinqüenta anos numa grande metrópole, nos seus poemas não deparamos as agitadas multidões urbanas – a "rude humanidade", que tanto interessava a Coppée ou a Verhaeren: a cidade não oferecia, por certo, nenhum motivo capaz de comover a sua sensibilidade de artista ou impressionar a sua retina de pintor. Mesmo dentro do tumulto das nossas ruas, permanece ruralista e bucólico – como Teócrito ou Virgilio. Não lhe sobra, sequer, inspiração para as éclogas, os idílios, as pastorais, ao modo de Sá de Miranda ou Bernardim Ribeiro – fundo de quadro rústico, mas onde se move, como tema principal, o grupo humano.

Panteísta profundo, nada disto o interessa, ou só o interessa secundariamente; o que sente e admira, realmente, é a natureza; o que o seduz são os aspectos coloridos e cambiantes da Paisagem. Como Ruskin, também lhe devia parecer que está fora da humana inteligência conceber o Belo sem auxilio da Natureza. Poderia repetir a confissão de Pesquidoux: *La terre m'enchante comme une créature humaine*; mas, entendida à maneira do seu visualismo de meridional. Porque a terra que o encantava não era a terra amada de Pesquidoux – terra de lavradores e de lavouras, arroteada, semeada, montada, cultivada, *chargée d'humanité*, como diria Bellessort. O que o sedu-

zia era a Terra na sua realidade primitiva, tal como saiu das mãos da Natureza, a Terra sem toque de humanidade, na sua espontaneidade nativa, na inocência dos primeiros dias da Criação: pura expressão da vida e da beleza cósmicas, com suas florestas, seus rios, suas montanhas, seus vergéis enflorados, seus poentes, seus plenilúnios, seus céus palpitantes de estrelas.

IX

Este enamorado da Natureza, este poeta da Paisagem não tinha a curiosidade das viagens: era um temperamento sedentário, um imigrador de vôo curto. Nunca se aventurou a viajar pelo estrangeiro. Mesmo no seu país, fora dos lugares do seu berço, só andou por Minas, São Paulo e Paraná, em rapidíssimas excursões. Na verdade, quase que só se moveu dentro do limitado triângulo: – *Rio – Niterói – Petrópolis.* Não o atraíram as paragens, tão luminosas e características, do Extremo-Norte e do Nordeste; nem os amplos, ilimitados horizontes dos pampas, no Extremo-Sul.

Não tendo saído, por assim dizer, da sua província, é natural que os seus poemas se embebam da claridade e da doçura dos climas meridionais. Se, como afirma Henri Berr, o homem carrega consigo, interiormente, ao deslocar-se para outras regiões, as paisagens do seu primitivo *habitat*, o cenário que acompanhou Alberto por toda a vida foi o pequeno quadro da sua terra natal. É certo que cantou, e maravilhosamente, a amenidade das montanhas de Minas e o esplendor dos céus de Curitiba, – de "prata e carmim", de "carmim e ébano", de ébano e fogo"; mas, a fonte oculta de toda a sua inspiração sempre a foi buscar nas profundezas do seu subconsciente; – quero dizer: neste fundo de primitivas impressões do seu torrão de nascimento. Como Heredia, dos cimos da península kímrica, sentia reviver, à brisa perfumada que lhe vinha dos longes dos horizontes marinhos, as recordações dos nativos prados antilhanos; também Alberto, diante de outras paisagens, sempre via emergir, dos limbos da sua memória de nostálgico, as primeiras impressões de adolescência e, com elas, todo o mundo de imagens e emoções da sua terra saquaremense, principalmente da sua terra de Palmital, umbrosa e fértil. Os primeiros deslumbramentos de criança diante da natureza ridente do sitio em que se assentava a casa solarenga, com as suas serras revestidas de florestas densas,

matizadas pela copa amarela dos ipês floridos, os seus regatos cantantes, os seus vargedos cheios de espinheirais e dormimideiras, as suas cercas afogadas em tufos de melão-de-São Caetano e ahimadas dos zumbidos dos besouros e das abelhas – tudo isto fora absorvido e retido pela sensibilidade do poeta ainda em ser e passou a formar, para sempre, a trama subconsciente de toda a sua imaginação e emotividade artísticas. Quem penetrar a intimidade da sua criação poética, verá logo que a inspiração só lhe brotava de dentro da alma, clara e fresca, quando as impressões dos aspectos presentes, colhidas pela sua pupila ardente de visualista, vinham a incidir – acordando-o, como numa célula foto-elétrica – neste fundo de reminiscências primitivas.

O poeta nascera numa sofralda de montanha, em região sombreada e úmida. O selo não apresenta ali a uniformidade e a monotonia da planície; ao contrário, é levantado, cortado de ondulações, cujo relevo, se não apresenta a enormidade das cordilheiras, como a dos órgãos, também não apresenta a pequenez daqueles "oiteiros benévolos", de que nos fala Antero de Figueiredo, a propósito de terras de Espanha, e encontradiços em terras mineiras e paulistas.

Demais, neste recanto do interior, retraído e oculto por detrás da faixa agreste das restingas, que o mar perfuma com a acridez das suas maresias e das suas salsugens, o céu é de um azul nítido, exato e justo, de transparência irreal e inexprimível, principalmente nos meses de Abril a Julho. Nestas épocas, as nuvens, sempre freqüentes, talvez pela proximidade do oceano, – e que tão formosas estrofes inspiraram a Alberto –, mostram-se tocadas da graça de uma beleza inefável; tal que o espetáculo de as contemplar, na limpidez do anil imaculado e na aparente imobilidade do seu vôo, sempre me dá a lembrar o daquelas outras, também do Céu do Atlântico, evocadas por Taine, e que, paradas na transparência do azul puríssimo de Biarritz, apareciam-lhe como que rodeadas *d'une gloire angélique*, fazendo-o pensar *aux âmes du Dante arrêtées en extase à l'entrée du Paradis*.

Não estaria aí, ainda, a razão da quase ausência do Mar na sua obra? Realmente, neste pintor de paisagens, a Marinha não era o seu forte: nunca quis disputar a Castagnetto, como certamente pretendeu disputar a Parreiras, o pincel de colorista. É paradoxal, sem dúvida; mas, a verdade é que, nos versos deste poeta, filho de uma região marítima e que, desde menino até o últi-

mo dia de vida, manteve-se em contacto permanente com o mar, não se sente aquele *odeur de varech,* que Henri Bordeaux encontra nas páginas do bretão Le Goffic e que encontramos nos versos de Vicente de Carvalho. Nos seus poemas, só o céu, a floresta e a montanha pompeiam, só eles os animam com a sua magia colorida. O mar neles só aparece de forma rara, episódica.

Sim, o grande paisagista da "Tempestade" e da *Alma Oceânica* não tinha simpatia pelo mar – "o belo mar selvagem das nossas praias solitárias". O mar, cuja imagem lhe ocorre nos momentos da inspiração, não tem a magnificência e a grandeza generosa do mar de Vicente de Carvalho; é sempre um mar pressago e mau, mar de naufrágios e náufragos, rebentando as suas cóleras sobre rochedos e enchendo as praias dos destroços de barcos e velas. Quem conhece a vida pregressa do poeta, o lugar do nascimento e a infância, sente logo que este mar é o mar da costa de Ponta Negra, cujos bramidos cavernosos e horrendos, repercutidos e prolongados até o retiro do Palmital, encheram-lhe a alma de criança de um pavor pânico – como também encheram a minha. Mar que ele, evocando reminiscências da meninice, meio século depois, assim nos descreve num dos mais belos poemas da formosa coleção da *Alma Oceânica:*

Um som maior e de cadência cava
Reboava agora; ia-se amortecendo,
Tornava logo, em mór fragor reboava.

– "Que é isto, velho?" – interroguei, tremendo.
Ele voltou-se: "Aquieta-te – me disse –
É o mar na costa a rebramir horrendo.

Talvez tu'alma noutro tempo o ouvisse,
Sem o ouvir; que andava de permeio
A algazarra da tua meninice.

.....
Como que há ali dois mares: feito
Um de água e outro de sons, um contra a plaga
Túmido a espedaçar, mugindo, o peito;

Outro em ecos rolando no ar: a vaga
Líquida se desfaz, mas a sonora
Léguas e léguas brame e se propaga.

Vai do Aterrado e Palmital afora;
Sobe as rechãs; vai, pelas vertentes;
Retumba às vezes, outras vezes chora.

Estes os brados são intercadentes
Que estás a ouvir." À bárbara harmonia
Demos uns passos mais, – ambos trementes,

A alma ansiando à emoção daquele dia.

Este o mar das recordações infantis do poeta. Como em Nabuco –, guardando na memória para toda vida aquela encantada revelação do mar que lhe deu a primeira vaga, verde e rolante, contemplada entre coqueirais, à orla da praia de Massangana –, em Alberto nunca se lhe apagaram da alma estas dolorosas impressões de criança: ficaram-lhe para sempre nos arquivos da memória como a imagem mesma do Mar. Cinqüenta anos mais tarde, vede como ele recorda este ressôo, este clamor funesto no formoso soneto "Choro de vagas":

Não é de águas apenas e de ventos,
No rude som, formada a voz do Oceano:
Em seu clamor – ouço um clamor humano,
Em seus lamentos – todos os lamentos.

São de náufragos mil estes acentos,
Estes gemidos, este aiar insano;
Agarrados a um mastro, ou tábua, ou pano,
Vejo-os varridos de tufões violentos;

Vejo-os, na escuridão da noite, aflitos,
Bracejando, ou já mortos ou de bruços,
Largados das marés, em ermas plagas...

Ah! que são deles estes surdos gritos,
Este rumor de preces e soluços,
E o choro de saudades destas vagas!

Este o mar que acode à imaginação do poeta: sempre ressoante de convulsões e gemidos, mais *ouvido* do que *visto* e que forma o fundo subconsciente das suas reminiscências do Oceano. Não é o mar largo e livre, que rola as suas vagas de esmeralda pelas praias marulhadas de Copacabana e de Ipanema e que os seus olhos de artista tantas vezes contemplaram, alteando-se, inquieto, na sua verde, radiosa, pinturesca mobilidade. Também, ainda menos, é o mar da Guanabara, com a sua graça imóvel e acolhedora, mansa lagoa, a cuja margem viveu quase a vida toda e que sempre lhe pareceu mais uma

... enseada, em que o mar choro de fonte
Antes tem que de vagas.

O mar evocado pela imaginação deste paisagista, que passou toda a existência à orilha do Oceano, não é um mar de cores – esse painel azul e verde, encanto quotidiano dos nossos olhos de praieiros. É um mar sonoro – aquele mesmo "mar de sons", funéreo e mau, que, cinqüenta anos antes, na sua menine, havia retransido e apavorado a sua tímida alma de criança. Esta guardou-lhe, por toda vida, na reclusão da sua subconsciência profunda, os ecos da lúgubre ressonância, como as valvas dos búzios o confuso marulho do oceano. Ouvi-lhe esta confidência:

Suponho achar-me, às vezes, quando penso,
Voltado sobre mim, no que hei vivido,
Ao pé de um mar, de onde um clamor imenso
De humanas vozes vem ferir-me o ouvido.

E aflição e terror na alma não venço,
Conhecendo, gemido por gemido,
Tudo o que amei, agora sob extenso
Lençol de negras águas submergido.
E inda parece um braço no ar se agita

E chamando-me, como em cena inferna,
Espectral multidão, luzente e aflita,

Grita, e estes brados que ululando soam,
Dentro em meu coração, como em caverna,
Abalando-o, rememoros reboam.

Ele é todo assim, a sua poesia é toda assim: reflete sempre este fundo de impressões primitivas –, de infância –, colhidas pela sua receptividade de artista inconsciente nessa clara madrugada da vida!

X

Ninguém, em verdade, foi mais homem do seu meio. Primeiro: do seu meio meridional. Depois: do seu meio saquaremense. Por fim: do seu meio palmitalense.

Na evolução literária do poeta de *Alma em Flor* e de *Terra Natal,* há um traço que, pela insistência com que se reproduz, constitui, realmente, uma constante da sua personalidade de homem e de artista. Este traço é a freqüência com que retorna, em espírito, sempre cheio de emoção e ternura, à sua pequenina morada rústica, às paisagens do seu primitivo pago do Palmital – mesmo quando se extasia ante as paisagens de outras terras.

Este retorno nostálgico ao pequenino rincão natal é um dos aspectos mais encantadores do seu delicado temperamento de poeta. Tendo saído aos doze anos, mais ou menos, do seu verde Palmital, nunca mais lá voltou; entretanto, jamais olvidou o seu lugar de nascimento.

Nas *Canções Românticas,* aos vinte e poucos anos –, quando "amava as lágrimas, contanto que caíssem de uns olhos bonitos", como disse Machado de Assis –, nem por isto esquece a sua amorável terra de Saquarema. É com insistência que o seu pensamento se volta para ela:

Sabes para onde vão meus pensamentos?
Ah, vão todos perdidos, vão à toa
Buscar a sombra de tua casa branca
Alevantada à beira da lagoa.

O poeta recorda uma paisagem típica da sua terra – a lagoa de Saquarema, à margem da cidadezinha, onde, vindo do seu sítio do Palmital, estudou as primeiras letras.

Em *Alma* em *Flor,* já aos quarenta e poucos anos, procura recordar os tempos de adolescência e para logo todo um mundo de visões coloridas lhe enche a memória e acorda a emotividade:

I

Foi... Não me lembro bem que idade eu tinha,
Se quinze anos ou mais:
Creio que só quinze anos... Foi aí fora
Numa fazenda antiga,
Com o seu engenho e as alas
De rústicas senzalas,
Seu extenso terreiro,
Seu campo verde e verdes canaviais.
Era... Também o mês esquece agora
À infiel memória minha!
Maio... Junho... não sei se Julho diga,
Julho ou Agosto. Sei que havia o cheiro
Do sassafrás em flor;
Sei que era o céu azul, e a mesma cor
Sorria num gradil de trepadeiras;
Sei que era ao tempo em que na serra, além,
Cor-de-rosa se tornam as paineiras
De tanta flor que cor-de-rosa têm.

II

Sei que um perfume intenso em tudo havia.
Era, enfeitada e nova, a laranjeira,
E o pomar verde pela vez primeira
Florido; era na agreste serrania,

Com os botões de ouro e a espata luzidia
Rachando ao sol, a tropical palmeira;
Era o sertão, era a floresta inteira
Que em corimbos, festões e luz se abria.

Sei que um frêmito de asas multicores
Se ouvia. Eram insetos aos cardumes
A rebolir, fosforeando no ar.

Era a Criação toda, aves e flores,
Flores e sol, e astros e vagalumes
A amar... a amar... E que ânsia em mim de amar!

Quando compôs a coleção do *Céu Noturno,* quase qüinqüagenário, como que esta nostalgia lhe cresce cada vez mais. Freqüentemente, uma onda de saudade lhe alaga o coração:

Ah, não poder tornar aonde vivi outrora,
Ao meu verde Palmar, e seu isolamento,
Para onde agora vai, mais lhe querendo agora,
Todo o meu pensamento!

Dez anos mais tarde, vemo-lo evocar, nos formosos poemetos de *Natália,* de tão acentuado sabor camoniano, a obscura terra adorada, que jamais lhe saíra da memória:

Iam vinte anos desde aquele dia,
Em que, com os meus, da terra onde nascera,
Adolescente ainda, eu me partia.

O que não dera então, o que não dera
Ainda hoje por tornar atrás comigo,
Entrar-lhe os campos, ser o mesmo que era!

Lá me ficava com o seu tecto amigo
A velha casa, a várzea verde e em flores,
E verde e em flores o pomar antigo;

E o engenho, a encher aqueles arredores
Com o seu bufido, com o bater pausado
Das pás cantantes dos ventiladores;

Tudo quanto em menino havia amado,
E em que minh'alma nova, a abrir-se, rindo,
Tinha parte de si talvez deixado.

Em vôo, ao pé do rio, às voltas indo,
Em vôo, em cada moita, airada e inquieta,
Qual das asas o pó dourado e lindo

Deixa por onde passa, a borboleta.

O apego do poeta de *Alma e Céu* não era apenas ao município do seu berço: era ao próprio lugar do nascimento, ao antigo solar paterno, mergulhado num fundão de mata, ao sopé da Serra do Palmital. Quando criança e ainda na escola primária, em Saquarema, sempre sentia –, no meio da algazarra dos companheiros e entre os bramidos do Atlântico, à beira de cujas praias se assenta a pequena vila –, tomado inexplicavelmente de um vivo e fundo sentimento de nostalgia pelo seu recanto agreste de Palmital, pela sua fazenda, pela sua casa grande, pela família que lá deixara:

– Sentia-me feliz – confessa ele, na sua autobiografia, narrando os seus tempos de colegial – e só uma cousa me aguava a satisfação: a saudade que tinha da minha casa com o seu largo campo estendido e verde e a mata perto, rumorejando.

Ora, todo Alberto está nesta confissão. Essa saudade de colegial ele a conservou durante a sua longa vida – e foi a razão profunda e suprema da sua arte maravilhosa. Toda a sua inspiração parte daí e aí encontra força, movimento, expressão: a sua alma de artista gravita, por mais de meio século, em

torno dessas imagens evocadas pela sua remitente nostalgia. Dir-se-á que o poeta nunca pôde entrever o mundo senão através desta pequenina janela, que se abria, iluminada, sobre esse quadro de reminiscências primitivas, interposto entre a sua consciência e a realidade exterior, como se fosse uma tela transparente e colorida. Tudo o que, mais tarde e em outras paragens ou sítios, viu como que se impregnava das cores desta imagens longínquas, dos matizes esbatidos desta recordações distantes.

Os poemas que consagrou especialmente à terra natal – *Alma em Flor* e *Natália* – e que compôs já em plena maturidade, são o que de mais formoso existe em nossa literatura como descrição da nossa natureza e também como expressão de sensibilidade artística, de delicadeza emotiva, de ternura nostálgica. Em *Alma em Flor,* a paisagem se mostra aos nossos olhos cheia de tantas notções justas e com tamanha precisão de linhas e tintas que parece ter sido pintada tendo ele à vista o pequeno mundo, onde desabrochou o seu primeiro amor. Só uma emoção profunda poderia suscitar as recordações de tantos traços encantadores e subtis, imperceptíveis, em regra, ao normal da nossa acuidade. Tinha o poeta uma memória fácil, nítida, precisa, fidelíssima – porque destas a que Ribot chama "afetivas": lembra-se de tudo com simpatia e ternura e é como simpatia e ternura que tudo fixa na evocação maravilhosa.

Disse Maurois que a memória é uma grande artista, porque, ao selecionar as percepções que devem perdurar, só deixa sobreviver as melhores, as mais agradáveis, as mais belas: daí as recordações evocadas apresentarem sempre um aspecto de conjunto que as torna verdadeiras obras d'arte. No entanto, em *Natália* e *Alma em Flor,* a memória do poeta não foi artista porque eliminasse os aspectos mais desagradáveis e feios, deixando sobreviver unicamente o que havia de raro, gracioso, amorável ou pitoresco; mas, porque assim era o quadro revivido, a paisagem descrita tinha de si mesma graça natural, beleza sua, que os versos do poeta refletiram.

Na verdade, a terra fluminense, na região em que nasceu Alberto de Oliveira, possui, como poucas, todos os característicos de uma obra d'arte natural. Nela se acumulam, por uma singular disposição geográfica, e coexistindo a poucos passos uma da outra, a paisagem rural, a paisagem lacustre e a paisagem oceânica, imensurável e ondeante. No interior agrícola: de um lado –

a leira fértil e florida das várzeas; de outro – a Serra do Palmital, sóbria e bela, na sua grave e severa vestidura florestosa. Um passo adiante, e vemos: aqui, a lagoa – espécie de mar tranqüilo, de águas transparentes, cheias de balsedos e pernaltas, "mergulhões e irerês, que o chão palustre habitam"; ali, a restinga, que a margeia, arenosa e seca, coberta de cardos híspidos, de palmas duras, de bosques espessos de cambuízeiros, esmaltada pelos corimbos esclartes das epífitas enflorescentes. Mais outro passo, e é – à orla de praias alvísssimas ou junto de rochedos abruptos – a imensidade marinha, o Atlântico em toda a sua majestade, na grandiosidade selvagem das suas agitações e das suas cóleras indomadas.

Eis o cenário em que nasceu e viveu o poeta, despreocupado e feliz, na sua infância e na sua adolescência. Eis também o cenário em que viveu –, em espírito, com emoção e ternura –, na sua mocidade, na sua maturidade e na sua velhice.

Saquarema, a terra natal de Alberto de Oliveira, não lhe deve cultivar a memória somente porque ele a honrou com a glória imensa e indestrutível. O grande poeta não foi apenas o seu filho mais ilustre; mas, também o seu maior cantor. Ninguém a sentiu mais na sua formosura. Ninguém disse, em versos mais inspirados e ternos, do encanto da terra admirável, da poesia dos seus rios, dos seus regatos, das suas lagoas, das suas restingas, das suas serras cobertas de neblinas, das suas florestas rumorosas. Teve para com ela todas as afeições de um filho carinhoso: guardou sempre, no coração, mesmo ausente, a lembrança da casa paterna e, nas pupilas marejadas, as linhas e as cores das paisagens do seu torrão nativo. Mesmo no apogeu da glória, entre os aplausos da admiração nacional – notai bem – nunca deixou de recordar-se do seu pequenino rincão do Palmital, nunca deixou de orgulhar-se dela, a pequenina e formosa Terra Saquaremense.

Sem dúvida, sobravam-lhe razões para assim querê-la: além do berço, ela lhe dera o que poderíamos chamar a subconsciência artística, a base emotiva à sua arte perfeita. Mais: dera-lhe ainda –, ora direta, ora indiretamente –, o principal, o mais precioso daquilo que Machado de Assis chamou "a matéria dos versos". Porque é daí, por certo, deste foco obscuro e invisível, que deriva toda a sua arte clara e pura como daquele imperceptível "fio de água viva", de um dos seus poemetos,

> a gotear de *lizins* de esconsa pedra,

derivam as torrentes escachoantes, que alagam e fertilizam as planícies.

Este caráter regionalista da inspiração do grande poeta não lhe tira à obra a condição de universidade. Regional nos seus motivos, ela é universal no seu sentido.

Na realidade, toda obra d'arte é local, episódica, pessoal na sua gênese. O artista é que, depois –, pela imaginação e pela abstração –, eleva os acidentes à categoria do geral, erige os aspectos particulares em símbolos, fá-los subirem do local, do episódico, do concreto ao nacional, ao abstrato, ao impessoal; passa, em sua suma, como diria Platão, de contemplação das cousas belas à contemplação da própria Beleza. E assim, a sua elaboração adquire este toque de universalidade, que caracteriza as criações do gênio.

É o que acontece com a obra de Alberto de Oliveira. Dela se pode dizer, à maneira dos doutores medievais, que toda a nossa natureza está contida em qualquer dos seus sonetos ou no menor dos seus poemas. *Tota in minimis existit natura.*

XI

Neste ponto é que começo bem a compreender a significação do vosso gesto, dando-me a honra, que nunca poderei agradecer devidamente, de suceder a este poeta, tão profundamente tomado da paixão da sua terra natal. Sim: era preciso que aqui estivesse alguém também formado sob aqueles mesmos climas doces e amáveis, alguém também vindo dali, trazendo dentro da alma, como ele trazia, a imagem sonora e deslumbrante dos seus oceanos, das suas montanhas, das suas florestas e dos seus céus resplandecentes. Era desejo seu, bem o sabíeis, de ver-me aqui, sob esta cúpula, trazido pela sua mão amiga para a glória da vossa companhia. Este desejo benévolo não o pôde ele realizar em vida; mas, o vosso carinho militante para com a sua memória e a extrema indulgência vossa para comigo permitiram que se realizasse nesta hora em que me dais a oportunidade, tão grata ao meu coração e ao meu espírito, de dizer estas palavras em louvor do grande poeta, príncipe das nossas letras e meu conterrâneo glorioso. Só assim, senhores acadêmicos, consigo justificar a distinção da vossa escolha e a minha presença entre vós. Tamanha a desproporção entre a minha pequenez e a grandeza do meu antecessor. Tamanha a distância entre a minha obscuridade e a sua glória radiante.

Realmente, quando o estudo na sua vida e na sua obra, Alberto de Oliveira dá-me a impressão de um predileto da Fortuna, de um querido dos Deuses, escolhido para uma missão de beleza. Fê-lo o destino nascer numa terra encantadora pela amenidade do seu natural, cheia de claridade e de harmonia. Fê-lo criar-se e educar-se no seio de uma sociedade saturada de civilização, preexcelente pelo seu equilíbrio, pela sua moderação, pelo seu gosto artístico, pelo polimento da sua cultura. Deu-lhe, além disto, um tipo hígido e belo, uma pupila sedenta de luz e colorido, uma índole feita de delicadeza e de bondade. Dotou-o, por fim, do mais precioso dos dons: uma sensibilidade, não apenas de poeta, mas também de artista, uma estesia subtil, o horror a tudo o que excede o cânon grego – da graça, da medida, do ritmo. E tão compenetrado da sua arte, que horas antes de morrer, recitava, em surdina, nos anseios da pré-agonia, estrofes de Camões... Dele bem se poderia dizer, assim, que os fados o quiserem tanto que a sua morte, à maneira da de Sófocles, foi como que a última vibração de uma lira que se partiu...

Cantor da natureza brasileira, o maior de que se honra a nossa história literária, ele soube exaltar, no seu plectro de ouro, tudo o que de mais belo e encantador existe nos céus, nos ares e na superfície da nossa terra. Todos os seres pequeninos e alados da nossa fauna. Todas as espécies delicadas e graciosas da nossa flora. Todos os reflexos radiosos dos nossos céus meridionais.

Nenhum outro poeta, qual ele, nos fez compreender e sentir mais viva e intensamente a múltipla e variegada beleza da nossa terra. Com estas tribos bárbaras, que, segundo os antigos, habitavam junto das cataratas do Nilo e, ensurdecidas pelo seu fragor permanente, não mais lhe ouviam os ruídos; assim também nós, envolvidos pelo constante esplendor da nossa natureza, vivíamos como cegos e inconscientes aos seus encantos. Dar-nos esta consciência – eis a missão do grande poeta. Não é certo que todos os nossos aspectos e paisagens passaram a ter, depois dele, aos nossos olhos descuidados outra sedução, outro amavio, outra significação, em suma? Para celebrar-lhe a morte, bastaria recordar aqui as estrofes sonoras dos *Sonetos* e *Poemas:*

– Astros, sol, amplidão, esferas de ouro, céus,
Nuvens, sopros de mar e pássaros da aurora:
A grande árvore cai! Mandai-lhe em pranto agora

O vosso último adeus!
Cosei-lhe em flor e em luz esplêndida mortalha,
Florestas tropicais!

Talhados no bronze da mais pura e clássica linguagem, os seus poemas hão de ficar entre os mais perfeitos padrões da formosura do nosso idioma e da capacidade artística da nossa gente. Sobre eles poderemos repetir aquela predição de Lugones sobre a obra de Sarmiento: – *Todo acaba en tumba sobre la tierra, menos la palabra hermosa*.

Realmente, é este o destino que está reservado à obra do grande poeta fluminense. Pelos seus nobres atributos de inspiração e sensibilidade, pelas suas altas qualidades de medida e de harmonia, pelas suas raras virtudes de timbre, de sonoridade, de ritmo, ela sobreviverá, certamente, pelos tempos em fora. Entre tantos e tão puros predicados, que a enobrecem e singularizam em nossas letras, dois deles, por si sós, serão bastantes para lhe assegurar a imortalidade – porque nunca passarão: a paisagem e a língua, a língua do nosso povo e a paisagem da nossa terra, uma e outra refletindo-se na limpidez do cristal das suas estrofes, uma e outra aí vivas e eternas na glória da sua beleza imperecível.

II

RESPOSTA DO SR. AFONSO DE E. TAUNAY

Com larga e quase inexplicável demora, ocorreu a vossa incorporação à Academia Brasileira.

Devia datar de já longínquo dia se o extremo escrúpulo em avaliar o mérito próprio não vos houvesse embargado uma decisão contra a qual largamente relutastes.

E se acaso a ela acedestes foi por não conseguirdes resistir à pressão da instância de vossos eleitores numerosos, daqueles que, com a maior atenção, auscultavam os reclamos da opinião pública nacional.

Não compreendia esta porque não pertencíeis à nossa Companhia. E, a cada passo, alto frisava que a vossa eleição devia contar-se do milésimo, já afastado, fixador da aparição das *Populações Meridionais do Brasil*.

E, com efeito, desde muito este livro formoso vos elegera membro tácito de nosso Cenáculo, num primeiro escrutínio indiscutível e indiscutido. Outros sucessivamente ocorreram a reforçar esta escolha preliminar, à medida que se publicava vossa obra.

Permanecíeis, no entanto, inerte ante as instigações do eleitorado simbólico nacional e ao chamamento reiterado de muitos dos vossos colegas atuais.

Assim procedendo, grande prova de apreço dáveis à elevação da investidura que vos queríamos conferir e afinal viestes a pleitear.

A vossa atitude, a absoluta elevação do vosso *fair play* de candidato foram as que só podiam ser, trazendo-nos o redobramento do apreço votado ao escritor e ao cavalheiro.

Desde longos anos contáveis o mais fervente aclamador de vossa candidatura na pessoa deste mesmo e grande espírito de quem fostes o sucessor.

Quanto queria Alberto de Oliveira ver-vos aqui! Quanta vez não me disse: "Mas que faz Oliveira Viana que se não apresenta? Que fazem você e os demais amigos que não o arrancam de tão incompreensível inércia? Quanto a mim já desanimei de o procurar convencer."

Por último, pressentindo o fim próximo ainda me aludiu à sua substituição pelo seu conterrâneo Oliveira Viana.

Bom, querido, inesquecível Alberto! Quanto, com o seu desaparecimento diminuiu o cabedal de inteligência, bondade, cavalheirismo e finura de nossa Academia!

Com ele, perdeu o Brasil um de seus mais notáveis engenhos artísticos, dos mais completos dos seus estetas de todos os tempos. Vemo-nos nós, seus colegas, privados do convívio com a cordialidade feita homem, a gentileza e a benevolência, no que de mais completo podem vir a ser.

Com verdadeiro aperto de coração sempre evocaremos o poeta-príncipe, companheiro e amigo.

E de quem magnificamente acabais de dizer.

Outra e nobilíssima figura, também, a de um de vossos mais ardentes eleitores eventuais, dentro em breve, o seguiria no túmulo, trazendo sua ausência à Academia, e à Nação, a mais considerável perda. A desse jovem escritor, tão cheio de talento e coração, franzino de corpo e robusto de fé e estoicismo católicos, cuja morte tanto nos enlutou, deixando-nos impagável saudade.

Era sua poesia grácil, delicada, amorável como o feitio de sua alma mimosíssima. E, no entanto, ao mesmo tempo, com rara e subtil arte, sabia fazer falar os homens de ferro, os rudes calções de couro da Descoberta e do Desbravamento.

Entre nós escolhera o Altíssimo esse bom para que a outro bom acompanhasse. E assim Paulo Setúbal seguira a Alberto de Oliveira.

Tão moço, tão talentoso e tão bom! Tão cheio de afetividade e alheio a qualquer inveja! Tão reto e tão amigo!

Três anos decorreram desde que deixou de existir para que o cabedal da inteligência e da nobreza de nossa gente viesse a diminuir e aqueles que de perto o conheceram cada vez mais sintam a mágoa da irreparável ausência desse amigo encantador.

Aquele homem tão brando, tão delicado, tão extraordinariamente afetivo não conheceu um instante de desfalecimento ante a irredutibilidade do Destino que o arrebatava à vida de que tanto se enamorava, cortando-lhe a estrada da mocidade e diminuindo-lhe os troféus de uma carreira cada vez mais cheia de justa glória.

Criara o mais formoso lar, onde vivia em contínuo contentamento da retribuição da amizade. E à mente lhe afagavam os projetos de oferecer aos compatriotas, e ao mundo que principiara a lhe traduzir a obra, a continuação daqueles volumes celebradores da nossa epopéia da Descoberta e do Desbravamento, livros rapidamente espalhados pelo país todo a darem ao nome de seu autor tão alta e merecida projeção.

Outros, porém, eram os desígnios divinos em relação à sua alma formosa...

E assim, Sr. Oliveira Viana, não pudestes receber o sufrágio nobilíssimo de Paulo Setúbal, cujo perfil magnificamente aqui nos traçou Cassiano Ricardo, numa evocação recente tão comovida quanto exata.

Pouco antes de seu traspasse, perguntou-me qual seria o dia certo de vossa eleição.

Queria mandar-vos as suas cédulas. Haveríeis de ser o seu próprio portador.

– Terá Oliveira Viana os meus últimos votos acadêmicos – enunciou-me com a coragem serena enfrentadora dos pressentimentos presságios que jamais o abateram.

– Então vai a nossa querida "palmeira hierática" (assim sempre se referia a Alberto de Oliveira) ter como substituto o seu grande patrício?" escrevia-me dias antes de desaparecer. "Nada mais bem pensado!"

Perdestes este eleitor do mais alto realce: tivestes a mágoa que também foi a minha quando a morte me subtraiu um voto da maior qualidade, o do nobre Amadeu Amaral.

Quanta reminiscência, indelével e suave a todos nós fica, do convívio com a "palmeira hierática" de Paulo Setúbal.

Sempre que me dispunha a vir ao Rio de Janeiro uma das mais agradáveis perspectivas que se me atulhavam era a da companhia de Alberto de Oliveira. Quantas horas agradáveis me proporcionaram os encontros com o Poeta!

Ouvia-o recitar os versos magníficos, que são os seus, com a arte perfeita que era a sua. Quantas vezes lhe pedi que me dissesse alguns de seus sonetos, desses cujos alexandrinos e decassílabos valem por poemas, ou aquela celebração grandíloqua da glória do Paraíba, ouvida com comoção tanto maior quanto me evocava a majestade do caudal de minha gente e de minha infância.

Com que perfeição cantava *Os Lusíadas?* E como conhecia o Poema!

Freqüentemente, a desafiar-lhe a firmeza das reminiscências lhe dava eu uma deixa e ele prosseguia, longa, longamente, com a dicção que soubera sempre aprimorar, a pontuar-lhe o transfiguramento das nobres feições.

Certo dia dispus-me a visitá-lo em seu hotel.

Resolvi-me anunciar-me camoniamente a ver como me responderia.

Assim lhe bati à porta pela manhãzinha.

Respondeu ao chamado a perguntar:

– Quem é este amigo e visitante matinal?

Retruquei-lhe:

– *Entrava neste tempo o eterno lume*
No animal Nemeio truculento...

E, imediatamente, a voz ampla, profunda do Poeta contestou-me:

– *E o Mundo que com o tempo se consume*
Na sexta idade andava enfermo e lento.

– Muito bem, ajuntou, é isto mesmo! A citação é a mais adequada, pois estamos em princípios de Junho. Mas quem é este camoniano madrugador que me quer tirar do leito?

– Não deixarei o incógnito em quanto Vossa Alteza não concluir a estrofe, anunciei-lhe. Sabê-la-á completa? Tendo minhas dúvidas...

E Alberto recomeçou, magnífico de entono:

Nela vê como tinha por costume
Cursos do Sol quatorze vezes cento
Com mais noventa e sete em que corria
Quando no Mar a armada se estendia.

– Bem! está satisfeito? Entre agora, camoniano amigo, que desejo saber quem seja!

Deliciosa manhã aquela!

– Quanto sinto, observei-lhe, que o meu Príncipe não se haja algum dia medido com um contendor de sua craveira, querido e inesquecível amigo, Dr. José Batista Pereira, homem de raros dotes intelectuais e ilustração notável, que deste mundo se foi sem jamais querer documentar o que valia, tais a modéstia, o desprendimento, o horror à vaidade que o dominavam. Sabia *Os Lusíadas* de extremo a extremo. E deles era o mais brilhante exegeta. Seria, meu querido Príncipe, um prélio de gigantes! Dois esgrimistas temíveis, dignos um do outro! Bussy a desafiar Jarnac!

Passou Alberto a tratar da exegese camoniana e discorreu maravilhosamente. Com sumo prazer expôs-me uma descoberta de sua lavra, de que tirava legítima ufania: a interpretação encontrada para o nebuloso e célebre:

– Se vós, em vossa árvore fecunda,
Peras piramidais, viver quiserdes,
Entregai-vos ao dano que c'os bicos
Em vós fazem os pássaros inicos.

Infelizmente não me recordo qual era exatamente esta solução. Lembro-me porém de que me contou devê-la a mero acaso: à conversa aci-

dental com um hortelão de sua casa, que lhe relatou os processos pelos quais em sua aldeia beirã, costumavam os fruticultores resguardar as peras dos assaltos dos bicos dos "pássaros inicos".

Certa manhã li nos jornais que Alberto chegara a São Paulo. Por seu grande e ilustre amigo Roberto Moreira, obtive-lhe o endereço. Telefonei-lhe logo, interpelando-o:

– Então, meu Príncipe, como lhe correu a viagem?

Prazenteiro, respondeu -me:

– Muito bem, vassalo, reverente e solícito para com o seu suzerano! Prossiga sempre assim!

Fomos visitar Amadeu Amara! Achava-se muito gravemente enfermo, a lutar contra a infecção tífica que, dentro em poucos dias, o prostraria.

Fizeram-nos entrar no quarto do nobre enfermo, já quase moribundo e ficamos sumamente conturbados ao vê-lo desfeito, devorado pela terrível pirexia.

Depois de o fitar, meiga e longamente, como a recuperar o sangue frio, perguntou-lhe Alberto de Oliveira:

– Então como vai esse grande coração?

Centestou-lhe Amadeu com um fio de voz. E obediente àquela impecável distinção, essencial em seu efeito esquivo, cheio de verdadeiro aborrecimento a tudo quanto se prendesse a assuntos pessoais, deslocou a resposta do terreno em que o interlocutor a quisera colocar.

– Por enquanto vai resistindo, mas à custa de muito óleo canforado. Vamos a ver dentro de quarenta e oito horas, o que será, quando ocorrer a nova crise!

Consternados, deixamos o quarto do pobre e admirado amigo. Tinha Alberto os olhos empanados pela comoção. Quando nos despedimos dos desoladíssimos esposa e filhos do belo poeta que, ao mesmo tempo, era um prosador esplêndido, observou-me:

– Que delicadeza a dos sentimentos deste homem! Está morrendo e constrangem-no os elogios singelos de que, como ninguém mais, é merecedor. Com que elegância soube ladear a minha pergunta! Pobrezinho.! Tão bom, tão cheio de talento e de caráter!

Pouco depois desaparecia Amadeu Amaral, homem que à maior elegância de atitudes sabia apor um conjunto de altíssimos dotes de espírito e cultura.

Sob a frieza aparente de um *air distant* abroquelava a timidez e a modéstia. Nobre Amadeu Amaral!

Outros assuntos, de longas conversas, não menos saudosas, mantidas com Alberto de Oliveira eram os que versavam a nossa bibliografia e a lusitana. Como ele as conhecia! Como era elevada a sua bibliofilia, requintada a sua ciência dos livros velhos e raros!

Daí lhe proviera a grande e rica biblioteca que a Academia deveu à sua munificência.

A exegese monumental de Félix Pacheco nas *Duas Charadas Bibliográficas* causou-lhe o mais vivo interesse. Acompanhou-lhe com entusiasmo as sábias deduções e conclusões, apreciando o vulto dos informes, variados quanto possível e acumulados pelo nosso inesquecível colega e amigo, historiador argutíssimo dos primórdios da imprensa no Brasil.

Aplaudiu, do modo mais caloroso, ao tentame realizado com tamanha finura, consciência e segura erudição. E uma das últimas demonstrações da altitude de um espírito poderoso sempre voltado para o Belo, generoso instigador de empresas de que resultasse qualquer vantagem para a maior glória das nossas letras.

Ao vosso ilustre conterrâneo prestastes, Sr. Oliveira Viana, a mais alta homenagem porque dele jamais se poderá dizer coisa mais sincera e mais repassada de comovente verdade.

E se vossa palavra se revestiu dos traços inapagáveis da exação é que nasceu da meditação profunda do feitio de vosso biografado e das características de sua obra a que se seguiu a escrupulosa pesagem dos conceitos e dos vocábulos.

Falastes instigado por dois sentimentos admiravelmente entrosados, o cuidado da observação e o respeito ao que é verdadeiro.

Deram-vos os vossos estudos sociológicos admirável ponto de partida: a evocação do velho e típico lar brasileiro dos pais do Poeta, lar de costumes puros e vida singela, vivendo sob os ditames da austeridade do *pater familias* e o influxo imperioso dos sentimentos da solidariedade parental.

Lar, ao mesmo tempo empolgado por verdadeiro deslumbramento pelas cousas da inteligência e o cultivo das letras, raro ainda entre o comum dos brasileiros, naqueles anos de meados da era oitocentista, em que o cantor das *Meditações* veio ao mundo. Benemérito patriarcalismo devotado ao culto do Belo sob suas mais elevadas formas...

Com que felicidade nos descrevestes a vida desse homem cheio de dignidade natural, zelosíssimo da elevação de sua Arte, alheio à vanglória e ao esplendor das carreiras ruidosas, esquivo a falar de si e de sua obra, e acima de tudo cordial como raros, cheio das mesmas atenções para com os poderosos e para com os muito modestos, dominado pelo gosto da vida tranqüila e lareira.

Não que fosse destes sequazes híspidos e melancólicos da *beata solitudo sola beatitudo!* Impunha-lhe o coração a prática de contínua comunicatividade e o constante intercâmbio das demonstrações afetivas.

Se para todo o mundo vinha a ser a encarnação da cordialidade, suas efusões atingiam extraordinária elevação quando tinham por objeto não só os do lar que fundara como os queridos irmãos. Imperava em sua larga irmandade tão exemplar liga, que todos a apontavam como digna da maior imitação.

Aquelas sete irmãs e aqueles nove irmãos constituíam verdadeiro paradigma da filadelfia no que de mais alto pode apresentar.

Como é perfeitamente observado o que dissestes frisando quanto sempre se norteou Alberto de Oliveira pelo comedimento e descrição das atitudes, alheias a qualquer deslumbramento por mais que este se justificasse.

Viu-se, de momento para outro, rico e do modo mais legítimo. Foralhe a fortuna oferecida, ao aliar-se a alguém que por ele professava a mais viva admiração. Nobre e formosa pessoa com quem iria viver na mais perfeita harmonia, pai extremosíssimo, além de tudo, da filha de sua esposa, com quem repartia a ternura consagrada ao próprio filho...

Continuou a ser exatamente o que fora e continuava a ser, sem o menor vislumbre deste arrebatamento que, excepcionalmente, deixa de apossar-se daqueles a quem a Fortuna súbito bafeja.

Homem de movimentos graves, sóbrios, compassados, tudo era natural em suas maneiras cheias de decoro. Nada mais exato quanto a vossa referência ao apuro com que timbrava em apresentar-se em público, avantajando a

impressão causada pela imponência e aprumo da estatura, o nobre repouso dos traços fisionômicos, impregnados de doçura e comunicatividade.

Impecável no apuro da toalete pública conservava o mesmo requinte na maior intimidade. Jamais ninguém o surpreenderia desalinhado e deselegante. E parafraseando famosa anedota romana de origem gastronômica, pode-se dizer que já ao saltar do leito Alberto de Oliveira visitava a Alberto de Oliveira.

Vivendo com a mais constante moderação, cheio de saúde física e moral, indiferente à ambição, evitou-lhe o sólido bom senso muito dissabor e muita desilusão.

Não que lhe corresse a vida sempre naquela branca nuvem dos famosos versos de um seu grande comprovinciano. E nem que se abroquelasse em irredutível egoísmo.

Assim, posso referir quanto já no declinar dos anos, o vi amargurado por enormes mágoas, a da perda da amada esposa após longa e cruciante enfermidade, a da separação e, algum tempo mais tarde, a da morte da querida enteada, dele afastada pela rigidez inflexível da regra das filhas de Santa Teresa Magna.

Profundo equilíbrio do critério fazia-o enxergar como um breviário do bom senso as condições de vida do *sage*.

Grandes forças íntimas lhe impunham tal superioridade. A paciência, a equanimidade nele se casavam a dons dos mais altos traços que ao mesmo tempo pertencem à série dos mais preciosos dons do caráter; a ausência absoluta da inveja e o alheamento completo à malevolência, companheira inseparável daquele sentimento vil, torturador por excelência dos míseros a quem domina e jamais abandona.

Daí lhe decorria a sinceridade e a justeza do comentário sobre poetas, seus contemporâneos e rivais perante o favor público.

Quão longe se achava de um confrade, aliás, ilustre, de quem alguém dizia: "Elogiar a Camões em presença de F... é, no mínimo, alfinetar o nosso poeta." Exprimia Alberto, a cada passo, os aplausos, por vezes veementes, pela obra de muitos poetas de seu tempo. E mais do que isto documentava tal apreço pela recitação dos versos de seus êmulos que a memória prodigiosa lhe sugeria abundantes.

Concedera o Destino a esse seu filho dileto outro e inestimável dom: fazia a Arte para si muito mais do que para os outros.

Podia proclamar como o personagem máximo do teatro rostandiano:

... lorsque j'ai fait un vers et que je l'aime
Je me le paye en me le chantant à moi même!

Apaixonadamente aprimorou aquela forma de que era o adorador, e esta paixão, como tão bem frizastes, corria-lhe de par com o culto dessa língua a que sua poesia tanto também engrandeceu.

Nada mais exato do que a vossa observação: não transigiu Alberto nem seguiu correntes. Foi sempre o mesmo durante quase o meio século decorrido das *Canções Românticas* ao *Ramo de Árvore*.

Nascido parnasiano manteve-se parnasiano, acabou parnasiano...

Professando verdadeiro horror a quanto fosse feio, vulgar, grosseiro, disforme ou monstruoso, com o maior propósito o lembrastes, soube no entanto magistralmente, pintar-nos a convulsão dos elementos, a fazer-nos ouvir as grandes vozes da Natureza e da Criação.

Invencível, invariável atração o arrastava para o gracioso, colorido, delicado, subtil ou casto.

Ao mesmo tempo que sabia traduzir os irados clamores da tempestade e da arrebentação era-lhe contudo – exímio miniaturista – muito mais cara a suave evocação do marulho do que a do estrepitoso escachar das águas enfurecidas.

Alma de aristocrata, dele dizeis que o pendor pelo refino o levou a eliminar de sua poesia o plebeísmo, as paixões inferiores e as mulheres impuras cujo convívio lhe feria a sensibilidade voltada para a arte honesta e equilibrada.

Atribuís este feitio a um fator mesológico, o meio histórico, o clima social, da velha província fluminense constituidor do grupo mais polido e mais policiado do Brasil, e do qual apontais dois expoentes realmente admiráveis: Caxias e Francisco Otaviano, o condestável do Brasil, o pacificador e unificador genial de bom senso, e o político e parlamentar, o diplomata de gosto ático, cuja prosa e cuja poesia decorrem do talento e da harmonia.

E, com efeito, nascido e crescido nos anos do esplendor fluminense, na era apogeica dos barões do café e das grandes justas parlamentares imperiais recebeu Alberto de Oliveira as primeiras impressões do mundo exterior, sob a forma dos ecos procedentes do viver de uma sociedade harmoniosamente estabilizada sob o influxo de protótipos perfeitamente nítidos, como um Rio Branco e um Cotegipe; um Osório e um Tamandaré, um Mauá e um Otoni, um José de Alencar e um Gonçalves Dias, um Carlos Gomes e um Pedro Américo.

Na sua "escolinha de tico-tico", em Saquerama, de 1870, um professor havia que ensinava a criançada a admirar *Os Lusíadas* e a antiguidade grega: Era o modesto *magister* verdadeiro índice de uma fase gloriosa da vida da Província, a cuja presidência se chamava oitava pasta, aquela em que, de Resende a Campos, de Parati e Angra a Macaé e São João da Barra, de Vassouras e Valença a Cantagalo e São Fidelis vicejava uma imprensa cujas páginas abrigavam as produções de muitas das futuras notabilidades maiores de nossas letras.

Daí a alta reputação cultural da gente fluminense, espalhada por todo o Brasil, a servir de exemplo às demais regiões do país.

Vossas referências ao apuro da vernaculidade do poeta, em contínuo aprimoramento, pela exploração dos tesouros vocabulares do nosso português, são igualmente as mais exatas.

Não que fosse apaixonado das vozes e moldes arcaicos. Com delicada intuição sabia escolher, nos vocábulos e nas construções, o que forma o substrato do idioma, dando-lhe imprevistos e adequados adminículos de sabor brasileiro procedentes da língua da nossa gente, cheia de milheiros de termos cisatlânticos, vivazes e formosos.

Na pureza do Parnasianismo a lâmpada velada do temperamento amortecia-lhe as expansões da visualidade violentamente sentimentais. Na penumbra assim criada lobriga o leitor de sua poesia, realmente mais do que vê. E isto constitui o signo impagável do recato da arte do poeta.

Diminuto sentimento religioso o do cantor dos *Sonetos e Poemas,* perfeitamente frisado o deixastes. Seu misticismo não tinha asas, afirmastes. Prefereria eu dizer que se apresenta inexistente, engolfado num como que panteísmo.

Em torno do seu berço à ourela atlântica o vento e o mar murmuravam as orações que Antero de Quental afirma serem as grandes insinuadoras da poesia das cousas. Mas não lhe infundiram os toques da ascese cristã e sim os da adoração da Natureza.

Parnasiano integral era naturalíssimo que a influência dos grandes mestres franceses, chefes de sua escola, o levasse à apresentação de temas exóticos. Mas deles, com o correr dos anos, retrocederia como com tamanha finura apontastes.

Voltou à paisagem brasileira, dominado pela insopitável reação da naturalidade conculcada.

Assim, ao grande camoniano norteou a evocação da ditosa terra natal bem amada, onde a luz do dia se lhe extinguiu extasiado na contemplação da paisagem guanabarina, expressão máxima da suntuosidade fluminense. Assim da vida se despediu com a serenidade dos bons e dos que pelo Mundo passam embevecidos pelo Ideal. Cabal desempenho dera à missão de beleza, que a Fortuna lhe determinara e à qual tão perfeitamente soubera cumprir pela adoração da forma e a magnificência do verso.

Por um requinte de espírito resolvestes, Sr. Oliveira Viana, consagrar o vosso discurso integral de recipiendário ao exame do perfil e da obra de Alberto de Oliveira.

E com a franqueza de nossa velha amizade veemente insististes, uma e muitas vezes, para que a minha contestação se cingisse aos mesmos delineamentos e propósitos.

Assim se completaria, dizíeis-me, a homenagem ao vosso ilustre e admirado conterrâneo e antecessor.

Não me seria porém possível atender a este reclamo, nascido de excessiva antinomia entre o amor à penumbra de um escritor e a valia de sua obra.

Além de infrator dos cânones acadêmicos ainda sentiria duramente conculcados os sentimentos de elementar justiça coartados na expansão do apreço por uma obra que tanto avulta em nossa bibliografia.

Assim me permitireis que dela diga com a mesma sinceridade de vossa análise da personalidade literária de vosso glorioso antecessor.

À fímbria oceânica nascestes, Sr. Oliveira Viana, como o vosso preclaro antecessor. Para a vida despertastes naquela mesma Saquarema, berço do poeta glorioso.

A majestade do panorama atlântico, contemplado do adro da pequenina matriz de vosso pequenino burgo, grande e estranha eloqüência infundiu ao estro de vosso patrício príncipe do verso.

Contaram-lhe as vozes do mar muitas daquelas histórias, épicas e lúgubres, que Victor Hugo afirma partirem das marés enchentes crepusculares, para a maior angústia das mães e das esposas dos marujos e de seus capitães. Encheram-lhe a poesia da altiloqüência que a caracteriza.

Se em vós não provocaram o despertar da rima e da cadência, trouxeram a elegância da frase e a limpidez do estilo. Fizeram-vos artista da prosa como a Alberto de Oliveira haviam conferido a arte do verso no esplendor do Parnasianismo.

Deram-vos a harmonia, a clareza e o equilíbrio. E consagraram-vos escritor desde os dias em que o nosso público conheceu as páginas das *Populações Meridionais do Brasil.*

Era legítima novidade em nossas letras um ensaio destes, e de tal tomo, envolvendo uma série de questões sociológicas, etnográficas, históricas a cada passo correlatas e intimamente entrelaçadas. Era um livro de mestre e provocou uma estréia de mestre saudada, de Norte a Sul, por um coro de arroubados aplausos.

Para ela me chamou Capistrano de Abreu a atenção, com positivos gabos, embora se sentisse algo desapontado, porque não havíeis, a seu ver, assaz aprofundado certos aspetos de nossa formação, por ele acentuados nesses magníficos *Capítulos da História Colonial,* básicos em nossas letras históricas.

Era a queixa decorrente do apreço em que tinha a vossa obra, e lembro-me que me apressei em transmitir-vos a reclamação do possuidor *nec pluribus impar* da ciência de nossos fastos. Mal nos conhecíamos ainda e esta apresentação das reclamações de Capistrano proporcionou-me o ensejo de verificar a equanimidade de vosso espírito aberto às sugestões leais.

Assim vos comuniquei uns poucos dos reparos do mestre, reparos a que atendestes, com a maior atenção, ao fazerdes a segunda tiragem da obra.

Mais delicada homenagem seria impossível à autoridade do historiador, aliás, tão bem intencionado sempre, em prol da cultura de sua terra.

Notável prioridade conquistastes, em nossas letras, Sr. Oliveira Viana, com o feito destes estudos sociológicos, tanto avultados no decurso dos últimos anos.

Uma ou outra tentativa já surgira em nossa bibliografia, mas dentro de menores moldes. Nunca, de longe em obra do tomo das *Populações Meridionais do Brasil,* livro de sociologia aplicada à história com o intuito de definir as características de psicologia política e social dos nossos grupos centro-meridionais.

Reveláveis ao nosso público novo aspeto do avanço das ciências subsidiárias da História, as da natureza e as da sociedade postas ao serviço da exegese documentária.

Havíeis-vos valido dos ensinamentos dessas grandes diferenciadoras da cultura moderna, da antropogeografia, fundada pelo grande Ratzel, da antropossociologia em cujos anais primevos figuram homens do relevo do de Gobineau e de Lapouge, da psicofisiologia, seara de grandes espíritos como Gustavo Le bon e William James, Sighele, Tarde, Ribot.

Havieis-vos abeberado das lições de discípulos e continuadores eminentes da craveira de Le Play e de Tourville, cujos métodos trouxeram à análise histórica perfeito rigor e meridiana claridade.

Aplicáveis estes processos contemporâneos à interpretação de nossos fenômenos sociológicos e ao estudo de nossa formação nacional.

E esta tentativa, encetada em 1918, vos levou a uma impressão inicial cheia de exação: "Ainda somos um dos povos que menos se estudam a si mesmos: quase tudo ignoramos em relação à nossa terra, à nossa raça, às nossas regiões, às nossas tradições, à nossa vida, enfim, como agregado humano independente."

Hoje, passados mais de vinte anos, não escreveríeis tão peremptórios conceitos, homem da sinceridade que sois.

Bem saberíeis quanto já não seriam mais tão exatos. E realmente, que progresso imenso realizado, em tal sentido, sobretudo nos três últimos lustros!

Verdadeira legião de pesquisadores bravamente se atirou ao estudo de nossos problemas sociais, perscrutando-lhes os aspectos mais variados. Daí

uma série de monografias de cujo conjunto sobressaem vários números da mais real valia.

Coube-vos a glória de encabeçar este movimento de tão alta importância cultural e patriótica. Sobre a história da formação brasileira, ainda tão pouco observada em sua trama intima, traçastes uma obra de alicerce, concebida, executada sob o influxo rigoroso do preceito montaigneano relativo aos livros ditados pela boa fé.

Fizestes-vos valer, larga e judiciosamente, dos depoimentos singelos e, até então, quase sempre desaproveitados dos nossos velhos cronistas. Provastes a valia de tal contribuição, revelando a importância dos tesouros que em suas páginas se encerram. Ao mesmo tempo recorrestes à outra fonte ainda também, até então, fraca, abastecedora dos nossos observadores: a dos viajantes estrangeiros.

Não vistes, por exemplo, nas frases gravibundas e clangorosas do autor da *Nobiliarquia Paulistana,* aquele feitio tedioso, e para muitos insuportável que tantos críticos superficiais e ininteligentes verberam.

E ainda menos a mediocridade do catálogo de linhagens que outros exclusivamente lhe atribuem. Compreendestes quanto são verdadeiro escrínio de riquíssima documentação humana. E com suma habilidade fizestes ressaltar estes achados tipicamente demonstrativos do espírito de nossas velhas eras assinalando-lhes a importância fora do comum.

Escrevendo em 1918, mais não poderíeis ter feito. O material documental de que podíeis lançar mão era incomparavelmente menor do que seria dez anos mais tarde, imensamente inferior ao que hoje existe. Não tínheis ao vosso alcance as grandes séries das esplêndidas publicações arquivais de que hoje disporíeis.

Antecederia o vosso ensaio – e de muito! – a diversas monografias especializadas sobre tantos assuntos do nosso passado e hoje às mãos de todos os leitores.

Grande e ilustre prioridade!

Censura que alguns vos fazem é a de haverdes acompanhado um pouco demais aos cronistas, autores inspirados mais pela tradição oral do que a lição dos arquivos.

Mas se tal houve, a influência exercida não foi, de todo, suficiente para falsear as linhas mestras da perspectiva magnífica de vosso largo panorama.

Fizestes ressaltar as características de nossa ruralização primitiva e os efeitos psicológicos da internação rural. Expusestes o alheamento da aristocracia do campo à alta administração da colônia, até a era de nossa autonomia. Documentando a preponderância do tipo rural, explicastes a mentalidade dos indivíduos mais representativos, influenciados no atavismo peninsular pelo meio americano. E apontastes as diferenciais mesológicas que se estabeleceram entre paulistas, mineiros e fluminenses.

Traçando a história do domínio rural, analisastes a dispersão dos paulistas, à luz daquilo que até então já se desvendara, o que vos levou a examinar a etnologia das mesnadas dos filhos da rude mata, cantados por Bilac, defendendo a tese da preponderância diretiva marcante do espírito ariano na formação brasileira.

Frisastes a importância do grande domínio fazendeiro e sua função simplificadora, criador de certo espírito de clã e da instituição de uma solidariedade social, mas sem feudalização.

Mostrastes quanto a insuficiência do aparelho da justiça colonial, atuando em terra tão vasta e tão deserta, auxiliaram a criação e o desenvolvimento desta mentalidade de capitão-mór, por toda a parte dominante no velho Brasil e continuada nos anos já próximos de nós, no espírito fazendeiral.

Em tamanha vastidão despovoada, impossível se tornaria o florescimento de instituições de solidariedade social. Daí a rudimentariedade do senso de cooperação organizada dos brasileiros entre quem, quiçá, apenas subsistia a demonstração primária do mutirão.

Surgiu, como a mais natural das conseqüências deste estado de coisas, a existência dos potentados freqüentemente convertidos nos "súditos régulos" contra quem as justiças régias tinham que proceder: mas ainda assim quando tal lhes era possível.

Homens irredutíveis, ciosos de intangíveis *hoc volo, sic jubeo,* potentados orgulhosos do número de seus arcos e das escopetas de seus servos, os dos dois gentios, o da terra e o de Guiné, da récua de seus agregados e encostados provocaram a formação inevitável desta capangagem senhorial resultante das condições da vida rural. Nela surgiram tipos de caudilho, sobretudo em

terras do planalto paulista, cujas condições geográficas, abaluartado pela Serra do Mar, tanto favoreciam a resistência ante as ameaças dos arremessos da contenção régia.

Daí a anarquia da guerra civil dos Pires e Camargos, tão pitoresca explosão medieval, em pleno século XVIII brasileiro; as insolências de potentados como Pedro de Camargo, adversário truculento das medidas financeiras do Governo Geral, como Bartolomeu Fernandes de Faria, inimigo do monopólio régio do sal, como os temíveis irmãos Leme, Sebastião Pinheiro Raposo, e tantos outros.

Enormes proporções toma a área da anarquia com a sua implantação nos territórios auríferos onde o régulo português Manuel Nunes Viana longamente mofa das ameaças dos delegados da Coroa.

Magnífica exposição nos dais deste alargamento da superfície da desordem geral, e da lenta reconquista do direito, com a organização, paulatina e segura, da ordem geral, desintegradora dos primitivos clãs rurais.

Alguns dos indomáveis régulos terminam os dias no cadafalso, como Antônio de Oliveira Leitão e João Lome; no calabouço, em vésperas do cepo, como o irredutível octogenário Bartolomeu Fernandes de Faria. Traspassam outros no horror das masmorras coloniais como Eusébio do Prado, ou nos encontros com as escoltas de extermínio como Lourenço Leme. Outros ainda se abroquelam na vastidão do infindável sertão, como o feroz *Cabecinha,* de São Francisco do Sul. Assim a autoridade régia se faz cada vez mais sentir nos núcleos de nossas populações em formação.

Destaque notável atribuístes ao papel do soberano e o mais exato. O prestígio da Coroa, força de sincretismo e unificação de nosso enorme mole territorial, penhor da conservação do patrimônio brasileiro, magistralmente ressalta de vossas páginas, a que epiloga a síntese do que foi a era vitoriana de Pedro II: "Meio século de paz, tranqüilidade e ordem, legalidade, justiça, moralidade", segundo vossa fórmula concisa e eloqüente.

Outro grande capítulo de vossa obra expõe as condições da pequena importância da função municipal num país onde o meio social, adverso à solidariedade privada, era logicamente contrário também à solidariedade pública de que a organização do município vem a ser elementar expressão.

Assim chegastes à conclusão de que as células primordiais da vida pública brasileira foram menos os municípios do que os clãs rurais.

Secção também notavelmente sutil *das Populações Meridionais* aquela em que analisais as modalidades de nossa evolução política.

Com verdadeiro regalo de espírito acompanha o leitor estas páginas tão bem pensadas.

Os capítulos finais das *Populações* são quiçá os mais ricos do livro pela clareza, a vivacidade e a independência da apresentação de assuntos nimiamente brasileiros e latino-americanos.

Os anos decorridos de 1918 para cá modificaram notavelmente as condições reinantes na época em que traçáveis estes comentários, quando apresentáveis o feitio dos movimentos coletivos nas regiões do centro, do sul do Brasil e nas do nordeste. Entre eles expusestes confronto sobremodo curioso, pela subtileza da observação relativa às diferenças essências entre as sociedades americanas e as européias, frisando, então, quanto às nações latino-americanas, ainda na fase da sedimentação, vêem-se a braços com os problemas da autoridade e da disciplina, da concentração e da unidade.

No Brasil tal estado de coisas se agravou com a singularidade da disposição geográfica, causadora de muitos dos maiores óbices administrativos nacionais e da heterogeneidade das nossas populações.

Se me fosse permitido sintetizar, diria que um dos contínuos, principais, extraordinários transtornos do Brasil anterior à máquina a vapor e ao telégrafo era ser ele muitíssimo mais em latitude do que em longitude.

A espalha longitudinal do nosso povoamento centro-meridional, provocada pelo ouro e o café, sobretudo, criou considerável massa cuja função foi verdadeiramente providencial, bem o frisais, pelo valor inestimável das virtudes pacíficas e ordeiras, das populações que tanto constituíram a força ponderadora de nossa vida política.

A apresentação dos motivos essenciais da energia inicial construtiva dos luso-brasileiros epilogam ao vosso livro numa série de palavras de orgulho do passado e confiança do porvir que todos nós, com verdadeiro conforto, leremos sempre.

Representa vossa *Evolução* do *Povo Brasileiro*, precioso volume datado de 1921 e até então livro de moldes novos entre nós, como ensaio de antropogeografia política, principalmente.

Nele estudais os fatores que presidiram e determinaram a nossa formação territorial, social, econômica, étnica e política.

Expondes o processo de conquista da terra, da expansão dos grupos colonizadores do infindável sertão, da marcha cessante para o longínquo e extra-tordesilhano Oeste, e falais-nos da colonização estrangeira oficial. Passais depois a examinar a formação racial brasileira, os elementos que a constituíram, o processo da sua evolução, o sentido, por fim, desta evolução, afirmando a vossa convicção de que a massa étnica brasileira tende a uma organização progressiva.

Por fim, analisais a evolução das instituições políticas e pondes em alto relevo aí a ação dos fatores geográficos sobre a estrutura e evolução das instituições, sustentando que a imensa dispersão da população pela enormidade do território fez com que o problema da organização política se postulasse nos termos de uma luta entre o Estado, tendendo a unificar e centralizar para formar a Nação, e os imperiosos fatores geográficos provocando a dispersão, a fragmentação, da superestrutura estatal.

Na luta, bem o frisais, está o Estado vencendo, impondo e construindo a unidade com o auxílio dos meios de circulação material e espiritual.

Com a obra tão bem pensada quão bem escrita, com o livro formoso do *Ocaso do Império,* alcançastes um dos vossos maiores e mais justos triunfos.

Equilibrada e imparcial análise, afastada do panegírico saudosista pelo exame das falhas e dos erros, ricamente documentados, constitui eloqüente libelo em favor de Pedro II.

Ditador da moralidade lhe chamou Oliveira Lima, a corroborar, numa frase solene, outra apreciação contemporânea não menos elevada, embora expressa de modo totalmente diverso: a de Martim Francisco III. Sempre pitoresco, em sua *vis caustica* tão original, ao segundo Bragança definiu o admirável sarcasta do *Rindo* e do *Recordando:* "Paradigma do perfeito funcionário público mereceu, com a maior justiça, os vencimentos percebidos que do modo mais sábio e desprendido, soube despender."

Desde muito me cabe a impressão de que a sorte, a vida do Império se prendiam, e do modo mais intimo, à saúde física e mental do monarca. O Império era o imperador e só o imperador.

Houvesse este sido outro e malograda se teria tornado a obra extraordinária dos regentes defensores da integridade da sua coroa de menino-rei. Um segundo 7 de Abril o destronaria alguns anos após a Maioridade, num movimento aliás provocador, mais que provável, do esfacelamento da unidade brasileira.

A princípio que podia fazer de individual o adolescente, cercado dos servidores ilustres e leais da Nação, trinta, quarenta, cinqüenta anos mais velhos do que ele e a quem devera o trono?

Houve-se com extraordinário tato com homens, por vezes de férrea imperiosidade e cheios de habilidade e traquejo políticos. Era que ao menino, dentro em breve moço e homem feito, assinalava a superioridade que sempre lhe acompanharia os anos da virilidade e da velhice: desconhecia a inveja.

E acima de tudo lhe pairava no espírito a preocupação constante do Brasil e a paixão de o bem servir.

Foram-lhe os anos arrebatando os velhos conselheiros, pondo-o em contato com os homens de sua geração. Mas já aí imenso lhe crescera o relevo da elevação da mentalidade, da largueza da cultura geral, serenidade e consciência no exercício das funções de chefe de estado, preocupação pelo bem público, desvelo pela retidão dos processos, administrativos. Notável prestígio lhe trazia, contemporaneamente, a austeridade que ao país poupou o flagelo das favoritas e o dos validos.

Mas, com os anos, o rigor da exigência do serviço público, e as ingentes preocupações de um qüinqüênio cruel declinaram as forças do grande príncipe, que logo à primeira impressão proclamou a magnitude do invento de Graham Bell atirado a um canto da Exposição Universal de Filadélfia, e foi o generoso contribuidor da primeira hora para os estudos de Pasteur.

A sua longa e grave crise de saúde, de 1886 a 1888, trouxe-o da Europa em estado de extraordinária depressão.

E o sistema monárquico, exótico em terras americanas, entrou em rápido declínio para soçobrar, no colapso fulminante de 15 de novembro.

Já em 1887 decaía a olhos vistos o prestígio da instituição. Raros, muito raros, acreditavam na possibilidade de longa vigência de um terceiro reinado.

De 1888 em diante, mau grado a nobreza extraordinária da figura da Princesa Imperial estava a República no ar, como, por exemplo, na Europa de 1914, a conflagração mundial.

Este término de uma época, vós no-la apresentastes, Sr. Oliveira Viana, com rara elevação, serenidade e singular fulgor de análise.

As consagrações imponentes do regresso das cinzas imperiais e do centenário natalício de 1825 prenunciam a altitude que as comemorações de dezembro de 1991 certamente alcançarão, em extraordinário surto de respeito e reconhecimento de uma Nação inteira.

As ocorrências de 5 de dezembro último, em Petrópolis, foram como que um intróito dessas cerimônias que em fins de nosso século antevejo notáveis.

Em eloqüentíssima oração, em solene apóstrofe proferida em frente do esquife imperial, e numa série dos mais nobres conceitos e de palavras de inexcedível justiça, exprimiu o Presidente Getúlio Vargas o seu acatamento ao vulto histórico do seu grande predecessor à testa dos destinos do Brasil.

Nobilíssima homenagem a de um sistema político a outro a que derribou, esta do presidente ao imperador! recordou então, com extraordinária felicidade e em formoso improviso, um homem de talento cujo nome nesta casa provoca sempre as manifestações da admiração e da saudade, o ilustre Embaixador da República Argentina, Dr. Octávio Amadeo.

Nos autos do julgamento histórico de Pedro II, Sr. Oliveira Viana, o mais assinalado lugar caberá às páginas do *Ocaso do Império,* como a um dos mais elevados comentários sobre a ascensão, a decadência e a ruína do regime monárquico brasileiro.

Com a maior imparcialidade estudastes os fatores desta profunda transformação nacional. Assim percucientemente analisastes os excessos da política partidarista extremada nas famosas *derrubadas*, a corrupção eleitoral, decorrente do célebre brocardo de que o grande e único crime era a perda dos pleitos, a vaniloqüência freqüentíssima dos debates parlamentares, levando à descrença, a ação do soberano, compensando tanto quanto possível os males do personalismo partidário, a ação exercida pela Abolição e a do partido

republicano em hábil e incansável propaganda, a questão militar permitindo a aliança entre os republicanos e os conservadores despeitados pela ascensão dos liberais, a ausência de herdeiros masculinos da coroa e, por fim, a grave enfermidade do monarca alheando-o quase completamente da superintendência dos negócios públicos.

A justiça que a Pedro II fazeis tanto mais significativa é quanto a ela ditou um espírito que não teve sua formação no Império e sim já na República vencedora das gravíssimas crises dos primeiros lustros.

Outras obras publicastes depois, de ciência política, ciência jurídica, antropologia étnica. Nas de doutrina política e constitucional, como o *Idealismo na Constituição*, expusestes o que ao vosso ver constituiu o erro dos legisladores políticos construindo um regime, ora inspirado no parlamentarismo inglês, como no Império, ora no federalismo americano, como na República.

Com o maior empenho vos batestes sempre no sentido de se organizar no Brasil sistema político constitucional de acordo puro e simples com a índole brasileira e suas características essenciais.

Em outras obras doutrinárias, como em *Pequenos Estudos* de *Psicologia Social* e *Problemas* de *Política Objetiva,* insististes neste propósito, batendo-vos por um ideal nacionalista, de fortalecimento do poder nacional e do sentimento unitário.

De toda a vossa obra transpira a veemência de vosso nacionalismo.

No mesmo sentido, vossa obra de jurista, como em *Problemas de Direito Corporativo,* versa as questões da organização do Estado e os novos problemas das suas relações com as massas e as classes sociais.

Sois o contínuo pregoeiro da necessidade do abandono das velhas fórmulas e postulados do regime individualista, de que o mundo está saindo.

Na digressão que operastes no campo da antropologia e da raciologia, em *Raça e Assimilação,* as mesmas preocupações se traem.

Os problemas raciais são aí colocados sobre as bases das novas doutrinas biológicas e étnicas em que a psicologia étnica se tornou um caso de biotipologia; aos problemas da miscigenação e da assimilação tratais à luz do critério moderno científico. Coube-vos então mais uma primazia: a de serdes o

iniciador do estudo científico dos fenômenos da assimilação das diversas etnias européias dos nossos núcleos coloniais do Sul.

Tendes, portanto, em vossa atividade de sociólogo e escritor, versado os domínios da história social, da história política, da geografia humana, da etnologia, da antropologia étnica, da doutrina do Estado e do direito público.

Honrando-me, há longos anos já, com a vossa amizade, mantenho-me sempre ao par de vossos trabalhos em elaboração e de vossos projetos de novas obras.

Assim bem sei que tendes em andamento, por vezes adiantado, estudos sobre história social, como o prosseguimento das *Populações Meridionais,* versando agora a observação dos Estados do Extremo Sul; de antropologia étnica e antropo-sociologia sobre a formação racial do Brasil, na série *O Ariano no Brasil,* de que só saiu até agora *Raça e Assimilação*, sobre direito constitucional, social e corporativo.

Espera, o nosso público, ansioso, que lhe deis, sobretudo, essa continuação das *Populações Meridionais,* desde alguns anos anunciada.

Bem conhecemos, porém, quanto acatais o sábio conselho do alexandrino célebre, francês, que tão lealmente aconselha aos sôfregos a adverti-los de quanto o tempo, cruel, inexoravelmente, se vinga daqueles que lhe desprezam a colaboração. Daí a demora no preparo desse complemento de um tentame magistralmente iniciado.

Nos intervalos desta composição, lenta mas firme, digressivamente aplicais a finura da análise e a segurança da síntese à ventilação de outros temas.

Muito longe me levaria, porém, o exame, limitado que fosse, desses livros probos e brilhantes de continua presença nas estantes dos cultores da sociologia, e dos amigos dos problemas nacionais.

O peso do encargo que assumistes com as funções de consultor do Ministério do Trabalho numa época, como a nossa, de ventilação de inúmeros problemas novos, roubam enorme parte desse tempo que os vossos admiradores e amigos desejariam empregado no prosseguimento, na ampliação de uma obra que todos nós sentimos norteada por duas preocupações absorventes: o respeito às realidades do povo brasileiro e o anelo da grandeza de nossa Nação.

Versais porém questões atinentes a este vasto campo em que com tamanho êxito e desde longos anos lavrais. Serem-vos como que de abridores do diafragma do ângulo de vossa objetiva poderosa.

Há bem pouco nos dáveis pelas colunas do *Jornal do Commercio* um *abstract* de singular clareza acerca destas questões, como que nota prévia de um livro sedimentado com a lentidão das construções que permanecem.

Não quero porém abusar do constrangimento imposto a alguém que, como regra de vida, a cada passo exprime quanto se apega ao famoso aforismo pascaliano relativo à odiosidade do *Eu*.

Nem o posso fazer em relação a quem tanto me instou a que apenas colaborasse em sua glorificação do cantor das *Meditações*.

Assim me detenho para vos exprimir, sr. Oliveira Viana, o aprazimento da Academia Brasileira, de quem sou o porta-voz, neste momento em que, definitivamente, passais a comparticipar de seus trabalhos.

Júbilo feito de ufania pela consciência de que o alto estrado da cadeira de Alberto de Oliveira se manteve em inalterável nível quando ao poeta do *Ramo de Árvore* sucedeu o pensador das *Populações meridionais do Brasil*.

Discurso do
SR. MANUEL BANDEIRA

e

Resposta do
SR. RIBEIRO COUTO

Sessão solene extraordinária
do dia 30 de novembro de 1940

I

DISCURSO DO SR. MANUEL BANDEIRA

Senhores,

A comoção com que neste momento vos agradeço a honra de me ver admitido à Casa de Machado de Assis não se inspira somente na simpatia daqueles amigos que a meu favor souberam inclinar os vossos espíritos. Inspira-se também na esfera das sombras benignas, a cujo calor de imortalidade amadurece a vocação literária. A mim estimulava-me particularmente a lembrança de uma sombra familiar, a de meu tio Sousa Bandeira, inteligência tão fina e discreta, falecido prematuramente quando realizava a melhor parte de sua obra, evocadora da vida do meu querido Recife nos fins do século passado; meu tio que, sentindo talvez o perigo dos preconceitos parnasianos que tanto seduziam a nossa adolescência, me aconselhava na dedicatória de um tratado de versificação: "A meu sobrinho, para que recorde apenas a técnica do verso, porque quanto à essência o melhor é pedir inspiração à sua própria alma." Conselho que segui sempre e a que devo o que porventura haja de menos mau em meus poemas. Estimulava-me a recordação do gênio tutelar desta Academia, o qual, entre outras advertências de sutil entendimento em matéria de poesia, chamara a minha atenção para a boa qualidade das rimas "ligadas ao assunto". Estimulava-me a lição, no Externato Pedro II, de alguns mestres que foram vossos confrades e dos mais eminentes: Silva Ramos, que me iniciou em versar como matéria viva e não antigualha didática a linguagem dos velhos clássicos portugueses; José Veríssimo, que me abriu os olhos para

ver em nossos poetas românticos os de mais rico e sincero sentimento que já tivemos; Ramiz Galvão, meu primeiro professor de grego; João Ribeiro, com quem posso dizer que aprendi a discernir o verdadeiro conceito da tradição, que jamais foi incompatível com as aventuras fascinantes do espírito. O afeto presente dos amigos vivos, a saudade dos mestres desaparecidos são motivos que nos levam lisonjeiramente à indulgência para conosco. Só depois de eleitos começamos a sofrer o peso da responsabilidade que nos incumbe. Só então sentimos em cheio que esta é verdadeiramente a Casa de Machado de Assis, simbolizado no nome do autor de *Brás Cubas* o que ela representa de tradição gloriosa para o nosso povo. Não se trata de uma conclusão a que cheguemos por avaliação pessoal: ela se impõe aos eleitos diante das manifestações de regozijo e carinho com que os envolvem desde logo os seus parentes, os seus amigos, alguns perdidos de vista desde a infância, simples relações e numerosas simpatias que eles desconheciam. A opinião pública como que sente obscuramente o papel que a esta Casa cumpre em nossa vida intelectual. A quem entra nesta Companhia não pode tal movimento de confiança deixar de influir as mais severas razões de modéstia.

A essa responsabilidade de ordem geral se me acrescenta outra: a de pronunciar o elogio de um homem – o meu patrono –, a cuja nobreza de inteligência e de coração não se fez ainda toda a justiça. O cinqüentenário de sua morte passou quase despercebido. No entanto, na hora atual, em que um sociólogo da clarividência de Gilberto Freyre denuncia com palavras cheias de apreensões o perigo que ameaça a velha cultura luso-brasileira, é de homens ardentes e combativos como Júlio Ribeiro que necessitamos, almas-procelárias com valor e coragem bastantes para enfrentar o tumulto das tempestades.

Da releitura atenta que fiz de suas obras saio envergonhado da minha fraqueza de poeta menor, capaz tão-somente de reduzir a ritmos a pobre melancolia de suas emoções pessoais; saio também com o coração pesado das injustiças que envenenaram os dois últimos anos do romancista de *A Carne*. Ao escritor vibrátil e inovador, que tinha até o ridículo a paixão das idéias, não lhe reconheceram os contemporâneos senão a glória de gramático. Grande gramático na verdade. Mas o gramático nunca repontou indiscretamente no escritor ou no homem. E o romancista foi justo consigo mesmo quando de sua pessoa falou indiretamente na famosa carta de sua personagem Lenita: "Júlio Ribeiro,

um gramático que se pode parecer com tudo menos com um gramático: não usa simonte, nem lenço de Alcobaça, nem *pince-nez*, nem sequer cartola. Gosta de porcelanas, de marfins, de bronzes artísticos, de moedas antigas. Tem, ao que me dizem, uma qualidade adorável, um verdadeiro título de benemerência – nunca fala, nunca disserta sobre cousas de gramática."

Glória de gramático não poderiam negar-lhe. Não foi gramático, como tantos outros gramáticos, para escrever mais uma gramática. Professor de sua língua, sentiu a necessidade de introduzir em nossos estudos lingüísticos os métodos adotados pelos mestres alemães, ingleses e franceses. Não era desses caturras que se encastelam na Gramática e depois se arriscam em incursões temerárias pela literatura. Não. Já tinha reputação firmada de jornalista intrépido e romancista de *Padre Belchior de Pontes* quando em 1881 deu a lume a sua *Gramática Portuguesa*. Era o rompimento com a rotina gramatical dos Soteros dos Reis e dos Soares Barbosas. Desde 79, em artigos publicados no *Diário de Campinas*, se insurgia Júlio Ribeiro contra a gramática "concebida como uma disciplina árida, autoritária, dogmática, como uma instituição metafísica existente *a parte rei*, como uma essência universal do realismo escolástico". Gramática que tinha o desplante de acusar Camões de incorreto no verso "E folgarás de veres a polícia". A gramática, ensinava ele, "não faz leis e regras para a linguagem; expõe os fatos dela". Era o bom e novo conceito. Assim o sentiram os espíritos mais esclarecidos aqui e em Portugal. Teófilo Braga saudou o livro como o melhor do gênero em nosso idioma. Capistrano de Abreu exprimiu-se assim: "Não é só notável, é superior." Claro que o prosseguimento dos estudos da língua dentro dessa mesma orientação aberta por Júlio Ribeiro deveria tornar o seu livro de interesse sobretudo histórico nos dias de hoje. O próprio autor avançaria mais e nas *Cartas Sertanejas* haveria de escrever que "o uso popular em matéria de linguagem é autoridade decisiva, *jus et norma loquendi*, quando a massa indouta e sensata do povo, em obediência inconsciente às leis da glótica, que afinal são leis fisiológicas, altera a forma das palavras matrizes". Quero crer fosse, pelo menos em parte, essa inconsciente obediência às leis da glótica que tenha suscitado as formas brasileiras de colocação dos pronomes oblíquos. Nesse ponto manteve-se Júlio Ribeiro, em sua gramática, adstrito ao sistema português. Mas desrespeitou-o muito brasileiramente já não falo em *Padre Belchior de Pontes*, que

é de 76, mas em *A Carne*, onde se encontram construções como "que sente-se", "que dobram-se-lhe".

Mas, falando do patrono de minha Cadeira, não quero insistir na questão gramatical, a que foi levado, penso eu, pelo seu amor das palavras, tão vivo nele quanto o das idéias. Tomava-as a todos os domínios da vida – aos vocabulários técnicos, ao linguajar do povo, aos idiomas estrangeiros, às novidades da moda. Valeu-se com abundância de brasileirismos: volta e meia se nos deparam em seus romances a "varanda" (sala de jantar), a "porunga", o "chalo", o "cambuto", a "bifada", e "caraquento" (craquento), "desguaritado", "atabular", "esmurregar", "rostir" (esfregar), etc. Ao lado dessas formas brasileiras, não hesitava todavia em servir-se, e aqui com deslize do bom-gosto, de expressões portuguesas pouco usadas, como "hispidar", "asir" (agarrar) e o medonho "adregar" (acontecer por acaso).

Esse amor das palavras e mais o gosto da precisão não lhe consentiam limitar-se nas suas descrições ao vago das expressões genéricas tão do hábito dos brasileiros.

O brasileiro nomeia a palmeira, a bananeira, a mangueira, e quase todas as outras espécies são para ele "árvore" ou, como no Norte, "pé de pau". Já anotara Agassiz: *The Brazilians seem to remain in blissful ignorance of systematic nomenclature; to most of them all flowers are* "flores"*, all animals, from a fly up to a mule or an elephant,* "bichos".

Nas descrições, tantas vezes soberbas, de Júlio Ribeiro, as nossas essências florestais comparecem com os seus nomes e, caracterizando a paisagem, as suas fisionomias:

> Perovas gigantescas de fronde escura e casca rugosa; jequitibás seculares, esparramando no azul do céu a expansão verde de suas copadas alegres; figueiras brancas de raízes chatas, protraídas, a estender ao longe, horizontalmente, os galhos desconformes, como grandes aleijados; cachins de folhas espinhentas, a destilar pelas fibras do córtex vermelho-escuro um leite cáustico, venenoso; guarantãs esbeltos, lisos no tronco, muito elevados; taiúvas claras; paus-de-alho verde-negros, viçosíssimos, fétidos; guaiapás perigosos, abrolhados em acúleos lancinantes e peçonhentos; mil lia-

nas, mil trepadeiras, mil orquídeas diversas, de flores roxas, amarelas, azuis, escarlates, brancas.

Enganaram-se aqueles que viram na *Gramática Portuguesa* o melhor fundamento da reputação de Júlio Ribeiro. A sua gramática envelheceu, superada entre nós pelos estudos de Said Ali, Mário Barreto, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro. O Júlio Ribeiro que vive ainda é o romancista de *Padre Belchior de Pontes* e de *A Carne*, o jornalista das *Cartas Sertanejas* e de *A Procelária*.

A Carne teve em 1938 a sua décima quinta edição. Erram os que atribuem tal sobrevivência ao tema ousado, aos episódios escabrosos do livro. Não há nada disso em *Padre Belchior de Pontes* e este foi ainda ultimamente reeditado pela quinta vez. Faz poucos anos também foram republicadas as suas *Cartas Sertanejas* e impressos pela primeira vez em livro uma seleção de artigos de *A Procelária*. Estas duas últimas edições esgotaram-se logo e hoje não se encontra um exemplar delas nem nos alfarrabistas. A Biblioteca da Academia não as possui, e para lê-las tive de ir à Biblioteca Nacional.

A verdade é esta: com todos os defeitos, que reconheço grandes, Júlio Ribeiro romancista é lido, quer dizer, vive, e *Padre Belchior de Pontes* e *A Carne* estão definitivamente incorporados ao patrimônio da ficção brasileira.

Padre Belchior de Pontes. Sabemos todos pelo prefácio do autor que o prólogo do romance foi começado em Sorocaba, no ano 72 ou 73, "sem plano assente, sem seguir escola, sem pretensão de espécie alguma, só e só para encher o espaço de um periódico" cuja finalidade era a propaganda republicana. O prólogo foi tirado em volume, mas o autor queimou a edição de 150 exemplares, ressalvados apenas seis para memória. A continuação do livro apareceu em 76 e foi escrita, como confessa o romancista, "às furtadelas, em pouquíssimas horas, arrancadas quase às labutações duras da vida". Não lhe parecia "grande cousa". Parecia-lhe sim um romance essencialmente histórico, não obstante alguns anacronismos que achou necessários ao enredo, algumas ficções e uma ou outra personagem de imaginação. É ficção, e ficção sem fundamento nenhum na realidade, a profissão de fé protestante do Padre Belchior. Monstruosa falsificação da verdade histórica, sem dúvida, e que atinge também a verdade psicológica do romance. Porque ainda que se tratas-

se de um padre inventado e não do Padre Belchior, não se justifica a hipocrisia do sacerdote, hipocrisia por fraqueza, quando ele nos é apresentado como um santo, e, portanto de coração limpo e vontade forte, apanágio de todos os santos. O Padre Belchior, tão verídico a ponto de por amor da verdade infringir uma vez, e foi a única, a lei jesuítica da obediência cega; tão bom que só pisava de manso a terra, por ele venerada como a mãe comum a que todos temos de voltar; o Padre Belchior que os índios de Embu chamavam respeitosamente Abaré Tupã (o Padre Santo); o Padre Belchior tido por toda a gente como taumaturgo e profeta cuja férrea vontade se impunha os mais rudes tratamentos de cilícios e jejuns: o Padre Belchior aparece no romance degradado, simpaticamente na intenção do escritor, ao papel de um fantoche nas mãos dos seus superiores. Aqui o defeito do artista era fruto da paixão do homem. Católico de criação, a leitura da Bíblia fizera-o presbiteriano, como a razão mais tarde o faria ateu. Era protestante ao tempo de *Padre Belchior de Pontes*, e o protestante se sobrepôs ao romancista. Nisso e nas suas objurgatórias à Companhia de Jesus, cujo padre geral ele conduz puerilmente às terras de Piratininga para a mesquinha tarefa de assanhar o ódio entre Pires e Camargos. Tudo isso não vale nada. O romance amoroso do padre é do pior romantismo e termina por uma cena bem ridícula. O verdadeiro romance, a que o suposto caso passional de Belchior de Pontes se acrescenta desequilibradamente como uma superfetação ociosa na estrutura artística, é o da expedição vingadora dos paulistas. Diz José Veríssimo, na sua *História da Literatura Brasileira*, que nada no livro nos dá a ilusão da época e do meio romanceado, antes pelo contrário. O julgamento me parece injusto. Júlio Ribeiro inspirou-se na leitura das crônicas de Pedro Taques, de Simão de Vasconcelos, de Frei Gaspar da Madre de Deus, de Machado de Oliveira e outros. Note-se aqui mais uma face da curiosidade intelectual do escritor. Hoje até virou moda ler esses velhos cronistas. Não era assim há setenta anos atrás. Quem cotejar com o romance a narrativa da expedição paulista feita pelo Padre Manuel da Fonseca em sua *Vida do Venerável Belchior de Pontes*, verificará a verdade dos sucessos e do espírito do tempo. Os defeitos estão em pormenores, em certos diálogos por exemplo, com efeito despropositados, como assinalou Veríssimo.

Todavia o interesse do leitor é sempre sustentado pelo talento narrativo e descritivo do romancista. Este nunca lhe foi contestado. As descrições de Júlio Ribeiro já não são de romântico. Vede a precisão e sobriedade com que nos evoca o espetáculo da aurora:

> Um clarão tênue aparece no levante, alarga-se, invade o céu: suas tintas suaves passam por todas as gradações da mortecor, purpurizam-se, animam-se... Segue-o um listão de ouro afogueado que flameja no horizonte como uma pincelada na tela: as estrelas empalidecem e somem-se, a treva dissipa-se, os grupos desfazem-se, as árvores se destacam, a folhagem verdeja...

E descrevendo o jaguar:

> Era uma massa fulva, betada de negro, aveludada, móvel, rojante, informe, sinistra: uma parte mostrava-se na claridade da luz; outra perdia-se no sombrio da lapa. Na extremidade visível havia dous olhos que olhavam.
>
> Quedou-se por um momento, escutou, observou.
>
> Depois, soltando um rugido que ecoou pelos montes como o ribombo do trovão, emergiu de um salto e caiu de pé, firmada em quatro valentes patas.
>
> Foi uma transfiguração: esse vulto que, cosido ao solo, era um montão indistinto, tornou-se, erecto, um soberbo animal.
>
> Largo de peito, delgado de vazio, robusto de jarretes, tremia de ferocidade e prazer, como se lhe percorrera os membros uma corrente voltaica.
>
> Com as pupilas contraídas pela luz do sol, escancarando as fauces sangrentas, açoutava os ilhais com a longa cauda, e preparava-se para a luta.
>
> Os paulistas reconheceram a fêmea do jaguar.

Sem dúvida, *Padre Belchior de Pontes* é ainda, sobretudo na sentimentalidade dos episódios amorosos do sacerdote e no idílio de Guiomar com Antônio Francisco, uma ruim novela romântica. Mas quando o seu autor adotou mais tarde os processos naturalistas de Zola, não o fez por indiscreto mimetismo, vassalo de novidades festejadas. Se os adotou, foi porque eles correspondiam à verdade profunda do seu temperamento sensual, franco,

robusto, à sua inteligência ávida de ciência, ao seu estilo de expressão rude, objetiva, direta. Júlio Ribeiro era em *Padre Belchior de Pontes* um naturalista a que a atmosfera literária do tempo impusera a mentalidade romântica. O naturalista já se trai em centenas de breves anotações, como na cena do esfolar da presa, quando o cão, "repleto de carne, lambia por postres o focinho besuntado de sangueira", como nas passagens numerosas em que abusa dos termos técnicos de guerra, de física, de anatomia. Mais completamente no celebrado trecho em que narra a surra de bacalhau. Permiti que vos leia essa página, digna daquele a quem chamaria, no prefácio de *A Carne*, *Tu duca, tu signore, tu maestro*:

> A um sinal de Amador Bueno o flagelo desceu...
>
> Ouviu-se um rechino tênue, e cinco betas furfuráceas desenharam-se longas na epiderme arroxeada das nádegas do condenado.
>
> O miserável torceu-se como uma serpente ferida: um grito rouco, inarticulado, horripilante, indescritível rompeu-lhe do peito...
>
> – Um! – contaram os índios.
>
> Alçou-se e caiu pela segunda vez o instrumento sinistro... a derme fendeu-se e brotaram, como rubis vivos, algumas gotas de sangue...
>
> Nova contorsão agitou os membros do desventurado: novo rugido atravessou-lhe por entre os dentes cerrados...
>
> Os açoutes amiudaram-se...
>
> – Dous! três! quatro! cinco! dez! trinta! cinqüenta! foram os índios contando.
>
> Já não era sobre pele que silvavam os látegos: era sobre uma chaga, sobre uma pasta amolecida, sorvada, sangrenta...
>
> Troavam os uivos do supliciado; seus dentes batiam como em crescimento de sezões; de todos os poros manava-lhe o suor...
>
> Os pulsos e os tornozelos tinham inchado e também sangravam: com os esforços violentos, com as contrações da dor as correias que os prendiam tinham penetrado nas carnes...
>
> Quando soou o vocábulo duzentos, que anunciava estar cumprida a sentença, satisfeita a lei do deserto, terminado o asqueroso suplício, um dos

> índios ausentou-se e voltou dentro de pouco trazendo uma cuia com água de sal e uma navalha de barba.
>
> Ajoelhando junto do padecente, que mal respirava, fez-lhe na chaga uma, duas, dez escarificações longitudinais com a navalha, depois, tomando a cuia, irrigou-as com salmoura...
>
> Foi a dor tão pungente, o sofrimento tão atroz, tão incomportável a angústia, que o infeliz deu um estremeção e perdeu os sentidos...

Esta pena do bacalhau era ainda aplicada aos escravos no meado do século passado. Júlio Ribeiro assistiu a uma dessas execuções ignóbeis quando tinha dezenove anos, e a sua impressão de horror foi tão profunda que a descreveu duas vezes, em *Padre Belchior de Pontes* e em *A Carne*. Pois bem, cotejadas as duas versões, é a do primeiro romance que requinta em crueza naturalista. Na do segundo ajuntou apenas o pormenor dos gracejos impiedosos do caboclo executor. Na cena real presenciada pelo romancista esses gracejos da parte de alguns assistentes eram obscenos.

Senhores, bastam essas considerações para absolver Júlio Ribeiro da pecha que lhe lançou Veríssimo de ter seguido a corrente naturalista do romance "menos acaso de inspiração que por enlevo da novidade".

Parece-me que foi o sucesso rumoroso de *A Carne* que provocou a severidade excessiva com que livro e autor passaram a ser julgados. Havia nas críticas alguns pontos acertados. Podia-se exigir de um escritor naturalista maior caracterização de uma fazenda que era uma empresa industrial de cana e de café. O romance fala de cana uma única vez, quando se narra – com grande sabor, aliás – uma cena de moagem; ao café se alude de passagem, também uma só vez, a propósito de uma transação comercial. O mais são passeios, caçadas, episódios pitorescos como o do samba e o da iniciação pelo mandingueiro Joaquim Cambinda de um neófito na irmandade de S. Miguel das Almas. Tais episódios apresentam-se como que soltos na contextura do enredo. Outro defeito, e grave, assinalado no livro, grave tanto mais num naturalista, é a intervenção constante da personalidade do autor, com a sua exibição didática a propósito de tudo – de ciências naturais e físicas, de medicina, de porcelanas, de objetos artísticos, de cozinha, de espingardas. O desfecho trágico é introduzido por um rompimento de Lenita sem base na psicologia feminina, porque nenhuma mulher romperá com o amante, sem explica-

ções, pelo simples fato de descobrir algumas relíquias de aventuras amorosas anteriores, completamente acabadas.

A crítica, porém, atacou o romance menos nessas suas falhas essenciais do que no que lhe pareceu, no tema e na maneira de o tratar, propósito deliberado de escândalo. O gosto do escândalo, se existiu foi no público, não no autor. Júlio Ribeiro pagou muito caro a glória relativa de ser o iniciador em nossa ficção daquela coragem de dizer quase tudo. Confundiram-no com os devassos, com o Bocage do sétimo volume. Barbosa e Lenita foram classificados por Alfredo Pujol como seres mesquinhos, sórdidos, infames, "que absolutamente não se conhecem na sociedade". Se dar-se uma mulher numa crise de histerismo ao homem que ela ama, se aceitar um homem esse dom de si de uma mulher que ele ama, ambos sem crença religiosa nem preconceitos sociais, mas ainda assim não sem resistência de muitos escrúpulos, é ato sórdido e infame, então eles são sórdidos e infames. A arte amatória de Barbosa parece-nos hoje bem ingênua comparada com a do amante de Lady Chatterley. Qual seria no assunto o conhecimento de Pujol, que chama a Barbosa repulsivo, porque "apesar de sua idade e da sua erudição – sim, da sua erudição, diz o critico – é um devasso?" Esses devassos, esses sórdidos, esses infames, quando se tornaram conscientes do sentimento mútuo que os enleava, retraíram-se. Na véspera da partida de Barbosa para Santos, Lenita, ao jantar, mal lhe respondia às perguntas e contra o seu costume recolheu-se cedo. Barbosa, durante a noite insone, procedeu a um severo exame de consciência. Era quase um velho. Casar com Lenita não podia, era desquitado. Tomá-la por amante? Certo que não. Não tinha preconceitos, mas a sociedade estigmatizava o amor livre, o amor fora do casamento: força era aceitar o decreto antinatural da sociedade. Demais seu pai tivera o pai de Lenita em conta de filho; tinha a Lenita em conta de neta: um escândalo magoá-lo-ia profundamente, matá-lo-ia talvez. Não, aquilo tinha de acabar, havia de acabar. Por isso, ao escrever de Santos à moça, procura ser simplesmente afetuoso, dirige-se a ela chamando-a "Minha prezada companheira de estudos", dá à carta um tom objetivo e fala do noroeste santista – "um tufão dentro de um forno" –, da geologia da costa, do espetáculo pitoresco do cais, da descida da Serra do Cubatão e suas obras de engenharia. Tudo isso era natural, tudo isso estava naturalmente indicado como procedimento de homem honesto e pru-

dente. Assim, pois, Veríssimo altera substancialmente os dados do romance quando nos *Estudos Brasileiros* ridiculariza: "Barbosa ausente de Lenita, quando acabava de fazer dela sua amante, e que amante! escreve-lhe, em vez de carta, embora tivesse disso a forma, um longo relatório sobre a geologia da região marítima da província, com uma descrição técnica da estrada de ferro de São Paulo a Santos, estudos de engenheiro e sábio." Estranha inadvertência de um crítico sempre tão probo e cauteloso em seus estudos. Traição da memória que seria perdoável se se tratasse de um ensaio sobre o romance brasileiro em geral, mas bem grave na análise particular de três romances apenas.

Comentando o abandono de Lenita, escreveu Veríssimo: "Cai (Lenita) sem nenhum sentimento que lhe enobreça a queda. Não há luta entre a matéria que impõe e a vontade que resiste." Não é exato: luta houve, e havia em Lenita o sentimento do amor, que não se fundava na matéria – Barbosa era quase um velho, sem grandes atrativos físicos – mas nas qualidades intelectuais e morais do homem. Mas ainda que luta e sentimento não houvesse: diz Veríssimo que segundo os naturalistas o homem é como uma espécie de organismo físico inteiramente dominado por leis fisiológicas iniludíveis – não há resistir à carne; e acrescenta: "Como uma doença, como uma nevrose, como na Magdá de *O Homem*, será realmente assim, mas na integridade funcional da vida, com certeza não." De novo aqui o critico esquece os dados fundamentais do romance: Lenita, turbada profundamente em sua sensibilidade pela perda do pai e em sua sexualidade pelo ambiente, novo para ela, da vida na fazenda, ao contacto de uma natureza "cortada de relâmpagos sensuais" – magnífica expressão que Veríssimo considera falsa e sem relevo –, não era então um organismo em sua integridade funcional. Passava por uma crise de histeria, que chegou a lhe alterar o natural bondoso, provocando-lhe até sintomas de sadismo: beliscava as crioulinhas, picava com agulhas, feria com canivete os animais que lhe passavam ao alcance, e escondida assistiu num espasmo de prazer e como embriagada de volúpia à surra de bacalhau aplicada ao negro fujão.

Concedemos que os tipos de Barbosa e Lenita são o seu tanto ridículos na sua mania didática, mas tanto o de Barbosa como o de Lenita, salvo no rompimento, apresentam-se, em suas linhas gerais, perfeitamente coerentes e

consistentes. Eram ridículos em seu esnobismo científico, o que não os torna menos verdadeiros como exemplares humanos, inventados à semelhança de seu criador. Lenita, sobretudo, exemplar de exceção, mas bem justificado: órfã de mãe, filha única, inteligente e aplicada, instruída pelo pai, que lhe transmitiu tudo que sabia e ainda lhe deu os melhores professores de todas as disciplinas. Nem Lenita, nem Barbosa tiveram a educação convencional dos descendentes de "honestos e laboriosos fazendeiros". Barbosa viajara longos anos na Europa, onde vivia, como um Fradique, interessado por tudo quanto era novidade nas ciências e nas artes. Como o próprio Júlio Ribeiro em São Paulo.

Em suma, *A Carne* está longe de ser, como sentenciou Veríssimo, "o parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo". Mais justo foi Ronald de Carvalho, que lhe reconheceu muitas qualidades apreciáveis e forte lirismo. É um romance defeituoso, mas que merecia ficar, e de fato ficou, ao lado de tantos outros romances, também defeituosos, do Romantismo e do Naturalismo.

À imprensa foi Júlio Ribeiro levado por motivo de ordem moral. "O homem", escreveu ele, "que sabe servir-se da pena, que pode publicar o que escreve e que não diz a seus compatriotas o que entende ser a verdade, deixa de cumprir um dever, comete o crime de covardia, é mau cidadão". Em matéria política a verdade para Júlio Ribeiro estava na forma republicana. Nascido em Sabará no ano de 45, criado nas montanhas agrestes de Pouso Alto, por ele decantadas num capítulo de *Padre Belchior de Pontes*, mas desde 65 integrado na vida paulista como um paulista de 400 anos, filho de republicano, neto de republicano com o nome de família (Vaughan) inscrito no livro de ouro dos fundadores da grande república norte-americana, Júlio Ribeiro, republicano desde que começou a pensar em política, associou-se logo de todo o coração aos pioneiros da propaganda republicana em São Paulo. Em Sorocaba arregimentou partido e por quase dois anos sustentou com grandes sacrifícios uma folha republicana, na qual desde o dia 25 de janeiro de 72 não se admitiram anúncios sobre escravos fugidos. Nessa folha, como depois em *A Procelária*, revelou-se Júlio Ribeiro jornalista completo, pois não se limitava aos artigos de doutrinação política: ocupava-se um pouco de tudo. Vimos que o romance *Padre Belchior de Pontes* começou a ser escrito para encher espaço na folha de Sorocaba. Em *A Procelária* o jornalista tratava um dia da

cerâmica oriental, outro das armas de fogo, outro ainda de um manuscrito inédito de *O Hissope* que lhe fora parar às mãos. Este último estudo se reveste de grande interesse. Onde parará, inaproveitado até hoje, esse manuscrito, que, segundo informava Júlio Ribeiro, além de ter nove cantos, apresentava, só no primeiro, 202 versos a mais dos que vêm na edição Ramos Coelho, a mais completa?

O caráter reto, franco e corajoso de Júlio Ribeiro conduziu-o à polêmica com os seus companheiros de credo político quando esses enveredaram por caminho que ao romancista de *A Carne* se afigurava uma quebra do ideal republicano.

Júlio Ribeiro foi um dos primeiros desiludidos não da República, mas dos republicanos paulistas. Atacou-os, como disse, "com um gozo forte e viril, gozo calmo de cirurgião impiedoso que, cruamente, imperturbavelmente corta por carnes gangrenosas, por ossos cariados, surdo aos gritos lastimosos do paciente, superior às injustiças inconexas arrancadas pela dor". A adesão dos chefes republicanos paulistas ao projeto Dantas pareceu-lhe "descarado oportunismo", o reconhecimento de Campos Sales e Prudente de Morais como deputados vitória de grupo, vitória eleitoral, não vitória política. Denunciou então no Partido Republicano paulista a sua origem escravocrata. "Forçado", escreveu nas *Cartas Sertanejas*, "a pronunciar-se sobre a questão servil, fê-lo dúbia, tortuosamente, procurando, de maromba em punho, afirmar em teoria e negar na prática, fingindo-se abolicionista e consagrando princípios negreiros, dando ares de ceder à imposição dos tempos e efetivamente resistindo à torrente".

O motivo do dissídio de Júlio Ribeiro estava em lhe faltar aquele dom de acomodação, de composição que tem distinguido as grandes vocações políticas no Brasil. Era um homem inteiriço, que timbrava em não transigir, em não fazer a mínima concessão. Pretendia dirigir-se unicamente pela razão: condenava o abolicionismo ditado por considerações de ordem sentimental, pelo que chamava "filonegrismo ridículo": a Abolição para ele era uma imposição dos fatos, uma necessidade social, golpe imprescindível, que aproveitaria muito ao preto, mas que aproveitava infinitamente mais ao branco. "Se é justo", escreveu, "que o escravo se liberte do senhor, é necessário, absolutamente necessário, que as classes livres se libertem do escravo." A Abolição

imediata poderia ser um mal para a economia de grandes zonas do País; não o seria, e não o foi, para São Paulo. Era o que importava a Júlio Ribeiro, decididamente partidário da separação da província.

Rude franqueza, mas sempre bem-intencionada, foi a principal característica de Júlio Ribeiro em toda a sua vida e de que encontramos exemplos no trato cotidiano do homem com os seus amigos. Assim no episódio com Quintino Bocaiúva, contado por Medeiros e Albuquerque em suas *Memórias*. Assim com Valentim Magalhães, que, tendo publicado um artigo sobre filologia, perguntou muito fagueiro ao gramático: "Que tal, mestre?" Ao que o mestre respondeu desabrido: "Tudo errado! Tudo bobagem! Escreva sua literaturazinha, mas não se meta a discutir o que ignora inteiramente: filologia." Assim por ocasião de ser apresentado por Júlio de Mesquita a Ramalho Ortigão na redação de *A Província de São Paulo*. – "Apresento o mestre do português no Brasil ao mestre do português em Portugal ", disse Júlio de Mesquita. E o nosso Júlio Ribeiro, secamente: – "Nenhum dos dois é mestre."

Foi assim verídico, intransigente e bravo até o momento de morrer, ao cabo de uma vida de lutas de toda a sorte – contra a saúde precária, contra as dificuldades materiais, contra o que lhe parecia preconceitos religiosos, sociais e literários, repelindo com dignidade em carta à imprensa o auxílio pecuniário que a favor dele promoviam amigos e admiradores, recusando-se à reconciliação com o Padre Sena Freitas, que o tentava converter à hora da agonia. Morreu, segundo o depoimento de sua viúva e do médico assistente, fiel ao materialismo que foi sempre, depois que se tornou incrédulo, a sua filosofia: "a minha filosofia, a pedra de escândalo em que se esmigalharam as minhas crenças ", como escrevera numa das *Cartas Sertanejas*.

Áspero patrono devia parecer esse homem inacomodado e lutador aos vossos confrades que me precederam nesta Cadeira. Ambos reagiram diante da vida bem diferentemente do romancista de *A Carne* – Garcia Redondo por uma espécie de humorismo bonachão, Luis Guimarães Filho pela aceitação religiosa. O primeiro desejaria como patrono o poeta delicado dos *Noturnos* e das *Miniaturas*; o segundo calou no seu discurso de recepção nesta Casa o nome de Júlio Ribeiro, e depois de fazer o elogio do antecessor,

passou a ocupar-se da figura do pai, que, este sim, foi o seu verdadeiro patrono, não só na carreira literária como na diplomática.

Luís Guimarães Júnior desapareceu quando o movimento parnasiano se impunha vitoriosamente sobre o estiolamento dos últimos românticos. Ele próprio foi ainda um romântico, mas já temperado pela depuração da nova escola. Todavia os hábitos poéticos são de tal maneira tenazes, que até uma sensibilidade aguda como a de Fialho de Almeida achou nos versos admiráveis dos *Sonetos e Rimas* não sei que dinamizações do sentimento que o levaram a chamar o autor da "Visita à casa paterna" "um lírico da decadência, melhor: um parnasiano". Ao que o filho respondeu: "Não foi parnasiano nem romântico da Decadência: foi simplesmente um Poeta." Parece-me que estava com a razão. Disse Fialho: "Nem sempre nos versos dele a emoção resultará do sentimento afetivo acordado na alma pela idéia dramática do assunto, senão pela convergência de melodias exóticas que a linguagem lhe empresta, já pela rima, já pela estridosa eufonia do adjetivo e do metro. É uma emoção que vai ao cérebro antes pelo ouvido que pelo coração." Tenho que, ao contrário, os versos de Luis Guimarães Júnior lhe vinham diretamente do coração, e mais ainda: pareciam ter passado pelo coração de toda a gente, sobretudo das criaturas humildes, adotando-lhes até os lugares-comuns do sentimento, a que ele sabia dar não sei que misteriosa ressonância, como por exemplo à expressão "flor mimosa" no famoso soneto "O esquife".

Luis Guimarães Filho, criado e educado em Portugal, não sofreu desde logo todo o peso das limitações parnasianas, a que os portugueses sempre foram um tanto avessos. Poeta desde os quinze anos, os livros que publicou ainda na sua fase de estudante em Coimbra, *Versos Íntimos*, *Livro da Minha Alma*, *Idílios Chineses*, *A Aranha e a Mosca* revelam todas as incertezas da adolescência. A sua verdadeira estréia foi em 1900, quando, tornado à pátria havia três anos, publicou o volume *Ave-Maria*. Assim o deveria sentir ele próprio, que nesta coleção reproduziu alguns poemas dos *Idílios Chineses*, retocados aqui e ali para expungir os seus versos de hiatos, de rimas fáceis de particípios passados, de imprecisões ou redundâncias de linguagem. E uma nota melhor soa em alguns sonetos, como em "O lago e as estrelas":

Desliza o lago azul de frágua em frágua...
E os astros dizem, loucos de inocência:
– Por que motivo a justa Providência
Fez o teu corpo simplesmente de água?

Ah! Deus não quis que semelhante mágoa
Nos apagasse a lúcida existência...
Por isso fez-nos de imortal essência...
De luz vivemos e tu vives de água! –

O lago escuta a multidão que zomba
Nas serenas paragens do lirismo,
E enfim responde ao luminoso coro:

— Mas quando a noite vagarosa tomba,
É no meu calmo e transparente abismo
Que vós vindes dormir, estrelas de ouro!

Por volta de 1900 foi o nosso meio literário sacudido pelas emoções de um romance que aqui chegava precedido de fama universal – o *Quo Vadis*. A popularidade do livro entre nós perdura até hoje, atestada em numerosas Lígias e Vinícius que andam hoje pelos seus trinta anos, e ainda bem que entre tantos Vinícius um se conta em cuja poesia veio culminar o nome ilustre de Melo Morais. Luís Guimarães Filho, seduzido como toda a gente pela beleza trágica e plástica do episódio do circo, condensou-o numa seqüência de quinze sonetos em alexandrinos. Era uma forma que o Poeta só praticara até então cinco vezes, no *Livro de Minha Alma*.

O soneto em alexandrinos é o reduto do parnasianismo. Só ai, creio, encontraremos alguma coisa de parecido com aquele manequim impassível inventado pelos que não sentiam que "impassível" e "poeta" são termos incompassíveis. Coube aos mestres parnasianos começar a adaptação do alexandrino ao nosso idioma. Fizeram-no com uma certa rigidez, que lembra a dos primeiros decassílabos espanhóis de Boscán e portugueses de Sá de Miranda. E nesses alexandrinos é que Alberto de Oliveira, Bilac e Raimundo Correia assumiram atitude – atitude, não alma – impassível, atitude de escul-

tura, ou antes, para introduzir na imagem algum frêmito humano, atitude de mulher bela duramente espartilhada em colete *droit devant*, como era de moda no tempo. Quanto ao soneto, foi ele a forma parnasiana por excelência. O soneto é que consagrava, que fixava na memória dos leitores o nome do poeta: Alberto de Oliveira era o poeta de "Vaso grego", Raimundo Correia o de "As pombas", Bilac o de "Ouvir estrelas", Guimarães Passos o de "O lenço".

Scorn not the Sonnet, disse Wordsworth num soneto também célebre. Nunca fui dos que moveram campanha contra o soneto, fatigados pelo abuso parnasiano dessa forma imortal, que se adapta em sua essência a todas as escolas, a todos os tempos, a todos os povos; que vemos atualmente um grande poeta – Augusto Frederico Schmidt – acomodar ao ritmo largo e sem rimas de sua livre poesia. Abuso menos condenável pela sua abundância do que pelo desvirtuamento da tradição petrarquista. Síntese harmoniosa da quadra, estrofe popular, e do terceto, estrofe culta, forma que lembra em suas duas quadras e seus dois tercetos a estrutura do coração humano com as suas duas aurículas e os seus dois ventrículos, o soneto é nos grandes modelos uma forma eminentemente subjetiva. Quental, que foi grande sonetista, chamava-lhe a forma lírica por excelência: "Manto alvo e casto com que tem de se envolver, para ver o dia, aquelas partes mais pudicas, mais melindrosas, mais puras da alma." A transubstanciação do infinito do sentimento humano no finito desse pequeno organismo estrófico perfeito tem qualquer coisa de sobrenatural, como a encarnação do Verbo Divino. Tenho pois como uma deturpação da sua natureza fazer do soneto instrumento de narrativa, de pintura e descrição. Não há um só soneto puramente descritivo entre os de Petrarca; nem entre os de Camões; nem entre os de Quental. Sei que os há, e belíssimos, em Hérédia e em nosso Raimundo Correia. Mas reparai como nos mais comoventes existe sempre no último verso uma espécie de evasão para o infinito. Nos de "Antoine et Cléopâtre": *"Les deux enfants divins, le Désir et Ia Mort"; "Toute une mer immense où fuyaient les galères." Em "Les Conquérants": "Du fond de l'Océan des étoiles nouvelles."* E em Raimundo Correia traduzindo Hérédia: "Todo o infinito céu sobre o infinito mar"; em "Fascinação": "A imensidade esplêndida que o cinge/ Vê ligarem-se mais

imensidades"; em "Banzo": "E cresce n'alma o vulto/ De uma tristeza imensa, imensamente."

O abuso maior, porém, residiu em rebaixar o soneto ao valor de estrofe. Fritz Strich assinalou o caráter tão fechado do soneto, donde a sua inadaptabilidade para a repetição estrófica. O abuso é anterior aos parnasianos. O mesmo Wordsworth compôs em 137 sonetos toda uma História da Igreja. Não admira que entre nós um poeta pernambucano reduzisse a sonetos a guerra da expulsão dos holandeses, e Emílio de Meneses traduzisse também em sonetos "O corvo" de Poe.

Dentro do sistema parnasiano atingia Luís Guimarães Filho a sua melhor forma nesses sonetos, dos quais se pode destacar como mais representativo do conceito escultural da escola o de número XI:

Subitamente o circo emudeceu. Na arena
Passava-se um prodígio. Os augustais tremiam...
César mesmo se erguera... e os olhos se lhe abriam
Tornando assustadora a sua face obscena...

Nos peitos dos pagãos os corações tremiam
A arrebentar... Pudera a queda de uma pena
Ser ouvida no circo... Era espantosa a cena!
Era talvez um sonho o que os romanos viam!

O lígio segurava a fera pelos cornos...
O rosto, a nuca, o peito, os braços e os contornos
Dos ombros colossais de púrpura ficavam...

E numa rigidez de corpos absoluta
– Como um grupo de bronze – aos empuxões da luta
Num rouco resfolgar os bafos misturavam...

À nitidez meticulosa e como que mordente do ritmo, à raridade das rimas que, conforme se exprimiu, "balouçassem no remate de cada verso com

a elegância com que se balouçam as flores na extremidade de cada ramo" chegaria Luís Guimarães Filho em seu livro seguinte – as *Pedras Preciosas*.

Quem ler em ordem cronológica toda a obra do meu antecessor verá que o tema da dactilioteca veio cristalizando-se lentamente no espírito do Poeta. As pérolas, as safiras, as turquesas, os rubis, o jade, as esmeraldas já fornecem imagens aos versos dos *Idílios Chineses*. No livro *Ave-Maria* as pedras entram a falar durante o sono de Ariana. E ouvimos brandamente, não acordasse a princesa com o estalo indiscreto das rimas ricas, a voz da ametista:

O meu brilho é macio como as flores:
As violetas, as malvas e os lilases
Têm a cor dos meus calmos esplendores...

A voz da esmeralda:

A minha cor palpita em mil lugares:
Arde nos falsos olhos de Dalila,
E nas viçosas plantas dos pomares...

A do topázio:

As claras gomas de Madagascar,
As minas de ouro, o brilho de Diana...
Tudo possui a minha luz solar!

A do brilhante, a da pérola, a da opala, a do rubi.

Mas é no volume das *Pedras Preciosas* que as gemas luzem requintadamente parnasianas na faiscação das rimas escolhidas a dedo para ofuscar os olhos e seduzir os ouvidos. Não há nesse livro uma rima pobre, um verso que não seja como que lapidado para coruscar em cada palavra como a pedra em cada faceta. Um cofre de imagens cintilantes: o rubi é sangue que a vista anima; o diamante, a lanterna da tribo Izácar; o olho-de-gato, a fluida pupila elétrica dos trovadores de quatro patas; a esmeralda, a jóia ilusória das amiza-

des; o topázio, o louro filho de uma gota de mel e de um raio de sol; a opala, um pedaço de céu destacado do arco-íris, um naufrágio de luz numa gota de leite; a pérola, fumo, névoa e luz... O Poeta sabia que todas essas pedras têm almas humanas:

Sois inconstantes como as pessoas,
Como as pessoas envelheceis!

Sabia ler-Ihes nas pupilas frias. Conhecia-Ihes todas as virtudes: a água-marinha, medicinal para a melancolia; a opala, governadora dos sexos; a santa ametista, jóia católica, com a virtude tradicional de afugentar a embriaguez.

Se eu tivesse de escolher alguma gema entre tantas, daria preferência à de mais recôndito encanto, a hidrófana:

Em certa montanha existe
Uma pedra branca e triste
Que dentre as mais se destaca...
Deu-lhe a imortal Natureza
A extravagante beleza
De ser translúcida e opaca!

No enxuto rosto ninguém
Lhe enxerga as mágoas que tem
Como escondidas num cofre...
Mas se a molhais de repente,
Logo se põe transparente
Para mostrar o que sofre!

Lindos olhos de Maria!
Quando secos de alegria
Também opacos ficais...
Mas ai! se o pranto vos banha,
Como a jóia da montanha
Transparentes vos tornais!

A coleção de *Pedras Preciosas* não esgotou a imaginação do Poeta, que anos mais tarde haveria de voltar a celebrá-las em outro livro – os *Cantos de Luz* –, aqui como que as confundindo todas no mesmo afeto pela adoção da mesma estrofe e do mesmo ritmo embalador, o metro de nove silabas. E a turquesa ganhou desta vez a mais bela imagem de quantas iluminam essas páginas, que são as melhores de Luís Guimarães Filho:

Celestes pedras de luz vazias,
Sois como os olhos azuis que a morte
Transforma em lindas turquesas frias...

Depois dos *Cantos de Luz*, que são de 1919, Luís Guimarães Filho poeta só voltou a público em 1930, com a oração em verso a Santa Teresinha, na qual nada pede para si e pede tudo para o Brasil, não para um Brasil fechado em seu egoísmo, mas para um Brasil:

Que seja a terra-mãe da bem-aventurança!...
Terra da caridade e terra da esperança,
Do imigrante sem teto e dos povos sem pão!
Terra do bom trabalho e do labor fecundo,
Capaz de abastecer e de nutrir o mundo,
Terra da Promissão!

Não creio, porém, que o Poeta tivesse emudecido. Havia anos vinha ele anunciando um livro a que dera o título de *Últimos Poemas*. Certamente pertenceria à coletânea o soneto que nesta Casa foi recitado pelo vosso saudoso confrade Paulo Barreto. Esses versos mostram que a técnica de Luís Guimarães Filho se veio apurando sempre, dentro do sistema parnasiano:

Lembro-me ainda dessa esbelta e flava
Carícia de teus braços amorosos...
Por mais que evite o encanto os impiedosos
Perseguem sempre a minha carne escrava!

Eram suaves, cálidos, cheirosos
Como doces damascos!... eu beijava
Aquela morna pele que tentava
O paladar! Oh braços deliciosos,

Como esquecer as núpcias perturbantes,
Os longos desalentos delirantes
Que sem misericórdia vós me dáveis?

Ah! torna Vênus para o sacro Elêusis!
Fui condenado à morte pejos deuses,
E quero-a nos teus braços implacáveis!

Em 1901 iniciou Luís Guimarães Filho a sua carreira diplomática. A diplomacia deixara de ser uma arte, como notou Oliveira Lima, para ser uma profissão. O Poeta, porém, continuou a ver nela uma arte, não "aquela arte das formas polidas, feita de astúcia e estratagemas, onde o pensamento vive mascarado e onde a frivolidade, a futilidade, a gravidade protocolar e a compostura de mostra avultam". A diplomacia era para ele uma função harmonizadora e fecunda nascida do instinto de sociabilidade entre os povos. Onde quer que a exercesse, procurou sempre completá-la com a atividade literária, de que resultaram quatro livros – três publicados, *Samurais e Mandarins*, *Holanda*, e *Fra Angelico*, outro ainda inédito, *Mala Diplomática*.

Ao escrever as suas crônicas sobre o Japão tinha o Poeta em mente, como confessa, distrair as suas leitoras brasileiras falando dessas mil bagatelas exóticas de nomes tão saborosos – charões e quimonos, obis e tatames, hibaquis e *inro*; contando-lhe as velhas lendas do império dos Tocugauas; explicando-lhes os símbolos mais amáveis desse país referto de símbolos. Mas o livro saiu curiosamente instrutivo acerca da formidável nação imperialista de hoje. Na história dos 47 ronins, por exemplo. A Inglaterra carrega hoje a dura pensão da vitória obtida em 1855, quando esmagou a ferro e fogo a revolta dos valentes samurais que não queriam aceitar o fato consumado da abertura do Porto de Cobe ao comércio internacional. O Japão ocidentalizou-se, industrializou-se. Guardou avaramente os seus caquemonos de Hokusai e Utamaro, as suas velhas porcelanas de Nabeshima, os seus marfins inimitá-

veis, e inundou o mundo dos bárbaros europeus com a sua arte de exportação. Armou-se até os dentes e começou a devorar muito ocidentalmente a China.

Foi para o Japão ainda pitoresco e poético das ameixeiras e das casas de papel, para o Japão morto dos inrôs de laca, das belas jóias de jade que o diplomata-artista deu de preferência a sua atenção. O poeta dos *Cantos de Luz* não podia esquecer as suas pedras amadas, e no capítulo "Um passeio em companhia da senhora Neve" dedica-lhes ainda algumas páginas que formam uma nova dactilioteca, a um tempo erudita e poética.

Na Holanda Luís Guimarães Filho viu, sobretudo o país dos engenheiros, em perpétua vigilância contra o inimigo mar, afinal menos pérfido que os vizinhos famintos de espaço vital. Relede esse livro, senhores, nesta hora de tremendas provações para o heróico povo holandês, e saireis convencidos do seu futuro reerguimento. "O povo da Holanda", escreveu o nosso patrício, "jamais dobrou a cerviz às implacáveis sentenças do Destino. Mesmo nos mais trágicos momentos respondeu com a soberba de quem se não arreceia do adversário. Os golpes eram aparados e revidados. A igreja de Katwijk, por exemplo, foi duas vezes demolida e duas vezes reconstruída. Arrasava-a o mar, reedificavam-na os habitantes; arrasava-a de novo, de novo a levantavam. E cada vez mais longe da praia, até ficar onde hoje a vedes, ao abrigo de qualquer inundação! Essa capacidade de resistência devem-na os holandeses à fleugma com que assistem às mais espantosas catástrofes e à tenacidade com que se dispõem a remediar infortúnios que parecem irremediáveis."

Mas como errava o diplomata ao imaginar que as tribunas de Haia e de Genebra eram as atalaias da segurança dos povos e representavam a maior vitória da guerra de 1914!

Há uma nota constante nos dois livros de impressões de viagem do Poeta: o amor e saudade da Pátria.

"Longe da Pátria, Deus meu, como tudo isso" (falava de suas recordações brasileiras) "parece formoso. À semelhança das montanhas que, sumidas no horizonte, perdem os agros e as ameias para só deixarem à vista o relevo das suas curvas, a Pátria evocada de longe perde também os erros e os defeitos para surgir em todo o esplendor de uma sagrada perfeição!

"Viajar é, pois, aprender a amar a Pátria acima de todas as cousas e, no cotejo com as demais, a sempre dar-lhe a primazia."

Tudo no estrangeiro trazia a imagem de coisas brasileiras à lembrança do Poeta. No Japão o verde dos momijis, o das montanhas de Teresópolis; as ramagens dos jardins do Imperador, a sombra das nossas árvores; os templos de madeira e charão, as nossas doces igrejas. Em Honolulu, a paisagem descortinada do Monte Pali, assombro dos turistas, fá-lo pensar com orgulho nas quebradas do Garrafão. Em Scheveningen, onde a Prefeitura cobrava florim e meio por um simples banho de sol, evoca as praias do Rio de sol pródigo, vivaz e generoso – de sol grátis.

Em carta datada de 5 de fevereiro de 1928 escrevia da Holanda ao Sr. Fernando Nery: "Este ano espero ir ao Brasil passar bastante tempo. Tenho já saudades de nossa bela terra, com a qual nenhuma outra se compara. Sinto sobretudo falta do sol. Aqui então é cousa quase desconhecida."

Voltaria o Poeta ao Brasil para se demorar, porém muito mais tarde. Demorar-se para sempre, primeiro em dois anos de confinamento no lar, confortada a aflição de sua cruel enfermidade pela religião e pelos carinhos da esposa, só da esposa, pois até a presença de alguns amigos mais caros lhe provocava abalos perigosos; depois no seio generoso da terra de Petrópolis, entre as hortênsias, que lhe faziam lembrar os pintalgados guarda-sóis das gueixas de Símbassi.

II

RESPOSTA DO SR. RIBEIRO COUTO

Senhor Manuel Bandeira,

Se a Academia Brasileira me encarregou de dar-vos as boas-vindas, não é porque seja eu aqui o mais indicado para fazer o elogio da vossa obra. Os títulos que me valeram este encargo são de natureza afetiva, mas igualmente me desvanecem: dentre os membros desta Casa, sou o vosso mais velho amigo. Nossas vidas se identificaram, no plano da compreensão, da confiança, da estima e da convivência, precisamente a partir do tempo em que ficastes só, tendo perdido os entes mais caros. Eu também era só, porém da solidão de qualquer rapaz de vinte anos que chega da província, com um livro de versos por bagagem, para tentar a vida de jornal e a literatura. A vossa, no entanto, era outra solidão. A vida vos chegava apenas "pelos jornais e pelos livros". Todas as vossas curiosidades tinham de confinar-se no quarto em que o "menino doente", e agora de luto fechado, parecia "passar a vida à toa". Já vos doía repetir aqueles versos escritos seis anos antes, em 1912:

Eu faço versos como quem chora
De desalento... de desencanto...

"Meu verso é sangue", havíeis dito também, para acrescentar que eles vos deixavam "um acre sabor na boca". No soneto a Antônio Nobre estava a explicação do segredo:

Com que magoado olhar, magoado espanto
Revejo em teu destino o meu destino!
Essa dor de tossir bebendo o ar fino
A esmorecer e desejando tanto...

Desde 1908, nos versos denominados "Desesperança", feitos em Teresópolis, havíeis escrito:

Esta manhã tem a tristeza de um crepúsculo.
Como dói um pesar em cada pensamento!
Ah, que penosa lassidão em cada músculo...

.....

Minha respiração se faz como um gemido.
Já não entendo a vida, e se mais a aprofundo,
Mais a descompreendo e não lhe acho sentido.

Por onde alongue o meu olhar de moribundo,
Tudo a meus olhos toma um doloroso aspeto:
E erro assim repelido e estrangeiro no mundo.

Vejo nele a feição fria de um desafeto.
Temo a monotonia e apreendo a mudança.
Sinto que a minha vida é sem fim, sem objeto...

— Ah, como dói viver quando falta a esperança!

Tínheis 22 anos. Não se tratava de uma falsa desesperança, de uma imaginária dor. Pouco antes o soneto "Renúncia", escrito entre aquelas mesmas montanhas, exprimira a vossa resignação:

Chora de manso e no íntimo... Procura
Curtir sem queixa o mal que te crucia:
O mundo é sem piedade e até riria
Da tua inconsolável amargura.

Só a dor enobrece e é grande e é pura.
Aprende a amá-la que a amarás um dia.
Então ela será tua alegria,
E será, ela só, tua ventura...

A vida é vã como a sombra que passa...
Sofre sereno e de alma sobranceira,
Sem um grito sequer, tua desgraça.

Encerra em ti tua tristeza inteira.
E pede humildemente a Deus que a faça
Tua doce e constante companheira...

Vossa vida, já então, era "reclusa em poesia", ainda que não escrevêsseis muito, nem amiúde. Não tínheis mesmo consciência de que a visitação do lirismo, que se exprimia nas vossas queixas, fosse o anúncio de um grande destino poético. Fazíeis versos por desespero, "como quem chora". Não fora o acidente da enfermidade, não teríeis talvez escrito a vossa obra, isto é, a mesma obra, com os seus motivos fundamentais, vividos por experiência direta. Faltaria o tormento de olhar a vida pela janela sem poder tomar parte no voluptuoso tumulto; destarte, não viríeis a descobrir depois dos quarenta anos o reino de Pasárgada – país dos recalques em liberdade, dos antigos desejos recompensados, das alegrias enfim permitidas. País em que quando estais cansado podeis até mesmo ouvir a mãe d'água, na beira do rio, contar-vos as histórias da mulata Rosa...

Rosa aparece mais de uma vez nos vossos poemas. Ela é toda a infância. Ficou entre "as vozes daquele tempo", vozes para sempre caladas, de parentes, amigos e velhos criados que compunham o quadro dos vossos afetos. Certa noite de São João, ao despertardes a horas perdidas e olhando no céu escuro os balões que passam em silêncio, evocareis os vultos de outrora:

Onde estão todos eles?
– Estão todos dormindo
Estão todos deitados
Dormindo
Profundamente.

Com razão escrevestes na "Epígrafe" do vosso primeiro livro, *A Cinza das Horas*:

Sou bem-nascido. Menino,
Fui, como os demais, feliz.
Depois, veio o mau destino
E fez de mim o que quis.

Vossa família deu ao Brasil notáveis magistrados, advogados, médicos, engenheiros e escritores. Pela linha paterna, Sousa Bandeira, como pelo tronco materno, Costa Ribeiro, estais ligado a ilustres estirpes pernambucanas. Nesta Casa já cintilou o elegante espírito de um vosso tio, João Carneiro de Sousa Bandeira; aqui vindes encontrar dois dos vossos primos, Olegário Mariano e Múcio Leão.

Do vosso pai herdastes o talento para as ciências exatas, o gosto pelo estudo das línguas, o instinto das artes e as virtudes morais que fazem de vós, como escreveu Gustavo Capanema – um homem. Acresce que o Dr. Manuel Carneiro de Sousa Bandeira não era só engenheiro notável: era também, na intimidade, um conversador adorável, com uma extraordinária veia humorística, sabendo dizer uma infinidade de versos e histórias populares com um perfeito dom de imitação prosódica. O elemento folclórico na vossa obra mais

recente foi em parte colhido na tradição oral, mas em vosso próprio lar, graças àquele delicioso companheiro. Eu próprio tive a ventura de lhe ouvir alguns motivos do folclore nortista, que ele sabia transmitir com igual comicidade e ternura, como aquele caso do negro fugitivo, vendo por toda parte perseguidores, e cuja obsessão medrosa incorporastes ao ritmo do vosso poema "Trem de ferro":

Quando me prendero
No canaviá
Cada pé de cana
Era um oficiá.

No *humour*, que se tornou cada vez mais, e mais dolorosamente, ao longo destes derradeiros vinte anos, um dos elementos prodigiosos da vossa poesia, está também a secreta herança daquele mestre admirável, artista sem obra nem biografia, cuja influência enriquecedora, em vosso espírito, me é grato assinalar aqui – e eu sei quanto esta homenagem será grata ao vosso coração. Dele são ainda certas expressões de que usais nalguns poemas, como aquele "Meu Jesus-Cristinho!", o comovente apelo em diminutivo do agonizante de uremia. Por que não dizer, aliás, que vossa mãe exerceu influência semelhante na vossa expressão literária? Não sei se estou traindo um segredo, mas quando escreveis, na "Contrição",

Confiei às feras as minhas lágrimas
.....
Meu Deus valei-me

reproduzis, com a força de impulsão poética, o "Meu Deus valei-me!" que tantas vezes ouvistes da boca materna.

A educação cristã que recebestes em vosso lar é o substrato de toda a vossa obra. O desespero da matéria limitada e o angustioso desejo de transfiguração pela graça encontram nalguns dos vossos poemas os mais patéticos acentos, como nessa mesma "Contrição":

Quero banhar-me nas águas límpidas
Quero banhar-me nas águas puras
Sou a mais baixa das criaturas
Me sinto sórdido

Confiei às feras as minhas lágrimas
Rolei de borco pelas calçadas
Cobri meu rosto de bofetadas
Meu Deus valei-me

Vozes da infância contai a história
Da vida boa que nunca veio
E eu caia ouvindo-a no calmo seio
Da eternidade.

À crueza da flagelação sucede a purificação pelas "vozes da infância". Mesmo quando pedis a "estrela da manhã",

Pura ou degradada até a última baixeza,

será com a recôndita certeza de chegardes, limpo de todas as aflições da terra, até esse "calmo seio da eternidade". Sabeis que um "anjo moreno, violento e bom – brasileiro" (em que se transmudou a irmã morta) vos acompanhará nessa redentora viagem.

Desde muito cedo, nos vossos versos, podemos encontrar a obsessão da pureza – desde o encontro da inscrição grega da "Antologia", de que fizestes em 1910 o delicadíssimo soneto:

Aqui, sob esta pedra, onde o orvalho roreja,
Repousa, embalsamado em óleos vegetais,
O alvo corpo de quem, como uma ave que adeja,
Dançara descuidosa, e hoje não dança mais...

Quem não a viu é bem provável que não veja
Outro conjunto igual de partes naturais.

Os véus tinham-lhe ciúme. Outras, tinham-lhe inveja.
E ao fitá-la os varões tinham pasmos sensuais.

A morte a surpreendeu um dia que sonhava.
Ao pôr do sol, desceu entre sombras fiéis
À terra, sobre a qual tão de leve pesava...

Eram as suas mãos mais lindas sem anéis...
Tinha os olhos azuis... Era loura e dançava...
Seu destino foi curto e bom...
– Não a choreis.

Foi, porém, na vida de Santa Maria do Egito que achastes a mais comovente alegoria da pureza, quando a santa pediu ao barqueiro para levá-la à outra margem do rio:

Não tenho dinheiro. O Senhor te abençoe.

O homem duro fitou-a sem dó.

Caía o crepúsculo, e era como um triste sorriso de mártir...
.....
O homem duro escarneceu: – Não tens dinheiro,
Mulher, mas tens teu corpo. Dá-me o teu corpo, e
[vou levar-te.

E fez um gesto. E a santa sorriu,
Na graça divina, ao gesto que ele fez.

Santa Maria Egipcíaca despiu
O manto, e entregou ao barqueiro
A santidade da sua nudez.

Cristão é também o sentimento de fraternidade que vos atrai para os anônimos, os simples e os pequenos, que aparecem com freqüência nos vossos poemas da fase mais recente: a cunhantã de "boquinha tuíra" que "quando se machucava dizia: Ai Zizus!"; o pai Zusé da macumba do Encantado, que, segundo murmuram, virou em água o sangue da moça branca; "Irene preta, Irene boa, Irene sempre de bom humor", entrando no céu e pedindo "Licença, meu branco!", mas já tão do céu que São Pedro a acolheu bonachão: "Entra, Irene. Você não precisa pedir licença"; os "meninos carvoeiros" que passam muito cedo a caminho da cidade e para quem parece feita "a madrugada ingênua"; as sereias do Mangue "jogadas pela ressaca nos aterrados da Gamboa"; João Gostoso, carregador de feira livre, que uma noite, depois de beber e cantar, "se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado"; o desmemoriado de Vigário Geral, herói também de notícia de jornal, perdido no mistério de uma extinta constelação e inexplicavelmente encontrado morto; o "marinheiro triste"; as flores murchas, as meninas pálidas, as asiladas que mãos caridosas amortalharam "em vestes tristes"...

Ao cair da tarde
Vós me recordais
– Ó meninas tristes! –
Minhas esperanças!
Minhas esperanças
– Meninas cansadas,
Pálidas crianças
A quem ninguém diz:
– Anjos, debandai!...

O que há de pungente na vossa obra – precisamente o que se exprime por vezes de um jeito exteriormente perverso – é o conflito entre o sentimento cristão e o pudor desse sentimento. Escondeis "o desejo insatisfeito de Deus" sob a máscara de demônio em férias. Vossa poesia nem sempre se dá: nós é que temos de dar-nos a ela, para sentir "tudo o que existe em vós de grave e carinhoso". A reação do pudor – desse humano carinho – assume de súbito formas agressivas, o que bem se compreende em face da resposta que

destes a Peregrino Júnior, em 1926, no inquérito sobre o movimento moderno: "Eu não sou modernista, nem literato, nem coisa nenhuma... Viro poeta quando estou estalando de raiva ou de ternura." Raiva e ternura pusestes no elogio daquele cacto que "tombou atravessado na rua" e, pela obstrução do trânsito, "durante vinte e quatro horas privou a cidade de iluminação e energia:"

– *Era belo, áspero, intratável.*

*

Quando aos dez anos de idade viestes do Recife (o arrabalde em que nascestes tem um nome evocador: Capunga), éreis um menino inquieto, aplicado, teimoso, de vontade forte e inteligência precoce; Antenor Nascentes, vosso condiscípulo no Ginásio Nacional (hoje Pedro II), assim recorda aqueles anos dos vossos primeiros triunfos:

> Bandeira era dos mais vivos do grupo, dos mais brigões; corrigia qualquer erro que se cometesse. Foi com ele que comecei a tomar cuidado com a colocação dos pronomes à portuguesa. Não lhe agradeço este serviço; criou-me um hábito que hoje me impede de colocar os pronomes à brasileira. Seu temperamento já se revelava em pequeninas coisas. Com uns treze para quatorze anos organizou uma espécie de álbum, que denominou *Bons bocados* e em que havia de tudo: caricaturas de Raul, sonetos de Bilac, autógrafos de Machado de Assis, retratos de literatos notáveis, etc., tudo escolhido com um gosto, uma arte, difícil de encontrar em criança daquela idade. No primeiro ano do curso, Bandeira tirou distinção em todas as cadeiras e ganhou um prêmio. Parece que a situação de "bonzão" desagradou-lhe intimamente. Daí por diante não repetiu mais a proeza porque não quis.

O que queríeis era tirar o curso de engenheiro-arquiteto em São Paulo, com distinção em todas as cadeiras e prêmio de viagem. Aos dezessete anos, em 1902, bacharel em Ciências e Letras, fostes matricular-vos na Escola Politécnica paulistana com esse deliberado intuito. Vossa família era pobre. Tínheis de trabalhar para viver: então, empregado nos escritórios técnicos da Estrada de Ferro Sorocabana, atravessastes um período de árduas experiências. Além das horas de aula pela manhã e das tardes fatigantes no emprego,

tínheis à noite o Liceu de Artes e Ofícios, onde aprendíeis o desenho de ornato. Ao fim do primeiro ano da Politécnica, vossos exames foram brilhantes: distinção em todas as cadeiras. Seria a porta aberta para o prêmio de viagem, se houvésseis continuado. No entanto, vosso esforço fora excessivo. No planalto, de temperatura inconstante, os ares garoentos armam traições a certos peitos delicados. Perdestes a saúde. Tivestes de voltar ao Rio de Janeiro, para desde logo começar a longa e ansiosa peregrinação pelos climas serranos: Itaipava, Campanha, Teresópolis; depois o Ceará, em Maranguape, Uruquê, Quixeramobim; depois novamente as montanhas fluminenses. Só em 1913 pudestes vencer as afetuosas resistências maternas e partistes, sozinho, para a Suíça, porto da suprema esperança.

Já na Campanha, durante o ano inteiro que ali morastes, entre 1905 e 1906, preso à cadeira de repouso que conheciam todos os transeuntes do Largo da Matriz, a poesia fizera a sua aparição na vossa vida. Verdade é que aos dez anos de idade escrevíeis quadrinhas satíricas e que até os dezesseis, uma vez por outra, vosso espírito se comprazia na correta metrificação de algum soneto; segundo o vosso próprio juízo, não era nada que valesse a pena. Foi na Campanha e durante os anos seguintes que a expressão poética passou a constituir, com o vosso tormento, "uma coisa só". Mas no sanatório suíço, em Clavadel – no povoado onde estivera Antônio Nobre, pelas mesmas razões, vinte anos antes – íeis entrar uma nova fase da vossa existência, em todos os sentidos, inclusive no sentido literário. Vossas leituras se enriqueceram de Laforgue, de Rimbaud, dos decadistas franceses, dos futuristas italianos, dos russos, dos irlandeses. Ali encontrastes o poeta húngaro Charles Picker, o poeta francês Paul Eluard e outros intelectuais, de diferentes nações, que a enfermidade reunira na montanha. Apesar do contato com as novas correntes estéticas estrangeiras, o sentimento clássico da poesia portuguesa subsistia, como subsistiu sempre, em vossa obra, como prova o fato de haverdes então escrito o soneto "A Camões", verdadeiro canto brasileiro de um lusíada:

Quando n'alma pesar de tua raça
A névoa da apagada e vil tristeza,
Busque ela sempre a glória que não passa,
Em teu poema de heroísmo e de beleza.

Gênio purificado na desgraça,
Tu resumiste em ti toda a grandeza:
Poeta e soldado... Em ti brilhou sem jaça
O amor da grande pátria portuguesa.

E enquanto o fero canto ecoar na mente
Da estirpe que em perigos sublimados
Plantou a cruz em cada continente,

Não morrerá sem poetas nem soldados
A língua em que cantaste rudemente
As armas e os barões assinalados.

Dessa fase do sanatório de Clavadel são também a "Canção de Maria", as "Cartas de meu avô", o "Poemeto erótico", "Natal" e "Alumbramento".

Com esses e outros trabalhos completastes os *Poemetos Melancólicos*, que quisestes imprimir em Coimbra: mas os senhores França Amado e Companhia não responderam à vossa carta. Mandastes a Eugênio de Castro os dois talvez mais belos sonetos da vossa obra, "A Camões" e "Inscrição": também não lograstes resposta.

O ambiente de Clavadel, com seus pinheiros, suas neves, não se refletiu em vossa obra. Em *A Cinza das Horas* vem apenas um poema com a paisagem que vos rodeava, e é uma paisagem de outono, a estação dos finos crepúsculos pensativos, quando se desfolham os lariços e morrem os doentes graves.

Sobrevindo a guerra de 1914, tivestes de deixar a Suíça, esquecendo no sanatório o manuscrito dos *Poemetos Melancólicos*, que nunca vos foi possível refazer inteiramente. Alguns dos vossos poemas se perderam.

De regresso ao Rio de Janeiro, podíeis agradecer à Suíça a saúde recuperada e dizer, como Antônio Nobre:

... Benditos sejais vós, Alpes cheios de neve!

Devíeis ainda, por alguns anos mais, observar as cautelas de uma vida frágil, mal acabada de recompor-se; mas, embora guardando nos vossos hábitos a regra do retiro ascético – a que chamastes "perau profundo" –, havíeis

purgado a condenação à montanha. Podíeis viver junto ao mar, nas suas areias ardentes:

Mar que ouvi sempre cantar murmúrios
Na doce queixa das elegias,
Como se fosses, nas tardes frias
De tons purpúreos,
A voz das minhas melancolias:

Com que delícia neste infortúnio,
Com que selvagem, profundo gozo,
Hoje te vejo bater raivoso,
Na maré cheia de novilúnio,
Mar rumoroso!

Com que amargura mordes a areia,
Cuspindo a baba da acre salsugem,
No torvelinho de ondas que rugem
Na maré-cheia,
Mar de sargaços e de amarugem!

As minhas cóleras homicidas,
Meus velhos ódios de iconoclasta,
Quedam-se absortos diante da vasta,
Pérfida vaga que tudo arrasta,
Mar que intimidas!

Em tuas ondas precipitadas,
Onde flamejam lampejos ruivos,
Gemem sereias despedaçadas,
Em longos uivos
Multiplicados pelas quebradas.

Mar que arremetes, mar que não cansas,
Mar de blasfêmias e de vinganças,
Como te invejo! Dentro em meu peito
Eu trago um pântano insatisfeito
De corrompidas desesperanças!...

O "perau profundo" era no Leme, à Rua Goulart, n.º 25. Acompanháveis de longe as agitações literárias. Vosso tio Sousa Bandeira, como acabais de recordar, já vos dera o bom conselho: a técnica do verso deve ser sabida, sem dúvida (e bem que a sabíeis); "quanto à essência, o melhor é pedir inspiração à própria alma". Zombastes então dos parnasianos, nesse coro de "Os Sapos", em que pela primeira vez o folclore se identifica com a vossa poética:

Enfunando os papos,
Saem da penumbra,
Aos pulos, os sapos.
A luz os deslumbra.

Em ronco que aterra,
Berra o sapo-boi:
– "Meu pai foi à guerra!"
– "Não foi!" – "Foi!" – "Não foi!"

O sapo-tanoeiro,
Parnasiano aguado,
Diz: – "Meu cancioneiro
É bem martelado.

Vede como primo
Em comer os hiatos!
Que arte! E nunca rimo
Os termos cognatos.

O meu verso é bom
Frumento sem joio.
Faço rimas com
Consoantes de apoio.

Vai por cinqüenta anos
Que lhes dei a norma:
Reduzi sem danos
A fôrmas a forma.

Clame a saparia
Em críticas céticas:
"Não há mais poesia,
Mas há artes poéticas..."

Urra o sapo-boi:
– "Meu pai foi rei!" – "Foi!"
– "Não foi!" – "Foi!" – "Não foi!"

Brada em um assomo
O sapo-tanoeiro:
– "A grande arte é como
Lavor de joalheiro.

Ou bem de estatuário.
Tudo quanto é belo,
Tudo quanto é vário,
Canta no martelo."

Outros, sapos-pipas
(Um mal em si cabe),
Falam pelas tripas:
– "Sei!" – "Não sabe!" – "Sabe!"

Longe dessa grita,
Lá onde mais densa
A noite infinita
Verte a sombra imensa;

Lá, fugido ao mundo,
Sem glória, sem fé,
No perau profundo
E solitário, é

Que soluças tu,
Transido de frio,
Sapo cururu
Da beira do rio...

Perdestes vossa mãe em 1916 e dois anos depois a irmã enfermeira, "a melhor das Marias", com dizeis na "Canção das muitas Marias":

..... Maria Cândida
(Mária digam por favor),
Minha Maria enfermeira,
Tão forte e morreu de gripe,
Tão pura e não teve sorte,
Maria do meu amor.

Em 1917 fizestes imprimir em duzentos exemplares os antigos *Poemetos Melancólicos* no volumezinho de *A Cinza das Horas*. Era uma experiência da vossa curiosidade. Queríeis saber "como era aqui fora". Entre as poucas notícias que se escreveram sobre o livro, destaca-se do vosso mestre no Ginásio Nacional, o grande e lúcido João Ribeiro, no seu folhetim de *O Imparcial*:

> *A Cinza das Horas*, pequenino volume, é neste momento um grande livro. De tal arte nos haviam estragado o gosto com o abuso das convenções, dos artifícios e das nigromancias mais esdrúxulas, que esta volta à simplicida-

de e ao natural é uma reparação consoladora e saudável. Saindo daquele atordoamento de luzes multicores, de lanternas nipônicas, reentramos com o poeta no frescor ameno das sombras.

Recorda o que diz Carlyle sobre "o inefável da verdadeira poesia", *all inmost things are melodious*, e acrescenta: "A poesia dessa espécie, já se entende, não pode ser obtida por formulários, tabelas e por precauções antecipadas de rimas e vocábulos. Rimas e vocábulos? Até idéias de antemão enfileiradas servem aos maus poetas."

Vosso lirismo, com efeito, trazia de novo a poesia brasileira "à simplicidade e ao natural". A reação tinha precursores em Marcelo Gama e Mário Pederneiras, como nos demais poetas do pós-Simbolismo, sendo aqueles dois os primeiros que ousaram incorporar o cotidiano ao lirismo, com a utilização de temas até então considerados prosaicos; reação que sob outros aspectos – sobretudo a predominância da música interior – vinha também, está claro, do próprio Simbolismo, com Cruz e Sousa, Alphonsus de Guimaraens e Silveira Netto. O grupo do pós-Simbolismo, em torno da revista *Fon Fon!*, por volta de 1913, é todo um capítulo da literatura brasileira que está por escrever.

Em *A Cinza das Horas*, entretanto, o lirismo escolhia não só as formas fluidas da expressão, como empregava, também, os modelos graciosos da tradição portuguesa, tudo com a marca inconfundível da vossa personalidade, que era um secreto acento de pudor e ironia:

Donzela, deixa tua aia,
Tem pena de meu penar.
Já das assomadas raia
O clarão dilucular,
E o meu olhar se desmaia
Transido de te buscar.
Sai desse ninho de alfaia,
– Céu puro de teu sonhar,
Veste o quimão de cambraia,
Mostra-te ao fulgor lunar.
Dá que uma só vez descaia

Do ermo balcão do solar
Como uma ardente azagaia
O teu fuzilante olhar.

Donzela, deixa tua aia,
Tem pena de meu penar...
Sou mancebo de alta laia:
Não trabalho e sei justar.
Relincham em minha baia
Hacanéias de invejar.
Tenho lacaio e lacaia.

Como um boi ao meu jantar!
Castelã donosa e gaia,
Acode ao meu suspirar
Antes que a luz se me esvaia...
Tem pena de meu penar.

Vou-me ao golfo de Biscaia
Como um bastardo afogar.
Minh'alma blasfema e guaia,
Minh'alma que vais danar,
Dona Olaia, dona Olaia!

– Meu alaúde de faia,
Soluça mais devagar...

Verdade é que em sonetos como "A aranha", "D. Juan" e "Mancha", ainda havia todas as engenhosidades do buril parnasiano, o que sucederia também, no livro seguinte, *Carnaval*, com certas peças da mesma época, tais "A ceia", "Menipo" e "A morte de Pan". Fácil vos seria renegar esses exercícios didáticos, a que pensastes dar, no volume *Poesias*, em 1924, colocação à parte, sob o título de *Pastiches*. Entretanto, preferistes conservá-los disseminados em vossa obra, sem nenhuma discriminação particular, como cadernos de estudo entre os manuscritos de uma obra-prima.

Logo em 1919 publicastes o *Carnaval*, quase todo composto nos dois anos anteriores. Tudo nesse segundo livro (tirado também a poucos exemplares e destinado a um público restrito) é de uma estranha força, com um acento absolutamente novo na deliberada "libertinagem" de composição rítmica. Podíeis desde logo declarar, como viríeis a fazer alguns anos mais tarde:

Estou farto do lirismo comedido
Do lirismo bem comportado
Do lirismo funcionário público com livro de ponto
[expediente protocolo e manifestações de apreço ao sr. diretor.

Estou farto do lirismo que pára e vai averiguar no dicionário o
[cunho vernáculo de um vocábulo.

Abaixo os puristas
Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais
Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção
Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis

Estou farto do lirismo namorador
Político
Raquítico
Sifilítico
De todo lirismo que capitula ao que quer que seja fora de si mesmo.

De resto não é lirismo
Será contabilidade tabela de co-senos secretário do
[amante exemplar com cem modelos de cartas e as
[diferentes maneiras de agradar às mulheres, etc.

Quero antes o lirismo dos loucos
O lirismo dos bêbados
O lirismo difícil e pungente dos bêbados
O lirismo dos clowns de Shakespeare

– Não quero mais saber do lirismo que não é libertação.

No *Carnaval*, havia todas as técnicas, mas em torno de um tema "todo subjetivo":

Eu quis um dia, como Schumann, compor
Um Carnaval todo subjetivo:
Um Carnaval em que o só motivo
Fosse o meu próprio ser interior...

Quaisquer que sejam os desenvolvimentos e as transformações, de expressão ou de essência, que apresente depois a vossa obra, foi com esse livro que trouxestes à poesia brasileira uma autêntica mensagem de mistério. A atitude melancólica, do "doente atrás de janelas", que há em *A Cinza das Horas*, transfigura-se em sarcasmo de anjo rebelde:

A tez, antes melancólica,
Brilha. A cara careteia.
Canta. Toca. E com tal veia,
Com tanta paixão diabólica,

Tanta, que se lhe ensangüentam
Os dedos. Fibra por fibra,
Toda a sua essência vibra
Nas cordas que se arrebentam.

O *clown* lastimoso tem esgares cínicos. Serve-se dos temas da farsa clássica para mascarar a sua angústia. Reclama bacanais em altos gritos:

Quero beber! cantar asneiras!
.....
– Vinhos!... o vinho que é o meu fraco!...
Evoé, Baco!

Sob essas aparências, quanta austeridade, e que "ar lúgubre"! Antes de acabar o "carnaval", já se sabia que ele não tinha sido como o de Schumann:

..... diferença que havia!
O de Schumann é um poema cheio de amor,
E de frescura, e de mocidade...
E o meu tinha a morta morta-cor
Da senilidade e da amargura...
– O meu Carnaval sem nenhuma alegria!...

Logo nos começos de 1920 partiria o último companheiro do vosso lar – o bom companheiro que também sabia de cor as histórias de Rosa. Na véspera de finados poderíeis dizer a alguém que o tinha conhecido:

Amanhã que é dia dos mortos
Vai ao cemitério. Vai
E procura entre as sepulturas
A sepultura de meu pai.

Leva três rosas bem bonitas.
Ajoelha e reza uma oração.
Não pelo pai, mas pelo filho:
O filho tem mais precisão.

O que resta de mim na vida
É a amargura do que sofri.
Pois nada quero, nada espero,
E em verdade estou morto ali.

Foi alguns dias depois desse último luto que passamos a ser vizinhos, na Rua do Curvelo. Eu ali ocupava um compartimento de fundos com janela para o mar, na "casa do gato cinzento". Era uma dessas vivendas burguesas que já vão desaparecendo, e onde laboriosas famílias de recursos medianos alugam "quartos sem pensão a cavalheiros". Os anúncios pedem mesmo: "cavalheiros de fino trato". Fostes morar, pouco adiante, num magnífico rés-do-chão acavalado sobre três pisos de morro abaixo. Ao estudante Batista esse rés-do-chão se afigurava uma residência de príncipe solitário, com seus belos móveis de jacarandá, suas estantes bem arrumadas, seus objetos de arte, inclusive certo Cristo de marfim à cabeceira. Entretanto, o castelo não tinha cozinha. A minha hospedeira, bondosa portuguesa, que sempre se recusara a fornecer comida aos hóspedes, acudiu ao meu apelo: para o Sr. Dr. Bandeira, ali tão sozinho, sem família, e meu amigo, com muito gosto. Passamos então nós dois, privilegiadas criaturas, a regalar-nos com a mesa que nos preparava D. Sara; e será negra ingratidão se um dia, em nossas reminiscências escritas, não levantarmos um monumento de glória àquelas peixadas, àquelas galinhas da cabidela, àquelas papas, àqueles bifes de cebolada com que a paciente senhora nos compensava da imensa pena de existir.

No vosso rés-do-chão, mais tarde pouso de poetas modernistas que vinham da província – Ascenso Ferreira, por exemplo, fazia desarrumações tremendas – ainda levastes por algum tempo a vida de recluso, porém de recluso que se emancipava. Foi ali que exercestes, por exceção, vossas primeiras atividades de professor, iniciando uma menina, flor da vossa amizade, nas matemáticas, nos idiomas, na história, nas artes, na poesia.

Se a vida "é amarga e triste, e ao cabo dói mais do que tudo", ainda assim vale a pena. Foi o que vos revelou o Morro do Curvelo. Das vossas amplas janelas, tanto as do lado da rua, em que brincavam crianças, como as do lado da ribanceira, com cantigas de mulheres pobres lavando roupa nas tinas de barrela, começastes a ver muitas coisas. A ouvir também muitas coisas: ao longe, no tumulto confuso que vinha do Catete, da Glória e do Flamengo, a maravilhosa "sinfonia da vida civil". Entrando na vossa alma, dando-se, pedindo para ser amado, o Morro do Curvelo entrava, humilde, na poesia brasileira. Como de um território mágico, tomastes posse do cotidiano. A poesia não estava só em vós, estava também naquilo que o mundo de em

torno vos oferecia. O cotidiano também tem a sua santidade e a sua sublimidade. Até então a vida vos vinha "através dos livros e dos jornais", por causa do ascetismo da forçosa prisão, o quarto do "menino doente". O Morro do Curvelo, em seu devido tempo, trouxe-vos aquilo que a leitura dos grandes livros da humanidade não pode substituir: a rua. Viva, simples e sem história: a rua.

Nalgumas páginas das *Crônicas da Província do Brasil*, escritas para os jornais (o que representou em vossa existência uma tomada direta de contato com o mundo ambiente), contais muitas das vossas novas incursões com tocadores de violão, poetas, homens de Estado, conspiradores, macumbeiros, pintores, gramáticos e "reis vagabundos". Aí vamos encontrar os andaimes dos poemas dessa fase inteiramente "oposta" à primeira, depois que a vossa poesia palpou o chão, botou raízes na terra.

Essas crônicas, muitas vezes, são desenvolvimentos temáticos da contagiosa ternura humana que daí por diante se observa na vossa obra. Assim, por exemplo, quando vos referis aos menininhos do Curvelo, que à vossa janela pediam livros das estantes...

– "[...] aquele!
– Aquele é em francês, você não entende.
– Então aquele!
– Aquele é em inglês!
– Não tem figura?
– Não tem figura.
– Deixe ver!
E eu mostrava. Um silêncio.
– Então me dá um biscoito!
– Acabaram-se.
– Então eu esbodego a sua porta".

A partir desse tempo, quando íeis veranear em Petrópolis tínheis olhos para outros meninos, como os "Meninos carvoeiros", que passavam de madrugadinha, carregando os sacos remendados, deixando cair os carvões. ("Pela boca da noite vem uma velhinha que os recolhe, dobrando-se com um

gemido"). O mundo que vos rodeia é bom. Vale a pena existir para ver como os seres se movem, respiram, trabalham, sofrem, riem, dormem. Observais até mesmo as aranhazinhas que no silêncio da noite, pelas paredes do quarto, urdem teias levíssimas, aranhazinhas que tendes "vontade de beijar". O amor de todas as coisas entra pelo vosso coração: ah, além do vosso sofrimento, havia milhares, milhões de outros sofrimentos! Além do vosso desejo de alegria, havia milhares, milhões de outros seres com o mesmo instinto! O simples pedaço de gesso – "gessozinho comercial" – de uma pequena estátua, fazia-vos

..... agora refletir
Que só é verdadeiramente vivo o que já sofreu.

Tudo merece amor, em si mesmo, pelo simples fato de viver conosco, de ser um fragmento do mundo que nos sustém os pés, que é pouso dos nossos olhos e fonte de melodia para os nossos ouvidos. Na "noite morta / Junto ao poste de iluminação / Os sapos engolem mosquitos". Sabemos quanto esses bichinhos haviam tomado parte no vosso "carnaval subjetivo". Agora, o que eles vos despertam, como vigias da solidão, é o pensamento de que nessa estrada deserta, por onde não passa "nem um bêbado", "há seguramente uma procissão de sombras. / Sombras de todos os que passaram. / Os que ainda vivem e os que já morreram". Os que ainda vivem! Em vossa poesia, na qual éreis como que a única personagem digna de lástima e simpatia, entram "os que ainda vivem", mas que por serem sombras merecem dó. Da vossa janela, olhando pelo morro abaixo os quintais da Rua Cassiano, vedes a garotada saltear com assobios e pedradas o balão que "leva tempo para tomar fôlego". "Quem o fez foi o filho da lavadeira, / Um que trabalha na composição do jornal e tosse muito". Era um balão como os outros, agredido a pedras como tantos outros, mas adivinhais com que amor foi feito pelo menino. Acompanhais assim a sua viagem, a viagem que ele fez apesar dos ataques

... subindo...
muito serenamente...
para muito longe...

"Não caiu na Rua do Sabão. / Caiu muito longe... Caiu no mar – nas águas puras do mar alto." As feiras da cidade, com seu tumulto de donas de casa pechincheiras e mercantes gritalhões, com suas "bancas de peixe" e "barraquinhas de cereais", atraem os vossos passos; misturai-vos às "burguesinhas pobres", às "criadas das burguesinhas ricas", às "mulheres do povo", às "lavadeiras da redondeza"; os "menininhos pobres" (em torno do "homem loquaz" que apregoa "O melhor divertimento para crianças!") "fazem um círculo inamovível de desejo e espanto." Já agora, não podeis dizer que a vida vos chega "através dos jornais e dos livros". O povo apareceu na vossa poesia. Não o considerais mais como "turba grosseira e fútil", como quando, "de dominó negro", passeáveis de mãos dadas com outro "dominó negro", ambos com solenidade, olhando com repugnância as "Vênus para caixeiros", repimpadas nos carros alegóricos. Quando tiverdes de recordar a infância, não usareis de nenhuma generalização abstrata (Fui bem-nascido. Menino...), mas repetireis nomes de bairros do Recife, de rios, de pessoas: D. Aninha Viegas, Totônio Rodrigues. Os pregões

Ovos frescos e baratos
Dez ovos por uma pataca

voltarão aos vossos ouvidos, como melodias encantatórias. Notais mesmo, de passagem, pormenores etnográficos de que Gilberto Freyre fará com certeza um uso oportuno: "amendoim" chamava-se "midubim e não era torrado, era cozido". Nesse mesmo antigo Recife "sem história nem literatura", onde "as famílias tomavam as calçadas com cadeiras, mexericos, namoros, risadas", despertareis do sono em que "dormem profundamente" os meninos que gritavam

Coelho sai!
Não sai!

A introdução da vida popular na vossa poesia não foi, de resto, um fenômeno de sentimentalismo: foi como que o toque da graça franciscana. Mais do que nunca, lutareis contra os impulsos do sentimentalismo: o *humour* vos impedirá de "chorar de manso e no íntimo", como antigamente.

Tão lúcida é agora a vossa vontade de reação viril, que até mesmo os soluços serão "lágrimas", como no "Último poema", que desejaríeis

Que fosse terno dizendo as coisas mais simples e menos intencionais
Que fosse ardente como um soluço sem lágrimas
Que tivesse a beleza das flores quase sem perfume
A pureza da chama em que se consomem os diamantes mais límpidos
A paixão dos suicidas que se matam sem explicação.

Nesse poema, que encerra o volume *Libertinagem*, estão os "motivos" mais constantes da vossa obra poética, toda a essência da vossa mensagem, a síntese do vosso "cotidiano trágico". Cada palavra ilumina um recanto obscuro do "perau profundo": terno, simples, ardente, pureza, chama, diamante, límpido, paixão, morte: morte sem explicação.

*

A Academia Brasileira, entretanto, não recebe em vós tão-somente o grande poeta de canto inconfundível; abre também as suas portas ao filólogo, ao crítico de arte e ao historiador literário, sempre rico de saber e de sensibilidade, a toda parte levando uma clara paixão de humanista.

Como filólogo, estais consagrado até mesmo pelos dois maiores mestres da moderna lingüística entre nós, Antenor Nascentes e Sousa da Silveira, nos escritos que há pouco, no *Jornal do Commercio*, dedicaram, respectivamente, ao vosso estudo sobre as *Cartas Chilenas* de Tomás Antonio Gonzaga e às vossas duas antologias, a da *Fase Romântica* e da *Fase Parnasiana*, precursoras das *Obras Completas de Gonçalves Dias*, cuja edição comentada tendes em preparo.

Como crítico de arte, mostrais particular afeição pelas velhas igrejas coloniais. Muito escrevestes sobre a Bahia e sobre a região ouro-pretana, publicando mesmo um perfeito *Guia de Ouro Preto*. Da vossa vocação de adolescente, a arquitetura, guardareis mais do que nostalgia: uma espécie de amoroso "complexo". Ao visitardes a Bahia em 1926, dizeis que em vós "estremeceram aquelas fundas raízes raciais que nos prendem ao passado extinto"; magia dos sobradões portugueses, das frontarias conventuais de austera simplicidade. Fazeis então a apaixonada defesa dessas formas de arte

arquitetônica, em que cada vez menos se inspiram as nossas metrópoles; acentuais as "linhas simples e poucas" de que se serviam os nossos primitivos construtores, "dispondo dos claros com uma ciência ou intuição admirável da assimetria". Também na vossa obra poética a expressão formal escolhe linhas simples e poucas; e com toda a ciência dispondes da assimetria rítmica. Tomais também a defesa do barroco, que esplende no interior de nossas igrejas; escreveis que "em nossa terra exuberante, onde a natureza dá o modelo do mais fantástico capricho de curvas, o barroco é o grande estilo religioso", foi ele que se adaptou à natureza e à vida de imaginação dos colonos peninsulares.

O antigo estudante de arquitetura, quando vai a ares em Campanha, Quixeramobim ou Pouso Alto, guarda nas retinas os volumes nobres das mais humildes igrejas, e a sua revolta explode contra a lastimável importação de estilos sem familiaridade com o ambiente brasileiro: "Todos esses nossos góticos de meia tijela não valem a igrejinha pobre de Mangaratiba ou outra qualquer capelinha de arraial."

Inspirado no mesmo gosto da tradição são tantas outras linhas-mestras do vosso espírito: nas questões de etnografia, de artes plásticas ou de lingüística. Por ocasião do movimento moderno, entre os anos de 1920 e 1926, vossa posição ficou bem definida na entrevista com Peregrino Júnior: "Os vanguardistas brasileiros divergiram sensivelmente das vanguardas européias. É visível em todos a vontade deliberada de fazer arte brasileira." À pergunta sobre se existia uma arte brasileira, respondestes sem hesitação: "Para mim existe uma arte brasileira, e não é de agora. Alencar, Macedo, Manuel de Almeida fizeram romance brasileiro. Castro Alves, Casimiro, quase todos os românticos fizeram poesia brasileira." Em seguida, referindo-vos à questão da língua, dissestes de modo lapidar: "A poetas e escritores compete o dever de trabalhar artisticamente os brasileirismos, até dar-lhes foros de linguagem literária." Os modernos, restabelecendo a tradição brasileira de José de Alencar e dos românticos, procuraram introduzir nas formas líricas ou expositivas aquele mesmo saboroso jeito da nossa língua viva familiar e popular, sem perder de vista que a língua portuguesa é uma só. Tanto no Brasil como em Portugal ela obedece ao seu natural instinto de transformação, apesar de haver de vez em quando, lá como aqui, quem prefira escrever em língua morta. Aliás, esses clérigos do enganoso purismo (a pureza está longe de ser imitação formal)

não são de todo inúteis com seus exercícios didáticos, pois nos casos de aguda corrupção idiomática servem para recordar o armário dos antigos remédios caseiros. Em muitas páginas da vossa obra, espelha-se o aparente conflito entre a língua culta e a língua popular, como se tivésseis mesmo o propósito de oferecer-nos os dados objetivos de um problema; a chave é bem simples, já no-la tinha indicado Júlio Ribeiro, como lembrastes em vosso discurso: "A gramática não faz leis e regras para a linguagem; expõe os fatos dela." Ao filólogo, portanto, cabe encontrar a unidade orgânica de todo esse vasto material, de léxico e de sintaxe, que o povo incessantemente cria e incessantemente transforma; assim como ao artista compete acomodar as necessidades da linguagem com a tradição do idioma. Não exercessem uns e outros essa função superior, seriam simples escravos de caprichosas desviações transitórias, de caráter local e até individual; acabaríamos todos, sem nenhuma capacidade de coerência e depuração, a falar como aquela indiazinha do vosso poema, a "Cunhantã" de boquinha tuíra, que quando se machucava dizia: "Ai Zizus!" Ou a exprimir-nos como os irmãozinhos de certo subúrbio, que "ensaiavam cheganças para o Natal" e, segundo o vosso testemunho, dialogavam assim:

O Menino Jesus – Quem sois tu?
O preto – Eu sou aquele preto principá do centro do cafange do fundo
[do rebolo. Quem sois tu?
O Menino Jesus – Eu sou o fio da Virge Maria.
O preto – Entonces como é fio dessa senhora, obedeço.
O Menino Jesus – Entonces cuma você obedece, reze aqui um terceto
[pr'esse exerço vê.

Senhor Manuel Bandeira,

Sabeis com que emoção, certa noite, Múcio Leão, Cassiano Ricardo e eu fomos procurar-vos na vossa casa – que já não é mais no Morro do Curvelo, porque o vosso "cotidiano" se espalhou por adjacências de morro abaixo, na planície da Lapa, especialmente sonora de "sinfonias civis". Íamos pedir-vos que escrevêsseis ao Presidente da Academia Brasileira a vossa carta

de candidato. Em pijama, com o corpo esguio a marcar angulosidades minuciosas, tivestes um recuo de hesitação; não era uma hesitação de fundo antiacadêmico, porque sabíeis que aqui dentro só viríeis encontrar companheiros devotados para uma função que é a vossa: trabalhar pela cultura brasileira. Talvez porque fosse uma noite de calor e estivésseis à frescata, naquele vosso ambiente de intimidade que guardou sempre um ar afetuoso de enfermaria, ficastes gravemente assustado com a expectativa de envergar o fardão regimental. Teimastes na recusa: não era possível; e nós teimamos em nossos argumentos, que acabaram por vencer a vossa indisposição para este gênero de indumentária. No entanto, não ignorávamos que tínheis lá as vossas boas razões; com efeito, que fariam os meninos de outrora, do Morro do Curvelo, se vos vissem entrar em casa com tal solenidade, metido nestes ouros aparatosos? "Es-bo-de-ga-vam a vos-sa por-ta!"

A mim – habituado embora, por deveres de carreira profissional, a vestir um fardão, ainda que com muito menos bordados – o que me assustou foram as galas de um fardão, de certa maneira, também regimental: o da linguagem. Ao saber que deveria saudar-vos aqui em nome da Academia, pensei no indispensável tratamento de "vós", que seria preciso dar ao mais íntimo dos meus amigos. Pensei também num certo quê do estilo oratório em tais cerimônias. A Academia é ciosa dos seus usos – no que faz muito bem – e não me concederia que de outro modo me desempenhasse do honroso encargo. Não fora o perigo das reformas, a que esta corporação é igualmente arredia, e eu teria apresentado um projeto revolucionário: para que em certos casos, a exemplo deste, a gente pudesse falar na terceira pessoa – como na vida, como na vida brasileira. Assim eu não me afligiria com o imperioso "vós" e diria o brasileiríssimo "o senhor", que no íntimo escamotearia, substituindo-o pelo "você", tão nacional e tão natural entre amigos.

Fica-me no espírito, por isso, a incômoda sensação de ter calado coisas que eu sei mas que só poderia dizer de outro jeito, o único jeito com que a respeito da vossa vida e da vossa poesia sou capaz de exprimir

Tudo o que existe em mim de grave e carinhoso.

Quis o destino que eu também fosse fazer peregrinações pela serra, anos a fio, à procura de "melhores climas". Numa das visitas que então me fazíeis, pelo verão, conhecestes Pouso Alto, cujas andorinhas se queixavam, nos fios telefônicos da estrada deserta, de "passar a vida à toa". Ali escrevestes aquele poema em que lhes respondeis à maneira de consolo:

..... minha cantiga é mais triste!
Passei a vida à toa, à toa...

Não passastes a vida à toa, à toa. Nem eu também, a quem Deus reservou a alegria de receber-vos nesta Casa. Como São Pedro à porta do céu, onde foi bater a velha Irene do vosso poema,

Irene preta
Irene boa
Irene sempre de bom humor.

eu agora poderia dizer, mas por outras razões, que são as razões da vossa grandeza de homem e de poeta:

– *Entre, Manuel. Você não precisa pedir licença.*

Discurso do
SR. MENOTTI DEL PICCHIA

e

Resposta do
SR. CASSIANO RICARDO

Sessão solene extraordinária
do dia 20 de dezembro de 1943

I

DISCURSO DO SR. MENOTTI DEL PICCHIA

Elevando-me a esta culminância parece-me sentir a exaustão de uma longa caminhada. De onde vim para chegar até aqui? Que ásperos caminhos interiores rasguei, pisando vivos pedaços de alma, para não faltar a este encontro marcado a mim mesmo num puro sonho de mocidade, quando a sagração acadêmica era o prometido quinhão de glória destinado a coroar esta dedicação integral às cousas do espírito num esforço que adivinhava ser largo e ser rude?

Ingênuo era o moço que tal se prometia não levando em conta a desproporção da recompensa diante da indigência de suas possibilidades. Tinha, porém, a desculpá-lo, a precoce intuição da vossa generosidade.

Vós, heróicos caminhantes de peregrinações anteriores, viestes esperar-me nesta cumeada. Brilha nela o sol da imortalidade. É aqui a zona neutra do espírito na qual os mortos estão vivos, porque mortos e vivos realizam o milagre terrestre da presença perene dentro das suas criações de arte. Penetro, finalmente, no sentido da vossa "imortalidade". Ela existe em função da vossa constância, que é soma de crença, de trabalho e de criação e, depois, sucessiva substituição de alma por alma, quando um corpo exausto a devolve à perenidade das memórias e o outro corpo a recebe como o archote inda intacto recebe, do que se extingue, a alegria festiva da chama!

RESGATE DE UMA DÍVIDA

A glória desta Academia me reconduz a um ensolarado trecho de juventude, na Itapira dos céus inconfinados, com seu parque suspenso como um jardim babilônico sobre as escarpas de Cubatão, mirante destinado a mostrar as cambalhotas líquidas de que é capaz o Rio do Peixe, as tonalidades verdes que enriquecem a várzea e a fascinação nômade dos acampamentos dos ciganos. Agita tudo isso – memórias de homens e desenhos de paisagens – uma tão espessa rajada de lirismo e de saudade que traz nas suas asas a música ingênua das estrofes dos *Poemas do Vício e da Virtude,* balbucio inaugural de minha descolorida aventura literária, livro de estréia que Souza Bandeira paraninfou.

Eu me lembro de duas mãos trêmulas, rasgando um envelope que possuía algo de terrível e de mágico: a chancela desta Casa. Lembro-me da letra firme do mestre inesquecido, letra que um grafólogo catalogaria entre as dos homens leais e sem mistério; do palpitar louco do coração daquele rapaz de dezessete anos depois de ler tão suspirado prefácio. Quem diria que a esse rapaz, poeta provinciano, fora dado, no seu crepúsculo, atingir esta altitude, não para vangloriar-se nela, mas para relembrar como foi generoso para com a mocidade aquele companheiro morto. Quis apenas resgatar velha dívida reverenciando, com esta referência pessoal, na porta da Academia, a sombra amiga daquele que me abriu as portas das Letras.

DEMOCRACIA ESPIRITUAL

Senhores acadêmicos, aqui estou, um pouco ofegante, porque toda a subida é, no fundo, uma canseira. Não tenho ainda prática deste Olimpo de deuses terrestres, nem pude respirar com fartura este clima de imortalidade. Por instinto, porém, mais que por experiência, posso imaginar que nos é dado aqui, com mais serenidade, embora não sem melancolia, avaliar melhor todo o passado esforço. Não há como conduzir vaidade para esse auto-ajuste de contas uma vez que já se entra por aquela quadra da vida em que as primeiras sombras da tarde, senão as primeiras trevas da noite, tiram ao contorno das paixões suas pontas mais agudas. É condição humana chorar sobre o próprio

sucesso. Esse tributo de lágrimas que a emotividade presta à própria glória tem a força de um símbolo: é a contrapartida de angústia, de drama ou de decepção, que causa a todo homem qualquer forma de realização de si mesmo.

Para mim, a maior dor neste instante tão decisivo para minha vida é não ter o meu pai a meu lado. Eu poderia evocar, neste momento, sua tímida figura de imigrante. Ele está morto. A terra brasileira tem agora seu corpo como teve, antes, a sua alma. Essa evocação não seria uma festa íntima de memórias: seria uma tese, a tese da democracia brasileira, democracia que é simbiose de raças, fraternidade humana, solidariedade das criaturas de todos os quadrantes do mundo na terra mais livre do universo.

Eu imaginaria o navio chegando ali por volta de 87, atracando no cais de Santos, num porto fumegante de cargueiros alinhados em trapiches de tábuas e ainda sem o milagre profilático de Emílio Ribas e Osvaldo Cruz, não sonhando com o esplendor orgiástico e cosmopolita dos cassinos e tendo a barrar o céu a sombra verde e impressionante dos contrafortes da Serra do Mar, nos quais parece entrincheirar-se o planalto contra a repetida audácia das múltiplas entradas.

Seria uma criatura assustadiça e escoteira, tomada de pânico diante da terra-enigma, com o complexo do expatriado na alma, com a timidez do meteco nos olhos, com uma alerta reação de defesa em cada ângulo do espírito. Seu drama seria igual ao de centenas de milhares de criaturas desraizadas dos seus lares pela necessidade, pela inadaptação de seus espíritos libertários dentro de velhas civilizações estagnadas ou reacionárias ou por uma inquieta e fecunda sede de aventuras e de panoramas.

A causa não importa. Importa é a conseqüência. A conseqüência, na generalidade, é isto: uma paga de muito amor à terra que lhes deu guarida, paga de amor que, por misteriosa hereditariedade, se torna mais violenta na progênie.

Lembrei toda esta história, para explicar a carga de paixão pelo meu País que ficou no meu espírito e que palpita em todas as pobres páginas que escrevi em verso e em prosa. Meu incandescente nacionalismo talvez tenha sua raiz subconsciente numa gratidão ancestral pela terra farta e rica que não se trancou esquiva ou egoísta ao forasteiro que veio de longe, galopando nas ondas do mar, à procura de uma pátria nova. Não ignoro que, num país que tem pouco mais do que quatrocentos anos, todas as famílias podem guardar o

nome do navio que conduziu de além-oceano os seus antepassados. A gloriosa aventura cabralina inda se assinala, num calendário contemporâneo. Há nos Pereiras e Albuquerque, nos Cavalcantis e nos Dórias, nos Wanderleys e nos Cochranes, o longínquo sotaque luso, italiano, holandês ou britânico, que seus heróicos progenitores trouxeram dos rincões nativos. É justo, entretanto, que os que não têm, no mesmo Estado que nos serviu de berço, os "quatrocentos anos" de planalto que ilustram o brasão patrício de gloriosas vergônteas bandeirantes mas sentem no corpo e na alma aquela funda solidariedade humana que vem de alguns milhares de séculos de convivência dentro das mais tremendas vicissitudes da História, que, ao se lembrarem da gasalhada oferecida aos peregrinos de outras plagas, tenham orgulho de pertencer a uma pátria assim generosa e assim livre. Essa é a alma das Américas! Esse é o exemplo humanitário das Américas! Esse é um título de honra e de glória para o Brasil.

É por isso que amamos e adoramos este Brasil, pátria de todas as liberdades, matriz viva da democracia concebida na mais pura, mais vasta e mais humana das suas formas, a fraternidade, isto é, a união, a solidariedade e a cooperação das criaturas numa comunhão na qual foram eliminados todos os preconceitos que dividem os homens. Aqui Sem, Cam e Jafet não trancam as entradas das suas tendas neste colorido acampamento para que seus filhos se cruzem, operando-se assim o mais belo amálgama étnico da História. Aqui, realizando a admirável imagem de Alberto Torres, o mito de Babel se inverte para operar-se não a confusão, mas a fusão das línguas. Aqui os deuses de todos os céus do mundo saem das suas catedrais, sinagogas, templos e mesquitas para se confraternizarem na sublime essência de um Deus único, cuja religião é a solidariedade entre os homens. Aqui não há a estulta patrulha do orgulho racista a indagar aos que, através do caminho oceânico, vêm bater à nossa porta: "De que recanto do mundo trazes o pó das tuas sandálias?"

É que, por força de um destino, foi irradiado, de uma terra fadada à mais extraordinária experimentação social, um chamado festivo dirigido a todos os espíritos livres, a todos os proletários de boa vontade, a todos os temperamentos aventureiros e imaginosos, a todos os homens que sonhavam com um estilo de vida inédito e liberto. E, atendendo a esse chamado, por mais de quatro séculos, homens de todos os quadrantes aqui foram-se reunin-

do dando como resultado este maravilhoso Brasil, nossa Pátria, terra da esperança no mundo.

O DRAMA DE UMA GERAÇÃO

À minha geração foi dado um triste lugar no mundo. Surgiu ela para a consciência social no instante dramático em que a estrutura de um ciclo histórico rompia-se mercê da revolução da técnica. A Arte – que é uma constante sondagem do espírito em todos os setores da atividade humana – denunciou essa quebra de ritmo antes que a ordem burguesa tivesse consciência do cataclismo. Fomos bruscamente atirados para a zona vulcânica de terríveis reajustamentos. Nessa fase, que implica na quebra de velhos quadros políticos, estéticos e sociais, cabe aos artistas procurar os novos rumos.

É natural que tenhamos cometido muitos erros. Rasgar caminhos no desconhecido é, possivelmente, tomar atalhos que desbordam no abismo, mas ninguém negará bravura a essa caminhada conduza ela às verdades do futuro ou aos erros do momento.

Nossa luta consistiu em alargar o campo das nossas liberdades cada vez mais comprimido pelo próprio gênio criador da humanidade. No setor da economia, assistimos ao gigantesco desenvolvimento da máquina e ao subseqüente antagonismo entre a máquina e o homem e ao crescente verticalismo plutocrático em oposição ao crescente horizontalismo da miséria. Sedentos de justiça social batemo-nos por uma mais intensa democratização das massas num sentido efetivo e largo, o que importava em povoar de alguns pesadelos a letárgica noite da burguesia.

Como se vê, as descobertas da técnica não ajustadas à ordem social implicam em novas formas políticas. Por outro lado, essa mesma técnica, no campo espiritual, torna-se uma prisão e uma limitação. Encurtando as distâncias, encurta o mundo. Explicando os mistérios, esvazia-os de toda magia. Esteriliza e limita. O desconhecido foi sempre uma área de infinito disponível à imaginação do homem para a realização da sua plenitude dentro do domínio plástico e sedativo do fantasioso. A ciência, ao tempo que amplia o domínio dos conhecimentos, reduz a uma realidade sem margem de mistério um pobre mundo positivo e explicado. Dentro da sua aridez racionalista somente

poderia surgir uma geração céptica ou revoltada, se não tivesse ela a virtude de ter sido revolucionária e heróica. É que o trabalho de redução de um superado estilo de vida implica no aniquilamento de todo um sistema de idéias, de processos e de formas pertencentes a um caro e doméstico quadro de valores morais, políticos, estéticos e sociais que é mister recompor.

Diante desse novo mundo racionalizado dentro de um excesso de objetividade, que traz como conseqüência, tal qual observa Thibaudet com relação a Voltaire, "um caos de idéias claras", teve nosso instinto que procurar renutri-lo de lirismo. Todo nosso esforço tem consistido em descobrir, nesses escombros do mundo que nós mesmos ajudamos a destroçar e nos vagos lampejos da Era Nova que nasce num monstruoso parto de sangue, a sua íntima e prodigiosa poesia. De fato. Pensando bem, nunca foi o mundo – este mundo esquematizado pela técnica e planificado pelo cientificismo – mais torvo e enigmaticamente poético no seu cataclísmico drama. Superamos Ésquilo. Renteamos João, o visionário de Patmos. Não há nada que contenha mais sobre-humana poesia que o Apocalipse. A época é nitidamente apocalíptica. Há um sentido oculto em todo o desdobrar pavoroso de eventos. Veremos arcanjos nos céus tocando as trombetas das anunciações. Não serão anjos de cinema: serão as potestades das profecias, forças concretas do destino aguardando sua hora num debrum de mundo ainda não devassado pelos instrumentos científicos.

Procuramos renutrir o universo com poesia. Na ordem econômica, encontramos a poesia das reivindicações sociais, poesia de massa, largo coral prodigioso de solidariedade humana. Na ordem política pusemos em campo todas as pesquisas numa inquieta e fecunda procura de mais eqüitativos e mais livres processos de convivência, procurando aí a poesia da cooperação e da camaradagem. Na ordem estética quebramos os velhos moldes rígidos em que o verso, como o coral, se calcinara na parada monotonia do desenho duro e exterior. Transpusemos as fronteiras do subconsciente e do supra-real, incorporando uma vasta área de pura sensibilidade e de valores mágicos ao patrimônio anterior criando assim novas possibilidades e novos ritmos. Esse trabalho ousado e renovador teve seu ponto de partida na revolução modernista de 1922, data expressiva por assinalar o primeiro centenário da nossa

independência política e por tornar-se um marco divisor de duas épocas assinaladas por duas mentalidades.

Sinto orgulho por ter pertencido a esse pelotão de vanguarda na revolução do pensamento brasileiro. Disse "pensamento brasileiro" no seu sentido universal, porque, dentre vós, Cassiano Ricardo – que foi, com outros acadêmicos, nosso companheiro –, enquadrando-se na falange revolucionária que já se rebelaria contra o regime estético reinante, declarou, em oração que ficou famosa em meu Estado: "Esta revolução não se restringe aos arraiais da arte: ela atingirá, sobretudo, a estrutura política." E podíamos acrescentar mais tarde: ela marcha frontalmente para o campo social.

Lá estão, na atormentada história da elaboração do pensamento novo, nas idéias dos seus grupos e na movimentação polêmica das suas dissidências, os germes de todos os caminhos e descaminhos ofertados como hipóteses de solução a este momento crucial da Pátria. Uma fecunda angústia nutriu-os de certa ou errada vocação profética no nobre intuito de querer antecipar para o nosso povo a forma social do seu amanhã, procurando entrever, ainda na sua matriz confusa e hoje sangrenta, as linhas que marcarão o perfil da Era Nova.

MEUS NUMES TUTELARES

Senhores acadêmicos,

Três nomes estelares debruçam-se em constelação sobre a cadeira que vossa generosidade me destinou: Manuel Antônio de Almeida, Inglês de Sousa e Xavier Marques. Sob céu tão estrelado vai abrigar-se um poeta caipira e canhestro fabulador da terra dos cafeeiros. Tudo falta ao substituto: o "humor" do primeiro, a paisagem de magia em que viveu o segundo e o clarão solar que iluminou o terceiro.

Sentando-me, porém, na Poltrona azul, o primeiro dos seus patronos me impõe logo sua presença de mestre. É com ele que devemos aprender como se faz um romance brasileiro. Manuel Antônio de Almeida – com as *Memórias de um Sargento de Milícias* – é cartaz de hoje. Xavier Marques, ao registrar a estranha força dessa obra, que vara um século e se reatualiza como se a escrevesse romancista de agora, observa: "Saiu assim a pintura de Manuel de Almeida tão viva e tão natural que a crítica de hoje, apesar de nosso vigo-

roso rigorismo em arte, de boamente lhe revelou o desalinho da frase e a inconstância da forma, tendo por excelentes compensações a veracidade e a fidelidade com que foram reconstituídas as figuras corriqueiras da velha sociedade carioca."

Naquilo que o mestre baiano veladamente censura, talvez residia o segredo da atualidade surpreendente do novelista carioca. "Naturalidade na exposição – segundo Silvio Romero –, viveza no diálogo e nas cenas descritas", "nacionalismo do assunto e das cores do quadro".

Eis onde queria chegar: aos ingredientes substanciais que dão a um romance brasileiro seu verdadeiro corpo e alma: "nacionalismo e naturalidade". *Nacionalismo* é marca espacial, destinada a localizar uma obra dentro de uma zona da história; *naturalidade* é sua imersão na verdade humana, limpa do pecado do intelectualismo. A obra de arte populariza-se tanto mais quanto mais tenha naturalidade. De outra parte, universaliza-se tanto mais quanto mais exprima nacionalidade. Torna-se, dessa maneira, documento vivo, isto é, parcela original de um processo humano a somar-se ao acervo universal da Cultura, como contribuição inédita da expressão vital de um povo em dado instante da sua história.

Se Manuel Antônio de Almeida era, através das suas criações, um mestre de boa brasilidade, não menos o foram Inglês de Sousa e Xavier Marques. Pedaços vivos do Brasil, os três romancistas fixaram nos seus livros: a capital do Império na pitoresca fase colonial, o fabuloso cenário da Amazônia e a Bahia sempre tão variada e tão rica de módulos de vida nacional.

Seus temas são os da terra e do homem e seus problemas são os da nossa comunidade. Seus personagens não ficam com os pés no Brasil e a cabeça na Europa. O destino de Leonardo, o futuro "sargento de milícias"; o drama do padre Antônio de Morais, de *O Missionário* e a evolução de Nazário, em *As Voltas da Estrada*, são três posições do homem brasileiro dentro de três ambientes nitidamente nossos. Na capital ensolarada e alegre, é a movimentação jovial de uma plebe pitoresca, tangida às vezes pelo bengalão do Vidigal, mas sequiosa do prazer ingênuo de apinhar-se em torno dos andores do Espírito Santo ou de cheirar a pólvora queimada dos fogos de artifício no Campo dos Ciganos. Na dramática Amazônia é o pasmo e o silêncio do homem diante do obscuro drama de um mundo larval, resto

ensombrado e verde da oficina da Criação, que talvez um Deus, cansado ou expulso pelas máquinas, houvesse abandonado ou esquecido e na qual ainda se pode acompanhar a fáustica gestação de monstros vegetais e animais, que rompem da vasa como de um ventre apocalíptico. Na Bahia, mãe do Brasil, são seus mares e suas ilhas, suas cidades e suas aldeias, com seus tipos e seus costumes.

É assim, num sadio e doméstico clima de brasilidade, que vou agasalhar a minha. Ela vai ser a irmã pobre nessa trindade milionária. Traz apenas os acordes de um violão de fazenda; o canto dos colonos carreando café dos espigões para o terreiro; apitos de fábricas; corais proletários de um parque industrial que ensaia uma ousada forma de civilização nesta parte da América. Num pobre livro que evoca o "despertar de São Paulo", traz também o murmúrio de dois arroios quase rasos, mas que tão fundamente vincaram a História nacional: do Anhangabaú, que deu água para amassar a taipa do primeiro Colégio, e do Ipiranga, que ofertou a água lustral para o batismo da nossa Independência.

XAVIER MARQUES

Xavier Marques foi um dos preparadores e anunciadores da minha geração. Sutilmente pressentiu o drama mundial, porque sua inteligência era argutamente política. É verdade que todo o homem de letras que disponha de algum gênio possui, por função, um conhecimento universal, pois a própria obra de ficção é uma sondagem no corpo vivo da sociedade. Há mais "sociologia" em *A Comédia Humana* de Balzac, que no ingênuo rigor científico de obras que, na sua época, tentaram estudar a conduta dos homens e fixar suas leis. O mundo da decadência romana está todo na prosa jornalística de Luciano. A *Divina Comédia* é globalmente a Itália política, jurídica, religiosa e social da aurora do Renascimento. O escritor antecipa o sociólogo. A força de vaticínio que se atribuía ao *vatum* não é mais que rigorosa e utilíssima pesquisa. O artista é a vanguarda social. Penetra nos problemas antes que a ciência os analise. Descobre, pois, por antecipação. É por isso que se lhe atribui a faculdade de aparentemente "adivinhar", quando apenas o que ele faz é "saber

antes", e o que nele é mera ânsia de conhecimento e irrequieta curiosidade torna-se, para o vulgo, dom mágico de profecia.

CANTO DE AMOR À BAHIA

Permiti, porém, que antes de falar sobre o baiano, desfira meu canto de muito amor à Bahia... Nossa Pátria está desde o dia do seu nascimento impregnada de Bahia e mesmo os que, como eu, jamais se destacaram das comportadas garoas do planalto, vivem, em imaginação ardendo sob o clarão solar e jovial da Bahia, da Bahia que é "boa terra", que é a Belém americana onde tornou a nascer Jesus, o Jesus crioulo e pitoresco dos andores municipais. A Bahia, colorida farândula de raças, esquina do mundo onde marcaram encontro "o índio e o negro da África, o corsário bretão e o fidalgo espanhol, o marinheiro batavo e o soldado flamengo, o cigano bargante e o judeu mercador, o colono português e o mestiço brasileiro", "os arcabuzeiros de Melst e os capitães da *Ronda* de Rembrandt". Bahia! Não posso evocar essas três sílabas, que lembram três notas musicais, sem lhes juntar a cadência de um ritmo, um ritmo agudo e tutucado, fundamental na marcação harmônica do que há, em acústica, de mais brasileiro. Bahia! Não posso ouvir tal nome sem me guindar a píncaros condoreiros, entre os relâmpagos das imprecações, entre chibatadas verbais que zurzem, não mais a carne esmolambada e sangrenta do escravo, mas a bochecha panda e deslavada do traficante de negros. Bahia! Bahia de mulheres incríveis, que morrem pelo Brasil como somente sabiam morrer, pretos de pólvora, queimados do sol da África e dos gelos da Rússia, por seu ídolo e seu imperador, os soldados da Velha Guarda; mulheres que a morte condecora com a medalha de sangue das feridas; mulheres prontas a tombar com o crucifixo no peito como Joana Angélica, ou com o rifle na mão, como Maria Quitéria. Meu civismo, Bahia, ergue tribunas políticas no meu sangue e Rui nelas se debruça e perora, formidável, antecipador, cheio de advertências e de vaticínios, como um profeta. Bahia! Bahia dos professores colendos, dos borrascosos ministros imperiais – Cairus, Zacarias, Saraivas, Cotegipes –, de uma culinária mais apimentada que política e de uma política mais ardida que a pimenta. Bahia que vi apenas nos cartões-postais, colorida como um presepe, nacional como o verde e amarelo da bandeira,

requebrada e típica, culta e original, terra do amor e para se amar, terra do bem-querer para a gente bem-querer... Há em todo o brasileiro amor e orgulho pela Bahia, pela Bahia que todos exaltam, mas que eu amo de maneira mais desinteressada e melhor, como François Rudel amava a "Princesse Lointaine", o bem que ele não vira, o bem que não vi.

Dessa Bahia é Xavier Marques, seu narrador, seu homem de pensamento, seu poeta. Mas Xavier, a meu ver, é uma Bahia diferente, mais ática, menos temperamental.

O NACIONALISTA

O nacionalista em Xavier Marques não é o xenófobo: é o homem compreensivo do destino humano e social da sua gente e o enamorado de sua terra, a "Pindorama", exposição universal de virgens belezas e de inéditas formas de liberdade.

Os fenômenos das reações étnicas preocupam o pensador e alertam o político. Ele sabe que a terra é muita e que o homem é escasso e que o sangue novo dá renovadas forças ao velho sangue nativo, tão marcado por generosas e exóticas qualidades. Seu orgulho nacional não se fecha no anel egoístico das fronteiras, mas nutre-se daquilo que o colonizador e o íncola criaram dentro dessas fronteiras, como largo e democrático sentido americano de vida. Seus principais romances são, no fundo, um debate temático desses problemas, resolvidos sempre por um sentido compreensivo e largo, ficando a humanidade acima dos grupos, a fraternidade acima de quaisquer exclusivismos.

Em *Sargento Pedro* ele estuda a transfusão, através de complexa mestiçagem, do lusitano colonizador no novo tipo humano representativo da terra e como este reage, em função desse "espírito da terra", contra o próprio colonizador.

Jackson de Figueiredo, crítico de Xavier Marques, assinala, num estudo, essa observação:

> Naqueles trinta e seis capítulos faz-se a história e a psicologia de um dos momentos mais agitados da nossa vida social. Ali está toda a fervura de velhos ódios que se vinham acumulando havia centenas de anos entre o por-

> tuguês emigrado para o senhorio da terra que descobriu e conquistara e o brasileiro, semente do seu sangue, sobre esta terra, que se tornara sangue inimigo e revoltado.

A violenta transmutação de valores sociais, provocada na velha organização agrária pela libertação do negro – mudança na direção das fazendas, queda de uma exausta aristocracia rural, modificação de processos de trabalho –, é a tese de *As Voltas da Estrada.* As reações dos métodos políticos nos velhos feudos urbanos são o tema de *Terras Mortas.*

Se a análise desses movimentos humanos, tão fascinante ao cientista e pensador num campo social como o nosso, onde os elementos estão ainda tão nítidos e vivos como organismos num caldo de laboratório sob a lente do microscópio, foi um dos objetivos principais de Xavier Marques, o resultado desses amálgamas e a "alma nacional" deles conseqüente fizeram o esplendor dos seus mais belos pensamentos de sociólogo. Um largo sentido de humanidade, nitidamente americano, ilumina sua concepção sobre a formação nacional. "Xavier Marques", diz ainda Jackson, "com o sopro de beleza com que tem vivificado nossa História, o nosso passado, alimenta a intenção patriótica de ajudar as correntes de progresso que acaso venham a agir na formação da nossa raça histórica."

Hoje que combatemos de armas na mão a expressão agressiva dos nacionalismos fechados, dos racismos egoístas e que eliminamos espiritualmente a prevenção das fronteiras dos povos no anseio de uma mais vasta interpenetração amorável e cultural, o pensamento de Xavier Marques ganha com sua atualidade um forte prestígio.

O PENSADOR

No setor da esterilização das fontes da espiritualidade pelo rigorismo da ciência e da técnica, é ainda Xavier Marques um alarmado precursor da necessária reação espiritualista. Toma ele, instintivamente, a mesma posição lamartiniana quando o criador da *A Queda de um Anjo* via em Cedar o espesso demônio da dominação da natureza, da posse das suas forças materiais para tirar daí unicamente gozo e poder, isto é, desagregação moral e espírito de violência, antecipação profética do drama de 1939. Xavier Marques

pressente que ao inconfinado do espiritual quer-se sobrepor o humano do mágico; que ao lirismo místico opõe-se o orgânico irracional; que o sublime e o patético substituem-se pelo "sentido de necessidade", sempre insatisfeito embora debatendo-se dentro das fronteiras da matéria, excitando a imaginação com a força das alegorias polêmicas, não dando quartel ao espírito que procura evadir-se e diluir-se na compreensão de que há uma margem indevassável, inexplicável, intocável na vida: a sua margem divina. Ele pressente que essa "margem divina" é negada e comparada a uma página já escrita no livro do destino humano e que apenas ainda não foi lida pela sua ciência... Contra a nutrição materialista dada aos homens de hoje ele aspira o pão celeste, não no sentido meramente religioso, mas como uma irredutível necessidade, fruto do conhecimento imemorial que o homem tem dessa iniludível quota de divino que a todo o instante descobrimos haver entre o humano do mundo...

> E agora – diz ele –, por onde quer que o especialismo e a tecnologia não estancaram as fontes de idealidade que alimentam a cultura geral e humanista, por toda a parte rompe o alarme, denunciando a conspiração das ditaduras obscurantistas (ele refere-se às totalitárias). Protesta-se contra os regimes e governos que regateiam o pão espiritual dos povos. Protesta-se contra os bárbaros que decretando a abstinência mental obrigatória esperam reinar comodamente sobre gerações de microcéfalos.

Este Xavier Marques pensador, tão sóbrio e tão pouco baiano no sentido de refugir a qualquer tentação de eloqüência, marca com nitidez a linha do processo do seu pensamento, exata e cheia de pudor, contida na precisão da análise e do conseqüente raciocínio. O doutrinador expõe e não declama. É, entretanto, dentro de processos possivelmente científicos que manifesta seu horror ao excessivo cientificismo esterilizante, opondo a este a cálida, a nutrida formação humanística da sua cultura, alargada até às fronteiras infinitas pelo seu idealismo.

O ROMANCISTA E O POLÍGRAFO

Situado em seu tempo é Xavier Marques um dos nossos melhores romancistas. Do seu tempo, é também dos mais modernos. Nada tem do ana-

toliano Assis, nem do frondoso Coelho Neto. *Boto & Cia., Jana e Joel, Pindorama, Mariquita* e *O Sargento Pedro,* seguidos por *Holocausto, A boa Madrasta, As Voltas da Estrada,* etc., mostram a sua força como romancista. *A Cidade Encantada, Praieiros, Terras Mortas,* coletâneas de novelas, com seu notável estudo sobre a *Vida de Castro Alves,* completam sua vasta produção com *Temas e Variações, A Arte de Escrever, Cultura da Língua Nacional, Dois Filósofos Brasileiros* e outros ensaios. *Insulares* é sua coletânea de poesias.

O mal de alguns que fizeram prosa ao tempo de Xavier Marques foi o de pertencerem a uma quadra na qual ainda se "morria em prol do estilo". Para que, muitas vezes, não morresse a forma, matava-se a idéia. A forma é tal qual esses parasitas letais, que tanto se multiplicam em ornamentos, nutrindo-se do vegetal em que florescem, que acabam por exaurir toda a seiva do caule que lhes serve de sustento. Essa tenebrosa quadra, com gramáticos soltos nas ruas das letras, semeando pânico, destruindo, a golpes de palmatória, vocações incipientes, criou na nossa geração o tremendo complexo do "pronome mal colocado". Ser vernaculista era o maior título nacional de cultura. Rui somente chegou à culminância quando a Nação, admirativa e reverente, verificou, com prova provada em candentes polêmicas, que ao gênio baiano eram familiares todos os clássicos e que o ouro da sua prosa era fundido nos cadinhos vernáculos dos Bernardes e dos Vieiras. Houvesse o Sr. Carneiro provado que um só dos seus pronomes estivesse, como um deserdado da política, sem colocação ou com mau emprego, e a estrela de Haia piscaria sobre a fama do maior estilista da raça. E foi justamente porque vivemos por tanto tempo sob a ameaça da férula dos Corujas que um belo dia, na revolução modernista, entregamo-nos a uma bárbara orgia de solecismos, reduzimos a cacos todas as normas clássicas, barbarizamos o idioma proletarizando-o na expressão viva, nacional e pitoresca dos seus modismos plebeus e acabamos por tirar das suas excelentes colocações todos os pronomes, tal qual fazia outrora o partido político quando subia ao poder expulsando dos seus cargos todos os adversários...

Xavier Marques, sendo um dos mais hábeis e cultos manejadores do idioma, tinha uma exata compreensão do seu necessário abastardamento, ou melhor, da sua inata plasticidade ao procurar módulos ou termos aptos a exprimir paixões e cousas novas dentro de uma paisagem nova.

> O português, no Brasil – afirma ele – é até supérfluo dizê-lo, modificou-se, diferenciou-se. O que ainda suscita dúvidas, escrúpulos, restrições, conforme o ponto de vista ou o sentimento com que se aprecie o fato, é se o português do Brasil, assim modificado, pode ser chamado com propriedade um dialeto.

Como se vê, o mestre não era dos que, com respeito à língua, tivessem a "obsessão da vernaculidade", sendo tolerante e compreensivo. Essa atitude e a linha geral do seu pensamento na apreciação dos problemas nacionais e dos problemas humanos documentam a dúctil claridade da sua inteligência. Essa compreensão, porém, não o levava a sacrificar a paixão purista a que ficou ligado, àquela viva faculdade de criação vocabular tão capitosa e expressiva de que é dotada nossa gente, nem a perfilhar nossos pitorescos modismos, que vivificam, rejuvenescem e ampliam o mapa e a gama expressional da velha língua lusa. A forma importa no fundo. Jungir-se ao espírito da forma é sacrificar a forma do espírito. O amor excessivo à música e à plástica dos vocábulos desvia para eles a energia criadora. Nesse ponto, se houve pecado em Xavier Marques, o pecador não foi ele, mas a moda do tempo.

Estas observações, que podem implicar numa restrição, trazem à baila a injustiça do critério que há em se querer julgar com o *pathos* de hoje o que foi realizado para o "espírito de ontem". Sem operarmos uma deslocação de plano temporal, imergindo-nos na atmosfera estética e no gosto corrente ao tempo em que foram concebidos *Jana e Joel* e *As Voltas da Estrada,* não poderemos tomar plena medida do seu extraordinário mérito. De qualquer forma, porém, sente-se em Xavier Marques – o admirável criador quase sempre confinado ao ilhamento espiritual da província – uma sutil força de adivinhação do que costumamos, não sei por quê, denominar "Modernismo". Ele não tem, como Machado de Assis, aquele gosto introvertido, ou melhor, aquela volúpia burguesa e céptica de se perder em lentos passeios por dentro de si mesmo, num farto e egoístico esbanjamento psicológico de ironia e de sensualismo, drama pessoal, fechado, quase doméstico, comparável à tarefa de um funcionário público que dedicasse seu *week-end* a desmontar e a montar um relógio. Xavier Marques é mais "atual" no processo. Não tem, como Coelho Neto, o escultóreo e heróico furor da palavra, honesto mas truculento labor barroco que, vendo greda plástica em todo um vocabulário, passa a vida

a esculpir imagens e a retorcer curvas de ornatos. Xavier Marques é mais "atual" no processo. Ele "narra". Às vezes a tentação verbal, como as corvinas cantoras de Jana na hora indefesa da sua passionalidade, o seduzia para uma pequena orgia plástica, mas aí justa, porque nutrida de lirismo. As palavras, como búzios, ofereciam-lhe ressonâncias, vivendo uma pura vida musical, feita de cristalino atrito sonoro. Ouvi esta música do idílio de Jana e Joel:

> Começaram a estalar beijos de quebrança, um murmurar confuso, misto de sonoridades líquidas e aéreas cercava o batel esguio e como que abandonado no fundadouro, ao jogo das águas revezas. Talvez soavam muito embaixo, no cristal do leito marinho aquelas harpas tinintes, vozes do peixe músico, vibração das estrelas ou ilusão dos sentidos... soavam por certo no mar, no firmamento, na alma; fosse onde fosse, elas retiniam multiplicando os círculos sonoros pelo espaço e pela noite, até que um rumor soberano, cheio de palpitações, as foi abafando e amortecendo numa surdina cada vez mais imperceptível.

Abandonando o demônio do verbo, Xavier Marques segue escoteiro a picada episódica, a curiosidade levando-nos pela mão através da floresta mágica da narrativa. É esse processo de "romancear" – isto é, a faculdade de criar uma intrincada fabulação e narrá-la com interesse, sem preocupações excessivamente descritivas ou expressamente verbais – que torna, entre a dos seus confrades de época, "mais moderna" a arte do novelista itapariquense. É, aliás, nesse gênero literário que ele mais se ilustrou.

O CRIADOR E AS CRIATURAS

Dos romances de Xavier Marques saltam para a vida alguns tipos que o artista construiu com bom material humano. Nazário, de *As Voltas da Estrada,* é algo mais que um personagem: é uma individualidade-tipo. É o mestiço *invadente*, repontando no cenário econômico e político da quadra nacional violentamente democratizadora que sobreveio à Abolição. É a criatura que ajuda a destruir os resquícios de uma nascente estrutura feudal, em que a casa-grande era o *manoir* e o latifúndio o condado. Essa criatura é explosiva de recalques, vulpina, escorregadia, inteligente e justiçadora, vingando-se da larga humilhação que sofrera entre soluços e sangue na noite da escravidão.

Nazário, o mulato, é o sucessor democrático de uma tosca aristocracia latifundiária, dessa classe amolecida nos braços das mucamas e que gerou, nos leitos espúrios das senzalas, a estirpe dos seus próprios carrascos: os fulos, os cabrochas, as ricas variações da mestiçagem. Desse livro inda surge com bastante vida a filha de Nazário, Pastora, criatura toda sexo, tostada de sol e de paixão, isca de carne destinada a atrair e a plebeizar os restos da pomposa fidalguia.

Esses tipos são, a nosso ver, pela sua significação dentro da nossa formação étnica, dos mais expressivos e humanos de quantos o autor criou. Mais que seus duques, seus marqueses, seus barões imperiais, mexendo-se entre velhos jacarandás e cristais de candelabros, enquadrando seus vultos barbados entre os grossos batentes dos palácios coloniais, são os mestiços – variada gradação cromática do prisma racial – que concentram seus melhores instantes de penetração psicológica e melhor se plasmam, com a carne das palavras, para viver a vida eterna da arte.

* * *

Múcio Leão vê na obra realizada pelo artista de *Pindorama* "um sólido monumento literário". A emotividade é o elemento substancial do romancista, afirmou Goulart de Andrade. Clementino Fraga assevera "não haver dúvida que o romancista revela qualidades de observação e capacidade criadora, sem falar do ascendente da linguagem cuidada, elegante e sóbria". São seus contemporâneos que o consagram, proclamando-o herdeiro da glória de Machado de Assis. Seja como for, ninguém poderá negar a Xavier Marques uma posição de mestre no seu tempo. Seu espírito, porém, era multifário. O pensador, o romancista, o ensaísta era também poeta.

O POETA

Por um erro denominam-se igualmente poetas tanto os que escrevem versos como os que realmente fazem poesia. O verso, que teve, antes, uma estrutura rígida e que hoje é plástico e fluido, tendo por

ambito los cielos fragiles

sendo

el viento la forma pura,`

nem sempre é o Livro dos Sete Selos contendo a divina mensagem. Não se confunda verso com poesia. A questão da forma não tem nenhum sentido, uma vez que a presença da poesia num verso opera logo o milagre da transubstanciação, pois ela se funde no próprio corpo verbal que a encerra, tal qual a alma se integra no organismo que nasce. A anunciação angélica do milagre da Encarnação é, talvez, o melhor e o mais belo símbolo da poesia. As palavras, em tal caso – carne verbal que vai receber o espírito –, tornam-se por si mesmas poesia, porque são usadas em função poética, como som, como cor, como mistério. Raimundo Correia, ao classificar sua "madrugada" de "sanguínea e fresca" (soneto "As Pombas"), usava desses adjetivos como um pintor usaria de laca paunásia e de verde jade. Não foi à toa, na verdade transcendental do símbolo, que Rimbaud fez das tonalidades verbais uma palheta cromática.

Isto posto, força é convir que não há "poesia antiga" ou "poesia moderna", mas apenas poesia, tenha esta por morada a balada de Vigny, o soneto de Baudelaire, uma trova de Adelmar Tavares ou o verso modernísimo de García Lorca, de Neruda, de Alberti, de Valéry ou de Ribeiro Couto.

Poesia é essa comunicação inefável de algo hipersensível, que acorda em nós, através de simples ritmos, de suave música, de vaga sugestão, de patética narrativa, alguma cousa incomum, extasiante, que dilata horizontes de infinitas repercussões emotivas e sonoras dentro de nós. Se somos, de fato, degenerada progênie do anjo caído, Poesia é um instantâneo vislumbre compreensivo da linguagem celeste e ancestral, da qual nossa espessa carnalidade perdeu a chave misteriosa e divina. Essa linguagem está contida na vida universal, mas quase ninguém lhe conhece as mágicas articulações. O poeta é a criatura escolhida e iniciada para essa comunicação mediúnica, pelo que a Poesia tem algo de religioso, pois torna a religar o homem à sua mais obscura, escondida e alta essência.

Pensamos ter descoberto no ultraísmo surrealista ou no irracionalismo do subconsciente, elementos originais para enriquecer a expressão poética. Não descobrimos cousa alguma. O que fizemos foi apenas explicar um material poético de velho uso. O irrealismo, o irracionalismo – imaginação abstrata, instinto profundo, forças vulcânicas e subterrâneas do "eu", que hoje se libertam na explosão irrefreável da absoluta liberdade poética, encarnando-se em formas sem nexo, valendo estas como pura plástica – já eram materiais da

Poesia, pois, sendo esta linguagem divina, é linguagem integral, voz ecumênica, total como o próprio universo, oriunda do céu a da terra, do consciente e do inconsciente, do real e do irreal, do racional e do irracional. É por isso, por essa vastidão sem limites e por essa margem de mistério, por essa força e por essa graça, que denominamos Poesia não apenas a emoção que uma forma e uma sugestão verbal provocam em nós, como certos estados de espírito, quer oriundos da contemplação de um céu cheio de estrelas, quer do ritmo de um vôo, quer da simples imersão do nosso pensamento no mundo dormente e fabuloso que temos dentro de nós mesmos.

Aí está – e desejo dar esta explicação uma vez por todas, tantas as interpretações oblíquas que se tem procurado dar à nítida perpendicular do meu pensamento com referência ao problema – porque não me interessa saber se Xavier Marques, nas *Insulares,* foi modernista ou passadista. Para mim são poetas todos os que consigam fazer realmente Poesia e não apenas versos.

O que ficará dos poetas não será nem a escola nem o processo, mas a poesia que tenham conseguido fixar nalgumas estrofes. Do submerso Felix d'Anvers, sobrenadou da sua vasta obra apenas um soneto. É por isso que Castro Alves, o gênio trovejante da apóstrofe, e Casimiro de Abreu, o gênio do lugar-comum lírico, estão mais vivos do que nunca. A maioria dos que, em relação ao seu tempo, foram "modernos", "preciosos", "revolucionários", morreu. Morrem os maus versos. A Poesia, porém, vive a vida eterna da sua divina substância.

Em Xavier Marques, um instintivo pudor mental – o terror de ser banal – fazia não raro murchar seu estro. É por isso que nem sempre foi visitado pelo anjo da Poesia que traz aos homens a divina mensagem. A "idéia", o requinte ou a profundidade dessa "idéia" preocupavam o artista cioso de substância. Os dois temas dialéticos, amor e morte – criação e destruição, princípio e fim –, são tentações constantes da sua lira.

Não! Não é pela vida que disputam
os pobres seres deste val tristonho:
é pela morte, horror!, que todos lutam.
(Soneto – "A luta pela morte")

Ou ainda:

E emudecemos cheios de tristura...
Que sempre há de esflorar toda a ventura
a ponta d'asa desse abutre – a morte.

Xavier Marques, entretanto, sentiu o valor plástico das palavras como puro material poético. Esse cálido sensualismo musical descobre-se em "Adormecida":

De uma das mãos a concha cor-de-rosa
some-lhe a face, qual à pomba o ninho;
seu belo colo suave como o arminho
cai sobre a colcha em curva graciosa.

Arfa-lhe o seio. Dorme... É de amorosa
o sorriso que os lábios, num carinho,
lhe afrouxa. Às formas se lhe ajusta o linho
da veste chã, traidora e luminosa.

Agora vejam-no desferindo, com asas plenas, o seu alto vôo parnasiano:

INDIFERENÇA

Sinto às vezes o arranco de uns impulsos
Que a teus pés não me curvam por bem pouco,
E vou quase a estreitar-te como um louco
Entre os meus braços trêmulos, convulsos.

Espreito-te o perfil, movo os meus pulsos;
Não tenho algemas não, pejo tão-pouco,
Qual a poeira zurzida do siroco,
Vejo os receios de minh'alma expulsos.

Então me agito e arrojo com firmeza.
Mas olho e vejo... Oh! que mortal frieza
No mudo olhar que eu súplice devoro!

E ao ver-te os olhos quietos, tão serenos,
Brilhando sem paixão, cada vez menos,
Recuo, paro, desfaleço e choro.

Este fulmíneo vôo sobre os poemas do criador de *Insulares* destinou-se apenas a revelar, na vastidão poligonal da sua obra, um ângulo lírico, se bem que o material poético nela poderia ser copiosamente colhido em certos filões da sua prosa. Mais que isso: teve por fim mostrar a pluralidade deste espírito, necessitando, para revelar sua plenitude, de várias linguagens, inclusive a Poesia, que é a linguagem dos deuses.

Curioso... Sinto quase criminosa alegria se minha insuficiência não conseguiu dar as majestosas medidas deste espírito, cuja glória, no campo das letras, mandam os ritos que eu celebre. É que assim conseguirei disfarçar a deficiência dessa substituição, suprindo vossa generosidade a larga margem de vazio que fica entre o muito que valeu o antecessor e o pouco que valha o seu substituto.

* * *

E vossa magnanimidade vai a ponto de enviar ao meu encontro Cassiano Ricardo, poeta dos maiores que o Brasil tem tido em todos os tempos e ensaísta e escritor que se liga à grande escola de pesquisa sociológica formada pela cordilheira dos Tavares Bastos, os Alberto Torres, os Euclides da Cunha, os Oliveira Viana, os Afonso Taunay, os Roquette-Pinto, os Gilberto Freyre, para citar alguns píncaros...

Talvez poucos mais do que eu se apaixonassem tanto pela sua aventura, quando em *Martim Cererê*, o poema da raça, imerge-se nas brumas da lenda entre uma fascinante fauna de mitos num bandeirismo de epopéia, para nos trazer do fundo da História, tal qual Fernão Dias Pais Leme do fundo do sertão, as esmeraldas das suas estrofes.

Eu vivi nessa paisagem de sonho essa heróica e perigosa aventura. Pelo sortilégio das suas evocações percebi, cheio de orgulho, que pertencíamos a

uma Pátria tão grande que, para criar sua teogonia e povoar a aurora da sua formação com heróis e com deuses, não precisava inventar Olimpos imaginários, mas podia escolhê-los entre criaturas de carne e osso na vasta teoria dos heróis da madrugada do desbravamento. Lá está Raposo, o ubíquo, cujo perfil reponta em todas as paisagens da selva, como uma potestade telúrica, rival humano de Proteu; lá está o tempestuoso Anhangüera, o gigante que botava fogo nos rios, êmulo do vulpino Ulisses... Esse bando andejo de Jasões mateiros – Arzão, André de Leão, Borba Gato – move-se com um baixo-relevo de um friso homérico que Cassiano Ricardo houvesse chamado para a vida ao sopro misterioso da arte, renovando eles, no verde cenário americano, façanhas ainda mais prodigiosas que as narradas pela *Odisséia*.

* * *

Senhores acadêmicos,

Falei muito e não é geralmente quando alguém fala muito que diz exatamente o que mais desejaria dizer. O que eu desejaria dizer é simples, isto é, significar-vos toda a minha gratidão pela vossa generosidade. Teria, pois, feito um discurso magistral, porque exprimiria exatamente meu pensamento se, em lugar de ter dito tantas cousas, tivesse apenas pronunciado estas duas palavras:

– Muito obrigado!

II

RESPOSTA DO SR. CASSIANO RICARDO

Sr. Menotti Del Picchia,

Em certa época de nativismo houve muitos patrícios nossos que, desejosos de exprimir mais ostensivamente o seu apego à terra, juntavam ao nome português um sobrenome indígena.

Quem não se chamasse Buriti, Muriti, Jutaí, Aimoré, Araripe não seria bem brasileiro. Cita-se, até, a resolução do Visconde de Jequitinhonha, que foi logo às do cabo: de Francisco Gomes Brandão passou a chamar-se Francisco Gê Acaiaba Montezuma.

O vosso caso é bem outro, e não menos interessante. Tendes um nome enormemente ítalo-colorido. Mais ítalo-colorido que os de Agripino Grieco e Sud Mennuci. Não recorrestes ao expediente – o que vos teria sido facílimo – do Visconde de Jequitinhonha. No entanto, de que ventura intelectual é tecida a vossa brasilidade!

É que não sois brasileiro apenas de nome, senão de espírito e sentimento. E o fato de vos chamardes Menotti Del Picchia, e serdes louro, não impediu que escrevêsseis um poema chamado "Juca Mulato"...

A MESCLA ÍTALO-BRASILEIRA

Menos por esse contraste entre Menotti e Juca Mulato do que pela audácia com que valorizastes o mestiço, Jackson de Figueiredo perguntava:

"Há alguns anos atrás, quem teria coragem de publicar um poema com esse título?"

Já João Ribeiro, encarando a questão sob outro aspecto, dizia: "O Sr. Menotti Del Picchia é um ítalo-brasileiro; mas é um ítalo-brasileiro que toma para epígrafe do seu poema (referia-se ao "Moisés") quatro ou cinco versos do portuguesíssimo Castilho..."

Sabe-se, hoje, que na sociedade bandeirante entra o elemento italiano, em larga dose. A própria sintaxe lusa – já não direi o vocabulário – sofre muito com isso, pois está sendo substituída por uma sintaxe ítalo-brasileira digna de melhor estudo por parte desta Academia.

É comum ouvir-se por lá – a observação parte ainda de João Ribeiro – os ítalo-brasileiros dizerem: "Viajarei com o trem das sete." Ora, adverte o mestre, o trem pode ser brasileiro, mas "com o trem" é italiano.

Contudo, Sr. Menotti Del Picchia, já nascestes viajando de trem; e não com o trem.

BRASILEIRO HÁ 51 ANOS

Sois, portanto, brasileiro do melhor quilate.

Não tendes – parece evidente – quatrocentos anos; tendes apenas 51. Que importa? Sem os quatrocentos, e mesmo sem um sobrenome indígena, sois tão brasileiro como o nosso inesquecível Alcântara Machado e – possivelmente – mais brasileiro do que o Sr. Acaiaba Montezuma.

Pelo menos, já era esse o vosso sentimento quando, ainda aos vinte e poucos anos de idade, vos opusestes tenazmente (1923) à criação, em São Paulo, de uma "Sociedade de Filhos de Italianos", nascidos no Brasil. Verberastes a iniciativa como "infeliz, anfíbia e monstruosa". E dissestes:

> Penso que os espíritos que engendraram tão singular programa, destinado a recolorir de vários matizes os já fundidos elementos étnicos que formam a nossa nacionalidade, devem mudar de rota. Amanhã, um Brasil composto de filhos de italianos, filhos de portugueses, filhos de sírios, filhos de alemães, filhos de espanhóis, não passaria de uma colcha de retalhos ridiculamente estendida na região mais fecunda do continente. É aos moços de minha

geração – dizíeis, inflamado pela vossa brasilidade – que dirijo estas palavras. Não hesito em afirmar que nenhum filho de italiano, nascido no Brasil, aderirá a tão absurda instituição.

ALI POR VOLTA DE 87

Tínheis razão em vosso protesto, tão oportuno ontem quanto hoje.

Que dizer, porém, dos erros de nossa política imigratória então vigente?

Não há muito, Oliveira Viana aludia, num dos seus magistrais estudos, a certa lei nacional que premiava – satisfeitas algumas condições – o imigrante bem-comportado com uma viagem de recreio ao país de onde viera. A recompensa ao bom imigrante – dizia o autor das *Populações Meridionais* – "não seria uma data de terra, nem um crédito para ampliar seus negócios"; seria a sua desvinculação do solo, para que ele não esquecesse, jamais, a pátria de origem. Esse outro caso, como vedes, não destoa muito do que combatestes com rara insuspeição e denodo. A verdade, porém, é uma só: entre os filhos de italianos, que pretenderam fundar a tal "sociedade anfíbia e monstruosa", um, pelo menos, jamais poderia figurar – o autor de "Juca Mulato"; e dado que tenha existido algum imigrante com um prêmio de retorno à Europa, não foi, seguramente, aquele que desembarcou em Santos, "com a timidez do meteco nos olhos", ali por volta de 1887... Ao contrário, o pai Del Picchia viera para o Brasil, a fim de aqui "nascer de novo", como na linguagem bíblica. E o seu prêmio não foi o do regresso oferecido ao expatriado; foi o de criar raízes, na terra amorosa. Direi melhor se disser que o seu verdadeiro prêmio foi o filho ilustre, que hoje lhe exalta o nome e a memória. Prêmio que, afinal, teria sido bem maior se a estas horas – velhinho, as mãos calejadas pelo trabalho – aqui estivesse, tomado de santo orgulho por ver o filho metido no "fardão acadêmico", só alcançado por poucos mas ambicionado secretamente por todos os escritores, inclusive pelos que mais o ironizam.

Se ele não está aqui, em pessoa, presente à vossa alegria, é certo, porém, que o estará em espírito.

E se não chegou a ver o filho fardado de acadêmico, chegou a vê-lo triunfar muitas vezes, nos vários ramos de atividade a que vos dedicastes. Porque – e agora é que passo ao assunto desta recepção – bem poucos escri-

tores brasileiros terão triunfado tão numerosamente como vós. E tão merecidamente.

UM POETA POR VÁRIOS CAMINHOS

As várias modalidades de ação intelectual e profissional, nas quais afirmastes os vossos méritos, indicam bem os caminhos por onde andastes até hoje, em vosso bandeirismo pessoal, perquiridor e revelador.

Assim, nascido na própria capital de São Paulo, desde muito cedo, ainda menino, conhecestes a vida rural – em Itapira – e respirastes o ar da terra cabocla. Este contato direto com a faina agrícola é que explica muita coisa em vossa poesia, em vossos romances, em vossos estudos nacionais. Moço, em idade de curso superior, voltastes do sítio e resolvestes ser bacharel – que ser bacharel é o destino dos poetas. Conquistastes o vosso diploma, na Faculdade de Direito por onde haviam passado Castro Alves, Fagundes Varela, Álvares de Azevedo. Era o banho lustral da Poesia e do Direito; o casamento dos vossos primeiros poemas com as primeiras leis dos Códigos.

Como escritor – pois a pena é a principal arma com que vencestes na vida – tendes sido tudo: jornalista, poeta, romancista, novelista, cronista, contista, teatrólogo, polemista.

E assim como o vosso nome é terrivelmente italiano e sois terrivelmente brasileiro, essa aparente dispersão literária é o elemento vital de vossa coerência.

Ia-me esquecendo de que sois ainda escultor e musicista. Marginalmente, mas sois.

Escultor, realizastes uma admirável contradição; uma cabeça de Antonieta Rudge e outra, de D. Quixote. Musicista, não me interessa saber que instrumento tocais – embora ouça dizer que sois devoto de Kubilick. Musicólogo, gostais tanto de um Stravinski, isto é, gostais tanto da música construída pelos dados da razão – onde o artista não teve a preocupação de localizar a sua autobiografia sonora – como gostais de um Beethoven, colorido e humano.

JUCA MULATO E A ESTATÍSTICA

Longe de mim o desejo de ser indiscreto. Já que me lembrei, porém, do escultor e do musicista, não posso esquecer o industrial, o pintor, o deputado, o editor.

Industrial – embora em pequena escala – não sei se fostes bem-sucedido em vossa aventura. Sei que fostes fiel ao destino de poeta, e ensinastes hora certa e pontualidade a muita gente. Pintor, vossos quadros são uma verdadeira festa para os olhos. Não sei julgá-los; só sei que um deles me agrada muito: *Helena entre os sete anões*. Deputado pelo PRP, e apesar do PRP, pronunciastes vários discursos "inconvenientes". Tabelião, reconheceis firmas e passais escrituras; ou melhor, ouvis pedidos de autógrafos toda vez que reconheceis uma firma, e de romances, toda vez que assinais uma escritura... Editor de livros literários, os livros que editastes foram sempre por conta do autor. Autor, correis agora por conta do editor, e com que vantagem para este! O exemplo do *Juca Mulato* é típico. Em 1917, 500 exemplares apenas; logo em seguida, já duas edições de três mil exemplares cada uma. Depois o "moto contínuo" que chega até hoje: catorze edições consecutivas. Cento e vinte e oito mil exemplares em caminho de novas tiragens, cada vez mais vultosas.

Com os vossos outros livros, a mesma coisa.

Ao todo, contando-se poesia, romance e ensaios, a vossa obra já anda por um milhão de exemplares.

Mas só o *Juca Mulato* e *As Máscaras* terão rendido, em bruto – em favor do editor, é claro –, um milhão e setenta mil cruzeiros.

Não sois, como se vê, um caso apenas de poesia; sois, também, um caso de estatística...

A MÁ FAMA FUTURISTA

Em torno desses aspectos tão sugestivos de vossa personalidade é que gostarei de orientar – no decorrer desta saudação, de que me incumbiu a Academia – as reflexões que me despertais.

Vou, portanto, procurar demonstrar, a meu modo – despretensiosamente –, que sois múltiplo, numeroso, onímodo, colorido, para serdes quem

sois, isto é, uno e sincero; e que sois instantâneo, ágil, porque a vossa instantaneidade prodigiosa é o segredo provável de vossa profundidade toda vez que chegais a ser profundo.

Já na Semana de Arte Moderna, documentastes bem a riqueza de tais atributos, só aparentemente contraditórios.

A história é recente, os seus heróis ainda estão vivos – com exceção de Graça Aranha, Paulo Prado e Ronald de Carvalho – e não há nada mais discutido do que histórias de gente viva.

Mas, entre várias coisas controvertidas, uma já está assentada como certa.

É a de que fostes – e esse o Menotti que conheci no auge da inquietação e da notoriedade – um dos demônios iniciadores do Movimento Modernista, em 1922.

Brecheret havia chegado da Europa trazendo uma carga de alto poder explosivo: os seus geniais aleijões expressionistas. Anita Malfatti havia, também, trazido de lá uns terríveis quadros cubistas. E foi a conta. Surgiram os Inconfidentes da Arte Nova, em torno do escultor e da pintora. Éreis um deles, e dos de capa preta. E logo na primeira noitada do Teatro Municipal de São Paulo – onde se proclamou a rebelião – coube-vos o encargo de orador oficial. Nada menos que orador oficial no maior bate-boca literário de que há notícia neste País.

> Júpiter poderá entrar em nossa Arte – vou ler um pequeno trecho do vosso discurso, então pronunciado –, mas não o admitiremos nu, inatual, cabeludo, como o querem os parnasianos. Não queremos saber de escândalos, nem de ter que ajustar contas com a polícia. O pai dos deuses, para transitar em nossas ruas, é mister que vá, antes, ao barbeiro, vista um paletó-saco, deixe em casa o perigoso revólver olímpico, que é a caixinha dos raios, e burguês, e pacífico, tal como o pintou André Gide, se anule na vida comum, na tragédia comum dos outros homens. Basta de se exaltar artimanhas de Ulisses, num século em que o conto do vigário atingiu a perfeição de uma obra-prima. Basta de se descrever a carreira dos sátiros atrás das ninfas; a Babilônia paulista está cheia de faunos urbanos e as ninfas modernas dançam maxixe ao som do *jazz,* sem temer mais os egipãs da República.
>
> Morra a Hélade! Organizemos um zé-pereira canalha para dar uma vaia definitiva e formidável nos deuses do Parnaso.

O FEITIÇO CONTRA O FEITICEIRO

Não obstante o ardor com que falastes – nessa ocasião – em "vaia definitiva nos deuses do Parnaso" – o vaiado fostes vós.

E como o movimento era de Independência mas, ao começo, foi de pura importação, as próprias vaias do Municipal, inclusive a que recebestes, haviam vindo da Europa.

Não podia a Semana de Arte Moderna escapar a tal signo. Ao lado de outros escritores, auferistes o vosso quinhão de vaia. Fostes vaiado, apupado; quase não pudestes pronunciar o vosso discurso (que hoje vemos ter sido quase inocente) e aí está a prova de que cumpristes a vossa missão com galhardia.

Tão grande a vaia que, no dia seguinte, Mário de Andrade vos escreveu uma carta particular...

"Carta muito particular, dizia o autor da *Paulicéia Desvairada*. Que tal? Conseguimos, enfim, o que desejávamos: celebridade. Outro meio não havia de a conseguirmos. Era só assim, aproveitando a cólera dos araras." Mas – a História não se faz sem justiça – esclarecestes a vossa posição, numa fulminante réplica a Oscar Guanabarino. Nada de futurismo. O que a Semana de Arte Moderna queria era outra coisa. Era que fôssemos mais do nosso País e do nosso tempo. "Modernos e brasileiros. Livres e espontâneos. Individuais e sinceros."

E o curioso é que, mais tarde, quando Marinetti veio ao Brasil – em 1927, se não me engano – precedido da má fama que lhe valeram as vaias européias, a maior parte dos que foram ouvi-lo não tinha outro intuito senão vaiá-lo.

Ai, Marinetti,
se eu fora como tu,
fazia conferências
montado num bambu.

– Dizem que nós, futuristas, gostamos de ser vaiados (*sifflés*), mas não é verdade; nós só gostamos da vaia (*sifflement*).

Conferência futurista, sem vaia, não seria conferência.

O MODERNISMO E D. JOAO VI

A essa altura – vale a pena fixar este ponto – escrevestes aquele famoso artigo saudando o Grande Passadista. Explicastes que já éramos o País do futuro.

> No Brasil, não havia razão lógica e social para o futurismo ortodoxo, porque o prestígio do nosso passado não era de molde a tolher a liberdade de nossa maneira de ser futura. Aliás, ao nosso individualismo estético repugnava a jaula de uma escola. Procurávamos, cada um, atuar de acordo com o nosso temperamento, dentro da mais arrojada sinceridade.

Se o Modernismo fosse uma nova importação, seria de liberdade. Já que vivíamos de reflexos literários, ao menos esse seria útil. Sendo destruição na Europa, nada teria que destruir, no Brasil, a não ser outras fórmulas anteriores, igualmente importadas. Mesmo no domínio das idéias políticas não era a primeira vez que assim procedíamos. O indianismo de torna-viagem é um exemplo, tanto que Capistrano havia identificado um indianismo nosso, de tradição popular, antes que nos viesse o da Europa, via Cooper, Chateaubriand ou Montaigne. No domínio ideológico, o mito do "bom selvagem" é outro exemplo (já que estamos falando de indianismo) e esse, provavelmente, mais grave. Pois não fora ele o inspirador das idéias que motivaram a Revolução Francesa – um dos movimentos cardeais da História humana? As matérias-primas – disse-o admiravelmente Afonso Arinos de Melo Franco – com que se fabricavam as doutrinas futuras, "daqui saíam para a Europa e de lá nos regressavam transformadas, para o nosso gasto, sob a forma de artigos importados"... Daí certos paradoxos, que eram futuristas a seu tempo, e entre os quais já uma vez tive ocasião de citar o de D. João VI. Veio ele, segundo reza a História, perseguido pelas idéias francesas; mas o certo – o que a História não explicou – é que ele veio perseguido pelo mito do bom selvagem, isto é, muito mais pelo índio brasileiro do que pelo General Junot.

O GRUPO VERDAMARELO E A ANTA

E que esse era, por ocasião do Futurismo importado, o vosso pensamento, provam-no os fatos.

Provam-no os fatos, mais do que o artigo que escrevestes em réplica a Oscar Guanabarino, ou a saudação que dirigistes a Marinetti, o Grande Passadista. O próprio Mário de Andrade reconhecendo que "o espírito modernista e as suas modas foram importados da Europa", diz que não se pode, entretanto, esquecer todo o movimento regionalista, aberto justamente em São Paulo e imediatamente antes pela *Revista do Brasil*; isso seria esquecer todo o movimento editorial de Monteiro Lobato; esquecer a arquitetura e até o urbanismo (Debugras) neocolonial, nascidos em São Paulo. "Desta ética estávamos impregnados, acrescenta ele. Menotti Del Picchia nos dera o *Juca Mulato,* (estou reproduzindo as palavras de Mário), e estudávamos a arte tradicional brasileira, etc." Mas os fatos não param aí e um deles bastaria para definir a vossa tendência dentro do Modernismo; é que, quando se formaram grupos, cada qual deitando o seu manifesto, já na transição do período caótico para o da fixação das novas tendências, fostes dos primeiros a reagir contra os excessos em voga. Com outros escritores, fundastes o Grupo Verdamarelo – mais tarde Grupo da Anta, e aí demonstrastes o vosso profundo espírito de brasilidade, já documentado em *Juca Mulato.* Combatestes, então, a chamada literatura suicida (a que se referia, em magnífico estudo, Alceu Amoroso Lima). Escrevestes numerosíssimos artigos de polêmica, todos no sentido de provar que o Brasil estava em condições – mais do que nas tentativas do Romantismo – de fundar a sua literatura própria, recorrendo ao mistério de sua criação.

Se havia um Modernismo que nasceu nos salões da aristocracia – como nascera a *Revista Fantástica* iniciadora do Parnasianismo, fundada nos salões dos marqueses de Ricord –, não era esse o Modernismo a que desejastes pertencer.

O Manifesto Verdamarelo é um documento histórico, não só de combate ao Futurismo senão também de condenação à chamada "poesia pau-brasil" então em voga, fundada por Oswald de Andrade mas... – pura contrafação do Dadaísmo francês.

Na impossibilidade de o reproduzir todo, limito-me ao tópico referente à poesia pau-brasil:

> 1) Pau-brasil é madeira que já não existe; 2) interessou holandeses e portugueses, franceses e chineses, menos os brasileiros que dela só tiveram notícia pelos historiadores; 3) inspirou a colonização, quer dizer: a assimilação da terra e da boa gente empenachada pelo estrangeiro; em síntese: pau nefasto, primitivo, colonial, arcaísmo da flora, expressão do País subserviente, capitania, governo geral, sem consciência definida, balbuciante, etc. Ainda hoje, na acepção tomada por Oswald, pau importuno, xereta, metido a sebo. Aparece prestigiado por franceses e italianos. Mastro absurdo na nossa Festa do Divino, carregado por Oswald, Mário, Cendrars. Mas Cendrars é francês... Isto cheira a Companhia Holandesa de Comércio e Navegação...

UMA ARTE QUE TIVESSE PÁTRIA

Fundado o Grupo da Anta, com Raul Bopp, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho, Manuel Mendes, Alfredo Elis e notadamente Alarico Silveira – grande brasileiro, cuja obra não é ainda conhecida como merece –, começamos, então, a estudar a contribuição índia em nossa formação política, histórica, social, literária. Começamos a fazer aquilo que Gilberto Freyre reconhece, hoje, como uma afirmativa que pode ser feita: "Que a raiz ameríndia mais profunda de vida, de cultura, de caráter, dá aos povos da América mais enriquecidos pela assimilação de valores indígenas maior autenticidade à sua condição de americanos." Entretidos com o *Poranduba Amazonense* de Barbosa Rodrigues, com o *O Selvagem* de Couto de Magalhães e com as obras etnográficas e antropológicas de Roquette-Pinto, Batista Caetano, Teodoro Sampaio, Plínio Airosa (para citar apenas alguns, entre os muitos autores que nos eram familiares) parece que estávamos ouvindo a voz do Oeste, como dizia Alarico Silveira quando procurava demonstrar que o Brasil teria que ouvir sempre essa voz, não raro esquecida pelo litoral ilustre e cosmopolita.

O outro objetivo do Movimento Verdamarelo e da Anta era o de se dar à arte a função social e política que ela precisava ter.

Queríamos, todos, uma arte que tivesse pátria: ou melhor, uma arte que, para adquirir o seu maior sentido humano e universal, realizasse aquele pensamento de Gide, que Maritain (um católico) reproduz em sua *Arte e Escolástica*: "Toda obra de arte será tanto mais universal quanto mais refletir o sinal da Pátria."

Queríamos, ainda, uma arte que espelhasse os anseios da época. Uma arte que aspirasse a alguma coisa acima de si mesma. E não a arte pela arte; não a literatura pela literatura.

BILINGÜISMO LITERÁRIO

Queríamos uma língua menos açaimada a lusitanismos sintáticos.

Se a própria Academia, num dos artigos do regimento com que foi fundada, instituía o estudo das "diferenciações, já existentes, no falar e escrever dos dois povos", nada mais natural que a exigência dos modernistas.

A homenagem que prestastes a Castilho foi justa e, por certo, uma imposição de vossa própria brasilidade.

Desejastes, como todos nós, que os vossos livros fossem lidos e entendidos em Portugal. E a prova de que o foram está em Júlio Dantas que, endurecido no ofício de escrever – como ele mesmo confessa –, sentiu os olhos cheios de lágrimas ao ler o vosso *Juca Mulato*. Todavia, não tendes hoje culpa de que outros escritores lusos já não entendam mais a língua em que escreveis. É o caso, por exemplo, do Sr. Agostinho de Campos, para quem só escreveis em português de vez em quando.

> *Salomé* – disse esse insuspeito professor da Universidade de Coimbra – está escrita numa língua que só é portuguesa de vez em quando. Muitas vezes, até (reproduzo as suas palavras) temos que tirar significados e nem sempre, ou quase nunca, os dicionários respondem às dúvidas, que a leitura do contexto não desfaz.

Para Agostinho de Campos ora escreveis em português, ora em brasileiro...

E, francamente: que mal poderia haver nesse bilingüismo literário? Nenhum, a meu ver. Camões não escreveu em português e espanhol ao mesmo tempo?

Ora em brasileiro, ora em português; mas a verdade é que nunca esqueceis Portugal em vossos poemas:

Saudade cheia de graça,
alegria em dor difusa;
doença de minha raça,
pranto que a guitarra lusa
em seu exílio verteu.
Ai, quem sentir-te não háde
se foi dentro da saudade
que minha Pátria nasceu...

AS CONQUISTAS DO MODERNISMO

Quais terão sido as principais conquistas do Modernismo?

> Os modernistas – conta-nos Manuel Bandeira – procuraram exprimir-se numa linguagem despojada da eloqüência parnasiana e do vago simbolista, menos adstrita ao vocabulário e à sintaxe clássica portuguesa, menos presa aos ditames da lógica. Movimento, a princípio destrutivo e bem caracterizado pelas novidades da forma, assumiu mais tarde cor acentuadamente nacional, buscando interpretar artisticamente o presente e o passado brasileiro.

Tínhamos, diz Múcio Leão, o verso chamado livre; mas era

> um verso que permanecia condicionado aos ritmos tradicionais da poética de Castilho. Os poetas modernos avançaram à conquista do verso definitivamente livre dando-nos um novo conceito do que seja poesia, um conceito mais alto e resplendente em sua pureza e em sua nudez do que fora o conceito meramente formal das escolas anteriores.

Mas é ainda Mário de Andrade, vosso companheiro de vaia e má fama futurista, quem já aponta três conquistas fundamentais: o direito permanente

à pesquisa estética: a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional.

Têm razão esses escritores e a razão deles é, também, a vossa razão.

MENOTTI, O ROMANCISTA

Como romancista, realizastes uma obra original, renovadora.

Os vossos personagens são encontradiços na vida social da grande cidade; padecem dos vícios e virtudes da civilização mecânica, dos desajustamentos da personalidade ao meio; ou são tipos da vida rural, que tão a fundo conheceis; ou sofrem de muita ternura lírica; em qualquer hipótese, são humanos, cheios de verdade local para que possam ser universais.

Laís, por exemplo. É um vivo e humorado estudo da vida política do interior. Nesse clima de violência e de ridículo, desdobrais um drama sexual típico das pequenas cidades analisando, com implacável realismo e aguda psicologia, os estados de alma dos protagonistas do romance.

E o mais interessante é que, como técnica, antecipais, em *Laís,* o processo de contrapontear as cenas, a Aldous Huxley. Já em *Dente de Ouro* realizais um drama de estilo rural em que aparece o cangaceiro paulista, o "valentão" do tipo do famoso Dioguinho, fixado pela tradição oral. De outro gênero é *A Tormenta,* uma de vossas obras capitais, na qual fixastes as causas da turbulência nacional que explodiu na Revolução de 24, e de maneira dramática. As figuras, que se agitam nessas atormentadas páginas, saltam à vista. São, todas, de tal modo identificáveis que não podeis dizer, cautelosamente, que as semelhanças constituem puras coincidências com as quais não se deve impressionar o leitor... Políticos, militares, intelectuais ali estão surpreendidos em suas reações diante dos episódios que ensangüentaram o planalto de Piratininga. As alegorias não desfiguram o texto. A descrição, as narrativas empolgam, a todo momento. Aquele personagem, que aconselha "deixemos de realismos e ideologias", está traçado com uma exatidão que espanta. Mas o caso é que as ideologias continuaram e o vosso romance – como previra João Ribeiro – só equivocado quanto ao prazo – foi o prólogo do drama maior e principal.

Sem preocupação de ordem cronológica, não é possível esquecer o vosso *O homem e a Morte* – que denominastes "tragédia cerebral". Este, tão

representativo de uma outra modalidade do vosso espírito, é o estudo, através de "símbolos bárbaros e galopantes", do drama dos artistas incompreendidos pelo meio ainda pouco receptivo e bastante inculto de um Brasil de 1920. Drama individualista, realizado com propósitos estritamente literários, é um romance admirável, estilizado, estuante de poesia. As facetas do romancista são, porém, numerosas – tão numerosas como as do poeta. E a experiência não parou nesses volumes, mais do que suficientes para atestar as vossas qualidades de ficcionista e garantir-vos um lugar de vanguarda, na moderna história do romance brasileiro.

Cummunká é outro exemplo de vossa inquietação e do quanto possuís de numeroso em vossa unidade.

Dos símbolos, da vida rural e lírica, passais aí a uma vasta sátira contra a hipercivilização e contra o espírito totalitário. Pela regressão ao estado da natureza – sem Rousseau – quereis, então, curar a humanidade doente de intelectualismo. Para isso, inventastes uns índios sábios e filósofos cuja missão é reumanizar os brancos que, com a sua petulância técnica, emigraram para uma super-cultura, criando o super-Estado.

O ESTRANHO CASO DE *SALOMÉ*

Saltastes depois – quase acrobaticamente – de *Laís* para *Salomé* – isto é, do quadro em que se movimenta a vida do interior, politiqueira, novidadeira, maliciosa, mas ainda entremeada de inocência, para a vida da cidade grande, complexa, absorvente, intelectualizada, implacavelmente modernizada, deste século de magia mecânica. *Salomé* é considerado o vosso mais forte trabalho de ficção e a julgar pelas edições, e pela imediata tradução que alcançou, na coleção espanhola dirigida por Ortega y Gasset, a realidade corresponde ao juízo da crítica mais exigente. Nem precisaríamos de outro pormenor, para essa prova, senão o grande prêmio de romance com que esta Academia consagrou a vossa maior criação novelística. A primeira preocupação de *Salomé* – e que constituía um problema dos mais sérios – foi a demonstração, segundo o pensamento de um dos vossos personagens, de que as várias posições dramáticas se repetem (o drama que se desdobrou no palácio de Herodes, por exemplo) mercê desse largo sopro de fatalidade e predestina-

ção que percorre toda a História, dando-lhe dinamismo, desníveis, mas tornando-a um movimentado friso feito de carne e sangue, de espírito e mistério. As figuras de tal friso, guardado pela memória da tradição, reeditam-se, renovando seus grupos, recompondo suas posturas para que o mesmo conserve um ritmo. A idéia era justa, mas a empreitada era audaciosa, uma vez que – como já tive ensejo de dizer, aqui mesmo – vos propusestes demonstrar como hoje, no século que Freud tentou liberar de todos os recalcamentos, o amor incestuoso de Herodes, a alma sanguinária de uma Herodias, a inconseqüência perversa de uma Salomé poderiam reeditar, numa fazenda paulista, a tragédia bíblica. E tudo realizastes com mestria, Sr. Menotti del Picchia; na exata medida dos vossos propósitos. É o que hoje reconhece a crítica moderna, por uma das suas maiores figuras, o nunca assaz citado Sr. Mário de Andrade:

> O valor notável do autor de *Salomé* foi exatamente conseguir um perfeito equilíbrio entre a sua concepção sintética dos personagens e a escolha destes como formas psicológicas representativas da sociedade que quis descrever. Embora os personagens sejam aprofundados apenas em suas linhas mestras e ilustrados, nessas linhas, durante o encadeamento das pequenas cenas de que o livro se compõe, não são personagens toscamente descritos, incompletos em suas personalidades. O artista soube escolher o traço característico, a situação bem definida, a palavra rigorosa, o tom agudo e direto. Os seus tipos são verdadeiramente heróicos, personagens que vivem exclusivamente do seu drama particular, e vivem como vítimas fáceis da sociedade que os conspurca ou que eles conspurcam. Não há dúvida que sintéticos mas vivos, contundentes, tomando lugar no espaço, impressionantemente reconhecíveis.

Falando da personagem central do romance observa o ilustre crítico:

> Salomé, que era a grande dificuldade técnica do livro, por causa da excepcionalidade estranhíssima do seu caráter psicológico, é uma verdadeira vitória do escritor. Dando-a descritivamente, pelos seus atos nítidos, enfim, usando dos seus processos mais idôneos de criação psicológica, Menotti realizou uma figura de carne e sangue, convincente – a sua mais audaciosa e bela invenção romanesca.

MENOTTI, O POETA

Se não tivésseis escrito *Salomé* ou *O Homem e a Morte* diria eu que estaríeis ainda recompensado, já em outro setor da ficção – no de contista e novelista –, por *A Outra Perna do Saci* – conto regionalista, em que focalizais a criação de abusões familiares pela imaginação dos caboclos – e por *Toda Nua*, em que figuram três contos vivos, agudos, estudando fatos sociais – ou realizando o exame doloroso do coração humano, como em o *Disco* e em *O Árbitro*.

E se poeta sois, em todos os vossos livros – mesmo nos de prosa – que se dirá dos propriamente de poesia?

Quando vos deixais mais a fundo ser o que sois – poeta – então atingis o íntimo de vossa personalidade numerosa, o ponto central de vossa unidade artística, o que tendes, enfim, de mais permanente em vossa múltipla operosidade de escritor.

Mesmo na poesia, porém, não adotais – a bem dizer – um pouso certo.

Ides do lirismo desprevenido daqueles *Poemas do Vício* e *da Virtude* – vosso livro de estréia – ao lirismo galanteador, mundano, de *As Máscaras;* do lavor rítmico de *Moisés* até à polirritmia desconcertante da *República dos Estados Unidos do Brasil.*

A poesia a que aspirais é, como a mulher procurada de um dos vossos poemas, uma soma original de contradições:

A eleita que sonhei enxergo-a, mas que queres?
vive disseminada em todas as mulheres.
Sinto, vendo-a num seio, ou na curva de uns braços
que a mulher que eu adoro é feita de pedaços...

Existe em toda parte, e cada mulher bela
esconde no seu corpo alguma coisa dela.

Tomando de uma a cor, de outra um traço indeciso,
desta o corte do lábio e daquela um sorriso,
eu, fragmento a fragmento, a amada recomponho.
Pois, em cada mulher, há um pouco do meu sonho!

As formas poéticas que experimentais, representam, portanto, pesquisas feitas à antiga e à moderna.

Desde o verso branco ao rimado; desde a rima fácil à difícil; desde o verso medido ao polimétrico; desde o polimétrico ao livre – livre como os modernos o entendem; desde o lírico ao parnasiano, ao simbolista, ao surrealista – isso já quanto às tendências; e desde o soneto, a quadra, a trova, aos poemas complexos e orquestrais – isto quanto aos gêneros de composição que praticastes, em vosso constante exercício de sinceridade; ou que apenas freqüentastes neste ou naquele livro de poesia.

Em meio desse quase terremoto lírico, sois de uma permanência gritante: porque sois poeta.

Que é a poesia, senão o "pequeno momento de plenitude" de que fala Daniel Rops?

A POESIA DO POETA E A DO LEITOR

E sois poeta, Sr. Menotti Del Picchia – dentro de alguns dos maiores sentidos dessa palavra.

E o ponto de referência mais curioso que despertais, para o julgamento de vossa inquietude, é o da poesia em suas relações com o leitor.

Se há, por aí, alguns príncipes discutíveis, o vosso principado – o de poeta mais lido do Brasil – é o único real.

De fato, do ponto de vista da repercussão que alcançais em outras almas e em outros espíritos, nenhum dos nossos poetas modernos vos levará a palma. Quando penso na popularidade que desfrutais, chego a crer em certa observação segundo a qual o Brasil "é um país onde todos os homens são poetas e todas as mulheres são liras". Seríeis, então, um "centro de ressonância", traduzindo a fundo a poesia do homem coletivo. Não quero dizer que seja esse o vosso principal mérito; mas, também, não deixo de pensar em Léger, quando nos lembra que o povo é poeta e que as nossas ações, na maioria das vezes, só se explicam numa atmosfera de povo densamente carregado de poesia.

Outros não levarão em conta esse pormenor. Preferirão até o mérito de só serem compreendidos por uns poucos leitores ou mesmo por um único e espiritual alguém. O poeta que consegue do leitor, de um único leitor, seja

mais poeta do que ele está longe de constituir um absurdo. Há momentos e nós todos sabemos disso – em que a poesia depende do poeta, e outros – não menos interessantes – em que ela fica por conta do leitor. E há os desencontros inevitáveis: o leitor lendo o poeta em idade ou em hora em que melhor fora não o lesse.

Onímodo, não desdenhais nenhum desses encontros e desencontros pois o vosso sortilégio vos permite estar presente em toda parte, a qualquer hora de nossa sensibilidade. Gozais, por assim dizer, de trânsito livre no itinerário emotivo que conduz ao território da alma. De vossa própria inconstância resulta, a meu ver, o milagre de tal onipresença, numa paisagem psicológica tão rica de sugestões e de contradições.

Possuis o necessário de argúcia e de inocência para saber que o fenômeno poético é plural e não unilateral.

Sabeis que onde há Poesia, há Deus, porque há criação; e onde há técnica há malícia, sagacidade, intenção oculta, que são "bens" demoníacos. Todo poeta é sócio de Deus, mas... não pode dispensar a colaboração do Demônio: *Il n'y a pas d'oeuvre d'art sans collaboration du démon*, disse Gide.

Deus estará no mistério de sua criação; o Demônio em sua técnica de expressão. Só quem não tiver lido aquela conferência de Duhamel, sobre "A palavra e seus demônios", desconhecerá tão pura verdade. A chama lírica é divina; mas é demoníaco o meio de comunicá-la ao leitor.

Já um Maritain – católico, é bom frisar – cita o conceito de Dégas, para quem toda obra de arte requer tanto de *rouerie* como a perpetração de um delito... Por isso foi que, certa vez, ousei definir o soneto, não como o definiu o nosso admirável Manuel Bandeira, "um coração com os seus dois ventrículos e as suas duas aurículas", mas apenas como catorze turras do Demônio com Deus. Para evitar dúvidas, adotastes um sistema eclético: acendeis uma vela a Deus e outra ao Demônio...

Em qualquer hipótese, dizeis bem que se somos, de fato, degenerada progênie do anjo decaído, Poesia é um instantâneo vislumbre da linguagem celeste e ancestral de que nossa espessa carnalidade perdeu a chave misteriosa e divina.

Nessa transfusão lírica, porém, o poeta não faz mais do que devolver às palavras as imagens e os mitos com que o povo as animou no instante da criação.

O povo deu ao poeta esse mandato, que é o restituir à sua linguagem o segredo que lhe foi usurpado pelo raciocínio.

O POVO TAMBÉM É POETA

A própria rima não é apenas um capricho pessoal do poeta; é uma imposição da língua em que ele escreve. E como o povo é que faz a língua, o rimar ou o não rimar corresponde, até certo ponto, a uma exigência psico-social do povo.

Nem creio que o mundo mecânico venha perturbar tais relações da palavra com a imagem ou do povo com os seus rapsodos. Ícaro saiu de um poema.

E se o símbolo da Poesia é a asa, e se cada vez – por exemplo – que um avião levanta vôo somos, para contemplá-lo, obrigados a olhar para o céu, o avião é a mais perfeita imagem da Poesia no mundo mecânico.

Não é, pois, o mecânico que matou o mágico. O que há, o que me parece incontestável, é a ausência de poesia no coração de alguns homens esquecidos de que o povo é poeta; de que o povo exige poesia como exige pão – porque nem só de pão vive o homem.

E assim como cada um de nós escreve o seu soneto, a sua estrofe, assim o povo escreve o seu poema, ora cheio de claridade, ora cheio de noturnidade...

O que chamamos História nada mais é do que um poema coletivo.

Mas eu quero chegar ao ponto para onde vinha: é o de que escreveis os vossos poemas com sangue lírico brasileiro e sois, portanto, nesse casamento da Poesia com o povo, o poeta de nossa democracia sentimental.

O dom demoníaco, o estado de candura necessária à compreensão total do mundo, a capacidade de transmitir a outros seres humanos o vosso frêmito de emoção e de ternura – que mais contagiosos títulos nos podereis apresentar em vosso primado de poesia? Só não sois – diga-se francamente – um poeta capaz de satisfazer os *rafinés,* os *blasés;* sois uma festa, no mundo da imaginação e da sensibilidade. Não lançais mão de recursos tão extralógicos que não sejais compreendido; não fingis de louco, para parecerdes simbólico; não fazeis da Poesia uma linguagem para telegramas cifrados, porque os processos de comunicação com as almas dispensam, para vós, esse apelos da gratuidade ao inconsciente, ao subterrâneo, à treva. Sois, antes, uma torrente de inspiração, envolvente, mágica. Não dependeis tanto do leitor ao ponto de

pretenderdes que o leitor decifre o vosso enigma. Não vos divertis à custa do leitor – ao mesmo tempo que não transigis com ele quando é preciso chamá-lo a um ato de contrição lírica.

O erro está em supor que só nós é que somos poetas – porque escrevemos um livro ou vestimos um fardão acadêmico – quando o povo também o é.

OS INIMIGOS DA POESIA

Mas essa democracia sentimental tem os seus inimigos...

Não. O maior amigo da Poesia pode ter, dentro de si, os piores inimigos dela. Quais são os inimigos da Poesia?

Rilke já pedia ao jovem poeta destinatário de suas famosas cartas que lesse o menos possível as obras de crítica e estética: um dia, é uma opinião que faz a lei; outro dia, é a opinião contrária. Há um ponto, entretanto, que se me afigura o mais grave, em tal desencontro: é a falta de isenção, a falta de liberdade interior de quem, por inimizade pessoal ou política, se arvora em crítico de poesia. Não há pior restrição ao entendimento poético do que isso. Só o amor, *la connaissance à Rilke*, é que torna claro e justo esse entendimento.

Sem simpatia não há poesia, como sem paladar não há gosto, como sem olfato não há perfume. A delicadeza, a receptividade, a ternura humana são as pedras de toque de qualquer juízo aproximado da "verdade" poética.

Não era sem razão que o poeta antigo já se preocupava com semelhante transfusão lírica:

Só posso dar o que me podes dar.
De nada adianta a água ser pura
se a tua sede de poesia é impura.

E se a poesia é como o trevo
de quatro pétalas
que se esconde a quem mais a procura,
deves a mim o encanto que te devo.
Se fores, pois, meu inimigo,
sê digno de ti mesmo:
não leias o que escrevo.

A Poesia, como diz Tristão, é a "maior afirmação da liberdade humana sobre a terra". Não há – acrescento – nada que mais se contraponha ao *animal lírico* do que o *animal totalitário.*

Há, porém, uma forma de violência que não vem do poder público. Há um fascismo gramatical, como há um fascismo crítico. Tanto é fascista quem prescreve ao poeta uma língua que já não é dele como quem invade o recesso mais puro de sua sensibilidade para obrigá-lo a assinar um "termo de bem sentir".

Se é o poeta que recria a linguagem não poderá ele submeter-se à linguagem já feita e que lhe seja imposta sob a forma de "terror literário" ou simplesmente sob o terror do pronome mal colocado.

Por isso, nada mais justo que a inclusão, entre os inimigos da poesia, da crítica ortodoxa, catedrática, gramatical ou policial, que não dosa a sua auto-suficiência com um mínimo daquela *docta ignorantia* de que nos fala, quase silenciosamente, a humildade de Nicolau de Cusa. E que vai cortar os espinhos e arranca as flores; e que reflete "uma das tendências mais sectárias e mais apaixonadas da cultura dos nossos dias", segundo observa um crítico moderno e agudo como é o Sr. Álvaro Lins; pois faz papel de hiena e impõe, retroativamente, a um Dostoievski o título de comunista ou a um Dante o rótulo de fascista.

Outro inimigo da poesia é o hermetismo levado ao extremo de corromper o mistério. Outro será o "meio de expressão" imposto como finalidade artística. Tanto é limitativo o verso obrigatoriamente medido como o obrigatoriamente livre. E se levarmos mais longe o raciocínio, veremos que, mesmo na velha técnica, já o soneto era um dos piores inimigos da poesia.

Chegastes a dedicar um soneto ao soneto para evitar, naturalmente, quaisquer dúvidas a tal respeito...

Soneto! mal de ti falem perversos
que eu te amo e te ergo no ar como uma taça.
Canta, dentro de ti, a ave da graça
na gaiola dos teus catorze versos.

Quantos sonhos de amor jazem imersos
em ti, que és dor, temor, glória e desgraça?
Foste a expressão sentimental da raça
de um povo que viveu fazendo versos.

Teu lirismo é a nostálgica tristeza
dessa saudade atávica e fagueira
que no fundo da raça nos verteu

a primeira guitarra portuguesa
gemendo numa praia brasileira
naquela noite em que o Brasil nasceu...

"NON IMPEDIAS MUSICAM"

Houve alguns que condenaram o vosso colorido, a vossa veemência, o brilho excepcional e perigoso do vosso estilo. *Pas de couleur*, dizia Verlaine; mas a cor é a vida. A guerra de 14 foi chamada de quatro anos sem cor. Por outro lado, o combate ao pitoresco seria tão antibrasileiro agora quanto o foi ao tempo em que – como lembra Gilberto Freyre – se deu a europeização mais intensa do Brasil. "Tudo se foi acinzentando." Era a invasão dos nossos hábitos, das nossas casas, de nossas roupas e das nossas igrejas, pelo azul cinzento da civilização carbonífera. Ora, a essa cor civilizada, urbana e burguesa tendes o direito de preferir as cores do vosso mundo mágico, do vosso mundo brasileiro.

No entanto, os que vos censuraram por esse defeito – o da cor, o da diurnidade, o da ausência de sutileza – só o fizeram, talvez, por não conhecerem os vossos momentos de noturnidade, de vida interior e de silêncio.

Do ventre fecundo do nada geramo-nos ambos
Ciladas nas sombras, insídias na noite, gargantas de báratros.
Eu era criança e temia... Temia os abismos, o mar crespo e fulvo
acenos de vagos fantasmas...
Pensava que tu me tendias os braços chamando
nas curvas dos ermos caminhos

na espuma irisada das ondas...
Pensava que andavas lá fora, longínqua e esgueirante,
em vez te levava comigo na carne e no sangue...
Tentei alforriar-me ao teu jugo; busquei escapar ao teu íncubo;
no peito arquejante da amada aterrou-me um ruído de passos.
Ouvi que rondavas insone.
Busquei esquecer-te, bebendo
o verde veneno do vício,
e o pálido sono irrequieto lembrou-me teu sono.
Por mais que te fuja me encontras
por mais que te odeie tu me amas!
Eu sou tua presa, Senhora do Manto de Treva.

Sabeis, com Claudel, repetindo o *Eclesiastes,* que *non impedias musicam*; há uma música que melhor se escuta quando em silêncio e secretamente. Sabeis, com Wordsworth, que a luz dos sentidos se obnubila toda vez que um relâmpago nos mostra o mundo invisível; e sabeis, com Rimbaud, passear nos jardins ocultos e sentir-lhes o perfume inefável.

Para quem é poeta, nada disso poderá ser difícil. Com a mesma facilidade com que se diz: fecha os olhos e terás a noite, pode-se dizer ao poeta: sê poeta e terás a poesia...

É o que se vê, pela vossa "Predestinação":

Por que teus olhos são verdes?
Por que teu corpo é tão melodioso?
Por que tuas mãos são tão longas?
Como é que soubeste
que eu amava os olhos verdes
o corpo melodioso
e as mãos longas?

Falastes no "mundo fabuloso que existe dentro de nós mesmos"; e tendes razão porque a Poesia é alguma coisa de superior à prosa e ao próprio verso. A linguagem poética, a sintaxe lírica – como diria Eurílalo Canabrava –

não depende senão de si mesma. Cada palavra, que vulgarmente – e como material de expressão – é "uma hecatombe de sensações particulares", adquire um outro sentido; ou melhor, torna-se intensamente carregada de significação. Molhada em seiva lírica, ou mítica, a linguagem do poeta pode ser constituída, até, de vocábulos comuns – pouco importa – mas não se confunde mais com qualquer outra linguagem utilitária ou prosaica. Ocorre uma espécie de semântica divina, dentro da qual, de um átimo, as palavras mudam de alma e até de significado. Aquilo que se chama licença poética define apenas a concessão do bom senso ao mundo da Poesia. Porque a Poesia não precisa de licença. Quem é poeta de verdade, tem o direito de o ser; e porque o é pode fazer principalmente as coisas que o bom senso classificaria como erradíssimas em sua gramática moral.

Nas relações estéticas entre o leitor e o poeta não é, portanto, a apreciação dos valores formais o que mais interessa. Não é o bem-feito, nem o mais que perfeito; é algo que não se sabe como foi feito. Alguma coisa de superior à própria análise. Não é a análise lógica, que não pode explicar o ilógico; é a análise espectral da sensibilidade e da comunicação poética. Não é a sintaxe gramatical; é a sintaxe lírica, de que fala o lúcido autor de *Seis Temas do Espírito Moderno*.

A NATURALIZAÇÃO DE D. QUIXOTE

Outro ponto, que se me afigura curiosíssimo, em vossa obra, é a espantosa facilidade com que abrasileirais o universal e universalizais o brasileiro.

Em *Salomé,* com o transporte do drama bíblico a uma fazenda paulista, está um exemplo bastante sugestivo, em tal sentido. Na poesia, fazeis o mesmo. As verdades universais de *As Máscaras*, de *A Angústia de D. João*, do *Fausto* e de D. Quixote com a sua Dulcinéia são, nesses poemas, estilizadas ao sabor brasileiro. Não fostes apenas feliz por haver, "com idéias velhas, feito frases novas". Se *As Máscaras* foram escritas para serem lidas "em qualquer terra, onde os homens amem, ou em qualquer tempo onde os homens sonhem" não é menos certo que, para vós, há uma forma de amar e sonhar mais brasileira que as outras.

Olha: penso, Pierrot, que não existe, em suma,
entre a viola e a mulher diferença nenhuma.
Questão de dedilhar com certa audácia e calma,
numa, estas cordas de aço, e na outra... as cordas da alma.

O D. Quixote e o Sancho Pança que descobristes "vivem, também, seu instante nacional no solo brasileiro".

E com uma séria diferença: fizestes um D. Quixote sonhando com caçarolas; e um Sancho que aconselha o Cavaleiro Andante a "comer pólen no prato das corolas". Passastes certidão de brasileiros naturalizados a ambos, principalmente quando na estalagem de Tolosa.

D. Quixote, com a cabeça entre os braços, reclinado sobre a mesa, chega a sonhar. "Beijo-te as mãos, minha Dulcinéia." Nisto entra Dulcinéa – mas que Dulcinéia –, é a gorda e sardenta filha do taverneiro, munida de uma respeitável vassoura: "Borrachos!"

A agonia de Sancho é, para vós, a agonia do animal lírico.

– Que tens? Falas como uma criança...
– Quem delira é esta pança
mas já vai descansar... Suas carnes dolorosas
vão desfazer-se em poeira e transformar-se em rosas...

D. Quixote compreende, então, a passividade do seu drama.
– Tornaste-me ridículo.
– Não – responde o moribundo. – Dei-te a imortalidade.

Teria sido absurda a vossa aventura naturalizando brasileiro o Cavaleiro Andante? Em absoluto. D. Quixote já era brasileiro, desde que Anhangüera ameaçou os índios de botar fogo na água dos rios.

"JUCA MULATO", O POEMA DA TERRA

E o vosso "Juca Mulato"? Quem era esse Juca Mulato que vos deu a celebridade?

Muito simples: um capataz de sítio, possuidor de uns alqueires de chão, de um cavalo pigarço e crescido – como se diz – no cabo da enxada. Se havíeis naturalizado D. Quixote brasileiro, fizestes de "Juca Mulato" coisa inteiramente contrária: imprimistes ao filho da terra cabocla um admirável cunho de dor humana, viril, universal, misteriosa. A história de Juca Mulato (como resumi-la depois que o fez Júlio Dantas, magistralmente?) é a de um camarada que vivia integrado na natureza. "Forte como a peroba e livre como o vento."

Como se sente bem, recostado no chão!
Ele é como uma pedra, é como a correnteza,
uma coisa qualquer dentro da natureza,
amalgamada ao mesmo anseio, ao mesmo amplexo,
a esse desejo de viver, grande, complexo
que tudo abarca em sua força de coesão.

Lá um dia, porém, numa hora de cisma, Juca Mulato descobre, em si mesmo, um alvoroço qualquer. Como se uma vespa lhe houvesse picado a sensibilidade.

Uma coisa mínima – porém tenaz – começa a incutir-lhe no espírito uma nova concepção das coisas que o cercam.

Tudo se altera, então, para ele. O mundo quer contar-lhe um enorme segredo; as estrelas põem-se mais ao alcance de sua mão e uma vaga deformação amorosa lhe envolve os sentidos; como se os olhos vissem mais do que de costume; os ouvidos ouvissem palavras que ainda não tinham ouvido; as mãos sentissem a volúpia de contatos ainda não experimentados; o cheiro da terra o tentasse mais pela violência indefinida.

E se ele cantasse? Poderia contar o seu segredo?

Há certos segredos que, por mais contados que sejam, ficam sempre dentro de nós. O dele era assim; simples, mas inexplicável. A patroa o olhara com certa insistência, e pronto.

Não amar é sofrer: amar é sofrer mais.

Em todo caso, Juca Mulato precisa contar a todos e a tudo o seu drama. Pega da viola, mas a viola tem uma toada diferente. Lembra "um peito esfaqueado" que gritasse de dor.

Vai ouvir um canto de pássaro, e vem-lhe um desejo absurdo de ser pássaro. E se procura uma fonte, um riacho que soluça por um vão de pedra, que acontece? Se a corrente soluça, ele também soluça. Tem uma santa em casa; pois o olhar da patroa é igualzinho ao da santa. Quando reza, nem sabe mais se dirige a sua oração à santa, ou a ela.

Envergonha-se, às vezes, diante de sua própria fraqueza e reconhece que está ficando gira; e então resolve ser insolente:

fingir que não padece e mostrar que não sente,
montar o seu pigarço, atacar a restinga
às foiçadas, beber um cálice de pinga.

Enfim, renunciar a tudo e resistir; ser forte. Mas, qual! O olhar da patroa o persegue; e se tudo ama – passa ele a perquirir –, se as estrelas, os insetos, os batráquios amam, por que só ele não haveria de amar?

Volta, então, a contar o seu segredo ao Pigarço:

Pigarço: a dor me aquebranta...
Quando lembro o olhar que adoro
e que nunca esquecerei,
ai! sinto um nó na garganta,
e choro, pigarço, choro,
eu que até chorar não sei...

Quando, a trote, ela nos via,
debruçada na janela,
nós levávamos, após,
com o pó que do chão se erguia,
o nosso olhar cheio dela,
e o dela cheio de nós...

Então, pouco me importava
que seu olhar nos seguisse...
Galopava-se a valer...
Quando esse olhar eu olhava
era como se não o visse,
tanto o olhava sem o ver!

Hoje pago essa ousadia...
Ela os olhos de mim tolhe.
Queixar-me disso, por quê?
Antes era eu que a não via,
agora, por mais que me olhe,
é ela quem não me vê...

Sou um caboclo do mato
que ronda a luz de uma estrela...
Já viste uma coisa assim?
E o pobre Juca Mulato
morrerá por causa dela
e tu, por causa de mim...

O sofrimento de Juca Mulato chega, então, ao paroxismo.

Está ele, agora, pálido como a cera, em vez de tostado de sol; magro como um vime, em vez de forte como a peroba; submisso como um escravo, em vez de livre como o vento. Ocorre-lhe, então, o último expediente a que um pobre filho da terra poderia recorrer, para contar a alguém o segredo terrível e livrar-se dele: ir, numa sexta-feira, à casa do Roque, negro feiticeiro, que tinha parte com o demônio e que, por artes de Malazarte, talvez lhe curasse a moléstia amorosa de que estava sofrendo, tanto. Lá estava o Roque, magro e sinistro, escuro como a noite, com uma faísca de estrela má nos olhos. Ah! esse Roque era capaz de coisas espantosas. Com as suas figas, ramos de arruda, couro de sapo, cabelo de defunto e infusões de pinga, fazia criar "rabicho" à mulher sem amor, encontrar cavalo roubado, curar mordida

de cobra, caiçara virar valentão, fechar corpo, destrançar coisa feita. Só uma coisa ele não podia, como não pôde fazer: curar Juca Mulato.

Só para o mal de amor, nunca encontrei remédio...

– Que me resta fazer?
– Juca Mulato: esquece!

O epipã mestiço da floresta – como lhe chamou Júlio Dantas, em sua notável síntese – só encontra uma solução: abandonar a fazenda, partir sem destino, correr mundo, à procura de uma outra terra; mas aí – e este é o grande símbolo do vosso poema – aí é que ele ouve, como nunca ouvira, a voz das coisas. Filho desnaturado, como nos quereis deixar? E uma árvore o escarnece; "pois não sabes, perverso, que o teu berço foi feito de um galho meu?" E a água do rio lhe grita: "Juca, fui eu quem deu a água do teu batismo." E uma estrela: "Fui eu que iluminei a tua choça escura no dia em que nasceste." E toda a floresta: "Fomos nós que te demos o arco do teu bodoque, a lenha para o teu fogo, as grades para a tua arapuca, o cabo para a tua enxada, o varejão para o teu barco." Não vás, lhe diz o céu: "Em outro céu, as estrelas serão como pontas de espadas, relampejando sobre a tua cabeça." "Juca Mulato és meu", lhe exclamou, afinal, a terra amorosa:

Juca Mulato és meu! Não fujas que eu te sigo...
Onde estejam teus pés, eu estarei contigo.
Tudo é nada, ilusão! Por sobre toda a espera
há uma cova que se abre, há meu ventre que espera...
Nesse ventre há uma noite escura e ilimitada,
e nela o mesmo sono e nele o mesmo nada.
Por isso o que te vale ir, fugitivo e a esmo,
buscar a mesma dor que trazes em ti mesmo?
Tu queres esquecer? Não fujas o tormento...
Só por meio da dor se alcança o esquecimento.
Não vás. Aqui serão teus dias mais serenos,
que, na terra natal, a própria dor dói menos...
E fica, que é melhor morrer (ai, bem sei eu!)
no pedaço de chão em que a gente nasceu!

E Juca Mulato ouviu, como nunca ouvira, a voz contagiante das coisas. Estava, já, no alto da serra, para nunca mais voltar.

Desse alto, olhou a redondeza toda; viu, lá embaixo, os cafezais geométricos que se estendiam a perder de vista; viu, na planície, os bois felizes, pastando; viu, numa curva da estrada, a choupana onde havia nascido.

E voltou. E esqueceu.

INSTANTÂNEO E MÚLTIPLO PARA SER PERMANENTE

Como se vê, não esperais que o leitor vos ensine a ser poeta.

Sois poeta antes que o leitor o seja. Ou melhor, fazeis poesia antes que o leitor a faça em vosso lugar. Não guardais para vosso uso o que deve pertencer a todos. Sois, até aí, humano e razoável – razoável para com os que necessitam de poesia e razoável para com o elementar princípio de que a Arte, além de meio de expressão, é instrumento de comunicação.

Do leitor exigis apenas simpatia, ternura, compreensão e bom gosto.

Por certo que substituís, em vossa obra de ficção, o demorado pelo instantâneo e pelo genial; o acabado pelo *impromptu*; o longo estudo pela anotação rápida, quase borboleteante.

Não podeis pensar longo tempo porque isso faria mal ao que possuís de mais sério e profundo. De uma coisa passais a outra porque a vossa constância está na afirmação do poeta:

que só em ser variável é constante.

Caçais as realidades como se caçam pássaros; por verdadeiros golpes de mágica. Viveis, aliás, num constante mundo mágico, onde a vossa inteligência viva e inventiva se sente mais à vontade. Amais o imprevisto e a cor, a fábula; porque o imprevisto é o clima de vossa surpresa, porque a cor tem ligação direta com a vossa alma e porque não há mentira na fábula.

De modo que, quando digo que sois múltiplo e instantâneo, não vos nego a vocação para a unidade ou para a permanência; antes o que quero dizer é que sois múltiplo porque é esse o vosso recurso para a unidade; e sois instantâneo, porque é essa a vossa técnica amável para o permanente, para o profundo.

A técnica do contraponto rima bem com o pralapracá do vosso demônio interior.

Tendes uma psicologia terrivelmente contraponteada. Sois um brinquedo muito grave com as coisas do mundo; e há certos brinquedos que assustam, como realidades em ponto pequeno, na mão das crianças. Tendes muito de criança, também, e é isso o que explica a vossa melhor sabedoria. Talvez a melhor definição de tão curioso aspecto de vossa personalidade esteja mesmo neste poema movimentadíssimo:

Eu tenho a alma errante
e vago na terra a sonhar maravilhas.
Não paro um momento!
Eu busco irrequieto o meu sonho inconstante.
Eu sou como as coisas inquietas; o veio
que canta na leira; a fumaça que voa
na espira que sobe das achas; o anseio
dos longos coqueiros esguios;
e sou como as asas, as velas, as quilhas, as nuvens, o vento...
Eu tenho a alma errante.
Boêmio, meu sonho procura a carícia
fugace, procura
a glória mendaz e preclara.
Sou como uma vela fenícia
ao largo, uma vela distante.
Eu tenho a alma. Errante...
Eu sinto uma estranha delícia
em tudo o que passa e não dura,
em tudo o que foge não para...

MODOS DE PENSAR

Está certo; mas por que vos fotografais tão inquieto?

É esta explicação que está na unidade de vossa obra ou na filosofia que, tomando-a em conjunto, dela podemos extrair. Se vos demorásseis, seríeis

superficial; se arremedásseis o "carão" da fábula – que chorava por não poder mudar de penas –, seríeis falso.

Pensador, dirão, só pode ser quem pára, para poder pensar; ou melhor, é quem não pára de pensar.

Peut-on s'arrêter de penser?, eis o problema do pensamento. A isto eu poderia responder: tendes um pensamento mais oral do que escrito. Quantas vezes, dizeis coisas geniais em vossas conversas, tentando em nós a idéia de um taquígrafo para fixá-las na sua incrível lucidez! Não podeis parar, embora eu conheça um vosso retrato, pintado por De Bono, em que apareceis pensando... pensando. Quase na mesma atitude do *Penseur* de Rodin. Não sendo pensador, numa forma parada de ser, tendes, entretanto, o vosso modo de pensar; e o vosso modo de pensar não é o que muitos pensam.

Parar de pensar... Parar para pensar. Pois, a verdade é que não aceitastes nenhuma destas fórmulas.

Pensais a vosso modo. Nem parais de pensar; nem parais para pensar.

Ao pensamento linear, esquemático, lúcido e cruel, preferis ser humano pela inteligência, pela intuição, pela imaginação contra a abstração, a comparação, a análise.

De uma forma ou de outra, tendes o vosso seguro modo de pensar sobre todos os problemas em razão dos quais se agita o mundo em que vivemos.

MENOTTI E AS SOLUÇÕES NACIONAIS

Dentro desse modo de pensar é que vindes combatendo, pelo livro, pela tribuna e pelo jornal, todas as formas de violência.

Assim, sempre entendestes que o mundo do fascismo e do comunismo era um mundo diferente do nosso e que seria um crime desnaturar, com o apelo ao exotismo, o Brasil em sua sagrada essência.

A democracia social, dentro do regime presidencialista e federativo – foi o que afirmastes, já em 1936, num dos vossos estudos políticos –, representa a fórmula garantidora das nossas liberdades, sem quebra dos princípios fundamentais da hierarquia e da disciplina. Para realizar esse ideal, que está no instinto do nosso povo, é mister que os brasileiros se unam acima dos par-

tidos, no formidável bloco unânime e coeso da sua vontade de querer que o Brasil continue a ser Brasil.

Fora disso, dentro dos anunciados regimes de força, teremos a luta fratricida. Teremos a fragmentação nacional. Teremos a intervenção ardilosa e "pacificadora" das nações que "sentem fome de terra" e que estimulam, pela direita e pela esquerda, o ódio entre os brasileiros.

Sustentais, portanto, a originalidade de nossa civilização, desde a Semana de Arte Moderna. E que tendes razão clara e suficiente para assim pensar, não pode haver dúvida. Bastaria lembrar o que os próprios escritores estrangeiros dizem de nós.

Aí estão, entre outros, o mexicano José de Vasconcelos, em *A Raça Cósmica*; o francês Luc Durtain, no pequeno mas sugestivo estudo que fez da civilização brasileira em face da norte-americana; o alemão Kayserling, naquela famosa conferência de Lisboa; e mais um Francisco de Sierra y Mariscal que – isto no começo do século XIX – ficou pateta ao verificar o fenômeno brasileiro da democracia "que é uma ordem desconhecida da Europa". As condições materiais do Brasil – cito outra observação, esta de Oliveira Martins – permitem realizar formas de instituição civil que nós (na Europa) chamaríamos de socialistas... O norte-americano Roy Nash, na sua *A Conquista do Brasil*, aponta a igualdade, em nosso País, resultante do amálgama das mais variadas famílias humanas, como sendo a antecipação do sonho de igualdade e fraternidade dos operários e filósofos da França revolucionária. Por isso mesmo, Henry Wallace afirma que a nossa "democracia genética" é a mais bela sugestão do Brasil ao mundo de amanhã.

Mas, p'ra que ir tão longe? Ainda há pouco, era Gilberto Freyre quem, em magnífico estudo, a propósito de Silvio Romero, frisava-lhe o esforço de procurar extrair de nossas raízes a originalidade de um destino que hoje vemos estar principalmente nisto: em nos anteciparmos a outros povos como expressão de uma democracia étnica e social de que tanto José Bonifácio como Silvio Romero tiveram a intuição. O "sentido brasileiro da democracia social (estou relendo as palavras de Gilberto) não nos foi comunicado nem por Leão XIII, nem por Maritain; nem pelo socialismo francês, inglês ou alemão, nem pelo russo. Vem de nossas próprias raízes". Se essa democracia social e étnica definida por Gilberto Freyre, por Silvio Romero e principal-

mente por vós, em *A Crise Brasileira: Soluções Nacionais,* é a essência da civilização brasileira, como poderia alguém – honestamente – dizer que o Brasil não está destinado a criar um novo tipo de civilização?

Com a sua originalidade, é claro, não pretende o Brasil isolar-se do mundo; ao contrário, ele é a mais bela soma das aspirações universais.

Servindo à causa da Cultura em que se empenham todos os povos, na luta contra os inimigos da civilização ocidental, a sua originalidade não será senão uma forma da contribuição para um novo conceito do destino humano.

A VOZ DA TERRA

Quando Deus quer perder as criaturas, tira-lhes o dom do lirismo; enlouquece-as primeiro. Se o mundo está em guerra, foi por falta de poesia no coração de alguns homens. Fazer com que a poesia volte ao coração dos homens – eis a missão da ordem futura.

Para que o Brasil, entretanto, se faça ouvir, nesta hora de suor, de sangue e de lágrimas, é indispensável que não nos deixemos seduzir por ideologias forasteiras, que nos negam pelo espírito ou pelo sangue.

É indispensável que ouçamos, de novo, a voz da Terra.

Por isso, Sr. Menotti del Picchia, nunca foi mais necessário que hoje o símbolo do vosso poema – o homem chamado pela terra, quando ia abandonar a terra.

"Pois na terra natal a própria dor dói menos!"

Discurso do
SR. GETÚLIO VARGAS

e

Resposta do
SR. ATAULFO DE PAIVA

Sessão solene extraordinária
do dia 29 de dezembro de 1943

I

DISCURSO DO SR. GETÚLIO VARGAS

Senhores,

Antes de tomar posse da Cadeira que me destinastes, desejo fazer algumas considerações de caráter pessoal. Não me sinto em meio estranho. Além da grande honra de achar-me entre os mais elevados expoentes da inteligência brasileira, experimento a satisfação de aqui encontrar antigos companheiros de jornadas públicas e amizades que muito prezo.

Presidindo nossos trabalhos, vejo o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que foi meu eficiente e dedicado Ministro de Estado, personalidade por todos querida e admirada; também o seu ilustre antecessor ao tempo da minha eleição acadêmica, o Professor Levi Carneiro, que emprestou ao governo, em muitas oportunidades, as luzes da sua cultura jurídica; e, por último, o Ministro Ataulfo de Paiva, magistrado de altas virtudes, filantropo e homem de extensa projeção social, designado, em boa hora, para receber-me. Considero, ainda, a circunstância e o especial agrado de pertencerem a esta Casa os poetas, romancistas e polígrafos que sempre apreciei e distingui, entre as minhas mais sinceras admirações intelectuais.

Não, posso, finalmente, deixar de lembrar três nomes dos mais ilustres da nossa Companhia, e aos quais me liguei por laços de amizade sincera e compreensão intelectual: Gregório da Fonseca, meu colaborador de imediata confiança, grande coração e grande caráter; Humberto de Campos, cujos últimos dias da vida acompanhei com emocional carinho; Alberto de Oliveira, o

magnífico poeta, gentil homem das letras, com quem me entretive em inesquecíveis momentos de contato espiritual.

Devo e quero agradecer, agora, o generoso empenho que pusestes em trazer-me ao vosso convívio permanente, conferindo-me honra por certo superior aos meus méritos de inteligência e cultura.

* * *

Senhor Presidente. Senhores Acadêmicos,

A atividade intelectual é para mim uma imposição da vida política, que exige de quem a ela se consagra a obrigação de comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando idéias e problemas de governo, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender.

Não sou e nunca pretendi ser um escritor de ofício, um cultor das belas-artes, embora tenha me habituado, desde moço, à amável convivência de poetas e romancistas, como leitor e admirador comovido das suas obras. Por que não hei de reconhecer também, numa confissão escusável nestas circunstâncias, a atração que sempre exerceram sobre mim os homens de pensamento, as inteligências cultas e desinteressadas, os espíritos de alto quilate moral, possuidores do divino dom de transmitir aos seus semelhantes as conquistas culturais, os anseios piedosos, os arrebatamentos da paixão e da fé?

Mas, tudo isso de que vos falo está longe de definir os méritos de um escritor, de legitimar pretensões à partilha dos louros e das glórias a que têm direito os príncipes da poesia e os mágicos exploradores dos reinos da ficção.

A Casa de Machado de Assis parecia reservada, nas minhas reflexões, aos homens votados à criação artística e ao estudo desinteressado dos problemas culturais. Não a considerava gleba apropriada ao rude amanho dos agricultores, mas terreno escolhido e tratado, onde os jardineiros operam milagres de beleza e colorido.

Nascida sob a invocação da Academia Francesa, por ela modelada, teria certamente o destino de servir de refúgio e assegurar repouso amável aos espíritos serenos, que olham a vida em termos de categoria filosófica e usam as lentes da perspectiva histórica para observar com imparcial frieza os acontecimentos da atualidade.

Sem dúvida, as circunstâncias da vossa Fundação delatavam o divórcio então existente entre a pura análise espiritual, a seriação e o estudo da realidade através das artes e as atividades chamadas práticas.

Naquele remanso do fim do século, passadas e esquecidas as agitações que auspiciaram o advento da República, políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social.

Por uma deformação lógica, sentiam-se quase incompatíveis. As alterações da semântica retratam, melhor do que amplas razões, essa situação de fato. Poeta era, ao tempo, sinônimo popular de lunático, pessoa ausente, habitando um mundo de fantasias e imagens; literato traduzia, num pejorativo brando, o teórico, pés fora do solo, cabeça nas nuvens, alheio às realidades quotidianas e convencido de poder ajustá-las aos esquemas simplistas da construção dialética.

Em ambiente assim, era inevitável, as energias sociais dispersavam-se esterilmente e o desdém do *espírito* pela *matéria* tomava formas quase extravagantes. Para o homem de letras, as palavras político, industrial, administrador, tinham igualmente um sentido alterado: significavam estreiteza de vistas, incapacidade imaginativa, grosseiro trato com as coisas belas da vida e os seus valores supremos. Para ser um exemplar dessa fauna tornava-se necessário ignorar as rosas, os poentes, as sutilezas da linguagem, o aguçamento de um sarcasmo e a finura de uma ironia.

Explicavam uns e outros, através de conceitos voluntariamente truncados, o desdém recíproco e a mútua desconfiança. Os literatos reclamavam o isolamento, a torre de marfim, a impassibilidade marmórea, e essa atitude se refletia na própria preferência pelas imagens do reino mineral, tão do gosto dos poetas mais celebrados do tempo. Os homens de ação, dedicados às tarefas práticas, desacreditavam, por seu turno, as possibilidades reais dos que sabiam pensar e dizer.

Não há novidade em declarar, por conseguinte, que a primeira fase da vossa ilustre Instituição decorreu à margem das atividades gerais, enquanto o Estado, a administração, a sociedade civil evolviam e se transformavam. Só no terceiro decênio deste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação. Hoje vemos em vosso meio, compartilhando a imorta-

lidade com poetas e romancistas, representantes das profissões liberais, juristas, historiadores, políticos e até industriais. É admirável que isso aconteça. Os valores da inteligência são multiformes, resultam de múltiplas e fecundas aplicações. Os modernos processos de integração social não podem malbaratá-los e a todos disciplinam, num sentido útil, para maior bem da coletividade.

O papel das Academias não é, na atualidade, o que Chapelain atribuía à Academia Francesa: "Fazer um grande dicionário e fiscalizar a língua." É mais importante, mais amplo e profundo.

Não corresponde, evidentemente, a uma instituição acadêmica vanguardear os movimentos revolucionários em Arte e Cultura. Também não lhe corresponde atuar do lado extremo, permanecendo fechada num conservantismo estreito e reacionário. Cabe-lhe, no conjunto das atividades gerais, uma função ativa, coordenadora de tendências, idéias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do País a um plano superior, imprimindo-lhe direção construtiva, força e equilíbrio criador.

Foi com essa visão global das responsabilidades acadêmicas que aceitei um lugar na vossa ilustre Companhia, honrado com a escolha, que considero homenagem excepcional, e disposto a trabalhar convosco pela afirmação da nossa cultura, interessando-a na solução dos grandes problemas da Nacionalidade.

Eleito para a Cadeira 37, venho sentar-me entre vós, sob o patronato de Tomás Antônio Gonzaga, na sucessão de Silva Ramos e Alcântara Machado. Não me poderia sentir melhor em qualquer outra. O poeta da Inconfidência Mineira alcançou essa consagração mais pelo seu destino político que pela expressão da sua arte poética, aliás, formosa.

Numerosos foram os homens que, pela época, interpretaram em verso os anseios sentimentais, as dúvidas amorosas, os conflitos do desejo e das possibilidades. O que singularizou a figura daquele desembargador do século XVII não foi certamente a inovação literária, a inspiração de grandes vôos ou a criação lingüística, como aconteceu com Dante e Camões. A sua lírica é similar à de todos os poetas do tempo. Reflete idênticas influências, repassa concebidos modismos, veste-se com as mesmas galas retóricas. Versejar parecia, então, sestro generalizado, diversão preferida das classes cultas. Se desde os clássicos da língua se admitia que "não fazem dano as musas aos douto-

res", contavam com absolvição antecipada os governantes poetas, os líricos magistrados.

Essa produção literária oferecia, entretanto, pouco ou nenhuma originalidade. Seguia invariavelmente regras aprendidas a modo de ofício manual e a temática restrita dos modelos. Tomás Antônio Gonzaga, que é o nosso exemplo vivendo em Vila Rica, cidade colonial das Minas Gerais – cheia de pretos da mineração, de brigas de garimpeiros, de façanhas de contrabando – não nos apresenta, nas suas composições, um esboço sequer da vida ambiente. A mais leve referência ao meio é esquecida. As suas poesias não se embeberam do cheiro estonteante da terra moça. As pastoras, os zangais, os pegureiros, que invoca e canta, não passam de simples expressões de um dicionário ignorado na colônia do ouro e das pedras, consumida pela febre das riquezas e do luxo que a Inglaterra e a Flandres produziam e Portugal importava e pagava com larguezas de perdulário.

Não foi, por conseqüência, essa literatura de amores infelizes, tão comum em tantos autores da época, o que elevou a herói o patrono desta Cadeira. A projeção excepcional da personalidade do cantor de Marília resultou da sua atuação política, da sua participação num acontecimento que objetivava emancipar a grande terra brasileira, ausente na obra do poeta e presente na existência do homem.

O verdadeiro patrono da Cadeira 37, não é, a rigor, o lírico de *Marília de Dirceu*. A poesia influiu na escolha como mera circunstância. A homenagem do patronato equivale a um preito de admiração à memória do poeta que se ligou a uma nobre causa e por ela padeceu o degredo e a morte expatriada. Iluminado por um sentimento de justiça, de independência, de anticolonialismo, Tomás Antônio Gonzaga legou-nos, ultrapassando a sua vocação lírica, a ascendência de uma vocação política sacrificada pela emancipação do Brasil.

Os fundadores da Academia tiveram, ao contrário do que se tem dito, uma iniciativa feliz, ao retirarem do hagiológio pátrio o nome do herói, confiando-lhe o destino de uma Cadeira que parece fadada a recolher os que, noutros tempos e por outros caminhos, se devotam ao engrandecimento da Nação, decididos a servi-la sem medir esforços.

Já originou observações curiosas a coincidência de ter sido português pelo sangue o patrono da Cadeira 37 e português pela formação literária seu

primeiro ocupante. Silva Ramos, filólogo, pensando e escrevendo em moldes clássicos, era, realmente, um filho espiritual de Coimbra, exilado no Rio de Janeiro, entre gentes que deslocavam pronomes e abusavam dos gerúndios.

O fenômeno não é novo e o vemos repetir-se na América com desusada freqüência. Deriva claramente da herança lingüística. Os idiomas dos grandes grupos sociais originários da Europa tendem a retornar aos antepassados, numa forma de hereditariedade semelhante à do mundo biológico.

Fiel à mentalidade de herança que se fortalecera definitivamente na fase de formação cultural, Silva Ramos não se preocupou em readaptar-se às exigências do meio em que veio viver e trabalhar. Certamente, isso não lhe parecia necessário. A língua era e ainda é o único instrumento de expressão entre os dois povos e o laço mais forte de consangüinidade capaz de manter em contato íntimo e fraternal brasileiros e portugueses, Ficou tal como veio de Coimbra, exercendo com serenidade compreensiva a missão de mestre da boa linguagem. Foi um gramático, classificação que apesar de parecer hoje um tanto pejorativa, corresponde exatamente a certos períodos culturais em todas as latitudes:.. Com a perspectiva do tempo poderemos dizer que preferiu ser um selecionador a ser um criador. Conhecer e escolher afigurava-se-lhe talvez mais grato que inventar e produzir.

Em 1931, sucedeu a Silva Ramos o Professor José de Alcântara Machado de Oliveira, que, durante um decênio, emprestou à Academia o brilho do seu pensamento e da sua cultura séria e extensa.

Alcântara Machado representava entre nós uma estirpe mental de linhas fortes e bem definidas. Possuía uma formação cultural sólida e de amplos horizontes. Essa formação não se fizera, entretanto, com sacrifício da personalidade, que se constituiu reta e em constante ascensão, obedecendo a fundamentos morais de nítida influência cristã e encerrando, segundo o conceito de Maritain, a totalidade dos atributos humanos. Militante da cátedra, militante da política, exercendo no seu meio tão fecundo – a velha Faculdade de Direito de São Paulo – ação direta e pessoal como professor e mais tarde diretor, foi literariamente um tradicionalista.

As épocas passadas encontravam nele ressonâncias duradouras. Aprendera com Renan a considerar a tradição o mais forte fundamento da idéia de Pátria. Homem do seu tempo, apercebido das realidades atuais, com-

preensivo e plástico na atuação social, admirava os antepassados, celebrava-lhe os feitos e sentia-se perante eles herdeiro responsável das suas qualidades e virtudes.

O livro de estréia literária de Alcântara Machado – décimo trabalho publicado, porque até aí só as letras jurídicas o preocupavam – é *Vida* e *Morte do Bandeirante.* Todos vós conheceis essas páginas admiráveis. Retratando o viver simples, austero e frugal dos desbravadores e pioneiros das terras altas do Brasil, o autor se entrega a uma tarefa grata aos seus sentimentos tradicionalistas. Não se trata de um trabalho de pura reconstrução histórica. Por certo, se enquadra no gênero perfeitamente. Sobra-lhe exatidão documental e a recomposição da vida social da época se desdobra em quadros descritivos quase fotográficos, sem omitir a localização dos fatos, fixando-os à paisagem e aos seus acidentes caracterizadores. Sabia, naturalmente, que a história deriva da geografia. Colocando as personagens no seu meio, identificando-as com ele, conseguiu apresentá-las completas, talhadas, como deveriam ser na realidade, num único bloco. Ali estavam associados, inseparáveis, os dois elementos conformadores da personalidade de Alcântara Machado: – o amor à terra e o culto dos antepassados. Deles tirava, como Barrès, a sua lei de equilíbrio no seio de uma sociedade em crescimento, que se alargava em círculos maiores de diversificação à medida que lhe vinham de fora, de outras latitudes, contingentes étnicos de vária origem, portadores de novas forças de conquista e de novos processos de apropriação econômica. Vendo chegar os adventícios, o coração de Alcântara Machado se confrangia e o seu espírito se povoava de interrogações sobre o futuro.

É fora de dúvida que o confronto entre os dois quadros – o da expansão bandeirante e o da incorporação imigratória – sobressaltava-o e enchia-o de temores. A propósito, devemos lembrar uma passagem do discurso que pronunciou na Academia Paulista de Letras, em setembro de 1940.

> – Porque não nos iludamos – dizia. – Aqui está se desenrolando a luta silenciosa e subterrânea, mas incessante e encarniçada, dos adventícios entre si e de todos contra nós. Agrava-se de momento a momento o perigo, já anunciado por alguém, de nos tornarmos uma colônia como as demais neste chão

> conquistado, fecundado e mantido ileso pela coragem e pelo trabalho dos nossos maiores.
>
> Por mais que se digam, e mesmo que sinceramente se esforcem por ser brasileiros, não o são, nem podem sê-los, os recém-chegados. Faltam-lhes aquela integração no espírito da grei, aquela impregnação profunda da sensibilidade pela natureza, que vem do nosso lastro hereditário e determina o nosso modo e a nossa razão de ser. À ação de presença desses representantes de raças tão distantes, preocupados com a satisfação de interesses imediatos, não será ousadia atribuir o declínio sensível das nossas virtudes tradicionais.
>
> Aí está o que nos deve apavorar. É a possibilidade de que um dia se desnature a alma coletiva, substituída por outra, feita de retalhos de tecidos disparatados. Retomam-se províncias arrancadas pelo inimigo; mas não se consegue jamais reaver consciências anexadas ao estrangeiro. Contra essa eventualidade, tornada mais temerária hoje em dia pelas tendências dominantes em certos países, que convertem cada emigrado em instrumento de expansão imperialista, urge que mobilizemos todas as energias.

As palavras de Alcântara Machado no discurso citado são as últimas que se lhe ouviram antes que a morte o roubasse ao convívio dos amigos e ao serviço das letras. Poderíamos considerá-las o seu testamento patriótico em face das provações da nova guerra e das incertezas do futuro para as nações jovens, de fraca densidade demográfica, abertas à imigração e desarmadas. Mostram, ainda, como era forte, no conjunto das suas qualidades de homem culto, o sentido da responsabilidade pública, sempre alertado nas situações em que teve de atuar, como professor, político, historiador, escritor ou jurista. E não é demais acentuar o equilíbrio, a serenidade, a dignidade das suas atitudes nos prélios onde foi chamado a opinar. Na cátedra, na tribuna parlamentar, nos concílios partidários, era sempre o mesmo – fidalgo na compostura, discreto no dissentir, firme sem jactâncias, lúcido no pensar e elegante no dizer.

Como instrumento de expressão a linguagem por ele usada em todas as circunstâncias aparecia dúctil, pulcra, transparente, cheia de ressonâncias clássicas, revelando um escritor com recursos excepcionais de estilo e de idéias. Em Alcântara Machado podemos comprovar o acerto de Sainte-Beuve quando afirma que "um pensamento firme e vivo já se apresenta necessariamente com a sua forma completa de expressão".

Antes de ir adiante, quero anotar uma observação marginal sobre a atitude do autor de *Vida* e *Morte do Bandeirante* relativamente ao problema da assimilação dos contingentes imigratórios. Já sabemos como era ele amoroso da terra, profundamente enraizado ao solo pátrio. O livro em que evoca, magistral e comovidamente, o pioneirismo paulista dedica-o a membros da família, remontando a "Antônio de Oliveira, chegado a São Vicente em 1532". Reata, assim, os laços de ascendência a velhos troncos patrícios dos primórdios da colonização portuguesa.

Alguns anos antes – eis o curioso desencontro – Antônio de Alcântara Machado, filho mais velho do nosso ilustre companheiro, publicava o seu primeiro trabalho literário, dando-lhe por título os nomes de três bairros populares de São Paulo e dedicando-o "aos novos mamelucos", isto é, aos pioneiros do progresso paulista nos dias recentes do afluxo imigratório. E, ao invés de escrevê-lo na linguagem apurada que tanto elevou o nome do pai como escritor, utilizou-se do idioma dialetado dos descendentes de italianos, fazendo excelente literatura com os casos do quotidiano nas ruas movimentadas dos bairros industriais.

Aparecia, flagrante, a contradição. Para o filho, os bandeirantes do pai valiam tanto quanto os seus condes papalinos, os seus pequenos industriais prósperos e outros humildes adventícios, construtores anônimos do engrandecimento da cidade. Enquanto aquele evocava, orgulhoso, os sertanistas e desbravadores da era do ouro e das pedras, o outro olhava com admiração os homens novos, lutando dentro da floresta das chaminés fumegantes espetadas irreverentemente para os céus.

Compreendemos, desde logo, o antagonismo das duas gerações representados pelo pai e o filho, com as suas transformações de mentalidade e diferenciação social. Com quem estaria a razão? Talvez Alcântara Machado houvesse formulado a pergunta a si mesmo e nos tivesse dado a resposta na passagem da magnífica oração acadêmica anteriormente lembrada. Fácil seria certamente resolver o dissídio, sem recusar razões a ambos. Limitemo-nos, porém, à anotação do fato em si, evitando juízos que os mortos não podem contestar e aproveitando-o para mostrar como se apresenta, nos nossos dias, imperioso e contingente, o problema da incorporação dos imigrantes aos núcleos da população nacional. A atualidade, com os tremendos ensinamentos da guerra,

está a indicar o único caminho possível: apressarmos, por todos os meios, a transformação dos adventícios em autênticos e bons brasileiros.

Depois desta digressão, retomemos o fio das considerações anteriores para fixar aspectos singulares da fisionomia moral de Alcântara Machado e marcar os ritmos da sua marcha vitoriosa desde os bancos acadêmicos até alcançar o mais alto plano da consagração literária.

Todos os adolescentes – opinam alguns psicólogos demasiado imaginosos – levam consigo, ao entrar no mundo dos descobrimentos e surpresas que a idade lhes reserva, um arquétipo, um modelo da personalidade, "aquele que desejariam ser" e cuja maneira de viver desejariam repetir. Escolhido o modelo procuram imitá-lo pelos anos afora, muitos sem êxito, outros com simples aproximações, alguns logo desiludidos da difícil empresa. Há ainda os que se desencantam nas primeiras experiências de adaptação e os que teimam em seguir padrões antípodas e incompatíveis com as tendências do temperamento e as condições de tempo e de meio. São, geralmente, os casos que mais se fazem notar pelo disparatado dos contrastes e a incongruência das atitudes postiças e caricaturescas. Não vemos por aí, com tanta freqüência, tartamudos que se julgam Demóstenes; pesquisadores de biblioteca que se consideram grandes eruditos; militares, políticos e estadistas empolgados pela imitação das figuras históricas de Napoleão, Alexandre e César? Quantos desses desencontros, dessas falsificações de modelos estarão a interferir desastrosamente no destino dos homens e dos povos?

Se tomássemos a sério a estranha teoria as verificações da sua aplicação haveriam de ser decepcionantes. Não, certamente, em relação a homens como Alcântara Machado, cujo arquétipo nenhum trabalho daria descobrir, tal a confessada fidelidade com que o seguiu, honrando-o consciente e exemplarmente. Nunca o ocultou e em todas as circunstâncias teve-o presente como supremo mentor das suas diretrizes morais e das suas conquistas de homem de pensamento. Era o pai, era Brasílio Machado, cuja biografia escreveu com tanto carinho e devoção filial.

De Alcântara Machado podemos dizer que foi um menino-moço. Cresceu e educou-se sob a direta e imediata influência paterna. Brasílio Machado, professor, advogado, político e orador marcou-lhe os rumos da existência desde os passos iniciais. Precoce, reconcentrado, estudioso – aos 21

anos se fazia professor na mesma escola onde pontificara o pai. A tese com que disputou a cadeira – um trabalho completo sobre medicina legal – revelou-o uma inteligência vigorosa, honesta e armada com os melhores recursos da cultura jurídica e das letras clássicas. Daí por diante, nenhuma hesitação na marcha. Entregou-se a outros trabalhos, como advogado e político, e os realizou com a mesma segurança e elevação de idéias.

Poucos contatos pessoais tive com Alcântara Machado para considerar-me habilitado a falar do seu feitio íntimo, das linhas do seu caráter, dos seus sentimentos e reações diante dos atos humanos e dos acontecimentos sociais. O que recolhi, porém, conforma substancialmente o testemunho dos amigos e dos que o conheceram mais de perto. Muitos se referem à sua bondade acolhedora, à timidez que parecia dominar-lhe os movimentos e dar a quem não o conhecia uma falsa impressão de soberba e superioridade estudada. Não me parece que esse fosse, realmente, o "defeito honesto" do seu caráter. A timidez nos espíritos cultos e sensitivos, fáceis de ser atingidos simultaneamente pelos caminhos da emoção e da inteligência, não passa as mais das vezes de uma disposição espontânea da personalidade. O tímido é geralmente um fraco de vontade. Nas suscetibilidades exageradas, nas tensões e afrouxamentos das reações nervosas, ora amortecidas, ora abruptas, deixa-se surpreender os primeiros contatos. Faltam-lhe, por isso mesmo, nas ações e na maneira de comportar-se, os nexos de continuidade e de serenidade, que são visíveis e persistentes nos temperamentos equilibrados, sadios e fortes. Alcântara Machado escapava, evidentemente, à classificação de tímido. Nos atos e nos modos de agir demonstrou sempre uma coragem serena e uma vontade firme. Poderiam levá-lo por convencimento a transigir, mas não o obrigariam jamais a desistir por imposição ou temor. Era, apesar disso – afirmam quantos lhe desfrutaram a convivência e o trato fidalgo – um afetivo. Não se confiava facilmente a intimidades, mas reservava para os amigos uma constante e enternecida assistência. O que o fazia parco em expansões e o colocava na posição de quem não quer ser visto talvez fosse o receio de parecer falso e metediço, quando o seu empenho maior consistia em guardar fidelidade a si mesmo. Pertencendo a uma geração de crise – a de 1890 – teve oportunidade de conhecer períodos de depressão, de prosperidade geral e de sérios traumatismos políticos. Recolhera, na fase de formação, as últimas influências do

Romantismo e sofreu as primeiras inquietações do século. Explica-se, assim, por que ao atingir a idade madura, desfeitas muitas ilusões e embebido de resignação cristã, viesse a considerar "a vida uma grande lição de humildade".

Os últimos anos de existência consagrou-os Alcântara Machado a dois trabalhos totalmente diferentes: a biografia de Brasílio Machado e o Código Criminal Brasileiro.

O estudo biográfico do pai assinala mais um marco definitivo na carreira do escritor. Executou-o com cuidados enternecidos. O perfil do notável professor vale por uma perfeita reprodução da sua personalidade. Brasílio Machado possuía, indiscutivelmente, títulos de sobra para destacar-se no meio em que viveu e atuou. A inteligência pronta, a cultura jurídica, a combatividade faziam-no admirado e respeitado como mestre e causídico. Possuía porte tribunício, flama e audácias verbais de autêntico orador. Era também capaz de devotar-se a causas nobres e desinteressadas. Firme de caráter e de convicções, quando renunciou às lutas partidárias não o fez para encerrar-se no cômodo silêncio do conformismo. Católico praticante, antes dos vinte anos converte à religião o próprio pai, velho brigadeiro, maçom, anticlerical, excelente protótipo dos homens do Primeiro Império. Completa, afinal, brilhantemente o ciclo da sua projeção social, batendo-se, como diria o filho, "pela recristianização do Brasil, pela volta ao espiritualismo de uma terra que ao espiritualismo cristão devem grande parte seu crescimento e sua unidade".

O jurista, em Alcântara Machado, antecipou-se ao homem de letras. A parte mais sólida da sua cultura, a sistemática dos conhecimentos, a orientação filosófica foram aquisições feitas na mocidade, durante o curso de Direito, na velha e gloriosa Faculdade de São Paulo. Ao ingressar no professorado a sua mentalidade já estava definitivamente conformada e apta a aplicar-se com seguro equilíbrio. Foi, por isso, um mestre completo e um causídico de rara proficiência.

A organização do Código Criminal vem a ser, por conseguinte, uma espécie de coroamento das atividades do jurista, do professor e do advogado. Foi-lhe confiada numa hora de transição política, quando se mudavam as instituições para cuja adoção o parlamentar decisivamente contribuíra. Lembro a circunstância para salientar como o político sabia sobrepor-se, serena e patrioticamente, às contingências dos acontecimentos. Esquecendo-se de si,

superior às suscetibilidades e às decepções, esteve sempre pronto a aplicar o saber e a sacrificar as comodidades pessoais em proveito das iniciativas úteis à coletividade.

Apraz-me destacar, mais uma vez, esse traço marcante da personalidade de Alcântara Machado. O sentido da solidariedade humana era nele tão forte como a vontade de realizar. Pensava certamente com Montaigne que "quem não vive de algum modo para os outros mal vive para si".

Nas atividades de acadêmico conduziu-se com idêntica elevação de espírito. Já o disseram melhor do que eu, por ocasião da sua morte, os eminentes confrades congregados em sessão para celebrar-lhe a memória. No acervo dos seus trabalhos, as orações acadêmicas representam uma contribuição literária destinada a durar e a incorporar-se ao patrimônio cultural do país. São páginas vigorosas de penetração crítica, saturadas de sentido humanista, onde o escritor se mostra na plenitude dos seus recursos de expressão. Lembremos, nos discursos de posse e recepção que pronunciou, os juízos sobre Silva Ramos, Luís Guimarães Júnior, João Ribeiro e Joaquim Nabuco. A precisão dos conceitos, o exame das ascendências culturais e os nexos históricos indispensáveis em trabalhos críticos de ampla estruturação transformam os perfis traçados numa galeria rica de conteúdo espiritual e de interesse humano.

Alcântara Machado trouxe para os trabalhos acadêmicos a sua deslumbrada capacidade de compreender e aquilatar, sem restrições ideológicas e preconceitos de escola, os valores fecundos da inteligência. Acreditava no préstimo social dos intelectuais e na função política da literatura.

A existência de instituições como a nossa não encontraria justificação plausível no conjunto das atividades sociais se limitássemos a sua esfera de ação à tarefa de selecionar e consagrar, dentro das fronteiras do país, as glórias literárias. É o que se pode concluir também, atentando para a feição peculiar da obra de Alcântara Machado e evocando as palavras magistrais da parte final da sua oração de posse, quando afirma caber à Academia, "que é a expressão luminosa do pensamento e da sensibilidade nacionais, o dever, de que jamais desertou, de apertar os elos de solidariedade, por uma compreensão e um conhecimento mais perfeitos, entre os brasileiros de todos os Estados".

Encerra essa afirmação todo um programa de atuação construtiva e nacionalizadora. A Academia, preciso é reconhecer, já começou a executá-lo desde o momento em que abriu as portas da imortalidade aos representantes da inteligência brasileira vindos dos diversos quadrantes geográficos e considerados expoentes legítimos nas Letras, na Sociologia, na Medicina, na Administração e nas ciências em geral. Cumpre-lhe, apenas, desenvolvê-lo, ampliá-lo, exercendo uma espécie de judicatura sobre a vida mental do País, preparando uma atmosfera de interesse e de respeito pelas criações intelectuais, estimulando as vocações e facilitando-lhes o acesso às fontes de revigoramento e renovação espiritual.

O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento. A Academia Brasileira de Letras não reúne a todos, mas dispõe de meios para congregá-los, oferecendo o exemplo dos seus ilustres membros, que não se recusarão a consagrar a tão alta empresa o que melhor possuem como expressão de inteligência, de generosidade, de fé patriótica.

II

RESPOSTA DO SR. ATAULFO DE PAIVA

Senhor Getúlio Vargas,

Não é esta a primeira vez que a Academia vos recebe e, ainda que nas duas anteriores sem prévio aviso nem protocolo, não foi então, como não é agora, menos vivo o prazer de uma presença tanto mais apreciada quanto de inteira iniciativa do visitante. Trouxera-o até cá o desejo de conhecer e examinar a nossa biblioteca, e foi com desvanecida surpresa que tivemos nesse dia a honrosa oportunidade, sem precedente, de acolher um Chefe de Estado em caráter privado.

Sua primeira visita foi, numa dessas belas tardes cariocas em que o sol, prestes a recolher-se, como que deseja deixar em nossos olhos uma deslumbrante recordação de sua opulência e majestade, espalhando no ar poeira de ouro e transformando as vidraças do casario em cintilantes espelhos também de ouro – "a hora mágica do declinar do dia" de Mont'Alverne, sol da sacra eloqüência.

Parecia ainda mais graciosa a renda verde dos folíolos das acácias, que a brisa jamais deixa repousar e que franjam com sua perene inquietação a calma fachada em que se assenta meditativo Machado de Assis, como se na folhagem também vibrassem pensamentos e anseios.

Galgados os poucos degraus que elevam sobre a rua a sede acadêmica, achastes-vos, de chofre, embora ainda ao ar livre, num ambiente de todo diverso daquele em que a poucos metros de distância passam e repassam tran-

seuntes, rolam veículos e a vida urbana trepida em seu rotineiro vai-vem. Do lado de cá se cuida do espírito, e a visível sensação de bem-estar estampada em sua tranqüila fisionomia significava quanto o visitante se sentia à vontade entre os mirtos da sabedoria e os louros da imortalidade.

Parou. Um olhar significativo foi logo dirigido para o medalhão em bronze de Castro Alves, junto ao qual, adornando o jardim da Academia como uma das mais perfumadas flores do seu gênio poético, esplende, igualmente em bronze, o famoso decassílabo "Auriverde pendão da minha terra", indicado por certo concurso entre intelectuais como o nosso mais belo verso – dir-se-ia o próprio pavilhão nacional a desdobrar-se em ondulações sonoras ao ritmo de um fluido que resultasse do sincrônico bater dos corações brasileiros. É a bandeira da Pátria em cores verbais, a transmutação das palavras em chama de amor e devoção, o milagre da imagem sonora convertendo-se em visão de sagrados céus e terras queridas, o canto de um poeta exprimindo o Brasil. "Auriverde pendão da minha terra"! Maravilhoso o gênio que em dez sílabas nos faz evocar os nove milhões de quilômetros quadrados de solo, que no cristal de um verso reflete o infinito do sentimento pátrio e com sua música desencadeia a vibração das almas de toda uma nação.

O visitante daquela tarde, atraído por uma curiosidade que transparecia mesmo de sua habitual placidez, dirigiu-se à biblioteca, seu primordial intuito, e ali, depois de folhear interessadamente *A Divina Comédia,* desejou logo ver o nosso precioso exemplar da edição *princeps* de *Os Lusíadas*, tesouro que, retirado do cofre em que está sempre protegido, recebeu o admirativo afago de seus olhos de intelectual que bem lhe sabe estimar o valor excepcional.

Mas, a essa altura, quando mais atento ia o exame das preciosas coleções, já eram numerosos os acadêmicos, sucessivamente chegados e todos surpreendidos com a presença do primeiro Presidente da República vindo sem cerimonial a esta Casa. Da biblioteca descemos, e, sem qualquer entendimento expresso, mas que entretanto as circunstâncias tacitamente promoveram, eis-nos, daí a pouco, sentados nas poltronas deste salão de gala, para uma homenagem coletiva a quem tão tocantemente nos trouxera a sua visita pessoal. E foi essa a vossa primeira recepção pela Academia, sem convocação prévia, no encanto de uma improvisada tertúlia de intelectuais.

Ainda não éreis dono de uma das Cadeiras deste Cenáculo, mas já o éreis de seu reconhecimento e do de todo o Brasil letrado. E a prova disso a tivestes naquela mesma tarde de surpresas, deparando ali, em placa de bronze reluzente, abaixo do fiel retrato de Machado de Assis, a reprodução do decreto presidencial mandando fosse de culto nacional o dia do centenário do nosso patrono – o Santo da Academia – diria eu, caso fosse lícito transpor para um ambiente profano a sagrada auréola do altar. E assim, antes de eleito acadêmico, já estava o nome de Getúlio Vargas marcado nesta Casa, e mais indelevelmente do que em seus arquivos – numa parede e em bronze. E em nossos corações também. E igualmente nos corações de quantos, através do tempo, forem conhecendo a homenagem ímpar que o Chefe de Estado prestou ao maioral das letras nacionais contemporâneas.

A segunda recepção que a Academia vos fez foi ainda sem antecipada convocação. Já então eleito, na vaga do para-sempre admirado Alcântara Machado, seu sucessor vinha, uma tarde também, numa de nossas sessões de intimidade e num requinte de galanteria, agradecer a escolha acadêmica. Não houvera tampouco prévia combinação e, ainda como da primeira vez, a ausência de protocolo aumentou o prazer de vossa companhia. A de hoje, solene em seu cerimonial e nas presenças ilustres ou sedutoras que aqui brilham, é, pois, a vossa terceira recepção acadêmica.

Entre esta, no entanto, e a segunda, de há ano e meio, outro decreto presidencial viria unir vosso nome não já somente à parede desta Casa, mas ao próprio solo em que lhe assentam os alicerces: transferíeis graciosamente à Academia o domínio útil, diga-se, a plena propriedade do terreno em que está construída. Integrava-se assim a nossa brasilidade, que, já intelectual, como que também se materializou, para que a Academia suba de uma terra bem sua, como uma esplêndida árvore do pensamento nacional, cujas flores perfumem o ambiente literário, cujos frutos nutram as gerações que se forem sucedendo no sublime labor de enriquecer o patrimônio das idéias e da Beleza.

Assim, o mesmo Chefe de Estado, depois de haver dado um dia de celebração nacional ao patrono da Academia, dava a esta a eternidade da implantação na terra brasileira: antes de ser nosso confrade, favorecia o culto; depois de eleito, fixou para sempre o templo. Rememore-se, porém, que o Presidente, signatário do decreto de março de 43, só baixou o generoso ato

depois de o termos chamado para o nosso Grêmio, postergação que soube elegantemente desprezar uma das regras universais da técnica eleitoral...

Mas, se amais as letras e sois, desde adolescente, um seu espontâneo cultor, foi a militar a vocação impulsora de vossos primeiros passos para a vida autônoma; para a bandeira vos orientavam a hereditariedade e o meio. Sois de São Francisco de Borja, o mais meridional dos Sete Povos das Missões e sua capital, cujo vetusto passado o Cônego João Pedro Gay, vigário da cidade em meados do outro século, narrou em sua *História da República Jesuítica do Paraguai* – valioso trabalho que, se hoje podemos facilmente compulsar, devemo-lo, note-se bem, ao Presidente inspirador da reedição da substanciosa obra do letrado que ele tirou de imerecido esquecimento e de quem tenho a presciência de que um dia o acadêmico Getúlio Vargas traçará nesta casa o interessante perfil. Com que ânimo se expandirá então o admirador dessas a que já chamou "figuras heróicas da nacionalidade", os chefes e assistentes de batina das missões evangelizadoras, a cujo respeito já disse a sua pena primorosa: "No Brasil Colônia, no Brasil Império e no Brasil República, o lugar da Igreja Católica está marcado em destaque, como fator preponderante na formação espiritual da raça, e as suas doutrinas e ensinamentos constituem as bases da família e da sociedade!"

Quanto confortam as almas crentes essas palavras de fé pronunciadas pelo guia da Nação que, em não longínqua tarde, rezando-se *Te Deum*, no templo de Santa Terezinha, ao lado do Túnel Novo, nesta cidade, ali solitário penetrou como o mais humilde homem do povo e humildemente se prosternou perante o Altíssimo. Sua chegada passara despercebida, e, só a uma pausa das orações, os vizinhos reconheceram aquele que a seu lado se ajoelhara silencioso e discreto, quase como se fosse o espírito e não o corpo de Getúlio Vargas. Mas que júbilo ao darem com o Presidente ali, confundido com a multidão e, como um anônimo fiel, de joelho em terra ante a majestade divina!

Ao virdes ao mundo, a velha igreja-fortaleza de São Borja, que tanto impressionara Saint-Hilaire; a antiga redução fortificada já se transformara numa cidade quieta e gentil; continuava, porém, a pairar sobre ela a auréola dos feitos dos tempos idos, e de lá não se fora de todo o espírito marcial. Com os primeiros haustos da brisa matinal do rio Uruguai, entrou no sangue do pimpolho samborjense esse fermento de combatividade que a fronteira

infunde em seus filhos. Ademais, este rebento dos Vargas se gerara de dois legítimos heróis: o avô, Evaristo Vargas, já experimentado cavalariano das refregas cisplatinas, partícipe da histórica batalha do Passo do Rosário, quando vem pelejar na revolução farroupilha; o pai, Manuel Vargas, fulminante chefe que, montado em seu "Pingo", não conhece perigos e que, nos campos e pântanos estrangeiros como nas coxilhas riograndenses, é sempre o mesmo centauro derrubador e temível. Da dupla ação sinérgica da hereditariedade e do ambiente haviam de resultar aquele menino, que aspirava à farda, como um complemento de sua alma, e o impávido homem de Estado que sempre desdenhou o perigo mortal e, nos momentos do risco máximo, poderia, como o rei cercado pelos inimigos em fúria, dizer, estendendo o braço aos ajudantes próximos: "Vejam se meu pulso bate mais célere que de costume."

O rapazito de São Borja ansiava por vestir a farda com que poderia realizar o sonho heróico. E assim, apenas adolescente, ei-lo soldado. Pouco tardaria a entrar na Escola do Rio Pardo, outro local de antigos combates desse convulso e histórico solo do Rio Grande – "sentinela da Pátria", já o dissestes – onde não existe um palmo que o sangue não tenha embebido nem rincão sem evocar o poema de um heroísmo ou um nome desses que percorrem os ares gaúchos como fluidos vitalizantes de almas prontas sempre a acudir ao apelo da Nação e tomando como destino humilhante o morrer na cama. Vosso pai teve, porém, ainda maior recompensa do que dar a vida pela Pátria: teria de dar o seu sangue a um filho que se faria precioso ao Brasil.

Eis o rapaz na Escola do Rio Pardo, de onde breve sairia um novo tenente, que a si mesmo jurara ser um novo General Vargas. Mas a nobreza é uma das virtudes militares, e, por ser um coração nobre, teria o cadete-cavalheiro de abandonar o viveiro de oficiais, ao reclamar para si também a responsabilidade de um ato de indisciplina que não praticara, mas de que insistiu por se apresentar cúmplice, unicamente em gesto de solidariedade aos camaradas culposos. Belo traço de caráter, mas que iria custar o sacrifício de uma carreira. Já não poderia ser oficial.

Todavia, ainda soldado, reclamou transferência para a guarnição de Mato Grosso, reforçada para uma luta que o horizonte internacional, dia a dia mais carregado, prenunciava iminente. Debalde, porém, lá esperou pelos

combates; a guerra não veio, mas o árdego e decepcionado infante não deu, como a Nação, graças a Deus por não ter ela vindo.

Deixou para sempre o Exército Nacional. E, entretanto, um dia voltaria a ser soldado. Dia ainda longínquo, antes do qual faria a sua singular e triunfal carreira civil, mas que, como conseqüência desta, haveria de chegar em 3 de outubro de 1930, quando as circunstâncias o armaram general – mais que general, generalíssimo. É o momento da ousada marcha do Rio Grande para o Rio de Janeiro, os dois Rios então nebulosos e arriscados, ao mando mágico de uma espada que era uma idéia e um futuro. Por isso mesmo, o generalíssimo não quis trazer sobre si as estrelas de chefe supremo, mas apenas a singela blusa de soldado raso. Sempre a discrição e a medida. É que intimamente vos sentíeis um comandado, um agente do ideal civil que só por necessidade momentânea revestia a aparência guerreira. Como única arma, dentro do peito, um coração blindado de virtudes cívicas.

Estas iriam desabrochar, na esplêndida floração destes treze anos de vida brasileira, em criações e reformas, muitas das quais já produzindo suculentos frutos que nutrem o crescimento espiritual e material do Gigante, que dia a dia mais se avantaja, estimulado aos influxos do Estado Nacional. E foi acertado terem-no chamado assim – denominação que não prejulga ligações doutrinárias, não dificulta iniciativas e favorece a ação construtiva. Vós mesmo já o dissestes um dia: "O velho conflito da autoridade e da liberdade só admite a sabedoria das soluções concretas e realistas."

Antes, porém, de aludir às vossas capitais e abundantes realizações, antes de mais, cabe-nos retomar o jovem que, sabendo-se "condenado" (esta era, sem dúvida, então, a vossa linguagem intima), sabendo-se condenado à vida de paisano, já esboçara nos últimos tempos de quartel o plano de uma nova carreira, com essa previdência que vos vem acompanhando e nunca vos abandonará – aliás mais uma justificação do vosso natural pendor militar; no campo de batalha, o inimigo nunca vos apanharia de surpresa. Também cá, na vida civil, jamais fostes encontrado desprevenido. No fundo sempre a mentalidade combativa e cauta de fronteira: a paz confinando com a guerra, a hostilidade logo por detrás dos acordos políticos, a amizade entre os homens transformando-se em rixas logo ao virar da esquina; por isso, é de bom aviso manter-se a gente vigilante sobre as cousas desta vida, que é ela propriamente

uma ininterrupta fronteira entre a tranqüilidade e o perigo, entre a felicidade e o infortúnio, entre o ser e o não ser...

Encerrada a carreira militar, iniciastes a do Direito. Parodiando às avessas o conhecidíssimo conceito de Girardin sobre o Jornalismo, diríamos que o Direito conduz a tudo, sob a condição de não se sair dele. A vós começou ele conduzindo à Literatura, ao próprio Jornalismo e à política. Ao tempo de estudante e freqüentador das livrarias da Rua da Praia, vossos autores prediletos eram Euclides da Cunha e Raul Pompéia e, entre *os* estrangeiros, Paul de Saint-Victor, Nietzsche e Zola. Essas predileções revelam muito. Paul de Saint-Victor, de estilo facetado e irisado como um cristal – tão brilhante, disse alguém, que só pode ser lido com óculos escuros. Mas às delicadas emoções estéticas vosso espírito gostava de alternar *os* ímpetos da força avassaladora, para resguardar-se dela; eis porquê vos interessava a leitura de Nietzsche, o amigo da violência, o doutrinador da vontade soberana transpondo implacavelmente *os* obstáculos para atingir *os* fins. Grande e desventurado Nietzsche! Além da loucura, havia de o demolir a filiação do nazismo alucinado. Zola impôs-se definitivamente às cogitações de quem, ainda tão jovem, já se sentia empolgado pelos problemas da miséria, que encontraram tão simpático eco no coração do autor do ensaio crítico de 1905, o qual prenunciava o estadista que, trinta anos após, faria da redenção corporal, espiritual e social dos brasileiros o centro de sua ação governativa – o inspirador e condutor dessa opulenta cadeia de leis que elevaram a saúde, o conforto e a dignidade do proletário, eliminaram do país as paredes, articularam empregadores e empregados na solidariedade do trabalho e, assim, impossibilitaram no Brasil a luta de classes que ameaça ou infelicita nações de velha e alta civilização.

Também vos empolgou a obra de nosso extraordinário Euclides – *Os Sertões* – a epopéia da terra e da gente, o contraste alucinante da grandeza com a humildade, da indiferente opulência da natureza com a penúria estóica dos habitantes; mas terra e gente dignas uma da outra, e ambas só à espera do homem que as harmonizasse numa compreensão superior, num esforço de largo fôlego, numa organização de amplo sentido nacional. Esse homem o Brasil o encontrou afinal. E toda esta luzida assistência o está vendo.

Raul Pompéia, vitima da ânsia de perfeição num mundo de imperfeições! Ao estudante de Porto Alegre comovia o sofredor e maravilhava o artis-

ta, mártir de si mesmo. Quando, certa vez, o eminente Interventor Federal Sr. Amaral Peixoto me contou que, em Jacuacanga, ao mostrar-vos a casa de nascimento de Raul Pompéia, vos quedastes pensativo, bem compreendi o motivo de tal silêncio: emudecia-vos o refluxo de forte encanto juvenil. Revistes a passagem pelo mundo, fugaz e dolorosa, de um extraordinário engenho, cérebro de fogo que se queimou a si mesmo, exasperada sensitiva que só pôde achar descanso pingando com uma bala de revólver o ponto final numa existência atormentada. O alto espírito que atravessara a existência aos sobressaltos de um ininterrupto acesso febril de alertas e decepções nascera ali naquela tranqüila casa branca da Fazenda da Boa-Vista, que tínheis ante os olhos. Passada a onda de recordações, assumiu a vossa voz entonações de amor, para dizer que, por haver sido berço de Pompéia a localidade, mais se justificava o decreto, que trazeis em mente, com que o Governo Federal irá promover o desenvolvimento de Angra dos Reis, com favorável repercussão na contígua Jacuacanga. Posso ter a satisfação de divulgar que o Estado do Rio de Janeiro já desapropriou a casa de Pompéia, que será escola primária e museu. E, assim, o seu eleito espírito continuará ali morando para sempre, como para sempre já paira sobre uma das Cadeiras da Academia.

Naqueles anos do curso jurídico, vossa inteligência desdobrou-se em atividades que não eram apenas de cultura e prazer estético, mas também de ação. Foi então que vos fizestes jornalista, e de certo não é desagradável ouvir rememorá-lo a quem ainda agora se ufana de haver redigido gazetas: *O Debate,* "jornal castilhista", como logo indicava o cabeçalho, tinha-vos por autor do artigo de fundo, em que tão bem se ajeitavam a vossa intuição e habilidade... e também a vossa moderação. Já aos vinte anos moderado! Brilhante, mas de meses apenas, foi a vossa primeira regular incursão nas colunas da imprensa: acabou *O Debate*, por já desnecessário debater. Vencera o seu candidato. Vitória! – arisca e volúvel companheira dos homens – que, entretanto, desde aí se vos entregou para não mais vos deixar!

A pena, porém, já então, não bastaria para escoar as idéias que o estudo e a meditação haviam reunido num cérebro poderosamente lúcido; sobrava ainda o que comunicar pela palavra, e, assim, logo às primeiras florações da mocidade, vos revelastes escritor e orador. Várias vezes designado para falar em nome de todos os estudantes, este orador na aurora da mocidade expri-

mia-se em discursos meditados, isentos de paixão – testes de um temperamento sereno, equilibrado e pragmático. A tumultuosa tempestade que rugia nos colegas manifestava-se em seu intérprete por um límpido luar que lhe permitia ver claro. Isso, senhores, já revelado, faz 37 anos: a juventude moderada, raciocinante, conveniente! Que predestinada organização para um futuro acadêmico!

Por assim dizer – nascestes orador, mas um orador que, desde a juventude, tinha o que dizer, por estar o seu espírito na posse de uma verdade útil a transmitir; sempre fostes o orador somente das ocasiões em que era necessário ouvir-se a palavra; nunca discursastes pelo vão deleite de produzir um discurso; oportuno até na oratória. Por isso, tendes o dom de improvisar peças que, nascidas no momento, sempre correspondem ao que o momento espera do orador.

Assim aconteceu em Porto Alegre naquela sessão do já algo remoto 1910, quando, apenas recebida a notícia do advento da República em Portugal, uma voz das galerias, que logo fariam coro, bradou: "Fale Getúlio Vargas"! Ergue-se o jovem deputado à Assembléia Legislativa. E fazeis a apoteose da intelectualidade portuguesa, esse reduzido mas brilhante grupo de homens que, desde os anos 60, procuram sacudir da Pátria a inércia moral em que as oligarquias e o parasitismo haviam mergulhado a mesma gente autora da incomparável epopéia dos descobrimentos.

Pela mente do orador passa o grito de protesto lançado em Coimbra e que repercutiria logo em Lisboa. Das margens do Mondego às do Tejo é figura principal da reação patriótica Antero do Quental, alma pura, boca e pena de ouro, de que saíram solenes apóstrofes liquidando um regime em decadência. É Teófilo Braga, doutrinador profundo, a que não tardarão a juntar-se Manuel de Arriaga e Magalhães Lima, por sua vez, seguidos pelos mais novos – João Chagas e Antônio José de Almeida, a quem o destino faria, muitos anos depois, já gordo e Presidente da República Portuguesa, hospedar-se no Palácio Guanabara, talvez nos mesmos aposentos que hoje ocupa o seu admirador de Porto Alegre. A História tem cada capricho...

É agora a vez de Ramalho Ortigão, que, de repente, percebe precisar de mais vasto âmbito do que o atingido pelas irônicas *Farpas;* perdendo seu habitual equilíbrio, entra a bater de rijo nos "quatro milhões de egoísmos explorando-se mutuamente e aborrecendo-se em comum". Vosso vigoroso

discurso, com todos os encantos de fogo improvisado, era no entanto conduzido por um tema que só a cultura meditada poderia ter amadurecido: o de que a República em Portugal foi muito mais obra dos intelectuais que dos políticos, um movimento nacional que teve sua origem nas mais límpidas fontes do espírito e do coração.

A nobilitante marca de intelectualidade sela igualmente a esplêndida oração que acabamos de ouvir, suficiente por si só para mostrar que a Academia acertou ao designar o sucessor de Alcântara Machado. A crítica literária e histórica foi das primeiras atividades a que a vossa pena juvenil espontaneamente se deu, e o fino estudo que acabais de fazer do patrono e do último ocupante da Cadeira 37 confirma que as tendências naturais de um escritor garantirão o bom êxito de toda obra em que elas representem parte considerável.

Alcântara Machado exultaria ao se ver assim tão bem compreendido; entenderia melhor a sua glória e não duvidaria da sua imortalidade. Resultaria numa repetição se acaso eu me animasse a acrescentar algumas linhas à beleza das vossas expressões – além do mais, sem o mérito da maneira elegante, sugestiva e feliz com que vem de ser analisada a luminosa personalidade de quem, já certa vez se disse, igualmente neste Cenáculo: teve por musa a perfeição. E o que é perfeito só pode ser visto de um único ângulo – como se impõem as cousas definitivas.

Vossa recentíssima passagem por São Paulo, entre as maiores aclamações já prestadas a um homem público em nosso País, a que não faltou a expressiva homenagem dos seus brilhantes intelectuais, às vésperas da noite em que juntos iríamos recordar tão elevada figura paulista, ter-vos-á feito sentir ainda mais vivamente do que de costume os reais fundamentos do orgulho do saudosíssimo acadêmico em descender dos "violadores de sertões e semeadores de cidades" que foram por aí adentro fecundando desertos.

Mas decido firmemente resistir à fascinação de discorrer sobre Alcântara Machado, para me poupar à subalterna situação de pálido eco do já dito, de apagada sombra das brilhantes páginas que acabam de sorver com enlevo os apurados ouvidos desta sala cultíssima.

No inicio do século, já se afirmava a natureza calma, conciliadora e equânime de quem, ali mesmo, em Porto Alegre, presidiria o Estado e dirigi-

ria a comunidade gaúcha – por tradição, a mais funda e violentamente desunida do Brasil, mas que o hábil conterrâneo acabaria congraçando num sentir único. Habituado aos triunfos, nenhum, entretanto, vos afagará tanto o coração como essa esplêndida e, na época, inacreditável vitória sobre um passado de lutas periodicamente renovadas, em que um heroísmo desnecessário sangrou sobre as coxilhas natais a gente que Garibaldi proclamava a mais brava do mundo.

Já desde tenra mocidade sabíeis tomar "o ponto de vista de Sírius", que Renan preconizava para julgamento das contendas terrenas; mas só pode perceber algo de Sírius quem nasceu para observar as cousas como as vê um frio telescópio. Vós, privilegiado observador, possuís o dom de discernir as ocasiões em que é necessário fazer de telescópio e aquelas em que convém ser integralmente homem. O povo quer bem ao homem e admira o telescópio, o país aproveita de ambos *e* as cousas vão correndo bem.

Vossa personalidade, entretida pela opulenta seiva de uma juventude em flor, apresenta então o integral vigor das obras da natureza: é o período das espontaneidades prevalentes e das sinceridades intactas, quadra em que o caráter melhor transparece, ainda sem os ressentimentos das contrariedades nem as cicatrizes dos golpes adversos; o fel das amarguras e o ácido das decepções ainda não alteraram a composição dos humores; estado de pureza d'alma propício às nossas análises psicológicas. O campo das margens do Uruguai, desdobrando-se em ondulações suaves ao olhar, que se fundem numa planície verde, recua o horizonte e parece dilatar a compreensão humana: tal a paisagem de vossa infância e adolescência, que vos permitia ver longe o objetivo e longe perceber o perigo e, assim, vos apurou inteligência e calma, ao mesmo tempo que ensinava a descobrir o que tinha de vir, forrando as surpresas; dispúnheis de espaço e tempo para refletir e escolher o caminho mais seguro; e por isso que o sabíeis o mais seguro, o seguiríeis com determinação. A planície verde criou a vossa paisagem psicológica: serenidade e largueza de vistas; moderação e tolerância; inteligência penetrante, ponderação e pertinácia, previsão inigualável dos acontecimentos, vontade, coragem e resolução – tudo envolto em simplicidade.

Com esses dons, fortes como a natureza que os formou, iríeis empreender a certamente mais maravilhosa travessia que um brasileiro já realizou na

vida pública. Precipícios abriram-se a vossos pés, quatro ou cinco vezes a morte quis atingir-vos, mas até a morte teve de recuar ante a vossa determinação de prosseguir para a frente. "De pé!" ordenastes ao Rio Grande, num momento decisivo; de pé vos mantivestes, em toda a vossa carreira ímpar. Rememorá-la inteira não seria obra exeqüível num discurso. Centenas de livros, infinidade de artigos retratam a vossa personalidade, e ainda mais do que se tem escrito temos visto e comentado nós todos, testemunhas da ascensão extraordinária que breve atingirá o zênite na apoteose que vos espera – a festa da Vitória que já vislumbra, redentora de sacrifícios e faiscante de glórias, iluminando para longos anos um mundo enfim solidamente implantado no supremo direito de viver em paz. Vosso nome entrelaçar-se-á à constelação dos gloriosos estadistas que viram justo e souberam arrancar da premeditada ignomínia as pátrias ameaçadas de escravidão.

Ainda nessa encruzilhada do Destino vos valeram – e a nós todos – as qualidades pessoais que até então vos haviam guiado aos triunfos. Com que calma seguistes os acontecimentos que a tantos apaixonavam; e com que decisão interviestes no instante em que se tornou indispensável intervir! A voz de vossa consciência confundiu-se então com a voz da Nação, e, assim, nunca um Chefe de Estado, no supremo lance de uma declaração de guerra, terá tido mais que este o consenso geral a apoiar-lhe a pena que assinava a mais terrível das decisões.

Os comentários sobre uma personalidade esclarecem, a crítica orienta, os discursos podem fazer refletir... ou dormir. Nada, contudo, jamais convencerá tão fundo como suas próprias palavras e principalmente seus próprios atos. Pois umas e outros acham-se ao alcance de quantos os queiram ponderar nessa opulenta e singular coletânea *A Nova Política do Brasil,* cujos nove volumes já publicados formam os autos do processo em que o estadista Getúlio Vargas irá pleitear perante a História o julgamento sobre o seu governo. E poderás simultaneamente pleitear, perante a Arte e o pensamento, os títulos de orador vigoroso e escritor elegante. Quanto ao julgamento da Academia, ei-lo nesta reunião consagradora.

A série de discursos e mensagens, cuja perfeição está na simplicidade, agradáveis e persuasivos tanto ao homem culto como ao sem-letras, a todos empolgando, é uma sadia pregação patriótica de longo fôlego, uma cadeia de

pensamentos coordenadores atravessando o País como um sulco de luz, dizendo a cada um dos auditórios que se foram escalando no tempo e no espaço a palavra oportuna e orientadora que lhe era necessário dizer, transmitindo o profundo sentimento de confiança no futuro do Brasil de um homem convicto da grandeza dos destinos da terra comum e que conclama seus concidadãos a trabalharem com ele e com ele marcharem, no labor e na disciplina, para uma fulgente meta de conquistas pacificas. "O progresso é a ordem em marcha", disse Poincaré e prova Getúlio Vargas. *A Nova Política do Brasil* é simultaneamente um eloqüente balanço do já alcançado a partir de 1930 – e uma incitação a que todos concorram para a realização daquilo que a Nação ainda não conseguiu, mas a que pode legitimamente aspirar. Sim, porque, mesmo quando apenas almeja, o sensato condutor nacional e escritor atraente e sugestivo mantém-se dentro de um cauteloso espírito de possibilidade. Obra construtiva e de pensamento.

Mais de dois milhares de páginas de uma eloqüência viva e brilhante! O leitor, à medida que avança e sente constituir-se, na seriação cronológica das orações e mensagens, a história destes últimos trepidantes anos da vida nacional, decisivos para plasmarem um Brasil novo, vê uma organização social de novos moldes, impostos pela realidade de um mundo bem diferente do que formara a nossa tradicional concepção da vida em comum. O vosso vibrante brado de justiça social não foi estéril lance de eloqüência política, mas o início de uma era fundada na idéia da solidariedade e do mútuo auxílio, para amparo dos mais fracos e proveito de todos.

A *Nova Política do Brasil* é *obra original,* porque a sua substância são os fatos produzidos pelo mesmo homem que os fez nascer e agora os expõe: ela é a vida nacional a partir de 30 e, especialmente, de 37 para cá – a era getuliana, como já lhe chamaram. Poderia a obra trazer por epígrafe a palavra profunda de Emerson: "Toda instituição é a sombra alongada de um homem." A vossa projeta-se sobre o Brasil Novo, cobrindo-o, como um espírito vivificante, para a campanha vigorosa, quase frenética, da renovação e do aperfeiçoamento, conduzindo a nação não só na falada "marcha para o oeste", mas também em grandes e até gigantescos empreendimentos em todas as outras direções: ao norte, borracha e petróleo; ao centro, ferro; ao sul, carvão; a leste, a maior utilização do mar, a Armada reconstituída; o Exército em des-

lumbrante revigoramento; em todos os pontos cardeais, aviões, mais aviões, descobrindo, desbravando, civilizando, enriquecendo.

Os sismos que periodicamente sacodem regiões condenadas por uma fatalidade geológica a esses terríveis abalos destruidores de vidas e utilidades; as convulsões rachando a crosta da Terra, abrindo-lhe fendas e escavações, atiram para as profundezas o que até então fizera a beleza e a felicidade da superfície. Pois poderíamos, ainda em linguagem de geologia, caracterizar a era getuliana como uma sucessão de sismos às avessas, já que trouxeram das entranhas para a flor da terra tesouros que lá se achavam ocultos e envoltos no silêncio milenar das cousas condenadas a jamais serem aproveitadas: assim, esses imensos depósitos de ferro que vasto e engenhoso plano começa a mobilizar para um dos mais grandiosos movimentos econômicos já realizados de um só fôlego e que se integra na empresa de Volta Redonda – arsenal da indústria e da defesa nacional, concebido num paroxismo de ardente patriotismo e ora executado com vigor vulcânico, obra ao mesmo tempo arrojada e segura que nos emancipará definitivamente: a segunda Independência do Brasil. E Vulcano é esse homem com as insígnias acadêmicas, tranqüilo e medido, que temos diante de nós. O minério não tragado pelas rubras goelas dos fornos de Volta Redonda sobrará para cargas da frota que o há de levar ao estrangeiro, pesando fortemente na balança comercial do Brasil. E, com a criação dessa nova riqueza nacional, eis como vos tornastes o único bem-sucedido dos alquimistas de todos os tempos; conseguistes, de fato, transformar ferro em ouro.

Fizestes procurar o petróleo, e ele está aparecendo, com as melhores promessas de uma nova riqueza nacional incalculável. Facilitastes a indústria do carvão de pedra, e, graças ao acréscimo de sua produção, vai o Brasil dispor de combustível necessário à grande siderurgia. Os problemas do alumínio e do níquel estão armados para uma solução prática. O da goma elástica é, neste momento, não só a ressurreição de uma riqueza nacional, como também relevante contribuição para salvação do mundo. Estais no comando supremo da "batalha da borracha", para .cujo feliz desfecho pusestes em ação a palavra que persuade e a habilidade de estadista que sabe promover fecundos acordos internacionais. Jamais conheceu o Brasil plano que haja sido empreendido com tanta resolução e tamanha variedade de meios. As torrentes de dinheiro

são dignas das do rio-mar, em cuja bacia se trava o combate com uma natureza paradoxalmente hostil pela sua exuberância: terra demais, água demais, demasiada floresta, *habitat* ideal para os insetos contaminantes, tudo alongando as distâncias quanto dificultando a penetração! No Inferno Verde, o único acesso fácil é o acesso pernicioso...

O avião é o vanguardeiro da batalha da borracha, e ainda no aproveitamento do incomparável soldado mecânico se manifestam a vossa clarividência e vontade de chefe. Pressentistes de há muito o papel do avião neste país de imensa terra, em vasta porção, mal conhecida e desabitada; só a velocidade e a autonomia da máquina de voar podem dominar a distância e o deserto. Dos primeiros a compreender isso, logo entrastes a animar a navegação aérea por todos os modos, inclusive pelo exemplo pessoal: sois dos que mais têm sobrevoado o território pátrio.

E o Exército Nacional? Altivo e pujante como sempre, mas agora engrandecido, melhor, muito melhor aparelhado para a sua nobre missão. Temo-la neste momento apercebida e adestrada como nunca a amada corporação militar de gloriosas tradições, cujos feitos nos deslumbravam na infância e em véspera de se repetirem em novos heroísmos, abnegações e triunfos. A caserna é o coração da nacionalidade. Sangue novo, sob os cuidados necessários, lhe infiltrastes nas veias, para maiores feitos de devotamento e abnegação pela pátria. Em conjunto com o Exército, a Marinha Nacional rejuvenescida, aparelhada de unidades novas, muitas construídas em nossos estaleiros, também ela rica de tradições; a frota de guerra brasileira, agora em ativo cruzeiro, vem protegendo a navegação e as costas, afugentando a pirataria traiçoeira. Por seu turno, correndo parelhas com o Exército e a Marinha Nacional e assim cooperando, com inteira eficiência, para, melhor guarda do nosso vasto litoral e, pois, das águas territoriais, alça-se garbosa a Aeronáutica Militar, também criação vossa, apresentando já uma bela folha de serviços com que se recomenda cada vez mais à admiração e reconhecimento dos nacionais e até de estrangeiros.

No ardor e constância com que estimulais a defesa do País, vislumbra-se ainda a vocação do menino samborjense; continuais soldado na alma, e a espada com que esta noite vos vemos é, em realidade, muito menos simbólica do que parece.

Ao mesmo tempo que fazeis preparar as armas para a defesa da Pátria, cuidais do ensino e da educação com o desvelo de quem mede em toda a extensão e urgência esses problemas fundamentais do Brasil. Este é, sem dúvida, um dos méritos pelos quais mais vos recomendastes à escolha da Academia, sempre atenta a quanto concerne ao cultivo da inteligência dos brasileiros; não lhe podia, pois, escapar o vosso plano de abrir escolas, sempre mais escolas, ainda mais escolas. Há poucas semanas, alguém aqui assinalava o decidido apoio que tendes dado aos admiráveis serviços da Cruzada Nacional de Educação; aparecem agora as estatísticas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Nada mais animador: nos últimos dez anos, 20 escolas e mais quase 2 milhões de alunos a aprender. Uma década de fecundação da inteligência infantil.

> As grandes noções que conformam a mentalidade de um povo adquirem-se na escola, dissestes, há dias, num breve discurso que é um primor de bom senso e de expressão acadêmica. O grande amigo das crianças raia nessa inspirada oração em toda a plenitude de fé e de ideal patriótico. Que magnífica lição para a primeira lição dos novos professores e professoras que a ouviram do egrégio paraninfo que os saudava no Instituto de Educação – a casa de Benjamin Constant! Anunciastes então: nesta Capital a Municipalidade agora já construiu mais de vinte prédios escolares e tem vários *outros* em construção, com capacidade para vinte mil alunos, graças acrescentastes – ao Prefeito Henrique Dodsworth, que ainda conserva, como antigo professor, o seu amor pela escola, mostrando decidido empenho em atender às necessidades educacionais da mocidade.

Assim é, em verdade. A população da cidade sabe que o seu governador não dorme; que faz dormir cedo as crianças, para que cedo acordem e sigam caminho da escola, em bando álacre, maleta dos livros às costas, em demanda do bendito aprendizado.

Na Academia, portanto, entrastes como um autêntico intelectual que, desde a adolescência, submeteu o espírito a uma apurada cultura e dele vem tirando robustos e belos frutos, prodigamente espalhados em escritos e dis-

cursos ricos de substância – e, não obstante, de forma leve, cuja simplicidade mais lhe ressalta a elegância.

Ao teatro, motivo de permanente interesse da Academia, demonstrado em concursos de prêmios, vindes, desde deputado, infundindo alento e, aos seus cultores, amparo. O coração agradecido da classe beneficiada chamou ao decreto que lhe deu garantia material e moral "Lei Getúlio Vargas". Fosse vivo um dos nossos – Artur Azevedo – e com que entusiasmo teria feito ressaltar nesta Casa os atos de quem realizou aquilo com que o mestre sonhava: um teatro nacional não deixado à discrição dos exploradores de artistas e do mau gosto das massas!

Entre os serviços que criastes para difundirem cultura, educação e civismo, avulta o Instituto Nacional do Livro, cuja utilidade os números, mais persuasivamente do que as palavras, exprimem: quantidade superior a 100 mil volumes distribuídos grátis, a fundação de cento e muitas bibliotecas, a regular subvenção de um milhar e meio delas; a edição, já realizada ou em preparo, de obras de geral interesse, quais um dicionário biográfico e outro enciclopédico. O Instituto é particularmente caro a esta Academia, que poderia ter por emblema um livro, em lugar da coroa de louros; prestar-se-ia menos às facécias que nunca a deixam nem aos acadêmicos – e que afinal talvez resultem em aumento do prestígio dela e deles.

Mas, se fazeis tão profusamente distribuir o pão do espírito, preparando-o para as conquistas futuras, não esqueceis que no passado tira uma Nação, além de orgulho, ensinamentos. A tradição forma a mística de um povo. Eis por que vos interessais pela preservação dos ambientes em que nossos maiores forjaram a sua glória ou o seu martírio, trabalhando pela Pátria. Tal a idéia, belíssima sob todos os aspectos, que vos inspirou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, que conta, como o Instituto do Livro, quase o mesmo número de dias que o Estado Nacional, coetaneidade bem significativa. Os mais cultos homens de arte invejam-vos a glória – e, mais que a glória, o íntimo júbilo – de haverdes sido quem pode para sempre estereotipar a Vila Rica da Inconfidência e salvar dos insultos do tempo e da rapinagem mercantil as igrejas de Minas e as criações do Aleijadinho.

Em contraposição, o Rio de Janeiro toma agora rapidamente o feitio de uma cidade de deslumbramento em que todos os atributos de uma organi-

zação moderna e modelar se reúnem e articulam para um objetivo grandioso, em que o pulso de uma administração de artista finamente conduz para um milagre de quase ressurreição, de vez que insuperável já nasceu, em sua natural opulência. Vai-se avançando sempre em tudo, enquanto se abrem, também com deslumbramento e fascinação, novas avenidas, na principal das quais – a do Presidente Vargas – se levantará em pedra o monumento de que os cariocas já trazem no coração uma agradecida imagem.

Ligados ao Serviço do Patrimônio, já os ricos e preciosos museus nacionais sentiram o vosso influxo, para o culto do passado, que é uma escola do futuro. Nas salas do Imperial de Petrópolis se espalham relíquias das sete primeiras décadas da nacionalidade; é um ambiente sereno em que todo vestígio de paixão política se transmuda em amor à Pátria, e os monarcas e estadistas de então nos parecem fundir-se com os homens contemporâneos no mesmo cadinho do patriotismo elevado, que elimina as escórias e sublima o culto ao Brasil. Neste sentido justo e superior vos exprimistes no tocante discurso da Catedral de Petrópolis, quando, "em reconhecimento aos grandes serviços que o último Imperador prestou ao Brasil", o Presidente da República entregava o túmulo imperial à agradecida reverência dos brasileiros. Homenagem bela e rara, igualmente honrosa para os dois Chefes da Nação – o que tanto por ela fez e o que tinha a nobre imparcialidade de proclamar daquele as altas virtudes e os meritórios atos, pondo de lado efêmeros critérios políticos para só atender ao eterno ideal de servir à Pátria.

Bendita seja, pois, a vossa louvada indulgência. Assim é que certas criaturas de engenho mágico e sedução pessoal, magnificamente calmas, conquistam um como misterioso poder-domínio através das flutuações da opinião pública, imprimindo a tudo, consoante o vosso feitio, "um pouco da amena bondade", bafejando com ternura os bons impulsos humanos! Amar e servir a sua terra! Servi-la suavemente, sem jamais lhe esquecer os objetivos espirituais.

Por isso mesmo, vos sentíeis bem, ali, na tarde recente da inauguração do Museu de Petrópolis; as gravuras dos jornais mostram a figura do Presidente da República a projetar-se sobre um fundo em que se desdobra a bandeira do Império. Sempre a vossa natural tolerância, que tudo compreende e faz deste benévolo sentimento um filtro que retém ódios, restaura amizades e tudo acaba concertando em benefício geral. Atribuem-vos este conceito,

cuja exatidão não procurei verificar, porque de antemão o tomo por autêntico: "Não tenho inimigo que amanhã não possa vir a ser meu amigo." Dissestes generosamente, logo após doloroso episódio revolucionário:

> O Governo tem o dever de utilizar medidas excepcionais enquanto necessárias à manutenção da ordem e na defesa dos ideais que representa. Aplicando-as, não pode, porém, abrigar ódios nem intentos de vingança, sentimentos negativos e contrários à sua finalidade construtora. A função de governar é, por natureza, impessoal e isenta de paixões. Cumpre exercê-la sobrepondo-se às lutas e dissidências, quase sempre estéreis, para só ter presentes os interesses superiores da Pátria.

Os anos dar-vos-iam, além do apreço ao Jornalismo, a perfeita compreensão de seu ilimitado valor na vida de uma Nação. O jornal é o visitante que, pela manhã e à tarde, nos vem comunicar fatos novos e comentá-los conosco; pode estar em harmonia ou em desacordo com o sentir nosso; mas, amigo ou adversário, nunca nos serão indiferentes suas palavras. Sua importância a ninguém passaria despercebida e menos ainda a quem, depois de haver sido jornalista, é chefe de uma Nação. A imprensa vem atraindo permanentemente vossos cuidados, e a ela facilitastes os meios espirituais e materiais que resguardarão a dignidade da função e dilatarão as vistas dos que a irão servir – a casa onde se reúnem os jornalistas, a escola onde jornalistas se formarão. Vosso amparo tornou possível esse milagre de grandiosidade, conforto e assistência que é hoje a Associação Brasileira de Imprensa, e fizestes fundar o curso de Jornalismo, enquadrado no plano superior de uma Faculdade de Filosofia.

Vosso amor à imprensa iria ainda manifestar-se por um terceiro grande ato: incluístes o seu trabalhador no quadro geral de proteção a todos os obreiros, e cuja criação é, sem dúvida, um de vossos máximos benefícios à Nação. "Três milhões de trabalhadores, proclamou – há pouco, um de vossos Ministros – viram seus direitos reconhecidos espontaneamente pelo Estado, e nove milhões de brasileiros já se aconchegam sob as leis de previdência social." Tal a grandiosa obra que o vosso atilamento político engendrou como base da paz social que hoje o Brasil desfruta. Não existe aqui germe de

lutas de classes, agora entrosadas num sistema de harmonia e solidariedade. Isso porque o intelectual de senso precipuamente político, além de tudo compreender, possui um coração que, não abrigando rancores nem ódios, dispõe de maior espaço para alojar os sentimentos de concórdia e aproximação.

Preferiríeis uma humanidade que não se dilacerasse em rivalidades agressivas e temerosos conflitos, um mundo onde a tolerância desfizesse as ameaças dos antagonismos e a magnanimidade apagasse ressaibos de lutas. Nesse bom sentido tem invariavelmente agido o homem que, para suavizar a prática política, modificou a geometria de Euclides: nesta, a menor distância entre dois pontos é a linha reta; a geometria getuliana, porém, proclama como axioma que "o caminho mais curto entre dois pontos está na remoção cautelosa dos embaraços".

Mar de rosas o caminho percorrido? Pois sim... Dos recifes dessa procelosa rota navegante algum já se livrou. Ao contrário, os obstáculos saltam de frente, às vezes de manhã à noite, e, quando não os há, inventam-se. O boato é, na Vida, o único ente que não dorme. As vezes, muito raras, ele tem razão. A crise, senhora de muitas faces, está fervendo... É o momento de regalo do boato. Cada um dá a sua solução. E o Catete calado, mudo e quedo. E o homem da rua, o trabalhador, de boa mente, sem mistura de malícia, sorrindo como quem confia: "Vamos ver como o Getúlio se sai desta"... Dias depois, o Presidente, despreocupadamente, está jogando golfe no Itanhangá; mas, antes de acertar nos buracos do campo, já acertara no caso difícil – que era também um "buraco". A cidade passa a dormir tranqüilamente.

Instituístes um Tribunal de Segurança, porque, é claro, crimes não podem ficar impunes. Onde, porém, o instalastes? numa fortaleza? num couraçado? cercando-o da garantia do isolamento e da proteção das metralhadoras? Nada disso. Foi localizado numa escola de bairro residencial, bem à vista de freqüentadíssima passagem, por sinal, à sombra amena de formosos oitis e *ficus benjaminea* da linda Avenida Osvaldo Cruz, cujo nome evoca o saudoso patrício que também aqui se sentou. Nem pusestes a dirigi-lo – a comandá-lo – uma figura mavórtica de catadura tão ameaçadora como a espada que cinja; ao contrário, entregastes a sua formação à magistratura afeita à aplicação da justiça ordinária e tão própria para serenamente resolver sobre a sorte dos acusados. São cuidados que, entretanto, não surpreendem quando tomados

pelo estadista que, logo ao assumir o governo revolucionário, decretou a limitação dos seus próprios poderes.

E a Justiça, em geral, da nossa terra? Como vos apreciam os Juízes? Como interpretam as vossas atitudes no que tangem todo o Poder Judiciário? É óbvio que o fundador da Justiça Social no país devesse dedicar particular cuidado à Justiça integral, pela qual moldou a sua mentalidade jurídica. Ninguém me perdoaria que, neste momento de tanta magnitude, eu não tivesse uma resposta a dar a tais perguntas, em honra a essa Justiça, a essa Justiça das minhas grandes e profundas saudades.

Numa palavra, um só episódio dirá tudo, sem dificuldade de interpretações esdrúxulas. Certa vez, neste novo regime de tantas soluções acertadas, o Supremo Tribunal Federal resolve convidar o Ministro da Justiça para uma sessão especial, da máxima solenidade: é um ato de recepção, altamente significativo. Falam o Presidente e o Secretário de Estado. Trocam-se discursos laudatórios. As orações são convergentes; plena a harmonia. O Ministro proclama que a Constituição "conferiu ao Supremo Tribunal poderes de Governo"; o Presidente atual, togado, no pináculo da Justiça Federal, de que é chefe supremo, declara-se "confortado em poder verificar o ritmo de nosso comércio social e jurídico" – suas expressões textuais.

Mais ainda. Os tribunais de apelação não fogem a esses propósitos. Seus presidentes, reunidos nesta capital em memorável conferência, prestam homenagem à presidência da República. O Tribunal de Apelação desta capital recebe entre aplausos o Chefe de Estado e inaugura-lhe em formato grande o retrato com esta legenda sumamente significativa: "Homenagem da Justiça do Distrito Federal". O nobre e venerando Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, o denodado e precioso companheiro de todos os tempos da vida da nossa Justiça, confraternizando nos triunfos conquistados na sua augusta missão, também vos conferiu a maior distinção de que dispõe – membro de honra da altíssima corporação. Possuis assim e já vos foi entregue com solenidade a condecoração do Centenário.

Será preciso dizer mais, Senhor Getúlio Vargas, para vosso regozijo e conforto?

O anel de bacharel em Direito, que traz gravada a balança da Justiça, vós o conquistastes pelo estudo; mas a natureza já vos doara, ao nascerdes, a

balança do bom senso, em que pesais tudo. Bom senso e instinto da ordem valem como o centro de gravidade de vossa personalidade, ainda favorecida pela calma, que permite o máximo aproveitamento das vantagens do tempo; possuís o dom de saber esperar. O povo, em sua pitoresca inventiva, atribuivos uma regra de conduta, que, nem por carecer de autenticidade, encerra menos de prático: "Deixa estar como está, para ver como fica." A posse dessas preciosas qualidades de ponderação e determinação oportuna permite-vos surpreendente segurança no agir e confiança na ação.

A vossa calma habitual! Bem ressalta esse forte traço pessoal um episódio sobre o qual solicitei, por carta, o testemunho de Don Ramon Carcano, o eminente escritor que toda a América festeja, figura altamente representativa de sua nobre pátria, espírito fulgurante que esta Academia se ufana de contar entre os seus membros estrangeiros e que deploro não ver aqui, hoje, sentado entre nós, por sabê-lo caloroso admirador do recipiendário.

Como resposta a meu pedido, teve ele a suprema gentileza de me enviar os originais do livro então ainda no prelo, *Meus Primeiros Oitenta Anos,* onde aquele ex-embaixador da República Argentina em nosso país alude ao jantar realizado na Embaixada, certa noite, em que o anfitrião chegou a acreditar que o convidado Getúlio Vargas não viesse, mesmo porque – havia motivos para crer – não poderia vir. Certo, o banquete lhe fora oferecido oportunamente, e ele o aceitara. Ora, palavra de Presidente da República é como a proverbial palavra de rei. Mas, entre a aceitação e o banquete, ocorrera algo extraordinário: precisamente na manhã do dia fixado para o festim viera à luz o Estado Novo – nascimento que foi uma geral surpresa, o que, entretanto, não significa que tenha vindo fora de tempo... Seria crível que o Presidente pudesse jantar longe do palácio naquela mesma noite de tão sensacional acontecimento, um dos grandes da nossa história política? O próprio anfitrião justificava de antemão como de força maior a não comparência de um convidado em tão especial situação.

> Entretanto – continua a narração –, à hora marcada chegam o Presidente e sua família, sem uma guarda nem qualquer vigilância. O Presidente cumprimenta-me e diz-me sorrindo: "Os brasileiros sabem cumprir as promessas". "Ainda que haja mau tempo", retorquiu o embaixador, aparente-

> mente referindo-se à chuva que caía, mas, intimamente, como se em vez do mau tempo dissesse "tempo quente". A refeição decorre serenamente. No Presidente – assinala o narrador – não se nota nenhum cansaço nem preocupação. E o Presidente permaneceu na Embaixada Argentina quatro horas da primeira noite do Estado Novo – despreocupadamente, insiste em referir o seu atilado observador rematando: "Eu estava surpreendido." E tinha de quê...

Mas, senhores, a hora passa, já quase passou, e, todavia, restam tantas cousas a focalizar – essenciais no inventário público a que a Academia se entrega nestes discursos com que deve fundamentar uma nova escolha. Já não posso nem sumariamente comentar o que falta, e assim, mais uma vez, tenho de relembrar a leitura dos nove volumes de *A Nova Política do Brasil*. Aí está o autor a justificar a Academia. Precisou este pobre orador de reduzir a extrato "concentrado" a imensa e substanciosa massa do assunto, para a servir num comprimido, que aliás, por imperícia sua, o manipulador receia possa ter efeito hipnótico.

Seja-lhe, porém, permitido acrescentar ainda um traço a este sacrificado esboço de personalidade tão complexa e que, todavia, é tão simples – e, por sua simplicidade, ama os humildes e as crianças. A criança é um dos vossos permanentes prazeres. Gostais de acariciá-las, seja na atravancada rua carioca, seja sob as magnólias de Petrópolis, ou ainda entre os índios da Amazônia. Enquanto o coração as afaga, o espírito vê nelas, já o dissestes, "o futuro da Pátria". Algumas tornam-se gigantes, como sementes de frondosos carvalhos – pensamento de Dickens, que é também o sentir vosso. Por isso, elevastes as paradas infantis à categoria de festas cívicas – a meu ver, um dos mais belos espetáculos do Estado Nacional. Galgastes, um dia, áspero morro petropolitano, muito longe da cidade, bem na fronteira de outro município, em cujo isolado cimo um modestíssimo lar operário foi encontrado na hora do pequeno descanso da labuta diária. "Até aqui, Sr. Presidente!" exclamou, entre surpreso e sorridente, o bom homem chefe da família. Sentado, à vontade, sorvendo o perfume do café de bom sabor, que aceitastes, tivestes o costumado prazer de acariciar ao colo uma das lindas crianças da sadia prole. À hora da partida, um pedido vos foi dirigido, com certo acanhamento, pela mãe satisfeita: o da vossa fotografia. E hoje, lá na casinha pequenina, pende da parede, em lugar de honra, o retrato do Presidente que a visitara, e que remetera sabe

Deus com que prazer... Assim, no coração dos humildes moradores do morro ficou para sempre o reconhecimento por uma hora feliz.

O vosso discreto amor por esses retiros amenos, por essas encantadoras e deliciosas paragens da vida campesina revela o enlevo de um coração emotivo e generoso. A "alma fica melhor no descampado" cantaria Castro Alves, lembrando Virgílio nas *Geórgicas*: "Feliz daquele que conhece as divindades do campo."

O bom-homem campestre vive embalado pelas doçuras da sua palhoça, cantando e sonhando, afortunado. Mas os instantes de amor e a tranqüila evocação das campinas em flor, onde luz a poesia como alma enamorada, só ao intelectual é dado traduzir e dos seus amavios compenetrar-se, cultivando os crebros anseios da sua imaginação criadora, nutrindo-se de imagens que não desfalecem, em busca das "alegres cores da esperança".

Recomendastes aos interventores nos Estados a proteção à criança como devendo ser uma "preocupação política nacional". Em vós começa por ser uma preocupação de afeto – duplamente afetiva mesmo –, pois que ao vosso lado tendes sempre alguém que aplica inesgotável tesouro de bondade a edificar a espiritualmente mais bela cidade imaginável – a Cidade das Meninas.

Como para as crianças, vindes incansavelmente dando e recomendando amparo às mães, não esquecendo tampouco os pais de família numerosa. Não contando com a generosidade espontânea dos solteiros, gente sempre suspeita de cuidar em demasia de si própria, decretastes um imposto de celibato em benefício dos autores de prole abundante. Tão viva é vossa preocupação acerca da ampliação da família nacional que, certa vez, em Petrópolis, numa agradável mansão, onde leal amizade comum nos sentava à mesa do almoço, me interpelastes sobre o meu celibato. Este triste estado civil, que sou o primeiro a deplorar, é objeto de antigas advertências por parte de senhoras; algumas, ainda hoje, têm a tocante gentileza de me aconselhar o casamento... Vós mesmo, naquela agradável manhã petropolitana, bondosamente vos propusestes a ser meu padrinho na cerimônia nupcial; quis, porém, o destino que, antes, eu fosse o vosso na Academia, e não oculto o receio de vos deixar na contingência de aguardar largos anos antes de me retribuirdes este paraninfado, entre as galas de uma noite que não cessa de ser de festa, mesmo quando relembra a definitiva ausência do primoroso companheiro Alcântara Machado, já que,

mitigada com o tempo a dor da separação, dele ficou aqui, nesta Casa, uma saudade que agora não entristece, porque envolta num clarão de inteligência, beleza e força: o paulista de quatrocentos anos continua vigoroso depois de morto.

E as flores que aqui vejo recordam-me uma vossa atitude requintadamente gentil, que, inspirada a princípio por sentimento individual, acabaria revestindo significação internacional. Quando esteve no Rio o General Estigarribia, acolheu-o o mesmo cordial afeto que, algum tempo depois, vimos reproduzir-se nas manifestações a seu sucessor General Morinigo; para ambos soube o Chefe da Nação encontrar meios deveras tocantes de lhes fazer chegar o carinho do coração brasileiro. Bastou que houvesse percebido a especial estima do General Estigarribia às orquídeas para que, cada manhã, mandasse ao ilustre hóspede novos exemplares da flor predileta. Tempos após, terrível acidente golpeou o presidente paraguaio e sua ilustre esposa, que voavam juntos, de avião, e juntos voaram para a eternidade. Intérprete do magoado sentimento nacional, nosso Governo enviou, pelo ar, distinto general que seria um dos seus representantes do funeral e levava, como preito pessoal do Presidente Vargas, um ramo de orquídeas, a ser deposto na sepultura do desditoso casal. Estou informado de que essas flores ainda lá se encontram, como a expressão da saudade brasileira. E símbolo também de uma política: orquídea, flor sem espinhos.

Vosso feitio pessoal tem alimentado, como sucede a todo grande homem político, extenso anedotário, sempre renovado, significativo índice da vossa admirável, permanente, invejável popularidade. É de notar que em todas essas histórias acabais vencedor: sois a figura do bom êxito; quando ele vos bate às portas, o povo diz: "Qual! o Presidente tem mesmo estrela!" Mas, afinal, que é ter estrela? acaso deitar-se na rede e aguardar que a estrela se erga, radiosa e benéfica, iluminando o caminho do sucesso? Ah! pobre de quem assim duplamente se embalasse – na rede e na ilusão! Não. Ter estrela nele, conceber um plano, meditá-lo, ter forças para perseverar nele, confiança e paciência para esperar seus resultados.

Eis o vosso segredo. Não gostais de precipitar, não abandonais em meio os empreendimentos. E, quanto a aguardar pacientemente os resultados, sois o mestre que passa por ter descoberto o processo de "cozinhar em água

fria"... Se existe a lendária estrela dos grandes triunfos pessoais, ela está dentro do próprio contemplado com esse conjunto de dons condutores do esforço – do esforço sem o qual a estrela não se erguerá, continuando deitada como o fatalista preguiçoso que espera na rede que ela lhe venha brilhar. Vós, ao contrário, só esperais aquilo que vós mesmo preparastes com providência e calma; não vos antecipais aos acontecimentos, porque de antemão sabeis como virão; a ação vossa assemelha-se à da linfa que, circulando na planta, há de um dia, necessariamente, amadurecer-lhe o fruto. E, assim, sabeis colhê-la nas melhores condições – sem o magoar nem vos magoardes. Um tal espírito, só considerando o possível, sempre dentro da realidade, deve, sem dúvida, acertar. Vosso contínuo bom êxito não precisa encontrar explicação fora de vós mesmo. Por isso, vossa vida é uma lição. "Professor de presidentes", chamou-vos, há pouco, um Chefe de Estado sul-americano.

Vou concluir. Sois, de fato, o alvo vivo e penetrante do nosso destino nacional. Jamais vos afastastes das graças protetoras e da remissão de culpas – símbolos encantadores, que são, da alegria, da floração, da harmonia, do esplendor de beleza ornamental entre os magnos guias de nacionalidades. Artista da palavra e do pensamento, cultor da discrição, escravo da simplicidade, a Academia, que vos elegeu num transporte de franca satisfação, agora vos recebe com verdadeiro júbilo. Foi sob a égide do vosso governo, eminentemente produtivo, que tiveram alento e realização muitas e várias das nossas aspirações; foi ele que concebeu, criou, corporificou e levou a cabo um hábil sistema acentuando o florescimento da vida cultural do País, no tocante à ciência, às artes e, particularmente, no que interessa à Literatura; e que, ao calor da lida do habilíssimo artífice de sua finalidade, fez a existência do Brasil assomar mais linda e mais festejada.

Eis por que, de ânimo calmo e refletido, me sinto à vontade para saudar, neste augusto momento de tanta elevação de corações, o recipiendário de excepcional relevo, que, sem se deixar obliterar pelas atividades governamentais, timbrou em manter e cultivar os seus pendores literários, na mais perfeita co-participação dos objetivos culturais, fazendo resplandecer engenho e arte em prol da honra e da soberania da Nação, mantendo cada vez mais unidas as fortes alianças tradicionais das nossas províncias políticas e espalhando, ao

mesmo passo, servido pela brilhante vigilância de nossa Chancelaria, perenes harmonias pelo largo âmbito da confraternização continental.

Do alto de seu púlpito de ouro exclamaria Mont'Alverne: "Eis os feitos que dão fama duradoura, que imortalizam; são os soberanos troféus que perpetuam na posteridade as orações e o renome."

A incorporação de um tal valor intelectual à Academia é ao mesmo tempo consagradora dos seus méritos e da nossa capacidade de escolher. Bem significativo parece-me o haverdes recebido a notícia de vossa eleição acadêmica no esplendor de uma catedral, onde solene *Te Deum* exaltava a presença presidencial nos "confins ocidentais", lá pela risonha Cuiabá, a terra dos palmares. Um católico vê na circunstância mais do que uma coincidência – um desígnio divino; e o repique dos sinos teria ecoado aos ouvidos dos crentes como vozes do Alto festejando a eleição do estadista que restabeleceu o ensino religioso nas escolas, para que as novas gerações tenham bem presente que só as virtudes cristãs asseguram a vitória aos indivíduos e às nações – como vos aconteceu na vida e vai igualmente suceder ao nosso amado Brasil, graças à política sábia e humana que nos fez combatentes nesta guerra, justificada pela transcendência de uma luta para salvação da humanidade.

E, no dia em que raiar a aurora do triunfo e redenção, que majestoso *Te Deum* elevará ao Céu, com o incenso dos turíbulos, o vosso nome, entre as hosanas do reconhecimento nacional! A Academia exultará, repicarão sinos, subirão girândolas, e os corações brasileiros elevar-se-ão com a vitória do Bem e do Direito num mundo para cuja reconstrução soubestes guiar um povo grande e generoso, a que proporcionastes a honra de cooperar diretamente no maior movimento de libertação já registrado na História e na mais profunda reação da consciência universal.

Discurso do
SR. LUÍS EDMUNDO

e

Resposta do
SR. VIRIATO CORREIA

Sessão solene extraordinária
do dia 2 de agosto de 1944

I

DISCURSO DO SR. LUÍS EDMUNDO

Um discurso acadêmico, senhores, nem sempre é um discurso literário. Que a boa inspiração não quer saber de praxes, de convênios ou fórmulas. É voluntariosa, inobediente. Não gosta que se lhe diga: "Deves fazer isto", ou, então: "Assim, irás fazer aquilo. Inspiração e disciplina nunca fizeram boa liga. Quando uma chega, a outra, quase sempre, vai-se embora."

Seja nesta ou em qualquer Academia, o discurso do recipiendário foi, é, e creio que será por longo tempo, ainda, uma oração sóbria e protocolar, onde tudo se mede e se calcula: a prudência do assunto, o modo de exprimir o pensamento, a maneira do estilo, e, muita vez, até, os presumíveis surtos da emoção. Tem que ser grave, sábio, mesureiro, cortez, discreto e doutoral. A invenção e a originalidade que se espremam neste apertado círculo de ferro. Contudo, em sua solenidade procurada pode ele ser muito bem incolor ou insípido, mas reparem que agrada, quase sempre, assim mesmo. É clássico como um sermão de Frei Bartolomeu dos Mártires, ou como as eglogazinhas quinhentistas do grande Mestre Bernardim.

Se de um discurso, por essa forma urdido, pergunta-se: "Que dele tu me dizes, ó Fulano?" Logo, a resposta vem: "Ótimo! Admirável! Acadêmico!..."

Não sei se irei fazer o meu discurso assim.

Procurarei, contudo, observando velhas e veneráveis normas, com mais cabelos brancos do que eu, desobrigar-me da matéria que ora, aqui, me traz, neste momento, e, se possível for, agradar-vos.

Assim posto, começo por dizer que a vossa imensa generosidade, senhores acadêmicos, tal a de me abrigar neste augustíssimo cenáculo, vale o melhor dos agradecimentos, dos sinceros, dos bons, daqueles que se fazem simplesmente, sem as galas da ênfase ou circunlóquios espetaculares.

Pela acolhida amável que me destes, portanto, obrigado senhores, muitíssimo obrigado.

Ensina a praxe, agora, que o recipiendário volva os olhos atrás, a fim de reviver, não só as glórias do patrono da Cadeira onde irá se sentar, como, ainda, as dos que, nela, anteriormente se sentaram.

Três vultos aureolados e amigos, numa cadeia luminosa, surgem, assim, ante os meus alhos: Raul Pompéia, Domício da Gama, Fernando Magalhães.

O primeiro dos três é uma figura singular da qual vos falarei de modo um tanto breve, porém, com o mais gostoso e íntimo prazer.

Raul Pompéia não foi um corifeu das letras pátrias, sua Arte não se revela, nem se recomenda por novidades de emoção, de pensamento, ou forma; não era um semeador de doutrinas exóticas, de transcendentalismos literários capazes de o fixar como figura à parte, entre os homens do ambiente em que viveu, contudo conseguiu, entre nós, ser mais que uma exalçada vocação, dessas que nas progênies literárias são refulgentes claridades, porém, de vida breve e regulada, intensas a princípio para tornarem-se, depois, vagos sinais de luz, esmaecidos clarões, sombras esquivas e crepusculares. Surge com a reação ao Romantismo, quando as doutrinas de Zola, alvissareiras, se desfraldam com o estandarte de uma nova escola. Não aceita, porém, as formas integrais do credo novo. Escreve como bem quer, despreza os figurinos literários, desses que se copiam, servilmente, até ao último botão. Não é papel carbono de alheios pensamentos ou de alheias doutrinas, embora não consiga esquivar-se às implacáveis influências que turbam e cercam o meio em que vive e se agita. Entretanto, dele não se dirá que é um seqüestrado pelo zolaísmo. Escritor livre, busca, apenas, guardando a sua personalidade, a linha vertical da perfeição.

Tem cultura humanística sólida. Escreve com clareza e espontaneidade. Põe vidrilhos na forma. Sua imaginação é plástica e suavemente cenográfica. Não explora frivolidades do lirismo. É ensaísta, cronista, crítico de arte, porém, como romancista é que consegue fama e glória. Seu romance *O Ateneu* surge como obra ímpar na literatura de seu meio. É um acontecimento literário que ribomba. A crítica recebe-o com barretadas de espantar. Mais livro de memórias que romance, *O Ateneu* resume o drama da adolescência do escritor, vivido em um internato que outro não é senão o dirigido pelo Barão de Macaúbas. Romance *à clef* provoca escândalo.

O livro é dos mais formosos que eu conheço, porém, dessora um pegajoso fel de mau humor e de injustiça. Fui aluno de Abílio César Borges, Barão de Macaúbas que ele, desapiedadamente, satiriza. Não sei quem, no Brasil, melhor mereça os loiros de educador que lhe cercavam a fronte, mesmo não sei bem de outro que, entre nós, elevasse, tão alto, os sãos princípios da Pedagogia. Era mestre e era pai. Conheci-o de perto.

Raul Pompéia nasceu para as arenas de combate. Lembra, no seu denodo, os cavaleiros medievais. Não traz sobre o franzino corpo uma armadura de aço. Usa um fraque, qualquer, do Lacurte, do Vale ou do Raunier, porém, é impetuoso e ativo na hora da refrega, titânico, viril, desvairado, brutal.

Eloy Pontes, que lhe estudou, a fundo, as anormalidades de caráter, é quem melhor nos mostra a compleição moral desse homem voluntarioso, perenemente em luta contra todos e em rebeldia contra tudo. Nascido de família católica, apenas adolesce é um teófobo terrível. Seus pais possuem escravos; ele, porém, bem cedo, é abolicionista declarado. Em plena Monarquia, um impetuoso e audaz republicano. No colégio, é rebelde à disciplina. Não tem íntimos amigos. Desconfia de todos e de tudo, do próprio amor, receia. Se ama, ama em segredo. Ninguém conhece os seus amores. É opiniático. Intolerante. Incontentável. Nutre pela honra uma noção exagerada. Tem na própria consciência uma inimiga. Com ela vive, em silêncio, a pelejar. Um belo dia põe-se a combater a própria vida. Quer destruí-la. E mata-se.

Dizem que os nervos, dentro do seu corpo, tinha-os em tal emaranhamento, que até lembravam os complicados fios de um aparelho de eletricidade. E combalidos por uma neurose que, ora o abatia, ora o exacerbava. Os métodos pensados pelo Dr. Freud, para os distúrbios nervosos, não eram

conhecidos por essa época que ainda ignorava a psicanálise e os processos de cura pela exploração do subconsciente. Mas, que nos importa a inspiração doentia de um artista – digamos, hoje, bem como ele dizia outrora, se esse mesmo artista cria, serenamente, o belo?: "A pérola é enfermidade de um molusco."

Morre ainda moço. Deixa, porém, uma obra que, se é curta, é, sobremaneira, sólida. E característica. Parênteses de luz numa literatura morna e bem comportada, que vem do Romantismo, e se arrasta, sorrindo, entre as graçolas do incorrigível Paula Ney, as polainas sovadas de Pardal Mallet, e cálices de Porto ou de Xerez, no Londres, na Cailteau ou na Pascoal...

* * *

Não são os homens iguais. Disso sabemos nós. Cada qual nasce trazendo o seu feitio. E o seu destino. Vezes, porém, aos nossos olhos se revelam tão caprichosamente diferentes, que duvidamos que nascessem gerados pela mesma natureza. Vejam só o contraste. No arrebatamento de seu gênio, Pompéia nos sugere a glória esplêndida de um sol em seu pleno fulgor do meio-dia, Domício, aquele meio-tom, aquela claridade, pálida e medrosa, que a gente vê tingindo as gazes da manhã. Um era audaz, insólito, imponente; o outro, discreto, tímido, nubloso.

Nas letras, Domício ama e cultiva as miniaturas, o ensaio breve, o conto. Bibelôs... As responsabilidades do romance, receia. Teme as composições de grande movimento, a agitação de numerosas personagens, contentando-se, como ele próprio diz, no prólogo de um livro que escreveu, com páginas de álbum. Como homem de sua época, aceita, de bom grado, aquele pão que o Realismo, em França, distribui aos escritores de seu tempo. As tamancas da grande escola, entretanto, quando aparecem no seu livro, têm a forma bizarra das sandálias do Oriente, cheiram a sândalo, e são, cuidadosamente, envernizadas. Prosa de músculos gelatinosos e de pouco nervo, sem vôos espetaculares, porém, aticamente decorada por um estilo simples que deleita, não só pelo respeito, como pela disciplina que revela, moldando a ductilidade do idioma. Bagagem literária pequena. Em toda a sua vida escreveu só dois livros: *Histórias Curtas* e *Contos a Meia Tinta*. Nada mais.

Serviu com Rio Branco, longo tempo. Os dois se completavam. O que faltava no Barão, sobrava nele. E que sobras amáveis para tão belo diplomata!

Disciplina na hora do serviço. Método. Paciência na faina das pesquisas. Inflexível pertinácia.

Para o Barão do Rio Branco, Domício foi, sempre, um braço amigo e indispensável. Passavam os dois, dias inteiros, entre códices, mapas e alfarrábios de todas as espécies e feitios, num infindável labor. Vezes, já muito tarde, quando os restaurantes despachavam os últimos fregueses é que iam, os dois, jantar. A grande hora do Barão! Há quem afirme que, na mesa, detinham-se, por vezes, até pelo romper da madrugada, discutindo obscuros casos de fronteiras, datas, convenções e tratados. Mas, ficavam, tranqüilamente, por aí, quando o Barão não reclamava novas saladas de lagostas ou codornas assadas. Ninguém os via, com freqüência, em platéias de teatro, por chás, ou por concertos, mais ou menos esquivos e arredados da grande convivência social.

Domício vive, assim, sem experimentar de perto, as fortes seduções do ambiente em que se agita, sem contado direto com as paixões humanas, o riso, a dor, o drama agro-jocundo das esperanças e das ilusões. Tem uma grande paixão pela leitura, pelos mexericos diplomáticos, pelos assuntos internacionais. Lê muito, mas escreve pouco. Não conhece vaidades literárias, nem é homem de grandes ambições.

Quando é indicado para a Academia, surpreende-se. Igual surpresa tem ao fim da vida, quando se vê Ministro das Relações Exteriores.

Seu discurso acadêmico tem, a muitos, servido de modelo como é, grave, discreto e protocolar. Nele fez o elogio de Pompéia, falando das paixões que o incendiavam, das suas complicações psicológicas e do seu recalcado pessimismo, aquele pessimismo que o impeliu certo dia, a escrever esta frase dolorosa: "A ventura é um fastuoso banquete com uma apoplexia pela sobremesa."

Recebe-o Lúcio de Mendonça. Ao diplomata de um País que tem, lá fora, terras cobiçadas, em litígio, e que, então, recita, solenemente, o seu discurso, tendo nas algibeiras da casaca uma passagem de ida para a Europa, deseja que a internacional política, com a maior brevidade, nos restitua o território cobiçado, como ao território, o prestimoso diplomata.

Segue para a Europa. Londres, Paris. Berna... Vai encontrar na capital da França um velho e valoroso amigo. José Maria Eça de Queirós. Visita-o, assiduamente, em Neully. A casa do escritor é casa portuguesa, acolhedora e amiga. Lá passa *soirées* agradáveis, na intimidade da família, cerimoniosamen-

te, posto na sua sobrecasaca preta longa e cintada, com etiqueta do Pool. Leva bombons para os pequenos, dedica contos a Maria, filha querida do escritor.

As crianças sorriem. Exulta D. Emília de Queirós. Eça, desvanecido, agradece as amabilidades da visita.

O autor de *A Relíquia* é epicurista. Ama os prazeres da mesa. Adora os *poulets Marengo* de *chez* Paillard, as *mayoneses mouseline* e os *carré de porc sauce Richelieu* do Café de Paris. Sofre, porém de mal que o obriga a regimes dietéticos tremendos. As horas de comer são, para ele, tristes e tantálicos suplícios. E D. Emília, ao pé, implacável, severa, a vigiar-lhe a morbidez dos intestinos. Eça, porém, desforra-se da vigilância da mulher, das dietas caseiras, de quando em quando, inventando, fora, almoços ou jantares com diversos amigos. Domício da Gama não se pode furtar às premeditações brejeiras do escritor e às suas perigosas *escapades.* São mil recomendações que D. Emília faz ao jovem e sisudo diplomata. Que Eça não deve comer isso, e que não coma aquilo. E o pobre Domício, com grandes curvaturas de espinhaço, cerimonioso e transido, a prometer o que não pode!

As conseqüências desses repastos lautos e intemperantes não se fazem esperar. D. Emília, coitada, quase fica louca! Vêm médicos, contas enormes de farmácia. E o bom do Eça, pálido e de olho fundo, como que a preparar vindouras travessuras, defendendo as inocências do vigia, com sofismas, capciosos argumentos e evasivas razões.

Essas histórias de espantar, ouvi-as eu de Martinho Botelho, quando fui, pela primeira vez, a Paris, no ano de 1905. E ouvi mais, que D. Emília, a esposa do escritor, ter-lhe-ia dito, certa vez, de modo sério e aborrecido:

– O Sr. Botelho já está, de todo, desmoralizado, como companhia para o meu marido. Chegou a vez do Sr. Domício da Gama.

Domício mantém com Eça de Queirós quando fora da França, uma regular correspondência.

Novembro de 1899.

Por essa época o mundo inteiro tem os olhos voltados para Rennes. Revisão do processo Dreyfus. É quando o "egrégio Tribunal" rejeita provas que devem absolver o aflito réu e o envia, de novo, aos duros ferros da prisão. Até os cabos telegráficos, ao transmitirem a nova ignominiosa, estremeceram de horror.

Chega a Domício, por essa época, uma carta que Eça de Queirós lhe dirige da França, e onde se comenta o grande acontecimento. Vale a pena arrancar-se, da mesma, um trecho interessante, quiçá oportuno, escrito pela mão do mais francês dos escritores que já teve o idioma português.

> Também eu senti grande tristeza com a indecente recondenação do Dreyfus. Sobretudo, talvez, porque com ela morreram os últimos restos, ainda teimosos, do meu velho amor latino pela França. Os suíços, querido Domício, não se enganam generalizando – e atribuindo o julgamento de Dreyfus "à própria essência do espírito nacional". Quatro quintos da França desejaram a sentença. A França nunca foi, na realidade, uma exaltada de Justiça, nem mesmo uma amiga dos oprimidos. Esses sentimentos d'alto humanismo pertenceram sempre e unicamente a uma elite, que os tinha, parte por espírito jurídico, parte por um fundo inconsciente de idealismo evangélico. Não nego que, aí por 1848, essa elite conseguiu propagar o seu sentimento na larga burguesia, sensibilizada, amolecida desde 1830 pela educação romântica. Mas logo, com o Império, a França se recuperou, regressou à sua *natureza natural,* e recomeçou a ser, como sempre, a Nação videira, formigueira, egoísta, seca, cúpida. Devia, talvez, acrescentar *cruel* – porque, de fato, todas as grandes crueldades da História Moderna, desde a guerra dos Albigenses até às Matanças de Setembro, têm sido cometidas pela França. O seu pretendido Messianismo do Amor Social um mero *reclame* montado pela Literatura romântica – que já fazia rugir de furor o velho e vidente Carlyle. E o processo de Rennes provou que a mesma bondade, a bondade individual é nela rara, ou, tão frouxa, que, se some, apenas a França, um momento, *se constitui em multidão.* Em nenhuma outra Nação se encontraria uma tão larga massa de povo para unanimemente desejar a condenação dum inocente (que sabia inocente) e voltar as costas, ou mesmo ladrar injúrias, à sua longa agonia.

As linhas de Eça de Queirós, aqui lembradas, servem, apenas, como documento da exacerbação causada em todo o mundo pela odiosa injustiça de Rennes; palavras de revolta e de paixão, talvez, tão parciais e tão injustas como o atroz julgamento que feriu o inocente Dreyfus. Que, afinal, a França de 14 reabilitou a França de 99. E a França de 44, a gloriosa França de

Giraud, de De Gaulle, dos *maquis* e dos patriotas que sucumbem cantando a Marselhesa nas ruas de Paris ou de Lyon, redime os dias tenebrosos de Vichy, do torpe enxurro dos colaboracionistas, dos Laval, dos Darlan e dos Petain.

* * *

O Rio de Janeiro, pela aurora do século que corre, antes da picareta salvadora de Pereira Passos e dos desvelos profiláticos do grande Osvaldo Cruz, ainda conserva a sordidez e o mofo dos velhos tempos coloniais. É o Rio do Presidente Campos Salles, do quiosque, do bigode, dos elegantes de sobrecasaca cortada em pano inglês, cartola e botinas de verniz que, sob o fogo cruel de estios apavorantes, bem como salamandras, cruzam, tranqüilamente, a Rua do Ouvidor. Tempo em que as mulheres vestem compridas e rodadas saias que se sungam à mão e usam cinturas de marimbondo, leque, e uns trágicos chapéus que não lhes entram, nunca, na cabeça, todos em pluma e fita, de forma e de tamanho sobrenaturais. Tempo em que o progresso ronda a entrada da barra, mas não entra, da casa feia e sem conforto, da rua estreita ou desarborizada, do bonde de tração animal com o seu cocheiro de chapéu de palha, vestindo, às vezes fraque, dos tílburis de capota mal encerada, com chicotes fincados nas boléias, sujos e farrapentos, sem tabela, e, por isso mesmo, sem fregueses, dos saraus em família obrigados a ceia com porco assado, líricos discursos e assembléias em salas de visita que se ornamentam com flores de papel pelas paredes, se iluminam a querosene ou a gás, salas onde os namorados, com dramaticidade e piegas ternuras, recitam, de mão ao peito e olho de carneiro morto, versos de Castro Alves, de Fagundes Varela e Casimiro de Abreu. Vive o povo esperando o Carnaval, os balões e as fogueiras de Santo Antonio e São João, enquanto que a bubônica, a amarela e outras epidemias dão trágicos festins pela cidade. Obituário em ascensão. Procissões pela rua. Vivem os moços, porém, felizes e contentes. Quando se tem vinte anos, a vida de qualquer forma e em qualquer parte, é sempre uma delícia. O bom tempo! a saudade dos velhos...

– Aquilo é que era tempo! Olá, se era! Um par de borzeguins custava seis mil-réis!

– E que borzeguins!...

Ah! O tempo sem igual das mulheres bonitas e dos homens de bem, dos amigos alegres, dos companheiros fiéis, das empadinhas com palmito e camarão, como hoje não se fazem mais!

– E que empadinhas!

Bom tempo! O aprazido estribilho de todos aqueles que já passaram dos cinqüenta anos. Como se os tempos não fossem, sempre, os mesmos, monótonos e iguais. Não mudam eles. Nós é que mudamos!

Pois foi por essa época de risonha e estuante mocidade, que eu conheci Fernando Magalhães. E até me lembro, exatamente, quando e onde. Em 1901, no Café Papagaio, lugar onde abancavam, em ruidosas e férvidas tertúlias, estudantes, jovens pintores, escultores, poetas e jornalistas. Cenáculo de moços. Era o Antônio Austregésilo, autor de um livro tenebroso – *Manchas,* onde se falava da alma sofredora e aflita de um serrote; Gustavo Santiago, que escreveu um admirável poema intitulado "O Cavaleiro do luar", onde versos havia como estes:

São pestilentas águas estagnadas,
Rios pretos, lagoas amarelas,
Mares de ondas podres e paradas,
Oceanos feitos de erisipelas...

Era o Magnus Sondal, ruivo de barba rala e olho de cocoroca, Sar Peladam das nossas letras, fazendo do cabalismo, do esoterismo, da teosofia oriental e do ocultismo da Índia, uma espécie de angu literário que nos era servido em graves e intermináveis discurseiras. Adalberto Guerra Duval, elegantíssimo, Brumel pelo tempo (e hoje, ainda, muitíssimo Brumel), em meio a toda essa geração que usava meia-solas nos sapatos e esverdeados *vestons* a esfiapar pelos debruns, Fábio Luz, desassombrado niilista, a discutir a questão social, citando Bakounine, Kropotkine, Karl Marx, Dejean, Brousse e Plecard, olhando o mundo em que vivíamos como cousa inútil, que envelhecera e decaíra completamente desaproveitada pelos homens. Tempo em que Félix Pacheco, irreverentemente, escrevia em *A Meridional,* do Elísio de Carvalho, "este mulato pretensioso e besta que se chamou Gonçalves Dias" e

em que o Sr. Colatino Barroso, quando se referia ao poeta da *Legende des Siècles* chamava-o, sempre, o – Dr. Vitor Hugo...

Vivíamos, todos nós, como perdigueiros, de nariz no ar, atrás do novo, recitando Montesquiou-Fesansac:

Le singulier me touche et l'étrange me charme
J'adore le bizarre et me sent fort epris
Du rare...

Líamos, então, Verlaine, Mallarmé, Rimbaud, Rachilde, Rodenbach, Verhaeren, Gustave Kahn, Paul Fort...

Sofria o respeitabilissimo Cenáculo que ora me recebe, como jamais sofreu. Pelas gazetas literárias, os jovens nefelibatas arrazavam-no. Bem diz Mestre Afrânio Peixoto: "Até chegarmos aos trinta anos, nós somos, todos, inimigos mortais da Academia, dos trinta aos quarenta, candidatos, e, depois, invariavelmente, tranqüilos acadêmicos". Assim é. Assim foi. E assim será.

Ah! novos reformadores que acabaram, todos, reformados pela compulsória do bom senso, hoje chefes exemplares de família, burocratas pontuais, jogadores do bicho, assinando o *Jornal do Commercio*, trocando o loiro, chope *Bock Ale* pela laranjada americana ou pelo guaraná.

E Fernando Magalhães? perguntar-se-á, agora, em meio à turba desses demolidores, que era, afinal? Resposta: um novo, como todos nós, condenando, talvez, o oceano de erisipelas do Gustavo Santiago, o serrote do Antônio Austregésilo, a oratória espiritualista do Sondall, e, ainda, certos conceitos sociais do niilista Fábio Luz, mas quanto ao resto, integrado, perfeitamente, no mesmo ambiente revolucionário, reformador, demolidor, que era, afinal, o de todos que tinham, então, a sua idade.

Filho do Rio de Janeiro, Fernando de Magalhães nasce em 1878, com os liberais no poder e o imperador em São Cristóvão, traduzindo Virgílio por entre os arvoredos da Boa Vista, de paletó branco, chapéu de Chile, a ouvir o edênico trinar dos cambaxirras e virados.

Aos dez anos de idade freqüenta as aulas do melhor colégio que existe, então, na capital do grande Império, e que é o Pedro II. Mora em Paula Matos. Cedo acorda e vem, morrete abaixo, em companhia de seu preto para

ser dos primeiros a chegar às portas do externato. Inteligente e aplicado. Bela criança de olhos profundos e de cachos longos descidos sobre a gola do casaco.

Pela histórica manhã de 15 de novembro de 89 trepa pelas grades do Campo de Sant'Ana, para melhor observar os acontecimentos que ainda se desenrolam, tumultuosos, sobre a extensão da grande praça. Vê muito povo. Tropa. Pressente cousas extraordinárias, mas não pode explicá-las. Se o próprio Marechal Deodoro ainda não as explica muito bem... As portas do colégio estão fechadas. Volta para casa. Mais tarde escreverá: "Numa época em que o descanso era exclusivamente dominical, aparece um momento de folga." Que satisfação! Folga para ele. Folga para o imperador! Foi, como aqui se vê, a memorável data da República, um dia de prazer até para os meninos que estudavam.

Aos treze anos recebe a láurea de bacharel em Letras e aos quinze já está matriculado na Faculdade de Medicina, por vontade do pai. Em 97, aluno do 4.º ano, escreve na revista do *Grêmio dos Internos* o seu primeiro artigo. É o pendor literário que começa. Pelo mesmo tempo cria fama de ótimo orador. Pelas reuniões, entre colegas, nos momentos propícios ao discurso, o que se ouve, sempre, é o brado: "O Fernando que fale!" E o impávido Fernando, logo, passando a larga mão sobre a massa revel de sua basta cabeleira, engolindo o pigarro: "Meus Senhores..."

Essa arte de bem falar, que ele, galhardamente, e com fulgor pratica, há de lhe garantir, mais tarde, esplêndidos triunfos.

Um deles:

Fernando Magalhães, recém-formado, recebe, certa vez, em casa, uma notícia que o estarrece e a fundo lhe apunhala o coração; João Gomes Neto, amigo seu, íntimo amigo, é acusado de um degradante crime. Desapiedadamente, a imprensa da cidade acusa-o, ataca-o, maldizendo-o, empurrando-o violentamente para o cárcere. A acusação é uma calúnia. Sabe Fernando de onde ela parte e por que vem. Não se conforma com a mistificação revelada no inquérito, nem com a atroz campanha das gazetas. E resolve, calma e tranqüilamente, ir defender, no Fórum, o acusado. Procura ver, de perto, as rabulices do processo. Estuda-o. No dia do julgamento comparece à barra do Tribunal, com a sua serenidade e a sua esplêndida eloqüência. Vai desarticular os ferozes cérberos da Justiça. Enfrenta-os. Põe-se a defender o réu. Com

lógica argumenta e com brilho discute. Anima-se o debate. Fala durante oito horas a seguir, impressionando juízes e auditório, acordando a consciência dos jurados. Uma a uma, desfaz as fementidas malhas do libelo. Responde a partes. São juristas aqueles que o aparteiam. Com eles mede-se Fernando e os abate e os convence. Assombra-se o plenário com a potência verbal do jovem orador, com o seu senso de lógica e, muito principalmente, com o modo pelo qual ele revela e aclara certas armadilhas do processo. A acusação é posta em tiras. O réu é absolvido. Há um delírio por todo o tribunal. Fernando sai carregado pelo povo, aos boléus, a beca a lhe fugir do corpo, sem o *habat* e sem capelo, entre palmas e o estrondoso vozear de aclamações entusiásticas.

No dia imediato, a imprensa, em peso, ao comentar o acontecimento, apoteoseia o jovem advogado, engrandece e consagra o magnífico orador.

As glórias da tribuna judiciária, entretanto, Fernando Magalhães rejeita. É médico. Jamais será advogado. Ambição só possui uma, tal a de conquistar, como laurel supremo, a cátedra do ensino obstétrico. Namora a cátedra. Sabe, perfeitamente, que para obtê-la tem que se revelar um mestre na matéria. Para isso estuda com afã. Apura a sua técnica. Segue para a Europa. Corre os hospitais de Londres, de Paris e de Berlim. Fixa-se, porém, na capital austro-húngara, onde passa dois anos, praticando, estudando. Contudo, a Viena patética das valsas, da Ringstrasse, do Burg Theater, dos zíngaros e das operetas saltitantes de Léo Fall e Frimz Lehar não lhe interessa. Tem, sempre, ante os seus olhos, a ambicionada cátedra. Há de obtê-la, custe o que custar. Por isso, enquanto fora, insólita, reboa e estruge a alegria da vida, desmanchando-se em músicas e risos, pelo torvelinho das *brasseries* e cafés, ou sobre o Danúbio azul, pelas noites românticas do luar, Fernando Magalhães ausculta o enfermo, vigia a dor, consola o aflito.

Em 1904 volta à cidade em que nasceu. Do professorado livre passa ao professorado oficial. Lente e substituto, a princípio, e, por concurso, finalmente, dono e senhor da cátedra sonhada. Está ele como quer.

Adoram-no os seus discípulos. Depoimento de um deles: mestre na sua especialidade. Mágico da palavra. Verdadeiro encanto, as suas aulas. Não sei de alunos mais assíduos, atentos e satisfeitos do que os seus. Lente de estranho bom humor, numa banca de exames, certa vez, a um aluno pergunta pelas razões que obrigavam, na taba, quando nascia um índio, a mãe da criança

retomar as suas lides cotidianas enquanto o pai, dentro da sua rede de tucum, ficava a receber a visita cortês dos homens da floresta.

O examinando pensa a esgravatar o cérebro. Acha razões estapafúrdias. Rejeita-as o professor:

– Nada do que me diz está certo. Pense melhor e diga.

E o homenzinho, nada!

Sorri Fernando, como rirá, depois, toda a assistência, em torno, e declara, peremptoriamente:

– Porque entre os índios não havia um registro civil e era, enfim, necessária uma prova qualquer que à taba garantisse a exata paternidade do guri...

Com o seu sorriso olímpico, o sorriso daqueles que são bons, dos que são felizes, dos que jamais sentiram, a fundo, os desprazeres e as melancolias deste mundo revel e enganador, viveu Fernando até morrer. Na verdade, só uma vez o vi um tanto aborrecido e contrafeito. Era ele deputado e, em plena Câmara, combatia um projeto de lei sobre o divórcio. Desconheci-o, nesse instante. Sua voz alcançara um diapasão acima do anormal e, citando Salanora, Cenni e Rocanine, esmurrava, por vezes, a tribuna. Tinha convicções religiosas, sinceras e extremadas. Católico praticante, estava a defender a sua Igreja e o seu Deus. O Deus que ele, depois, queria ver iluminando o pórtico da Constituição de 34. Deus símbolo, símbolo da perfeição, como dizia ele, para depois perguntar: "E porventura, incrédulos e agnósticos, não achais que a perfeição deva inspirar o vosso pensamento?"

Agnósticos e incrédulos acabaram vencidos pelas hastes católicas, tendo Fernando Magalhães, alvorotado, à frente. E foi assim que passou a figurar na mesma Constituição o nome do bom Deus, ao menos, por algum tempo.

Sempre é bom relembrar, ainda, o ardor com que ele se bateu, na Câmara, pelo acordo ortográfico, tendo por base a reforma seguida pela Academia das Ciências e Letras de Lisboa, isso, quando, com o intuito de derrubá-la pela base, alguém propôs que fosse a nova carta constitucional impressa na grafia da antiga, votado em 1891. Aí, porém, bateu-se em vão. No caso do divórcio tinha a ajudá-la o próprio Deus, este, porém, depois, mostrou-se completamente desinteressado pela votação da ortografia. Venceram, nesse instante, e com facilidade, os representantes da Nação que, tacitamente, repeliram o acordo, embora ciosos, todos eles, pela reforma que

se fez, depois, ajustada às naturais conveniências do idioma tal como se fala no Brasil.

Tinha Fernando Magalhães idéias pessoais, teóricas, românticas, sobre tal assunto. Com ele, francamente, eu discordava. Lembro-me bem das discussões que tínhamos, a sós, sobre o caso, discussões, todas elas, diga-se de passagem, onde jamais se via menor sombra de azedume, de prevenção ou mau humor. Eu não conseguindo vencê-la e ele sem jamais me persuadir.

Como bom brasileiro, tenho por Portugal o natural respeito e o instintivo amor que, todos nós, devemos ter, porém, como é justo, acima disso tudo sempre coloquei, coloco e colocarei o meu amor e o meu respeito pela autonomia e a originalidade do Brasil. Nascidos de três raças diferentes, com elas já bem pouco parecemos. As acomodações do sangue herdado, a ação do tempo, as influências naturais do meio em que vivemos transformaram-nos. Somos, agora um povo bem diverso daqueles que antigamente nos geraram. Somos americanos. Temos que caminhar em um outro mundo e para outro destino – que não é, certamente, o de copiar os velhos e cansados moldes, senão o de construir, em terra bela e moça, um recanto de vida inteiramente nosso que, antes de ser melhor, há de ser diferente.

Não somos, na verdade, uma firma comercial com a casa matriz na Europa. Nada de sucursais! Evite-se, portanto, tudo que, embora levemente, se proponha a empecer ou perturbar a diretriz de um povo, que, dentro da sua autonomia, deseja conservar os traços, aliás, já bem acentuados, da sua originalidade.

No caso do primeiro acordo ortográfico a nossa gente protestou. E venceu.

Fernando, como ele próprio certo dia disse, não previra os acontecimentos que, mais tarde, se transformaram numa campanha de afrontas e irritações, fazendo reviver, até, velhos rancores, velhas animosidades vindas dos idos tempos coloniais, muito mais para esquecer que para recordar. – Estou, porém, metido na fogueira – afirmava-nos ele. Estava. E não era homem para dela sair.

Fernando Magalhães foi um grande orador. Nem lhe faltaram a majestade da figura, a física elegância das atitudes e dos gestos, máscara expressiva, voz quente, flexuosa e bem timbrada. As suas improvisações eram despidas de

ênfase, de artifícios dramáticos, e da pedanteria alambicada ou pirotécnica tão dos oradores populares. Seu verbo era conciso e desafetado. Uma eloqüência aristocrática, cunhada, sempre, em bom estilo literário. Rico vocabulário. Imagens sóbrias, fixadas com proporção e segurança. Orador para elites, dos mais sedutores e dos mais perfeitos que já teve o Brasil.

* * *

A minha vida literária tem sido, meus senhores, de surpresas, felizmente, agradáveis, sendo que a maior de todas elas é, por certo, a de me achar aqui, neste momento, entre galas e flores, posto neste fardão de pano verde e com esta espada à cinta. A espada não sei bem porque a criastes.

Um símbolo, talvez. Não fosse, como a vemos, um artifício de joalheria. Contudo, sobre ela é que todos nós, acadêmicos, numa solenidade como esta, devíamos prestar o juramento de, com denodo e bizarria, defender as sagrados ideais dos fundadores desta Casa, (quiçá, por vezes, esquecidos), buscando, de tal sorte, manter o seu destino literário; ideais, que se baseiam em sãos princípios de autonomia e de brasilidade, princípios esses que se encontram patrioticamente fixados nos discursos de há quase cinqüenta anos, proferidos quando de sua fundação: o de Machado de Assis, por exemplo, ao falar da unidade literária dentro da Federação e o de Joaquim Nabuco, declarando que este Instituto é afirmação de que "literária, como politicamente, somos um país que tem o seu destino, seu caráter distinto, e só pode ser dirigido por si mesmo, desenvolvendo sua originalidade, com os seus recursos próprios, só aspirando à glória que possa vir de seu gênio".

E é, senhores, com a mão aberta sobre este sagrado emblema, que eu, solenemente, aqui declaro a minha inteira obediência, o meu maior devotamento, a tais princípios, pugnando, assim, pela honra e pela glória desta Academia, o pensamento no Brasil.

II

RESPOSTA DO SR. VIRIATO CORREIA

O RIO DE JANEIRO AO ALVORECER DO SÉCULO

Nos primeiros dias do século, o Rio de Janeiro era outro Rio de Janeiro e Luís Edmundo outro Luís Edmundo, diferente, inteiramente diferente do escritor glorioso que hoje transpõe as portas ilustres da Academia.

O Rio era uma cidade de cunho colonial, feia, velha, suja, a cidade que a gente encontra saborosamente descrita em *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Cidade, ainda tinha muito de aldeia. Ruas estreitas como caminhos de roça, casas acaçapadas como moradias de fazenda. Rouco mais ou menos como se descreve em *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*.

A vida que aqui se vivia era tão pouco parecida com a que hoje se vive, que passará por mentiroso quem a quiser descrever com exatidão. Os homens usavam bigodes retorcidos e as mulheres (contado não se acredita), as mulheres não punham ruge no rosto, nem batom nos lábios. O paletó saco, a camisa de colarinho mole, o chapéu de palha eram peças de vestuário sem cotação nenhuma. Quem se prezava, fosse no tempo fresco, fosse nos dias infernais de sol, vestia fraque ou sobrecasaca pretos, gravata de plastrom, cartola ou chapéu coco e colarinho duro, muito duro e muito alto, tão alto que, usados na atualidade, dariam a impressão de arranha-céus. As mulheres magras ou gordas, moças ou velhas, apertavam, por elegância, as costelas na tortura do espartilho, e usavam vestidos que arrastavam a cauda pelas calçadas.

Havia aspectos que eram evidentes reminiscências de *O Rio de Janeiro do Tempo dos Vice-Reis*. Encontravam-se nas ruas, impedindo a marcha das criaturas e dos carros, bandos de trinta, cinqüenta, cem perus, andando tranqüilamente, com um homem atrás, a vendê-los. As vacas leiteiras vinham roceiramente às nossas portas e, diante dos nossos olhos, os vaqueiros as mungiam para nos vender o leite.

O veículo mais rápido era o tílburi com o seu cavalinho magro e sonolento. Da Cidade à Tijuca levava-se mais de uma hora, em bondes puxados a burros. Copacabana era uma praia deserta que imenso pitangal cobria de verde. Do Leblon não se ouvia ainda falar.

A existência marchava a compassos lentos. Não se conhecia a fúria da velocidade dos aviões modernos. Em vez dos sambas e das batucadas que fazem cócegas cadenciadas nas pernas, cantavam-se modinhas que amoleciam os corações. Em vez de foxtrote e das marchinhas carnavalescas, dançavam-se, nos bailes, as valsas langorosas de Aurélio Cavalcanti.

Tudo diferente. Grassava a praga dos trocadilhos e dos cartões postais. Não havia a Avenida Central. Não havia luz elétrica. Não havia cinemas. Não havia automóveis.

Mas as criaturas eram alegres, risonhas, folgazãs, como Luís Edmundo há pouco nos disse. O tom de irreverência que caracteriza a gente carioca já existia com o cunho encantador da atualidade. O gosto pela pilhéria, pela malícia, pela mordacidade, pela pimentinha da facécia, pela anedota apimentada, era o mesmo gosto do presente. Até o fraco pelo Carnaval, que está na massa do sangue do nosso povo, era exatamente o mesmo fraco.

A cartola, o fraque, a sobrecasaca não conseguiam esconder o bom humor dos homens. As mulheres só eram graves nos vestidos compridos, nos chapéus emplumados e na botina de abotoar. No mais tinham a mesma graça fresca, o mesmo dengue, a mesma fascinação e até o mesmo *it* das carioquinhas de hoje, ainda que a palavra não existisse na época.

A paisagem – a mesma maravilha que agora nos ofusca o espírito.

Somente a cidade não prestava. Não tinha "uma só rua digna de se mostrar ao estrangeiro, um edifício público notável, um grande hotel, um bom teatro", ao que nos conta o cronista de *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Era, ao que ele próprio nos informa, "um monturo onde as epide-

mias se albergavam dançando *sabats* magníficos, aldeia melancólica de prédios velhos e acaçapados a descascar pelos rebocos, vielas sórdidas, cheirando mal".

O SOPRO RENOVADOR

Mas o destino havia determinado acordar a capital do Brasil do seu longo sono colonial. E para isso reuniu, num só momento, no governo, cinco homens excepcionais, cinco titãs capazes de pôr nos ombros o peso e a responsabilidade do grande momento histórico: Pereira Passos, Paulo de Frontin, Lauro Müller, Osvaldo Cruz e Rodrigues Alves. Traziam eles seiva nova no espírito, traziam no senso patriótico a visão clara do papel que o Rio devia desempenhar na comunhão brasileira.

Ainda tenho na cabeça o atordoamento que senti ao primeiro contacto do sopro renovador que eles desencadeavam. A quem chegava de fora pareciam verdadeiros doidos. Tinha-se, realmente, a impressão de que um bando de malucos estava arrasando a cidade. Ruas inteiras desapareciam de um dia para outro, ao golpe das picaretas. Quem passasse um mês em casa sem sair à rua, nas ruas se perderia porque elas modificavam a fisionomia do dia para a noite. Tudo se passava rapidamente como nos cenários das velhas mágicas

Lauro Müller erguia a muralha do cais do porto que nos poria definitivamente em contacto com o mundo civilizado.

Frontin, abrindo a clareira da Avenida Central, preparava aquilo que os jornais da época denominaram a "sala de visita" do país. Osvaldo Cruz, com a novidade do seu exército de mata-mosquitos, criava a defesa higiênica da cidade, apagando-lhe a fama assustadora de terra inabitável. Pereira Passos remoçava-a destruindo-lhe as rugas da velhice, atacando-lhe os reumatismos da rotina e o gogo do atraso colonial.

Era a revolução do progresso, a marcha para a frente, o avanço para a conquista do que era novo, do que era limpo, do que era higiênico, do que era bom, do que era confortável, do que era civilizado. Era a guerra contra o mofo, contra o bolor, contra a letargia, contra a decrepitude e contra a sujeira.

E eu assisti à guerra. Houve guerra, senhores! Do fundo dos armazéns, das vendas, das tascas e dos quiosques, rebenta a resistência. O industrial, o

capitalista, o "comerciante a quem o país deve o seu enorme progresso", enfim os chamados "homens que têm alguma coisa a perder", atiram-se contra os malucos que se atrevem impatrioticamente a modificar a fisionomia da velha cidade de Estácio de Sá, limpando-a, saneando-a, embelezando-a e civilizando-a. Toda a sorte de imoralidade atribuem às mãos imaculadas de Lauro Müller, Frontin e Pereira Passos. Contra Osvaldo Cruz vão até ao ataque pessoal. Agridem-no, uma vez, em plena rua a pedradas e aos gritos de *mata e lincha!*

Mas os renovadores têm, em alta dose, a força sempre vitoriosa da pugnacidade. E a renovação se faz.

A ESCOLHA DO CRONISTA

A natureza, nos seus altos desígnios, nada faz para perder. Aquela é a fase máxima da cidade e não pode ficar no esquecimento. É preciso alguém que a testemunhe e que testemunhe sentindo-a, amando-a. É preciso um cronista de fina raça, de pura brasilidade, para lhe realçar a alta significação evolutiva.

O destino tem sempre um homem excepcional para os seus momentos excepcionais.

E foi Luís Edmundo o escritor que o destino elegeu para perpetuar, no livro, aquela quadra maravilhosa.

A natureza é sempre sábia. Foi buscar o mais brasileiro dos cariocas para fazer a história do mais belo surto de progresso da capital do Brasil, e foi buscar o mais carioca dos brasileiros para contar ao mundo o que foi o período da maior avançada progressista que já houve no país.

A natureza, em vez de ir buscar o cronista entre os velhos cronistas da cidade, preferiu criar o cronista na figura de um moço da época. As impressões recebidas na mocidade não trazem rugas nem pigarros. São límpidas, frescas, cantantes, cheias de boa vontade e de rutilações. O livro em que Luís Edmundo pincelou os panoramas daquela fase excepcional é um desses livros que a gente escreve na madureza com o ouro de lei e as pedrarias extraídas das minas generosas da juventude.

O LUÍS EDMUNDO DO COMEÇO DO SÉCULO

Naquela época, o autor de *O Rio de Janeiro do Meu Tempo* era outro Luís Edmundo, diferente, inteiramente diferente, do escritor glorioso que a Academia hoje incorpora à sua família.

Era moço. Era rapaz. Não havia, com certeza, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, desde Botafogo à Tijuca, desde Catumbi ao Saco do Alferes, mocidade mais estouvada, mais brincalhona, mais jubilosa, mais boêmia, mais irreverente e, ao mesmo tempo, mais simpática e mais amável.

Era já alto como é hoje, esbelto como já não é, bigodinho atrevido e uma basta cabeleira castanha que os ventos da Guanabara levaram quase toda. E elegante. Elegantíssimo. Guerra Duval, consagrado dos salões, não vestia melhor do que ele. Os paletós sacos, as casacas, os fraques do seu guarda-roupa numeroso, mandava-os cortar no Pool. Não perdia uma conferência, não perdia um *garden-party*. Era o mesmo Luís Edmundo tanto nos salões dourados de dona Germana Barbosa, do Visconde de Schmidt, de Heitor Cordeiro, como nos bailes de costureiras em Itapiru, ou nos batizados da Cidade Nova, ou na Caixa d'Água do Pedregulho, por ocasião dos piqueniques do cordão carnavalesco *Tira o dedo do pudim.*

Havia nele um excesso de vida, um transbordamento de jovialidade que esguichavam numa verdadeira gula de rapaziadas. Ninguém poderia imaginar que no estróina que a gente via enchendo as ruas de pernas e de alegria, estava o homem que a natureza havia escolhido para ser, no futuro, o cronista da cidade.

O DANÇADOR DE *CAKE-WALKE*

Lembro-me bem, Sr. Luís Edmundo, do dia em que vi pela primeira vez a vossa figura física. A figura intelectual eu já a conhecia da minha terra natal, na escalada que fiz à vossa *Turris Eburnea.*

Eu havia chegado, alguns meses antes, do Maranhão, para lutar pela vida.

Um dia (lembro-me como se fosse hoje) o dia 31 de março de 1904. Era a inauguração das obras do porto.

Um dos dias mais bonitos, mais alegres e mais festivamente ruidosos que já teve a velha cidade de Estácio de Sá.

A Guanabara esplendia de vida. Não havia um barco, dos grandes, dos pequenos, dos pequeninos, que não estivesse vogando, arriado de bandeiras e ressonante de vozes humanas.

A cidade estava toda ali, na baía. Toda. Tudo que o Rio tinha de notável na política, nas letras, nas artes, na indústria, no comércio, no mundanismo.

Havia orquestras e bandas de música nos tombadilhos. Dançava-se em todas as proas.

Eu havia conseguido um lugar numa das barcas da Cantareira. Desconhecido de toda a gente e não conhecendo ali ninguém, satisfazia-me em ver os outros brincarem.

De súbito, na barca, a alegria cresce estouvadamente. Era um grupo de rapazes que chegava. Entre eles um mais alto do que os outros, calça listrada, fraque maravilhosamente talhado. As moças, ao vê-lo, correm-lhe ao encontro. Começa o baile.

Naquele tempo, a nota exótica dos salões era o *cake-walk* – uma dança horrível dos negros dos Estados Unidos.

O rapaz alto convida uma moça e atira-se a dançar. Um camarada de momento apontou-mo. – Esse, que está dançando, é o Luís Edmundo.

E eu, Sr. Luís Edmundo, fiquei cinco, dez, quinze minutos a admirar as vossas peregrinas virtudes coreográficas. Éreis Terpsicore vestida de calças e fraque.

E não fui eu só a admirar-vos. A barca inteira. Formou-se roda. E, quando terminastes, uma trovoada de palmas estrondou, saudando-vos.

Lembro-me bem. Defronte de mim estava um moço que batia palmas mais quentes do que todo mundo. O seu entusiasmo era tão aceso que chegou a gritar *bis,* oito ou dez vezes. Era um rapaz dos seus dezoito ou vinte anos, belo, elegante, cabeleira farta e bigodinho petulantemente retorcido. Alguém me informou com exatidão: era Olegário Mariano que, naquela época, começava a emplumar-se para o grande vôo poético que tanto enche de orgulho o Brasil.

AS GERAÇÕES GLORIOSAS

Os tempos não mudam: nós é que mudamos, afirmastes há pouco. Mas é consolador acreditar que eles mudaram e que mudaram para pior. Para os velhos, nunca deixa de ter travos a vida que eles estão vivendo. Pois se eles são velhos...

As recordações dos tempos que se foram tiveram sempre o condão de remoçar o coração dos que envelhecem. Eu, que já estou de cabeça branca, sinto um grato arrepio de adolescência em fitar o companheiro querido da época em que eram pretos os meus cabelos. Vós me recordais os tempos daqueles cabelos.

Os moços de hoje ririam de mim se eu aqui dissesse que a época em que éramos rapazes foi maravilhosa. Mas ao vosso coração, Sr. Luís Edmundo, as minhas palavras teriam ressonâncias agradáveis.

Foram realmente prodigiosos os tempos que vivemos, quando rapazes.

Ninguém, no Brasil, se poderá gabar de ter assistido à fulguração de tantas mentalidades como nós assistimos. Fomos contemporâneos das gerações intelectuais de maior culminação que já houve no país. A sorte brindou-nos com a ventura de contemplar o ocaso esplendente dos homens, que deram tonalidades de ouro à geração mental do Império. Ainda vimos Joaquim Nabuco em plena majestade de espírito; vimos José do Patrocínio ainda em alto fogo de eloqüência, vimos Rui Barbosa, vimos Quintino, vimos Machado de Assis. O destino nos premiou com a fortuna de ver atingir a sua mais brilhante ascensão a geração que começou a florescer nos primeiros dias da República. Assistimos ao meio-dia e ao entardecer do Parnasianismo, acotovelando-nos com Raimundo Correia, com Bilac e Alberto de Oliveira. Fomos à Câmara ouvir José Mariano, Barbosa Lima, Pedro Moacir. Nas livrarias estivemos em palestras com João Ribeiro, com Sílvio Romero, com Capistrano, com José Veríssimo, com Constâncio Alves, Francisco de Castro, Artur Orlando, Araripe Júnior. Falamos de perto com Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Clóvis Beviláqua, Afonso Arinos, Inglês de Sousa, Vicente de Carvalho, Augusto de Lima, Afonso Celso, Euclides da Cunha. Vimos Teixeira Mendes em pessoa, vimos em pessoa Osvaldo Cruz.

Testemunhamos a inspiração musical de Henrique Oswald, Leopoldo Miguez, Alberto Nepomuceno e Francisco Braga.

Assistimos a tudo que o Brasil teve de grande, de belo, de avançado e de luminoso. Nada é novo para nós. Nem essa vibração que aí está pelo que é moderno. Nem essa febre de mudanças que faz bater o pulso dos moços da atualidade. Nem o espírito de renovação que agita a época presente. Nem sequer as extravagâncias literárias de hoje para nós são novas.

O TUFÃO DEMOLIDOR

Já vimos tudo. Até mesmo o redemoinho de demolição que aí está não é mais violento do que no nosso tempo. Os "modernos" da atualidade serão mais extravagantes do que os "novos" da nossa geração? Terão maior fúria de originalidade do que tivemos? Farão guerra maior aos nomes feitos do que fizemos na nossa época? Qual de nós não negou valores incontestáveis? Qual de nós não demoliu? Eu demoli. Vós demolistes. No tempo em que dançáveis o *cake-walk* tínhamos em cada mão um punhado de bombas de dinamite para derrubar os ídolos literários. Todos nós demolimos. Vede o caso do nosso companheiro Antônio Austregésilo. Austregésilo, hoje, é professor dos mais provectos, mestre dos mestres, criatura serena, conservadora e de bons costumes, enfim, modelo primoroso do que no presente se chama passadismo. No entanto, foi um revolucionário das letras. E que revolucionário! Poeta simbolista dos mais vermelhos, demolidor incrível, diabólico, que, se não satisfazendo em arrasar os "velhos" (assim eram chamados os nomes feitos) com o bico da pena e com a flama da palavra, procurava destruí-los com os dentes daquele serrote de que há pouco falastes.

Os moços de hoje não são nem mais nem menos do que éramos. A mesma vaidade nossa é a deles. Vivíamos na convicção de que a nossa mentalidade dava rumo novo à Arte; rumo novo à Arte pensam eles que estão imprimindo com o que escrevem. Imaginávamos que o pensamento universal éramos nós. Atualmente são eles que pensam como nós pensamos outrora.

O tufão iconoclasta que soprava no nosso tempo não era maior do que o tufão que hoje sopra.

Recordo-me vivamente do espanto que aquele tufão me causou quando pus, pela primeira vez, os pés no Rio de Janeiro. Eu vim do Maranhão onde o culto da mentalidade era uma nobre idolatria, onde a veneração pelos altos valores da inteligência resistia a todas as labaredas revolucionárias. Eu vinha também do Recife, com passagem pela Faculdade de Direito, velho e glorioso solar de espíritos que tinham a febre alta da cultura.

Quando aqui cheguei, trazia lidos a maioria dos clássicos portugueses e todos os clássicos do Brasil.

Havia mesmo em mim uma certa preocupação pedantesca em citar João de Barros, Manuel Bernardes, Vieira, Herculano, Camilo, João Lisboa, Bocage, Gregório de Matos, Mont'Alverne, Tomás Antônio Gonzaga.

Dos modernos já havia devorado o Alencar inteirinho, o Macedo inteirinho, o Pompéia e tudo que Machado de Assis, João Ribeiro e Aluísio haviam escrito até ali.

Trazia pelo Eça, pelo Ramalho e pelo Fialho, principalmente pelo Eça, um entusiasmo belicoso, capaz de esbordoar quem fizesse a menor restrição aos meus ídolos. O Guerra Junqueiro, o Macedo Papança, o Gonçalves Dias, o Castro Alves, Casimiro, o Fagundes, o Bilac, o Alberto de Oliveira, o Raimundo, sabia-os de cor de os recitar nas salas do Maranhão.

Da Literatura Francesa eu tinha a empáfia de ter lido os clássicos de maior vulto e aquele entusiasmo que se acendia em mim pela geração que então culminava no Brasil e em Portugal, era o mesmo entusiasmo que me levava a exaltar os românticos e os realistas de França. Chateaubriand, Hugo, Théophile, Musset, Flaubert, Balzac, Daudet, Zola eram figuras do meu enlevo.

E a minha ingenuidade de provinciano imaginava que esse material literário me servisse para alguma coisa. E foi realmente, para mim, uma surpresa incrível, quando, ao chegar, vi que era analfabeto. Analfabeto justamente porque tinha tido o mau gosto da aquisição daquele material.

Balzac, Bocage, Camilo, Vieira, Alencar não tinham cotação alguma no meio literário dos rapazes com os quais travei os primeiros contactos de inteligência. Gonçalves Dias não valia o papel em que se imprimiam os seus versos. Guerra Junqueiro era apenas um pobre burguês que escrevia versos horrendos. João Ribeiro um gramático intolerável. Machado de Assis (que Deus

perdoe os rapazes do meu tempo!) Machado de Assis era a múmia, o azarento, a azêmola. Quando ele passava na rua, faziam-lhe figa.

Uma vez, no Largo do Machado, mostram-me o Bilac, em pé, à porta do Lamas. Fiquei parado por muito tempo, silencioso, gozando a ventura de ver de perto o poeta que me trazia à sensibilidade emoções das mais belas. Deram-me uma vaia. Pois era crível que alguém parasse para admirar o Bilac, um poeta de tamanha inferioridade?!

Por aquela época Alphonsus de Guimaraens, chefe dos "novos" de Minas, veio ao Rio. Quiseram-no apresentar ao Coelho Neto. O poeta recusou terminantemente. Não queria mistura com as "zebras".

Eu vivia inteiramente enfiado, temendo falar nos livros que havia lido, temendo nomear os vultos da minha admiração. No Café Papagaio, viveiro dos "novos", troçava-se de mim como numa escola se troça de um calouro.

– É lamentável que um rapaz tão novo – dizia-se – tenha tanta velharia na cabeça.

Uma tarde, numa palestra sobre teatro, como eu falasse em Gil Vicente e Antônio José, os rapazes levantaram-se da mesa e fugiram de mim. Certa vez, como eu citasse um verso de Virgílio, quiseram-me dar pancadas.

Os nefelibatas, os simbolistas, os decadentes (eles respondiam por qualquer destes nomes) pretendiam triunfar a murros de irreverência. Negar, demolir eram os caminhos mais seguros da vitória.

Félix Pacheco, que acabou passadista e morreu acadêmico, escrevendo como todo o mundo, disse-me a sério, ali pelo ano de 1904, numa das janelas do *Jornal do Commercio,* que a melhor página de Machado de Assis era aquela página em branco, toda de reticências, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas.*

Os nomes mais preeminentes da época viviam estraçalhados pela nossa geração que só agora avalia a fortuna de possuí-los.

Quando se queria dar idéia de coisa ruim, sem expressão, bem ordinária, dizia-se uma *bilacada.*

O valor literário media-se pela extravagância, pelo exotismo. O "oceano de erisipelas", de Gustavo Santiago, era o padrão estético dos "novos".

Rolava o vagalhão do mau gosto. Quem não escrevesse com qualquer cunho de excentricidade incluía-se no rol das "múmias" e das "zebras" a que pertenciam Bilac, Coelho Neto, Raimundo, Alberto, Sílvio Romero, João

Ribeiro, Machado de Assis e outros chamados "medalhões" intoleráveis da Academia.

Um ou outro poeta nefelibata fazia coisa que prestasse, que os poetas quando são de boa raça, mesmo fazendo extravagâncias, são poetas. Mas, o comum, eram os exemplos de teratologia literária.

Ainda me recordo a poesia "Despedida", de Inácio de Abreu e Lima.

Ouçamo-la:

Trago ainda no dedo o teu anel,
Maria Adelaide Pereira!!
Doce recordação desse inefável dia
Em que beijei teu rosto lívido de freira,
Maria Adelaide Pereira!

Teu rosto lívido de freira!
Ó que poesia!
Na angústia derradeira
Quando tu me disseste a sorrir:
(Ao longe espreguiçava-se o Lima...)
"Adeus, Inácio de Abreu e Lima".

A POESIA DE LUÍS EDMUNDO

Nós é que mudamos, Sr. Luís Edmundo. E vós mudastes muito. Materialmente a mudança não é pequena. Foi-se com a idade aquela faiscante vibração de alegria que só a juventude pode produzir; foi-se a constante doidice boêmia, que marcou os vossos vinte e poucos anos; foram-se os fraques maravilhosos do Pool; foi-se o dândi; foi-se o estouvado; foi-se o farrista. Espiritualmente a mudança não foi menor; retraiu-se o poeta. Pode-se mesmo dizer: desapareceu para dar lugar ao prosador.

A essência, a estrutura fundamental do escritor, essas não tiveram alteração de monta. Eram boas naquele tempo. Hoje são, apenas, melhores. Naquele tempo? Sim, naquele tempo! Porque com Luís Edmundo, minhas senhoras e meus senhores, deu-se uma interessantíssima curiosidade literária.

Era ele figura viva de todos os centros de revolução, no Café Papagaio, no Lamas, no Paris, na Colombo, nas portas das livrarias e dos jornais. Na hora de negar os "medalhões", nega-os. Na hora de demolir, demolia-os. Na hora de aplaudir as extravagâncias novas, aplaudia-as com frenesi. Mas, na hora de escrever, não era "novo", não era "velho", não era nada. Era Luís Edmundo. Não tinha igrejinha, não tinha panelinha. Tinha sinceridade. Não punha a inteligência nos manequins de escolas e de grupelhos. Não amordaçava a imaginação ao gosto das *coteries.* Entregava-se ao seu próprio estro como o pássaro se entrega à liberdade do céu.

E foi por isso um dos poetas mais fascinadores da sua época, lido com encanto, por toda a gente e até pelos próprios demolidores.

A verdade é esta: mais do que tudo Luís Edmundo é poeta. Poeta na melhor, na mais sã, na mais nobre acepção da palavra – poeta de espontaneidade, de singeleza, de alma e de coração.

A sua poesia é toda uma limpidez de manhã de sol, toda uma simplicidade de céu azul. Vede, senhores, como isto é simples.

NATAL EM PARIS

Noite de inverno. Cai neve
Sobre os torreões da cidade,
A neve, como a saudade,
Cai de leve, cai de leve.

É um branco lençol que cobre
O telhado em que ela desce,
Mas lençol que não aquece
Nem ao rico, nem ao pobre.

Penso nos pobres, coitados,
Tão felizes pelo estio,
Porém que morrem de frio
Quando há neve nos telhados!

Há, por aí, tanta casa
Sem ter aceso um fogão!
O calor é como o pão.
– Ricos, dai-lhes uma brasa!

Vivem os homens como cães,
Nas mansardas em que moram,
Vejam as crianças que choram
E fazem chorar as mães.

Vejo pobres maltrapilhos,
De faces escaveiradas,
Que voltaram das estradas
Sem trazer o pão dos filhos.

Vejo os velhinhos curvados,
De olhos parados, sem pranto,
Porque já choraram tanto
Que ficaram resignados.

E os que nem teto têm mais
E morrem, desgraçadinhos,
Pelas neves dos caminhos
Como se fossem animais!

Noite de inverno. Cai neve
Pelos torreões da cidade.
Ó neve, como a saudade,
Cais de leve, cais de leve!

Às vezes a sua inspiração toma ligeira coloração de malícia:

A rosa da tua boca
Que é uma flor linda e viçosa,

Deixa beijar... Mas, que asneira!
Que idéia insensata, louca,
Fugires dessa maneira!...
Vem cá, escuta, formosa,
Eu posso colher a rosa,
Sem fazer mal à roseira...

Às vezes se aquece de uma graça recendente de sensualidade:

Calle Acalá –, Manolita
Que vais a Puerta del Sol,
Consuelo, Concha ou Paquita,
És de Madrid, señorita?
De Segovia ou de Fenol?

Tens dos versos de Zorilla
A essência meridional.
Com o teu manton de Manilla
Lembras noites de Sevilla,
Perfumes de naranjal.

Dias de toiros, fanfarras,
O estouvamento febril
Das seguidillas *bizarras*
Com Xerez e com guitarras
E requebros de quadril.

De onde vens, flor rescendente,
Nessa alegria louçã
Que perturba toda gente?
De um livro de Benavente?
De um quadro de Zurbaran?

E Manolita, apressada,
Indiferente e veloz,
Nem vê minha alma abrasada
Que a segue pela calçada...
– Viva la gracia! Por Diós!

Às vezes os pensamentos graves do mundo põem rugas na lira desse poeta risonho. Então, ele que goza da vida o que ela tem de rutilante, se concentra a pensar a sério na vida.

Rio, tu lembras bem a minha alma de poeta,
A correr, a correr, entre margens floridas;
A minha alma boêmia, ora calma, ora inquieta...
Como conseguem ser iguais as nossas vidas!

Eu não sei aonde vou. Por grotas e descidas
Tu rolas, a seguir, sem destino e sem meta,
Pelas noites de luar, ou por manhãs brunhidas,
Tu não contas, como eu, a tua dor secreta...

Tens remansos de lago –, eu, dias de sossego,
Levas ramos, em flor, em teu dorso tranqüilo,
Eu, dentro de minha alma, as ilusões carrego.

Vences a rocha abrupta em teu ímpeto forte,
Eu passo pela dor, se a não domo ou aniquilo...
Tu segues para o mar. Eu sigo para a morte.

Vede "Versos a Cláudio":

Olha este riacho azul que vem da serra
E é um fio de cristal que vai rasgando
O seio bom e ubérrimo da terra,
O campo das lavouras fecundando.

Veio claro brotado entre açucenas,
Junto a um rochedo negro e luzidio,
Nem vai ao mar, que o pobre rio apenas
É o simples tributário de outro rio.

No entanto, olhe-se o campo em que ele desce,
A paisagem que o beira e que o emoldura,
O arvoredo copado, o trigo em messe,
Das campinas, a esplêndida fartura.

Tudo é fecundação, vida. A semente
Cai sobre a terra e brota. E, caminhando,
Lá vai ele descendo, lentamente,
A riqueza dos homens espalhando.

Vai; adiante, na curva de um caminho,
Num movimento de águas, em cachão,
Ele é que faz mover o velho moinho,
O trigo moendo e preparando o pão.

E, quando a noite, pelo céu sombrio
Desce por sobre o campo e sobre a vila,
O homem na paz dos seus bem diz o rio
Que a existência lhe torna mais tranqüila.

Deus, ao fazer a natureza, um dia,
Pôs nela toda a luz do seu ensino,
Por isso este regato cristalino
Vale um compêndio de filosofia.

Busca nele, meu filho, o teu retrato.
Sê útil, simples, bom, pra ser humano.
Muita vez a humildade de um regato
Vale todas as glórias de um oceano!

O TRADUTOR DE TRILUSSA

Luís Edmundo, meus senhores, não é apenas o poeta do sentimento que procura enternecer corações. É o poeta do humorismo, da mordacidade, do epigrama e da sátira. E foram essas qualidades que o levaram a traduzir as fábulas de Trilussa.

E devemos chamá-lo tradutor de Trilussa? Não. De Trilussa ele apenas recebe a idéia das fábulas, como Fedro as recebeu do povo, como La Fontaine as recebeu de Fedro.

Luís Edmundo a tudo imprime o seu próprio cunho: transformou Trilussa em Luís Edmundo. Vede:

OS DOIS CHAPÉUS

Num cabide de entrada,
Encontraram-se, um dia,
Dois chapéus dernier cri, *ambos em lontra.*
– Camarada,
Diz cheio de alegria
Um deles. Como, então, não me conhece?
– Talvez...
Responde o outro ao primeiro.
– Por favor!
Ainda não há um mês
Estivemos, nós dois, na mesma montra
Do Antônio Chapeleiro,
Na rua do Ouvidor...
– Perfeitamente! Agora estou lembrado!
E o colega que faz?
Quem é seu dono?
– Um grande advogado.
O Dr. Arquinário de Novaes.
– Ah! Conheço! Pois não! Tem fama,
Tem renome,

É alguém.
– É um nome!

Toda a cidade o seu valor proclama.
É uma bonita
Cabeça. Vou-lhe bem...
– Acredito, porém
Agora é que reparo,
O amigo está um pouquinho mais claro...
E, quem sabe, talvez, um tanto envelhecido...
Mudou a fita?
Será seu tope a dedos comprimido?
Há qualquer coisa enfim, que o transfigura...
– Tem razão. É do tope, meu amigo,
Que nasce este ar de funda amolgadura.
Eu lhe digo:
É que o doutor tem muitas relações
Entre as senhoras da alta sociedade,
E, quando sai à rua,
Me extenua.
Cumprimentos pra cá,
Cumprimentos pra lá...
Vivo eu aos safanões.
O meu todo, por isso, se amarrota.
Chapéu de homem janota...
– Cáspite! *Francamente! Isso escangalha*
Mesmo um chapéu de palha,
Retruca-lhe o outro. Com efeito! Agora
É que vejo a razão que o desarvora.
Que refrega!
Pois comigo, colega,
Na cabeça tranqüila do meu dono
Vivo como no sono
Que a "gente" passa numa prateleira.

– É o seu dono Morfeu?
– Não.
Deixe-se de ironias e maldade.
Como homem, somente, ele é um chapéu
Com pouca "fita" e muita austeridade...
É alguém
Bem diferente desse seu patrão
Que vive só as barretadas,
Uma vez que ele, apenas, se descobre...
Ante os homens de bem e a mulheres honradas.

"OLHOS TRISTES" E "OLHOS ALEGRES"

Sente-se na poesia de Luís Edmundo o hálito puro da inspiração que nasce das fontes nativas do sentimento. É a água límpida da rocha viva. É a poesia inconfundível dos poetas de raça. É a poesia que fica na memória popular.

Deve haver no Brasil, muito pouca gente que não saiba de cor versos de Luís Edmundo. E sabe-os quase sempre os daquele soneto que anda de boca em boca pelo Brasil adentro – "Olhos Tristes".

Acontece com os escritores um fenômeno curiosíssimo: não amam nunca a obra própria que entra na popularidade. Julgam sempre de mau gosto a preferência do povo.

Como na paternidade carnal, os escritores quase sempre preferem os filhos raquíticos, obscuros e mal queridos das outras criaturas. Luís Edmundo não tem amor nenhum aos "Olhos Tristes" que merecem o amor de toda a gente. O seu enlevo é pelos "Olhos Alegres"que pouca gente conhece.

– Talvez seja a melhor coisa que eu já escrevi em versos. Nos "Olhos Tristes" tudo é muito lírico, muito adocicado – diz ele quando lhe falam nos dois sonetos.

O juiz nunca pode julgar em causa própria. Os escritores não sabem nunca o que fazem de bom e o que fazem de mal.

Ponhamos os dois sonetos um ao lado do outro.

OLHOS ALEGRES

Há uma lágrima, sempre, atenta em nossos olhos,
Uma lágrima branca, uma lágrima pura,
E assim como no mar os traiçoeiros escolhos,
Ela, escondida, a flor das pálpebras procura.

Aí fica parada; os íntimos refolhos
Da nossa alma reflete, e, quando uma ventura
Em riso nos entreabre os lábios, com doçura,
Ela, a lágrima, fica a nos tremer nos olhos.

Tu, que és moço e que ris e não sabes da mágoa
Do mundo, tem cuidado, olha essa gota d'água,
Se não queres da vida achar-te entre os abrolhos;

Ri, mas ri devagar, que a lágrima traiçoeira,
Talvez, vendo-te rir assim dessa maneira,
Trema e caia afinal um dia dos teus olhos!

OLHOS TRISTES

Olhos tristes que são como dois sóis num poente,
Cansados de luzir, cansados de girar,
Olhos de quem andou na vida, alegremente,
Para depois sofrer, para depois chorar.

Andam neles agora a vagar, lentamente,
Como as velas das naus sobre as águas do mar,
Todas as ilusões do vosso sonho ardente,
Olhos tristes, vós sois monges a rezar.

Ouço, ao ver-vos, assim, tão cheios de humildade,
Marinheiros cantando a canção da saudade
Num coro de tristeza e de infinitos ais...

Olhos tristes, eu sei vossa história sombria
E sei quanto chorais cheios de nostalgia
O sonho que passou e que não torna mais!

Qual deles o melhor? A verdade é que são dois belos sonetos.

É possível que sejam mais finas as virtudes dos "Olhos Alegres". Mas a minha emoção, como a emoção popular prefere os "Olhos Tristes".

AS APOSTASIAS LITERÁRIAS DE LUÍS EDMUNDO

Não é só contra os "Olhos Tristes" que se ergue a má vontade do belo poeta que hoje a Academia recebe. É contra toda a sua obra poética. O autor de *Nimbus,* de *Turíbulos,* de *Turris Eburnea,* de *Rosa dos Ventos* já não quer ser poeta.

– A minha poesia passou –, diz ele.

Luís Edmundo é um exemplo gritante de apostasia literária. Em outros tempos, quando era moço, apostatava dos credos simbolistas dos "novos" para incorporar-se aos velhos moldes estéticos dos medalhões.

Depois que amadureceu deixou-se seduzir pelos encantos da Prosa e apostatou do culto que, nos ardores da juventude, tributava à Poesia, tão sua amiga. Entregou-se depois aos braços graves da História, repudiando os braços enleantes do Teatro.

Este homem que aí está, minhas senhoras e meus senhores, cometeu com o Teatro a mais criminosa das traições. Foi no Teatro que ele levantou o pano para o belo espetáculo dos fulgores de sua inteligência.

Isso se passou há muito tempo. A cena desenrolou-se no quintal de uma casa em Botafogo. No quintal estava um palco que um menino de dez anos armara. As pessoas da casa, os íntimos da vizinhança iam assistir a uma peça que o menino havia escrito. O menino era ele. A peça era em versos. Como Shakespeare e Molière, Luís Edmundo era autor e ator. Na peça havia um velho chefe de família. Ele fazia o velho. O velho tinha barbas brancas. Com algodões e goma arábica ele próprio arranjou as barbas.

Que era aquele primeiro trabalho teatral do menino de dez anos? Uma coisa tremenda. Um dramalhão de arrancar lágrimas às pedras. Uma filha que

fugia com o apaixonado, contra a vontade do pai. Lágrimas, gritos, estertores. Havia também dois tiros. O velho pai, vencido pelo trambulhão da desgraça, caía numa cadeira soluçando e arrancando os cabelos. Pura tragédia à antiga. A assistência emocionou-se com tanta dor e com tanta lágrima. Mas acontecia que o teatro era aquele lance emocionante – o do velho caído na cadeira, arrancando os cabelos e soluçando. Mas, sem descer o pano, o público não sabia que era aquele o final. E ficou esperando. O velho continuou a soluçar e a arrancar os cabelos, estranhando que o público não tivesse dado por findo o espetáculo. Passaram-se os primeiros vinte segundos, os quarenta, os sessenta. Passou-se o primeiro minuto e meio. O segundo minuto. Não havia mais lágrimas para chorar nem cabelos para arrancar. E o velho ergue-se enxuga os olhos, aproxima-se da ribalta e diz calmamente ao público:

– A peça já acabou!

Ninguém se contém. Todo o mundo ri. A tragédia acaba em gargalhadas.

Pois esse homem que, na idade dos brincos infantis, levantava palcos e escrevia peças, que, mais tarde, alcançou a láurea de teatro no concurso da Academia, que escreveu uma peça em francês para uma *troupe* francesa no Municipal, hoje já não faz teatro!

Tendes razão, Sr. Luís Edmundo, os tempos não mudam, nós é que mudamos. E vós sois o mais escandaloso dos ventoinhas literários. Não fôsseis vós o autor de *Rosa dos Ventos.*

O HISTORIADOR

Para as paixões que assaltam as idades provectas não há concerto, dizem os psicólogos. Foi já na plenitude da madureza que vos deixastes prender no aranhol da História. Não há mais remédio. O Teatro não pode esperar mais nada de vós. O Teatro perdeu tudo. Mas a História ganhou tanto quanto o Teatro perdeu.

O vosso êxito como historiador marca um dos acontecimentos literários mais reboantes que já for dado assistir no Brasil. Começastes por onde os outros culminam. Não tivestes alvorecer. Aparecestes como um astro em pleno meio-dia, com a máxima intensidade de esplendor.

Por que tão grande êxito? No mundo não há milagre, tudo tem a sua razão de ser. É que para o campo da História trouxestes seivas novas, feitios novos, virtudes novas. Trouxestes a chama vital de um maravilhoso poder descritivo que raríssimos historiadores tem tido no Brasil.

Trouxestes, em quantidade e qualidade que poucos possuem, esse elemento cósmico da História que é a imaginação. Trouxestes um profundo conceito de humanidade que é a eterna argamassa das obras sólidas. Trouxestes a compreensão de que História não é elogio fúnebre que um expositor deve fazer vestido de luto, e sim uma ciência fascinante, incorporada à Literatura, e que há de ser tratada com elegância e louçanias de estilo. Trouxestes um "que" de pitoresco que os nossos historiadores não usavam. E, mais do que tudo, trouxestes para contar as coisas brasileiras, uma chama coruscante de brasilidade que poucas vezes se tinha visto inflamando as páginas escritas pelos nossos historiógrafos.

O êxito tinha de ser imenso. E foi.

Sr. Luís Edmundo: eu sou dos que têm paixão pela vossa poesia. Sois um poeta inato. Sois um prosador de raça. São sempre de raça os prosadores que nascem poetas.

Como a vossa poesia, a vossa prosa é água pura nascida na rocha viva. Tem sabor e frescura, tem beleza e cristalinidade. Além dos predicados de naturalidade e simplicidade, é jovial, brincalhona, às vezes irônica, às vezes mordaz, às vezes cáustica, mas sempre vigorosa, incisiva sempre e sempre evocativa.

O poder de síntese e o colorido das tintas são alicerces em que ela se firma. Nada mais de duas ou três pinceladas para a realização de uma grande tela. As palavras, na vossa prosa, valem por verdadeiros desenhos.

Para descrever o cheiro das casas: e da gente das ruas e ruelas dos lados da Misericórdia, basta-vos um período curto: "Cheiram a mofo, a pau de galinheiro, a sardinha frita, a suor humano."

Duas ou três palavras apenas dão-nos o aspecto horrível do velho bairro anti-higiênico: "Tudo isso anda a pedir, aos berros, picareta, fogo ou terremoto."

Não há pintor que consiga realizar tanta coisa com tão poucas pinceladas. Esta descrição de ruelas do antigo Morro do Castelo é um modelo admirável:

> Quem passa pela rua vê casas e moradores nos detalhes mais íntimos, pois que devassa, completamente, os seus interiores. Interiores sem sombra de menor conforto. Paredes acaliçadas, frias, lá uma vez ou outra forradas com papéis de vinte anos atrás, cheios de manchas de umidade, enodoadas pelas mãos da crianças imundas; soalhos podres, tetos, muitos, de telha vã, e, como mobiliário, a tradição de miséria vinda dos tempos da colônia. Aqui, uma cômoda de gaveta perra e maçaneta quebrada, ali, duas ou três cadeiras de palhinha, tortas e desconjuntadas, mais adiante, a mesa de pinho por envernizar, amassados baús de folha de Flandres, e sobre os móveis indistintos, os clássicos oratórios de madeira, pintados ou envernizados de amarelo, com recheios de flores de papel, o indefectível Santo Antônio que, se está de costas, está trabalhando para as solteironas da casa, umas moçoilas pálidas, cheias de olheiras e sardas, que trabalham cosendo para o Arsenal de Guerra e que vivem queixando-se de pontadas no lado do pulmão, tonteiras e falta de ar. Pobres raparigas de lábios brancos e sorriso que nos fazem mal, com trinta anos e já cheias de melancolia de rugas e de cabelos brancos.

Na vossa obra talvez seja o nervo descritivo o encanto maior. A História, feita por vós, é História que a gente vê, que a gente sente, que a gente vive. É a História de moldes novos como talvez ainda não se tinha feito no Brasil. A novidade tinha de impressionar; o êxito tinha de ser o que tivestes.

É em *O Rio de Janeiro* no *Tempo dos Vice-Reis,* em *A Corte de D. João* no *Rio de Janeiro* e em *O Rio de Janeiro do Meu Tempo* que apresentais os mais belos tesouros de virtudes descritivas e os raros surpreendentes atributos de evocação. Os Sinos, O Namoro, O Casamento, Teatro de Títeres, em *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis;* A partida, D. Carlota e Nobres, em *A Corte de D. João* no *Rio de Janeiro* são páginas evocativas que, lidas uma vez, se gravam como realidades que os nossos olhos tivessem testemunhado.

A descrição da Missa dos Barbadinhos; o capítulo da Modinha e dos Seresteiros; a descrição dos *garçons* de café, lidando com as bandejas cheias

de xícaras, enfim todo aquele maravilhoso repositório de cenas e costumes cariocas que transborda pelos três volumes de *O Rio de Janeiro do Meu Tempo* é história de feitio novo, história que entra pelos olhos e que fica indelével na memória, justamente porque, na memória penetrou pela melhor porta que ela possui – os olhos.

Não resisto à tentação de ler aqui A Tragédia do Cordão – Estrela dos Dois Diamantes, do terceiro volume de *O Rio de Janeiro do Meu Tempo.* É uma página viva, flamante, atordoadora. Ouvi-a, meus senhores:

O escritor esboça o panorama do Carnaval carioca. No domingo, o cordão carnavalesco Estrela dos Dois Diamantes seguiu da Cidade para Botafogo. Ao dobrar a curva da rua Marquês de Abrantes, é agredido, de surpresa, pelo cordão Filhos da Primavera, que ali ficara de tocaia. A luta é brutal, à faca e a tiro. Caem mortos duas figuras da Estrela dos Dois Diamantes – o Angelino Gonçalves – o Boi e o Jorge dos Santos, sem alcunha carnavalesca. Os corpos são levados para o necrotério, na Praia de Santa Luzia, junto da Santa Casa.

No dia seguinte, segunda-feira, o enterro.

É justamente a descrição do enterro, a página arrebatedora.

Ouvi-a:

> Os da Estrela dos Dois Diamantes deixam a morgue organizando o préstito mortuário, com o seu estandarte envolto em crepe, as caixas de rufo teatralmente em funeral, embora os sócios dentro das fantasias as mais escandalosas e berrantes. Os caixões, negros e pobres, vão à frente. A seguir, numa carreta, flores, palmas, coroas e grinaldas. É uma homenagem simples, porém tocante. Desde o préstito, que é numeroso, caminho do Catete. Pelos lugares por onde passa, o povo, reverente, se descobre. As senhoras persignam-se. Rezam. Se a tragédia afligiu toda a cidade! À janelas das casas chega toda uma multidão de curiosos para gozar o quadro singularmente sombrio e melancólico. Vai o bando lúgubre e silencioso roçando as calçadas do Largo da Glória, quando, súbito surge-lhe pela frente, carregando pendões carnavalescos, caixas de rufos, bombos e tambores, um povaréu enorme, que ondula. São várias agremiações congêneres que, em peso, querem, também, homenagear os heróicos batalhadores de Morno, no campo da "Honra" e do "Dever" colhidos pela Morte...

Os jornais da época dão o nome dessas associações. São elas: *Filhos do Poder do Ouro, Destemidos do Catete, Maçãs de Ouro, Rainha das Chamas* e *Triunfo da Glória.* É um espetáculo magnífico. Verdadeira mobilização de mascarados. Centenas e centenas de homens vestindo as mais berrantes e excêntricas indumentárias de carnaval, com a cara pintada, com sacos de confete a tiracolo, pacotes de serpentinas debaixo do braço, estandartes policromos desenrolados no ar, manchas violentas e alegres de cor num cenário de luto e de tristeza. Formados em continência, deixam passar os esquifes onde repousam os mortos. Depois, incorporam-se à massa espessa dos acompanhadores.

Pela Rua do Catete segue o formigueiro humano, caminho de Botafogo, em passo ritmado. De quando em quando novas adesões aumentavam a cauda viva, que se encaminha para o cemitério. Mais povo. Mais carnavalescos. Chega a impressionar a majestade do séqüito pomposo com que nunca sonharam ter, um dia, Angelino Gonçalves, vulgo Boi, e Jorge Santos, sem alcunha carnavalesca. E vão a marchar, todos, assim, caminho de Botafogo, quando um dos ranchos tem a idéia de fazer soar, sobre a pelica de seus tambores, rufas melancólicos, em ritmada e fúnebre surdina: pram... pram... pram... pram...

A idéia é amável. Agrada. Outros ranchos imitam-na. Rufam também: pram... pram... pram... O ruído dos passos, nas calçadas, é vencido pelo planger das pelicas que as vaquetas barulham. Ganha um pouco de vida a comitiva enorme. À frente, sempre os dois negros ataúdes que *dominós, diabos, clowns* e pierrôs carregam.

Vão todos em marcha lenta, mais ou menos dispostos e aprazidos, quando rompe uma voz misteriosa, num cristalino canto que se eleva, em adágio magnífico... E, logo, acompanhando-a, o cavo e surdo rumor de instrumentos de sopro...

A toada impressiona. Comove. É profunda. É serena. A princípio desenha angústia. É pranto e é sofrimento. Depois desenrolada, ganha um ímpeto mais vivo, mais decisivo. Aquece. Arredonda-se. Alteia-se. Destaca-se. Domina. Ouvem-na, todos curiosos. Depois, subindo sempre, rebenta, num crescendo suavíssimo, num coro harmonioso, um coro a *boca chiusa,* que vai, também, por sua vez, avolumando-se, crescendo... Aqui, ali, acolá; já clangoram instrumentos. Esse clangor aumenta. É quando entra, animando-o, a

bulha singular dos reco-recos. E dos pandeiros e chocalhos. Dentro de pouco tempo o cantar ensurdece, de tão forte. Toma corpo. Ascende. Transforma o ritmo da solfa, que resvala para um motivo sincopado. Já alegre. E profano. E irônico. E canalha. É o samba! As mulatinhas começam a rebolar as sobras dos quadris, saracoteiam negras crioulas de grandes saias rodadas, fazendo tremer a gelatina dos seios flácidos e disformes; pardavascos, agitados, raspam, com fúria, fundos de pratos e *reco-recos.* Agitam-se pandeiros. Os estandartes rodopiam no ar... Grita-se a mascarados, *princesses e velhos,* que batem a chula marchando na calçada:

– *Corta a jaca! Castigo do corpo! Trama! Remelejo!*

Vozeria. Clamor. Desencadeia-se a Folia. Delírio. A loucura é geral. Quando chegam ao cemitério, os funcionários da Santa Casa entreolham-se espantados. Entram os dois caixões aos boléus, os mascarados que os carregam aos empurrões, aos evohés! À frente deles, já passou um bando de *índios* emplumados, de arco, flecha e tacape, cantando, silvando, vivendo em fogo a pantomima dos seus bailados singulares.

Quando a cova úmida e fria recebe os corpos que se enterram e cruzam no ar *confeite* e serpentinas, o cemitério está coalhado de máscaras, de fantasiados álacres, que se agitam, massa colorida que se esparrama, fala, ri, barulha, gargalha, entre cruzes de pedra, ciprestes, anjos de mármore que abençoam, lousas, urnas funerárias e salgueiros... E há quem cante. E quem dance...

Sabbat magnífico! Morno domina seus muitos amados filhos, soberbo e colossal, do seu trono invisível. É quando se vê um folião representando a figura da *Morte,* na sua negra e sinistra indumentária, tendo na mão esquerda um crucifixo de prata e na outra uma tíbia, talvez autêntica achada no lugar, subir para um mausoléu de granito, gritando forte aos carnavalescos que o saúdam, como se fosse ele a própria alma carioca, que ali estivesse a gritar, cheia de sinceridade e de vigor: *Viva* o *Carnaval!*

O FALSO XENÓFOBO

Sr. Luís Edmundo: propalam por aí as bocas maldizentes que nos vossos livros de história existem jaças de xenofobia.

Será isso verdade? Eu sou dos que leram a vossa obra da primeira à última página. É falsa a insinuação.

Se tendes algum pecado como escritor, esse pecado é o da revelação de uma tocante simpatia pelo que é estrangeiro, sobretudo pelo que é de Portugal. Pouca gente, no Brasil, escreve mais à portuguesa do que vós. A nossa maneira, a maneira brasileira de escrever é inteiramente diferente da vossa. Escreveis pelos moldes lusitanos. E sabeis disso melhor do que eu. Tenho guardado, entre os meus papéis, aquela carta que me escrevestes há uns bons vinte anos, de Paris. Eis um trechinho dela:

> Ah! como eu quisera escrever brasileiro como vocês escrevem! Quisera, mas, não posso. Culpa de meu pai que assim me educou. Meu filho, como os de sua geração, já não será assim. Minha infância e minha adolescência foram invadidas, encravelhadas pelos clássicos lusos. Saí da fôrma como sou. Além disso é preciso contar com o ambiente português em que sempre vivi, parentes e amigos portugueses. Viagens a Portugal. Muitas viagens! Às vezes, é confissão sincera, tento escrever como vocês, brasileiramente, mas, nada sai. Não mudo. É como se eu quisesse mudar a cor dos meus olhos.

Vossos livros estão carregados de expressões que só se usam em Portugal, de modismos e de idiotismos portugueses. "Foi jantar *para* um restaurante"; "foi residir *para* Londres" são frases que usuais freqüentemente. O verbo *mercar,* desusado no Brasil, salta muitas vezes dos vossos períodos. *Algibebe,* palavra de que nós até desconhecemos a existência, lá está em *O Rio de Janeiro do Meu Tempo,* para indicar o homem que vende roupa feita. Encontrei uma *manchasita de sol* em *A Corte de D. João* no *Rio de Janeiro. Manchasita* é palavra que um brasileiro autêntico não dirá nunca. Encontrei um lusitaníssimo *escadote,* em vez de *escadinha* brasileira. Usais *mamã* quando é *mamãe* que usamos. *Quando calha,* muito do uso dos nossos irmãos de além-mar, vive à vontade nas vossas páginas.

Humberto de Campos teve razão quando afirmou que sois um legítimo poeta português, na técnica e na inspiração. E prova incontestável desse lusitanismo é o vosso sotaque alfacinha. Quem vos ouve, quem vos ouviu

agora nesta sala, teve a impressão de que acabou de ouvir um português chegado há poucos dias de Lisboa.

Na vossa casa predominam as coisas portuguesas – livros, quadros, porcelanas, louças e raridades.

Nos vossos livros há sempre justiça à terra e ao povo lusitano, quando é preciso fazê-la. Há páginas e páginas de exaltação à literatura portuguesa, à arte portuguesa ao heroísmo português, à operosidade portuguesa, à simplicidade portuguesa. Em certas ocasiões transformais-vos em franco advogado da gente lusa. Uma delas é quando a defendeis dos ataques de Deocleciano Mártir.

Não escondeis um instante a admiração aos grandes homens de Portugal. Camões, Bocage, Camilo, Eça, Ramalho, Antônio Nobre, Fialho, Júlio Dantas são figuras do vosso culto literário. Causa emoção à gente a ternura com que traçais os perfis de Artur Costa, Julião Machado, Henrique Chaves, Salamonde, figuras portuguesas que deram ao Brasil o que tinham de melhor no espírito e no coração.

A HISTÓRIA BRASILEIRA DO BRASIL

Sr. Luís Edmundo. A vossa xenofobia não existe. Não sois inimigo do estrangeiro. O que sois é amigo do Brasil. O que sois é historiador nacional, historiador brasileiro da História do Brasil.

É preciso dizer isso com tom de redundância – historiador nacional, historiador brasileiro da História brasileira do Brasil.

A história brasileira do Brasil é coisa nova. O que havia, pode-se dizer, até meio século passado, era a história portuguesa do Brasil. História de vice-reis e capitães-mores, enfadonha, pesadona, indigesta, que fazia, nas escolas, que as crianças ferrassem no sono.

O Brasil, visto através de semelhante história, era uma entidade incolor, apirica, sem vibrações, sem culminâncias, sem majestade. Tudo o que havia de grande era português. A Portugal pertenciam todos os surtos de heroísmo, todas as expressões de valor moral, todas as culminações, todas as epopéias.

Do Brasil, só a terra valia alguns patacos. O brasileiro apenas recebia os benefícios da colonização; com virtude alguma concorria para que as claridades civilizadoras se derramassem no país. O brasileiro era coisa secundária,

inferior, sem papel no grande drama político-social que se vinha desenrolando e tão indolente e tão estéril que não sabia, sequer, ganhar dinheiro, para construir, ao menos, a sua fortuna material.

Esse conceito que, durante séculos, foi a moldura desgraçada com que nos apresentavam ao mundo, teve tal luxo de apresentação e calou tão fundo no espírito europeu, que até hoje, do espírito europeu não o conseguimos retirar inteiramente.

A história, que assim nos apresentava, era a história feita por áulicos e validos dos reis, a única que existia, escrita sob a tutela e sob a freio da Corte, firmada unicamente na documentação que convinha aos colonizadores.

O 7 de Setembro não melhorou a situação. O reinado de Pedro I não permitiu que a inteligência brasileira alçasse o vôo da independência espiritual. Mais tarde, no segundo reinado, já eram brasileiros os historiadores, mas (as exceções são raras) acanhados, tímidos, medrosos. O sangue bragantino, que ligava o nosso monarca à raça dos colonizadores, como que representava um constrangimento no arrojo dos comentários. O caso de Joaquim Norberto é típico. Munido do melhor material que se pode ter para historiar a Inconfidência, o autor da *História da Conjuração Mineira* não teve a coragem de dar a Tiradentes o papel que ele, de fato, encarna no cenário liberal do Brasil.

Só na República os historiadores deixaram de ser os cronistas d'elrei. Só na República conseguiram realizar a história brasileira do Brasil. Os Capistranos, os João Ribeiros, Os Manoel Bomfim, os Rocha Pombos, os Rodolfo Garcias, os Basílio de Magalhães, os Oliveira Viana, os Tobias Monteiros, os Roberto Simonsen, os Sérgio Buarque de Holanda, os Afonso Arinos de Melo Franco, os Gilberto Freire, eles e Luís Edmundo, deram um sentido novo à história pátria. Deram o sentido americano, o sentido brasileiro que ela não tinha.

Desintegrada de Portugal, formando um caldo de cultura à parte em nossa própria terra, a história nacional tomou um porte que antigamente ninguém imaginava que ela tivesse.

O que dava a todo o mundo aparência de insignificância iluminado pelo clarão da análise, tomou vulto de grandeza. As "bandeiras" que se apresentavam como aventuras sertanejas de somenos, adquiriram o esplendor de epopéia. Adquiriu imponência a bravura brasileira na luta contra os flamen-

gos. Os "emboabas" e os "mascates" classificados de motins passaram a ter o seu verdadeiro significado – o de manifestações de autonomia. A Inconfidência deixou de ser uma insubordinação inferior como insistiam em classificá-la, para ser uma maravilhosa refulgência de idealidade. A abdicação, reles movimentos da ralé, aproveitados por políticos ambiciosos, passou a ter a significação de verdadeiro advento da Independência.

Os homens adquiriam os seus verdadeiros planos. Aimberé e Cunhabebe, meros silvícolas sanguinários, destacaram-se como os vanguardeiros, da resistência, contra o invasor. Anchieta foi integrado no seu grande papel – o de primeiro mestre do Brasil. Henrique Dias, Camarão, Vidal de Negreiros tiveram o heroísmo aferido com o entusiasmo. Tiradentes conseguiu a redenção patriótica. Não é mais o indiscreto como o apresentavam – é o arrebatado, como na verdade foi; não é o insensato – é o herói; não é o despeitado – é o idealista, não é o insatisfeito – é o iluminado.

Vieram para o primeiro plano as figuras radiosas de Padre Roma, de Domingos José Martins, de Frei Caneca, que ainda não tinham tido o iluminamento da fama que os seus feitos liberais exigiam.

Sr. Luís Edmundo, vós sois dos que mais fizeram para que a História do Brasil tivesse o seu 7 de Setembro. Sois dos que o arrancaram da mansão européia onde ela era apenas uma dependência, um puxado insignificante, para incorporá-la na vastidão americana, onde ela vive autônoma, dentro da sua própria casa, dignificada pelo valor dos que a fizeram na guerra imolando sangue heróico, dos que fizeram na paz com o fulgor da inteligência.

Não sois xenófobo, não sois jacobino. Sois unicamente historiador brasileiro da História do Brasil.

O QUE TARDOU

Sr. Luís Edmundo: por onde andáveis que só agora chegastes a esta casa?

Há muito tempo, debaixo destas telhas, vinha sendo desejada a vossa presença.

Embora lá fora não se acredite, cobiçamos e até mesmo disputamos as figuras que devem compor a nossa família, quando elas têm o encanto da vossa sensibilidade mental e os ornamentos fascinantes do vosso espírito.

Aqui dentro tudo é simples e tudo se processa pelas formas comezinhas. Não é a nossa vaidade que faz da Academia o Olimpo das letras pátrias, onde se agitam deuses; é a imaginação dos que estão lá fora. O conceito de imortalidade só existe na fachada desta Casa. Aqui somos os mais terrenos dos homens, e, às vezes, somos até boas criaturas.

Como seres humanos ouvimos os rumores do mundo. As nossas janelas se abrem como as outras janelas para que os raios de sol possam entrar livremente. As nossas telhas tem antenas para captar toda a sorte de sonoridades intelectuais.

E foi justamente esse nosso feitio nada de divino, inteiramente humano, que nos fez cobiçar a vossa companhia, Sr. Luís Edmundo.

Pelas nossas janelas abertas entravam em rajadas os clarões das vossas virtudes de escritor. Zoavam sobre as nossas cabeças as vozes que vos aclamavam nas ruas.

E nós quisemos que aqueles clarões viessem irradiar aqui dentro e que aqui dentro ressoassem aquelas vozes.

E reunidos, em família, dizíamos de quando em quando uns para os outros.

– Por que é que ele não vem? Por onde é que ele anda que não acerta o caminho desta Casa?

Não sei, Sr. Luís Edmundo, se, lá fora, percebestes os nossos acenos. A verdade é que os fizemos e muitos.

Quereis uma prova? Só batestes a esta Casa uma vez, uma única. E mal acabastes de bater abrimos, para vós, de par em par todas as nossas portas.

Por que tardastes tanto, Sr. Luís Edmundo?

Discurso do
SR. RODRIGO OCTAVIO FILHO

e

Resposta do
SR. PEDRO CALMON

Sessão solene extraordinária
do dia 19 de junho de 1945

I

DISCURSO DO SR. RODRIGO OCTAVIO FILHO

Honra tamanha jamais experimentei, e, pela exaltação com que vos falo, ao encontrar-me convosco neste instante, não sei como exibir-vos humildade na confissão do meu reconhecimento.

Venho de extensa caminhada, vencida passo a passo na piedosa devoção às Letras, a que me conduziram o estímulo recebido de meu Pai e de outros mestres, a convivência amiga de iluminadas criaturas e a solicitação fascinante de livros – que, num elo de presenças benfazejas, povoaram, como privilégio, a paisagem feliz de toda a minha vida.

No labor quotidiano do espírito, foi-me constante a aspiração à vossa companhia, e, bem o sabeis, nenhum de vós – mesmo os que desde o verdor dos anos mais vivamente acalentaram a esperança das dignidades acadêmicas – teve, no plano sentimental, razões tão fortes para pleiteá-las num momento azado, como as que me desafiaram as incertezas na hora em que vos formulei os meus desejos. Há, por isso, grande bênção na distinção da minha escolha.

Não procurarei, senhores acadêmicos, diminuir aos vossos olhos a minha gratidão. Impossível seria evitar que transparecessem das minhas palavras os sentimentos que nem o silêncio oculta: os da emoção. Mas, se reconheceis em mim homem sincero, de vida simples e perturbada sempre pela afetividade, bem podeis avaliar como nesta noite e nesta Casa me deve ser profundo o bater do coração.

Recebei-me, entre vós, reconhecido. Dou-me em penhor da confiança expressa no sufrágio. Entrego-vos, sem reservas, o que valho. Se não vos basta

às exigências, podeis ter a certeza de que vos trago na alma as mais belas promessas formuladas, e não descansarei no empenho de dignificar as tradições dos nomes valorosos que se aliam à Cadeira em que me vou sentar.

No transbordamento destas horas, minhas idéias se entremeiam num rendado de fios de saudades e alegrias; mas, no contentamento em que vos agradeço, nem sequer podem sorrir meus lábios; na sucessão de vosso inesquecível companheiro, há para mim glórias e honrarias, há vibração e encantamento, há tudo, menos festa.

Sim. Esta noite a meus olhos é tão engalanada, que vacilante e deslumbrado – um pouco cego, talvez, nas penumbras das reminiscências –, trouxe até aqui, para guiarem-me os passos e receberem comigo o que lhes cabe deste quadro, os vultos de Tavares Bastos e Rodrigo Octavio.

Não fui buscá-los por dever apenas, nem os encontrei em lonjuras ou estranhas plagas, que os tenho sempre em mim, no coração e no espírito. Venho com eles no melhor percurso que os bons fados, nas Letras, me podiam reservar; e é graça para mim recordá-los agora, nesta nobre tarefa que a admiração e os sentimentos simplificam.

Procurarei reviver diante de vós as figuras notáveis do patrono e do fundador da Cadeira 35. São dois destinos ligados por um grande afeto. São vidas gêmeas que percorrem o tempo em seqüência luminosa, como duas etapas fulgurantes de uma só devoção ao poder construtivo da inteligência humana, posta ao serviço do progresso das idéias, das instituições e do bom entendimento entre os povos das Américas e do mundo.

Aureliano Cândido Tavares Bastos, natural das Alagoas, apareceu surpreendentemente no cenário nacional, depois de conquistar o título de doutor em Direito e embrenhar-se nas lutas políticas da Província, de onde veio eleito para a Câmara.

No desempenho ardoroso do mandato, ele – o mais moço dos parlamentares, com apenas 22 anos, que pareciam menos em seu físico franzino – começou a trabalhar intensamente e não tardou a romper em fundamentada oposição ao ministério.

Firmou-se logo sob o espanto dos que viam surgir na arena criatura de tão pouca idade, a revelar espírito que mais parecia o de um velho estudioso

de assuntos políticos e administrativos; e a ostentar coragem só conhecida em batalhadores encanecidos na aspereza das contendas partidárias.

As obras com que ficou vinculado às Letras nacionais são tesouros de lutas, advertências e proposições. Todos os seus escritos tinham alvo certo, e, como finura essencial, a da agudeza das setas. Não há neles preocupação de efeitos literários: – a grandeza é a própria alma tempestuosa do autor; e o encanto, sua amargurada ternura por todas as coisas do Brasil.

Faltou-lhe espaço, na existência, para brotar, florir e frutificar toda a sementeira do incessante estudo; mas bastaram os sólidos ensaios desenvolvidos em *Os Males do Presente e Esperanças do Futuro, Cartas do Solitário, O Vale do Amazonas, A Província* e *A Situação e* o *Partido Liberal,* para sagrá-lo escritor.

Um conterrâneo ilustre – Carlos Pontes – talhou-lhe a estátua biográfica.

Nesta Casa, erigiu-o patrono um fundador que o conhecera, através de ardente amizade familiar, testemunhada em plena meninice, de que nos falou um dia, ao recompor o quadro dos seis anos de idade.

Escutai a narração singela de Rodrigo Octavio:

> Na volta desses passeios, quase sempre havia uma parada na casa em que morava Aureliano. Meu Pai entrava e lá se deixava ficar.
>
> Eu me quedava brincando no jardim, separado por um muro, por cima do qual sobravam longas folhas de bananeira. A filha desse grande amigo de meu Pai, que regulava comigo em anos, vinha fazer-me gárrula companhia, enquanto altas questões de interesse nacional e de política retinham em palestra os interlocutores. Afinal, apareciam os dois no alto da escada. Figura plácida, rosto pálido, circundado de umas barbas pretas, ralas e curtas, olhos brilhando através dos vidros de um *pince-nez* de ouro, vestido de brim, como tudo vejo ainda. Aureliano era de pequena estatura, e, junto de meu Pai que era bastante alto, parecia ainda menor. Eu subia as escadas para o cumprimentar e recebia nas faces rosadas a carícia de uma leve palmadinha. Hoje conheço o valor dessa mão que me acariciava.

E eis como principia, senhores acadêmicos, a história da escolha de um patrono...

O MENINO DE CAMPINAS

Na pequena casa n.º 23 da Rua da Matriz Nova, em Campinas, morava gente modesta e austera. Foi lá que, no dia 11 de outubro de 1866, nasceu Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses.

O ambiente bom e burguês, mas restrito, da incipiente cidade paulista, compensava-se pelo clima espiritual do lar em que viera ao mundo.

Era a casa do avô – Dr. Theodor Langgaard, dinamarquês de nascimento. Recém-formado em Medicina, casara-se em Copenhague e, aventurando-se por mares tormentosos, em 1842 chegara ao Brasil, para exercer a profissão.

O pai – Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Meneses, natural da cidade da Barra, um belo tipo de baiano das margens do São Francisco, alto, espadaúdo, de cabelos crespos e escuros, de olhar meigo, inteligente e culto, foi advogado hábil, orador fluente, político vibrante e liberal apaixonado.

E, junto às atenções desses dois homens respeitáveis, havia os excessivos carinhos maternos a despertarem nele o gênio de afetividade, que foi o de sua vida inteira.

Assim ungido, viveu Rodrigo Octavio quatro anos, em Campinas, de onde veio para a corte.

Criança ainda conheceu a Bahia, em visita a parentes; e o Paraná, acompanhando o pai que fora nomeado Presidente da Província.

De volta do Sul, vence os preparatórios no Rio e em Vassouras. Ao concluí-los, vestia luto pelo pai.

Com a mente latejante de ambições literárias, parte para São Paulo, a fim de bacharelar-se em Direito. Ganha um ano do curso, prestando exames no Recife. Ao diplomar-se, faltava-lhe, também, o avô.

Transformara-se a vida. Nuvens pesadas sombreavam-lhe o destino. Fortalecido pela cultura e plenamente iniciado nos segredos literários, animavam-no as esperanças e o gosto de lutar.

Não o atemorizava, portanto, o deserto. Na caravana que partia, escutava, em derredor, a canção dos aventureiros – os amigos das repúblicas e dos bancos acadêmicos. E, além disto, divisadas pelas ameias das torres da sabedoria, as superfícies da terra são mais planas e as distâncias menores.

Ao deixar a Faculdade, agradeceu comovido à extremosa mãe, por sempre o haver encorajado e lhe ter permitido concluir os estudos, buscando os meios em ingentes trabalhos. A ele cumpria, doravante, ampará-la; mas ampará-la sem se desviar da predestinação de jurista e homem de letras.

Bacharel. Bom filho. E era já o poeta.

PAIXÃO DAS MUSAS

Canta, minha alma, canta! neste mundo
quando se canta vai melhor a vida...

Versos de mocidade, revelação introdutória que, por isso, ficam bem de epígrafe ao itinerário poético do autor.

A alegria de viver, o sofrimento, a angústia, o amor e a morte, os encantos e os mistérios da natureza, toda a matéria prima da existência humana constituem a substância da sua poesia.

Sim. Rodrigo Octavio – o que por seu esforço e talento se fez memorialista, contista, novelista, ensaísta, historiador, mestre, jurista, magistrado, internacionalista – foi, antes de tudo, poeta e bom poeta.

E o foi por consonância, em parte, com a sua geração literária; embora muito mais, é certo, pela sensibilidade rendilhada, pela ternura, pela altitude e universalidade da imaginação, pelos primores estéticos da síntese em que nele se cristalizavam idéias e sentimentos incontidos.

Curvou-se, deste modo, à força criadora de um espírito privilegiado, que respirou intensamente a atmosfera literária do fim do século XIX.

Mas, desdenhando um pouco a vocação, pela vida afora, não deu Rodrigo Octavio, às musas, a força mestra de sua inspiração. Muitas existências teria de sorver para a fundo dispor das reservas ricas e variadas de uma personalidade por tantos pólos magnetizada.

Foi, por isso, que, se da poesia – forma de expressão literária que o empolgou no ardor da mocidade – não fez, no correr dos anos, um santuário de orações diárias, nela todavia encontrou culto fervoroso para expansão litúrgica de mananciais artísticos. Se a tratou de perto até o fim da vida, se aos setenta anos escreveu e publicou três rapsódias de tanta exuberância lírica, é

porque nasceu com um tesouro de musas e, por tal familiaridade, sempre lhes cedia à presença imprevista, como que deslizando fortuitamente pelas margens vicejantes do curso atribulado de seu caudaloso e fertilizador destino.

A ESTRÉIA

A ser poeta, só poeta, por certo se sentiu tentado.

Na estréia, não lhe faltaram palmas. Com vinte anos, pela imprensa de 1886, leu, de Machado de Assis, que já lhe admirara o pai, esta critica medida, que era também a certidão de batismo do escritor:

> Rodrigo Octavio de Oliveira Meneses foi um nome distinto nas Letras e na Política; a morte o levou muito cedo. Ei-lo que ressuscita na pessoa de um filho, moço poeta, que estreou agora com um volume denominado *Pâmpanos.*
>
> São versos de 1884, 1885. Tem pouco mais de cem páginas; e não são precisas mais para conhecer um talento. O Sr. Rodrigo Octavio o tem sincero, espontâneo, e fará brilhante carreira. Sabe sentir e sabe exprimir o que sente, em versos puros e bem trabalhados, mas trabalhados sem esforço, o que é melhor. Não se percebe a lima.

Lúcio de Mendonça fez análise elevada: apontou-lhe os méritos, sem esconder algumas restrições, aliás seguidas de conselhos bem cabíveis. Proclamou, contudo, que "pondo de parte os *Sonetos e Poemas* de Alberto de Oliveira, livro esse de verdadeiro poeta – ainda não tivemos ocasião de receber nesta secção de *A Semana* nenhuns outros versos melhores, nem tão bons como estes de *Pâmpanos;* e, como exemplo estampa o soneto:

NAS MARGENS DO PARAÍBA

Que esplêndida paisagem! Sonolento
Desliza o Paraíba tremulante;
Um manto azul sem fim, o firmamento,
A serra, um grande vale deslumbrante.

Os pássaros em bando a cada instante
Curveteiam, nas árvores o vento
Brinca, e tudo parece a triunfante
Encarnação de alegre pensamento.

E enquanto a natureza regurgita
Em festas, e da abóbada infinita
Como límpida fonte, jorra a luz,

Ao sol abrasador do meio-dia,
Vai descendo arquejante a serrania
A fila dos escravos seminus.

A Machado de Assis e Lúcio de Mendonça juntaram-se, no elogio do poeta novo, outros críticos, que o saudaram em público, transcrevendo-lhe os versos e assegurando ao estreante, num relance, a condição de cavaleiro armado no torneio das Letras nacionais.

O caminho estava aberto e a esse tempo seduzia-o a miragem.

No ano seguinte, em *Poemas e Idílios* reuniram-se as novas produções. Continuidade apenas. Não havia distâncias nem desvios. No mesmo teor, obedientes à mesma inspiração e técnica parnasiana, eram todos os versos, ressaltando-se os alexandrinos, manejados com mestria; as cadências e rimas, à moda da época, marteladas com impecável precisão; e a linguagem perfeita e colorida, a compensar, pelo estilo, o limitado acervo do que se permitia introduzir, como temas e imagens, na composição.

BOÊMIA

A falta de um emprego, ardentemente pleiteado, e a vida boêmia nos meios literários da Corte, à qual Rodrigo Octavio, na exuberância da mocidade, já se ia habituando, deram asas ao poeta.

Apadrinha-o Raul Pompéia, e é logo admitido à convivência do grupo de *A Semana*, em cuja sala de trabalho invariavelmente às tardes se encontra-

vam artistas e escritores. Valentim, Lúcio, Olavo, Guimarães crescem-lhe na amizade, nesses íntimos encontros quotidianos.

Do que lhe valeu tão boa companhia, ele nos dá fiel noticia:

> Nesse meio de benéfica emulação trabalhei, compus versos, poemas e contos; começou meu nome a aparecer nas crônicas e reportagens literárias; os jornais disputaram a minha colaboração. O próprio "grande órgão", de tão difícil escalada, dignou-se olhar para mim; acolheu diversos trabalhos meus e, a pedido do seu redator-chefe, escrevi um artigo para Sexta-feira da Paixão, que teve as honras da primeira coluna...
>
> Na Rua do Ouvidor, eu era apontado com o dedo, quando passava, louro e imberbe, entre a gravata rubra do Mallet e a agitação do Paula Ney.
>
> Era positivamente a glória; e eu, triunfante e festejado, na exaltação da minha mocidade e do meu entusiasmo, não me deixava surpreender, pensando, nas horas de recolhimento, como, ao contrário do que parecia, era coisa fácil a glória...

O DESTERRADO DE SANTA BÁRBARA

Toca-lhe, porém, a cobiçada nomeação: É feito promotor em Santa Bárbara, pequenina e sossegada cidade do interior mineiro. A viagem deslumbra-o e diverte-o em tantas peripécias. Deixara, ao partir, em 1888, "uns olhos e uma bondade" que já lhe haviam prendido o coração e traçado, na fatalidade do destino, a linha de sua vida: aquela que lhe foi a esposa, tão bonita, morena e doce criatura, inteligente companheira que teve sempre ao lado, amparando-lhe o desalento e sorrindo à sua glória.

Moço e pobre, desde que se formara em São Paulo, com vinte anos de idade, andava preocupado com o futuro e fitava, afinal, o incerto momento da partida, aquele em que a inexperiência muita vez ensina o caminho dos abismos... E o início da vida profissional é entrada pelo desconhecido, que tanto tem de sonho como de pesadelo. É o invisível que assusta. Mas é também a esperança que anima.

Movia-o, em tudo, a compreensão do dever de trabalhar e repartir o ganho com a mãe, que, apegada à agulha de coser, lhe dava tempo para achar o rumo.

Mas, lá em Santa Bárbara, mais que promotor, Rodrigo Octavio foi poeta. Pouco abria os livros de Direito, pois o que trazia de ciência bastava à vida judiciária local. E fez versos, versos, muitos versos, dando expansão à infinita capacidade de sonhar.

Bailava-lhe no espírito a fantasia dos 21 anos e, envolvido pela paisagem de esplendor estimulante, achara o isolamento que lhe permitiria descer bem fundo dentro dos sentimentos e idéias do intelectual que nele se plasmara.

Contempla, indaga e formula pensamentos. A beleza e a complexidade do visível e do invisível arrastam-no a nova fase de labor literário. Lê muito, escreve sempre; esgota a provisão de livros, mas vale-se das bibliotecas e coleções particulares. A emotividade tortura-o naquele áspero desterro –, coroa de espinhos para o seu feitio afetuoso.

O poeta divide-se. Nesse estado d'alma, compõe uma novela e esboça um drama em verso. Mas em tudo é poeta.

Sonhos Funestos – drama de assunto colonial, só vem a lume oito anos mais tarde. É vigoroso e tem forte impregnação das idéias evocadas pelas visões pungentes que rodeavam as paisagens em que o autor se perdia na "triste contemplação daqueles campos sáfaros e daquelas colinas devastadas, revestidas de pequenos montões de cascalho e pedra, numa argamassa indestrutivelmente amolgada pelo suor e pelo sangue dos insubmissos e exploradores gananciosos".

No trabalho de talha, o poeta se engasta nos relevos da obra, pois a miúdo lhe empresta, para modelo, o seu estado d'alma.

Angustiado, cheio de saudade dos que ficaram longe, perdido na poesia de um isolamento quase monástico, naquele ambiente tão propício às cenas cujos personagens eram antigos companheiros de sua "insônia romântica", ele se exprime pelos lábios da sonhadora Luzia:

Deve ser por aqui minha gruta encantada...
Nesta escarpa talvez... talvez nesta quebrada...
Minha estrela bendita há de mostrar-ma ainda...
Tenho fé... que não mente uma visão tão linda,
Que não me engana o sonho eterno que me prende,
Que brilha dentro em mim como uma estrela esplende
Na infinita savana azul do firmamento...
.....

Aos cumes subirei mais altos e escarpados
E hei de a gruta encontrar dos meus sonhos doirados...
.....

POETA A VIDA INTEIRA

Santa Bárbara foi questão de longos meses. Como Juiz em Nova Iguaçu, vem para mais perto. Proclama-se a República e Campos Sales, filho de Campinas, dá ao conterrâneo a interinidade em comarca de relevo – Paraíba do Sul –, que lhe exigiu trabalho e estudo fatigantes. Casara-se, havia pouco, e, no lar feliz, desfruta de clima ensolarado e assossegadas horas para plantar o marco inicial da vocação de homem público e jurista, em que, contudo, não se apagou como escritor.

De fato, a vida longa e de incessante e polimorfa atividade intelectual permitiu-lhe legar, dentro do volumoso acervo literário, vasta e esmerada produção poética. Muita coisa jaz esparsa em jornais, revistas e álbuns de família; e em seu arquivo guardam-se muitos e muitos inéditos preciosos, que o autor jamais quis divulgar, pois eram jóias suas, montadas unicamente para as festas íntimas.

Reparai como é belo o "Ouvindo Beethoven", saído da *Renascença* para as páginas das antologias:

Quando os teus dedos ágeis ao teclado
Despertam, num sussurro, as tristes notas
Dessa estranha harmonia, eu sou levado
De um triste sonho às regiões ignotas.

Deixo o mundo; só tu vens a meu lado,
Tu somente, e deixando, embaixo, grotas,
Serras, cidades, campos, fujo, alado,
Da fantasia pelas ínvias rotas...

E vejo um sol na tela purpurina
Do ocaso e subo ainda, penetrando,
Alfim, do céu no páramo profundo.

E então escuto, pávido, a argentina
Voz das estrelas trêmulas, falando
Sobre as coisas tristíssimas do mundo.

Como tradutor, ei-lo a transportar para o vernáculo, entre muitos, este *Intermezzo* de Heine:

Os homens por crueldade
Me tem causado aflição...
Alguns por muita amizade,
Outros, por muita aversão...

Duplicaram minha idade,
Envenenaram-me o pão...
Alguns por muita amizade,
Outros por muita aversão...

Mas essa, cuja saudade
Me atormenta o coração,
Nunca me teve amizade,
Nunca me teve aversão...

De seus poemas, poucos tiveram as galas da impressão.

Coração de Caboclo – episódio dramático, de inspirada ternura – finda com estes versos:

É no perdão do mal que nos é feito,
É na renúncia, é no desprendimento,
Que a miséria da vida encontra alívio...

"Vera" – filha querida, dor sem consolo, saudade sem remédio – prostra-o de joelhos a orar em pranto:

Não se morre de dor... Dentro em meu peito
Senti partir-se o coração ferido;

Fugiu-me a vista; as forças me faltaram,
E num fragor, alucinante e hórrido,
A casa e o céu e as coisas do Universo,
Tudo desmoronou sobre o meu corpo...
E não morri... Do meio dos destroços
Desse tremendo, horrível cataclismo,
Saí com vida, ressurgi com alma...
Não se morre de dor...

"Les Rhapsodies"; "Le chant des eaux"; "Le roman du vieux tronc"; "La voix du minaret", três poemas em prosa compostos diretamente no mais puro francês, foram escritas distantes meio século da publicação de *Pâmpanos,* decantados, aos vinte anos do poeta, pelas palavras consagradoras de Machado de Assis.

E agora, aos setenta, lede Duhamel – um mestre universal –, prefaciando-lhe a obra:

> *J'aime ces petits tableaux aux proportions mesurées, j'aime cette voix égale, fraternelle, qui nous arrive, portée par des brises, de lautre face du monde, et qui, pourtant, nous entretient de nous-mêmes, de ce que nous aimons, de ce que nous voulons sauver dans le désordre des temps.*
>
> *Par un tel ouvrage, vous nous prouvez que notre civilization est impérissable, qu' elle a refait de belles et fortes racines dans un sol nouveau, que l'esprit classique a trouvé ses refuges, ses nouveaux temples, ses nouveaux prêtres et que le flambeau, dès maintenant, est remis à des mains vigilantes.*

Nas três rapsódias, – a bucólica, a platônica e a trágica – Rodrigo Octavio, no crepúsculo, procura como que esvaziar até o fim a taça de sua sensibilidade artística. No tempo em que as emoções deveriam estar adormecidas ou refreadas pelos anos e pela intensidade da vida, o amor à natureza e o sentimentalismo nele desabrocham como flores noturnas ou tardias.

Não foi, porém, o canto do cisne do poeta, pois que continuou até o último alento, sensível, triste e imaginoso, claro no estilo e elevado no pensamento, a conversar de vez em quando com a sua poesia, a poesia que nasceu com ele, a poesia que ainda agora lemos, a poesia que o deixou partir...

O CORAÇÃO VIRGILIANO

Em *Aristo,* uma novela, também escrita por volta dos 21 anos, é que o poeta de *Pâmpanos* e *Poemas e Idílios* se apresenta, em volume, como prosador.

Ler a obra ou reviver as paisagens, os motivos, e a febre de idéias em que o autor a delineou – levam-nos, sob certos aspectos, a um único proveito: rompido o véu, logo se descobre ser o velho *Aristo* o jovem promotor Rodrigo Octavio, em pleno devaneio naquelas plagas a que ele chamou "terra do meu desterro".

Voltemos, por isso, a Santa Bárbara de antanho, relembrada como a

> cidade colonial no caminho de entrada para o sertão diamantino [...] constituída por algumas ruas, estendendo-se pelo espinhaço de um aglomerado de colinas [...] pitoresca, com suas igrejas de torres encapuzadas de telha [...] circundada pelo rio que lhe dava o nome, desenvolvendo-se pelos vales em largas curvas,e em cujas águas rasas pontilhavam, aqui e ali, faiscadores, de bateia, na cata, já então pouco rendosa, das pesadas areias pretas [...] do lado oposto do rio, uma linda mata, basta e negra, refrescava a paisagem, a que o aspecto escalavrado e pardo dos arredores dava uma impressão desoladora de aridez e ruína; e ao longe, fechando o horizonte, como uma barreira ciclópica, alçava-se, numa linha severa, a serra do Caraça. [...]

Amigo de perambular sozinho, a percorrer todas as tardes morros e vales, foi ali que ele criou os quadros e os tipos dessa novela panteísta e filosófica. Apaixonado e em vésperas de casar, compôs o mundo imaginário dentro de cujos horizontes campestres a sua alma de artista, romântica e sensível, pôde andar solta e quase sem disfarces.

Em *Aristo*, pela primeira vez, transborda a caudal do indomável bucolismo de um coração virgiliano.

Quantos de perto conheceram Rodrigo Octavio, em suas horas necessárias de abandono, sabiam-no assim, sempre encantado pela natureza, onde a pudesse surpreender: amando a vida no seio verde da terra, namorado das árvores, companheiro das plantas e das flores, o olhar perdido nas ondas, o ouvido atento ao murmúrio das águas deslizantes entre pedras e limos; procurando harmonias no sussurro dos ventos, admirando tempestades, perdendo-se em caminhadas silenciosas pelas estradas e alamedas sombrias; contemplativo, a seguir no céu o vôo dos pássaros ou o movimento arquitetônico das nuvens. Dirigia na tranqüila e amada chácara da Tijuca o arranjo do parque, a harmonia dos canteiros, a perfeição dos gramados, o plantio das fruteiras ou a colocação das pedras nos grotões improvisados em cascatas...

PAISAGENS INTERIORES

Mas esse esteta – cujo destino, na milagrosa multiplicação do tempo, foi, sob tantos matizes, um turbilhão de atividades e interesses – no amor à natureza volta-se a cada instante para o que ela tem de mais perfeito e enigmático – a vida humana.

As paisagens interiores das almas singulares, comprazia-se em espreitá-las, e, se na palestra, em que era encantador, a todos os assuntos associava invariavelmente e com propriedade um caso deleitante, é porque foi exímio colecionador de situações curiosas; e mestre de psicologia, aprendida em modelos vivos deparados, a cada momento, nos intensos e amplos contactos sociais.

Com esta experiência talhou as obras de ficção. Em *Bodas de Sangue* – outra novela – deteve-se a focalizar o amor no fatalismo das tragédias. Em *Estrada* – episódio dramático – reuniu, com alto engenho e esplêndida dialogação, em cenas bem urdidas e sob máscaras quase transparentes, personagens da vida real de cada dia.

Como pintor itinerante, a fixar aqui e ali, num bosquejo, motivos raros obtidos à beira dos caminhos, Rodrigo Octavio encontrava a cada passo momentos de atenção para recolher e reconstituir, em peças literárias, essas pequeninas histórias que escapam à discrição ou se vão perdendo na humildade ou no desprezo.

Foi por isso que, no rol de suas produções, ainda nos legou *Águas Passadas, Contos de Ontem e de Hoje,* além de páginas inéditas, que constituem pitoresco e extenso mostruário dessas coisas que acontecem inexplicável e surpreendentemente, para perturbar a rotina banal das criaturas, ou o ritmo vulgar da vida social.

Na prosa ficcionista deitou Rodrigo Octavio o sal da perene atualidade. Nela, em linguagem leve e de cores bem dosadas, é tudo seleção rigorosa e assunto bem do agrado dos espíritos exigentes.

Sua obra, neste particular, é como um círculo de moralidade a enfeixar sorrisos e lágrimas. É também ironia e piedade.

No julgamento simples dos tipos que gravava, nunca foi à metafísica para sentir-se em condições de pesar, na balança do bem e do mal, as verdades filosóficas. Em seu coração, coalhado de ternura, elas se definiam espontaneamente, através das ações das frágeis criaturas, cujas almas tentava penetrar, no afã de descobrir os segredos da conduta.

E foi com elas que aprendeu a ser bom, humano, justo e tolerante.

DIANTE DO ESPELHO

No pendor para dos outros se ocupar, fixando aspectos marcantes de vidas destacadas, Rodrigo Octavio necessariamente haveria de ocupar-se de si próprio. Era esse um tema que lhe seria inesgotável e de cômodas devassas.

À tentação de fazê-lo (e que à memória não lhe pese o meu depoimento...) por certo associou a convicta admiração que se votava e o exato valor que atribuía a tudo o que era seu.

Nele, a modéstia era mais desprendimento... Não esperava pelos outros, para aquilo que se dava, com pompa, nos autojulgamentos.

Manteve-se, por isso, invariavelmente sereno, afável, temperado e à margem das críticas ou encômios. Desdenhando as invejas, as mágoas e as disputas frívolas, vivia cercado de amigos, cultivava a fundo as afeições e fazia sempre novas, nos mais rápidos ensejos.

Situado sempre, por um dom invulgar, no centro das conversas, com sua presença irrequieta e exuberante, regulava a todos pela universalidade e firmeza dos conhecimentos, a graça da expressão, o brilho dos conceitos, as

alusões pitorescas – tudo versado com doçura apostolar, senso de concórdia e otimismo contagiante.

A intensa e atribulada vida, durante a qual interessou o espírito nas mais diversas atividades, deu-lhe ensanchas para percorrer terras e mares, e entrar em contato com criaturas de alto e baixo coturno.

Sofreu, talvez, do fatalismo de atrair atenções e polarizar responsabilidades e tarefas exaustivas. Se não se queixava do peso dos encargos, é porque, metódico e aplicado, depressa os dominava; e porque, também, fascinando, como eterno adolescente, sem ambição de fortuna e com espírito de serviço, via prêmio e recompensa na íntima alegria de contemplar a vitória de uma atuação pessoal, o acatamento de um parecer, a ressonância de uma aula, o êxito de um escrito, a repercussão de uma idéia, a fecundidade de uma iniciativa.

E foi por isso que viveu com o pensamento e o coração voltados para o lar, os amigos, os discípulos e as instituições a que servia dentro do país e no estrangeiro.

Idealista e desprendido, Rodrigo Octavio era, porém, daqueles que não se escondem na obscuridade. Sem alardear a fama conquistada, sentia-se, entretanto, muito bem com ela. É o que se percebe nos escritos através dos quais nos transmitiu, de sua vida, todo o encantamento pelos vínculos estabelecidos entre ele e os episódios e personagens que lhe ficaram estereotipados na memória.

Na leitura dessas páginas de lembranças, logo se depreende que, por onde ia, gostava de ser reconhecido, mas manda a justiça dizer, queria ser notado, apenas, como Rodrigo Octavio – aquele gabado varão, cujo quilate Humberto de Campos, na oferenda de um livro, avaliou pelo dinamismo desta dedicatória: "Ao Rodrigo Octavio, severo como um romano e elegante como um grego: – esta homenagem de um bárbaro."

E, de fato, o conseguiu, desde menino, quando ele era apenas o Didi, de quem nos fala neste trecho:

> Eu fui, nos meus primeiros meses, uma criança de importância [...] os meus lindos cabelos de ouro, sobrando em cachos da touca rendada, eram conhecidos e falados por Campinas inteira, e foi aos ecos de "Vivas ao Didi" – como então e por muito tempo me chamaram (é Rodrigo Octavio quem

fala), que se adestravam em exercícios nas ruas da cidade, e seguiam para São Paulo, cheias de ardoroso entusiasmo, companhias de voluntários que meu pai, delegado de Polícia, reunia com destino aos campos do Paraguai. E há ainda fato mais significativo: numa viagem de caminho de ferro, de Jundiaí à capital da Província, como eu, assustadiço e nervoso, chorasse e perdesse o fôlego a cada guincho da locomotiva para afastar as reses de sobre a linha, ordens foram dadas para que a máquina não apitasse mais e silenciosa seguisse até a estação do seu destino.

ROSÁRIO DE SAUDADES

Ao gosto de remexer o passado, transfigurando-se em rio cristalino, em cujas margens fabulosos vultos assinalados se debruçavam, espelhando-se na correnteza, deveu Rodrigo Octavio, nas sombras da velhice, a maior parcela do interesse despertado pelos seus escritos literários.

Nas memórias deixou valioso testemunho de uma época em que se fez figura obrigatória de ecoantes movimentos, e amigo de um sem-número de altas expressões da Cultura e da Política.

Com o falar de si, falou de todos, versando as narrações pela agradável prosa, onde transluz a linguagem fluente, simples e precisa.

O memorialista, que nele floresceu, será sempre citado e ficará como dos mais cintilantes e substanciosos, nos anais de um período decisivo de nossa vida cultural.

Coração Aberto, cruz dependurada num rosário de saudades, primeiro livro de recordações, é tesouro de família, aceno enternecido à aurora de uma existência que pelas noites dos anos se cobriu de estrelas. É o coração que se abre, para a ressurreição do tempo e o desfile fantasmagórico das criaturas que o rodearam na infância radiosa e na mocidade atribulada. É passeio quase quimérico, da casa paterna, em Campinas, até o lar em que Rodrigo Octavio viu nascerem-lhe os filhos.

Neste relato de elevada simplicidade, – entremeado de anedotário sem exageros e confissões sabrosas, estão descritos os primeiros encontros com o mundo, a vida de estudante, as amizades, as influências que lhe atuaram na formação do espírito, a intimidade dos sentimentos, os rasgos de bondade, a grandeza das intenções, as origens da vocação – em suma – o que viu,

sonhou, fruiu ou padeceu, ao percorrer, em mágica trajetória, as faixas do arco-íris, onde a gama das sete cores estivessem representadas pela alegria, a pureza, o amor, a arte, o sofrimento, a vida e a morte.

A ESPLÊNDIDA GALERIA

Obra de maior fôlego, culminância da atividade literária, são os três volumes de *Minhas Memórias dos Outros*.

Com o espírito borbulhante, na indomável efervescência das coisas do passado, não se satisfez Rodrigo Octavio com as evasões buscadas em *Coração Aberto* e, sob todos os pretextos, no interminável cortejo de discursos, palestras, artigos e outros escritos avulsos, os quais, reunidos, formariam grossos tomos de matéria saborosa.

Na insana febre de reminiscências, quis porém, no extremo da jornada e num esforço final, ficar em paz com os seus anelos, exibindo em grande estilo, em obra duradoura, o que de melhor guardava em suas valiosas coleções de vultos e episódios.

Ao pórtico da magnífica exposição, inscreveu, para guiar o visitante, uma rápida legenda:

> Estas páginas foram elaboradas tranqüilamente, a céu aberto, à sombra de minhas árvores. Escritas ao acercar-me dos setenta anos, e de assentada, sobre coisas e circunstâncias antigas, velhos escritos, de mais de meio século, devem ser lidas com a indulgência que justificam duas grandes atenuantes: a da conturbação que trazem ao espírito os trabalhos e as vicissitudes de uma longa vida e da neblina que sobre as coisas passadas estendem os anos.
>
> Tinha dessas coisas cheios o coração e a memória; não os quis levar, comigo para debaixo da terra.

Ao dar por finda a empreitada, sentia-se satisfeito, não só pela alegria do labor intelectual, mas ainda por haver prestado serviço novo à sua gente.

Além do mais, era preito enternecido votado a muitos corações amigos, que a mão do tempo lhe furtara; e a segurança de que os diletos temas dos

seus serões, depois de condensados em cerca de mil páginas, não mais se apagariam, quando também se lhe extinguisse a luz dos olhos.

Nessa obra preciosa ficaram desenhadas as raízes da nossa Academia, nas profundidades onde serpenteiam pelas regiões do Clube Rabelais, da Panelinha, e dos jantares da *Revista Brasileira*; e retratados todos os velhos companheiros a que se uniu na faina de irmanar inteligências.

Foi além, muito além; todo um séqüito de notabilidades nacionais e estrangeiras desce-lhe da pena carinhosa. Até reis e papas comparecem; nem deixaria o autor de referi-los – ele que, possuído de extremo zelo, cultivou a magia de se fraternizar, de se internacionalizar, de promover a força de civilização que, dia a dia, conduz para mais alto aquela que foi a divindade do seu civismo e ainda é a nossa – a Pátria.

CONVERSA COM O BRASIL

A derradeira *memória* registrada foi a que lhe relembra o encontro à sombra acolhedora de velha mangueira, Com o amigo mais íntimo – o Brasil.

A certa altura da palestra o Brasil lhe pergunta:

> "E tu, amigo, como tens passado, como vais vivendo, neste delicioso retiro, neste ensombrado recanto de vale, que a sorte pôs em teu caminho?" E o escritor responde: "Vivo ao sabor das minhas próprias forças. Raramente consulto médicos e, se os consulto, é para me ir esquecendo aos poucos dos remédios... Trabalhei por ti quase quatro decênios e teu serviço quase me matou. É este um ponto sobre que devias pensar. Tu não tens noção do que seja o meio termo, ou tudo ou nada. Para compensar a legião dos que empregas para não fazerem coisa alguma, tu sobrecarregas outros de um trabalho de tal modo pesado que mais parece uma pena, daquelas que o liberalismo de teus códigos aboliu. A mim coube alguns desses encargos, e, se não houvesse reagido a tempo e lançado fora o garrote, já me não encontrarias aqui para esta prosa. Descansado na amenidade destes ares e na calma destas sombras, não passo mal; mas estou velho, ou antes, estou envelhecendo, o que é pior. Ser velho é já ter deixado de ser moço, estado definitivo, e o que não tem remédio se entende remediado. Não há senão conformar-se. Envelhecer é um

passo de transição; é um crepúsculo; e é desconsolador assinalar que a luz ambiente diminui e vai desfazendo o contorno das coisas que apraz ver, confundindo tudo numa penumbra, prenúncio de noite; sentir o aviso das deficiências que chegam, que se acentuam, que ameaçam de se instalar definitivamente, negativas e perenes, em nossa vida. As minhas horas da tarde começaram cedo. Nuvens, espessas, escuras nuvens, vindas de um dos lados do horizonte, encheram o céu e obumbraram o sol que, subindo ainda para o meio-dia, me dava luz à vida. E para mim chegou a tarde, uma tarde precoce, mas de horas que já não podiam ser da manhã. Nessa penumbra, os dias se foram passando. A vida, na tristeza dessa meia-luz, teve de seguir seu rumo. A fortaleza de meu espírito reagiu e venceu. O ritmo das ocupações me tomou as horas e fui, no silêncio que se escoa, caladamente, fria areia sutil, enchendo, momento a momento, as horas e os dias dos anos que foram vindo. Não tomes isso como um lamento. Nessa altura da vida não tenho razão para estar descontente. Vivi; podia, talvez, ter vivido melhor, mais intensamente, mais afortunadamente; mas vivi a plenitude da vida que se me apresentou. E agradeço de coração aos que me ajudaram a viver. Agora a noite vem chegando. E ainda hoje, na altura a que geralmente se atinge valetudinário e trôpego, não são de desprezar as quebras que me estão restando.

A vida só vale quando se a pode viver. E viver não é ver passar as horas, no desperdício do tempo, na despreocupação dos sentidos; viver é aproveitar, do melhor modo, a hora que vem, passa e não volta. *Fugit irreparabile tempus*."

Talvez fosse mais justo, senhores acadêmicos, que, ao em vez de referir tudo o que já vos disse até agora, tivesse lido, apenas, esse auto-retrato de Rodrigo Octavio.

O ENCANTADO PELA PÁTRIA

Essas conversas com o Brasil, aliás, vinham de longe. O ensaísta de *Minhas Memórias dos Outros,* desde moço, pleiteava a honraraia de lhe ser um dos íntimos confidentes; e, nesta acepção, confidente é aquele que, escrupuloso, pachorrento e com a técnica dos afeitos às ciêncidas sociais, ora percorre as regiões que falam do passado, ora se fecha em bibliotecas e arquivos,

a ler ou decifrar livros e papéis. E não é tudo. Confidentes da vida dos povos são todos indiscretas criaturas, a propalarem tudo o que apuram, com a autoridade que lhes concede a patente de historiador.

Mas, historiador, de certo modo, é também o memorialista, que faz a crônica do seu tempo. Em Rodrigo Octavio, porém, o título se aferia em sentido mais amplo e qualificações mais especificas, de vez que também, e muito, se ocupou de períodos anteriores.

Estudioso por índole, emérito na arte de discernir e julgar, homem de letras, dedicou-se à nossa história, como cultor, da melhor raça. Resultaram dos esforços revelações de muita coisa inédita ou desconhecida, e a reconstituição de fatos e figuras que lhe surgiram vivas da linguagem dinâmica e pródiga de relevos.

Patriota fervoroso, Rodrigo Octavio deu asas ao seu entusiástico brasilismo e principiou com obra votada à educação cívica. Em *Festas Nacionais,* de invejável tiragem, foi buscar, nos símbolos do passado, leitura estimulante para a mocidade adormecida, nos primeiros anos da República. No prefácio, a garbar-lhe a matéria, Raul Pompéia a qualifica de "um ato de coragem, todo composto de palavras de audácia, de espontaneidade sadia e íntegra: uma aparição consoladora de oásis".

Na extensa bibliografia, há dois marcos reclamando especial menção: *Felisberto Caldeira,* crônica dos tempos coloniais, onde o mérito da fiel reconstituição do ambiente disputa as palmas ao estilo impecável e ao sentimento poético de que o autor se reveste para enredar as cenas; e *A Balaiada,* versão bastante original dos fatos, cujo relato é feito com base em depoimentos diretos, que o autor obteve de testemunha criteriosa.

HISTORIADOR PEREGRINO

Pelos domínios da história pátria, os demais escritos de Rodrigo Octavio dirigem-se, quase todos, para dois rumos afastados. De um lado se enfileiram as monografias, com as quais participou laboriosamente das atividades do Instituto Histórico e Geográfico; e, em direção oposta, marcham as que compôs em outros idiomas, para o desempenho de missões culturais,

como a que lhe coube em Haia, ao ministrar um curso cujas lições reunidas em volume receberam o titulo de *O Selvagem Americano perante* o *Direito.*

Ensaio de justa fama foi a monografia acerca de Alexandre de Gusmão – primeiro estudo dos que apaixonaram o autor na pesquisa dos precursores e do desenvolvimento da doutrina de Monroe. Paixão, na verdade, facilmente compreensível, pois, como expoente das letras jurídicas, gratos lhe eram os temas em que o Direito e a História ficavam associados.

Com outras obras do gênero, não vos ocuparei a atenção, senhores acadêmicos. Detenho-me, para não transpor fronteiras, a fim de apontar Rodrigo Octavio a estender-se pela América – sua Pátria mais ampla e muito estremecida. As peculiaridades do Novo Mundo o fascinavam a ponto de ele, nas freqüentes peregrinações, se enfeitiçar pelos seus temas, como aconteceu de certa feita em que, junto às velhas civilizações do continente, reuniu elementos para compor o livro a que deu nome de *México e Peru.*

O ARCO DE TRIUNFO

Vai longe o dia em que, na Paulicéia, um jovem bacharel, ao sair da Faculdade, passou pelas arcadas desapercebido de que transpunha um arco de triunfo.

Evoquei-o até agora em sua esteira luminosa, pelo hemisfério das Letras: mas, para focalizá-lo em suas dimensões exatas, não lhe posso omitir a outra parte da vida, que é toda de fama, como jurista: advogado militante, magistrado, internacionalista, mestre e autor.

A sua devoção ao Brasil e ao mundo ganhou magnitude na escala em que se elevou aos mais altos postos a que pode atingir como cultor da ciência do Direito. Na justiça do país, sua última beca o investia da solenidade de Ministro do Supremo Tribunal Federal, para que foi nomeado depois de brilhante exercício, de cerca de quatro lustros, nas funções de Consultor Geral da República. Na administração, reclamado pelos seus méritos de jurisconsulto, serviu como secretário da Presidência da República, no período de Prudente de Morais; e no posto de subsecretário de Estado das Relações Exteriores, durante o governo de Epitácio Pessoa.

A operosidade e o brilho revelado nos cargos que ocupou credenciaram-no para inserir nas memórias aquele lamento dirigido ao Brasil e que há

pouco vos citei: "Trabalhei por ti quase quatro decênios e o teu serviço quase me matou."

E trabalhou sem medir horizontes.

TRABALHADOR SEM FRONTEIRAS

A fama de Rodrigo Octavio, como jurista, transpôs fronteiras. De cerca de 25 missões participou ele fora do país. Foi árbitro de inúmeros Tribunais Internacionais. Acompanhou Rui na Conferência da Haia. Formou na delegação que em nome do Brasil subscreveu o Tratado de Versalhes. Chefiou a nossa representação à I.ª Assembléia da Liga das Nações. Assinou o tratado que criou a Corte Internacional de Justiça. Participou, obrigatoriamente, enquanto teve forças, de todas as reuniões Pan-Americanas e Congressos de âmbito maior, para estudos atinentes ao Direito Internacional Privado. Ministrou cursos e proferiu conferências em escolas e sociedades, na Europa e na América. Possuía, talvez, a mais completa coleção, reunida por um brasileiro, de títulos honoríficos conferidos por universidades e institutos estrangeiros. Pertencia aos quadros da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas instituições culturais de outros países. Para cúmulo de honrarias, envergava cascata pomposa das mais altas condecorações com que 17 governos o agraciaram, por serviços prestados à nobre causa do bom entendimento entre as Nações.

E tudo isto coube a um homem só. Mas homem de talento, envergadura, devoção e reservas invulgares.

O MUNDO QUE NÃO VIU

Na alma do insigne brasileiro, a consciência jurídica, a inclinação para a vida social, a imaginação sonhadora do internacionalista e o senso estético do homem de letras se agruparam para a prática de um tipo moderno de diplomacia, de que, entre nós, foi ele o mais completo precursor.

Nas energias esgotadas no empenho de favorecer e apressar o entrelaçamento das instituições de todos os países, e estabelecer um sistema mundial de confiança, entendimento e soluções pacíficas das disputas entre os povos – a sua visão clarividente pressentiu a precariedade dos esforços, se não se esta-

belecesse, para secundá-los, a universalização do princípio que Paul Valéry sintetizou na frase célebre: "Uma sociedade de nações supõe uma sociedade de espíritos."

Os anelos de fraternidade universal ganharam foros de religiosidade em seus projetos de vida. No Brasil, na América e no mundo, o literato poliglota tinha em mente, de hábito, este programa aplicável a todos os setores de atividade: cooperação intelectual. Mas cooperação que principia em casa e na escola, entre pessoas de idades diferentes, desejosas de se compreenderem e se modificarem, em procura de ajustamento na civilização em mudança; cooperação pela qual atingiremos a paz, a fortuna e o bem-estar, como Rodrigo Octavio tinha almejado para o mundo que não viu.

BANDEIRANTE ESPIRITUAL

Onde, porém, mais de perto a sua atuação como jurista lhe repercutiu nos brasões de homem de letras, foi na obra realizada na cátedra e pela pena, com que encheu uma estante de sólidos volumes, a represarem grossos mananciais que jorraram dos vários campos da ciência do direito.

Na vocação de professor fez discípulos notáveis e, nos cursos jurídicos, semeou em sucessivas gerações o grão fecundo de sua alcandorada e universal sabedoria. Mestre de ricos predicados, fazia das lições torneios de cultura e alterava a rotina da classe com a sua técnica pessoal de confundir-se com o auditório, para trazer à superfície o espírito criador que havia em cada inteligência.

O amor e o respeito pelos jovens foi um dos seus traços marcantes. Por isso, como mentalidade, nunca envelheceu. Apaixonado pelos novos e a cativar-lhes a confiança, evoluía sempre e regalava-se com fórmulas de prudência necessária à profilaxia sensata, contra epidemias de aberrações ou exageros.

Na vida literária, eu o recordo em uma fase que me bordeja a mocidade, e em que ele se comprazia em discutir valores ainda verdes, para os quais a sua casa estava constantemente aberta. Apreciava a caudal espontânea da poesia de Olegário Mariano; e se orgulhava de ter sido o primeiro a publicar um soneto do poeta da *Água Corrente*. Lia com enlevo os *Epigramas Irônicos e Sentimentais* de Ronald de Carvalho, e sabia de cor o *Epitáfio que não Foi*

Gravado, de Felipe d'Oliveira. Gabava os exemplos de renovação erudita e harmoniosa que havia nos escritos de Ronald e Alceu Amoroso Lima. Reclamava contra a ausência de Álvaro Moreyra quando a assinatura dele fugia dos jornais. E, já no fim da vida, não deixava de sorrir, contente, ao descobrir, num verso de Manuel Bandeira, uma flor de sensibilidade expressa em forma que não lhe ferisse os nervos requintados.

O ATIVO COMPANHEIRO

Antes de concluir o esboço de perfil e a penumbrosa referência à obra do varão preclaro, por cuja vaga me deixastes ingressar nesta Casa – concedei-me, senhores acadêmicos, por indulgente vênia, a mercê de recordá-lo, entre vós, na ilustre Companhia.

Contemplo-o ainda, brilhante e operoso, em desafio à sentença goethiana de que há poucos homens dotados de extraordinário entendimento e dispondo, simultaneamente, de pendores para a ação. É que o entendimento amplia os horizontes, mas paralisa as criaturas.

Desses homens há poucos, é verdade: Rodrigo Octavio, no entanto, foi um deles e dos que melhor harmonizaram as duas propensões.

Na atividade irrequieta, soube impregnar-se de objetiva sabedoria; e, ao adicioná-la, nos processos mentais, ao talento permanentemente trabalhando pelo gosto de estudar e produzir, o que de modo invariável obtinha era a multiplicação das ramagens enfloradas de sua inteligência transbordante de seiva.

Na ansiedade de avançar pelo futuro, na vocação para empreender, nele se externava um traço essencial – o nervosismo; e faltaria equilíbrio nesta síntese evocativa se, paralelamente ao intelectual posto em relevo até agora, não vos falasse, também, do inquieto escravo da emotividade.

Sensível, às raias do exagero, dela jamais se libertou; mas, se por um lado lhe sofreu os efeitos negativos, soube contudo beneficiar-se pelo influxo que lhe serviu de sopro inspirador, a arfar e impelir para adiante as desfraldadas velas dos ideais mais caros.

Com estes ideais singrou, impaciente, as águas traiçoeiras da aventura humana. E lá se foi, adquirindo títulos de Cultura, como não pretenderia

homem de igual têmpera, pouco sedentário, para quem o movimento é condição de estabilidade.

Não se enclausurou, nem se tornou perdulário. Conciliando, no coração, as vozes de comandos opostos, com alto engenho se faz feiticeiro do tempo, exímio partilhador das horas e mestre insuperável no tirar proveito do conflito das tendências e dos contrastes da vida.

Dispondo de perfeito autodomínio, antes de macular os votos do sacerdócio intelectual, prodigalizou-os com virtudes raras.

Dinâmico, afetuoso em excesso, mitigador inveterado de emulação mental, arquiteto imaginoso de empreendimentos oportunos, Rodrigo Octavio demandava apoio, estímulo e evasão, na companhia de almas irmãs, no convívio de homens do mesmo estofo.

Revelou-se, por este aspecto, e desde cedo, espírito de equipe, com vocação marcada para as atividades associativas.

Na Faculdade, nas redações de jornais e revistas, nos efêmeros grêmios literários de seu tempo de moço, nas portas dos editores, nas mesas das confeitarias em voga, nos teatros, nas salas de conferência, nunca deixou de reunir-se aos companheiros diletos; e entre eles, tanto queria aos boêmios do tipo de Bilac, Emílio de Meneses ou Guimarães Passos, como aos mais velhos e austeros, do jeito de Machado e Nabuco.

COM MACHADO DE ASSIS

Quando se cogitou da criação desta Casa, lá estava ele, entre os fundadores, na pequenina sala da *Revista Brasileira,* de José Veríssimo.

De como a amou e serviu, desde os primórdios, as provas se sucedem.

Quando os historiadores da Academia lhe remexerem os papéis indispensáveis à revelação das origens e à recordação dos momentos heróicos, durante os quais a incerteza e a insegurança eram vencidas pela fé e devoção de alguns homens de letras, encontrarão, a cada passo, o nome, de meu incansável antecessor.

Nas conversas preliminares, nas primeiras reuniões, em que os nossos maiores envolvidos em compreensíveis divergências delineavam os objetivos

da instituição, lançou o entusiasmo de sua juventude e o senso coordenador de sua inteligência ágil.

Podemos vê-lo ainda, a figura jovem, movimentada e loura, nos primitivos conclaves, pregando confiança aos espíritos díspares, entibiados e, não raro, agoureiros, na antevisão da inviabilidade do projeto, deste perigoso e de difícil acesso paraíso das letras...

Na primeira diretoria, subscrevendo os estatutos, vem-lhe o nome logo depois dos de Machado e Nabuco. Na sessão de abertura, cabe-lhe discursar entre ambos, para ler a memória histórica por ele elaborada, atinente aos atos preparatórios.

Com Machado de Assis, em convívio diário e prolongado até à hora em que, à sua cabeceira, viu morrer o Mestre, empenhou-se pelo êxito e prestígio da iniciativa. Eram cuidados de sempre e providências de todas as horas; e entre elas as mais desenxabidas, mas não menos necessárias.

UM POUCO BENFEITOR

Na evolução material, deveu-lhe a Academia, destacadamente, dois subsídios relevantes: a acolhida que, por alguns anos de cruéis dificuldades, lhe proporcionou, armando-lhe a sede provisória em seu próprio e modesto escritório de advocacia; e, ainda, a sugestão que soprou certo dia aos ouvidos de seu constituinte e editor – o velho Alves, sem herdeiros – da qual mais tarde resultou o polpudo legado.

Ao acadêmico devotado preocupavam as agruras econômicas, pois, clarividente e prático, sabia que as atribulações materiais roubam a paz aos espíritos.

Incumbido de pronunciar as palavras de despedida do Silogeu, na derradeira mudança, dizia ele:

> Falei-vos em pobreza franciscana, e talvez tivesse sido lisonjeiro para com os haveres desta Companhia...
>
> Os frades, embora descalços e mendicantes, têm sempre teto para abrigar suas fadigas, e teto amplo, descortinado, de ordinário, em sítio de beleza, entregue ao refrigério das brisas e aberto à contemplação dos horizontes.
>
> E, nós, mais pobres que franciscanos, nem teto possuímos...

Rodrigo Octavio, contudo, jamais acreditou que das facilidades da existência dependia o renome da Academia; e este modo de entender elucida por que os esforços por ele devotados aos alicerces, ao erguimento e a todas as questões materiais, falecem de maior sentido, cotejados com o balanço do trabalho intelectual, com que a honrou e engrandeceu.

O RASTRO LUMINOSO

Almejou, e o conseguiu, ser acima de tudo acadêmico exemplar, pelas atitudes e o cultivo do labor literário. Na presidência, na diretoria, nas comissões, no plenário, dedicou-se com apaixonado zelo aos objetivos que norteiam as atividades da Casa de Machado de Assis.

Percorrendo-lhe os anais, vamos encontrá-lo, a miúdo, no burburinho das atas; abundante nas páginas da *Revista*; e, na tribuna, com o nome inscrito entre os maiores. Tribuna que ocupou enquanto pôde vir até aqui e onde se tornou figura quase obrigatória, nas horas magnas das festas públicas.

Na sessão inaugural proclamava Nabuco:

"Uma Academia nova é como uma religião sem mistério: falta-lhe solenidade. A nossa principal função não poderá ser preenchida senão muito tempo depois de nós, na terceira ou quarta dinastia de nossos sucessores."

Pouco resta, senhores acadêmicos, para que as trombetas do tempo anunciem o meio centenário deste egrégio Cenáculo. Começa, pois, a envelhecer... Mas o grisalhar das instituições é diferente do nosso, pobres mortais, cujas forças diminuem com o passar dos anos. Elas, ao contrário, vivem mais e melhor, porque amparadas pela obra realizada. É no impulso proveniente do passado que encontram energias para novas empreitadas, ânimo de adaptação às exigências que vão surgindo, para que a vida continue.

Honra, pois, àqueles que se foram e cuja operosidade, fundida no prestígio e tradição desta Casa, se projeta, como força, pelo futuro.

De Rodrigo Octavio, ao enaltecê-lo – e eu vos falo como privilegiada testemunha –, posso afirmar que das maiores preocupações de seu afeto e inteligência foi esta Academia, a cujo destino e grandeza irmanou a existência, desde as horas esperançosas da mocidade até os últimos e sofredores momentos da vida.

O amor, o desvelo, o escrúpulo com que lhe tratava os assuntos, o orgulho com que lhe defendia as prerrogativas, lembram os sentimentos paternais votados por Gaston Boissier à Academia Francesa.

Por temperamento e formação espiritual foi acadêmico nato. Sentia-se bem na intimidade de homens que usam, como armas do bom convívio, a Cultura e a cortesia, dando, às discussões literárias e às pelejas do espírito, ambiente de compreensão e bom humor.

Esta Casa foi para ele a continuidade do lar – mansão de uma nova família. Se colocardes, num parênteses, a *Renascença* – revista cultural ilustrada de que tanto se envaidecia e que fundou e dirigiu, no princípio do século, em comunhão com Henrique Bernardelli –, podeis recordar, senhores acadêmicos, que, em se tratando de vida literária, giraram em torno de vossa companhia todas as cogitações do fundador operoso que o tempo transformou no emérito acadêmico, o inseparável amigo dos mais velhos, o prestimoso companheiro dos mais moços.

Mas, nesta Academia, desoladoramente, era uma vez Rodrigo Octavio...

IDÉIAS QUE GERMINAM

Senhores acadêmicos.

Entre os sintomas imponderáveis da vida, entre os pequeninos fatos que por qualquer modo nos impressionam, sempre um se cristaliza em nosso espírito, encontra agasalho em nosso coração.

É essa a origem dos complexos que nos afligem: fonte de nossos desânimos, incentivo de nossos entusiasmos.

Cresci e vivi em uma casa onde a Academia Brasileira era assunto de todas as horas e o encontro de acadêmicos fato de todos os dias.

Menino ainda, sucedeu-me assistir por várias vezes às sessões acadêmicas realizadas no escritório de Rodrigo Octavio. Guardo na lembrança a fisionomia daqueles homens, sentados, à moda de colegiais em festa, nas cadeiras simples que se comprimiam encostadas às paredes, e davam a volta à minguada saleta.

Ainda os vejo: Machado, Veríssimo, Patrocínio, Laet, Euclides, Bilac, Alberto de Oliveira, Silva Ramos, Inglês de Sousa, Afonso Celso...

Com meu antecessor aprendi a admirá-los e, também, a reconhecer nas dignidades acadêmicas alto prêmio e meio certo de servir às letras nacionais. Desde então afaguei as esperanças, que afinal se concretizam, por me terdes permitido subir ao vosso cobiçado Olimpo.

Já vos agradeci, como se agradecer bastasse para exprimir e euforia de quem se liberta de um recalque atormentante...

O CONSELHO DO APÓSTOLO

Acabo de reviver diante de vós a personalidade singular de Rodrigo Octavio.

Falei-vos, comovido e ufanoso, pois que a ele devo tudo: a vida, o destino e o que sou. Falei-vos fielmente por haver sido o mais íntimo companheiro das suas alegrias, tristezas e fadigas. Bem sei quanto lhe valia a prodigiosa existência – verdadeiro turbilhão de virtudes e dotes aplicados nas empresas beneméritas que lhe impunham os fados, a lhe cobrarem os privilégios e títulos de homem modelar.

Eu, que lhe fiz da sombra o meu caminho, venero-o ainda, como a um apóstolo, e jamais olvidarei a expressão evangélica de suas últimas palavras: "Vai, meu filho, cumpre sempre o teu dever."

O que para hoje me impusestes, espero ter cumprido. Sem engenho, talvez. Para fazê-lo, necessário me foi domar o coração. Bem sabeis que a tarefa era difícil: desafio lançado à minha sensibilidade...

SAUDADE

Senhores acadêmicos.

No mistério das horas que voam pela noite, encapuzando nas sombras os vultos que trouxe até aqui para me guiarem os passos, eu os sinto de volta à paz onde descansam.

Os mortos, quando queremos recordá-los, ressuscitam na atenção das criaturas. Não poderei, contudo, por mais tempo me servir da vossa.

Ao deixar esta tribuna, vejo o último a partir: Rodrigo Octavio. Permiti-me, enfim, dirigir-me a ele com a exclamação que, agrilhoada, desde o início me tortura a saudade: Meu Pai!

II

RESPOSTA DO SR. PEDRO CALMON

Senhor Rodrigo Octavio Filho,

Compreensível é a vossa emoção nesta iluminada noite de gala acadêmica.

Realizastes um sonho antigo, subindo, sem pressa, os degraus da vida, até esta consagração harmoniosa, que costuma ser, no nosso, e nos países que do mesmo modo seguiram os estilos da França de Richelieu, o mais elevado prêmio da inteligência desinteressada.

Mas a vossa festa não pode ser de alegria feliz, porque o crepe destacado da Poltrona que conquistastes, e ireis prestigiar com os vossos grandes méritos, é a lembrança palpitante do pai querido, a quem sucedeis, e continuais.

Tem, pois, o timbre inicial do paradoxo, a vossa aplaudida investidura na Cadeira 35.

Estais jubiloso e triste; ao amado antecessor fizestes a invocação da praxe, e o elogio da ternura mais aflita e saudosa; entremeastes o louvor do ritual ao agradecimento íntimo, à serena amargura da alma ferida; e tecendo a teia de ouro da literatura à volta do vosso tema, não quisestes esconder, antes o mostrastes na sua sinceridade leal o coração de filho. Ele, sim, o homônimo e patrono, vosso predecessor e mestre, não caberia de contente, se vivo fosse, ante o esplendor do vosso êxito; e receberia como suprema consolação, do destino que tão impiedoso lhe fora nos últimos tempos, a glória de projetar-se para além da existência, no suave orgulho de ser substituído pelo filho,

portador de seu nome, parceiro de sua atividade, discípulo predileto, companheiro que nunca lhe faltou, seu confidente, e seu amigo.

Pela primeira vez – notastes bem – sucede o filho ao pai numa cadeira acadêmica, com o dever regimental de louvar-lhe a memória.

Este torna-se escusado, que o melhor elogio do criador é a criatura, na educação, na influência, no ideal, reproduzindo-se, na geração seguinte, a que soube guiá-la, e sobreviver.

Devidamente no-lo ensinou o *Eclesiastes: Mortuus est pater eius, et quasi non est mortuus: similem enim reliquit sibi post se*.

Habituaram-se, desde muito, as sociedades que preservam os seus pergaminhos de continuidade histórica, às linhagens desdobradas nos sacrifícios e na importância dos postos eminentes. Chamou-lhes Rui (a ressalvar o direito de Rodolfo Dantas à autoridade que se lhe conferira), "as dinastias do patriotismo e do talento, as únicas que as revoluções não hão de destruir". Falava dos Pitts, dos Cannings, e dos Peels, dos Gladstones, cujos apelidos estamparam, nos pórticos do parlamento, as insígnias tutelares. Entre as asperezas da representação política e a fama intelectual, pura e generosa, tivemos os Nabuco, os Rebouças, os Machado de Oliveira, os Celsos, os Araújo Viana, os Luís Guimarães, os Osórios, os Lima e Silva... O ilustre nome paterno trazem até nós, e o redoiraram de nobre evidência, Aloysio de Castro, Afonso de Taunay. Com perto de cinqüenta anos, percebe-se que a Academia, fundada pelos pais, seja, como isto, apetecida dos filhos, e por eles honrada.

O vosso caso, porém, é singular, nem foi antes repetido; pois vos tocou, e dela tomais posse, a Cadeira vaga de Rodrigo Octavio!

Ganhastes em herança aberta o alto galardão pelo consenso dos que vos elegeram e, desenganadamente, por uma clara vocação familiar, irredutível e tranqüila, que foi o itinerário e o sentido da vossa formação.

De fato, a cumplicidade das circunstâncias assim o quis. Tínheis de ser acadêmico por nascimento, inclinação, obediência e fidelidade.

Há uma lei de herança que transcende as normas jurídicas: o direito sucessório do espírito.

A casa de Rodrigo Octavio foi o lar venturoso de um homem de bem: igualmente um ateneu, um salão, a torre de marfim, onde, como, ao entardecer, as asas do céu, se refugiavam poetas... Freqüentei-a nos dez anos finais

daquela abençoada existência. Sob a copa redonda de suas árvores, o solar da Rua das Palmeiras respirava a paz dos conventos: ultimamente, nos arrastados meses da moléstia sem cura, a severidade dos santuários... Na gratidão filial resplandece de azulejos frescos, de verdura tenra, de muros de neve, "a casa de meus pais, austera, monacal..."

Ela possui uma alma enternecida e quieta,
Pois lá mora meu Pai e meu Pai é Poeta...
Nela a alegria é sã, tudo me anima e encanta
Pois é nela que vive a minha Mãe, que é Santa...

Havia ali a vastidão de uma livraria, as vigílias dum trabalho interminável, as efusões duma hospitalidade tradicional, misturados os sobressaltos dum civismo exigente com as imagens do passado, "memórias dos outros", que não podia morrer... Agarrava-se a ele – no martírio da invalidez – o jurisconsulto, o historiador, o internacionalista, o lírico, professor, até o derradeiro instante, no magistério do conselho, da recordação, da justiça e da verdade.

Essencialmente escritor, fizera das belas-letras a batalha da juventude e a exaltação da vida pública.

Dera à Academia antes da fundação, no convívio amável dos *gênios* da época, e depois de 1896, nos seus tempos difíceis porque vazios e pobres, o alento criador de seu entusiasmo...

Nos argumentos de Próspero, insistiu Rodó na etimologia do vocábulo. Os gregos sabiam o que diziam. *En theos*, inspirado, ou condutor, dos deuses. O que os leva consigo – Cristóforo pagão; ou se deixa arrebatar por eles, na acepção de mensageiro das forças eternas, e seu instrumento... Bendito – nesse respeitável significado – o entusiasmo!

Não o regateou aquele mestre de iniciativas beneméritas, na sua mocidade estudiosa, na plenitude de sua carreira afortunada, na velhice fosforescente de lições inesquecíveis. Ouviu-as, enquanto pôde falar-lhe, a Academia, por quem tinha extremos de pai precavido; e o filho, criado nessa atmosfera de convicções literárias.

Cresceram juntos, pode-se dizer, a douta instituição e o rapaz deslumbrado pelas labaredas alegóricas em que ardia esse cauteloso grêmio de celebridades.

Conhecestes a Academia daquela fase inorgânica, sem tetos próprios, agasalhada em sedes provisórias, indigente e soberba como o espanhol do Cancioneiro, com a cidade a seus pés, moradia de favor e cerimônias pomposas – quando quis – em salas emprestadas... A secretaria ficou no escritório de Rodrigo Octavio: cartório, arquivo, burocracia acadêmica; não raro, o plenário das eleições. Afonso Arinos e Euclides ali foram eleitos.

A sua inaudita capacidade de trabalhar pelos outros atribuiu-lhe essa magistratura excessiva: foi, algum tempo toda a Academia.

Coincidiu com a vossa infância e adolescência.

Contastes-nos que estendíeis olhos espantados àquilo: os fabulosos amigos da casa! Constelava-se o grupo com as reputações mais notáveis do Rio de 1900. Através da vidraça duma janela – que era como as nevoas da fantasia – vós os admirastes... A austeridade de Machado, a elegância de Joaquim Nabuco, a irreverência de Medeiros, a melancolia de Lúcio de Mendonça, presentes a tradição, a crítica, a poesia e o Estado, com Loreto, Veríssimo, Sílvio, Filinto, Rio Branco, a trindade parnasiana de Bilac, Raimundo e Alberto. Por vezes irrompia nessa confraria augusta um enorme chapéu de mosqueteiro: o tio Raul Pederneiras... Assististes, anos a fio, a solidariedade diuturna, de Rodrigo Octavio, secretário infatigável, com a Academia que era o seu pensamento, a sua obsessão, a sua ufania. Acompanhastes os seus passos – seu aluno da Faculdade de Direito e seu interlocutor dos largos diálogos sobre o destino e a angústia da inteligência. Reproduzistes – com as diferenças impostas pelas desigualdades de meio e época – a sua aventura estética: por metade homem prático, com a banca de advogado abarrotada de trabalho útil, e poeta lírico: cigarra e formiga...

Devíeis fazer bonitos versos, e os fizestes, na roda em que pontificava a figura oracular de Mário Pederneiras.

No vosso livro, *Velhos Amigos,* traçastes o perfil desse mavioso Mário Pederneiras, cuja fascinação foi decisiva para as vossas primeiras audácias literárias – quando entre 1910 e 15 – a redação da *Fon-Fon* era menos uma

anti-Academia do que o prolongamento desta... Lá se chegava pelo errado caminho de Ariel:

Não maldigo, entretanto, o Destino Culpado
Que, ingênuo, me ensinou este Caminho Errado.

Ronald, Felipe d'Oliveira, Álvaro Moreyra, Rodrigo O Moço tinham a honra de associar-se ao banquete imaterial do "cantor da cidade": e conferiram com ele o seu tormento interior.

Era no tempo – advertistes – em que os poetas preferiam Mallarmé e Verlaine ao pôr-do-sol da Guanabara; e estremeciam de ânsia renovadora, arremetendo, com vigor diferente, no seu torneio de estilo e ritmo.

Ingrato período – é indiscutível – esse em que sobraçastes o alaúde dos trovadores noivos do luar... Amanheciam as formas inesperadas; esgotara-se o Simbolismo num delírio de cores; e os últimos gregos soluçavam o protesto parnasiano entre os pilares da Acrópole... Era na hora cinzenta dos conflitos hesitantes que definistes num límpido resumo: "O eterno choque entre *velhos e moços,* as lutas permanentes de escolas *antigas e novas;* a natural incompreensão das manifestações literárias ou artísticas, oriundas de sentimentos nascidos em épocas diferentes..." Adivinhava-se "a poesia livre de peias e de medidas, como que construída de volumes de imaginação e feita de palavras que se arrumam como brinquedos de armar..." Auscultava-se o temporal próximo: vinha na vertigem da rebelião desencadeada: com o sopro dos ventos do oriente...

Passava-se, porém, por sob as sombras, a ramagem perfumada duma "alameda noturna"... Tal o titulo de vosso livro de estréia, em 1922, que colige as esparsas flores dum jardim secreto. Sente-se, pela demora dele, seis anos depois de morto Mário Pederneiras, que no ânimo do autor brigaram longamente a coragem e o pudor de sua arte...

Nem todo sonho neste mundo é vão...

Tu verás, minha amiga silenciosa,
Nos largos passos que nós vamos dar,

Que, se às vezes a estrada é dolorosa,
Outras vezes iremos a cantar...
Um dia, enfim, quando chegar o Outono...

O que de pessoal, incomunicável e delicado tem esse repertório de estrofes macias, revela o poeta que não ousou romper com os modelos da "velha guarda", enleado e plácido nessa beatitude... Sonho e saudade, aspiração indistinta, o mar enigmático e volúvel, povoada de fantasmas amigos a sua noite, a sugestão do amor, "na bruma pálida" voz "distante, a ecoar..." são as confissões, a que não faltou o tênue colorido da tristeza.

Sou o triste cantor de olhos sombrios,
– Poeta – Caminheiro, amando o luar...
Tenho a alma feita de torrões esguios,
Com misteriosos sinos a cantar...

Artificial, certamente, nostalgia de preceito, ou convenção, que era tributo pago à escola da moda, tinha a graça duma dúvida.

Poucos bacharéis recém-chegados poderiam dizer-se mais ditosos do que Rodrigo Octavio Filho na idade do namoro em rimas sonoras – "triste Pierrot" das Colombinas inevitáveis...

Tanto que lhe ficou para trás a poesia, logo no segundo livro – deliciosos estudos tirados do "fundo da gaveta" em que se alternam páginas de viagem, paisagens verídicas; impressões de leitura, doutrina social e beleza fluida, mudou mesmo de predileção, trocando de musa: a dos versos musicais pela glacial senhora que preside ao julgamento do passado, Clio, a da terrível memória...

E sempre eu vos seguindo a alameda sombria,
Com os olhos cheios de ânsia, a olhar lá para o fim,
Sentindo dentro d'alma a abafada harmonia
Da música da sombra a cantar dentro de mim...

Voltastes para o caminho percorrido. Já não mais o nosso, porém, o caminho do País: nos sólidos reexames do que acontecera, a rever o processo

da *Constituinte de* 1823 o *Panorama Político da Guerra dos Farrapos,* o *Ato Adicional,* as biografias de Prudente e Ubaldino do Amaral, essa conspícua galeria de *Figuras do Império e da República,* vosso Volume de ontem. É um gentil desfile de grandezas. Inaugura-o a gente trovejante da primeira Câmara da Nação. Estrondeia a cavalgata dos centauros. Medita o entrevado Vasconcelos a reorganização política da Monarquia. Os estadistas da aurora republicana fitam-nos de sobrolhos irritados nas suas molduras presidenciais. E a pompa de Barbacena, os negócios de Mauá, a rajada de Tuiuti, os vaticínios de Tavares Bastos alternam-se na coleção plutarquiana de vosso livro de vidas irrepreensíveis. Capta-se nele o eco cerimonioso dos saraus de outrora. Transporta o barulho fecundo da colméia esquecida, com a fúria sagrada dos avós. Tem a bravura primorosa das reabilitações!

O memorialista sobreleva ao historiador em *Velhos Amigos*, e se descobre a si mesmo – "coração aberto" as mais caras lembranças do tempo vivido – nesse começo de série, que é a evocação dos que tanto deixaram nele o vestígio de seu afeto.

Vale dizer que, entre o soneto e a biografia, desde a *Alameda Noturna* até esse recanto de museu cheio de "figuras do Império e da República", descrevestes a habitual trajetória dos artistas, que, principiando pela fuga nos espaços ideais, se detêm finalmente, e demoram nas fontes da sabedoria perene, onde sussurram as águas de antanho, e se encontram os poetas, inspirados pela restauração dos símbolos.

Razão tinha Wilde: o poeta é espectador de todos os tempos e de toda a existência. Não há para ele formas antiquadas nem temas que passaram da moda. Corrigiu-o Anatole France: contanto que o livro de História, para não ser insípido, seja falso... Queria dizer: que seja belo. Nesse profeta *em retrospectiva* – como lhe chamava Schlegel – deve pulsar o amor da Beleza, capaz do milagre da ressurreição dos mortos – que é, afinal, a maravilha da História autêntica.

A Vida Amorosa de Liszt serve de exemplo a essa tendência.

Nunca se estudou no nosso meio o caráter distante e complexo do músico genial, com a finura interpretativa desse retrato em guache romântico, que descortina outra qualidade do ensaísta. Numa síntese larga das peregrinações daquele mago do piano-forte, pode haver mais compreensão que num

maciço, Pesquisado tomo de história séria: o problema é, no caso, de introspecção artística.

Lá rezava Boileau: *Rien ne vaut que le vrai*. Mas o completou Shaftesbury: *All beauty is true*...

É a estética, pois, o denominador comum de vossas idéias.

Nos poemetos da "juvenília", alumiados pela lâmpada elegante do vago amor, que foi, na vigília da vossa geração, a "lanterna verde" de todas as inquietações: nos robustos estudos do Brasil velho; nos capítulos de comovida recordação e nos livros históricos, cumpristes uma inalterável missão estética.

Participais da malsinada categoria dos homens que emprestam às coisas um pouco do seu otimismo íntimo: e receiam desenganar-se delas como Goethe (e Machado de Assis) com a sua "libélula azul".

Gostaríeis de ensombrá-las com a tinta lúgubre da desesperança; podereis obscurecê-las com o desencanto fatalista; ou explorar o gosto, senão o desgosto, de uma classe de leitores, dando à realidade os exageros dolorosos que a corrompem, mas a dramatizam.

Não fosseis quem sois, nem viésseis donde viestes!

Desde os primeiros anos, a educação moral, que vos ministrou o pai-artista, assim vos amoldou a alma, impregnando-a desse alento de romantismo prático – é o termo – que constitui a segunda natureza dos temperamentos sensíveis.

As letras, aliás, prestam-se a tudo.

Ai de nós, se a honesta profissão da escrita nos induzisse a assumir atitudes obrigatórias – determinadas pela pragmática sentimental – em face da vida e de suas surpresas! Seguimos, cada qual, o nosso destino: somos marinheiros cativos de uma estrela, que nos conduz na noite espessa da viagem; navegantes da intuição, e, de ordinário, barqueiro ao léu... Na partilha dos dons, nunca preferimos os que agradariam a todos. Daí, nos esquemas da literatura, as escolas; na classificação espiritual, os tipos humanos.

Rodrigo Octavio e seu filho foram promotores de animação, criadores de energia, arquitetos de laborioso edifício, paladinos nas linhas dianteiras da ação social, modelos de bom convívio, beneditinos da agremiação inteligente.

Tais qualidades incomuns e estimáveis exigem o pressuposto da simpatia que conjuga e atrai, une e comanda. Já não são muitos os que dela se valem

como uma fórmula de aliança intelectual: porém, convenhamos, foi uma prova de suas possibilidades a criação das academias!

Por que existem? E que utilidade têm? Há trezentos anos as injuriam, em todos os tons da sátira, os que não entendem a conveniência de se encontrarem, uma vez por semana, num determinado lugar, homens de letras, a estas devotados. Mas, desde os áureos tempos de Luis XIV, vivem, florescem, e atuam, *urbe et orbe*, caladas ou ruidosas, mansas ou combativas, eloqüentes ou lacônicas, trêfegas ou aristocráticas, francas ou fechadas, as academias literárias, sem que, em nenhuma parte do mundo onde disto haja, se declarassem prescritas – ou proscritas, pelas exarcebações da "idéia nova".

A razão dessa longevidade é simples – e bastante: nem no mecenato do poder, nem no regaço dos favores oficiais, nem na proteção privada, das classes ricas, nem nas universidades, ou nos trajetos da glória mundana, acharam jamais os letrados o ambiente adequado para o exercício da mais difícil das artes, seja, a penosa arte de envelhecerem juntos congraçando as suas opiniões – na divergência geral dos debates – sem partidos, que dividem, sem intransigências, que confundem, sem superioridades, que constrangem, sem intolerâncias, que repelem, nem a mágoa e a angústia de ser só. A mesa redonda engendrou um conceito cavalheiresco de igualdade: a camaradagem da nobreza. As academias inventaram melhor: a eloqüência, sem ênfase das conversas sapientes. Pode ser a fascinação dos ambiciosos, o prêmio do merecimento, o repouso das jornadas extensas pelos cimos da publicidade, essa espécie de Senado das letras, regelado, às vezes, pela friagem do desengano, tão perto fica das instituições vitalícias, o inverno da vida, Sibéria intelectual... Não importa! Vejamos a nossa. Até a fundarem os turbulentos protagonistas do *Fogo-Fátuo,* de Coelho Neto, deambulavam pelas redações, agrupavam-se nos regabofes do Clube Rabelais, chacoteavam na Pascoal, esparziam a boêmia pelos bastidores dos teatros, lastimavam-se em vozes indignadas, não houvesse na cidade um sítio onde, dignamente sentados, pudesse discordar dos companheiros. Dessa necessidade brotou a Academia Brasileira, como um vínculo cordial de civilização e de paz. Não se deixaram empolgar por ela apenas os mais moços, como Graça Aranha, os mais viajados, como Nabuco, os mais reacionários, como Laet, os mais descontentes como Romero, os mais alegres como Medeiros, os mais sociáveis, como Artur Azevedo, Valentim Magalhães

ou Rodrigo Octavio, sendo os mais sisudos, como Rui Barbosa, os mais distantes Taunay e Azeredo; os mais tempestuosos, como Patrocínio, os mais calmos, como Silva Ramos, os mais críticos, como Veríssimo, os mais ausentes, como esse impassível Machado que a presidiu e consagrou. É como se disséssemos que a aceitaram as mais contraditórias correntes, como uma solução pretensiosa – à falta de outra mais própria – para o problema da sua convivência.

Decerto não se contentavam com a regalada palestra em redor duma abstração: convencionaram servir à língua e à cultura nacional. A estes dois pontos de seu programa se conservou fiel a Academia Brasileira no meio século em que sobreexistiu à indiferença ou à hostilidade, dos que detestam essas categorias de cooperação espiritual – ou a ignoram.

De um equívoco, evidentemente, devem forrar-se as academias. É o *academismo.*

Tornou-se a caricatura por *vera efigie.* Tem disso culpa, nas origens, a Academia Francesa. Foi a sua política. A sua "grande política". Transposto o turbilhão das lutas religiosas, concentrado o poder nacional, debruçada a França, do balcão do Reno, sobre a paisagem do mundo, quis cristalizar o idioma e o espírito, dando-lhes uma dignidade clássica. Era o conceito hierático da cultura, a sua codificação, o verniz canônico, algo de perfeição absurda, em repúdio da vida impetuosa – e a sua sublime negação. Essa atitude antibarroca (digamos com Alfredo Weber), essa mania de purismo lingüístico, a atormentada pesquisa da beleza imóvel justificaram o epigrama do *academismo.*

O que dele disseram os críticos joviais!

De sua maledicência sorriu um agudo filósofo, que dava por bem preenchida a atividade acadêmica se completasse o Dicionário e lhe ajuntasse a gramática da língua: aquele, porém, aberto, como uma feira d'aldeia, à colaboração do povo, palpitando e vivendo com a alma das ruas, a sua sabedoria e a sua realidade. Quem o modernista que retificou, com grave advertência, os roteiros da Academia? Chamou-se Fénelon, e isto expunha na Memória *sur les occupations de l'Academie Française*, no último ano do reinado de Luís XIV!

No Brasil, pelo menos, nunca entendemos a responsabilidade acadêmica como um formalismo oposto aos fatores rústicos e poderosos do meio que nos envolve, da terra que nos influencia, do espírito coletivo, da geração que

passa. Traduzimos americanamente o título, a condição, o programa e a índole da instituição ligada, desde a primeira hora, às contingências nacionais. Ninguém pensou nunca em erigi-la em baluarte; porque foi sempre casa representativa. Não a fortaleza, mas a assembléia. Menos o agressivo reduto do que o centro de convergência. Onde se visitaram, e se reúnem, todas as tendências da literatura contemplativa ou militante. Todos os gêneros, todas as escolas, todas as direções. Os que se presumem clássicos, os que aspiram aos atrevimentos da novidade mais avançada, os sossegados artistas que não se matricularam em nenhuma dessas ordens literárias, poetas, prosadores; homens de ciência, que, do amor às letras, e de seu longo trato, deduziram uma vez a oportunidade de bater às portas deste palácio onde se hospedam a estética sem política e o sereno estudo. Academia sem *academismo* foi a sua norma heterodoxa, no cuidado extremoso pelo idioma, na sobressaltada vigilância da Cultura e de seus direitos, no zelo constante das tradições literárias do País, e nas tarefas silenciosas em que se revezam os operários, herdando, uns aos outros, a obrigação modesta, como acontecia, à sombra das torres góticas, nas catedrais de traço secular...

Aparelhamos as pedras anônimas, que se vão levantando em muros sobranceiros e floridos: é, há quase cinqüenta anos, o labor diuturno que nesta Casa se realiza, aberta aos sentimentos da Pátria e em comunicação com as suas impaciências juvenis. Feita para servir, constituída para sobrepor-se à confusão das querelas, definida como uma idéia de conciliação e de construtivo trabalho no tumulto das vozes de guerra, o seu convite ao bom senso do país é uma palavra enérgica de fé.

Confiamos na eficácia das Academias, porque reconhecemos a utilidade do congregado esforço dos que sonham, os préstimos de sua aliança e as promessas de sua fraternidade. Cremos nelas pelo ideal que as anima, pela honrada solicitude que as enobrece, pela desambição amável que as valoriza. Nelas acreditamos por seu endereço para lá dos problemas do dia, pelo longínquo horizonte a que se dirigem, e pelo contingente imaterial dos interesses que as sobrecarregam. Devotem-se, como pretenderam os seus fundadores, ao fulgor, clareza e universalidade da língua em que os gênios da raça imortalizaram as suas mensagens sem data. Dediquem-se ao bom combate da integridade espiritual da Nação. Dêem-se à salvaguarda de seu patrimônio popular no

resguardo ciumento de suas lendas e narrativas; apliquem-se à meditação desses primores da sua velha sensibilidade; à análise e à difusão de suas ocultas riquezas; e à identificação exata de seus segredos e de seus mistérios. Empenhem-se na busca, na indagação, na garimpagem e na escolha dos velhos motivos da arte popular que o tempo ilustrou; façam do inventário dos cabedais do idioma o seu entesouramento avaro; cumpram as recomendações dos seus filósofos e dos seus retóricos; ativem as suas possibilidades de ação e influência; desfraldem, nos topos desse castelo encantado, a bandeira – e o desafio – da luta pelos imortais valores do espírito. Sejam a tribuna da liberdade intelectual, os arquivos da vernaculidade, a biblioteca da cultura evolutiva, o decoroso recinto da erudição posta a serviço das questões permanentes do País como pensamento, altura, inspiração e objeto da arte literária.

Para esses trabalhos sóbrios vos alistastes, Sr. Rodrigo Octavio Filho, e vindes em hora difícil.

Trazeis no coração a flama da poesia; e prometeis continuar a interrompida faina paterna...

Queria Piron – aquele cético magnífico – que as orações acadêmicas em solenidades como esta, se reduzissem a bem pouco. Diria o recipiendário: *Messieurs, grand merci*. E o paraninfo: *Il n'y a pas de quoi*.

Serei mais justo – realmente informativo – tomando-vos pela mão à entrada, mostrando-vos com gesto amigo o lugar, e lembrando-vos que a casa é vossa. Reparai nela: está por toda parte o forte vestígio que aqui deixou Rodrigo Otavio. Duma dessas paredes pende o seu retrato. Ao filho e à Academia quis com amor equivalente. É natural que nesse enlevo de família e de saudade encontreis um pouco do passado. Nele estremecem as ilusões perdidas, as sombras amadas, que se escoam no tempo, flores das primaveras que não voltarão, a doce melancolia da "alameda noturna"...

Unindo esse romance antigo ao futuro triunfante que vos sorri, tendes o que fugazmente entreveis hoje: tendes a glória.

Discurso do
SR. A. CARNEIRO LEÃO

e

Resposta do
SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO

Sessão solene extraordinária
do dia 1.º de setembro de 1945

I

DISCURSO DO SR. A. CARNEIRO LEÃO

Havia outrora, na Pérsia, uma célebre Academia, em cujos estatutos se encontrava o seguinte artigo: "Os acadêmicos pensarão muito, escreverão pouco e falarão o menos possível."

Confesso-vos que nunca admirei tanto a sabedoria oriental. A última cláusula desses estatutos reúne inevitavelmente os sufrágios de todos aqueles que, pela primeira vez, têm a honra insigne de ser admitidos em vossa Casa. Em tal momento o mais audacioso perde a audácia. É o "noviço" inquieto de se não encontrar à altura de tão elevada missão; inquieto, mas feliz.

Quem disse que o dia mais belo era a véspera?

Foi sem dúvida, alguém, alheio por completo às eleições acadêmicas, nas quais a véspera se nos apresenta incomparavelmente menos sorridente do que o dia do triunfo. Quem de nós não sofreu, nessas intermináveis horas de espera, as ansiedades, os desalentos, as dúvidas e depois as esperanças e outra vez as dúvidas?

Ela é severa, a véspera das eleições... Mas não há de ser por um caminho de flores que se alcançará a vitória.

Minha insistência já provou quanto ambicionei a honra que me conferistes.

Há, senhores acadêmicos, teimosias intrépidas que são altamente recompensadas.

Hoje me acolheis em vossa ilustre Companhia. É para mim um indizível contentamento que vos agradeço comovido. Meu pensamento une os que aqui se encontram aos que se foram, e que esta noite aqui permanecem com todo o prestígio dos ausentes muito amados.

Todos vós, compondo o poema de vossas idéias ou de vossa fé, trouxestes aos homens o inestimável dom de uma potência espiritual sem a qual as conquistas do mundo seriam bem precárias.

Poetas, que espalhais a Beleza sobre a terra: os vossos sonhos são também os nossos. Filósofos, que elevais o vosso espírito acima dos interesses cotidianos; sábios, que nos desvendais cada dia um pouco dos enigmas do universo; juristas, que refreais tantas iniqüidades; historiadores, que escrutais o passado; sacerdotes, que ofereceis ao mundo a fé, a esperança e a caridade, todos vós que vos consagrastes a um ideal, cuja posse é, algumas vezes, tão áspera, eu saúdo em vós o pensamento e a ação, fontes de tudo quanto constitui a grandeza e a ventura do homem. Sem as vossas obras, a vida nos imporia o mais triste, o mais implacável dos fados.

Penso ainda em todos aqueles que se poderiam ter sentado ao vosso lado, em todas as nobres inteligências cujos planos faliram, naqueles que nem puderam tentar realizá-los, pois a vida caprichosa os apartou do caminho de sua vocação não consentindo batessem à vossa porta.

Uma encantadora página da literatura Inglesa me vem à memória, imagem eloqüente de destinos frustrados: "A porta no muro."

Um jovem, todos as dias, passa diante de um vasto muro, no qual há uma porta fechada.

Um dia a porta está entreaberta. E ele percebe um maravilhoso jardim, no qual desabrocham todas as flores, cantam todos os pássaros e grandes árvores centenárias sobem para a luz. O jovem não pode então deter-se um minuto sequer, porém, enlevado, promete voltar.

Os dias, os meses, os anos passam... e os afazeres rotineiros e absorventes, as preocupações medíocres, todas as imposições da vida impedem-no de realizar seu belo sonho.

A existência inteira ele arrasta dentro de si a nostalgia do encantado jardim em cujo recesso jamais pôde penetrar.

Mais feliz que o herói desse comovente símbolo vejo uma das minhas mais altas aspirações realizada mercê de vossa generosidade.

* * *

Fundada numa hora em que o pensamento vivia separado da ação por um fosso intransponível, a Academia congrega pensadores, homens de letras, poetas. Nessa época ela se podia isolar. Sua finalidade máxima seria a conservação da maior riqueza nacional – a nossa língua. Vós vos fizestes os guardiões desse tesouro tão sagrado quanto o fogo da cidade antiga.

Nada ultrapassa, em beneficio à Cultura, a grandeza humana da língua. Ela perpetua a lembrança de nossos antepassados, melhor do que qualquer outro legado que eles nos possam deixar para o edifício da civilização.

O cultivo da gleba, a Arte, a ciência, os costumes internacionalizam-se! Vede: o mesmo trigo estende suas ondulações douradas além fronteiras; a mesma arquitetura veste o universo de monotonia desconcertante; a moda soberana uniformiza o eterno feminino; a ciência penetra todas as nações... A língua fiel, no entanto, permanecerá nossa, será o laço indestrutível entre a geração de nossos pais e a nossa geração, entre nós e nossos filhos.

Eis a herança preciosa. Ela nos vem do fundo das idades em que cada dia que passa é devedor do dia que passou.

Aproximar-se, compreender-se, identificar-se pelas recordações análogas e pelas esperanças comuns será sempre a verdadeira beleza do sentimento nacional.

Senhores acadêmicos, vossa missão foi, é e será essencialmente patriótica.

Como tudo que vive, as Academias estão submetidas à lei da evolução. Mais que nunca apreciais e acolheis a diversidade da inteligência. Pressentis os males de uma literatura confinada na pura especulação. E ensaiais conciliar o idealismo desdenhoso, em sua torre de marfim, com o realismo escravo dos fatos.

Chegamos a uma encruzilhada da História e é difícil distinguir entre o possível e o aparentemente impossível. O amanhã nos permanece incerto, vacilante, na cadeia dos destinos.

Compreendemos, demasiado tarde talvez, tudo quanto há de transitório naquilo que acreditávamos imutável e eterno... A Cultura foi atingida em cheio, até as forças espirituais sentiram o perigo.

A hora é grave para os homens de pensamento e para os homens de ação. E há de ser da identificação de ambos que surgirá a força capaz de modelar o futuro, de marcar o novo estádio pelo qual a humanidade se encaminhará com firmeza.

Nada de grande se obtém sem a fé. É mister acreditar no prodígio, é mister crer no milagre, crer como Clóvis Beviláqua cria:

> Creio no Direito, porque é organização da vida social, a garantia das atividades individuais;
>
> Creio na liberdade, altíssimo ideal a que somos impelidos pela aspiração do melhor...;
>
> Creio na moral, porque é a utilidade de cada um e de todos transformada em Justiça e caridade...;
>
> Creio na Justiça... creio na Democracia, creio mais nos milagres do patriotismo.

Esta noite, ante o tremendo compromisso de encarar a figura e a obra de Clóvis Beviláqua, sinto a vertigem das alturas e me arrecearia da queda fatal se me não protegessem a minha sinceridade e a minha devoção àquele que muito conheci e muito admirei.

* * *

Nasceu Clóvis Beviláqua a 4 de outubro de 1859, na pequenina Viçosa, no Estado do Ceará. Foi naqueles risonhos dias que, embora próximos, se nos afiguram tão distantes, quando a divina piedade vivia conosco e um sopro evangélico passava ainda sob o nosso céu, ouvindo-se a toda hora:

– Ó de casa!

– Ó de fora!

– Quem bate?

– É de paz...

E o amigo, o viandante, quem quer que fosse, recebia *incontinenti* o agasalho fraternal.

Nascido na orla do sertão, berço de gente enérgica e paciente, cujo temperamento varia da alegria serena à nostalgia suave, trouxe Clóvis em sua personalidade a marca indelével do torrão natal.

Seu avô paterno, filho do longínquo Trieste, aportado ao Brasil, há quase dois séculos, e sua avó, D. Luísa de Oliveira, nome representativo das linhagens lusas, lhe teriam de transmitir as qualidades primaciais de caráter e de sensibilidade. Foi, porém, a influência do meio natural e da área da Cultura, em cujo seio viu a luz do dia e viveu os primeiros anos, que lhe impregnou o espírito do vigor físico e social da terra e do agregado humano daquelas paragens.

Embalam-no, por certo, pela voz de sua mãe, as lendas, as poesias, o folclore daquela gente. Ele mesmo mais tarde deve ter voltado a ouvir pelas cabanas agrestes, sob a melancolia cariciosa do luar do sertão, muitas dessas canções, entoadas por ingênuos troveiros indígenas ao som da harmônica, do triângulo e da viola. Tais cenas, a recordarem um bom tempo lendário, no qual tudo é singeleza, arrojo e lealdade, parece terem permanecido para sempre inabaláveis em seu subconsciente.

Ele herdou e conservou ciosamente em si, numa síntese feliz, tudo quanto de bom, de espontâneo, de desprendido os manes daqueles ermos incutiram no ânimo de seus filhos. A simplicidade, a superstição e a resignação do sertanejo nordestino ante a fatalidade da natureza transfiguram-se, na candidez daquela alma, em doçura, em tolerância, em espírito de justiça, tocado por uma bondade sem limites.

Tenho ainda diante dos olhos a fotografia de Clóvis, em 1862. Conta apenas três anos e é já ele mesmo. Sua atitude revela uma paciência surpreendente. Aprumado sobre uma cadeira, seus pés cruzados desafiam as leis do equilíbrio, suas pequenas mãos obedientes lá estão onde o fotógrafo as colocou.

A expressão do rosto infantil é tocante. Denota inteligência, meiguice, resignação – fatores dominantes de seu espírito.

Transcorre um lustro, ele tem oito anos. Uma outra fotografia no-lo apresenta em companhia de sua mãe – Dona Martiniana – cuja expressão a um tempo tranqüila e austera vale por um flagrante das damas de sua época, em nossa terra. O pequeno conserva-se sério, mas mostra-se feliz. Sua mãe ali está e esta companhia é a sua única ambição. É o tempo venturoso no qual poderia cantar com o poeta:

Quand le bord de sa robe était non horizon.

Depois vem o Ateneu Cearense, depois o Liceu Cearense, em cujos bancos o adolescente se entusiasma por Taine, Chateaubriand, Lamartine, Victor Hugo, Leconte de Lisle, Gautier, Georges Sand, Quinet e os nossos, Gonçalves Dias, Fagundes Varela, Álvares de Azevedo, Alencar, Castro Alves.

Revela-se o escritor. Sua estréia faz-se em 1875, aos 16 anos incompletos, no jornalzinho O *Livro*, por ele fundado com Paula Ney e outros colegas. Em seguida, em fins de 1876, já tocado pelo movimento intelectual dirigido por Capistrano de Abreu, Rocha Lima, Tomás Pompeu Filho, Araripe Júnior, João Lopes, Amaro Cavalcanti, parte para o Rio de Janeiro e freqüenta o Mosteiro de São Bento e o Externato Jasper. Aqui se une afetuosamente a Silva Jardim, o tribuno incomparável com quem estuda, discute e sonha. Por intermédio de Büchner, Quinet, Miguel Lemos, efetua-se a sua iniciação filosófica. Mas só em Recife, em 1878, desabrocha inteiramente sua poderosa personalidade de pensador.

A capital pernambucana, logo depois de 1860, tornara-se um centro de vibração cívica e mental. Tudo ali era propício a um grande movimento de ardor juvenil. As reminiscências históricas criaram ou desenvolveram esse estado de espírito. À longa e cruenta luta contra os holandeses, às aspirações liberais ensaiadas por inspiração de Nassau, na Assembléia dos Escabinos, na primeira metade do século XVII, à revolta dos Mascates, no início da centúria seguinte, ao Seminário de Azeredo Coutinho, fundado em 1800 com um programa de cultura capaz de produzir os idealistas de 1817 e 1824, se vinham juntar a questão religiosa e a exacerbação criada pela guerra contra Solano Lopes.

Ainda vibravam no ar:

Juntemos as almas gratas
De colegas e de irmãos,
Que o vento que acorda as matas
Nos toma os livros das mãos.
A vida é uma leitura
E quando a espada fulgura,
Quando se sente bater
No peito heróica pancada,
Deixa-se a folha dobrada
Enquanto se vai morrer...

Era a caminhada para a luta. Mestres e alunos marchavam decididos para o campo de batalha do Paraguai.

No livro de Clóvis – *História da Faculdade de Direito* de *Recife* – no qual se resume toda a obra do celebrado instituto de cultura e de vida intelectual e social de Pernambuco e do Brasil, sente-se a fulguração da época. A Faculdade irradia inteligência e entusiasmo. Surge a ação mental, a que Sílvio Romero chama Escola de Recife. Inicia-se em sua feição literária, sobretudo poética. É o momento em que as imprecações de Victor Hugo chegam às plagas brasileiras.

A vida intelectual mantinha-se em trepidação constante e contagiosa. Na Mansão do Direito encontravam-se, vindos dos quatro cantos do Brasil, os agitadores do meio pacato da Veneza brasileira.

Os salões abriam-se-lhes promissores. As serenatas ao luar, sob as janelas das beldades pernambucanas, exaltavam os corações femininos, alheios à inquietação dos sisudos chefes de família, nos remansosos bairros de Santo Antônio e Boa Vista.

Tobias Barreto de Meneses e Antônio de Castro Alves, aos quais se vinham juntar outros, muitos outros, de dentro ou de fora da Faculdade, fascinavam o ambiente tranqüilo de Recife.

O Teatro Santa Isabel, em cujo palco se exibia uma companhia dramática portuguesa, é a arena de combate. Naquele ambiente, sob *os* olhares fascinantes das mulheres, cujas espáduas nuas caíam graciosamente, acentuando, segundo o gosto da época, cinturas de vespa sobre amplas saias entufadas, se desencadeava verdadeira refrega poética.

Duas atrizes – Eugênia Câmara e Adelaide do Amaral – tornar-se-iam o motivo da peleja que daria sabor e movimento à cidade inteira.

Antônio de Castro Alves exalta a primeira, fá-la sua musa. Tobias decide-se pela segunda, louva-lhe os talentos. Logo o entusiasmo transmuda-se em rivalidade. Separa amigos. Fomenta partidos. Provoca debates.

Em torno dos vates pugnazes alinham-se as preferências. A porfia desperta interesse ainda maior do que os espetáculos. Os dois poetas, nos entreatos, promovidos pelo consenso geral na parte mais empolgante das representações, recitam poesias encomiásticas às suas deidades, envolvidos pelos aplausos da platéia em festa.

Não raro, terminada a declamação, antes de se extinguir o eco das derradeiras palmas, em resposta às insinuações de um deles à eleita do outro, rebentam improvisos que arrebatam.

Quando Tobias termina, em alusão a Eugênia Câmara, livre e audaciosa:

Sou grego pequeno e forte
.....

Mas minha' alma inda tem fé...
.....
Não sonho, não me embriago
Nos banquetes de Friné...

Castro Alves, sob aclamações, levanta-se e, visando à musa do rival, que era casada, responde:

Sou hebreu, não beijo as plantas
Da mulher de Putifar...

À exaltação do momento sucedem-se os comentários, as discussões, nas vetustas salas da Faculdade, nas redações dos jornais e das revistas, nos salões, nos escritórios, nos balcões comerciais e nas ruas.

Os partidários de um ou de outro orgulham-se de seu chefe e de sua inspiradora, ostentam na lapela os emblemas característicos de sua preferida.

Compreende-se com facilidade o que representaria um acontecimento de tamanho porte numa cidade de Província, cujos atrativos não iam além das reuniões familiares, das festas de igreja, das Cavalhadas, dos Pastoris, dos Bumbas-Meu-Boi, das trocas de olhares namorados à saída da missa aos domingos, das tertúlias dos homens nos bancos das Boticas e das famílias nas cadeiras e canapés enfileirados em plena rua, pelas calçadas das residências senhoriais.

É de lembrar a vivacidade com que meu velho pai – Antonio Carlos Carneiro Leão – nos evocava a impressão que lhe causara, nos salões festivos de seu avo paterno – Francisco de Paula – o encantamento, despertado pelo

sucesso sem par. Sua devoção pela poesia lírica e seus versos inspirados guardaram sempre, através dos anos, o sabor da ingenuidade e doçura daqueles dias.

Passada a efervescência que se prolonga até 1866, a vibração continua. Vivia-se numa época em que o maior florão da inteligência era a Poesia. Ser poeta significava pertencer à grei privilegiada da aristocracia intelectual. Ao vate tudo se permitia. Dir-se-ia que se participava do sentimento de privilégio tão bem expresso por São Pedro, (nos versos de Edmond Rostand) ante a desenvoltura de uma alma à porta do Paraíso:

".....
"Mais vous viviez comme um infâme!
.....
Pour vous nous n'avons pas de place
Allez-vous-en chez les damnés!

Oh! là-bas on vous fera fête,
Monsieur le... Tiens, au fait, qu'avez
Vous été sur terre?" – "Poète.
Je faisais des vers, vous savez."

–"Hein? Poète..." Alors m'ouvrant vite:
"Pourquoi" fit-il d'un ton plus doux,
"Ne l'avoir pas dit tout de suite?
Entrez done! Vous êtes chez vous."

Estamos em plena moda dos recitativos ao piano, ao som da Dalila, do feitiço do verso, da inclinação da Sinhá Dona pelo Doutor poeta, autor de acrósticos, declamador de tiradas românticas nos salões das damas mais belas e mais festejadas da capital de Pernambuco.

Alguns se ostentam, então, como o de Dona Paulina Monteiro de Siqueira Cavalcanti, das Wanderley, das Carneiro da Cunha, das Carneiro Leão, das Rego Barros, das Sousa Leão, das Albuquerque, das Pais Barreto... como verdadeiros centros de convergência intelectual.

A novidade revolucionária, na poesia da Escola de Recife, tinha de ser a social. A liberdade política, a emancipação dos escravos e a emoção cívica predominam. São "Vozes d'África", "O Navio Negreiro", "Pedro Ivo", "Quem dá aos Pobres empresta a Deus", de Castro Alves; "A Polônia", "Sete de Setembro", "Os Leões do Norte", "Num dia nacional", de Tobias Barreto, para só falar nos chefes.

Era a reação evidente das idéias e dos sentimentos generosos que culminaram na Emancipação dos Nascituros, na Abolição da Escravatura, na República. É a primeira fase dessa revolução mental e moral que conquista a mocidade e os meios cultos, construindo, como finalidade do espírito, o esforço pelas aspirações humanas mais altas e mais nobres.

Da poesia encaminham-se naturalmente para a crítica literária, para a Filosofia.

Neste período até a Poesia se inspira na Filosofia e na ciência. Os versos de Generino dos Santos e as *Visões de Hoje,* de Martins Júnior são provas significativas.

A Escola de Recife, em sua fase poética, foi obra da juventude, foi criação dos estudantes de ciências jurídicas e sociais, vindos de todo o Brasil e empolgados pelo meio.

A Congregação da Faculdade mantinha-se na penumbra de uma filosofia e de um direito natural, indiscutíveis e ainda ali indiscutidos. Chega, porém, a hora em que se passa insensivelmente da poesia social e propulsora de idéias generosas, para novas concepções do mundo, da vida, do espírito, da sociedade e do direito.

A revolução filosófica se processa com o Positivismo de Comte e de Littré.

A ação do Positivismo na evolução do pensamento brasileiro é imediata. Cedo, contudo, a corrente se desvia. A luta contra a filosofia oficial prossegue sob a direção de Tobias Barreto. Insulado dez anos em Escada, pequena cidade do interior, entre canaviais e livros de ciência e pensamento germânicos, ele forja as suas armas de combate. Seus mestres são Ernesto Haeckel e Ludwick Noiré. A seu lado ou conduzidos pelo seu entusiasmo surgem outros lidadores. Chegam Sílvio Romero, Sousa Pinto, Aníbal Falcão, Gumercindo Bessa, Martins Júnior, Artur Orlando e... Clóvis Beviláqua.

Não importa a escola. Todos se irmanam na mesma paixão iconoclasta e ruidosa. A luta se orienta contra a estagnação, no repúdio das doutrinas consideradas obsoletas.

Um pugilo de jovens, o mais decidido e combativo que lá dera o Brasil, toma posição e esgrime não raro com ingenuidade tocante mas sempre com decisão e altitude mental promissoras.

Nesse ambiente flamejante Clóvis Beviláqua mansa, mas seguramente, ensaia a crítica literária, a princípio, a crítica filosófica e a Filosofia depois.

Seu *Esboço Sintético do Movimento Romântico Brasileiro* denota uma visão literária superior. Basta considerar as páginas sobre José de Alencar e Gonçalves Dias. E sua curiosidade dilata-se. O estudioso penetra outras esferas literárias. A apreciação que escreve sobre o Teatro é o primeiro estudo de envergadura no gênero em nosso país. A seguir surgem os ensaios a respeito de Tolstói e de Dostoievsky. Nessas páginas revela-se o crítico com reminiscências de Taine.

Seus conceitos, quanto ao sombrio Dostoievsky, nos evidenciam uma exatidão impressionante no descrever o sofrimento do romancista russo.

> – Dostoievsky foi, na Rússia niilista – afirma Clóvis –, o que se pode chamar o foco convergente e multiplicador das agonias de um povo inteiro. Todas as amarguras dos desprotegidos, todos os pesadumes *des pauvres gens,* dos simples, dos humildes, dos pequenos, dos esmagados, vibram seus nervos doentios de epiléptico genial [...] A pátria fora para ele um culto absorvente, o povo russo não tinha igual a seus olhos; era justo que a Rússia viesse chorar de joelhos sobre a cova daquele que fora a personificação de sua alma atribulada.

Antes ele publicara trabalhos de adolescência, hoje reunidos em volumes pelo carinho de suas filhas Doris e Floriza, com o título geral de *Recordando o Passado.* Quase dessa época são ainda *Frases e Fantasias,* a propósito das quais acentua Araripe Júnior:

> – A prosa poética de Clóvis Beviláqua lembra, *mutatis mutandis*, o timbre argênteo de Lamartine em *Graziella;* e se ele se dedicasse à ficção é bem provável que nos desse belíssimas pastorais no gênero de Longus ou de

Bernardin de Saint-Pierre. Tal conceito justifica-se na leitura de "Miloca", "Na Helênia", "A Morte do Pássaro" e "A Flor da Tuberosa".

É principalmente na crítica que Clóvis começa a participar da Escola de Recife.

Chegado a Pernambuco em 1878, alcança o período final da fase crítica e filosófica da Escola.

Aliado a Martins Júnior faz-se Positivista, no começo sob a ação de Augusto Comte e logo depois de Littré.

Sua conferência sobre o renovador do Positivismo foi uma das melhores manifestações de sua inteligência no período acadêmico. Tal simpatia era uma como demonstração das semelhanças flagrantes entre as duas personalidades.

Littré, cuja pureza de espírito e de coração só encontrava rival na pujança do seu saber, era uma alma privilegiada, dessas que nos levam a perdoar toda a maldade humana por descobrirmos o infinito de bondade contido em uma só criatura. Chamavam-no "Santo Leigo", qualificação mais tarde dada aqui também a Clóvis Beviláqua.

A Escola de Recife por aquele tempo fervia na batalha armada no arsenal filosófico de Comte, Littré, Mill, Haeckel, Noiré, Kant, Fichte, Schelling, Hegel, Schopenhauer, Wundt...

Não tinha ainda enxergado no Direito influxo das idéias que lhe davam a interpretação do mundo. Foi o concurso de Tobias a centelha reveladora da grandeza dessa ciência, de sua força para a explicação do cosmos, da vida, razão de ser da sociedade, da civilização e da Cultura.

Devo a Tobias – ele o confessa – o inestimável serviço de me haver aberto a inteligência para ver o Direito.

Clóvis Beviláqua pertenceu a um período único na história de nosso pensamento, ao menos em seu caráter de contágio mental e de fé no prestígio das idéias.

A juventude estava fatigada das velhas tiradas do Direito Natural quando ouviu alguém, cuja voz dominava e convencia.

Em atitude de desafio, com uma lógica irresistível, uma instantaneidade nas réplicas arrasadoras, um desabrimento de linguagem atordoante, Tobias Barreto de Meneses apontava a todos a Canaã de um nova concepção do Direito. Era a verdade que aqueles moços buscavam beber a longos tragos nas

exposições do demolidor eloqüente, desabusado e intrépido. Nem os velhos "lentes" da Faculdade escapavam à sensação de surpresa.

Músico e barítono, sua voz quente e poderosa tinha modulações de grande riqueza e seus olhos dançando nas órbitas, numa combinação fisionômica curiosa e não raro pitoresca, acompanhados pelos gestos mais expressivos davam-lhe à palavra e aos argumentos grande intensidade de vida.

Vale a pena citar alguns trechos de uma carta descrevendo o sensacional concurso de Tobias.

– A palavra mágica de Tobias Barreto – escreve Gumercindo Bessa, o missivista de então, traduzindo uma lógica inelutável e originalíssima –, não é coisa que se exprima numa carta. E depois o vulto grandioso de Tobias ainda mais se destaca no quadro por efeito de um contraste palpável; imagina tu um gigante assentado no meio de quatro pigmeus e terás a verdade no que vai sucedendo por aqui nesse célebre concurso. Avaliar-se em mais de mil as pessoas que têm afluído à sala dos graus não é exagero. É um barulho enorme desde as sete da manhã na Academia para achar-se lugar...

Quando chegou a vez de ser argüido o Tobias, fez-se na sala um silêncio tumular. O sergipano ergueu-se lentamente e com passo majestoso foi sentar-se em frente ao seu contendor.

> [...] O Drummond argüiu-o na tese do Direito Eclesiástico, que o sergipano assim enunciou: O regime concordatário não se harmoniza com a organização e instituição da Igreja [...] A concordata é uma transação entre a Igreja e o Estado, entre o Papa e o Rei, *estas duas metades de Deus* na frase de Victor Hugo". Ora quem diz transigir, diz tolerar". Mas a tolerância é filha da dúvida, e a Igreja não pode tolerar, porque não pode duvidar... "A Igreja crê-se de posse das verdades divinamente reveladas, apregoa-se mãe e mestra dos povos, *via veritas et vita;* como pode tolerar?" "Tolerar é pactuar, é adiar o combate de duas doutrinas porque se duvida qual delas seja verdadeira". Poderá a Igreja ser coerentemente tolerante? "Não, repito, a tolerância é filha da dúvida, a verdade é intolerante, não transige com o erro". "Logo, posso concluir, a concordata é inconciliável com a organização da Igreja". E é por isso que eu tenho minhas simpatias pelos papas intransigentes".

Depois, debatendo com o Dr. Freitas, com Gomes Parente, com Portela, ele manteve sempre o mesmo tom.

> Tudo é um, eis concretizado todo o sistema que adoto – diz Tobias. – Mas, compreenda-se bem, quando eu digo adoto, estou longe de afirmar que o espírito humano tenha dado seu último passo nessa peregrinação em busca da verdade. Quero apenas dizer que o Monismo é a palavra ultima da ciência moderna. Espírito progressivo como sou, não concebo que se possa fechar o cérebro à invasão das ciências novas, para apegar-se eternamente a uma doutrina que não merece a sanção da ciência e que se declare em rebelião insensata contra a poderosa injunção dos fatos. Assim amanhã abandonarei a velha bagagem do Monismo, se o advento de um sistema mais completo vier se impor à ciência. É essa a condição de todo o progresso. Entremos agora na explicação do nosso tema: a fórmula irredutível do Monismo é esta: *Tudo é um.* Isto é, o cosmos, com suas ordens de fenômenos diversos, rege-se por uma lei idêntica, única...

E em seguida:

> – O Direito não é uma idéia apriorística, não é um postulado metafísico, nem caiu dos céus sobre nossas cabeças, não é também uma abstração resultante das leis da evolução, que ainda se acham em estado de *incógnitas,* mas é a disciplina das forças sociais e principio de seleção legal na luta pela existência. [...] Sim, antes que as relações fossem afirmadas pelo Direito a força dominava tudo, da mesma sorte que nos céus, antes que os corpos sidéreos tivessem encontrado a lei de sua existência o caos dominava tudo.

Aí está o acontecimento galvanizador, a desviar da retardatária filosofia de Soriano, do desacreditado Direito Natural de Ahrens para o pensamento germânico de então a sôfrega juventude. O deslumbramento pelo inédito não conhece fronteiras. Começam todos a ouvir e a seguir o mestre como a um oráculo.

Clóvis Beviláqua, agora positivista, com toda sua geração, se enfileira na corrente materialista e passa ao Monismo naturalista de Haeckel e daí ao

evolucionismo monista de Herbert Spencer. Todos os fenômenos universais reduz a um mesmo denominador: o movimento.

Embora senhor de grande autonomia mental, foi, na fase filosófica, discípulo da Escola de Recife, mas tornou-se mestre e líder na fase jurídica, cuja construção dependeu, em parte magna, de sua inteligência, de sua cultura e de seu labor.

Para ele tudo é matéria e movimento, e o movimento no Cosmos produz e organiza a harmonia dos mundos, na vida constrói e orienta as funções vitais, no espírito alimenta e realiza a consciência e o pensamento, na sociedade institui e desenvolve as interações sociais, no Direito estabelece o equilíbrio entre o indivíduo e o grupo, suscitado pelas duras contingências da existência coletiva.

Mergulhamos em puro naturalismo. A hereditariedade e a adaptação são as duas grandes leis formadoras da vida, do espírito e da sociedade.

E o evolucionista não se perturba com a impossibilidade de explicar como reduzir o movimento a fenômenos de consciência, de vontade, de liberdade no espírito e de personalidade, de associação e de solidariedade no grupo. Ele concebe os estados de consciência como processos nervosos reduzidos pela ciência a movimentos.

Para Spencer, aliás, as leis do conhecimento como as do crescimento da população são as mesmas leis da natureza.

Durante sua estada na América do Norte, conta-nos Harald Hoffding, acentou Spencer os males revelados na vida pública desse país, provenientes de sua Constituição. Em si mesma, dizia o filósofo, a Constituição era boa, mas, elaborada por "um golpe de acaso", ao invés de construída espontânea e lentamente, as conseqüências não correspondiam às esperanças nela depositadas.

"E o inconveniente não será remediável pela educação?", pergunta-lhe alguém.

O evolucionista responde peremptoriamente: "Não. As modificações de caráter só se efetuam quando há relações recíprocas entre uma raça e as condições reais da existência, durante gerações. É pela adaptação, pela evolução, pelo exercício das forças de cujos serviços nos valemos na luta pela vida que se formam os caracteres fortes e os sentimentos sadios."

A profecia de Spencer não poderia falhar mais fragorosamente e com ela a inefabilidade de sua evolução lenta, da força inexorável da hereditariedade e da adaptação como fator de toda a evolução, da vida à sociedade e ao Direito.

Nunca inovação mais imprevista e mais atrevida surgira para a construção de um estado federativo, do qual se diria que tudo conspirava para seu esfacelamento, do que a "Suprema Corte", produto dessa Constituição, cuja função até então insuspeitada pela ciência e pela prática política dos povos, se transformava na chave do equilíbrio nacional, do julgamento das leis, dos atos dos demais poderes, tornando-se até hoje a garantia da unidade e do progresso da grande República. Sob seu influxo, há cento e setenta anos caminham os Estados-Unidos em ascensão contínua.

Há mais de século e meio os Presidentes da República e os chefes executivos estaduais se sucedem regular e legalmente, a princípio pela expressão do voto indireto e depois do voto direto do povo, sob a determinação daquele instrumento político instituído por "um golpe de acaso".

A educação, em que o insigne filósofo inglês, conforme sua teoria, não depositava confiança, tem sido, nos Estados Unidos, um anteparo decisivo às forças destrutivas. É verdade que ele mesmo, apesar de não crer na educação, se insurgira contra seus patrícios, que se preocupavam com o treinamento de seus potros de raça e esqueciam a preparação dos filhos. Foi seu livro *Educação Intelectual, Moral e Física* lido no limiar de meu curso jurídico juntamente com os *Primeiros Princípios,* que me arrastou, aos 18 anos de idade, para o estudo da educação como fator da formação e do crescimento individuais e da harmonia e grandeza sociais. Não posso deixar por isso de render graças a quem influiu tão cedo e tão decisivamente para minha confiança na educação como força organizadora, orientadora e transformadora da sociedade.

É que, não obstante sua descrença noutras forças plasmadoras e promotoras de progresso social além da hereditariedade e da adaptação, ele não se pôde esquivar à importância do fator educacional. Felizmente para mim a hereditariedade constitui elemento inelutável, mas como potencial a ser desenvolvido, dirigido, orientado de acordo com o meio e as circunstâncias. Daí minha fé na energia transfiguradora da educação em seu mais alto sentido.

Não vejo como concluir que a evolução ou, melhor, o progresso do pensamento e da liberdade, assim como da Moral e do Direito, sejam resultantes do movimento senão caindo em plena metafísica.

Seria realmente curioso denominarmos metafísica apenas a especulação das causas primarias e finais apregoadas pelo espiritualismo! O absoluto dos materialistas, a eternidade e a indestrutibilidade da matéria como a universalidade do movimento, tudo isso é tão metafísica quanto a existência de um espírito supremo de onde tudo promana.

O próprio Spencer reconhece uma conexão entre a ordem fenomenal e a ordem ontológica ou o absoluto.

Clóvis não afirma tão explicitamente sua conciliação com o absoluto.

Que será, porém, considerar todos os fenômenos universais, como ele os considera, manifestações progressivas de "um principio único e evolutivo?"

Sua escola filosófica tem o Direito como atributo da natureza material do homem e da sociedade, fenômeno redutível a movimento.

Certo, a natureza do homem, suas necessidades funcionais têm de ser estudadas, compreendidas e respeitadas nos limites da colisão com os interesses da sociedade.

Não percebo por que para chegarmos a tal solução necessitemos de considerar o Direito uma como que transformação do movimento. Não possuímos instrumento algum nem de ciência nem de método que nos autorize a afirmativa tamanha. Como o não possuímos tão-pouco para as conclusões de Bergson: "O homem defende-se contra seus inimigos menos bem que os animais, logo o instinto passa a prevalecer; a inteligência não pode compreender senão o contingente, logo é inferior ao instinto e sobretudo à intuição que atinge o absoluto."

Nenhuma outra filosofia poderia soar melhor aos depreciadores do intelectual, aos sectários dos regimes do "homem providência". O *Príncipe* de Fichte, o *Chefe* dos racistas de nosso tempo, possuíam o instinto e a intuição, podiam desprezar a inteligência.

Muito mais lógica e principalmente mais modesta seria, dentro dos limites científicos de que dispomos, a explicação do saudoso mestre Laurindo Leão, quando concluía pela irredutibilidade fenomenal.

Desse modo vemos o Cosmos e a vida sujeitos à lei de causalidade pela transformação do movimento e o espírito, a sociedade e, em conseqüência, o Direito, subordinados à lei de finalidade pela determinação dos fins.

Contudo chegamos aqui a resultado inesperado e desconcertante. Enquanto o espiritualismo de um Bergson e a metafísica de um Fichte, de um Schelling, de um Hegel podem levar ao regime de cega obediência e submissão à força, o decantado materialismo de um Clóvis Beviláqua conduz à libertação espiritual, ao equilíbrio das relações entre indivíduo e Estado por mera atuação do Direito. E, acentuemos ainda, ninguém de crença mais arraigada e mais pura na superioridade moral, na vocação humana para a liberdade do que o autor do Código Civil Brasileiro.

Elucidativa é sua declaração: "Surpreso fiquei ao saber, por intermédio da *Revista Internazionale di Filosofia del Diritto,* que o vice-presidente da delegação italiana no Congresso Internacional de Filosofia em Praga, em 1934, Emilio Bodrero "eficazmente demonstrara a existência e a vitalidade de uma. filosofia fascista".

"Não compreendo bem o que possa ser uma filosofiafascista", comenta Clóvis. "Porque sendo a filosofia a mais alta generalização dos conhecimentos fornecidos pelas ciências particulares, não pode embeber-se da coloração de uma transitória forma de organização política. – A política atende ao governo dos povos, a Filosofia é síntese do saber humano."

A mesma repulsa mereceu-lhe Del Vecchio, denominando o fascismo "democracia concentrada". Para Clóvis, "a democracia é o regime da Justiça e da razão social".

Seria incompreensível que um dos mais lúcidos civilistas do Brasil e da América, nosso maior jurisconsulto de todos os tempos – se levarmos em conta os ramos jurídicos por ele professados – pudesse pactuar com alguma doutrina negadora do Direito justo. E é aqui que vamos situar em seu verdadeiro lugar o pensamento do mestre. Afetivo e bom, como homem representativo de sua gente, ele próprio acentuou como característica essencial do Direito brasileiro a afetividade; não poderia nunca solidarizar-se com a violência ou com a injustiça, fosse qual fosse a sua capa ou os subterfúgios de seus proclamadores.

Não deixa de ser significativo verificar como ele se encaminha para o "eticismo" jurídico. Em sua conferência, na Faculdade de Direito de São

Paulo, em 1937, afirma Beviláqua: "O momento atual necessita da penetração mais extensa da moral no Direito para que, na curva ascensional, que ele tem de galgar, mostre a resistência necessária. Cabe à Moral e ao Direito a solução da crise que nos assoberba."

Cinco anos mais tarde, em fins de 1942, reitera, numa exposição notável de elevação e beleza...

> Tratarei da consciência jurídica marchando em seguida para o fenômeno propriamente moral, sem contudo visar à fusão das duas ordens de preceitos, o que aliás se me afigura seu natural destino [...] a realização do justo é condição essencial de vida para a sociedade humana e é chegado o momento em que essa realização reclama uma participação mais ampla da moral. É precisamente esse sentimento humano que, no meu entender, deve entrar em mais larga escala na regra jurídica. A evolução social nos vai conduzindo nessa direção; mas é preciso impulsá-la e dirigi-la com critério e elevação de vistas segundo os ditames da Psicologia e da Sociologia.
>
> "Eis uma bela tarefa para os moços que têm preparo jurídico", acrescenta vosso ilustre confrade, "desenvolver o elemento ético do Direito, com a segurança de quem está cumprindo um dever social..."

Nenhum hino de esperança e de fé poderia embalar mais consoladoramente os ouvidos dos homens conturbados pela catástrofe que ameaçou tragar a civilização.

Nenhuma figura mais oportuna e edificante a evocar-se nesta hora de reajustamento humano do que a deste agnóstico que espiritualiza tudo quanto toca, capaz, por seu amor ao Direito, à Justiça e ao preceito moral, de restaurar a confiança numa vida decente, digna e tranqüila.

Será que todo o sistema filosófico de meu grande antecessor não se tenha alterado?

Não insistamos, porém. Máxime porque o Mestre não nos confessou modificação alguma em seu pensamento fora da órbita do Direito.

* * *

Terminado seu curso de Ciências Jurídicas e Sociais, em 1882, Clóvis, nomeado promotor público de Alcântara, no Maranhão, abandona o Recife,

centro de sua intensa atuação intelectual na imprensa e na tribuna. Sua ausência não se prolonga por doze meses. Ei-lo novamente na cidade de suas preferências, a princípio professor particular de primeiras letras e, depois de disciplinas do curso secundário e superior. O falecimento do Cônego Rafael Ferreira de Brito, em 1884, dá-lhe o lugar de bibliotecário da Faculdade. Era a prancha de salvação, a possibilidade de continuar seus estudos de Literatura, de Filosofia e de Direito.

Em 1889, após renhido concurso, conquista a cátedra de Filosofia do Curso Anexo. Advém então a proclamação da República. Republicano convicto, desde os dezenove anos de idade, a convite de Taumaturgo de Azevedo, segue como secretário do governo para o Estado do Piauí. Em seguida elegem-no deputado à constituinte do Ceará e ele toma parte saliente na elaboração da Constituição estadual. Sua permanência na política é todavia muito rápida. Abandona a depuração e não cede mais aos reiterados convites para deputado, senador federal e governador de seu Estado. Nem o cargo de ministro do Supremo Tribunal o seduz. Recusa-o duas vezes para se não afastar da sua vida de meditação.

A Reforma Benjamin Constant cria duas cadeiras no curso jurídico: História do Direito Nacional e Legislação Comparada. Para a primeira é nomeado Martins Júnior, para a segunda Clóvis Beviláqua. Começa sua dedicação sistemática às ciências do Direito. A matéria que lhe toca por sorte é daquelas que o forçarão ao exame acurado e persistente dos diferentes ramos do Direito, nos diversos países. E que ele não perde tempo, prova-o o livro *Legislação Comparada sobre Direito Privado,* editado em 1893. Esse compêndio denuncia o jurista que o Brasil conquistara.

Seus trabalhos anteriores: *A Filosofia Positiva no Brasil, Estudos de Direito e Economia Política, Traços Biográficos do Desembargador José Manuel de Freitas, Frases e Fantasias* e *Épocas e Individualidades* mostram o crítico e o pensador. *Legislação Comparada* patenteia a inteligência apta a aprender, criticar e construir nos vários ramos do Direito. Nesse livro ele determina o assunto, proclama-lhe o método e discorre com clareza e proficiência sobre as legislações mais díspares. Sua capacidade crítica e sua familiaridade com o pensamento filosófico e com a experiência sociológica sabem fazer ressaltar até onde a comunhão dos princípios se deve manter em sua

peregrinação, através do tempo e do espaço, ao lado do "para que" e do "porquê" das alterações impostas pelos imperativos diferenciadores de meio natural, etnias e áreas de cultura.

A seguir ele nos oferece *Criminologia e Direito* – crítica singular de filosofia e sociologia jurídica. Nessas páginas se esclarecem com singeleza muitas questões de interpretação e de compreensão do Direito e dos fatos sociais indispensáveis aos estudantes e aos mestres. O problema da responsabilidade, a raça no problema jurídico, a evolução do Direito têm aí um lugar de realce. No capítulo sobre a filosofia do Direito vamos encontrar a visão sociológica de Clóvis Beviláqua aplicada com oportunidade e segurança ainda hoje absolutas em parte considerável de suas conclusões. Seus combates aos exageros da chamada escola antropológica são precisos e felizes.

É no fecho desse livro: Fórmula da Evolução Jurídica que suas qualidades de jurista filósofo prevalecem. Para Sílvio Romero esse trabalho, juntamente com a *Introdução à Consolidação das Leis Civis*, de Teixeira de Freitas, e a *Nova Concepção do Direito*, de Tobias, são as três culminâncias teóricas do Direito brasileiro no século XIX.

Segundo a *Fórmula* a história da evolução do Direito se realizou: 1.º – pelo reconhecimento de um número de mais em mais avultado de direitos atribuídos a cada pessoa; 2.º – pelo alargamento progressivo das garantias jurídicas, que são concedidas a um maior número de pessoas; 3.º – pela segurança sempre crescente dos direitos reconhecidos.

Seu espírito estava maduro para a construção do Direito Civil com a publicação do *Direito da Família,* do *Direito das Obrigações* e do *Direito das Sucessões,* ele se alteia ao nível de Teixeira de Freitas – a mais pujante vocação de civilista em nosso país – e do Conselheiro Lafayette, cujos tratados constituíram um encanto para todos nós, pela clareza dos conceitos, profundidade de visão e limpidez de estilo. Tamanho é seu êxito nesse ramo do Direito que o governo da República o convida para elaborar o Código Civil Brasileiro.

Conhecidas eram as tentativas vigorosamente empreendidas e tristemente abortadas, desde o inicio de nossa emancipação política, para nos tirar do caos legislativo em que nos debatíamos servindo-nos das Ordenações do Reino, já revogadas em Portugal, "de leis desconexas, promulgadas em oca-

siões diferentes, por imposições diversas e até das glosas de Acúrsio e das opiniões de Bartolo e mais doutores".

O primeiro ensaio fora o de Teixeira de Freitas, em 1859. O famoso jurista, apesar de ver seu trabalho servir de fundamento para a elaboração do Código Argentino e inspirar em larga escala o uruguaio, nada logrou no Brasil.

O segundo foi o de Nabuco de Araújo, interrompido com a morte de seu autor. Depois vem Felício dos Santos, depois Coelho Rodrigues. Tudo inutilmente. É quando Epitácio Pessoa, em nome de Campos Sales, convida o modesto professor da Faculdade de Direito de Recife para a obra memorável.

Nem o fracasso dos maiores nomes em nossa jurisprudência, nem a oposição prévia de ilustres figuras nacionais, constituíram empecilho bastante para demover o infatigável operário do Direito. O Brasil exigia o sacrifício, o jurista não discutia, submetia-se tranqüilo.

Em janeiro de 1899, aos 39 anos, recebe o honroso convite. Em março do mesmo ano chega ao Rio de Janeiro. Inicia o trabalho em abril e seis meses depois, em outubro, ao completar quarenta anos de idade, entrega o Projeto concluído.

A obra é de uma homogeneidade e de um equilíbrio impressionantes. Seu saber jurídico excepcional, a formação filosófica de seu espírito, sua cultura sociológica, apta à penetração dos fatos sociais, harmonizam-se de modo admirável, dando-nos um Código à altura da ciência de seu tempo, sem trair as imposições correntes da vida nacional.

Terminara o primeiro ato do drama, ia começar o segundo.

Para exame do Projeto, enviado a Câmara, o governo nomeia uma Comissão especial de jurisconsultos, presidida pelo ministro da Justiça.

Especialistas ilustres criticam-no livremente. Faculdades de Direito estudam-no e combatem-no. Não há talvez estudioso de ciências jurídicas que não tome parte nos debates. O interesse generaliza-se e traz-nos um atestado consolador da acuidade de nossa vida mental.

A atenção do codificador está alerta. Acode aqui, aparece ali, atende acolá em defesa de sua obra e das necessidades do Brasil por ele postas acima de qualquer veleidade pessoal. Discute com jurisconsultos da estatura de Coelho Rodrigues e Andrade Figueira, com o corpo docente de escolas jurídicas, no seio da Comissão da Câmara com os melhores civilistas. O que isso

representa de esforço, de fadiga, de espírito de cooperação e de desprendimento sensibiliza.

Nunca um homem foi submetido em nosso país a prova tão árdua. As ciências mais diversas, do Direito à Filologia, à Psiquiatria, à Medicina Legal, serviram de temas de debate por especialistas, ciosos de sua seara quando não intransigentes em suas preferências.

Criatura simples, como se estivesse sempre a pedir licença para apresentar-se e expor seus pontos de vista, habituado ao amor da família, ao carinho e à veneração dos discípulos, à estima dos colegas, à admiração e ao respeito públicos, submete-se, com paciência evangélica, às discussões das quais não estão ausentes diatribes e motejos.

Consolida sua fama de polemista. A pujança e solidez de seus conhecimentos, o incisivo de sua argumentação, a precisão de suas justificativas e a elegância moral na repulsa aos doestos e aos remoques impressionam a todos.

Não lhe faltaram adversários pugnazes em regra vencidos ou conquistados pela suavidade de sua conduta, justeza de seus argumentos, superioridade de sua cultura e de sua magnanimidade.

Na imprensa, como no seio da Comissão Especial e da Comissão da Câmara, ele se revela o civilista sem par, a alma fidalga e, ao mesmo tempo, firme no esclarecimento como no revide.

Formar-se-iam dezenas de volumes com a crítica dedicada a seu Projeto durante os dezesseis anos de debates. Nessa biblioteca curiosa e instrutiva ressaltam, com singular relevo: de Rui Barbosa O *Parecer* e *A Réplica;* do Professor Carneiro Ribeiro – *A Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Rui Barbosa.*

Foi esse, certamente, quer pelo tempo em que se prolongou, quer pela plêiade de contendores convocados, quer pela extensão e profundidade da cultura em jogo, quer pela projeção em nossa vida, jurídica, o acontecimento de maior alcance e maior brilho na vida mental do Brasil.

No campo estrito do Direito muitos são os trabalhos que dariam volumes. A começar pelo livro do próprio codificador, *Em Defesa do Projeto do Código Civil Brasileiro*, e o monumental relatório de Sílvio Romero, no seio da Comissão da Câmara, os tomos se sucederam inspirados pelo desejo de

esclarecer e cooperar para a obtenção de um aparelho jurídico correspondente às nossas aspirações.

Fora do Direito o acontecimento provocou ação fecunda. Motivado por ele, entre outros, Nina Rodrigues contribuiu com dois estudos sérios – *O Alienado* no *Direito Civil Brasileiro, Apontamentos Médico-legais ao Projeto de Código...* e Afrânio Peixoto com *O Projeto de Código Civil Brasileiro e a Medicina Legal.*

Comentando o fato em 1905 Estanislau S. Zeballos, no *Bulletin argentin de Droit International Privé,* definiu o debate travado até então, no tocante ao Projeto de Clóvis Beviláqua, de episódio notável nos fastos intelectuais da América do Sul.

* * *

Convidado pelo Barão do Rio Branco para "Consultor Jurídico" de nossa Chancelaria, afasta-se de sua cátedra em Recife e aqui, por mais de 25 anos, trabalha sem cessar. Não deixa, entretanto, nem de lavrar pareceres que não raro fazem doutrina, nem de escrever livros de Direito de mérito invulgar. Data dessa época a criação, com sua mulher, Dona Amélia de Freitas Beviláqua, da revista *Ciências e Letras*, sob a direção da dileta companheira de sua vida e por ele prestigiada, durante anos, com magníficos trabalhos de Literatura e pensamento.

Nesse período publica seu *Direito Internacional Privado*, buscando determinar a nossa conduta em relação aos estrangeiros domiciliados em nosso país, pelos mais altos preceitos da eqüidade e da moral. Elabora sua magistral *Teoria Geral do Direito Civil,* em cujas páginas condensa as normas básicas para a interpretação e a aplicação consciente da lei em relação à doutrina, às aspirações humanas, impostas pelo progresso, o envolver vertiginoso da Cultura e as realidades sociais inelutáveis.

Com o pensamento nesses problemas escreve ainda *Direito Internacional Público* (a síntese dos princípios e a contribuição do Brasil), pregando a necessidade de dar por fundamento da interação dos povos "não a soberania, princípio de Direito Interno, mas a solidariedade, fenômeno social de subida relevância".

Consolador é verificar, no conteúdo dos dois grossos volumes, a parte considerável do Brasil no esforço universal para impor a força do Direito e da Moral no entendimento entre os homens.

Tais diversões, não obstante seu merecimento e seu vulto não o inibem de conservar-se na liça, jamais deixando sem resposta crítica que merecesse atenção. Daí sua surpresa no tocante à atitude de Rui Barbosa, produzindo um monumento filológico sem quase nada articular quanto à parte jurídica. E não é sem amargura que ele acentua o fato de não raro a redação proposta pelo egrégio senador alterar o sentido da lei.

Rui e Clóvis eram dois temperamentos diametralmente opostos. O primeiro dominador, combativo, estuando-lhe n'alma a ardência de um profeta de Israel, desgarrado nos tempos modernos, sempre pronto a investir; o segundo retraído, senhor de si, mas esquivo por índole, sereno e delicado, preferindo ser ferido a ferir ou simplesmente desgostar. Defrontando-se um dia, um com o outro não nos poderiam oferecer espetáculo diferente.

Que a Clóvis sobravam recursos para retrucar a certos censores com espírito e mesmo com ironia basta-nos, para prová-lo, transcrever suas palavras:

> Os que não dispõem dos dotes que abrilhantam a individualidade do Conselheiro Rui Barbosa, os que escrevem com tibieza igual à minha, os que como eu manejam desajeitada a língua de Latino e não tiveram tempo para se saturarem suficientemente das rígidas normas formuladas pela ruvinhosa casta dos gramáticos, esses deviam ter para comigo, ao menos as complacências do coleguismo.

Terminado o trabalho, publicado o Código, os aplausos não se fizeram esperar. A par das manifestações de regozijo do nosso mundo jurídico a repercussão no estrangeiro foi a mais encomiástica.

Alfedo Colmo escreve:

> Considero que o acontecimento jurídico do século na parte latina do Continente é a sanção do Código Civil Brasileiro... Qualquer dos nossos países que necessite de rever sua lei civil deverá recorrer em muitos pontos ao Código Brasileiro para receber boas inspirações de metodologia, de técnica, de ciência, de tendências liberais e modernas.

Outro jurista argentino – Martinez Paz – declara: *Ráro ejemplo de voluntad, de fortaleza. de talento, de serenidad, el codigo estaba sancionado y Clóvis Beviláqua consagrado el primer jurista de su generación y de América.*

Eduardo Prayones, Jesus H. Paz e H. Lafaille, mestres de Direito Civil na Universidade de Buenos Aires, Luís Gasperi, do Paraguai, José Antonio Uribe, da Colômbia, Alberto dos Reis, de Portugal, Icilio Vanni, da Itália, Lambert e Raoul de la Grasserie, da França, Felix Meyer, da Alemanha, festejam o cometimento. E o Código Civil Brasileiro é traduzido para o inglês, o francês, o alemão.

É a consagração definitiva. Contudo o mestre não julga findo o seu dever. Não obstante as alterações e, para que não dizer, as incongruências insertas no Projeto primitivo, ele, que deveria estigmatizar os enxertos, nada reclama e logo se esforça para explicar e clarear tudo quanto de obscuro ali se encontra. O Código Civil, comentado pelo glorioso civilista em seis alentados volumes, vem não só facilitar o estudo e a aplicação mas também assegurar o êxito do nosso maior monumento jurídico.

Não se estancou entretanto aí a prodigiosa produção de Clóvis Beviláqua. No domínio do Direito Civil faltava-lhe completar a sua obra. Discípulos e professores o exigiam. Vemo-lo, então, aos 83 anos, publicando *Direito das Cousas,* compêndio imediatamente clássico, posto ao lado das duas maiores produções no gênero – a do Conselheiro Lafayette e a de Lacerda de Almeida.

Perfeitamente em dia com a ciência, numa língua correntia e com oportunidade flagrante, *Direito das Cousas* foi o cântico de cisne do venerando mestre, seu último legado de saber às novas gerações brasileiras.

À margem dessas obras capitais foram publicados, ainda, vários trabalhos seus, *Estudos de Direito, Linhas* e *Perfis Jurídicos, Opúsculos* são amostras dessa operosidade inesgotável.

* * *

Nos derradeiros anos de sua vida, longa e enternecedora, falava principalmente aos jovens. Era o velho educador, no mais nobre sentido da palavra, aquele cujo admirável ensinamento oral ou escrito só podia encontrar equivalência em seu exemplo, indubitavelmente a mais edificante lição de um verdadeiro mestre.

Quantas lições de ciência, de Beleza e de elevação moral nos ministrou aqui, sob a evocação do nome de Franklin Távora, o patrono de sua cadeira nesta Casa, o revelador eloqüente da alma e dos costumes populares de nossa terra, o cantor das lendas e tradições dos campesinos, de suas venturas e de suas desditas!

Dentro como fora da Pátria não lhe faltaram honrarias. Doutor *Honoris Causa,* em várias Faculdades de Direito de nosso país e do estrangeiro, membro efetivo ou honorário das maiores instituições mundiais de ciências jurídicas, colaborador em empreendimentos internacionais de fama universal, o mestre inesquecível foi sempre o mais despretensioso e o mais probo dos homens.

Sua obra traz a marca de seu gênio. Ela, certo, é uma obra de cunho nacional, não sei porém de outro brasileiro que nos ostente um título mais legítimo à atenção e à estima do mundo.

Um saber imenso, uma excepcional nobreza de coração e de pensamento, um espírito pairando acima dos interesses materiais, generoso, harmonioso e sereno, tal era aquele que tanto dignificou seu País e sua época. Ele não conduzia consigo a certeza dos grandes mistérios, que ajudam tantos santos a atingir a perfeição, mas o esplendor de sua vida moral teve a sua recompensa. Sua inteligência não conheceu desfalecimentos. Sem amargura e sem dor, suavemente, o meigo, o justo, o bom Clóvis Beviláqua entrou na doce paz eterna, iluminado pela alegria de um trabalho fecundo até o derradeiro minuto de sua vida.

II

RESPOSTA DO SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO

I

Na criação da Academia Brasileira de Letras, coube aos fundadores dessa Instituição a escolha dos patronos das respectivas Cadeiras. Prevaleceu nessa indicação dos patronos o critério da identidade ou semelhança dos gêneros literários, a exemplo de Bilac elegendo Gonçalves Dias, ou de Machado de Assis preferindo a José de Alencar, ou de Oliveira Lima designando Varnhagen. Houve, entretanto, alguns casos em que predominaram sentimentos regionalistas, corno o de Joaquim Nabuco lembrando Maciel Monteiro, o de Lúcio de Mendonça apontando a Fagundes Varela, o do Barão de Loreto sugerindo o nome de Junqueira Freire. Na maioria dessas indicações, não se apagavam de todo as afinidades das tendências literárias, de modo que se pode afirmar que o espírito regionalista teve escassa influência na escolha dos patronos da Academia. Entre as poucas exceções, está o caso da Cadeira 14.

No estudo que publicou a propósito de Franklin Távora, na Revista da Academia, informa Clóvis Beviláqua que, ao ser convidado para figurar entre os fundadores desta Casa, pensara em eleger patrono a Gonçalves Dias, nome que os moços da Faculdade de Direito lhe sugeriram. Bilac, porém, o antecipara na indicação do poeta maranhense. Recorda Clóvis Beviláqua:

> Disse eu, então, aos meus jovens amigos, que, na impossibilidade de atender-lhes, me ocorria lembrar-lhes um lidador espiritual de estatura mais modesta, porém de alto mérito, ainda assim, em cuja existência notava um traço de semelhança com a minha. Franklin Távora era um cearense que as contingências da vida haviam trazido para Pernambuco, onde educara o espírito, trabalhara em prol das grandes causas da inteligência e da liberdade, firmando reputação de escritor. Embora os meus esforços não tivessem alcançado êxito, por me faltarem muitas das qualidades brilhantes do ilustre prosador e ardoroso jornalista, era evidente que eu, bisonhamente, ia seguindo o caminho que ele perlustrara com denodo e glória.

Os motivos de semelhança não pararam aí. Ambos formaram seu espírito no Recife e no Recife iniciaram a atividade literária. Outro vínculo entre os dois cearenses era a aproximação com Tobias Barreto, amigo de Clóvis e companheiro de Franklin Távora na redação de um semanário político e literário, *O Americano*, que circulara entre 1870 e 1871. De ambos se poderia dizer que pertenceram à Escola do Recife, ou ao movimento espiritual que, reunindo tendências diversas, recebera no batismo o nome da cidade em que surgira e se desenvolvera.

Se Franklin Távora e Clóvis Beviláqua se nos afiguram atualmente dissociados pela obra que realizaram, ficando o primeiro com os seus romances e acentuando-se no segundo os pendores jurídicos, o certo é que até a época da fundação desta Academia, não pareciam tão grandes essas distâncias. Franklin Távora havia sido um debatedor de idéias, guerreando D. Vital num semanário maçônico, *A Verdade*, cuja influência fora considerável, nos dias candentes da questão religiosa. Clóvis Beviláqua não vivia muito afastado dos assuntos literários. A crítica era talvez a sua maior paixão, como nos confessou no prefácio de *Épocas e Individualidades*, explicando que reunira os ensaios que compunham o volume "porque traduzem um esforço, um trabalho sobre assunto que já foi da predileção do autor, quando as necessidades da vida não lhe impunham despoticamente a direção do espírito".

Se Clóvis Beviláqua veio mais tarde a absorver-se integralmente nos estudos jurídicos, Franklin Távora nunca se afastou dos ternas e preocupações de sua vocação literária. O que se conhece de sua vida leva-nos a concluir que não teve outra atividade que não fosse a das letras, ou nos livros publica-

dos, ou em revistas que dirigiu, ou auxiliou. Mas nesses domínios exerceu atividade intensa e teve influência e destaque muito maior do que se poderia supor do injusto esquecimento, em que a sua obra e o seu nome se submergem pouco a pouco.

Clóvis Beviláqua, que foi o melhor critico de Franklin Távora, classificou-o como fundador da escola "que se poderia chamar de Naturalismo tradicionalista". Sílvio Romero acrescentaria: "campesino", explicando:

> Naturalismo porque seus tipos e cenas são estudados do natural, das observações diretas do escritor e não meros filhos da imaginativa; tradicionalista porque o romancista deu quase sempre preferência aos assuntos do passado, nomeadamente do século XVIII, que estudou com carinho; *campesino* porque escolhia seus atores entre as gentes da roça, do mato, do campo.

José Veríssimo o classificava como um "dos reatores contra a romântica aqui ainda prevalecente, um dos precursores, portanto, do Naturalismo".

Na obra de Franklin Távora – patrono da Cadeira 14 – a Cadeira que foi de Clóvis Beviláqua e que hoje vos pertence, Sr. Carneiro Leão –, a influência que preponderou foi a do Romantismo. Não erraram os críticos que classificaram Franklin Távora entre os nossos derradeiros românticos. Nem teria ele audácia para enfrentar os preconceitos dominantes no seu tempo, apontando as cenas cruas, que já constituíam as características dos romances realistas e anunciavam, na Literatura do universo, a Idade de Ouro dos instintos. No Brasil, compunha-se o Romantismo, em grande parte, de livros destinados à leitura das famílias. Ficavam, assim, sob a censura dos sentimentos de pudor, de recato, de candura, que inspiravam e quase diria perfumavam os lares daquela época. Franklin Távora, porém, antecipando a escola realista, sentia necessidade de contar o que via, de relatar com naturalidade os assuntos, ou de descrever as suas personagens sem excessos, sem desvarios de imaginação. Era um realista por instinto, todavia sem a força e a intensidade necessárias, para surpreender quadros de sentido mais profundo, ou para descobrir caracteres e personagens, que se libertassem das palavras que os descrevessem, para viver e agir diante de seus leitores, emancipados, autônomos,

como as grandes criações literárias. Franklin Távora não teve também um forte sentimento da natureza, embora estejam seus livros cheios de anotações pernambucanas, o aroma do manacá silvestre, os varjados cobertos de cajueiros novos e araçaeiros bravos, os tufos verdes-negros dos mangues, as abóbadas formadas pela copa densa dos ingazeiros. Surpreendeu algumas cenas singelas e expressivas dos costumes locais, as cabrochas de chinelas de marroquim, com vestidos frouxos de chita, cheios de florões estampados, dançando o samba com os cabelos enastrados de jasmins e manjericões, ou perfumados com um raminho de alecrim, que entontecia menos que "riso vergonhoso e a promessa duvidosa", brincando nos lábios da moça como um desafio – um desses desafios que a inocência também conhece, aprendidos ninguém sabe como. Apesar da objetividade das descrições, as cenas e as personagens se apagam no excesso de virtude, ou na simplicidade da psicologia, em que tudo se reduz a antíteses, a conflitos entre os bons, que são sempre bons, e os maus, que nunca se libertam da maldade. Por isso o Lourenço, que serviu de título a um de seus romances e que foi também o herói fantástico de *O Matuto*, não dura que a leitura dos dois romances e lá se fica, com os seus companheiros de enredo, mal fechamos o volume em que Franklin Távora nos conta suas interessantes aventuras. *O Cabeleira*, que todos conhecemos e recordamos, o cangaceiro famigerado e desumano, não é o que Franklin Távora nos descreveu, mas o que o folclore conservou em versos singelos:

Fecha a porta, gente.
Cabeleira aí vem,
Todos fujam dele
Que ele alma não tem.
Corram minha gente,
Cabeleira aí vem,
Ele não vem só
Vem seu pai também.

Ou naquelas quadras em que a nota sofredora explica uma certa reação em favor do bandido:

Quem tiver seus filhos
Saiba os ensinar;
Veja o Cabeleira
Que se vai enforcar.
Adeus, minha mãe,
Ide por mim rezar,
Que lá no outro mundo
Eu irei penar.

Entretanto, apesar dessas considerações, o livro de Franklin Távora a respeito do Cabeleira não está destinado a desaparecer. É uma análise arguta e verídica do fenômeno do banditismo, escrita com admirável compreensão do panorama social que o envolve e explica. Apresenta-o como vítima, ou conseqüência da ignorância e das circunstâncias que o arrastaram; toma tanto interesse pelo Cabeleira, que acaba admitindo o paralelo desse cangaceiro insolente e rude com os heróis galantes de outras literaturas, o Cid e Robin Hood. Acaba o romance de tal maneira conquistado pela figura do bandido, que verbera a pena de morte e censura a Justiça que condenou o Cabeleira "por crimes que tiveram sua principal origem na ignorância e na pobreza". Crimes de certo monstruosos, mas que não impediram que fosse edificante a morte desse bandido sanguinário. Que sentimentos de humanidade e de elevação moral, os que repontaram nessa alma, que só poderíamos imaginar torva, cruel, implacável!

Essa compreensão dos fatos sociais é a característica da literatura de Franklin Távora e se ajustava muito bem à sua doutrina sobre os deveres de um romancista. Dissera ele: "O romancista moderno deve ser historiador, crítico, político ou filósofo. O romance de fantasia, de pura imaginativa, este não quadra no ideal dos nossos dias."

Por isso, nos seus melhores romances, reconstituindo o ambiente da Guerra dos Mascates, no começo do século XVIII, não deixa de assinalar seus aspectos fundamentais, no conflito de interesses e de classes. José de Alencar, o grande José de Alencar, por exemplo, não enxergara nesse episódio da história pernambucana, senão um antagonismo de sentimentos bairristas, a luta entre uma cidade engrandecida pelas tradições e um povoado fortalecido pela prosperidade econômica. É certo que aludiu também aos aspectos econômi-

cos e sociais da contenda, mas fê-lo de passagem, quase despreocupadamente e para não deixar de transcrever os historiadores de nota. Mas foi ao ponto de chamar a guerra dos mascates "comédia" e "grotesca revolução", como se existissem revoluções grotescas e não fossem sempre mais ou menos equivalentes os motivos e fatores de todas elas. Comédias e grotescas podem ser, quando muito, as revoluções não estudadas, ou aquelas em que as causas efetivas do movimento desaparecem, esquecidas, ou desprezadas, sob os artifícios de fatores aparentes.

Na sua incompreensão da Revolução pernambucana, José de Alencar chegou ao disparate de descrevê-la como uma espécie de prélio para dividir, entre os habitantes de Olinda e do Recife, os mariscos dos mangues confrontantes. E para um pouco mais de realce sentimental, ou de intriga mulherenga à luta dos mascates, José de Alencar incluiu nas razões decisivas do levante uma espécie de desafio entre as damas do Recife e de Olinda, envenenadas pela divulgação de versos que as desabonavam. Diziam os poetas do partido olindense:

Todo o mascate é patife,
Labrego, cara de Judas,
E as mulheres do Recife
Têm as pernas cabeludas.

Ao que os poetas do partido recifense respondiam numa quintilha insolente:

Escorridas como um fuso
As damas de Olinda são;
Por fora aquele esparrame,
Por dentro é só armação
De pano, de osso e de arame.

Franklin Távora não se transviou em nenhum desses aspectos burlescos e falsos. Foi objetivo e preciso na sua exposição e na interpretação dos acontecimentos. Disse ele:

> Estamos muito distantes dos que nesse memorável movimento querem ver antes um testemunho de ridículos preconceitos, costumes e educação dominantes no século próximo passado, do que a séria colisão de interesses, que ainda em nossos dias podem trazem, achando-se em desacordo, como então se acharam, resultados ainda mais tristes e lastimosos.

Observava ainda: "As pretensões, porém, de que é alma o interesse pecuniário ou a ambição de riquezas, dificilmente se resignam a completa renúncia."

Por isso mesmo, Franklin Távora, ao descrever o dissídio, insiste na caracterização da divergência de interesses entre os comerciantes e os agricultores, entre os mascates, que eram comissários de açúcar, e a nobreza rural de Olinda, dependente de seus financiadores e guardando sempre a lembrança viva da espoliação, a que não podia escapar. Távora aponta ainda outra razão forte para a emancipação do Recife, mostrando que a fundação da vila iria permitir, com a nomeação de um almotacé, a fixação dos preços pelo comércio da vila recém-criada, o que não deixaria de significar preços baixos para os produtos da terra e preços excessivos e arbitrários para os artigos dos mascates – artigos de importação. E o que é ainda mais interessante, nesses romances de Franklin Távora, é que ele nos descreve fielmente como o conflito acabou, envolvendo, além dos nobres e dos mascates, o que se poderia chamar o povo dos primeiros núcleos de povoamento, o pequeno comércio, o artesanato, os elementos alforriados. Não faltavam cartazes sugestivos para esses interesses, falando a nobreza rural nas reivindicações nativistas e proclamando os mascates promessas de liberdade e de igualdade, na reação contra os privilégios do regime feudal dos latifúndios.

Não parou aí o interesse social de Franklin Távora. Soube também descrever os trabalhos e a miséria dos matutos, dos almocreves e dos lavradores. Espiou, comovido, para o interior daqueles casebres, mobiliados com um banco e uma caixa grosseira, tendo, no canto da salinha, um pote de barro suspenso entre os braços de uma forquilha de pau. Na camarinha escura, para leito de dormida, uma esteira, ou um jirau de varas sobre o chão batido.

"Pobres matutos!", dirá Franklin Távora. "Quantas vezes, ao ver-vos descalços, mal vestidos e mal passados, não senti apertar-se-me o coração com pena de vós?"

Eis um sentimento novo na Literatura Brasileira. Sob esse aspecto, Franklin Távora se distancia, ou separa de seus companheiros da fase romântica, para antecipar o verdadeiro romance social, impregnado das lutas de classes e dessa preocupação populista, que iria caracterizar o movimento, a que mais tarde se daria o rótulo de Literatura proletária. Movimento que tem hoje atualidade e significação crescentes, como protesto contra a condição da criatura humana, oprimida, humilhada, sacrificada numa ordem social, em que os privilégios econômicos zombam da queda da Bastilha e da inanidade das conquistas políticas.

II
CLÓVIS BEVILÁQUA E A ESCOLA DO RECIFE

Clóvis Beviláqua, terminados os preparatórios no Rio de Janeiro, foi para Recife em 1878, matriculando-se na Faculdade de Direito da capital pernambucana. Não encontrou mais no Recife seu conterrâneo Franklin Távora, que desde 1875 se fixara na capital do Império, como funcionário da Secretaria de Estado.

Em 1878, a famosa Escola do Recife havia concluído primeiro período de sua atividade criadora, o da Poesia. Já havia silenciado a voz arrebatadora de Castro Alves; Tobias Barreto, nessa época, raramente escrevia versos. De 1870 a 1877, ou 1878, corria, segundo mestre Sílvio Romero, a segunda fase da Escola do Recife, a crítico-filosófica, a que deveria suceder, sob a influência do concurso de Tobias Barreto, o período jurídico-filosófico.

Quem dominava a cena, nessa época, e de maneira absorvente e incontestável, era realmente Tobias Barreto com o prestígio de sua poesia e de suas polêmicas e a publicação dos *Ensaios e Estudos de Filosofia e Crítica*. Muito antes do concurso para professor da Faculdade de Direito, já os seus colegas de estudo o proclamavam "imensamente popular no Recife". Mas depois do concurso é que ele se torna o senhor, o déspota indiscutido de uma juventude entusiástica.

Seria exagero dizer que Tobias Barreto revelara aos moços da Faculdade de Direito os segredos da filosofia. O assunto estava na ordem do dia, fascinava todos os espíritos, com o interesse que lhe era atribuído pela

formação de verdadeiros partidos filosóficos, defendendo os seus ídolos com o mesmo ardor, que hoje despendem em preocupações esportivas, exaltando clubes de futebol. Lutava-se apaixonadamente pelo positivismo de Comte, pela dissidência de Littré, pelo evolucionismo de Spencer, pelo materialismo, pela ortodoxia cristã. Como professor da Faculdade de Direito, coube a Tobias Barreto atrair para os estudos jurídicos o interesse vibrante dessa mocidade, proporcionando-lhe maravilhosos panoramas, em que as regras e os princípios da ciência de Papiniano se ligavam aos temas universais. E não era só a inspiração filosófica que deslumbrava, mas também a paixão que se traduzia na palavra e nos gestos desordenados, que menos ensinavam do que pregavam a boa-nova da verdade filosófica, que parecia definitiva e irrefutável. A aula de Tobias Barreto não era bem uma lição, mas uma batalha, de certo que incruenta, embora cheia de imprecações, de tumulto, de movimentos, como se duas teses, armadas em guerra, disputassem o campo usando, em vez dos argumentos e dos raciocínios tranqüilos, os floretes, os sabres, os tacapes, ou os bacamartes de legionários destemidos. Tudo isso, porém, através da palavra arrebatada de um orador de talento, que podia citar os autores mais recentes de todos os países e investir, impiedoso e desabusado, contra o saber de adversários famosos, ferindo-os, mutilando-os, destruindo-os, com o brilho de sua cultura, ou com a violência de seus sarcasmos.

Que podia fazer, diante desse dominador de inteligências, aquele cearense exilado em Recife e que os seus amigos nos descreviam como um "rapazinho baixo, moreno, pálido, atarracado, cabelo muito corredio e emborcado sobre a nuca, olhar meigo, melancólico, tímido"? Que podia fazer senão render-se à influência fascinadora do filósofo-jurista, que de porrete em punho pregava, com eloqüência e cultura, as verdades da nova ciência?

Filia-se Clóvis Beviláqua à escola de Tobias Barreto; segue-lhe as doutrinas. Compelido por essa força impetuosa, embrenha-se, pouco a pouco, nos estudos filosóficos e jurídicos, desamparando preocupações literárias, que de começo o haviam atraído aos caminhos da crítica, que de resto não andavam muito afastados da ciência, nos livros e na escola de Hipólito Taine. Mas a personalidade de Clóvis Beviláqua não desaparece, não se deixa arrastar a uma imitação servil. Ele já possui, desde esses verdes anos, o segredo da resistência dos homens mansos, que se não extraviam e não se enfraquecem nos

gestos desabusados e nas palavras arrogantes. Por isso Araripe Júnior, seu companheiro e amigo desde o Ceará, poderia escrever, com aquela acuidade que o tornou um dos melhores críticos brasileiros:

"A obra de Tobias, em suas mãos, humanizou-se. A Filosofia moderna saiu das regiões dos trovões e das tempestades, para penetrar nos amenos vergéis da temperança e do amor."

Convém assinalar que entre Clóvis Beviláqua e Tobias Barreto não havia, nem podia haver, nenhum elemento de atração, ou de simpatia pessoal. Só o culto da ciência, a conformidade das convicções filosóficas os aproximou. De seu lado, Tobias não chegou a disfarçar uma tal ou qual hostilidade ao jovem cearense, já então professor de filosofia no curso anexo da Faculdade de Direito. Na *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero havia citado, entre os escritores de valor, na geração nova do Recife, Aníbal Falcão e Clóvis Beviláqua. Tobias não gostou da referência e para que não parecesse que cedia a algum ressentimento pessoal, lembrou que Clóvis Beviláqua o elogiara em 1882. Apesar disso, Tobias Barreto, escrevendo a Sílvio Romero, perguntava: "Quer saber qual o meu juízo sobre ele? Clóvis não vale nada."

Segundo Tobias, entre os moços que estavam aparecendo em Recife, só havia dois aproveitáveis: Artur Orlando e Martins Júnior. Mas não conservou por muito tempo essa opinião favorável. Um dia lhe foram contar que Martins Júnior estava nas boas graças de José Higino, a quem Tobias Barreto detestava. Acrescentaram que Martins Júnior falaram mal dele, Tobias. E foi o bastante. Numa nova carta, escrita poucos meses depois da outra, Tobias Barreto revogava os louvores e se referia a Martins Júnior exclamando: "É um boboete, Sr. Sílvio!"

Que reza hoje, dessas expressões? Que valem tais palavras? Não servem para a biografia de Clóvis Beviláqua ou de Martins Júnior. Elucidam apenas aspectos da psicologia de Tobias Barreto, indicam as paixões que o avassalavam, se é que não revelam, na fase final da existência do polemista sergipano, a ação devastadora dos sofrimentos que o pungiam e a amargura sem remédio da alma intrépida e orgulhosa, que de repente se defronta com a inanidade das recompensas humanas, no derradeiro quartel de sua vida, quando o pensamento já não sabe fugir à preocupação obsessora da eternidade.

III
CLÓVIS BEVILÁQUA E A METAFÍSICA

Observastes, em vosso discurso, Sr. Carneiro Leão, que Clóvis Beviláqua, libertando-se de todas as influências, inclusive a de Tobias, orientara-se, com entusiasmo crescente, para o eticismo jurídico, para a subordinação do Direito aos princípios da Moral. "Aqui, pelo menos", dissestes, "ele se distancia do causalismo materialista."

A anotação é exata. Numa de suas últimas páginas, a admirável oração de paraninfo, irradiada de sua residência a 12 dezembro de 1942, Clóvis Beviláqua pregava a necessidade de maior influência do sentimento altruístico na regra jurídica, embora recomendasse que a evolução social, que nos vai conduzindo nesse sentido, fosse impulsionada e dirigida "com o critério da Psicologia e da Sociologia". E dava então aos moços esse conselho, em que de algum modo se espelhava a sua existência modesta e a pregação heróica de sua vida:

"Eis um belo objetivo para os moços, que têm preparo jurídico: desenvolver o elemento ético do Direito, com a segurança de quem está cumprindo um dever social, estimular a saturação ética do Direito."

Não me parece, entretanto, que esses conceitos anunciem, ou revelem modificações substanciais no pensamento filosófico de Clóvis Beviláqua, que nunca se preocupou com subordinação de suas idéias ao rigor de escolas ou sistemas rígidos. Nem nos devemos impressionar, na investigação das tendências filosóficas de qualquer autor, com o ateísmo, que muitas vezes corresponde, não a uma convicção doutrinária, mas a um temperamento, a uma educação.

O materialismo de Clóvis Beviláqua nunca foi sistemático, intransigente, mesmo porque seria impossível, a um homem sincero e dasapaixonado, conservar-se rigorosamente materialista, diante de tantos fenômenos e realidades que escapam às explicações restritas dessa doutrina filosófica. Tobias Barreto, muito mais radical do que o ensaísta cearense, não soube esconder, todavia, que "o Monismo filosófico é conciliável com a teleologia, não tem horror às *causas finais*; ao passo que o Naturalismo só admite as *causas eficientes* e crê poder com elas fazer todas as despesas da explicação científica".

Apoiando-se em Kant, Tobias Barreto achava que a concepção mecânica não podia abranger todos os fenômenos, quando se tratava de organismos mais desenvolvidos e funções mais complicadas. "Eis por que", concluía ele, "tratando-se de lei geral do movimento, importa adicionar-lhe a do desenvolvimento".

Clóvis Beviláqua foi mais longe. Já na concepção do Direito, abrira créditos largos ao finalismo de Von Ihering. Em *Estudos Jurídicos*, apontava a consciência jurídica como "a expressão mais pura do Direito". Considerava aceitável a doutrina de Stammler, que via na obra da civilização uma realidade guiada por idealidades, que ele nos descrevia como "cristalizações da cultura moral".

Ao comentar, em *Juristas Filósofos*, a tese de Hermann Post, segundo a qual a vida cósmica apresenta dupla modalidade existencial – o movimento e o sentimento – observava que o movimento e o sentimento "eram dois momentos do mesmo fato, duas manifestações da mesma energia". O Dr. Post não se oporia a isto, mas achava que entre esses dois domínios se rasgava abismo insuperável; que não podia existir entre eles base comum, pois que marchavam em completa congruência; entretanto só a Metafísica conseguiria entrevê-la e ele não desejava ir até lá. "Por mim", dizia Clóvis, "não teria escrúpulo de lançar a ponte de uma inferência lógica sobre esses dois domínios, embora penetrasse no campo que não é propriamente da experiência e da observação, mas que a margina em íntima contigüidade".

Na prova escrita de seu concurso para a cadeira de Filosofia na Faculdade de Recife, coube a Clóvis Beviláqua desenvolver o tema "Conceito antigo e conceito moderno da metafísica". Assunto decerto não-belicoso, em qualquer país do mundo, mas terrivelmente delicado nesse Recife tão cheio de sentimentos explosivos. Treze anos antes dessa prova, Sílvio Romero defendera tese nessa mesma Faculdade de Direito do Recife. Respondendo a um aparte de Coelho Rodrigues, afirmara peremptório, com a certeza que não costuma faltar aos 24 anos:

– A Metafisica não existe mais, Senhor Doutor, se não sabia, saiba.

Coelho Rodrigues retruca, irônico:

– Não sabia.

Mas Sílvio Romero cresce então na veemência:

– Pois vá estudar e aprender, para saber que a Metafísica está morta.

– Foi o senhor que a matou? – pergunta-lhe então o Professor Coelho Rodrigues.

– Foi o progresso, foi a civilização – responde-lhe o bacharel Sílvio Romero que, ato contínuo, se ergue, toma dos livros que estavam sobre a mesa e grita:

– Não estou para aturar esta corja de ignorantes, que não sabem nada.

E retirou-se vociferando, pela sala afora.

Pois bem, treze anos depois desse atestado de óbito, na sua prova escrita para o concurso de filosofia, Clóvis Beviláqua, depois de notar que o Monismo filosófico de Ludwig Noiré é pura Metafísica e que o Materialismo idealista de Mill e Bain tem alguma coisa de metafísico, aceita de Morseli, advogando a substituição da Metafísica pela *metempirica* de Lewes – que abrange o que está além de experiência. E citava Littré, segundo o qual a "imensidade se prende aos nossos conhecimentos por laços estreitos e por essa aliança se torna numa idéia positiva e da mesma ordem, apresentando-se a nós sob o duplo caráter da realidade e inacessibilidade. É um oceano que vem bater nossas e para o qual nós não temos barco nem vela, mas cuja lúcida visão é tão salutar quanto formidável". Conceitos que Clóvis Beviláqua achava de comentar nestas outras palavras não menos belas: - -

> A inteligência humana não pode, por muito tempo, conservar-se ajoujada a esse leito de Procusto, que lhe marcou o Positivismo. Uma força insuperável a impele a sondar o abismo que se abre ante seus olhos, uma força insuperável acompanhará o espírito, até quando chegar o momento de lhe serem desvendados todos os mistérios da natureza. E chegaremos até lá? É duvidoso, ou antes, é impossível.

Não seria exagero dizer que Clóvis Beviláqua foi menos um materialista convicto do que um idealista que se ignorou a si mesmo. Não teve, talvez, coragem para olhar de perto aquele oceano deslumbrante, a que Littré se referira.

Não nos admiremos, todavia, se se conservou agnóstico esse homem simples e místico, que tanto precisava de crer. Vede como tudo que se aproximou de sua vida se converteu em artigo de fé, desde o Direito, a que ele se devotou como um apóstolo, até as criaturas de sua afeição, a esposa e filhas, a

que ele amou com humildade e devotamento, com um sentimento que estaria mais na ordem dos cultos e das religiões, que das precárias amizades terrenas.

Somos feitos assim. Quando nos libertamos de um dogma é quase sempre para servir a outro. Deixam as religiões em seu lugar novas crenças, que correspondem a necessidades inelutáveis. A fé espreita todas as almas, como uma fatalidade. Bem-aventurados os que a sabem, ou podem encontrar, no límpido azul dos céus insondáveis.

IV

Como se vê, não houve alteração fundamental nas idéias de Clóvis Beviláqua, no decurso dos oitenta anos de sua vida.

Revelam os escritos da mocidade o equilíbrio, a serenidade, a tolerância de um pensamento amadurecido, como os trabalhos de octogenário conservam o calor e a confiança das esperanças da juventude. Clóvis Beviláqua viveu para o serviço de suas doutrinas, numa pregação tranqüila e constante, em que a suavidade da frase e o espírito de compreensão não permitiam duvidar da força invencível de suas convicções. Pode-se dizer que nunca mudou de escola filosófica; nunca perdeu a fé na ciência jurídica, que ele continuava a ensinar e a defender como nos dias distantes de suas primeiras aulas do Recife. Que têmpera prodigiosa a desse espírito e a desse coração, que se conservaram imutáveis diante das forças variáveis, incertas, caprichosas, que compõem o drama da existência humana! Dir-se-ia um rochedo, suportando indiferente o arremesso das ondas bravias, o ímpeto das correntes furiosas, a insídia dos torvelinhos imprevistos. Dir-se-ia um rochedo se houvesse alguém que menos parecesse com um rochedo do que aquele homem suave, que passava pelas ruas com um sorriso constante nos olhos mansos, andando vagarosamente, sempre muito bem-posto na sua roupa austera. Os que o conheceram quando moço, ao descrevê-lo, não sabiam evitar a referência à sua bondade. Araripe Júnior falava no seu olhar "meigo". Sousa Bandeira dizia:

> Não me podem vir à lembrança os saudosos tempos acadêmicos sem que se me apresente ao espírito a figura simpática de Clóvis Beviláqua, o "meigo Clóvis", como lhe chamávamos, com a sua fisionomia insinuante e

> calma, os seus gestos um tanto esquivos, sua disposição excepcional para o trabalho, graças ao qual, como um verdadeiro beneditino, pôde acumular lenta e pacientemente os materiais. de uma grande erudição. A firmeza de seu caráter, seu procedimento reto e honesto faziam dele, no nosso meio, um como irmão mais velho, que acalmava os nossos ímpetos juvenis, robustecia a nossa fé no futuro, fortalecia o nosso espírito nos desfalecimentos.

Esse o Clóvis Beviláqua dos vinte, como dos oitenta anos. Apenas não se enganassem com o "meigo Clóvis". Não seria, decerto, um provocador de lutas, não faria como Tobias Barreto, que parecia trazer consigo um cartaz de desafio permanente aos *valientes* da Filosofia, do Direito ou da Literatura. Mas não seria também homem para ceder de suas convicções, ou para fugir das batalhas em que o envolvessem. A discussão do Código Civil veio demonstrar o que havia de firmeza heróica no seu caráter. Admito que ele houvesse recusado o convite de Epitácio Pessoa, para a elaboração do projeto do Código Civil, se pudesse prever as paixões tempestuosas, que os trabalhos de codificação iriam desencadear entre os mestres de nosso Direito. Mas os acontecimentos o arrastaram e ele soube enfrentar os críticos, revelando, na indulgência com que os tratava e na cortesia de suas respostas, que não tinha, na coorte de polemistas mais ou menos ásperos, que o acometiam, ninguém que o excedesse na superioridade moral. Apenas repontada, aqui e ali, uma queixa melancólica, a estranheza diante da violência das críticas, o espanto com que via desviar-se, para os domínios lingüísticos, um debate concernente à fixação das normas de nosso Direito Civil. Não pôde deixar, entretanto, de recordar o velho Cícero, que em *Pro Murena* sustentava que "a ciência do Direito é coisa bem mesquinha; reside, principalmente, em questões de ortografia e pontuação". Mesmo citando Cícero, não procura tirar conseqüências satíricas dessa frase tão oportuna naquela época; contesta-a sem amarguras, salientando a eterna beleza da ciência jurídica. Foi, decerto, nessa conflagração provocada pelo projeto do Código Civil, que Clóvis Beviláqua conquistou, definitivamente, a sua auréola de santidade leiga.

O eminente civilista Solidônio Leite, que freqüentara a casa de Clóvis Beviláqua nesse período da elaboração do Código Civil, falou-me diversas vezes da impressão que lhe deixara o mestre cearense, nesses dias tormentosos. Recordava os prodígios de sua memória, que tinha presentes, em todos os

momentos, o texto dos outros códigos e a lição dos juristas. O que mais impressionava, entretanto, era a indulgência com que recebia os ataques e as censuras. Em tudo e por tudo um santo, um santo moderno, que não precisava ser queimado vivo numa cruz de madeira, ou corrido a pedradas, pois que encontrava na própria vida suplícios mais dolorosos, exigindo de sua alma sensível renovados milagres de resignação. Suponho, por isso, que se perguntassem a Clóvis Beviláqua qual o seu maior desejo, responderia, apenas, com uma palavra singela:

– Perdoar!

Perdoar e compreender, ou melhor, compreender e perdoar. Por isso as suas páginas de crítica literária, ou filosóficas, são admiráveis, na interpretação dos autores, pela simpatia que as inspira. Se as ciências jurídicas não o houvessem aprisionado, para colocá-lo entre os nossos grandes civilistas, junto a Teixeira de Freitas e a Lafayette, poderíamos ter encontrado no autor de *Épocas e Individualidades* um dos grandes críticos brasileiros. Em *Juristas Filósofos* soube estudar Tobias Barreto com uma tal justeza de conceitos e tão profunda inteligência, que não sei de retrato mais fiel do filósofo sergipano. Receio apenas que Clóvis Beviláqua pudesse incorrer em pecados veniais de excessiva benevolência, sobretudo se começassem a descobrir como eram fáceis e tentadores os caminhos de sua ternura.

Como vedes, volto sempre a esse tema e não sei evitá-lo. A vida de Clóvis Beviláqua se me afigura um capitulo a incluir em *Peregrinações Franciscanas* e a exigir um Joergensen, com os olhos ainda deslumbrados pela suavidade das paisagens da úmbria e a memória cheia das palavras dos *Fioretti*. Vida, meus senhores, para ser descrita e entendida como se fosse um colóquio com São Francisco de Assis.

Exagero? Creio que não, no mais profundo da minha sinceridade. E chego até a pensar que foi assim também que o julgaram aqueles pombos que, no dia da morte de Clóvis Beviláqua, invadiram o seu quarto e voaram sobre o seu cadáver ainda morno, pousando junto da mão imóvel, que tantas vezes os afagara e os alimentara.

V

Vindes, Sr. Carneiro Leão, dessa mesma Escola do Recife, onde já encontramos os vossos antecessores na Cadeira 14, o patrono Franklin

Távora e o fundador Clóvis Beviláqua. Não vos assusteis, entretanto, supondo que vos apresentarei como um contemporâneo de Clóvis Beviláqua, ou de Franklin Távora. Se há quem não esteja a respeito informado, fique desde logo prevenido de que tendes apenas a idade que pareceis ter; e já estamos vendo que não é muito, ou que então os solteiros se conservam, como diria, e provaria, o nosso eminente confrade, Sr. Ataulfo de Paiva.

Vossa ligação com a Escola do Recife se firmou através de vosso tio Laurindo Leão, pai de nosso companheiro, Sr. Múcio Leão. Laurindo Leão formara-se em Direito, na turma de 1880. Presenciara os combates e façanhas de Tobias Barreto, entusiasmando-se pelos estudos filosóficos. Figurara em concursos de retórica e de filosofia, no Curso Anexo da Faculdade de Direito, sem obter, entretanto, a cátedra disputada. Em 1891, porém, fora nomeado professor substituto daquela Faculdade, passando, em 1902, a catedrático de filosofia. Era um homem sonhador, apaixonado e generoso, querido de todos os seus alunos, embora não possuísse aquele raro dom de proselitismo, que tornara Tobias Barreto capitão das hostes filosóficas do Recife. Laurindo Leão acumulava seu prodigioso saber em páginas, que pareciam anotações ou esquemas, para desenvolvimento futuro, o que as tornava de entendimento difícil para quem iniciasse estudos filosóficos. Gostava de isolar-se entre os livros da biblioteca da Faculdade, embora prejudicando contactos mais freqüentes com a juventude acadêmica. Daí a diferença da influência entre os dois filósofos, sem que houvesse discordância profunda entre o Monismo do professor sergipano e o Fenomenismo de Laurindo Leão.

Os vínculos do parentesco supriram, ou substituíram, no vosso caso, a força de proselitismo, que faltava a Laurindo Leão. Sentistes o dever de estudar melhor a disciplina que ele doutrinava. E a filosofia vos empolgou, levando-vos ao extremo do desprezo pela Poesia, que aprendestes em casa, ouvindo os versos tão líricos de vosso pai, Antonio Carlos Carneiro Leão. O rompimento com a Poesia foi de tal maneira peremptório e decidido, que resolvestes esconder para sempre os poemas já escritos, por mais que essa rude deliberação pudesse magoar o coração de suaves musas recifenses. Tínheis dezessete ou dezoito anos, idade em que ainda se pode ser cruel.

Vosso espírito, entretanto, era demasiadamente objetivo e não se deixava monopolizar pelas especulações filosóficas. E sucedeu que a reunião do

Primeiro Congresso de Estudantes vos trouxe a São Paulo, como representante da terceira série do curso jurídico da Faculdade do Recife. Tivestes que fazer uma conferência no salão nobre do Ginásio de São Bento, naquela cidade. E que assunto escolhestes para esse trabalho, que depois divulgastes num volume? O titulo no-lo dirá: "Educação". O lema adotado vinha de Leibnitz: "Dai-me a educação das crianças que transformarei a face do mundo dentro de um século." Confessastes, na explicação com que antecedestes a publicação desse trabalho de quase adolescente: "E assim escolhi o tema que mais palpitante me pareceu."

Quem sabe se não foi ainda a filosofia que vos inspirou essa preferência? Esse primeiro volume já revela a preocupação de situar o problema educacional em face da causalidade materialista. E a vossa atitude não é de subordinação, mas de revolta decidida contra os mestres do evolucionismo, pois que afirmais a supremacia absoluta da educação sobre os fenômenos de hereditariedade e as condições mesológicas, no processo da elaboração social. Levastes tão longe a vossa autonomia, que chegastes a tomar atitude em correspondência com a reação espiritualista de Farias Brito, escrevendo:

> Se fossem coerentes os materialistas, se fossem filósofos, pois a filosofia é a coerência, haviam de notar que a educação é a adaptação. Não a adaptação às sórdidas conveniências sociais, mas o congraçamento perfeito, a união indestrutível com a verdade. O indivíduo, que se educa, prepara-se para ascender à felicidade pois, à medida, que o seu espírito diferencia mais e mais a verdade do erro pelo conhecimento da primeira, no dizer de Farias Brito – a representação real da existência na consciência, ele foge deste, e procura aquela, em virtude da atração natural pelo gozo e repulsão pela dor.

Pela educação explicastes as transformações sociais do Japão, como atribuístes a esse mesmo fator a pujança da civilização dos Estados Unidos. Combatestes também as teses, que faziam da raça o fator principal do êxito de uma nação. Por isso afirmastes a vossa confiança no Brasil, uma vez que soubéssemos dar o valor devido aos problemas educacionais, visando à harmonia da cultura individual e o progresso da sociedade.

Assim foi que aparecestes nas letras, Sr. Carneiro Leão. Já podemos calcular, pela seriedade dos temas e pela segurança da cultura, que éreis então, com 18 anos, austero e sisudo, talvez com esse ligeiro toque de superioridade, que ainda hoje tendes e que os que vos conhecem de perto sabem que não é arrogância. Ao contrário, tendes mais de tímido do que de soberbo. Pertenceis a essa categoria, muito conhecida dos que já se demoraram no velho Stendhal, a dos que dissimulam a timidez com um pouco de desafio, ou de provocação. Tática realmente frutuosa, pois que serve para enganar os outros e às vezes consegue iludir os donos frágeis dessas aparências altaneiras. Perdoai, Sr. Carneiro Leão, se houve qualquer coisa de indiscreto na referência, mas estou entre os que supõem que um pouco de timidez não faz mal aos doutores. E que mal vos fez, a vós mesmo, esse pouco de timidez? Não impediu que tornásseis vossa existência um nobre apostolado, em que a bravura da ação só é excedida pela grandeza das renúncias.

Com esse livro dos 18 anos, traçastes o programa de toda a vossa existência. E não houve circunstância, nem contingências que vos afastassem da linha de conduta e dos ideais a que resolvestes servir. Surgem os programas, em geral, para codificação do que se não vai fazer. São como projetos de estradas traçados antes do reconhecimento da região, o que explica a necessidade de contornar algumas montanhas ou de admitir os lanços de viadutos sobre abismos inesperados. Entretanto, no vosso caso, a fé pôde mais que as montanhas e que os abismos. Como aquele Cavaleiro Pobre de que fala o poeta, e sois também, como ele, e para honra vossa, um herói romântico, levastes toda a vida:

E fiel à Visão e seu amor fiel.

Combatestes, sem tréguas, pelo vosso ideal. Sete anos depois dessa conferência no salão nobre do Ginásio de São Bento, publicastes um volume: *O Brasil e a Educação Popular.* Três anos depois, em 1919, aparece o livro *Problemas de Educação.* E com uma regularidade surpreendente vêm chegando os outros volumes de vossa campanha, *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras, O Ensino na Capital da República, Palavras de Fé, A Organização da Educação em Pernambuco, O Ensino das Línguas Vivas, Tendências e Diretrizes da Escola Secundária, Introdução à Administração Escolar, A Educação*

nos Estados-Unidos, Ideais e *Preocupações de uma Época, Planejar e Agir, A Educação para o após Guerra.* Recapitulo, apenas, os títulos dos livros. São quatorze volumes dentro da mesma seqüência de idéias e das mesmas preocupações do livro dos 18 anos. É a mesma campanha encarada sob todos os aspectos, mas com absoluta firmeza e coerência nos pensamentos diretores.

Algumas vezes parecestes sair desses assuntos. Há dois livros vossos, e excelentes, que poderiam autorizar essa suposição: *Sociedade Rural* e *Fundamentos da Sociologia.* O primeiro, se descreve o ambiente da vida do campo, é para indicar imediatamente os planos convenientes, na educação rural. Na Sociologia, o que vos preocupa é sempre esse problema educacional. Fostes o autor da primeira reforma, que incluiu no currículo das escolas de professores o estudo experimental da Sociologia. Mas não devemos esquecer o que dissestes:

"Era mister estudarmo-nos e conhecermo-nos para educarmo-nos com segurança científica no sentido de nossa própria civilização. Nenhuma disciplina mais adequada à orientação de tais objetivos do que a Sociologia".

De permeio com os livros, escrevíeis artigos na imprensa, fazíeis conferências. Duas vezes fostes também chamado para a realização de vossas idéias no plano administrativo, como Diretor Geral da Instrução do Distrito Federal e autor da reforma que organizou, em 1928, a Educação no Estado de Pernambuco. Da seriedade e significação desta reforma nos fala uma circunstância muito expressiva: é que ela sobreviveu a uma revolução. De vossos trabalhos no Distrito Federal, disse o vosso conspícuo sucessor, o Sr. Fernando de Azevedo, que depois de aludir aos vossos "esforços renovadores" e ao vosso "alto espírito de educador, digno de todas as homenagens pelos serviços prestados no cargo a que deu brilho numa atividade infatigável de quatro anos", acrescentou:

> Em sua administração fecunda de realizações, embora isoladas, que nem sempre obtiveram a repercussão equivalente ao seu esforço empreendedor, ele tinha, na divulgação de idéias modernas, o gesto largo e compreensivo do semeador, que sabe que algumas sementes se perderão, enquanto outras florescerão magnificamente, produzindo frutos esplêndidos.

Outro diretor de instrução, não menos ilustre, o Sr. Anísio Teixeira, escrevia a vosso respeito:

> Carneiro Leão fez, durante quatro anos, verdadeira obra de administração escolar, inovando, reconstruindo e desenvolvendo, nos seus elementos fundamentais, a escola pública que, em suas mãos, era um organismo vivo, capaz de crescer e aperfeiçoar-se indefinidamente, mesmo que lhe faltassem os recursos legislativos que apressam, ou consolidam a obra de reajustamento e evolução.

Essa a opinião de vossos sucessores, na Diretoria de Instrução do Distrito Federal. Também não foram escassos os louvores aos vossos livros. *Fundamentos da Sociologia* tiveram palavras de elogio de Sorokin, Carle Zimmerman, George Dumas, Henri Wallon, P.A. Martin, J. Medina Echavarria. Vosso volume sobre a *Sociedade Rural* vos elevou à situação honrosa de redator (*contributing editor*) da excelente revista americana *Rural Sociology,* órgão oficial da Rural Sociology Society. Como a edição francesa do vosso *L'enseignement des Langues Vivantes* mereceu pareceres expressivos e valiosos de autoridades da significação de Ferdinand Brunot, H. Pernot, L. Marchand, H. Bounet, Maurice Roy, G. Varenne, Georges Ascoli, G. Roger, E. Guntsch, Hans Frerk, Ernesto Nelson, Florence Baker, etc.

Permiti que vos diga, entretanto, que mais importante ou significativo que todos esses elogios é o merecimento da obra educacional, que vindes realizando. Não fostes, decerto, o primeiro a escrever sobre a educação. Antes de vós poderiam ser apontados, entre os mais ilustres, e para citar apenas as culminâncias, José Liberato Barroso, Antonio de Almeida Oliveira, Tavares Bastos, Leôncio de Carvalho, Rui Barbosa, Souza Bandeira, José Veríssimo. Tivestes ao vosso lado companheiros de campanha como Victor Viana, Frota Pessoa, José Augusto, Licínio Cardoso, Afrânio Peixoto, Heitor Lira, Mário Pinto Serva, Paulo Pestana. A lista dos que vêm continuando a peleja não seria menos ilustre. Já lembrei Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Seria de justiça citar também Delgado de Carvalho, Sud Menucci, Lourenço Filho, Teixeira de Freitas, Everardo Backeuser, Renato Jardim, Isaías Alves, Venâncio Filho, Padre Arlindo Vieira, Celso Kelly, Leoni Rasef. E ainda estou correndo o risco muito sério de pecar por omissão.

No meio de todos eles, Sr. Carneiro Leão, figurais com excepcional destaque. Os serviços que vindes prestando à causa da Educação não se distinguem apenas pela Cultura, pelo vigor da análise, pela amplitude dos temas versados.

Há que referir também a vossa dedicação absoluta à campanha educacional. Tendes vivido no domínio espiritual como num regime de monogamia e podeis exibir o merecimento de uma perfeita fidelidade aos problemas da educação, fidelidade tão difícil nesse domínio como em todos os outros. Só o prestígio de um grande ideal ou o poder de um amor veemente conseguem explicar esses milagres, com uma natureza humana tão fraca exposta a tentações tão fortes. Quem sabe dos sorrisos com que se apresentaram diante de vós os outros temas do saber e da Cultura? Que promessas vos fizeram? Mas a verdade está patente em vossos livros: resististes a tudo, a sorrisos, a olhares, a gestos, a palavras. Vencestes, se cabe tal vocábulo neste domínio, como nos outros, quando sabemos que os prêmios mais amáveis são companheiros das derrotas.

Por essa atitude de Parsifal, já num banquete que vos foi oferecido, em 1917, pelo professorado paulista, ouvistes do orador dos manifestantes, o valoroso professor João Lourenço Rodrigues, as seguintes palavras, para explicação da gratidão que vos era devida:

"Sem auxílio, sem subvenções de qualquer espécie, viestes a São Paulo e aqui ficastes cerca de um mês, para realizar a série de conferências que agora fixastes em um livro."

E assim agistes sempre, oferecendo à vossa campanha todo o vosso tempo, todo o vosso entusiasmo. Por isso vos dizia ainda esse orador do professorado paulista:

"Bateis-vos pela educação do povo e reproduzis numa outra esfera a campanha de Bilac."

O que o nosso companheiro, Sr. Celso Vieira, descrevia com o vigor e o relevo de seu estilo:

> E oito anos há que perlustra as capitais brasileiras, dirigindo apelos oratórios e escritos aos governantes, às mulheres, aos sacerdotes, aos homens de boa vontade em prol da educação popular, tanto vale dizer da nossa humanização, pois nada confunde homens e brutos sob a mesma tirania dos instin-

> tos como o analfabetismo. Há oito anos ele discursa com intrepidez e escreve sem fadigas sobre educação na Paraíba e Pernambuco, em São Paulo, no Rio. Vai de uma a outra cidade, inquieto, no alvoroço dos seus ideais, pregando a boa nova das primeiras letras, a bem-aventurança do jardim-escola, das lições ao ar livre e da cartilha maternal.

Sobretudo a boa nova da necessidade de educação, dos benefícios que ela poderia fazer ao país, se orientada no sentido de nossa grandeza e de nossa prosperidade. Não há, talvez, idéia mais nítida e demoradamente exposta em vossas obras, que a da precariedade da simples alfabetização. Se dizeis que "hoje se pode medir o valor de um país pelo cuidado que ele tem na educação popular" – é preciso compreender esse conceito dentro de vossa tese fundamental:

"Educar não é ensinar apenas a escrever e a ler. É formar, desenvolver e dirigir as aptidões individuais, melhorando-as, dando-lhes possibilidades novas, adaptando-as às exigências do momento e do meio."

Esse pensamento como que orienta todos os vossos livros. Não deixastes de lembrar, sempre e sempre, que a escola é "oficina onde se vai forjar o povo para a luta pela vida". A escola se torna, assim, "organizadora social para a vida que as necessidades sociais nos impõem". O que só se poderá conseguir através do estágio de sete anos na escola primária, que se deve articular com o ensino profissional e o normal, para conjugação dos esforços comuns. Mais importante do que tudo, porém, é a reforma da escola primária, porque, como escrevestes:

"Estou certo de que é na escola primária assim orientada, que se vai iniciar a reforma de nossa mentalidade, porque há de ser a sua reação sobre o ensino secundário e superior que estabelecerá, enfim, as bases de uma cultura experimental".

Nunca se deve esquecer, na exposição de vossas teses, que "nosso problema educativo não é apenas preparar um povo de ação, mas dar-lhe personalidade". Por isso afirmastes que "as questões de educação não são simplesmente pedagógicas, porém, nacionais, na mais alta expressão do termo. Interessam ao futuro do país, ao desenvolvimento de suas forças vivas". Abrangem a cultura física, higiênica, profissional, mental, moral, social, política e cívica do país. Vão do jardim de infância à preparação de uma política internacional, como tantas vezes demonstrastes, sobretudo na Diretoria de

Instrução do Distrito Federal, quando destes às escolas públicas o nome de nações americanas e encomendastes a Goulart de Andrade e a Francisco Braga a letra e a música de um hino escolar, destinado à exaltação dos sentimentos e ideais de confraternização americana. Bem o disse o poeta que escolhestes:

Deus compôs pelo céu, na lousa escura.
O hino perfeito da fraternidade
Com o silabário ardente das estrelas!

Observei, há pouco, que toda a vossa obra era educacional, inclusive os livros de Sociologia; mas poderia dizer também que ela é integralmente sociológica, pois que, partindo da análise de nossas realidades para encontrar a fórmula de educação conveniente, levantastes o panorama mais completo que possuímos sobre os defeitos e inconvenientes de nossa formação, desde as elites livrescas, mal preparadas para a luta, até as massas analfabetas, perdidas e esquecidas na imensidade dos sertões brasileiros. Sem esse trabalho prévio de pesquisa e análise de nossas realidades, vosso esforço não seria produtivo, pois que, como escrevestes:

"Sepetiba e Botafogo, o Meyer e Guaratiba têm solicitações que variam certamente. Tais diferenças não implicam adoção de programas diversos, mas a aplicação de tais ou tais disciplinas, com tal ou qual orientação. Não precisamos de tantos programas quantas forem as áreas sociais, mas com o mesmo programa devemos orientar o ensino para o aproveitamento das qualidades concernentes aos vários ambientes culturais".

Com uma educação obediente a essas normas, o que se visa não é apenas a elevação do nível cultural do povo, mas o aproveitamento de sua capacidade de realização. Como Rui Barbosa, nos famosos pareceres de 1882, dissestes, também:

"Se não há riqueza econômica sem inteligência cultivada que a dirija e sem braço hábil que a edifique, a nação mais abastada e mais poderosa há de ser a que tenha uma educação popular mais difundida, produzindo maior número de inteligências cultas e de braços capazes".

Como chegar, porém, a esse resultado sem uma reação contra os privilégios de classe, ou de riqueza, que se levantam como obstáculos ao aproveita-

mento de capacidades reveladas em humildes casebres? Não vos intimidastes diante do problema, a que oferecestes a solução justa. Começastes indagando: – "Onde a democracia num país de analfabetos?" E respondestes com José Ingenieros:

"A instrução superior não deve ser vista como um privilégio para criar diferenciações em favor de poucos eleitos, mas como um instrumento coletivo mais próprio a aumentar a capacidade humana diante da natureza, contribuindo para o bem-estar de todos os homens."

Não seria possível, num discurso, indicar todos os problemas, ou idéias a que dedicastes a vossa atenção. Vossos livros constituem uma verdadeira enciclopédia de assuntos educacionais, observados e estudados dentro das conveniências brasileiras. Fostes propagandista entusiasta da intervenção federal no domínio do ensino primário, quando semelhante tese ainda cheirava ao enxofre das heresias, segundo o julgamento ou a ortodoxia dos devotos da Constituição de 1891. Figurastes entre os mais ardorosos defensores da necessidade da orientação profissional, desde os bancos escolares. Cuidastes esforçadamente da renovação dos programas primários, como defendestes as vantagens de uma escola secundária de planos múltiplos e cursos flexíveis. Analisastes a fundo a questão do método de ensino das línguas vivas, assim como os deveres e preocupações da administração escolar. Sobre a educação física, traçastes páginas notáveis e com que vos inscrevestes entre os que primeiro trataram, da informação segura, desse problema essencial. Estudastes todos os aspectos da formação de um professorado brasileiro, à altura de sua sagrada missão; mostrastes as linhas gerais de uma educação moral e cívica; desenvolvestes o tema da organização de uma educação técnico-profissional em correspondência com as exigências da evolução brasileira; apontastes a ação que se devia esperar do clero, na aplicação das reformas e no trabalho cotidiano da educação; exaltastes a função que para esse fim poderia ser atribuída à mulher brasileira, à mãe de família, verdadeira construtora das pátrias. Não poderemos esquecer, neste sumário, os capítulos que dedicastes à questão dos núcleos germânicos no Sul do país, acentuando a inutilidade de nossos tímidos projetos de alfabetização e indicando as medidas convenientes para um resultado definitivo.

Em todos os assuntos, versados nesses livros, excelentes e construtivos, possuís extensa, completa informação a respeito do que se passa nos outros países e do que ensinam os grandes doutrinadores. Vosso maior merecimento, entretanto, é o de subordinar a experiência, ou a lição estrangeira aos imperativos da realidade brasileira. Como a glória maior de vossa vida é a de haver perseverado na defesa de vossos ideais, com a bravura, a tenacidade, a confiança das atitudes escudadas em invencível idealismo. Dissestes, com verdade:

> O Brasil precisa de trabalhar. Só uma educação generalizada e integral lhe daria esta capacidade. Para isto é indispensável uma campanha sem tréguas. Ter-se-á que fazer um movimento da opinião nacional em prol da educação popular. Convençam-se todos disso, dêem o seu apoio à afirmação dessa idéia. É uma campanha tão santa quanto a da Abolição da escravatura, porque é a abolição da ignorância e da capacidade nacional para o desenvolvimento e a grandeza da pátria.

Se assim o dissestes, assim o vindes cumprindo. Já conquistastes, com o trabalho de vossa existência, o direito de figurar entre os próceres americanos da educação, ao lado de um Horácio Mann, de um José Pedro Varela, de um Sarmiento, entusiastas e servidores da mesma causa a que vos dedicastes. Como o herói uruguaio, consagrastes toda a vossa vida ao serviço da educação, *sin dias de fiesta, ni horas de descanso*. Como ele também poderíeis dizer: *Nadie está obligado a dar más de lo que tiene y yo he dado todo lo que tenia y lo que tengo, sin reservas egoístas, ni desfalecimiento cobarde*.

Sede, pois, bem-vindo a esta Academia e à Cadeira 14, que poderá assim conservar-se sob o signo que a vem presidindo: o da fidelidade ao ideal, o da constância na renúncia. Franklin Távora nunca se afastou da devoção das letras, no meio de tantas dificuldades de sua vida pobre; Clóvis Beviláqua serviu inalterável, tranqüilo, indulgente, a causa do Direito e da Justiça. Vossa vida, Sr. Carneiro Leão, tem sido de dedicação total e desinteressada aos problemas da educação popular.

Fidelidade e abnegação fulguram, como uma espécie de auréola, sobre esta Cadeira afortunada. E que signo mais belo poderá haver para uma Cadeira de Academia, ou para a vida de uma criatura humana?

Discurso do
SR. VIANNA MOOG

e

Resposta do
SR. ALCEU AMOROSO LIMA

Sessão extraordinária
do dia 17 de novembro de 1945

I
DISCURSO DO SR. VIANNA MOOG

Senhores acadêmicos,

No limiar de 1930, no dia em que colavam grau no salão de honra da Faculdade de Direito de Porto Alegre os bacharelandos do ano anterior, um jovem advogado, com a única e incerta, mas para ele imensa autoridade de orador da turma, fazia publicamente a sua primeira profissão de fé. Era, estou bem lembrado, um hino entusiástico aos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade que, sob o lema recente "Representação e Justiça", constituíam o acento tônico da época. Liberdade, Igualdade, Fraternidade! Dir-se-ia que a poeira doirada que se tinha feito montanha através dos séculos, a tímida luz bruxuleante que se convertera em clarão do incêndio – não porém incêndio que destrói, senão incêndio que ilumina as bandas do futuro – o anseio indeciso que fora programa de apóstolos, cruzada de mártires, estava em vésperas de converter-se em ideal de todos os homens de boa vontade.

Não eram somente os visionários os que pregavam o seu advento sobre a terra; não eram somente os pontífices arrojados do progresso os que anunciavam o dia em que o homem não mais seria o lobo do homem, em que as raças baixariam o nível dos seus prejuízos e as fronteiras, em lugar de advertências ameaçadoras de soberanias vigilantes em pé de guerra, haviam de transformar-se em meros traços de finalidade geográfica, para que um oceano de fraternidade inundasse a terra confundindo todos os homens num imenso e largo amplexo.

Assim falou, com a infalibilidade dos seus 23 anos, o jovem orador da turma de bacharelandos da Faculdade de Direito de Porto Alegre, naquela noite de janeiro de 1930. Assim provavelmente falaram em Recife, em São Paulo, na Bahia, em Belo Horizonte, na Metrópole, todos os oradores de turma daquele ano que se abria para o Brasil sol: o signo dos grandes entusiasmos e das grandes esperanças.

Quem os ouvisse e se deixasse contagiar por esses arrebatamentos haveria de presumir estivesse bem próximo o advento dos três substantivos mágicos da Revolução Francesa e não hesitaria mesmo em considerar o velho sonho milenar de confraternização universal como algo próximo a cumprir-se.

DESTINO DE UMA GERAÇÃO

Quinze anos, quinze anos que tiveram a densidade de séculos e a velocidade dramática das épocas em que se faz história, passaram sobre esses entusiasmos e sobre essas esperanças.

Que foi feito dessas esperanças? Que foi feito desses entusiasmos?

Basta ter um pouco de sensibilidade para sentir, um pouco de emoção para se comover, um pouco de nervos para vibrar, para compreender, na enormidade de sua significação, o que tenha sido o drama dessa geração.

Pobre geração! Foram bem duros os dias que teve de enfrentar.

Por mais que se procure retrospectivamente, ao longo dessa larga estrada que guarda o segredo das idades, uma época de maiores aflições e de maiores desmoronamentos no recesso das almas, poucas encontraremos que lhe sejam comparáveis.

Bíblias, dogmas, constituições, sistemas, programas, imagens e idéias, homens e ídolos em cujo culto plasmamos a nossa formação, tudo foi atingido pela subversão, tudo andou ameaçado por esses ventos maus que espalharam por toda a parte, entre agonias, estertores e ranger de dentes, os germes do desespero, do desânimo e da destruição. Foram dias atribulados em que só se sentiriam felizes os amoucos da força, os apolíticos, os analgésicos, os indiferentes, enquanto os que pensavam e consideravam e meditavam os problemas contemporâneos haviam de viver na tristeza dos que tateiam nas trevas em busca de rumos salvadores.

Este foi, pelo menos, o destino que a vida reservou ao jovem orador da turba de bacharelandos de 1930. Elejo-o a ele e não a outro, no retraçar o itinerário médio dessa geração, não porque ele tenha sido mais importante do que os outros, ou porque os seus dramas e os seus desalentos apresentem mais intensidade do que os dramas e os desalentos dos seus contemporâneos. Nada disso.

Trata-se aqui de menos. Trata-se apenas de depor com conhecimento de causa sobre um assunto em que, já agora, não se deve depor de outro modo. De resto, como evitar esse personagem, se nunca pude fugir ao seu convívio e à sua por vezes incômoda companhia? Por mais que buscasse afugentá-lo de mim, por mais que o maltratasse com julgamentos implacáveis, nunca me deixaria em paz, jamais me concederia grandes intervalos de trégua. Os seus anseios haviam de ser os meus próprios anseios, os seus desalentos os meus próprios desalentos, as suas aspirações as minhas próprias aspirações.

Ah, as aspirações do orador de 30!

Se todos os moços dotados de espírito público, ao deixar os bancos da Faculdade, nutriam a vaga esperança de influir um dia nos destinos do país através de mandatos populares, ele tinha para isto uma razão considerável: nenhum dos oradores de turma da Faculdade de Direito de Porto Alegre falhara na vida pública. Foram quase todos, senão todos autênticos triunfadores. Nada demais, portanto, aspirasse também ele vir a figurar mais cedo ou mais tarde no rol dos ministros e secretários de Estado, senadores e deputados que a Faculdade preparara para a vida pública. Nenhum falhara; ele também não falharia. Custasse o que custasse, teria de honrar as tradições de sua Escola.

Havia, é certo, a possibilidade de fazer carreira em outras modalidades da vida pública: na Magistratura, na Diplomacia, na cátedra e até mesmo na Literatura. Mas, em verdade, o nosso bacharel tinha as suas prevenções, senão contra a literatura, contra os literatos. A falsa imagem de homens a viver em torres de marfim, fora da realidade, guedelhudos, punhos arrancando das mangas do casaco, a gola do sobretudo alastrada de caspas imemoriais tornaram-no quase alérgico para o termo. Por isso amava a literatura em segredo. E, se lia como um desamparado, para desespero dos que lhe policiavam a formação e justamente se alarmavam com esta sua tendência para a inutilidade social, no meio a um tempo burguês e puritano em que teria de desenvolver a sua atividade, fazia-o menos pela Literatura em si mesma, do que com o pro-

pósito de servir-se dela como instrumento de sua carreira política. Porque antes e acima de tudo o nosso orador queria ser homem público. Presidente ou ministro, senador ou deputado, prefeito ou conselheiro municipal, mas homem público em todo caso.

Portanto, o que ele tinha a fazer não era recolher-se a torres de marfim, mas pôr-se em contacto com o mundo e com a vida, considerar os negócios públicos como um prolongamento dos seus próprios negócios, contribuir de um modo ou outro modo em favor dos interesses comuns. Demais, a vocação da vida pública é que estava de acordo com a sua índole e os seus pendores. Daí as lutas em que andou empenhado. Daí as derrotas que teve de sofrer. Daí, enfim, a prisão, o exílio e o ostracismo sempre a lhe rondarem o rasto dos passos.

EXÍLIO E OSTRACISMO

Mas, fato estranho na sua singularidade: hoje ele não maldiz nem o exílio, nem o ostracismo. Antes egoisticamente os abençoa. Bendito exílio, abençoado ostracismo! Um e outro, impedindo-o de aspirar a situações eletivas, fizeram-no, em compensação, descobrir do outro lado de si próprio um dos aspectos do seu temperamento até então apenas vagamente entrevisto, mas sempre represado: a vocação literária. O bem que lhe fizeram os homens, as situações e os acontecimentos que inconscientemente o ajudaram a descobrir esse mundo de infinitas belezas e possibilidades que ele teimara em desdenhar. Banido, proscrito, depois da descoberta desse outro lado de suas possibilidades, tudo havia de mudar. Agora, quando entrava em seu gabinete de leitura e de trabalho, nos permanentes ou nos que as circunstâncias improvisavam, ninguém mais feliz do que ele, nem mais rico, nem mais opulento, nem mais importante, nem mais poderoso. Porque nem César com todo o seu poder, nem Creso com toda a sua riqueza conhecerão jamais o que seja o júbilo do escritor, o grande como o pequeno, nos momentos fugazes da criação.

ESCRITORES E ESCRIBAS

Pena é que esses momentos sagrados nos homens de pequeno talento durem tão pouco e a vida cobre tão caro as suas dádivas. Dando ao escritor

sensibilidade para gozar a aventura das próprias criações, comunica-lhe, em troca, fraquezas que o expõem às paixões e ambições humanas a que as naturezas perfeitamente equilibradas são imunes. Passada a hora sagrada da criação, o escritor é um homem como outro qualquer, exposto mais do que ninguém aos assaltos dos demônios exteriores e sobretudo aos do pior de todos os demônios: o demônio interior.

Astuto, chicaneiro, malicioso e corruptor como é, em confronto com o demônio interior, chega a nos parecer simplório o velho diabo das fábulas medievais. Ao lado das sutilezas, chicanas, nuanças e sofismas daquele, faz este bem triste figura.

O tempo que ele leva a corromper o velho Fausto! E como se consome no conto "O Mandarim" para induzir a plástica resistência da vítima a apertar o botão fatal! Onde a necessidade daquela argumentação erudita para quem não tinha as virtudes dos monges da Tebaida? Em verdade, herdar a fortuna de um mandarim que se não conhece, que nunca se viu, um mandarim velho doente e encarquilhado com a condição de dar-lhe morte instantânea e suave lá nos confins da China, a milhares de léguas de distância, com a mais tranqüila certeza de impunidade, nem chega mesmo a constituir um problema em nossos dias. Em se tratando de mandarins e de milionários, por muito menos e mais complicadas condições haveria gente hoje capaz de hecatombes.

Menos exigente é o demônio interior. A arte feiticeira com que se aproxima de suas vítimas! Como sabe falar-lhes à vaidade, à ambição, à cobiça! Como sabe oferecer mundos inenarráveis em troca de pequenas transigências e capitulações!

Ai, porém, dos que capitulam! Ai dos que transigem! Nunca mais conhecerão os verdadeiros estados de graça das horas de criação. Continuarão com a técnica, o virtuosismo, a habilidade, mas perderão a chama interior. Tudo lhes será perdoado, menos a transigência com as suas verdades ou aquilo que eles acreditem no fundo do coração serem as suas verdades essenciais. Lá fora poderão ser capazes de todas as transigências, tolerantes com os outros e consigo mesmos, mas quando se recolherem à mesa de trabalho hão de sacudir, com a poeira das vestimentas, a poeira das fraquezas e revestir-se de uma dignidade sacerdotal. Do contrário estarão perdidos. Já não serão escritores. Serão escribas.

HISTÓRIA DE UMA RESISTÊNCIA

O nosso jovem escritor conheceu – se os conheceu! os assaltos do demônio interior. Mas, tenho a impressão, ou talvez a ilusão, de que soube resistir com alguma galhardia. Quando perguntaram a Sieyès o que fizera durante a Revolução Francesa, ele limitou-se a responder: *Eh, bien, j'ai vécu!* Porque viver naqueles difíceis tempos já era alguma coisa. Não, não creio que o orador de 30 tenha apenas vivido. A prova aí está nos seus livros. Muitas vezes terá pecado por escrever com prudência, outras por esmaecer cores e tintas que desejava carregadas, mas no que tange com suas verdades fundamentais, presumo que se tenha conservado de certo modo igual a si mesmo. Sorrirá hoje de muitas de suas demasias, já não sustentará com a mesma ligeireza e desenvoltura teses e julgamentos que lhe pareciam definitivos e acabados.

Não tem, porém, por que renegar os livros que escreveu. Secos e áridos como são, arrancados linha a linha, página a pagina, capítulo a capítulo, ao território de uma imaginação rebelde à ficção e à fantasia, se não chegam para compor a história de uma resistência heróica nos anos de exílio e de ostracismo, bem ou mal constituem a crônica de uma resistência.

Como não lhes reconheço outros méritos, apraz-me acreditar tenha sido esse o título que mais legitimamente o tenha recomendado à vossa ilustre e cobiçada Companhia.

Eis por que hoje aqui me encontro, srs. acadêmicos, um pouco atordoado, alongando-me neste exórdio, menos pelo prazer de falar de mim mesmo, do que pela necessidade de convencer-me da perfeia identidade entre o acadêmico de agora e o orador da turma de bacharéis de 1930. Para quem, como eu, não acredita no mito do homem isolado, e na máxima ibseniana de que o homem mais forte é o homem mais só, mas sim nos prodígios da cooperação e da solidariedade humana, na ventura da convivência e da compreensão, a investidura que ora me conferis era o máximo a que, como escritor, podia aspirar.

SENTIDO DE UMA DATA

Como se me não bastasse a satisfação da investidura e a honra de substituir nesta Cadeira a Alcides Maya, a maior glória literária do Rio Grande do

Sul, quis ainda uma estranha coincidência que o dia de tão esplêndido triunfo, 20 de setembro de 1945, ocorresse numa data duplamente grata ao meu coração.

Vinte de Setembro, dia memoravelmente associado à República de Piratini, a mesma que inscreveu em sua bandeira a legenda "Liberdade, Igualdade, Humanidade" como que antecipando a verdadeira e permanente vocação do Rio Grande contra o centralismo, a tirania e o absolutismo, assinala o momento mais alto na história do meu querido Estado natal.

1945 é o ano que marca o centenário de nascimento de Eça de Queirós e bem sabeis o que isso significa para mim e para a minha geração.

Cansado, como todos nós, do prosaísmo do nosso tempo, que assistia entre desesperos e desencantos ao desmoronar do velho edifício social do Ocidente, solar de séculos que abrigou gerações e gerações mais felizes do que a nossa, sem atinar com o modo de salvá-la, Miguel de Unamuno teve um dia esta idéia genial: propôs à cavalheiresca Espanha uma cruzada ao túmulo de D. Quixote, certo de que ao influxo do seu idealismo incontaminado ainda seria possível fazer alguma coisa e grandes coisas. O que Unamuno pedia é que se fizesse alguma loucura, mas uma loucura capaz de escandalizar os acomodatícios que não reagem contra a nova ordem que ameaçava tragá-los, precisamente pelo seu irredutível apego às atitudes prudentes e sensatas.

A nossa geração, assim o creio, fez melhor. Já não se tratava só da Espanha. Tratava-se de todo o Ocidente. Precisávamos de alguém que, tendo o idealismo de D. Quixote, não fosse isento de malícia e astúcia. Para isso só Eça de Queirós. Invocamo-lo em nossas horas amargas e ele nunca nos faltou. Acudiu sempre ao nosso apelo, ensinando-nos e orientando-nos. Quando desesperávamos de uma instituição, ele nos aconselhava: "O riso é a mais antiga e ainda a mais terrível forma de crítica. Passe-se sete vezes uma gargalhada em volta de uma instituição, e a instituição alui-se."

Então rimos, e isso nos salvou. Quando parecíamos imprudentes, pagando caro as nossas temeridades, ele nos confortava: "Para ser ponderado, correto e imóvel há tempo de sobra na velhice." Enfim, nunca nos decepcionou. Esteve sempre à frente de nossa geração, que os vivos já não sabiam ou não queriam dirigir. Só uma coisa não quis ou não pôde ensinar-nos: o segredo do seu estilo.

O estilo de Eça! Aquilo é a um tempo Música e Geometria, Dança e Poesia, Poesia e Arquitetura. Fluido, claro, translúcido, vitamina do macio como *berceuse* e capaz também das ressonâncias do bronze, submisso a todos os gêneros, nunca houve, em tempo algum, à disposição de um artista, mais maravilhoso instrumento de realização de beleza e de vida no espaço bi-dimensional do papel.

Ai de mim, que não consigo com a minha rude prosa de ensaísta alçar-me à altura do meu biografado. Ai de mim que não conseguirei celebrar condignamente a glória dos meus antecessores nesta Cadeira em que venho quebrar a harmonia da continuidade.

ASTROS E PLANETAS

Isto, entretanto, a pouco monta. As Academias, como já o proclamava o velho Anatole France, são como os sistemas planetários, com astros e planetas, onde tudo brilha de um brilho próprio ou de empréstimo, comunicando a muitos dos seus membros a importância que recebem de outros. Estes vivem da própria luz e do próprio calor. Aqueles da luz e do calor que lhes vêm dos astros.

Minha posição nesta Casa – não me faço ilusões – está de antemão demarcada: serei planeta. Um planeta que vem nutrir-se da luz e do calor que espero nenhum de vós há de me regatear, da luz e do calor que me virão dos meus antecessares, estes sim, legítimos astros cuja luz repercute na terra muito tempo depois de desaparecidos, que todos eles, tanto Basílio da Gama, o patrono da Cadeira, como Aluísio Azevedo e Alcides Maya, seus primeiro e segundo ocupantes, viverão pelo tempo dos tempos de seus próprios fulgores.

Basílio da Gama, o poeta de *O Uraguai,* evoca desde logo dois dos mais altos momentos da nossa história: o Romantismo e a Inconfidência Mineira. Não foi inconfidente; foi, porém, o precursor, o legítimo precursor da Inconfidência.

Depois dele, a reação, a força, o degredo e a morte emudeceram as vozes que pregaram e anunciaram o advento da liberdade em terras do Brasil. Mas a força não paralisou a sua marcha, porque a idéia de liberdade não conhece ergástulos, nem cadeias, nem baraços, nem fogueiras. Zomba das pri-

sões, dos ferros, dos tiranos e das tiranias. Não a envenena a cicuta, o oceano a não afoga, os leões a não devoram, o raio a não fulmina. E ainda que se entregasse a terra às chamas e à destruição ela haveria de renascer sobre as cinzas e os escombros.

PRECURSOR DO NATURALISMO

A Cadeira para a qual a Academia, em sua fundação, destacou o grande patrono, não poderia ter como primeiro ocupante senão um escritor que, pela sua brasilidade e o seu nativismo, estivesse à altura de Basílio da Gama. E este, ao tempo, havia de ser e só podia ser Aluísio Azevedo.

Como Basílio da Gama, Aluízio Azevedo também foi um precursor. Com a vantagem de surgir no momento exato: nem antes, nem depois.

Se ao tempo da plenitude do Romantismo convocar os brasileiros para refletir sobre o Brasil em termos de Naturalismo e Realismo era uma heresia semelhante à do grego que propôs aos seus contemporâneos da geografia de Ptolomeu a concepção de uma terra redonda, com todos os transtornos que a nova concepção haveria de acarretar nas várias modificações da vida grega, ao tempo de Aluísio e de suas mensagens e Realismo começavam a cansar, mesmo no Brasil, essas figuras irrealizadas de índios, de bandeirantes e de criaturas diáfanas que o Romantismo tomara de empréstimo aos castelos medievais. Atentava-se agora para os problemas sociais que a Abolição da escravatura acabara de gerar.

A obra de Aluísio Azevedo foi como um toque a rebate para estas novas realidades. E constitui ainda hoje um quadro mural impressionante dos nossos cortiços, das nossas casas de pensão, das nossas ruas e vielas, animadas de uma recente população de mulatos e cafuzos jogados de repente à marginalidade da vida brasileira. São painéis cuja vigência o tempo não destruiu. Têm movimento, têm vida, intensidade e colorido. E tudo é Brasil.

Observava Joaquim Nabuco, numa de suas mais brilhantes generalizações, que nós, brasileiros e americanos, pertencemos à Europa por nossas camadas estratificadas e à América pelo sentimento novo e flutuante do nosso espírito; que tal situação perdurará enquanto aquelas prevalecerem sobre este, enquanto não se apagar em nós a lembrança de nossa comum origem européia.

Tenho minhas dúvidas quanto ao rigor dessa generalização. Pelo menos quanto a Aluísio Azevedo sei que ela não colhe. Aluízio era profundamente americano. Americano? Não. Profundamente brasileiro e só brasileiro. Da Europa recebeu o método do Naturalismo. Mas o objeto de suas cogitações, o seu ambiente específico eram exclusivamente brasileiros.

A VIDA E OS SISTEMAS

Aliás, o autor de *O Cortiço* é um escritor difícil de ser submetido a generalizações e sistemas.

Tenho, sob este aspecto, suponho ter, alguma autoridade para depor. Um dia, como sabeis, decepcionado de nossos métodos de interpretação da Literatura Brasileira, sobretudo do método unitário e cronológico que lhe era quase invariavelmente aplicado, em detrimento de altíssimas expressões de nossas culturas regionais, propus se considerasse o Brasil não como um continente cultural, mas como um arquipélago com sete ilhas de cultura autônomas e diferenciadas: a Amazônia, o Nordeste, a Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e a Metrópole. Lá onde predominassem o mesmo clima, a mesma geografia, as mesmas formas de produção, os mesmos estilos de vida, lá encontrar-se-iam núcleos culturais homogêneos e diferenciados.

Estava eu portanto, com minhas ilhas bem definidas – geográfica, histórica, política, social e economicamente bem caracterizadas – e podia agora situar os nossos escritores, sobretudo os grandes nomes de província que nossas histórias literárias injustamente relegavam para segundo plano, em suas respectivas regiões culturais.

Todo ótimo, tudo perfeito. Onde situar, porém, Aluísio Azevedo? A que núcleo filiá-lo? Não havia confiná-lo em nenhuma das ilhas do meu arquipélago, que ele de todas transbordava. Que fazer? Dá-lo por não existente, à maneira dos sistemáticos em face da primeira dificuldade dos seus sistemas? Já se vê que não o fiz. Por isso mesmo sinto-me à vontade para reconhecer que a minha interpretação da Literatura Brasileira, de algum proveito para a compreensão da maioria de nossos escritores, está longe de esgotar a nossa cultura na multiplicidade e complexidade de suas formas.

O que me consola é que não sou o primeiro construtor de sistemas a perceber a impossibilidade de confinar a vida nos limites das construções racionais. A vida não é sistemática. Transborda dos sistemas. Ou, como dizia Santo Tomás de Aquino, na *Suma Teológica*: "A vida transborda do conceito." Que o digam os sistemáticos do século XIX, os sistemáticos de todos os tempos. Literatura é vida e a vida não a esgotam os sistemas.

ALCIDES MAYA

Se, por um critério estrito e limitado, não é possível situar a personalidade de Aluísio Azevedo, como escritor, em nenhuma das ilhas do meu arquipélago, outro tanto não ocorre com Alcides Maya, que o sucedeu nesta Cadeira. Alcides Maya é bem, à sua época, o representante típico do núcleo cultural rio-grandense.

Regional, sem prejuízo de sua universalidade, e eminentemente universal, sem prejuízo de sua profunda brasilidade, ninguém como ele para a iconografia do núcleo de cultura rio-grandense no arquipélago cultural do Brasil. Outros terão representado o Rio Grande do Sul com o mesmo vigor neste ou naquele sentido. Mas o Rio Grande, no seu duplo aspecto regional e universal, só ele. De todos os escritores rio-grandenses foi o mais universal.

A universalidade de Alcides Maya! Era a sua qualidade predominante, se é que se pode falar em qualidades predominantes onde tantas excelem. Poucas vezes terá surgido no Brasil um instrumento mais preciso, um mecanismo mais dútil, mais pronto e mais exato na captação do tempo e das idéias. Inteligência cartesiana, feita para pensar em grande e capaz de clarificar e sistematizar o próprio caos, observá-la em ação constituía um espetáculo edificante que fazia honra à espécie humana.

Estou ainda a vê-lo, tal como o vi pela última vez, metido no seu *robe-de-chambre* cor de cinza, um pala de campanha enrolado ao pescoço, lá fora o minuano a associar e ele a discorrer sobre os temas de nosso tempo, de todos os tempos, as horas a dispararem como minutos, os minutos a voarem como segundos. E dizer-se que esse feiticeiro do mundo das idéias gerais não era mais nem a sombra do Alcides Maya moço, apolíneo, que inundara o seu tempo com o ruído do seu nome. E dizer-se que o Alcides que eu tinha agora

à minha frente mal evocava a figura de recorte aristocrático, tipo flamengo e trajar impecável, a quem em nossa primeira mocidade, fatigados de nosso politeísmo de demagogos e caudilhos, atribuíamos as virtudes ideais dos personagens que as biografias recolhem para a admiração definitiva da posteridade. Ainda assim que grande e luminoso espírito!

E que pena não ter havido um Eckermann para recolher as conversações desse pequeno Goethe, cuja obra escrita de sentido universal, *Crônicas e Ensaios, Através de Imprensa* e *Machado de Assis*, apenas deixou entrever o infinito de suas possibilidades.

Infelizmente, quanto a isso nada mais há a fazer. Perdemos o melhor Alcides Maya universal da *causerie* e das improvisações geniais. Mas o Alcides regional, esse continuará bem vivo na lembrança dos rio-grandenses, através das páginas imperecíveis de *Ruínas Vivas* e *Alma Bárbara.*

De resto, nada melhor do que fixar os traços característicos de sua obra em face dos característicos do núcleo cultural rio-grandense, nos seus contrastes e afinidades com os demais núcleos culturais do País, para perceber até que ponto o autor de *Tapera* e *Ruínas Vivas,* no plano literário, foi o legítimo e autêntico representante de sua terra e de sua gente.

O REGIONALISTA

Não há uma só página na obra regional de Alcides Maya em que não reponte o Rio Grande e a paisagem, essa incomparável paisagem dotada de uma beleza tranqüila que repousa os sentidos e desafronta dos medos telúricos, onde tudo convida o homem a comungar com a natureza e a fazer dela um objeto de culto e de devoção panteísta. Ali, o perigo cósmico não nos sobressalta. Ao contrário, tudo são campos a perder de vista, maciamente recobertos pelo tapete verde e ondulado de nossas queridas coxilhas. De quando em quando, no topo das coxilhas mais altas, surgem, entre figueiras, umbus e renques de cinamomos, as casas das estâncias, brancas, verdes, azuis, em toscas imitações de castelos medievais preparados para a eventualidade de todas as lutas. Em torno, o silêncio, a paz, a amplidão. Manchas de gado ao longo dos aramados, capões de mato boiando no côncavo das coxilhas. Ao menor ruído, o galope de um cavalo, o guincho de uma carreta, o ronco intru-

so de um motor, um aboio distante, as perdizes irrompem de dentro das macegas em vôo rasteiro e ruflante, as avestruzes correm assustadiças de um lado para outro, o gado alça a cabeça por cima dos aramados, tornam-se mais estridentes os gritos dos quero-queros.

Neste cenário virgiliano de pastores e rebanhos, o homem alonga o olhar em derredor e não encontra obstáculos intransponíveis a barrar-lhe a paisagem; grita e a voz não lhe é devolvida, provocante e escarninha, no eco das montanhas. Havia de ser um dominador, enfeitiçado pela terra; um dominador que, enamorado pelas coisas que o cercam, assim como respeita e acata a organização social das suas fazendas e estâncias, ama a natureza de trabalho que lhe corresponde e ao qual se dedica com a graça e a agilidade de quem pratica um desporto.

Daí o seu individualismo, o seu narcisismo e por vezes o seu caudilhismo, que é, no fundo, a exacerbação do seu individualismo. Daí ainda as sagas regionais, onde só há espaço para a celebração daqueles temas que fazem a delícia do galpão: o rodeio, a doma, o cavalo, a china, a bravura, o estoicismo, a tapera, o entrevero, o rancho, a cordeona, as carreiras em cancha reta, e sobretudo a guerra.

Alcides Maya, em *Ruínas Vivas*, dá bem a medida deste estado de alma, através da figura simbólica de Miguelito, o jovem gaúcho que centraliza a narração.

> Miguelito, à beira do fogo, às horas de mate e de prosa, olvidava-se a ouvir todos aqueles episódios, descritos no bravio dialeto sugestivo dos acampamentos fronteiriços: escutava, com paixão, atento, evocativo, fazendo gestos inconscientes de quem carrega sobre o inimigo. Alheiava-se de todo por instantes e só voltava a si do devaneio quando no ambiente alguma praga estourava rubra de ódio contra os legalistas... E as suas distrações eram continuas; ora, ao encher a cuia, a água extravasava, com indignação geral, desmanchando a erva, queimando-o; ora, ao receber de alguém o pega-brasas de arame retorcido, esquecia-se de depô-lo no rescaldo, conservando-o nos dedos crispados, como uma adaga.
>
> – Que lástima para ele não ter nascido nesses tempos de peleia.

Tempos de peleia! Para Miguelito só essas coisas tinham importância; só elas eram dignas de respeito. Em matéria de Literatura os contos bárbaros dos gaúchos que se sentavam à roda do fogo, numa espécie comemorativa dos acampamentos tártaros, esgotavam-lhe as aspirações.

Desafrontado de superioridades, exceto da superioridade do estancieiro da morada caudilheira, havia de ser por isso mesmo, à semelhança dos seus, um distraído e um indiferente com relação às subtilezas e distinções vigentes em outras terras.

No simplismo do seu vocabulário de máscula ressonância, ao estrangeiro, fosse ele uruguaio, argentino, alemão, inglês ou italiano, confundia numa só designação: *gringo*. É, aliás, como dividem o mundo os homens da campanha: de um lado os privilegiados, os patrícios; de outro, os prejudicados, os *gringos*. Na divisão do Brasil e dos brasileiros o mesmo simplismo: dentro do Rio Grande do Sul, os que sabem montar a cavalo, empunhar uma lança e pelear, os superprivilegiados, os gaúchos; para além dos limites daquelas coxilhas, de Santa Catarina ao Amazonas, os *baianos*.

O CICLO COLONIAL

Seria o gaúcho tão indiferente a tudo quanto ultrapassasse os limites de suas coxilhas que, apesar de um século e quase um lustro de colonização alemã do Rio Grande do Sul e setenta de colonização italiana, mal advertiria nas transformações que ambas operaram na fisionomia social da província. Mal teria tempo, com efeito, de perceber, que nesses 121 anos as alterações não podiam ter sido mais amplas. Neste período o Rio Grande industrializou-se e a indústria adquiriu uma importância quase igual à da pecuária: o estilo de vida foi profundamente modificado, como modificados foram os usos e costumes regionais; a família patriarcal, de tipo feudal e autoritário, deu lugar à família do tipo europeu da fase industrial, isolada, democrática e privativista.

O homem da campanha mal percebia que na região dos vales e dos rios, para além das suas coxilhas, surgira um novo tipo de civilização, situado na confluência das imigrações açoriana, alemã e italiana, um novo tipo de cultura, mais voltado, por contraste, ao universal do que ao regional.

Realmente, tudo mudou. Este outro Rio Grande, atual, medularmente transformado, apenas entrevisto, mas ainda não plenamente revelado à luz da consciência brasileira, porque os estados de alma de um povo nunca se formam de improviso, no momento exato em que se produzem os fatos capazes de gerá-los, começou na Feitoria Velha, em São Leopoldo, há cento e vinte e um anos. Situa-se na Feitoria Velha, na casa que é hoje de nosso Patrimônio Histórico, por terem ali se abrigado os primeiros colonos, no seu desembarque, e que fica a dois passos – permitam-me que eu com orgulho o relembre – da casa que serviu à professora pública Maria da Glória Viana para as suas primeiras aulas de brasilidade aos novos brasileiros descendentes de imigrantes – o marco divisório, o ponto de interseção entre duas épocas, entre duas civilizações: uma de caráter militar e pastoril, outra de caráter nitidamente agrícola-industrial. Fixa-se precisamente ali o núcleo central de um novo tipo de evolução, que deveria modificar por completo o primitivo aspecto da província. O que significou o ciclo colonial, iniciado com o estabelecimento dos primeiros colonos da Feitoria Velha, um dos sítios mais cheios de conteúdo histórico para o Rio Grande, é fácil perceber. Na zona colonial, cortada de rios e de montanhas, diversa, portanto, da zona de campanha, transmudou-se por completo a primitiva feição do território.

Onde antes tudo era selvatiquesas, paludes e florestas compactas, encontram-se agora panoramas geométricos, disciplinados, ao jeito das paisagens européias. O colono domesticou a terra, facilitando a integração. Tão forte este poder integrador, que os primeiros imigrantes, ao cabo de algum tempo de permanência no novo meio, não só não cogitavam de retorno à pátria de origem, como ainda conclamavam os irmãos de além-mar a virem instalar-se na nova Canaã, fazendo lembrar com seus apelos a exortação do Gênesis: "Sai da tua terra e da tua parentela e da casa de teu pai, e vem para a terra que eu te mostrarei." Daí uma importante conseqüência etnográfica: a imigração em grande escala, que veio plasmar, nas retortas de cruzamento da Província, o tipo racial, rijo de corpo e de alma, em cuja contemplação não há quem não sinta revigorada a crença na grandeza do nosso destino.

Claro está que ao espírito de Alcides Maya, feito para a interpretação dos fatos sociais, não escapariam estas transformações. Entretanto, ele, o homem da fronteira, da região e da tradição, o primeiro a impor o regionalis-

mo como etapa indispensável à compreensão do todo brasileiro, nunca se sobressaltou com o ciclo colonial e suas possíveis repercussões. Agora o que ele não queria e não tolerava, positivamente não tolerava e não queria, é que, por incúria nossa, o ciclo colonial viesse a ameaçar o velho tronco de nossa formação luso-brasileira. Por isso preveniu, clamou e advertiu. Clamou contra as tentativas de germanização do sul do Brasil, como já clamara contra o autoritarismo dos caudilhos e o separatismo.

Contra as demasias do regionalismo que ameaçara degenerar em separatismo, escreveu em sua mocidade as páginas de fogo de O *Rio Grande Independente*. Contra as tentativas de germanização de nossa cultura escreveu durante a guerra passada as páginas mais candentes de *Crônicas e Ensaios.*

Não foram vãs as suas advertências.

Se houve, ou chegou a haver, algum risco de secessão, certo não foi nos últimos tempos o do Rio Grande do Sul querer separar-se do Brasil, mas o do Brasil por motivos que prefiro calar, querer separar-se do Rio Grande.

E se houve, por outro lado, o perigo da formação de minorias raciais, de populações vivendo à margem da vida nacional, brasileiras apenas pela certidão de nascimento e de batismo, mas germânicas por suas camadas estratificadas, esse perigo está passado e definitivamente passado. Já agora, nada há mais a temer, senão muito a esperar do completo desdobramento do ciclo colonial. Pode avaliar-se o que ainda virá a realizar, a julgar pelo já realizado. No plano político fez da colônia um modelo de democracia social. No plano econômico, mercê da fragmentação da propriedade e da inexistência de desigualdades sociais insuperáveis, parece indicar que no rumo de suas soluções está, até certo ponto, a chave da questão social brasileira, essa velha questão social brasileira que constituiu sempre o *leitmotiv* das cogitações daquele a quem venho, não substituir, mas apenas suceder nesta Cadeira.

Srs. acadêmicos:

Toda vez que corro o risco de emocionar-me invoco a ironia. Servidora volúvel e inconstante, represando muitas vezes as possíveis demasias de minha sensibilidade, ela é que me tem defendido dos ódios e ressentimentos que perturbam a harmonia dos espíritos e a serenidade dos julgamentos, ao mesmo tempo que me serve de escudo contra os assaltos imprevistos das comoções que abalam, das tristezas que pungem e dos regozijos que se desmandam.

Hoje, porém, sinto que a ironia me desampara. E não é para menos. Chegar a estas alturas, onde já se ouvem rumores de perenidade, trazido pelo sufrágio daqueles a quem a dignidade da investidura da lei da morte libertou, era privilégio que eu supunha somente reservado a um reduzido número de eleitos da vida e do destino, e não a mim, a quem destino e vida pareciam conjurados em preparar para a melancólica conformidade dos obscuros caminhos que o malogro de minhas mais antigas e legítimas aspirações me fariam percorrer. Pertencendo, como pertenço, a uma geração banida e atribulada, provavelmente a mais atribulada de todas as gerações – geração que entre duas guerras vem tateando na penumbra do ostracismo, atordoada, inquieta, proscrita, vendo ruir o mundo de desacertos e injustiças em que plasmou a sua formação, sem ver surgir, em contornos definitivos, a oportunidade de plasmar o mundo pelo qual há tanto tempo espera, custa-me ainda agora acreditar esteja chegado o dia de assentar-me ao vosso lado, como um dos vossos, para lutar convosco pelo restabelecimento, permanência e continuidade daqueles valores morais e espirituais que fazem, ao lado da justiça social, e só eles, a grandeza das nações.

MEDALHAS E CONDECORAÇÕES

Eu deveria dizer-vos, pelo contraste entre o que esperava ser e o que sou, senão até por um banal dever de cortesia que me sinto imensamente alegre. Mas eu vos devo agora, mais do que cortesia: eu vos devo lealdade. E a lealdade manda-me confessar que minha alegria está toldada por difusas nuvens de tristeza. Sinto-me como certos condecorados de guerra, que por terem procurado nos perigos dos campos de batalha a compensação e a fuga de seus conflitos morais, viram os seus atos de desespero convertidos em heroísmo.

Com uma diferença: eles buscaram a morte, e eu, refugiando-me na Literatura, quis apenas um abrigo contra os perigos da vida.

Como aqueles, sentindo o peito queimar-lhes no momento em que recebem medalhas e condecorações conquistadas no desespero, ficam a pensar nos camaradas que as circunstâncias não favoreceram, precisamente porque eram mais calmos, mais conscientes e mais fortes, eu, por mim, estou pensando nos homens da minha geração que a nossa época triturou, nas vocações

que se perderam, nos que não puderam realizarse na Literatura, nos que naufragaram na voragem da vida, nos que tombaram na luta, nos que sofreram prisões e vexames por amor às suas idéias, nos que capitularam com o coração sangrando, nos que reprimiram o entusiasmo, nos que se embotaram no indiferentismo, e nos mais desgraçados de todos, nos que possuindo uma consciência moral, se atordoaram no sibaritismo, afrontando o respeito dos outros para se desafrontarem do respeito que se deviam a si próprios. Penso em todos eles, na enormidade dos seus dramas, e não tiro nenhum motivo de orgulho de haver podido preservar-me igual a mim mesmo, através desses anos andados. Antes, sinto ímpetos de dobrar o joelho diante dos meus velhos altares, e de mãos postas agradecer a Deus a graça de me haver poupado, justamente a mim, o servo irremível da tentação, da timidez, do medo, da carne e do pecado, o menos forte de todos.

ÉPOCAS DE OPRESSÃO

Há quem não deplore o advento das épocas sem entranhas como as que acabamos de atravessar e as considerem mesmo como providências pelo muito que revelam a precariedade das virtudes humanas e a baixeza congênita da má argila que as contém. Não devíamos maldizê-las, dizem eles, mas saudá-las pelo seu sentido revelador, que impede sejam atropelados pela posteridade os ídolos de barro, as mediocridades travestidas de gênio.

Não, eu não penso assim. As épocas que desejo, as épocas que venero, as civilizações que admiro são aquelas em que o lado bom da natureza humana pode desdobrar-se em sua plenitude. São aquelas civilizações que criam para o homem todas as possibilidades de ele provar que foi feito à imagem de Deus, e não aquelas que só lhe exploram a cobiça, a paixão do poder, a hipocrisia, a fraqueza, o medo, a pusilanimidade. Entre umas e outras nenhuma natureza bem dotada pode hesitar. Só se comprazem com as últimas as naturezas enfermiças, os ressentidos, os pintores de cartões postais, os escribas, os pequenos artistas malogrados, os perdidos para a capacidade de amar e de admirar, que buscam no nivelamento compulsório e disciplinar da natureza humana o corretivo das desigualdades naturais que lhes pesam como opróbrio e injustiça.

Pertenço, julgo pertencer, aos que não perderam de todo a capacidade de amar e admirar. Conheço as minhas possibilidades, conheço também as minhas limitações. Não me magnifico daquelas, não me desespero destas. Não trago o fardo pesado de ódios e rancores. Já hoje, não sei de ninguém a quem não possa apertar fraternalmente a mão.

Ressentimentos, se os tive e tenho, foram sempre contra as situações que não me deixaram realizar o que porventura reste do lado bom de mim mesmo, e esses, creio, são irremovíveis e erradicáveis. Mas, se por ventura, amanhã me virdes renegar esses ressentimentos, duvidai da minha sinceridade, e por favor não jogueis contra mim as pedras do caminho. Dai antes combate à ordem de coisas que me obrigam à apostasia e à capitulação, porque então deveis estar também ameaçados, que a capitulação imposta a uns é uma ameaça contra todos.

HORA SOLAR

Ainda bem que aqui chego na hora solar em que despontam de novo firmes esperanças de um mundo melhor. Dir-se-ia que acordamos de um pesadelo. Há por toda a parte uma ânsia geral de reconstrução. Removem-se os escombros, recompõem-se capitéis abandonados para dar começo à tarefa. Já não vivemos naquela apagada tristeza dos dias de antanho. Há sobretudo – o que é mais auspicioso – uma renovação no recesso das almas, sinais de vida e de vitalidade. Os tempos são outros, e os seus sinais inequívocos. Passou a época em que só triunfavam os amoucos da força, os críticos, os inorgânicos, os amorfos, os indefinidos. Agora a vez é dos orgânicos, dos afirmativos, dos que sabem no fundo do coração, como o sabia o orador de 30, que nem tudo nesta vida é definitiva e irremediavelmente prosaico; que rasteira e daninha, melancólica e funesta é a filosofia dos que não se rendem à evidência de suas belezas e perdem a capacidade de criar ideais, esquecidos de que estes não são como os frutos da lenda que sob as cascas douradas só continham cinzas, e por isto não admiram e não lutam e não experimentam a suprema ventura de vencer. Agora a vez é dos que sabem – sempre o souberam – que ofício doloroso, que calvário sem poesia, é a existência com o coração vazio da chama que comunicou a Prometeu a sublime audácia de escalar os céus, desafiando

os deuses. Agora a vez é dos que sabem – sempre o souberam – que a existência só é um grande bem para os que jornadeiam, cheios de fé, à revelia das decepções transitórias, olhos para a frente e para o alto, no sentido daquela felicidade de que nos falava Renan e que consiste na integração com um dever ou com um sonho. Contra estes nada podem as insinuações de ceticismo deletério. Voltados para a beleza infinita que os olhos deslumbrados entrevam no panorama do futuro, não se detêm, vencidos, a escutar o dobre a finados sobre a lousa tumular das primeiras ilusões e jamais se lhes embota a crença em contacto com as realidades do mundo. As realidades do mundo servem-lhes apenas de direção, tornando o que antes era êxtase contemplativo, mero devanear no incorpóreo sem fronteiras da imaginação, quimera ou utopia sem nenhum contacto com as possibilidades ambientes, em idealismo consciente, amoldado às necessidades tangíveis da ação, que o tempo, a experiência e a reflexão cada vez melhor vão demarcando.

Até ontem triunfaram os críticos, os que se sentiam subjugados por tudo quanto representasse passado e tradição e por isso queriam o derribamento frenético desse passado. Agora é a vez dos orgânicos, dos que compreendem que o passado, antes de ser um bem ou um mal, é um fato indesviável, e não o renegam, senão naquilo que deve ser corrigido e renegado. Preservam-no naquilo que ele tem de preservável, para destruí-lo e retificá-lo naquilo em que tenha ultrapassado os limites de sua utilidade social.

Estes sabem o que querem. É impressionante como o sabem. A geração de 30, essa mesma geração que rompeu com sonhos indefinidos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, dominada por um vago humanitarismo, vem agora forrada por um saber feito de "sangue, suor e lágrimas", sobre confraternização universal, Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Antes eram vagos substantivos, entidades abstratas e metafísicas de que tinham apenas o pressentimento.

Sabiam da injustiça social, mas não tinham nítida consciência dessa injustiça. Amavam a liberdade, mais pelo efeito moral da saturação inconsciente das palavras da época do que por efeito de opressões reais. Agora, porém, esses três substantivos já não constituem para eles entidades metafísicas. Sabem defini-los e adjetivá-los e os vem definindo e adjetivando em seus programas de paz social, com um rigor impressionante, uma clareza, uma pre-

cisão que o Brasil nunca conheceu anteriormente. Sabem principalmente que os três substantivos hão de ser adjetivados e realizados conjuntamente porque onde a definição e a realização de um deles falhar arrastará na sua queda as garantias dos outros, e sobretudo os benefícios da liberdade de pensamento necessária à dignidade da missão cultural que tem nesta Casa a sua mais alta, ilustre e desinteressada defesa.

Não, não podemos falhar. Os tempos podem, os tempos devem, os tempos hão de ser retificados. Lá nos campos da Itália, onde uma nova geração, ardente, impetuosa, ainda não contaminada de ceticismo, lutou e morreu, morreu e venceu para restituir-nos as crenças que corremos o risco de perder, há túmulos sagrados clamando contra o desalento, o derrotismo e o desespero. Se eles souberam morrer e vencer por um mundo melhor, saibamos ao menos viver para cumprir a mensagem que nos legaram.

A geração de 30, senhores acadêmicos, aguardava apenas a sua entrevista com o futuro. O futuro veio finalmente ao seu encontro. Que Deus a ajude a estar à altura de sua missão.

II

RESPOSTA DO SR. ALCEU AMOROSO LIMA

Grande é o vosso privilégio, Sr. Viana Moog. Como benjamim deste Cenáculo, entrais para esta velha Casa, anunciando o advento de duas renovações – uma nova era política e uma nova era literária.

Sois daqueles que não separam essas duas vertentes conjugadas da atividade humana. Sois daqueles que compreendem quanto decai a nobre atividade de organizar a convivência dos homens, quando se considera a política uma função puramente técnica ou profissional.

Sois daqueles, por outro lado, que repudiam, com razão, a literatura confinada, ornamental, e irresponsável que visa apenas divertir os desocupados ou enfeitar os vaidosos.

Hoje, mais do que nunca, é mister vencer o isolacionismo político, pela disseminação da cultura literária e o isolacionismo literário pela integração crescente da literatura na vida social contemporânea e particularmente nos problemas políticos de nosso tempo.

Grande é, pois, o vosso privilégio, ao entrar para este reduto das letras brasileiras, na hora mesma em que uma dupla aurora se abre em nossa existência nacional.

A nova era política, em que acaba de ingressar a nossa Pátria vai ser a sexta fase, a meu ver, em que podemos dividir a história do nosso povo. Saímos do nomadismo selvático para ingressar na *era colonial* em que se lançaram os fundamentos, tanto na órbita cultural como na estrutura política, da

nossa cultura intelectual e da nossa formação moral e religiosa. Fomos agitados pela consciência da nossa vocação autonômica, durante a *era regencial*, em que se sucederam os surtos iguais e contraditórios do absolutismo e da anarquia, tanto política como intelectual. Consolidamos essa dupla estrutura da nossa formação durante a *era imperial*, terceira e decisiva fase de nossa integração brasileira. Com o duplo movimento abolicionista e republicano, da geração que nos precedeu, entramos na *era republicana,* descentralizadora e individualista, em que começou o surto progressista das nossas províncias, na mais meridional dentre as quais viestes a conhecer a amarga doçura de nascer, nesse ano, tão próximo ainda, de 1906, quando tantos de vossos companheiros de hoje já deixavam longe a sua infância ou mesmo a sua adolescência. Tal o escândalo da vossa jovem maturidade, que ainda não dobrou o famoso cabo dos quarenta.

A era republicana iria suceder, em 1930, a *era ditatorial,* de que apenas acabamos de emergir e contra a qual lutastes intelectualmente, ao lado da vossa geração, junto àqueles que se não deixaram narcotizar pelo conformismo, embalar pela ilusão ou dominar pelo materialismo dialético.

E já agora vamos entrar na sexta fase da nossa evolução política e mental, com o advento ainda impreciso desta *era democrática,* cujas imensas responsabilidades se desdobram aos nossos olhos, a desafiar a argúcia, a dedicação e as esperanças daqueles que, como vós, confiam no futuro de nossa terra.

Todo vosso curto mas intenso passado intelectual, sempre nostálgico da Política em grande estilo, nos está dizendo que ides agora resgatar os passados ostracismos. Em quase todos os vossos livros, como, aliás, em confissões, discretas ou indiscretas, de que a política sempre foi a vossa verdadeira inclinação temperamental, reponta essa preocupação dominante pelo destino de nosso povo, que se está jogando de modo decisivo, nesta hora em que trazeis a este recinto, não apenas as cores sadias do vosso pampa natal, não apenas a força juvenil de largos ombros de atleta, mas ainda o otimismo tranqüilo que irradia dos vossos olhos serenos, da vossa fala à gaúcha, do sorriso confiante e das palavras de fé no esforço e na dignidade humana, que acabais de pronunciar. Sois uma onda de mocidade, de frescor e de energia que vem renovar, nestas poltronas, nossos ânimos combalidos pelos desencantos da experiência e nossas juventudes devoradas, como nossos livros, pelas traças,

reais ou simbólicas, que perdem as asas ao se instalarem indiscretamente em nossos volumes e nos cortam as asas ao entrarem sub-repticiamente em nossas almas!... Seja bem-vindo, Sr. Viana Moog, essa aura de otimismo que nos trazeis, trabalhada embora de agruras e não apenas de ilusões. Esse vento de renovação cívica que entra convosco nesta velha Casa de Machado de Assis tem um sentido profundo para o destino de nossas letras. Estamos assistindo, em todo o Ocidente, senão em todo o mundo, ou antes participando da passagem de uma civilização, marcada pelo signo do Capital, como foi a civilização burguesa do século passado, para uma civilização marcada pejo signo do Trabalho, que foi afinal o maior vencedor desta guerra universal.

Para que esta transição decisiva se opere – não como uma simples tradição de privilégios, que da Nobreza tivessem passado à Burguesia e agora passassem da Burguesia ao Proletariado, segundo um esquema marxista da História – é preciso que não apenas a primazia mas a autonomia dos valores espirituais se afirmem, de modo a marcar a diferença intransponível entre uma concepção da vida como um jogo de forças cegas e irresponsáveis e uma concepção caracterizada pela independência do Espírito, apenas condicionado mas nunca produzido pela evolução da matéria ou dos fatos.

Sois um daqueles, Sr. Viana Moog, que compreendem o sentido, não apenas político mas intelectual, dessa nova era social em que estamos ingressando, com a ascensão das massas trabalhadoras a uma participação crescente nas responsabilidades do poder e nos benefícios da Cultura. Para que essa evolução seja benéfica e não puramente histórica, é preciso que a Literatura não se deixe escravizar pela política, perdendo a sua independência estética, mas também que não se deixe siderar por essa independência, caindo na servidão do estetismo. O ambiente, o momento, a revolução histórica em que vivemos não toleram qualquer isolacionismo artificial, nem qualquer academicismo anacrônico. Temos de defender, em duas frentes, a verdadeira independência das letras. Defendê-la, de um lado, contra as tentativas da literatura dirigida, que subordina os direitos intangíveis da atividade artística às exigências opressivas dos totalitarismos confessados ou disfarçados. A expressão estética é filha do espírito e a essência do espírito é a liberdade. A força do Poeta, no mais amplo sentido do termo, está em nunca se deixar arrastar pela imposição dos apostolados políticos, sociais, morais ou mesmo religiosos. A força do Poeta é

procurar ouvir a voz da Beleza, de onde quer que ela venha, dentro de si ou nas coisas que o cercam, no mundo social ou na Graça divina que desce sobre todos os homens como o orvalho da noite sobre tudo que dorme ao relento.

Se essa é a força do Poeta, essa também é a força do Crítico. E é particularmente nesse último domínio – em que somos vaqueanos da mesma querência para empregar o mais comovente dos termos do vosso vocabulário gaúcho – que nos tendes dado em vossa obra, Sr. Viana Moog, lições admiráveis de bom senso e de bom gosto e provas abundantes de que estais perfeitamente à altura das altas responsabilidades que pesam sobre vossa geração, neste limiar de uma nova era.

Sois um documento vivo, no terreno da crítica, dessa autonomia da inteligência, que se concilia intrinsecamente com a sua participação no drama dos acontecimentos.

O crítico, que coloca sua atividade *literária* a serviço de uma causa estranha à Literatura, está desvirtuando a sua condição natural, traindo portanto sua natureza. Sempre que um crítico se serve de um movimento de idéias, de um autor, ou de uma obra – objetos sobre que trabalha a nossa atividade analítica – para fazer apologética de um partido ou de uma crença, está fatalmente traindo a si mesmo, à sua vocação e à sua tarefa intelectual. A crítica, para ser digna de apreço, tem de ser livre e autônoma, como a Poesia e o Romance só se justificam quando são livres e autônomos. Tudo mais é inversão de valores e erro moral, intelectual e estético.

Por conseguinte, sempre que colocamos nossa arte ou nossa crítica a serviço de uma causa alheia à substância dos valores estéticos e críticos, estamos caindo no erro e na ilusão. A Arte é a mais alta afirmação do que acrescentamos à natureza, e portanto da liberdade. E a crítica é uma forma de Arte. Por isso mesmo nos devemos sempre preocupar de não ficar apenas no conceito convencional de Literatura como forma exterior de ficção no sentido mais estrito do termo – para incluir na expressão literária tudo aquilo, na vida individual e social, a que ela direta ou indiretamente atinge. Se a Arte é livre e autônoma e tem no estilo a sua expressão precípua – nada lhe é estranho e tudo concorre para a sua prodigiosa floração estética. A Poesia como a crítica, portanto, devem ter forçosamente a liberdade bastante para refletir, ou não, o drama total do seu tempo, ou de outros tempos, ou de todos os tempos.

Eis como se conciliam, perfeitamente, a liberdade e autonomia da Arte e da crítica, com a possibilidade da sua inserção em todos os problemas não diretamente estéticos, que fazem a substância mental e passional da Literatura, como constituem a própria trama da grande transmutação social dos nossos tempos. Defender, portanto, a liberdade e a independência do artista e do crítico, como devemos fazer, não é obrigá-los à arte pela arte ou à crítica pela crítica. É mesmo justamente fazer o contrário, como a sua obra, Sr. Viana Moog, no-lo demonstra, na sua concomitante preocupação pelos problemas distintos, mas não opostos, da realidade social, do pensamento universal e da expressão literária.

Eis por que o novo momento histórico que estamos vivendo tão bem emoldura vossa entrada para esta Casa das Letras, onde tereis também o anunciador de uma nova era literária.

Realmente, se estamos trocando, neste momento, de regime político, estamos também mudando de ambiente literário. A era modernista pós-modernista ocupou o período intermediário entre as duas grandes guerras. Uma nova era literária se está insinuando, neste ano memorável de 1945. Só os historiadores do futuro, aliás, poderão realmente dizer se esta afirmação é falsa, temerária ou verdadeira. Foi precisamente há 20 anos, em 1925, que nesta mesma sala, pacífica e acolhedora, Graça Aranha pronunciou a sua eletrizante e sensacional conferência sobre o "Espírito Moderno". Era o início, no meio carioca, de uma nova escola literária, que desde o ano de 1922, em São Paulo, e desde os fins da guerra de 1914, na Europa, havia começado a se estender por todo o Ocidente.

Estáveis então, Sr. Viana Moog, no fim da vossa adolescência, com 19 anos de idade, nesse momento crucial em que deixamos as inquietações da puberdade, para partir vorazmente em busca da vida e dos frutos capitosos que ela então nos oferece.

Recebestes as primeiras letras na própria escola, então dirigida por aquela de quem havíeis recebido a vida, em vossa cidade natal de São Leopoldo, num dos centros históricos de vossa Província, como tão comovidamente acabais de no-lo evocar. Em Canoas, em Hamburgo Velho, em Porto Alegre, com os salesianos, com os maristas e com os positivistas, recebestes as sólidas humanidades, a que deveis, ainda hoje, a segurança com que

lidais com as idéias e os símbolos. Quando em 1925 se agitavam os meios literários cariocas e paulistas com a eterna querela dos antigos e modernos, quando a conferência de Graça Aranha abalava a serenidade destas paredes e anunciava aos quatro ventos o aparecimento de uma nova geração literária, e quem hoje vos recebe carregava nos ombros, como já foi divulgado neste recinto, o autor da irreverente catilinária – nenhum interesse vos despertavam ainda os nossos debates estéticos antiacadêmicos. Tínheis viajado no ano anterior, do Rio Grande ao Rio de Janeiro, para tentar matricula na Escola Militar. Não vos animava o instinto atávico de todo gaúcho – a carreira das armas. Como bom filho da zona colonial do Rio Grande, pouco vos seduzia o prestígio da farda. Vínheis apenas tentar a carreira que vos parecia mais fácil. Pouco vos podiam interessar, então, nossos debates entre modernistas e passadistas.

Mais tarde, em vossa inteligência e em vossa obra se iriam conjugar três aspectos da nossa humanidade brasileira – o praieiro, o fronteiro e o sertanejo.

O *praieiro,* com os olhos voltados para o Atlântico e escrevendo a biografia de Eça de Queirós, até hoje considerada junto à história literária do mesmo por Álvaro Lins como a mais perfeita que já se escreveu sobre o grande sedutor de nossa mocidade. Eça, o imortal, faz ainda hoje convosco o que fez em 1879 com Gonzaga Duque.

Contou-nos este que tomou do "Primo Basílio", um dia depois do almoço e só o deixou à noite, quando a criada veio anunciar que a janta estava servida. "Imberbe rimador de amores, é que abri com mão trêmula e o coração aos saltos, o *desejado,* o precioso "Primo Basílio". Nunca até aquele dia nenhum romance me fizera viver tão intensamente ligado à sua ação. Nem mesmo o meu querido Balzac", escrevia Gonzaga Duque, no número de outubro de 1900, da *Revista Contemporânea,* logo após a morte de Eça de Queirós.

Sobre essa morte, Sr. Viana Moog, escrevestes uma das mais belas páginas da vossa obra e um trecho digno das mais exigentes antologias. Permiti que o transcreva aqui, neste momento em que comemoramos o centenário do imortal escritor.

> As janelas foram abertas sobre o jardim, onde floriam as queridas tílias de Agosto, do moribundo. Um raio de sol veio nimbar-lhe a fronte. O padre perguntou-lhe se ouvia. Ele já não pôde responder, mas ainda assim recebeu a

> extrema-unção. No orfanato vizinho, onde chegara a notícia de que Eça estava moribundo, as mestras reúnem às pressas as pequenas sem pai que ele tanto amou, para entoarem em coro o Miserere, em sua intenção. Eça morria serenamente. Pelas janelas abertas espreitavam as tílias, enquanto as vozes frescas das crianças inundavam os ares, quebrando o silêncio solene dos espaços. Um sino ao longe bate quatro pancadas. O calendário marcava 16 de Agosto de 1900. O século XIX também tinha terminado.

Citando, em 1939, esse trecho do vosso grande livro, escrevia quem tem a honra e a alegria de aqui vos receber hoje:

> Esse final admirável, digno da pena de um grande artista, é o justo fecho de um livro serenamente luminoso e belo. Eça continua a ser, para muitos de nós, o escritor que encheu de encantamento a adolescência de nossa geração. Passados tantos anos, não envelheceu nem uma hora. E as novas gerações vão a ele como nós fomos e como já fora a geração que nos precedeu. Perguntando-me Afonso Arinos, um dia, se já lera certo volume de Eça, disse-me em resposta à minha negativa: "Homem feliz, que ainda não leu alguma coisa do Eça." E assim é. Quaisquer que sejam os abismos que separem os erros de sua genialidade, das convicções de nossa insignificância, o velho ídolo da nossa mocidade continua intacto, mas depurado, agora que deixou de ser ídolo, pelo tempo e pela experiência. O Sr. Viana Moog fez bem em revivê-lo. O que teve de efêmero caiu com o tempo. O que teve de duradouro está mais vivo do que nunca.

Não só esse vosso estudo magistral de Eça e do século XIX, mas ainda numerosos artigos e livros, inclusive esse inédito – *Uma Civilização Passada a limpo,* súmula da vossa apreciação sobre os Estados Unidos, revelam em vós uma inteligência voltada para o mundo das idéias e dos acontecimentos universais, que não se contenta com o estreito nacionalismo literário e muito menos, como acabais de no-lo dizer, com o estreito regionalismo.

Vossa obra não é um monólogo e sim um diálogo. Ou antes, se me permitirem a expressão, um triálogo entre o praieiro, o fronteiro e o sertanejo.

Para nós, do Centro, todo gaúcho é homem de fronteira. Procuramos sempre descobrir, nas letras rio-grandenses, o que contenham de belicoso e de épico, segundo o clássico espírito da Fronteira.

Ora, como observa o vosso arguto historiador João Pinto da Silva, vosso paradoxo é que a Literatura gaúcha, longe de ser um reflexo da vossa bravura de guardas avançados da Pátria, é uma literatura que pende quase toda para o lirismo subjetivista.

> O traço distintivo da nossa atividade literária, transcorrida a tormentosa fase da instintiva aquisição de elementos primários de cultura, devia ter sido o pendor para a evocação alegórica dos nossos heróis e das nossas vitórias. Isso, pelo menos, é que seria lógico e natural, dados os precedentes e tendências militares do povo rio-grandense, os seus hábitos de vida e a sua psicologia belicosa. mas não foi isso desnorteadoramente o que se deu... Surpreende, em nosso resumido patrimônio literário, a ausência de *espírito épico...* Mesmo o nosso folclore é pobre em manifestações desse gênero. O folclore rio-grandense difere fundamentalmente do platino. Ao contrário deste, sua nota característica é o subjetivismo, o tom lírico e sentimental. (João Pinto da Silva, *História Literária do Rio Grande do Sul,* 2.ª edição, 1930, págs. 19-20.)

Vosso espírito de fronteira, nesse sentido, é bem a expressão desse paradoxo rio-grandense. Não é o espírito épico e sim humanístico que anima a vossa obra. Sois por natureza um anticaudilho. Não são os feitos da força, não é a bravura militar que fazem jus aos vossos louvores. O heroísmo que venerais não é o da violência. Pode ser o da decadência, quando se exprime por figuras como Cervantes e Machado de Assis. Mas é sempre o da reação contra o caudilhismo e a bravata, contra a opressão e o academicismo.

Na luta entre a civilização e a barbaria, não hesitais em vos colocar ao lado da civilização, isto é, do espírito contra o instinto... No vosso famoso *Um Rio Imita o Remo,* de 1933, é a vigilância do homem de fronteira que acorda em vós, mas da fronteira espiritual, da fronteira da independência e da hombridade contra a infiltração da propaganda insidiosa e do imperialismo conquistador.

Sois, portanto, um fronteiriço de caráter muito particular e de sentido bem diverso daquele que pejorativamente se emprega em vossos pagos natais.

Quanto àquele terceiro aspecto da vossa complexa personalidade literária – o *sertanejo,* é n'*O Ciclo do Ouro Negro* que começa a apontar. Ensaio de interpenetração do mistério amazônico, que exerce sobre nós sulistas uma sedução indescritível, era escrito em 1933, durante a vossa deportação do Rio Grande para o Amazonas, pela parte ativa que tomastes na Revolução Constitucionalista de 1932. Era o contacto do homem louro com o caboclo, do Pampa com a Selva, do Oceano com o Rio!

Homem do Mar, antes de tudo, como universalista que sois, mas seduzido tanto pela aculturação da Fronteira como pela domesticação da Selva, que mais podem querer os futuros biógrafos, para traçarem de vossa figura e de vossa obra um perfil que as situem, com justiça, entre as expressões mais representativas das letras brasileiras do nosso tempo?

Em 1925, porém, quando estas paredes tremiam com a agitação do movimento modernista incipiente, nada disso vos interessava. Não vos passava pela mente, como o confessais, qualquer sombra de veleidade literária. Queríeis ser soldado, depois jornalista, depois advogado e acima de tudo Político. Mesmo atualmente, como burocrata ambulante – se é que os dois termos não gritam de estarem reunidos – no regaço do Estado onde vão ter as arremetidas dos heroísmos pampeiros, ainda aí vosso temperamento buliçoso e aventureiro vos faz escolher como Cervantes, vosso herói preferido, uma especialidade menos sedentária e até certo ponto belicosa, ao menos para os contribuintes relapsos que vos caírem nas mãos...

Em 1930, como orador de vossa turma, é que lançastes de público a primeira afirmação de vossos ideais de liberdade e de justiça.

Quinze anos depois ainda são eles que vos animam, como, aliás, o fizeram durante os três lustros passados, que vos valeram alguns incômodos até mesmo... policiais.

Vossa obra, porém, e é o que vinha acentuando, se passou como que à margem do movimento modernista. Esse movimento, que ficará na história de nossas Letras como enchendo o período que vai do fim da guerra de 14 ao fim da guerra de 39 e ocupa portanto uns 25 anos de nosso século – esse movimento teve como sempre seus iniciadores e participantes, seus hostilizadores mais ou menos anacrônicos, ou como então se chamava – Passadistas –

e seus elementos marginais, aqueles que dele não participaram, sem hostilidade nem anacronismo.

É precisamente vosso caso, Sr. Viana Moog. Foi de fato em 1934 que começaram vossas atividades literárias, se bem que desde 1930 se tivessem iniciado vossas atividades intelectuais. Nessa época já o Modernismo tinha entrado na segunda fase do seu ciclo vital, a que costumamos chamar de pós-modernista. E justamente o que caracteriza essa fase final do movimento é a deslocação, do centro de interesse, do problema estético para o problema social. O que fora a essência da insurreição anti-passadista no fim da outra guerra, isto é, o problema da forma exterior da expressão poética, da palavra enfim, passava a um plano secundário. E o que fora o acidente dessa revolta incruenta, isto é, a forma interior, o sentido profundo, o tema, passava a ocupar os primeiros postos.

O movimento modernista foi obra de uma geração apolítica, que se acercou da maioridade ou a ela atingiu nos anos que precederam o rompimento da guerra de 1914 e foram o melancólico e decantado crepúsculo ideológico do século XIX.

Colocávamos o problema da Arte acima dos problemas da vida. E por isso na própria Arte nos preocupava mais a expressão que a intenção. Teve assim a escola que nasceu de nossa geração, pelo menos no início do seu lançamento, mais uma intenção estética que uma preocupação orgânica.

Foi uma revolução que empreendeu. Uma revolução saneadora, a despeito dos erros inúmeros que cometeu, pois veio quebrar o convencionalismo das formas consagradas e a rotina das posições adquiridas. E ia dar o sinal de uma renovação de espíritos e de instituições. Se vivemos a partir de 1920 em estado de revisão constante de valores, o que é sempre sinal de vitalidade intelectual, foi o Modernismo literário que começou a agitar o ambiente e a provocar essa revisão de julgamentos e de atitudes.

Dessa revolução estética, Sr. Viana Moog, só viestes a tomar conhecimento mais tarde, quando começastes, como crítico, a avaliar a obra de vossos antecessores e contemporâneos.

Vossa geração, porém, já era outra que não a nossa. Vossa geração vinha ao mundo marcada por um sinal diverso da nossa.

Tanto fomos indiferentes aos vinte anos, na idade em que as gerações se afirmam, aos problemas da convivência civil quanto foram os vossos vinte

anos de militar gorado, de orador acadêmico, de jornalista político e de revolucionário ocasional, obcecados exclusivamente com os problemas da nossa transformação cívica. Participastes da Aliança Liberal, da Revolução de 1930, da luta contra o Tenentismo e em seguida da Revolução Constitucionalista de 1932. Foi então que nos fizeram o grande favor de vos pôr na cadeia, de vos deportar para fora de vossos pampas, despertando com isso vossas veleidades literárias com os "Heróis da Decadência'", em que vosso espírito de curiosidade crítica e de fino humanismo literário começa a surgir, defendendo, aliás, uma tese de que não partilho, pois considero o *humour* filho do *pudor* e não do *ceticismo*, como afirmais.

Iniciáveis, por conseguinte, vossa carreira literária sem nenhum contacto com o movimento modernista e sem a mais leve preocupação de formas estéticas. Era a leitura de Cervantes ou de Machado de Assis, era a contemplação das selvas bárbaras do rio-mar que vos despertaram a inteligência para os trabalhos do espírito. Quando, em 1934, uma anistia política vos restituía à província natal, o livro que logo em seguida publicastes, essas curiosas e palpitantes *Novas Cartas Persas*, ainda eram páginas satíricas e ardentes, em torno de questões políticas, que vinham sair de vossa pena sempre alerta.

O golpe de 37, em que as tradições castilhistas de um setor de vossa cultura rio-grandense vinha estender-se, por alguns anos, a todo o território nacional, veio destruir, por mais de um lustro, a trajetória inicial de vossa carreira e das vossas lutas juvenis. Ides agora retomá-las. Pois amais os acontecimentos, os homens, as coisas, mais do que o jogo abstrato das formas e das representações. E nisso sois bem um filho de vossa geração, e um filho também de vossas coxilhas, onde tarde nasceu o gosto pelas letras.

Sois, portanto, um dos anunciadores da Literatura do após-guerra. Mas que vai ser essa Literatura de após-guerra?

Ninguém em boa consciência poderá dizê-la, pois a lei suprema da história literária, mais ainda que a da história política, é a lei da liberdade e do imprevisto.

Podemos quando muito conjecturar, pelo que se vem passando a partir de 1930, no seio do próprio Modernismo, que as preocupações estéticas passaram decididamente para o segundo plano e as preocupações sociais e filosóficas é que começam a ocupar os postos avançados. Podemos, quando muito,

conjecturar ainda que as preocupações de um nacionalismo estreito, ou de um regionalismo limitado e meramente pitoresco vão cada vez mais cedendo o passo aos problemas universais e humanos.

Assim como o Modernismo foi dominado pela preocupação do nacionalismo estético, acredito que a nova escola literária que está nascendo vem impregnada de preocupações universais. Acredito cada vez menos na possibilidade do isolacionismo das formas e dos regimes. Formas estéticas e regimes políticos terão cada vez mais de obedecer à lei das interpenetrações nacionais que impede os nacionalismos isolacionistas.

Toda a vossa obra literária, Sr. Viana Moog, de crítico, de ensaísta, de romancista, de homem de imprensa, reflete esse novo humanismo. Viveis vossa vida de inteligência sob o signo da *variedade* e da *liberdade*.

Na famosa conferência que em 1942, depois de alguns anos de silêncio, como bom ciclotímico que sois, fizestes no Itamaraty sobre "Uma interpretação da literatura brasileira". Esse sinal de variedade, na interpretação da vida cultural brasileira, tomou corpo num ensaio que marcará época na história literária do pensamento brasileiro. Partindo de uma sugestão geopolítica do nosso saudoso e sempre arguto João Ribeiro, deslocastes o eixo vital da nossa formação cultural do curso retilíneo, até então adotado por todos os nossos grandes críticos, para uma simultaneidade de ciclos concomitantes, ou como dizeis, de "ilhas culturais". Era a aplicação, ao fenômeno literário brasileiro, do mesmo deslocamento que Frobenius e Spengler tentaram fazer na interpretação cíclica e não evolutiva da história do mundo. Não vos animava porém o mesmo espírito de sistematização germânica do profeta que tanto mal causou aos destinos da humanidade, pois foi afinal o inspirador do Imperialismo totalitário do III.º Reich de que fostes estudar as conseqüências remotas nas margens do vosso Rio dos Sinos, o rio da vossa infância, a vossa Voulzie natal, que não podeis recordar sem que a ternura vos umedeça os olhos, e que a esta hora se orgulha, se os rios também se orgulham, dos triunfos do seu jovem companheiro de outrora. Não imitastes Spengler, porém. É por isso que vossa interpretação cíclica dos nossos escritores, se não explica evidentemente nenhum segredo da criação literária, sempre imprevisível, fornece-nos uma chave muito clara para arejarmos nossas letras, à luz desse critério de variedade que sempre reponta no ecletismo de vossa posição ideológi-

ca. Essa posição, entretanto, cada vez mais claramente é dominada por uma hierarquia espiritual de valores, por esse amor da liberdade que tão ardentemente invocáveis como orador de vossa turma de bacharelandos gaúchos de 1930 e que hoje em dia temos o dever de defender contra as ameaças opressoras deste século socialista ou revolucionário em que vivemos. Para defender a dignidade da nossa independência como homens, contra os mitos estatalistas ou coletivistas que nos ameaçam à Direita e à Esquerda, temos de pugnar por essa autonomia e hierarquia dos valores espirituais, sem os quais estamos sempre arriscados a perder o que temos de mais nobre. Como dizia o filósofo – é preciso subir acima do humano, para não descermos abaixo dos animais.

Também nunca deixou de vos angustiar a entrega, pura e simples, ao sibaritismo e à ironia, a que só recorreis, como acabais de no-lo dizer, para dominar os momentos de emoção profunda. A conclusão de vossa experiência, embora em termos mais indefinidos, creio ser afinal a mesma que a nossa. O homem se agita, mas só Deus o conduz.

Nessa agitação humana, porém, nunca vos satisfez a vida vivida no plano do mero empirismo indiferente. Três são os planos ascendentes da vida, segundo a mais pura sabedoria, expressa em termos familiares aos nossos ouvidos: o plano do sibaritismo, o plano do pragmatismo, e o plano da dedicação desinteressada e da primazia do Espírito.

Essa "primazia do Espiritual", de que nos fala Jacques Maritain, acaba de merecer vossos louvores, nas altas palavras com que vindes de nos fazer vossa profissão de fé, pela condenação do escriba, e pela exaltação do escritor que rejeita os jogos fúteis do malabarismo estético para compreender profundamente o sentido trágico e civilizador das letras.

No mundo sombrio e luminoso, em que Deus nos concedeu a graça de viver –, pois tudo podemos dizer de nossa época, menos que seja uma era vulgar e desinteressante, neste mundo cortado de catástrofes e de milagres, da Ciência, da Poesia e da Caridade, é mister que três valores dominem nossa vida, para vencermos a terrível perplexidade de nossos horizontes. É mister que a Ciência nos ensine a amar a Verdade, a Poesia nos ensine a amar a Beleza e a Caridade nos ensine a amar o Amor.

Seja essa trilogia, meu caro e jovem confrade, a que ilumine vossos passos, no largo e fecundo caminho que a vida ainda vos reserva.

Discurso do
SR. PEREGRINO JÚNIOR

e

Resposta do
SR. MANUEL BANDEIRA

Sessão solene extraordinária
do dia 25 de julho de 1946

I

DISCURSO DO SR. PEREGRINO JÚNIOR

VIDA, TRISTEZA E MORTE DE PEREIRA DA SILVA

Senhores Acadêmicos,

Entrando nesta Casa, recolho a herança ilustre de seis vultos admiráveis da história do nosso pensamento – todos eles homens de Cultura, homens de sensibilidade e, sobretudo, homens de fé. Criada por José Veríssimo, sob a invocação do nome de João Francisco Lisboa, a Cadeira 18 foi ocupada, sucessivamente, primeiro por dois prosadores – Homem de Melo e Alberto Faria, e a seguir por dois poetas – Luís Carlos e Pereira da Silva. Fundada, pois, sob o signo da Prosa, duas vezes apenas foi ela visitada pela Poesia – quando pertenceu aos autores de *Colunas* e *Solitudes,* que eram, de resto, na imagem do Sr. Adelmar Tavares, "dois ramos de uma só árvore, duas vagas do mesmo oceano". Por uma singular coincidência, particularmente grata ao meu coração, seu fundador era filho da Amazônia, e seu último ocupante, do Nordeste.

ITINERÁRIO DA CADEIRA 18

Vindo agora sentar-me nela – e sendo, como sou, um pouco das duas regiões, do Nordeste, pelo nascimento, e da Amazônia, pela formação, eu me sinto bem à sombra das tradições dos meus antecessores, cujas raízes espiri-

tuais se nutriam nos mesmos *húmus* que alimentaram as raízes do meu espírito. E como por ela passaram também dois homens do Sul – Homem de Melo e Alberto Faria, e um da Metrópole – Luís Carlos, a Cadeira 18 pode catalogar-se entre as mais autenticamente brasileiras desta Academia, por ter sido ocupada por escritores de quase todos os quadrantes do Brasil. Ao tomar posse dela, portanto, acodem-me ao pensamento, numerosas e múltiplas, evocações de quase todas as regiões em que se fragmenta, sem dividir-nos, a grande massa geográfica da nossa terra: do Extremo-Norte, como do Nordeste, do Centro, como do Sul. Tenho diante dos olhos um estuário generoso, onde vieram confluir, para o milagre unitário de uma fusão maravilhosa, águas de todas as vertentes do Brasil... O itinerário espiritual da Cadeira 18 – repito-o com alegria – é eminentemente brasileiro: Pará e Maranhão, Paraíba, São Paulo e Rio... agora, Rio Grande do Norte. Todos os climas e todas as fisionomias todas as paisagens e tendências, todas as "ilhas", em suma, como prefere dizer o Sr. Viana Moog, deste imenso arquipélago cultural do Brasil. Mas, no fundo, que homogênea e compacta unidade! Aos seis nomes tutelares da Poltrona 18 identificou-os e confundiu-os sempre Uma vocação comum: a vocação do amor e do serviço da Pátria. João Francisco Lisboa, como historiógrafo e sociólogo, como jornalista e doutrinador social, fazendo a pintura e a crítica dos nossos costumes políticos, preserva e defende as melhores tradições de liberdade, de independência, de autonomia da nossa terra; professor, crítico e historiador da nossa literatura, Veríssimo defende e preserva as mais opulentas riquezas do nosso patrimônio cultural; a Homem de Melo, nos postos de governo, nas páginas de história, na cátedra do Pedro II e nos mapas do Brasil, cabe trabalhar pela nossa unidade política e pela nossa unidade geográfica; o jornalista, o erudito, o professor de humanidades, que foi Alberto Faria, investigador incansável do nosso folclore, luta incessantemente pelo prestígio das nossas tradições populares e trabalha sem pausa, na imprensa e na cátedra, pela formação das novas gerações; Luís Carlos e Pereira da Silva, pelo prodígio da Poesia, contribuem para o enriquecimento do patrimônio da nossa sensibilidade lírica. Todos eles, em última análise, bons brasileiros que foram, trabalharam sempre, sem hiatos, com o pensamento e o coração, pela grandeza e pelo prestígio do Brasil. E representaram, ao mesmo tempo, as duas grandes forças que, como notou o Sr. Alceu

Amoroso Lima, presidiram à nossa evolução intelectual: a tradição e a criação. Destarte, a Cadeira 18 é um singular exemplo daquele milagre que Machado de Assis considerava atribuição principal da Academia: conservar no meio da federação política a unidade literária.

AMOR E INTIMIDADE DA TERRA

Mas o que principalmente identificou os ocupantes desta Cadeira, não obstante as suas aparentes diferenças e antagonismos, foi o sentimento e a intimidade da terra, que todos eles, na imprensa e no livro, na cátedra e na tribuna, nas atividades profissionais e nos postos administrativos, souberam transformar em amor ardente e compreensivo do Brasil. Tantas expressões do nosso pensamento político e literário – Lisboa e Veríssimo, Homem de Melo e Alberto Faria, Luís Carlos e Pereira da Silva – interessados todos eles na solução dos problemas nacionais, temperaram o amor às coisas brasileiras no convívio da nossa gente e na contemplação da nossa terra. João Francisco Lisboa, filho e neto de fazendeiros, nascido em Pirapema, à margem do Itapicuru, depois de ter feito o estudo das primeiras letras em São Luís, retornou aos 11 anos de idade à fazenda dos avós, onde viveu a puerícia e a adolescência, no desejo de retemperar a saúde débil e o corpo franzino, "bebendo nos pátrios lares o ar puro de nossas matas", e aí aprendeu o amor do campo e do camponês, segundo o depoimento de Antônio Henriques Leal. A sua vida, a um tempo simples e exemplar, vida modesta de provinciano austero, foi toda ela devotada ao serviço do Brasil. O autor dos *Apontamentos para a História do Maranhão* foi um implacável, um corajoso, um lúcido comentador dos costumes brasileiros. Analisando com severo espírito crítico a vida partidária e administrativa do Maranhão do seu tempo, ele, em verdade, fixou o panorama de todo o Brasil – e do Brasil de todos os tempos... Conduzindo-nos, no *Jornal de Timon,* a um erudito passeio através das eleições da Grécia e de Roma, da França e da Inglaterra, dos Estados Unidos e até da Turquia, Lisboa nos deu perfeito resumo dos "costumes políticos e dos processos eleitorais, não direi do Brasil daquele tempo, mas de toda a América latina, em todo este longo período, que ainda perdura, de aprendizagem democrática", como observou muito bem Pedro Lessa. O autor da *Vida do Padre Antônio*

Vieira tão admirável sempre na clara razão, na atrevida coragem cívica, na aguda sensibilidade de escritor, além de ter sido modelo de bom brasileiro, foi modelo também da arte de bem escrever – de estilo límpido, deserto, conciso e terso. Tendo feito, com seus estudos históricos, um corte vertical na história da colônia e do Primeiro Reinado, Lisboa revelou-nos, entre outras coisas, que nós não descendemos propriamente de degredados e criminosos, porque somos apenas inocentes bisnetos de feiticeiros e alcoviteiros, o que afinal de contas é muito mais consentâneo com algumas constantes psicológicas da formação nacional, como o nosso espírito de submissão e adesão, e a debilidade das nossas convicções e idéias... Jornalista militante, precursor, com o *Jornal de Timon*, daquele gênero afortunado em nossa língua, que Ramalho e Eça, com *As Farpas*, mais tarde, haviam de tornar tão famoso e popular, João Francisco Lisboa lutou infatigavelmente, sem pausa e sem temor, por algumas idéias fundamentais, que ainda hoje devemos defender no Brasil. Lisboa foi essencialmente um espírito justo e livre, sempre a serviço da liberdade e da Justiça. Sua pregação foi a da verdade, a da independência, a do respeito à dignidade da pessoa humana e da livre manifestação do pensamento. Esteve, por isso, permanentemente em luta, e suas mais belas batalhas ele as pelejou contra a opressão e contra a violência, pela Abolição, pela verdade eleitoral, pela justiça social e política, numa compreensão admirável da vocação democrática do Brasil. O fim primário do *Jornal de Timon*, segundo confessa o próprio Lisboa, foi a pintura dos nossos costumes políticos. Queria Lisboa – ai de nós! – que os postos do governo e da administração coubessem sempre aos que se mostrassem mais capazes pela inteligência, pelo saber e pelo caráter, para que o país fosse conduzido com segurança, lucidez e austeridade aos mais altos e felizes destinos. E diante dos poderosos, aconselhava ele que não nos desfizéssemos em reverências, lisonjas e humilhações, para que, passado o período de mando, não nos desentranhássemos tampouco, por vingança ou ressentimento, em aleivosias, calúnias e recriminações serôdias.

É incontestável a atualidade permanente das observações de João Francisco Lisboa, no Brasil. Nós mudamos pouco, no correr dos tempos, e a unidade nacional afigurasse-nos mais nítida, sobretudo quando atentamos na semelhança e continuidade dos nossos defeitos... Esse o denominador comum

da vida nacional, determinando a permanência de uma fisionomia peculiar que se mostra inalterável no tempo e no espaço...

Mas a verdade é que João Francisco Lisboa alimentou o seu amor ao Brasil de *nourritures terrestres*. Ele teve, por amor da terra, a inquietação do homem, e fez de toda a sua obra um constante exercício de introspecção nacional, honesto, lúcido e sereno. Esse o sentido profundo da sua obra; essa a lição ilustre da sua vida. Nem outro foi o sentido, nem outra foi a lição, da obra e da vida do fundador da Cadeira 18.

José Veríssimo, ele também, formou o espírito no amor e na intimidade do solo brasileiro. Filho do Extremo-Norte, como Lisboa, José Veríssimo nasceu em Óbidos, a velha cidade da margem esquerda do rio Amazonas, a duas léguas da antiga aldeia dos Pauxis, à sombra do forte em cuja guarnição seu pai servia como médico militar. Partindo cedo para Manaus e Belém, onde fez seus estudos primários, logo depois Veríssimo veio para o Rio, a fim de iniciar o curso secundário, matriculando-se sucessivamente no Colégio Pedro II, no Vitório e, por fim, na Escola Central. Mas aos 19 anos, acometido de moléstia grave, abandonou o curso de Engenharia, e, como João Francisco Lisboa, voltou à plaga natal, em cujo clima procurava também restaurar as energias debilitadas. Identificado com a natureza e o povo do Pará, Veríssimo, ao rever Óbidos, experimenta um alvoroço de renovação, "correndo pelas praias, trepando nas árvores, com a santa alegria da infância". Convalescendo na rica atmosfera da Mesopotâmia, sentindo "a saudade de um tempo que já foi e não vem mais", Veríssimo, na contemplação magoada do melancólico espetáculo da decadência e da ruína da velha cidade em que nasceu, sente acordar no espírito o amor da terra e da gente, que nunca mais o abandonaria. Coincidira com o nascimento dele o aparecimento de *A Sentinela Obidense* – primeiro jornal que se publicou na Amazônia – o que é para Veríssimo um bom augúrio, pois sua vida civil e literária começa exatamente pela atividade jornalística, nas colunas de um periódico de Belém – o *Liberal do Pará,* onde publica suas *Viagens no Sertão,* relato do que vira em Óbidos e Monte Alegre. À evocação do estilista ilustre do *Jornal de Timon*, Veríssimo via na sua obra a afirmação da unidade do sentimento nacional, que se mantinha íntegra e compacta de 1831 até nossos dias. E assim como Lisboa, inspirado no amor e no conhecimento da sua terra e da sua gente, nos dera aquelas

páginas admiráveis, de colorido local tão típico, que são *A Festa de N. S. dos Remédios*, Veríssimo ia inaugurar a sua carreira literária com *As Raças Cruzadas do Pará*, em que estudou "as populações indígenas e mestiças da Amazônia" (seu titulo definitivo). A seguir publica: *Quadros Paraenses*, em que fixou usos e costumes do seu Estado; *Cenas da Vida Amazônica*, que reproduzem com exatidão fotográfica a natureza, os tipos, as lendas e a fala daqueles mundos de espantos, terrores e assombrações, sua única tentativa de ficcionista, cujo valor literário Machado de Assis considerava injusto subestimar; *A Pesca na Amazônia*, *Pará e Amazonas* e *Interesses da Amazônia* – livros e monografias, todos esses, além de numerosos artigos e ensaios em que estudou os costumes, a língua, o colorido, a geografia, os interesses econômicos da gleba e do povo que sempre amou com envolvente ternura. Antes de vir a ser o crítico austero e o historiador ilustre da Literatura Brasileira, Veríssimo foi o regionalista apaixonado, que amou, sentiu e descreveu a sua Província. Dele se poderia dizer o que ele mesmo disse de João Francisco Lisboa: brasileiro de origem e nascimento, brasileiro pelas íntimas fibras da sua alma e pelo mais profundo do seu sentimento, Veríssimo teve a paixão que foi afinal a de todos os ocupantes desta Cadeira –, a de um Brasil grande e feliz, respeitado e livre, consciente de sua unidade moral e de seu destino político no concerto do mundo americano. Não foi diferente o pensamento do Barão Homem de Melo. Nascido no interior de São Paulo, em Pindamonhangaba, ele aprendeu a amar o Brasil amando o barro humilde do seu município, para servir-me de uma imagem cara ao meu fraterno e querido amigo Ribeiro Couto. Professor e historiador, geógrafo e homem público, o roteiro de sua carreira civil é exatamente o da unidade nacional. Inaugurando a atividade política como presidente do Conselho Municipal de Pinda, e sendo, sucessivamente, Presidente das Províncias de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia, é ele quem completa a ligação ferroviária do Rio com São Paulo, e em toda a sua vida pública não faz senão amar a terra e a gente do Brasil, sem lhe distinguir fronteiras nem diferenças. O terceiro ocupante desta Cadeira amou e conheceu também o "barro do município": fez seu tirocínio de jornalista e professor em São Carlos e em Campinas, e foi no convívio da gente viril e operosa do interior paulista que aprendeu a amar o nosso cancioneiro, recolhendo-lhe os mais ricos documentos.

Luís Carlos, embora nascido no Rio, logo que se formou em Engenharia, partiu para o sertão de São Paulo e Minas, e foi, igualmente, no trabalho do campo, em Mariana, que formou o seu espírito profissional e a sua generosa sensibilidade lírica. Engenheiro da Central do Brasil, privando com as doces populações mineiras das estaçõezinhas calmas da Montanha e lidando com os funcionários modestos e honrados daquela grande estrada, Luis Carlos temperou o aço autenticamente brasileiro do seu caráter e o ouro puro do seu coração. Foi o sertão de Minas, na sua topografia, na sua riqueza, na bondade e na austeridade da sua honrada gente, que lhe ensinou o amor e o orgulho do Brasil.

Introvertido e solitário, e, por isso mesmo, destituído de maior interesse pela paisagem, Pereira da Silva, filho do Nordeste, nascido e criado numa aba áspera da Borborema, formou, entretanto, o espírito no amor e na intimidade da natureza. Nenhum deles conheceu aquele "narcisismo geográfico" que foi o fraco dos brasileiros que viveram longos anos no deslumbramento platônico do solo belo e rico da Pátria; todos eles, porém, tiveram a inquietação da distância, que impeliu sempre o brasileiro para a unidade, apesar de aparentemente facilitar-lhe a fragmentação e a diferenciação. Todos eles tiveram o instinto da nacionalidade, e amaram a terra em função do homem. O contado da terra amplia no sentido vertical e no sentido horizontal o nosso sentimento brasileiro: torna mais profunda e extensa a nossa compreensão do Brasil. Conhecendo-a na sua mais funda intimidade, amamos o homem, porque aprendemos a avaliar as dimensões do seu esforço. Ocupando espaços, contraindo distâncias, domando selvas, torrentes e serras, conseguimos reter nos olhos e no coração tudo o que o Brasil possui de belo e de grande, embora, ai de nós! sem esquecer também suas misérias e suas tristezas... O Brasil vem vindo, do fundo da sua História, a passos talvez lentos. Mas, com que orgulho e firmeza tem ele sabido caminhar nas encruzilhadas mais difíceis destes curtos séculos de vida nacional! Enquanto Deus fazia a terra, numerosa e bárbara, o homem ia, silenciosamente, construindo a civilização: empurrando as florestas, violando os sertões, semeando as cidades, fazendo recuar os rios e os lagos, recuperando os espaços, rasgando as estradas, como queria o poeta, com a planta do pé... Só conhecendo a terra – a terra a um tempo bela e agressiva, generosa e hostil, imensa e indomável – é que nós podemos com-

preender e amar o trabalho do homem brasileiro, e estimar, na justa medida o milagre da nossa unidade, da nossa formação, da nossa evolução econômico-social. Apesar do trabalho servil e da economia colonial – Deus louvado! – chegamos onde estamos. Nenhum povo no mundo conseguiu até hoje criar núcleos de civilização e Cultura, na mesma latitude em que criamos Belém e Manaus, na linha do Equador! Esta certeza nos conforta e anima, enchendo-nos o coração de alegria e confiança.

PSICOLOGIA BRASILEIRA DO BAIRRISMO

É por isso que o brasileiro tem, tão vivos e tão grandes, dentro do peito, o orgulho e o amor das suas cidades e das suas províncias – essa espécie de vaidade coletiva que, sendo bairrismo, é, em última análise, na soma total da sua ternura, uma forma ardente de nacionalismo e patriotismo irredutível. O próprio José Veríssimo, cuja pena carrancuda e seca, usava conta-gotas para os adjetivos, teve na vida um instante de exaltação verbal ao fazer, nas festas comemorativas do centenário de Belém, o elogio da sua terra e da sua gente!

> Das formas do amor da Pátria a mais espontânea, mais natural e, direi até, mais legítima, é o bairrismo: o afeto ingênuo, quase inconsciente, ao torrão onde nascemos, onde experimentamos as primeiras sensações que nos lembrem onde fica a paisagem que impressionou o nosso olhar móbil de crianças, onde corre o rio cuja água nos batizou e se elevam as árvores a que primeiro trepamos, onde vive a gente que primeiro conhecemos e amamos, onde surgem, após longos anos passados, as primeiras imagens queridas à nossa memória e para onde voltam as saudades dos tempos que não voltam mais. Este torrão natal, pedaço da grande terra que é a pátria política, não é privilégio de nenhum de nós. A Nação a que pertencemos compõe-se de inúmeros quejandos torrões, e cada um destes é para o nele nascido o predileto. Este amor, porém, sente-se ele próprio como estreito e incompleto. Ao pé, em volta, além da nossa terra natal, ficam outras terras, continuação da nossa, onde vive gente que sabemos nossa irmã, da mesma origem, da mesma fala, do mesmo sentimento que nós, e que, como nós, quer conservar a terra em que nasceu. É esta sucessão num território, geográfica, histórica e moralmente

> contínuo, de gerações vivas e mortas, ligadas pelo mesmo sentimento de comunidade e origem e pela mesma vontade de vida coletiva e de mútua união, que faz a Pátria. O amor da Pátria, e ainda o patriotismo, que é por assim dizer, o seu aspecto político, germina desta semente, o amor do torrão natal, ou, se quiserem, o bairrismo.

Há um fato que é sintomático da ingênua sinceridade do bairrismo brasileiro: é o hábito de superestimarmos as capitais dos nossos Estados. Cada brasileiro, embora reconhecendo o primado do Rio – orgulho e deslumbramento de todos eles – considera sempre a Capital de sua Província a cidade mais bonita do Brasil. Guardo, a propósito, uma reminiscência pessoal, que ilustra perfeitamente essa observação corriqueira e fácil. Em 1920, vindo do Pará para o Rio, viajamos num velho e lento navio do Lloyd, em companhia de brasileiros de todos os Estados do Norte. E todos eles sem exceção, naquelas conversas mornas de tombadilho, tão compridas e enfadonhas, consideravam as suas capitais as mais lindas cidades do País. Os argumentos utilizados nas intermináveis discussões eram, sistematicamente, os mesmos... – e as polêmicas a bordo repetiam-se vivas, diárias e cacetissimas, sobre o eterno tema. Para o amazonense, depois do Rio, a mais linda cidade do Brasil era Manaus. Só o Teatro Amazonas... Já o paraense optava por Belém. Tínhamos ali o Teatro da Paz, o Largo da Pólvora, o Museu Goeldi, o Bosque Rodrigues Alves... Não havia nada igual no resto do Brasil! Mas o cearense achava que Fortaleza... Oh! a Praia de Iracema! Como o pernambucano reivindicava para o Recife, com suas pontes e seus lentos rios, e o baiano para Salvador, com suas 365 igrejas e suas inumeráveis tradições, essa ingênua primazia. Viajava conosco a bordo uma senhora da Paraíba, que até então se conservara calada, sem participar dos debates, numa atitude neutra e discreta. Certa vez aventurei, dirigindo-me a ela timidamente, este imprudente comentário: "Nós, felizmente, estamos isentos dessas discussões, porque não podemos pleitear para as nossas humildes cidadezinhas o privilégio dessa competição..."

A senhora paraibana, acendendo nos olhos um súbito e inesperado fulgor de entusiasmo, replicou-me com ar polemico: "O senhor está mas é muito enganado! A Paraíba, depois que o Dr. Epitácio assumiu a Presidência da República, tem progredido extraordinariamente, e hoje, a não ser o Rio..."

Sorri melancólico, uma confissão silenciosa de derrota nos olhos. Quedara-me solitário e humilhado, porque Natal – que naquele tempo ainda não havia recebido a visita do progresso ianque e ainda não possuía a base de Parnamirim (só por isso perdi a partida, é claro...) –, ficava sendo afinal a única cidade humilde e modesta do Brasil, sem pretensões e sem glórias... Mas o bairrismo, dentro de mim, recompunha-lhe, com ternura comovida – com a particular ternura com que se recorda uma mãe humilde e pobre, ou um filhinho feio e doente – na emoção daquele encontro na distância e no tempo – a fisionomia alegre e pitoresca. E revendo-a de longe, eu recapitulava tudo o que ela possuía de melhor e de mais belo para os meus olhos enternecidos, tudo aquilo que espelhava as graças peculiares da minha terra – as brancas praias empoladas de dunas e embandeiradas de coqueiros; os vales festivos, onde os canaviais ondulam ao vento; as ásperas serras em cujas garupas de granito o panasco põe uma carícia verde de veludo; os santos, como João Maria e Sinfrônio Barreto; os heróis, como Camarão e Miguelinho; os poetas, como Auta, Segundo, Gotardo, Itajubá. Doces lembranças revoam no nosso espírito e o nosso coração se dilata ao som de vozes familiares...

A nossa pequenina e querida terra, que hoje, aliás, como naquele instante, de novo evoco enternecidamente, nunca está na verdade longe de nós, porque a temos sempre no coração, presente e palpitante. É que lá ressoam as doces falas da nossa gente, lá se perdem as melhores recordações da nossa infância, lá dormem os nossos mortos queridos, lá vivem, heróicas e belas, as tradições ilustres dos nossos maiores, a esperança e o labor dos nossos irmãos.

REGIONALISMO – FATOR DE UNIDADE NACIONAL

O fenômeno não é difícil de explicar, nem de compreender. A infância – época em que fazemos as aquisições e constituímos as reservas mais importantes do nosso subconsciente – é uma idade excepcionalmente receptiva para o que ouve e para o que vê. E aquilo que se vê e ouve na infância – ah! velho Freud! – fica guardado nos recessos mais fundos e mais obscuros da nossa memória, para o resto da vida. A retina da criança é uma placa ultra-sensível, que fixa tudo quanto em torno se move ou passa: os fatos, as pessoas e as coisas. Como o rio impetuoso do sertão, que descendo para o mar leva no túrgi-

do ventre de águas convulsas e bravias os resíduos da terra e as imagens do céu, todos nós trazemos para a vida a doce saudade da nossa terra e a palpitante lembrança da nossa gente.

Na agitação do mar, como no tumulto da vida, todas as lembranças e todas as saudades se diluem, se perdem e se apagam... Mas isto não impede que nas novas imagens que depois nos vêm povoar as pupilas desencantadas, e nas novas recordações que nos vêm enriquecer a memória inquieta, sorria, vez por outra, sutil e envolvente, a grata saudade daquelas paisagens remotas e daquelas gentes amigas que nos encantaram primeiro os olhos e o coração... Nesses instantes felizes de evocação, "quando a alma parece uma água morta refletindo clarões crepusculares"... do poço fundo da lembrança emergem, como aquela cidade submersa de Renan, que nas claras manhãs de bonança mostrava aos pescadores da Bretanha as suas torres atrevidas e os seus sinos sonoros, as paisagens mais lindas e as vozes mais harmoniosas da nossa terra.

É essa, talvez, a explicação do fenômeno lírico do regionalismo. Porque o regionalismo, em última análise, se reduz a isso: poesia. É um fenômeno sobretudo de natureza sentimental. E eu não sei se é ele que faz o nosso lirismo, ou se é o nosso lirismo que o gera e alimenta. De qualquer forma, o regionalismo faz parte do ritmo da realidade brasileira e nos tem sido de uma enorme utilidade.

Paulo Prado, no Prefácio de *Paulística*, vê nesses regionalismos que aparentemente nos fragmentam e separam, não só o segredo da unidade do país, senão também a segurança da conservação da soberania nacional. A resistência ao embate dos imperialismos estrangeiros, segundo ele, dependerá em grande parte da legítima expansão dos regionalismos. São eles "que constituem a parte viva e plástica em que se conservam e se desenvolvem a variedade e a originalidade de complexo nacional". "De fato, em tão vasto território como o nosso, seria insensatez nivelar as nossas diferenciações, para favorecer uma centralização que significaria, dentro de pouco tempo, o ódio, a revolta, o desastre final." E ele vê nítido o problema quando propõe, com Bryce, o amor da independência local e da autonomia, contrabalançado pelo orgulho comum da história. "Duas fidelidades, dois patriotismos."

Nem pode ser outra a interpretação brasileira do regionalismo. Porque este tem sido, invariavelmente, entre nós um fator espiritual de unidade. Do

Rio Grande – onde ele foi mais vigoroso, característico e profundo até o Pará, onde, embora raras foram marcantes as suas manifestações –, o regionalismo tem traçado o mapa sentimental do Brasil, determinando as coordenadas da nossa sensibilidade e reproduzindo, com acentos tônicos de exaltada sinceridade, as imagens mais típicas e as vozes mais claras da nossa terra e da nossa gente. De Sousa Júnior, há tempos, mostrava-se agastado ante a insistência com que no Rio se acoimavam de regionalistas os escritores do Sul.

> Os escritores do Norte e do Nordeste podem escrever – e escrevem – sobre a seca, sobre o inferno verde, sobre o açúcar, sobre a borracha. O homem e a terra. A terra e o homem. Os problemas são regionais? A linguagem dos personagens e, freqüentemente dos próprios escritores, é regionalíssima? Não importa... Para todos os efeitos, os "escritores brasileiros" são eles Regionalistas, somos nós...

Mas De Sousa Júnior não tinha razão. Regionalistas somos nós todos – e todos nós, em última análise, os escritores do Norte, como os do Centro e os do Sul, somos apenas brasileiros – e mais brasileiros do que sempre quando fazemos... literatura regional. O que não impede sejamos ao mesmo tempo humanos e universais. Embora reconhecendo, com o Sr. Alceu Amoroso Lima, que o regionalismo foi superado em face do nacional, como o nacionalismo fora superado em face do universal. a verdade é que o nosso regionalismo é uma soma e uma síntese de todas as qualidades e de todos os defeitos que entram na composição, tão complexa e singular, da psicologia coletiva do povo brasileiro. Remy de Gourmont observou que há nas tradições literárias um duplo rio. O primeiro corre à flor da terra; o segundo, oculto, flui silencioso e insuspeitado. Os dois correm sobre o mesmo leito... O rio subterrâneo e o outro enriquecem com suas águas o delta da nossa literatura regional.

O fundador desta Cadeira e o seu atual ocupante, talvez em função das mesmas solicitações psicológicas, e, sem dúvida em virtude de idêntico movimento de recuo sentimental, naquele "estado de saturação nostálgica que atinge um nível de necessidade de expansão jamais superado", fizeram o seu estágio literário no regionalismo – ele com as *Cenas da Vida Amazônica* – eu com *Pussanga*, *Matupá* e *Histórias da Amazônia*. E na evocação e pesquisa da nossa terra e da nossa gente nos sentimos felizes. Esta circunstância, aliás,

além de outras, identifica, no tempo e no espaço, o primeiro e o último hóspede da Cadeira 18, que ambos souberam escutar uma daquelas cinco vozes que Tristão de Ataíde ouve, pelo coração e pela observação, nas cinco partes representativas da nossa terra.

A imaginação do homem, na Amazônia, é uma diátese geográfica. Para compreendê-la é essencial conhecer o ambiente em que ele nasceu. As suas qualidades e defeitos decorrem da própria geografia. O caráter do homem amazônico é a saturação das suas íntimas necessidades. Comprimido entre duas infinitas melancolias – a do rio e a da floresta –, ele se contrai sobre si mesmo, para fugir nas asas ligeiras da imaginação. Por todos os lados, a monotonia dos mesmos horizontes fechados resvalando no corte verde da linha indolente e rasa dos cenários. A terra se repete indefinidamente – no colorido das matas que enterraram as raízes nos pântanos coagulados; nas águas fundas de óleo negro e pesado; nos barrancos moles e desbeiçados, que o rio lambe, carrega e destrói incessantemente, na sua marcha viscosa e parda de cobra grande sem pressa. Sob a sombra das florestas aterradoras, onde dormem os duendes do terror cósmico, ele não vê o céu – e a luz das estrelas não se reflete na água triste dos igapós; os pés se atolam na lama podre, os olhos se apagam na densa escuridão da mataria sem termo...

Há uma fatalidade geográfica que conduz o homem da Amazônia – seja o índio, o caboclo ou o cearense – ao mistério dos mitos e à poesia das lendas. A natureza, ali, é que desencadeia a vocação lírica e mística, pelo terror, pela Beleza e pelo mistério. A magia telúrica do cenário excita imaginação, levando o homem à evasão da música e da Poesia. Daí também a importância que tem tido até hoje a paisagem em toda a literatura regional da Amazônia. Na literatura amazônica, desde Euclides e Alberto Rangel, até Alfredo Ladislau e Raimundo Moraes, a paisagem foi sempre o personagem central. Mesmo porque a terra, na sua panfagia, devora e absorve tudo. O sortilégio cósmico da Natureza, o feitiço misterioso da floresta fascinam e assombram, atraem e repelem, ao mesmo tempo, o homem intruso que se aproxima encantado mas intranqüilo... Como o rio e a sua história frase euclidiana, tudo ali é desordenado e incompleto. Nada, por isso, convida à permanência, à fixação e a estabilidade. O povoador nordestino, por esse motivo, além de outro, tem sido até hoje na Amazônia um marginal. Não se fixa. Não

se detém. Não se adapta. Não se identifica. Não chega em geral a aceitar e compreender a terra. É sempre instável, provisório, interino, sem residência permanente. Entre o homem e a terra o que há ali, como observa o autor de *O Ciclo do Ouro Negro,* é nada mais do que um pacto de interesse. Só o caboclo – dono da terra – sente e ama a melancólica beleza da Mesopotâmia. Por isso, só ele ali permanece, fatalista e resignado, no abandono e na solidão das matas sem fim, dos rios sem fundo, das distâncias sem termo. Mas quem luta com a terra e procura domá-la pela violência, para desvirginá-la e fecundá-la, é o desbravador nordestino, que com a audácia das suas mãos aventurosas construiu a epopéia da borracha... O Sr. Andrade Queiroz, aliás, fixando o duelo dramático que ali se travou entre o homem e a terra, encarou o problema de um ângulo novo e singular.

> Que fez o homem na Amazônia? Invadiu-a brutalmente, carregando às pressas o que lhe brilhou aos olhos como um valor venal e se pôs de largo, quando não o devoraram os dragões, guardas dos tesouros, em vez de ficar para produzir, para repor pelo trabalho o que a cobiça demolidora levou, sem deixar a semente que renova. E a terra parece ter consciência dessa injustiça, e paga com o mal o mal que recebe. A rapidez com que a natureza amazônica apaga os vestígios da passagem do homem parece movida pelo ódio, ódio que dá impetuosidades incríveis à seiva para fazer crescer a floresta aos arrancos, entupindo as clareiras que o machado abriu, como a esconder cicatrizes vergonhosas.

É a justiça da terra. É o ódio com que a terra paga o desamor do homem... Contudo, é lícito não subestimar o homem que enfrenta e procura domar aquele solo agressivo e triste, cuja paisagem, empapada de água, abafada de sombra traiçoeira e aterradora, é um permanente convite ao intruso para que se retire, para que não perturbe a sua solidão telúrica... Entretanto, o intruso, com a obstinação do amante infeliz mas apaixonado, embora maltratando-a, malferindo-a e abandonando-a, não a esquece, não a apaga da memória nem da saudade... Para bem ver e compreender o drama da Amazônia devemos aceitar o enternecido conselho de Nuno Vieira: é preciso descer ao chão e escutar com amor os corações subterrâneos... E isso foi o que fizeram – nem tenham dúvida – todos os regionalistas – de Veríssimo a Abguar Bastos e Dalcídio Jurandir – que fixaram com tanto amor o drama da

terra e do homem da planície, em geral sem esconder a mágoa que lhes causa o abandono em que vêem a Mesopotâmia, mas tomados de um orgulho um tanto ingênuo que os leva a aceitar com alegria a frase famosa com que Raul Bopp parodiou Heródoto, ao afirmar, com ênfase, que o Brasil é uma dádiva do Rio Amazonas... A verdade, porém, em última análise, é que foram os escritores regionalistas – com as suas pesquisas de fala, costumes e usos, com as suas descrições da selva e do caboclo, com as suas evocações do panorama e da vida da planície – que, vencendo as dimensões ilimitadas das distâncias e as dificuldades desencorajadoras das lentas comunicações, incorporaram a Amazônia ao coração do Brasil, ensinando o nosso povo a amar, sentir e compreender aquele mundo telúrico de riquezas e espantos, de medos e belezas sem medida, que era até então para o resto do País uma simples abstração geográfica. Foi a Literatura regional que, arrancando a Amazônia do esquecimento e do silêncio, descobriu-a, restituindo-a ao Brasil. Essa a contribuição do regionalismo ao milagre da unidade brasileira.

IMAGEM DO POETA

Estou chegando à idade – melancólica verificação! – em que já se tem necessidade de escrever memórias. As recordações flutuam, vez por outra, na água mansa da saudade – e nos comovem. Cada lembrança – uma vaga paisagem da nossa ilha perdida – é um pedaço da nossa alma, é um fragmento pulsátil do nosso coração. Há certas memórias, como observava o velho Machado de Assis, que são como pedaços da gente, em que não podemos tocar sem algum gozo e dor, mistura de que se fazem saudades. São dessa categoria estas minhas lembranças.

Permiti, pois, que recompondo alguns trechos desse roteiro esquecido, eu vos narre uma reminiscência pessoal: a minha recordação de Pereira da Silva. Foi aí assim pela altura de 1920 – quando o espírito de luta, o gosto da aventura e a ambição de liberdade me trouxeram da Província para a Metrópole – que conheci, na Livraria Garnier, o poeta Pereira da Silva, de quem me aproximou cordialmente a mão amiga do Sr. Jayme Adour da Câmara. A impressão que me deu foi, como a que de Augusto dos Anjos teve o Sr. Orris Soares, a de um pássaro molhado – "o tipo excêntrico do pássaro

molhado, todo encolhido nas asas com medo da chuva": murcho, ossudo, desengonçado e triste. Assim era Pereira da Silva. Privei, mais tarde, com ele bem de perto, Primeiro, na Central do Brasil, onde ambos trabalhamos. Depois, na Livraria Leite Ribeiro, cuja revista, *O Mundo Literário*, ele dirigia. E, por fim, na grande casa ilustre e generosa de Luís Carlos, em São Cristóvão, ao lado da Quinta da Boa Vista, que freqüentamos juntos, completamente esquecidos das distâncias hierárquicas e das diferenças de idade, porque a bondade e a inteligência do poeta de *Astros e Abismos* nivelavam numa fraterna simpatia todos aqueles que amavam a literatura... Pereira da Silva já havia publicado seus três primeiros livros – *Vae Soli, Solitudes e Beatitudes* – e construíra, nos nossos círculos literários e jornalísticos, um prestígio sólido e extenso. Durante todo esse tempo, malgrado nossos encontros freqüentes, nunca surpreendi no poeta um instante fugidio sequer de efusão e euforia. Não que fosse calado e arredio. Ao contrário, posto modesto e tímido, gostava de conversar, tinha a prosa fluente e viva. Mas não sabia o que era abrir a boca para sorrir. Como o Garcia de Machado de Assis, "por trás daquela impassibilidade aparente ou contraída", poder-se-iam adivinhar "as ruínas de um coração desenganado". Bom e puro corno um santo, Pereira da Silva vivia vida ascética. Tal como de Euclides disse o autor de *Região e Tradição.* Nem moças bonitas, nem danças, nem jantares alegres, nem almoços à baiana... Vida de santidade: humilde, apagada e triste. Sem nenhuma das boas alegrias tipicamente brasileiras. O sentimento de inferioridade física, que o dominava, energia do seu espírito, como acontecera com aquele outro poeta paraibano da sua mesma linhagem espiritual, segundo a aguda observação do Sr. A. L. Nobre de Melo, sob a forma de renúncia budística às materialidades terrenas. Não soube nunca o que fosse alegria da carne. Desprezava-a com asco e tristeza. O mundo dos sentidos era para ele inexistente:

Estou na inanição dessas almas de luto,
Cujo fundo de dor é tanto que os sentidos
Não são mais do que sons vagos, indefinidos,
Que procuro escutar, mas que tão mal escuto.

E comprazia-se naquela autoflagelação espiritual, naquela ruminação masoquista do próprio infortúnio, que se encontra, em geral, nas subcamadas

mais fundas de todos os místicos e ascetas... A tristeza teve para ele sentido evidentemente místico – foi o prolongamento subconsciente da imagem materna que ele, um dia, na infância, viu partir nos braços do padrasto, e fixou então, abandonado e só, na memória dos oito anos, e que o acompanhou, melancólica, torturante e fiel, pela vida fora...

VIDA, TRISTEZA E MORTE DE PEREIRA DA SILVA

Filho de Manuel Joaquim da Silva e Maria Ercilina da Silva, Antônio Joaquim Pereira da Silva nasceu a 12 de novembro de 1876, em Araruna, no Estado da Paraíba. O vilório sertanejo em que o poeta viu a luz, agacha-se, pitoresco e tranqüilo, nos últimos contrafortes da Borborema, quase nas fronteiras do Rio Grande do Norte, perto do município de Nova Cruz, onde, ainda menino, me aconteceu por sinal a primeira aventura literária, com a fundação de um semanário inquieto e atrevido – O *Independente*, o único que até hoje teve aquela cidade e que marca, com a sua vida efêmera de seis meses, a inauguração da minha pobre carreira de jornalista... Tive assim a sorte de conhecer a zona do Nordeste onde nasceu o poeta, e é com indissimulável emoção que recomponho a fugitiva poesia daquele instante da minha vida. Araruna tem, sob a claridade polida do sol do Nordeste, aquele "velho ar de franqueza e de bondade" das cidades do interior do Brasil, cujas casas humildes, de janelas baixas e portas largas, parecem um permanente convite da hospitalidade brasileira:

– Apeie e entre. Venha tomar um cafezinho!

Ele mesmo a descreveu a Adelmar Tavares, como pequena, baixa, atarracada, os beirais sobre a calçada, uma meia porta e uma janela alta, de onde o poeta gostava de ver a água da chuva pingar, melancólica, nos lajedos da rua... Pereira, embora não fosse amante de paisagens, foi sensível à beleza humilde da sua terra, e pintou-a – com que emoção! – em "A loa da vagabundo", em que pôs muito da sua vida e do seu coração.

A LOA DA VAGABUNDA

Lembra-me bem da minha nobre terra.
Tudo era verde. Havia sobre a serra

Eternamente incensos de nevoeiro.
E vales, montes, o ambiente inteiro,
Era só flores, um montão de flores
Em que eu fitava os olhos cismadores,
Feliz de ver-me num torrão fecundo,
Belo e floral como o jardim do mundo.

Lembra-me bem daquela natureza:
Céus imortais em tons de azul turquesa,
Campos ridentes, prônubos pombais,
Gados às soltas, cheiro de currais.
E, às horas fortes dos sertões, a sesta,
O conforto sombrio da floresta,
Alfombras mais suaves que o veludo,
O coração e o pensamento em tudo.

Eu era um Ser, eu tinha amor à Vida,
Tal qual se fora uma árvore florida.
Filha da Terra, era da terra amada:
Amava e ouvia tudo: uma levada
Que ia a correr tumultuosamente
Para dar água pura a toda gente,
Um ninho balouçando na ramagem,
O desmaio da luz sobre a paisagem...

Sim! era um Ser, e Ser dos mais felizes.
Prendiam-me ao país fundas raízes,
Ouvira ali minha primeira missa,
E, à luz da mesma lâmpada mortiça,
Naquela igreja branca e pequenina,
A teus pés a minha alma de menina
Quanta vez – Mãe Santíssima das Dores!
Caiu de joelho entre montões de flores!

Agora mesmo alongo o atento ouvido
E ouço um rumor: o mundo comovido
Dos pássaros votivos da manhã,
E vejo e sinto a hilaridade sã
Com que, no gozo inédito de voar,
Tontos do azul inebriante do ar,
Cruzavam seus alígeros volteios,
Simultâneos nos vôos e nos gorjeios!

Ah! minhas horas íntimas, caladas,
Ermando ao largo e ao longo das estradas!
Arvoredos sombrios dos caminhos,
Romantismos de pássaros e ninhos,
A primavera reflorindo os montes,
As verduras idílicas das fontes,
A casa branca, a festa das abelhas
E as andorinhas no desvão das telhas!

E hoje – que sou? – a eterna forasteira,
A errante, a Vagabunda, a aventureira
De um lar deixado pelo mundo incerto...
Sou uma voz perdida no deserto;
A "desplantada" que ninguém compreende,
Fantasma, sombra, espírito, duende,
A Alma da Aldeia, expiando as culpas suas,
No tumulto das praças e das ruas.

Mas guardarei a minha dor obscura.
Nenhum de vós terá minha ternura,
Nenhum de vós, homens que estais passando.
E só, dentro de mim, de quando em quando
– Árvore morta das evocações –
Eu viverei minhas recordações,
A minha aldeia, o meu torrão fecundo,
Que hoje é que eu sei: em o jardim do Mundo!

Por uma fatalidade que não deve ser esquecida, Pereira da Silva nasceu às vésperas do ano da grande seca: 77. Veio ao mundo, pois, sob o signo do sofrimento, da pobreza e da melancolia. Haverá acaso na face da terra espetáculo mais pungente de tristeza, de miséria e de dor do que uma seca no sertão? Pois foi nesse quadro de infinita desolação, em que os mandacarus e os xiquexiques abrem os braços solitários para os céus como a pedir socorro, e em que tudo na amplidão desolada das serras e das caatingas é abandono, desespero e morte, que Pereira da Silva surgiu para a vida, num lar pobre e anônimo. O pai era um carpinteiro que amava o ofício, e o exercia com a paixão e o orgulho de quem realizasse uma obra de arte, ocupando-se preferentemente na construção de violas – o instrumento mais caro ao lirismo dos cantadores sertanejos. Era o próprio poeta quem contava:

> – Meu pai era para as suas violas, por todo aquele mundo sertanejo, o que era Stradivarius para os seus violinos. Eu me ficava horas inteiras a olhar e admirar a sua paciência na manufatura daquelas longas e leves caixas que iriam guardar os suspiros e as tristezas de amor dos poetas do meu sertão! Quando meu pai morreu, recolhi como herança, e conservei por muito tempo, uma cruz de madeira na qual ele trabalhou até às vésperas. (Profecia, talvez, de meu Destino). Eu deveria chamar-me Pereira da Cruz... Hesitei em assinar-me assim. Mas, por ele mesmo, fiquei Pereira da Silva.

INFÂNCIA

Triste e franzino, o caboclo Antonio Joaquim teve uma infância sem alegrias e sem brinquedos. Não gostava de peraltagens, nem amava os folguedos turbulentos dos garotos da sua idade, preferindo passear sozinho entre os arvoredos ou sentar-se à sombra das oiticicas e juazeiros para cismar, os olhos longe, perdidos no horizonte, e o pensamento mais longe ainda... Os outros garotos, irritados com a sua atitude esquiva, chamavam-no de "sombra", de "lua", cobrindo-o de remoques e maldades. Mas, no fundo, lhe tinham uma insopitada inveja, porque ele era o coroinha da Capela da Conceição, vestia batina, acendia as velas do altar, balançava o turíbulo, ajudava a missa, cantava no coro, tocava o sino da igreja... Oh! que invejável destino, em Araruna, o

daquele menino magricela e triste! Ele recorda essa "Idade de Ouro" com a mais sentida nostalgia:

A IDADE DE OURO

A minha infância! Tenho-a na memória.
Embora os transes trágicos da vida
Levassem meu destino para a glória
Ou para a morte menos percebida,
Essa lembrança luminosa e cara
Jamais de minha mente se apagara.

Ela foi triste, ela foi desolada,
Não teve a graça própria à idade inquieta,
Essa primeira luz da madrugada,
Prenunciadora do natal de um poeta;
Mas, ainda assim, foi minha idade de ouro,
Meu primeiro, meu único tesouro.

Filho do Norte, a natureza ardente
Amamentou de luz e de ar meus dias
Livres e soltos nesse verde ambiente
De florestas fecundas e sombrias!
Não me ficou somente na retina,
Mas n'alma, essa paisagem que fascina.

Ficaram-me indeléveis nos ouvidos
O vozeio das festas e das feiras,
A hilaridade de cristais partidos
Dos sinos nas matinas domingueiras,
O tropel sertanejo dos comboios,
A prosódia das águas dos arroios.

As essências mais árduas e custosas
Não conseguiriam dar-me o gozo exato

Do cheiro virginal daquelas rosas,
Do olorante verdor daquele mato...
Quem já gozou emanações iguais
Às desses campos com seus roseirais?

São meu tesouro oculto essas lembranças
Que andam comigo sem que ninguém veja.
Que saudades de um par de rolas mansas
Que pousavam na própria cruz da igreja
E lá ficavam, mudas e serenas,
Em doce idílio debicando as penas!

Como esse par de pombos os velhinhos
Vinham sentar à porta, cismadores,
Enquanto, entre os silvedos dos caminhos
Aos rapazes as moças davam flores
E nós, meninos, íamos em bando,
Ver nos currais o gado vir chegando!

Pela tarde bucólica, era lindo
Todo o gado apriscando pressuroso
Para o repouso e como que sentindo
E antegozando, farto, esse repouso!
Todo o redil ficava alvorotado
E era pequeno para tanto gado.

São meu tesouro essas saudades puras
De minha vida fértil e florida
Com seus campos cobertos de verduras,
Roças fartas de frutos e de vida,
Simpleza nos labores e folgares,
Costumes de bondades singulares.

Quanta firmeza nesses homens rudes
E votados, nos dias de perigo
A confortar-nos nas vicissitudes
E, conosco, a enfrentar nosso inimigo,
Inspirando-nos fé, dando-nos crença
Em Deus que pune os maus e os bons recompensa!

Tenho nos olhos d'alma aqueles montes
Que o Poente inflama de clarões sombrios;
Ouço mais viva a voz daquelas fontes,
Mais surdos os rojões daqueles rios,
E, muita vez, à noite, horas inteiras,
Escuto, ao longe o eco das cachoeiras.
.....

Oh! minha infância! Tenho-a na memória.
Embora os transes trágicos da vida
Levassem meu destino para a glória
Ou para a morte menos percebida,
Nunca olvidara a minha Idade de Ouro
Meu primeiro, meu único tesouro.

Repartia suas horas de criança entre as tarefas da sacristia e a contemplação da oficina paterna. Quando voltava da igreja, Antonio Joaquim, ao lado do pai, que fazia violas, preparava as lições para o Tio Sinésio, que ele havia de evocar mais tarde – tantos anos passados! – num poema comovido:

Adeus, tio Sinésio, nobre Amigo.
Você leva consigo
Uma grande afeição,
A do sobrinho que hoje lê,
Graças ao puro estímulo cristão
Com que seu gênio bom lhe pôs na mão
A carta de A B C.

Isto se deu num velho vilarejo
Do Brasil sertanejo,
Remoto, já passado.
Quando toda família, ingenuamente,
Considerava o seu melhor cuidado
Possuir, pelo menos, um parente
Formado...

Você me fez por isso, todo bem:
fez-me ler e contar,
Esperando que um dia eu fosse alguém
De cuja inteligência luminar
Você pudesse, ao justo, se orgulhar
Como ninguém.

Nada fui, nada sou; mas, ainda assim,
Como você gozava à saciedade
Tudo quanto, por mera benignidade,
A crítica dissesse sobre mim!

Agora que, segundo as leis fatais,
Cede o seu corpo octogenário à morte
Penso, meu tio, que ele foi tão forte
Porque o seu coração foi bom demais.

Adeus, meu grande amigo!
Você leva consigo
A maior afeição:
– A do sobrinho que hoje lê,
Graças ao puro estímulo cristão
Com que seu gênio bom lhe pôs na mão
A carta de A B C.

Depois da morte do pai – o primeiro golpe que lhe foi direto ao coração – o menino Antônio Joaquim mudou-se com a mãe para a casa do avô,

onde passaram a viver. Mas D. Maria Ercilina, não suportando a solidão da viuvez, casa-se novamente. E certa tarde, após a cerimônia do casamento, a mãe beijou-o ternamente, e partiu com o padrasto, a cavalo, para a viagem de núpcias. Pereira da Silva assistiu, calado e triste, à cena da partida dos noivos... Os dois cavalos de sela arrancaram a galope pela estrada – e o menino Antônio Joaquim, vendo-lhes os vultos festivos apagar-se a pouco e pouco na poeira e na distância, vai silenciosamente sentar-se embaixo de uma velha árvore de sombra amiga e tranqüila, no oitão da casa. Lá longe o dorso azul da Borborema ondula no horizonte verde, e a paisagem humilde, onde o chocalho e o mugido do gado manso põem sonoridades melancólicas de despedidas, é doce e crepuscular como uma saudade... Quando a sombra querida da mãe desaparece, por fim, na curva do caminho, o menino Antônio Joaquim se sente de súbito tão só, tão triste e tão desgraçado, que desata num pranto sem consolo, e não tem coragem de voltar para casa. Ali ficou, soluçando, numa dor sem remédio, até que o manto constelado da noite, cobrindo-lhe a solidão, o desespero e a melancolia, veio pacificar-lhe o coração, e o medo da escuridão o reconduziu à casa do avô. Ele explicava, depois de homem, ao Sr. José Vieira: Começou aí toda a tristeza da minha vida!

A frescura, a alacridade das primeiras impressões – o panorama de Araruna, a Igreja da Conceição, as lembranças do Pai – se lhe diluíram na memória e não ressurgem na sua obra, tão sóbria e triste, senão de raro em raro. O que ficou indelével, para marcá-la, foi a recordação da partida materna, cuja imagem, em toda a vida, ele procura incessantemente capturar e fixar... Foi o seu primeiro infortúnio – e o de repercussão mais intensa e durável. Do passado só lhe interessava, como sucedia a Proust, a última reserva, a mais profunda, aquela que, quando todas as lágrimas pareciam esgotadas, era capaz ainda de fazê-lo chorar...

JUVENTUDE

Aí por volta dos seus 18 anos, em 1895, acontece a Pereira da Silva a experiência da carreira militar: matricula-se na velha escola ilustre da Praia Vermelha, onde nove anos antes entrara Euclides da Cunha – aquela escola que o capitão Umberto Peregrino recordou há pouco com tão envolvente

poder de sugestão. Na escola, onde teve destino paralelo ao de Euclides, viveu, como ele, decerto solitário e inadaptado, sem freqüentar o "Beco do lá vem um", nem os alegres "caroços" dos alunos... Mete-se numa conspiração de cadetes, toma partido por Floriano contra Prudente, e em 1897, desligado da escola, é recolhido preso ao Quartel General e deste transferido para o 13.º de Cavalaria, no Paraná. A mãe de Pereira da Silva é tomada de pânico: – Minha Nossa Senhora da Conceição, que vai ser do Antonico! O n.º 13... o frio do Paraná... e aqueles cavalos brabos do Exército!

Mas felizmente – mercê de Deus! nada acontece ao ex-cadete Antônio Joaquim, que se aclimou muito bem em Curitiba, onde conheceu Dario Veloso, Silveira Neto. Emiliano Perneta, os líderes famosos do "grupo paranaense". Data dessa época o seu primeiro livro: *Vae Soli*, publicado em Curitiba (1903), quando ele já havia completado 27 anos de idade. Trai, nítida, a influência do modelo simbolista do Paraná, com o qual Pereira da Silva se identificara fraternalmente, e é dedicada a Dário Veloso.

Num belo e comovido poema, Pereira da Silva, evocando o grande amigo, em 1921 – 24 anos depois! – recorda esse velho tempo:

Meu caro Mestre e amigo: hoje, não sei por quê,
Ressentido de mim – lembrei-me de você.
Lembrei-me de Você – nobre poeta humanista,
Cultor da Alma e do Bem como um divino artista.

Em tempos que lá vão, era quase um menino
Já de olhar cismador e físico franzino,
Quando um dia fatal as fúrias do meu Fado
Me arrojaram aqui para o Sul, exilado.

Só Deus, só minha mãe sabiam, meu amigo,
A imensa decepção que ia também comigo,
Tendo visto abater, de um mesmo golpe rude,
Todo o virgem floral da minha Juventude.

Foi assim que parti, vivo de mocidade,
Mas cheio de pesar, do medo, da ansiedade

De quem, tímido e só, pela primeira vez,
Vê que o sopro do azar tudo que fez desfez.

Ora, um dia, chegando anônimo e sombrio
À Terra a que Você dá tanta luz, Dario,
Com que aberto sorriso e inédita afeição
Você me abriu seu Lar com sua própria mão!
.....

Ah! que longe lá vão, tais entretenimentos!
Que de outras provações e horas de tédio cruentos
Me afrontaram depois, me enervaram depois
Desses dias tão bons, tão gratos a nós dois!

O pulso mau do azar que sempre nos conduz
Como a cegos de guia em vão pedindo luz
Atirou-me outra vez à torpe realidade
De que tanto se orgulha a claque da Cidade.

Você lá se deixou na doce lida rude
De ensinar, como um grego, à flor da Juventude;
Mas, dando a tal missão, sempre tão mal servida,
Tão singular fervor como não vi na vida.

...Ah! Pudesse eu dizer, Dário, neste instante,
Em que vejo Você mais belo e mais distante
(Por que? Porque talvez minh'alma está mais pura).
Sim! Pudesse eu dizer, aqui, toda a ternura,
Todo o insólito ardor desta afeição discreta
Que consagra ao seu nome o mais obscuro poeta!

Depois de dar baixa do Exército, volta Pereira do Paraná e fixa-se no Rio. Matricula-se na Faculdade de Direito em companhia de um velho e fraterno colega da Escola Militar, Sarandi Raposo, que, como ele, era inimigo

pessoal da Matemática. Segundo narrou ao Sr. Francisco Leite o próprio Pereira da Silva, o companheiro quase enlouquecia quando tinha que estudar Álgebra, não podendo admitir que letras fossem equivalentes a algarismos... E por isso desistira da carreira das armas. Fizeram juntos o curso de Direito. Ao mesmo tempo em que estudavam, faziam composições em prosa e verso. Freqüentavam jornais, projetavam planos de vida. Foi logo após o retorno do Paraná que Pereira conheceu no Rio seus dias mais ásperos de luta, suas horas mais amargas de solidão. Foi a época em que ele viveu dolorosamente o seu "drama do estudante Batista": a luta do provinciano anônimo por um lugar ao sol, para vencer as suas origens modestas pela realização de um secreto ideal de glória... Que obscuro heroísmo o dessa luta, a luta, como dizia Machado de Assis, daqueles que desde o berço foram condenados ao duelo infausto entre a aspiração e a realidade. Estudante paupérrimo, perdido sozinho no meio da cidade imensa, ele travou o corpo a corpo com a fome. Viveu a "situação horrível" do herói de Ribeiro Couto. Conheço – e como a conheço! – a luta do rapaz nortista que chega um dia ao Rio, só e pobre, para fazer carreira literária, para construir um nome. Sem padrinhos, sem família, sem fortuna e sem amigos, ele se sente na mais completa solidão, no abandono mais desesperado. Só lhe resta lutar e sofrer, bracejar sem pausa para não submergir, como o náufrago que luta com as ondas sem ter diante dos olhos senão a ilusão remota de uma luz que o fascina, lá longe, na praia talvez inatingível, mas que o atrai e encoraja: a luz de um vago ideal... Pereira da Silva viveu esse pungente drama, e sabe Deus como ele conseguiu realizar a sua obra literária, construir o seu nome, atingir o seu sonho de escritor e poeta. Mas o caminho que ele percorreu para chegar até aí foi declivoso e triste. Temperamento retráctil, ele não tinha grandes expansões, nem muitos momentos de comunicação humana. Os amigos eram poucos, e as alegrias, inexistentes. Contudo, Pereira da Silva marchava corajosamente da obscuridade da sua condição de origem para a glória do seu destino; sem pressa, mas sem hesitação.

MATURIDADE

Foi por intermédio de Sarandi que Pereira da Silva veio a conhecer Rocha Pombo, também paranaense, e com uma de cujas filhas casaria mais

tarde. E foi, por sinal, com recomendação do sogro que Pereira da Silva, recém-formado em Direito, regressou ao Paraná, indo ocupar o cargo de promotor público na Comarca de São José dos Pinhais, perto de Curitiba. Ali ficou algum tempo, sendo depois removido para a Comarca da Palmeira. A Palmeira, nessa época, era um ermo. Pereira recebia, seguidamente, do sogro, livros e revistas, que alimentavam a curiosidade do seu espírito. Foro pacato, cidade morta, Pereira aproveitou as horas de ócio que lhe sobravam e adquiriu um compêndio de alemão-sem-mestre. Leu-o e releu-o sem cessar, dia e noite. Em pouco tempo penetrou os segredos do idioma de Goethe. E, para exercitar-se, passou a enviar, anonimamente, para o jornal *Der Beobachter*, que se publicava semanalmente, em Curitiba, algumas correspondências. Viu, depois, que o jornal teuto-brasileiro lhe estava publicando as notas remetidas e adquiriu confiança no alemão que aprendera... Na cidade de Palmeira, em 1908, ou 1910, o Sr. Francisco Leite encontrou-o algo preocupado, pois mandara os originais de um livro de poesias para ser prefaciado por Euclides da Cunha e o autor de *Os Sertões* fora assassinado, antes de devolvê-los. Rocha Pombo estava empenhando esforços para ver se conseguia localizar e reaver o livro. Mas, que livro terá sido esse? O *Solitudes* ou algum outro? Dele os amigos de Pereira não tiveram mais notícia. Preterido pela política estadual, Pereira exonerou-se da promotoria da Palmeira, retornando ao Rio, onde se fez jornalista para viver – como se aquilo fosse viver! Realmente, a vida de imprensa, no Rio, por aquela época, era talvez alegre e espiritual, mas era principalmente uma vida de miséria. O "rapaz de jornal", ganhando ordenados ridículos, e recebendo essa triste remuneração em vales impontuais e dificílimos, vivia num regime permanente de subfome crônica, alimentando-se de literatura e "média" com pão com manteiga... Em compensação, os "rapazes de jornal", como Pereira da Silva, que eram "provincianos, românticos e um pouco espantados", tinham no meio dessa dura miséria compensações literárias do convívio das rodas boêmias, que as grandes figuras da época freqüentavam com fraterna assiduidade... Pereira da Silva, ainda que esquivo e taciturno, gostava dessas rodas – e tinha meia dúzia de amigos constantes e fidelíssimos: Félix Pacheco, Castro Meneses, Gonçalo Jácome, Carlos D. Fernandes, Saturnino Meirelles. Das longas noites de plantão, nas redações trepidantes e boêmias, saía Pereira exausto mas contente, embora nem sempre

bem alimentado... E após as conversas literárias dos cafés, caminhava ele horas perdidas, no silêncio das velhas noites cariocas, compondo sob a complacência das estrelas os seus belos e melancólicos poemas, sombrios e desenganados, mas sinceros como gemidos...

Fazendo vida de imprensa desde estudante, Pereira da Silva teve postos mais ou menos obscuros em *Cidade do Rio, Gazeta de Notícias*, *A Época* e no *Jornal do Commercio*, onde, como repórter de polícia, substituiu Félix Pacheco, por cuja mão fraterna entrou para o grande órgão. Entretanto, mais tarde, em *A Pátria*, para cuja redação João do Rio o convocou, teve o alto posto de redator-chefe. Além de editoriais e reportagens, Pereira da Silva fez, em muitos desses jornais, a crítica literária da sua geração, estudando as obras dos contemporâneos. Em companhia de Saturnino Meireles, Félix Pacheco, Gonçalo Jácome, Paulo Silva Araújo, Carlos Dias Fernandes e Álvaro Sá Castro Meneses, participou do movimento vanguardeiro que fundou a *Rosa Cruz*. Mais tarde – bem mais tarde – de 1922 a 1924, dirige, com os Srs. Téo Filho e Agripino Grieco, a revista da Livraria Leite Ribeiro, *O Mundo Literário,* que gozou de certo prestígio e teve certa influência no Rio, naquele momento. Já então, Deus louvado, Pereira da Silva, que contava bons amigos, e era um poeta de renome nacional, repetindo o destino de Cruz e Souza, lançara âncoras finalmente numa burocracia medíocre, mas tranqüila, na Central do Brasil, onde a amizade e a admiração de Luís Carlos o amparavam com seu prestígio oficial, o que lhe permitia viver com mais conforto, embora com modéstia e discrição. Além disso, conquistou ele até um lugar de professor de Direito em Niterói, embora nunca tenha exercido efetivamente o magistério. O caminho que Pereira da Silva percorreu foi lento e difícil. Mas foi, como sempre sucede no Brasil, o roteiro da inteligência, do estudo, do aperfeiçoamento cultural.

Como agudamente observou o Sr. Nelson Werneck Sodré, a circulação social, entre nós, se faz através das profissões intelectuais. São numerosos, no Brasil, os elementos da plebe que ascendem às mais altas situações sociais, através do clero, das Letras, da Imprensa, do Exército, da Política. As profissões liberais sempre foram caminho natural para a conquista de posições de destaque na vida civil do País, mesmo para aqueles que têm origem mais humilde e obscura. Machado de Assis foi um exemplo. Como, muitos anos

mais tarde, veio a ser outro exemplo Pereira da Silva, modesto filho de um marceneiro do sertão de Araruna, que, primeiro, através da Escola Militar e, depois, através da Faculdade de Direito, do emprego público e da imprensa, do estudo e da Literatura, ascendeu da mais obscura origem à mais elevada situação cultural no País, coroando sua carreira com a consagradora conquista de uma Cadeira nesta Academia. Libertando-se da humildade pela inteligência, Pereira da Silva fez, porém, o seu itinerário – que longo e áspero itinerário! – da obscuridade à glória, com uma tranqüila dignidade, com certo orgulho mesmo, e vingava-se da burguesia, a cujos quadros afinal ascendeu, verberando, implacável, sua luxúria, sua vaidade, seus vícios, a sensualidade e a fatuidade das grandes cidades, temas de que estão repletos todos os seus livros de poesias. Era essa, de resto, a expressão natural do seu inconformismo – manso e melancólico. Porque ele mesmo confessava ter preferido sempre "a resignação estóica à rebeldia estéril".

Mas nem o serviço público, nem a atuação social, nem mesmo a atividade de imprensa constituíram realmente a motivação principal da vida do seu espírito. O seu grande, o seu verdadeiro centro de interesse era um só: a Poesia.

É meu tormento. Chamam-lhe poesia,
Arte do verso. Chamo-lhe madeiro,
A Cruz da minha noite e do meu dia.

Cruz em que verto o sangue verdadeiro
E em que minh'alma em transes agonia,
E o coração se crucifica inteiro...

E ele soube ser fiel ao seu destino. O drama deste poeta foi o drama da solidão e da dúvida. Porque ele só possuía na vida três coisas: a mãe, o filho e os livros:

...humilde lar ilustre
De minha mãe, meus livros e meu filho.

Ele foi assim, na frase de Luís Carlos, "um poço noturno; mas um poço cheio de estrelas". A sua experiência foram a doença, a humildade, o abandono, a solidão e a tristeza...

SERENO FIM DE JORNADA

Mas, aí pela altura de 1927, ele conhece, nos acasos da vizinhança, na rua Paulo de Frontin, onde morava, uma criatura espiritual e boa, D. Antonieta. Chegando-lhe ao coração pelo caminho da inteligência, primeiro ama e conhece a obra, para depois conhecer e amar o poeta. Casou-se com ela Pereira da Silva em 1930. No entanto, Pereira da Silva duvidava da própria felicidade, que o amor lhe concedera, tranqüila e mansa, no fim da vida, justamente na hora em que esta Academia o convocara para seu ilustre convívio. Ele costumava dizer à esposa, num tom de resignada melancolia:

– Você gosta é dos meus livros e não de mim...

Entretanto, a verdade é que os últimos anos de sua vida foram calmos e felizes. Ele tinha agora para compor-lhe a serena doçura dos derradeiros dias, no "lar ilustre da mãe, do filho e dos livros", além do carinho materno e da companhia filial, a ternura da esposa e o sorriso álacre de um netinho. Mas era tão seco e fechado, que, apesar de adorá-lo, nunca beijou o neto... Vivia, porém, no recolhimento de uma grande e pura humildade interior. O diagrama da marcha do seu espírito é horizontal – e segue, invariavelmente, sobre a abscissa do Tempo, nas ordenadas da Melancolia. Ele foi em toda a sua vida, pois, mesmo nos instantes de tranqüila felicidade, como *Le Passereau,* de Leopardi: o pássaro solitário e silencioso, que permanecia isolado na alta torre deserta, indiferente à Primavera que cantava lá fora na copa festiva das árvores em flor... A doença, que surda e insidiosamente lhe minava o organismo, não obstante suas freqüentes estações de cura em Pati, Rodeio e Vassouras, acabou pondo-lhe termo à vida, numa casa de saúde da Gávea, no grave silêncio da verde montanha sonora de pássaros e águas correntes, onde o Anjo da Melancolia lhe fechou docemente as pálpebras cansadas, recolhendo-o ao regaço das eternas sombras e do silêncio definitivo, que concede aos mortais aquele repouso interminável que tem o nome de mistério...

TEMPERAMENTO DO POETA

Há homens múltiplos, complexos; de fisionomia poliédrica, cujo espírito e cuja vida comportam infinitas variações. Pereira da Silva não foi desses. Era uniforme e igual. Sempre o mesmo. Imutável e constante, de uma constância e imutabilidade que eram fronteiriças da monotonia, Tudo, afinal de contas, efeito da fidelidade da alma. E isso resultou, em última análise, numa virtude literária: a unidade da sua obra, o que de resto levou os críticos a acoimarem-no de monocórdio. Não há dúvida que ele tocou sempre nos mesmos ritmos. Mas isto, em verdade, sendo uma contingência psícoIógica, porque efeito de certa tendência iterativa, resultou em uma sólida homogeneidade literária. Seu temperamento é doce e recolhido. Não se dá bem nos climas de claridade e de rumor. Refoge a todas as formas de pompa, ruído e ostentação. Natureza votada à solidão e à melancolia, Pereira da Silva conheceu e amou o prazer de pensar, que é ao mesmo tempo voluptuoso e melancólico. A Dor de Pereira da Silva era triste, e triste era a sua Verdade. Como nele era tudo o mais: o Amor, a Bondade, a Imaginação e a Sensibilidade. Conservando em toda a vida a nobre severidade da mesma atitude, ele tinha olhos apenas para ver aquela "parte noturna das coisas humanas", de que falava Araripe Júnior. Era dotado da extraordinária sinceridade, da angústia metafísica e da angústia solitária que Cassou descobriu em Baudelaire.

Esquivo e tímido, Pereira da Silva foi na vida um hóspede cerimonioso. No convívio corrente dos homens, no amor, no trabalho, na própria glória, ele nunca se sentiu à vontade, era sempre hesitante, constrangido, um pouco encabulado talvez, como a pedir desculpas de estar presente... Só numa coisa se sentiu à vontade e, porventura, até feliz: na sua poesia. O Sr. Múcio Leão fixou com admirável propriedade essa observação: "Pereira da Silva teve um destino, um único e maravilhoso destino – o da Poesia. Nunca foi outra coisa, nunca ambicionou ser outra coisa, nunca pensou que pudesse ser outra coisa senão esta coisa simples, misteriosa e divina – um Poeta."

Este solitário era daqueles que trazem a solidão consigo, dentro de si, no coração. E toda vez que tentou libertar-se dela – pelo amor, pelo casamento, pelo convívio dos homens – sentiu-se ainda mais desgraçado e triste, mais abandonado e só. Recebendo o Sr. Múcio Leão na Academia, Pereira da Silva

confessava a impossibilidade de sair de si mesmo, isto é, a sua ostensiva introversão: "Minha vida é a vossa; vossa vida é a minha; viveis o que eu vivo. O destino é uno. Quando vos falo de mim, falo de vós. Como não o sentis?" E, entretanto, segundo narrou D. Antonieta Pereira da Silva, nos últimos tempos, ele tinha horror a ficar sozinho... Tendo vivido só toda a sua vida – mesmo quando se achava no meio das multidões – este grande solitário temia, no fim da existência, o abandono e a melancolia da solidão. O que não o impedia de continuar a cantar a doçura inefável da solidão... É preciso compreender e explicar essas contradições dos poetas. O poeta é, por definição, um ser cuja personalidade se fragmenta e dilui estranhamente – e nem sempre a sua vida exterior é coerente com a sua vida interior, embora o próprio Pereira da Silva negasse a existência da contradição entre a realidade objetiva e a subjetiva. A razão, na explicação desse fenômeno, estava decerto com Benjamin Cremieux, que há cerca de 20 anos, na *Nouvelle Revue Française* sustentava a tese, cara ao grande Proust, da dissolução da nossa personalidade. "A personalidade humana", segundo Cremieux, "pulverizou-se; nosso *eu,* fracionado em tantos *eus* sucessivos quantos minutos vive, tenta em vão colar, unificar seus átomos esparsos." "A essa dissolução do *eu,* corresponde, por curiosa contradição, um verdadeiro misticismo do *eu."* Isso é tanto mais verdadeiro quando se trata de poetas. Porque os poetas são, por natureza, seres estranhos e difíceis. A criação poética é um estado de graça – fenômeno misterioso e sutil na sua maravilhosa complexidade, escapa muita vez à compreensão e à interpretação dos críticos. Porque a arte quase sempre antecipa e ultrapassa a lógica e a razão. A extensão do prazer e a profundidade do mistério que caracterizam o ato super-humano da criação artística transcendem os meios normais da interpretação crítica. Os críticos, como os psicólogos, não dispõem de padrões específicos para a medida dos valores artísticos, e os seus testes, em geral, embora pretendendo ser exatos e rígidos, falham na avaliação das forças imponderáveis que dirigem e presidem o ritmo da criação poética. Críticos, psicotécnicos e psicanalistas – todos aqueles que acaso se preocupam com a explicação desses altos fenômenos de ordem espiritual – propõem sempre, para essa equação de tantas incógnitas, soluções unilaterais, incompletas ou falsas. O homem a quem Scheler chamou de descobridor, porque inventa todos os dias a Beleza, libertando-se das subalternas contingências humanas

pelo milagre da eternidade lírica da poesia, não pode ser explicado tampouco lateralmente, num ou noutro dos seus aspectos: tem que ser compreendido, avaliado e explicado, panoramicamente, na universalidade e grandeza de todos os seus dons. Da nossa incompreensão da dualidade psicológica dos poetas é que nascem certos equívocos. Georgette Leblane, por exemplo, apesar de inteligente e culta, nunca compreendeu o "mistério Maeterlinck". Ela mesma confessa, no seu delicioso livro de recordações, essa irremediável incompreensão, o seu espanto diante do "monstro Maurice", e a incompatibilidade da moça de claro espírito, alimentada de letras clássicas, com o simbolismo que era um estado de alma.

Há, de resto, um episódio que define essa desencantada incompreensão. Tendo de receber peja primeira vez em sua casa o grande poeta, ela começou por vestir uma toalete "melissandesca", "de um ridículo harmonioso", e transformou sua bela residência da Praça dos Mártires, em Bruxelas, num *décor* legitimamente maeterlinckeano que evocasse aquela teoria de sombras que era a obra de seu ídolo... Preparou para Maeterlinck uma sala especial: forrou as paredes de tule negro e ornamentos de prata, dispôs nos cantos vasos com incenso, para obter, com este ambiente lúgubre, um efeito místico e misterioso, bem adequado ao gosto do poeta Maeterlinck, porém, mal olhou da porta o grande salão negro, estacou espantado:

– Mas, que catafalco é este? Por nada deste mundo eu entrarei aí...

E voltou para a clara sala de entrada, vulgar e agradável, sem literatura, e instalou-se tranqüilamente numa vasta poltrona – a menos maeterlinkeana do mundo, e que Georgette Leblane não conseguira escamotear aos seus olhos... Depois explicou que tinha horror aos velhos móveis e aos lugares sombrios:

– Essas coisas são sujas e feias. Boas para museu, mas não para a gente viver nelas...

Ele amava as paredes brancas, as salas claras, tudo o que era nítido e reluzente... Penumbra e misticismo, só em poesia... Era exatamente o mesmo que sucedia talvez a Pereira da Silva nos últimos tempos – solidão e abandono, só em poesia... Na vida, ele, que sempre vivera só e triste, nos derradeiros anos, tinha horror à solidão... Uma imperiosa necessidade de calor afetivo, de convívio cordial e generoso lhe tomara conta do fatigado coração. E ele foi

feliz porque teve para assistir-lhe os últimos anos da existência uma companheira amiga e compreensiva, que lia e amava os seus melancólicos poemas.

SIMBOLISTA

Um ensaio recente de Morgan (1944) veio mostrar-nos a importância considerável do Simbolismo, que no Brasil sempre foi tratado com sorrisos superiores de suficiência e desdém. A fonte inicial do Simbolismo foi sem dúvida o mais importante lírico do século XIX – pelo menos nas literaturas de línguas latinas – o velho e grande Baudelaire, essa encruzilhada surpreendente que segue, até hoje, em tantas direções, e que, depois de ter influído em Mallarmé, Rimbaud e Verlaine, vem influir no poeta mais significativo do nosso tempo que é Rainer Maria Rilke. "Uma das condições reveladoras do gênio é que o homem de gênio é uma encruzilhada" – lembra Tristão de Ataíde. De todos os lados podemos chegar até ele. E dele podemos partir em todas as direções. Foi exatamente o caso de Baudelaire. Coincidem, hoje, as melhores opiniões, no plano da interpretação histórica e da crítica, em considerar *Les Fleurs du Mal* como uma das fontes, a principal sem dúvida, do movimento poético moderno (Cassou). Da encruzilhada Baudelaire partem, incontestavelmente, três grandes caminhos: um, que vai dar a Mallarmé; outro, que vai ter a Rimbaud, e o terceiro, que se dirige a Valéry, Mas qual terá sido, em verdade, o papel primacial do Simbolismo? Reagindo contra o "colapso da sensibilidade", que eram o Naturalismo e o Parnasianismo, os simbolistas vinham libertar a poesia de todos os elementos acessórios e estranhos, espiritualizando-a e purificando-a.

Terá sido Pereira da Silva, realmente, um simbolista? Entre a tentação de definir e o desejo de marcar fronteiras, os críticos se perdem freqüentes vezes em largos debates sobre o problema das "escolas literárias", que têm afinal de contas um simples interesse pedagógico. Pereira da Silva foi vítima algumas vezes dessas discriminações de catálogos poéticos. Embora intimamente ligado aos grupos simbolistas do Rio e do Paraná, e tendo inaugurado sua carreira literária nessa atmosfera crepuscular e brumosa de "reação espiritualista", Pereira da Silva não herdou, porém, a musicalidade dos simbolistas, nem tampouco a obscuridade, "a imprecisão de contornos e de vocabulário",

ainda que tenha guardado fidelidade "ao gosto das expressões do ritual mortuário e litúrgico". Sua poesia era seca, sóbria, despojada. Alheou-se, é certo, da rígida cadência parnasiana, nunca respeitou a superstição da rima rica e da chave de ouro, e seus ritmos eram pobres, sua métrica não raro despreocupada e flácida. Além disto, havia na sua poética, e não só nos seus motivos, certa monotonia de processos. Sua técnica – construção do poema, da estrofe e do verso – como sua inspiração e sensibilidade, não eram nitidamente simbolistas. Mas o Simbolismo imprimiu-lhe algumas marcas bem visíveis. Como Alphonsus de Guimaraens, adorava certos termos usuais entre os simbolistas (Soror Tristeza, Dona Beleza Mística, Escada de Jacob, Irmã Morte, etc.). Suas leituras prediletas, "os seus formadores intelectuais", como dizia Graça Aranha – Baudelaire, Poe, Rodenbach, Samain –, não lhe impregnaram o espírito: apenas lhe transmitiram uma doce magia encantatória, que foi em verdade tudo quanto lhe restou da influência simbolista. Ele afinou o espírito à melancolia desses "formadores intelectuais", mas as suas qualidades e defeitos essenciais estavam no seu sangue, eram da própria substância do seu ser. Embora ele tenha conhecido e amado Valéry, de quem o aproximou em 1923 o Sr. Jayme Adour da Câmara, não se me deparou na sua obra nenhum vestígio, nem sequer resíduo de influência do autor de *Varieté*. Influências, às vezes vagas, mas sempre sensíveis e presentes, encontramo-las, isso sim, dos simbolistas franceses, além da de Poe, de Leopardi, de Musset e de Antero de Quental, dos quais ele era consangüíneo pela tristeza e pelo pessimismo. A geração do poeta começou a vida sob a influência da cultura do século XIX, da disponibilidade espiritual do século XIX, e, importando de Paris os modelos literários, como importava de Londres os modelos políticos, recebeu e adotou o Simbolismo. Pereira da Silva, aliás, quando voltou ao Rio, em 1903, já trazia no espírito o veneno sutil do Simbolismo, que lhe fora inoculado pelo grupo simbolista de Curitiba, a cujo líder, Dário Veloso, ele se ligara intimamente. Um crítico paranaense, o Sr. Andrade Muricy, concordando de resto com uma observação do Sr. Tasso da Silveira, filia Pereira da Silva à estirpe dos últimos românticos, aparentando-o sobretudo de Varela. Tal classificação, aliás, coincide, até certo ponto, com uma confissão do próprio poeta das *Solitudes,* quando dedara que o Simbolismo entre nós veio com força e pujança, se bem que sempre procurando a sua essência no

Romantismo. Entretanto, o Sr. Muricy entende que ele não parece ter-se deixado influenciar muito profundamente pela corrente simbolista, "apesar da sua estréia "nefelibata" (*sic*) com o livro *Vae Soli!*"! A verdade, porém, é que Pereira da Silva não se deixou apenas influenciar, foi bem mais longe: pertenceu ostensivamente à corrente simbolista. Tendo tido longo convívio com Dário Veloso e os simbolistas paranaenses, aqui no Rio se filiou ao grupo da *Rosa Cruz*, posto não tenha jamais publicado nenhum poema na primeira fase da revista de Saturnino Meireles e Félix Pacheco. Pereira da Silva, além disso, foi sabidamente companheiro e conviva fraternal dos simbolistas do Paraná, como dos do Rio. Entretanto, ao contrário do que afirmou o crítico paranaense, o *Vae Soli!* é tão pouco nefelibata, que tudo quanto nele há de melhor ressurge no *Solitudes,* sem que a crítica o tenha assinalado. Com efeito, figuram em *Solitudes* os seguintes poemas do *Vae Soli!:* "Virgens" (com algumas supressões e correções); "Dona Palidez"; (com várias alterações sobretudo na distribuição dos versos); "Sóror Mágoa" (com amplas modificações e supressão de cinco quadras; e conservação apenas de quatro, ligeiramente modificadas); "Velhinhos" (com a supressão da penúltima quadra e numerosas alterações); "Ceguinha" (com a supressão de duas estrofes e radicais alterações nas outras).

Como se vê, muito do que havia de mais autenticamente simbolista no seu livro "nefelibata" reaparecem no *Solitudes*, sem que a crítica de ontem e de hoje desse por isso... Não reputo de importância fundamental a distribuição dos poetas por escolas. E o próprio Pereira da Silva confessava certo tédio aos esquematismos dessas classificações. Estou, porém, neste terreno, inteiramente de acordo com Charles Morgan (*Reflections in a Mirroir*). Provocam natural desconfiança entre os leitores os esforços da crítica para classificar os artistas. E os artistas, eles próprios desconfiam também. Que importância tem o nome que se dá a um homem como Baudelaire? Para Saintsbury ele era um reflorescimento do Romantismo. Starkie, na sua nova edição de *Les Fleurs du Mal*, relembrou que já foi hábito chamar-lhe Parnasiano – pela simples razão, ao que hoje parece, de que alguns dos seus versos foram incluídos em *Le Parnasse Contemporain*, onde havia de tudo. Bowra trata de simbolista, juntamente com Mallarmé e Verlaine, Será isso tudo mero pedantismo? O gênio de Baudelaire era tão avassalador que havia correspondência para ele em todos os compartimentos da inspiração, e as mensagens que ele

enviava levavam endereço para todos os caminhos. O homem é um só. Não será a análise crítica, da qual fazem parte as classificações, um desperdício de tempo?

Às vezes isso é exato. A parolice sobre "escolas", "movimentos", o que os americanos chamam *trends*, é perigosa, se tenta o crítico desviar-se da sua verdadeira arte de interpretação individual, para superestimar semelhanças ou diferenças que o assunto por acaso sugira. Não obstante, o artista, por mais individual que seja, não pode ser "lido" isoladamente; ele é parte do livro da sua época. Falar dos românticos, ou parnasianos, ou simbolistas pode conduzir a mania de fixar rótulos. Na mor parte das vezes, porém, é uma tentativa honesta e necessária para situar os artistas nas suas relações entre si, e, afinal, é a própria vida.

> Pela mesma razão que o homem é um só, e isso é um fato, milagre singular da criação é que a negação desse fato é a blasfêmia essencial. Por isso, a conexão entre os supremos individualistas – isto é, entre os poetas –, quando pode ser realmente evidenciada, é de interesse transcendente; "transcendente" porque toda vez que tal conexão é algo mais que uma aliança artificial entre membros da mesma seita sua existência não se limita ao interesse comum ou à ambição, mas se mantém em plano superior e é um indício da verdade.

O agrupamento artificial dos poetas em "escolas", com o mero intuito de permitir enquadrá-los facilmente nos capítulos de um compêndio, é vício nitidamente pedagógico; mas discernir a origem espiritual comum de homens tão diversos como Baudelaire e Stefan George, ou Mallarmé e Alexander Blok, é muito mais que virtude de erudição; nas condições atuais do mundo, é um serviço prestado à humanidade. Explica-se, destarte, e explica-se por muitos motivos, que ao fazermos o levantamento da significação e da importância da obra de um poeta, procuremos situar este entre as correntes espirituais de seu tempo. Só assim realmente será possível determinar a exata posição pelo menos histórica da sua obra, discriminando-lhe as origens e determinando-lhe a projeção.

CAMINHOS DO SIMBOLISMO

Poe e Baudelaire foram os batedores da audaciosa expedição. Rimbaud, Verlaine, Mallarmé, Rodenbach, Maeterlinck realizaram depois a grande

rebelião. E o Simbolismo conseguiu, por esforço resoluto de libertação, muita coisa: incorporou à linguagem poética os efeitos da música; suprimiu da Poesia tudo o que era anedótico e narrativo; despojou-a corajosamente de toda sobrecarga de retórica e artifício; libertou-a da tirania da clareza e da realidade; aceitou a colaboração inefável do alógico e do mistério. Caminhou, pois, no sentido da Poesia pura, como a definiria mais tarde Valéry. Aliás, esse problema da Poesia pura merece debate e esclarecimento. Trazido à discussão por Paul Souday, a propósito de um discurso do abade Bremond, em 1915, serviu de pretexto para uma lúcida explicação do próprio Paul Valéry. Segundo o poeta de *Charmes,* a Poesia pura seria aquela que resultasse da supressão dos seus elementos prosaicos, quer dizer, de tudo aquilo que pudesse ser dito, sem prejuízo, em prosa: tudo quanto pertencesse ao plano da História, da Filosofia, da lenda, da anedota, da moralidade, que, portanto, existindo por si mesmo, sem o concurso essencial do ritmo, não é em verdade Poesia. E esclareceu Valéry que essa espécie de Poesia seria apenas um rumo, um roteiro, uma orientação, porquanto sua total realização era de uma impossibilidade quase absoluta. Como se sabe, a Poesia de Valéry não é uma "mistura": é uma "combinação química". Aliás, segundo comenta Bowra, Valéry, que optara por Apolo contra Dionisos, sendo o poeta hiperconsciente de Marcel Raymond, era o mais notável exemplo de fusão, na Poesia, entre os impulsos intelectuais e os emocionais, e assim, nos êxitos como nos malogros, sua obra é um padrão pelo qual os poetas de hoje podem medir a sua própria Poesia. Talvez não tenha sido grande sua influência direta na Poesia contemporânea, pela singela razão de que sua linguagem raramente adquire aquele tom familiar que permite ao leitor sentir-se tão à vontade que possa deixar a leitura correr e apreender os entretons das palavras. O problema ainda se torna mais complicado pelo fato de que Valéry, como autêntico francês, raramente emprega qualquer expressão obscura, e, frase por frase, é de uma clareza que agrada ao espírito, e, não obstante, o autor de *La Jeune Parque* conseguiu escrever, como já foi dito com propriedade, "o mais obscuro poema da língua francesa". É impossível dar uma resposta breve e clara à pessoa que perguntar: "E por que isso?" Aqui cabem as perguntas que Charles Morgan formula no seu ensaio sobre a herança do Simbolismo. Por que homens da pureza estética de Rilke, da integridade intelectual de Valéry, do poder imagi-

nativo de Yeats, foram tantas vezes levados ao que, para o leitor comum, parece obscuridade intencional, e como sucedeu que Stefan George se encontrasse, por fim, em condições de ser aclamado como líder poético pelos nazistas, cujo fanatismo era a completa negação do ideal que fora a fonte da poesia dele? E por que tantos poetas de 20 e de 30, homens profundamente sinceros e dotados de intuição poética, nos dão a impressão de escrever acorrentados, numa agonia frustra, como atormentados por uma espécie de gagueira espiritual? "Se existir, nas respostas a essas perguntas, algum elemento comum, ele será uma chave, não só para as dificuldades intrínsecas da Poesia, senão também para o alheamento da Poesia ante a vida contemporânea". O Simbolismo procurou, até certo ponto, dar essa difícil resposta: procurou estabelecer o contado entre o poeta e o leitor por meio de símbolos. "Os símbolos", esclarece Morgan, "devem exercer sobre o leitor uma influência associativa e, portanto, evocativa; eles não terão essa influência, a não ser que agitem no leitor reminiscências íntimas e profundas, Recordemos que Baudelaire falava de *forêts de symboles* que miravam o homem *avec des regards familiers*. Se os símbolos deixam de ser *familiers*, se em menos de um século os símbolos do Cristianismo e os do Classicismo abandonam a consciência do homem, a Poesia fica privada dos meios primitivos de comunicação e precisa descobrir novas expressões. Assim, Rilke inventou uma terminologia e Valéry, outra; Yeats recuou até às lendas irlandesas; e os seus sucessores, buscando símbolos que não se divorciassem da vida moderna, encontraram-nos nas máquinas, Apenas as máquinas não são *familiers* no sentido baudelaireano. A maioria dos espíritos ainda vê a máquina objetivamente; "nenhum princípio universal nos é lembrado pelo seu nome nem pela sua natureza". Isso perturba a "associação" e impede a "compreensão" do público. E nesse fenômeno reside, sem dúvida, como observa o romancista inglês, a dificuldade fundamental dos poetas modernos, herdeiros do Simbolismo. A decadência dos antigos símbolos lhes impôs a dupla tarefa de exprimir-se e de criar os meios de expressão. Alguns abordam o problema através de uma luta gigantesca para superá-lo – Valéry pela penetração intelectual, Rilke pelo supremo desprendimento, numa ascensão a alturas de onde possam ver a terra na integração de um mapa; Yeats, pelo encantamento e pelo uso de lendas ainda não tornadas inteiramente vulgares. Outro caminho foi desbravado por Alexander Blok,

com as circunstâncias especiais de sua vida. E ainda outro por Stefan George, que tentou ligar os ideais simbolistas com a vida, isto é, desejando o impossível: que o ideal lançasse âncoras na realidade... Daí os equívocos e as tristezas que a sua atitude causou.

Todos esses problemas, cuja meditação nos foi suscitada pelo ensaio de Charles Morgan, são ainda problemas sem solução, porque são problemas de ontem, de hoje e de amanhã, problemas de todos os tempos, uma vez que da essência mesma da própria Poesia, isto é, no pensamento de Valéry, da captura da hidra poética... Mas não resta dúvida que no balanço final o saldo a favor do Simbolismo é considerável: sua influência chegou até nós. Suas mensagens eram "cifradas", não há dúvida. Mas houve – Deus louvado! – quem as entendesse. É sempre assim: as cartas em Chinês também nos parecem ilegíveis e, no entanto, há muito quem as leia e entenda... Esse fato encerra uma lição de humildade. Nossa incompreensão diante de certos poetas é completa. Entretanto o defeito não está neles, mas em nós...

O SIMBOLISMO NO BRASIL

O Simbolismo chegou ao Brasil por volta de 1893; talvez um pouco antes. Estávamos em pleno esplendor do Parnasianismo. Alberto de Oliveira publicara os *Poemas e Sonetos* em 1886; *Versos e Versões* de Raimundo Correia haviam aparecido em 1887; e no ano seguinte, 1888, Bilac publicava *Poesias*. Só em 1893 Cruz e Sousa, reagindo corajosamente contra os parnasianos, publica *Broquéis*. E em 1901, representando já uma reação organizada e deliberada contra a poesia vigente, surge o primeiro número da revista *Rosa Cruz*. Começava, pois, a rebelião que havia de ser tão tumultuosa e efêmera. Não obstante houvesse quem considerasse o Simbolismo um simples equívoco, como Bernardo Fay, a escola nova surgiu com grande ímpeto e com muito barulho.

Afrânio Peixoto relembrou, certa vez, na intimidade desta Academia, que em 1900 "alguns arroubados e tontos haviam importado da França a moda nova do Simbolismo".

> No Sul, Cruz e Sousa, Dário Veloso, Emiliano Perneta, Silveira Neto. No Rio, Félix Pacheco, Pereira da Silva, Oliveira Gomes, Mario Pederneiras,

> Gonzaga Duque, Carlos Dias Fernandes, Castro Meneses; em Minas, Alphonsus de Guimaraens e seu irmão Archangelus; no Norte, Júlio Afrânio, que compunha uma *Rosa Mística* em cinco cores, impressa em Leipzig, num poema em que, como as vogais de outro maluco, os sentimentos e o ambiente musical vão governando as cores do papel e os tons dos vocábulos"...

Eram todos absolutos. Não tinham uma idéia: tinham uma fé. Pereira, no fim da vida, considerava essa "arremetida" "violenta", "excessiva mesmo", mas se orgulhava de ter pertencido a essa "ordem dos Templários do Sonho..." Esses homens de letras, esses místicos envelheceram; mas, no fundo, o simbolista continuava... Baudelaire – diz Afrânio Peixoto – era o deus da adolescência que ressurgia em todos: estava a cavaleiro de duas correntes literárias: era o primeiro simbolista e era o último parnasiano. Baudelaire era o ar, para os simbolistas. Mas, no Brasil, a preocupação de liberdade e mistério que caracterizava o movimento subversivo da poesia trouxe grave perturbação aos claros espíritos formados na disciplina parnasiana. O Simbolismo era considerado hermético e louco. Tão difícil, tão esotérico, tão obscuro, que havia um "Dicionário" especial, para dar aos leitores a chave dos impenetráveis segredos das suas poesias... Os espíritos mais lúcidos estacaram perplexos diante da nova escola. Veríssimo não a entendeu nem a aceitou. O que não causa espanto, quando se recorda que Eça de Queirós, tão informado e sensível, tinha um sagrado desprezo pelo movimento, na hora mesma em que este produzia na França poetas como Verlaine, Rimbaud e Mallarmé... Sainte Beuve não identificou o gênio de Baudelaire. Anatole France subestimou a poesia de Mallarmé. E Benedetto Croce, na sua *Estética,* nem sequer citou o nome de Baudelaire. O Sr. Luiz Edmundo, ao fazer a crônica do Rio de Janeiro do seu tempo, tão viva e desabusada, evocando "as hostes novas da nossa Literatura", dá-nos do Simbolismo uma imagem anedótica e caricatural, mas, além de interessante, útil à compreensão da mentalidade da época. Era tal a idiossincrasia dos velhos boêmios literários de então diante da escola nova, que o poeta Raul Braga ao entrar no Café Paris, do Largo da Carioca, ouvindo pronunciar numa roda de escritores jovens os nomes de Baudelaire, Verlaine e Rollinat, conserta os punhos, conserta o bigode, conserta o pigarro, olha de soslaio para a mesa da esquerda, e grita, mostrando três dedos:

– Três idiotas! Decorem: três idiotas! Prefiro Dr. Victor Hugo, do Santos Maia. Vocês andam com a cabeça cheia de *Mercure de France*. *Le simbolisme*... Pluff!

Havia nos arraiais simbolistas algumas figuras realmente cômicas e irritantes na sua intolerância subversiva. Gustavo Santiago era uma delas. Filho de um negociante português e educado em Coimbra, Gustavo Santiago, de quem João do Rio nos dá um singular retrato em *O Momento Literário*, era o poeta do *Cavaleiro do Luar*, comia saladas de violetas com azeite e vinagre, pregava o novo credo e desancava os "velhos":

> O que eles querem, afinal, é o *status quo*, a convenção de fórmulas que o tempo e um uso imoderado tornam antipáticas e sediças. Pode-se mais admitir, pelos dias que correm, o respeito pelos adjetivos com a acepção rigorosa do dicionário, o número de sílabas de um verso concordando com a métrica do Castilho, o pronomezinho levado a sério só para não dar dores de cabeça ao Dr. Hemetério dos Santos, um homem que até parece que ficou preto de estudar gramática? Detestemos, por princípio, a mecânica das coisas. Nada de literatura de peso e de medida, observando regulamento e estabelecendo horários, como os das estradas de ferro. Fora a poesia da consoante de apoio, do hemistíquio, do ritmozinho certo, da estrofe recortadinha, facetadinha e torcida como uma rosca de tostão, feita para a delícia do paladar do burguês que pensa devagar e não muda, nunca, por burrice ou por hábito!

Fagundes dos Santos, autor de um poema intitulado "Dona Urraca", ao entrar na Livraria Garnier, pergunta misterioso:

– Um sujeito vesgo e tolo, que acode pelo nome de Bilac, ainda tem a mania de publicar versos nos jornais?

Essa irreverência, essa intolerância, essa fúria iconoclasta – tal como havia de suceder, muito mais tarde, com os modernistas... visava deliberadamente os membros mais ilustres desta Casa. Orlando Teixeira persignava-se ao encontrar José Veríssimo... Carlos Dias Fernandes escrevia um artigo demolidor contra a glória de Coelho Neto... Félix Pacheco, na *Rosa Cruz,* atirava-se, simultaneamente, sem hesitação e sem pena, contra o autor severíssimo da *História da Literatura Brasileira*, "com a abundante parlapatice de

sua crítica irrisória, fútil, rusguenta, nariguda e fanhosa"; contra Medeiros e Albuquerque, "estudioso cientista e esperançoso literato"; contra "as confusões e os erros" de Sílvio Romero –, contra "todos os medalhões da Academia Brás Cubas", em suma...

Saturnino Meireles, numa carta a Maurício Jobim, declarava tranqüilamente: "Se eles tiverem a audácia de inaugurar o busto da azêmola do Casimiro no Passeio Público, juro-te que me suicidarei de vergonha e asco". Soara a hora subversiva da deposição dos ídolos. A sublevação dos espíritos era ruidosa. Todos os deuses antigos seriam derrubados! Os do país e os do estrangeiro! Todos... E em lugar de Hugo, de Leconte de Lisle, de Banville. vinham, gloriosos e felizes, Baudelaire, Verlaine, Rimbaud. Mallarmé, Maeterlinck... No Olimpo indígena as substituições se faziam com simplicidade: em lugar dos grandes parnasianos da Academia –, de Raimundo, Alberto, Bilac – instalavam-se nos altares novos ídolos – Cruz e Souza, Luís Delfino, Alphonsus de Guimaraens. Como a batalha era violenta e indiscriminada – uma espécie de "guerra total" da Literatura – os grandes iconoclastas não poupavam ninguém, e nas suas arremetidas demolidoras atiravam-se até – coisa curiosa! – contra o próprio crítico oficial do Simbolismo, o velho Nestor Vítor, "com a sua propaganda negativa, trapalhona e mal feita"... Singular destino o deste lúcido e honrado crítico do Simbolismo: mestre sem discípulos, foi negado e desprezado por todos aqueles que considerava seus filhos espirituais, e de nenhum deles recebeu em vida a homenagem, já não digo de uma admiração irrestrita, mas ao menos de uma gratidão efusiva e sincera. Vingava-se ele com a sua frase habitual:

– Coitadinho do Félix... Coitadinho do Cruz... Coitadinho do Baudelaire...

Aliás, os simbolistas brasileiros tratavam com grande rudeza, também, os maiores simbolistas portugueses, como Eugênio de Castro. Lopes Vieira e outros, cujo "ridículo decadismo" "havia inspirado tantas e tantas coleções de sandices, em prosa e verso"... Depois de atacar a "frívola bacharelice" de Eugênio de Castro, que o Sr. Carlos Dias Fernandes declarou ser um louco sem ritmos e sem inteligência", o diretor da *Rosa Cruz* escreve um artigo contra Jean Moreas, a quem chama de "medíocre cintilante e fidalgo"... O aparecimento, em 1901, da revista *Rosa Cruz* (saiu o 1.º número da fase ini-

cial em junho e o 4.º em setembro do mesmo ano; na segunda fase saíram mais alguns números: junho, julho e agosto de 1904), marcou a etapa de mais viva combatividade do grupo metropolitano do Simbolismo. Colatino Barroso, em 1896, entretanto, já fundara um grande núcleo revolucionário: "Os novos". Tivera uma revista efêmera: A *Tebaida* – e deitara manifesto, e fizera programas... Depois foi que surgiu o grupo da *Rosa Cruz,* que era o P. C. do Simbolismo brasileiro. Félix Pacheco, líder do grupo, malgrado sua precoce austeridade, freqüentava o *Antro,* república de escritores e poetas da corrente nova (Carlos Dias Fernandes, Tibúrcio de Freitas, Saturnino Meireles, Nestor Vítor). Na revista *Rosa Cruz,* dirigida por Saturnino Meireles, cujo ídolo de permanente e entusiástica devoção era Cruz e Sousa, que já havia morrido, escreveram – nos seus efêmeros mas gloriosos quatro meses de circulação da primeira fase – os seguintes poetas e escritores: Saturnino Meireles, Carlos Dias Fernandes, Maurício Jubim, João Barreira, A. S. Castro Meneses, Cabral Alencar, Luís Delfino, Félix Pacheco, C. Tavares Bastos, João Andréia, Colatino Barroso, Rafaelina de Barros, Alphonsus de Guimaraens, Paulo Silva Araújo, Amadeu Amaral, Miguel Melo. Pereira da Silva freqüentava a redação, apoiava a turma da revista, mas nos primeiros tempos não publicou nada nas suas páginas, só iniciando sua colaboração na segunda fase (em julho – "Maurice Maeterlinck" (prosa) e "Segunda voz" (soneto); em julho – "De interna consolatione..." (prosa) e "A outra luz" (soneto); em agosto – "Adoração". Vale a pena transcrever duas páginas dessa época: (*)

SEGUNDA VOZ

Não há de ser de espírito infecundo
Que hás de alcançar a Terra Prometida
(Esta verdade mais vejo incendida
Quanto mais em meu ser penetro a fundo.)

(*) Devo aqui uma palavra cordial de agradecimento a Carlos Pontes e Carlos da Silva Araújo pelas informações exatas e minuciosas que me deram sobre a 2.ª fase da revista *Rosa Cruz*. Os sonetos que transcrevo me foram copiados por Carlos Pontes.

É preciso ter luz, o olhar profundo,
O olhar que as próprias trevas intimida,
E contemplar dos ápices da vida
A vida, o mundo, e a um tempo a vida e o mundo.

É preciso, sem nada que conforte,
Ser sempre o ser por entre a vida e a morte,
A luz e a treva, os loiros e os abrolhos...

É preciso, nas chamas da loucura,
Subir a tal altura, a tal altura,
Que tudo fique luz diante aos olhos.

A OUTRA LUZ

Além da lua, além do sol que assiste
Todos os sóis pelo infinito afora,
Outra luz há também fecundadora,
Apesar de tão pálida e tão triste...

Esta não tem fulgor de lança em riste,
Nem tons de ocaso ou flâmulas de aurora;
Mas uma outra feição tão cismadora
Que nem no mundo sthereal (*) existe.

Ela aparece, às horas singulares,
Aos olhares, aos únicos olhares
Dos Mártires dos íntimos martírios...

Só o sábio a conhece e o poeta a sente;
Que ela é quem muda luminosamente
Todas as suas lágrimas em lírios.

(*) Erro tipográfico? Será sideral? Ou etheral? Os simbolistas eram preciosos e difíceis...

Além de versos e artigos originais, o órgão oficial dos simbolistas transcrevia habitualmente poemas de Cruz e Sousa, páginas de Raul Pompéia, prosa e verso de Verlaine, Mallarmé, Maeterlinck, Tristan Corbière, Rimbaud, Peladan, além de uma página de Nietzsche e um ensaio de Maurice Bidgeon sobre Ibsen. Os simbolistas paranaenses também tiveram sua revista, *O Cenáculo.* Mas de importância meramente local e medíocre projeção literária. Em Belo Horizonte, igualmente em 1901, surgiu uma revista do gênero: *Minas Artística,* que tinha como diretores Horácio Guimaraens, Edgard da Mota, Alfredo Sarandi, Álvaro Viana e Carlos Raposo. Deu três números e morreu. Mas, em 1902, Álvaro Viana faz nova tentativa, lançando uma revista de poesia – *Horus,* na qual colaboram os poetas – e só poetas! – Jacques D'Avray, Alphonsus de Guimaraens, Villy Reichardt, A. Batista Pereira, Guerra Duval, Padre Severiano de Resende, Edgard da Mota, Archangelus e Horácio Guimarães. Outras revistas menos significativas e ainda mais efêmeras surgiram no Rio: *Vera Cruz,* de Neto Machado, Oliveira Gomes e Austregésilo, *A Máscara, Delenda Carthago, A Meridional,* de Elísio de Carvalho, *Ateneida,* de Trajano Chacon e a *Revista Contemporânea* de Luís Edmundo, que teve vida mais longa, atingindo em 1901 o seu 3.º ano de existência. Os títulos das revistas, a sua multiplicidade e a contradição dos seus programas, são índices claros da geral confusão existente. Todas elas, porém, têm um traço comum que as identifica: o espírito insurrecional. São órgãos de combate e demolição...

Outro fato singular que caracteriza a época: a originalidade da apresentação gráfica dos livros: *Rosa Mística,* de Júlio Afrânio, tem na capa as cores do arco-íris... *Manchas,* de Antônio Austregésilo, trazem no frontispício manchas negras de marcas digitais. Estácio Florim faz um livro – *Lua-cheia* – mas não acha quem o imprima, pois deseja dar-lhe uma forma lunar, com os versos formando círculos... Cardoso Junior pensa publicar o "Primeiro soneto" em quatorze largas páginas – cada uma com um verso apenas... São as exterioridades frívolas e inconseqüentes do movimento. Nada significam.

Contudo, o entusiasmo é caloroso e unânime. E os revolucionários, mais para hostilizar os chefes parnasianos do que por outro motivo, elegem um Príncipe dos Poetas Brasileiros: Luís Delfino. A festa é ruidosa e solene, no Teatro Apolo, mas o discurso oficial não o faz um poeta, senão o velho Rocha Pombo, que é historiador... Entretanto, os poetas, em delírio, aclamam

o Príncipe, que recebe as homenagens um pouco contrafeito e encabulado: – Vitória! Vitória! Vitória!, gritam todos.

Curiosa contradição do movimento, que se repetiria mais tarde com a revolução surrealista: apesar da sua índole aristocrática, os simbolistas lêem Marx, Bakounine, Krotkmine –, e enfaticamente falam em reivindicações sociais... Eles não querem só a revolução literária, desejam também a revolução social. Mas, no fundo, todos são apenas essa coisa bela e simples, incomparável e indefinível: poetas... Nunca fizeram mal a ninguém. Nem mesmo os parnasianos, que continuavam a passar muito bem, obrigado, gozando de boa saúde e fazendo versos impecáveis.

Apesar do ímpeto e do barulho, porém, o Simbolismo, confessemo-lo francamente, foi, como disse o Sr. Carpeaux, uma revolução malograda. Dele restaram, além de uma difusa influência, obscura e vaga, três ou quatro grandes poetas inesquecíveis: Cruz e Sousa, Alphonsus de Guimaraens, Mário Pederneiras, Marcelo Gama... Os outros, ou regressaram ao Parnasianismo, ou foram devorados pelas exigências cotidianas da vida, ou caminharam, os pós-simbolistas, para o modernismo... Para três rumos seguiram, portanto, os remanescentes do Simbolismo: o Parnasianismo, o Neo-romantismo, que teve uma variedade cotidiana e intimista de grande força encantatória, e, muito mais tarde, a revolução modernista. E bem apuradas as coisas, nos melhores poetas dos três grupos sentem-se ainda as influências do Simbolismo nítidas e fortes.

O Simbolismo brasileiro teve quatro ou cinco áreas de influência, aglutinando poetas e escritores de valores muito desiguais: a área paranaense, cuja importância foi medíocre do ponto de vista da criação poética, mas que teve incontestavelmente importância histórica e certa influência em diversos centros literários do país, com Emiliano Perneta, Dário Veloso, Nestor Vítor e a fase inicial de Pereira da Silva; a área metropolitana, que gravitou em torno do nome de Cruz e Sousa, apesar de já falecido, com o grupo da revista *Rosa Cruz*, e com projeção em muitos Estados; a área mineira, onde havia um reduzido grupo secundário, mas que o grande Alphonsus de Guimaraens, sozinho, encheu, com a magia de seu estro, embora permanecendo calado e obscuro, entre suas melancólicas montanhas de Mariana; e a área mais recente, que poderíamos chamar da segunda geração simbolista, que muito deve também ao Parnasianismo, e que, sob certos aspectos, é mais importante que

as outras, compondo-se de dois núcleos: o do *Fon Fon*, chefiado por Mário Pederneiras, Lima Campos e Gonzaga Duque, e ao qual pertenceram Olegário Mariano. Ronald de Carvalho, Álvaro Moreyra, Eduardo Guimarães. Felipe d'Oliveira, Homero Prates, Rodrigo Octavio Filho; e o dos independentes, que não formavam grupo organizado, mas que era constituído de algumas figuras muito significativas: Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Murilo Araújo, Cecília Meireles, Onestaldo Pennafort, Tasso da Silveira. Mais jovens do que os simbolistas da primeira hora, e mais felizes do que eles, esses poetas revelaram maior capacidade de duração e sobreviveram aos que fundaram a escola no Brasil.

Mas – é o caso de perguntar – por que teve tão curta vida, e tão precária, o Simbolismo entre nós? Por motivos compreensíveis e explicáveis, sobretudo de ordem psicológica. Nós, brasileiros, somos, por formação e temperamento, naturezas inclinadas à extroversão. Só dificilmente, e por exceção, nos poderíamos aclimar àquela atmosfera de penumbra e de mistério, de recolhimento e espiritualidade, de introversão, em suma, que foi o Simbolismo.

O legado psicológico, que nos veio de Portugal, pelo sangue e pela formação, foi o da extroversão nacional. Destarte, defeitos e qualidades, em nossa Literatura, decorrem em grande parte dessa velha herança de família.

Assim como a Literatura portuguesa, na observação agudíssima de Castelo Branco Chaves, é pobre em valor humano, a Literatura Brasileira sempre padeceu da mesma deficiência.

A nossa Arte tem vivido, como a portuguesa, "das oscilações das circunstâncias; tem, pois, um sentido condicional e aleatório", resultando daí a sua "fraqueza substancial e o seu débil valor humano", o que também aconteceu do outro lado do Atlântico. O nosso gênio – como o do povo que nos formou – "é incerto, hesitante e vazio; inclinado à exterioridade, à superficialidade". Disso decorre a facilidade com que, como os portugueses, aprendemos, imitamos e adaptamos, e também daí provém a nossa ausência de originalidade e profundeza. Vivemos, como os portugueses, "do eventual", "sujeitos à sua oscilação e caprichos", conduzidos ao sabor da corrente, fascinados pela diversidade das aparências, fluindo com as idéias e as formas que fluem. Tudo efeito da nossa vocação espiritual para a extroversão, a ciclotimia. Aplica-se ao brasileiro a aguda observação de Kayserling a propósito do por-

tuguês: somos dos povos que mais facilmente se exprimem em línguas estrangeiras e talvez o que põe mais cuidado e obtém maior êxito em as falar com propriedade e correção de pronúncia... Essa característica luso-brasileira dá bem a medida da nossa extroversão e da nossa ausência de originalidade. Os povos de personalidade forte – mais capazes de vida subjetiva e profunda, quando sabendo acautelar as prerrogativas essenciais da sua vida interior – só se sabem expressar bem na sua própria língua, que é a única que modela e representa a força intraduzível do seu ser. São assim o espanhol, o inglês, o francês. Entre nós, também, como em Portugal, a cultura nem sempre é uma síntese e uma fusão de conhecimentos. A nossa concepção de Cultura é a de que o conhecimento é uma aquisição e acumulação de fatos e doutrinas que são a "última palavra" no estrangeiro. O brasileiro é em geral bem informado e erudito, mas raramente culto, no sentido autêntico da palavra. De tudo isso nasce a nossa ostensiva predileção pela Filologia, pela História, pela Sociologia, pela polêmica sarcástica e fácil. Falta-nos a resistência interior "que singulariza o caráter, lhe dá a individualidade inconfundível que se projeta em novas formas de arte e em originais concepções do Universo". Falta-nos, por isso também, até certo ponto, força dramática e criadora". E assim se explica a nossa inaptidão para as formas abstratas do pensamento, para a introversão e para o subjetivismo. Tal fenômeno, de verificação cotidiana, torna singulares, entre nós, figuras como Machado de Assis, Farias Brito, Pereira da Silva – homens, todos os três, que viveram fechados dentro de si mesmos, em subterrânea introversão, o que prova o perigo das generalizações, como a do Sr. João Gaspar Simões, que considera o brasileiro absolutamente incapaz de interiorização e abstração. Acha o ensaísta português que nós não podemos aspirar a um amadurecimento das faculdades de observação psicológica a que só um europeu, de certo modo, pode aspirar. Já vimos que o Sr. Castelo Branco Chaves rechaça essa tese porque coloca os portugueses, apesar de europeus, na categoria linear de extroversão em que o Sr. Gaspar Simões situa os brasileiros. É falso, pois, generalizar a noção da incapacidade do escritor americano (e não só o brasileiro) para descer ao fundo da alma humana no que nela há de mais complexo, pois o Brasil já deu um Machado de Assis, um Graciliano Ramos, um Cornélio Pena, um Otávio de Faria, um Cyro dos Anjos, um Lúcio Cardoso, uma Clarice Lispector, que são um desmentido

formal e irrespondível à tese do Sr. João Gaspar Simões. O erro, porém, está, apenas, na generalização. Como já dissemos, essa incapacidade, fruto da nossa extroversão nacional, é tanto brasileira como lusa, mas comporta exceções ilustres, quer na ficção, quer no pensamento puro, quer na Poesia. Em todo o caso, é essa tendência à extroversão, tão caracteristicamente brasileira, que explica o fenômeno do precoce malogro do Simbolismo, que teve vida breve e influência muito limitada no Brasil, por ser um movimento de índole subjetiva e, pois, de introversão. E é esse extremado objetivismo, essa unânime extroversão que explica por sua vez a vitória e a duração do Parnasianismo, simetricamente colocadas ao lado da débil repercussão e da rápida morte do Simbolismo entre nós. Seria talvez justo, de passagem, acentuar a utilidade que teve a disciplina parnasiana, de certo modo, no meio da nossa vocação romântica para a exuberância e o excesso: os poetas e escritores que fizeram seu estágio no soneto prussiano, recolheram boas lições de contenção e equilíbrio, e aprenderam a dominar o demônio da facilidade, tão perigoso e traiçoeiro nas terras cálidas do trópico... Todos os escritores, no Brasil, nos últimos quarenta anos, com exceção de Euclides da Cunha e José Veríssimo, surgiram invariavelmente com um soneto parnasiano. Todos, mesmo os bissextos, como diz o Sr. Manuel Bandeira, tinham seu soneto célebre... Mas seria desarrazoado negar utilidade a esse fenômeno literário. O soneto era, na vida dos nossos poetas uma ginástica utilíssima: dava-lhes agilidade e firmeza. Não podendo ingressar na vida civil das letras sem o serviço militar obrigatório do soneto, os nossos poetas começavam a sua carreia exercitando se em algumas práticas salutares: freqüentando o *Dicionário de Rimas* e aprendendo a contar sílabas pelos dedos. Resultado: enriqueciam o vocabulário e se habituavam a respeitar as leis do ritmo. Esse exercício concedia-lhes, além de tudo, outro proveito: libertava-os das seduções perigosas do desleixo formal e vernáculo, que, comprometendo muitas vezes a estrutura do verso simbolista, tanto tem prejudicado as últimas gerações, cuja formação nada deve evidentemente ao soneto. O soneto, nem tenham dúvida, como composição literária, era um exercício necessário ao aprendizado das letras. Devia até ser ensinado nas escolas, para que os nossos meninos aprendessem a amar a grave beleza da síntese e do ritmo. O soneto é uma severa lição de contenção, de equilíbrio, de compostura formal. Quem o pratica aprende a escrever com decoro e

comedimento. Muita falta, por esse lado, ele tem feito aos poetas de hoje. Mesmo porque a aparente facilidade do verso livre é diabolicamente difícil – além de traiçoeira... Contudo, em virtude do seu uso e abuso, nos bons velhos tempos do Parnasianismo, ele ficara literalmente desmoralizado. E passou a ser considerado uma praga literária. Porque grassava em todo o pais, de norte a sul, com caráter nitidamente epidêmico. Mas nem por isto foi desdenhado pelos simbolistas, que se armaram cavaleiros para combater "o colapso da sensibilidade" do Parnasianismo, conduzindo na sua panóplia a arma favorita dos seus adversários...

A OBRA DO POETA

Num país de prodigiosas precocidades literárias, Pereira da Silva foi um poeta sem pressa. Deu-nos o seu primeiro livro – *Vae Soli* – aos 27 anos de idade, e só 15 anos depois, aos 42 portanto, publicou o segundo – *Solitudes.* Como explicar tão longo hiato de mutismo? O primeiro livro, de repercussão muito limitada e discreta, não dera ao tímido Pereira da Silva uma sensação de segurança tranqüila e serena para prosseguir... Depois, deviam juntar-se a este motivo de ordem literária os motivos de ordem pessoal, que atormentaram terrivelmente a vida do poeta nesses três lustros sombrios de pausa. A publicação de *Solitudes,* porém, equivaleu a uma autêntica consagração: o livro foi unânimemente saudado pela crítica como um dos maiores e mais significativos do seu tempo. E o poeta, que até então vivera ignorado, curtindo em silêncio a amargura da sua solidão e da sua obscuridade, conheceu um instante festivo de glória. Isto, aliás, não o comovia, nem o perturbava, porque ele mesmo já dissera num poema:

Senhor meu Deus! não move minha pena,
Vós o sabeis, o impulso da vaidade.
A glória deste mundo é bem pequena,
E não nasci para a imortalidade...

Mas, depois desse livro feliz, Pereira da Silva não pára mais e publica com regularidade sistemática, um livro de dois em dois anos: em 1919 dá-nos o *Beatitudes*; em 1921, o *Holocausto;* em 1923, o *Pó das Sandálias.* Só então

sobrevém na sua atividade uma outra pausa de silêncio: *Senhora da Melancolia* surge em 1928, e inaugura uma nova fase na vida do seu espírito. Por fim, em 1940, publica Pereira da Silva o seu último livro: *Alta Noite*. Dois volumes inéditos deixou ele: um contendo dois poemas – "Os homens de Deus" e "Milagres de Cristo"; o outro, mais dois: "Intranqüilidade" e "Meus irmãos, os poetas".

O seu livro mais importante, e o mais típico e significativo, foi o segundo: *Solitudes.* Embora *Vae Soli* não tenha tido maior repercussão, o poeta já revelava nele todas as suas "constantes líricas", e as qualidades fundamentais do seu espírito: a melancolia, o pessimismo, aquele brumoso e desconsolado subjetivismo que o acompanhou por toda a vida. Nessa obra Pereira da Silva, muito identificado então com os simbolistas paranaenses, além de utilizar com assiduidade o *argot* poético da moda, a que foi fiel, aliás, até os seus últimos poemas ("D. Mística", "D. Morte", "D. Melancolia", "D. Palidez", "Santa Tristeza", "Soror Mágoa", "Senhora da Melancolia", etc.), tenta, embora com discrição e timidez, o verso livre, pelo qual nunca teve, de resto, o menor entusiasmo. Pereira da Silva fez transfusão de alguns poemas, os mais marcantes, de *Vae Soli,* no *Solitudes,* o que, como já assinalei, a crítica não percebeu.

Solitudes é, sem a menor duvida, o ponto mais alto da obra do poeta. É aquele em que encontramos, na sua plenitude, a complexidade interior do grande introvertido que ele foi: a inadaptação, o desajustamento, a marginalidade, o mistério subterrâneo do seu ser noturno e inquieto. Da sua paisagem interior nos dá este livro uma imagem fidelíssima, carregada de pesadas sombras, onde o instinto da morte está sempre presente. Pereira da Silva descreve com insistência e certa voluptuosidade o fenômeno da destruição e do renascimento na germinação da terra:

Se a Morte é sempre um véu que o gênio descerra
A Vida é o mesmo pó e a terra atrai a terra.
Oh! Bendita atração! Bendito amor fecundo
Que nos faz renascer no amor do mundo!

Depois, mostra-nos o que é para ele o espetáculo da vida:

Noite... sombra... silêncio... indefinida
angústia imponderável pelo ambiente.
Penso, em meu leito, como um ser inconsciente:
– Mais um dia de menos para a vida...

Com que melancolia fala da tristeza de pensar!

Oh! A tristeza amarga de quem pensa!
– O Tédio, o Spleen, *o ideal – doença da vida*
Poe, Baudelaire, Leopardi! Vossa doença!

Tocado de dúvidas e incertezas, esse manso pessimismo niilista, que tudo nega e destrói, é a nota invariável deste livro:

Que comigo nasceu e anda comigo.

É essa a tonalidade geral do livro: solidão, negação, sombras noturnas, tristezas... Solitudes do espírito, solitudes da vida, solitudes do coração, solitudes da natureza... E todas essas solitudes, em última análise, se resumem numa única, que é a maior e mais cruel na vida do poeta: a solitude do amor. Abandonado e só, ele vê para a sua vida uma única solução – a morte, que é o único bem:

És o único bem: tal me apareces:
Sonho... sono... silêncio... solitude...
Bendita sejas tu que te ofereces,
Morte, depois de tudo quanto ilude!

Coube-lhe, na partilha do amor, o quinhão mais amargo: o sofrimento. Mas o sofrimento, no pensamento machadiano, é ainda a melhor parte da vida. O mal do amor, "que só no amor tem cura", é fonte inestancável de poesia para o poeta. No tesouro do seu coração o poeta guardou essa grande dor, pungente e grave, e transformou-a em Poesia. Foi o seu milagre – e foi a sua evasão e consolo. O livro que se segue a este, o *Beatitudes,* publicado em

1919, é talvez menos denso, menos profundo, menos homogêneo que o *Solitudes.* Mas tem sobre este uma vantagem: é também menos opressivo. E é mais variado, mais permeável. Não há, nele, porém, propriamente *beatitude:* o que há é ainda dúvida e tristeza. Poeta elegíaco, o seu terceiro livro mantém-se ainda na mesma atmosfera de dor, desengano e melancolia.

Bem vos compreendo, seres sensitivos,
Que interrompeis vosso caminho diante
Dos trechos, doces como lenitivos,
De um harmonium *de cego mendicante.*

.....

Bem vos compreendo a vós almas votadas
Às emoções e concepções extremas,
Que jamais conseguistes realizadas
Nos vossos dramas ou nos vossos poemas!

Bem vos compreendo, corações amigos,
Irmãos gêmeos nas mesmas desventuras,
Mágoas iguais, idênticos perigos,
Desilusões presentes e futuras!

O poeta, aí, começa a sentir-se envelhecer, e o travo dessa verificação torna-lhe ainda mais amarga a alma:

Hoje, olhei-me no espelho! Que mudança,
De desenho e feições a do meu rosto!
Que fácies cavo, magro, decomposto
E diferente do que tinha em criança!

Como o tempo é minaz, a vida cansa
E ficamos no mundo a contragosto,
Sentindo o próprio corpo mal disposto
E perdendo em nós mesmos a confiança!

Como nos punge, no declínio morno
Do nosso Dia, ver a vida em torno
Arder nas mesmas chamas imortais!

Que contingência a de ficar-se velho,
Pressentindo que um dia, à luz do espelho,
O nosso olhar não nos conhece mais!

Introvertido que não sai jamais de si mesmo, ele, que afirmou certa vez a poesia não estar nas coisas, mas em nós, confessa no seu "Noturno":

Noite. Cidade quieta, adormecida.
Ando comigo. Nenhum circunstante.
Faz-se a rua mais longa, mais distante
Mas deliciosamente indefinida...

Como me sinto d'alma comovida
A cada sombra que se estende diante!
Meu passo incerto – passo de passeante,
Cansado de passar por esta vida!

Vou meditando: Como a sorte é rude,
A alma sem fé, o corpo sem saúde,
O coração um desengano lento!

E a todo instante minha sombra ao lado.
Parece viva do meu pensamento!...

E dirá, adiante, descrevendo a *Introspecção:*

Dia sem luz. Minh'alma retransida
De dor pressente a angústia do Futuro
Ao contemplar, como num poço escuro,
Sua própria miséria refletida...

Deus dos destinos! quanto mais procuro
Sondar tua justiça indefinida,
Razão de ser do Mundo, fins da Vida,
Menos te entendo ou mais me sinto obscuro!

Dir-se-ia que nascemos, nós, os poetas,
Para imanentes, íntimas, secretas
Ânsias de um Ser-Criador a tudo atento.

E como Deus, só Deus, alcança o incriado,
Acaba o nosso estéril pensamento
Sucumbindo num cárcere fechado...

A ternura pela imagem materna – seu único e fiel amor de toda a vida – ele a exprime neste soneto:

Certo não quis o espírito divino
Dar-me a ventura de uma companheira.
Nascido só, vivi desde menino
Sem alma irmã, uma existência inteira.

Mas não blasfemo: tive a verdadeira
Afeição neste mundo pequenino:
O amor de minha Mãe, – esta clareira,
Mesmo na escuridão do meu Destino.

Só por ele abençôo o meu nascimento.
Ensinou-me que há puro sentimento.
Virtude, abnegação, amor profundo;

Só por ele valera ter vivido,
Mesmo só, desolado, incompreendido,
Entre as nefandas perversões do mundo!

Em *Holocausto* e *O Pó das Sandálias* o poeta retoma aquela atitude de tensão sentimental que fez do *Solitudes* um livro tão dramático e singular. Assimilando embora novos elementos líricos, que enriquecem a sua sensibilidade, ele conserva, entretanto, a mesma visão da vida e das criaturas. Posto sem alterar essencialmente a tonalidade melancólica e desencantada do seu espírito, Pereira da Silva, em *Holocausto,* assume um ar evangélico, de uma gravidade quase fúnebre, para pregar a sua filosofia de desilusão e amargura:

.....
Irmãos na vida curta e atormentada!
Não semelha a existência uma escalada
Tanto mais bruta quanto mais veloz,
Na qual Poder algum vela por nós?
Em verdade vos digo! a nossa mente
É frágil como um vidro refrangente.
Tudo reflete; mas de modo tal
Que não distingue se o faz bem ou mal.
.....

Faltou-lhe, nos livros anteriores, o sentimento do povo. Não teve sentido social a sua Poesia. Embora tenha vindo do povo, só raramente ele lhe sentiu as angústias e os sofrimentos. Sente-se a ausência do povo – porque em quase toda a sua obra só há permanente e real a presença do poeta. Mas, em *O Pó das Sandálias*, Pereira da Silva abre os olhos para ver a miséria das multidões humilhadas e ofendidas, e o seu coração palpita de comovida melancolia diante do sofrimento dos seus irmãos sem pão e sem abrigo. Em vários poemas, neste livro, ele canta os pobres e os humildes, os que sofrem e os que são tristes ("Joana", "Caminhos", "Os humildes", "Os caminhos do Mundo", etc.). São versos –, todos eles, em que o poeta revela "o respeito cristão pela humildade". Em *O Pó das Sandálias,* aliás, numa sondagem psicanalítica, Pereira da Silva revela-nos o mistério da sua dor sem remédio:

Talvez a minha infância desolada,
Humilhação de alguém, um mal qualquer,

Numa insídia, um desgosto de mulher,
Foi a causa de toda essa amargura
Que a Fé não move e que a Razão não cura.

Há uns versos do poeta que contêm a confissão da sua irremediável situação de marginal na vida:

Oh, deixai-me ficar à margem da corrente
Desta Idade febril, em cujo turbilhão
Os que vivem do Ideal sabem que fatalmente,
Anônimos e sós, nada conseguirão...

Os caminhos dele são sempre os

Caminhos dos Humilhados,
Desoladores caminhos
Onde erraram meus cuidados
Entre pássaros calados
E árvores mortas sem ninhos...

E pensando no seu próprio destino, em outro poema, Pereira da Silva confessa afinal:

Cheguei à certeza dura
De que há destinos mesquinhos:
Não chegarão à ventura
Por nenhum dos seus caminhos...

Nessa obra extensa, sólida e uniforme, *Beatitudes, Holocausto* e *Pó das Sandálias,* malgrado o natural encantamento que devera ter causado ao poeta o êxito de *Solitudes,* são livros de melancolia, angústia e pessimismo. A agonia e a tristeza, o desconsolo e o abandono, eis as notas permanentes de todos eles. O ritmo é o mesmo. É o mesmo o tom elegíaco. É a mesma a densidade das graves sombras melancólicas que cobrem esses três livros. Na raiz de

todos eles, um incurável pessimismo niilista, consangüíneo do pessimismo de Leopardi e Quental. Só em 1928, com os poemas de *Senhora da Melancolia*, se desanuvia um pouco o espírito do poeta. Uma doce claridade sentimental, tardia e débil, mas generosa, ilumina-lhe a alma. Sente-se por isso, nos livros de 1928 e 1940 (*Senhora da Melancolia* e *Alta Noite*), uma modificação nítida no espírito e no estro do poeta. A sua técnica se enriquece de ritmos novos, os metros são mais variados, os motivos menos sombrios. O poeta incorpora, à sua lírica a redondilha, o setissílabo, mais adequado à confidência amorosa. Há uma certa nota geral de pacificação na obra de Pereira da Silva, embora não desapareça a substância de tristeza e pessimismo que é a nutrição essencial da sua inspiração. Em *Alta Noite* essa reconciliação com a vida é mais pronunciada, o poeta tem momentos felizes de expansão lírica, em que – coisa tão rara em sua obra! – chega a cantar a ventura do Amor e até a Felicidade, como em "Nosso Romance e Felicidade":

Felicidade, eu não descri de ti.
No que vi,
No que ouvi,
No que sonhei na flor da juventude,
No vício e na virtude
Nunca pude encontrar-te, como quis,
Dama de áureo cabelo e ar feliz!
Nunca pude encontrar-te. A vida inteira
Vim passando a esperar-te, e a cada dia
Pensava: "ela há de vir, essa Estrangeira
Que só eu compreenderia.
Ela há de vir, hoje, amanhã... que importa?
Quando menos cuidar,
Ela há de vir bater à minha porta,
Que se há de abrir, por si, de par em par,
E eu lhe direi, vendo-a tão loira e linda:
'Há muito eu te esperava. Sê bem-vinda!'".

Os seus últimos poemas, ainda inéditos, contudo, guardam todas as características essenciais do poeta – o tom elegíaco, o subjetivismo magoado, o pessimismo sem revolta – mas tomam uma direção ostensivamente religiosa, o que era, de resto, velha tendência do seu espírito.

O POETA CRISTÃO

Como acontece com André Gide, "Deus era o centro do seu drama". Mas terá sido Pereira da Silva um poeta cristão? A influência da Igreja, na sua obra, é clara e permanente. Não sabemos ao certo se ele foi um católico militante. Talvez não tenha sido. Mas foi, sem sombra de dúvida, um bom cristão, sincero e humilde, que amou, sentiu e compreendeu, não só o rito da Igreja, mas a doutrina do Evangelho. Por todos os versos dele, como notou o Sr. Adelmar Tavares, ressoa um órgão de templo cristão e erra um perfume de turíbulo de altar. Ficou-lhe, na verdade, para toda a vida, no fundo do coração, aquele envolvente perfume de incenso com que o seu turíbulo de "croinha" embalsamava o ar da igrejinha humilde de Araruna. Como o próprio Pereira da Silva conta, a sua alma aspirava incenso e ele tinha os ouvidos sonoros dos sinos festivos de sua terra. Sabia de cor o "Mês Mariano". Guardava, viva, na memória, a recordação do seu tempo de acólito, de "croinha" da Capela da Conceição, quando soprava as brasas do incensório, envergava a opa e a batina, repicava os pequenos sinos álacres que alvoroçavam o velório humilde da Serra de Araruna e tangia as profundas badaladas do sino grande que quebravam, plangentes e profundas, o silêncio grave da Borborema, convocando as almas, pelas *Ave-Marias,* para a oração e o recolhimento... Como São Francisco de Assis, ao qual tantas vezes o compararam, Pereira da Silva era na solidão que ia buscar o segredo da paz interior. Mas a essa interminável solidão associava sempre o nome de Deus, cuja presença não abandona jamais a sua poesia. Entretanto, mesmo que não tivesse sido um católico militante, Pereira da Silva teria sido um autêntico poeta cristão. Como adverte o Sr. Álvaro Lins,

> o cristianismo de uma poesia independe às vezes da religião pessoal do poeta. Compreendemos que isso acontece, uma vez que houve poetas cristãos antes de Cristo. Virgilio foi um deles. Theodor Haecker estudou-o, num dos seus

livros, sob este aspecto mesmo, que é um título e uma epígrafe: *Virgílio, Pai do Ocidente*. E o crítico alemão explica que esta denominação provém da sua certeza de que Virgílio foi um poeta cristão sem conhecer o cristianismo. E poeta cristão, sobretudo, Virgílio o foi porque soube situar nos seus devidos planos os valores humanos e naturais; porque soube valorizar, como realidades físicas e metafísicas, o homem e a natureza.

De resto, é como muito bem observa o ilustre crítico e ensaísta:

> O poeta cristão tanto eleva as coisas pequenas e as criaturas simples até Deus, como anima as coisas com a presença e a sensação de Deus. Cumpre assim a sua missão fundamental: intermediário entre Deus e os homens. Para tanto, ele consegue viver dois estados extremamente diferentes: ora fica infinitamente pequeno e pecador para falar em nome das criaturas; ora se torna sábio, vidente, profeta, com uma memória e uma visão extraterrenas, para transmitir aos homens as mensagens do Criador.

Pereira da Silva, encarada a sua poesia cristã deste ângulo, foi, sem nenhuma dúvida, um grande poeta cristão, e este não é o título menor da sua carreira literária, tão humilde e modesta, na aparência, mas, na realidade, tão gloriosa e ilustre. De resto, seus últimos poemas, que permanecem inéditos, são autenticamente cristãos: "Os milagres de Cristo" e "Os homens de Deus". O primeiro é um comentário lírico dos Evangelhos:

JESUS APAZIGUA A TEMPESTADE

Jesus com seus discípulos, um dia
Navegava. E fazendo a travessia
Do lago quieto, em meio deste, o vento
Soprava desigual e tão violento
Que ficaram sem calma os remadores,
Apesar de famosos pescadores;
Entanto, entre as rajadas da nortia,
Como um justo, Jesus, calmo, dormia.
Foi, então, que um dos homens, o acordando,
– Mestre! exclamou. Estamos soçobrando!

Erguendo-se, Jesus de Nazaré
Disse-lhe e aos mais: – Homens de pouca fé!
Pois vereis como eu domo os elementos!
E, erguendo a mão, fê-la parar os ventos.

O segundo é um grave poema, em que o poeta canta os Santos da sua devoção, – os grandes apóstolos da formação espiritual do Brasil:

HOMENS DE DEUS

Homens de Deus, homens cujas ações,
Cujas palavras, gestos e atitudes
São eternos exemplos de virtudes
Para a série sem fim das gerações;

Homens de Deus, homens que aqui chegados
Sofreram coisas que ninguém diria,
Menos, de certo, pelos seus pecados
Que pelo amanho da Selvageria;

Homens de Deus, porque, só sendo tais
Como foram, de vida penitente,
Poderiam vencer os animais,
Selvas e tribos deste Continente;

Homens de Deus; pois mesmo nos instantes
Mais augustos de suas existências
Nunca deixaram de se ver confiantes
No milagre das próprias resistências;

Homens de Deus, porque, tanto na guerra
Como na paz, se aviram nobremente
Para glória maior da nossa Terra
E maior perfeição de sua gente;

Homens de Deus, porque pela piedade
Ou pelos surtos de humanização
Deram tais provas de brasilidade
Que outros não deram, nem jamais darão;

Homens de Deus, porquanto de alma forte
Tudo afrontaram por seus bons intentos:
Incertezas da vida, horror da morte,
Os perigos das vagas e dos ventos;

Deixai que minha Musa, mesmo inglória,
Louve, como um dever, vossa memória!

Se é certo, porém, que no fim da vida a sua Musa, tranqüila e pacificada, se curvou, de joelhos, diante da Igreja, nos seus primeiros tempos, apesar da sua vocação cristã, o poeta era inquieto e angustiado, tinha a alma devorada de incertezas. Nesse tempo, o tempo amargurado de *Vae Soli!* e *Solitudes,* e mesmo de *Beatitudes,* de *O Pó das Sandálias,* de *Holocausto,* mais do que o poeta da Tristeza, da Dor e da Solidão, Pereira da Silva foi o poeta da Dúvida. Essa a superioridade e o interesse maior da sua Poesia cristã. Não era uma poesia simplesmente religiosa, destituída de inquietação e dúvida; era, ao contrário, uma poesia atormentada de interrogações dramáticas:

Artes, Religiões, Ciências, filosofia,
Isso tudo... isso tudo... O que vale isso tudo?

Ou então exclamava:

Fundam-se os Deuses vãos no mesmo nada humano...

E, ainda, em "Finalidades":

Que vale haver eu feito tudo quanto pude
Pela glória na luta mais renhida?

A carne é triste. O espírito duvida.
O eu vacila na vicissitude...

Aqui como ali, na última como na primeira atitude, Pereira da Silva foi sempre, jovem, um poeta essencialmente cristão, pela humildade da sua atitude, pela ternura da sua voz, pela devoção do seu espírito.

DESTINO DA POESIA

Tudo, nesta hora grave da história da humanidade, é um infinito e dramático tumulto. Emergimos sem dúvida das sombras noturnas e tormentosas da opressão e da guerra – dos sofrimentos, das incertezas e das angústias da opressão e da guerra. Mas a aurora que começa a iluminar o céu é ainda tímida e hesitante: não consegue talvez afastar dos nossos olhos alguns dos mais espantosos fantasmas que nos apavoram... Após a longa noite de angústia, cortada de tempestades e pesadelos, e ao raiar dessas claridades dúbias mas felizes, que estrela virá guiar o nosso espírito, que nova luz virá acaso iluminar os passos do nosso áspero caminho? Essa luz será, decerto, a Paz; essa luz será também, sem dúvida, a Liberdade; essa maravilhosa luz será, sobretudo, o Espírito. E eu acredito que nesse instante inaugural da Idade Nova, que já não será propriamente o da Vitória, mas o da Ressurreição e da Serenidade, a luz da Paz, a luz da Liberdade e a luz do Espírito entrarão no dilacerado coração dos homens pela mão generosa da Poesia. Teremos inevitavelmente então um renascimento da Poesia na face da terra. A Poesia – que durante os dias terrivelmente trágicos da guerra foi fonte inesperada de bravura, de consolação e dignidade – na resistência francesa, na intrepidez britânica, no ímpeto americano, na obstinação russa e no destemor da juventude heróica do Brasil – será agora a nossa companheira na Paz, compassiva e compensadora. Restaurando o contado do homem do nosso tempo com os valores eternos do espírito, ela se vivificará ao contato do povo – dos sofrimentos e das aspirações do povo – e se para alguns poderá vir a ser refúgio ou evasão, para muitos há de ser participação e luta. "O mundo de hoje está à espera da Poesia". E a Poesia – tem razão o grande crítico brasileiro – não pode viver sem um permanente contato com a vida, sem uma íntima compreensão entre os poetas e o povo. Assim como, depois da Revolução Francesa e das guerras

napoleônicas, tivemos o Romantismo, agora, após tantas lutas e sofrimentos, após uma guerra que foi uma autêntica revolução, porque abalou os próprios fundamentos do mundo, sobrevirá fatalmente uma nova fase poética, e como observa Tristão de Athayde, não virá contra o Modernismo ou contra o Surrealismo, porque não virá como uma reação, mas como uma conseqüência: – virá depois... E essa onda de espiritualidade que há de envolver o mundo do nosso tempo, restaurando o prestígio da Cultura, da sensibilidade e do ideal, talvez venha revelar-nos a existência daquela "Poesia pura" com que sonhou Valéry – uma poesia essencial e incontaminada, liberta da tirania das formas verbais e das exaltações particularistas, uma poesia que afunde suas raízes no próprio coração do povo – na seiva do sofrimento, da ternura, das aspirações do povo – e que seja tocada das luzes mágicas do maravilhoso –, poderosa, alta e grave como um grito de libertação. E quando interrogarmos o nosso destino, na claridade ainda trêmula e tímida desta aurora, a Poesia será o astro que há de conduzir os nossos passos no roteiro do Futuro – e essa bela e grave Poesia – sendo o eco do ideal das vocações fundamentais do homem – terá os nomes eternos que identificaram sempre a felicidade humana em todos os tempos: será a poesia da Justiça, do Amor e da Liberdade!

II

RESPOSTA DO SR. MANUEL BANDEIRA

Senhor Peregrino Júnior,

No vosso conto dos "Cherimbabos do Tuchaua", o velho Florindo explica o segredo da raiz de uirapaçu:

> O pica-pau da cabeça vermelha conhece uma raiz que abre todas as coisas. Quem possui ela, abre tudo que é de porta neste mundo. O diabo é descobrir adonde é que o uirapaçu tem o ninho. O pássaro é arisco e esconde o ninho bem dentro das matas, no bamburral, em riba de um pau seco. Quando o uirapaçu está criando, aproveita-se a hora em que ele sai atrás de comida pros filhos e tapa-se com barro o buraco de entrada do ninho. O pássaro volta, e achando o ninho tapado, voa pra longe e vai buscar a raiz encantada. A gente então acende uma fogueira embaixo do pau e espera que ele volte. Ele trás a raiz no bico e vem doido pra salvar os filhos. Assim que ele chega perto do ninho, a gente atiça o fogo e faz uma labareda grande. O uirapaçu se espanta e deixa cair a raiz no chão. Quem ajunta ela, está com a vida garantida.

Assim, não há porta fechada para quem tem raiz de uirapaçu. Ora, as portas desta Academia permaneceram durante quase dois anos ciosamente fechadas aos que pretendiam ocupar a Cadeira 18. As eleições se sucediam sem que nenhum candidato alcançasse a necessária maioria absoluta. Parecia

coisa feita, alguma pajelança que o bom caboclo de Araruna houvesse praticado para retardar a transmissão de sua Poltrona. Confesso-vos que, ao vê-las abrirem-se tão facilmente para vós, pensei comigo: aqui andou raiz de uirapaçu...

Não que subestimasse os vossos méritos, que são consideráveis. Mas – ai de nossas humanas fraquezas! Sabemos todos que os méritos nunca bastaram para dar entrada nem nesta nem nas demais academias do mundo. Títulos excepcionais apresentavam alguns dos muitos candidatos que se inscreveram, em pleitos anteriores, à sucessão de Pereira da Silva: um grande poeta como Jorge de Lima, um grande filólogo como Sousa da Silveira, ambos aliás distinguidos com a maior láurea desta Casa – o grande prêmio Machado de Assis.

Tão-pouco subestimava a irresistível magia de vossa cordialidade. Ribeiro Couto inventou de uma feita a teoria do "homem cordial". Segundo o nosso amigo, a cordialidade seria a contribuição brasileira à obra da civilização. Essa intuição de poeta mereceu considerada num grave ensaio de pesquisa sociológica de Sérgio Buarque de Holanda. Comentando-a, escreveu o autor de *Raízes do Brasil:* "Seria engano supor que, no caso brasileiro, essas virtudes" (a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade) "possam significar 'boas maneiras', civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emocional extremamente rico e transbordante."

A cordialidade, assim entendida, foi sempre um dos vossos apanágios. A tal ponto, que desde logo associei a vossa pessoa à teoria de Ribeiro Couto, e quem sabe se não fostes o principal inspirador dela? Sois, por excelência, o "homem cordial".

A verdade é que, com ou sem a raiz de uirapaçu, possuís o segredo de abrir todas as portas – a dos corações, a das academias, a das universidades. E certamente não foi por sortilégio da raiz amazônica, mas em virtude de provas eruditas e brilhantes que chegastes às cátedras de docente de Clínica Médica na Faculdade Nacional de Medicina e na Faculdade Fluminense de Medicina. Quando, em 1940, fostes nomeado catedrático de Biometria da Universidade do Brasil, recebestes a homenagem de numerosos amigos e admiradores, e a palavra do mestre da famosa 20.ª Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, o eminente professor Austregésilo, consagrou o vosso renome científico.

> – O espírito de Peregrino Junior – disse o nosso querido confrade – fez-se no hospital, legítimo "rato" da Santa Casa, pontual e vivíssimo, sequioso de trabalho, discutidor e sorridente, às vezes ironista gracioso. Exame de enfermos, observações, novidades científicas, fatos e doutrinas andavam sempre espocando daquela cabeça privilegiada de nordestino. O homem de ciência preferiu para as suas cogitações o novo trinômio proposto à sagacidade dos espíritos investigadores – vitaminas, hormônios e sistema holo-simpático. Acerca das vitaminas, deu-nos um volume que logo se esgotou nas livrarias, tal a clareza e a precisão com que foi escrito; além disso, no Hospital, no nosso serviço, com Borges Fortes, cuidou das questões das carências, de Betavitaminose e chegou às mesmas conclusões defendidas pela nossa família da antiga 20.ª. Na Policlínica do Rio de Janeiro criou o Serviço de Endrocrinologia, o primeiro que se sistematizou entre nós e que, apesar das faltas existentes em nossos centros científicos, marcha com a ânsia de aperfeiçoamento, que é a fórmula mais encantadora do espírito.

Enriquecestes a literatura médica com uma longa série de monografias que não são simples compilações livrescas, mas o resultado de pesquisas pessoais e de experiências de clínica. A esse aspecto melhor fora que fôsseis aqui recebido por um de vossos irmãos de ciência. Que poderia um poeta lírico dizer das "hipuropatias póticas", da "meralgia parestésica", do "flutter e fibrilações parciais"? Houve tempo em que me interessei pela biotipologia e andei lendo os vossos trabalhos relativos ao assunto. Devo dizer que me senti perdido entre as classificações de Walter Mills, de Kretschmer, de Viola, de Pende, de Estappé. Dissestes vós mesmo que a biotipologia nos parece ainda muito confusa, porque a sua terminologia se compõe de palavras numerosas, nem sempre exatas e precisas, muitas vezes controversas e até certo ponto incongruentes. Em face de tantas incertezas, acabei preferindo o sistema de Kretschmer pelo fascínio poético de suas denominações, sobretudo por causa da palavra "leptossômico", que resolvi desde então incorporar ao meu vocabulário poético. Essa palavra "leptossômico" foi para mim o gérmen de um poema que até hoje não consegui formular. E tenho grande receio que à heroína dessa minha "Balada da mulher leptossômica" não aconteça a mesma coisa que ocorreu convosco, que de leptossômico passastes a pícnico, evolven-

do da elegância longitípica para a braquitipia confortável, de que é símbolo essa Poltrona azul em que estais sentado.

Afinal abandonei o sistema de Kretschmer para adotar outro mais novo, que não era de homens de ciência, mas de poetas – Jaime Ovalle e Augusto Frederico Schmidt. Conheceis, sem dúvida, a estranha classificação que distribui os homens, os bichos, os vegetais e até as coisas inanimadas em cinco categorias, cada qual com o seu tipo-padrão, o seu anjo: os parás, os mozarlescos, os kernianos, os onésimos e os dantas. Os parás são os indivíduos extrovertidos, ágeis, dinâmicos, brilhantes, que onde chegam, vencem. Entre nós a maioria vem do Norte ou do Rio Grande do Sul. Senão, olhai: quase toda a imprensa carioca está nas mãos de nortistas, e há dezesseis anos que os cordéis da política brasileira são manejados pelos gaúchos. Os mozarlescos... O nome não deriva de Mozart e sim do anjo da categoria, nem posso declará-lo aqui, porque sobre ela pesa injustamente uma vaga atmosfera de ridículo. Os mozarlescos são sentimentais, acreditam no esperanto, choram nos cinemas. Os kernianos definem-se facilmente: são os impulsivos. O onésimo é o antípoda do mozarlesco: duvida sempre, sorri quando os outros se entusiasmam, desaponta. Os dantas, mais difíceis de caracterizar, são raros: não se lhes dá do sucesso material, vivem em verdade e pureza, num equilíbrio perfeito da inteligência e da sensibilidade. Dantas cem por cento foi o Cristo; Pedro I, kerniano; Pedro II, mozarlesco; Machado de Assis, onésimo. Parás somos todos um pouco. Pará sois também, meu caro Peregrino Júnior, permiti que vo-lo diga. Vejamos como vos retratou mestre Austregésilo: "Talento, sorriso, amabilidade, graça literária, pendor científico, solicitude amistosa, dinamismo, ânsia de subir com esforço e dignidade, tais são os predicados precípuos da personalidade de Peregrino Júnior." Pará é pescoço forte. Pescoço forte? Isto é outra história. O mais simples dos sistemas biotipológicos, obra do vosso colega Pedro Nava. Os homens podem dividir-se em duas classes – os pescoços fortes e os pescoços fracos. Já examinastes, numa viagem de ônibus, o pescoço dos passageiros que vão à vossa frente? Ou ele é fino, pálido, de tendões salientes e cabelos ralos; ou robusto, sanguíneo ou mate, bem plantado e piloso. Transportai a observação para o domínio moral, e tereis ali, como no domínio físico, o pescoço forte e o pescoço fraco.

Assim é que, desde a adolescência, vos revelastes pescoço forte, abandonando o ambiente familiar de vossa província natal, tão enternecidamente evocada em vosso discurso, para ganhar as esporas de cavaleiro do exército do Pará na dura terra amazônica.

Já dissestes, como Raul Bopp: "A maior volta do mundo que eu dei foi na Amazônia." Ambos vós ficastes marcados para sempre pela visão formidável daquele mundo paludial e como que ainda em gestação. O poeta cantou, no grande poema-delírio da *Cobra Norato,* as assombrações daquelas terras do Sem-Fim:

Aqui é a floresta subterrânea de hálito podre parindo cobras
Rios magros obrigados a trabalhar
As raízes inflamadas estão mastigando lodo
Batem martelos ao fundo
Soldando serrando serrando
Estão fabricando terra...
Uê! Aqui estão mesmo fabricando terra!

A vossa atitude foi diferente. Sois mais um observador, um analista do que um poeta. Viajastes na Amazônia recolhendo em cadernos vasto material paisagístico e humano que mais tarde iríeis tramar na urdidura dos vossos contos. Não sei se naquele tempo – éreis ainda adolescente – já pensáveis na Medicina. Como quer que fosse, a Amazônia foi para vós um caso clinico. Não se sente em vossas descrições o homem deslumbrado, senão o homem atento e lúcido. A miúdo vos servis de imagens-diagnósticos: "Ali bem perto daqueles seringais hidrópicos e abandonados, onde cochilam de papo no chão, sem ter o que fazer, dezenas de desgraçados, é o velório triste, que os 'do sítio' convencionaram chamar – 'a cidade'. Meia dúzia de casas miseráveis: uma rua. No fim da rua, num largo iluminado de sol, a capela. E eis tudo. O resto são becos de palhoças, diluindo-se na anasarca dos pauis de tijuco". Inferno Verde? Qual o quê! protestastes.

> Literatura... Inferno de terra podre, de águas envenenadas, de espectros miseráveis e tristes. No ventre encharcado daquela terra empapada d'água, onde o pêlo hirsuto da floresta é povoado de bichos feios, os igarapés lentos e

> turvos deslizam como negras jibóias de morno lombo oleoso. O rebotalho humano que ali agoniza é a borra dos seringais abandonados, o resíduo imprestável da prosperidade que morreu com a borracha.

E fizestes, no conto do "Paroara", a impressionante diagnose física e social do seringueiro:

> Seringueiro é assim mesmo. Vive e morre dentro da mata – e não conquista nem possui a terra. A terra aniquila-o, inexorável. Porém ele não a ama nem a odeia. É, diante dela, um indiferente e um vencido. A Natureza não o fascina, mas também não o assombra: esmaga-o. Exilado e intruso naquele mundo, guarda consigo um desejo permanente de fuga. Enquanto não pode fugir com os próprios pés, evade-se com o pensamento. As evasões da sua imaginação têm disfarces líricos: saudades do sertão, recordações sentimentais, desafios à viola, histórias... No entanto, fatalista incurável, ali vive e ali morre, entre as paredes esburacadas da barraca solitária, sem ter sequer a coragem de capinar o matagal da vereda. – Pra quê? A terra não é da gente... Atonia total dos músculos e do espírito. Sendo o protagonista épico de uma formidável tragédia, não sabe avaliar a grandeza heróica do papel que inconscientemente desempenha... Estranho ao drama cósmico da terra que habita, permanece também estranho ao drama humano da sua própria alma. E dessa pungente inconsciência vai nascendo a tragédia brutal da conquista daquele mundo apocalíptico da Amazônia... O triunfador sucumbe, apagado e triste, com um travo amargo de derrota nos lábios...

Eis, aí, num escorço magistral, o quadro terrível pintado pelo colombiano José Eustasio Rivera nas páginas sombrias do seu romance: o homem prisioneiro da selva, devorado por ela; a selva sádica e alucinatória, onde, como diz o autor de *La Vorágine*, "os sentidos humanos equivocam as suas faculdades: o olho sente, a espádua vê, o nariz explora, as pernas calculam e o sangue clama: 'Fujamos, fujamos!'"

Mas Rivera, temperamento hiperestésico, só tinha olhos para a tragédia, ao passo que os tendes também, fora da selva, nas cidades e nos velórios, para a comédia e para a farsa. Mesmo em vossos contos de assunto trágico, vemos as personagens como que refratárias à tragédia. Júlio Assunção labuta

durante anos no seringal, sempre com o pensamento de enricar só para a Ritinha gostar mais dele. Quando pede o saldo no barracão, em vez de dinheiro lhe dão borracha. Júlio não protesta nem se lastima. É valente e nunca deu o seu direito a ninguém. Sabe, porém, bom realista, que naqueles cafundós do seringal não há direito para os pobres. "Bote pra cá o diabo dessa borracha, homem dos trezentos!" É tudo o que diz. Parte, perde a borracha numa corredeira, chega a Belém já ciente de que Ritinha o enganara. Mata-a a facadas e entrega-se à prisão, com a mesma alma leve com que partira para a selva. Só o perturba uma pequena dúvida: "O diacho é se seu Cosme levantou um falso à defunta!" Em "Feitiço", como "Ritinha", outro exemplar típico da vossa galeria de caboclas inzoneiras, as tragédias deslizam como a água nas folhas da taioba. Nessa história, a verdadeira tragédia está no exame de Anatomia Patológica com o professor Leitão da Cunha. Dais aí um retrato inesquecível do reprovador manso e polido, de "doce voz quinhentista", com o seu vagamente macabro tratamento na segunda pessoa do plural, esse anacrônico "vós", que é um segundo fardão imposto aos recipiendários pela praxe acadêmica:

Se em "Feitiço" e em outros dos vossos contos a tragédia se dissimula em comédia, na anedota da "Frente única" a realidade política brasileira assume proporções de farsa, tão verídica para todo o Brasil, que a vossa história da Tujucupaua amazônica foi coincidir com a história paulista das "Cinco panelas de ouro" do saudoso Antônio de Alcântara Machado. Por toda a parte encontraremos os coronéis Antunes e Anastácio, irreconciliáveis na politicalha municipal, mas solidários na subserviência ao governo estadual: o primeiro, prefeito, valendo-se do obituário do município para engrossar o seu eleitorado; o segundo, coletor federal, amigo do vigário, servindo-se, para o mesmo efeito, da lista do batistério. Na eleição de 1930 apostavam-se os dois a ver qual daria mais votos ao governo. Contais então o que aconteceu:

> Na seção do coronel Antunes houve um fato muito desagradável: ao fazer-se a apuração, havia um voto para o Dr. Getúlio!
>
> – Um voto para o Dr. Getúlio!
>
> – Sim, coronel, um voto para o Dr. Getúlio!
>
> – Que desaforo! Era só o que faltava! E o senhor, seu escrivão, não viu quem foi o bandido que deu esse voto?

– Não senhor, Coronel. Como todos os que votavam aqui eram amigos, não prestei atenção.

– Bandido! Apunhalar-me pelas costas numa eleição como esta! Mas eu hei de descobrir quem foi o Judas que me atraiçoou!

O delegado fez uma insinuação maliciosa:

– Isso deve ter sido arte do Manduca Sacristão... Eu vi outro dia ele conversando na bodega do Sernambi com o Chico Tuíra...

– Foi mesmo. Nem tinha pensado nisso. Cabra safado! Eu os mandei dar a ele um par de sapatos e uma roupa nova... Mas não faz mal, não: é pra eu não me fiar em espoleta de padre... Bandido, atraiçoar-me num pleito como este!

Após um momento angustiado de concentração gravíssima – Eureca! – o Coronel Antunes achou afinal uma solução para o impasse:

– Seu Escrivão, isso não tem importância, não; rasgue o diabo do voto! E para compensar, ponha na ata mais trinta votos na candidatura nacional do Dr. Júlio Prestes. É assim que eu respondo às misérias dos meus adversários!

– Mas isto não pode ficar assim, obtemperou, muito sério, o delegado, que tinha velhas contas a ajustar com o sacristão, por causa da filha do Zé Sernambi.

– É mesmo. Você tem razão, seu delegado. É preciso dar um ensino nesse tipo. Meta o sacristão na cadeia por minha conta –, dê-lhe uma pisa das boas! Ouviu? Não tenha pena dele, não!

Gostada de reler todo o conto, para o qual, como para "Ritinha" e para "Putirum de fantasmas" vai a minha predileção na vossa obra de contista. Quero, porém, testemunhar-vos de público a minha admiração pelo sóbrio patético que pusestes no relato da compra de uma mulher em "Putirum de fantasmas":

Assim que teve um saldozinho, Severino cuidou de arranjar uma mulher.

O tapuio Remígio, que andava com umas febres brabas, era casado.

Severino procurou-o para propor negócio.

– Seu Remígio, você quer fazer um negócio?

O tapuio balançou com a cabeça – que sim.

– Você está por pouco... não é, seu Remígio?

O tapuio confirmou de novo com a cabeça.

– E sua mulher, sinhá Virgolina, vai ficar sozinha neste mundão de seringal, sem ter ninguém que puna por ela.

O tapuio arregalou os olhos, espantado mas sem revolta.

Severino falou mais claro:

– Você quer me vender sinhá Virgolina, seu Remígio?

– ?! (uns olhos compridos de dor furaram o silêncio.)

– Negócio é negócio. Eu pago a sua conta no barracão e ainda lhe dou por cima duas peles de borracha fina.

O tapuio não disse nada. Mas seus olhos sem esperança buscaram no quarto os olhos da mulher.

Severino, sem hesitar, atirou duas peles no meio da barraca, com estrondo, e completou com uma frieza cruel o seu pensamento sinistro:

– Mas porém eu levo logo sinhá Virgolina lá pra casa!

O tapuio, compreendendo o irremediável da situação, envolveu-o num olhar resignado de fatalismo, cheio de uma tristeza que não sabia e não podia protestar.

D. Virgolina concordou sem piedade:

– É mesmo. Eu vou logo. Remígio está morrendo aos tiquinhos...

Todas essas histórias, ou trágicas ou cômicas, recolhidas nos vossos livros *Pussanga, Matupá* e *História da Amazônia*, não as escrevestes no Pará. Ali éreis apenas o estudante. E o jornalista que sustentava o estudante. A vossa vocação para o Jornalismo vinha da meninice. Quando ainda cursáveis em Natal o Ateneu Norte-Riograndense, fundastes dois jornais. Em Belém, repórter policial da *Folha do Norte*, editastes duas revistas ilustradas. O rapaz que em 1920 saltou no Rio era um jornalista feito e, vós mesmo o contastes numa entrevista em 39, "um jovem literato da cabeça aos pés, compenetradíssimo do meu papel, devorador dos simbolistas franceses, de Camilo (era preciso conhecer a língua!), de Eça de Queirós, e principalmente de Machado de Assis".

Entrastes na imprensa carioca pela mão de um grande jornalista, esse Cândido Campos, veterano descobridor e formador de vocações jornalísticas. Na redação de *A Notícia* conhecestes Ribeiro Couto, a quem ficastes para sempre ligado por uma amizade verdadeiramente fraternal. Ele é que devia estar hoje aqui para celebrar a vossa vinda, para dizer dos vossos méritos, para

evocar naquele estilo deslizante de que possui o segredo a quadra em que juntos iniciastes a arrancada que ao cabo vos trouxe até esta Casa. Permiti, meu caro Peregrino, a indiscrição de ler neste recinto um trecho da carta que em março me escreveu o nosso amigo a propósito de vossa eleição: dar-vos-ei assim por um momento a grata ilusão de sua presença.

> Estou muito contente por ser você quem vai receber o Peregrino. Está claro que eu me pelaria por recebê-lo. Estimulado pelo tema, faria um panorama da nossa boêmia difícil, entre 1918 e 1920 e tal. A nossa sinuca de bico. Com muita literatura e muita ambição de casar com moça rica... que afinal preterimos pelas pobres, naturalmente. Até hoje estou gozando a eleição do Peregrino. Parece mentira! Que longa viagem – afinal felizmente acabada! Dizer-se que nós todos, ainda no outro dia, estávamos à cata do vale de vinte mil-réis no *Rio Jornal*...

A essas palavras posso acrescentar, agora sem indiscrição, as que ele pronunciou no almoço público de 1940:

> Há vinte anos que admiro e estimo Peregrino Júnior. Começamos a vida como "rapazes de jornal", neste mesmo Rio de Janeiro em que éramos provincianos, românticos e um pouco espantados. Ele andava sempre com livros debaixo do braço. Estudava uma coisa misteriosa. Depois vim a saber: era Medicina. Como podia conciliar as horas de estudo e de laboratório com as horas absorventes da redação? É que, desde mocinho, Peregrino Junior sempre surpreendeu os seus companheiros com a atividade prodigiosa de que é capaz. Tempos difíceis, aqueles nossos. Naquele ano de 1920, para nós, a vida era bem dura. Ainda assim, que bom! Que maravilhosa esperança! Tínhamos a certeza de que havíamos de acabar fazendo "alguma coisa". Ninguém, do nosso grupo, fez mais e melhor do que ele. Do repórter saiu o escritor: aí estão os seus fortes livros, portadores das paisagens e dos tipos amazônicos. Do escritor saiu o médico: e sei de muitas casas onde a simples presença de Peregrino Júnior já é remédio. Do médico saiu o professor universitário, que hoje festejamos. Professor, de resto, ele sempre foi: professor de entusiasmo. Toda a sua vida é uma afirmação viril de otimismo e confian-

> ça. Tudo isso, sem perder um certo ar de candura, não sei quê de adolescente que subsiste nele e é consolo para os que envelhecem mais depressa.

Ribeiro Couto relembrou os vales do *Rio Jornal*. Foi no vespertino de João do Rio e Georgino Avelino que contraístes, em 1922, o vosso único vício de que nunca mais vos libertastes, talvez *pour faire enrager les gens graves,* o vício da crônica mundana. Não sejamos demasiado severos para essa arte fútil mas difícil de dar um sorriso para todas e a perfídia para algumas. Podeis autorizar-vos de um exemplo ilustre: Proust também começou pela crônica mundana. *Les gens graves* da primeira década do século tomavam então por um *snob* inofensivo o homem que anos depois iniciaria com *Du Côté de chez Swann* a mais profunda sondagem da quarta dimensão do tempo. Escrevendo bagatelas amáveis sobre os salões das princesas Matilde e Edmond de Polignac, das condessas d'Haussonville, Potocka e Guerne, de Mme. Madeleine Lemaire, ensaiava-se ele para a prova definitiva do salão de Mme. de Guermantes. Como fazíeis na "Vida fútil" do *Rio Jornal,* como fazem hoje o nosso Jacinto de Tormes ou Gilberto Trompowski, alinhava nomes enlaçados na guirlanda fácil dos adjetivos jornalísticos: "*M. Anatole France, le duc et la duchesse de Brissac, la comtesse de Briey, M.M. Robert de Flers et Gaston de Caillavet, les brillants auteurs du triomphal* Vergy *et leurs femmes exquises...*" Um sorriso para todos e para todas... De sopetão, no meio dos sorrisos, a fina perfídia:

> *Près du piano, un homme de letrres encore jeune et tort snob, cause familièrement avec le duc de Luynes. S'il était enchanté de causer avec le duc de Luynes, qui est um homme fin et charmant, rien ne serait plus naturel. Mais il parait surtout ravi qu'on le voie causer avec un duc. De sorte que je ne puis m'empêeher de dire à mon voisin: "Des deux, c'est lui qui a l'air d'être Honoré".*

É claro que a crônica mundana do Rio de 1922 não podia ter esse brilho. Não havia ainda entre nós príncipes autênticos nem reis exilados em terras da América. Era o Rio do centenário da Independência, governado pelo presidente Epitácio Pessoa, o Rio dos "almofadinhas" e das "melindrosas", o Rio que se ria com as farsas do Chico Bóia e achava ainda vertiginosas as

janelas do Pálace Hotel. Gago Coutinho e Sacadura Cabral sobrevoavam pela primeira vez o Atlântico. Angela Vargas, em sua casa da Praia de Botafogo, reunia os poetas e as discípulas e os amigos, nas "horas de inverno", onde Adelmar Tavares falava sobre "A alma feiticeira da trova", onde Olegário Mariano era sempre reclamado para dizer "Água corrente" ou "As duas sombras".

Vida fútil... Mas quem sabe se um Gilberto Freyre do futuro, que digo? se o próprio Gilberto Freyre de hoje não encontrará nas páginas do vosso livro o pormenor que o ajudará a interpretar sociologicamente a nossa terra e a nossa gente? Nada é fútil, ou tudo será fútil aos olhos de Deus e dos sociólogos.

Não vos poupei, meu caro confrade, no comentário do vosso vício. Não vos pouparei tão-pouco em falta mais grave. Dissestes, a certa altura das memórias que estais escrevendo: "Sem nunca ter perpetrado versos, eu sempre senti em mim a vocação da poesia." Não é verdade que nunca tenhais perpetrado versos. Esquecestes que no conto "Caboré" destes sortida à vocação poética, descrevendo em versos onomatopaicos uma dança de negros nos mocambos do Trombetas. Vou dizer aqui esse poema, que me dará o prazer de vos incluir na minha antologia dos poetas bissextos, porque ele pode ser posto ao lado dos poemas negros de Raul Bopp e de Jorge de Lima:

O atabaque no batuque bate-boca
Qui-tim-bum-bum... quitimbum...
Os negros dançam, o corpo mole, batendo os pés no chão duro,
Qui-tim-bum-bum... qui-tim-bum...
Tronco cavado, couro esticado, bem retesado,
Qui-tim-bum...
O tocador, com as mãos abertas, marca o compasso,
Bum-bum-qui-tim-bum-bum...
No ritmo do carimbó, dançando a dança negra, os negros recordam as [velhas senzalas tristes.
Ouvem o grito longínquo da África, o grito dos que ficaram lá longe [chorando, e dos que partiram humilhados.
Qui-tim-bum... qui-tim-bum...
A melancolia sem revolta das levas mansas no porão negreiro...

E o grito fino do chicote do feitor zebrando de riscas o lombo enverni-
[zado de suor.
Qui-bum-bum... qui-tim-bum-bum...
Ouvem tudo... a fuga... o chuá das águas do Trombetas.., a voz de liber-
[tação dos quilombos de Óbidos,
[Qui-bum-bum... qui-tim-bum-bum...
E o carimbó cantando geme soturno na noite negra, no compasso grave
[do bate-boca do batuque...

Aos que vos conhecemos mais intimamente não poderiam causar estranheza esses versos. Porque sabemos como em vossa atividade espiritual se conjugam harmoniosamente as três forças da imprensa, da Literatura e da Medicina. Nem há trabalho que melhor e mais completamente vos represente do que o vosso estudo sobre a *Doença e Constituição de Machado de Assis.* Nesse livro, se o médico firma com segurança o seu diagnóstico, o homem de letras, o crítico, revela-se cabalmente na documentação literária sacada da obra do romancista. E o ensaio, que podemos considerar definitivo, resultou da ampliação de um simples artigo do jornalista que sempre fostes e continuais sendo. Particularmente incisivo e esclarecedor é o vosso capítulo sobre a ambivalência de pensamento e sentimento, não só na vida, como na obra de Machado de Assis. Augusto Meyer já havia notado que

> esse homem era uma colônia de almas contraditórias, como toda personagem complexa: o niilista feroz foi um funcionário exemplar, o cético fundou a Academia de Letras, o cínico deliciava-se mentalmente na companhia da pérfida Capitu, porém amou a meiga Carolina.

Sentindo em si próprio tamanhas contradições, não queria o desenganado espectador da vida deixar-se lograr pelas falsas aparências dos móveis inconfessáveis. Estava sempre em guarda contra as boas ações ou contra o humorismo alheio. Assim lhe explico a reação de enfado no caso da aquarelinha de meu pai. Era uma vistazinha do posto semafórico do Morro do Castelo. Talvez por lhe lembrar os dias da infância, Machado de Assis agradou-se muito da paisagem pintada em papel almaço. Pediu-a, e no dia seguinte contou que a tinha mandado encaixilhar. Meu pai, extremamente envaide-

cido com esse seu único triunfo de aquarelista amador, saiu do Ministério rufando caixa. Dias depois o engenheiro Antonino Fialho se encontra com o romancista na Rua do Ouvidor e lhe fala do caso da aquarela. Machado de Assis, gaguejando com raiva, diz-lhe: "Já é a... a... a terceira pessoa que me vem falar nisso!" Ao que Antonino Fialho respondeu com aniquiladora polidez: "Sinto muito ter sido a terceira..." Devo acrescentar que nem por isso deixou Machado de Assis de aparecer assiduamente na sala de meu pai toda vez que o serviço oficial dava alguma folga. Ali gostava de conversar com o engenheiro Abel Ferreira de Matos, ao qual, no conto "Um incêndio", se refere, encarecendo "o pico, a alma própria que este Abel põe a tudo o que exprime, seja uma idéia dele, seja, como no caso, uma história de outro". Os dois engenheiros, quando se juntavam, eram como duas crianças: falavam em língua de preto velho ou com sotaque de português ou de italiano, faziam toda a sorte de jogos verbais improvisados, praticavam uma espécie de surrealismo *avant la lettre*, nem se vexavam da presença do romancista a quem tanto admiravam e respeitavam. Quando apareceu o romance *Dom Casmurro*, Abel de Matos, leitor sempre atento, descobriu no livro um errozinho de cálculo elementar nas contas de uma personagem. Escreveu logo a Machado de Assis uma carta, em que estranhava o cochilo, senão do romancista, ao menos "do Chefe da Contabilidade do Ministério". Muito se tem falado do caráter retraído e desconfiado do Mestre. Sabe-se que detestava os indivíduos indiscretos e derramados. Gostava, porém, de conversar com as mocinhas e os rapazolas. A esse respeito posso dar o meu depoimento. Conservo entre as minhas melhores lembranças certa viagem de bonde que fiz do Largo do Machado até a minha casa em Laranjeiras. Tinha eu os meus quinze anos. Aconteceu sentar-me no carro ao lado de Machado de Assis, que vinha lendo *A Notícia*. Reconhecendo-me, apertou-me a mão, dobrou a folha e, para minha delícia, entrou a conversar. Contou-me um passeio de lancha que fizera na baía com um grupo de poetas, entre os quais estava Bilac. Eugênio Marques de Holanda recitara uma estrofe do segundo canto de *Os Lusíadas.* Quis o Mestre repetir os versos, não se lembrava. Eu, que sabia o meu Camões de cor, balbuciei timidamente: "Com um delgado cendal as partes cobre..." O Mestre interrompeu-me: "A anterior... a anterior..." Mas a memória traiu-me, e eu me recordo bem que entrei em casa mortificado dessa traição.

Conto esse caso para apoiar as vossas palavras, quando dissestes que "Machado de Assis, ao contrário do que se tem pensado e dito, não era um coração seco e estéril: era um amigo afetuoso, cuja alma escondia as mais generosas reservas de ternura e cordialidade". Conto-o também para contradizer-vos, e explico por quê. Falastes em vosso livro no "interesse muito relativo que ele (Machado de Assis) tinha pelo mundo exterior e pela Natureza", e mais adiante escrevestes: "Sem amar propriamente a Natureza..." Será admissível esse desinteresse de Machado de Assis pela Natureza? É verdade que nos seus romances não há paisagens. Mas elas abundam na sua obra poética. Não amaria a Natureza quem escolheu para residência definitiva a encosta do Cosme Velho, um dos trechos mais amoráveis da paisagem carioca? Quando o Mestre me falou do passeio na baía, fez uma descrição do crepúsculo, onde era evidente o sentimento da Natureza, a capacidade de íntima comunhão com ela. Tudo o que se pode dizer é que, embora sentindo e amando o mundo exterior, interessava-se mais pelo mundo interior do homem. A sua atitude está claríssima no soneto "Mundo interior":

Ouço que a natureza é uma lauda eterna
De pompa, de fulgor, de movimento e lida,
Uma escala de luz, uma escala de vida
Do sol à ínfima luzerna.

Ouço que a natureza – a natureza externa –,
Tem o olhar que namora e o gesto que intimida,
Feiticeira que ceva uma hidra de Lerna
Entre as flores da bela Armida.

E, contudo, se fecho os olhos, e mergulho
Dentro em mim, vejo à luz de outro sol, outro abismo,
Em que um mundo mais vasto, armado de outro orgulho,

Rola a vida imortal e o eterno cataclismo,
E, como o outro, guarda em seu âmbito enorme,
Um segredo que atrai, que desafia – e dorme.

Nesse poema, que é de *Ocidentais*, me parece que está inteiro o pessimista que no mundo exterior da Natureza e no mundo interior do homem via sempre "o eterno cataclismo" e, pior que isso, a famosa "contração cadavérica", a destruição que se afirma sob as aparências de perpétua recriação, enfim, a criatura "antiga e formidável".

A essas páginas de crítica, tão fina e tão lúcida, que escrevestes acerca do romancista de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, juntais agora as que acabais de pronunciar sobre o poeta de *Solitudes*. Nelas a figura, a vida e a obra do vosso antecessor ressurgem palpitantes de vida no ambiente da escola em que ele iniciou a sua carreira literária. Perguntastes, em dúvida: "Terá sido Pereira da Silva realmente um simbolista?" E concluístes, com Andrade Muricy e Tasso da Silveira, que o poeta paraibano pertenceria mais à estirpe dos últimos românticos. De fato, ressalvada a atitude espiritualista, a repugnância ao "triunfo imortal da carne e da beleza", o simbolismo em Pereira da Silva se revelou apenas no primeiro livro e por certos cacoetes da escola. Deles zombou João Ribeiro dizendo que "a escola novíssima de poetas pôs a saco o pecúlio sagrado das igrejas, roubando-lhes os cimélios de ouro e as ladainhas sonoras". Esses poetas que não sabiam latim gostavam de gastar latim. *Vae Soli!* chamou Pereira da Silva ao seu livro de estréia, onde citava em latim as Lamentações de Jeremias. E assinava-se Da-Silva, com D maiúsculo e hífen unindo a partícula ao apelido. Esses poetas pretendiam encher de misterioso sentido certos substantivos, grafando-os com maiúscula inicial. "Tristeza" não seria bastante triste se não levasse maiúscula, e personalizavam-na em Dona Tristeza. Certas letras punham-nos em estado de transe: o "y", o digrama "th" (Castro Meneses intitulou o seu livro *Mythos*, porque essa privilegiada palavra ostentava ainda o duplo timbre da linhagem grega). As datas não podiam ser em algarismos árabes, banalizados pelo emprego quotidiano, senão no aristocrático sistema romano. Com todas essas exterioridades, que irritavam grandemente os velhos críticos, disfarçava Pereira da Silva o seu romantismo inato para se exprimir na tonalidade da escola. Ele que era tão simples e modesto, filho de um fabricante, não de alaúdes, mas de violas sertanejas, semeou os seus primeiros poemas de complicados vocábulos como "aureolais", "resplandorada", "sugestional", sobrecarregou-os dos cimélios tomados à Igreja, trivializou a sua funda e rara melancolia de solitário

com os lugares-comuns da grei, chamando-a Santa Tristeza, Dona Palidez, Sóror Mágoa. Com a idade e, à proporção que o poeta tomava consciência do seu destino, esses alambicamentos foram sendo postos de lado e ele pôde chegar à pureza de poemas como o soneto *Nihil*, onde se exprime com tanta simplicidade aquilo a que chamastes a sua mística da tristeza:

Dia parado entre nevoento e enxuto.
A natureza como semimorta.
Quanto aos vencidos, Musa, desconforta.
Esta infinita sugestão de luto!

Quanto a mim, de minuto por minuto,
Ouço alguém... Alguém bate à minha porta...
Quem é? Quem sabe? Uma saudade morta,
Coisas tão d'alma que eu somente escuto.

Nesta indecisa solidão sombria,
Sem cor, sem som, meio entre a noite e o dia,
Como que a Morte a tudo, a tudo assiste...

Como que pela Terra desolada
A consciência universal do Nada,
Deixa um silêncio cada vez mais triste...

De resto, foi na forma soneto que o poeta deu o melhor de si, como se o seu temperamento romântico necessitasse dessa disciplina de contenções e limitações para se despojar das superfluidades. Outra forma sua predileta, e onde creio é exemplo melhor senão único em nossa poesia, foi a dos decassílabos emparelhados, como os da "Loa da vagabunda", álveo natural dessa veia poética, definível por uma imagem desse mesmo poema:

... uma levada
Que ia correr tumultuosamente
Para dar água pura a toda a gente...

Sr. Peregrino Júnior: sois agora dos nossos. Não creiais porém seja esta "a glória que fica". A glória que fica nas Academias é a que se traz de fora delas. Basta ler a lista dos nomes daqueles por quem Victor Hugo foi preterido na Academia Francesa em várias eleições, para nos convencermos da falácia com que aqui nos prometem a imortalidade. A glória que consola é a do trabalho. Sois um grande trabalhador. E eu quero terminar estas minhas palavras de admiração e afeto numa festa em que tanto falastes do Simbolismo, repetindo-vos o incitamento de António Nobre:

Vamos semear o pão, podar as uvas,
Pegai na enxada, descalçai as luvas...

No caso, despi o uniforme:

Tendes bom corpo, irmão! Vamos cavar!

Discurso do
SR. ROBERTO SIMONSEN

e

Resposta do
SR. J. C. DE MACEDO SOARES

Sessão solene extraordinária
do dia 7 de outubro de 1946

I

DISCURSO DO SR. ROBERTO SIMONSEN

Senhores Acadêmicos,

Tempo houve em que me tomava de certa amargura ao verificar que, em confronto com a de tantos outros povos, parecia curta a História do Brasil e lenta a sua evolução social. Depois, consolei-me um pouco, face à consideração de que, na verdade, também eram nossos o passado e as tradições de Portugal, que acrescentavam, assim, à nossa vida, mais quatrocentos anos.

Hoje, penso de outra forma. Encontro indizível encantamento no estudo de nossa pequena História, pelo muito que ela tem de novo, e pelas demonstrações experimentais que oferece, no que se refere ao contacto e à ocupação de uma grande terra por tão reduzido grupo humano e ao seu comportamento na faina de explorá-la, valorizá-la e defendê-la.

Filiado à formação espiritual paulista, fui principalmente levado a essa nova orientação pelas pesquisas que iniciei sobre a gênese e o florescimento de São Paulo, desde os tempos coloniais até nossos dias.

Em crítica sobre a história dessa região brasileira, sugeri que, para melhor apreciá-la, fosse dividida em cinco fases assinaladas por nítidos fatores dominantes.

Na primeira, São Paulo, através de suas bandeiras despovoadoras, ao mesmo tempo que ia buscar em outras regiões a mão de obra indispensável à sua agricultura, assegurava a delimitação territorial do Brasil.

Na segunda, a da cata de ouro e de pedras preciosas, o planalto criou as bandeiras repovoadoras que espalharam cidades e currais por extensa área territorial, boa parte de cujos habitantes nativos tirara anteriormente.

A terceira fase, que vai da decadência da mineração ao início da cultura cafeeira, de 1780 a 1850, caracteriza-se por várias crises e reajustamentos.

Em todas elas destacam-se índices de feições peculiares, fornecendo grande messe de conhecimentos, que sobremodo apaixonam os que se debruçam sobre a análise dos fenômenos naturais, econômicos e sociais.

Durante o surto da produção cafeeira, na quarta fase da história paulista, compreendida entre 1850 e 1930, sobressaem aspectos fascinantes, com o desbravamento dos sertões. Rasgam-se, na terra virgem, estradas e caminhos. Cresce o "quantum" demográfico e constroem-se cidades. Integram-se, nesse período, os acontecimentos que deram lugar à formação da maior riqueza até hoje forjada pelo homem no Brasil: os movimentos das populações, a substituição do braço escravo pelas grandes levas de imigrantes europeus e toda uma série de fatos de ordem econômica, social e política.

É no final do século XIX que esse impulso do enriquecimento paulista se reflete em sua invicta capital, fundada em 1554, e, por várias vezes, às voltas com imensas dificuldades, sob o signo de uma vida de pobreza. São Paulo começa, então, a sentir os primeiros sobressaltos do seu próprio crescimento.

No pórtico do ciclo do café, o trabalho de abertura das fazendas exigiu que muitos dos habitantes da capital rumassem para o interior. Repetia, assim, a gente de Piratininga, dentro de suas terras, as migrações que anteriormente havia levado a termo através do Brasil. Multiplicaram-se as cidades, e Campinas assumiu, por algum tempo, a liderança econômica, política e social da província.

Mas, com o aumento da imigração estrangeira e em virtude das economias provindas dos grandes lucros da lavoura cafeeira, começaram a refluir para a capital os fartos recursos que iriam promover-lhe o esplendor.

Júlio Ribeiro, em 1887, assim se refere a esse período da vida paulistana:

> São Paulo é hoje uma grande cidade. Dou-lhe, sem receio de erro, sessenta mil habitantes. Dia a dia, para norte, para sul, para leste, para oeste, está crescendo, está se alastrando, e, o que mais é, está se aformoseando. Os horrí-

veis casebres dos fins do século passado e dos princípios deste vão sendo demolidos para dar lugar a habitações higiênicas, confortáveis, modernas.

A grande imigração dos primeiros tempos da República não perturbou as características culturais que, tradicionalmente, identificavam os velhos troncos paulistas. Paul Denis, em insuspeito depoimento publicado naquela época, afirma: "São Paulo conservou sempre o traço nacionalista da linha de ascendentes das antigas bandeiras."

Com efeito, na Assembléia Provincial do Estado, nas últimas décadas do século XIX, deparam-se apóstrofes à mentalidade escravagista dos velhos fazendeiros, que obstava, na opinião de muitos, o desenvolvimento da colonização estrangeira. É de reconhecer-se, porém, que essa mentalidade, dificultando a aquisição de terras pelos colonos e os coagindo, por processos nem sempre suaves, à adoção dos costumes locais, decisivamente concorreu para que se não criassem quistos exóticos no território paulista, e para que se não desnacionalizasse o interior do Estado.

O enriquecimento de São Paulo pelo café produziu a formação de uma grande elite, que teve papel predominante na campanha abolicionista e na implantação da República. Renovaram-se, assim, os fenômenos que já se haviam observado em outras regiões do Brasil. No Maranhão, após mais de 150 anos de atraso e de pobreza, o aparecimento do arroz branco e do algodão explica a Atenas do Norte; em Pernambuco, são os canaviais que criam o escol intelectual e político do Nordeste; em Minas, o período áureo da mineração faz surgir as escolas literárias mineiras; e, afinal, no Vale do Paraíba, forma-se a plêiade dos "barões do café", tão primorosamente descritos pelo insigne Afonso de Taunay.

FILINTO DE ALMEIDA EM *A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO*

Paralelamente, pois, à expansão da sua riqueza, São Paulo passou a ter voz ativa na vida cultural e na orientação política brasileira.

Na guerra ao escravagismo e na propaganda pelo advento da República, brilham, na terra paulista, na segunda metade do século XIX, três focos de imorredoura luminosidade: a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o Reduto do Jabaquara e a Convenção de Itu.

Evocar essa constelação é render preito de justiça ao idealismo de que também se impregnava a alma paulista nas lides que empreendeu pelo engrandecimento de sua terra. Desse idealismo e do espírito tradicionalmente nacionalista de suas velhas estirpes, é que se achava dominada a paulicéia quando se proclamou a República.

Favorecidos pela descentralização administrativa, tomados de novo alento, republicanos e monarquistas se fundem em união sagrada pelo progresso da capital bandeirante.

São Paulo era, então, eminentemente agrícola. A indústria repontava apenas em pequenos estabelecimentos de diminuto valor. Todos os grandes recursos provinham do café, e os capitalistas, os homens detentores de fortuna eram fazendeiros na quase totalidade. O progresso da cidade refletia o adiantamento agrícola da província.

Foi em tal clima que Filinto de Almeida, a quem venho suceder nesta Casa, apartou ao meu Estado, para dirigir *A Província de São Paulo,* o grande órgão de Rangel Pestana. Ia, Filinto, do Rio, onde era correspondente desse jornal e de onde participara da campanha republicana em que estavam empenhados os seus companheiros de *A Província*. Nessa fase memorável do grande periódico, já aí fulgia o espírito de Julio Mesquita, e, em sua redação, se congregavam os mais altos valores da intelectualidade paulistana. Pode-se dizer que foi assim, no cenário dos próprios acontecimentos, que Filinto completou sua integração na alma brasileira. Quando vem o preceito constitucional de 91, o da grande naturalização, já o encontra pensando e procedendo brasileiramente.

Seu espírito luso-brasileiro sentiu-se perfeitamente identificado com a gente de São Paulo. Convidado para redator de debates da Assembléia Estadual, cargo então de excepcional importância, teve nele que suprir as naturais deficiências de um meio onde a instrução era ainda atrasada. E tão hábil se revelou em suas funções, que o Partido Republicano resolveu elegê-la deputado à Assembléia do Estado.

Filinto viveu em São Paulo o qüinqüênio inicial da primeira década republicana, época que constituiu uma verdadeira "era vitoriana" para a antiga Piratininga. De fato, do esforço coordenado de todos os paulistas, das grandes iniciativas então levadas a efeito, defluíram rumos definitivos para o progresso de sua capital. E esse lustro de vivência, lúcida e combativa, o fez tam-

bém cidadão do Brasil, cujas angústias e vitórias ele transformava em vitórias e amarguras pessoais.

CULTURA E CIVILIZAÇÃO

Praticam-se, amiúde, confusões no emprego das expressões "Cultura" e "Civilização".

Cultura é usada, na linguagem comum, para exprimir a posse de um apreciável grau de conhecimentos. Em sociologia, traduz os traços reveladores da vida de um povo em determinada época, ou então, o complexo dos elementos por ele criados para a constituição do meio em que vive. Cultura, neste sentido, seria fruto da criação humana e não ambiente geográfico. Por esta definição, todos os povos, desde os mais primitivos até os mais adiantados, possuem sua cultura característica ou se filiam a outra.

Múltiplos índices que assinalam a cultura dos norte-americanos, povo que notória e indiscutivelmente conquistou uma posição de vanguarda, poderiam, na opinião de Clark Wissler, ser compreendidos dentro de três largos numeradores: a extensa utilização da máquina, desde o simples utensílio de uso pessoal até os mais complexos veículos de transporte; a difusão generalizada da instrução e da educação; e a aplicação intensiva do sufrágio universal, com todos os aparelhamentos institucionais que dele decorrem.

O conceito de civilização se acha intimamente conjugado tanto aos preceitos de ordem moral, quanto aos que determinam o progresso na sua acepção spenceriana. Guyot avaliava o grau de civilização de um povo pela razão direta da ação exercida pelo homem sobre as coisas e pela inversa da coerção do homem sobre o homem, fórmula que acredito feliz e exata.

Meu querido mestre Afrânio Peixoto, numa das admiráveis páginas de *Poeira da Estrada*, acentua a diferença existente entre Cultura e Civilização. Mostra, ainda, que esta última está etimologicamente ligada à Noção de "civilidade", o bom trato e a compreensão dos homens entre si, ou seja, a que chamamos educação.

Assim, se dos norte-americanos se pode dizer que são donos de incontestável cultura e civilizados em alto grau, o mesmo não se dirá de muitos outros povos, cujo imenso desequilíbrio entre uma cultura material e científi-

ca adiantada e um grande atraso de civilização a última guerra nos patenteou em toda a sua nudez.

Fernando de Azevedo, em livro recente e erudito, discorrendo sobre a cultura brasileira, salienta os traços marcantes de nossa vida.

Um exame imparcial desta evolução faz ver que, comparados os nossos com os índices que se deparam em nações mais adiantadas, somos mais civilizados do que cultos. Antes assim: a barbárie não é fruto que possa medrar em solo brasileiro.

CULTURA BRASILEIRA E CRIAÇÃO LITERÁRIA

As instituições políticas, sociais e econômicas que melhor sirvam a um povo estão intimamente ligadas ao grau de cultura e de civilização que ele tenha alcançado. Daí, os imensos desajustamentos que continuamente sofremos, resultantes da cópia servil que andamos a fazer de modelos alienígenas.

Foi, aliás, por verificar a impossibilidade do bom funcionamento, entre nós, de muitos desses organismos, julgados essenciais ao progresso de outros povos, que me dediquei a longos e penosos estudos na esfera da nossa economia, da nossa sociologia e da nossa política. Cheguei, assim, à irrefragável conclusão de que para sairmos, quanto antes, do atraso demonstrado pelos nossos índices de cultura, deveríamos lançar mão de um planejamento geral, em que fossem coordenada e eficientemente utilizados todos os conhecimentos que a ciência e a técnica nos oferecem, propiciando ao Brasil um progresso mais rápido do que aquele possibilitado pela sua evolução normal.

Infelizmente ainda não se formou entre as nossas elites uma consciência suficientemente esclarecida sobre a gravidade de nossos problemas fundamentais. Homens públicos de notável relevo preocupam-se, aqui, quase que apenas com os aspectos formalísticos da política doutrinária. Impressionados com tais aspectos em povos de cultura muito diversa da nossa, distraem-se da objetividade e das peculiaridades das nossas condições. Estão eles, o mais das vezes, para as questões brasileiras, como simples disciplinadores de pronomes estarão para a análise de uma obra literária monumental como a de Balzac.

Poderemos, razoavelmente, colocar a cultura brasileira dentro dos postulados básicos que fixam a cultura norte-americana: maquinização, educação

geral e sufrágio universal? Poderemos negar a íntima conexão que deve existir entre o grau de cultura de um povo e as instituições políticas que lhe sejam mais adequadas?

As dificuldades do momento nos ensinam, por exemplo, que no combate à inflação, dada a nossa estrutura social e econômica, não podemos aplicar as mesmas medidas drásticas de que se valem outras nações de estrutura social e econômica mais consolidada do que a nossa.

O planejamento, tal como o sugeri num dos conselhos técnicos da administração pública, permitiria o enquadramento, na ciência e na técnica, de todos os nossos problemas básicos, pondo a descoberto o absurdo de pretendermos transplantar processos alienígenas de cura para doentes constitucionalmente diferenciados.

A atmosfera de incompreensão e desajustamento que aqui respiramos só não nos arrasta a conseqüências de maior gravidade porque atingimos, pela nossa formação moral, uma civilização bem acima das nossas condições culturais. Tal estado de cousas repercute, também, sem nenhuma dúvida, nas criações dos nossos homens de letras. E faz melhor compreender o caso de Filinto de Almeida, a sua educação cultural luso-brasileira, o seu contato com a nossa intelectualidade boêmia, a sua cooperação com a elite republicana – geração que fundou a Academia – e, finalmente, o seu refúgio no lar e no culto da arte pela própria arte, tal como a havia entendido em sua mocidade.

O JORNALISTA DE 1892 E O DEPUTADO

Proclamada a República, é em *A Província de São Paulo* que a ação do homem de imprensa que foi Filinto de Almeida se desdobra com agudeza, oportunidade e perfeito conhecimento dos problemas então em foco. Cabe-lhe, como primeira providência que lhe indica o advento do novo regime, a mudança do título do jornal para *O Estado de S. Paulo*. E, logo de início, uma de suas campanhas – isto para citar apenas uma delas – a que visava o ensino obrigatório da língua nacional nas escolas italianas e alemãs da terra bandeirante, torna-se vitoriosa.

Deputado à Assembléia Estadual, nunca deixa de estar presente aos debates. Mas, para ligar seu nome, em definitivo, aos fastos da vida cultural

paulista, bastaria o projeto, de sua autoria, da criação do atual Museu do Ipiranga, onde a gente do planalto vem carinhosamente acumulando os símbolos mais expressivos de suas tradições. Foi Filinto de Almeida, pouca gente sabe disto, quem tomou essa iniciativa, com a cooperação de Pereira dos Santos, em sessão de 8 de Agosto de 1893, para que se instalasse no próprio do Estado, designado Monumento do Ipiranga, situado na colina do mesmo nome, o Museu Paulista, com a organização legal que lhe fosse determinada e onde se guardassem – vou ler as suas próprias palavras:

> As coleções de objetos históricos então a cargo da Comissão Geográfica e Geológica e aí figurassem: 1) o quadro de Pedro Américo, comemorativo da Independência e outros de assunto de história pátria, adquiridos ou oferecidos ao Estado; 2) as estátuas, bustos e retratos a óleo de cidadãos Brasileiros que, em qualquer ramo de atividade, tenham prestado incontestáveis serviços à Pátria e mereçam do Estado a consagração de suas obras ou feitos e a perpetuação de sua memória.

Mas é o jornalista, o comentarista não raro mordaz, atento em verberar os abusos do seu tempo, prejudiciais aos interesses do povo, o que as suas crônicas revelam de modo surpreendente.

Assíduo, vivacíssimo, vemo-lo então, de férula em punho, já naquela época, atacar os negociantes inescrupulosos pela alta dos preços dos gêneros, numa página que poderia ser escrita hoje com a mesma propriedade. "Desgraçadamente", exclama, "os pobres não podem suprimir o luxo de comer!" – Reclama ele, ao mesmo tempo, contra os aluguéis extorsivos, dizendo:

> As casas que, há três ou quatro anos, eram alugadas por 50$000, estão atualmente a 100$000 ou mais. Um horror! Se a polícia não obrigasse a gente a morar – *são suas palavras* – ou se se pudesse morar sem casa, ainda as coisas se resolveriam. Mas assim, não sei como há de ser resolvido o problema. Uma estatística de 88 dizia que naquele ano foram edificadas nesta capital 756 casas, mais de duas por dia; no ano passado é certo que o número de construções aumentou; entretanto quase não há casas para alugar, e as que aparecem, ou só prestam para cães, ou estão pelo preço... da banha, relativamente.

No mesmo tom, e já num dos seus tópicos intitulados *Dia a dia* (em 26 de Abril de 1892) falava Filinto sobre as oscilações do câmbio, e dizia com raro senso crítico:

> Há cinco meses, desde a queda da ditadura, que o câmbio oscila entre as taxas de 11 a 12 sobre Londres. Parece, portanto, que o nosso comércio já poderia ter uma base para os preços correntes dos vários gêneros de consumo. E todavia essa base não existe ainda. Perdeu-se inteiramente a noção do valor mercantil dos artigos de consumo, e reina ainda a maior e mais deplorável anarquia nos preços, o que dá lugar às mais violentas especulações e a uma verdadeira e calamitosa extorsão feita à pobreza por muitos negociantes retalhistas.

"REFLEXÕES CRISTÃS"

Ainda em 92 profliga o congestionamento da Alfândega de Santos e as dificuldades de transporte da Central do Brasil, "duas instituições que – *assevera* – estão sendo paralelamente fatais a São Paulo".

E aduz estas reflexões a respeito, a que chama de "reflexões cristãs":

> O que é a Alfândega de Santos já com muita eloqüência e energia disse o extinto *Diário da Manhã*, que ali se publicava. A campanha movida pela brilhante folha santista àquela medonha e perigosíssima repartição federal deu causa a alguns melhoramentos; e a grande comissão do comércio organizada aqui, há meses, creio que por sugestão do governo, conseguiu um arrasamento completo. Por mais gatos que para lá mandem, não há meio de extinguir os ratos que a devastam .

E assim prossegue em seu picante libelo:

> Para se livrar das garras aduncas e da falta de espaço da alfândega de Santos, o comércio de São Paulo recorreu à do Rio de Janeiro e lá fazia desembarcar as suas inúmeras mercadorias, que vinham para aqui pela Estrada de Ferro Central. Mas parece que a administração da Estrada não gostou da freguesia, porque logo começou a desorganizar com imenso cuidado todos os

> seus serviços, de modo a não poder conduzir nem num mês, nem em dois, as cargas que recebia a despacho. Com uma paciência verdadeiramente evangélica e com incalculável sacrifício, o comércio, que é a corporação mais imaginosa de quantas no mundo sonham, descobriu uma tangente, inventou um novo meio de se salvar da alfândega de Santos; começou a despachar as cargas como encomenda, ao triplo do frete, e em volumes nunca mais pesados que cem quilos. Pois nem assim! Logo que a administração da Estrada percebeu que estava de algum modo satisfazendo o comércio, zás! torna a precisar de meses para conduzir um caixote qualquer do Rio para São Paulo; e agora, segundo li na *Gazeta,* nem assim quer continuar, e vai recusar-se a receber encomendas.

E conclui:

> Para que diabo serve então a estrada de ferro?
>
> Só para transporte de passageiros? Mas isso mesmo é feito por ela com a maior indecência, porque os trens nunca chegam na hora da tabela, mais do que uma ou duas vezes por semana, e a viagem, já penosíssima, com treze horas, é quase mortal com dezesseis e vinte que às vezes consome. Precisamos, pois, e com a maior urgência, não só de uma alfândega em S. Paulo, mas também de outra estrada de ferro para o Rio. A Central poderá ficar como monumento e para fazer parelha com a alfândega de Santos. Reservemo-las para a posteridade, bem unidinhas (*sic*) e com esta inscrição comum: Isto foi uma Alfândega de ratos e um Caminho de Ferro de tartarugas. Povos venerai estes dois animais!

AINDA SÃO PAULO E UMA PEQUENA HISTÓRIA LÍRICA

Poderia eu – creio – resumir a passagem de Filinto de Almeida por São Paulo sob um tríplice aspecto: do homem de idéias, do deputado estadual, do comentarista. Como homem de idéias, defendeu ele, ao lado de grandes paulistas, as causas da Abolição e da República. Deputado, assinalou a sua presença na Câmara, por um traço de operosidade, inteligente e altiva. Comentarista, soube interpretar, com suas "reflexões cristãs", as verdadeiras aspirações do povo.

Mas o seu contato com a terra de Piratininga teve, também, a redourá-lo, um aspecto afetivo, mais lírico, mais particular. Refiro-me ao amor do

poeta por D. Júlia, cuja família – a família do Dr. Silveira Lopes, depois Visconde de São Valentim – residiu algum tempo em Campinas.

"1887", diria ele já cinqüenta anos mais tarde, "foi o ano mais venturoso de minha existência. Os deuses me sorriram... Era a realização de um sonho longamente almejado. A dedicatória de *Lírica,* datada de outubro de 1886, vos dirá, nas simples iniciais do rosto – J. L. – qual foi esse sonho mirífico."

Lírica, a que se referia Filinto, é o seu primeiro livro de versos. As iniciais J. L..., são de Júlia Lopes, e na dedicatória o poeta procura atenuar – aos olhos de quem? – os pecadilhos de sua primeira mocidade:

Os versos que aí vão
Lançados hoje ao vento,
Fê-los o sentimento,
Disse-os o coração.

Neles encontrarás
Muito mistério – oculto,
E muito amor sepulto,
Que não compreenderás.

É que a Poesia tem
Destas anomalias:
Escrevem-se poesias
Sem se saber a quem!

Há nomes de mulher
Que nós nem conhecemos,
E nomes que escrevemos
Em vez de outros quaisquer.

Não fiques a cismar
Em tanto desconforto,
E de um passado morto
Desvia o teu olhar.

O que passou, morreu:
Lei é fatal e assente.
É teu o meu presente,
E o meu futuro é teu.

Poesias – é comum
As damas escrevê-las.
Certo há muitas estrelas...
Mas sol? apenas um.

Do teu amor em prol
São todos os amores.
Crestaste-os como a flores,
Ó meu único sol!

Contam os seus biógrafos como se deram as coisas. Embora nascida nesta capital, é em Campinas que D. Júlia passa grande parte de sua mocidade, pois é aí que reside o seu pai, o Visconde de São Valentim. De Campinas é que ela envia um dos seus primeiros trabalhos literários para *A Semana*, de Valentim Magalhães, em cuja redação, antes de sua ida a São Paulo trabalhava Filinto. Este descobre a escritora, ainda provinciana e desconhecida e entusiasma-se por ela. Certo dia tem notícia de que Júlia Lopes se encontra no Rio, em visita a uma irmã, Adelina Amélia Lopes Vieira, e vai procurá-la; quer vê-la, quer ouvi-la, quer dizer-lhe o entusiasmo de que se acha possuído. O seu coração de poeta, porém, já não se contenta com ouvi-la e vê-la. Fossem quais fossem as dificuldades a vencer, aquela seria a sua companheira de destino. Em 1887, quando o Visconde de São Valentim embarca para Lisboa levando a família, Filinto mobiliza todos os seus recursos e, a 12 de Outubro desse ano, embarca no *John Elder* para o mesmo destino. O intuito dessa viagem, segundo uma informação de João Luso, está claro: "D. Júlia o esperava para se casarem."

NO RIO AO TEMPO DE *A SEMANA*

Antes, porém, de ser redator de *A Província de São Paulo*, havia Filinto de Almeida iniciado, no Rio, para onde viera com dez anos apenas, a sua vida

jornalística; antes de ser o companheiro de Rangel Pestana e de Júlio Mesquita, fundara *A Semana*, com Valentim Magalhães; trabalhara em *A Folha da Noite*, de João Alves Mendes da Silva, ao lado de Serpa Pinto e Lourenço Leal e fora companheiro de Lopes Trovão, em *O Combate*, órgão de propaganda republicano-radical; antes de se casar com a filha do visconde, exercera o ofício de simples caixeiro na Rua da Quitanda – aquele que trabalhava de dia e passava a noite a ler e a estudar "à luz de uma vela metida no gargalo de uma garrafa"; antes de publicar *Lírica*, publicara composições esparsas; publicara o seu primeiro poema na *Folha Ilustrada*, de onde sairia depois a *Gazeta de Notícias*. (É quando ele remete pelo correio – como nos conta – o seu trabalho de estréia para as *Fábulas Instantâneas*. E quando lê, com alegria, a resposta à sua carta: "F. Almeida: não são maus os seus versos. Vão ser aproveitados").

É o Filinto dessa época que Valentim Magalhães retrata vivamente:

> Ele faz crônicas, as mais engraçadas e criteriosas que se lêem no jornalismo fluminense. Ele faz a local do momento, curta, incisiva, hilariante; ele faz a crítica, sem farfalhices de erudição catalógica, sem pedantescos rigores; ele faz o artigo sério sobre o fato grave do dia; ele faz crítica teatral, e como poucos; ele faz o necrológio e traça, em prosa ou em verso, o artigo de censura e o artigo de aplauso; ele faz o diabo! Ele faz tudo o que um jornalista – que o seja – deve fazer. E tudo com a mesma facilidade e limpeza; com critério, naturalidade e gramática.

E acrescenta Valentim Magalhães: "A gramática é a sua mania. Nunca a estudou e por isso é que a sabe como trezentos corujas."

Como entrou Filinto para o Jornalismo? Ainda é Valentim Magalhães quem nos conta o episódio, numa crônica de 30 de outubro de 1886:

> – Deixo hoje de ser seu empregado.
>
> O patrão empalideceu. Aquele rapaz era um verdadeiro ímã à freguesia de varejo, que ele atraía com a delicadeza do seu trato e comunicativa alegria de sua conversa. À custa de uma simples pilhéria, vendia o artigo mais caro do que outro qualquer, e isso sem dificuldade e sem que o freguês o desconfiasse.
>
> – Mas, porque é que sai?

– Eu... – e Filinto tomou um ar imperativo de embrionário Girardin – eu abandono o comércio.

– Hein?

– Entro para o Jornalismo.

No outro dia o ex-caixeiro estava sentado à mesa de redator do *Domingo*. "Este jornal, então, viveu um bom número de domingos", diz Valentim, "graças ao prestígio que o seu redator (*chapeau bas*) gozava entre os antigos colegas."

Dois atributos já se lhe notam, no comentário da época: um, para as ações generosas: o coração grande; outro, para o pitoresco das anedotas: uns pés enormes. "O seu coração é tão grande", gracejava o amigo inseparável, "que não cabe dentro de um só dos seus sapatos."

O coração lhe explicaria, mais tarde, toda uma concepção filosófica e cultural da vida. Os pés avantajados, objeto de curiosidade para os amigos e de graça para os maledicentes, rimavam bem com a firmeza dos seus passos e das suas decisões.

Mas não só isso enriquece a maledicência daquele tempo. Não escapou à verve dos cariocas o aparente paradoxo do comerciante dublê de poeta. E um jornal irreverente noticiava: "Faz anos hoje o Sr. Filinto de Almeida, conceituado poeta, estabelecido nesta praça."

O SENTIMENTO DE FAMÍLIA

Mas, ia dizendo, *Lírica* é uma coleção de sonetos, escrita aos 28 anos. Nela, um critico da envergadura de Ezequiel Freire notou o "sabor dos clássicos portugueses do período seiscentista, no que concerne a estilo e imaginação". Petrarca e Camões são os seus paraninfos espirituais.

Em *Cantos e Cantigas* já Filinto registra produções de uma fase de vida mais tranqüila. Dedica-as a seus filhos e a sua mulher.

É em Santa Teresa, então, que reside o casal feliz. Aquele casal feliz que João do Rio descreveu em luminosa página do seu *Momento Literário*:

> Uma criança loira, de uma beleza de narciso, aparece à porta. É a Margarida. As suas longas mãos no ar, chamando a mãe, são tão finas e rosadas que recordam as pétalas dos crisântemos. D. Julia levanta-se.

– Vou ver o Albano, coitadinho... já não o vejo há muito tempo.

Ficamos sós, um instante.

– Há muita gente que considera D. Julia o primeiro romancista brasileiro.

Filinto tem um movimento de alegria.

– Pois não é? Não era eu quem devia estar na Academia, era ela.

Esse sentimento de mútua admiração – diz o fascinante cronista que foi João do Rio – é um dos encantos daquele lar. Filinto esquece os seus versos e pensa nos romances da esposa. Leva-a a certos trechos da cidade para observar o meio onde se desenvolverão as futuras cenas, é o seu primeiro leitor, ajuda-a com respeito forte e másculo. D. Júlia ama os versos do esposo, quer que ele continue a escrever, coordena o volume prestes a entrar no prelo. E ambos, nessa serena amizade, feita de amor e respeito, envolvem os filhos numa suave atmosfera de bondade.

Forte razão havia, pois, para um soneto como este:

Quando penso que és minha, eu estremeço
De grande e íntimo orgulho e de alegria.
Sei que tu és um bem que eu não mereço...
Mas nenhum homem te mereceria.

Por que me coube um prêmio de tal preço,
A mim tão imperfeito e sem valia?
Benigna sorte dadivosa e pia,
Magnânima fortuna, eu te agradeço.

Flor de bondade, fonte cristalina
Da Virtude e do Bem, que o Bem sugeres,
E cuja alma impoluta me fascina,

Bendita sejas tu, que bem me queres,
Bendita sempre sejas, ó divina,
Ó única Mulher entre as mulheres!

É esse mesmo ambiente de ternura, de gosto pelas coisas da Arte, que se repete – já na sua nova residência da Avenida Atlântica – onde o "lar de artistas" tem a sua constituição feliz. Os filhos já estão crescidos. D. Júlia Lopes e Filinto constituem um modelo de mútua compreensão comovente pela lição de beleza que encerra. Margarida é, então, a grande declamadora; Albano, o pintor de "paisagens estranhas"; Afonso é diplomata, além de escritor e poeta de fina sensibilidade, e Lúcia, musicista e cantora; e todos formam a família ilustre, o recanto de afeto, onde nós, afinal, iríamos encontrar um trecho de paisagem humana em seu mais puro sentido de solidariedade e crença nos valores da vida.

CANTOS E CANTIGAS

Mas já aos 45 anos preocupa-se o poeta com os pródromos da velhice. Em "Crepuscular" encontram-se estrofes como estas:

.....
Envelhecer é ver chegar a própria ruína,
Pender as ilusões que doiram a existência,
E provar esta coisa amarga – a experiência,
Que destrói longamente a loucura divina.

Só o artista resiste ao desastre medonho,
Só o poeta é que vê calmo a ruína da vida,
Porque ao sentir que está com a fronte encanecida
Recomeça a viver a vida do seu sonho.
.....

Em "Conselhos" traduz, com fidelidade, a compreensão que tinha da vida:

És um homem. Caminha. A vida é uma batalha,
Uma batalha rude e sem tréguas. Conquista
Palmo a palmo o teu posto, e não percas de vista
Que é esforço perdido o esforço que se espalha.

A um só escopo dirige a vontade, e trabalha;
Vê que sempre, na luta, ampla razão te assista,
Teme a imaginação da tua mente de artista
E nutre as ilusões que a tua alma agasalha.
.....

Contêm *Cantos e Cantigas* uma série de poemas, sonetos e trovas, nos quais se encontram sempre, com firmeza e sinceridade, os seus pontos de vista sobre os quadros mais correntios da vida.

Muitas das suas produções são realmente felizes. Em "Looking backwards", dedicada a Alfredo Pujol, deparamos com esta:

.....
A memória é uma corrente
Da imaginação febril;
Liga o passado ao presente,
Como uma ponte sutil.
.....

Em *Dom Quixote*, dedicado a Leopoldo Bulhões, ao fixar a ética da figura imortal do cavaleiro de Cervantes, assim remata os seus versos:

.....
Deixai-o caminhar assim mesmo, irrisório,
Propugnando a Justiça e combatendo o crime;
Deixai-o na ilusão do grande esforço inglório,
Que a bizarra loucura é que o torna sublime.

Não o acordeis jamais; deixai-o na ebriedade
Do áureo ideal pertinaz que as mágoas não consomem:
Sonhar a Glória, o Amor, a Justiça, a Bondade...
Só quem sabe sonhar é digno de ser homem.

E a expressiva e tocante delicadeza destas estrofes contidas em "Cintilas?"

V

A minha esposa perguntou alguém
Qual era o sentimento mais profundo,
Mais vasto e mais humano deste Mundo.
E a pergunta foi feita a mim também.

Cada um de nós de pronto respondeu
Da feição mais segura e mais singela.
Que era o amor de mãe, respondeu ela;
Que era o amor de pai, respondi eu.

POESIA "À MODERNA" E POESIA "À ANTIGA"

Já houve quem classificasse os homens em duas grandes categorias. A primeira abrangia aqueles que quase exclusivamente se deixam dominar pelos acontecimentos e pelo ambiente, vivendo, pois, e principalmente, ao sabor do meio, e levando a vida por um quotidiano imediatismo dedutivo. A segunda incluía os que, dotados de imaginação criadora, procuram, constantemente, indagar da natureza das coisas e plasmar, durante a existência, algo de próprio.

Só na última categoria, acredito, se podem encontrar os verdadeiros artistas, os que logram transmitir o fruto da sua riqueza imaginativa, através de produções que impressionam aos nossos sentidos.

A Arte não pode ser convertida em preceitos dogmáticos, sejam quais forem as formas de que se revista; e estas, por sua vez, não podem ser limitadas no espaço e no tempo.

A Arte, para ser verdadeira, precisa adornar-se de predicados essenciais de compreensão e beleza. E por maior que seja o gênio criador, estará ele fatalmente subordinado às condições da sociedade em que aprofundou as raízes da sua cultura, para a qual produziu, e dentro de cuja perspectiva terá de ser entendido. Daí, para o julgamento de uma obra literária, como de qualquer realização artística, o ser preciso fixar os traços culturais característicos da época em que o artista viveu. Encarada a Arte sob os aspectos da sua origem, da sua razão de ser e da sua finalidade, verificamos que, a rigor, não

pode haver um conflito entre a substância e a forma, ou entre a verdade e a Beleza. Fixadas essas premissas, podem-se livremente alinhar as várias escolas e teorias em que as lucubrações de críticos e doutrinadores têm procurado dividir e subdividir a produção artística.

Na Literatura, a vida dos sentimentos parece denunciar-se mais intensamente pela Poesia que pela Prosa. A verdadeira Poesia provoca reações mais fortes que as outras formas literárias. É esse, aliás, um dos seus objetivos.

Afastando-nos, no entanto, da apreciação de obras admitidas como eternas, deparamos com as fundas divergências existentes entre os poetas de hoje, principalmente quanto à técnica da manifestação do seu espírito. Diante, porém, da revelação da poesia verdadeira, parece-me que não pode passar para o primeiro plano a querela entre os defensores e os detratores da rima, entre os partidários ortodoxos do verso metrificado e os que almejam maior liberdade de ritmos.

As odes, que na poesia eram em regra consagradas às grandes forças da natureza, tendem hoje a evolver, naturalmente, em cânticos votivos aos lances da técnica moderna.

Mas enquanto o homem antigo se sentia pequeno diante daquelas forças, o de hoje, ao influxo, às vezes ilusório, das conquistas da técnica, chega a admitir uma concepção de domínio e de possibilidade de sua interferência na própria modificação do organismo social em que se integra.

Este estado de espírito reflete-se na poesia moderna, em que o poeta assume uma liberdade de ação, coadjuvante da necessidade de transmitir ao meio as reações da própria sensibilidade, diante da natureza e da multiplicidade dos novos fenômenos que ele defronta.

À medida que se processa uma associação mais inteligente do homem com a Ciência e com a máquina, surgirão, naturalmente, novas contribuições para o enriquecimento da linguagem literária.

> Estávamos habituados – escreveu Paul Engel – com moinhos de vento mas não com dínamos. Estávamos familiarizados com arados puxados por cavalos, mas não por tratores, e, além do mais, era uma velha tradição o uso, em poesia, do moinho de vento e do arado. Mas isso sofreu alteração. As crianças de hoje brincam com aeroplanos, com trens elétricos e com um sem-número de engenhos mecânicos que não lhes serão mais estranhos quando crescerem.

Os poetas modernos cantam, de preferência, a vida ativa ou a mecânica. Filinto prefere as "Harmonias da noite velha". Não o seduzem os temas da poesia moderna ou revolucionária. Ao contrário. "A máquina das máquinas", "Arte passadista", "Arte atualista", e nos sonetos dedicados *A um jovem poeta* e *A um jovem poeta futurista,* o que ele nos demonstra é a sua aversão à bizarria e aos exageros de algumas escolas avançadas:

O simulacro abstruso da Poesia,
Salpicado na atual literatura,
Obliterou do Verso a forma pura
E suprimiu-lhe o encanto da harmonia.

Chamaram-lhe a princípio "arte futura"
Não sei tomo lhe chamam hoje em dia.
Salta aos pedaços prosa correntia
Em linhas sem medida e sem censura.

Nem a audição assim, nem mesmo à vista
Nos dão do ritmo a mais exígua parte,
E manquejam os versos com o versista...

Mas deixa-os lá! Por que hão de preocupar-te?
Onde o poeta deixou de ser artista,
Deixou logo a poesia de ser arte.

É perfeita e compreensível a atitude de Filinto de Almeida. Poeta lírico, ateve-se de preferência à forma clássica, refugiando-se na apreciação de eternos problemas, que, sendo velhos, são sempre novos: o amor, a mulher, a mocidade, a saudade, o sofrimento...

DO ESTOURO DA BOIADA AO PÂNICO DA BOLSA

Aliás, pergunto, a circunstância de nos deleitarmos com as produções de um Manuel Bandeira, de um Cassiano Ricardo, de um Ribeiro Couto, de um Menotti Del Picchia, ou de um Múcio Leão – para só citarmos poetas da

Academia – impedirá que reconheçamos o valor das obras de um Olegário Mariano ou de um Adelmar Tavares?

Ainda hoje emociono-me relendo Vicente de Carvalho e Olavo Bilac, evocadores de muitas horas felizes da minha mocidade.

Os chamados "poetas modernos" são fruto de uma insatisfação mental que a inquietação do universo traduz e transmite a espíritos sonhadores, comovidos pelo espetáculo do mundo à procura da própria alma, e que buscam interpretar essa perplexidade pela adoção de novas formas poéticas. A diferença que os aponta como adeptos de escolas distintas será conseqüência da maneira por que, em dois instantes históricos, é considerado o conceito da Poesia.

Estamos, ainda agora, neste período de rescaldo de guerras, assistindo a uma evolução da Poesia, dentro do mesmo terreno de que os nossos grandes modernistas se tornaram pioneiros. Talvez por isso é que se acreditava Filinto, em seu tempo, um revolucionário autêntico, dizendo: "Desde moço sempre fui um revolucionário no sentido estético. Com Valentim Magalhães pelejei pelo advento do parnasianismo. Trabalhamos nos jornais por dois ideais dos maiores: a Abolição e a República."

E que dizer de sua iniciativa – tão revolucionária que os modernos a adotaram – de se reabilitar o nosso originalíssimo "ao"? "Não estranharás", (dizia ele a Augusto de Lima), "que eu a defenda (a língua) pelo fato dos que consideram desprimor um som que as suas irmãs não contam em sua fonética".

Será, pois, natural, que coexistam na nossa literatura poemas que colhem seus motivos nas mais diferentes demonstrações da cultura humana, como aqueles que buscam ainda suas raízes nas bravias manifestações da natureza e do nosso homem do campo. Para uns, os que habitam os centros do comércio e da indústria, a tradução de um desajustamento ou de uma descoordenação violenta encontrará o seu símbolo no espetáculo de um pânico da Bolsa; para outros, os das regiões agrárias, mais atrasadas, a mesma hipótese encontrará a sua expressão mais sugestiva e inconfundível no estouro da boiada.

HARMONIAS DA NOITE VELHA

Ainda sob esse aspecto justifica-se a coexistência, no país, sem razão para desentendimentos ou atritos, das duas poderosas escolas dos poetas "à antiga" e "à moderna".

Filinto de Almeida foi um poeta filiado à primeira delas. O livro *Lírica* representa o momento mais alto da sua interpretação dos valores poéticos, e *Harmonias da noite velha* sua derradeira produção em versos.

Acredito ser fiel à verdade, acentuando o fato de que, poeta, Filinto esteve perfeitamente à altura de responder ao gosto do seu tempo. Os versos que escreveu, considerados à luz de uma crítica imparcial, são dignos de figurar, como tantos outros, em nossas antologias.

Manuel Bandeira, em seu estudo sobre os parnasianos, transcreve a conhecida "Balada Medieval":

Por noite velha no castelo,
vasto solar dos meus avós,
foi que eu ouvi, num ritornelo,
do pajem loiro a doce voz.
Corri a ogiva para vê-lo,
vitrais de par em par abri
e ao ver brilhar o meu cabelo,
ele sorriu-me, eu lhe sorri.

Venceu-me logo um vivo anelo,
queimou-me logo um fogo atroz.
E toda a longa noite velo,
pensando em vê-lo e ouvi-lo a sós,
Triste, sentado no escabelo,
só com a aurora adormeci...
Sonho, e no sonho, haveis de crê-lo?
Inda o meu pajem me sorri!

Seguindo a amá-lo com desvelo,
por noite velha, um ano após,
termina enfim o meu flagelo.
Felizes fomos ambos nós...
Como isto foi, nem sei dizê-lo!
No colo seu desfaleci...

E alta manhã, no seu murzelo,
o pajem foge e inda sorri.

Dias depois, do pajem belo,
junto ao solar, onde eu o ouvi,
ao golpe horrível do cutelo
rola a cabeça, e inda sorri...

Teve ele, muito nítido, o sentido da forma. Esse sentimento da plástica literária era a última conquista do tempo em que versejou.

Da impassibilidade parnasiana, Filinto de Almeida evadiu-se pela mais cômoda das evasões, dando um cunho pessoal às suas meditações líricas. E, como não podia deixar de ser, os clássicos temas impessoais e mitológicos da tradicional poética do Parnaso foram sendo substituídos, na lira do nosso poeta, por um temário bem mais próximo da emoção do público: o amor, os encantos do lar, o sentimento de pátria, e – por que não dizê-lo? – os fervores da sensualidade. Suponho que, engenheiro que sou, poderia, por meio de gráficos, descrever, através de curvas ascendentes e descendentes em paralelismo com o seu vigor físico e com o seu estado de alma, a importância que na obra de Filinto tiveram as manifestações do amor, vistas de um ângulo quase que exclusivamente pagão.

O CAMONIANO CONVICTO

Com a maturidade, os ardores estéticos arrefecem sensivelmente. Filinto torna-se, então, um trovador enternecido pelo que há de impessoal nos grandes temas de Camões. Transforma-se em camoniano convicto, menos pela realização que pelas intenções postas comovidamente em seus versos de outono.

Este é o Mestre, este é o Guia, este é o que ensina.
Tomou-me pela mão e na adolescência,
Deu-me os primeiros lumes da consciência,
Fez-me a luz que ajuda agora me ilumina.

Guiou-me pela estrada diamantina,
Transmitiu-me os avisos da experiência;
Abriu-me ao ar e ao sol a inteligência,
Mostrou-me a forma e a idéia peregrina.

Vulto humilde – segui-o a vida inteira;
Luz clara – ele o meu nome determina;
Soberba nau solar, vou-lhe na esteira.
E quando escrevo surge, repentina,
a sua augusta sombra sobranceira.
– Que ainda é o Mestre, ainda é o Guia, ainda é o que ensina.

Da sua *camoniana* merece ainda referência o soneto que dedica ao salvamento de *Os Lusíadas*:

Imenso Mar, oceano misterioso,
Por quem se entrega o marinheiro à lida
Que escondes a Procela adormecida,
Para o perigo e a morte, ou para o gozo.

Um dia visto sobre ti caída
A figura de um náufrago ansioso
Que tentava salvar mais do que a vida,
Preso aos dentes um rolo volumoso

Tu, potência maior da Natureza,
O deixaste vencer as águas bravas,
Aplacando das ondas a braveza...

E que, se o não sabias, suspeitavas
Que era a glória da gente portuguesa
E a tua própria glória que salvavas!

Mas um motivo deve destacar-se em toda a poesia do autor de *Lírica:* o da plenitude da vida, interpretada pelo lirismo, sem grandes audácias, à feição da época.

Filinto nunca deixou de amar a vida. Era um otimista, e sua poesia, toda tocada de claridades, no-lo documenta. Amava a natureza e, em certos instantes, abandonava o estro à pura contemplação da paisagem, onde o seu espírito bom se sentia à vontade, numa espécie de panteísmo reconhecido à sabedoria do Criador.

Em 1934 experimenta o golpe que mais o terá ferido. Morre-lhe a esposa amantíssima, a grande musa que o inspirou, tantas vezes, durante a vida.

A sua dignidade se revela, então, na própria forma de sofrer. A morte de D. Júlia lhe arranca da alma novos e sentidos cantos, porém esses cantos são agora guardados para si e para os seus íntimos. Moço, abrira ao grande público as páginas mais íntimas da existência lírica e amorosa; distribuía com todos a alegria de ser feliz. Precisava a todos contar a sua história pessoal, entremeada de uma ventura quase dionisíaca. Assaltado, agora, pela amargura, defende a grandeza da sua dor moral, mantendo-a em recato e transformando-a – como demonstra em *D. Júlia*, livro de circulação restrita – em culto à memória daquela que fora, para ele, "a única mulher entre as mulheres".

.....

E eu cri, da Vida, na ventura imensa.
Mas veio a Morte e entrou no nosso abrigo
E num momento me levou contigo
A última luz, a derradeira crença.

Em suma, não me cabe esboçar neste discurso uma explicação do fundamento histórico e cultural da poesia de que, num Brasil apenas ensaiando a vida republicana, foi Filinto de Almeida um dos representantes mais insignes. Desejaria, contudo, ponderar que, embora tolhido por várias limitações que o enquadramento histórico justifica, ele soube, desde o início, trilhar o verdadeiro caminho da nossa Poesia, ainda por libertar-se de tantas superstições formais, que lhe imprimiam o cunho de uma imitação passiva do estrangeiro.

Nem lhe faltou, já em nossos dias, na comemoração do cinqüentenário da *Lírica*, este louvor exaltado de Martins Fontes:

Portugal e o Brasil tal homenagem
te deviam. Porém, não me contenta
este louvor, tão-pouco representa
o que, em verdade, és tu, pela linhagem.

Festejamos-te a "Lírica", as cinqüenta
rosas que nimbam a sagrada imagem
da linda eleita de quem foste pajem,
da noiva eterna que o teu nome ostenta.

Que São Luís de Camões as sobre-humanas
bênçãos te dê, perpetuamente puras,
Ao canglorar de trompas e campanas.

Mostra a ti, Mestre-amigo, nas alturas!
Glória a ti, que concentras e que irmanas,
Poeta imortal, duas literaturas!

Filinto fez versos até os últimos instantes de sua vida. Abatido por longa e insidiosa enfermidade, nunca perdeu o contado com os amigos e nunca a memória o traiu. Morreu serenamente, tendo a morte dos justos, pois, sem professar declaradamente a doutrina de Cristo, cumpriu o seu postulado fundamental, amando o próximo. Foi e se conservou até o fim um poeta "à antiga". Mas um poeta profundamente sincero e verdadeiro para consigo mesmo.

O ROMANCJSTA DE *A CASA VERDE*

Filinto de Almeida não se limitou à prática do Jornalismo, da Poesia ou do Teatro. Foi, também, romancista. E o foi quando, em associação com a esposa, D. Júlia Lopes de Almeida, escreveu *A Casa Verde*. Escrito em 1896,

esse romance, longe, como tantos outros, de perder a sua seiva sob a ação destruidora do tempo, reveste, ainda agora, aspectos de incontestável atualidade, tanto que, há pouco, um editor paulista o reimprimiu, com expressivo sucesso de livraria e de público.

Não é novidade a produção de livros em colaboração resistir à passagem dos anos. Os irmãos Goncourt constituem um exemplo do quanto pode ser fecunda essa literatura a duas penas, como o seria, mais tarde, a dos irmãos Tharaud. Mas o que torna excepcional o romance *A Casa Verde* é o fato de ter sido escrito, a um tempo, por marido e mulher, por um casal que sempre viveu na mais perfeita comunhão espiritual. Esse fato deve ser proclamado pela sua expressiva raridade. Nas letras portuguesas, acredito ser um caso singular. E o que o torna mais singular: os autores conservaram sempre um perfeito entendimento no trato dos personagens. A Filinto, parece ter sido atribuída a parte das situações predominantemente resolúveis à luz da psicologia masculina e o desenho das figuras em que o conhecimento da vida é menos produto da intuição divinatória. Esta é típica do chamado sexo frágil. A suave e meiga companheira do nosso poeta deverá ter cabido a análise de todas aquelas passagens romanescas em que a intuição feminina, *par droit de conquête*, é chamada a depor.

Não vos direi do enredo de *A Casa Verde*, de vosso velho conhecimento. Apraz-me, contudo, recordar que esse romance em sua despretensão constitui belo documentário de certo estilo de nossa vida social, que o chamado progresso vem implacavelmente aniquilando.

O TEATRÓLOGO

Mas à inteligência polimorfa de Filinto de Almeida não deveriam permanecer, como uma tentação distante, as seduções da dramaturgia. No Rio da época, ainda colonial, sob tantos aspectos, os espetáculos teatrais eram dos mais fascinantes centros de interesse da vida urbana. E, como não podia deixar de ser, o gênero em voga, de modo geral era a comédia de costumes. Aí, sob a aparência inocente de apenas divertir uma platéia disposta ao riso fácil, diante da exibição desses pequeninos ridículos de que se tece a vida social, o autor dispunha, às vezes, de poderoso instrumento de análise dos valores da

comunidade, com o intuito, ora moralizante, ora simplesmente humorístico. Quando alguém, com vagares suficientes, se dispuser a escrever uma interpretação crítica e política de nosso teatro de costumes, há de encontrar nessas peças, erroneamente consideradas "ligeiras", mais de um passo em uma situação psicológica ou uma observação imprevista, que encerram análise pouco desdenhável da evolução de nossas instituições culturais principalmente daquelas que o Segundo Reinado legou à República nascente. Quanto aos dias de hoje, nesse trabalho de compreensão de nosso teatro, há de avultar a obra variada e inteligente de Viriato Correia, a quem deve a arte cênica nacional singulares momentos de beleza.

Filinto de Almeida contribuiu para o teatro brasileiro com peças originais e como tradutor. Dos autores estrangeiros cujas obras, em colaboração com o seu inseparável amigo Valentim Magalhães, traduziu para a nossa língua, suas preferências se dirigiram para o dramaturgo espanhol Echegaray, esse complexo Echegaray, que dividia os seus pendores intelectuais entre o mundo dos números, como engenheiro e professor de matemática pura e aplicada, e o mundo estranho e fascinante da imaginação artística.

É bem certo que, hoje, o nome de Echegaray não desperta, como antigamente, as memórias e os entusiasmos de muitos. A arte teatral, pelo menos a que encontra maior ressonância na apreciação das elites, sofreu uma transformação tão grande, que é difícil, se não impossível, encontrar qualquer relação de semelhança entre as ásperas dissociações psicológicas de um Pirandello ou o simbolismo carregado de intenções mágicas de um O'Neill e a arte de Echegaray.

Mas, como dissemos, a atividade de Filinto não se limitou à tradução. Foi também um autor original, e é possível afirmar que era dotado de um senso bem agudo dos valores da sociedade em que vivia. Comprazia-se, não raramente, nas suas fabulações, em tocá-las de sutis malícias...

Vindo para o Brasil ainda criança, e desde logo, como na advertência bíblica, obrigado a ganhar o pão com o suor do próprio rosto, pôs-se a garatujar peças, monólogos, pequenas comédias, que encenava, depois, principalmente aos domingos, nos teatros cariocas. Narram os conhecedores da história do teatro brasileiro que Filinto chegou a ser, enquanto autor, a figura mais importante daquele grupo de rapazes que representavam comédias para o

enlevo das famílias cariocas, naqueles pequenos teatros do Rio ainda não de todo contaminados pelo espírito diabolicamente frascário dos *vaudevilles* franceses, que tanta sedução e tamanho horror punham na alma jovial, mas policiada da cidade.

Das peças que deixou, é lícito recordar: *O defunto*, *Amostra de Sogra* e a revista *Mulher-Homem*. Os próprios títulos constituem o melhor comentário ao gênero versado. Deles deflui, natural e lógica, uma evidente intenção satírica.

Em *Mulher-homem* se esboça, com agilidade de traços, uma crítica àquelas mulheres dotadas de masculinidade de tal modo agitada, que para explicá-las, do ponto de vista do comportamento social, os biólogos se têm visto na contingência de recorrer a teorias de uma engenhosidade quase feminina.

O Defunto é uma peça em que andam de permeio o riso e a lágrima. Nenhuma preocupação essencial diante do fato da morte em si mesma, como uma espécie de porta que se abre para o mistério. *O Defunto* será apenas alguém que, tendo deixado de viver, nem por isso deixa de ter uma influência sobre os vivos, sendo sua lembrança invocada a todo instante pela viúva, em defesa de uma escolha para novos esponsais.

E *Amostra de Sogra* é, como as outras, uma comédia de intenções satíricas, muito ao sabor da época, e em que Filinto, graças, talvez, ao seu trato com o teatro echegarayano, revela, com certo brilho, as qualidades desse gênero de arte: construção sólida, mecânica bem comportada dos detalhes cênicos, e fácil inteligência do tema. Focaliza, na imagem popular da sogra, um personagem que tem feito, em todos os tempos, a delícia das platéias e o desencanto dos genros...

PARADOXO APARENTE

Senhores acadêmicos:

Poderia parecer parodoxal que, espírito mais afeito aos estudos econômicos e sociais, tenha sido escolhido para suceder a um poeta, cujos devaneios se podem afigurar antagônicos com as preocupações de um homem de ciência.

Não me abalanço à explicação da generosa decisão acadêmica. Lembro apenas que há mais de um ponto de contato entre as atividades de um economista e as de um poeta.

Sem me ater a pormenores, permito-me acentuar que ambos, economista e poeta, se confundem no mesmo anseio de conhecer, são sacerdotes da mesma religião e daquela "alegria de compreender" de que o gênio de Leonardo da Vinci dizia ser "o mais nobre dos prazeres". Um, para a sublime exaltação do espírito, se desvelará com as chamas que ardem na seara poética. O outro se empolgará com as frias abstrações dos números e das estatísticas, emprestando-lhes, com a mesma inquietação, o calor de sua paixão de cientista.

O poeta não tem, como o homem de ciência, o oficio de pensar o mundo, mas o de repensá-lo, em moldes de um lirismo ideal e sonhador. O cientista é mais humilde e objetivo. Aceita a estrutura das coisas e procura conhecê-las para torná-las mais accessíveis ao pragmatismo das formas de convivência social. A missão de um é repensar criticamente uma realidade, cujo sentido derradeiro a linguagem e a sintaxe comuns são incapazes de traduzir. O outro, o cientista, habituado às flutuações de todas as relatividades, contenta-se com isolar determinados fragmentos dessa realidade cambiante e esquiva, para que possa o homem, compreendendo-os, extrair deles elementos que lhe tornem menos áspera a vida e menos opressivo o seu sentimento de desamparo no mundo.

Um e outro, porém, prisioneiros da vida, aspiram ao conhecimento puro. Um e outro indagarão dos seus mistérios e do sentido da história. As respostas que oferecem diferem qualitativamente, mas não em sua substância. O poeta dirá de seu universo povoado de criações metafísicas, onde o homem se pode perder, porque a luz de sua razão lógica é pequena demais para devassar as sombras absorventes do cosmos. O cientista aludirá também à fragilidade do destino humano, às suas perplexidades diante de tantos problemas que lhe excitam a inteligência. Mas a sua mensagem será tocada daquela ânsia de conhecer, que não abandona o homem. O Homem, que, no conceito do filósofo, sabe ser a vida uma litania de *memento mori*, mas sente também, para que haja vida, a necessidade de enfrentar os impassíveis desafios do destino.

Aliás, tanto têm as ciências sociais e econômicas de poético, quanto a poesia de especificamente científico. Quando, há anos, Paul Valéry inaugurou, na Sorbonne, o seu curso de poética, teve ocasião de aturdir artistas

demasiadamente conservadores com a demonstração de que um poema pode ser estruturado com a previsibilidade própria da experiência cientifica ortodoxa. Vale ainda aqui rememorar o exemplo ilustre de Poe, cujas teorias sobre a mecânica da composição iriam influir sensivelmente na obra desse outro grande cientista da poesia que foi Mallarmé.

Penso, por isso, que me devo sentir à vontade, como estudioso da Sociologia e das disciplinas econômicas, para suceder, nesta Casa, a um poeta. E se não fora, acaso, convincente o argumento invocado, ponderaria a críticos mais exigentes que Filinto de Almeida foi também uma inteligência afeiçoada aos assuntos econômicos, a que, é certo, não consagrou livro, mas com os quais se preocupou ao tempo em que, moço e pobre, fora obrigado a exercer atividades comerciais, e, mais tarde, como jornalista, debatendo questões ligadas à economia da época. Na vida de Filinto, o comércio *tourt court* antecederia o seu mais íntimo comércio com as musas.

A própria Academia nos dá exemplo de que, às vezes, se compraz no jogo de contradições interessantes, elegendo médicos, engenheiros e juristas, de incontestável mérito literário, para a substituição de valores que se dedicaram a atividades intelectuais completamente diversas.

Nem sempre se dá ocaso das Cadeiras 15 e 39. Na primeira, de que é patrono Gonçalves Dias, o nosso insigne poeta Guilherme de Almeida sucedeu a Olavo Bilac e Amadeu Amaral; na segunda, um grande mestre da nossa História, como Rodolfo Garcia, substitui outros historiadores como Oliveira Lima, Alberto de Faria e Rocha Pombo, tendo como patrono um Varnhagen. O mais freqüente, sem nenhuma idéia de confronto, é um Osvaldo Cruz substituindo Raimundo Correia e um Oliveira Viana sucedendo a Alberto de Oliveira.

Mas não cabe alinhar exemplos. Cumpre galhardamente esta Casa ilustre a sua dignificante função de inspiradora e guardiã da Cultura brasileira, chamando a si as expressões que reputa mais dignas de representar o pensamento nacional, sem o exclusivismo de mau gosto de considerar homens de espírito apenas aqueles que fazem das belas letras a finalidade única das suas cogitações. Com essa atitude, mostra ela que os padrões de cultura no Brasil já podem ser considerados suficientemente complexos e diferenciados para que ao mais alto cenáculo cultural do país tenham também acesso aqueles

que, não sendo propriamente literatos, servem, cada qual na esfera de sua especialização, à causa da emancipação da inteligência brasileira. Servem, portanto, à causa da Pátria, porque como nos ensinou aquele Mefistófeles a serviço da Igreja, que foi Chesterton, "Pátria é espírito" e só o espírito é imortal.

O PATRONO DA CADEIRA 3

Por que teria escolhido Filinto o nome de Artur de Oliveira para patrono da cadeira que iria fundar?

Não quero terminar sem alusão a esse fato, mais significativo do que se pensa.

Realmente, do grupo de intelectuais que formava a boemia literária do Rio de Janeiro, no último quartel do século passado, foi Artur de Oliveira, por algum tempo, uma figura central. Digo, por algum tempo, porque morreu aos 30 anos. Dos depoimentos de todos os que com ele privaram, verifica-se que era, sem dúvida, um dos mais poderosos *causeurs* daquela época, empolgando e dominando a conversação. Educado em Paris, onde conquistou, pelo seu talento, ilustres amizades entre escritores de reputação mundial, possuía Artur de Oliveira, a par de sólida cultura, uma riqueza de imaginação que levou Machado de Assis a classificá-lo como "saco de espantos".

Afrânio Peixoto, em prefácio à obra em que Vieira Souto reuniu os dados biográficos de Artur de Oliveira, mostra que o seu prestígio era fundado, exclusivamente, na arte de conversar, sob a luz intensa da sua palavra e da sua variada erudição.

Não será, acredito, mera conjectura, ver dois motivos na escolha: o caráter afetivo de Filinto, para quem a arte era uma "ciência do coração", e o dom de "saber conversar", que identifica perfeitamente o patrono com o fundador. O poeta de *Cantos e Cantigas* era, também, como todos sabemos, um *causeur* encantador, tão encantador que poderíamos ouvi-lo longas horas, sem dar pela traição do tempo.

"Sócio fundador da Academia", agora é ele próprio quem o confessa, "escolhi Artur de Oliveira por ser um grande admirador de suas palestras. Lembro-me bem de que, comparecendo à primeira reunião preparatória e

dizendo aos colegas o nome do meu patrono, Machado de Assis me abraçou efusivamente."

FILINTO NA ACADEMIA

Aliás, Filinto não foi só um dos fundadores, uma tradição legítima desta Casa. A sua atividade acadêmica era uma espécie de devoção jamais esmorecida. E que evocativas páginas não nos despertam a sua dedicação à Academia, a sua intransigência a respeito do sigilo do voto – intransigência que o fez passar para o anedotário – e o seu culto à língua, que ele considerava "a mais sonora, a mais rica e, portanto, a mais bela de quantas se originaram do latim".

A reforma ortográfica teve nele um ardente propugnador. Conta-se mesmo que um dos seus colegas, de ponto de vista contrário, lhe dissera, certa vez, amistosamente:

– Isso de se escrever cavalo com um "I" só dá-me uma triste impressão... Parece-me um cavalo com uma perna só...

– Como é que v. escreve?

– Com dois "ll".

– Está errado. Devia escrever com quatro. Um para cada pata.

NASCER E RENASCER

Já vos dei notícia do ambiente em que Filinto "nasceu" para o Brasil. Retratei, com a possível fidelidade, a situação de São Paulo, quando marcava, na década inicial do regime republicano, os primeiros e decisivos ímpetos do extraordinário surto do seu progresso.

A essa hora, de tão profundo sentido histórico, Filinto atirou-se, como participante, às lutas e à ação. Desde logo demonstrava ele a verdade de que, às vezes, o decisivo não será o lugar onde se nasce, mas a terra onde renascemos. Sua adaptação ao novo meio se operava com os bons presságios de um legítimo renascimento de espírito e de coração. É que, pelo fato de ser luso, nem um instante sequer teria motivos para deixar de ser brasileiro.

Hoje, depois das sábias investigações sociológicas de Gilberto Freyre, sabemos perfeitamente que se desejarmos preservar aquilo que a nossa civili-

zação possui de mais original e íntimo, faz-se mister, assimilando embora os valores de outras correntes culturais, defender a cultura luso-brasileira, enriquecida por sua adaptação nos trópicos. Ela é que nos proporciona a chave da interpretação de nossos mais recônditos anseios de povo e de Nação.

Filinto de Almeida assume, para nós, as peculiaridades felizes de um símbolo de duas culturas que se interpenetram e se trocam valores numa dinâmica histórica tecida de harmonias que se completam.

Português, mas brasileiro; ou melhor, e mais expressivamente, brasileiro, porque português.

Ainda mais: o único membro efetivo desta Casa ilustre que dela fez parte sem ser brasileiro de nascença. Mas nós o tivemos como brasileiro. Tanto assim que foi, como vimos, um dos mais ativos deputados à Assembléia Republicana de São Paulo, a que serviu com desassombro de atitudes, numa exata compreensão dos verdadeiros interesses nacionais, situando-se na categoria de quantos melhor serviram o Brasil e São Paulo na esplêndida alvorada da República.

O MEU PARANINFO

Senhores acadêmicos:

Para completar a graça que me concedeis, quisestes que eu fosse aqui recebido, em vosso nome, pela nobre e inconfundível figura do Sr. José Carlos de Macedo Soares, ornamento desta Casa e sentinela vigilante das suas glórias.

Justifica-se a minha satisfação porque, além do velho afeto que nos une e que se não exaure, é ele, sem favor, uma das mais altas expressões desta Companhia. Escritor ilustre, está o seu nome definitivamente ligado à vida do País, na Pedagogia, na Economia, na Sociologia e na História.

Dotado de largo espírito público e de raros sentimentos filantrópicos, esses atributos se têm feito sentir por todo o Brasil. Como estadista, seu nome transcendeu nossas fronteiras, tendo sido consagrado como Embaixador da Paz e Cidadão da América.

Neste instante de tão amargas e intransponíveis dificuldades para a gestão da coisa pública, dirige ele com superioridade e exemplar espírito de justiça os destinos do grande Estado de São Paulo.

A ACADEMIA EM CINQÜENTA ANOS

Outra alegria, além dessa, me assalta o espírito, em hora de tamanha significação para a minha vida.

Cabe-me a honra, que reputo insigne, de aqui ingressar no ano em que a Casa de Machado de Assis completa o seu cinqüentenário de atividades fecundas, prestigiada, cada vez mais, pela simpatia que lhe consagram as nossas elites e pelo respeito que lhe vota, merecidamente, o povo brasileiro.

Há, entretanto, um profundo contraste entre a ambiência de 1896, quando foi fundada a Academia, e a que se fixa no drama espiritual de 1946. São duas épocas distintas, quase se poderia dizer, dois mundos que se desconhecem.

Em 1896, apesar das agitações revolucionárias decorrentes da transformação de nosso regime político, o Brasil ainda podia se embeber das mansidões de alma e dos ceticismos de espírito que, aos nossos olhos de homens vividos, caracterizam a resposta sentimental dos brasileiros ao crepúsculo do último século.

E hoje? Hoje aí estão as apreensões que o mundo moderno oferece aos homens de pensamento. Hoje vemos que se as várias culturas possuem, na sua acepção sociológica, a mesma finalidade de propósitos, a melhor utilização da natureza para assegurar as melhores condições de vida ao homem, diferem, profundamente, quanto aos meios e quanto às fórmulas para alcançar os seus objetivos.

Assim, quanto mais atrasada a cultura de um povo, maiores os seus apelos ao ignoto, para dirimir suas dificuldades. As superstições, os amuletos, as evocações aos deuses, as imprecações aos demônios, a adoração às forças da natureza, substituíram, no passado, muitos dos preceitos que hoje a ciência aponta, com precisão e presteza, para a solução de um sem número de problemas de nossa vida quotidiana.

O reconhecimento generalizado dessas circunstâncias conduziu os povos de culturas mais avançadas a uma demasiada confiança na Ciência, a um envaidecimento excessivo dos homens, levando-os à crença de que só por ela, com os conhecimentos que prodigaliza, seria a humanidade capaz de resolver satisfatoriamente as questões básicas que mais a preocupam. Alguns,

obliterados pelas conquistas já realizadas, chegam a negar Deus, admitindo a forma simplista: Deus é igual à nossa ignorância.

A fé exagerada nos resultados do que os norte-americanos chamam de educação, nela compreendendo a sistematização de todos os conhecimentos, a pesquisa de novos e a sua aplicação ao serviço do homem, levou-os ao fetichismo da iniciativa privada, à ampliação do conceito de liberdade e ao fortalecimento dos postulados do individualismo.

A educação, assim compreendida, seria a superfórmula, capaz de assegurar uma constante e permanente elevação do padrão cultural do povo. O homem norte-americano, educado dentro de sua grande democracia, deveria então encontrar, no livre debate das idéias, na livre iniciativa das empresas, a justa solução para a totalidade de seus problemas.

Repetem-se, porém, às nossas vistas, os ensinamentos da velha filosofia da Torre de Babel...

Não há doutrina humana – é o que vemos hoje e sempre – cuja aplicação se possa verificar indefinida e sempre harmoniosamente, dentro do processo da evolução social. Surgem, com o tempo, e inexoravelmente, fatores de desagregação e de desajustamento. É que não se compuseram em justo equilíbrio os elementos de ordem científica, moral, social, psicológica e política. E verificado o predomínio exclusivo de um ou de apenas alguns desses elementos, dá-se, forçosamente, o desequilíbrio na sociedade.

A exclusiva preocupação com o espiritual arrastou o homem do continente europeu ao misticismo da Idade Média, às intermináveis procissões religiosas e às fugas para os conventos, em completo desacordo com a sua natureza e expondo-o ao domínio do guerreiro bárbaro.

A absorvente propensão materialista nos conduz ao coletivismo, com todos os seus horrores, e às técnicas fascistas, com o seu irritante desprezo pela liberdade e pela dignidade humanas.

A exaltação individualista nos conduz a uma hipertrofia da sua própria destruição.

AS DIFICULDADES DO MUNDO MODERNO

Atingido tão elevado grau de progresso, a cultura norte-americana – relevai-me o insistir no exemplo que mais de perto nos interessa – está a exi-

gir o reajustamento de todos os seus valores, para uma indispensável harmonia social. E esse reajustamento, a nosso ver, pode ser alcançado sem prejuízo da verdadeira natureza do homem, dos seus anseios de ordem moral e espiritual, para que possam ser atingidos, sob a égide da justiça social, a paz necessária e o maior bem estar distribuído pelo maior número.

Impõe-se, assim, hoje e ainda, acreditamos, um planejamento econômico e social dentro dos próprios Estados Unidos, para que, sob a inspiração dos postulados fundamentais da democracia cristã, possa ali ser retomado o ritmo de progresso que todos almejamos para essa nação amiga. Caso contrário, assistiremos, como conseqüência, a eclosão de dolorosas crises específicas e o estranho espetáculo de uma nação a se martirizar pelos próprios instrumentos criados para o impulso da sua grandeza, que sem a constante subordinação à idéia de Deus nunca se poderá harmoniosamente afirmar.

Aliás, na Conferência de Yalta, Roosevelt, Churchill e Stalin chegaram à conclusão de que se impunha um planejamento mundial, no após-guerra, dentro do qual e sob a inspiração dos grandes princípios enunciados na Carta do Atlântico, pudessem ser reduzidos ao mínimo os impasses de interesses que inexoravelmente haveriam de surgir com o termo do conflito.

Na avançada cultura norte-americana, como na modesta cultura brasileira, não será, pois, pelo fetichismo, em diretrizes doutrinárias de ordem meramente política, que encontraremos soluções para os problemas das duas civilizações.

Já o povo inglês, o que talvez possua, em mais alto grau, o sentimento de uma consciência coletiva de suas verdadeiras necessidades e de sua posição internacional, nos dá um caminho diferente, com as grandes reformas que está empreendendo. O trato das questões sociais assume a vanguarda, em relação às preocupações de ordem econômica ou imperialista, que durante tanto tempo orientaram predominantemente a política da Inglaterra.

É assim, pelo reajustamento dos vários fatores que lhe fundamentam a organização social, que a Inglaterra garante a sobrevivência do seu povo, assegurando-lhe um máximo de bem-estar, mantendo as suas tradições de pioneira, à hora em que o mundo se debate entre a inquietação e a incerteza.

O BRASIL DE 1946

Estará, talvez, obediente ao seu sentido predestinatório, o espírito do povo inglês presente aos ensinamentos da História, tão bem fixados nas palavras de Ernesto Renan, quando observava: "Pela difusão de uma civilização superior, houve, em vários povos da antiguidade, mais cultura e mais liberdade individual; essas conquistas, porém, sem as necessárias precauções, acarretaram a dissolução da disciplina social, a incapacidade de defesa e a queda dessa civilização, sob os golpes dos bárbaros". Pois não foi, ainda há pouco, o que aconteceu à civilizada e martirizada França?

Diante, pois, da lição moderna, e em relação ao Brasil, não seria demais – e este é o ponto a que desejava chegar – que os nossos homens cultos se procurassem orientar no sentido de, continuamente, somarem todos os esforços, em benefício do País, melhor e mais sistematicamente se conjugando para um maior aproveitamento dos esclarecimentos de que ele tanto precisa.

Num mundo trabalhado por tantos agentes de dissolução dos valores humanos, cresce e avulta o nobre papel de uma Casa como esta, que, salvaguardando o que o espírito possui de mais digno e mais útil ao enriquecimento do patrimônio intelectual do Brasil, realiza a preservação da própria alma da nacionalidade.

Nestes cinqüenta anos de trabalho, a Academia Brasileira de Letras, sem alarde nem vanglórias inúteis, tem sido, para todos os brasileiros, um foco luminoso de espiritualidade, dignificante expressão do pensamento nacional, sentindo e amando o Brasil em termos de inquebrantável união e de inflexível fraternidade entre os seus filhos.

JURAMENTO DE FIDELIDADE

E é assim, sob a sagrada invocação desse passado de glórias e desses objetivos, para um futuro de glórias ainda maiores, que eu, comovidamente, transponho os umbrais desta Casa, num solene juramento de fidelidade a essas tradições e a esses anseios, sob o compromisso de que podereis, para isso, senhores acadêmicos, contar com a constante sinceridade do meu concurso!

II

RESPOSTA DO SR. J. C. DE MACEDO SOARES

A vossa eleição, Sr. Roberto Cochrane Simonsen, era tão lógica, que a recepção de hoje se nos afigura estranhamente retardada no tempo, um fato novo que nos parece antigo, tantos são os vossos títulos à dignidade acadêmica.

Coube-me a mim receber-vos e, nesta hora festiva em que vos falo, sinto-me plenamente satisfeito com a nobre incumbência que me conferiu o ilustre Presidente da Academia, o eminente Sr. Cláudio de Sousa, pois terei o ensejo, perante uma assembléia tão ilustre, de algo dizer sobre a personalidade e sobre a obra do novo acadêmico que vem contribuir para aumentar o brilho deste augusto Cenáculo.

A CIÊNCIA E A FICÇÃO

Aqui, Sr. Roberto Simonsen, encontrareis em amistosa convivência homens de ciência e homens de letras: sociólogos, historiadores, professores, juristas, poetas, romancistas, teatrólogos ou, melhor, aqueles que mais se distinguiram entre nós, no campo da produção intelectual. A Academia Brasileira de Letras acompanhou passo a passo desde sua fundação o desenvolvimento cultural de nossa época. Não permaneceu, apenas como casa de estetas e de amigos exclusivos da arte e da ficção. Tornou-se indiscutivelmente o maior centro de cultura nacional. Aqui vereis cientistas ao lado de poetas, ou, por outras expressões utilizando as velhas imagens, vereis de mãos dadas a

Musa e a Ciência. Aliás, hoje em dia, a ciência e as letras vivem intimamente entrelaçadas, reagindo uma sobre a outra. O cientista moderno, para bem dizer o que pensa e tornar-se claro, compreendido e acessível, é forçado a estar a par do desenvolvimento da técnica literária, da evolução da linguagem e do estilo. Da mesma forma, o poeta, o romancista, o teatrólogo necessitam conhecer as grandes conquistas científicas no terreno da natureza e da história. Já Eça de Queirós asseverava no século passado: "A antiga inspiração, que em quinze noites de febre criava um romance, é hoje um meio de trabalho obsoleto e falso. Infelizmente, já não há musas que insuflem num beijo o segredo da natureza! A nova musa é a ciência experimental dos fenômenos". Sim. Contemplemos a realidade como ela própria se apresenta. Que seria do poeta e do romancista de nossos dias que desconhecessem as inovações trazidas pelas ciências físicas, biológicas, psicológicas, econômicas, jurídicas, políticas, permanecendo inatingívelmente em sua torre de marfim? Já não estamos na época da inspiração pela inspiração, da arte pela arte. Ao poeta moderno não lhe basta apenas o temperamento artístico nem a convivência com as obras dos grandes mestres; precisa conhecer a sociedade em que vive, auscultar o espírito da época, sentir e compreender, não romanticamente, mas de fato, as aspirações e os anseios do homem contemporâneo, familiarizar-se com as invenções extraordinárias da técnica e assimilar eficientemente as principais descobertas da ciência.

O POETA E O HOMEM DE CIÊNCIA

Certamente que existe – e é interessante registrá-la – uma leve rivalidade entre o poeta e o homem de ciência. O poeta, em geral, zomba do cientista pelo simples motivo de ele ser cientista assim como o cientista ri do poeta apenas por ele ser poeta. É uma rivalidade instintiva, sem razão, sem fundamento, vaga, frívola, sorridente e quase amável. Nela há qualquer cousa de bom-humor, de irônico e de espirituoso. O homem de ciência em face do homem de letras – quantas vezes tivemos oportunidade de assistir a este episódio! – sorri desdenhosamente e diz com superioridade: "É um poeta." O poeta, por sua vez, ante o cientista consagrado, olha com certa condescendência e exclama ironicamente: "É um sábio." Entretanto, neste solar, Sr.

Roberto Simonsen, o sábio, ao que parece, é mais tolerante para com o poeta e o poeta mais gentil para com o sábio. Esta Academia, ambicionada igualmente pelos poetas e pelos homens de ciência, mostra que eles podem viver em paz, alegremente, e são capazes de se compreenderem e se estimarem.

AÇÃO E REAÇÃO

Aliás, vós sabeis tanto quanto nós, a Poesia sempre acompanhou a evolução da Ciência e, muitas vezes, a Ciência se inspirou na Poesia. Depois de Copérnico, nenhum poeta de mérito iria dizer que o Sol gira em torno da Terra. Por outro lado, na obra de Shakespeare, de Goethe, de Rousseau, de Dostoiewsky e de tantos outros, a Ciência encontrou uma fonte inesgotável de preciosos ensinamentos. O Professor Sigmund Freud, de cujas idéias podemos divergir, embora reconhecendo o seu gênio, pois se mostrou profundo conhecedor da alma humana, dizia que em todo poeta há um pouco de cientista e em todo cientista um pouco de poeta. Ele mesmo foi um dos cientistas que mais influência exerceu sobre a Literatura contemporânea, trazendo com suas investigações no domínio do inconsciente uma série de temas novos, ao mesmo tempo que introduzia uma terminologia toda própria, que não tardou em se tornar universal.

UM CONCEITO DE SÍLVIO ROMERO

Um dos nossos grandes pensadores, que pertenceu a esta Companhia, Sílvio Romero, autor da história mais substanciosa até agora publicada sobre a, Literatura Brasileira, escrevia na introdução de sua obra prima:

> Para mim, a expressão *Literatura* tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: Política, Economia, Arte, criações populares, Ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas *belas-artes*, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia.

Este é, sem dúvida, senhores acadêmicos, o verdadeiro conceito de Literatura. O conceito que devemos aceitar, se quisermos de fato compreen-

der a evolução cultural do povo brasileiro. A Academia, aliás, interpretou na prática o pensamento do eminente historiador e crítico de nossas Letras e, por isso, hoje nos podemos sentir orgulhosos de terem passado por esta Casa e continuarem a passar tantas personalidades notáveis, vindas dos mais variados ramos da atividade intelectual do Brasil. A Academia Brasileira é igualmente de Machado de Assis e de Oswaldo Cruz, de Rio Branco e de Olavo Bilac, de Rui Barbosa e de Santos Dumont, de Clóvis Beviláqua e de Euclides da Cunha, enfim, de quase todos aqueles que, nestes últimos cinqüenta anos, contribuíram com seu gênio, nas ciências e nas letras, para o esplendor intelectual de nosso povo.

O NOVO ACADÊMICO

As ciências econômicas no Brasil, Sr. Roberto Simonsen, têm em vós, o mais conspícuo de seus representantes. Fostes vós, até agora, quem reuniu os melhores elementos para o estudo sistemático dos verdadeiros alicerces sobre os quais objetivamente se apóia a sociedade brasileira. Historiadores de grande mérito e renome passaram por esta Academia, que tem sabido sempre valorizar a preciosa contribuição de todos eles. Mas creio que, devido à vossa especialidade no terreno das ciências econômicas, concorrestes mais do que ninguém para dar, entre nós, uma base material às ciências históricas e sociais. Fizestes mais, o bastante para que a interpretação da realidade brasileira não ficasse inteiramente sujeita à imaginação arbitrária e caprichosa de um grande número de historiadores e sociólogos que tendem a olvidar a questão econômica, encaminhando-se metafisicamente para o terreno das deduções idealistas. Depois de vossa *História Econômica do Brasil*, abriu-se uma perspectiva toda nova para quem efetivamente procura conhecer os nossos problemas fundamentais. E de vossa obra capital disse o nosso eminente Confrade Sr. Afonso de Taunay: "Livro absolutamente digno de crédito, em que sobreleva, ainda, à argúcia penetrante do analista ilustrado, cheia de pontos de vista originais."

Esse livro é o pináculo de vossa bagagem cultural, que representa algumas dezenas de trabalhos, desde a monografia sobre o *Município de Santos*, publicada em 1911.

HOMEM DE PENSAMENTO E AÇÃO

É de se notar desde logo que vós, Sr. Roberto Simonsen, sois, ao mesmo tempo, homem de pensamento e de ação. Desde cedo vos dedicastes à vida de negócios e chegastes a ser um dos maiores industriais do País. Tudo que conseguistes foi o produto do vosso esforço, do vosso talento, da vossa persistência, da vossa capacidade individual. Mas a atividade no terreno dos negócios jamais prejudicou o homem de cultura que sempre fostes. Vós sempre tirastes proveito de vossa cultura para vossa ação e de vossa ação para vossa cultura. Agites simultaneamente no campo da vida prática e da vida intelectual. Em ambos mostrastes a força da vossa personalidade, atingindo plenamente os objetivos desejados. Soubestes transpor magnificamente os obstáculos que encontrastes em vosso caminho. E podeis dizer que sois um triunfador, pois em grande parte realizastes os vossos sonhos de industrial e de homem de letras.

Aos quinze anos, entrastes na Escola Politécnica de São Paulo, então dirigida pelo vosso saudoso mestre Paula Sousa, figura de notável significação no magistério paulista, a quem devotais até hoje um sentimento puro e nobre de reconhecimento e admiração. A Engenharia exerceu em vosso espírito um poder magnetizante. Logo no início de vossa vida, compreendestes o que a técnica pode fazer em benefício do Mundo, e vistes claramente o papel que está destinado ao engenheiro nos tempos prodigiosos em que vivemos. Não foi em vão que definistes a engenharia como sendo a "preocupação de servir a humanidade, proporcionando-lhe o máximo de conforto pelo uso inteligente das grandes forças da natureza que ela pesquisa incessantemente".

Assim, vossa inteligência esteve sempre aberta para a técnica e as realizações de grande vulto.

Já em 1919, em *O Trabalho Moderno*, lançastes as bases de uma política social de conciliação de classes, preconizando a organização do trabalho, a racionalização da produção e a administração cientifica. Soubestes sempre querer e agir com audácia, já que a audácia é um privilégio das almas empreendedoras. Vistes a necessidade de vos apoiardes na ciência, de cultivar um ideal, mas também de não deixar que este ideal se transformasse muna figura de retórica. A vitória das vitórias é ver que os nossos ideais correspondem exatamente à realidade e que eles tomam corpo com o decorrer dos tempos, adquirindo

vida própria. Vós mesmo sentenciastes em certo dia: "Não é bastante criar agindo. É preciso agir criando. E para isso é necessário ter um Ideal."

Era justa a vossa sentença. Era justa e vós a pusestes em prática. Para que vossa ação pudesse dar frutos proveitosos e não fosse empregada de modo empírico, procurastes conhecer profundamente a economia nacional. E percebestes que, antes de tudo, era mister conhecer as suas origens. Fostes até lá. Mas não vos perdestes na floresta do passado nem ficastes à margem dos acontecimentos atuais. Ao contrário, vós mesmo dissestes: "No terreno econômico não houve problema nacional que não despertasse a minha atenção, e nunca poupei energias para colaborar em sua solução e na formação da consciência de nossas verdadeiras necessidades."

Assim os vossos estudos só fizeram aumentar a vossa atividade. O valor do conhecimento está na possibilidade de ser aplicado imediata e diretamente. Não ficastes jamais na especulação pela especulação, deixando que o vosso pensamento pairasse abstratamente nas altas regiões das conjeturas transcendentais. Vistes sempre, na ação a própria razão do conhecimento e da vida e, enriquecido pela experiência própria, pudestes ser útil aos vossos patrícios, não sendo poucas as vezes em que vos dispusestes a colaborar ativamente na causa pública, mostrando edificantemente a vossa abnegação patriótica.

AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Pouco a pouco, as ciências econômicas vão conquistando um lugar de relevo excepcional no estudo dos fenômenos históricos e sociais. O historiador e o sociólogo de hoje não podem deixar, em parte, de ser economistas assim como os economistas se vêm obrigados a invadir constantemente o terreno do historiador e do sociólogo.

Estudando, como historiador e sociólogo, a abolição da escravatura nos *Ensaios Sociais, Políticos* e *Econômicos,* examinastes, com acerto, o complexo econômico-social da Lei da Redentora. A economia política veio firmar o solo em que as ciências sociais deveriam apoiar-se. Era preciso que se desviassem os olhos das regiões siderais e o homem fosse visto com suas necessidades reais. A descoberta das leis econômicas que regem o processo histórico

vieram desfazer o caráter empírico da Sociologia clássica, a fim de lhe dar uma base rigorosamente científica.

OS ORTODOXOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO

É nesse ponto que tropeçamos com os ortodoxos do materialismo histórico. Para eles, o fator econômico é o único determinante na história, e sobre ele se ergue toda uma superestrutura política, jurídica, filosófica, religiosa, literária e artística. Para mim, este ponto de vista unilateral deforma a realidade, pois esconde uma face do problema, caindo no erro oposto dos que teimam em negar a importância da economia na história. A razão, porém, nos leva a dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César. Com efeito, o que se verifica é um processo de ação e reação entre os fatores materiais e os fatores espirituais. Não se pode divorciar o objetivo do subjetivo, pois um atua sobre o outro, formando um só todo. O homem é, igualmente, pó da terra e sopro de Deus. Querer separar do real o ideal para negar este é uma utopia cândida. No desenvolvimento da sociedade humana, a inteligência desempenhou sempre e continua a desempenhar uma grandiosa missão. Se a História faz o homem, o homem faz a História.

A ECONOMIA, AS LETRAS E AS ARTES

Para a compreensão exata, como bem sabeis, Sr. Roberto Simonsen, de qualquer fase do desenvolvimento literário e artístico da humanidade, é preciso buscar os fatores econômicos que atuaram sobre ela. A história da Literatura e da Arte não pode apartar-se da evolução dos fatos econômicos. De outro modo, jamais perceberíamos o papel que os grandes artistas e os grandes poetas desempenharam em sua época. A decadência da instituição da cavalaria, à urbanização da nobreza que abandonou o campo pela cidade, o desenvolvimento do comércio e das riquezas fizeram da Itália, onde tudo isso se processou antes do que em qualquer outro país, o lugar fadado para o renascimento das Letras e das Artes. Se a Itália foi, cronologicamente, a primeira nação capitalista não é de surpreender que fosse ela quem desse também o primeiro grande poeta do mundo moderno. Não é de surpreender que ali, naquela terra

magnífica, florescessem tantas inteligências criadoras que ainda hoje assombram o Mundo com o poder de seu gênio. Depois do poeta, era natural que surgisse uma plêiade de pensadores e de vates como Petrarca, Boccacio, Maquiavel, Tasso e Ariosto. A Nação que produziu *A Divina Comédia, O Decameron, O Príncipe, Jerusalém Libertada e Orlando Furioso,* teria também que produzir *A Gioconda, a Flora* e o *Moisés.* Leonardo da Vinci, Ticiano, Michelangelo, Rafael traziam em si toda a potência juvenil de um mundo novo, em plena ascensão econômica, que triunfalmente surgia das ruínas da Idade Média, quebrando os diques da tradição e pondo bem alta a independência e a liberdade da criação artística. .

O mundo medieval começava a se decompor. Uma sociedade não sucumbe resignadamente sem defender os seus interesses por todos os meios possíveis. O feudalismo agonizando à medida que no seu seio medrava a burguesia. Foi uma longa gestação que durou vários séculos. Surgiu a Reforma. Desencadearam-se as lutas religiosas. A ciência principiou a se desenvolver independentemente, procurando sobrepor-se às paixões e ao sectarismo das diversas correntes em conflito. Copérnico lançou a base da teoria heliocêntrica. Depois dele, apareceu Giordano Bruno, Kepler, Galileu, aceitando os mais duros sacrifícios por amor da Ciência. Veio então o período das empresas marítimas. A descoberta da América e do Brasil, a circunavegação da África e do Globo criaram novos mercados: o comércio colonial, desenvolvendo os meios de troca e o aumento das mercadorias, possibilidades ilimitadas à indústria e à navegação. A conquista dos mares e a expansão comercial pela colonização dos povos distantes encontraram em Camões o seu poeta, que cantou, em *Os Lusíadas*, a epopéia acerca dos que ousavam enfrentar, por ambição ou espírito de aventura, a fúria apavorante dos ventos e das ondas.

Aliás, todos os grandes acontecimentos da humanidade tiveram o seu grande poema e o seu grande poeta. Sem a decomposição do feudalismo não se poderia imaginar Lutero nem a Reforma. Sem a Reforma, não teriam existido Shakespeare e Milton. Milton foi essencialmente o poeta do protestantismo. O mesmo já não acontece com Shakespeare, que, embora produto desse movimento, se manteve acima das contendas religiosas, filosóficas e políticas, erguendo-se, solitariamente, até o zênite, onde o seu gênio, numa vertiginosa resplandecência, abarcou todos os aspectos vivos de sua época.

Nela viveram Shakespeare e Cervantes. Cervantes, em *Dom Quixote*, zomba da tendência humana para a aventura e mostra um ceticismo tremendo no tocante às iniciativas audaciosas. Shakespeare, ao contrário, é o poeta da ação, pois nela, segundo o seu pensamento, está o segredo da vida. Mas facilmente se explica o antagonismo que havia entre Shakespeare e Cervantes. A obra de Cervantes coincide com a decadência do império espanhol que, senhor dos mares e do Mundo, começava a perder a sua hegemonia econômica e militar. A obra de Shakespeare reflete toda a potencialidade da Inglaterra, que se prepara decididamente para a conquista do Mundo.

A guerra, o despotismo, a intolerância política, a reação ao progresso exigiam um pouco de bom senso, de equilíbrio e de razão. Mas a razão nem sempre tem razão. E o racionalismo, na França, simbolizado pelos seus grandes poetas e prosadores – Voltaire, Diderot, D'Alembert –, em vez de procurar a solução para os antagonistas sociais por meio de um possível entendimento dos representantes dos três estados, contribuiu para apressar a explosão das forças revolucionárias que haviam minado, sorrateiramente, o subsolo do Feudalismo e da Monarquia absoluta.

O domínio político da burguesia mudou inteiramente o panorama intelectual da Europa o do Mundo. Despontou a época da livre concorrência e do mais desenfreado individualismo que já se vinha desenvolvendo sobretudo nos meios intelectuais, podendo Goethe e Schiller, na Alemanha, servir de exemplo. É então que o Romantismo vitoriosamente se impõe ao mesmo tempo como afirmação da personalidade humana e como protesto contra as novas formas de opressão que já se faziam sentir na sociedade alvorecente. Byron, Hugo, Lamartine, Musset e tantos outros representam a mesma inquietação pessoal que, por vezes, chega a assumir caráter doentio.

Mas a indústria rapidamente se desenvolvia e já se começavam de verificar os milagres da técnica. A burguesia adquirira uma consciência maior de si própria e a classe operária se apresentava com a sua ideologia filosófica e política. A Ciência, em todos os ramos, progredia extraordinariamente. A intuição, o empirismo, a sensibilidade não bastavam para que o poeta pudesse interpretar o mundo em que vivia. Era preciso que, nas letras, se utilizassem os mesmos processos empregados nas ciências naturais, na técnica, na indústria, no comércio. Era mister o domínio da observação, da análise, tomando

como base o método experimental. O realismo de Flaubert, de Zola, de Maupassant, de Eça de Queirós não é mais do que o resultado de tudo isso. Por sua vez, os pintores deixaram a sua oficina para trabalhar ao ar livre. Abandonaram os processos convencionais, o academicismo e viram-se obrigados, como disse alguém, "a adotar um colorido desconcertante para o público habituado aos quadros de um museu", mas sem se proporem outra cousa "senão dizer a verdade, toda a verdade e nada mais que a verdade". Manet, na pintura, representava um papel revolucionário semelhante ao de Zola no romance e ao de Rodin na escultura.

Em resumo, meus senhores, sem a compreensão do desenvolvimento econômico dos povos não poderemos jamais compreender o seu desenvolvimento cultural. As variadas tendências e correntes que hoje se encontram no domínio da Filosofia e das Letras não são mais, como vós sabeis, do que a conseqüência das tremendas contradições econômicas que agitam a sociedade moderna.

SÍLVIO ROMERO E O FATOR ECONÔMICO

Na *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero valorizou devidamente o fator econômico, dando-lhe uma alta significação no estudo das Letras e das Artes.

> Não é hoje uma simples suposição, mas um fato confirmado na História, que o estado de riqueza ou pauperismo de um povo influi diretamente na formação de sua literatura. As nações sem descanso, ocupadas exclusivamente em adquirir o indispensável à vida, não podem ter uma cultura que exija uma classe de indivíduos que estejam resguardados da obrigação punível de conquistar o pão quotidiano. Por isso, a civilização antiga só apareceu em países favorecidos pela natureza, onde a produção da riqueza foi fácil e pronta, e o bem estar pôde reinar nas classes superiores da sociedade. O *primo vivere* é tão certo para os povos como para os indivíduos; o homem antes de ser um ente histórico é um indivíduo biológico.

Nada tenho a tirar nem a acrescentar às palavras de Sílvio Romero. Coincidem exatamente com os pontos de vista aqui expostos. Sei o que os

fatores econômicos representam para a dinâmica intelectual do País, como sabemos também, Sr. Roberto Simonsen, o que fizestes para facilitar entre nós o estudo destes mesmos fatores que vinham sendo mais ou menos subestimados. Com efeito, é relativamente pequena a nossa bibliografia sobre a história econômica no Brasil. Vós fostes, como já disse e não hesito em repetir, um dos que, contemporaneamente, mais concorreram para enriquecê-la.

O Brasil foi colonizado numa época em que o feudalismo estava em plena agonia. Contudo, ele foi introduzido entre nós e tomou um aspecto todo próprio, atípico, de acordo com as condições do ambiente e o espírito da época. Até hoje a nossa economia se caracterizou pela combinação de vários estágios de cultura. Desenvolveu-se e desenvolve-se aos saltos determinados pela própria confusão de diversas etapas que, coexistindo, atuam uma sobre a outra, pois as mais envelhecidas não foram de todo superadas. O Brasil não teve, economicamente, uma evolução harmoniosa e, portanto, não acompanhou o desenvolvimento orgânico do capitalismo industrial. O nosso atraso econômico sempre se refletiu e continua a se refletir em nossas atividades intelectuais e não foi sem razão que Sílvio Romero salientou que "a despeito de nossa riqueza aparente, somos uma nação pobre em sua generalidade". Partindo daí é que o grande historiador de nossas Letras expõe em poucas palavras o que elas foram durante o período colonial.

> Basta abrir a nossa História de quatrocentos anos malbaratados por aqueles que deviam dirigir a Nação e ver que a quatro se podem reduzir os movimentos mais acentuados da Literatura do Brasil: a Escola Baiana do século XVII, que se aureola com o nome de Gregório de Mattos; a Mineira do século XVIII, que se assina com a firma de Gonzaga e Durão; a Fluminense da primeira metade do XIX século, desenvolvida principalmente na corte do Império, sob a inspeção do governo, com fluminenses, como Gonçalves de Magalhães e Macedo; e finalmente sobre estes movimentos isolados de uma ou outra província, o grande abalo *nacional,* que aí vem marulhoso de todos os cantos, do Pará como do Rio Grande do Sul, torrente ainda mal definida, hasteando todas as bandeiras, mas tendo um só alvo: – a mutação social.

E, justificando as duas observações, apresenta uma razão de caráter econômico: "Míope será", "continua ele, "quem não reconhecer por trás des-

tes acontecimentos literários outros tantos momentos econômicos do país: nos primeiros séculos da colônia o *açúcar;* no século XVIII o *ouro;* mais tarde o *café* e, agora que todos estes produtos estão desacreditados nos mercados europeus, onde não podem lutar com rivais aperfeiçoados". Bem perto andou Sílvio Romero da verdade. E apesar de formular muito sinteticamente o seu ponto de vista, estabeleceu as premissas que, desenvolvidas com pequenas alterações, terão uma poderosa importância para a interpretação científica da estrutura cultural do Brasil.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-LITERÁRIO DO BRASIL

Na realidade, tanto maior o progresso material do Brasil quanto maior o seu progresso cultural. O desenvolvimento geral, nos tempos coloniais, é claro, aguçou o sentimento da independência e de amor ao solo nativo. Basílio da Gama escreveu o *Uraguai*, tomando o índio como tema, e Santa Rita Durão *O Caramuru*, supondo provavelmente que o seu poema seria para o Brasil o que *Os Lusíadas* foram para Portugal. Na arquitetura e na escultura, o Aleijadinho criava uma escola própria, impressionante, inovadora e original. Em toda parte, havia um espírito de acentuada revolta contra a Metrópole que se tornava odiada. Mas em Minas Gerais, em Vila Rica, a velha cidade do ouro, foi que se estabeleceu por algum tempo o quartel general da rebelião contra o domínio português. Organizou-se um estado maior composto de cidadãos instruídos onde os poetas tiveram uma influência decisiva. Mas, ao lado dos poetas, viam-se indivíduos de iniciativa e de ação que tinham o dom de convencer e de sublevar.

Tiradentes, como Danton e Robespierre, surgia inesperadamente do seio do povo. Não se tratava de um cidadão de renome e de prestígio por influência de riqueza, posição e família. Era um simples alferes que trazia na cabeça um grande ideal e, cheio de fé e confiança em si próprio, ia levando de povoado em povoado, de cidade em cidade, a sua mensagem insurrecional ao mesmo tempo que ia agrupando em torno de si um número enorme de adeptos, que se deixavam levar pela tumultuosa eloqüência de suas ardentes palavras de rebelde e agitador. Atuavam em Cláudio Manuel da Costa, em Gonzaga, em Alvarenga Peixoto, e no Cônego Luís Vieira da Silva, os mesmos princí-

pios que nortearam a guerra da independência, na América do Norte e a grande revolução na França. Na lista dos livros pertencentes ao Cônego Luís Vieira da Silva, seqüestrados após a descoberta da conspiração, encontravam-se *L'Esprit des Lois* de Montesquieu, *La Enciclopédie, Le Paradis Perdu* de Milton, as *Oeuvres* de Voltaire, *Le Droit Public de l'Europe* de Mably, entre várias outras obras de alta capacidade explosiva para a época, sobretudo para o Brasil. Hoje, tenho invocado, por mais de uma vez, a autoridade de Sílvio Romero a fim de fortalecer o meu ponto de vista. Quero citá-lo de novo, mas agora para divergir de sua opinião. O mestre não considerava a Inconfidência "um grande movimento", muito embora reconhecesse que se tratava de "uma nobre aspiração expiada no cadafalso e no desterro". Para mim, entretanto, a Inconfidência mineira não foi apenas uma conspiração romântica, preparada por um grupo de idealistas. Foi um movimento de larga extensão que ultrapassou as fronteiras de Minas, contando com apoio no Rio, em São Paulo e na Bahia. É mesmo provável que contasse com a promessa de ajuda de algumas das nações que procuravam entrar em relações comerciais com o Brasil. Todos nós sabemos que o estudante brasileiro José Joaquim da Maia chegou a entrar em entendimentos com Thomas Jefferson, em Paris, fazendo um relatório magnífico da situação econômica do Brasil, e nos autos da devassa se falou de uma nau francesa, carregada de armas que deveria vir socorrer o movimento emancipador. A fim de consolidar a independência e defender a nova república, Alvarenga Peixoto, que deixou a magistratura para se dedicar com êxito à mineração, vivendo abastadamente no seio de uma família feliz, chegou a apregoar a Abolição dos escravos. Com a vida ou com o exílio, sacrificando os bens, as posições e as criaturas mais queridas, é que pagavam os poetas, que imaginaram um Brasil econômica e politicamente emancipado. Marília, todavia, viveu o tempo suficiente para ver a proclamação da Independência e compreender que Tomás Antônio Gonzaga não fora um lunático que tudo sacrificara inutilmente, até o seu amor, por um ideal longínquo e inatingível.

Em 1808, fugindo de Napoleão, que invadira Portugal, chegaram ao Brasil D. Maria I e sua corte. Na Bahia, o Príncipe Regente D. João, influenciado pelo Visconde de Cairu, abriu, por carta régia, os portos do Brasil ao comércio universal, abolindo, dessa forma, o monopólio da Colônia. Logo que desembarcou no Rio de Janeiro, levantou a proibição que pesava sobre a

indústria. Fábricas e oficinas abriram-se por toda parte. O comércio tornou-se livre, o que favoreceu o trabalho e a prosperidade do País. Muitos estrangeiros se estabeleceram em nossas cidades marítimas. Fundaram-se escolas, academias, museus e bibliotecas. Surgiu o Banco do Brasil, e, com a fundação da *Imprensa Régia*, teve origem, entre nós, a Imprensa e o Jornalismo. Finalmente, o Brasil foi elevado a Reino em 1815. Este impulso dado pela chegada da família real concorreu infinitamente para mais se caracterizar e definir o espírito brasileiro. Sete anos depois, já não era possível impedir a emancipação da Colônia. A independência política do Brasil, coincidindo com a sua independência cultural, acompanhou o grande passo que deu o Brasil para sua independência econômica que, por sua vez, contribuiu poderosamente para sua independência política. Antes do governo D. Maria I – D. João VI, a literatura entre nós se caracterizava pela sua feição colonial, quase sem vida própria. Salvo raras exceções, os nossos poetas mais emancipados continuavam, ao menos na forma, anacronicamente presos aos preceitos tradicionais, adotados na Metrópole, utilizando-se de processos artificiais que não estavam de acordo com a realidade ambiente. Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Porto-Alegre, na poesia, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, no romance, Martins Pena, no teatro, Monte Alverne, na eloqüência sacra, citando apenas os mais conhecidos, muito fizeram para a formação de uma Literatura tipicamente brasileira, vigorosa e original, pela qual se pudesse expandir, artisticamente, um povo novo, imaginativo, que desejava criar e produzir. Mas uma nação não vive só, e, embora consiga firmar a sua *individualidade*, chegando a madurês intelectual, não pode fechar-se às influências das demais nações. O caráter fundamental da Cultura, isto é, das ciências, das letras e das artes, é o seu sentido universal. Uma Nação, como um indivíduo, deve ter a sua personalidade definida. Isso não quer dizer que se volte solipsamente para si própria. Nem por ter conquistado a sua independência econômica, política e espiritual, iria o Brasil desligar-se da comunidade cristã ou pretender livrar-se da interdependência das demais nações. Muito expressivas sobre nós foram as influências das grandes descobertas científicas do século XIX, bem como as das correntes filosóficas e literárias. O desenvolvimento industrial do País, cada vez maior, exigia uma rigorosa conjuntura e conseqüente reforma dos meios de produção. O trabalho servil

já não correspondia às novas necessidades, tornando-se um entrave que era preciso afastar. Houve o choque natural entre a cidade e o campo; entre a burguesia nascente e os grandes proprietários dos latifúndios, geralmente conservadores. José Bonifácio, verdadeiro gênio político, dizia, por ocasião da Independência, que o Brasil não devia ser apenas um país agrícola: devia tornar-se industrial. E sem a Abolição dos escravos e a fragmentação da terra, este objetivo não seria conseguido. Ele compreendeu que chegara a oportunidade do desenvolvimento orgânico do capitalismo industrial e que, se o Brasil permanecesse economicamente atrasado em comparação com as outras nações industriais, não alcançaria inteiramente a sua independência econômica. Gonçalves Dias manifestara-se a favor da Abolição, mas de modo frio e discreto. Fora principalmente o cantor dos Índios para os quais exigia um lugar ao sol na civilização brasileira. O Negro, no entretanto, não tardaria em ter um poeta de gênio, que, embora pertencendo à raça branca, a raça dos *senhores*, ergueria bem alto a sua voz inspirada para reclamar, numa linguagem hugoana, a sua emancipação social. Revelando todos os sofrimentos, todas as humilhações impostas ao Negro escravo, colocou-se ao seu lado para fulminar, com estrofes de fogo, os que procuravam manter a escravidão. Não é preciso dizer que eu vos falo de Castro Alves. Castro Alves, como Gonzaga e Alvarenga Peixoto – este último seu precursor na luta pela abolição –, morreu sem ter visto a realização de seus sonhos. Mas a idéia não morre com o indivíduo. O fogo sagrado não foi extinto. E com a mesma vibração, o mesmo ardor, surgiram Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Rui Barbosa, para levar avante o seu ideal emancipador. Estes, sim, estes viram a concretização dos sonhos de Castro Alves que eram também os sonhos deles.

A escravidão em pleno século XIX era uma nódoa. A Abolição da escravatura recolocou o Brasil no mesmo plano moral das nações civilizadas. Para objetivar os ideais dos inconfidentes, a Independência, a Abolição e a República – só faltava esta última. E, finalmente ela se fez quase mecanicamente, sem atrito e sem luta. Euclides da Cunha escrevia em *A Margem da História* sobre o 15 de Novembro: "Uma parada repentina e uma sublevação; um movimento refreado de golpe e transformando-se por um princípio universal, em força; e o desfecho feliz de uma revolta, porque a revolução já estava feita." Toda essa evolução que se processou na sombra, silenciosamente,

sem alarido, sem ostentação, a Literatura Brasileira, tanto na quantidade como na qualidade, em nada ficava a dever à dos povos mais adiantados do Globo.

Sem os economistas, meus caros confrades, sem a vossa obra, Sr. Roberto Simonsen, eu não poderia chegar a tantas deduções sobre as letras e as artes. Podeis, portanto, de coração aberto, entrar para esta Casa e conviver com os poetas que, decerto vos estimarão. Os homens de ciência que chegaram aqui logo se confraternizaram com eles.

A IMORTALIDADE

Sr. Roberto Simonsen, esta Casa é vossa. Viestes ocupar uma Cadeira que pertenceu quase meio século a Filinto de Almeida, um dos mais notáveis poetas líricos da língua portuguesa. Ainda estou a ver a figura empolgante do velho acadêmico a declamar neste recinto, no *Curso Camões*, esplêndidos versos do mais puro estilo camoniano. A Cadeira ficará como símbolo da correlação que existe entre a Poesia e a Economia. Um economista, na Academia, pode normalmente substituir um poeta, como vós próprio demonstrastes na magnífica oração que viemos de ouvir. Para terminar, eu vos quero dizer que o homem vale pelos serviços que presta à sociedade e pelo que deixa de duradouro. Vós tocastes, como já dissestes, em quase todos os problemas econômicos e financeiros do Brasil. Vistes o que havia de fundamental em nossas necessidades agrícolas e industriais, e procurastes atuar para minorar as nossas crises, estudando as questões de nossa moeda, a racionalização do trabalho moderno, do baixo nível de vida das populações urbanas e rurais, do aperfeiçoamento da técnica, enfim, da possibilidade de uma planificação da economia brasileira. Vós, portanto, não só atuastes em benefício prático de nosso país e de nossos compatriotas, mas também sois autor de uma obra histórica que se tornou imprescindível para a compreensão da realidade nacional. E penso, com fé em Deus, que continuareis a enriquecer com vossos trabalhos o nosso patrimônio cultural. Tendes, além de tudo, uma alma nobre, profundamente humana, e, em meio das crises do mundo contemporâneo, não perdestes a esperança no futuro, mas, ao invés, permaneceis no campo da luta, otimista, sempre, trabalhando por um mundo melhor, dentro dos postulados da civilização cristã.

Novamente vos digo: esta Casa é vossa. Podeis entrar tranqüilamente na imortalidade.

Discurso do
SR. AFONSO PENA JÚNIOR

e

Resposta do
SR. ALCEU AMOROSO LIMA

Sessão extraordinária
do dia 14 de agosto de 1948

I

DISCURSO DO SR. AFONSO PENA JÚNIOR

Senhores Acadêmicos,

"Minha primeira ambição consciente foi esta: ser acadêmico... e a vossa indulgência consagra hoje minha ambição de criança."

Assim falou Afrânio, no dia da sua posse, aos 14 de agosto de 1911, há, precisamente, 37 anos. E assim podia falar um homem de destino, pressentindo o mundo por nascer que trazia no espírito. Mas assim, em verdade não vos posso eu falar.

A Academia foi sempre, para mim, um alto céu resplandecente, para o qual não ousava erguer sequer os olhos. A este céu não me sentia chamado, nem eleito. Nascido tão longe da era e lugar das filas, fui sempre, entretanto, um adepto e respeitador da fila. Mas as filas muito longas me descoroçoam. E a que a minha imaginação, iluminada pelo espírito de justiça, enxergava às portas da Academia, era de tanta e nobre gente, que nem me passava pela cabeça incorporar-me a ela.

Conhecia-me o bastante, para saber que não havia em mim a pertinácia e constância no requestar que imortalizou a nosso pai Jacó.

Por isto, quando João Neves e Rodrigo Octavio, cuidando servir à Academia, mas entregues, de fato, à cegueira de uma afeição, que muito me honra e cativa, apareceram em nossa casa, e me intimaram a candidatar-me a esta vaga, que, em verdade, ninguém preencheria bem, senti um susto enorme.

Apontei-lhes, de pronto, uma meia dúzia de grandes escritores, cuja falta na Academia era, realmente, uma falta; aleguei a altura da vida em que me achava, e o nada que se podia esperar, dali em diante, de quem tão pouco, até então, tinha dado a esperar. Disse-lhes a importância e grandeza especial da Cadeira, na qual um dos gigantes da nossa inteligência, Afrânio Peixoto, sucedeu a Euclides da Cunha, outro gigante: Cadeira a que o patrono, Castro Alves, emprestava singular majestade, pois foi o poeta por excelência, que ressuscitara, em nossos dias, os poderes órficos da Poesia, capaz de destruir e construir, e restabelecera a dignidade e o influxo social dos antigos vates e aedos que, imantando as almas, moviam e arrastavam os povos; Cadeira, enfim – já que estávamos entre brasileiros pitagóricos, que os números fascinam – em que até o número tinha o privilégio da atração, pois tem o número *sete,* que as religiões encheram de mistérios, excelências e virtudes. A tudo achavam resposta aqueles corações amigos, que a nada se renderam. E quando a eles se juntou o imenso coração de Olegário Mariano – menino de Casa Grande, que manda e não pede – minha vaidade não pôde mais resistir a tantas cócegas e amavios, e apelei para a vossa generosidade. Acolhido com uma benevolência sem precedente, aqui estou para fingirmos uma substituição impossível, acrescentando quem sabe – assim o disse, antes que o dissessem – mais uma página àquela *Arte de Furtar* que tanto e tanto estudei, e que parecia ter esgotado os ardilosos processos de agadanhar o alheio.

Quanto à Academia, já que os dignos de entrar não se apresentaram – nada mais fez, admitindo o menos digno, do que pautar-se pela sabedoria da natureza, que vive acertando as medidas e compondo médias. Nunca se viu estirpe ininterrupta de gênios, ou de heróis, ou de santos, ou de criminosos, parecendo haver nisto um processo indispensável à conservação da vida e de tudo.

E imitando a natureza, a Academia, que é versada em todas as letras sagradas e profanas, mostrou, ainda, conhecer o texto bíblico em que a divina sabedoria e piedade ordena que cada sete anos descanse a terra de ser cultivada para frutificar melhor: "Seis anos semearás o teu campo", assim prescreve o Levítico, "e seis anos podarás a tua vinha, e recolherás os seus frutos. O ano sétimo, porém, será o sábado da terra, do descanso do Senhor. Não semearás o campo, nem podarás a vinha." Lembrou-se, por certo, a Academia de que

este é um dos textos sagrados que a presunçosa ciência dos homens ainda não ousou contraditar. E vendo que nenhum dos recantos dos jardins de Academo esteve cultivado por mais tempo e com mais intensidade do que este, que Afrânio submeteu, não seis anos, mas seis vezes seis anos, ao duro regime de cultura forçada, resolveu entregar esta Cadeira, cujo número *sete* estava a lembrar o preceito salutar, a quem a pusesse em alqueive. Escolheu, para isto, ao escritor bissexto de uma só obra, suada e tressuada no curso de dois decênios; e ordenou-lhe que substituísse, em gloriosa humilhação, ao mestre insigne que ilustrou, *in eternum,* este posto, com a produção de cem volumes, qual mais belo, interessante e valioso.

Assim o quisestes, senhores acadêmicos. E assim será feito. A Cadeira 7 vai entrar em pousio. Reinará silêncio na forja em que ecoaram, sem cessar, durante mais de um terço de século, os ecos de um labor ciclópico.

* * *

Por mais que reduzamos a influência do ambiente sobre o homem, que tanto se exagerou algum dia, temos de reconhecer que o ambiente fortemente diferenciado, em que o homem passa a infância, exerce poder indiscutível na sua formação intelectual e moral, na formação, particularmente, daqueles indivíduos em que preponderem a sensibilidade e a imaginação.

Lençóis, o berço do sensível e imaginoso Júlio Afrânio Peixoto (com que alegria de criança verifiquei que as duas primeiras letras dos seus três nomes coincidem com as dos meus...) o seu ninho do sertão, na Chapada Diamantina, coração diamantino da Bahia, era e, talvez, ainda seja uma dessas terras fortemente diferenciadas, que nos plasmam e vinculam, terras que *têm visgo,* para empregarmos a expressão cinegética do nosso grande mestre, o povo. Basta dizer que é terra de mineração, um daqueles fanais de esperança, que a Providência acendeu no interior da nossa Pátria, para que as mariposas da ambição e da cobiça arrostassem todos os obstáculos, vencessem todas as distâncias, e povoassem nosso imenso território. "Sem o engano das minas, a cobiça e a esperança de as lograr", argumenta, como livro aberto, um dos personagens, tão vivos e reais, de Afrânio", "quem, lá das costas do mar, teria chegado até aqui, além daqui, neste fundão de terras sem fim? Quem havia de tomar conta disto, que é hoje nosso, e foi conquistado e empossado por eles, os mineiros, caçadores de ouro e diamantes?" Palavras a que acode uma serta-

neja "cujo espírito era aberto aos bons juízos"... "Também este tem razão. Botem uma esperança lá no meio do mato ou do deserto, e não haverá, com poucas, nem mato nem deserto".

Estas terras de mineração, eu as vejo como um fundo de bateia ou carumbé, em que se apura o ouro ou o diamante da brasilidade. Gente de todos os quadrantes aí acorre, movida da *auri sacra fames*, e, à medida que se cruza e sedimenta, vai *pintando* no fundo da bateia a mais pura, a mais genuína raça brasileira, quinta-essência de brasilidade. Por isto, toda a vez que vi posto em dúvida o patriotismo de Afrânio, o seu amor ao Brasil, a quem tanto ilustrou e serviu, não pude deixar de sorrir desse mal-entendido de beira-mar, em que mora a gente do amor civilizado, incapaz de compreender e perdoar o amor selvagem do sertão, relicário em que se enquistou e se preserva aquele amor português da era do descobrimento, que a grande Carolina Michaëlis tão bem descreve como um "misto singular de ternura e de rudeza, ou mesmo de ferocidade". Quando Afrânio dizia e repetia que era "sertanejo exilado no litoral", quem sabe se não estaria dando a única resposta, que lhe consentia o orgulho de sertanejo, à afrontosa acusação? Quem sabe se não estaria a dizer aos injustos acusadores que o seu amor era como o amor enraivecido e fustigante das *favelas*, estes sertões no coração da cidade?

O mundo é, por certo, uma gangorra, *une branloire*, como dizia Montaigne. Em nenhuma parte, contudo, tem a gangorra do mundo mais oscilações e balanços do que em terra de minas. Chega gente fascinada pelo eldorado, e sai gente que se desencantou dele. As pepitas de quilo se alternam com as bateadas inúteis. Os diamantes de exceção, feitos para as coroas reais, com os *olhos de mosquito,* ou mesmo com os simples satélites de diamantes, que apenas o anunciam, para que a esperança não acabe. Mas a gente que cerra os dentes e fica, a gente que resiste e persiste, a gente sebastianista, que vive no mundo da lua, sonhando riquezas, minas que há de descobrir – ó se há de! – esta é a gente que poderá não descobrir grande coisa, mas cujo exemplo de energia e virtude vai formar um diamante da primeira água e grandeza: Júlio Afrânio Peixoto.

Muito desejei, senhores acadêmicos, e cheguei mesmo a planear conhecer de perto a terra e as gentes que Hércules infante contemplou. Mas vi, depois, que, aos 68 anos, o espírito é forte, e a carne, fraca. Vi, também, que,

nos livros de Afrânio, encontraria, sempre presentes, os cenários e figuras de sua infância, o molde em que se formou. E vi, ao demais, que, para avaliar-lhes as formas e as forças, bastar-me-ia evocar a minha Santa Bárbara, que foi também, para seu mal e para bem da Pátria, um dos chamarizes e cartazes do Brasil. Bem sei, senhores acadêmicos, que são diferentes os reflexos da mesma luz na pedra preciosa e no seixo rolado dos rios, e não estou pensando em ridículo confronto. Mas a minha Santa Bárbara (o coração me impele a contemplá-la destes cimos, a que me alçou a vossa bondade) a minha Santa Bárbara foi, também, em dias que já vão longe, uma bateia de brasilidade, e caldeou, nos vaivéns da mineração, uma raça de homens resistentes ao esforço e à dor, dos quais me recordo com enternecida veneração e saudade.

É certo que, enquanto Lençóis, na meninice de Afrânio, ainda era, integralmente, terra de mineração, com suas marés enchentes e vazantes, sua contínua preocupação de diamantes e carbonados, lavras e cascalhos, *informações* e esperanças, sua chusma de capangueiros, faiscadores e pedristas, com fumaças de corte do sertão, de rainha do sertão, a Santa Bárbara de meu tempo de menino já não era a dos dias gloriosos, que só viviam em memórias adoráveis de velhos, dias em que "ouro era cisco, dinheiro corria que nem água, charuto se acendia em nota graúda, lavava-se cavalo com sabonete, e só se viam arreios de prata e vestidos de seda", como aqui, pelo encilhamento, a mineração da Bolsa. Mas havia, no terreno material, o casario fidalgo e o mobiliário de luxo – alfaias, jacarandás, pratarias, porcelanas – que os compradores ambulantes, vindos da corte (todos *judeus,* para a ira dos espoliados) foram ciganeando e carreando, por dez réis de mel coado; havia, ainda, no terreno moral, a mentalidade sebastianista, sempre à espera de novos dias "de se amarrar cachorro com lingüiça", e havia, sobretudo, a fortaleza estóica, a blindagem moral, que a faina de minerar sempre forja, e que perdura por gerações.

Não hei de esquecer, jamais, a lição espartana, que ouvi, na minha infância, a um desses caboclos, bons como ouro, leais como tudo, empedernidos no sofrimento pelos azares da mineração. Era um faiscador, filho e neto de faiscadores, obrigado ao mister de carreira, porque o rio – é deles mesmo a saborosa expressão – já não estava pagando o mesmo jornal; mas que tomava férias de carreiro e voltava a batear, toda a vez que chuvas fortes e demoradas, provocando desmontes, enriqueciam as areias do rio.

Entrei-lhe no casebre, à hora em que a sua vasta tribo, raspando os pratos de ferro estanhado, terminava o frugalíssimo almoço. E ouvi que um dos meninos, meus companheiros e professores de estripulias, estava a se queixar, não sei de quê, com voz de choro.

"Não queixa não, menino" – atalhou o pai, entre rude e brincalhão. "Agüenta calado. Coma quiabo, e arrote melancia."

Foi esta a escola espartana, senhores acadêmicos, que Afrânio cursou, nos seus primeiros nove anos, aqueles cuja estampa indelével nos afeiçoa, quase sempre, o restante da vida. E daí lhe veio a sua inexcedível capacidade de *agüentar calado*.

Todos nós sabemos a dor cruciante que, no fim da vida, lhe alanceou o coração de pai.

Todos nós sabemos o torturante declínio dos seus últimos dias.

Mas, não por ele, que trouxe os lábios selados, quando a Morte lhe arrebatou as esperanças de sobreviver na pessoa do filho; não por ele, que ao pressentir que Ela se aproximava de novo, já agora à sua procura, para o levar também, "fez de seu quarto uma cela" – estou repetindo o grande e generoso artista, que hoje me apadrinha a entrada: "Fez, de seu quarto uma cela, e defendia a sua porta como a última fortaleza dos que têm pudor de sofrer ou desfigurar-se em público, e se escondem, como os drusos, para morrer." Quem o visse abaixo e acima, na infatigável labuta diária, depois de perdido o filho único, poderia, quando muito, surpreender o perpassar de alguma nuvem na limpidez de seus olhos mouriscos, quando a verdade é que a dor, no seu pobre coração, era como o cachoeirar das enxurradas nos socavões da sua Chapada Diamantina.

Só quem – deixai que a Poesia, que tudo compreende e sabe explicar, tome, aqui, a palavra:

Só *quem* no *peito seu pusesse* o *ouvido,*
ouviria o *marulho endolorido*
das lágrimas que caem para dentro.

Esta filosofia, esta atitude, inspiradas na ambiência inicial da vida, se encontram, como era de esperar, na obra de Afrânio. E sempre atribuídas às

figuras mais chegadas ao coração do autor, como, também, de esperar. Quando, por exemplo, a mãe de Bugrinha, procurou consolá-la, por ver, no rosto da filha, subir e adensar-se uma sombra, como subia e se adensava a da tarde morena e tépida da Chapada pelos serros das cercanias, "Bugrinha", escreve Afrânio, "não disse nada. Tomou o pote e seguiu em direção ao rio. Todas as tardes era a sua faina; não a esqueceria nem com uma expectativa alegre, nem com uma decepção sofrida: o dever é o recurso dos dignos, que se não curvam à dor, nem se expõem à comiseração".

Leio isso, levanto os olhos do livro, e, de repente, não vejo mais Bugrinha, carregando o pote, em direção ao rio, para a faina de todas as tardes. E quem eu vejo é Afrânio, depois do grande luto, na Biblioteca Nacional, nas cátedras, nas conferências, nos inúmeros lugares a que o dever, a mola mestra da sua vida, o obrigava. E é, ainda, o seu retrato, com o seu lema espartano da vida, o que Afrânio nos dá, em *Esfinge,* quando Paulo de Andrade, retomando ao seu velho lar amigo, então deserto, do Barro Branco, põe-se a relembrar "a meiga e doce criatura, que fora sua mãe, frágil pela ternura e pelo sofrimento, branda e amável até no castigo":

> Tinha para ela carinhos sutis e de uma delicadeza infinita. Como era tímido e sincero, nunca ousou fazê-los claramente, ou confessar o bem que lhe queria, *pela palavra. Sabia falar* – prestai, senhores, atenção – *falava até muito, mais não para dizer as coisas íntimas que sentia. Tem* o *coração às vezes pudor de falar: sente, faz-se adivinhar.*

Quando sair publicada esta oração, vereis, senhores acadêmicos, que tive, aqui, a audácia de grifar algumas palavras, coisa que Afrânio em caso algum faria.

É que me lembrei daquela poesia "Como um presente", com que Carlos Drumond de Andrade celebra o aniversário do Pai já morto, verdadeira prensa de esmagar corações, que assim começa:

> *Teu aniversário,* no *escuro,*
> *não se comemora.*

E assim termina:

Perdoa a longa conversa.
Palavras tão poucas antes!
É certo que intimidavas.

Guardavas talvez, o *amor*
em tripla cerca de espinhos.

Já não precisas guardá-lo.
No escuro em que fazes anos,
no *escuro,*
é permitido sorrir.

O espetáculo do faiscador solitário, do meia-praça, que recebe apetrechos e mantimentos, trabalhando para si e para seu fornecedor, o de tanta gente boa e rude "a viver na sóbria perseverança, que não poupa trabalho nem pena"; a epopéia sobre-humana do rompedor das grunas, entre miséria e esplendor; toda esta visão e experiência dos dias da infância terá depositado na alma de Afrânio os germes da constância no esforço e da bravura moral, que são os alicerces, o subsolo da sua vida esforçada e generosa. Assim, também, a honestidade exemplar, inseparável, nesses dias, de toda a atividade joalheira, ponto de honra dos ourives e do mundo a eles ligado, honestidade com que toda esta gente, sobretudo a miúda, fazia questão de trazer mãos limpas em meio de tanta riqueza minerada.

"Meia-praça nenhum", relembra Afrânio em página de saudade e justiça, nunca achou diamante ou carbonado, que o sonegasse ao sócio... Positivos (trata-se do mensageiro, ou portador, que conheci na minha Santa Bárbara, onde também se chamava *próprio,* subentendida a palavra correio) positivos, desde sempre, carregam contos e contos de réis, partidas e dinheiro, e jamais houve um desvio... "Leais e íntegros como gemas da terra", estes mineiros de Lençóis, os mais destemidos sertanejos da Bahia e de Minas, ao se esforçarem, heróica, insubmissamente, contra a terra, para lhe arrancar os tesouros, nos areões, nas grotas, nos barrancos, nos emburrados, estavam, sem o saber, a inspirar a vida reta, limpa, e cheia de Afrânio Peixoto.

Se a sua alma não foi jamais corroída pela acidez da inveja, se sempre se alegrou com os triunfos alheios, ajudando quanto podia a ascensão dos outros, é porque trouxe de sua terra essa nobre disposição. Quando, nos salões de Lençóis, corre a noticia de ter um garimpeiro apanhado uma grande pedra, o pesado diamante preto de Toca-dos-Noivos, todos festejam o achado, sinceramente contentes com a tacada do felizardo. E um dos circunstantes, observando essa rara e salutar alegria, comenta, numa síntese feliz da gente de terras diamantinas: "É talvez a gente única no mundo que se não entristece com a fortuna alheia..."

Quem é o Afrânio Peixoto dos incontáveis prefácios, quem é aquele prefaciador indulgentíssimo e habilíssimo, do qual nos falou aqui João Luso com tão delicada e penetrante afeição, quem é esse Afrânio, senão aquele Manuel Alves, pai de Bugrinha, que vivia a esburacar aqui e acolá, faiscando, experimentando, provando, na esperança de achar a mina da sua esperança, um cascalho virgem e engomado, que não deve faltar, pedras de diamantes tão grandes "como as de matar passarinho a bodoque"; mas, ao cabo de tanta labuta, trazia um punhado de pedras à toa, que exibia contente e orgulhoso, porque eram *cativos* do diamante, que "andam atrás dele como escravos", e haviam, por força, de trazer diamante? Em quantos e quantos prefácios o nosso boníssimo e generoso Afrânio escavava na mediocridade e na sensaboria uma coleção de cericórias, pingos-d'água, caboclos lustrosos, pedras de anil, tanás de sangue, e procurava nos convencer que el-rei diamante estava ali perto, porque os seus batedores e arautos ali estavam, e que o autor (como as águas do São José e as lavras velhas do Manuel Alves) ainda tinha em si "um despotismo de diamante", e não dera ainda um *mindinho assim* de seus *pessuídos...* Ó como se vê bem, nesses adoráveis prefácios, que o sertanejo de fardão acadêmico, filho de um pedrista, respirou a plenos pulmões, na sua infância, a atmosfera mágica dos garimpos, e encheu o peito da esperança imorredoura dos mineiros, aquela esperança graças à qual, até nos delírios da agonia, sobrenada o sonho, que lhes encheu a vida,

e do céu todo verde as esmeraldas chovem.

O lar de Afrânio, lar em que, além dele, o primogênito, se criaram mais nove filhos, para o trabalho, o bem, a honra, a observância do decálogo divino, foi um feliz complemento educativo do ambiente.

Ao convidar os ouvintes, na conferência do bimilenário de Horácio, a saudarem comovidos o pai do poeta, é para seu Pai que Afrânio está pedindo o aplauso, pois foi a reedição, a dois mil anos de distância, do *Pater optimus* de Horácio, com quem Afrânio poderia repetir: "Se minha vida foi honesta e pura, se sou caro a meus amigos, *causa fuit pater his,* a meu pai o devo.

Depois que Dona Chiquita confiou à discrição de minha amizade alguns rascunhos de memória de Afrânio, posso, com efeito, assegurar-vos que é uma evocação da sua a que ele atribui a Paulo de Andrade, protagonista de *Esfinge,* na sua peregrinação de saudade, evocação que ides ouvir:

> Já a encontraria deserta a velha casa... Já não veria enchê-la a serenidade grave e pensativa do pai, sempre indulgente e bom, sem uma palavra mais alta... Desde muito cedo foram grandes amigos, procurando-se todos os dias, para longos passeios na sala, para lá e para cá, de mãos dadas, conversando como dois homens... Contava-lhe histórias, ensinava-lhe coisas, que ele ouvia atento ou interrompia para novas explicações ou contos já conhecidos... E sempre, no fim, achava meios de dizer coisas sérias, das quais saía dignificado, porque o pai afirmava que ele era um homem de bem. Os homens de bem não faziam isto, não faziam aquilo... não brincavam com fogo, não responderiam aos mais velhos, não faziam má-criações, não judiavam com os animais, não tiravam nada às escondidas, bebiam os remédios que as mães lhes davam, não mentiam, eram obedientes, tomavam banho frio. E ele fazia ou devia fazer tudo isto, porque era um homem de bem... A sua pequena vaidade assim fora criada. E tanto como os conselhos, lhe agradava o fato mesmo da conversa com o pai, a sós, os dois, passeando seriamente como gente grande... Assim o fizera homem, desde cedo. Não era muito que se enternecesse, agora, como uma criança, evocando a grande figura amada, boa, simples, amiga e indulgente, que se fora e que não passearia nem conversaria com ele, para convencê-lo de que devia ser um homem de bem...

Esta página da *Esfinge,* que não transcrevi por inteiro, deveria recolher-se em antologia, pois é sacada da realidade e da vida e não conheço nenhuma

com maior poder educativo (coisa preciosa quando a educação parece desertar do mundo).

O pai de Afrânio, Francisco Afrânio Peixoto, foi um daqueles sertanejos autodidatas, que os viajantes estrangeiros de outrora mencionavam admirados. Mas, foi, acima de tudo, um apaixonado da educação; e pelas adivinhações do amor, antecipou-se a muitas das conclusões pedagógicas de bem mais tarde. Punha-se ao nível da inteligência dos filhos, para melhor dirigi-las, com persuasão e brandura. Afrânio nascera muito franzino, o que ele atribuía ao fato de "ter sido filho de uma menina, apenas quinze anos mais velha do que ele", explicação que, por mais que a tenha em dúvida, não ouso contraditar e tão grande sabedor... Tinha a cabeça grande, a avultar no franzino do corpo, capacitada pela natureza do muito que havia de coletar pela vida em fora. E, por isto, o chamavam de *cabeça de comarca* (lugar, para os sertanejos, em que moram os mandões e impera o mandonismo) toda a vez que ele, opinioso, procurava impor suas vontades. Penso que, apesar de débil, já teria os ombros largos para a imensa carga de trabalhos e responsabilidades, a que estavam destinados. Certo é que as suas precárias condições físicas, além da primogenitura, lhe valeram maiores cuidados do pai, do qual diz, ele, nas memórias, que não foi apenas o melhor dos pais, mas verdadeira mãe; e que, por isto, em todo seu passado, a lembrança enternecida dele se mistura à de hábitos de bondade inteligente, algumas de cujas delicadezas só mais tarde compreenderia.

Acompanhemos, senhores, algumas das surpreendentes intuições afetivas deste *Paier optimus,* alguns dos seus delicados processos educativos.

Afrânio, como todos os meninos de seu tempo, tivera a escola como o castigo de *artes* e má-criações. A cada mal-feito, ouvia sempre gritar: "Deixe estar, que para o ano você irá para a escola." E seu coração se encolhia todo com a ameaça. De sorte que, ao se aproximarem os seis anos, tinha a impressão de que era chegada a hora da grande punição acumulada. Mas o pai vigiava, compreendendo os estragos de tal pavor. Levou-o, como por acaso, a ver escolas e, ao passar por elas, comentava, com acento de amorosa verdade: "Veja como as crianças são felizes e bem tratadas pelos professores; e como têm prazer de viver umas com as outras. Assim será com você. Todos os homens de bem passam pela escola", e Afrânio, que adorava o pai, e nunca o

vira mentir ou faltar no seu afeto, se punha a refletir, quase convencido: "Meu Pai não me deixaria ir a um lugar, onde não fosse muito bem tratado."

"De sorte que", rememora ele, "foi com o coração menos apertado que, numa manhã de fevereiro, fui levado por ele à minha primeira escola, minhas primeiras professoras."

(Aqui, sou obrigado a interromper a narrativa, tomado de uma dúvida: É a Afrânio ou a Horácio que esse *Pater optimus* está levando aos mestres, para assistir-lhe às lições:

Ipse mihi custos incorruptissimus omnes
Circum doctores aderat...

– Tive a espontaneidade de escolher – continua Afrânio: "É esta". Era D. Maria da Purificação, segunda das três irmãs do Vigário, que, em Lençóis, minha terra natal no sertão da Bahia, tinham escola de meninos, e a ela fui bem recomendado. Abraçou-me, disse-me as palavras que as mulheres sabem dizer aos homens e que os comovem; de modo que, ao partir meu Pai, e ao deixar-me só, a aflição, que eu esperava, foi bem menor, porque começava para mim um novo afeto. Estudava as minhas lições menos para sabê-las, do que para lhe dar prazer. Uma aprovação sua era, para mim, o melhor prêmio. Ganhei, nos primeiros dias, plena confiança, e a escola-castigo, graças a isso, foi um prazer, que se continuou pela vida inteira.

Estou, hoje, convencido de que, se há maus alunos, é que não tiveram um sorriso ou uma carícia, para os acolher à entrada da escola. Vem-me agora, uma palavra de ouro de Michelet : "A educação é uma amizade". Por isso, fiz dos meus professores meus amigos e, mais tarde, quando fui mestre, fiz, amigos, dos meus alunos. Amigos, até a franqueza: Não sei; não pude estudar. Tão sinceramente, que essa confidência abrandava a rigidez do ensino ou do exame...

Mais de meio século após esta acolhida mágica de sua primeira escola, Afrânio, como paraninfo de novas professoras, evoca no Instituto de Educação do Distrito Federal, para edificação de suas afilhadas, esta educadora de sua infância, com palavras dignas de gravação em ouro. E estou certo, senhores, de que as suas afilhadas de 1915, e todas as professoras que leram

sua oração de paraninfo encontraram nela um pão espiritual para a áspera jornada da vida; de que terão aprendido, nos lindos exemplos da professora de Lençóis e de Afrânio, a profunda verdade do pensamento de Madame Necker-de-Saussure: "Tem sempre acesso ao coração da criança quem a ame sem fraqueza e sem simulação". E confio que, lembradas de que os maus são, quase sempre, desgraçados que ninguém soube amar, tomem como lema de educadoras o verso de Lamartine:

Mon coeur dans leurs coeurs se verse goutte à goutte.

Um sinal da inteligência dessas duas criaturas, o Pai e a Mestra, amoráveis construtoras da sua personalidade privilegiada, só depois de educador o percebeu Afrânio. Ele era trêfego, irrequieto, incapaz de estar assentado e imóvel muito tempo. Seu Pai, que observara isto, conseguiu da professora que o deixasse, sempre que pudesse, ir ao jardim ou ao quintal espinotear um pouco, voltando, isto feito, ao seu lugar. Só ele gozava tal favor, porque só ele teve um pai, que notara no filho a necessidade de movimento, que todas as crianças sentem. O pai adivinhou, por amor, o que a pedagogia levaria tempo a descobrir. E Afrânio teve assim, a seu jeito, uma precursão da escola ativa.

Terá havido, senhores, memória mais pronta, mais feliz, e mais tenaz que a de Afrânio? Admiramos, sem restrições, sua inteligência, que era aguda e vasta; mas temos de reconhecer que sua memória concorreu muitíssimo para os encantos da sua palestra, do seu ensino, dos seus escritos; e isto porque, como observa a malícia de Montaigne, por maiores que sejam os armazéns da inventiva, mais fornidos são os da memória, em que eles se abastecem.

Pois bem: ainda aqui intervém, por forma original e pitoresca, o benemérito pai de Afrânio, exercitando, e aguçando essa memória do filho que, desde os primeiros anos, era angélica.

Mandava, por Afrânio, criança de cinco anos, se tanto, a um farmacêutico, seu vizinho e amigo, um recado que era apenas a descrição completa do rio São Francisco. E o farmacêutico, depois de destampar o boião do açúcar-cândi e de dar à criança um torrão, respondia com a descrição do Volga, recomendado muito não esquecer as palavras difíceis. Tão inocente era Afrânio nesses exercícios, que, mais de uma vez, confidenciou à Mãe essas conversas atrapa-

lhadas. "Só mais tarde", diz ele, "vim a saber, ao reencontrá-la, que isso era geografia, que eu já havia aprendido, como exercício de memória."

Com o casamento de uma das irmãs do Vigário, fecha-se a escola das três, o jardim encantado de D. Maria da Purificação, e Afrânio tem de ir para a única escola pública de Lençóis, regida por homem. "O ambiente só de meninos" é ele quem fala – "era frio e duro. As minhas companheiras de escola, amenas e brandas, me faziam falta à natureza sentimental." Prestem atenção os críticos a esta aura em que respira e precisa respirar a vida de Afrânio – já não ganhava prêmios de sorrisos; eram prêmios materiais os que se davam às boas lições; "acostumei-me a ganhá-los muitos, porque faziam prazer a meu Pai".

É numa das ocorrências desta escola fria e dura de marmanjos que vamos ver até que ponto, aos nove anos, Afrânio já era varonil; até que ponto o *Pater optimus* já lhe havia forjado o caráter, que, penso, se poderia definir: a aptidão a resistir à maldade e à injustiça. Havia nela um aluno, que, sendo péssimo em todas as disciplinas, era, entretanto, um prodígio em cálculo mental, e capaz, num *átimo* (estou empregando, impetrada a vênia da Academia, o vocabulário da minha zona do Mato Dentro, relembrando-vos que sou genuíno *matuto*) de dar o resultado de "oito vezes vinte e quatro, nove fora vezes dois". De modo que, na sabatina e argumento de sábado, ele, que não tinha conseguido um só prêmio nas outras matérias, desfechava nos outros os cálculos, em que – e só neles – era exímio, e dando-lhes quinaus sobre quinaus, não só lhes arrebatava os prêmios de toda a semana, mas, esgotados estes, ainda tinha o direito e o gostinho de chamá-los a bolos. E Afrânio, que "dava para tudo, menos para matemática" (só mesmo nesta confissão de suas memórias, ficaríamos conhecendo esta falha em sua armadura enciclopédica...) recusou-se, terminantemente, a terçar armas com o tal calculista "que só dava para matemática, e para nada mais". Declarou que não tinha pendor para esses cálculos e que não se humilharia a ser batido por um mau aluno, inferior a ele em tudo. Se este o quisesse, que se abastecesse, à vontade, na sua coleção de prêmios, nos prêmios dele, Afrânio. E como o professor repetia que se devia observar a injusta rotina, Afrânio teve a coragem de dizer-lhe que não voltaria à escola, se insistisse. Seu pai, certamente, estaria por ele... É fácil de calcular a emoção da escola, com esta aparente *rebeldia.* Estamos na era bur-

guesa e pacata de 1885, e não nos tempos de agora, em que autoridade e disciplina são palavras vãs...

O *Pater optimus,* em longa e cortês discussão com o professor, o convence da erronia pedagógica. De sorte que Afrânio continua na escola; "mas nunca" – conclui ele nas memórias – "o tal Artur Pereira logrou encontrar-me, para a humilhação de seus argumentos".

Pergunto-vos, senhores acadêmicos, se já não estaria, nesse guri de Lençóis, o mesmo Afrânio, definido, consciente, veraz e corajoso, que a Academia, as Faculdades, o Parlamento, todos os centros de sua atividade conheceram, um dos diamantes mais resplandecentes e rijos que a Chapada Diamantina da Bahia já deu ao Brasil?

Tudo o que, de agora em diante, lhe acontecer, na zona dos sentimentos, idéias, e feitos, daqui promana, por aqui se explica. Nas ascensões humanas, o que, sobretudo, interessa e preocupa, como – creio eu – nas da aviação, é a decolagem inicial, e a aterragem final, com a diferença, apenas, que nas dos homens, o poiso nada tem de terreno, e se há de fazer para a banda do céu... Ergamos, pois, nossos corações, em reconhecimento e louvor, para aqueles, graças aos quais Afrânio decolou: para aqueles sertanejos, aquele Pai, aquela Mestra... Permiti, contudo, que associe a essa humanidade, a paisagem, só aparentemente inanimada da sua terra: o sítio de seus avós no São José (seu encanto dos sábados à tarde, até a tarde de domingo), o Lavrado, a Lagoa Encantada, e tantos e tantos lugares dos arredores de Lençóis, tão bem descritos, aqui e ali, nos seus livros, sobretudo em *Bugrinha*; paisagem que lhe fez a alma de menino tão definitivamente rústica – assim a diz Afrânio nos seus dias finais – que todo o tempo da vida civilizada não foi bastante para calar o refrém ou *leitmotif* dessa vida rústica, que aparece em todos os seus escritos. Ó como o posso eu compreender, eu que, aos 68 anos de idade, ainda tenho nos olhos e no ouvido (este, já agora, quase que só *mental*, todas as cores, todos os cantos dos céus, dos campos e das matas de minha terra, alimento de minha pobre estesia!

Não há bem que sempre dure... E Afrânio, aos nove anos, tem de deixar o seu paraíso sertanejo, "os seus Lençóis", para o Salobro, às margens do Rio Pardo, em Canavieiras, porque o Pai fora atraído para as novas minas do sul da Bahia, os diamantes do Salobro, e os cacauais do Rio Pardo.

Abençoada, para nós, a hora em que este mal lhe aconteceu, porque vai se aproximando de nós, e colhendo, de caminho, a larga experiência das coisas brasileiras, com que nos há de instruir e deleitar. Já a viagem da família, verdadeira caravana de tribo, desde o sertão até o sul do Estado, com passagem por São Félix, Cachoeira, e a Capital, – esta Cidade do Salvador, que, depois, tomaria conta dele até à morte – o consola, inteiramente, da amarga separação; porque é cheia de coisas nunca vistas; e o garoto amarrado ao selim de *Passarinho* (o seu tordilho, famoso no esquipado, que ele havia de incorporar, um dia, aos personagens de um de seus livros) é aparentado àquele João Ponce de León, que descobre a Flórida aos oitenta anos, e só se lançou aos riscos e incertezas dessa descoberta, por mares nunca dantes navegados, acicatado do anseio de *mirar algo de nuevo*... Quanta e quanta coisa nova: as dormidas em couros, nos ranchos ou ao relento ("o sono dormido à toa, sob a tenda de amplidão" como cantara o *seu* Castro Alves" mais *seu* que de ninguém) as manhãs alegres de preparo, para recomeçar o caminho; os meios-dias de repouso, à beira de algum riacho cantante e fresco, para a refeição e o descanso da tropa; os crepúsculos à chegada de um pouso; a vadiagem de um rio imenso, o Paraguaçu; o trem de ferro, primeira impressão forte da civilização; a ponte Pedro II sobre o Paraguaçu, trezentos metros de ferro, tão impressionante, tão majestosa a seus olhos de criança, que, depois de ter visto, no último quartel de vida, a ponte George Washington, sobre o Hudson, em Nova York, Afrânio estava pronto a apostar, com quem quisesse, que esta não chegava ao calcanhar daquela... E eu, que ao ler as descrições das velhíssimas *sequóias gigantes* dos Estados Unidos, as referia sempre a um jatobá de meu quintal de Santa Bárbara, o meu metro do mundo vegetal, posso compreender muito bem essa confiança apostadora de Afrânio, até o dia – bem entendido – em que voltasse à ponte da sua infância; porque, no dia em que, já homem feito, tornei a ver o meu jatobá, perguntei se o haviam substituído por uma planta de estufa, e acabei convencido – como, aliás, cada um de vós outros – de que os gigantes de Brodignac da nossa infância se tornam liliputianos na idade adulta, e que da primeira à última fase da vida as coisas do mundo se apequenam muitíssimo, embora – é de supor – não tanto como quando as contemple a alma, um segundo após a morte...

No Salobro, o *Pater optimus*, sempre vigilante, consegue, para iniciar o ensino secundário de Afrânio e seus irmãos maiores, a colaboração de um engenheiro agrônomo, Glicério Lino de Santana, cujo nome tem de figurar na lista de nossa gratidão, pois Afrânio confessa que "muito lhe ficou a dever".

E, agora, para a Bahia, a Capital; para o pleno saber, e a glória, com a fatalidade de um astro, que tem de percorrer a sua órbita! Nunca me tira de cabeça que só então o *mineiro* de Lençóis e do Salobro se vai tornar *baiano;* mas só hoje me animo a dizê-lo, hoje que Afrânio não está mais aqui, para me condenar...

Na Capital, o seu anjo-da-guarda, sob a figura de seu tio Filogônio de Souza, tão carinhoso que Afrânio e seus irmãos o chamavam de Papai-Filó, o conduz ao Colégio Florêncio, dirigido por um educador de escol, Manuel Florêncio do Espírito Santo, um desses pretos honrados, dos quais costumava dizer a filáucia dos senhores de escravos que eram "pretos na cor e brancos nas ações", como se virtude tivesse pigmento... O colégio, ali no topo das Ladeiras da Gameleira, da Montanha e da Conceição, ocupava o prédio do antigo Colégio Sebrão, que Castro Alves freqüentara, passando, no ano seguinte, para a Rua do Sodré, no grande casarão em que viveu seus últimos anos, e morreu o poeta patrono da Cadeira acadêmica de Afrânio. O fundo do casarão dava para a Rua do Areal de Cima, onde moravam as meninas Estela e Semy Amzallak, namoradas dele e para as quais versejara (os poetas, como é sabido, namoram e versejam por partidas dobradas...). O que tudo nos convence de que também eles, os colégios, *habent sua facta...*, sobretudo ao sabermos que quase todas as aulas de Afrânio se davam no grande salão, em que o Poeta morreu.

Quando Florêncio, que o acolheu benignamente nesse 3 de fevereiro de 1888, lhe perguntou que matérias pretendia cursar, e Afrânio disse que se inscreveria em sete preparatórios: português, francês, inglês, latim, geografia, história, e história do Brasil, Florêncio, que o via tão pequeno e franzino, procurou dissuadi-lo de tal criancice; e Afrânio lhe responde, gravemente, que era capaz de fazer, *honradamente*, esses estudos. E o velho educador, ao ouvir este "honradamente", de que muito gostou, percebeu logo no menino *um homem,* e assentiu nas inscrições, dizendo: "Quero ver, até o fim do mês, se, 'honradamente', você cumpre as obrigações." No fim do mês, só havia, nas

cadernetas, notas boas e ótimas. Afrânio passou, então, a ser considerado pelo velho preto um menino honrado; e as palavras honrado, honradez, honradamente, entraram a figurar, amiúde, nas suas conversas com o aluno.

Nesse primeiro ano, prestou ele os exames das disciplinas que cursara, obtendo quatro notas plenas e três distinções. No ano seguinte, completa os preparatórios, já então como aluno laureado, isento de contribuições ao colégio, prêmio que, antes dele, só uma vez se concedera.

Só Deus sabe o que lhe custaram, a este gigante do querer, as quatro matemáticas, às quais, como já vimos, tinha ojeriza. Ojeriza tão aguda, que chegava a evitar, na História, as datas, e, na Geografia, as superfícies e populações, toda a estatística, enfim. Mas, em compensação, as ciências físicas e naturais, lecionadas pelos melhores professores que conheceu – Pedro da Luz Carrascosa e José Porfírio de Sá – caíram-lhe no goto.

O professor de Geografia, História, e História do Brasil, Odorico Octavio de Odilon, tinha a arte de tornar atraentes essas matérias. E Afrânio, graças à memória prodigiosa e notáveis faculdades discursivas, é o seu aluno de mostra. Por isto, no exame de Geografia, escreve tal página sobre Genebra, que o examinador, Cônego Ludgero dos Humildes Pacheco, lhe disse que "ou ele tinha memória de anjo, estudando em livro que ele, examinador, não conhecia, ou, então, era um cínico, e copiava esse livro, que desejava saber qual era". Sertanejo não leva desaforo para casa... Afrânio responde, no clarão do tiro, que não tem memória de anjo; mas, também, não pode ficar com o insulto de cínico atirado injustamente contra um pobre examinando por um examinador e sacerdote idoso. E intima a este que "mude de expressão, se quer que continuem". Houve na sala um grande silêncio. O velho olhou longamente Afrânio, cujos quatorze anos pareciam dez, de tão pequenininho era, e disse, brandamente:

> Meu nome é Humildes. Humildemente peço perdão. Fui excessivo. Mas sua prova, de tão surpreendente, me fez acreditar que fosse surripiada. E como lhe atribuí inteligência vulgar, seria cinismo tal petulância. Perdoe-me: quero apenas a prova de que isto que escreveu é seu. Diga-me, por exemplo, os homens célebres, filhos dessa cidade de Genebra.

Afrânio, sem titubear, mencionou todas as celebridades genebrinas, dignas de lembrança, e as foi identificando uma a uma; de sorte que o Cônego, pasmado, confessou: "Menino, você não é cínico: eu já o disse. Mas é angélico... ."

E perguntou-lhe ("aqui para nós") onde aprendera essas coisas. "No Dicionário de Boiuillet, de Geografia e História", respondeu o menino. "Leia Vossa Reverendíssima, nele, o artigo sobre Genebra, e verificará que fui aluno aproveitado... Sobre Paris e Roma, se me der tempo, posso escrever um caderno."

> Ludgero – escreve Afrânio – fez um discurso, compensando-me das más palavras, que me dissera no começo; e terminou declarando que estava feito o exame, e a nota já sabiam todos qual seria...
>
> Depois, nos meus longos anos de estudante de Medicina, nunca o encontrei, que não me parasse, abraçasse, e dissesse: – Ainda hoje, meu filho, me dói aquela suposição de cinismo, que lhe atribuí. Nunca mais fiz dessas temerárias suposições a ninguém. Você me curou da malícia. Mas não imagina, meu filho, como, por isso, eu tenho sido enganado, por aí... .

Ao ingressar na Faculdade de Medicina, Afrânio, que se tornara popular nos meios escolares, levava o prestígio de sua extraordinária carreira colegial, a que se juntava o louvor constante de seu velho mestre Manuel Florêncio ao "orgulho de seus últimos dias". Sentia-se obrigado, diz ele, a ser aluno de primeira ordem na Faculdade.

Tudo isto, e mais o seu frágil aspecto menineiro (dezesseis anos, que aparentavam doze) lhe valeram, de entrada, um abrandamento na rudeza coimbrã do trote. Limitaram-se os implacáveis veteranos a condenar o franzino e glorioso novato a entrar na Faculdade, durante o primeiro mês, debaixo de vaia, pela mão da tradicional Sabina, a preta das laranjas, a quem Afrânio pagou cinco mil réis (50, ou mesmo 100 – ai de nós! – dos cruzeiros de hoje) pelos seus serviços de Babá...

Daí em diante, é uma brilhante rota batida até o fim do curso. Nós todos sabemos que, se Afrânio se propunha a ser "de primeira ordem", fosse no que fosse, era mais fácil vir o mundo abaixo do que aparecer seu nome na

segunda ordem, ou, mesmo, *em chave*, na primeira... A supremacia era a sua rotina. E, assim, foi passando, triunfalmente, de um ano para o outro, a conquistar gloriosas amizades que o exaltam e afirmam: a de Nina Rodrigues, aquele que "de uma ciência de reservas prudentes, abolorada na praxe forense, fez a aplicação judicial ou legal da Medicina", aquele que desfazia a distância, o fosso de separação entre mestre e discípulos; Ramiro Monteiro, aquele cuja polpa digital competia com o esfigmógrafo: Anísio Circundes, o que transmitia aos alunos doenças imaginárias, tal a eloqüente perfeição com que as descrevia; Juliano Moreira, o africano, que mais me pareceu sempre um hindu fascinador de cobras, com a malícia de um sorriso bondoso nos olhos luminosos, com quem Afrânio compartilharia a glória da reforma do Hospício Nacional. E outros, e outros...

Entre os estudantes, citarei apenas os dois maiores amigos da sua vida, cuja omissão, nesta hora, Afrânio não me perdoaria; Egas Muniz Barreto de Aragão e Manoel Bernardo Carmon Du Pin e Almeida, que com ele formavam uma trinca inseparável (Jap, Nip, Esag), a ler os mesmos livros, ter os mesmos gostos, escrever no mesmo jornal... Quanta literatura compartilhada: francesa, portuguesa, nacional; mas quanto estudo também...

Feito o terceiro ano, Afrânio é nomeado interno do professor Frederico de Castro Rebelo, e como este grande clínico, querido e honrado na Faculdade, não ia, absolutamente, ao hospital, Afrânio, que tudo levava a sério, e não aceitava a filosofia da irmã da enfermaria de crianças: "É melhor, meu filho, que eles se vão nesta idade; são anjos que o céu ganha", vivia numa atribulação constante, a procurar pela cidade o mestre, para expor-lhe os casos aflitivos, que não faltavam...

Sua tese de doutoramento, "Epilepsia e Crime", em cuja defesa quase se engalfinha com os examinadores, dois grandes amigos seus (porque, em exame ou concurso, é outro Afrânio, e perde a cabeça, ficando "meio alienado") não é uma peça de rotina, destinada, como tantas e tantas outras, à escuridão e mofo dos arquivos. É um livro vivíssimo e de combate; tanto assim que, logo depois, encontra editor, traz prefácio de Nina e Juliano, duas sumidades, e recebe aplausos dos maiores especialistas: Benedikt, Morselli, Lacassagne, Feré, Toulouse, Christian, Tarde, Bombarda, Clóvis, Viveiros de Castro... Jackson de Figueiredo, o *meu* Jackson, que estaria aqui entre os qua-

renta, se a fatalidade não o roubasse tão cedo ao serviço das letras e do Brasil, que era a sua paixão, observou, com grande acerto, que Afrânio, ao escolher essa tese para a sua meditação, em tal época da vida, dava o traço de sua personalidade de imaginativo por excelência, porque nenhuma das realidades do mundo, a não ser o amor, tão de mistura, aliás, com o crime, fere mais do que este a imaginação e é causa de espantosos momentos, em que a vida interior acolhe todas as cores do inferno, e é sujeita a alucinações sem fim...

Formado, tenta a clínica em Canavieiras e, ao cabo de um mês, retira-se, doando a um incipiente hospital um famoso arsenal cirúrgico, que a Mãe, para fazer-lhe surpresa, fizera vir da Europa, à custa de muito dinheiro e grandes canseiras, mas sem maior critério, pois continha instrumentos para vários especialistas de uma capital. Com os únicos sessenta mil réis, que lhe paga espontaneamente um cliente generoso, enfeita de flores, muitas flores, o túmulo do Pai, seu grande educador.

Vai, depois, ao Estado de São Paulo, induzido por João Américo Fróes, que clinicara em Água Vermelha, e ali tinha o cunhado, Oscar de Abreu. Ao passar pelo Rio, "sentiu logo que aqui seria o seu pouso definitivo". Vai, ainda assim, até uma estação de via férrea, Visconde do Pinhal, que lhe dizem ser Canaã... Mas tais coisas lhe acontecem no dia da chegada, que nem desarruma a mala, passa a noite sem se despir, e, no dia seguinte, está de volta para a Bahia.

Aí chegando, encontra uma conspiração de Góis Calmon e Nina Rodrigues para que entre, candidato único, em concurso de preparador de Medicina Legal, para a cadeira de Nina na Faculdade. Unanimemente aprovado e nomeado, declara a Nina que prefere ir disputar a seção de Higiene e Medicina Legal na Faculdade do Rio, onde a sucessão do catedrático, Sousa Lima, estava para breve, ao passo que não podia nem devia desejar a dele, Nina, seu amigo, ainda moço e com poucos anos de professorado. Nina, todo estima e bondade, o convence de que, para vencer tal concurso, deve sistematizar estudos. Para esse efeito, Afrânio, durante dois anos, como preparador de Medicina Legal, foi o mais estudioso de seus discípulos; e tendo entrado a reger a mesma cadeira na Faculdade de Direito, teve a fortuna de juntar, intensamente, a teoria à prática, Com Juliano Moreira iniciou indispensáveis estudos de psiquiatria, e com Alfredo de Andrade, no Laboratório Municipal

de Análises, preparava-se em Química Bromatológica e Toxicológica, que seria o forte do concurso no Rio. E era, ainda, médico da Saúde Pública.

O Governador Severino Vieira, empenhado em guardar na Bahia tal valor humano, procura dissuadi-lo, oferecendo-lhe "qualquer outro lugar, no Estado, de que precise"; mas Afrânio faz-lhe ver que já tinha três, e, na sua idade, não podia ambicionar mais, como estipêndio. Não duvidasse de seu idealismo, pois ia arriscar um concurso em meio estranho, para vir a ganhar a quarta parte do que já tinha, sem maior esforço, na terra natal. E concluiu: "Se, na minha idade, não tentar esta imprudência, não será na velhice que hei de cumprir o meu ideal, que é ser professor na Faculdade da Capital do meu país..." Quarenta anos depois, Afrânio escrevia, no livro de ponto das suas aulas: "Minha honra na vida é ter sido professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro." Que presciência, e que constância, a desse grande coração!

Foi por esse tempo, antes da vinda para o Rio, que Afrânio publica em Leipzig a *Rosa Mística – Símbolo Trágico*, de Júlio Afrânio, remetendo um exemplar a José Veríssimo, com estes preciosos dizeres a tinta carmim, numa simpática e clara caligrafia (a informação é do ilustre crítico): "j. a. (Júlio Afrânio) dá esta *rosa* ao senhor J. V., contentando-se em vê-la esfolhada por suas mãos de justo". Graças a isto, senhores, coube a um dos maiores desta Casa o papel de gajeiro para dar a todo o Brasil o brado de "talento à vista!" Brado alvissareiro, que nós, os *Jardineiros do Ideal,* de Belo Horizonte, para os quais Veríssimo era juiz, sem igual, das partidas literárias ouvimos com alegria. Mas por mais que fizéssemos, não obtivemos das mofinas livrarias locais a vinda do livro, a tal ponto eram compartimentos estanques, na grande Pátria, os Estados do Brasil. Só agora pude achar, aqui na Academia, um exemplar carimbado por ela em 1919, e pude ver até que extremo o criador pode repudiar a criatura. Vê-se, com efeito, aí, que Afrânio, depois de tentar, em duas páginas, emendar a obra, riscando, a lápis vermelho, adjetivos excrescentes, substituindo redundâncias e expressões menos felizes, entrega afinal os pontos, escrevendo à margem da terceira página: "Incorrigível. Só o fogo. A. P. 1914."

Nas memórias, é também em tom de zombaria que a ela se refere: "Para ocupar o resto do tempo (isto é, o que lhe sobrava dos estudos e car-

gos... Que Hércules!) fiz literatura e agitei a Bahia com a propaganda simbolista. Cometi, então, a *Rosa Mística...*" E por aí vai, a desfazer na filha, numa resenha trocista da obra... Não me parece tenha razões para se envergonhar dela, pois contém muitos pensamentos de grande elevação e beleza, pensamentos a que o amor volta, com prazer, em outras obras. Tiradas as esquisitices tipográficas e as descrições impressionistas dos cenários, com aspecto de dramalhão, o livro não é muito diferente de outros livros de Afrânio, e nada tem, a meu ver, de *simbolista*, tanto assim que o autor lhe acrescenta elucidário, o que me parece a negação do *Simbolismo*. Para este não fora feito Afrânio, como não o fora para os números...

Contou-me o Xavier de Oliveira que Afrânio, já disposto a vir para o Rio, recebeu de Juliano Moreira, que viera antes dele, o seguinte chamamento, da mais fina malícia: "A aldeia, aqui, é um pouco maior; e os caboclos, mais espalhados, se fazem, uns aos outros, menos mal. Venha." Como o concurso ainda não estava marcado, e lhe era precisa alguma permanência no Rio antes dele, Afrânio obtém, graças a Severino Vieira, um dos novos lugares de médico, na reforma da Saúde Pública, e parte logo para aqui, hospedando-se na Pensão Schray, em frente ao Palácio do Catete. Foi isto nos últimos dias do governo Campos Sales; e Seabra, que ia ser ministro de Rodrigues Alves, acamaradou-se tanto com Afrânio, que passava todas as noites pela pensão e o levava a passear a pé. Certo dia, Afrânio lê no *Jornal do Commercio* a notícia da nomeação de Osvaldo Cruz para diretor geral da Saúde Pública e a dele, Afrânio, para Secretário da Diretoria Geral. Era uma surpresa de Seabra ao seu jovem amigo; mas sem prévia consulta a Oswaldo, o qual declara não aceitar a nomeação, pois havia convidado outra pessoa para seu secretário... Afrânio, num encontro dos três, que Seabra, aflitíssimo, promove, põe os dois à vontade com um elogio caloroso à escolha de Oswaldo para a obra do saneamento, acrescentando que seu louvor é desinteressado e sem suspeição, pois não estava mais falando como Secretário da Diretoria Geral, nem mesmo como médico da Saúde Pública.

"Fiquei sem posto no Rio de Janeiro", comenta Afrânio, "mas tão bem comigo, e sobretudo com o Dr. Gonçalves Cruz, que continuamos o resto da vida namorados um do outro..."

Mas Deus escreve direito por linhas tortas, e Afrânio estaria recebendo dele uma de suas bênçãos disfarçadas... Afastada a colaboração com Osvaldo Cruz, propicia-se a colaboração com Juliano Moreira, que se apressa em juntar este astro de primeira grandeza à constelação de grandes médicos, que iriam se empenhar na reforma da assistência aos alienados, um dos muitos serviços do governo Rodrigues Alves. Juliano, gravemente enfermo, tem de ausentar-se para a Europa, e é a Afrânio que ele faz confiar a direção, de 1904 a 1905, para a execução material e técnica das obras e planos, que o Mestre projetara, com a sua esclarecida e diligente colaboração. E Afrânio pôde dizer, no seu relatório ao Ministro. Seabra, que "de uma prisão insalubre, onde havia licença, desleixo, maus tratos à desgraça humana", se fizera "um hospital moderno, onde existe a disciplina, o conforto, o respeito à insanidade humana". Entre os serviços então prestados por Afrânio nesse problema que supera os nossos recursos e que, como tantos outros, depende de corajosos saques sobre o futuro, sob pena de se transformar em terrível círculo vicioso, está o impulso à organização e instalação da Escola Profissional de Enfermeiras – que Afrânio não podia viver sem ensinar e aprender. Foi, ainda, por este tempo, que Afrânio, a pedido de Seabra, elaborou um regulamento dos serviços periciais da Polícia, que mereceu, aqui e no estrangeiro, calorosos aplausos e que é o primeiro pregão nacional das doutrinas do insigne Nina Rodrigues, de quem Afrânio é o primeiro discípulo e evangelista. E como, por misoneísmo burocrata e outros motivos, o regulamento fica letra morta no sarcófago da legislação, é ainda Afrânio, quatro anos depois, no Governo Afonso Pena, quem o vivifica quando organiza o Serviço Médico-Legal, cuja direção lhe é confiada; e inicia, ensina e guia os seus companheiros em toda a técnica pericial. Foi este um dos seus melhores serviços à causa da Justiça e à cultura nacional, pois o belo exemplo irradia para os Estados e se traduz em um dos melhores livros de Afrânio, o seu *Tratado de Medicina Legal,* em dois tomos, o livro de Medicina, em língua portuguesa, de mais edições e maior influência...

Daí em diante, durante quarenta anos, até os últimos dias da reclusão, à espera da morte, Afrânio é o sujeito dos dois verbos privilegiados: *agir* e *criar*, silabicamente tão curtos, mas nos quais, no dizer elegante de Lion Bérard, "se condensam alguns dos poderes mágicos dos mistérios primitivos".

A projetada reforma do ensino médico, que jamais se realizaria no quatriênio presidencial, motiva o adiamento do concurso, em que trazia fito o coração, desde a Bahia. E tendo regressado Juliano, Afrânio passa ao Mestre o leme, que governara na perfeição, e parte para a Europa, para freqüentar cursos especiais, a fim de se tornar invencível, quando se reabrisse o concurso. Cuida que vai em busca, apenas, do saber altivo e forte, que, tanta vez, nos amarga; mas o que lhe vem ao encontro é a esquiva e doce felicidade, pois a bordo do *Danúbio* (que predestinação romântica de nome!) viaja também, ainda menina, aquela que, sete anos depois, o vai tornar vitaliciamente ditoso, e desde então começou a exemplar afeição entre os dois...

Desempenha, primeiro, a incumbência oficial de visitar as colônias de alienados da Escócia, e a experiência única do *open door*, de Gheel, na Bélgica, vindo da Idade Média, e, não se sabe bem por que, quase impossível de se implantar alhures, tanto assim que Juliano e Afrânio dão cabo de casas-fortes e camisas-de-força, mas não conseguem abater as grades.

Passa, depois, com encarniçamento, aos seus estudos: a Medicina Legal em Viena, a técnica de autópsias em Berlim, a bacteriologia no Instituto Pasteur de Paris. Em Viena, onde o ensino é "uma fraternidade amável e pouco dispendiosa", estuda histologia e microscopia aplicada à Medicina Legal com Karl Landstein; e tal camaradagem se estabelece entre os dois, que, quase trinta anos depois, Landstein, maioral da Rockefeller, e já aureolado pelo prêmio Nobel que lhe valeram suas descobertas dos grupos sanguíneos, deixa a Flórida, onde gozava férias, e vem a Nova York só para rever a Afrânio, a quem abraça comovido.

No Instituto Pasteur, Afrânio e mais cinco brasileiros, por se terem descuidado de inscrições a tempo, ficam para cima do número trezentos, quando os admitidos serão, apenas, cem. Mas Afrânio que, no dizer do Mestre Rodolfo Garcia, teria artes de seduzir a corte celeste, atraca-se com o diretor, o sábio Emílio Roux; e este, lembrado de que Pedro II, acreditando, desde muito cedo, em Pasteur, doara os cem mil francos, com os quais se deu começo ao Instituto, levou Afrânio até o busto de D. Pedro na Biblioteca da casa famosa, e deferiu o seu pedido, com a nobreza destas palavras: "Quis trazê-lo até aqui para dizer-lhe que jamais um brasileiro baterá em vão à nossa porta." E até o fim do curso indagava sempre pelos brasileiros, tendo pergun-

tado, mais de uma vez, a Borrel se Afrânio se mostrava tão capaz e perito em bacteriologia, como na advocacia da causa comum... É fácil imaginar que estímulo teria sido tudo isto para o chamado "quarteirão dos brasileiros", e, particularmente, para Afrânio, já, de si, tão estimulado.

É, portanto, armado cientificamente de ponto em branco que ele volta ao Brasil, entra, afinal, no suspirado concurso, revela novidades à banca examinadora (o que não é para esta vergonha alguma, pois revelara no Instituto ao grande Laveran, o Papa do impaludismo, um novo corante, trazido da Alemanha, para o exame do sangue do impaludado) e obtém estrondoso triunfo, sob o aplauso da mocidade, que, no começo, lhe era um tanto hostil. Em sua prova escrita, sustentou a datiloscopia, contra os processos, então oficiais, de Bertillon; o que lhe vale a honra de figurar essa prova no Museu Vucetich de La Plata, como uma das primeiras afirmações de fé no sistema dactiloscópico, depois vitorioso. Até o fato de ser canhoto ("este canhoto é um dos homens mais direitos do Brasil" ouvi eu a alguém que o via, na Biblioteca Nacional, escrever com a esquerda...); até o fato de ter usado uma das primeiras Waterman Fountain Penn, a hoje tão banal caneta-tinteiro; até essas coisas de nada concorreram para o prestígio do candidato, que era *vindoiro* nesta terra... Rocha Faria, o catedrático *hors ligne*, toma-se por ele de grande estima, dá-lhe logo metade do curso a lecionar, impõe sua participação nas bancas de exame, adota como o da cadeira o livro que Afrânio escreve, não cessa de o exaltar, em particular e em público, provas de amizade que Afrânio considerou sempre "o seu orgulho na Faculdade de Medicina".

Agora, sim, estava afinal, Afrânio *nos seus gerais,* ou mesmo *no seu geraizão*, como talvez se dissesse no linguajar dos *seus* Lençóis, onde havia *geralistas* vindos de Minas, de *minha* Minas... Porque, embora perlustrasse todo o universo da Cultura e do saber (menos – já se sabe – a matemática...) e aí se sentisse inteiramente à vontade, a sua província ou campo de eleição era a Educação e o ensino. Tanto assim, que estava sempre excogitando meios e modos de aditar ensino e educação a todos os serviços e atividades a seu cargo, e sempre aceitou, de rosto alegre e braços abertos, por mais sobrecarregado que estivesse, qualquer tarefa educativa que lhe parecia, antes recreio do que trabalho. Nunca se multiplicaram, com tanta generosidade, as sementes do bem que pais e mestres depositaram em algum espírito e coração. É o que

proclamam, sem discrepância, os maiores educadores pátrios. Eis, com efeito, o que depõe sobre ele o inesquecível Venâncio Filho, que, pelo muito que amou e serviu ao Brasil, era da estirpe de Afrânio:

> Ele poderia ter sido, se o quisesse, somente homem de letras. Poderia ter sido, tanto lhe sobravam aptidões, exclusivamente homem de laboratório, de ciência experimental, e especulativa. E não o foi, porque pressentiu que lhe estava reservado, antes de tudo, um alto lugar, um imenso papel de educador de nossa cultura. Por isso educou a todos desse Brasil imenso, cujo conceito de civilização reabilitou... Na multiplicidade dos aspectos que apresenta a personalidade de Afrânio Peixoto, o que domina é o de educador.
>
> No homem de letras como no de ciência, no higienista como no psiquiatra, no médico legista como no parlamentar, no ensaísta como no professor, no homem de sociedade como no amigo, Afrânio Peixoto é antes de tudo o educador... Educou-se para educar, e ninguém, no seu tempo, o excedeu nesse nobre mister.

E eis o luminoso depoimento de Lourenço Filho, outro grande líder da educação brasileira, este, graças a Deus, ainda entre nós, para serviço e honra da Pátria:

> Essencialmente, Afrânio era professor. Dos mais completos, dos mais bem dotados, dos mais apaixonados pelo ensino. Professor ele o era na cátedra, no livro, na tribuna de conferencista, na simples conversa... A unidade subjacente a toda a sua grande obra advinda do sentido educativo que o animava. Nela se transfundiam a argúcia do cientista, os ímpetos do artista, a coragem e a pertinácia do cidadão. Afrânio foi Afrânio, tal como agora o vemos, no esplendor da imortalidade, porque condescendeu em exercer, de forma a mais humana, esta humilde tarefa, que ele tanto exaltou: a de ensinar e educar.

Não é possível, senhores, arrolar por completo as instituições e ocasiões em que Afrânio satisfaz seu inato pendor de educar. Quando a gente cuida ter esgotado todas as manifestações dessa veia generosa, descobre novos filões de grande riqueza. E muitos, não desvaliosos, ficarão, ainda, no esqueci-

mento. As migalhas da mesa de um nababo sustentariam um milhar de pátrias. E em todos os postos, seu estímulo e exemplo são impecáveis. Não é um ocupante dos cargos: os cargos é que o ocupam. E jamais dormiu à sombra dos louros conquistados.

Lourenço Filho, seu companheiro de cada dia, durante anos, no Instituto de Educação, asseverou-nos que "não deu uma só falta, nunca chegou um minuto atrasado, nunca despediu a classe um instante antes da hora. Ao contrário, por vezes, o professor da aula seguinte deveria reclamar, pois os alunos seguiam Afrânio, pelo corredor, em animadas perguntas ou em comentários aos problemas propostos".

E assim é, por toda à parte, sem exceção: Na Faculdade de Medicina, onde – no dizer autorizado do Professor Couto e Silva – "trabalhou afincadamente, amando e engrandecendo, com sua presença contínua, a tradicional e gloriosa Casa centenária a que deu lustre invulgar"; na de Direito, onde – atesta Madureira de Pinho, seu discípulo e, agora, grande Mestre – foi filósofo, sociólogo, jurista, dos mais notáveis professores de Direito que temos tido, "trazendo no temperamento e no caráter a altivez ante o poder e a paixão da liberdade". Na Diretoria da Instrução Pública, a que o chama o benemérito Azevedo Sodré, revela-se seu coração vicentino. Percorrendo, uma a uma, todas as escolas da Capital, descobre uma tão indigente, que os meninos se assentam em caixotes de querosene; e transformado logo em Aladim das *Mil e Uma Noites*, traz às escondidas, alta madrugada, mobiliário e material decente, amorosa surpresa, que comove professores e alunos. Nos cursos especiais de conferências, deixa esgotados os assuntos: Camões, Castro Alves, e tantíssimos outros, tudo reduzido aos *lavrados* dos seus Lençóis, em que nada mais fica para explorar.

Os que lhe freqüentam os cursos o adoram, como, outrora, os que ouviam a Sócrates, a Platão, a Aristóteles, a todos os que *aiment à limer sa cervelle à la cervelle d'autrui*. Porque os estudantes gostam do mestre que está aprendendo, gostosamente, enquanto ensina. Gostam do homem que não seja livresco e rotineiro, e não lhes atoche, perpetuamente, o compêndio ou a *sebenta*. E Afrânio está sempre ruminando o que leu com poderosos sucos digestivos próprios; passa as noções pela fieira da realidade, extraindo o que nelas se contém de vida. Não é o livro, absolutamente, a sua força inspirado-

ra: é o conhecimento direto das coisas e a longa meditação dos fenômenos. Não é um compilador. É um homem que sabe ler, e que tem autonomia mental, e originalidade.

Por isto numa época em que tudo, absolutamente tudo, talento, aptidões, imaginação e gosto, se escraviza à especialização, sua curiosidade ardente e infatigável (espécie de fome canina da inteligência) e conseqüente saber onímodo o põe a salvo desse mal da época. Dir-se-ia, antes, um daqueles cérebros universais da Renascença, ávidos de *omni re scibili*, quando os homens, ao devassarem o mundo, alargando-lhe as raias, sentiam a necessidade de ampliar, ao mesmo compasso, a capacidade de compreensão e a massa dos conhecimentos.

A mocidade, que adora essa sabedoria sem dogmatismo, enraizada na vida, capaz de resolver o mais intrincado problema histórico e da Literatura, ou de falar sobre violeiros, capadócios, quitutes e frutas da Bahia; essa sabedoria que quer eretas e não vergadas as colunas dorsais presta-lhe homenagem absolutamente inédita: impede que ele deixe a cátedra antes do fim do ano, quando aposentado, após 42 anos de serviço público e 35 de professorado, exigindo das autoridades superiores essa exceção única, que foi, para o Mestre, a paga de um longo e profundo amor.

Não conhece Afrânio quem pense que aposentadoria o fez parar. Ele sabe muito bem que a quietação é dificílima na ociosidade; e pensa, como Sêneca, que "o ócio sem as letras é morte é sepultura do homem vivo". E a sua lida continua mais ativa e benemérita do que nunca.

Estou certo, senhores, de que é, ainda, como posto educativo, que Afrânio recebe, em 1910, sua entrada para a Academia. Esta, para ele, é posto cultural, em que trabalha pela Cultura do Brasil. É ele, durante largos anos, "o acadêmico para quem a Academia é o número um de suas preocupações". Na sua presidência, em 1923, obtém, por intermédio de Alexandre Conty, que Poincaré e Millerand, então dirigindo a França, nos façam doação desse belo prédio, que desde então nos abriga e relembra a generosidade francesa. Nela, ainda, se inicia a magnífica Biblioteca de Cultura Nacional, inestimável serviço aos brasileiros, a que a justiça da Academia chamou Coleção Afrânio Peixoto, na qual não há livro que não traga prêmios ou notas de Afrânio. É da entrada para a Academia, que começa, verdadeiramente, a obra literária de

Afrânio. Não como obrigação ou encomenda, mas porque, em Afrânio, tudo vem a tempo e a hora. Não há, com efeito, obra menos obrigada e artificial, e em que mais circule a seiva da vida. Agitam-se, nos ensaios, idéias e sentimentos da hora, num anseio de construção e aperfeiçoamento. Aparece, nos romances, a realidade de todo o Brasil, a do sertão e a da beira-mar, com suas gentes e paisagens, fazendo da obra de Afrânio precioso documentário de nossa História e Cultura. Neles traça o espírito de Afrânio, tão cheio dos mistérios, intuições e delicadezas da alma feminina, perfis de mulher que hão de apaixonar os homens de todos os tempos, como agora nos apaixonam, por mais que repitamos o inumano protesto da impassibilidade de Sully Prud'homme:

E sob o *rijo arnês de minha Arte sagrada,*
saberei contemplar a mulher mais amada,
como o *trigal, a rosa, e* o *mar, e o firmamento.*

Sendo dois, pelo menos, os gêneros literários de Afrânio, claro é que pelo menos dois hão de ser os seus estilos: O estilo dos romances, autos e loas, com os punhos de renda de Mr. Buffon, para o trato de alta sociedade com o leitor amável, ou com a leitora amável (porque Afrânio, como todo educador, sabe que a Mulher, que pôs o mundo a perder, é quem o pode salvar. Perdido em *Eva*, resgatado no *Ave!* – diz o meu Sousa de Macedo...). E o estilo dos ensaios e algumas das conferências, que é o saboroso estilo descosido e conversado de Montaigne: *tel sur le papier qu'à la bouche*, o qual exige a voz alta e a evocação do escritor, para se entender bem. Não seria, por certo, Afrânio quem tomasse como lema aquela fascinação da forma, que lhe sacrifica o pensamento, e tão bem traduzida no verso conhecido:

A tortura da Forma é o Calvário do Artista,
Em que o *Esteta agoniza entre dores de morte.*

Seu espírito realista, para o qual a Arte era instrumento e meio, não se entretinha em esculpir o cabo do martelo ou da enxada. Se, para educar o Brasil, deve, aqui ou ali, primar a Arte, que sempre seduziu e conduziu os

povos, Afrânio escreve páginas, cujo primor é inexcedível. Mas se, de quando em quando, a multidão a educar dispensa favores, Afrânio deixa o Stradivarius, e pega a viola, ou o tantã. Porque o que ele quer não é a glória: é construir o Brasil.

Dois triênios seguidos, o manda a *sua* Bahia ao Parlamento, para o qual o destinavam o muito saber, a grande virtude, o extremado amor à sua terra e à sua gente. Sertanejo, viajado, educador, criminólogo, higienista, era o homem talhado para este cenário. Mas o *filisteu,* aquele que, na feliz observação de Schopenhauer, "desconhece as *necessidades espirituais* e vive com a maior seriedade, ocupado, só e só, com uma *realidade,* que não é realidade coisa nenhuma", lança-lhe a pecha de *romancista,* como se esta sua superioridade o incapacitasse para as coisas da vida, e fosse o poder de imaginação uma torre de marfim em que se isola a impassibilidade subjetiva. Tais acusadores, pelo jeito, contestariam ao autor do "Navio Negreiro" e das "Vozes d'África", ou ao de *A Cabana do Pai Tomás* o direito de apresentar e defender no Parlamento uma lei de libertação dos escravos. Afrânio vingou-se deles oferecendo e sustentando projetos de importância capital, um dos quais, convertido em lei que traz o seu nome, o nome do romancista...

Enquanto isto, o sábio, o romancista e o parlamentar, em que pese ao filisteu, é uma das afirmações mais decisivas de nossa cultura no estrangeiro. "Acaba de receber agora na Argentina", escreve, em 1936, o seu grande discípulo Leonídio Ribeiro, "uma verdadeira consagração, tendo eu próprio logrado a fortuna de testemunhar o assombro e a admiração que ele causou, por toda a parte, com suas conferências e discursos, todos improvisados, mas nunca superficiais e sempre cheios de idéias, demonstrando, a cada passo, a sua grande cultura e capacidade de mestre, de orador e de homem de ciência".

Na derradeira fase da vida, exaltam-se, na alma de Afrânio, dois antigos amores fundamentais: o amor a Portugal e o amor à Bahia, duas linhas convergentes em cujo vértice refulge o amor ao Brasil. Muito foi atacado, muito sofreu nos recessos do espírito, por conta desses dois amores. Mas, agora, que o batalhador já não empunha as armas, e jaz em terra, aqueles mesmos que o chamaram a contas, terão compreendido, em boa consciência, as verdadeiras fontes e os nobres impulsos desses dois amores. Seu amor a Portugal, "Pátria da sua Pátria", do qual, como neto de Português, participo e participarei,

sofra embora par ele a que por ele sofreu Afrânio, significa apenas que ele amava o Brasil, mas não um Brasil de herbário ou de museu, separado e esquecido de suas origens, e sim um Brasil sobre suas raízes, cada vez mais profundas e vivas. É, por isto, devoto de Portugal e dos Jesuítas, raízes mestras da nossa cultura.

Ouvi o que nos ensina Sérgio Buarque de Holanda, que, desde o nome, é insuspeito:

> Nem o contato e a mistura com as raças aborígenes fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós do além-mar como gostaríamos de o ser. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer aos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, e a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma da nossa cultura: o resto foi matéria plástica, que se sujeitou, mal ou bem, a essa forma.

Quanto ao amor à Bahia que, nos últimos dias, lhe inspirou dois livros de tocante piedade filial, e chegou a parecer instinto de animal ferido em busca da querência, tomou aspecto tão exclusivista, que não sei se ele perdoaria que a *sua* Cadeira, a Cadeira de Castro Alves, saísse da mão da Bahia, onde há tanta gente digna dela, mais digna, por certo, do que o eleito da vossa generosidade. Mas é possível que ele perdoasse a escolha, ao saber que metade da minha alma me veio da Bahia; que a Bahia me deu uma das sinhás-moças, uma daquelas sinhás pequenas que, no dizer do mesmo Afrânio, são mais que rainhas, são a tradução nacional

Du rêve d'or de la chimère humaine.

* * *

De repente, naquela vida tão cheia e animada, tão necessitada de comunicação e movimento, faz-se a inércia, e o vácuo. Naquela vida tão venturosa, se implanta, definitivamente, a Dor.

A Dor, misericordiosa, veio interpor, entre o tumulto do mundo e a eternidade, alguns dias de meditação, para aproximar de Deus o espírito desta

criatura eleita, que tantas virtudes destinam ao seio do Incriado, seu Criador. E parece que ela o vai preparando para quando chegar a Hora. *Eu estou muito mais perto de Deus do que vocês pensam*, disse ele à esposa, "certa madrugada em que um estranho repouso descera sobre aquele corpo retorcido de dores".

Sou católico, senhores acadêmicos, embora vos declare como nas confissões públicas da Igreja primitiva, que o sou malissimamente. E sendo, de coração, católico, é esta hora a que sobre todas me interessa na vida de Afrânio.

É esta a hora em que o apaixonado, que tomou de assalto na terra quanto quis, poderá conquistar, chegando-se a Cristo apressado, com grande cuidado e desejo, o único bem, com que se não compadece mal algum, aquele em que concerne a união de todos os bens, e que por ser mantimento natural à alma, nos satisfaz de tudo, perdurando eternamente. Nosso Senhor Jesus Cristo ensinou que o apaixonado poderá fazer esta conquista suprema: "Já o Reino do Céu padece força, e os violentos o roubam" – está dito no Evangelho de São Mateus (XI-12).

Pode a Morte, agora, aproximar-se. Virão, com ela, os Santos que Afrânio sempre amou e exaltou na vida: São Bento, São Francisco, Santo Inácio, Santa Teresinha do Menino Jesus, e a *minha* Santa Bárbara, que ele, mais de uma vez, chamou *sua,* ensinando-me que ela é a santa desta hora, padroeira dos agonizantes.

Os que não conhecem a Morte, por não terem meditado sobre Ela, cuidam que se aproxima a escuridão e o nada. Mas não há maior engano. O que se aproxima, realmente, é uma iluminação, um clarão revelador, a luz final do conhecimento. Com a Morte, caem todos os véus, abatem-se as pesadas barreiras da carne, para o pleno domínio do espírito. Por isto, Ela é uma aurora, um arrebol. O poeta que mais de perto com Ela privou, que mais se enamorou dela, chegando, desgraçadamente, a antecipá-la, disse ser Ela um

verbo velado,
misterioso intérprete sagrado
das coisas invisíveis, muda e fria,

e afirmou, com razão, que

é, na sua mudez, mais retumbante
que o clamoroso mar, mais rutilante,
na sua noite, do que a luz do dia.

Quando esta "formosa Beatriz de mão gelada, mas única Beatriz consoladora" se acercou de Afrânio, com sua celeste coorte,

na mão de Deus, na sua mão direita
descansou, afinal, seu coração.

II

RESPOSTA DO SR. ALCEU AMOROSO LIMA

Senhor Afonso Pena Júnior,

Fizeram-se as Academias, não para promover e incentivar as Letras, mas para conservá-las. O grande engano de Graça Aranha, naquela famosa sessão de 1924 em que tive a satisfação de ser um dos jovens que em triunfo o carregaram aos ombros, foi atribuir à Academia uma função que por natureza não lhe compete. Não me estou retratando do apoio que então lhe dei, pois isso mesmo o disse em artigo publicado, durante aqueles dias febris de há um quarto de século, em que se renovava, uma vez mais, a Literatura Brasileira e começava uma fase nova, já hoje, em grande parte, incorporada aos anais de sua evolução secular.

Não é no âmbito das Academias que se renovam e que se inovam as Letras de um povo. É nos campos e é nas ruas, é nos cafés e nos salões, é nos comícios e nos morros, é nas fábricas e nas bibliotecas, é nos cárceres e nos sótãos, nos templos e nos parlamentos, é longe dos ambientes condicionados e comedidos que estua o sangue jovem e sopra o espírito de liberdade criadora, sem os quais se arriscam as literaturas a marcar passo e a repetir indefinidamente modelos estranhos ou fórmulas obsoletas. Ai dos povos ou das épocas que não sabem compreender o valor da liberdade na obra de renovação da Literatura. Estamos, porventura, vivendo uma era dessas. Estamos, desgraçadamente, vivendo uma hora dura para aqueles que não compreendem a Lite-

ratura a serviço da Política ou da Economia, a serviço de um ideal que não seja o da Verdade e o da Beleza, sempre inseparáveis quando se toca os domínios supremos da arte verdadeira. Quem não vê, comparando os dois séculos em que nossas gerações já viveram, que o século XIX foi o século do liberalismo e o nosso o do autoritarismo. Esse espírito totalitário não se apodera apenas de atividades ligadas à vida pragmática das sociedades. Apodera-se do seu espírito. Ataca a sua cultura. Insinua-se no âmbito mais recôndito de suas atividades estéticas e sob pretexto de um novo conceito de liberdade, subordinado ao bem do todo social, o que pretende é escravizar as letras ao Estado, aos Dips de toda denominação e categorias políticas contraditórias cujo modelo os Estados Totalitários, direitistas ou esquerdistas, vêm procurando impor aos próprios Estados democráticos ou pseudodemocráticos. Esse politicismo literário – que hoje condena um Picasso ou um Eisenstein por não entrarem suficientemente na linha justa da beleza oficial, pois os Estados-Fortes de século XX não se contentam com a socialização das atividades práticas e aspiram também ao planejamento das inspirações estéticas, – é do mesmo tipo dos que outrora pretenderam impor às atividades estéticas as fórmulas de um Código de Regras mortas ou o espírito acadêmico.

Não. Outra, muito outra é a função das Academias. Não sou e nunca fui dos que, em nome da desordem criadora, pretendessem classificá-las como ajuntamentos inúteis ou mesmo contraproducentes, que se colocassem à margem das Literaturas ou no meio do seu curso, como uma barragem à sua livre expansão. Serão nocivas, se quisermos entregar-lhes a função de orientadoras e guias da literatura nacional. Mas, ao contrário, poderão ser altamente benéficas, se nelas soubermos reconhecer suas verdadeiras e indispensáveis funções.

Se estamos vivendo uma época em que o autoritarismo ameaça converter o mundo numa intolerável termiteira, estamos outrossim ameaçados de rupturas violentas e irreparáveis com o passado, em nome de uma renovação de formas e de idéias, que arrastará consigo os mais preciosos tesouros de que temos a guarda.

É precisamente porque temos sob nossa guarda tesouros inestimáveis, ameaçados simultaneamente pelo espírito de inovação a todo transe e pelo mecanismo do planejamento autoritário em nome de um falso bem comum

que se justificam as Academias, e são vãs todas as tentativas de acabar com elas, em nome do progresso e da liberdade criadora.

Não temos de optar entre uma e outra coisa. Temos de escolher uma coisa e outra. A Literatura nova e criadora se faz fora do âmbito das Academias, ao ar livre, quebrando a cabeça, fazendo experiências mais ou menos alucinadas, captando as mensagens do gênio, onde elas se encontrem. É um Rimbaud, é um Álvares de Azevedo, é um Mário de Andrade que quebram todas os moldes e lançam o facho da beleza, para outros campos, mais ricos, mais novos, mais duradouros. Os bem comportadinhos, lá fora, arriscam-se a ficar, ou antes, é certo que ficarão à margem, no rol dos ecos sem vida, das cópias sem valor. O que não quer dizer, também, que a maioria dos vanguardeiros também se não perca na mesma linha indecisa, em que a posteridade mais tarde confundirá incendiários e bombeiros...

Não temos de optar. Se esperássemos pelas Academias para renovar as letras nacionais, estávamos bem arranjados. Se, por outro lado, em nome da liberdade criadora fechássemos as Academias, cometeríamos um atentado não menos fatal – o de ferir a vida cultural de um povo naquilo que, de certo modo, é o cerne de sua vitalidade – a tradição.

A vida de um homem, como a vida de um povo, se desenvolve ao longo de uma linha que une a tradição à liberdade. Sem liberdade não há renovação. Sem tradição não há vitalidade. Pois a vida dos ramos depende das raízes e não se renovam os espíritos cortando as raízes com o passado, mas, ao contrário, procurando que esse passado seja uma força de propulsão e não um freio de retenção.

Essa é precisamente a função das Academias na vida literária de um País. Seu papel não é inovar, renovar, orientar. Sua função é conservar, defender, preservar o passado e cultivar os tesouros de frescura e as lições de eterna juventude que possui. Não confundamos tradição com rotina. A rotina é a tradição corrompida, deturpada, morta. Ao passo que a tradição é a conservação do passado vivo. É a luta contra a morte do passado. É a preservação das coisas idas e vividas com o mesmo calor de vida com que foram atualmente concebidas. Tradição é entrega. É entrega a uma geração dos frutos da geração passada. É a marca tornada indelével da passagem de um sinal de vida. É a duração, para sempre, do que foi um momento de felicidade criadora no con-

tato com o mistério da eternidade através do tempo. A tradição torna perene o efêmero, torna profundo o superficial, torna essencial o supérfluo. A tradição relaciona os valores que a vida, indistintamente, vai correndo em seu curso indiferente. Separa o que merece durar. Deixa cair o que merece perecer. Tenta por vezes ressuscitar o inviável. Mas essas tentativas são vãs. O tempo não permite, por muito tempo, reivindicações ilegítimas. A moda passa. A tradição autêntica vai preservando apenas o essencial. Vai fazendo a triagem. Vai peneirando o cascalho. Nos filtros das velhas catas mineiras, podemos jogar, no meio do cascalho bruto, um diamante finíssimo. Trabalham as peneiras. Passa a água corrente. Cai o cascalho cinzento e veremos reaparecer em breve o diamante solitário, no meio da pedraria rude, com a sua pinta de íris inconfundível. Assim a tradição, que peneira os valores com a água do tempo e o movimento das gerações sucessivas e faz pintar, no meio do cascalho, de vez em quando, a pedra luminosa que desafia os séculos e os séculos.

Sois, Sr. Afonso Pena Júnior, como um desses garimpeiros pacientes das margens do vosso velho Guaicuí. Eu mesmo, no meu encanto por vossas montanhas natais, vi de perto, muitas vezes, horas esquecidas, o trabalho sem repouso dos vossos humildes e incansáveis faiscadores. Há três séculos que o transmitem, de geração em geração. Há três séculos que bateiam as margens, já mil vezes peneiradas, de vossos rios e córregos, e até hoje parece que a Providência timbra em nunca satisfazê-los de todo nem nunca de todo dissuadi-las, de modo a conservá-las sempre unidos, de sol a sol, a essa gleba sagrada de onde têm saído para o mundo o ouro, os diamantes e as gemas mais luminosas e ficado, para a alma mineira, as mais preciosas gemas do mundo – a temperança, a paciência, a discrição, a sobriedade, a penetração, a argúcia, a espiritualidade, a naturalidade, a ironia mansa, em suma, a Sabedoria. O diálogo com as bateias é uma escola de aperfeiçoamento.

Sois, Sr. Afonso Pena Júnior, uma flor da sabedoria mineira, uma súmula dessas velhas virtudes que se ocultam no coração dessas montanhas caladas, às quais nos leva, de tempos em tempos, uma necessidade invencível de retemperar o ânimo, pois a Montanha é a guarda mais vigilante das virtudes humildes e simples do povo, que temos o dever de defender contra a desumanização crescente dos tempos modernos.

Vi, de perto, muitas vezes, o ímprobo trabalho desses mineradores admiráveis, que resistem às intempéries e à monotonia, certos de que, no fundo, o ouro nunca falha. Ia eu, certa vez, de São João del Rei a Tiradentes, o velho São João del Rei, quando encontrei um menino, com a bateia e o almocafre. A terra era cinzenta e dura. Nada augurava possível o esforço fecundo das catas. Indaguei do que fazia e de que vivia. E perante o meu muxoxo um tanto cético, ofereceu-se ali mesmo para dar uma prova do seu trabalho diário. Tirou com o almocafre um pouco daquela lama endurecida e cinzenta. Baixou junto à margem vizinha do Rio das Mortes, pois andávamos pelas imediações do Capão da Traição. Dissolveu na água a massa acinzentada. Lavou, lavou e dentro em pouco, no fundo afunilado da rústica bateia de pau, vi a palheta de ouro finíssimo ficar luzindo à luz do sol que apenas se mostrava acima da outra margem, ramalhuda.

Essa imagem, do jovem garimpeiro das margens do Rio das Mortes, Sr. Afonso Pena Júnior, bem se adapta à figura daquele, em outro plano sem dúvida, mas que por vinte anos tomou, na sua bateia intelectual, uma velha argamassa cinzenta e endurecida, já trabalhada por séculos e gerações de batedores das duas bandas do Atlântico, e com uma fé intensa e uma confiança inabalável em seu esforço e em sua argúcia, viu afinal brilhar à luz do sol a mais rutilante das pepitas, a pepita da verdade restaurada e da justiça restituída, depois de séculos de dúvidas e sugestões mais ou menos verídicas ou fantasistas.

Antes de chegarmos, porém, ao grande triunfo, que vos abriu de uma assentada e de par em par as portas deste Cenáculo, vamos volver alguns anos atrás e encontrar um meninote esperto e buliçoso que brincava solto pelas ruas de uma velha e tradicional cidade mineira, Santa Bárbara. Estávamos ainda no Império, no fim do Império já se vê, mas havia ainda escravos, havia ainda lampiões de querosene, e silêncio apenas cortado pelos grilos nas ruas esburacadas do velho reduto bandeirante. Fora ali fixar-se, muitos anos antes, o filho de um imigrante português, que se preparava, na Política e na Magistratura local, para subir um dia à mais alta posição política do seu país e cair fulminado pela mais dolorosa tragédia moral dos fastos de nossa história presidencial. Nesse lugarejo perdido das vossas montanhas mineiras, vínheis ao mundo numa manhã em que os anjos cantam pelos espaços – Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade.

Nascestes no mais belo dia do ano. No meio de uma família em que se cultivavam há muito as mais puras virtudes cristãs. A primeira grande emoção de vossa vida, segundo me relatastes, se prende à concessão da carta de alforria à velha escrava Celina, que ajudou a criar a vós e a vossos irmãos. O movimento abolicionista, que junto ao republicano, foi a grande conquista da geração que vos precedeu, ainda vos alcançou menino. Quando, em 1930, participastes do movimento revolucionário em que se empenharam a fundo os vossos co-estaduanos, na esperança de democratizar a República, e assististes no Rio às delirantes manifestações de júbilo do 24 de outubro, o que vossa longa e amarga experiência das coisas públicas trouxe à memória foi o remoto dia 13 de maio de 1888, em que com nove anos de idade assististes e participastes também da explosão de alegria do povo de Santa Bárbara. Ali, como em toda parte, foi um delírio. O Povo soltou-se pelas ruas a gritar: "viva a liberdade", a clamar "tão bom como tão bom". Os sinos repicaram. As tascas se encheram. O trabalho cessou em toda parte... O dia passou-se em danças e festanças. E, à noite, vossos olhos infantis, que se haviam enchido com as emoções delirantes das alegrias daquele dia de ouro, viram voltar tristemente os magotes dos filhos da raça injustiçada e tarde redimida, que regressavam humildemente às senzalas para comer e dormir como homens livres, mas sem teto nem pão, nos próprios antros onde haviam até então vivido como escravos. Aprendestes desde então essa verdade social que até hoje está custando ao mundo rios e rios de sangue – que a liberdade política sem a liberdade econômica é uma trágica ilusão amargamente paga pelos homens, em carne viva. Toda a vossa vida de homem público, mais tarde, iria precisamente enfrentar as crises tremendas que se desenvolveriam em virtude dessa transição econômico-política por que vem a humanidade passando há meio século. O século XIX conquistou para as massas a liberdade política. O século XX vai conquistar ou não, para elas, a liberdade econômica. Esse é, sem dúvida, o eixo do grande problema que crucia a era de transição em que vivemos e durante a qual iria o Brasil, em mais de uma oportunidade, apelar para os vossos serviços. Cedo começastes e com espantosa precocidade a vos preparar para eles. Saístes das mãos de vossa santa mãe para a Escola Pública, onde o Conselheiro Afonso Pena fez questão que o filho, em que tantas e tão bem fundadas esperanças já depositava, fosse instruído lado a lado com os

filhos das mais modestas famílias de Santa Bárbara. Não sei se vosso primeiro amor, mas pelo menos vosso primeiro deslumbramento pela beleza feminina, foi na Escola Primária que o tivestes, na pessoa dessa formosa Dona Mariquinhas, que junto ao "cego vidente" João Perpétuo, vos ministrou os rudimentos do que iria ser mais tarde uma das mais perfeitas culturas humanistas de nossa Pátria. Os olhos de Dona Mariquinhas, honra seja feita, não tiveram força bastante para desviar a atenção do melhor e mais precocemente apaixonado dos seus discípulos, – das sábias lições do modesto professor, que honrava o Instituto Benjamim Constant, de onde viera.

Foi, aliás, o vigário de vossa cidade natal, o padre Lucindo José de Sousa Coutinho, que iria conduzir os vossos primeiros passos, numa senda, em que mais tarde iríeis revelar a vossa inata vocação para os problemas literários e lingüísticos. Foi ele que pôs em vossas mãos a artinha, essa artinha que, nas crianças mineiras desse tempo, era irmã gêmea da cartilha. Pertenceis, porventura, à última geração em que o estudo das humanidades clássicas, pelo menos o do latim, formava a base de uma instrução completa. Houve, depois disso, um largo hiato, em que esses estudos foram quase totalmente abandonados e de que a minha própria geração foi uma vítima. Há poucos anos foi bruscamente restabelecido o estudo do latim, mas tão bruscamente que a falta de professores devidamente habilitados iria provocar, como era inevitável, nova crise, que está em vésperas de mais uma vez, desencadear-se. E mais uma vez, ao que se diz, vão as humanidades clássicas ser abandonadas, em proveito de um novo surto de pragmatismo educativo. Não sou dos que fazem do latim um *sine qua non* de toda possibilidade de formação cultural. Em face de dificuldades semelhantes às nossas, embora, em circunstâncias e por motivos diametralmente opostos, já propôs o meu mestre Jacques Maritain a substituição do estudo do latim, no curso secundário, pelo da lingüística geral, reservando-se o estudo do latim, em profundidade, para aqueles que se dedicassem, mais tarde, ao estudo das letras.

Seja como for, o fato é que sois filho de uma geração que ainda faz garbo de ter estudado o latim, por muitos anos, e de ter, com isso, adquirido uma intimidade com a cultura clássica e com os mecanismos secretos da nossa língua, que faltam evidentemente às gerações posteriores, que abandonaram o latim e o substituíram... por coisa alguma ou antes por uma cultura variadíssi-

ma e superficial, em que se estudam todas as coisas deste mundo e do outro, mas nada em profundidade e com rigor. Quando, no dizer desse outro filho da mais clássica cultura humana, o velho e sábio Hilário Belloc, as bases de uma cultura humana, bem travada, são fornecidas pelo ensino, a tempo e hora, de duas matérias fundamentais – grego e ironia. *Greek and irony...*

O grego, símbolo da Cultura. A ironia, símbolo da sabedoria. A essência da mais sábia cultura humana não é aprender muitas coisas, mas sabê-las bem. *Non multa, sed multum.*

Podemos dizer, sem paradoxo, que a Cultura é o que sabemos esquecer daquilo que aprendemos. Ao passo que a ilustração é o que guardamos, de tudo o que esquecemos. Bem sei que uma não prejudica a outra. Antes se completam. Mas das duas a mais perfeita é a Cultura, pois não é pela *memória* que os homens mais ilustres se distinguem e sim pela agudeza de sua visão do mundo, e pela sabedoria de suas intuições e expressões. O humanismo, de que sois um dos mais ilustres representantes entre nós, não é o que confunde o saber com a erudição, mas precisamente o que sabe ocultar a erudição por um saber repassado de modéstia e inteligência. Esse o humanismo de que sois realmente uma expressão das mais felizes, neste deserto de poucos oásis, onde se ensaia ainda a nossa cultura, a braços com tantos obstáculos e tão sucessivas corruptelas, como o hiato de que há pouco vos falei e as perplexidades de hoje. Nem sabemos ao certo como sair do atoleiro.

Viestes, pois, de uma geração mineira que soube conservar quase intacto o tesouro de uma tradição humanista que era em Minas proverbial, para certa classe de jovens. Quando vossos pais, em 1892, resolveram mandar-vos para o Caraça, não era por serdes um garoto insubordinado – a despeito das varadas de marmelo de que as vossas canelas até hoje se não deslembraram – mas por já terdes revelado, desde menino, a vocação que um dia iria inspirar-vos uma obra que hoje nos vale a vossa entrada nesta Casa.

Antes disso, porém, já se havia vossa família transferido para a velha capital de Minas Gerais, em cujo Colégio Mineiro iríeis fazer uma entrada de leão. Cedo a palavra ao vosso antigo condiscípulo Dilermando Cruz, que assim nos conta a vossa estréia nas velhas salas do ginásio de Antônio Dias:

> Lembro-me ainda, recordou Dilermando Cruz no discurso com que vos recebeu, em 1925, na Academia Mineira de Letras de que sois membro, da primeira aula a que comparecestes no colégio: "era a de francês, regida por um professor Medeiros, emérito decorador dos versos do teatro clássico. Convém dizer, de passagem, que tivestes uma entrada triunfal. Éreis um tipo baixote, de calças curtas, compleição sadia, olhos vivos e inteligentes, desembaraçado nas maneiras. O professor mandou logo que abrísseis o Teatro Clássico e lêsseis algumas estrofes das óperas que nele se encontram. Foi um sucesso! Todos nós que então vos havíamos olhado como um 'bicho vulgar', tivemos de concordar com a afirmativa do saudoso Temístocles Halfeld, que declarou categoricamente, na aula, em voz alta: "este novato sabe tanto francês, como o Jovelino Medeiros" (o professor!). E o interessante é que, quando saístes da aula, menino, entusiasmado com a nossa admiração, íeis dizendo-nos pelo corredor, sem a menor modéstia: vocês não falam francês? pois olhem eu falo correntemente. E começastes a dizer frases e mais frases, com grande espanto de todos nós, que mal traduzíamos a lição, assim mesmo agarrados ao Roquette... Daí por diante alimentáveis a nossa malandrice e nos poupáveis a angústia de folhear o Roquette, nos dando os significados que sabíeis de cor. (Dilamando Cruz, *Recepção do Acadêmico Afonso Pena Júnior*. Rio, 1925, pág. 70.)

Eis como um matutinho de Santa Bárbara, nos fins do século passado, já podia assombrar os colegas da capital mineira, no manejo da língua de Racine. Outro tanto ia suceder, logo em seguida, com a língua de Virgílio, no Caraça.

O latim era naturalmente o ensino fundamental no velho estabelecimento, que os lazaristas portugueses e franceses ali mantinham, desde o início do século XIX, pouco depois da época remota em que o descobridor daquelas paragens, o misterioso Irmão Lourenço, que a tradição considera como um membro da família Távora que ali se refugiara fugindo às perseguições do Marquês de Pombal, perguntou a Saint-Hilaire, quando este por ali passou: "que fora feito de Napoleão depois de se entregar à mão dos ingleses?" (*Saint-Hilaire – Voyages dans les Provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais* – 1830, I, 219.)

Desde essa impressionante interpelação do velho ermitão português ao famoso sábio francês, tornou-se aquele assombroso anfiteatro mineiro – paisagem das mais patéticas e românticas que jamais me foi dado contemplar em toda a vida – cenário de um encontro entre pedagogos franceses, portugueses e mineiros que há um século formam gerações e gerações de beneficiários dos estudos clássicos. Embora poucos tenham sido os que realmente se apaixonaram, como vós, por esses estudos, quem pode avaliar o valor inestimável das sementes morais e intelectuais que esses educadores humildes e anônimos lançaram no campo ainda virgem de sucessivas gerações de jovens brasileiros?

Íeis penetrar aqueles veneráveis umbrais, Sr. Afonso Pena Júnior, com o mesmo ímpeto vencedor que distinguira a vossa estréia no Colégio Mineiro de Ouro Preto.

O Padre Fraissat, professor de latim, era dos que consideravam a língua de Cícero com um olho no aluno e outro... na Santa Luzia, naquela menina dos sete olhos, companheira inseparável dos mestres rabugentos e das palmas calejadas dos vadios...

Cedo-vos, porém, a palavra:

> Entrei para o Caraça quatro meses antes de findo o ano letivo, portanto com um *handicap* de 5 meses. Como tivera apenas umas seis aulas de latim (até a 3.ª declinação) com o Padre Lucindo, vigário de Santa Bárbara, puseram-me no 1.º ano. Logo na 1.ª aula chama o Padre Fraissat um aluno repetente para traduzir a primeira página do *Epitome Historiae Sacrae,* que, começa: *Deus fecit coelum et terram intra sex dies*. O argüido, em cuja cabeça, como diria Camilo, não havia luminosidades extraordinárias – embatucou. O Padre, sem esperar muito, gritou "adiante" e apontou para mim. Foi aí que eu disse "uai" e traduzi o texto *dificílimo*. "Está vendo, Sr. Fulano", disse e repetiu o Padre, "o senhor é repetente e o novato até disse *uai*." Daí a poucas horas chegava ao salão dos meninos a notícia de que eu estava transferido para o segundo ano de latim. Inscrevia-se um perneta nas corridas a pé das Olimpíadas... Só Deus sabe o que isto me custou, não só então, mas em todo o curso da vida. (Carta ao A. 18-VII-48.)

Apesar disso ou por isso mesmo, éreis, em pouco, uma das grandes figuras do Caraça, estudante premiado, orador oficial do grêmio literário, fundado pela inesquecível e humilde figura do regente de estudos, Sílvio Domingos Anesi, a que íeis dedicar, muito mais tarde, uma nota carinhosa e de testemunho em vossas polêmicas literárias, do grande livro que vos consagrou.

Passastes, nesse ambiente austero e estudioso, quatro anos de vossa adolescência. Ali se forrou ela de sólidos estudos preparatórios, que iriam ser mais tarde a base de vossa grande cultura. Sois um testemunho vivo e um dos últimos abencerragens de uma forma de cultura que entre nós se desenvolveu no século passado, embora apenas limitada a uma ínfima camada superior da sociedade e de que hoje se conserva apenas recordação. É certo que, com a fundação das Faculdades de Filosofia, temos o caminho aberto para uma nova fase de cultura, de que, aliás, como em pouco veremos, iríeis vir a ser igualmente um dos mais lídimos representantes, operando um traço de união entre duas encostas de que o vale foi, porventura, a nossa própria geração.

Estudastes a fundo os vossos preparatórios, ao contrário da maioria das gerações seguintes. Não só em Letras, mas ainda em Ciências. Pois quando, em 1895, saístes do Caraça e voltastes para Ouro Preto, ainda vos matriculastes, embora sem intenção de seguir o curso de Engenharia, no curso anexo da Escola de Minas, atraído pela vossa inclinação pelas ciências naturais, que até hoje vos fez devoto de leituras de Física ou de História Natural, aparentemente tão afastadas dos vossos estudos de jurista e crítico literário.

Vossa mocidade já se passou em Belo Horizonte, para onde a energia construtiva e a visão progressista do vosso benemérito progenitor transferia, depois de uma luta titânica com os que confundem tradição com imobilidade e rotina, a capital de Minas Gerais.

Fostes a primeira geração dos que se instalaram em Belo Horizonte, como bandeirantes intelectuais dessa marcha para o sertão. Sou dos velhos devotos das vossas duas capitais, a velha e a nova. Três cidades, até hoje, marcaram profundamente em minha memória, como expressões de um passado concentrado no âmbito de um casario tocante de ancianidade e de caráter – Oxford, Siena e Ouro Preto. Nunca senti, como em face dessas três relíquias de outras eras, como é possível ao tempo deixar de correr e manter-se um

plano de preservação misteriosa, que nos torna, sem esforço, contemporâneos de séculos já vividos e ultrapassados. Oxford, Siena e Ouro Preto, sois, para mim, as provas vivas de que o passado não é o que passa e sim aquilo que sabemos conservar do que passou.

Ai de nós, porém, se não deixarmos seduzir exageradamente pelo encanto dessas sereias do passado. A tentação da ataraxia é tão perigosa quanto a do dinamismo integral. No debate que então se travou em torno da mudança da capital mineira, os dois espíritos se encontraram. E a vitória coube afinal àqueles que, fiéis ao passado dessas montanhas sagradas, onde mora o espírito de equilíbrio entre todas as tendências da multiplicidade brasileira – souberam compreender que o progresso não é inimigo da fidelidade às coisas antigas e que o contrapeso indispensável aos exageros da tradição é a voz irresistível da esperança.

Fostes dos primeiros a saborear o encanto de Belo Horizonte, esse encanto sutil que sinto, também profundamente marcado no âmago da minha alma. Realmente foi ali, no velho Curral del Rey, no ano de 1802, quando em França Chateaubriand publicava *O Gênio do Cristianismo*, que nascia uma filha do Capitão Roque, Antônio Cordeiro, capitão de milícias e cujo sangue, ao fim de cinco gerações e já muito deslavado, corre hoje nas veias de quem vos recebe no limiar desta Companhia. Não é apenas, porém, esse laço histórico que me torna um devoto de vossa nova capital, em cujas ruas tranqüilas se respira um ar tão suave, tão puro, tão penetrado de todo o mistério da alma mineira, que não me furto ao prazer de aqui reproduzir as impressões líricas inspiradas a Mário de Andrade, quando, em 1919, antes de começar sua carreira poética sensacional, foi a Mariana só para ver Alphonsus de Guimaraens, quando todos se esqueciam do grande poeta simbolista, que se extinguia solitário no seu recanto arcádico. Eis como o autor de *Paulicéia Desvairada* cantou, em 1924, Belo Horizonte, a cidade dos poetas, dos estudantes e dos contadores de histórias. Lamento que a extensão do poema só me permita citar alguns trechos esparsos. Mas todos o temos, íntegro, no coração senão na memória, pois é dos melhores retratos que já se traçaram, não só da capital, que não é apenas "uma tolice como as outras", mas de toda essa velha e nova Minas Gerais do nosso amor.

.....
Alegria da noite de Belo Horizonte!
Há uma ausência de males
Na jovialidade infantil do friozinho.
Silêncio brincalhão salta das árvores,
Entra nas casas desce as ruas paradas
E se engrossa agressivo na Praça do Mercado.
Vento florido roda pelos trilhos.
Vem de longe, das grotas pré-históricas...
Descendo as montanhas
Fugiu dos despenhadeiros assombrados do Rola-Moça...

.....
Eu queria contar todas as histórias de Minas
Aos brasileiros do Brasil...

Filhos do Luso e da melancolia,
Vem, gente de Alagoas e de Mato Grosso,
De norte e sul homens fluviais do Amazonas e do rio Paraná...
E os fluminenses salinos
E os guascas e os paraenses e os pernambucanos
E os vaqueiros de couro das caatingas
E os goianos governados por meu avô...
Teutos de Santa Catarina,
Retirantes de língua seca,
Maranhenses paraibanos e do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo
E do Acre, irmão caçula,
Toda a minha raça morena!
Vem, gente! vem ver o noturno de Belo Horizonte!
Sejam comedores de pimenta
Ou de carne requentada no dorso dos pigarços petiços,
Vem, minha gente!
Bebedores de guaraná e de açaí,
Chupadores de chimarrão,

Pinguços cantantes, cafezistas ricaços,
Mamíferos amamentados pelos cocos de Pindorama.
Vem, minha gente, que tem festas do Tejuco pelo céu!
Bárbara Heliodora desgrenhada louca
Dizendo versos desde a rua Pará...
Quem conhece as ingratidões de Marília?
Juro que foi Nosso Senhor Jesus Cristo Ele mesmo
Que plantou a sua cruz no adro das capelas da serra!

.....
Nós somos na Terra o grande milagre do amor!
E embora tão diversa a nossa vida
Dançamos juntos no carnaval das gentes,
Bloco pachola do "Custa mas vai!"

.....
Os seres e as coisas se aplainam no sono.
Três horas.
A cidade oblíqua
Depois de dançar os trabalhos do dia
Faz muito que dormiu.

Seu corpo respira de leve o aclive vagarento das ladeiras
De longe em longe, gritam solitários brilhos falsos
Perfurando o sombral das figueiras:
Berenguendéns berloques ouropéis de Oropa consagrada
Que a goianá trocou pelas pepitas de ouro fino.
Dorme Belo Horizonte.
Seu corpo respira de leve o aclive vagarento das ladeiras...
Não se escuta sequer o ruído das estrelas caminhando...
Mas os poros abertos da cidade
Aspiram com sensualidade com delicia
O ar da terra elevada.
Ar arejado batido na pedra dos morros,
Varado através da água trançada das cachoeiras,

As que brota nas fontes com as águas
Por toda parte de Minas Gerais.

Esse ar lavado e puro das Gerais é que vindes trazer até aqui, Sr. Afonso Pena Júnior. Fostes um desbravador desses horizontes que o poeta cantou em vozes tão novas e comovidas.

Em 1898, com um exíguo grupo de companheiros, éreis os primeiros a ingressar na Faculdade de Direito, que vosso pai criara, com alguns devotados juristas mineiros, na febre de criar a cidade nova nas Minas renovadas pelo progresso um pouco pachola.

Era então a época em que a simbolismo, – como hoje o modernismo, o pós-modernismo ou o neomodernismo, o supra-realismo ou existencialismo – enchia de fervor a mocidade que jurava por Verlaine, Rimbaud, Cruz e Sousa ou Alphonsus de Guimaraens, o vosso então esquecido e hoje glorioso coestaduano.

Minas foi, como se sabe, um dos redutos do Simbolismo. Embora a literatura oficial daquela época, no Rio, não tomasse em consideração o grande poeta que, em Conceição do Serro e depois em Mariana, retomava para as montanhas o centro há muito abandonado que Gonzaga e seus companheiros haviam empunhado no século anterior, era lá que se fazia poesia de verdade e não nos cenáculos oficiais. Hoje a posteridade o reconhece, quando coloca Cruz e Sousa e Alphonsus de Guimaraens como os maiores poetas brasileiros daquele momento. Naquela hora, porém, as que sustentavam esses revolucionários eram tidos por extravagantes, cabotinos e desordeiros. Não fugistes, felizmente, Sr. Afonso Pena Júnior, a esses qualificativos. Fostes dos primeiros que ousaram levantar em Minas a bandeira da poética nova de então. Já a contastes em discurso e o tópico merece ser divulgado. Assim o dizíeis ao tomar posse de vossa cátedra na Academia Mineira de Letras:

> Enquanto houver mundo e for nele o homem o animal político, de que falava Aristóteles, hão de existir as duas Academias: as regulares e confessadas, como é a nossa; e as irregulares, de formação inconsciente, como a que se congrega, fora de portas, para maldizer das primeiras. Já pertenci um pouco a estas últimas. Foi isso nos dias da mocidade, quando o simbolismo, o

> decadentismo, o satanismo habitavam as nossas almas. Jurando por Verlaine e Cruz e Sousa, assentávamos praça entre os Jardineiros do Ideal e os Cavaleiros do Luar (eram as denominações das sociedades literárias que o nosso grupo havia fundado, como novas e não menos fugazes e hipotéticas Arcádias Ultramarinas); recitávamos a desoras, no deserto poeirento que eram então as ruas de Belo Horizonte, as "Vogais Coloridas" de Rimbaud, e, tomados do arrepio sagrado, certos de que em nós e só em nós morava a exclusiva Verdade e a solitária Beleza, movíamos guerra de marte às velhas Escolas e Academias." (Op. cit., pág. 26.)

Não sois, porém, dos que jogam pedras nos altares onde sacrificaram em moço. E acrescentastes a essas recordações o seguinte e significativo comentário: "Arrefeceram, porém, com o tempo os ardores e intransigências do rito novo; alguns dos seus sacerdotes bandearam-se para o inimigo e abrigaram-se à sombra das detestadas Academias. Mas, de todo esse movimento ficaram alguns ritmos novos e novas emoções; brilharam com ele facetas inéditas de Verdade, encontraram-se filões inexplorados da Beleza."

Era esse o tempo em que Belo Horizonte era ainda o deserto empoeirado, de que falastes. Era o tempo em que Joaquim Nabuco, chegando à Praça da Liberdade com João Pinheiro, presidente do Estado, que o fora receber como hóspede oficial, perguntava-lhe: "Onde começa a cidade?" e João Pinheiro lhe respondia surpreso: "Pois se estamos no centro dela." Era no tempo indeciso em que não se sabia ao certo se as cassandras teriam razão contra os desbravadores do deserto.

Fostes, com os vossos poucos companheiros, os plantadores da inteligência e da Cultura, da Poesia e dos ritmos novos, da beleza aventureira e do estudo grave no solo ainda virgem da nova capital do Estado. Hoje, Belo Horizonte é um centro de vida intelectual que a modéstia mineira teima em não querer reconhecer, mas que tem dado à Poesia, ao Romance, à crítica mais moderna do Brasil algumas de suas mais eminentes figuras. Já o disse, em livro expressamente escrito para sacudir o encaramujamento mineiro, que as Letras das alterosas estão hoje renovando no século XX, e com muito mais brilho e valores que outrora, a velha Escola Mineira do século XVIII. E será, para vós, glória imperecível do vosso nome, teres sido dos primeiros a fazer justiça ao vosso injustiçado Alphonsus e a fazer ressoar as imensas ruas

desertas de Belo Horizonte com as estrofes revolucionárias de Rimbaud ou as elegias, tão afinadas ao encanto secreto da alma mineira, do poeta de "Sagesse".

Sabedoria, eis o segredo da alma mineira; eis o segredo do vosso espírito.

Não acompanharei, de perto, pois longe nos levaria, a vossa trajetória política, a vossa formação de jurista, as vossas viagens pelo estrangeiro, a vossa vitoriosa carreira de advogado, que tão perto vos levaram de realizar a aventura inédita nos anais das Repúblicas modernas de todos os contingentes, de vermos um filho ocupando a mesma curul suprema do Pai. Não o permitiram as vicissitudes e os imprevistos de nossa política contemporânea. Mas talvez lembre um "cafezinho" que tomamos juntos, na Rua 1.º de Março, numa tarde que iria ser uma véspera histórica e fatídica – a de 9 de novembro de 1937. Os boatos que enchiam a cidade eram menos de um golpe de teatro ditatorial, que da indicação de um *tertius* à sucessão presidencial. E esse *tertius* tomava modestamente café comigo, a dois passos do Banco do Brasil e não desmentiu de todo a velada insinuação do amigo...

Para nosso bem, não quiseram as boas fadas que presidiram ao vosso nascimento, naquele lindo dia de Natal em Santa Bárbara, que tivésseis o crepúsculo doloroso do vosso grande progenitor.

Estáveis reservado para outra magistratura. Para uma magistratura com que então porventura não sonháveis, mas a que já vos preparavam as vossas inclinações e os vossos estudos – a magistratura das letras. Dizeis, com razão, no pórtico do vosso grande livro, que a atitude que tomastes, em face da velha controvérsia em torno da *Arte de Furtar* e sua misteriosa autoria, não era a atitude do advogado e sim a de um juiz (Afonso Pena Júnior, *A Arte de Furtar e o seu Autor*. 2 vols. Liv. José Olímpio, Rio, 1946, intr. 8 *et passim*.)

Não há dúvida, meu ilustre e querido mestre e colega, que já vos candidatáveis então a uma Cadeira no Supremo Tribunal de Letras. Não me refiro a esta Companhia, que não é um tribunal, mesmo de Letras. Refiro-me à autoridade insuperável que conquistastes, com o vosso livro, no tribunal da crítica atributiva, em cuja especialidade não encontrais hoje quem vos supere não só no Brasil, mas em nosso idioma luso-brasileiro.

Diziam os antigos que era preciso temer os homens de um só livro. Referiam-se, porém, ao homem que lê um livro só e nele esteia a sua pretensa sapiência. Há mesmo aqueles que vão além, pois não contentes de lerem um livro só ou quase, desforram-se escrevendo numerosos sem substância alguma, como os que enchem as estantes dos alfarrabistas. Sois exatamente o oposto. Pertenceis a uma família literária totalmente diversa. Sois o homem que leu mil livros, que buscou a sabedoria, como a abelha e não como a aranha – segundo a comparação tão cara aos clássicos que freqüentais há tantos anos –, não em si próprio mas em fontes as mais variadas e diversas, para afinal construir laboriosamente um monumento, que vos trouxe de uma feita ao nosso convívio. Monumento, sim, e que merece mais que adjetivos. Exige substantivos. O que não hesito em propor para a vossa obra, singular e eminente entre as mais autorizadas sobre o tema, é o de *obra-prima.* Em vinte anos do mais árduo, do mais paciente, do mais indefeso esforço que já se fez aqui e em Portugal, para desvendar um mistério literário, escrevestes uma autêntica obra-prima.

Estou certo de que, se tivéssemos de mencionar os dez livros de nossa Literatura, em todos os gêneros que merecessem tal qualificativo, o vosso não poderia faltar. Destes, por meio dele, assim a vossos contemporâneos como à posteridade, não só para a solução de um problema tricentenário, mas para o desvendamento de outros mistérios de igual teor, um modelo de sagacidade crítica, de rigor intelectual, de faro bibliográfico, tão diverso da nossa habitual superficialidade e impaciência em concluir apressadamente, que sois, com alguns companheiros vivos, uma espécie de astro aberrante, num universo de estrelas mais fugazes que tenazes. Como bom mineiro das Gerais, aprendestes, com os garimpeiros dos vossos ribeirões a ter paciência, argúcia, e pertinácia.

Não pintastes um grande quadro impressionante. Não vos apressastes em levantar uma hipótese sedutora, nem em construir um edifício vistoso. Passastes grande parte de vossa vida no silêncio da vossa biblioteca, meditando e pesquisando, como um monge medieval, em torno de um problema único. Fostes diretamente a todas as fontes. Examinastes cuidadosamente todas as hipóteses de trabalho. Percorrestes todos os caminhos. E tudo isso com uma encantadora modéstia, a que distingue o verdadeiro sábio. No prefácio de vossa obra levantais um pouco o véu do imenso trabalho obscuro a que vos entregastes, anos e anos seguidos, sem jamais esmorecer.

> A paciência é indispensável às demoradas e enfadonhas pesquisas, de resultados tantas vezes negativos, espécie de trabalho de mineração, em que se desmontam montanhas, para se apurar uma pitada de metal precioso. Não se calcula o paciente labor que tais investigações demandam; a leitura, não uma, mas muitas e muitas vezes da obra em exame; das obras de cada um dos possíveis autores; das histórias e crônicas, impressas ou manuscritas e do epistolário da época provável do livro; de tudo, enfim, que possa familiarizar o pesquisador com o cenário e os personagens da época... Sem a familiaridade com todos os autores e o íntimo conhecimento de todo o ambiente, que os influencia, não se estabelece o critério diferenciador ou a capacidade de distinguir, que é precioso instrumento das investigações de autoria. (*A Arte de Furtar e o seu Autor* – Op. cit., I.º vol., pág. 8.)

São preciosos os conselhos que, nesse prefácio e em numerosas passagens didáticas, a vossa sabedoria e a vossa longa experiência vos ditaram ao longo do livro à medida que o trabalho prosseguia, e os íeis pondo em prática *pari passu*. Vosso livro é um roteiro, ao mesmo tempo doutrinário e prático, para guiar, doravante, todos aqueles que venham a empenhar-se, como se começa a fazer hoje em nossas Letras, por caminhos semelhantes.

Realmente, creio ser possível dividir a história de nosso crítica literária em quatro fases. A que podemos chamar de *Antológica*, dos iniciadores do gênero por aqui. A *Romântica*, dos apreciadores enfáticos que se seguiram. A *Naturalista*, dos meados e fins do século passado, dos grandes construtores de sistemas e autores de histórias sistemáticas. A *Subjetiva,* do fim do século passado e primeira metade do nosso, que poderíamos ainda subdividir em dois momentos: o *impressionista* e o *expressionista*.

Não é esta a oportunidade de analisarmos essas fases sucessivas de nossa crítica literária. Desejo apenas acentuar que estou vendo repontar uma quinta fase, em vias de formação a nossos olhos, fase essa a que porventura irá caber o nome de *Objetiva* e a que está ligada uma turma de nomes de jovens pesquisadores, a que recentemente aludi, recebendo o novo catedrático de Literatura portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia. Reúne filólogos, professores de Letras e críticos, alguns dos quais foram à América do Norte, como Afrânio Coutinho, familiarizar-se com os processos de investigação literária, que dos centros universitários europeus já se transferiu para os meios

norte-americanos e está chegando aos nossos. Bem sei que não devemos ter a superstição universitária. Em 1907 Péguy dizia a Daniel Halévy: "N'étant pas universitaire, vous savez encore un peu de latin". (*De la situation faite au parti intellectuel*". Cahiers de la Quinzaine, IX, 1.)

Será porventura o vosso caso, Sr. Afonso Pena Júnior. Foi com o vigário de Santa Bárbara e com os lazaristas do Caraça que forjastes as armas humanísticas – de que vos queixais, pois só os fátuos estão contentes consigo mesmos – com que pudestes levar a cabo o admirável trabalho de restituir a esse espírito considerável, que foi Antônio de Sousa de Macedo, a sua *Arte de Furtar*. Tarefa hercúlea de que Solidônio Leite foi o iniciador intuitivo e sereis vós o consolidador...

Vosso livro é um modelo de pesquisa literária, feita em grande estilo. Por isso mesmo vos inscreve ele naturalmente entre os *novos* que estão iniciando uma quinta fase na história da nossa crítica literária: fase objetiva, científica, de trabalho rigoroso e impessoal, como o vosso, no qual aplicastes, ao campo das Letras, a velha paixão pelas ciências naturais, que vos fez outrora freqüentar o curso anexo da Escola de Minas de Ouro Preto.

Sois um pesquisador de palhetas espirituais e a pepita que restituístes ao seu verdadeiro dono merecia bem o trabalho de vossa longa vida de sábio e de batalhador. Não foi sem batalhas rudes que chegastes ao resultado a que chegastes. Não foi sem encontrar, diante de vós, obstáculos que a outros seriam insuperáveis e *autoridades* que só o vosso valor e a segurança que vos dá a certeza da verdade poderiam vencer.

Aliás, a todos os requisitos que reunis e revelais ao longo de vossa obra, juntais alguns que poderiam estar ausentes, sem prejudicar o valor científico do vosso trabalho, mas, presentes, ainda lhe aumentam o realce realmente fora do comum. Refiro-me à elegância do trato com os concorrentes discordantes, à modéstia na erudição e à precisão do estilo. Encontram-se, em notas aparentemente inúteis, sinais de uma longa leitura, apresentada assim de passagem, como que sem querer. Ora é um clássico esquecido, português ou latino. Ora um moderno cuja obra se revela familiar ao vosso trato, como o *Diário* de André Gide, por exemplo. Sempre, porém, a citação adequada às considerações que ides fazendo.

Nunca a erudição pesa em vosso livro, como, aliás, sucedia em nossa Casa, ao mestre de tais estudos João Ribeiro, que nunca chegara a uma conclusão segura no problema da autoria da *Arte de Furtar* e hoje daria, porventura, as mãos à palmatória, por ter duvidado da intuição de Solidônio Leite. Ele se rejubilaria conosco por termos em nosso meio mais um mestre incontestável em tais estudos, tão raros e tão necessários entre nós, onde tanta coisa se faz, não pelos sábios autênticos como o sois, mas por aqueles velhos *alvitristas* a que hoje denominamos *palpiteiros*... Sois o oposto de um palpiteiro. Foi o vosso grande livro que vos trouxe a nós, como outro tanto sucedeu ao vosso glorioso antecessor Euclides da Cunha, sem mais demora, a este Cenáculo.

Diverso foi o caso do vosso antecessor imediato, cujo retrato intelectual acabais de traçar com mão de mestre. Afrânio Peixoto não entrou para a Academia por ter escrito um livro famoso. Mas escreveu um livro, que logo se tornaria famoso, para justificar a sua entrada para a Academia, devida como se sabe a uma *pia fraude*. O fato é conhecido. Não o é, porém, seu relato autêntico pelo próprio autor. Permiti que, a respeito, vos leia uns trechos dessas temidas e esperadas *Memórias*, que tivestes também entre as mãos e cuja divulgação, quando for feita, nos dará, como se diz, panos pras mangas... Hoje, não vou cometer indiscrição alguma, escolhendo desse precioso manancial de um dos memorialistas mais agudos do seu tempo e de uma das inteligências mais vivas que por aqui passaram, apenas aquilo que pacificamente nos revela a versão autêntica de sua entrada para a Academia.

> Ao chegar ao Rio de Janeiro, havia tomado o propósito de renunciar à Literatura, e cuidar apenas da Medicina, o que era indispensável ao objetivo que me trouxera do Estado, um concurso à Faculdade de Medicina. Nesse sentido procurei os meios médicos, sobretudo o *Brasil Médico*, revista semanal então estabelecida em cima da Casa junto do Laemmert, defronte do Garnier. Todos *os* dias lá nos reuníamos, grupo de colaboradores, Coronel Ismael da Rocha, Professor Rodolfo Galvão, Dr. Juliano Moreira, Dr. Fernando Figueira, além dos diretores, professor Azevedo Sodré e redator principal, Dr. Bulhões de Carvalho. Poucos dias depois do conhecimento, fui solicitado a escrever no Jornal. Preveniram-me logo que o redator-chefe, preocupado com a língua, introduzia modificações de forma e às vezes de

fundo, nos artigos dos colaboradores. Como isso não me seria agradável, dirigindo-me a ele, disse-lhe que confiava no seu critério e que modificasse a seu talante tudo que lhe parecesse conveniente. Passei a ter o privilégio de não sofrer correções e até de ganhar fama de escrever bem. No *Jornal do Commercio* escrevi mais de um artigo, que publicados me deram a primeira e grata sensação de notoriedade.

Quando, no verão de 1920, procurei as Paineiras como refrigério para a canícula do Rio, lá encontrei o livreiro editor Francisco Alves, que era como eu o único hóspede insensível ao jogo em que se entretinham todos os outros. Na varanda do hotel, um encontro fê-lo falar comigo e ficamos companheiros de palestra. Tão constantemente falava-lhe da Europa que ele perguntou um dia por que não satisfazia logo esse desejo. Respondi-lhe que me faltavam meios. "Os meios se adquirem pelo trabalho. Por que não escreve um livro didático que lhe dê para isso?"

Como não compreendesse bem, explicou-me que o compêndio de Medicina Legal de Sousa Lima era inabordável e o Manual que lhe juntasse à doutrina algumas observações novas, por força seria bem recebido. Uma primeira edição de um livro didático poderia dar-me a cobiçada viagem. Comuniquei a conversa ao Carlos Peixoto, meu companheiro de casa e este incitou-me a escrever o livro. Iríamos juntos, eu com os meus direitos autorais, ele com os seus subsídios, à desejada Europa.

Pus-me a escrever o livro e estava ele realizado quando procurei o livreiro Alves que o resolveu imprimir na Europa, sendo-me dadas aí as provas respectivas.

Peixoto não pôde lograr o que desejou, mas eu parti em setembro diretamente para a Itália, Nápoles, onde iriam ter as provas de Paris. Ia eu empreender uma viagem ao Oriente clássico e evitei Paris, Londres, mesmo Roma, para não ser distraído.

Em Nápoles conheci Aluísio Azevedo, cônsul brasileiro... Fomos ao Aquário, ao Museu de Nápoles, entrando na intimidade do escritor... Parti para o Egito, via Sicília e Grécia. Quando finalmente me encontrei em Eloan, um dos subúrbios do Cairo, recebi carta de meu novo amigo de Nápoles, exprobando-me a hipocrisia.

– Você, consultado por mim, em quem devia votar, de dois candidatos à vaga de Euclides da Cunha, inclinou-se por um, sendo entretanto candidato."

Respondi-lhe, se assim fosse, não seria eu hipócrita, mas apenas reconheceria o valor dos concorrentes, mas o fato era que, no momento, não sabia eu ser mesmo candidato.

Houvera fraude pia de Mário de Alencar, que imprimira cartões com o meu nome, com sua letrinha fina os redigira, pedindo votos aos acadêmicos, havendo ele, Aluísio, certamente recebido do Brasil e não do Egito o pedido de sufrágio. Agora mesmo recebera de Estocolmo, de Oliveira Lima, cartão em que me dizia, não lhe pedira o voto mas já o enviara ao Mário de Alencar, que lhe comunicara minha candidatura. Fiquei, por isso, numa grande perturbação. Tinha eu sido candidato e seria eleito sem obra literária. Não considerava isso a *Rosa Mística* e menos ainda um livro de Medicina Legal. Mário, que se fizera meu amigo, na intimidade do Ministro Seabra, do qual fora secretário, ouvira palavras de animação de Machado de Assis, quando fora do meu discurso na Academia Nacional de Medicina. "O abastecimento do leite no Rio de Janeiro"... Machado dissera então ao Mário: "Um livro deste rapaz, com esta finura, poderia valer-lhe a Academia". Na amizade de Mário, isto não podia ser esquecido. Machado havia desaparecido, mas ficara a indicação. Quando, nas vésperas de minha partida para a Europa, desapareceu também Euclides da Cunha, achou Mário, mesmo sem me consultar, chegada a ocasião, e fez só ele toda a campanha eleitoral. Os meus eleitores eram tantos que ele, Mário, permitiu a Coelho Neto, Afonso Celso e Alberto de Oliveira votarem num dos meus concorrentes. Não o pôde permitir a João Ribeiro e a Veríssimo porque desfalcariam o quociente eletivo, o que valeu a estes formidáveis descomposturas de Almáquio Diniz, o meu discípulo simbolista da Bahia, agora o meu concorrente acadêmico no Rio.

No Egito, onde estava, compreendi que necessitava de justificar a escolha da Academia e fazer uma obra literária. Não quis reproduzir a aventura de Graça Aranha, que foi acadêmico apenas com o prefácio de um livro de Fausto Cardoso. Também eu tinha prefaciado um livro de Araripe Júnior, o romance *Miss Kate*, mas não julgava isso bastante para a honra que me conferiam.

Tinha eu, na Grécia, percorrido o caminho que vai de Cheronea a Tebas e de Tebas, pelo Parnaso, acima até Delfos. Vira no aclive a encruzilhada no flanco do Parnaso, no caminho de Tebas, onde Édipo matara o Pai. E o mito da Esfinge grega, que as esfinges egípcias e a Tebas-hutor me recordavam aí, foram sugestões bastante para um livro em que eu podia transpor a

realidade de todo o dia, num símbolo para mim melhor representativa do que o do enigma proposto a Édipo pela esfinge, no caminho de Tebas. A Esfinge seria a mulher que, decifrada ou não decifrada, pelo encanto ou pela incompletação do sonho, daria a todos os homens a miséria. Pus-me então a imaginar o meu romance, que foi escrito em três meses de paz, em Eloan, perto do Cairo.

Quando tornei à Europa, encontrei-me em Paris com o livreiro Alves, a quem visitei no Hotel do Louvre, agradecendo-lhe a viagem que me proporcionara, pois antecipara oito contos de réis, de direitos autorais, da primeira edição da Medicina Legal. Disse-lhe então que ouvira, no Garnier, o gerente, a quem João Ribeiro oferecia um livro de literatura, creio que o *Fabordão*, responder-lhe: "A carne, o livro didático, é para o Alves. O osso da literatura é para mim." Poderia eu ir ao Garnier com o meu romance, mas não quisera ouvir talvez a mesma resposta.

Francisco. Alves sorriu e replicou: "Se eu camo a carne do livro didático, devo também roer a osso do livro literário." Pensou, porém, que fora demasiado severo e acrescentou: "E não será isso. O Senhor terá mil colegas que desejarão saber se o Afrânio teve ou não um desastre literário com o seu livro. E toda á edição estará colocada." Fez uma pequena pausa e amavelmente ajuntou: "O mais interessante será que se enganarão. E o Senhor se revelará na escrita literária, como na escrita científica."

Combinamos, pois, que vindo eu para o Brasil, melhor seria imprimir a *Esfinge* no Rio, mas expedidas as correções de prova. Cheguei ao Rio num dos dias da revolta de João Cândido; a cidade em pânico, pela possibilidade de bombardeio. Governo e dirigentes que mandam um almirante, José Carlos de Carvalho, parlamentar como o marinheiro que teve, de bordo das Minas Gerais, à sua mercê a cidade do Rio de Janeiro. Este homem rude deixou-se embair pelas falas oficiais. Poupou o Rio e entregou-se de boa fé ao governo. Foi mais tarde enclausurado num dos cubículos da Ilha das Cobras pelo Comandante Marques dos Reis, perecendo todas os seus dezesseis companheiros, apenas resistindo ele João Cândido, porque Deus sabe depois de que lutas pela vida conseguiu, sobre um montão de cadáveres, colar a boca na postigo, que comunicava a enxovia com o ar exterior. Nem medo, nem repulsa a João Cândido e a seus algozes, me distraíram de publicar a *Esfinge,* que fazia questão saísse antes da minha posse na Academia. Foi um sucesso de livraria e de sociedade. A edição escoou-se em alguns dias e Sousa Bandeira descreveu o

esporte dos meus leitores, cada qual mais ávido de ler e comentar a *Esfinge* Araripe Júnior pôde, no discurso de recepção, encontrar matéria para comentar o seu afilhado. Fiquei correndo em amizade com o livreiro Alves, de quem consegui imprimisse graciosamente a *Revista da Academia*.

Dois anos depois da *Esfinge*, um dia me contou ele uma anedota, certamente, de formosa dama que procurava novidades literárias na livraria e que ao cabo perguntara:

O autor da *Esfinge* não tem mais nada? – Nada, minha senhora, repousa sobre os louros. Contenta-se em tirar novas edições do seu livro. – É isto, comentou ela. Como Graça Aranha que ficou no *Canaã*. Acredito que não pela razão dada pelo Senhor; na Europa um sucesso move desejo de outros e os livros se sucedem. No Brasil, os nossos autores já fazem muito se fazem um livro e se esgotam nele precocemente.

Contando-me isso, o livreiro acrescentava: "É triste esta fama de esgotamento, principalmente junto das leitoras, que é para quem se escrevem romances. Faça outra *Esfinge*." Respondi-lhe imediatamente que estava feita e não lha trouxera porque, recebendo como um favor a publicação do primeiro livro, não quisera insistir sobre o segundo. Alves disse-me então um preceito de ética editorial de que usava: sua benemerência levava-o, às vezes, a editar um livro mau ou medíocre. Ficaria nele. Quando, porém, o público galardoava o autor com a saída do volume, ficava o escritor com direitos a imprimir um outro. Como era o título? Improvisei imediatamente: *Maria Bonita*. Pediu-me ele imediatamente os originais, que não existiam; aleguei que estava em cópia, mas três meses depois lho levei.

Eis como a facúndia baiana do vosso predecessor contrastava com o vosso conciso trabalho de mineiro, em profundidade. Afrânio Peixoto foi, como vós, um infatigável trabalhador, mas que se multiplicava em livros e tarefas de toda espécie.

Não quero diminuir ou desconhecer os grandes serviços que outros acadêmicos hajam prestado a esta Casa. Mas estou convencido de que nenhum excedeu aos que Afrânio Peixoto a ela prestou. Compreendeu ele maravilhosamente o espírito da instituição. E enquanto pôde, dedicou-se ele a

um trabalho de preservação de nosso patrimônio literário, que está na linha de sua função primordial. Como acabais de o relembrar, começou Afrânio Peixoto sua vida literária totalmente entregue ao culto do Simbolismo dominante. Fez, na velha cidade do Salvador, aquilo que vós fizestes na capital novinha em folha das vossas Gerais. Enquanto recitáveis Rimbaud, ao luar da Serra do Curral, ele passeava com um lírio na mão pelas ladeiras da Bahia, ou pagava nos bondes passagens de companheiros imaginários, com grande espanto dos condutores, que o julgavam meio tocado e erguia altares às suas divindades literárias: D'Annunzio, Maeterlink e Eugênio de Castro. Isso não o impediu mais tarde, no seu culto a Camões e na sua tarefa benemérita de reeditar os nossos "clássicos esquecidos", de se mostrar um amante fidelíssimo das mais puras tradições de nossas Letras. Tudo isso o aproximava de vós, meu caro companheiro e amigo.

Também vós começastes destruindo o Parnasianismo, nas noites perfumadas e taciturnas de Belo Horizonte e mais tarde iríeis dedicar vinte anos de vossa vida ao sé*culo* XVII... Isto não vos impediu de conservar uma juventude de espírito, que é até hoje um dos apanágios mais preciosos de vossa personalidade de humanista moderno, como vo-lo testemunharam os alunos da Universidade do Distrito Federal, onde Afrânio Peixoto e nós dois nos sucedemos a seguir como um regente obscuro sucede a dois reinados luminosos. Não sois apenas um vaqueano dos velhos clássicos setecentistas. Nunca a poesia dos alfarrábios vos subiu às narinas e vos privou do faro mais sutil para as coisas mais modernas. Um dia, como de costume, reuníeis em vossa casa velhos e jovens, velhos letrados e jovens bandeirantes das Letras mais modernas. Era pouco depois de nosso último movimento político revolucionário e um deles, o jovem Guilherme de Figueiredo, filho de um soldado ilustre das lutas pela redemocratização do País, ouviu com assombro que sabíeis de cor um dos seus poemas mais recentes. Muitos anos antes, Jackson de Figueiredo, que não gostava da poesia modernista, argumentando comigo contra ela, pois nesse terreno não compartilhávamos dos mesmos gostos, dava como prova a impossibilidade de decorar um poema moderno. Pois bem, nessa tertúlia, sob vosso teto de erudito setecentista, os *novos* ouviram com assombro a vossa retentiva memorável – pois vossa memória vos permite até hoje recitar Horácio e Virgílio, no original – declamar um poema que me

permito agora recordar convosco, não só porque se trata de um belo espécime de nossa poesia moderna, mas ainda porque permitiu uma imprevista: a recitação de um fecho de vossa lavra, que também vos peço licença para citar nesta nora em que, empertigado no vosso fardão acadêmico, talvez preferísseis que eu não tocasse nesses jogos florais de vossa perene juventude como *jardineiro* do ideal.

Eis o poema de Guilherme de Figueiredo, publicado a 15 de abril de 1945, quando as primeiras desilusões se anunciavam:

POEMA DA MOÇA CAÍDA NO MAR

Mário de Andrade depressa,
A moça caiu no *mar...*
A MOÇA CAIU NO MAR!
Não estão ouvindo vocês?
Vamos todos, vamos todos,
Venha quem quer ajudar.
Murilo põe na vitrola
Um concerto de Mozart,
Sobral Pinto mande cartas,
Brigadeiro desça do ar,
General chame os amigos
Que a moça caiu no *mar.*
A moça caiu no mar
Já sente o *gosto de sal*
Seus cabelos estão frios
Chamai Tristão pra rezar.
Vêm os peixes fluorescentes
Comer-lhe os *dedos da mão*
Vem doutor Getúlio Vargas
Devorar-lhe o *coração*
Vêm os peixinhos do DIP
Os peixes dos Institutos
Peixões da Coordenação.

Chico Campos, Góes Monteiro
Receitam constituição
de 37 – não, não!
Se ela não morrer afogada
Morrerá dessa poção,
Marcondes Filho oferece
Uma complementação
Oh! que vontade que eu sinto
de dizer um palavrão.

Amigos por que esperais?
A moça caiu no mar
Palimércio, Palimércio
Traze a tua legião,
Ressuscita Rui Barbosa
Ressuscita Castro Alves
Vejam todos quantos são.
João que chame Maria,
Maria chame João
Venha o homem pequenino
Que mora numa prisão
Meu pai, você nem precisa
Fazer mais revolução.
Chamem todos os meninos
Homens feras militares
Doutores, gênios, muares,
Professores, funcionários,
Sujeitos que não têm carne
Mulheres que não têm pão
pretos, brancos, mulatos.
Venham todos, venham todos
Aqueles que têm razão.
Prostitutas, engraxates
Estudantes, marinheiros,
Carpinteiros, fazendeiros,

Operários, bailarinas,
Donzelas, estivadores,
pobres e ricos, pois não,
vamos todos dar a mão
que a moça caiu no mar.
Chiquinha toca o abre-alas
Que nós queremos passar
não posso esperar mais não
A moça caiu no mar
Oh! quem a pode salvar?
Santo Onofre, São João,
companheiros, camaradas
que a moça está se afogando
a moça caiu no mar!

E eis a resposta modernista que lhe deu Afonso Pena Júnior:

Não foi possível não foi
Tirar a moça do mar
porque o homem pequenino
que morava na prisão
e a gente botou na rua
para entrar no mutirão
carregou para outra banda
os caboclas do arrastão.
E a moça afogou no mar.
Nosso Senhor lhe perdoe
que eu não lhe perdôo não
pois deixou morrer a moça
E acabou-se a geração...

Há vinte anos, era em latim que reveláveis a vossa capacidade poética. Foi por uma ocasião muito triste, da morte de um amigo querido e comum a nós três, a Afrânio Peixoto, a vós e a mim mesmo, cujo nome eu não poderia silenciar nesta hora solene de vossa vida intelectual, pois foi daqueles que

mais vos admiravam e vos quiseram bem e mais de perto privaram convosco durante os meses agitados de vossa permanência no Ministério da Justiça.

Estáveis em Paris, convalescente de uma grave moléstia. Recebestes, de inopino, a terrível notícia do desastre do Joá e da morte, no mar, de Jackson de Figueiredo. As pernas vos falharam. Sentistes desabar um mundo, com a perda do vosso jovem amigo. E dias depois, indo meditar sobre a inanidade das coisas humanas, sob a cúpula medieval de Westminster e lendo as inscrições que solenizavam as velhas paredes, com a presença da morte e da glória, sempre tão intimamente ligadas na vida humana, como o amor e a morte nos mais sublimes poemas da humanidade, tivestes a feliz idéia de imortalizar também numa inscrição latina o perfil do vosso inditoso amigo. E de lá nos veio pelo correio este epitáfio de vossa autoria, que está hoje no túmulo do amigo junto à tradução da lavra de outro humanista, a quem a Academia acaba de conceder, por justiça, a mais alta de suas recompensas literárias, Leonel Franca.

Eis o epitáfio latino de vossa lavra e sua elegante tradução em vernáculo:

Hic requiescit,
Futurre immortalitatis promissione consolatus,
JACKSON DE FIGUEIREDO

Multis pervulgatus,
Paucis notus.
Vitam inter lucem et umbram,
Literis deditus, transegit.
Cum splendidis esset natalibus
Eminente ingenio et multiplice eruditione,
Modestiam retinuit et simplicitatem,
Virtutem coluit
Non ambitiosa severitate
Sed jucunda et liberali innocentia.

AFFONSO PENA JÚNIOR

Consolado pela promessa de futura imortalidade
Aqui descansa
JACKSON DE FIGUEIREDO
Muitos lhe repetiram o nome
Poucos o conhecerem.
Entre a luz e a sombra,
Dado às letras passou a vida
Nobre de nascimento
Ilustre pelo talento e pelo saber variado
Conservou a modéstia e a simplicidade.
Sem severidade ambiciosa
Cultivou a virtude,
Com jovial e comunicativa espontaneidade.

P. LEONEL FRANCA, S. J.

É tempo de terminar.

Dizem que D. João VI, quando ia ao teatro, e a peça não era das mais interessantes, começava a cochilar e, acordando estremunhado, perguntava discretamente ao vizinho: "Esses pândegos já se casaram?" O casamento, normalmente, seria o fim da comédia e da noitada. Sucede, porém, que o casamento nem sempre é o fim das comédias e sim o começo. As Academias, como os casamentos, podem ser um começo e não um fim. Não sois daqueles cuja idade tenha feito estancar a renovação das idéias, de que fala cinicamente Anatole France: *Les vieillards tiennent beaueoup troup à leurs idées. C'est pourquoi les naturels des îles Fidji tuent leurs parents quand ils sont vieux. Ils facilitent ainsi l'évoluiton, tandis que nous en retardons la marche en faisant des académies.* (*Le Jardin d'Epicure*, pág. 151.)

Sois, pelo contrário, um jovem de espírito, um dos espíritos mais jovens, vivos, maliciosos e argutos que tenho conhecido. Conseguistes este milagre de harmonia entre a mais austera das disciplinas intelectuais, como jurista e como crítico, e a conversa mais viva, mais atual, mais aguda, mais ao par das últimas novidades literárias, que nos é dado desfrutar. Sois, em suma, um autêntico discípulo do vosso velho e familiar Montaigne, mestre que

conheceis de cor e salteado e nunca citais senão com bom propósito. Entrastes para aqui substituindo um espírito que conservou até morrer uma juvenilidade invejável e trazeis convosco um exemplo que não fica em nada a dever o vosso ilustre predecessor.

Que esses vossos antecedentes de probidade intelectual, de convivência polida e de sabedoria alada e modesta, que já constituem o encanto do vosso convívio e da vossa obra, sejam, por longos anos, uma perene lição para os vossos colegas e para as Letras brasileiras que de vós ainda tanto esperam.

Discurso do
SR. ANÍBAL FREIRE DA FONSECA

e

Resposta do
SR. JOÃO NEVES DA FONTOURA

Sessão solene extraordinária
do dia 10 de maio de 1949

I

DISCURSO DO SR. ANÍBAL FREIRE DA FONSECA

Hesitei por longo tempo em requestar vossos sufrágios. Não me inspirava o sentimento de falsa modéstia, que é por vezes, na frase do príncipe de Ligne, a hipocrisia consigo mesmo. Assaltava-me a consciência o receio de preterir outros, que, pela vocação irresistível e fiel às Letras, aspirassem a essa consagração definitiva. A generosidade de vosso acolhimento superou todas essas reservas de ordem moral e hei de encontrar no vosso poderoso estímulo os meios de resgate da dívida solenemente contraída. Hão de escassear em mim elementos pessoais de êxito. Não me faltará jamais a ressonância de vossa glória, a servir de lábaro à minha fé.

A Academia é um dos cimos da intelectualidade pátria. Para ela afluem as aspirações mais nobres e o seu veredicto é a láurea suprema nos prélios do espírito.

Jamais fui vosso cortesão nem denegridor impenitente. Ao contrário, cultor respeitoso do vosso papel na graduação dos valores mentais do Brasil. Não tenho, pois, de me penitenciar.

A exemplo do que sempre ocorreu com a Academia Francesa, não faltam os que motejaram de vossos atributos e eficiência e mais tarde se abrigaram ao vosso seio. Não exerceis vingança com o vosso sufrágio a antigos adversários, porque na vindicta há sempre o travo do fel e da crueza. Serenamente vos apossais do díscolo e ides lhe transmitindo a flama de vossa tarefa. Represália espiritual e doce, a que acostumais os rebelados contra a Academia.

Pedro Lessa, o renovador da jurisprudência pátria, pontífice na cátedra e na judicatura, confessou no seu discurso de recepção, com a altaneira constante de suas atitudes, o seu malquerer anterior pela Academia e a sua colaboração nas notas dicazes, que procuravam desfigurá-la aos olhos da opinião.

Não é incomum ato de contrição como este. Até nas academias belgas, dessa Bélgica tão circunspeta e grave, o exemplo floresce. Ao ser recebido na Academia Real de Língua e Literatura Francesa, Garcia Calderon salientou o propósito dos jovens de *railler les académies avant d'en être*.

As academias em regra não revidam às apóstrofes com a proscrição de seus autores. Acolhem-nos em atmosfera benfazeja e pelo apaziguamento criam um ambiente propício à missão construtora.

Ao paraninfar Ribot, na Academia Francesa, o malogrado Deschanel recordou a frase do filósofo, no seu entender, cético, que, falando dos homens de Estado e dos oradores na Academia, dizia:

"É bom que haja um lugar tranqüilo em que os homens que se distinguiram sob cores diversas ao serviço do País possam vir esquecer na comunhão do estudo suas fadigas e suas lutas". Acrescentava o eloqüente padrinho que se reproduzia o caso das sombras que, nos diálogos de Fenelon, conversam docemente nas arcadas do Eliseu.

Essa pintura não corresponde totalmente à realidade nem esse recolhimento deve induzir à omissão de deveres intelectuais, além do mero debate acadêmico.

É que instituições desta ordem, como os regimes, valem pelo que produzem. Não lhes basta, para o prestígio e irradiação, o arcabouço. As linhas estruturais podem ter a rigidez e harmonia indispensáveis. Mas, para a eficiência na vida coletiva, bem se façam grandes pelos frutos recolhidos.

Podeis encarar de fronte alta o julgamento da história. O acervo de vossos serviços à causa das Letras resiste a todas as invectivas e serve de anteparo às solércias da maledicência.

A coleção dos discursos de recepção pronunciados nesta Companhia não encontra outra que a exceda na exaltação das idéias, no vigor dos conceitos, na probidosa isenção do julgamento. Muitas dessas páginas poderiam figurar nas antologias mais rigorosas na seleção do pensamento humano.

A Biblioteca de Cultura Nacional, a coleção de Afrânio Peixoto, em homenagem a esse espírito cintilante de crítico e de cientista, atesta o vosso esforço em enriquecer o patrimônio intelectual do Brasil.

Na rota cotidiana, a tarefa construtora realça a cada passo. Além dos prêmios, que as vossas possibilidades proporcionam aos cultores das Letras, não há data inscrita nos anais do pensamento universal que não encontre nesta Casa alta reverência.

Mesmo fora do âmbito próprio da Academia, a sua ação se projeta pela atividade dos seus lidadores. São jorros da mesma fonte. Tal Cláudio de Sousa, nas magnificências de sua direção no Pen Clube, organizando tertúlias de saboroso encanto espiritual. Tal Múcio Leão, com *Autores e Livros,* no exercício de um trabalho meritório de respeito e culto pelo passado e encorajamento às novas gerações.

Não faltam a propósito do apreço aos "novos" remoques à vossa orientação, tanto mais injustos quanto se distanciam da verdade.

Nenhuma forma de inteligência pode inspirar reações obstinadas e empedernidas no sectarismo e na intransigência. Mormente no terreno em que a intelectualidade impera sobre os preconceitos e razões estranhas ao vero nível mental.

Desde a sua organização, a Academia jamais alimentou propósito de malquerença aos "novos".

Uma das jóias de vossa coleção é o discurso inaugural de Joaquim Nabuco, secretário-geral da nova Academia. Declarava ele:

> Havia também que atender à representação igual dos antigos e dos modernos. Uma censura não nos hão de fazer: a de sermos um gabinete de antigualhas. A Academia está dividida entre os que vão e os que vêm chegando; os velhos, aliás, sem velhice, e os novos; os dois séculos estão bem acentuados e se algum predomina é o que entra: o Século XX tem mais representação entre nós do que o Século XIX.

A essa defesa, calcada na realidade, Graça Aranha, em plena mocidade física e mental, qualifica de dialética de advogado diabólico, para justificar as

imperfeições da fundação, vendo-se diante de uma mocidade cristalizada em acadêmicos.

Onde a posterior aversão da Academia aos novos? A presença de Alceu de Amoroso Lima, Cassiano Ricardo e Manuel Bandeira, chefes incontestados da moderna corrente, não basta para dissipar o equívoco, alimentado pela malignidade?

Não faltarão, é certo, nos vossos julgamentos vacilações nos escrutínios. Nenhuma organização dos moldes da vossa escapa a esse reproche.

Na Academia Francesa, Victor Hugo foi batido por Mignet. Era a conjura dos clássicos contra o romantismo triunfante. A malevolência atribuía ao triunfador a qualidade de amigo de Thiers, e Madame de Girardin traçou a propósito um comentário pérfido:

Nous plaignons Mr. Mignet. Les soutiens de Mr. Victor Hugo sont Chateaubriand et Lamartine. La justice vient d'en haut. Si l'on pesait les voix, Mr. Hugo serait nomé... Par malheur, on les compte.

Brunetière, o altivo Brunetière, somente pela quinta vez conseguiu os sufrágios da Academia. Nem por isto se sentiu diminuído na sua tarefa de rigorosa crítica aquele a quem François Coppée, na *Enquête Littéraire,* de Jules Huret, qualificou de prefeito de polícia da Literatura.

Eugénie Delacroix por oito vezes concorreu às eleições do Instituto, preterido por nomes que a história das belas-artes não recolheu. Isto levou André Rousseaux a lamentar que o artista tenha cedido à "vaidade em uniforme, o que foi uma das raras fraquezas do seu gênio".

* * *

Em instituições como a vossa, os nomes dos patronos das Cadeiras devem ter a feição de sombras tutelares, a afirmar o prestígio das Letras e a estimular os neófitos.

A escolha de Artur de Oliveira, patrono da Cadeira 3, não representou uma intenção preconcebida ou um preito comovido e fiel. Filinto de Almeida pendia para Gonçalves Crespo. Seria o tributo de um poeta, nascido em terra lusa, a um grande vate, transplantado para Portugal. Ambos, sob a chama do mesmo ideal e colocados em situação sentimental idêntica.

Gonçalves Crespo e Maria Amália Vaz de Carvalho, Filinto de Almeida e Júlia Lopes de Almeida. Grata ressonância a desses nomes, que se reful-

gem na história das Letras, realçam como símbolos os mais puros das afeições duradouras, fontes de inspiração e beleza divina.

No cantor de *Lírica* havia de influir o estro de *Miniaturas*, ambos impregnados do culto da forma, sem a proscrição de acentos de subjetivismo, que repontam em muitas das estrofes dos dois poetas.

Os ardores nacionalistas obstaram a realização do nobre pensamento e fortuitamente surgiu o nome do escritor, ignorado do grande público, e vivendo apenas pelas cintilações fugazes do espírito na memória dos que o conheceram de perto.

Mais tarde, a Academia exumou dos arquivos dos jornais os trabalhos dispersos de Artur de Oliveira. Afrânio Peixoto, com a intuição peculiar ao seu notável senso crítico e a franqueza modelar de seus conceitos, sentenciou de modo exato para o julgamento definitivo da obra do patrono da Cadeira 3.

A correspondência deste, no período da juventude, revela por vezes ânsias literárias, sofreguidão mental incomum. Não há nela, porém, a fluidez dos sonhos da adolescência, o encanto imperecível das primeiras impressões da manhã da vida, nas suas louçanias e irradiações...

Dois trabalhos, pela sua índole, deviam mostrar em toda a sua plenitude a pujança do escritor – a memória sobre a Rua do Ouvidor e a tese de concurso à cadeira de literatura no Colégio Pedro II. Temas diversos a exigirem tonalidades diversas.

A uma imaginação, como a de Artur de Oliveira, a se expandir febrilmente nas tertúlias da boêmia da metrópole, deveria inspirar páginas de encantos e ironia a visão da principal artéria da cidade. Os primeiros trechos seduzem pelo colorido da frase, mas os outros desalentam o leito pelo tom panfletário, impróprio do assunto, pela acidez das invectivas contra os aspectos sociais então dominantes. Nenhum traço de humor a fluir entre os comentários cruéis; mostra alguma de sensibilidade artística ao contato da rua e da gente.

A tese de concurso atrai pelo poder das expressões altissonantes, mas lhe falta a substância e não a robustece o senso crítico. Sente-se a vastidão das leituras do autor; o tumulto das impressões, porém, impede a gravação das idéias em formas definitivas.

Depois de um proêmio eloqüente, a tese alinha considerações de ordem geral, algumas sem atinência com a matéria versada e percebe-se no autor a

pressa de terminar a tarefa. Atributo de temperamento, inadequado em dissertação para a láurea do magistério.

Não se pode negar a Artur de Oliveira influência entre os que o conheceram. Vinha ele da Europa impregnado dos ideais do Romantismo. A sua convivência com Théophile Gautier reacendera a flama dos primeiros tempos. A fascinação do discípulo pelo modelo tem a sua gênese na atração imaginativa pelo verbo. Scherer acoimou o autor de *Emaux et Camées* de "escritor totalmente estranho à concepção elevada da arte, bem como a todo emprego viril da pena". Brunetière chega a afirmar que numa história da literatura contemporânea pode se esquecer toda a obra de Gauthier. Mas é inquestionável que ele foi talento de surpresas verbais, a dispor, na frase de Gaston Deschamps: *une série d'échantillons comme des fioles d'élixir sur l'etagère d'un alchimiste*.

A arte da prosa, luxuriosa em Gauthier, vivificou o pendor do jovem brasileiro, já propenso à exaltação.

No seu discurso de recepção nesta Casa, referindo-se à evolução do Parnasianismo, Oswaldo Cruz recordou a ascendência de Artur de Oliveira nas reuniões literárias do Café Cruzeiro. As expressões do cientista, parcimonioso em elogios, enaltecem a lembrança do jovem brasileiro:

> Artur prelecionava com entusiasmo sobre a composição do verso, sobre a maneira de vestir a idéia com graça e donaire, e não deixá-la andrajosa e analfabeta.
>
> [...]
>
> Nessas palestras Artur de Oliveira relatava a emoção que experimentara quando foi apresentado a Victor Hugo e o horror que sofreu ao se sentir em casa de Hugo caricaturado por Gustavo Doré: a caricatura – prostituição do semblante – como ele dizia, horrorizado.

Outro avarento de elogio fácil, Carlos de Laet, rendeu ao talento do "saco de espantos", de Machado de Assis, o preito de sua reverência:

> Apenas a um restrito número de amigos eram notórios os fantasiosos enlevamentos daquela inteligência privilegiada e originalíssima. Havia quem

> de tudo se esquecesse pela boa *prosa* do Artur... Aos ledores de jornais nunca se manifestou... Ele não podia escrever. Quando tentava fazê-lo, a fecundidade de seu espírito e a pasmosa erudição que adquirira eram-lhe outros tantos estorvos.

Nem sempre os exímios conversadores, faiscantes de luz, conseguem transpor para a palavra escrita, em formas límpidas e sonoras, os estos da imaginação criadora.

As flutuações mentais de Artur de Oliveira terão sua explicação na fatalidade da moléstia, que vinculou o seu destino ao de tantos outros intelectuais, atormentados pela desdita. Respeitemos nele, entretanto, uma expressão sugestiva e atraente da inteligência brasileira, nos seus transbordamentos e ímpetos.

* * *

A Cadeira, a que me elevou a vossa generosidade, foi dignificada durante longo tempo por Filinto de Almeida.

Figurou ele entre os fundadores da Academia, decerto por afinidades eletivas com os que tomaram a iniciativa da criação deste Instituto. Deixara-se Filinto atrair pelo movimento político e intelectual renovador em nossa Pátria e caracterizava a sua atitude por uma linha de rigorosa correção com os companheiros e de perfeita identificação com o pensamento dos chefes incontestados das Letras nacionais de então. A sua atuação no Jornalismo em São Paulo lhe valera a confiança de muitos e as suas manifestações poéticas serviram de credenciais para o julgamento de outros.

Nem sempre Filinto de Almeida logrou o estímulo dos contemporâneos. José Veríssimo a ele não alude, em todos os seus escritos, mesmo quando estuda o desenvolvimento do Parnasianismo no Brasil. Sílvio Romero não lhe faz a mais leve referência no ensaio escrito em 1899 para figurar no Livro do Centenário. Em compensação, Graça Aranha, em conferência pronunciada em Buenos Aires, no Ateneu Argentino, em 1897, o enfileira a Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e outros, qualificando os "parnasianos brasileiros de notáveis pelos segredos que surpreenderam os mestres franceses". Modernamente, a Antologia de Manuel Bandeira lhe realça o mérito, com a inserção da "Balada medieval".

Seria talvez, lisonja atribuir-lhe o alto sentido da expressão poética, embora os analistas do verso, emanação da alma e essência do sentimento, dêem à Poesia sentidos vários.

O sentido da Poesia é substancialmente o mesmo, diversificando apenas o colorido e a forma. Por isso toda a manifestação da inteligência poética não merece proscrições sumárias.

Mesmo incorrendo na censura dos intransigentes, apraz-me repetir o límpido conceito de Anatole France de que a Poesia deve nascer da vida, naturalmente como a árvore, a flor e o fruto saem da terra e da plena terra, sob os olhares do céu. Hão de redargüir-me que ao famoso autor de *L'étui de nacre* repugnava o Simbolismo, que não exclui a vida no seu ritmo e ascensão para as formas superiores. Aliás, o Simbolismo vingou-se de juiz tão severo, ao acolher a Academia Francesa Paul Valéry, que, renovando os conceitos de *Varieté,* ostentou lealmente a sua atração pela escola tão combatida. Mas Anatole France, por entre as fIutuações do espírito, reagia sempre contra a violência e, defendendo Baudelaire das cruéis invectivas de Brunetière, proclamou que o homem podia ser detestável mas era um poeta e por isto era divino.

O poder de evocação, inato no vero poeta, traduz-se, como mostrou Bergson, numa arte de sugestão eminentemente capaz de nos fazer entrar em simpatia profunda em comunhão de alma com o artista.

Filinto de Almeida pertence à corrente poética em que fulgem nesta Casa dois dos seus mais lídimos representantes: Adelmar Tavares e Olegário Mariano.

Profano na matéria, não hesito em confessar que não releio o cantor da "Noite cheia de estrelas" e o autor de "O enamorado da vida" e os de sua estirpe sem renovado enlevo.

O nosso mundo interior é povoado de reminiscências, esperanças e sonhos. A poesia o sacode e fá-lo vibrar em emoções, a refletirem os vários estados d'alma. Para isto deve ela ser fluida, límpida e clara, como fonte cristalina de imaginação e ideal. Incumbe-lhe traduzir o sonho da beleza interior, nas suas seduções e encantamentos.

Embora o nimbo que os circunda, os poetas não raro também se denigrem a si mesmos. Num deles, dos mais harmoniosos e enfáticos, se encontra a seguinte apóstrofe:

> Si l'on s'amusait à chosir pour chaque poète un métier allégorique, on trouverait beaucoup de tapissiers, de savetiers, d'acrobates, des hercules de foire, de curieux apothicaires, des joailliers e quelques potiers fabriquant ces cruches, qui, selon un mot célèbre, se croient des amphores.

Quem se exprimia em termos de tanta dicacidade e menosprezo? Henri de Regnier, o mesmo que proclamava:

La poesie doit rester un peu cabalistique et il est inutile de renseigner le public sur la structure du gobelet, d'où sortira la fleur où la colombe.

Como difere, entretanto, essa expressão de acidez do sutil e penetrante perfume des *Médailles d'argile!*

Praticou ele o verso livre. Mas Georges Duhamel e Charles Vildrac mostraram que, mesmo no verso livre, o ritmo, por ser mas sutil, não é menos importante. É esse ritmo que encanta nos poetas de linhagem. Ritmo que exprime a sensação da vida, estuante no seu deslumbramento interior, nos espetáculos da natureza opulenta, no descante haurido nos nossos sertões, na saudade que plange, na cigarra que canta! Gestos d'alma, fascinantes na beleza, crisóis de sentimentos puros e indeléveis!

Filinto de Almeida perpassou pela suavidade da vida interior. Por isto não o dominou a obecedante preocupação da frase, a agrilhoar o pensamento em formas rígidas. A sua linguagem é simples, correntia, despida de afetação e de ênfase. As suas manifestações intelectuais não se guarnecem de tropos e tomam forma límpida e serena. As almas simples, sem complicações, não se entediam com os seus versos. Sentem-se aí contempladas, nas emanações de ternura que deles ressumbram.

Não lhe escapam entretanto de todo as ânsias da alma. Leia-se "Torturas":

Conheceis nada trágico e medonho,
Sacrifício maior, maior tortura
Do que cortar as asas à ventura
E humilhado fugir do próprio sonho?

.....

E "Alma ansiosa":

Alma, que andas buscando errante e solitária,
No deserto da vida, em vôo misterioso?
Cortando vendavais, ingente procelária,
Corre talvez empós de inacessível gozo.

Mas não sabes tu mesma, alma inquieta e fremente,
O que buscas na terra, ou nos Céus ou no Mar;
Se procuras, tenaz e ansiosa, o inexistente,
Como, onde e quando o hás de tu encontrar?

.....

Pois se é tudo ilusório, Alma, ilude-te e sonha;
A ventura maior é ainda – o não saber.
Quem remonta à região das quimeras, risonha,
Pode os astros tocar e as estrelas colher.

Sobe sempre! e na luz inefável mergulha,
Como as águias no azul e as gaivotas no oceano.
E deixa embaixo estuar a inextinguível bulha,
O confuso rumor do burburinho humano.

Não o encanta a força da natureza, que esplende na obra portentosa de Alberto de Oliveira. Natureza, que a frase de Rimbaud exalça:

Je vécus étincelle d'or, de la lumière nature.

Ou no evangelho baudelairiano:

La nature est un temple où des vivants pilliers
Laissent parfois sortir de confuses paroles:
L'homme y passe à travers des forêts de symboles...

Ou nas estrofes de ritmo clássico de Mme. de Noailles:

Nature au coeur profond sur qui les cieux reposent,
Nul n'aura comme moi si chaudement aimé
La lumière des jours et la douceur des choses,
L'eau luisante et la terre ou la vie a germe.

As *Harmonias de Noite Velha* revelam o seu estado d'alma, no instante crepuscular da vida. Sente-se combalido, mesmo exausto. Mas a suavidade do pensamento é a mesma. As folhas do inverno crestam-se no amargor mas não as enegrece o desespero. Também François Coppée compôs no outono da existência a *L'arriere-saison.* Em ambos os vates a melancolia da velhice não obscurece o sentimento.

Em "Angústia", Filinto revela os seus transes:

É certo. A minha angústia continua,
E por ela e com ela me contento.
Na alma me dói, dói-me o pensamento,
No coração em sangue deságua.

Ela é um rio que flui e se insinua
Por todo o ser que eu sou, candente e lento.
Já foi, mas já deixou de ser tormento,
E enche-me as veias sob a pele nua.

Se já lhe não sentisse a dor e o peso
No coração, na velha alma ferida
De mim mesmo, eu leria asco e desprezo.

Acostumei-me a ela de tal sorte,
Que sem ela perderia a própria vida,
E a dignidade com que espero a morte.

A paisagem moral da vida de Filinto de Almeida tem encantos imarcescíveis. Não conheço na história literária exemplo mais comovedor do que a união entre o cantor de *Lírica* e Júlia Lopes de Almeida.

Iniciou-se o romance quando D. Júlia habitava Campinas e timidamente procurava ensaiar-se nas Letras. A remessa de um trabalho para *A Semana*, da qual Filinto era redator, originou a aproximação entre dois seres predestinados a darem o mais tocante exemplo de amor conjugal.

No primeiro livro de versos de Filinto – *Líricas,* vem a indicação do sonho que se esboçava. Mais tarde o poeta confessava: "1887 foi o ano mais venturoso de minha existência. Os deuses me sorriram... Era a realização de um sonho longamente almejado. A dedicatória de *Lírica,* datada de outubro de 1886, vos dirá nas simples iniciais do rosto – J. L. – qual foi esse sonho mirífico."

O romance dessas duas almas prosseguiu durante quase cinqüenta anos com os mesmos tons de ternura, confiança e estímulo recíprocos.

Na dedicatória do *Livro das Noivas*, dizia D. Júlia ao esposo e companheiro constante:

"Lês na minha alma como em um livro aberto. Não tenho pensamento que te não comunique, desejo ou sonho que te não exprima."

Compreende-se a dor dilacerante do poeta em face ao desaparecimento da inspiradora de toda a sua vida. Em *Dona Júlia,* coletânea de versos, distribuídos entre íntimos, Filinto de Almeida exprime o seu pungir e os transes de sua alma, dilacerada no ocaso da existência.

Exclama o poeta:

Em ti eu resumia toda a crença,
Toda a fé que os outros têm na divindade.
Tendo-te a ti, tinha a felicidade
E dos ínclitos deuses a presença.

João Luso retraçou em trechos admiráveis a floração desse lar bendito. Dele pode dizer-se que nunca a palavra dos Evangelhos sobre o matrimônio teve expressão mais harmoniosa e translúcida nem a frase goethiana encontrou aplicação de tanta suavidade e ternura:

Forma ideal puríssima de beleza eterna.

* * *

Muito me sensibiliza a consciência de brasileiro a honra, que me conferistes, de substituir a um compatrício da têmpera e dos serviços de Roberto Simonsen.

O Regimento da Academia prescreve ao candidato eleito a obrigação de pronunciar um discurso sobre a obra literária de seu antecessor.

Para corresponder ao encargo, o pensamento tem de redobrar de esforço ao encarar de nível a tarefa cometida. Nela, como característica inicial, há de predominar a isenção de ânimo. A pura lisonja seria inconciliável com os objetivos desta Companhia.

Challemel-Lacour, de quem se dizia, pela compostura sempre grave, que, ao tomar uma chávena de chá, dava a impressão de beber cicuta – Challemel-Lacour, eleito ao mesmo tempo presidente do Senado e membro da Academia Francesa, reclamou o direito de tratar o seu predecessor com uma apreciação digna dele. E esse predecessor era Renan.

Os anais desta Casa registram episódios semelhantes na altaneria das atitudes. O tanto estará em não transpor os limites da cortesia e as normas da ética.

O despontar da inteligência em Roberto Simonsen acompanhou a rota em regra traçada pelos bons augúrios, em que se compraz a juventude brasileira.

Narrou o Dr. Osvaldo Benjamim de Azevedo que Simonsen era aluno externo do Colégio Anglo-Brasileiro, em São Paulo, e pediu ao seu avô, engenheiro Inácio Wallace Cockrane, com quem residia, para ser matriculado como interno. É que o tempo perdido na viagem diária ao colégio e nas conversas em casa, onde havia muita gente, ele desejava recuperar nas horas de estudo no internato.

Aos quinze anos ingressava na Escola Politécnica. Era um exemplo a mais de como no Brasil se inicia cedo a jornada universitária. A precocidade no conhecimento é um dos signos da educação nacional. Olvidamos a assertiva de Georges Hersant, um dos mais penetrantes analistas em assuntos de ensino:

Il est bon de savoir beaucoup. Mais il est difficile, jeune, de savoir beaucoup et rien.

A eclosão da cultura, em espírito sôfrego, pode produzir transbordamentos de seiva, nem sempre úteis no amadurecimento intelectual, propicia-

dor das obras definitivas e sérias. Noutros, porém, os conhecimentos desde logo se sedimentam e vão seguindo ritmo ascensional e seguro.

Permiti-me recordar um episódio referente a um dos vultos proeminentes desta Casa.

Numa de suas vilegiaturas à Europa, Antônio Austregésilo teve oportunidade de entreter colóquios com o Professor Albert Robin, no apartamento de Rosa e Silva, que ambos freqüentavam e de quem ambos eram médicos. Em certa ocasião, inquiriu de mim o notável tratadista: "Que idade tem o seu patrício?" Austregésilo tinha então trinta e poucos anos de sua vida. Ao dar-lhe a data exata, exclamou Albert Robin: "É admirável tanta erudição em tão pouca idade!..."

Em Roberto Simonsen a precocidade na obtenção do diploma não prejudicou o amadurecimento do seu espírito e se conciliava com a austeridade de sua juventude e o seu amor ao trabalho e à ação.

Tinha ele vocação para o mister de engenheiro? Decerto havia na sua estirpe testemunhos do êxito e do fulgor da carreira e esse fator subjetivo terá talvez influído na escolha.

Nada mais falho do que a presunção das vocações, tão em moda em certos didatas da pedagogia. Leon Berard, em memorável debate, mostrou a ilusão desse preconceito, apontando os exemplos de La Fontaine, estudante de Direito, estudante de Teologia, funcionário público das águas e florestas, jamais tendo escrito versos antes dos 35 anos, de Claude Bernard, trazendo como bagagem ao chegar a Paris, aos dezenove anos, uma tragédia em cinco atos e em verso, e de Pasteur, ao passar o bacharelato em Ciências, com a nota de medíocre em química.

Examinando-se a obra de Roberto Simonsen, verifica-se do entranhado amor por ele consagrado à carreira de sua escolha; determinada não pelo pendor especulativo, mas pelo que Rodman qualificava de pensamento que se adapta (*adaptive thinking*). A inteligência, habituada a sofrer a influência do mundo de negócios e do movimento da indústria, adaptava-se a uma profissão capaz de traduzir objetivamente a índole intelectual. No penetrante discurso com que o recebeu nesta Casa José Carlos de Macedo Soares, este aspecto mental de Simonsen encontrou apreciação adequada e feliz.

Disse o recipiendário:

> A atividade no terreno dos negócios jamais prejudicou o homem de cultura que sempre fostes. Vós sempre tirastes proveito de vossa cultura para vossa ação e de vossa ação para vossa cultura. Agistes simultaneamente no campo da vida prática e da vida intelectual. E em ambas mostrastes a força de vossa personalidade, atingindo plenamente os objetivos desejados.

Diplomado, Roberto Simonsen não perde tempo em devaneios. Aos vinte anos, inicia a carreira de engenheiro, aos 24 funda a Companhia Construtora de Santos, aos trinta representa o Brasil no Congresso Internacional das Indústrias de Algodão em Paris.

Por essa ocasião conheceu Pandiá Calógeras, em viagem para a Europa. Estabeleceu-se imediatamente o contato entre os dois patriotas. Pouco depois é Calógeras incumbido de dirigir a pasta da Guerra. Inicia-se o período de construção de quartéis para o Exército. Calógeras, tão sábio quanto austero, encontrou no jovem engenheiro de Santos o colaborador engenhoso do seu tentame. Desde então firmou-se a aliança entre dois seres, que, com tendências mentais comuns e sentimentos idênticos, se irmanaram a serviço da Pátria.

Não faltaram os chacais, que, na expressão de Vogue em relação a Lesseps, sempre perseguem, segundo a lei do deserto, o leão em marcha. Às investidas contra Calógeras e seu discípulo fiel respondeu a verdade, ostentosa na tarefa regularmente executada.

A ação desenvolvida por Simonsen no campo técnico tinha de projetar-se noutros setores. À sua inteligência altamente compreensiva não escapou a necessidade de versar mais profundamente os assuntos econômicos.

Na alocução de dez períodos em que respondeu à saudação de Alcântara Machado, ao proclamá-lo membro da Academia Paulista de Letras, em 1939, confessou a mesma angústia de saber e a mesma ânsia de ser útil que dominavam os seus pares.

Já havia, dois anos antes, publicado a *História Econômica do Brasil,* 1500-1820, marco definitivo de sua faina intelectual. Constitui ela o curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Só o cometimento da organização deste instituto vale por um *título* de benemerência de Roberto Simonsen e de seus companheiros, refletores da alma paulista, nos

seus anseios e pundonores. São Paulo não devia demonstrar abatimento pelo fragor da derrota de 1932. Não podiam os seus círculos diretamente interessados na vitalidade do Estado quedar remansados na contemplação dos problemas. Cumpria-lhes influir na formação das novas gerações e interessá-las no conhecimento exato dos fenômenos econômicos. Tal a gênese da Escola e a aparição de *História Econômica do Brasil*.

Para lustre do nome de Simonsen, convém recordar a declaração por ele feita no discurso oficial, proferido na inauguração da Escola, de ser "um leigo na matéria pois se considera apenas um homem de trabalho e um técnico de outras atividades".

A nobre confissão faz realçar a força de vontade desse espírito equilibrado, que o desejo de acertar e ser útil ao País impeliu ao estudo probo da matéria, condizente, aliás, com o seu temperamento e ânimo construtor.

Ele havia sido na revolução constitucionalista de 1932 elemento poderoso de atividade e desprendimento. Documento da época, emanado da Associação Comercial de São Paulo, declarou:

"Roberto Simonsen foi o grande general da indústria paulista na mobilização de 1932."

Em homenagem, prestada a Simonsen pelos seus operários, foi intérprete Guilherme de Almeida, que recordou a epopéia de 1932:

> Há quinze anos, quando o nosso São Paulo dava ao mundo civilizado exemplo de civilização; quando na gesta de 1932, a "Campanha do Ouro" recolhia do peito das crianças as correntinhas e os berloques de ouro, e das mãos de seus pais as alianças de ouro "para o bem de São Paulo", nesse instante de epopéia eu escrevi, no fundo de uma trincheira rasgada como cicatriz de glória na carne da nossa terra, os meus versos mais "meus", porque mais do meu povo: "Moeda Paulista". E dessa moeda santa, de suor, sangue e lágrimas, eu então dizia o que posso agora dizer também da medalha de amizade e trabalho que você recebe, Roberto:
>
> *Quanto vale essa moeda? – Vale tudo!*
> .....
> *Vale mais do que vale o ouro maciço:*
> *Vale a glória de amar, sorrir, chorar,*

Lutar, vencer, morrer... Vale tudo isso
Que moeda alguma poderá comprar.

Depois da ação a ideação. Após a mobilização industrial para a batalha a criação de um núcleo de pensamento.

A fundação da Escola Livre de Sociologia e Política e a conseqüente aparição da *História Econômica do Brasil* têm assim nascentes inconfundíveis.

As vistas de conjunto são, na frase de Taine, o sinal do espírito superior. O quadro simples de síntese, porém, não abre, mormente em seara em que os fatos se sucedem, determinados por fatores irreparáveis, perspectivas amplas para a elucidação da matéria. O analista tem de inquirir inicialmente do método a que obedeceram as conclusões do autor.

Pareto sustentou a tese, a que Truchy aderiu, de que as discussões sobre os métodos em assuntos econômicos não têm a menor utilidade. Schmoller demonstrou, entretanto, em páginas lapidares, a necessidade de normas para o estudo dos fatos econômicos e a praticabilidade da conciliação dos métodos para o conhecimento exato do assunto.

A obra de Simonsen não chega a soluções meramente apriorísticas. Examina os fatos na sua origem, acompanhando-lhes o desenvolvimento, e não despreza, para segurança do raciocínio, a interdependência entre os fatores concorrentes.

Afrânio Peixoto, com a admirável visão, que tanto deslumbrou os contemporâneos, alinhou um rol de "novidades" a ressaltarem da obra, por ele prefaciada, em períodos de delicioso viço intelectual. Nem todos esses itens serão temas absolutamente inéditos, porquanto alguns deles já ressumbravam das observações argutas de Calógeras, das obras insignes de Oliveira Viana e da contribuição opulenta de Gilberto Freyre em *Casa-grande e Senzala.* Alguns deles também acudiram ao ânimo pesquisador de Normano, no *Brazil, a Study of Economic Types.*

Nada mais injusto do que o conceito de Paul Valéry de que a História é o produto mais perigoso que a química do intelecto elaborou. Contra ela Descartes ostentou desprezo. Mas o certo é que quando encaminha o pensamento para a verdade e destrói mitos e ficções, a História representa a força preservadora do passado e "toda a guerra inconsiderada que se faz ao passado é uma guerra civil", na frase de Desiré Nisard.

O grande mérito da obra de Simonsen reside na sua isenção sobreposta a influências de leituras anteriores. Para eficiência dessa tarefa serviu a sistematização da matéria versada, sem dogmatismos professorais ou a configuração de hipóteses que só a imaginação constrói. A divisão da História em ciclos mostra o critério da orientação do autor. Mas não se limitou o historiador à análise meramente objetiva destes ciclos. Estabeleceu o entrelaçamento entre eles e, com a acuidade peculiar aos mestres no gênero, procurou examinar a sua repercussão nos aspectos sociais e mesmo políticos da nacionalidade em formação.

Da evolução dos fatos econômicos passa à comparação nas zonas territoriais em que eles se produzem, sem quebra na harmonia de visão retrospectiva.

Sente-se nele a preocupação de não ocultar as fontes onde vai haurir as suas observações, e a lealdade na controvérsia é um dos sinais característicos da elevação de seu pensamento construtor, como, por exemplo, na contradita aos historiadores que acentuam o feudalismo do sistema das donatárias.

Até em incidentes, à primeira vista insignificantes, demonstra ele avisada faculdade de observação. Assim ao precisar que na substituição do nome de Vera Cruz em Santa Cruz já predominava o espírito mercantil, ao invés do religioso.

A Comparação entre autores é quase sempre perigosa. Mas não quero abster-me de pôr em confronto com a do nosso patrício obras similares, em países ligados ao nosso por afinidades espirituais e contingências econômicas.

Faulkner escreveu exaustiva obra sobre a história econômica americana. Edward Kirkland publicou muito mais tarde a *História Econômica dos Estados Unidos*. O texto desta é mais rico em detalhes, mesmo por abranger o período contemporâneo. O professor Daniel Martiner é autor do *Estudo de Política Comercial Chilena e História Econômica Nacional*. A história econômica argentina encontrou em Luiz Roque Gondra, nos livros *Las ideas econômicas de Manuel Belgrano* e em *El descubrimiento del Nuevo Mundo y la conquista de América Española*, analista sutil e brilhante. Mas em qualquer delas não realça a alta compreensão da gradação dos valores, apanágio do historiador patrício.

Isto sem falar na *História Econômica e Social del México*, de Luiz, Chaves Oroza, que, como o seu próprio autor designa, é, antes, um ensaio de interpretação.

Pena é que Roberto Simonsen não houvesse concluído a sua obra, que tem 1820 por termo. No remate dela, acentuou o seu autor: "O Brasil-colônia nascera com a revolução comercial; o Brasil iniciaria seus passos paralelamente com a revolução industrial."

O estudo da nova fase da vida econômica do País daria ao comentador ensejo de verificar a extensão da imparcialidade e isenção do historiador e até que ponto atingira a saturação de suas idéias. Ter-se-ia de alcançar a correspondência entre o pensamento do autor e a sua ação nos movimentos industriais do País.

Devemos procurar, entretanto, noutros trabalhos, para o devido relevo da posição de Roberto Simonsen na história econômica do país, o critério de sua orientação na questão propriamente social.

No discurso de inauguração da Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo, que antecedeu de quatro anos à publicação da *História,* preconiza a formação das elites e indaga se elas estão sendo compreendidas e se estão atuando à altura das exigências da moderna civilização. Recorda a opinião sempre renovada de Ortega e Gasset, mas não responde à própria pergunta que formulou.

Encontraremos porventura o filão revelador em opúsculos e alocuções posteriores?

Em vários deles depara-se a fé de Roberto Simonsen no papel da Igreja na questão social. Em abono de sua crença na religião acode-nos ao espírito o grito de Michelet:

Oh! par pitié dites-moi s'il s'est élevé ailleurs un autre autel!

Fragmentos de trabalhos seus induzem a crer que o animava a conciliação das classes nas fórmulas do espírito cristão. As afirmações, porém, não são de molde a se tornarem o prosseguimento da tarefa empreendida pelo historiador. Resultam de circunstâncias fortuitas ou emanam de situações acidentais, sem o cunho das definições completas.

O opúsculo O *Problema Social no Brasil* daria, pela sugestão do título, a oportunidade ambicionada. Fraca é, porém, a colheita. Nenhuma clareira nova se abre ao perscrutador, embora tenha o trabalho aparecido em 1947, um dos últimos publicados pelo autor.

Uma de suas mais interessantes produções é o *Planejamento da economia brasileira*. Mas não fornece ela a orientação segura do autor na análise da questão social e o tom de polêmica, destro e contundente, predomina sobre a concepção doutrinária. Aliás, ele combate com veemência o liberalismo econômico e propugna a intervenção decisiva do Estado no campo econômico. Embora procure contornar o assunto, não é difícil encontrar em alguns trechos mais incisivos certo antagonismo com a doutrina cristã sobre o papel do Estado na vida econômica, desde a *Immortale Dei* de Leão XIII até à estratificação de tais idéias nas chamadas ações sociais, expostas com lucidez e clarividência por Eugène Duthoit, então professor de Economia Política na Universidade Católica de Lile, ou por Georges Hoog, na sua história do catolicismo social, idéias fundadas essencialmente no espírito associativo, com respeito e salvaguarda das iniciativas privadas.

A atividade intelectual de Roberto Simonsen desdobrou-se igualmente em congressos científicos e no Parlamento Nacional. Em ambos os setores a sua visão de técnico inspirava medidas de alto interesse social, como a de que teve iniciativa na Constituição de 1934, da obrigação do levantamento periódico, por parte dos poderes públicos, dos níveis de vida nas várias regiões do país.

O seu último torneio intelectual foi o referente ao plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina. Expôs de início as suas idéias sobre o momentoso assunto no relatório apresentado na XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção e logrou triunfo completo, com a aprovação, por unanimidade, das conclusões de sua tese.

Logo após contribuiu com informações e dados, no sentido da sua orientação, na resposta ao questionário a ser apresentado à Conferência Interamericana de Bogotá.

A sua diretriz de completa objetividade não se subordinou a dogmas doutrinários nem teve a inspirá-la o interesse de política continental. Encarou o assunto com a precisão de técnico, habituado a lidar com a estatística, e igualmente com a previsibilidade das conjunturas econômicas que da execução do plano podiam irromper. Realizava assim a máxima econômica de Charles Rist: "Saber não é sempre prever. Mas prever sem saber é necessariamente vão."

Advertiu o País dos percalços que a adoção do plano podia trazer à nossa vitalidade econômica e procurou mostrar, em frases por vezes candentes, a situação da América Latina em função do plano de reconstrução mundial. Habituado à vida da indústria e dos meios operários, pôde exclamar em síntese impressiva na reunião do Conselho Inter-Americano:

> Os norte-americanos e europeus, que desfrutam alto padrão de vida, não compreendem, em sua maioria, as condições de penúria em que estão penosamente evoluindo os povos da América Latina. Esse estado de pauperismo não decorre de inferioridade de raça, porque todos nós somos provenientes, na maioria, dos mesmos troncos que povoam e promoveram o progresso das regiões mais avançadas do globo. Somos vítimas – isso sim – de determinismos geográficos, que só a técnica e a ciência poderão corrigir, e essa correção demanda vultosos investimentos e grandes organizações técnicas que ainda não possuímos.
>
> Os nossos 120 milhões de latino-americanos se reduzem, na unidade homem-consumidor, em 20 milhões de europeus, ou em 5 milhões de norte-americanos. E o Plano Marshall vai servir a 270 milhões de europeus.

A franqueza dos conceitos se ajusta aos imperativos da consciência do sociólogo, em quem a falta de sinceridade e o olvido dos laços espirituais, por medo e obrigações diplomáticas, desvirtuariam a missão do homem de pensamento construtivo.

Não combatia ele o plano na sua essência. Procurava perscrutar-lhe o sentido real para que a sua expansão não encontrasse os países do outro hemisfério desapercebidos dos seus efeitos imediatos. Não nos achávamos rigorosamente no ciclo da reconversão, em que se realiza a transformação de uma economia de guerra em economia de paz, com os seus característicos irrefragáveis. Tínhamos, entretanto, interesse em nos premunir contra as conseqüências de um movimento econômico, de indisfarçável relevo e atuação.

Era incansável o lidador. Poucos dias antes de morrer, proferia, no Clube Militar, conferência em que insistia na sua orientação anterior. Advogava limpidamente um novo critério em face das relações internacionais e sempre a preocupação do técnico a repontar no subtítulo da conferência – *Industrialização, determinismo inelutável.*

Nesse trabalho acentuou em termos nítidos:

"O critério de uma política de trocas sobre bases rigorosamente econômicas tem que ser substituído por outro, de política de real cooperação, em que se complementem, em estreita harmonia, correções de ordem política, social e econômica."

A constância de opinião desarraigada de sectarismo revelou-se ainda na bela oração – fecho de sua tarefa, com que nesta Casa acolheu ao Sr. Paul Van Zeeland.

Última etapa de sua jornada, ela coroa uma vida de exortação ao trabalho e de confiança nos princípios adquiridos na juventude e consolidados na madureza pelo exemplo e pela fé.

> O Brasil não quer outra coisa no mundo de hoje senão a prática dos princípios que formam a civilização cristã à luz da qual se processa o papel que nos couber na procura da justiça e de um maior entendimento entre os homens. Somos, como a nossa Democracia social – perdoai essa afirmação, que vos poderá parecer um tanto orgulhosa –, um grande exemplo de conciliação que o destino humano revela. Não há aqui clima propício ao paganismo de força e à floração rubra dos estados sem alma.

O pensamento se coloria de otimismo e ternura para atingir ao estado da alma, em que ela se transforma no *hortus deliciarum*, fechado no gozo puramente individual.

Do estudo de conjunto da obra de Roberto Simonsen depreende-se não se haver ele desapercebido de que as contradições econômicas nascem não raro no meio das dores humanas e, para que esses antagonismos não assumam formas brutais e indomáveis, faz-se mister o esforço do homem, na ciência, na técnica, no aparelhamento dos meios de defesa social e, sobretudo na compreensão do sentimento de solidariedade. A este dever não faltou Roberto Simonsen, que realizou o ideal do chefe, preconizado no perfil traçado por Morris Cook, um dos teóricos da eficiência americana:

"O capitão, quer seja na indústria ou no governo, deverá ser o homem que ama e que, amando, compreende e que, compreendendo, edifica, conduz, inspira um grande número de seus semelhantes."

O destino pôs remate surpreendente à vida de Roberto Simonsen. Este recinto, que o acolheu nas galas e louçanias de sua recepção, foi o cenário de sua morte. Tombou ele aos vossos olhos atônitos à semelhança do cedro altaneiro, que o raio despedaça.

Debruçado sobre o corpo de Francisco de Castro, Rui Barbosa declarou compreender a formosa inspiração do estatuário grego, pondo, entre os braços da noite, filhos gêmeos de suas entranhas, presos um ao outro, por um beijo inseparável, o Sono e a Morte.

Os fastos da poesia também inscrevem o verso famoso: "*Ces deux enfants divins, le Désir et la Mort*", revivescência da frase de Leopardi:

Fratelli, a un tempo stesso, Amore e Morte.

O homem de ação, que amou aos seus semelhantes e se desvelou pelo humildes, não tinha de recear a morte. Havia de encará-la com a mesma disposição de ânimo com que enfrentara as variantes da sorte.

Esse "gesto breve e soberano", irreplicável corolário da vida, não oferece preferências aos destinos ao seu sacrifício. Entretanto, se há mortes, em que o colóquio interior com a Divindade, às portas do "repouso eterno na luz eterna", é refrigério da alma e quietude do espírito, há outras que, pela sua subtaneidade, não encontram essa consolação, mas inspiram o mesmo respeito e compunção diante dos desígnios do Criador.

Nem sempre é veraz a palavra do sábio de que o sal e a morte não se podem contemplar de face. Os que perecem no fragor das batalhas recebem os eflúvios da divinização pelo heroísmo.

Roberto Simonsen teve a morte digna de sua vida. O lidador, destro e confiante, equânime com o adversário, cedeu ao inevitável em pleno campo de ação intelectual, desfraldando a bandeira da solidariedade entre os homens e da concórdia continental.

* * *

Eis-me no cume de minha peregrinação intelectual e no término do meu encargo protocolar, que tem em mira prover a verdade.

O meu horizonte mental se alarga ao influxo de vossa generosidade. Não me atormentam desilusões, pois à minha humildade coube na vida quinhão dadivoso. O meu afã, no contato convosco, é servir à vossa causa e atender aos vossos apelos.

Incumbe sempre a instituições desta ordem a tarefa preservadora e augusta de resguardar o ideal. Os problemas intelectuais se distanciam de interesses efêmeros, contraditórios e vãos. Alicerçam-no a dignidade na controvérsia e a firmeza na decisão. Se as conclusões desta espécie abrem perspectivas para a História, não devem relegar a plano inferior a realidade contemporânea.

Em todas as épocas sempre se apontaram crises. Seria ilusório tentar ocultar os contornos da situação que a humanidade atravessa. Crise de incompreensão, crise de desnível entre as riquezas e os meios de sua utilização, pois na riqueza o fator qualidade não é despiciendo, crise de desfalecimento das energias nobres e aspirações dignificantes do homem, crise de porfia pelo domínio, seja qual for o colorido que lhe emprestemos, ela aí está, nos seus rigores e sobressaltos.

Jules Romains qualificou o mal do século de perda de confiança e perda da fé.

A confiança é elemento visceralmente ligado à vitalidade dos povos; a fé, entretanto, não é atributo de todos os seres humanos. As nações educadas no culto da liberdade – e constituem elas a maioria – não perderam a confiança nos seus processos de seleção e aperfeiçoamento do progresso coletivo, progresso político, progresso econômico, progresso social. Na tarefa de recuperação do terreno perdido tem os centros de elaboração mental influência preponderante. O dever deles é não se deixarem contagiar pelo desalento e impedir que a maré montante da exacerbação dos espíritos invada os seus recantos sagrados. Essa reserva não exclui a compreensão do pensamento universal, a qual não é antípoda do patriotismo legítimo e idôneo, nem desnatura a índole das Academias.

Thomas Mann referiu-se aos "que se ufanam de abraçar a humanidade". Joaquim Nabuco, universalista por tendência e formação mental, enunciou a idéia de que a Pátria, embora constitua poderoso acumulador moral e uma fonte de inspiração, é em certa medida um prêmio à mediocridade. Sendo ela confundida com a língua, impediu a uniformidade e criou por toda a parte a originalidade.

As grandes obras, porém, que se modelaram em temas nacionais e propiciaram a exaltação da Pátria, revivem na posteridade com o mesmo

fulgor e atuam noutras literaturas como padrões de pensamento significante e construtor.

Exerceis uma magistratura incontestada na história das Letras pátrias. O primeiro historiador da Academia Francesa, Pellison, qualificou os seus componentes de "operários a trabalharem na exaltação da França". O qualificativo também vos quadra, na defesa tranqüila e segura dos destinos intelectuais do Brasil. Para isto amais antes de tudo a Pátria, com esse sentimento traduzido no verso de Metastasio:

É istinto di natura
L'amore del patrio nido.

Por mim, creio convosco, tenazmente, no Brasil, na nossa terra, amando-a com esse "espírito silvestre", de que falava Virgílio, na nossa gente, destemorosa e rútila de bondade e de fé; juro no seu passado e confio no seu porvir.

II

RESPOSTA DO SR. JOÃO NEVES DA FONTOURA

Senhor Aníbal Freire. Soou enfim a hora da vossa entrada nesta Casa, que há muito vos esperava, porque há muito vos identificava – lá fora destes muros – com todos os traços do parentesco acadêmico.

Aqui compareceis esta noite para colar o último grau, para receber a última láurea da vida, o prêmio do exame final entre tantos a que, formalmente ou sem formalidades, vos submetestes, numa longa, bela e estrelada carreira, começada no vosso pequenino Sergipe – o Sergipe de El-Rei – de onde saíram, brilhando, tantas mentalidades criadoras, tantas liras vibrando os acordes da mais pura Poesia, tantas vozes que, no Direito, na cátedra, na crítica literária ou nos debates da Política, da Filosofia e da Religião, encheram a crônica espiritual do Brasil.

O Pequenino Sergipe. O pequenino Sergipe – disse eu. Mas o adjetivo só qualifica e diminui a extensão territorial da unidade deferativa. Naquele reduzido recinto geográfico, quantos engenhos brotaram! quantos homens ilustres nasceram para semear idéias, para intervir na vida do País! O sergipano Sílvio Romero escreveu: "A província do Sergipe, com ser a menor e a mais desprotegida do Brasil, não é um terreno sáfaro e ingrato para a inteligência."

Eu não gosto dessa odiosa divisão – os grandes e os pequenos. É como disfarçar, sob as diferenças de tamanho, as categorias da riqueza ou do poder. Desgraçadamente ainda não logramos esquecer que a nossa geografia política

é fundada na herança colonial das desigualdades da geografia física. Já eram assim as capitanias, assim foram as províncias do Império, assim continuam a ser os Estados da República.

Talvez por causa desse atavismo dimensional, durante decênios, não temos feito senão falar nos grandes Estados, senão executar a política dos grandes Estados, senão sorrir da presunção dos pequenos, aos quais não damos mais – e quase sempre muito menos! – do que o estritamente assegurado na Constituição e nas leis.

Essa triste mentalidade pública criou – no que devia ser a fraternidade federativa – a oposição virtual entre uma minoria abastada e a condição proletária da maioria.

Não estará aí uma das causas das nossas lutas internas, dos nossos desacertos administrativos, de certos equívocos por vezes tragicamente ensangüentados?

A cada passo das nossas crises, começamos a pensar na formação de blocos regionais, a forjar unanimidades fictícias, quando só as idéias é que deveriam associar os homens, sem distinção de zonas ou de classes.

Talvez por isso os constituintes de 1946 hajam modelado a nova Carta Política sob o signo de uma democracia orgânica, fundada no jogo dos partidos, e partidos de âmbito nacional, com o fito transparente de substituir o predomínio dos grandes Estados ou as alianças estaduais pela supremacia dos partidos que excedem a medida gregária das regiões.

Os Pequenos contra os Grandes. Aliás, a revolta dos pequenos contra os grandes não é singular à nossa intimidade federativa. Ela existe na vida de relação entre os povos do Mundo. Quem quer que tenha ido a uma Assembléia Internacional, lá terá sentido, desde a entrada, como as menores nações tendem naturalmente a opor-se à ditadura das maiores. Toda a nossa bela linha de política externa sempre se distinguiu, numa tenacidade pouco latina, em desfraldar a bandeira da igualdade jurídica dos Estados soberanos e em combater a predominância política dos maiores sobre os menores.

Possivelmente o malogro atual das Nações Unidas esteja na continuação do velho erro que – mais do que qualquer outro – sepultou a instituição de Genebra e que hoje revive com a possibilidade ilimitada do veto atribuído às grandes potências. O arbítrio de um anula os votos de todos.

Entretanto, a regra da convivência entre os indivíduos e os povos é sempre a da igualdade e do respeito recíproco. Sem isso, *Ia loi du plus fort est toujours la meilleure*.

As Glórias Sergipanas. Pois o vosso pequeno Sergipe, Senhor Aníbal Freire, pôde sempre orgulhar-se de ter sido o berço de ilustres poetas, escritores, homens de fé e de pensamento.

Não quero falar da eloqüência de Frei Santa Cecília, tão do estilo da época em que as metáforas explicavam as sentenças do Evangelho, nem da poesia lírica de Bittencourt Sampaio ou de Pedro Calasãs.

Muito mais próximo, há outro sergipano, de memória particularmente cara à Academia e ao vosso coração. Estou falando de Laudelino Freire, o escritor, o homem de cultura, mas sobretudo o filólogo apaixonado pelas "graças e galas da linguagem".

Mas a galeria sergipana não teria fim se devêssemos recordar um por um os seus grandes vultos. Contentemo-nos em realçar quatro nomes apenas, quatro nomes que são como quatro pontos cardeais: Tobias Barreto, Sílvio Romero, João Ribeiro e Jackson de Figueiredo.

Tobias é chefe de escola; em sua complexa figura fundem-se qualidades contraditórias: a inspiração apaixonada do poeta dos "Dias e Noites" e a alma do agitador do "Discurso em mangas de camisa". Jurista-filósofo, fechava os livros para medir-se com Castro Alves no duelo repentista em que ambos se empenhavam, cada um pela sua musa, nas grandes noites dramáticas do Santa Isabel. Não se poderia escrever a história jurídica do Brasil sem assinalar no demiurgo da Escola o marco de uma fronteira entre duas épocas.

Em Sílvio Romero, o que o eleva acima de seus rivais são os sólidos fundamentos de sua cultura filosófica, o conhecimento profundo da formação étnica, econômica e social do Brasil. Não fez da crítica um episódio da sua produção intelectual, mas um professorado científico, com espírito de seqüência, de organização e de método. Tinha a alma de um gladiador e distribuía diplomas de mérito ou contestava valores com a rudeza de um fanático pelas suas idéias. Nem o próprio Machado de Assis escapou à sua intransigência polêmica.

Como são diferentemente cristalinas as águas que brotam das nascentes espirituais de João Ribeiro! Crítico também ele, a sua imparcialidade tem

todos os tons de uma serena magistratura do espírito. Poeta, jornalista, homem de cultura multiforme, de aptidões poliédricas, foi a expressão perfeita de um grande erudito. Mas o que nele sobressai é a vocação do mestre da língua e de um intérprete inexcedível da História do Brasil.

A personalidade de Jackson de Figueiredo ainda não foi completamente interpretada, nem situada no paralelo exato de sua influência sobre a vida espiritual do Brasil. Talvez isso se deva não só à sua breve passagem pela terra, senão também ao tumulto da transformação política que começou precisamente pouco depois de sua morte. Mas não há dúvida que ele representou uma força nova – nova e diferente – mesmo no processo dessa transformação. As idéias que pregou, as lutas em que se envolveu, os discípulos que fez – tudo contribuiu para criar rumos, para abrir caminhos, para clarear obscuridades. A lucidez de Barreto Filho encontrou naquela força um mistério que ultrapassa "as posições exteriores que ele assumiu e defendeu, as suas políticas, os seus atritos intelectuais".

A sua poderosa obra literária não é a que lhe há de ser contada no juízo da posteridade. O que define, caracteriza e sublima é a missão que o convertido tomou sobre os ombros e que o seu ilustre biógrafo resumiu num objetivo único: "A recristianização da vida brasileira em todos os seus aspectos".

O próprio Jackson condensou-a naquelas palavras insubstituíveis de uma carta ao nosso Alceu de Amoroso Lima: "O que tem valor é o ato da criação da alma. De onde só ter valor o que ela é para além do tempo."

Pela inquietação e pugnacidade do seu temperamento, a conversação de Jackson de Figueiredo tem singulares semelhanças com a religião de Santa Teresa, que Daniel Halévy considerava como *aventure, découverte, abordage de Dieu*.

Apóstolo sem mansuetude, a sua paixão era a verdade, e ele poderia dizer como Péguy: *Je ne peux pas mentir*.

Assim, a fama espiritual do pequeno Sergipe, Senhor Aníbal Freire, tem a sua imortalidade assegurada com as obras daqueles vossos conterrâneos; com a vossa que a Academia agora reconhece e proclama entre as mais ilustres, e ainda com a de Gilberto Amado, que prevenções pessoais e rivalidades hoje peremptas impediram de entrar neste recinto, mas que – para honra de nosso país – ocupa neste momento, por escolha unânime de seus pares, o

posto de Relator Geral da Comissão, encarregada pela Assembléia das Nações Unidas de dar corpo e unidade às conquistas do Direito Internacional e, em seguida, à sua codificação.

Ao começar omiti os vossos títulos – de doutor em Direito, professor e Ministro da mais Alta Corte de Justiça. Aqui somos obrigados a deixar, no pórtico da Academia, os nossos pergaminhos. Talvez eles influam indiretamente na escolha de cada um de nós. Mas, acabado o pleito, nesta Casa não há outro diploma válido senão o que ela nos confere com igualdade entre todos e com a cláusula de duração vitalícia. Nesse particular, a investidura acadêmica é mais perene do que as ordens sacerdotais. Se estas não se podem perder, o seu exercício pode ser suspenso pela autoridade eclesiástica.

A Condição Acadêmica. Pelo menos no Brasil, a condição acadêmica adere até a morte a cada um dos membros da Companhia. Nós podemos amanhã negá-la, abandoná-la, combatê-la. Não importa à Academia a atitude do heresiarca. A sua cadeira fica vazia, mas não vaga enquanto a morte não suprimir o infiel. Não estou interpretando a lei da Casa, animada pelo espírito que a criou o A nossa crônica tem apenas meio século, mas já há exemplos de dissídios entre a Instituição e um ou outro de seus membros. Esta mesma sala presenciou uma vez o tumulto da dissidência. Aqui estão sentados, de espadim e chapéu armado, alguns dos mais ilustres que, então em plena juventude, aplaudiram o gesto luterano praticado pelo grande rebelde. Mas o nome de Graça Aranha continuou a ser dos maiores das nossas letras, e hoje, nos paramos da imortalidade, não constitui um orgulho só para o Brasil. Também para a Academia.

Em suma, Senhor Aníbal Freire, esta é uma ordem perpétua em que hoje professais com os votos de obediência aos seus estatutos, mas sobretudo aos intuitos da sua criação.

A Unanimidade da Escolha. A vossa escolha reuniu – o que é muito raro – a unanimidade dos sufrágios aqui dentro e dos aplausos lá fora, o que é ainda mais raro. Houve mesmo alguém que, elogiando a vossa eleição, lamentou – e com razão – que aqui não houvésseis chegado antes.

Mas, Senhor Aníbal Freire, se é pena que esta Casa se lenha privado de receber mais cedo a vossa colaboração, ninguém diria que nela entrastes depois de passados os dias do vosso esplendor intelectual. Não, meu caro

confrade, estais na madureza do vosso talento, atravessais justamente aquela zona temperada de equilíbrio espiritual, muito longe das exaltações equatoriais da juventude, mas ainda mais longe da gélida esterilidade da velhice. Basta ver que a vossa relativamente recente ascensão ao Supremo Tribunal revelou uma nova face da vossa vocação pública – a do Juiz. Não a do simples magistrado que decide as rotineiras contendas de Direito privado, mas a de membro de uma Corte que é a chave dos poderes do Estado, por isso que lhe incumbe o julgamento final da constitucionalidade das leis.

Não basta que os seus membros sejam exímios no conhecimento corriqueiro dos princípios jurídicos, mas é necessário que disponham das mais acendradas virtudes cívicas. Que sejam dotados de uma imparcialidade inamoldável, que não se dobrem nem à força dos governos nem à pressão popular, a fim de que – acima de tudo e de todos e só abaixo da Pátria – exista uma instância suprema: aquela a que pertenceis com tamanho lustre, aquela que numa curva apenas temporal – se poderia personificar no passado e no presente em dois de seus grandes Presidentes: Piza-e-Almeida, cuja mão Rui Barbosa beijou quando ele foi o voto vencido em favor dos perseguidos de 93, e Laudo de Camargo, que hoje enobrece com o seu saber e austeridade a chefia do Poder Judiciário.

A Academia e o Supremo Tribunal. Há mesmo entre a Academia e o Tribunal uma certa e antiga contigüidade: quando os juízes não entraram na Academia, foram os acadêmicos que entraram no Tribunal. Pois não nasceu a Academia, antes de qualquer outra, da inspiração de Lúcio de Mendonça? Morto este a Academia vai buscar-lhe, como sucessor, o grande Pedro Lessa. Depois, são os acadêmicos do porte de João Luís Alves, Ataulfo de Paiva e Rodrigo Octavio que passam a honrar as bancas da Corte Suprema.

Aliás, Senhor Aníbal Freire, se a Academia não é o Conselho dos Anciãos, normalmente também não é o paraíso da juventude.

Renan não se queixou da longa espera no átrio da Casa de Richelieu. Pareceu-lhe até, não sem uma ponta de ironia, que os seus novos confrades eram sempre justos: *Justes vous êtes jusque dans vos delais.* E não foi ele mesmo quem confessou em seu discurso de posse: *On arrive à votre cénacle à l'âge de l'Ecclesiastes, âge charmant, de plus propre à le sereine gaité, ou I'on*

commence à voir, après une jeunesse laborieuse, que tout est vanité, mais aussi qu'une foule de choses vaines sont dignes d'être longuement savourées?

O frade-pregador pôde exclamar no púlpito do Outeiro da Glória: "É tarde, é muito tarde." Mas a sua eloqüência já enchera de vibração religiosa e patriótica, durante longos anos, as naves das grandes Igrejas da cidade. E a cegueira, completando a obra da idade, inspirou o maravilhoso sermão.

Para vós, Senhor Aníbal Freire, começa hoje uma nova forma de atividade mental, nova apenas porque diferente das anteriores, nem mais nem menos ilustre do que as anteriores ou atuais.

Principiastes o vosso magnífico discurso de posse pela defesa da Instituição a que hoje pertenceis. A Academia – em verdade – já venceu a indiferença pública e está hoje situada no exato paralelo de sua zona de influência sobre a cultura nacional. Mas os ataques ou as sátiras precisam continuar, até para a beleza dos contrastes.

Quantas vezes eles explodem mesmo de dentro da fortaleza! Delavigne, que tanto pelejou para entrar na Casa de Richelieu, dizia mais tarde a Legouvé: *L'Académie a um grand avantage; grâce à elle, quand on n'est plus quelqu'un, on est encore quelque chose.*

A Academia e os Expoentes. Modestamente vos escusais com o "receio de preterir a outros que, pela vocação irresistível e fiel às Letras, aspirassem a esta consagração definitiva".

Não, Senhor Aníbal Freire, para a vossa admissão na Companhia não foi necessário quebrar os padrões de julgamento nem modificar o critério até agora adotado para a seleção de valores.

Está há muito encerrado o velho debate que opunha, aqui dentro, aos grandes expoentes da inteligência criadora, em quaisquer domínios da Cultura, os homens exclusivamente de Letras.

Nem foi esta a intenção dos fundadores nem a sua própria lista daria um testemunho contrário.

A Academia Brasileira, como todas as outras Academias do Mundo, sempre se recusou a fazer distinções ou estabelecer categorias no dogma, que Renan denominou *l'unité de la gloire*. Como disse o maravilhoso estilista de *A Vida de Jesus*: *Vous trouvez que le poète, l'orateur, le philosophe, le savant, le politique, l'homme qui represente éminemment la civilité d'une*

nation, celui qui porte dignement un de ces noms qui sont synonimes d'honneur et de patrie, tous ces hommes-lá sont confrères, qu'ils travaillent à une oeuvre commune, à constituir une société grande et libérale. E Renan situa, com igual direito, *sous la coupole, ceux qui parlent bien, ceux qui pensent bien, ceux qui sentent bien.*

Mas em quantas daquelas categorias vos encontrais dignamente compreendido, Senhor Aníbal Freire. Desde o curso de humanidades, no Colégio Alfredo Montes e no Ateneu Sergipense, a vossa inteligência juvenil começou a revelar o que havia de ser o sol a pino da vossa maturidade.

Três Faculdades de Direito contribuíram para a formação jurídica do vosso espírito, ávido de saber em tão verdes anos: a da Bahia, onde, entre outros, aprendestes as lições de Filinto Bastos; a do Rio de Janeiro, que vos familiarizou com a vida da metrópole; finalmente a do Recife, em que recebestes o grau, ainda antes da maioridade.

Recife. Recife! Esta palavra deve esta noite ressuscitar na vossa memória e no vosso coração todas as imperecíveis lembranças e sentimentos da vossa juventude, da vossa vida íntima, da vossa iniciação no magistério superior, no jornalismo, na carreira parlamentar.

O sergipano permaneceu menos de dois anos como promotor público de Aracaju. A cidade de Nassau era o seu fanal, o pólo das suas aspirações, o cenário das suas luminosas esperanças. Talvez eu devesse dizer a paisagem espiritual do seu destino.

Vós mesmo fizestes em 1930 o retrato da metrópole nordestina, cuja cidadania adquiristes pela força de uma usucapião sentimental:

> Recife emerge das ondas como se a trouxessem à superfície correntes invisíveis. Nenhuma aspereza, nenhuma desarmonia, nenhuma aresta na sua configuração. Abrigo da minha mocidade, húmus vivificador de minha formação mental, estímulo e conforto de minha madureza, sacrifício. de minhas mais caras recordações, recebe, Pernambuco indômito, a oblação de meu reconhecimento e fidelidade".

Mas a glória cívica da cidade do Recife quem a imortalizou foi Rui Barbosa nestes períodos de ouro:

> O Recife poderia imitar a divisa da cidade augusta que se coroou entre todas, como a rainha das capitais universitárias. Não alvejam sobre as tuas instituições quinze séculos de antiguidade; não te revestes do quádruplo manto da Medicina, da Jurisprudência, da Teologia e das Artes, como a cidade de Benedito XIV, Dominiquino e Galvani. Mas o verdor de teus anos exubera da seiva moral, como as grandes criações seculares da História; e o que teu exemplo nos ensina é a nata da sabedoria; é o aroma da beleza suprema; é a poesia da vida entre as inteligências; é o que mais falta e o que de mais se necessita neste País: a destimidez da consciência, a independência do Direito, o estoicismo do dever, a confiança na lei, a insubmissão ao arbítrio.
>
> Não foi sem causa que a poesia sonhou em ti a medula do leão.

Não importa, de todo, o lugar onde a gente nasce se não é nele que aprendemos a ciência da vida, se não é nele que levantamos as paredes do lar, se não é dele que empreendemos a viagem pelos itinerários da nossa vida.

Será, como queria o escritor, *el terruño la pátria del corazón*, mas não será mais do que isso. Assim, Senhor Aníbal Freire, naquela noite de 1904, quando de bordo do pequeno barco que ganhava lentamente as águas do Lamarão, contemplastes as primeiras luzes da cidade tremulamente refletidas nos canais da Veneza brasileira, era como se voltásseis à Terra da Promissão depois de uma longa e insuportável ausência. Desde aquela hora vos tornastes um pernambucano, palpitando com todos os anseios da grande província, cujo estilo peculiar de vida adotastes sem reservas. E já ali estais, três anos depois, alcançando, por concurso, o lugar de lente substituto da seção de Economia Política, Finanças e Direito Administrativo.

O professorado era, então, entre os profissionais do Direito, uma espécie de título de nobre intelectual a que todos aspiravam. A sala dos concursos parecia uma arena de combate. Não havia, como hoje, bancas examinadoras. Toda a Congregação tomava parte nos exames perante um público exigente que, por sua vez, julgava os próprios juízes. Foi ali que derrotastes os vossos ilustres contendores, um dos quais, Hercílio de Souza, mais tarde se tornou dos mais prestigiosos lentes da velha Faculdade. Poucos anos depois, ascendentes ao posto de catedrático de Direito Administrativo, de cuja disciplina sois, no Brasil, um dos mestres incontestados.

Escritor de direito, na interpretação da Carta de 1891, tornou-se clássico o vosso estudo sobre o poder executivo no âmbito das atribuições constitucionais.

A Política e o Jornalismo. Mas os vossos pendores intelectuais não se esgotaram nas lides do professorado. Contemporaneamente, a Política vos envolvia com todas as suas seduções de deusa absorvente, caprichosa e versátil.

A Política e o Jornalismo daí em diante, durante largos e belos anos, encheram as vossas horas. Mas não pertencestes a esse detestável diletantismo da vida pública, tão nefasto como todos os diletantismos. Fostes um homem político de corpo e alma.

Houve um tempo em que era moda falar mal dos políticos profissionais. Mas há uma distinção inevitável: há os que exploram a Política, esses são os maus políticos, e há os que fazem da Política uma carreira, esses são os técnicos da Política e, as mais das vezes, as suas vítimas. Funesto ao interesse coletivo tanto pode ser o que tira da política a posição e a riqueza, como também o amador desorientado nas encruzilhadas da *selva selvaggia*.

No vosso tempo de iniciação já havia decerto homens que buscavam na política apenas a satisfação das vaidades ou – o que é pior – o meio de enriquecimento ilícito. Mas esses não passavam, então, de uma minoria desprezível e desprezada. A grande legião era formada pelos moços idealistas, que praticavam desde os bancos escolares o culto da liberdade e o serviço da Pátria. Adeptos da democracia formal, ao gosto da época, imbuídos dos princípios individualistas da Revolução Francesa, ainda não contestados por outras necessidades do homem e da massa, a imprensa e a tribuna constituíam os únicos veículos de comunicação com o povo.

A vossa carreira partidária, Senhor Aníbal Freire, teve logo a orientá-la a superioridade de um chefe das raras proporções do Conselheiro Rosa e Silva, de quem fostes um dos maiores amigos, um dos líderes prediletos, acompanhando-o no poder ou na desgraça, com uma fidelidade exemplar.

Rosa e Silva trouxe do Império para a República dotes singulares de homens de Estado afeito às lutas parlamentares e ao exercício do governo. Mas era, sobretudo, um desses homens predestinados às funções de comando. A força pôde, num assomo, derribar a situação que ele criara com profundas

raízes na consciência pernambucana. Não pôde, porém, privá-lo daquela influência legítima e duradoura que resiste aos desmandos da violência.

Deputado à Assembléia Legislativa, os vossos discursos fizeram época e vos conferiram um lugar excepcional entre os vossos pares e no seio de vossos correligionários, entre os quais se contavam valores como Gonçalves Ferreira, Pedro Pernambuco, Esmeraldino Bandeira, Segismundo Gonçalves, Estácio Coimbra.

O Jornalismo Doutrinário. À frente do *Diário de Pernambuco*, uma das mais velhas e mais autorizadas folhas do Brasil, acentuastes desde lago o vosso feitio de jornalista doutrinário, como então se chamava, sem exatidão semântica, o escritor que se valia da imprensa para a elevada propaganda das idéias políticas. O "jornalista doutrinário" teve o seu mestre e o seu modelo menos em Rui Barbosa do que em Quintino Bocaiuva. Foi o jornalista doutrinário um dos grandes artífices intelectuais da queda do Império. A dinastia caiu, naquela madrugada de 15 de novembro, tanto pelos argumentos da força, como pela força dos argumentos, vibrados dia a dia pelos tribunos e os articulistas da propaganda.

A imprensa ainda não era a chamada grande imprensa de informações, nem tomara as cores cosmopolitas e sensacionalistas, que hoje a distinguem por toda parte, salvo talvez na Inglaterra. Naquele longínquo mundo passado, o que interessava ao leitor não era a notícia ou o telegrama da Havas, mas o "artigo de fundo". Por isso o leitor o saboreava com o café da manhã. Era no artigo de fundo que cada um inspirava as suas opiniões; contra ele é que endereçava as suas críticas ou formulava as suas reservas.

O tom ostentava a gravidade ritual de um apostolado, a forma brilhava sob o verniz das imagens e das invocações históricas. Até os títulos prenunciavam o conteúdo como luminosas ementas. Rui tinha a especialidade desses títulos, alguns dos quais se tornaram célebres: "A mosca do coche"; "O direito da vaia"; "Caim"; "A lição das esquadras".

Fostes, Senhor Aníbal Freire, um dos nossos grandes jornalistas doutrinários no começo deste século.

Pesquisando as manifestações intelectuais da vossa mocidade, tive sob os olhos os vossos escritos no *Diário de Pernambuco*. Neles se pode acompanhar, e através deles compreender toda uma fase da agitada iniciação republi-

cana do Brasil. Há nos vossos períodos um intenso fulgor, que põe em relevo a densidade dos vossos argumentos. Homem de partido é ao vosso partido que servis e, por vezes, como na réplica veemente a José do Patrocínio, em defesa de Rosa e Silva, a vossa pena tem faiscações de florete.

Mas não vos detendes, como jornalista, apenas nas questões políticas. Nada foge à vossa análise sutil – a política internacional, os problemas econômicos, os aspectos da administração pública e ainda vos sobravam lazeres para a crítica literária, que manejais com rara mestria. A vossa curiosidade intelectual parece não ter limites: estais a par dos últimos jornais europeus, analisais os – *vient* de *paraître* – de Paris ou de Londres, como se eles se editassem ali na Rua da Imperatriz; apreciais com exatidão os movimentos da diplomacia européia e os fluxos das correntes imigratórias já então – ao vosso arguto juízo – indispensáveis ao desenvolvimento do nosso País.

A Formação da Academia. A Academia Brasileira não escapou aos alfinetes de um dos vossos "Escorços Literários", a propósito da posse de Oliveira Lima. A vossa crítica, tomada em absoluto, não carece de procedência quanto à maneira por que se organizou esta Instituição. Decerto que alguns dos fundadores praticamente se elegeram a si mesmos e que grandes valores mentais não figuraram na lista dos primeiros quarenta. Mas, entre os que enumerais, Clóvis Beviláqua, Arthur Orlando e João Ribeiro vieram a ser posteriormente eleitos. Entretanto, às vossas reservas já respondera magistralmente Joaquim Nabuco na sessão inaugural desta Casa:

> Quanto à escolha própria, como poderia ser evitada? Nenhum de nós lembrou o seu próprio nome; todos fomos chamados e chamamos a quem nos chamou houve uma boa razão para nos reunirmos ao convite do Sr. Lúcio de Mendonça; é que, exceto essa, só havia uma outra forma de apresentação: a oficial. Não seria decerto a mais inspirada, e uma eleição pública havia de ressentir-se de cor local. De qualquer forma que se formasse a série dos primitivos, a ordem seria imperfeita; resultariam iguais injustiças. Não temos de que nos afligir; todas as Academias nasceram assim.

Há, porém, naquele vosso artigo, a prática de uma profunda injustiça, quando impugnais a inclusão de Guimarães Passos entre os fundadores desta

Casa. Não, Senhor Aníbal Freire, ninguém entrou com mais direito no elenco dos primitivos do que o trovador alagoano, cuja glória não precisou de ser construída sobre uma montanha de poemas. Elevou-se, pura e imperecível, sobre os quatorze versos daquele lenço "pando, enfunado, côncavo de beijos".

Coelho Neto, dormindo à noite sob uma ramada gaúcha, às margens do Camaquã, ouviu uma deliciosa modinha cantada pelos tropeiros. Eram os versos de Guimarães Passos "A Casa Branca da Serra". Tão fundo o poeta calara na alma do povo!

Mas o Jornalismo em vossa carreira não foi fruto apenas de irreprimível vocação de escritor, senão também uma das armas da vossa panóplia de homem público. A vossa vitória nos prélios da Política estava assegurada porque sabeis manejar com igual primor a pena e a palavra. A meu juízo, em vós o orador supera o jornalista. Há na vossa eloqüência um acentuado colorido francês em que se modelaram as vossas preferências espirituais. Nordestino, nascido na vizinhança do incêndio condoreiro da luxuriante eloqüência baiana, fora de esperar que dos vossos discursos crepitassem as imagens, fulgurassem as alegorias e que o jogo dos adjetivos se irisasse com todas as cores do espectro solar, como as águas dos repuxos iluminados, nas noites festivas dos jardins de Versalhes. Mas isso não acontece às vossas orações, na tribuna parlamentar, nas assembléias políticas, nas colações de grau, nas comemorações cívicas ou nos conselhos educacionais, são modelos de simplicidade, distinção e medida. Tendes no mais alto grau o senso dialético. Por vezes a inspiração se alteia acima do próprio assunto, mas o que lhe confere os traços da beleza ou da eloqüência é a precisão dos conceitos, a fluidez da linguagem e aquela probidade da exposição e dos argumentos que vos outorga o direito de abrigar a vossa passagem pela tribuna sob a velha definição romana do *vir probus, dicendi peritus*.

Seria uma jornada interminável a de citar, ainda que de passagem, os melhores textos das vossas orações. Mas nenhuma melhor do que esta que a Academia acaba de escutar no justo elogio do vosso eminente predecessor.

A Eternidade da Eloqüência. A eloqüência tem tido sempre os seus inimigos e os seus detratores. Entretanto, jamais os povos se comoveram ou lutaram por uma causa sem o estímulo e o apoio dos oradores. Ainda na última guerra as Nações não pelejaram apenas com as armas dos seus exércitos,

mas com os discursos dos seus líderes. Quando o mundo ocidental parecia soçobrar com a derrota militar da França, quem não se recorda de ter escutado, no silêncio da noite – bela, corajosa, estóica – a mensagem de Churchill, afirmando que as Ilhas Britânicas não se renderiam e que o seu povo continuaria a bater-se – nas praias, nos mares e nos céus – até a derrota dos inimigos da liberdade.

Não, senhores acadêmicos, os que anunciaram a morte da eloqüência só anunciaram a morte da retórica, que é a caricatura da eloqüência. O que morreu foi a fraseologia sem as idéias, foi a forma sem o fundo, foi o barro contingente das palavras sem a alma imortal dos pensamentos.

A Escola Conservadora. Professor e escritor de Direito, técnico nos difíceis segredos da educação, jornalista consumado, constituiu entretanto a política o enlevo da vossa vida e a ocupação predileta das vossas horas. Há justamente vinte anos, encontramo-nos na Câmara dos Deputados, envolvidos como todo o Brasil nas labaredas do incêndio pré-revolucionário. Eu já era um dos vossos admiradores; em meio ao tumulto e à divergência, fiquei sendo um dos vossos amigos – naquela rara categoria de homens que se estimam e respeitam fora dos círculos da intimidade pessoal. Mas a tormenta, que vos colheu na derrota, não alterou a substância das vossas crenças políticas. Pertenceis, Senhor Aníbal Freire, à escola conservadora, que tudo espera da evolução e tudo proscreve da revolução. A vossa fórmula ideal de governo consiste em conciliar os dois velhos e suspicazes inimigos: a autoridade e a liberdade.

Assim o dissestes expressamente em uma mais perfeitas orações: "Nunca o problema da conciliação entre a autoridade e a liberdade foi posto em termos tão nítidos e severos como na atualidade."

Os homens da vossa geração, sucessora imediata dos propagandistas da República, embeberam-se dos princípios da política positiva, ainda quando não professassem os exageros seitistas do seu imortal fundador. Fostes conservadores, mas não fostes nem misoneístas nem reacionários; ao contrário, o vosso ideal era conservar para melhorar, e vós mesmo o afirmastes em uma forma lapidar: "Só se conserva bem o que se utiliza para novos impulsos."

Naquele mesmo 1930 tão impregnado de esperanças, agitações e temores, tivemos ambos a honra de ocupar a tribuna do mesmo recinto do Teatro Santa Isabel – o sacrário em que se conserva a memória de Joaquim Nabuco,

pregando a Abolição e as imagens imortais de Castro Alves e Tobias Barreto. Eu falei para uma multidão ululante de conspiradores quase amotinados, e o discurso foi menos meu do que deles, pois que não fiz senão traduzir em palavras o anseio daqueles bravos revolucionários de Pernambuco.

Vós tivestes a fortuna de debater os problemas do dia com serenidade e poder de convicção, reafirmando a vossa confiança na ordem e nas instituições que já estavam vacilantes. É verdade que a vossa probidade vos obrigou a acentuar uma afirmação, que naquela época constituía, entre os amigos do Governo, um ato de coragem:

> – O campo político – dissestes – precisa inquestionavelmente ser alargado no Brasil. O acesso à magistratura suprema não pode mais se processar somente entre os governadores dos Estados. Constitui uma das máculas do regime a erupção de certos prestígios quadrienais, que não se traduzem pelos tirocínio da vida política, pela seqüência de serviços à causa pública, pela aptidão, descortino e atividade.

O Conceito da Liberdade. Quem hoje confrontasse as nossas duas orações veria na minha um mundo de esperanças em parte desvanecidas, e, na vossa, outro mundo de certezas destruídas pelos acontecimentos. Triste diálogo a distância entre dois homens fiéis às suas idéias? Não, apenas a prova de que dois pensamentos podem continuar verdadeiros, embora a tirania das circunstâncias não permitisse a mim a plenitude do que eu pregava e a vós a segurança objetiva sobre a qual pareciam repousar as vossas convicções. O que essencialmente nos separava – e aos conservadores e aos revolucionários de 1930 – era o conceito da liberdade.

Casualmente a vossa eleição ocorreu no ano em que o mundo celebrou o bicentenário do *Esprit des lois*. O vosso Mestre era Montesquieu, o vosso conceito de liberdade era exatamente o dele que não a admitia senão à sombra das leis, *sub lege libertas*.

Para nós o que nos guiava era aquilo que Starobinski denominou a "idéia passional da liberdade". Depois, o mundo foi jogado na fogueira de uma nova conflagração. Ainda estamos longe de uma paz consolidada e de uma organização de princípios para a sociedade humana, mas o Ocidente já decidiu a sua orientação democrática com os novos padrões de Socialismo.

Ao conceito meramente político da liberdade opõem-se hoje por toda parte os princípios da liberdade popular e da igualdade de todos os seres humanos, sem distinções, ao gozo de todas as regalias e de todas as oportunidades.

O Ministro da Fazenda. Mas a vossa carreira pública, Senhor Aníbal Freire, não se esgotou nos debates do parlamento e da imprensa de partido. Exercestes com raro brilho um dos mais difíceis postos do Governo – a Pasta da Fazenda – durante uma parte da administração do Presidente Artur Bernardes. Não foram dias tranqüilos os que tiveram de atravessar aquele eminente homem de Estado. Com a ordem material sempre ameaçada, quando não perturbada por crises revolucionárias, os problemas econômicos e financeiros tinham de sofrer a repercussão das dificuldades políticas. Sem embargo, em cerca de dois anos de esforços bem orientados, as despesas puderam ser comprimidas, reduziram-se o *déficit* orçamentário e o meio circulante, elevaram-se as taxas de câmbio, avolumaram-se os saldos na balança comercial.

Agradecendo as homenagens que vos prestaram ao deixardes o velho casarão da Rua do Sacramento, hoje demolido, pudestes fazer uma pública prestação de contas dos vossos atos no exercício do poder, que vos pareceu "triste e efêmero para os que o exercem sem se deslumbrar com as suas fascinações".

Barthou achava que não há aposentadoria para o político. Nenhum limite de idade fixa limites às suas aspirações. *Le politique* – disse ele – *espère toujours*.

A vossa conduta depois da Revolução de 30 desmente o conceito. De política não mais tratastes: regressastes à vida do Direito e ao Jornalismo. Consultor-Geral da República soubestes manter o prestígio daquele órgão, em cujo corpo de doutrina colaboraram antes três outros eminentes membros da Academia: Araripe Júnior, Rodrigo Octavio, Levi Carneiro.

Jornalista já agora nas colunas do *Jornal do Brasil*, fostes um digno continuador das tradições que naquele grande órgão deixaram Rodolfo Dantas, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, para só falar dos maiores.

O Patrono da Cadeira 3. A Cadeira, que vos coube pela escolha unânime da Academia, tem um patrono – mais célebre pelos seus ditos faiscantes do que pelas obras escritas que legou à posteridade. Era um desses talentos

verbais que semeiam perdulariamente, ao vento das rodas boêmias e das ruas, a malícia dos epigramas. O gaúcho Artur de Oliveira chegou a merecer, em Paris, a amizade de Théophile Gautier que o teria apelidado *père de la foudre* e a admiração de Machado de Assis, que o cognominara "saco de espantos". A sua mordacidade era o terror dos contemporâneos; as suas sátiras circulavam pela Rua do Ouvidor, pelos corredores do parlamento, pelos salões da Monarquia, como as de Rivarol no Paris do fim do Século XVIII. Uma de suas vítimas prediletas foi Gaspar da Silveira Martins, o maravilhoso tribuno, que Nabuco considerava com justiça o Sansão do Império. Gaspar era um egocêntrico. Consciente da sua força, do seu talento e do seu prestígio, abusava – em relação a todas as coisas, as idéias e aos seres – de possessivos irritantes: o *meu* partido, o *meu* Rio Grande, o *meu* Governo...

Artur de Oliveira não lhe poupou essa hipertrofia do *ego,* e dizia que ninguém se espantasse se, em face de uma tromba de água, Gaspar acabasse por dizer com naturalidade e convicção: "Eu chovo...".

Filinto de Almeida. Durante longos anos – quase meio século – sentou-se nessa Cadeira Filinto de Almeida, um dos últimos robles da época da fundação, abatido afinal pela lei inexorável da morte. Aqui o encontrei há pouco mais de um decênio, quando me coube a honra de suceder a Coelho Neto.

Não me seria possível deter-me nem sequer um instante no estudo dessa esplêndida personalidade literária. Limitar-me-ei a dizer que ele era cidadão de uma nacionalidade que nunca existiu nos compêndios da geografia política, mas apenas nos fastos da geografia sentimental. Filinto foi sempre súdito do império luso-brasileiro – no grande, no profundo, no histórico e alegórico sentido da expressão. Simbolizou, em seu feitio humano e literário, a alma inseparável das duas Pátrias – a que lhe deu o berço e a que lhe deu o lar – ambas unidas para sempre pelo laço de ouro da língua portuguesa.

Roberto Simonsen. Não chegou a dois anos a nossa convivência acadêmica com Roberto Simonsen, A morte o colheu justo neste mesmo lugar, quando saudava, diante de uma sala repleta, a personalidade do ilustre homem de Estado belga, Sr. Paul Van Zeeland. Aníbal Freire acaba de pintar com inexcedível mestria um grande retrato espiritual do seu eminente predecessor.

A vida, a obra e a ação de Roberto Simonsen fizeram dele, no Brasil, um homem ímpar. Durante largos anos só enxergaram nele um capitão de indústria; a calúnia, ao serviço da inveja, apontou-o como um adorador do bezerro de ouro, um comanditário da finança internacional, um exemplar anacrônico do capitalismo em sua concepção e em suas formas mais odiosas. O trabalhador sem canseiras que ele era, o patriota, o estudioso, o investigador dos fenômenos econômicos – não se revoltou contra o crime da iniqüidade pública, nem arrefeceu o seu entusiasmo pelo Brasil. Continuou a pelejar justamente pela independência econômica da Pátria, sem ostentação nem espera de recompensa. Depois foi o que se viu, neste nosso País em que a justiça aos lutadores só começa quando eles tombam na arena. Mas seria uma terrível inexatidão julgar Roberto Simonsen apenas pelo que ele vale – e vale imenso – como autor de uma obra sem antecedentes nos assentos da nossa cultura: a *História Econômica do Brasil*. Ele pertenceu àquele reduzido número de homens superiores à sua própria obra escrita. Verdadeiramente, a sua grande obra foi a sua vida executiva. Num país em que viceja uma burocracia luxuriante e cara, Roberto Simonsen era um funcionário gratuito da República. Atravessava noites em claro no estudo dos problemas nacionais, queimando na ação as suas últimas reservas de saúde, entregando ao Governo, sem paga – e quase sempre sem agradecimento! – o fruto de seus exames, o resultado de suas pesquisas no laboratório dos fenômenos econômicos, sociais e financeiros.

Conheci-o há mais de vinte anos, quando estendia a sua atividade ao Rio Grande do Sul. Em plena mocidade – belo, insinuante, superior ao meio – conquistava as vitórias às vezes pela ação de presença. Com todos os traços de uma cultura e de uma intimidade européias, não era o esnobe, que raciocinasse sob as medidas de Paris ou de Londres, mas o brasileiro a quem só preocupavam as nossas aflições domésticas: a insignificância da renda nacional, o alto custo da produção, o drama do café, a pobreza da nossa densidade demográfica, a necessidade de elevarmos os nossos miseráveis padrões de vida pelo crescimento dos grandes ramos de uma indústria viável e multiforme.

Encontramo-nos depois no parlamento, na vida de sociedade, nos cenáculos de estudo. A sua cultura adquirira com a experiência e a idade o equilíbrio e a lucidez da madureza; a sua inteligência ganhara a limpidez dos cristais; a sua vontade não se dobrara nem aos ataques nem os reveses.

Às vésperas da IX Conferência Internacional Americana, reunida em Bogotá, justo há um ano, assisti quando fazia dádiva ao Governo de um precioso e custoso cabedal de estudos, monografias, mapas, quadros, indispensáveis ao resguardo dos nossos interesses no momento em que se houvessem de discutir e votar as bases da Carta Econômica das Américas. Era o tesouro dos seus próprios estudos, dos seus arquivos abertos ao serviço da Nação. Vi-o ainda oferecendo-se desinteressadamente para ir até aquelas enormes altitudes andinas, das quais provavelmente não voltaria com vida, tão deficientes eram então as suas condições orgânicas. Chefe da Delegação brasileira àquele grave e difícil concílio das Américas, guardo entre os meus papéis, mas sobretudo na minha memória e na minha saudade, os conselhos inspirados que ele me deu; os elementos que me forneceu, como técnico, para defender sem desmaios as linhas da nossa defesa econômica, que afinal não são senão as últimas trincheiras da independência política.

Felizmente a posteridade começou, para Roberto Simonsen, no dia seguinte àquela tarde triste em que caiu fulminando nesta mesma tribuna.

Um dos mais belos espíritos deste País, já proverbial do culto de uma imparcialidade corajosa e quase fanática, o Senador José Américo escreveu um artigo cujo título diz tudo: "Roberto Simonsen, uma de minhas retificações":

Senhor Aníbal Freire:

Eis os santos da vossa nova Capela: um homem de espírito, um poeta, um homem de ação.

Fiz quanto me permitiram as forças para compor com as melhores tintas o vosso retrato. Receio que o panegírico tenha saído ainda mais pobre do que eu temia, mas confio que não repetireis, nem mesmo por pensamentos, a censura do personagem de Gide: *plutôt que d'être mal loué, je préfère ne l'être point*.

Até porque, Senhor Aníbal Freire, ninguém mais do que eu saberia apreciar esta honra – a mesma a que se referiu de Jouy quando recebeu na Academia Francesa a Charles Nodier, como sendo a que nos autoriza a louvar solenemente o homem que estimamos, a manifestar em público a nossa admiração pelos seus talentos, a nossa estima pelo seu caráter, a nossa amizade pela sua pessoa.

Discurso do
SR. ELMANO CARDIM

e

Resposta do
SR. LEVI CARNEIRO

Sessão solene extraordinária
do dia 29 de setembro de 1950

I

DISCURSO DO SR. ELMANO CARDIM

Senhores acadêmicos,

Chego a esta culminância deslumbrado ante a paisagem com que nunca ousara sonhar. Fecho os olhos atônito e não encontraria explicação satisfatória se não pudera buscar na vossa generosidade justificativa para o gesto hospitaleiro, abrindo-me as portas da vossa ilustre Companhia, nesta acolhida de boa sombra ao caminheiro de tão longa e penosa jornada. Curvo-me confuso diante da vossa consagração para receber, na festa desta noite, a dádiva do vosso agasalho incomparável.

Por certo não me ofusca o raciocínio a magnitude da vossa bondade, a ponto de não discernir o que me toca a mim na expressão simbólica do vosso julgamento. Haveis com justiça premiado, naquele que elevastes vosso confrade, tantos outros valores de uma obra construída no labor efêmero dos dias que passam, mas cujo sentido se perpetua na seqüência de uma tarefa duradoura. Não vai, pois, a mim só a glória de subir tão alto, nem o fastígio de desfrutar, ao vosso lado, as galas da inteligência e da cultura, nesta Casa exalçadas pela constante do vosso culto.

Ao penetrar o pórtico da vossa imortalidade, às vezes motejada mas sempre ambicionada, sinto que me acompanham sombras veneráveis, privadas pelo destino do galardão hoje a mim conferido. A esses que aqui não chegaram, quando tanto o mereciam, revertem os esplendores da magna vitória.

Na debilidade da minha voz, encontrareis a ressonância do seu reconhecimento, impondo-me o compromisso de tudo fazer para não desmerecer dos seus exemplos e de honrar sempre a vossa inaudita confiança. Se não vos garanto ficar à altura da vossa fidalguia, não me perco na desesperança de traí-la, porque será meu empenho preservar a vossa boa intenção. Peço de empréstimo ao D. Quixote a fórmula precisa para a sinceridade do meu compromisso: *Si no puedo pagar las buenas obras que me hacen con otras obras, pongo en su lugar los deseos de hacerlas, y cuando estos no bastan, las publico, porque quien dice y publica las buenas obras que recibe, tambien las recompensara con otras si pudiera.*

Coube-me, com vossa escolha, a honra de suceder a uma plêiade incomparável de historiadores, que mantiveram a uniformidade de um esforço superior na narrativa e na compreensão dos fatos da vida pátria. Teríeis quebrado a linha de continuidade traçada na memória da cadeira de Francisco. Adolfo de Varnhagem se não pudesse o seu atual ocupante dizer-vos, para tranqüilizar-vos de críticas porventura feitas, que, se em rigor não traz nada de seu, todavia, se ufana de ser o guardião da arca veneranda a que se acolhem cento e vinte e três anos da História do Brasil, escrita com a fidelidade severa e consciente de compor serenamente e dia a dia os anais da nacionalidade, desde os albores da independência. Assumindo o encargo de caminhar na esteira do passado, claviculário de tantas tradições, faz.-se hoje, qual os seus antecessores, o portador do facho sagrado, o continuador de uma rota que não poderia alterar, renunciando à tentação de desviá-la para a vaidade de uma orientação própria, pois faltaria com isso à missão que o destino lhe reservou.

Não vale, no entanto, dizer que não muda, porque conservar não é sinônimo de estagnar, antes melhor se preserva o que se adapta e se atualiza, para a certeza da evolução criadora.

Nem a História poderia coadunar-se com a realidade e ser dela um repositório se a desviassem para o arbitrário as tentações de inovar na sistemática dos seus princípios. Mais do que outro ramo do conhecimento humano tem ela de ser conservadora nos seus métodos, para ser duradoura na sua finalidade. Romanceá-la com os artifícios da imaginação, fugindo às regras da sua estrutura, seria construir no vago um edifício aberto a todas as incursões e sujeito a utilidades de capricho ou fantasia. A História seria

assim Arte e não Ciência. E nunca daria a essência para a filosofia que Voltaire foi o primeiro a qualificar.

Essa realidade que é o *fiat* da História está contida no subsídio quotidiano do jornal. O fato, alimento diário da imprensa, constitui, depurado das suas emoções, a substância da História. Encadeado na seqüência de suas relações, fixa-se nas cores prismáticas que marcam a tonalidade de um momento na transição do efêmero para o duradouro. Quando o historiador o encontra assim estratificado pelo tempo, tem ao seu dispor a matéria-prima para a interpretação de uma época ou para a determinação de um ciclo na evolução da humanidade.

Tal evolução deve hoje à imprensa muito mais do que a qualquer outra fonte de conhecimento, como registro da verdade através das ocorrências e opiniões estereotipadas no evolver do tempo. Do jornal muito se há dito de bem e de mal. E nesta Casa em que as letras primam na sublimação estética da sua pureza, fácil seria encontrar na improvisação dos diários justificativa para as opiniões que lhes atribuem antes malefícios que benefícios pesando nas grandes criações do espírito. Como a do escritor francês que viu no jornal o ogre devorador da carne tenra dos jovens escritores, muitas outras invectivas atingiram cruelmente uma influência que lhes parecia corruptora e nociva. Mas nem todos os julgamentos têm sido tão absolutos, e muitos escritores, que subiram à glória pela escada estreita do jornal, não se furtaram a reconhecer haver sido ali, no trato obrigatório com a escrita, que se lhes aprimorou o estilo, trabalhado na forja de uma labuta apressada e imperativa. Entre nós, encontrareis os dois pólos divergentes em Nabuco, que malsinava o jornal pelo horror de escrever sob medida e com hora certa, e em Félix Pacheco, que revertia à profissão, por ele tão dignificada, os lavores da obra primorosa de muitos escritores nossos.

Num ponto, no entanto, não poderia haver discordância e é esse o alvo que firo, a fim de reivindicar para o jornal a condição precípua marcada por sua ajuda inestimável. A História tem no jornal a sua fonte viva e perene e se hoje ela estancasse não seria mais possível marcar-se o ritmo da evolução humana nem lhe positivar a síntese filosófica. Porque se o jornal contribui para fazer a História, é principalmente o agente que fixa com minúcia a História que se faz. Desde o fim do século XVIII, nenhum historiador pôde

mais dispensar o jornal, como fonte documental do seu labor. Do campo objetivo da informação, cedo passaram eles a encontrar na imprensa periódica o elemento subjetivo para orientação de seu espírito interpretativo.

Na babel da documentação que o jornal lhe oferece, não se perde o historiador, porque paira num ângulo superior para a análise que seu espírito crítico lhe permite, armado de métodos científicos seguramente estabelecidos e que lhe dão os meios precisos de determinar a causalidade histórica, na depuração dos fatos registrados pela imprensa e na compreensão dos juízos que os comentam.

Para comprovar a tese, basta o exemplo da colaboração do *Moniteur* na obra de Michelet, de Taine e de todos os historiadores da Revolução Francesa e do período napoleônico. Se, mergulhando nos arquivos municipais e policiais do tempo, Michelet pôde reconstituir a crônica horripilante da era que precedeu à maior transformação operada da humanidade, se Taine buscou nas confissões e memórias da época o sentido da revolução que se ia verificar, foi no *Moniteur* que ambos encontraram, à luz do dia, o registro dos fatos para nortear-lhes o gênio na compreensão e decifração do acontecimento que deu ao mundo uma fisionomia nova.

O exemplo colhido no cenário francês pode encontrar-se repetido pelo mundo afora, e no Brasil impossível seria fazer-se a história de um século e tanto de vida independente sem o recurso às coleções do *Jornal do Commercio*. Ainda está, por assim dizer, a explorar esse manancial precioso, porque o período iniciado com o advento da folha centenária, dos mais característicos na contextura variada dos fenômenos que influíram na evolução nacional, riscando as linhas mestras da nossa civilização, sugere estudos parciais e pede competências especializadas. Vários deles, é verdade, já existem e entre vós se contam muitos dos seus doutos autores, oferecendo elemento valioso para uma obra de síntese, igual à sugerida em 1922 por Levi Carneiro, quando num Congresso reunido nesta Capital se cogitou de uma História Geral da América. Aplicado, no campo nacional, esse plano de análise dos vários episódios históricos que influíram na formação do continente, ter-se-ia uma coordenação de fatores essenciais à síntese final, inspirada por um alto pensamento filosófico, dando unidade critica à obra coletiva realizada.

O Brasil encontrou em Varnhagen o cronista exímio para recompor-lhe as origens, estudá-lo na formação da nacionalidade, seguir-lhe a evolução através da colônia, até às portas da Independência.

A década que antecedeu ao Grito do Ipiranga teve em Oliveira Lima, com o *D. João VI e o Brasil*, o exegeta arguto e minucioso, documentado com exatidão e orientado por alto senso crítico.

O primeiro império foi fiel e superiormente estudado por Tobias Monteiro, compilando e revelando uma valiosa messe de documentos para fixar o sentido do magno período da nossa História, porque nele se forjou a emancipação da Pátria, rumo dos seus altos destinos.

A História do Segundo Reinado aguarda o estudo de conjunto que componha a sua fisionomia política, jurídica, administrativa e social, com o substrato da sua interpretação. Disporá para isso historiador do futuro de farta cópia de documentos, observações, juízos e comentários, em obras que se vão acumulando para a grande construção arquitetônica, com alguns marcos já fincados pelos trabalhos de Oliveira Viana, Taunay, Pedro Calmon e outros mestres da historiografia brasileira. E depois virá a República, ainda muito perto de nós para que dela se possa falar com isenção e serenidade.

E quem tiver de fazê-la, seja o historiador do Segundo Reinado, seja o da República, não poderá prescindir das coleções do *Jornal do Commercio*, que, desde 1.º de outubro de 1827, passou a ser a crônica diária, documentada e analisada, da vida brasileira.

Essa será, não só a contribuição anedótica do fato, trazida pela imprensa à cronologia de uma época, como também a substância contida nos comentários para a compreensão dos fenômenos políticos e sociais, que dão sentido aos conhecimentos a fim de serem estudados com seguro critério histórico.

Talvez seja, no entanto, cedo para essa obra de conjunto, pois ainda ouvimos o tropel das cavalhadas separatistas no Sul e as sangrentas dissensões do Norte, a ameaçar a unidade nacional que Caxias soube preservar. Ainda nos parecem vivos os próceres da revolução liberal de 1842, porque seus nomes andam por aí em descendência ilustre e vigilante. Ainda estão perpetuados na primeira e na segunda geração os estadistas que fizeram a grandeza de cinqüenta anos da realeza de Pedro II. E o próprio imperador nós o temos por demais presente no pensamento e no coração, como se o víssemos ainda

passeando suas barbas brancas pelas ruas de Petrópolis, subindo ao trono em dias de gala, com seu manto de papo de tucano, riscando José de Alencar da lista de senadores, vivendo conosco na contingência humana de contrariar e agradar, de ser louvado ou censurado.

E da República, embora ande tão depressa que em meio século já vai pela terceira ou quarta, seria mais arriscado falar, porque não sabemos ainda quem a fundou, se o soldado perpetuado na tela e no bronze, se o professor consagrado pela primeira Constituição: divergimos em dar a primazia na sua consolidação ao general que, defendendo a ilegitimidade do seu mandato, garantiu o poder constituído, ou ao civil que pacificou o país e restaurou a legalidade.

A História não se destrinça no fervor da ebulição. Pede tempo, meditação, frieza. Exige distância para equilíbrio e harmonia da perspectiva. Requer julgamento imparcial dos homens, compreensão lógica dos fatos, crítica esclarecida, penetrante, racional.

Nas crises cíclicas da humanidade, não se pode escrever a História. Para Berdiaeff são essas as épocas propícias à meditação. Dias de abstração, para recolhimento e depuração dos mitos, para a deflagração da centelha que iluminará o porvir. Momentos eternos para Santo Agostinho, J. de Maistre, Saint-Simon, Augusto Comte, Spengler, Maritain, Keyserling, Valery, Duhamel.

Fazem-se então os livros que serão os roteiros do pensamento para os historiadores. Escrever a História antes que esses livros tenham sido compostos, não esperar pelos gênios divinatórios da cidade, será construir um monumento inconsistente e perecível. Os ocupantes da cadeira de Varnhagen, numa sucessão fiel à Musa que a vem presidindo, foram todos eles historiadores, mas nenhum teve o espírito conturbado por inquietações profundas, nenhum se preocupou com a filosofia da História. Foram todos narradores de acontecimentos e expurgadores das fantasias e inverdades que os deturpavam. Leram todos pela cartilha do escritor inglês, a que Rodolfo Garcia se referiu ao tratar do seu antecessor nesta Casa:

> Há um tanto ou quanto de verdadeiro no que disse um escritor inglês, citado pelo Conde de Ficalho, que o tempo da *História* passou e estamos em tempo de *documentos,* cuja leitura é mil vezes mais interessante e mais instintiva que a de todas as histórias. Descontado algum exagero dessa afirmação, o

> certo é que a consulta às fontes conduziria por força o vosso companheiro à apuração de fatos que aparecem deturpados nos autores em quem fiou; uns tantos pormenores teriam de ser avisados em seu debuxo primitivo, um panorama mais exato do passado brasileiro desdobrar-se-ia aos nossos olhos.

A influência do patrono Varnhagen marcaria o sentido da obra de seus sucessores, todos eles presos à idéia do documento como fonte da verdade histórica. Inspirados no conselho de Montaigne, a investigação os conduz ao sistema da prova judiciária, para o processo que sirva à crítica histórica. Escrevendo sobre o passado apenas, a nenhum foi dado o recurso ao testemunho oral, que só serve à História contemporânea. Os depoentes, no processo instituído pelos seguidores de Porto Seguro, falam através de manuscritos, cartas, relatórios, devassas e arquivos.

E por isso discorrem com serenidade, pausadamente, convictos do que dizem. Não se contentou nenhum deles com o que outros asseveraram, para repeti-lo em confiança. Sabiam estar repleta a História de afirmações duvidosas senão falsas, que se transmitem de geração a geração, como verdades assentadas. Por isso, com o fim de corrigir o mal, um escritor francês aconselha um processo rescisório para a revisão de conclusões positivas tiradas de fatos incertos. O historiador que as repete é uma testemunha falsa, cujo depoimento serve de base para sentenças iníquas, erradas ou injustas.

Da increpação de haver feito História fiado em outros não se culpa o pai da nossa História, porque foi ele quem instituiu na metodologia dos seus trabalhos o recurso imprescindível ao documento para a autenticidade da sua narrativa e certeza da verdade procurada.

Foi Oliveira Lima quem trouxe para a Academia a memória de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, e não teve dificuldade em fazê-lo seu padroeiro, na Cadeira 39, porque a ninguém até então ocorrera a lembrança de tão alta expressão da cultura brasileira. Varnhagen foi aceito sem concorrência e de acordo com o fundador da Cadeira, o que não aconteceu a outros nomes, vencidos na imortalidade patronímica por preferências de amizade ou de inclinações ideológicas ou literárias. Se, graças a Oliveira Lima, Varnhagen, não foi excluído do panteão simbólico, outros astros de tal grandeza foram esquecidos. Com eles se poderiam apadrinhar os que, cheios de títulos e mercês, aqui não logram entrar.

Razões de sobra tinha Oliveira Lima para advogar a escolha de Varnhagen, além da coincidência de inclinação intelectual e das afinidades de carreira, que invocara, pois Varnhagen não estava no caso por ele referido, quando criticava a intrusão no cenáculo dos patronos de certos mortos *qu'il faut qu'on tue*.

Brasileiro por sentimento e por adoção, em vez de o ser apenas por haver aqui nascido, o Visconde de Porto Seguro foi uma das mais altas expressões da inteligência pátria, orientando a sua cultura num sentido nacional, quando seu espírito se formara em meio estranho e sua vida a viveria quase toda em terras distantes, levado pelas suas funções diplomáticas a peregrinar de terra em terra e a viver em meios diferentes. Mas seu amor ao Brasil haveria de fecundar, estremecer e persistir por força dos estudos históricos, revelados desde os 23 anos, com *Reflexões Críticas sobre o Escrito do Século XVI*, impresso com o título *Notícia do Brasil* no tomo terceiro da *Coleção de Notícias Ultramarinas*. Acompanhadas de interessantes notícias bibliográficas e importantes investigações históricas (Lisboa, 1839). Provando, com convincente documentação, que tal escrito era de autoria de Gabriel Soares de Sousa, impunha-se Varnhagen desde logo como o historiador que Oliveira Lima classificou de pragmático, preocupado com as fontes que colam nos fatos o selo da verdade. Esse pragmatismo o teria levado para fora da preocupação filosófica, que já então dava um sentido científico à História. Não se deteve a interpretar os acontecimentos, para fixar com eles as leis que influem na sociedade humana, embora não houvesse sido um narrador frio, impassível e quiçá imparcial, pois muitas das suas reflexões são opinativas e outras envolvem considerações de ordem sociológica.

Varnhagen tomou partido na História e haveria por isso de desencadear a fúria dos opositores. Foi o primeiro, que, avesso à idéia do acaso, levantou sobre o episódio da descoberta do Brasil a dúvida quanto às intenções de D. Manuel, o Venturoso, insistindo na busca de terras que ficariam no caminho das Índias. Tomou-se de amores por Américo Vespúcio, cuja figura engrandeceu com entusiasmo. Não gostava de José Bonifácio e dos seus irmãos, influxo talvez do seu conhecimento pessoal de Pedro I, de quem se fizera soldado na luta miguelista. Foi amigo de Vidal de Negreiros e antipático a José Fernandes Vieira, ao estudar a luta contra os holandeses no Brasil.

Era inimigo declarado dos índios e, embora abolicionista para com os negros, preconizava a servidão dos silvícolas, cuja língua, no entanto, desejava resguardar, com a criação de cadeiras dos idiomas indígenas nas escolas brasileiras e a fundação de uma Seção de Etnografia Indígena no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Incoerência? Não. Realismo na solução de um problema étnico. Idealismo, no anseio talvez de fixar, no recuo do tempo, uma tradição nacional, com a lingüística americana, e de encontrar quem sabe? – na filosofia as razões para a sua tese absurda da origem turana, ou antes, cário-egípcia dos índios americanos, o que levaria Bartolomeu Mitre a julgar sua obra como pouco criteriosa, constituída com um espírito sistemático e sem equilíbrio.

Não diminuem a grandeza da produção de Porto Seguro as restrições que se lhe fazem, nem no ardor das polêmicas que suscitou com o seu espírito destemido jamais foi negado o seu merecimento, o brilho da sua inteligência, a força da sua cultura. Oliveira Lima, ao fazer-lhe o elogio na Academia, "salpica das reservas indispensáveis em todo estudo" a sua admiração pelo patrono da sua cadeira. Seus ilustres biógrafos, José Carlos Rodrigues, Capistrano de Abreu, Pedro Lessa, Max Fleiuss, Celso Vieira, Basílio de Magalhães, Rodolfo Garcia, haviam de encontrar, nos seus trabalhos e no feitio do escritor, motivos de discordância ou de oposição.

Ninguém, no entanto, nem os que contra ele em vida se levantaram, como os brasileiros Abreu Lima e João Francisco Lisboa, o português Teófilo Braga, o inglês Henry Major, ou o francês d'Avezac, ninguém deixou de reconhecer a altura em que Varnhagen se situa na cultura brasileira, e de criador da História pátria, de pai da História do Brasil, de seu fundador, talvez só Sílvio Homero tenha discordado, quando lhe dá o segundo lugar entre os nossos historiadores.

Mesmo Afrânio Peixoto, enamorado da memória de Southey, ao castigar Varnhagen por haver criticado o poeta-historiador, não deixa de enaltecer o seu valor na nossa historiografia.

Na evolução do nume tutelar da Cadeira que venho aqui ocupar, relembro apenas a sua posição sideral na constelação dos valores consagrados pela Academia para honrar-lhe o apadrinhamento. Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, não tirou a sua grandeza do título com que D. Pedro II lhe recompensou os serviços à Pátria e consagrou o seu

talento de escritor. Ele a teve e terá eternamente porque construiu, com o seu gênio, uma obra perene de patriotismo, de erudição, de pensamento.

A síntese da administração geral que no Brasil lhe é sem favor consagrada está contida no elogio que lhe fez nesta casa a palavra de Oliveira Lima, reconhecendo-o "conspícuo para a posteridade e relembrando sua Pátria, da qual foi o historiador até hoje sem rival".

* * *

Ao incorporar-se aos fundadores da Academia, Oliveira Lima, que invocava o patrocínio de Varnhagen, certamente não foi lembrado apenas por haver norteado a sua vocação literária para os assuntos históricos. Quando aqui o recebeu, com o seu estilo sóbrio e puro, Salvador de Mendonça viu nele a marca do escritor que se batizara historiador com os *Aspectos da Literatura Colonial*, frisando que em *O Secretário d'El-Rei* estava a sua obra mais literária, com o perfil magnífico de Alexandre de Gusmão, cuja visão de estadista, como demonstrou José Carlos de Macedo Soares, fez passar o *uti possidets* para a órbita do Direito Público, facilitando ao Brasil a solução futura de todas as suas questões de fronteira.

Mas a Academia nascera para as Letras apenas. O critério exponencial, que Nabuco defendera desde a primeira hora, ainda não se havia consagrado. E a palavra de Renan, ao empossar-se na Academia Francesa, em 1879 – *tout devient littérature, quand on le fait avec talent* – não chegara até à sala escura da *Revista Brasileira*, onde se gerava esta preclara instituição.

Oliveira Lima podia ter sido dos vossos, como foi, desde a primeira hora, porque em 1894, com os dois livros que publicara, se afirmara escritor de bom estilo, o que era então imprescindível. A sua compreensão, pessoal não destoava da interpretação acadêmica: "O historiador moderno", disse ele, "carece de ser, além de um erudito, um artista; de descobrir ele próprio as fontes, analisar-lhes o valor, saber aproveitar o manancial que delas brota quando ainda livre de impurezas e arrecadá-lo em vasos do mais puro cristal por ele mesmo facetado."

Não parece fácil escrever-se boa história com bom estilo. Pela prisão à narrativa, em que os fatos não permitem divagação e muitas das palavras, por menos sonantes ou mais rebarbativas, nela se intrometem com insistência, está o escritor obrigado a usar um material que não escolheu e a construir sem

liberdade de concepção. Poucos são os Michelet, cuja pena mágica fez da História um instrumento dúctil para a pureza do seu estilo. Poucos são os Alexandre Herculano, iluminando a História de Portugal com os raios de luz de sua prosa admirável. Poucos são os Macaulay, "a inteligência que se fez ritmo, a complexidade que se fez harmonia", como tão bem o julgou Celso Vieira. Poucos são como João Francisco Lisboa, que trouxe para os episódios da História do Brasil, no dizer de Sílvio Romero, "a beleza do estilo, claro, conciso, correto, vibrante, por vezes".

Se raros são os que narram e interpretam a História primando no estilo, alguns, para fazê-la, incorrem na censura de Seignobos, discordante do processo de desprezar a mediocridade da forma, com a preocupação de elevar a dignidade da História, embora dissimulando ou mesmo deformando a realidade do passado.

A invectiva do historiador francês ia sobretudo aos escritores da primeira metade do século XIX, porque reconhece que depois já o respeito ao documento, uma crítica mais prudente e um espírito mais científico influíram para uma idéia mais exata do passado.

Oliveira Lima provou que a História pode escrever-se com elegância e que no narrá-la e compreendê-la é essencial a busca à fonte legítima para a fidelidade na recomposição dos acontecimentos. Sem documento, sem testemunho, sem prova, toda narrativa é suspeita; toda interpretação, arbitrária.

A história feita por Oliveira Lima é positiva nos dados que a compõem. Em seu *D. João VI no Brasil*, que não há exagero em classificar de excepcional, a preocupação da minúcia domina o espírito do escritor, montado sempre no documento que o ponha a salvo da dúvida e o mantenha senhor da verdade. Assim, com esse grande livro se desenha, se constrói, se aviva todo um período, dos mais assinalados da nossa evolução política.

A obra copiosa de Oliveira Lima assenta na pesquisa, e a paixão da investigação histórica, que ele considerava o traço dominante de Varnhagen, também foi a sua obsessão de escritor, o seu pragmatismo de historiador. Como Varnhagen, tentou um dia igualmente romancear a História, num pecadilho da mocidade, não, certo, porque achasse, como o autor da *Chronica da Descoberta do Brasil* "que a forma de romance era o melhor meio de adaptar ao gosto de todos a História do país". Mas não faz romance

histórico quem quer e não se exime da culpa consciente de fazê-lo mal quem o tenta já distante da juventude, para o atentado impensado às boas Letras, que Pedro Lessa não quis perdoar a Porto Seguro.

Não vale a pena, por certo, adornar a História. Em todos os seus episódios há beleza, há poesia, há sonho, para a fascinação do espírito e deslumbramento do senso estético. Da tentativa de evadir-se da narrativa para a cena teatral, trazendo à ribalta com *O Secretário d'El-Rei* o vulto histórico de Alexandre de Gusmão, patriarca dos diplomatas do Brasil, Oliveira Lima logo se curou e se de algum modo voltou à fantasia foi deliberadamente para as alfinetadas e os lançaços que distribuiria, sem ceremônia nem subtilezas, nas páginas azedas, mais por vezes divertidas, das suas memórias (*Estas Minhas Reminiscências...*).

Aí, sim, aparece um Oliveira Lima com estilo diferente, fluido, fácil, ferino. Estilo de corredeira vertiginosa, para que pudesse envolver no turbilhão da maledicência o maior número possível. É um livro atraente para os que se deliciam em ouvir falar mal dos outros. É o romance de uma vida feliz, que o dono fez amarga. É uma sucessão de episódios vividos nos quatro cantos da terra, em que deve ter entrado o propósito de uma tomada de contas com todos aqueles que acotovelaram o autor, deixando-lhe ressentimentos e má vontade. Nele, Oliveira Lima mostra-se um satírico, um Juvenal da nova têmpera, de imaginação fértil, mordaz e cruel, a inventar episódios grotescos para certas personagens, mesmo de sua simpatia: um ministro brasileiro, que, apesar do corpanzil, ao desvendar do trem um pedaço encantado da paisagem suíça, pulava como uma criança... Um outro, em Washington, fazendo de bicicleta as visitas de cortesia diplomática...

Pura fantasia de um espírito que nunca levantara os olhos para divagar, mas se mostrou capaz, no fim da vida, de fazê-lo, no menos nobre dos gêneros literários.

* * *

Com Alberto de Faria, que elegestes sucessor de Oliveira Lima, ficou mantida a linha de continuidade na Cadeira de Varnhagen, preservada com os dois outros historiadores vindos depois.

O autor de *Mauá* tem a sua personalidade de escritor assinalada por uma obra de gênero diferente, porque contando a vida de um dos maiores

brasileiros nascidos nesta terra fixou um aspecto raro do panorama social e político do Brasil. A biografia do grande pioneiro do progresso pátrio não é apenas o retrato de um homem e a análise de uma vontade construtora, não acompanha somente do berço ao túmulo a trajetória de uma vida, que o gênio realizador fez grande e a adversidade sublimou na revelação de um caráter à Carlyle. Situa o homem no meio, para o estudo de uma época, que foi das maiores na vida brasileira, e fez com que, ao lado de vultos de tanto porte se erga a figura homérica do admirável criador.

Tirou, assim, Alberto de Faria, com um livro de entusiasmo, mas sobretudo de justiça, a memória de Mauá do olvido em que desaparecia, para projetá-la na consagração da posteridade e engrandecê-la na gratidão que a Pátria hoje não lhe regateia. Resumindo a obra do gênio construtor de Mauá, escreve:

> O Amazonas, ele a criara rompendo o deserto das águas, rasgando mares de florestas à civilização, com uma linha de navegação de 3.200 milhas que assombrou, em 1865, o sábio Agassiz e sua mulher, pela ordem, pela disciplina, pelo asseio dos vapores, fazendo-lhe lembrar o conforto do seu Museu de Cambridge; o Rio Grande do Sul, gloriosa terra do seu nascimento, ele o franqueara também à navegação transatlântica, incentivando o comércio direto com a Europa, vazando-lhe a barra, cortando-lhe as areias em 1847 com os seus fortes rebocadores; no centro do país, as primeiras linhas de caminho de ferro, as primeiras cinco estradas de trilhos, para o lado do Norte, as duas que das capitais de Pernambuco e da Bahia buscaram o São Francisco, para o lado do Sul as três que transpuseram a Serra do Mar, umas como a de Petrópolis e a de Santos a Jundiaí, obras exclusivamente suas, a outra obra tão sua como dos que por ela mais fizeram – a E. F. D. Pedro II. Por toda a parte, os melhoramentos materiais, o progresso, o gás do Rio de Janeiro e de outras cidades, o Canal do Mangue, os curtumes modernos, as fábricas de tecidos, a fundição e a construção naval em Niterói; os engenhos aperfeiçoados de açúcar, *as indústrias que podiam medrar sem grandes auxílios,* os transportes urbanos e marítimos, a colonização estrangeira, a nossa civilização industrial, enfim.

Com o livro de Alberto de Faria, o culto por Mauá domina o espírito do leitor e os fatos, narrados com simplicidade e comprovados por documentos, afastam a idéia de que o autor pudesse ter sido contaminado pela *doença da admiração*, contra a qual Macaulay alerta os historiadores a *lues boswilliana*, que o biógrafo emérito de Mauá mostra não haver influído na sua obra de justiça e reparação.

Com seu grande estudo, podia Alberto de Faria bater à vossa porta, bem-vindo no seio da ilustre Companhia, mas outros títulos lhe sobrariam para ser, aqui, uma flor do espírito a desabrochar em cultura, em fidalguia, em graça, numa vida bem vivida, rica de ensinamentos e cavalheirismo, ardendo sempre nos anseios estuantes do patriotismo.

* * *

A sucessão de Alberto de Faria trouxe à Academia um valor bem diferente, senão na grandeza moral e intelectual, que se lhe equiparava, mas no destino caprichoso, obstinado em não permitir o vôo às alturas merecidas pela sua inteligência, pelo sonho estético de sua vida, pela tenacidade honesta do seu labor. José Francisco da Rocha Pombo vagou pelas Letras, chocando-se com o meio e consigo próprio, modesto e simples, no esforço quotidiano de construir a sua vida em luta com a adversidade. Fez literatura de ficção, escrevendo romances, libertou sua alma sonhadora em versos de inspiração romântica, expôs idéias em colunas de jornal e ensaios sobre problemas brasileiros, difundiu cultura com seu *Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa,* e afinal ancorou no vasto estuário da História pátria, cheio de revelações para os pesquisadores pacientes, e aí construiu a sua obra capital, escrevendo os dez tomos maciços que constituem precioso repositório de dados e informações. Foram doze anos de fecundo esforço concatenador, compensado com a publicação dessa obra que, no gênero, como declarou Rodolfo Garcia, é "a mais vasta, a mais considerável da nossa Literatura, pela superfície imensa que cobriu, das origens do Brasil aos dias presentes".

Fez Rocha Pombo deliberadamente um itinerário para sua narrativa dos acontecimentos relativos à vida nacional. Adotando o conceito de Buckle sobre a História, o escritor paranaense não se propôs, no entanto, a fixar no seu trabalho o sentido da civilização brasileira, mas a "consubstanciar elementos para o historiador futuro e portanto fazer apenas um pouco mais do que a

simples crônica", condensando tudo aquilo que tivesse de ser o estofo histórico da obra de amanhã.

Ao afirmar que o presente se explica pelo passado, como o futuro se explicará pelo presente, Rocha Pombo antecipava-se a Paul Valéry, que escreveu depois: *Le passé, plus ou moins fantastique, ou plus ou moins organizé après coup, agit sur le futur avec une puissance comparable à celle du présent même.* Em verdade, o futuro não facilitaria um esboço imaginativo se não pudesse ser perscrutado pela ação de fatores ligados a um determinismo histórico.

Não foi, porém, com essa preocupação, mas sim apenas com a de concatenar os fatos, de ordená-los, sistematizá-los, depurá-los, que Rocha Pombo escreveu conscientemente a sua opulenta *História do Brasil.*

* * *

A Rodolfo Garcia, sucessor de Rocha Pombo, caberia retomar na Academia a tradição de Porto Seguro e Oliveira Lima, herdeiro legítimo de Capistrano, que não quis ser dos vossos, certamente para não ter de sacudir a poeira dos alfarrábios e vir, como mariposa tonta, queimar-se nas luzes ofuscantes de uma noite como esta.

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia nasceu no Ceará-Mirim, na então Província do Rio Grande do Norte, a 25 de maio de 1873. Da cidade natal saiu com destino à carreira militar, da qual logo desistiria, para estudar Direito e ser bacharel como toda a gente. Nunca, no entanto, exerceria a profissão liberal para a qual se diplomara, preferindo ser professor, jornalista, funcionário público. Na vida administrativa, atraía-o o livro. Desejou em 1914 o cargo de bibliotecário do Museu Nacional e escreveu para isso uma tese sobre "Sistemas de classificação bibliográfica. Da classificação decimal e suas vantagens". Não conseguiu o posto e teve, no Rio, que votar ao professorado, exercido antes no Recife, onde lecionou História, Geografia, Francês e Português. As lições, o emprego que tinha no Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco, as pesquisas de brasileirismos para o dicionário que preparava, o encontro com o passado o levaram a fixar-se na pesquisa histórica, a fazer-se o profundo conhecedor das nossas origens e da nossa evolução, para poder, afinal, realizar, com a modéstia do seu desprendimento, a grande obra legada às Letras pátrias.

Em 8 de dezembro de 1930 assumia a direção do Museu Histórico Nacional, de onde passaria para a Biblioteca Nacional, em 17 de novembro de 1912. Aí, culminou, em obra administrativa de inegável merecimento, o valor do sábio, do bibliófilo, do rebuscador de fatos, do reanimador de épocas, conhecedor e amigo daquele milhão de volumes que demoram nas estantes da grande casa dos estudiosos.

Da sua gestão na Biblioteca Nacional falou publicamente, com eloqüência e justiça, o ilustre escritor Senhor Josué Montello, que recebeu a sucessão honrosa e a dignifica com o pensamento sempre voltado para a obra de cultura que Rodolfo Garcia ali realizou.

Na Biblioteca, o diretor era então o centro para que convergiam os curiosos do saber, confrades e discípulos, todas as tardes reunidos no seu gabinete, a fim de ouvi-lo, conversando e aprendendo. Esse cenáculo ficou batizado de "Academia Garciana". Nela, como em todas as Academias, houve permanentes e esporádicos, palradores e silenciosos, agitadores e contemplativos; os que ali iam diariamente e outros, roubados de seus afazeres, buscando de vez em vez, num momento de convívio cultural, o prazer de ouvir a lição sorridente e despretensiosa de Garcia.

A "Academia Garciana" não pedia discurso de posse, nem fardão de gala. Era simples, como o patrono, acolhedora e amável, e a ela seriam sempre bem-vindos os que levassem consigo uma côdea de espírito para a tertúlia de uma hora de inteligência, entre livros, idéias e recordações.

Uma figura sobressaía – pequeno de estatura, fulgurante de saber e inteligência: a de Afrânio Peixoto. Conversador admirável, o autor de *Fruta do Mato* todas as tardes ali comparecia e sua palavra fluía, cintilante, erudita, harmoniosa, a lembrar aquele canto do Uirapuru, a que aludiu Humberto de Campos em belíssimo soneto:

Dizem que o Uirapuru, quando desata
A voz – Orfeu do seringal tranqüilo –
O passaredo, rápido, a segui-lo,
Em derredor agrupa-se na mata.

Tímido e silencioso, às voltas com os livros antigos e os papéis que o tempo amarelecera, Rodolfo Garcia, no seu recolhimento, dir-se-ia um contraste vivo de Afrânio Peixoto. No entanto, os dois mestres se completavam, irmanados por uma paixão comum: o passado brasileiro. E foi Afrânio, pelo reconhecimento pessoal dos altos méritos do discípulo de Capistrano, quem se animou a vencer a sua timidez, incitando-o a vir bater, para ser fidalgamente recebido, às portas desta Casa. E ainda foi o ensaísta de "Ramos de Louro" quem escreveu, no *Jornal do Commercio,* a "Vária" merecida com que a veneranda tribuna da opinião brasileira se associou ao coro de vozes que lá fora clamavam pela acolhida de Rodolfo Garcia na imortalidade acadêmica.

* * *

Na senda dos três desbravadores, Porto Seguro, Oliveira Lima e Capistrano, Rodolfo Garcia fez também a história erudita, em que os fatos, sabiamente pesquisados, superam a filosofia neles contida. Não se preocupou com o sentido dos acontecimentos, mas apenas com a sua realidade, para, situando-os na verdade oriunda do documento, colocar a narrativa a coberto de qualquer controvérsia e fornecer ao exegeta o manancial para a interpretação. Haurida no exemplo de Varnhagen, sua obra o situa na seqüência de Oliveira Lima e Rocha Pombo, para formar na coerência de vocações da Cadeira 39.

Trouxe Garcia para a História a preocupação do fato, que talvez lhe ficara do jornal, da mesa de redação dos diários pernambucanos, onde, para auferir alguns proventos mais, enchia o tempo que lhe sobrava do curso da Faculdade de Direito do Recife e das aulas do magistério particular, na luta para realizar a vida que tanto dignificou.

Não deixaria o jornal, como quase sempre acontece, de marcar-lhe a personalidade, com a influência que não só no escritor, mas em outros aspectos de suas características psicológicas, havia de aparecer, para a explicação do seu caráter e da sua formação intelectual.

Vós, que o conhecestes tão bem, no comércio constante com o seu espírito admirável, haveis notado, na sua timidez e na sua discrição, a veia irônica que lhe pontilhava a conversa e não raro o fundo sarcástico das suas observações. Ressurgia então o crítico que fora com o pseudônimo de Sargento da Guarda, nas colunas do *Diário de Pernambuco*, um comentador

de livros e um julgador de méritos literários. Poderia Rodolfo Garcia, com dotes assinalados para a tarefa ingrata, ter sido um dos expoentes da crítica no Brasil, tão carente de vocações nesse difícil setor da cultura. Não se deteve, porém, nessa experiência, como não se demoraria no mister jornalístico, do qual as circunstâncias teriam de excluí-lo com amargas decepções. Foi um egresso da imprensa, como egresso fora da vida militar, por efeito da Política, sem que, no entanto, nunca se deixasse seduzir pelas suas enganadoras tentações.

Vira-se, na mocidade, envolvido em uma das muitas agitações que na República desviavam os cadetes militares para longe dos deveres da disciplina. Desligado da Escola da Praia Vermelha, para onde viera transferido da Escola Militar do Ceará, poderia haver a ela voltado no refluxo de uma das muitas anistias que permitiriam aos indisciplinados de um momento vibrante de mocidade ser depois ótimos chefes militares. Mas Rodolfo Garcia não quis persistir na carreira que tentara sem vocação.

Da imprensa, sairia também por injunções políticas, embora sem responsabilidade direta nos acontecimentos da época, quando, sacudido pelas salvações de uma era tumultuária, o País assistiria, mais uma vez, à troca de homens num simples *ôte toi de là, que je m'y mette*, sem variações de tema e sem mutações de ideal.

Foi então a retirada para a metrópole, a abençoada evasão que lhe abriria mais tarde os horizontes à verdadeira sedução da sua inteligência.

Mas foi, antes disso, a luta inglória em busca da subsistência diária para si e para os seus, o mesmo Calvário em que tantos se extenuam, se arrastam e se perdem. Dessa página dolorosa dos intelectuais que fracassam, incompreendidos no meio indiferente ou hostil, ainda não se escreveu aqui o drama pungente. Que mundo de sentimentos está ao alcance de um romancista de gênio no amargor de tantos sonhos desfeitos, de tanta quimera, de tantas lágrimas!

Como deve a saudade, nas horas sombrias do desânimo, volver para a doçura da província abandonada o pensamento arrependido de quem, querendo ser profeta em terra alheia, não logrou ser ouvido, nem notado!

Garcia, ele próprio, registrou esse momento triste da sua vida, no discurso de posse nesta Academia, referindo-se a Rocha Pombo: "Não vos direi, senhores, de sua tragédia, que foi também a minha e de tantos outros brasilei-

ros, que, tangidos pela necessidade de ganhar a vida, são forçados a abandonar os Estados para este grande centro que é o Rio de Janeiro."

Todos aqui chegam inebriados de esperança e para a maioria o que resta afinal é a *città dolente* dos desenganos e das ilusões perdidas.

Rodolfo Garcia venceu a cidade e dominou o meio. Mas o que lhe custou de resignação, de angústia, de sacrifício para libertar-se do anonimato e ascender à glória compensadora da vossa Companhia!

Vemo-lo na humildade de funções menores, a encher boletins na secretaria da Faculdade de Direito, a catalogar livros na Biblioteca do Instituto dos Advogados, a servir pacientemente aos que buscavam informes nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Foi aí, em meio de latas abertas e de documentos esparsos, que, pela mão de Vieira Fazenda, ele conheceu Capistrano de Abreu, cuja amizade o acompanharia até à madrugada aziaga de 13 de agosto de 1927, quando, morreu o grande pesquisador da nossa História.

Dois temperamentos, dois caracteres, duas almas diferentes. Mas duas culturas que se encontraram, duas compreensões unidas para o mesmo objetivo, duas abnegações feitas uma só. O signo – a História, o anseio – a verdade, o amor – o Brasil.

Tinham ambos o mesmo culto por Varnhagen, que João Francisco Lisboa considerou o "pai da nossa História". Diferente, porém, seria entre eles o amor votado ao patrono augusto da cadeira criada por Oliveira Lima, porque emanava tal sentimento de dois feitios mui diversos.

O entusiasmo de Garcia ele o confessou desta tribuna, ao referir-se à *História Geral do Brasil*: "Li-a, e a impressão resultante foi que era diferente das outras histórias; mais fatos, mais pormenores, mais crítica, mais lúcida interpretação, mais Ciência, mais História, em suma."

A Oliveira Lima, que nesta casa o antecedeu na admiração a Varnhagen, não haviam de faltar pequenas restrições à personalidade do grande historiador, muito embora a superá-las sobrassem os louvores de quem nunca se mostrou pródigo em elogiar.

Mesmo, porém, para os que respigaram aqui ou ali, outro não poderia ser o julgamento de uma obra que marca um dos cimos da nossa Cultura e se

amplia para além das fronteiras pátrias pelos temas que abordou com tão larga capacidade de polígrafo e tanta opulência de teses e idéias.

De Garcia, a admiração pelo Visconde de Porto Seguro era sem restrições. Mesmo o estilo do fecundo historiador, do qual todos os seus biógrafos e comenta dores falaram mal, a Garcia não provocou reparos e ele o conta neste trecho suavemente irônico:

> Nesse tempo, na província, como no Brasil em geral, fazia-se questão absoluta, para que um escrito, um livro pudesse ser lido, que tivesse estilo, e por estilo entendia-se a superlativação à maneira de Eça de Queirós, em que o substantivo tinha que vir sempre escorado por dois adjetivos e às vezes mais, o adjetivo por um ou dois advérbios em "mente", o que, na opinião abalizada dos estilistas, servia para dar ou aumentar a intensidade, o colorido, o pitoresco da frase; havia ainda o emprego compulsório das comparações, destinadas a animar o escrito de imagens evocativas: período sem uma comparação, ao menos, estava demitido de período. A arte de escrever era então complicada e difícil. Mas, apesar de também participar eu da influência derramada pela Correspondência de *Fradique Mendes* e pela *Cidade e as Serras*, li, como vos disse, e reli por meu prazer, o grande livro de Varnhagen, que os meus companheiros do cenáculo da Livraria Silveira, no Recife, em princípios do século corrente, incluíram em seu *Index librorum prohibitorum,* por pesadão, maçudo, sem estilo... Vem daí o entusiasmo, a admiração, de que vos falei, pela obra do historiador do Brasil, acrescida sempre, no curso dos tempos, à medida que melhor a conhecia através de sua avultada bibliografia.

Nesse dia em que se encontrou com Varnhagem nas páginas da *História Geral do Brasil*, Rodolfo Garcia marcou a rota que o levaria, nas pegadas do mestre, a ser, com Oliveira Lima, com Capistrano, com Rocha Pombo, aquele que o igualaria na faina de pesquisar, no empenho de investigar, na paixão de descobrir, para decifrar as incógnitas da nossa História e fornecer, aos que queiram um dia desvendar o seu sentido filosófico, o manancial imprescindível das fontes autênticas.

Rodolfo Garcia não se revelou muito cedo na vocação que o notabilizaria. Andou por Ceca e Meca, nos campos da inteligência, até chegar à

História. Atraíra-o antes o estudo da filologia, que o levaria para a coleção dos brasileirismos peculiares a Pernambuco, com a qual compunha o dicionário publicado em 1915.

Formou na coorte insigne de Pereira Coruja, José Veríssimo, Macedo Soares, Beaurepaire Rohan, Chermont de Miranda, João Ribeiro, Roquette-Pinto e outros estudiosos atraídos pela lexicologia indígena.

Seu *Dicionário de Brasileirismos* apresenta erudita introdução que bem explica a obra e sua orientação científica. Os verbetes colhidos, quanto à sua procedência, são distribuídos nos seguintes grupos: termos luso-brasileiros, termos pan-americanos, termos pambrasileiros e termos locais ou regionais. Os primeiros compreendem aquelas vozes que derivam do antigo português, caídas em desuso na velha metrópole, persistindo, porém, na linguagem brasileira. Para Rodolfo Garcia, o Brasil foi mais conservador do que Portugal. E para isto apontou, como causa principal, o afrancesamento da língua portuguesa em Portugal devido às invasões francesas, enquanto que o Brasil, com os seus portos fechados ao comércio, até 1808, se conservou quase imune a outras influências que não fossem as da Mãe Pátria. Os termos pan-americanos, diz Garcia, abrangem aqueles que se usam em mais de um país da América do Sul e Central. As várias línguas americanas, como o mexicano, o caraíba, o quíchua, o araucano, o tupi e guarani, lhe dão origem. Os pambrasileiros "são os que se usam em todos ou quase todos os Estados do Brasil. Devem sua formação precipuamente à superfetação do português à influência do tupi-guarani e das línguas africanas, em sua maioria filiadas ao grupo bantu".

Todos esses fatos constituem, para Rodolfo Garcia, as causas externas modificadoras do português falado no Brasil. Mas as causas que determinaram maior ou menor eficiência dos fatores modificativos são as de origem mesológica, como a continuidade territorial, a facilidade das comunicações terrestres, marítimas ou fluviais, a homogeneidade ou heterogeneidade de culturas ou indústrias, a dosagem, enfim, dos elementos étnicos da população das diversas unidades da Federação.

Propõe, então, a distribuição geográfica de cinco, zonas de *localismos*. Na primeira – Amazonas, Pará e Maranhão –, ao lado da uniformidade do meio domina o índio, a ocupação na indústria extrativa do homem e o modo de vida por assim dizer anfíbio. Na segunda –, Piauí, Ceará, Rio Grande do

Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas –, predomina o negro sobre o índio na mestiçagem e há a uniformidade dos misteres dos seus habitantes. A terceira – Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro –, foi a que mais sentiu o influxo da metrópole, exterminou os índios e sofreu a onda avassaladora do negro. A quarta – São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul –, oferece frisantes contrastes nas suas condições mesológicas com as precedentes, havendo falta quase absoluta do africano e grande variedade de culturas e métodos de praticá-la. Na quinta – Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso –, tudo difere: região de altas montanhas, profundos vales e campos sem-fim, é a que tem vivido mais segregada por secular espaço da comunhão brasileira.

É um excelente esboço que revela a influência da explicação geográfica, tão em voga na época de sua formação mental e mostra, ainda, a decisiva autoridade de Varnhagen, o primeiro a frisar a necessidade do estudo das línguas indígenas.

A sedução lingüística atrairia o paciente pesquisador ao fascínio da selva, onde poria sua erudição a serviço do indianismo, para as revelações dos nomes de aves em língua tupi, divulgadas no *Boletim* do *Museu Nacional*, para os glossários que depois publicaria e para as explicações aditadas a tantas obras mais tarde reproduzidas e comentadas.

Ficou, com esses estudos, senhor da língua tupi, muito embora classificasse, em carta a Alcântara Machado, de problemáticos os seus conhecimentos daquele idioma.

Alcântara Machado, incumbido pela Academia de anotar as *Cartas Jesuíticas*, houvera recorrido a Garcia, para decifração de vários vocábulos indígenas. E Garcia retrucou com a historieta, que ouvira do sábio Artur Neiva. Vale a pena recordá-la, tirando-a das cartas inéditas do historiador, pelo delicioso sabor da anedota e pela graça do estilo:

> Em uma das viagens do imperador a São Paulo, ao chegar a Campinas, mostrou vivo desejo de conhecer certo cidadão, que pertencia ao partido contrário do que estava no poder, liberal ou conservador, não vem ao caso apurar agora. Infelizmente tal cidadão não se achava em Campinas na ocasião, mas em outra cidade, digamos Moji-Mirim, por onde o imperador tinha de passar. Chegado ali, mostrou D. Pedro II o mesmo interesse em vê-lo, e como

não estava na estação pediu que o fossem buscar onde quer que se encontrasse. Esse interesse, é claro, intrigava solenemente a comitiva imperial, principalmente aos paulistas, que dela faziam parte, e ainda mais porque deles era adversário político aquele assim visado pela curiosidade do imperador. Como não lhes competia senão satisfazê-lo, foram eles à procura do homem e um entre eles, menos incompatibilizado, lhe deu contas da incumbência.

– Não me faltava acontecer mais nada do que Sua Majestade querer ver-me! – teria sido o seu comentário.

Afinal, enfarpelado na melhor roupa que possuía, foi o homem levado à presença imperial. Ao avistá-lo, ao longe, foi o imperador saudando-o:

– Ereiupe, caraíba!

O pobre homem, atarantado, dobrando-se em reverências, não sabia o que responder, ao passo que o imperador, julgando-o talvez surdo, ia repetindo a saudação cada vez em voz mais alta. Afinal o homem pôde falar para significar a S. M. que não entendia nada do que estava ouvindo.

– Como, então, o senhor não fala tupi? Foi o que me disseram...

– Não Majestade, nunca falei tupi... É mais uma calúnia da oposição!

Garcia aplicava o conto à sua situação, mas a sua modéstia é logo desmentida, porque todas as dúvidas de Alcântara Machado ele as devolve resolvidas.

Pela História, propriamente, só mais tarde Garcia se deixaria absorver, para nunca mais desertar. Como Nabuco, preferiu ligar-se ao passado que ameaça ruína do que ao futuro que ainda não tem forma. Vivendo num momento de transição histórica, não se debateu o seu espírito com a inquietação que a tantos atormenta.

Fugiu, por isso, à desorientação em que se perdem hoje os que buscam o sentido do mundo em transformação. A convivência com as coisas pretéritas dispensou-o de procurar saber se a crise que sacode a sociedade é econômica, ideológica ou política. Não podia deixar de vê-la como uma crise de civilização e, humanista dos mais puros e profundos, havia de recear pelo fim do humanismo, melancolicamente afirmado por Berdiaeff, para preferir por

certo a explicação de Duhamel, de uma evolução com um conjunto de noções novas ainda sem aplicação.

Seus estudos foram, de começo, orientados por trabalhos alheios, aparecendo nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e nas publicações do *Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco.* O hábito e o gosto lhe ficaram de anotar, de achegar, de aditar e suprir, de acrescentar ou corrigir, de descobrir e revelar.

Nisso, ninguém superou a Garcia e só a Capistrano se compara. Das suas nótulas, remissões, adendos, surgem, vivificados por seiva nova, documentos que o tempo havia petrificado ou anquilosado. Sem a colaboração de Garcia, seriam reminiscências sem expressão, telas sem colorido, vidas sem alma.

Seu poder de aclarar, de restaurar o tempo, de situar o episódio era tão forte, tão pessoal, que Afrânio. Peixoto, zangado com Varnhagen por causa de Southey, só admite a prioridade da *História Geral do Brasil* entre as suas congêneres porque nela houve o dedo de Capistrano e de Garcia, sobretudo de Garcia:

> Entretanto, se Varnhagen é o segundo grande historiador do Brasil, a sua *História Geral,* 3.ª edição integral, é bem a primeira grande história do Brasil, porque Capistrano de Abreu e, principalmente, Rodolfo Garcia assim a fizeram, apontando-lhe os galhos mortos da árvore, podando-os com as notas embaixo das páginas e ao cabo dos capítulos, com o que, na verdade, essa *História* já não é mais de Varnhagen apenas, senão, correta e aumentada, de Varnhagen, Capistrano e Garcia. Principalmente de Garcia. Não o digo senão porque o posso provar. E não o digo para afrontar o Porto Seguro, que teve razões documentais para o amor e a intenção de Capistrano de Abreu, amor e intenção reafirmados por seu discípulo Rodolfo Garcia, que o realizou.

Para Southey, ambicionava Afrânio a mesma sorte de Varnhagen: que Rodolfo Garcia revivesse a sua *História do Brasil,* anotando-a, completando-a, atualizando-a, com documentação adequada. O apelo público de Afrânio calou no ânimo de Garcia, mas não permitiu a morte a conclusão do trabalho começado e por isso Southey terá, na historiografia brasileira, o destino de

haver sido ultrapassado por Varnhagen, porque nem Capistrano nem Garcia o reeditaram, renovado, para a posteridade.

Mas muitos outros tiveram a dita que faltou ao historiador inglês. Velhos manuscritos, relatórios esquecidos, devassas e processos, almanaques bolorentos, diários inéditos, cartas e narrativas surgiram das trevas de baús empoeirados para a luz dos *Anais da Biblioteca Nacional* pela escolha atilada de Garcia, que lhes deu a vida do seu espírito, ressuscitando pessoas e fatos, para que existam sempre nas páginas eternas da História do Brasil.

Em muitos desses trabalhos, que ainda hão de formar um volume só na bibliografia de Garcia, prima o cronista sobre o erudito. Se, na sua maioria, aparece o saber do anotador para a revelação do texto, em vários o que encanta é a finura do comentador, a volitar risonho sobre episódios da época, num estilo de água corrente, puro, límpido, cantante.

Monges e doutores, nobres e escravos, funcionários e mercadores, toda a miscelânea de uma sociedade que se formava nos idos da colônia, surgem animados nos palácios e residências, nas igrejas e praças, nos conventos e vielas do Rio de Janeiro, do Recife, da Bahia, em reconstituição que só a força criadora do espírito de Garcia, servida por seus conhecimentos do passado, lograria fazer tão viva e tão perfeita.

Rodolfo Garcia revela-se aí o mesmo mestre erudito da sua obra fragmentada de anotador, mas o escritor ressalta todos comentários despretensiosamente feitos. Não é o didata a preocupar-se com o que ele sabe e os outros ignoram. É o guia cortês que leva pela mão, através dos escaninhos da História, os visitantes de um momento de curiosidade. Sua palavra não é de controvérsia ou polêmica. Repugna-lhe a palmatória, porque não corrige para castigar, mas para acertar, retificar, restabelecer a verdade. Sua interferência é sempre tolerante e generosa. Ao mostrar a fantasia e o erro de apreciações de um naturalista inglês que andou pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais de 1833 a 1835, depois de identificar o autor desconhecido, Sir Charles James Fox Bunbury, não o censura por ter escrito coisas narradas, mas adverte o leitor para que não se engane com as impressões do hóspede ilustre. E o justifica com brandura:

> As impressões de viajantes estrangeiros sobre países que visitam e que criticam, às vezes com acrimônia, são mesmo assim interessantes: se lhes assiste razão, não há como contrariá-las; mas se dela carecem, ou se a posteridade se incumbiu de destruí-las, é sempre motivo de satisfação para quem sofreu a injustiça o verificar que o mal apontado ou o erro assinalada, ou não existia, ou teve com o passar dos tempos a correção necessária.

E é sempre assim quando emenda os outros. Fá-lo como se estivesse a pedir desculpas. Não quis tomar partido na controvérsia sobre o acaso ou o propositado intento na descoberta do Brasil, por considerar o problema sem solução. De passagem, como quem não quer, retifica a Varnhagen, sempre que o encontra em falta e conserta o erro, humildemente, sem jactância ou orgulho, que nunca lhe turbaram a naturalidade do saber.

A ironia que pontilha às vezes na obra de Garcia, a ligeira mordacidade que havia nas suas expansões, própria do seu feitio, foram talvez apuradas na convivência com um dos talentos mais ferinos que o Brasil já teve: Garcia serviu algum tempo como secretário do Conselheiro Nuno de Andrade, o delicioso Felício Terra, que os contemporâneos temiam pela língua acidulada e passou pela vida a desperdiçar talento em motejos e picardias.

Mas a alma boa de Garcia havia de ser o bastião defensivo contra a crueza do dito viperino. Sua veia sarcástica se diluiria em sorrisos de ironia e pinceladas de humor, que mancham as páginas impressionistas das suas crônicas de historiador. A sua Conferência sobre *As Órfãs* ele a termina com deliciosa malícia, ao explicar por que se interrompeu a corrente de donzelas por Sua Majestade Sereníssima a Rainha D. Catarina instituída para que os súditos do Brasil pudessem casar e formar famílias de quatrocentos anos. Vieram no século XVI muitas órfãs cujo dote era um emprego para o marido. O costume vem de longe... Mas no começo do século XVII a gentil imigração parou, porque da última viagem, feita na caravela de Sebastião Martins e seu irmão, houve um processo que deu com os navegantes na cadeia, pelo mal feito às órfãs da rainha. E conta Garcia:

> Qual fosse esse mal, não se declara no documento citado; mas adivinha-se sem maior dispêndio de argúcia. Nem é necessário entrar em pormenores sobre o que a devassa teria conhecido. O que é certo é que, depois de tal suces-

> so, não consta fossem despachadas mais donzelas para o Brasil. Aos perigos da navegação, que naquele tempo eram muitos e temerosos, mais um veio juntar-se a incontinência dos navegantes...

De outra feita, a pilhéria de Garcia surge inesperada, pingando reticências de chiste no fim de um documento erudito e grave. Pediram-lhe resolver a dúvida sobre a fundação da Cidade do Salvador. E ele, estudando, os arquivos e os cronistas, pesquisando aqui e ali, encontra a solução do problema, com a data exata que oferece aos consultantes. E o seu douto parecer assim concluiu: "Mas acontece que eu não sou baiano."

Em Rodolfo Garcia, como em Capistrano, houve sempre absoluto alheamento à glória da publicidade. O seu prazer, imerso no passado, consistia em tirar do documento a essência da verdade que lhe interessava fixar. Há em Garcia um espírito de renúncia, de sabor beneditino. Contentava-se em aparecer no baixo das páginas, em tipo miúdo, metido num G entre parêntesis. Essa referência mínima a tão alto valor é, no entanto, a identificação de uma vasta erudição, de um profundo conhecimento, que não se apagava nas *foot-notes* com que, um dia, aprouve referir-se à sua colaboração à obra alheia. A sua vaidade de escritor ele a cultivava para si mesmo, a riqueza de sua cultura não a ostentava em edições próprias, com o nome em ouro nas lombadas coloridas. Satisfazia-se em aparecer na folha de rosto, como anotador, e assim trouxe a lume, atualizados pelo seu saber, entre muitos, o Padre Fernão Cardim e o Visconde de Porto Seguro; o Padre Manoel da Nóbrega e Frei Vicente do Salvador; Anchieta e Maria Graham; o autor de *Tratados da Terra e Gente do Brasil* e o missionário que escreveu o *Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasílica da Nação Kiriri*; o Barão do Rio Branco, com as *Efemérides Brasileiras*, e Luís Joaquim dos Santos Marrocos, o primeiro funcionário da Biblioteca, que veio para o Brasil com o Príncipe Regente e escreveu por dezenas cartas que são um valioso testemunho dos acontecimentos da época.

Limitava-se Rodolfo Garcia a juntar seu nome ilustre a outros nomes ilustres que guarda a bibliografia brasileira. Obra com seu nome apenas, pouco se lhe dava compor. Não fora o apelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para encarregar-se de dois dos mais importantes capítulos do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, planejado

para comemoração do Centenário da Independência, e Garcia não se teria abalançado a condensar, em dois exaustivos capítulos, o que ele sabia sobre *Etnografia Indígena* e o que havia acumulado a respeito da *História das Explorações Científicas*. Aí, nesses trabalhos, aparece Garcia liberto de sociedade alheia, para ser, ele só, o autor de duas admiráveis monografias, nas quais revela a vastidão dos seus conhecimentos, na forma atraente do excelente escritor que era.

Em magnífico estudo composto para assinalar a perda sofrida pela cultura pátria com o perecimento de Garcia, o Sr. José Honório Rodrigues fixou bem a autonomia do pensamento do Mestre, sem subordinação absoluta às limitações da influência recebida de Capistrano. Esse julgamento autorizado situa bem Rodolfo Garcia na historiografia brasileira:

> Ele soube escrever com elegância, correção e, especialmente, com inteligência aquela contribuição magnífica que é a *História das Explorações Científicas*. Mas o que revela sua capacidade de historiador e o afirma como tal, capaz de intentar compreender a vida em todas as suas manifestações e de reconstituí-la numa síntese admiravelmente arguta, psicológica e interpretativa, é a Introdução que assina na *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, Denunciações de Pernambuco* (São Paulo, 1929). Aqui, a firmeza do texto, a segurança da informação, a beleza da composição casam-se numa apurada reconstituição da vida colonial. Aqui ele se revelou capaz de dominar os documentos, interrogá-los inteligentemente e compor a vida tal qual ela foi vivida.
>
> Seu preparo de historiador reunia conhecimento metodológico, investigação documental exaustiva, crítica histórica apurada, capacidade de realização e composição. Nele se observam nitidamente as influências de Varnhagen e Capistrano de Abreu. Na sua teoria da História que tanto determina o destino dos seus trabalhos, domina a explicação geográfica. Estudos geográficos, pesquisas etnográficas, investigações lingüísticas cimentaram sua compreensão do mundo colonial. As influências psicológicas de Capistrano de Abreu o conduziram à modéstia das notas, ao comentário "textual", à erudição minuciosa. Mas não lhe faltou capacidade de síntese, como revelou no estudo já citado sobre a sociedade colonial.

Circunstâncias alheias à sua iniciativa forçaram Garcia a realizar obra autônoma, evadindo-se dos pés de página e dos fins de capítulo, onde se aprazia em registrar os seus conhecimentos, nas aparas ao trabalho alheio.

Assim como escreveu duas excelentes monografias para o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, compôs também um livro inteiro, com as lições ministradas no "Curso de Museus", da Biblioteca Nacional, sobre a História político-administrativa do Brasil. Ficou inédito esse trabalho e ao ser editado servirá para que o nome de Garcia apareça numa obra valiosa, de síntese histórica, vinda da época do Descobrimento até a abertura dos portos.

Nesse estudo, Garcia acompanha a evolução administrativa do país desde as feitorias, nos primórdios da época colonial, até as últimas e mais adiantadas instituições sob que vive a nação. Analisou desde os forais das Capitanias até a legislação mais moderna, os registros dos governadores, dos oficiais da fazenda e da justiça, a formação dos municípios e comarcas, os códigos, as leis, todo o regime político e administrativo que vigorou no Brasil colônia e no Brasil império e ainda vigora no Brasil república.

Feito em apostilas de aula resultou num livro com unidade de composição, escrito com elegância e clareza, sem as "minúcias supérfluas de que os compêndios estão cheios e de que os ginásios vos fartaram", como disse aos seus alunos. Ficará na bibliografia do escritor como obra de peso, na qual se condensa a sua vasta erudição, se reafirma a pureza do seu vernáculo, brilha o primor do seu estilo.

Aí, nesse livro inédito, como em tudo o que escreveu e publicou, a opulência dos seus conhecimentos da História pátria Garcia a ilustra em poucas e despretensiosas palavras.

Abri os volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, publicados desde o ano de 1932, quando assumiu a sua direção. Aos documentos que fazia divulgar, com a marca da sua escolha, por saber o interesse que tinham para a nossa História, dava um prefácio, a que chamava singelamente de "explicação". São, no entanto, comentários profundos, que vivificam a frieza do texto, ampliam e esclarecem o que de outra forma não se saberia, levantam pontas de véu para que se devassem perspectivas não imaginadas, abrem sulcos novos para a sementeira de estudos que estão a pedir devoções iguais à de Garcia. É

assim com a História da Fundação do Colégio da Capitania de Pernambuco, com o livro das Denunciações que se faziam à Visitação do Santo Ofício à Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, do Estado do Brasil, no ano de 1618, com os Atos da Câmara Municipal de Vila Rica, primeiros documentos da vida administrativa de Minas Gerais, depois que, pela carta régia de 29 de novembro de 1709 a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi criada a nova Capitania de São Paulo e Minas. É assim com o *Diário Resumido* do Dr. José de Saldanha, demarcador de limites no extremo sul do país, em virtude das determinações do Tratado de Santo Ildefonso, de 1781 a 1788, onde Garcia, com seu pendor filológico, vai atrás do linguajar sul-rio-grandense notado pelo autor e registra de passagem que *querência* não é de origem castelhana, mas português do bom, porque vem de carência.

Revela-se a universidade da sapiência de Garcia numa obra restrita à História, mas que se espraia em erudição pela Lingüística e Etnografia, pela crítica, pela Filosofia, pela Literatura, por tantos e tão variados ramos de ilustração e da Cultura.

* * *

Da vossa saudade, quando a morte o abateu, poder-se-iam tirar os motivos para o florilégio do seu louvor: modelo de fidelidade; trabalhador incansável; honestidade intelectual; exemplo de coerência; homem de ciência e de coração leal; amigo perfeito; a sabedoria sem erro, a bondade sem reservas, a placidez sem renúncias morais; probo, meticuloso e insigne historiador. Poucos terão, ao partir, recebido tão sentida e justa consagração. Aí se condensa a alma de Rodolfo Garcia, para a história de sua vida.

Podia encerrar-se aqui este discurso, com o fecho de ouro do vosso elogio ao preclaro confrade, que desapareceu resignadamente, serenamente, como sempre vivera, num doce sorriso para a suprema renúncia. Mas ao concluir a evocação de sua memória, égide que busco para o culto dos dias a viver aqui, ocorre-me o episódio narrado por Gil Blas de Santillana, antes da revelação de suas aventuras, e não me esquivo à tentação de reproduzi-lo.

Dois estudantes, indo de Peñafiel a Salamanca, pararam junto a uma fonte, a descansar e matar a sede. Viram ali, sobre uma pedra, à flor da terra, palavras que o tempo quase apagara. Reavivando o gravado, leram esta inscrição: "Aqui está encerrada a alma do licenciado Pedro Garcia."

O mais jovem riu-se da fantasia e do absurdo. Alma sepultada na terra! Que tonteira! E sorrindo, seguiu o seu caminho. O outro achou que pudesse haver ali um mistério a desvendar. Com paciência, conseguiu levantar a pedra da estranha sepultura. Encontrou então uma bolsa com cem ducados e uma carta escrita em latim: "Faço-te o herdeiro meu, tu que tiveste espírito bastante para decifrar o sentido da inscrição, e usarás o meu dinheiro melhor do que eu."

E assim, afortunado, partiu o estudante para Salamanca, com a herança maravilhosa...

Houve aqui também um licenciado Garcia e a coincidência do apólogo. As anotações que achegou à obra alheia são o tesouro encerrado embaixo do texto que não é seu. Ao leitor apressado tais notas passarão despercebidas. Aos atentos e aos perspicazes, revelarão a alma do historiador, com a riqueza inesgotável do seu saber.

II

RESPOSTA DO SR. LEVI CARNEIRO

Senhor Elmano Cardim,

Recordei, há tempos, em vosso jornal, um episódio de vida familiar, que Álvaro de Castro Meneses gostava de narrar. Castro Meneses, promotor público e poeta – ou antes, poeta e promotor público – ou redator do *Jornal* do *Commercio*, onde escrevia "quadros de guerra" e debatia questões econômicas, zarolho e capenga, fulgurante de inteligência, exuberante de vida e de alegria, com suas gargalhadas estrepitosas, a gesticulação derramada, a loquacidade inextinguível – contava que, na tranqüilidade do lar, rodeado da família, um velho almirante reformado se lamentava de não haver prestado à Marinha, e ao Brasil, os serviços de que se considerava capaz. Então, alguém, com intuito de consolá-lo, ponderou: "Mas, você ainda os pode prestar..." O almirante refugou: "Ora essa! se estou reformado..." Insistiu o outro: "Pode reverter, pode ser chamado à atividade – como o Jerônimo Gonçalves e o Jaceguai; mesmo reformado, pode até ser ministro: olhe o Baltasar da Silveira."

Foi pior; o almirante mostrou-se mais desalentado: "Isso não é para mim; você caçoa comigo: eu, ministro!..."

O parente, que pretendia confortá-lo, reafirmou: "Pois é isso mesmo! e você seria um grande ministro..."

Apoiaram-no os demais presentes. Por sua parte, o almirante reiterou a negativa. Acalorou-se a divergência. Quando amainou, num momento de silêncio, a velha irmã do almirante, que habitualmente cochilava na cadeira de

balanço, nessa noite tendo-se interessado pelo debate, proferiu, serenamente, algumas palavras animadoras:

– É sim, meu irmão, outros piores têm sido...

Traduziram tais palavras o estímulo implícito, despercebido, decisivo, de toda a gente de nosso tempo. Fixaram a secreta convicção generalizada. Os mais altos postos do governo, das academias científicas ou literárias, os cargos técnicos, os de mais graves responsabilidades – tudo todos podem cobiçar, encorajados pela mesma consideração intima: outros piores têm sido...

Ora, na carta protocolar em que me anunciastes vossa candidatura à Academia, recordando meu pequeno artigo no *Jornal*, procurastes justificá-la com a frase da velha e bondosa parenta do almirante desalentado. Escrevestes apenas: "outros piores têm sido..."

Tínheis, no entanto, incentivos maiores. Bastaria o que vos deu, nesta mesma sala, da mesma tribuna que ocupastes há pouco um dos nossos, um dos que, por todos os motivos, mais autorizadamente poderiam falar em nome da Academia. Bem vos recordais de que, há quase cinco anos, Afrânio Peixoto, em plena sessão comemorativa de Félix Pacheco, acentuou que "sempre a imprensa nos trouxe acadêmicos", acrescentando que não via ninguém pelo *Jornal do Commercio*. Isso – que já não é pouco – é o que consta de nossos anais. Se me não falha a memória, as palavras proferidas foram mais explícitas e vos mencionaram nominalmente; ou, pelo menos, o orador lhes revelou o alcance, dirigindo-se a vós, quando as enunciava.

Em verdade, Afrânio Peixoto, sempre fascinante na variedade múltipla das suas expansões, intolerante com os deslizes de caráter e com o que supunha deslizes de caráter, era da maior indulgência, por vezes excessiva, com as veleidades literárias. Ninguém, como ele, gostava de encorajar qualquer aspiração à Academia. Não creio, porém, que não tivesse certa malícia íntima, recalcada, quando espicaçava pretensões mal dissimuladas, dizendo ao seu interlocutor, com inteira naturalidade, a segurar-lhe um botão do paletó: "A Academia está à sua espera..."

Convosco, não foi assim. Não fez apenas isso. Chegou a ser provocador. Lançou o pregão público de vossa candidatura – num gesto sem precedente, capaz de transformar qualquer cabeça menos estabilizada que a vossa.

Demais, ao tempo, havia sete anos, tínheis já subido a essa mesma tribuna e falado, como sempre enternecidamente, do vosso e nosso Félix Pacheco. Nessa ocasião, com a inequívoca emoção do enamorado, destes à Academia o epíteto enfático de "Cenáculo magnificente". Não sois, agora, um estreante na tribuna deste "Cenáculo"... "magnificente".

Vossa candidatura, legítima por tantos títulos, aguardada, encorajada, foi, por vós mesmo, retardada durante longos anos.

Ouvistes, e guardastes, as palavras de Afrânio Peixoto, e outras, do mesmo sentido, que vos foram ditas em ocasiões diferentes, sem publicidade.

Não ficastes, por certo, desinteressado da sugestão. Preferistes, contudo, esperar. Soubestes fazer-vos esperado. Preparastes um nutrido volume de conferências. Quisestes que alguns raros, quase invisíveis, fios prateados tentassem, em vão, contradizer o aspecto magnífico de vossa persistente mocidade.

Por fim, quando vos decidistes, conseguistes, com facilidade, uma vitória incomparável: não tivestes competidor; lograstes a unanimidade dos sufrágios, com a só restrição de um voto em branco, da quase unanimidade dos acadêmicos, ultrapassando em muito os mais altos números até então apurados.

Se a nossa douta e operosa Comissão de publicações organizar, como desejo, um "manual do perfeito candidato à Academia", a fim de excluir certas inconveniências que, não raro, cometem pretendentes ansiosos, há de caber-vos, nessa obra, o encargo de redigir as advertências contra a sofreguidão.

Todavia, nem só por terdes sabido a ela resistir obtivestes o triunfo assinalado. Motivaram-no vossos merecimentos, notórios e proclamados, e outros, menos divulgados e aparentes. Entre uns e outros, ao delinear-vos o perfil moral, não incluo, com sinceridade vos digo, precisamente aquele de que vossa atitude pareceria resultante: a modéstia. Permito-me dizê-lo, pois nas academias nem ela vale muito.

Nesta, em que ingressais, com o fardão aparatoso, a insígnia enganadoramente pretensiosa *ad immortalitatem* – se não está de todo proscrita, ao menos não se lhe faz propício o ambiente. Nem posso esquecer que um acadêmico insigne me revelou certa conceituação da modéstia, que talvez seja, ou venha a ser também a vossa.

Era uma vez, em Petrópolis, numa bela tarde estival, Fernando Magalhães, o nosso sempre lembrado Fernando Magalhães. Apresentou-me ele um "álbum de pensamentos" – um desses aterradores álbuns de pensamentos, em que tantas vezes cada um de nós é aqui solicitado a exarar algumas palavras conceituosas. Fernando fez-me ler uma página manuscrita, cobrindo-lhe a assinatura com a mão espalmada. Li mais ou menos isto: o general modesto é o general que perde todas as batalhas; o médico modesto é o que vê morrerem os seus clientes; o advogado modesto é o vencido nas causas que patrocina; o escritor modesto é o de que ninguém lê os livros; o engenheiro modesto é o que constrói edifícios ou pontes, que se esboroam... E não sei mais quê, por aí afora; em suma, a modéstia companheira do mau êxito. Fernando Magalhães seguia-me à leitura com o olhar radiante, aquele seu magnífico sorriso a desabrochar-lhe na face rosada. Quando terminei, sem retirar a mão de sobre o livrinho, perguntou-me: "De quem é?" Eu estava a reconhecer a escrita clara, límpida, igual, sem conseguir fixar um nome. Por fim, Fernando Magalhães levantou a mão e deixou-me ler a assinatura: Miguel Couto. Sim, Miguel Couto, o grande e nobre homem de pensamento, de ação e de sentimento, que toda a gente sabia inexcedivelmente modesto.

Estareis, pois, em boa companhia, não sendo modesto – até porque, para o não serdes, basta que sejais, como sois, um escritor bem lido, um jornalista vencedor das campanhas em que se empenha.

Se vos não embriagam as vitórias, delas decorre outra razão, excludente de vossa modéstia: é que sois um homem afortunado, merecidamente afortunado. Bem sei, por força do meu ofício, que sois titular de um cartório judiciário, um desses cobiçados cartórios que, por via de regra, cabiam somente a revolucionários triunfantes, a paredros previdentes que se encaminhavam para o ostracismo, ou a parentes, ou amigos do peito, de uns ou de outros. Acima dessa, fruís outra felicidade que contrasta com essa, maior, mais recatada, mais invejável, que vos permite ter aqui, partícipe de vosso triunfo, a vossa nobre progenitora. E como sabeis prezar a felicidade que vos cabe, tornastes vossa festa acadêmica um episódio da que ela mesma hoje celebra e lhe dais o melhor brinde de aniversário, na alegria de viver conosco esta breve hora.

* * *

Não sendo modesto, tendes discrição, medida, bom gosto, sentido de oportunidade – a que pode parecer modéstia e, afinal, vale mais que a modéstia.

Dessa feição de vossa personalidade, que ditou a norma de vossa vida, resulta outra aparência – a de facilidade de vossa ascensão profissional. Chegastes a um posto culminante na imprensa brasileira, chegastes a esta Academia – sem meter os cotovelos, para abrir caminho, sem a imoderada satisfação dos arrivistas, antes com certo ar de indiferença tranqüila. Repetistes, em prosa, o verso de Félix Pacheco, dizendo que vossa vida era "uma ascensão vagarosa, mas constante". Assim continuou, menos vagarosamente do que teríeis considerado.

Nascido em terra fluminense, como tantos de nossos maiores jornalistas de todos os tempos – Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Alcindo Guanabara, o próprio José Carlos Rodrigues – fostes educado em Minas Gerais. Ali tereis haurido, no convívio da gente mineira, alguma coisa da suave, discretamente maliciosa, condescendência com as fraquezas humanas. Mais tarde, nesta cidade, vos fizestes bacharel em Direito.

Um de vossos colegas de turma, falecido sem renome, traçou-vos o perfil, em versos toscos, que merecem recordados, porquanto, se não fariam jus a prêmio desta Academia, bem mostram que, em 36 anos decorridos, não perdestes as características fixadas pelo poeta:

Nesse apuro de traje americano,
A falar seu francês corretamente,
Do jornalista nessa luta ingente
Eis a figura do colega Elmano.

Ainda no terceiro ou quarto ano
Percorreu todo o velho continente,
Nas velhas pátrias dessa antiga gente
Estudando o poder do gênio humano.

Veio amando a mulher parisiense,
O conjunto da graça resplendente
Que arrouba os corações, deslumbra a vista.

Vê-se, pois, que tem jeito e que tem gosto,
Que é moderno o rapaz, em cujo rosto
A beleza estampou traços de artista.

Antes disso, havíeis ingressado na imprensa, como revisor, num jornal, depois noutro, por fim – há mais de quarenta anos como repórter, no *Jornal do Commercio*.

Intercorrentemente, fostes oficial de gabinete de nada menos de seis Ministros de Estado – de um dos quais, e dos mais conspícuos, sereis aqui companheiro. Tão prolongada permanência na delicada função revela outro traço de vossa personalidade. Contou-me nosso querido confrade Sr. Hélio Lobo que o então presidente da República, ao convidá-la para secretário da presidência, acentuara que precisava de um homem que soubesse dizer "não" parecendo que dizia "sim". Traçou, nessas palavras, a psicologia do secretário ideal. Vós a realizais – pela amenidade do trato, pela indulgente paciência com que sabeis suportar as caceteações mais arrasadoras, por essa rara capacidade de edulcorar as negativas.

Ao falar desses dotes, ligados à vossa afetividade, envolvente sem derramamento, ocorre-me que um colega vosso chegou a chamar-vos "irmão". Referiu, depois, que alguém se surpreendera: "Como? não sabia que era seu irmão". Então, foi o primeiro quem se fez de surpreso: "Não sabia? pois você não sabe que ele é "*el mano?...*" Desde a pia batismal, dando-vos esse prenome adocicado, na forte, amorosa língua castelhana, se teria pressentido, a um tempo, vosso espírito de fraternidade e certa preferência literária, confirmada ainda agora pelas reminiscências do *Quixote* e de *Gil Blas*, que ornaram vosso, discurso...

* * *

Subistes de revisor de provas à mais alta posição no grande jornal – repetindo a proeza de Félix Pacheco que, de repórter de polícia, chegou a diretor, e, também, com variantes, a de quase todos os que vos precederam nesse cargo.

Assim tem sido, graças, antes de tudo, à permeabilidade, à instabilidade de nossa organização social.

Não temos famílias privilegiadas que monopolizem, permanentemente, as posições mais altas. Ao contrário, há um renovamento contínuo, de pronto imperceptível. Dos apelidos das grandes famílias do primeiro Império, pouquíssimos se destacarão, ainda agora, no cenário político, ao passo que, na América espanhola, apesar das agitações revolucionárias, hoje como há cento e quarenta anos, fulguram os nomes dos Pueyrredon, dos Cisneros, dos Errazuriz, dos Riesco, dos Varela, dos Calderón, dos Restrepo e tantos outros.

Na relação dos membros de nosso Congresso Nacional, quase não aparecem sobrenomes de titulares de altas posições no Império, ou nos primeiros tempos da República. Na esfera econômica e financeira, tem passado de mão em mão o predomínio: nossos milionários atuais são, quase todos, *nouveaux riches*, enquanto descendentes dos maiores ricaços do Império lutam com dificuldades de dinheiro. No campo cultural, vão predominando nomes novos, muitos de acento estrangeiro. Há pouco, dos seis professores que compunham a comissão examinadora de concurso na Faculdade Nacional de Medicina, cinco tinham nomes italianos. A não ser nas forças armadas – os apelidos de família modificam-se, quase por completo, dentro em curtos períodos.

Também em vosso *Jornal*, não vejo, em posição saliente, nenhum Plancher, nenhum Villeneuve, nenhum Picot, nenhum Rodrigues, nenhum Botelho, nenhum Pacheco... Por outro lado, nunca ali sobrelevara algum Cardim. Essa é, todavia, uma casa de tradições arraigadas. O *Jornal* tem conservado sua feição inconfundível, até materialmente – sem epígrafes sensacionais, sem gravuras, quase sem versos, bem arrumado, cada coisa com o seu lugar certo; as mesmas seções – "gazetilha", "várias notícias", "publicações a pedido"; a mesma atitude habitualmente serena, reservada, prudente.

Em meio da agitação de nossa vida pública, o *Jornal do Commercio* tem-se tornado um ponto de segurança, um rochedo que não cobrem as ondas encapeladas, um esteio de nossa nacionalidade.

Vós mesmo dissestes, com acerto, que ele "timbra em perdurar, como força conservadora na vida do País, sem deixar-se contaminar, ou influenciar pelo prurido das novidades, ou pelo ridículo das macaqueações, contrárias à nossa índole, à nossa formação e à nossa raça". Ainda há pouco também vos ouvíamos dizer: "Conservar não é sinônimo de estagnar, antes melhor se preserva o que se adapta e se atualiza."

Como tem podido manter-se, desse modo, o *Jornal*, em meio da trepidação de nossa vida social e política? Em virtude do "espírito de continuidade", em que Félix Pacheco tanto insistiu; porque, ele, vós mesmo, todos os outros antecessores vossos chegaram à direção suprema depois de ambientados profundamente, penetrados das tradições ali dominantes, quase sempre tendo servido, por longos anos, em situações inferiores.

Sem dúvida, cada diretor realiza algumas alterações e reformas – gradativamente, sob o império de exigências ocasionais ou de circunstâncias variadas. As maiores inovações, empreendeu-as José Carlos Rodrigues, que aliava à larga experiência do jornalismo norte-americano a condição de antigo correspondente do *Jornal*, nos Estados Unidos, durante um quarto de século.

Félix Pacheco avançou e consolidou essa obra. Por morte dele, surgiria uma dúvida inquietante: a que mãos iria parar o grande quotidiano? Parecia impossível que a desolada viúva se animasse a conservar o domínio da empresa. Alvoroçaram-se pretendentes. Por fortuna, soube a Sra. Dora Pacheco resistir à sedução mais ou menos tentadora das propostas oferecidas e arrostar os riscos do encargo oneroso; soube escolher em vós, por vosso longo tirocínio na casa, por vossa fidelidade ao diretor extinto, por vossos dotes pessoais, o homem a quem confiar o posto vago; soube, assim, manter a tradição fundamental. E porque vos teve à mão, pôde frustrar as pretensões dos estranhos, que ambicionavam a posse da preciosa instituição.

Dezesseis anos passados, o *Jornal do Commercio*, mais forte que nunca, mostra o acerto da escolha. Tendes sabido comprová-lo. Conservastes as tradições, que tivestes o declarado propósito de manter, progredindo e inovando. Acolhestes jovens escritores modernistas. Criastes, há poucos dias, uma larga "página feminina". Sem querer mencionar todas as vossas iniciativas, recordarei que tivestes a intrepidez de adotar a ortografia do acordo interacadêmico. Não o fizestes, porém, sem uma longa "vária" justificativa da mudança e para fazer as coisas como ali se devem fazer – conservastes, no cabeçalho da primeira página, as consoantes geminadas da palavra "Commercio", que o mesmo acordo condenara. Teríeis receado que, impresso o título *Jornal do Commercio* com um só *m* nesta última palavra, lhe ficasse profundamente alterada a fisionomia mais que secular...

Rui Barbosa – precisamente em discurso proferido no banquete que lhe ofereceu o diretor do *Jornal do Commercio*, à sua volta do exílio – se definiu – e repetiria, noutras palavras, a definição – "um liberal de molde conservador, um amigo do progresso pela reforma, um incrédulo na eficácia das revoluções". Tem sido essa a orientação política do *Jornal do Commercio*, a linha por ele indefectivelmente seguida, a característica reiterada dos que o têm dirigido; essa é a vossa própria mentalidade.

Tem sido, de certo, influenciada vossa formação psicológica, pelo ambiente do *Jornal*, em que viveis desde a verde juventude à sazonada maturidade; no entanto, o ambiente apenas acentuou e avigorou as características de vossa personalidade – ponderação, serenidade, objetivismo, constância, espírito a um tempo conservador e liberal. O *Jornal do Commercio* e vós mesmo sois como aqueles cônjuges que, depois de longos anos de convívio, transfundem, de um a outro, traços fisionômicos e características psicológicas. Tanto vos assemelhais, um e outro, que se poderia duvidar da exatidão de vosso registro de nascimento ao atribuir-vos menos da metade da idade ultracentenária do *Jornal*.

* * *

Falei das mutações, da descontinuidade das famílias predominantes em nossa organização social e política. Ao mesmo fato se deve ligar o das inopinadas reformas políticas. As maiores, as mais graves, as de maior repercussão temos feito, pacificamente, sem perda de vidas e de sangue (do que tanto, e tão justificadamente, nos orgulhamos) e, também, talvez por isso mesmo, sem a preparação imprescindível. A sedução das grandes reformas liberais tem-nos levado a fazê-las de afogadilho, sem a prévia preparação, que exigem quase sempre. Fizemos a Abolição da escravatura, de chofre, sem indenizações, não tendo organizado o crédito agrícola, nem o trabalho livre. Instituímos o voto secreto, sem extinguir o analfabetismo, nem o semi-analfabetismo. Estabelecemos as medidas de abrandamento das penas criminais – livramento condicional, suspensão da condenação – sem criar órgãos de fiscalização do procedimento dos liberados. Limitamos as horas de trabalho do operariado, sem cuidar das de repouso, de recreação, de estudo. Por igual, a República e a Federação...

Não podíamos, decerto, prescindir dessas conquistas, nem retardá-las por mais tempo. Pagamos, porém, estamos pagando, demasiado caro, cada uma dessas realizações beneméritas. A Abolição lançou-nos em uma crise econômica, grave e prolongada; o voto secreto acarretou a incerteza dos destinos da Democracia; o abrandamento das penas estimula a criminalidade; a legislação social diminui, e encarece a produção. Reduzimos, pois, os benefícios dessas inovações; criamos, desnecessariamente, novos problemas, novas dificuldades, em que nos debatemos.

Para essas e outras reformas, demoradas, por algum tempo e, de súbito, precipitadas, terão contribuído – acaso, com as melhores intenções do mundo – reclamos dos impacientes e dos irrequietos. Em meio deles, o *Jornal do Commercio* chega a parecer reacionário.

Seu espírito conservador não é, porém, rotineiro, antes inovador e progressista, com oportunidade e medida, conjugando forte sentimento nacionalista e patriótico ao interesse por todas as conquistas da civilização e da cultura, que nos beneficiem.

* * *

Sou, sempre fui, dos que gostam de jornais; dos que não podem passar sem eles; dos que os esperam cada manhã, com a ansiedade de quem conta ler uma grande noticia favorável a seus interesses, a seus caprichos, ou a sua vaidade.

Somente o jornal destaca o curso de cada dia na voragem das semanas, dos meses, dos anos, dos séculos. Quebra a seqüência ininterrupta do tempo, realçando as personagens dos episódios, iguais, sempre os mesmos, repetidos dia a dia: nascimentos, matrimônios, mortes, crimes, livros, fitas de cinema, peças de teatro, atos do governo... Tudo é sempre a mesma coisa. Variam somente autores, protagonistas, comparsas. Ninguém perceberia tantas mutações secundárias, se o jornal lhes não desse relevo – ainda que momentâneo, efêmero. O jornal reveste cada dia de uma feição nova, de novas emoções, de colorido distinto. Sem ele, mergulharíamos na mais desesperadora monotonia.

Somente o jornal outorga um momento fugaz de restrita celebridade a numerosos anônimos, a todos os que vão cair no anonimato da posteridade: o retrato, o nome em letras graúdas, os adjetivos amáveis.

Vosso jornal, avesso ao sensacionalismo, faz, no entanto, uma concessão aos famintos de celebridade, de que somente ele é capaz. Somente ele pode acolher os maiores discursos, as mais estiradas conferências, os noticiários minuciosos das mais variadas associações. É o maior desafogo da fecunda literatura indígena. Na imensidade de suas colunas, de tipo miúdo, cabem as mais vastas composições: até ficam minguadas. Este mesmo discurso – e o vosso e tantos outros! – somente naquelas colunas poderiam ter publicidade integral. Nem só por isso, todos os que aqui estamos e, fora daqui, em todo o Brasil, escritores de todas as categorias, teremos sido, mais ou menos largamente, mais ou menos freqüentemente, colaboradores do *Jornal do Commercio*.

Nem só por isso se ligam a Academia e o *Jornal*; também porque uma e outro servem de contrapesos do equilíbrio social – e até por certa coincidência menos aparente.

Condenando ao anonimato os que o fazem, o *Jornal* pressupõe em seus redatores, deles exige, uma vocação, uma capacidade rara em nossa gente e em nosso tempo: a de servir coletivamente, sem dar nas vistas, a uma obra duradoura, quiçá eterna, que ultrapassa, absorve, consome a personalidade e a vida de cada um dos seus servidores. Também esta Academia há de ser assim, assim havemos de servi-la. A imortalidade, a que aponta, não é dos que, transitoriamente, por ela passam e a servem; somente a própria Academia é imortal e eterna. Os que a ela vêm, de vosso *Jornal,* vêm, pois, de boa escola.

Deixastes, de bom grado, que o *Jornal* vos absorvesse. Dir-se-ia que escrevestes pouco, poucos livros publicastes. Nas colunas do *Jornal*, esparso, em grande parte sem identificação possível de autoria – está o mais que tendes escrito e bastaria para encher muitíssimos volumes. Vossos escritos diluem-se naquele oceano imenso. E tendo de falar de vós, demoro-me a falar do *Jornal* porque, em sua fase atual, ele é vossa melhor obra, vossa grande obra, a de que, por não serdes modesto, vos envaideceis...

Nenhum dos vossos companheiros que passaram por esta Academia, foi mais dedicado ao *Jornal,* mais identificado com o *Jornal,* mais exclusivamente *Jornal do Commercio*, que vós mesmo. Félix Pacheco era político, parlamentar, Ministro de Estado, poeta; Victor Viana e Constâncio Alves, funcionários públicos; João Luso, cronista de vários jornais e revistas. Vós não: tudo é, para vós, o *Jornal do Commercio* – e, por ampliação, a imprensa.

Estais, agora, a dirigir uma grande e benemérita obra de assistência social; tendes as preocupações teóricas daquele cartório, que já recordei. Tudo isso é muito pouco em o conjunto de vossas atividades. Homem de imprensa, todas as vossas obras, vossas conferências que se não sumiram no pélago daquelas folhas versaram temas que a ela se referem. Estudastes a vida e a obra de Rui Barbosa, de Joaquim Nabuco, de Rio Branco, de Machado de Assis, como jornalistas; do próprio *Jornal do Commercio* e daquele que foi, para vós, como para mim mesmo, o seu diretor inesquecível – Félix Pacheco; delineastes a tarefa do publicista no mundo moderno; falastes da liberdade de pensamento e da liberdade de imprensa como garantia da paz.

Discípulo e amigo – o melhor dos discípulos, um dos melhores amigos, de Félix Pacheco – nunca dissestes, nem poderíeis dizer, como ele, favorecido dos deuses, disse, com amargura: não há profissão mais ingrata, nem mais difícil, e o menos que o jornalista sofre, pelo conhecimento da sociedade, é a perda das suas ilusões...

Ao contrário, considerais que, "desde a Grécia de Platão, como no mundo atual", a tarefa dos publicistas consiste em "combater os sofistas e defender os filósofos, verberar a injustiça e preconizar o Direito, pugnar pela razão contra a tirania, buscar fazer da cidade imperfeita uma cidade perfeita".

Confiais plenamente, piamente, na possibilidade e no bom êxito dessa empresa de Hércules. Quando – agora, com mais freqüência, bem justificada – lançais, em uma "primeira vária", advertências ou admoestações, sente-se que vos domina inteira confiança na repercussão, que vão ter. Sem essa confiança, um pouco ingênua, que tendes em alto grau, nenhum jornalista se devota à sua missão.

Não reduzis, porém, a uma só modalidade a missão do Jornalismo. Compreensivo e benigno, reconhecestes que os homens de imprensa têm de fazê-la "para uns e para outros, para os que correm e para os que pensam". Por vossa parte, continuais empenhado em fazê-la para os que pensam.

* * *

Jornalismo soma Literatura e Política. Teria razão Ernest Renan, quando enunciou o conceito que recordastes: "Tout devient littérature quand on le fait avec talent."

Agora, já não é assim. Juliano Benda, procurando, fixar o conceito atual de Literatura, mostrou que ela recusa as "idéias nítidas", prefere as nuanças e os conceitos fluidos; deixa-se dominar pela "fúria do misticismo", gosta das obscuridades, desdenha a linguagem. Tudo isso é o contrário do Jornalismo.

Mesmo assim, nele ainda se observa, por vezes, a dosagem daqueles dois elementos (ainda que o literário, em regra, não obedeça à conceituação atual), variáveis conforme as circunstâncias. Sem dúvida, tende a preponderar o elemento político. Há mais de trinta anos, desde a Primeira Guerra Mundial, preocupações de ordem política avassalam, cada vez mais, todos os espíritos. Cada vez mais, todos nos embrenhamos nos meandros da Política, da politicalha, até porque neles se decide da nossa pele e dos nossos destinos. Cada vez mais, não sobra aos jornalistas tempo para fazer Literatura – nem o toleraria grande parte dos seus leitores.

Um autêntico homem de imprensa, devotado de corpo e alma ao seu jornal, como vós, não pode, portanto, fazer Literatura, no sentido estrito, e estreito, da palavra. Vosso exemplo é bem significativo, porque de vós não conheço uma só poesia, nem uma só página de ficção.

Destes, contudo, boa medida de vossa capacidade literária no livrinho precioso em que reunistes as notícias das conferências do Sr. Roberto Garric, em 1933, nesta Academia, sobre a Literatura francesa contemporânea. Não resumistes, apenas, as lições proferidas; comentastes e ampliastes as apreciações emitidas, fizestes, em suma, com seguro critério e pleno conhecimento da matéria, obra de verdadeiro crítico, como reconheceu o mesmo exímio conferencista.

No entanto, ao apresentar essa coleção de crônicas, excluíeis, desde logo, a suposição de qualquer "veleidade literária" e dizíeis que não éreis "um homem de Letras, apenas um homem de jornal", acrescentando que elas guardavam "a superficialidade e o estilo precipitado dos que, dentro das redações, escrevem com os olhos no relógio das oficinas".

Noutro ensejo, observei que Félix Pacheco, fora, por exceção quase isolada, jornalista e poeta. Noutros países e noutras épocas, esse exemplo não constituiria exceção. Basta recordar, em França, Balzac e Chateaubriand. Ali mesmo, porém, Rousseau e Diderot proclamavam a profissão de jornalista *la plus vile de la littérature* e o próprio Balzac variou na sua apreciação – ora

dizendo que "a imprensa representa toda a inteligência humana e a própria civilização", ora afirmando que "se a imprensa não existisse, seria preciso não inventá-la".

Félix Pacheco considerava – e apoiastes o conceito – que "a melhor forja literária é o jornal", acrescentando: "a gente vai sem querer se polindo na banalidade do noticiário e sentindo de perto as crepitações da vida comum. Quanto repórter não subiu daí à escadaria do sonho?"

Não me parece – devo confessar – que essa baixa à realidade "da vida comum" favoreça a ascensão da "escadaria do sonho". O jornalista pode, na prática de sua profissão, polir o estilo, desembaraçá-lo de atavios, aprimorá-lo, torná-lo direto, claro, conciso. Entretanto, o Jornalismo é, a meu ver, uma profissão "paraliterária" ou quase-literária, em que o velho preceito – *nulla dies sine linea* – se observa inexoravelmente e que, por isso mesmo, afasta da Literatura. É o que ocorre, também, com a advocacia. Jornalistas e advogados escrevem, dia a dia, muitas e muitas páginas – que, não sendo de Literatura, bastam para revelar e até para lhes exaurir a aptidão literária. No comentário do fato político, ou do episódio policial, como num arrazoado forense, pode fazer-se – e muitas vezes se faz – incidentemente, certa espécie de literatura, que não conta como Literatura. Como quer que seja, assim o jornalista, ou o advogado, se desafoga das suas tendências literárias. Dizia Camilo Castelo Branco que cada homem contém em si uma porção de inépcia, que há de sair, em prosa ou em verso, como o carnegão de um furúnculo. Jornalistas e advogados extravasam a sua porção de inépcia nas escritas a que a profissão os obriga, sem necessidade de perpetrar literatura. Tornam-se mesmo, de certo modo, desinteressados de fazê-lo, ou inaptos para praticá-la. Só a fazem quando se afastam da advocacia ou da imprensa.

Inversamente – confirmando a procedência da observação – é o que se passa com os médicos. Estes só têm que escrever receituários, recomendações de regime, sem nenhum trabalho de composição. Por isso mesmo, desfecham, inevitavelmente, na Literatura. Por toda parte, no mundo civilizado, cada vez mais, são médicos muitos dos mais ilustres homens de Letras. Aqui mesmo, nesta Academia, vedes quantos são os médicos em pleno exercício da clínica e os bacharéis em Direito arredios da advocacia. Também por isso, faltava-nos um jornalista, que fosse somente jornalista.

Ao mesmo tempo, a Política invade a Literatura: atrai, desencaminha perfeitos e consagrados homens de Letras.

Vejam-se – para citar somente dois, dentre muitos – os exemplos de Aldous Huxley, de *Contraponto* para *O Fim e os Meios*, e de Thomas Mann, de *A Montanha Mágica* para *Esta Guerra* e *Ordem do Dia*. Na frase de Valéry, *il faut subir la politique*.

E não será por isso, para evadir-se da ambiência asfixiante da política destes tempos, que os homens de Letras estão revestindo suas obras das características, que recordei?

Aquele mesmo Julien Benda, num livro que lhe deu renome, denunciara *La trahison des clercs* na atitude dos homens a quem cabia "defender os valores eternos e desinteressados, como a justiça e a razão" e se empenharam na defesa de interesses práticos. É o caso dos poetas e romancistas que tornaram políticas suas obras.

Contudo, é, em certo sentido, nos dias difíceis e atomentados, que se revelam, mesmo no campo da Literatura, as individualidades marcantes. Roger Martin du Gard, procurando explicar o que considerava a mediocridade de Guy de Maupassant, dizia: *il a peut être eu le malheur de vivre dans un temps où la vie n'était pas assez difficile*.

Os jornalistas e todos nós, mais ou menos, não estamos tendo esse infortúnio: a vida tem-nos sido *assez difficile*...

Pior, ainda, para a imprensa. Deturpou-se-lhe a função política. Rui Barbosa, entrosando-a no mecanismo governamental, realçou a relevância de sua missão e assinalou que, somente os costumes políticos excluindo a tendência do regime presidencialista para a irresponsabilidade dos governantes, "a expressão dominante desses costumes é a imprensa", que, nesse regime, "substitui, como órgão da opinião pública, o mecanismo da responsabilidade ministerial nos países parlamentares". Controlando-a, imaginaram os governos que formariam, dominariam, a seu sabor, a opinião pública.

Por outro lado, a mentalidade dos homens contemporâneos orientou-se, segundo a justa observação de Walter Lippman, no sentido de supor que se resolve qualquer problema, não pelo reajustamento dos direitos privados atingidos, e sim investindo alguns funcionários na autoridade de lhe impor

uma solução. Por tal forma, nada se resolve; aumenta-se a burocracia, hipertrofia-se a ação do Estado.

Não surpreende, pois, se tenha querido resolver do mesmo modo o problema da imprensa, reduzindo-a a condição de serviço administrativo, tornando-a um aparelho burocrático, regulado pelo governo. Nós mesmos tivemos, com na designação abreviada pelas iniciais de sua denominação oficial – o "DIP". Este monossílabo agudo, parecendo o nome de um animalzinho doméstico de estimação, foi de uma terrível máquina compressora.

Através de longo período de agruras, sob restrições e ameaças – desde as da censura e das prisões até as da falta do papel de impressão – se revelaram, ou afirmaram, na imprensa carioca, alguns de seus melhores jornalistas de todos os tempos, uma plêiade de jornalistas de merecimento, como, suponho, nunca ela tivera na mesma época. Afronto o risco das referências nominais sempre lacunosas, para não calar os nomes de alguns deles, que estarão acudindo ao vosso pensamento, como ao meu próprio. Estamos a lembrarnos do Sr. José Eduardo de Macedo Soares, panfletário causticante, inexcedível nos epítetos indeléveis e na caracterização de cada momento político; do Sr. Assis Chateaubriand, pesquisador arguto e apaixonado das individualidades, que adaptou o jornalismo brasileiro ao desmedido e variado desenvolvimento do País, dando-lhe imprevista irradiação, tornando-o instrumento de campanhas de interesse coletivo – museus de arte, parques de aeronáutica, centros de saúde infantil; do Sr. Costa Rego, que alia a mais aprimorada expressão literária à mais atilada visão política, no trato de todos os problemas atuais; do Sr. Austregésilo de Athayde, egresso do claustro, com a fé acrescida de prendas artísticas, a lucidez, a cultura e a austeridade do espírito e a doçura do coração, bem formados; do Sr. Orlando Dantas, criador e diretor de um jornal de outra feição, a um tempo cuidadosamente informativo, ciosamente zeloso da sua independência, firme e justo no comentário e na crítica; *last not the least*, do Sr. Carlos Lacerda, intrépido, violento, agressivo, tantas vezes injusto, realizando com os seus exageros a benemérita reação necessária contra outros exageros muito mais condenáveis. *Et j' en passe,* não sem recordar um só dentre os desaparecidos – Horácio Cartier.

A todos eles – como bem assinalastes – honra, em vós, a Academia. Honra-os em vós, por serdes, também, um jornalista destacado deste período

culminante de nossa imprensa e porque tendes, mais ou menos, alguma coisa de cada um deles, representando, a média desses temperamentos e dessas tendências divergentes. Honra-os a Academia, com oportunidade, neste momento histórico.

Para caracterizá-lo, basta mencionar dois de seus aspectos. No primeiro se mostra o interesse público pela imprensa, a compreensão da sua necessidade, através do contraste de dois episódios: há sessenta anos, como acentuastes, Joaquim Nabuco não conseguiu levantar 25 contos de réis para fazer um jornal seu; agora, um jornalista moço organiza a sua empresa jornalística com dois milhões de cruzeiros de capital, realizado por três mil e quatrocentos acionistas. Outro aspecto do momento atual caracteriza a boa prática da Democracia – pela plenitude da liberdade de imprensa, que está sendo respeitada como nem sempre o foi em nosso país.

* * *

Nela resumis, os jornalistas, vossos ideais mais caros: liberdade de imprensa, ou, em suma, sem especificação – liberdade.

Prezando a ação da imprensa, sabendo o que vale, confiando nos benefícios que produz, por isso mesmo, acima de tudo, lhe prezais a liberdade e considerais essa a condição primordial da eficiência da própria imprensa.

Já em seu tempo, há precisamente um século, Stuart Mill esperava que não fosse mais necessário justificar a liberdade de imprensa como segurança contra governos corruptos e tirânicos. Contudo, se não mais é necessário justificá-la, tantas vezes tem sido subvertida que é sempre necessário protegê-la de ameaças despercebidas, prestigiá-la, valorizá-la. Até porque avultou, em nossos dias, a sua importância. Não é somente condição da eficiência da mesma imprensa; é, para todos os cidadãos, requisito primordial da sua liberdade. Ninguém pode considerar-se livre, se não houver liberdade de imprensa, e, havendo esta liberdade, haverá todas as outras. A liberdade de imprensa acarreta, desencadeia, garante, inevitavelmente, a liberdade política em toda a plenitude.

Num discurso famoso, disse Thiers que a liberdade verdadeira estava no Parlamento; hoje, há de reconhecer-se que está na imprensa. A missão da imprensa não é somente valer-se dessa liberdade, no seu interesse; é, também, zelá-la e defendê-la, no interesse coletivo.

Sempre, ainda convosco, vosso jornal tem-no feito. Criticando, censurando, combatendo, corrigindo – e, também, silenciando. Nunca a arma do silêncio terá sido usada mais expressivamente que pelo *Jornal do Commercio* em fins de 1893. A esquadra sublevada na baía de Guanabara, bombardeando as duas cidades marginais – e o grande jornal, quotidianamente, noticiando o que se passava no País e no mundo, sem aludir, sequer, à revolução que o avizinhava. Por quê? Porque lhe não era permitido dizer toda a verdade sobre a situação. Surgia daquela atitude uma norma de ética jornalística: ou a verdade integral – ou o silêncio. Não a esquecestes e tendes sabido observá-la.

Missões, diplomáticas ou culturais, vos têm levado ao estrangeiro e de lá vos têm vindo condecorações e honrarias; associações literárias, ou científicas, vos têm investido em posições destacadas. Em todas as oportunidades, tendes dissertado sobre a missão da imprensa, exaltando o valor da sua liberdade irrestrita. Avultais a prática quotidiana do jornalista com a pregação do doutrinador.

Em conferência na Universidade de Montevidéu, recordastes que a liberdade de imprensa, consagrada na Declaração de direitos de 1789, reconhecida, desde então, em todas as constituições políticas – tem sido, na prática, freqüentemente violada. Encarecestes, pois, a necessidade de formar um órgão internacional, independente de qualquer subordinação política, ou governamental, que tutelasse a liberdade de imprensa no mundo. Sugeristes à Comissão Jurídica interamericana a recomendação da defesa internacional da liberdade de imprensa, por um órgão adequado.

Mais recentemente, em parecer sobre consulta da UNESCO, relativa ao projeto de criação do Instituto Internacional de Imprensa e de Informação, emanado de conferência especial promovida pelas Nações Unidas, acentuastes a deficiência do Instituto projetado, que, visando satisfatoriamente o aperfeiçoamento técnico da imprensa, a elevação do seu nível intelectual, a segurança da sua autoridade moral, se desinteressava do que, como dissestes, constituía o aspecto principal do problema, isto é, a liberdade de imprensa e o direito à informação, consideradas, por vós, "dois postulados absolutos para a garantia da paz". Indicastes as modificações necessárias para atingir esses objetivos.

Essas aspirações vossas estão a caminho de realizar-se. A quase platônica "declaração americana dos direitos e deveres do homem", que a confe-

rência interamericana de Bogotá aprovou; a talvez ainda mais platônica "declaração universal dos direitos do homem", que a Assembléia das Nações Unidas proclamou, hão de transformar-se numa convenção, plenamente obrigatória. Uma convenção que autorizará os cidadãos espoliados em sua liberdade a levar ao tribunal internacional o Estado que os oprime, e lhes proporcionará as garantias necessárias. É nesse sentido a evolução lenta e contínua do Direito Internacional. Estou certo de que, talvez demoradamente, atingirá ao altiplano.

Entre os direitos constantes das duas declarações e que hão de ser assim garantidos, está, em primeira linha, o "direito à liberdade de investigação, de opinião e de expressão e difusão do pensamento por qualquer meio".

São as mesmas palavras nas duas declarações, com a só diferença de que, na de Paris, em vez de "difusão do pensamento", se diz – "disseminação de idéias". Falta, porém, em ambas, outro direito, que a esse corresponde, e é como a sua forma passiva – o de livre informação, a de haurir livremente todas as informações desejadas. Dois outros preciosos meios de informação generalizaram-se: o rádio e o cinema. E é certo que, como acentuou Harold Laski, todos esses meios não estão ao alcance de qualquer um que queira aproveitá-los; cada um tornou-se dependente do *Big Business*, com o objetivo, não de divulgar a verdade, mas de auferir lucros, transmitindo a verdade somente na proporção em que o permite a preocupação do ganho.

Por conseqüência, o problema da liberdade de imprensa não é hoje somente um problema de ordem legal, ou política; é, também, e, principalmente, um problema de ordem moral; só a idoneidade moral dos que a exercem lhe garante a aplicação a bem da verdade.

A comissão da UNESCO que elaborou um relatório sobre as necessidades técnicas da imprensa observou que nenhuma outra profissão exige cultura mais variada e espírito mais aberto, aliados à faculdade de aplicar os conhecimentos adquiridos às informações, quotidianas. Reconhecidas essas exigências, multiplicam-se, por toda parte, escolas de preparação profissional de jornalistas. Mas, tinha razão o húngaro Pulitzer, diretor de um dos maiores jornais americanos, considerando a Jornalismo a mais exigente de todas as profissões – a que reclama conhecimentos mais extensos e aprofundados e base moral mais sólida.

Nem todas as escalas profissionais estarão habilitadas a essa dupla formação. Para tanto, vale mais a prática imediata da própria imprensa, da imprensa dominada pelo sentido exato da sua missão. Foi essa a vossa escola.

* * *

Não vos ficou despercebida a seqüência de historiadores na Cadeira que é agora vossa.

Por ela, sob patrocínio de Varnhagen, passaram Oliveira Lima, Alberto de Faria, Rocha Pombo, Rodolfo Garcia. Mesmo os que versaram outros gêneros literários, como Rocha Pombo, ou marcaram sua vida pública com outras preocupações preponderantes, como Alberto de Faria – mesmo esses, aqui vieram recomendados por suas abras históricas. Nenhum deles foi verdadeiro jornalista. Contrariando certa tradição acadêmica, de significado primoroso – um historiador não sucede a outro historiador, nem a um poeta outro poeta – tem persistido a Academia em reconduzir, nessa Cadeira, um historiador após outro historiador. Convosco se quebra essa norma e se restabelece a tradição.

Na Academia francesa, dizia Mauriac, ao receber Paul Claudel, que os vivos, por ela desdenhados, forçam-lhe as portas depois de mortos e penetram sob a cúpula, com aqueles de seus filhos espirituais, por fim acolhidos. Dessa forma, Mallarmé acompanhava Valéry; Rimbaud – cujo nome se pronunciava pela primeira vez, naquele recinto – seguia Claudel.

Não dos de que houvesse desdenhado, ao contrário, dos que a não quiseram na primeira hora, acolhe nossa Academia os filhos espirituais: com Rodolfo Garcia, seu maior discípulo, um de seus maiores amigos, ingressou Capistrano de Abreu; convosco, pode dizer-se que recebemos José Carlos Rodrigues, que se não foi vosso pai espiritual, terá sido vosso avô... Ele foi jornalista exímio e historiador, dedicado à História que se não socorre da imprensa – a História Sagrada.

Ainda por motivo dessa genealogia, estareis bem na Cadeira para que fostes eleito. Não, porém, porque o jornalista seja sempre, mais ou menos, historiador. Considerais o jornal "a fonte viva da história". A meu ver, ele apenas presta à História uma contribuição, que se pode tornar valiosa, mas há de ser aceita com reserva. Em certo sentido, a imprensa e a História parecem-me quase antagônicas, de sentido e objetivos diversos. O jornalista é, antes,

um protagonista, um personagem da História, participando dos episódios, influindo neles.

Recordai o encanto da leitura de jornais velhos. O maior prazer, que proporciona, resulta de verificar como falharam os prognósticos, que eram, afinal, os prognósticos de todos os envolvidos no tumulto dos acontecimentos quotidianos! Como erram as interpretações dos fatos ocorrentes, das intenções dos governos, das conseqüências e da repercussão dos episódios quotidianos! Conta-se que a tomada da Bastilha foi, em julho de 1789, narrada pelos jornais como um simples acontecimento policial. Ninguém percebia o que era, nem previa o que resultaria dele.

É incrível como, ainda de boa fé, divergem as narrativas dos mesmos fatos pelos contemporâneos, pelas testemunhas presenciais, pelos jornais da época. A História suprime essas divergências; concilia-se, dá feição nova aos fatos desencontrados. Consegue-o, em grande parte, por obra da imaginação, ajustando, coordenando, explicando-os, nas grandes linhas da evolução dos povos. Essa é a fase suprema dos estudos de história – da "história considerada como ciência" – a que ainda não chegamos. Estamos, como bem acentuastes, na fase preliminar, de pesquisa e coleta de documentos, de investigação dos fatos, em que avulta a contribuição da imprensa.

* * *

Vosso predecessor, Rodolfo Garcia, era inexcedível na arte de aproveitar essa e todas as demais achegas para os estudos da História pátria. Ele passou o seu tempo a armar os andaimes da grande construção ainda não começada. Terá sido jornalista, mas parecia-me o contrário de um jornalista.

Como quer que fosse, soubestes traçar-lhe, com felicidade, o perfil. Quem o visse – baixo, corado, cabelos e bigodes brancos e curtos, óculos, fumando charuto, quase indiferente ao que o rodeava; quem soubesse de sua obra, em grande parte secundária ou complementar, anotando, corrigindo, completando abras alheias; quem só lhe conhecesse a falta completa de vaidade de qualquer espécie – não poderia atribuir-lhe a personalidade forte, nobre e altiva, que era a sua.

Austero, discreto, comedido, cortês, solícito, serviçal de todos os que lhe invocassem os ensinamentos, era, ao mesmo tempo, malicioso, irônico, até implacável, no julgamento e na condenação dos ignorantes e dos preten-

siosos – principalmente dos pretensiosos; veemente e temível no revide aos ataques sofridos.

Falastes na "Academia garciana" – denominação que a Rodolfo Garcia não agradaria. Os que freqüentamos aquela "Academia" sem discursos, nem regimento, havemos de lembrar-lhe sempre o convívio delicioso. Também não era simples reunião de conversa banal, de comentário frívolo dos episódios de cada dia. Nem um pretexto para madraçaria burocrática. Nem um círculo fechado. Era, em certo sentido, um centro de troca de conhecimentos e de impressões, de que podiam participar todos os que se aproximavam com preocupações afins.

Rodolfo Garcia, sentado à mesa de diretor da Biblioteca Nacional, atulhada de livros e papéis, fumando cachimbo, estava, quase sempre, engolfado na leitura de algum velho alfarrábio, que procurava decifrar com o auxilio de uma lente poderosa. No sofá e nas poltronas fronteiras, quatro a seis pessoas – algumas das quais muito variáveis. Entre elas, Afrânio Peixoto, Tasso Fragoso, Primitivo Moacir, os Srs. Pedro Calmon, Batista Pereira, João Baptista de Magalhães, Hélio Vianna, Vanderley de Pinho, Leão, Teixeira, Carlos Pontes, Honório Rodrigues, Leonídio Ribeiro, quantos e quantos outros! Quem vinha fazer pesquisas em livros ou papéis, da Biblioteca, ou pedir a Rodolfo Garcia esclarecimento ou informe, ou orientação, detinha-se na sala, por momentos, e geralmente entrava na conversa. Rodolfo Garcia não interrompia sua tarefa administrativa – atendendo a funcionários, despachando o expediente, tomando providências sobre os serviços, pesquisando documentos para os "Anais". Contudo, sempre mais ou menos atento à conversa dos outros, ou diretamente interpelado por algum destes, intervinha, com freqüência, nas discussões travadas, opinava, contestava ou apoiava, ria com o seu riso grosso e breve, e logo voltava ao trabalho e ao cachimbo. Simples e sincero, orgulhoso sem ostentação, devotado sem expansões estrepitosas de afeto, Rodolfo Garcia era um homem encantador, um desses homens que os outros somente aos poucos vão conhecendo e admiram e amam quanto mais os conhecem.

Seus estudos históricos estendiam-se à Etnologia, à Filologia, à Geografia, sabendo a influência da raça, da língua e da situação territorial nos fatos da vida de cada povo. Restringiam-se, preferentemente, ao período colonial.

Dessa época, ele sabia tudo, com todas as minúcias, respondendo, de pronto, às perguntas sobre qualquer questão controvertida. De que se não desinteressava das épocas anteriores, fez prova cabal nas anotações à obra de Varnhagen.

Em relação às *Efemérides* de Rio Branco, que era outro meticuloso investigador de minúcias, é muito significativo o que ocorreu. A obra ficara incompleta, com a falha de 50 dias. Anteriormente, uma comissão ilustre procurara preencher a lacuna, fazendo trabalho original. Rodolfo Garcia, preparando a reedição do livro, adotou outra orientação, mais trabalhosa. Preferiu extrair, das próprias obras de Rio Branco, trechos correspondentes às datas omitidas. Assim, como disse, pôde integrar "o livro de Rio Branco com elementos que de pleno direito lhe pertenciam". Ao mesmo tempo, deu um exemplo singularíssimo do seu escrúpulo, da sua humildade, catando na obra dispersa de Rio Branco os trechos necessários para completar as *Efemérides*, em vez de incrustar nelas os que ele próprio, com maior facilidade, poderia compor.

Em um só tópico, se me não engano, Garcia retificou Rio Branco: em relação à morte de Andrés Artiga, filho do intrépido José Artigas. Ao fazê-lo, mencionou, em primeiro lugar, o documento histórico que apoiava a informação acolhida nas *Efemérides*; em seguida, citou o que retificava essa informação e referiu como o obtivera. Essa era a sua maneira de emendar os erros dos outros – respeitosamente, sem alarde, escusando e justificando o deslize cometido. Não tinha prazer em emendar; tinha-o em investigar, em achar a explicação de sua controvérsia, em esclarecer um ponto obscuro.

Era o obreiro infatigável, viciado do trabalho, que se só sentia bem trabalhando. Certa vez, no curso de sua última enfermidade, para encorajá-lo, lhe dizia eu que estava aparentemente muito bem; logo me contestou: "Não, meu caro; eu só estarei bem quando puder ler e escrever." Não se consolava de que seus olhos houvessem cansado de decifrar códices. A triste verdade era que haviam cansado para sempre.

Em novembro do ano passado, estando na capital de um grande Estado do norte, lia eu, com o interesse inveterado, os principais jornais da terra. Certa noite findava a leitura de um deles, quando me caiu o olhar sobre pequena notícia da última sessão do Instituto dos Advogados desta cidade. Dela constava que um advogado propusera o costumado voto de pesar, por motivo do falecimento – sabeis de quem? de Rodolfo Garcia. Nada mais.

Somente assim, incidentemente, indiretamente, vim a saber daquela morte. Os jornais locais não lhe deram maior destaque; ignorariam o morto e sua obra; não aquilatariam a imensa perda sofrida por todos nós. Tive dobrada vontade de chorar.

* * *

Abrira-se em nossa Companhia um grande claro. Viestes preenchê-lo, Sr. Elmano Cardim. Homem da mesma alta estirpe intelectual e moral de Rodolfo Garcia, convosco há de perdurar, nesta Casa, a memória dele. Satisfeitas as formalidades do ritual, estais para sempre consagrado seu sucessor nos quadros da Academia. Falta-me, contudo, dizer que a Academia vos recebe jubilosa. Dizendo-o, não cumpro uma formalidade; digo o consolo e as esperanças que a vossa presença nos traz.